



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria Guilherme Canivete Semedo

**A QUINA E A QUININA NA LITERATURA
MÉDICA E FARMACÊUTICA PORTUGUESA
(SÉCULOS XVIII-XX)**

**Tese no âmbito do Doutoramento em Ciências Farmacêuticas,
especialização em Sociofarmácia orientada pelo Professor Doutor
João Rui Couto da Rocha Pita e apresentada à Faculdade de
Farmácia da Universidade de Coimbra.**

Junho de 2023

Agradecimentos

Escrever uma tese é um caminho entusiasmante e íngreme. Um caminho onde muitas vezes paramos e refletimos, e onde por vezes duvidamos. Seria impossível percorrer e concluir este percurso sem um guia, um mentor que nos encoraje, esclareça, e acompanhe. Obrigada ao meu orientador, Professor Doutor João Rui Pita, por apoiar e estruturar a procura de um tema de doutoramento enquadrado nos meus interesses científicos, acompanhando a par e passo esta investigação. Encorajou-me cedo a escrever e organizar os resultados obtidos, e demonstrou uma constante disponibilidade para o esclarecimento das minhas dúvidas. As suas sugestões e conselhos, as conversas sobre os cânones e as direções da investigação científica, foram essenciais no cimentar desta via de pesquisa.

Agradeço igualmente à Professora Doutora Ana Leonor Pereira pelo seu contínuo estímulo científico, pelas palavras de sabedoria e encorajamento em muitos momentos, e pelas frutuosas colaborações que tive o privilégio de partilhar consigo.

Agradeço também aos Professores Doutores Olivier Lafont e Jean-Louis Beaudeau, que me acolheram na Université Paris Cité, em particular ao Professor Olivier Lafont pela sua disponibilidade em nortear a minha pesquisa nas bibliotecas desta universidade, mostrando-me também diversos locais de interesse para a história da farmácia em Paris. Ao Professor Doutor Sérgio Rodrigues agradeço o seu vivo interesse pela minha pesquisa. À Dra. Teresa Alcobia, da Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra, agradeço o seu auxílio nas minhas primeiras pesquisas bibliográficas, facultando-me o acesso a diversos artigos relevantes para a minha revisão da literatura. Agradeço igualmente aos numerosos funcionários das bibliotecas onde consultei obras pertinentes à minha investigação, pelo seu profissionalismo e simpatia.

No plano institucional, agradeço à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e ao Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 pelo acolhimento científico.

Aos meus colegas do Curso de Japonês, e à Professora Ayano Shinzato agradeço por terem fornecido um necessário contraponto lúdico mas instrutivo às ansiedades naturais de uma jornada de pesquisa científica.

À minha família, ao meu pai e à minha mãe, e à minha irmã.

E ao Nuno, para quem as palavras nunca chegariam.

Maria.

Resumo

Esta tese de doutoramento visou examinar a receção da quina – uma casca americana com ação antimalárica – e da quinina – o seu principal derivado medicinal – na literatura médica e farmacêutica portuguesa publicada entre o século XVIII e o século XX. Estudou-se quantitativamente a presença da quina e da quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas, e investigaram-se as indicações e propriedades terapêuticas da quina, quinina e seus medicamentos derivados. Pesquisaram-se as instituições e protagonistas portugueses implicados no estudo da quina e da quinina e avaliou-se em particular a investigação de Bernardino António Gomes (1768-1823) que culminou no isolamento da cinchonina (designada cinchonino por Gomes) a partir da quina, a polémica nacional resultante, e a repercussão internacional deste trabalho. Trata-se do primeiro estudo abrangente da receção da quina e da quinina nas farmacopeias portuguesas, e dos usos terapêuticos da quina e da quinina em Portugal, preenchendo uma importante lacuna na história da farmácia portuguesa.

As fontes primárias foram as farmacopeias portuguesas (oficiais e não oficiais), revistas médicas e farmacêuticas, legislação nacional, e outras obras portuguesas de farmácia e medicina.

A análise quantitativa das farmacopeias oficiais portuguesas revelou que a *Pharmacopêa Portuguesa* (1876) tem a maior percentagem de medicamentos com quina (2,61%) e que a *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935) possui a maior percentagem de medicamentos com quinina (2,34%).

Verificou-se que as indicações terapêuticas da quina se alargaram durante o século XVIII e XIX, do uso nas febres intermitentes (mais tarde atribuídas pela historiografia à malária), à aplicação numa miríade de outros sintomas e patologias. No século XVIII e XIX a quina foi indicada em várias febres como as intermitentes (quartãs, terçãs), mas também na gangrena ou em estados de debilidade. No século XIX foi também recomendada no tratamento da gota, nas lombrigas, nas bexigas, ou na tísica. À quina atribuiu-se atividade antifebril (séculos XVIII-XX), antissética (séculos XVIII-XIX), tónica (séculos XIX-XX) e antiespasmódica (século XIX), entre outras. No século XIX a quinina foi indicada nas febres intermitentes e na gripe, apontando-se a sua ação tónica e febrífuga. No século XX a quinina foi recomendada no paludismo e em antigripais, e apontou-se a sua atividade cardíaca e antipirética. Quanto às recomendações terapêuticas dos medicamentos com quina, no século XVIII e XIX estes aconselharam-se como antifebris (nas febres intermitentes e outras) e antídotos, em feridas e hemorragias, e no cancro, entre muitas outras indicações. Nos séculos XIX e XX os medicamentos com quinina foram recomendados como antifebris e na gripe.

O estudo da investigação de Bernardino António Gomes evidenciou o teor da polémica sobre o cinchonino, e elucidou o acentuado eco e influência internacional desta pesquisa portuguesa sobre a quina, sobretudo em França.

Na análise das revistas científicas identificaram-se outros estudos portugueses sobre a quina, quinina e seus derivados, incluindo estudos laboratoriais, casos clínicos, e estudos

históricos. Realizaram-se análises químicas de amostras de quina (por Joaquim dos Santos e Silva, Aloísio Costa, ou J. Souto Teixeira) e sulfato de quinina (por comissões da Sociedade Farmacêutica Lusitana ou por Vicente José de Seíça); estudos químicos da quina (António Mello, A. da Silva Machado) e de sais de quinina (Charles Lepierre); estudos para elaboração de novas preparações farmacêuticas com quinina (Augusto Rocha, Aluisio Leal, Amândio Martins); estudos de métodos de doseamento da quinina (José Cardoso do Vale); e criou-se um método de deteção de quinina na urina (por Aldo Castellani). Autores como João Holtreman do Rego efetuaram estudos históricos sobre a quina e/ou quinina. Nos trabalhos portugueses de divulgação sobre a cultura das quininas destaca-se Bernardino Barros Gomes, Júlio Henriques, Adolpho Moller ou Duarte de Oliveira Junior. As instituições envolvidas incluíram a Escola de Farmácia de Coimbra e a Sociedade Farmacêutica Lusitana.

O estudo da legislação mostrou a obrigatoriedade da presença em farmácias de vários medicamentos com quina e quinina entre o século XIX e o século XX, e que diversos medicamentos com quinina foram de uso comum no século XX.

Esta tese de doutoramento demonstra a predominância de falsificações da quina e dos seus medicamentos derivados, sobretudo do sulfato de quinina, e o preço elevado destes produtos medicinais. Revela ainda a investigação portuguesa sobre possíveis tratamentos alternativos das febres intermitentes, como quininas falsas vindas do Brasil.

Este estudo evidencia que a quina, a quinina e os seus medicamentos derivados tiveram, em Portugal, muitas aplicações terapêuticas para além do tratamento de infeções maláricas. Revelam também vários estudos portugueses relacionados com a quina e a quinina previamente não identificados na historiografia.

Palavras-chave: quina, quinina, Portugal, século XVIII, século XIX, século XX, literatura médica e farmacêutica, história da farmácia, farmacopeias

Abstract

This doctoral thesis aimed to examine the reception of cinchona bark (an American antimalarial bark) and quinine (its main medicinal derivative) in the Portuguese medical and pharmaceutical literature, published between the 18th and 20th centuries. Cinchona bark and quinine's presence in official Portuguese pharmacopoeias was quantitatively studied and cinchona bark, quinine and their derivatives' therapeutic indications and properties were investigated. The Portuguese institutions and protagonists involved in cinchona bark and quinine's study were identified, and Bernardino António Gomes' (1768-1823) research, which culminated in cinchonine's isolation (named *cinchonino* by Gomes) from cinchona bark was evaluated, along with the resulting national controversy, and this work's international impact. This is the first comprehensive study of cinchona bark and quinine's reception in Portuguese pharmacopoeias, and cinchona bark and quinine's therapeutic uses in Portugal, filling an important gap in the history of Portuguese pharmacy.

Portuguese pharmacopoeias (official and unofficial), medical and pharmaceutical journals, national legislation, and other Portuguese works on pharmacy and medicine were the primary sources.

The official Portuguese pharmacopoeias' quantitative analysis revealed that *Pharmacopêa Portuguesa* (1876) has the highest percentage of cinchona bark medicines (2.61%) and *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935) has the highest percentage of quinine medicines (2.34%).

We found that cinchona bark's therapeutic indications expanded during the 18th and 19th centuries, from use in intermittent fevers (later attributed by historiography to malaria), to application in a myriad of other symptoms and diseases. In the 18th and 19th centuries, cinchona bark was indicated for various fevers, such as intermittent fevers (tertian, quartan), but also against gangrene or weakness states. In the 19th century it was also recommended for gout, roundworms, smallpox, or tuberculosis. Cinchona bark was attributed antifebrile (18th-20th centuries), antiseptic (18th-19th centuries), tonic (19th-20th centuries) and antispasmodic (19th century) action, among others. In the 19th century, quinine was recommended for intermittent fevers and the flu, and its tonic and febrifuge activity was pointed out. In the 20th century, quinine was recommended in malaria and in anti-flu drugs, and its cardiac and antipyretic activity was noted. As for cinchona bark medicines' therapeutic indications, in the 18th and 19th centuries they were advised as antifebrile (in intermittent and other fevers) and antidotes, in wounds, hemorrhages, or cancer, among many other indications. In the 19th and 20th centuries, quinine medicines were recommended as antifebrile and in flu treatments.

The study of Bernardino António Gomes' investigation highlighted the content of the controversy over *cinchonino* and clarified the strong echo and international influence of this Portuguese research on cinchona bark, especially in France.

Other Portuguese studies on cinchona bark, quinine and its derivatives were identified in the scientific journals' analysis, including laboratory studies, clinical cases, and historical studies.

These included chemical analyzes of cinchona bark (by Joaquim dos Santos e Silva, Aloísio Costa, or J. Souto Teixeira) and quinine sulfate samples (by Sociedade Farmacêutica Lusitana's commissions or by Vicente José de Seíça); chemical studies on cinchona bark (António Mello, A. da Silva Machado) and quinine salts (Charles Lepierre); studies on new pharmaceutical preparations with quinine (Augusto Rocha, Aluisio Leal, Amândio Martins); studies of quinine dosage methods (José Cardoso do Vale); and the creation of a quinine detecting method in urine (by Aldo Castellani). Authors such as João Holtreman do Rego carried out historical studies on cinchona bark and/or quinine. Bernardino Barros Gomes, Júlio Henriques, Adolpho Moller or Duarte de Oliveira Junior stand out in the Portuguese dissemination works on cinchona culture. The institutions involved included the Coimbra School of Pharmacy and the Lusitanian Pharmaceutical Society.

The legislation study showed the mandatory presence of several cinchona bark and quinine medicines in pharmacies between the 19th and the 20th centuries, and that several medicines with quinine were in common use in the 20th century.

This doctoral thesis demonstrates the predominance of cinchona bark and its derivatives' adulteration, particularly quinine sulfate, and these medicinal products' high price. It also reveals Portuguese research on possible alternative treatments for intermittent fevers, such as false cinchona barks from Brazil.

This study shows that in Portugal cinchona bark, quinine and their derivatives had many therapeutic applications in addition to the treatment of malarial infections. They also reveal several cinchona bark and quinine-related Portuguese studies previously unidentified in the historiography.

Keywords: cinchona bark, quinine, Portugal, 18th century, 19th century, 20th century, medical and pharmaceutical literature, history of pharmacy, pharmacopoeias

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>ii</i>
<i>Resumo</i>	<i>iii</i>
<i>Abstract</i>	<i>v</i>
1. Introdução	16
2. Revisão da Literatura	26
3. A quina e a quinina na literatura médico-farmacêutica: farmacopeias, revistas e outros livros. O problema da circulação dos saberes, as instituições, as práticas científicas, e os cientistas envolvidos	71
3.1. A literatura médico-farmacêutica entre os séculos XVIII-XX: caracterização geral — farmacopeias e outros livros	71
3.2. A quina e a quinina nas Farmacopeias portuguesas	80
3.2.1. As farmacopeias oficiais portuguesas (1794-2001): breve caracterização	80
3.2.1.1. <i>Pharmacopeia Geral</i> (1794)	94
3.2.1.2. <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1835).....	97
3.2.1.3. <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1836).....	104
3.2.1.4. <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1841).....	107
3.2.1.5. <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1846).....	109
3.2.1.6. <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858).....	115
3.2.1.7. <i>Pharmacopêa Portuguesa</i> (1876)	121
3.2.1.8. <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935)	126
3.2.1.9. <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (2ª Edição revista - 1946) e <i>Suplemento à Quarta Edição da Farmacopeia</i> (1961).....	132
3.2.1.10. <i>Farmacopeia Portuguesa V</i> (1986-1996) e <i>Memento terapêutico</i> (1995).....	135
3.2.1.11. <i>Farmacopeia Portuguesa VI</i> (1997), <i>Suplementos</i> (1998, 1999, 2000, 2001) e <i>Memento terapêutico 2ª Edição</i> (1998).....	139
3.2.2. A quina e a quinina nas Farmacopeias portuguesas não oficiais	147
3.2.2.1. <i>Pharmacopea Lusitana</i> (1704).....	152
3.2.2.2. <i>Pharmacopea Lusitana</i> (1711).....	154
3.2.2.3. <i>Pharmacopea Bateana</i> (1713)	157
3.2.2.4. <i>Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica</i> (1716).....	159
3.2.2.5. <i>Pharmacopea Lusitana</i> (1725).....	162
3.2.2.6. <i>Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica</i> (1735).....	164
3.2.2.7. <i>Pharmacopoeia contracta</i> (1749)	170
3.2.2.8. <i>Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica. Parte Terceira</i> (1751)	171
3.2.2.9. <i>Pharmacopea Lusitana</i> (1754).....	198
3.2.2.10. <i>Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica</i> (1760).....	199
3.2.2.11. <i>Pharmacopea Bateana</i> (1763)	200
3.2.2.12. <i>Pharmacopea Portuense</i> (1766).....	203
3.2.2.13. <i>Pharmacopea Meadiana</i> (1768).....	206
3.2.2.14. <i>Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica</i> (1772).....	208

3.2.2.15. <i>Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simples, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso</i> (1785).....	217
3.2.2.16. <i>Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta</i> (1791)	221
3.2.2.17. <i>Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simples, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso</i> (1802).....	223
3.2.2.18. <i>Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica</i> (1805).....	227
3.2.2.19. <i>Pharmacopea naval, e castrense</i> (1819).....	233
3.2.2.20. <i>Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras</i> (1º tomo 1833; 2º tomo 1834).....	245
3.2.2.21. <i>Pharmacopéa Lusitana</i> (1841).....	256
3.2.2.22. <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1876).....	262
3.3. A quina e a quinina em revistas médicas e farmacêuticas portuguesas.....	272
3.3.1. <i>Jornal de Coimbra</i>.....	276
3.3.1.1. Artigos originais portugueses e outras referências à quina	276
3.3.1.2. A propósito da chamada quina do Rio de Janeiro e de outras cascas potencialmente febrífugas vindas do Brasil.....	300
3.3.2. <i>Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa e Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana</i>	309
3.3.2.1. Artigos originais portugueses.....	310
3.3.2.2. Traduções, extratos, resumos e adaptações de artigos estrangeiros	325
3.3.2.3. Outras referências à quina e à quinina.....	332
3.3.3. <i>O Instituto</i>	355
3.3.3.1. Artigos originais portugueses.....	355
3.3.3.2. Outras referências à quina e à quinina.....	358
3.3.4. <i>Jornal de Horticultura Pratica</i>	361
3.3.4.1. Artigos originais portugueses.....	361
3.3.4.2. Outras referências à quina e à quinina.....	368
3.3.5. <i>Coimbra Médica</i>	375
3.3.5.1. Artigos originais portugueses.....	375
3.3.5.2. Outras referências à quina e à quinina.....	380
3.3.6. <i>Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos</i>.....	393
3.3.6.1. Resumos de artigos estrangeiros e outras referências à quina e à quinina	393
3.3.7. <i>Anais da Faculdade de Farmácia do Porto</i>	395
3.3.8. <i>Boletim da Escola de Farmácia (Universidade de Coimbra)</i>.....	397
3.3.8.1. Artigos originais portugueses.....	397
3.3.8.2. Outras referências à quina e à quinina.....	402
3.3.9. <i>Jornal dos Farmacêuticos</i>.....	408
3.3.9.1. Artigos originais portugueses.....	408
3.3.9.2. Outras referências à quina e à quinina.....	409
3.3.10. <i>Anais do Instituto de Medicina Tropical</i>.....	411
3.3.10.1. Artigos originais portugueses.....	412
3.3.10.2. Outras referências à quina e à quinina.....	412

3.3.11. Boletim da Escola Superior de Farmácia (Universidade de Lisboa)	421
3.3.11.1. Artigos originais portugueses.....	421
3.3.11.2. Outras referências à quina e à quinina.....	421
3.3.12. Revista Portuguesa de Farmácia	424
3.3.12.1. Artigos originais portugueses.....	424
3.3.12.2. Outras referências à quina e à quinina.....	425
3.3.13. Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical	427
3.3.14. Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	429
3.3.15. Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição Científica (Universidade de Coimbra)	430
3.3.16. Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical	431
3.3.17. Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra	432
3.4. Outros autores e outras obras	437
3.4.1. Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762)	437
3.4.1.1. Breve biografia	437
3.4.1.2. <i>Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra</i> (1756)	439
3.4.2. Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829)	449
3.4.2.1. Breve biografia	449
3.4.2.2. <i>A Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento</i>	451
3.4.3. Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811)	456
3.4.3.1. Breve biografia	456
3.4.3.2. <i>Quinografia Portugueza</i> (1799)	457
3.4.4. Francisco Tavares (1750-1812)	461
3.4.4.1. Breve biografia	461
3.4.4.2. <i>Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota</i> (1802).....	462
3.4.4.3. <i>Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos</i> (1810)	469
3.4.4.4. Outras obras de Francisco Tavares.....	475
3.4.5. Bernardino António Gomes, pai (1768-1823)	477
3.4.5.1. Breve biografia	477
3.4.5.2. <i>Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas</i> (1812)	481
3.4.5.3. Manuscritos de Bernardino António Gomes	501
3.4.6. José Feliciano de Castilho (1769-1826)	506
3.4.6.1. Breve biografia.....	506
3.4.6.2. Contributo de José Feliciano de Castilho para o estudo clínico das cascas brasileiras como possíveis substitutos febrífugos da quina	507
3.4.7. Bernardino António Gomes, filho (1806-1877)	508
3.4.7.1. Breve biografia.....	508
3.4.7.2. <i>Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica</i> (1ª edição - 1851; 2ª edição - 1863; 3ª edição - 1873).....	509
3.4.8. Bernardino Barros Gomes (1839-1910)	515
3.4.8.1. Breve biografia	515
3.4.8.2. Pesquisa de Bernardino Barros Gomes sobre a <i>Cinchona</i>	516

3.4.9. Adolpho Frederico Moller (1842-1920)	520
3.4.9.1. Breve biografia.....	520
3.4.9.2. A produção científica de Adolpho Frederico Moller relacionada com a quina	521
3.4.10. Júlio Augusto Henriques (1838-1928)	523
3.4.10.1. Breve biografia.....	523
3.4.10.2. <i>Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina</i> (1880)	524
3.4.11. Joaquim dos Santos e Silva (1842-1906)	529
3.4.11.1. Breve biografia.....	529
3.4.11.2. A investigação de Joaquim dos Santos e Silva sobre a quina e a quinina.....	531
4. A quina e a quinina na legislação médica e farmacêutica portuguesa	538
4.1. Legislação sobre vinhos quinados	540
4.1.1. Água de Inglaterra	540
4.1.2. Outros vinhos quinados	543
4.2. Legislação sobre medicamentos com quina e quinina	545
4.2.1. Regimento dos preços dos medicamentos (séculos XVIII-XX).....	545
4.2.2. Legislação referente ao exército e marinha portugueses com menções à quina e à quinina	549
4.2.3. Legislação adicional com referências à quina e à quinina em medicamentos	552
4.3. Legislação sobre a quinina em produtos cosméticos e de higiene corporal	556
5. Conclusões	559
6. Fontes e bibliografia	575
7. Apêndices e anexos	684
APÊNDICES	684
ANEXOS	715

Índice de tabelas:

Tabela 1 – Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da <i>Pharmacopeia Geral</i> (1794).....	96
Tabela 2 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1835)	102
Tabela 3 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1836)	106
Tabela 4 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1841)	108
Tabela 5 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1846)	114
Tabela 6 - Tipo de quina utilizado nas fórmulas dos medicamentos com quina presentes no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858)	117
Tabela 7 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858)	120
Tabela 8 - Tipos de quina utilizados na preparação dos medicamentos com quina da <i>Pharmacopêa portugueza</i> (1876)	122
Tabela 9 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da <i>Pharmacopêa Portuguesa</i> (1876).....	125
Tabela 10 - Tipos de quina utilizados na preparação dos medicamentos com quina da <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935).....	127
Tabela 11 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935).....	131
Tabela 12 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da 2ª edição da <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1946) e do seu suplemento (1961).....	134
Tabela 13 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da <i>Farmacopeia Portuguesa V</i> (1987-1996).....	138
Tabela 14 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da <i>Farmacopeia Portuguesa VI</i> (1997-2001)	142
Tabela 15 - Casos de sezões tratados com quina do Rio de Janeiro em substância	306
Tabela 16 - Casos de sezões tratados com cozimento de quina do Rio de Janeiro	307

Índice de quadros:

Quadro 1 - Designação dos medicamentos com quina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1835).....	98
Quadro 2 - Resumo das características dos medicamentos com quina presentes no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (edições de 1835, 1836, 1841 e 1846).....	110
Quadro 3 - Resumo das características dos medicamentos com quinina ou outros alcaloides da quina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (edições de 1835, 1836, 1841 e 1846).....	112
Quadro 4 - Designação dos medicamentos com quina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858).....	115
Quadro 5 - Designação dos medicamentos com quinina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858).....	118
Quadro 6 - Designação dos medicamentos com quinina na <i>Pharmacopêa portugueza</i> (1876).....	123
Quadro 7 - Medicamentos com quina na <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935).....	127
Quadro 8 - Medicamentos com quinina na <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935).....	128
Quadro 9 - Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na <i>Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica</i> (1751).....	181
Quadro 10 - Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na <i>Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica</i> (1772).....	209
Quadro 11 - Designação dos medicamentos com quina na <i>Farmacopêa Lisbonense</i> (1785).....	218
Quadro 12 - Designação dos medicamentos com quina na <i>Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta</i> (1791)..	222
Quadro 13 - Designação dos medicamentos com quina na <i>Farmacopêa Lisbonense</i> (1802).....	224
Quadro 14 - Designação dos medicamentos com quina na <i>Pharmacopea Chymica, Medica, e Chirurgica</i> (1805).....	230
Quadro 15 - Espécies de quina listadas na <i>Pharmacopea naval e castrense</i> (1819)..	236
Quadro 16 - Designação, virtudes e usos terapêuticos dos medicamentos com quina na <i>Pharmacopea naval, e castrense</i> (1819) ..	240
Quadro 17 - Designação e uso medicinal dos medicamentos com quina e derivados da quina na <i>Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras</i> (Tomo I, 1833) ..	246

Quadro 18 - Designação e uso medicinal dos medicamentos com derivados da quina na <i>Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras</i> (Tomo II, 1834).....	251
Quadro 19 - Designação dos medicamentos com quina na <i>Pharmacopéa Lusitana</i> (1841)	259
Quadro 20 - Designação dos medicamentos com quinina na <i>Pharmacopéa Lusitana</i> (1841).....	260
Quadro 21 - Designação dos medicamentos com quina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1876).....	263
Quadro 22 - Designação dos medicamentos com quinina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1876).....	265
Quadro 23 - Títulos e período de publicação das revistas científicas incluídas na análise	274
Quadro 24 - Artigos da polémica do cinchonino no <i>Jornal de Coimbra</i> e n' <i>O Investigador Portuguez em Inglaterra</i> . Cronologia e localização.....	505
Quadro 25 - Análises de amostras de quina de São Tomé, executadas por Joaquim dos Santos e Silva no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra. Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pelos artigos publicados por Joaquim dos Santos e Silva e Silva Machado.	532

Índice de gráficos:

Gráfico 1 - Percentagem de medicamentos com quina e quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas (1794-2001). 143

Nas citações presentes nesta dissertação de doutoramento conservámos a grafia da época.

1. Introdução

A quina, uma casca medicinal antimalárica, é uma das principais drogas vegetais da história da humanidade. Nativa do continente americano, a quina difundiu-se no mundo a partir do século XVII. A quinina, a substância mais relevante extraída da quina, vulgarizada pelo nome de quinino, foi isolada em 1820. A quinina integrou campanhas de saúde pública para erradicação da malária¹ e ainda é usada atualmente no combate a essa doença².

Durante séculos a quina foi usada no tratamento das chamadas febres intermitentes ou sezões, que a historiografia médica tem relacionado com a malária³. Embora existam indícios muito antigos da existência de infecções maláricas⁴, datando pelo menos de 2700 A.C.⁵, até ao século XIX o termo malária não era utilizado para descrever a doença que atualmente conhecemos⁶. Quando a quina se vulgarizou na terapêutica as febres eram consideradas doenças⁷ e classificadas em diferentes categorias e subcategorias como febres contínuas, malignas, intermitentes, remitentes, entre outras⁸.

O uso medicinal da quina veio suprir uma lacuna terapêutica na matéria médica europeia⁹, proporcionando um tratamento eficaz contra as febres causadas pela malária. A quina foi extensamente divulgada enquanto agente medicamentoso¹⁰, e tornou-se no tratamento preferencial das febres intermitentes, sendo depois progressivamente substituída pela quinina. Foi

¹ GOSS, Andrew – Building the world’s supply of quinine: Dutch colonialism and the origins of a global pharmaceutical industry. **Endeavour**. ISSN 01609327. 38:1 (2014) 8–18. doi: 10.1016/j.endeavour.2013.10.002, p. 15.

² WHITE, Nicholas J.; ASHLEY, Elizabeth A. – Malaria. In LOSCALZO, Joseph [et al.](Eds.) - **Harrison’s Principles of Internal Medicine**. 21 ed. [Em linha]. New York, NY : McGraw-Hill Education, 2022 Disponível em WWW:URL:<http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1190519567>.

³ JARCHO, Saul – **Quinine’s Predecessor: Francesco Torti and the Early History of Cinchona**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993. ISBN 0-8018-4466-5, p. XV.

⁴ WEBB JR., James L. A. – **Humanity’s Burden. A Global History of Malaria**. Cambridge : Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0-521-67012-8, p. 1.

⁵ OAKS JR., Stanley C. [et al.](Ed.) – **Malaria: Obstacles and Opportunities**. Washington, D.C. : National Academy Press, 1991. ISBN 0-309-54389-4, p. 37.

⁶ SKINNER, Henry Alan – **The Origin of Medical Terms**. 2ª ed. Baltimore : Williams & Wilkins, 1961, p. 261; KLEIN, Wouter; PIETERS, Toine – The hidden history of a famous drug: Tracing the medical and public acculturation of Peruvian bark in early modern western Europe (c. 1650-1720). **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 14684373. 71:4 (2016) 400–421, p. 404.

⁷ LEE, M. R. – Plants against malaria. Part 1: Cinchona or the Peruvian bark. **The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**. ISSN 1478-2715. 32:3 (2002) 189–196, p. 191; SMITH, Dale C. – Quinine and fever: The Development of the Effective Dosage. **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 00225045. 31:3 (1976) 343–367. doi: 10.1093/jhmas/XXXI.3.343, p. 344.

⁸ BOUMEDIENE, Samir – **La colonisation du savoir. Une histoire des plantes médicinales du “Nouveau Monde” (1492-1750)**. Waregem : Les Éditions des mondes à faire, 2016, p. 180; SMITH – Quinine and fever... p. 344.

⁹ PITA, João Rui – A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII. **Mare Liberum**. ISSN 0871-7788. 17 (1999a) 197-228, p. 200; WEBB JR. – Humanity’s Burden... p. 12.

¹⁰ Stephanie Gänger aborda a disseminação da quina enquanto produto medicinal (GÄNGER, Stefanie – **A Singular Remedy: Cinchona Across the Atlantic World, 1751–1820**. New York : Cambridge University Press, 2021. ISBN 978-1-108-84216-7, p. 26; 54-90).

apenas no segundo quartel do século XX que se fabricaram os primeiros antimaláricos sintéticos, destronando a quinina no combate à malária¹¹. No entanto, a quinina ainda é clinicamente relevante, designadamente devido ao aparecimento de resistências aos outros antimaláricos. Em vários países a quinina por via oral é inclusivamente recomendada como tratamento de primeira linha da malária não complicada no primeiro trimestre da gravidez¹².

A quina foi utilizada como ingrediente na preparação de diversos medicamentos, como os vinhos quinados (medicamentos compostos com vinho e casca de quina). O vinho quinado mais conhecido em Portugal foi a Água de Inglaterra¹³, um remédio secreto de grande popularidade.

A composição química da casca da quina inclui vários alcaloides com atividade medicinal¹⁴. Os principais alcaloides da quina são, para além da quinina, a quinidina, a cinchonina e a cinchonidina¹⁵. A cinchonina foi o primeiro alcaloide da quina a ser isolado, em 1810, pelo médico português Bernardino António Gomes Pai (1768-1823)¹⁶. A quinina foi isolada pelos cientistas franceses Joseph Pelletier (1788–1842) e Joseph-Bienaimé Caventou (1795–1877)¹⁷.

A malária ou paludismo é uma doença capaz de provocar a morte e é causada pela infeção com vários parasitas do género *Plasmodium*. A variante mais mortal é provocada pelo *Plasmodium falciparum*¹⁸. A malária é transmitida através da picada de um mosquito fêmea do género *Anopheles* infetado com o parasita. Nos seres humanos, o ciclo de vida do parasita inclui uma fase dentro dos glóbulos vermelhos, originando a sua destruição. Os paroxismos febris, característicos da malária, são devidos ao rompimento dos glóbulos vermelhos infetados¹⁹. Esses

¹¹ GOSS – Building the world’s supply of quinine... p. 8, 18.

¹² **WHO Guidelines for malaria, 14 March 2023**. Geneva : World Health Organization, 2023, p. 170.

¹³ DIAS, José Pedro Sousa – **A Água de Inglaterra. Paludismo e Terapêutica em Portugal no século XVIII**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. ISBN 978-989-658-182-4, p. 15.

¹⁴ Os alcaloides são substâncias de origem natural caracterizadas por incluírem átomos de azoto na sua constituição. FUNAYAMA, Shinji; CORDELL, Geoffrey A. – **Alkaloids: A Treasury of Posions and Medicines**. [S.l.]: Elsevier, 2015. ISBN 978-0-12-417302-6, p. 5.

¹⁵ KACPRZAK, Karol Michał – Chemistry and Biology of Cinchona Alkaloids. In RAMAWAT, Kishan Gopal; MÉRILLON, Jean Michel (Eds.) – **Natural Products: Phytochemistry, Botany and Metabolism of Alkaloids, Phenolics and Terpenes**. [S.l.]: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2013. ISBN 9783642221446. p. 605–641, p. 605.

¹⁶ PITA – A quina e outras drogas americanas... p. 202-203. Bernardino António Gomes (1768-1823) teve um filho com o mesmo nome, pelo que é comum serem distinguidos através do uso dos termos “Pai” e “Filho”. Bernardino António Gomes Pai, ao descrever o isolamento desta substância, utiliza o termo *cinchonino*. Não obstante, após os estudos sobre a quina efetuados por Joseph Pelletier (1788–1842) e Joseph Bienaimé Caventou (1795–1877), que identificaram a substância como sendo uma base, estes sugeriram que o nome fosse alterado para *cinchonina* – à semelhança de outras bases orgânicas já identificadas (SEMEDO, Maria Guilherme – **Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2016-9>, p. 9). A propósito desta sugestão de Pelletier e Caventou veja-se PELLETIER; CAVENTOU - Des Recherches chimiques sur le Quinquinas. **Annales de Chimie et de Physique**. 15 (1820) 289–318; 337–365, p. 294 e 295.

¹⁷ PELLETIER; CAVENTOU- Des Recherches chimiques sur le Quinquinas...

¹⁸ WHITE e ASHLEY – Malaria.

¹⁹ CRUTCHER, J. M.; HOFFMAN, S. L. – Malaria. In: Baron S. (Ed.). **Medical Microbiology**. [Em linha]. 4th edition. Galveston (Texas): University of Texas Medical Branch at Galveston, 1996. Chapter 83. [Consult. 5 mar. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK8584/>>.

episódios de febre intermitente determinaram a classificação dessas febres como quotidianas (quando apareciam todos os dias), terçãs (quando recorriam ao terceiro dia), ou quartãs (quando recorriam ao quarto dia)²⁰. Na Europa a malária foi endémica até ao século XX e em Portugal apenas foi considerada erradicada em 1973²¹.

A malária é ainda hoje um grave problema de saúde pública. Estima-se que em 2021 tenham ocorrido cerca de 247 milhões de casos mundialmente (95% em África) e 619 000 mortes devido à malária²². É endémica em países do continente americano, africano, asiático e da Oceânia²³, mas a globalização e movimentos de pessoas têm justificado o aparecimento de casos importados também em Portugal²⁴.

A terapêutica atualmente recomendada no tratamento da malária inclui princípios ativos de origem sintética – cloroquina, amodiaquina, mefloquina, entre outros; e princípios ativos de origem vegetal – quinina, quinidina e vários derivados da artemisinina²⁵. Em 2021, a Organização Mundial de Saúde começou a recomendar a vacina RTS,S/AS01 para prevenção da malária por *Plasmodium falciparum*, em crianças em zonas com transmissão média a elevada da malária na África subsariana²⁶. Outras vacinas contra a malária também estão a ser desenvolvidas²⁷. As estratégias atuais de combate à malária incluem igualmente o uso de redes mosquiteiras tratadas com inseticidas²⁸ ou a pulverização de inseticidas no interior das residências²⁹.

Esta tese de doutoramento visa investigar e analisar a receção da quina e da quinina na literatura médica e farmacêutica em Portugal, entre o século XVIII e o século XX. Este estudo diacrónico terá em consideração as instituições e protagonistas envolvidos, as redes estabelecidas e a circulação de saberes no campo médico e farmacêutico. Um dos nossos objetivos consiste em quantificar as monografias da quina, da quinina, de outros alcaloides da quina e dos medicamentos preparados com quina ou com os seus derivados, nas farmacopeias oficiais portuguesas. Outro dos objetivos é a deteção e análise da investigação científica realizada por autores portugueses sobre a quina e a quinina. Pretendemos também identificar os usos medicinais da quina, da quinina, e dos seus medicamentos derivados na literatura médica e farmacêutica, e as propriedades terapêuticas outorgadas à quina e à quinina ao longo da cronologia a estudar. O nosso quarto objetivo consiste na análise da investigação realizada por Bernardino António

²⁰ Os padrões regulares de febre característicos da malária são agora pouco comuns, desde que os doentes recebam rapidamente um tratamento antimalárico eficaz (WHITE e ASHLEY– Malaria).

²¹ BRUCE-CHWATT, Leonard Jan; ZULUETA, Julian de – **The Rise and Fall of Malaria in Europe: a historico-epidemiological study**. Oxford : Oxford University Press, 1980.

²² **World malaria report 2022**. Geneva : World Health Organization, 2022. ISBN 978-92-4-006489-8, p. xix, xxi, 18.

²³ World malaria report 2022.

²⁴ **Orientação da DGS N° 008/2017**.

²⁵ WHO Guidelines for malaria, 14 March 2023, p.153-200.

²⁶ World malaria report 2022, p. xviii, 106.

²⁷ Ibidem, p. xxxiii.

²⁸ Ibidem, p. 64-66.

²⁹ Ibidem, p. 67.

Gomes Pai sobre a quina. Nesse particular iremos estudar o teor da polémica que resultou do isolamento da cinchonina por B. A. Gomes, patente no *Jornal de Coimbra* e n' *O Investigador Portuguez*, e o impacto do seu trabalho em fontes coevas internacionais.

As questões de investigação são as seguintes: qual foi o número absoluto e a percentagem de monografias da quina, e de medicamentos com quina, quinina e outros alcaloides da quina nas farmacopeias oficiais portuguesas? Que estudos foram feitos em Portugal sobre a quina, a quinina, e os seus medicamentos derivados? Quem foram os cientistas responsáveis por esses estudos? Quais foram as instituições envolvidas em Portugal no estudo da quina e da quinina? Como é que o trabalho de Bernardino António Gomes foi avaliado no *Jornal de Coimbra* e nas fontes coevas internacionais? Em que doenças e patologias é que a quina e a quinina foram recomendadas? Quais foram as virtudes ou propriedades terapêuticas atribuídas à quina e à quinina? Quais foram as indicações terapêuticas dos medicamentos com quina e quinina, designadamente da Água de Inglaterra?

Esta tese de doutoramento irá contribuir para o conhecimento das indicações terapêuticas da quina, da quinina, e dos seus medicamentos derivados em Portugal, no período compreendido entre o século XVIII e o século XX. Este ângulo de pesquisa não foi ainda, tanto quanto sabemos, alvo de uma investigação histórica própria, e representa uma dimensão essencial da quina e da quinina: o seu uso medicinal ao longo do tempo. Adicionalmente, esta tese irá concorrer para a identificação e estudo das investigações realizadas por portugueses sobre a quina, a quinina, e os seus medicamentos derivados. Tal poderá contribuir para uma melhor compreensão da relevância da ciência portuguesa e coadjuvar futuros estudos sobre a história da ciência em Portugal. Esta tese irá ainda estudar em particular a controvérsia científica gerada pelo isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes Pai, fruto de um dos mais importantes acontecimentos da ciência portuguesa, e a repercussão internacional deste estudo português.

A nossa pesquisa inicia-se no século XVIII, uma vez que foi nesse século que foi publicada a primeira farmacopeia em português, da autoria de um boticário português, a *Pharmacopeia Lusitana* (1704), e a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* (1794)³⁰. A pesquisa prolonga-se até ao século XX, uma vez que foi neste século que o uso da quinina como antimalárico preferencial entrou em declínio. No segundo quartel do século XX foram produzidos os primeiros antimaláricos sintéticos, e na década de 70 do século XX foi descoberto outro antimalárico de origem natural, a artemisinina³¹. Embora a nossa pesquisa histórica não abranja o século XXI, foi analisado o suplemento de 2001 da *Farmacopeia Portuguesa VI*, de forma a incluir todos os suplementos desta farmacopeia oficial portuguesa,

³⁰ PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – A arte farmacêutica no século XVIII , a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). **Ágora. estudos Clássicos em Debate**. 14:1 (2012) 227–268, p. 236, 244.

³¹ HSU, Elisabeth – Reflections on the «discovery» of the antimalarial qinghao. **British journal of clinical pharmacology**. 61:6 (2006) 666–670. doi: 10.1111/j.1365-2125.2006.02673.x.

cuja publicação se iniciou em 1997. Quanto às publicações periódicas selecionadas para análise, estudaram-se apenas os números e volumes publicados até ao ano 2000.

A história da quina e da quinina na terapêutica em Portugal entrecruza-se com as teorias sobre a febre e sobre as doenças de uma forma mais geral, com questões coloniais (tendo existido plantações portuguesas de árvores da quina em antigas colónias portuguesas), e com o estudo da malária. Não obstante, esta tese não trata especificamente da história das teorias e classificações da febre, da evolução da malária ou do seu estudo em Portugal, da história comercial da quina, ou de questões éticas e sociológicas relacionadas com as antigas colónias portuguesas. O nosso objeto de estudo é a literatura médica e farmacêutica portuguesa, incluindo publicações do domínio da botânica e da química, disciplinas essenciais do campo farmacêutico e médico.

As fontes utilizadas foram: as farmacopeias oficiais e não oficiais portuguesas (as obras mais representativas no campo da farmácia), outras obras de farmacologia e terapêutica, periódicos médicos e farmacêuticos de relevo, obras sobre a quina e sobre a Água de Inglaterra, e legislação nacional.

A análise das farmacopeias oficiais portuguesas visou elucidar a receção da quina e da quinina, enquanto agentes medicamentosos, numa fonte oficial representativa do conhecimento médico e farmacêutico propugnado pelo governo português.

A análise das farmacopeias não oficiais destinou-se a complementar a compreensão das aplicações medicinais da quina, da quinina e dos seus medicamentos derivados, através do uso de farmacopeias que, embora não tivessem valor legal, refletiam também práticas clínicas e recomendações terapêuticas aceites em Portugal. A inclusão das farmacopeias não oficiais é fulcral no nosso estudo, já que as farmacopeias não oficiais analisadas caracterizam-se por conterem geralmente indicações e propriedades terapêuticas das drogas e dos medicamentos que descrevem (ao contrário das farmacopeias oficiais), constituindo por isso uma fonte preciosa para a compreensão dos usos medicinais da quina e da quinina em Portugal.

A análise das revistas médicas e farmacêuticas pretendeu acompanhar a receção da quina e da quinina na literatura médica e farmacêutica portuguesa, através de fontes mais dinâmicas e permeáveis à atualização como são os periódicos científicos, e detetar estudos feitos por cientistas portugueses sobre a quina, a quinina, e os seus medicamentos derivados.

A análise das obras presentes no quinto capítulo teve como objetivo destriçar o conteúdo da pesquisa de alguns autores portugueses conhecidos pelas suas ligações à quina, e identificar igualmente propriedades terapêuticas da quina e da quinina, e os usos medicinais da quina, da quinina, e dos seus medicamentos derivados.

A análise da legislação portuguesa pretendeu elucidar a representação legal da quina e da quinina entre o século XVIII e o século XX, e as implicações dessa presença na legislação portuguesa como reflexo da sua importância medicinal em Portugal.

A revisão da literatura permitiu-nos identificar vários estudos sobre a quina realizados por autores portugueses. Deste modo, analisámos as *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* (1802) e o *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos* (1810), de Francisco Tavares, sinalizados como publicações em que a quina é indicada no tratamento da gota. O nosso estudo inclui também a análise da obra seminal do médico português Bernardino António Gomes – *Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d’outras cascas* (1812)³². Na literatura são também referidas várias obras do foro botânico, dedicadas à quina, e que foram objeto da nossa análise: a *Quinografia portugueza*, da autoria do Frei Mariano da Conceição Velloso; *Cultura das Plantas que dão a Quina* (1864) de Bernardino Barros Gomes; e *Instrucções praticas para a cultura das plantas que dão a quina* (1880), da autoria de Júlio Henriques.

Foram também analisadas duas obras dedicadas aos usos terapêuticos do medicamento português mais célebre preparado com quina, a Água de Inglaterra: *Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra* (1756), da autoria de Jacob de Castro Sarmiento, médico e produtor da dita água; e *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento*, da autoria do médico e divulgador científico Manuel Joaquim Henriques de Paiva.

Julgámos também pertinente a análise de outras obras de Francisco Tavares no âmbito da farmacologia e terapêutica: *Medicamentorum sylloge propriae pharmacologiae exempla sistens in usum academicarum praelectionum* (1787) e *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomodatus* (1786)³³. Analisámos ainda as várias edições da obra *Elementos da Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica* (1851; 1863; 1873), da autoria de Bernardino António Gomes Filho, uma obra relevante no campo da farmacologia em Portugal.

No entanto, a análise de várias obras (como a maioria das farmacopeias não oficiais) teve um carácter exploratório, dado que não tínhamos encontrado referências na literatura à presença da quina e/ou da quinina nessas publicações. O mesmo ocorreu na generalidade das revistas médicas e farmacêuticas, e da legislação portuguesa, onde também tivemos como intuito identificar artigos e legislação sobre o nosso objeto de estudo que não estivessem descritos na literatura.

Nesta tese foram recolhidos e analisados dados qualitativos e quantitativos.

Nas secções relativas às farmacopeias (oficiais e não oficiais) reuniram-se alguns dados quantitativos. Nos outros capítulos e subcapítulos a análise foi puramente qualitativa.

³² GOMES, Bernardino António – Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre a sua influencia na virtude da quina, e d’outras cascas. **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3. Parte 1. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812a. p. 201-216.

³³ Nesta obra não encontramos referências ao nosso objeto de estudo.

Na secção das farmacopeias oficiais portuguesas quantificou-se: o número e percentagem de monografias da quina; o número e percentagem de monografias de drogas americanas; o número e percentagem de medicamentos com quina; o número e percentagem de medicamentos com quinina; o número e percentagem de medicamentos com outros alcaloides da quina; o número e percentagem de medicamentos preparados com drogas americanas ou seus derivados; e o número total de medicamentos. Foi também quantificado: o número total de monografias de drogas vegetais, animais e minerais/químicas; o número total de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo; o número total de drogas africanas, asiáticas e oceânicas; e o número total de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida. Esta análise quantitativa pretendeu clarificar a importância relativa da quina, da quinina, e dos seus medicamentos derivados, face às outras drogas americanas e seus derivados, e aos outros produtos medicinais, numa fonte com valor legal. A avaliação quantitativa da presença de drogas vegetais de origem americana e de outras origens geográficas pretendeu clarificar a importância relativa das drogas americanas face às drogas provenientes de outros locais.

Na secção das farmacopeias não oficiais quantificou-se o número de monografias da quina, e o número de medicamentos com quina, quinina, ou seus medicamentos derivados.

Relativamente à análise qualitativa, em todos os capítulos estudámos o teor das referências à quina e à quinina. Em linha com as nossas questões de investigação, a análise qualitativa incluiu a deteção de indicações terapêuticas da quina, quinina, e seus medicamentos derivados, e das virtudes/propriedades terapêuticas atribuídas à quina e à quinina; e a localização de estudos sobre a quina e a quinina feitos por autores portugueses.

No subcapítulo das revistas médicas e farmacêuticas foram identificados os artigos dedicados à quina e à quinina. O foco principal foi a localização de estudos originais feitos por autores portugueses sobre a quina e/ou a quinina. Não obstante, também identificámos: traduções de artigos estrangeiros (designadamente sob a forma de extratos e resumos); fórmulas com quina, quinina, e seus derivados; e menções dispersas à quina e à quinina.

No subcapítulo *Outros autores e outras obras* analisámos estudos portugueses sobre a quina e/ou quinina, previamente identificados na revisão da literatura, e outras publicações científicas escritas por autores portugueses com associações à quina. Os livros foram caracterizados quanto ao público a que se destinavam (ensino, grande público, médicos ou farmacêuticos, doentes, etc.), aos seus objetivos (indicados pelo autor), e quanto à origem dos dados apresentados, designadamente se se tratava de uma obra de revisão ou se continha informação original. Foi também apresentado um esboço biográfico dos autores.

No último capítulo identificou-se e analisou-se a legislação portuguesa relativa à quina e à quinina, com especial enfoque nas suas aplicações medicinais. Efetuou-se também um resumo da legislação portuguesa relativa ao uso da quina e da quinina em fins não medicinais.

Na nossa pesquisa recorreremos a bibliotecas físicas e digitais.

Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e na Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra consultámos farmacopeias oficiais e não oficiais portuguesas, bem como várias revistas incluídas na nossa análise. Na Biblioteca do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 da Universidade de Coimbra consultámos alguma bibliografia complementar, designadamente para a revisão da literatura. Na BIU Santé Pharmacie da Université Paris Cité e na Bibliothèque de l’Institut de France pesquisámos fontes relacionadas com a repercussão internacional do *Ensaio sobre o cinchonino*. Na biblioteca digital Gallica consultaram-se as obras de Pelletier e Caventou sobre o isolamento da quinina, bem como outras fontes em língua francesa para pesquisa da repercussão em França do trabalho de B. A. Gomes Pai. Na Hemeroteca Digital do Centro de Documentação Farmacêutica consultámos o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* e as publicações que o sucederam. Outras fontes foram consultadas online, através das bibliotecas digitais Internet Archive, Hathitrust Digital Library e Google Books. No site do Diário da República eletrónico realizámos parte da pesquisa sobre a presença da quina e da quinina na legislação portuguesa, designadamente na secção da Legislação Régia.

Nesta secção introdutória (primeiro capítulo) contextualizamos o tema da nossa tese, evidenciando a sua relevância, expomos os objetivos a atingir e as questões de investigação, e apresentamos o âmbito da nossa pesquisa, a sua metodologia e a estrutura da tese.

No segundo capítulo, a revisão da literatura, incluímos uma resenha geral do conhecimento atualmente disponível sobre a história da quina, e apresentamos em pormenor a pesquisa histórica que tem sido realizada sobre a quina e a quinina em Portugal, salientando as lacunas da literatura que motivam o nosso estudo.

O terceiro capítulo é dedicado à presença da quina e da quinina na literatura médico-farmacêutica portuguesa, e está dividido em 3 subcapítulos.

No primeiro subcapítulo, efetuamos uma breve caracterização da literatura médico-farmacêutica publicada em Portugal entre os séculos XVIII e XX.

O segundo subcapítulo, relativo à presença da quina e da quinina nas farmacopeias portuguesas está subdividido em 2 secções: a primeira dedicada às farmacopeias oficiais portuguesas e a segunda dedicada às farmacopeias portuguesas não oficiais. Na secção dedicada às farmacopeias oficiais apresentamos uma análise qualitativa e quantitativa da presença da quina e da quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas, bem como das drogas americanas e dos seus medicamentos derivados. Identificamos algumas virtudes terapêuticas da quina, e usos terapêuticos dos medicamentos com quina e quinina incluídos nestas farmacopeias (os que são declarados e os que são inferidos pelas designações dos medicamentos). Na segunda secção inclui-se a análise das farmacopeias portuguesas não oficiais, com especial enfoque nas indicações e virtudes terapêuticas atribuídas à quina e à quinina, e nas indicações terapêuticas dos

medicamentos preparados com quina, quinina, ou com os seus derivados. São também incluídas listas dos medicamentos com quina, quinina, e seus derivados presentes nestas farmacopeias.

O terceiro subcapítulo abrange a análise da receção da quina e da quinina em várias revistas médicas e farmacêuticas portuguesas representativas da realidade nacional, e a apresentação dos artigos dedicados à quina e à quinina. Neste subcapítulo apontam-se as indicações terapêuticas de diversas fórmulas de medicamentos com quina e quinina, e é abordada a polémica que envolveu o isolamento da cinchonina, entre Bernardino António Gomes e os redatores do *Jornal de Coimbra*. Identificam-se também outros estudos científicos sobre a quina e/ou sobre a quinina realizados por autores portugueses e as instituições onde esses estudos decorreram. Apontam-se ainda os vários temas relacionados com a quina e a quinina que são focados nas publicações periódicas analisadas.

No quarto subcapítulo analisa-se o contributo de diversos autores portugueses para o estudo da quina, através da análise de obras e artigos da sua autoria. A maioria destas publicações são dedicadas exclusivamente à quina. Foram avaliadas as patologias e sintomas em que a quina foi recomendada, e a atividade terapêutica imputada à quina e aos seus medicamentos derivados.

No quarto capítulo aborda-se a presença da quina e da quinina na legislação portuguesa, como espelho dos seus usos em medicamentos e produtos cosméticos, mas referindo também brevemente outra legislação portuguesa publicada sobre a quina e a quinina em usos alimentares e controlo de qualidade.

O quinto capítulo expõe as principais conclusões deste estudo.

No sexto capítulo apresentam-se as fontes e bibliografia utilizadas, e o último capítulo corresponde aos anexos e apêndices.

Esta tese de doutoramento originou diversas apresentações em congressos nacionais e internacionais³⁴, e várias publicações nacionais e internacionais (artigos em revistas³⁵ e capítulos

³⁴ SEMEDO, M.; PITA, J. – Cinchona bark and its alkaloids in the 4th Portuguese official pharmacopoeia. In **13th International Symposium on Pharmaceutical Sciences (ISOPS-13)**. Ankara, Turkey: Ankara University Faculty of Pharmacy, 2021; SEMEDO, M. G.; PITA, J. R.; PEREIRA, A. L. - Francisco Tavares (1750-1812) - Hydrologist and author to the first Portuguese official pharmacopoeia. 48th Congress of the International Society for the History of Medicine Iași -Romania, September 15-18, 2022. Abstract Book. **Medical-Surgical Journal of the Society of Physicians and Naturalists of Iasi-Romania**. 126:3 Suppl. 1 (2022) 124-125. ISSN: 0048-7848.

³⁵ SEMEDO, Maria Guilherme; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a análise química das quinas. **Revista CEPIHS**. 10 (2020) 499–518; SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui – L’isolement de la cinchonine par Bernardino António Gomes (1768-1823) et l’importance de la science française dans la diffusion de sa découverte. **Revue d’histoire de la pharmacie**. LXVIII:408 (2020) 423–432; SEMEDO, Maria Guilherme [et al.] – Quinine in Otolology and Neurotology: Ototoxicity and Historic Role in Therapy. **Otology & Neurotology**. ISSN 1531-7129. 42:1 (2021) 145–152. doi: 10.1097/MAO.0000000000002809; SEMEDO, M. G.; PEREIRA, A. L.; PITA, J. R. – The influence of German science on *Cinchona* and quinine research in Portugal in the second half of the 19th century. **Die Pharmazie**. 76:8 (2021) 396–402. doi: <https://doi.org/10.1691/ph.2021.1050>; SEMEDO, M. G.; PITA, J. R.; PEREIRA, A. L. – Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) e a Água de Inglaterra. **Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI**. 35 (2021) 31–36; SEMEDO, M. G.; PEREIRA, A. L.; PITA, J. R. – Cinchona bark and quinine in the Portuguese official

de livros³⁶), destacando-se a publicação do livro intitulado *Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina*³⁷.

pharmacopoeias (1794–2001). *Die Pharmazie*. 77:7 (2022) 278–285. doi: <https://doi.org/10.1691/ph.2022.2034>; SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui – A quina e a quinina na legislação portuguesa. *Lex Medicinæ*. 19:38 (2022) 19–45.

³⁶ SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui – Quina e quinina: descoberta, difusão e influência na saúde pública. In CORDEIRO, António M. Rochette; DIAS-TRINDADE, Sara; SEBASTIÃO, Dina (Eds.) - **Diálogos Multidisciplinares: investigação em perspetiva**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. ISBN 978-989-26-2020-6. p. 277–290; SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Bernardino António Gomes (1768-1823) e a investigação química sobre a quina. In MALAQUIAS, Isabel; OLIVEIRA, João (Eds.) – **A Evolução da Química: Impactos na Sociedade 1º Encontro Nacional de História da Química**. [S.l.]: UA Editora Universidade de Aveiro Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia, 2021. ISBN 978-972-789-705-6. p. 27–33; SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui - Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e a água de Inglaterra no tratamento da histeria. In PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Eds.) - **História Interdisciplinar da Loucura, Psiquiatria e Saúde mental — XII**. Coimbra: Sociedade de História Interdisciplinar da Saúde, 2022. ISBN 978-989-54537-9-5. p. 490–495; PITA, João Rui; SEMEDO, Maria Guilherme; PEREIRA, Ana Leonor – Two Centuries since the Isolation of Cinchonine: Bernardino António Gomes’s Networks (1768-1823). In BARROSO, Maria do Sameiro; DUFFIN, Christopher John; SILVA, João Alcindo Martins e (Eds.) – **Insights into Portuguese Medical History: From the Birth of the Art of Asclepius**. Newcastle upon Tyne : Cambridge Scholars Publishing, 2022. ISBN 1-5275-8831-9. p. 436–448.

³⁷ SEMEDO – Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina.

2. Revisão da Literatura

A quina, droga americana famosa pela sua aplicação na malária, apresenta um notável percurso na farmácia e medicina europeia e mundial. Sendo originalmente proveniente da América do Sul³⁸, o seu interesse medicinal, económico e social levaria mais tarde à aclimação noutros locais, designadamente no continente asiático (mais notavelmente na ilha de Java) e em África.

O conhecimento da sua existência por parte dos europeus data pelo menos do século XVII³⁹, altura em que iniciou a sua circulação entre o continente americano e a Europa⁴⁰. A farmácia e a medicina portuguesas foram também cativadas por esta planta com propriedades antimaláricas⁴¹. A quinina, o alcalóide da quina que alcançou maior relevância na prática clínica⁴²,

³⁸ COSTA, Alóisio Fernandes – **Farmacognosia**. Vol. II. 1994, 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ISBN 972-31-0141-6, p. 546; NAIR, K. P. Prabhakaran - Cinchona (Cinchona sp.). In **The Agronomy and Economy of Important Tree Crops of the Developing World**. [S.l.]: Elsevier, 2010. ISBN 9780123846778. p. 111–129, p. 116.

³⁹ Fernando Ortiz Crespo argumenta que o uso europeu da planta da quina poderá datar do século XVI, baseando-se em escritos de Nicolás Monardes e Juan Fragoso (CRESPO, Fernando Ortiz - Monardes y Fragoso: Dos protobotánicos del Siglo XVI que se ocuparon de las plantas del Nuevo Mundo y las implicaciones de sus escritos sobre la introducción europea de la corteza del árbol de «quina» (Cinchona). In RIOS, Montserrat; PEDERSEN, Henrik Borgtoft (Eds.) - **Uso y Manejo de Recursos Vegetales. Memorias del Segundo Simposio Ecuatoriano de Etnobotánica y Botánica Económica**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1997. p. 347–360). Alguns autores apoiam esta versão, como Matthew James Crawford e Washington Soares Ferreira Júnior e colegas. A este propósito veja-se CRAWFORD, Matthew James - **The Andean Wonder Drug: Cinchona Bark and Imperial Science in the Spanish Atlantic, 1630-1800**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016. ISBN 0822944522, p. 30 e FERREIRA JÚNIOR, Washington Soares [et al.] - Use and importance of quina (Cinchona sp.) and ipeca (Carapichea ipecacuanha (Brot.) L. Andersson): Plants for medicinal use from the 16th century to the present. **Journal of Herbal Medicine**. ISSN 2210-8033. 2:4 (2012) 103–112, p. 106.

⁴⁰ “La quina se impulso a escala mundial desde el descubrimiento de sus propiedades terapéuticas. La explotación de su corteza comenzó em el siglo XVII [...]” – ANDRÉS TURRIÓN, María Luísa – Las polémicas de la quina. In PUERTO SARMIENTO, Javier (dir) – **Ciencia y técnica en latinoamérica en el período virreinal**. [S. l.]: CESCE. 2005. Vol. 1. p. 127-149, p. 131; COOK, Harold J.; WALKER, Timothy D. - Circulation of medicine in the early modern Atlantic world. **Social History of Medicine**. ISSN 0951631X. 26:3 (2013) 337-351, p. 340; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 33. A propósito da difusão e da importância medicinal e da quina e da quinina veja-se também SEMEDO e PITA – Quina e quinina: descoberta, difusão e influência na saúde pública, p. 277–287.

⁴¹ “Era natural que, havendo sido descoberto um novo continente, se estudassem e empregassem os productos originarios da America, como no seculo anterior [o século XVI] havia sucedido com os da India. Assim effectivamente vemos, sobretudo em Zacuto e Curvo Semmedo, indicadas substancias d’esta proveniencia, muitas das quaes ainda hoje são empregadas e outras desapareceram de todo da pratica. A quina passou então a ser conhecida e constituia a base da famigerada agua de *Fernão Mendes*, cujo segredo foi adquirido por Pedro II.” – LEMOS, Maximiano - **Historia da medicina em Portugal: doutrinas e instituições**. Volume II. Lisboa : Manoel Gomes, Editor, 1899, p. 48-49.

⁴² LANDEIRO, Fausto - A quina e os seus derivados. **Boletim Geral das Colónias**. XII:127 (1936) 29–87, p. 67, 69; ARROW, K. J.; PANOSIAN, C.; GELBAND, H. (EDS.) - **Saving Lives, Buying Time: Economics of Malaria Drugs in an Age of Resistance**. Washington, D. C. : The National Academies Press, 2004, p. 130; VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch; PIETERS, Toine - Science in the service of colonial agro-industrialism: The case of cinchona cultivation in the Dutch and British East Indies, 1852-1900. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. ISSN 13698486. 47 (2014) 12–22. doi: 10.1016/j.shpsc.2014.05.019, p. 12, 19.

tem sido considerada como um medicamento de exceção⁴³. Apesar da sua longa presença na terapêutica (foi isolada em 1820⁴⁴) é ainda utilizada atualmente, nos casos graves e nos casos não complicados de malária provocados por *Plasmodium falciparum*, a estirpe mais letal da doença⁴⁵. Ao permitir a diminuição das mortes devido à malária, a quinina coadjuvou não só a conquista militar como a ocupação propriamente dita dos territórios conquistados⁴⁶.

Por outro lado, a quina, ao contrário de outras drogas como o guaiaco⁴⁷, conseguiu comprovar a sua eficácia quando se começou a aplicar a medicina baseada na evidência⁴⁸.

O estudo da quina é um tema amplo e multifacetado, que envolve a sua dimensão medicinal, comercial e social. A quina foi objeto de inúmeros estudos históricos em diversos países como a Grã-Bretanha, a Espanha ou os Países Baixos⁴⁹, designadamente sobre a história

⁴³ MAGNER, Lois M. - **A history of Medicine**. 2ª Ed. Boca Raton [etc]: Taylor & Francis Group, 2005. ISBN 0-8247-4074-2, p. 343; GOSS, Andrew - Building the world's supply of quinine: Dutch colonialism and the origins of a global pharmaceutical industry. **Endeavour**. ISSN 01609327. 38:1 (2014) 8–18. doi: 10.1016/j.endeavour.2013.10.002, p. 8; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 178; GÄNGER - A Singular Remedy... p. 23.

⁴⁴ PELLETIER; CAVENTOU - Des Recherches chimiques sur le Quinquinas. **Annales de Chimie et de Physique**. 15 (1820) 289–318; 337–365.

⁴⁵ WHITE, Nicholas J.; ASHLEY, Elizabeth A. - Malaria. In LOSCALZO, Joseph [et al.](Eds.) - **Harrison's Principles of Internal Medicine**. 21 ed. [Em linha]. New York, NY : McGraw-Hill Education, 2022. [Consult. 13 abr. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1198225884>. Para além disso a quinina é utilizada no tratamento da babesiose – VANNIER, Edouard; GELFAND, Jeffrey A. - Babesiosis. In LOSCALZO, Joseph [et al.](Eds.) - **Harrison's Principles of Internal Medicine**. 21 ed. [Em linha]. New York, NY: McGraw-Hill Education, 2022. [Consult. 13 abr. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1198225965>; MOORE, Thomas A. - Agents Used to Treat Parasitic Infections. In LOSCALZO, Joseph [et al.] (Eds.) - **Harrison's Principles of Internal Medicine**, 21e [Em linha]. New York, NY : McGraw-Hill Education, 2022. [Consult. 13 abr. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1190519379>.

⁴⁶ Lucille Brockway argumenta que a quinina potenciou a expansão colonial dos britânicos em África entre o final do século XIX e o início do século XX (BROCKWAY, Lucille H. - Kew and Cinchona. In **Science and Colonial Expansion. The Role of the British Royal Botanic Gardens**. New Haven & London : Yale University Press, 2002. ISBN 978-0-300-09143-4. p. 103–139, p. 127-133. A 1ª edição desta obra foi publicada em 1979 e reeditada em 2002). Para Lois Magner, a quinina foi uma das ferramentas que possibilitou a exploração europeia do continente africano e de “grande parte da Ásia” (MAGNER - A history of Medicine (2005), p. 343). Webb Jr. defende que a quinina foi um dos apoios das “iniciativas imperiais”, por ter convencido os decisores militares “de que as perdas causadas pela malária poderiam ser controladas” - WEBB JR., James L. A. - **Humanity's Burden. A Global History of Malaria**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0-521-67012-8, p. 125. Matthew Crawford, por sua vez, declara a quinina como “inegavelmente uma das ferramentas mais importantes do imperialismo europeu nos séculos XIX e XX” - CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 178.

⁴⁷ O guaiaco foi amplamente utilizado no tratamento da sífilis, mas comprovou-se mais tarde a sua ineficácia: “As with other remedies that were not effective in the way they were proclaimed to be, guaiacum eventually fell into disuse.” - EPPENBERGER, Patrick; GALASSI, Francesco; RÜHLI, Frank - A brief pictorial and historical introduction to guaiacum – from a putative cure for syphilis to an actual screening method for colorectal cancer. **British Journal of Clinical Pharmacology**. ISSN 13652125. 83:9 (2017) 2118-2119, p. 2119.

⁴⁸ GACHELIN, G. [et al.]- Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 01410768. 110:2 (2017b) 73-82, p. 81.

⁴⁹ Sobre esta temática vejam-se, por exemplo: BROCKWAY – Kew and Cinchona; ANDRÉS TURRIÓN – Las polémicas de la quina; GOSS, Andrew – Quinine Science. In **The Floracrats: State-Sponsored Science and the Failure of the Enlightenment in Indonesia**. Madison : The University of Wisconsin

do seu cultivo fora da América natal. Wouter Klein e Toine Pieters argumentam que, sobretudo devido à maior quantidade de informação “médico-histórica”, a representação da quina na ciência tem sido a mais estudada recentemente, em detrimento da sua dimensão comercial e social⁵⁰. Ferreira Júnior e colegas apontam, no entanto, que não existe uma análise detalhada do uso da quina ao longo do tempo⁵¹. Em Portugal, o estudo histórico da quina tem sido mais limitado, mesmo sob o ponto de vista da história da farmácia e da medicina.

A nossa investigação acompanha estas duas entidades farmacológicas: o fármaco quina, uma casca americana que se destacou face às outras novas drogas vindas do continente americano⁵² (ipecacuanha, guaiaco, salsaparrilha, etc.), reconhecida como a “grande novidade farmacológica do século XVII”⁵³ por Laín Entralgo; e o seu alcaloide quinina, a substância extraída da quina que adquiriu maior relevância na terapêutica⁵⁴.

A presente revisão da literatura está organizada do seguinte modo: contextualização sucinta do tema da tese no âmbito da história da farmácia, especificamente a importância das drogas americanas e da exploração de novos continentes pelos europeus; observação e discussão de alguns dos marcos da história da quina e da quinina, apresentando uma panorâmica do conhecimento existente e da sua evolução; identificação e análise das principais facetas da história da quina/quinina que têm sido alvo de investigação académica (e as discordâncias entre os autores); caracterização da pesquisa histórica que tem sido realizada sobre a quina e a quinina no contexto português; e reconhecimento de algumas lacunas no conhecimento relativo à quina e à quinina em Portugal, e que motivam o nosso estudo.

As drogas americanas e a exploração marítima

A exploração marítima originou grandes alterações no modo de vida das populações. Essas mudanças incluíram o intercâmbio de plantas (com fins alimentares e medicinais por exemplo) e outras mercadorias, de doenças e de populações.⁵⁵ Como apontam Harold Cook e

Press, 2011. ISBN 978-0-299-24863-5. p. 33-58; HOOGTE, Arjo Roersch VAN DER; PIETERS, Toine – Science in the service of colonial agro-industrialism...; CRAWFORD – The Andean Wonder Drug...; DEB ROY, Rohan – **Malarial Subjects: Empire, Medicine and Nonhumans in British India, 1820–1909**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

⁵⁰ KLEIN, Wouter; PIETERS, Toine - The hidden history of a famous drug: Tracing the medical and public acculturation of Peruvian bark in early modern western Europe (c. 1650-1720). **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 14684373. 71:4 (2016) 400–421.

⁵¹ FERREIRA JÚNIOR [et al.] - Use and importance of quina ...p. 104.

⁵² GÄNGER - A Singular Remedy...p. 50; WALKER, Timothy D. - The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). **Social History of Medicine**. ISSN 0951-631X. 26:3 (2013) 403–431. doi: 10.1093/shm/hkt010, p. 407.

⁵³ “[...] la quina fue la gran novedad farmacológica del siglo XVII [...]” - LAÍN ENTRALGO, Pedro - **Historia de la medicina**. Barcelona: Salvat Editores S. A., 1978. ISBN 8434514184, p. 365.

⁵⁴ VAN DER HOOGTE e PIETERS - Science in the service of colonial agro-industrialism...p. 12; NAIR - Cinchona (Cinchona sp.), p. 111. A quinina foi também “um dos primeiros medicamentos produzidos e vendidos por uma indústria farmacêutica global” - GOSS - Building the world’s supply of quinine... p. 8.

⁵⁵ NUNN, Nathan; QUIAN, Nancy – The Columbian Exchange: A History of Disease, Food and Ideas. **Journal of Economic Perspectives**. ISSN 0895-3309. 24:2 (2010) 163-188, p. 163.

Timothy Walker, o comércio marítimo potenciou a transformação do arsenal terapêutico mundial: “Um resultado do período inicial de comércio marítimo, então, foi que novos medicamentos e práticas entraram nas farmacopeias das pessoas que viviam em torno do litoral Atlântico, transformando os repertórios médicos ao longo dos hemisférios”⁵⁶.

O contacto dos europeus com as drogas do continente americano, teve um efeito profundo na terapêutica, tendo a sua importância sido destacada por diversos autores⁵⁷. Stefanie Gänger evidencia a importância das drogas americanas salientando que, nos finais do século XVIII e no início do século XIX, estas eram perçecionadas por muitos indivíduos como “uma série de remédios milagrosos”⁵⁸, nos quais se incluíam o guaiaco, a salsaparrilha, e a quina. Os jesuítas tiveram um importante contributo no estudo e disseminação dessas drogas⁵⁹, pelo que o seu nome ficou associado a muitos desses remédios, como ocorreu com a quina⁶⁰.

O comércio das plantas americanas beneficiou várias nações europeias detentoras de domínios ultramarinos, de entre elas Portugal⁶¹. No que concerne à quina em particular, apesar

⁵⁶ Citação original: “One result of the early period of seaborne commerce, then, was that new medicines and practices entered the pharmacopoeias of the peoples living around the Atlantic littoral, transforming medical repertoires throughout the hemispheres.” - COOK e WALKER - *Circulation of medicine in the early modern Atlantic world*, p. 338. Tradução nossa.

⁵⁷ “No que diz respeito às drogas resultantes da expansão ultramarina deve dizer-se que as drogas americanas foram as mais significativas no impacto que tiveram na terapêutica europeia” – PITA, João Rui - **História da Farmácia**. 2ª Ed. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. ISBN 972-8318-39-39-1, p. 156. A este propósito veja-se também, por exemplo, LAÍN ENTRALGO - *Historia de la medicina*, p. 364; ou ANAGNOSTOU, Sabine - *Jesuits in Spanish America: Contributions to the Exploration of the American Materia Medica*. **Pharmacy in History**. ISSN 00317047. 47:1 (2005) 3-17. A propósito da perçecionada utilidade de várias drogas vindas do continente americano veja-se GÄNGER - *A Singular Remedy...* p. 50.

⁵⁸ GÄNGER - *A Singular Remedy...* p. 50.

⁵⁹ “On a large scale Jesuit missionaries contributed to the exploration of the American materia medica, to the transfer of American drugs to Europe, and finally to their distribution all over the world.” – ANAGNOSTOU - *Jesuits in Spanish America ...* p. 4. O contributo dos jesuítas para a divulgação das plantas americanas é destacado por numerosos autores. Para uma perspectiva do estudo de plantas brasileiras pelos jesuítas veja-se, por exemplo, CALAINHO, Daniela Buono – *Farmacopéia e Drogas Mediciniais no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista*. **Anais de História de Além-Mar**. ISSN: 0874-9671. 7 (2006) 213-229, p. 216-217.

⁶⁰ ANAGNOSTOU - *Jesuits in Spanish America ...* p. 4. Também Aloísio Fernandes Costa (entre muitos outros autores) menciona este facto a respeito da quina: “Os jesuítas desempenharam um papel de relevo nesta conjuntura [...] Organizaram [...] um verdadeiro monopólio, mas se os ricos pagavam o pó por boa soma de dinheiro, aos pobres era distribuído graciosamente. Por este motivo passou também a designar-se por *Pulvis Jesuíticus* ou *Pulvis Patrum*.” – COSTA, Aloísio Fernandes - **O problema das quinias**. Lisboa: Cosmos. Biblioteca Cosmos, 1944, p. 14.

⁶¹ “[...] Spain was not the only supplier of many of the medicinal plants that grew within its American possessions. Spain had a ‘natural’ monopoly over some medicinal plants – cinchona, cachalagua and Peruvian balsam – but others prospered also in Portuguese, Dutch, French and British American territories.” - GÄNGER, Stefanie - *World Trade in Medicinal Plants from Spanish America, 1717–1815*. **Medical History**. ISSN 0025-7273. 59:1 (2015) 44-62, p. 48. A respeito da circulação de conhecimento sobre drogas provenientes do Brasil, designadamente a sua menção em várias obras (escritas sobretudo em português, como farmacopeias) veja-se, por exemplo, CALAINHO – *Farmacopéia e Drogas Mediciniais no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista*; FERRAZ, Márcia, H. M.; ALFONSO-GOLDFARB, Ana M.; WAISSE, Sílvia I.- *A formação da matéria médica moderna a partir do século XIX: o Brasil como estudo de caso*. **Estudos do Século XX**. ISSN: 1645-3530. 12 (2012) 177–196; WALKER- *The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World...* Relativamente ao comércio de drogas na “América portuguesa” veja-se também WALKER - *The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World...* e ALMEIDA, Danielle Sanches de - **O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América**

do domínio oficial espanhol das zonas nativas da quina, os portugueses estariam também envolvidos no contrabando da quina (designadamente através do Rio Maranhão, e em grandes quantidades⁶²), a par dos holandeses, britânicos e franceses, num mercado paralelo que ultrapassaria largamente o comércio oficial controlado pelos espanhóis⁶³.

A quina e a sua importância no contexto das drogas americanas

De entre as drogas americanas, a quina foi uma das mais bem-sucedidas⁶⁴. Teve uma ampla disseminação enquanto substância medicinal, e foi comercializada em grandes quantidades⁶⁵. O termo quina é utilizado para designar a casca seca de plantas do género *Cinchona* (*Cinchona pubescens* Vahl, *Cinchona calisaya* Wedd., e também as suas variedades e híbridos)⁶⁶. A árvore propriamente dita é geralmente designada como quineira, embora também possa ser chamada de quina⁶⁷. A quinina, um dos alcalóides da quina, é atualmente reconhecida pelo seu efeito no tratamento da malária. No entanto, a quina foi inicialmente comercializada para o tratamento das ditas “febres intermitentes”⁶⁸. A historiografia médica tem frequentemente interpretado essas febres intermitentes como manifestações da malária⁶⁹, designadamente as chamadas febres terças ou quartãs⁷⁰. No entanto, é necessário ressaltar que podem existir febres

portuguesa, 1750-1808. [S.l.]: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz; École des Hautes Études en Sciences Sociales. Centre Alexandre Koyré. 2017. 380 p. Tese de doutoramento.

⁶² GÄNGER - A Singular Remedy...p. 61.

⁶³ Ibidem, p. 59-63.

⁶⁴ COOK e WALKER— Circulation of medicine in the early modern Atlantic world, p. 340 e 341; PITA – A quina e outras drogas americanas...p. 197-198; GÄNGER - A Singular Remedy...p. 50, 52.

⁶⁵ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 26; 54-90.

⁶⁶ CABRAL, Célia; PITA, João Rui; SALGUEIRO, Lígia - **Plantas medicinais: entre o passado e o presente: a coleção de fármacos vegetais da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (séculos XIX-XX)**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. ISBN 978-989-26-0874-7, p. 127.

⁶⁷ COSTA - O problema das quinas, p. 13.

⁶⁸ ANDRÉS TURRIÓN – Las polémicas de la quina, p. 129.

⁶⁹ OAKS JR., Stanley C. [et al.](Ed.) - **Malaria: Obstacles and Opportunities**. Washington, D.C. : National Academy Press, 1991. ISBN 0-309-54389-4, p. 37; JARCHO, Saul - **Quinine's Predecessor: Francesco Torti and the Early History of Cinchona**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993. ISBN 0-8018-4466-5, p. xv.

⁷⁰ ANDRÉS TURRIÓN - Las polémicas de la quina, p. 134. As febres terças apresentam ataques febris que recorrem no terceiro dia, isto é, a cada 48 horas; e as febres quartãs são as que recorrem ao quarto dia, isto é, a cada 72 horas - WEBB JR. – Humanity's Burden ...p. 4.

com um padrão intermitente que não são causadas pela malária⁷¹. Apesar da malária⁷² ser aparentemente uma doença muito antiga⁷³, a sua definição moderna apenas começa a desenhar-se entre o final do século XIX e o início do século XX, com a identificação dos seus agentes causais (várias espécies de parasitas pertencentes ao género *Plasmodium*), e com o esclarecimento do ciclo de vida do parasita, que envolve mosquitos fêmea infetados do género *Anopheles*, que transmitem a doença aos seres humanos através da sua picada⁷⁴.

A extensa produção científica que tem vindo a ser realizada a nível nacional e internacional tendo como objeto a quina ou a quinina é um indício da sua influência, e revela o reconhecimento do seu valor. Deste modo, a história da quina e dos seus alcalóides insere-se numa corrente historiográfica muito profícua em diversos países como a Espanha, a Grã-Bretanha, os Países Baixos, ou a França. Stefanie Gänger (2021) destaca, no entanto, a predominância dos estudos relacionados com os britânicos e espanhóis⁷⁵. Para além de numerosos livros e artigos científicos, o estudo de diversas facetas da história da quina e da quinina tem resultado também em teses de doutoramento⁷⁶. Tal demonstra, por um lado, a importância da

⁷¹ BUSH, Larry M.; VAZQUEZ-PERTEJO Maria T. – **Brucellosis (Undulant Fever; Malta Fever; Mediterranean Fever; Gibraltar Fever)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em abr. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msdmanuals.com/professional/infectious-diseases/gram-negative-bacilli/brucellosis>>; KONTZIAS, Apostolos – **Hereditary Cryopyrin-Associated Periodic Syndromes (Cryopyrinopathies)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em jan. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msdmanuals.com/professional/pediatrics/hereditary-periodic-fever-syndromes/hereditary-cryopyrin-associated-periodic-syndromes-cryopyrinopathies>>; MARIE, Chelsea; PETRI JR., William A. – **Fascioliasis (Common Liver Fluke Infection; Sheep Liver Fluke Infection)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em ago. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msdmanuals.com/professional/infectious-diseases/trematodes-flukes/fascioliasis>>; PEARSON, Richard D. – **African Trypanosomiasis (African Sleeping Sickness)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em nov. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msdmanuals.com/professional/infectious-diseases/extraintestinal-protozoa/african-trypanosomiasis>>.

⁷² A palavra malária derivará do termo italiano *mal' aria*, descrito no século XVI para designar o “mau ar” proveniente das emanações miasmáticas dos pântanos. No século XVII o termo *male d'aria* começa a aparecer em documentos italianos (JARCHO - Quinine's Predecessor... p. 189). O termo malária terá sido introduzido na literatura inglesa apenas no século XIX (SKINNER, Henry Alan - **The Origin of Medical Terms**. 2ª ed. Baltimore : Williams & Wilkins, 1961, p. 261).

⁷³ WEBB JR. – Humanity's Burden ...p. 1; OAKS JR. [et al.] - Malaria: Obstacles and Opportunities, p. 37.

⁷⁴ LOBO, Rita – Malária: estudo, combate e erradicação (1903-1958). In VELOSO, A. J. Barros; MORA, Luiz Damas; LEITÃO, Henrique (Ed.) – **Médicos e Sociedade: Para uma História da Medicina em Portugal no século XX**. Lisboa: By the Book, 2017. ISBN 978-989-8614-56-8. p. 413-423, p. 413; COX, Francis EG - History of the discovery of the malaria parasites and their vectors. **Parasites & Vectors**. 3:5 (2010). doi: <https://doi.org/10.1186/1756-3305-3-5>.

⁷⁵ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 17.

⁷⁶ CUVI, Nicolás - **Ciencia e imperialismo en América Latina: la Misión de Cinchona y las estaciones agrícolas cooperativas (1940-1945)**. [S.l.]: Centre d'Estudis d'Història de les Ciències, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009. 341 p. Tese de doutoramento; CRAWFORD, Mathew James - **Empire's experts : the politics of knowledge in Spain's royal monopoly of quina (1751-1808)**. [S.l.]: University of California, San Diego. 2009. 389 p. Tese de doutoramento; VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch – **Colonial Agro-Industrialism. Science, Industry and the State in the Dutch Golden Alkaloid Age, 1850-1950**. Utrecht: Freudenthal Institute for Science and Mathematics Education, Faculty of Science,

droga a diferentes níveis (terapêutico, comercial...) e, por outro, a absoluta necessidade de se realizarem estudos setoriais sobre a quina em Portugal.

No domínio internacional, sobre a história da introdução e vulgarização da quina na terapêutica salientam-se os trabalhos de Saul Jarcho⁷⁷, Jaime Jaramillo-Arango⁷⁸, A. W. Haggis⁷⁹, Francisco Guerra⁸⁰, Wouter Klein e Toine Pieters⁸¹, e Samir Boumediene⁸². No que respeita à circulação de conhecimento sobre a quina, designadamente conhecimento médico entre meados do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX destaca-se a investigação de Stefanie Gänger⁸³. Por seu turno, Andreas-Holger Maehle⁸⁴ aborda estudos do século XVIII relativos à atividade terapêutica da quina e G. Gachelin e colegas⁸⁵ apresentam um quadro geral do uso da quina e da quinina na profilaxia e tratamento da malária entre o século XVII e o século XX.

Alguns livros de âmbito mais geral contêm também secções importantes sobre a quina e a quinina⁸⁶. Também têm sido publicados vários livros relacionados com história da quina e da quinina que, embora detalhados e com várias informações relevantes sobre a sua história, não apresentam “referências exatas”, dificultando o seu uso como base de trabalhos históricos⁸⁷. Estas publicações apresentam apenas listas finais de bibliografia, e não uma referência a par e passo

Utrecht University. 2015. 216 p. Tese de doutoramento; VEALE, Lucy - **An historical geography of the Nilgiri cinchona plantations, 1860-1900**. Nottingham: University of Nottingham. 2010. 394 p. Tese de doutoramento; KLEIN, Wouter - **New Drugs for the Dutch Republic: The Commodification of Fever Remedies in the Netherlands (c. 1650-1800)**. [S.l.] : Utrecht University. 2018. 341 p. Tese de doutoramento.

⁷⁷ JARCHO – Quinine’s Predecessor...

⁷⁸ JARAMILLO-ARANGO, Jaime – A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona. **Botanical Journal of the Linnean Society**. ISSN 0024-4074. 53:352 (1949) 272–311.

⁷⁹ HAGGIS, A. W. – Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I. **Bulletin of the History of Medicine**. ISSN 0007-5140. 10:3 (1941a) 417–459; HAGGIS, A. W. – Fundamental Errors in the Early History of Cinchona. **Bulletin of the History of Medicine**. ISSN 0007-5140. 10:4 (1941b) 568–592.

⁸⁰ GUERRA, F. – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I. **The Journal of tropical medicine and hygiene**. ISSN 0022-5304. 80:6 (1977) 112-118; GUERRA, Francisco – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II. **The Journal of tropical medicine and hygiene**. 80:7 (1977) 135–140.

⁸¹ KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug...

⁸² BOUMEDIENE – La colonisation du savoir...

⁸³ GÄNGER – A Singular Remedy...

⁸⁴ MAEHLE, Andreas-Holger – **Drugs on Trial: Experimental Pharmacology and Therapeutic Innovation in the Eighteenth Century**. Leiden, The Netherlands: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-33329-1, p. 223–309.

⁸⁵ GACHELIN, G. [et al.] – Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 01410768. 110:1 (2017a) 31–40; GACHELIN, G. [et al.] – Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 01410768. 110:2 (2017b) 73-82.

⁸⁶ Veja-se, por exemplo, MAEHLE, Andreas-Holger - Drugs on Trial...; PUERTO SARMIENTO, Javier (Dir.) – **Ciencia y técnica en latinoamérica en el período virreinal**. [S. l.]: CESCE. 2005. Vol. 1, p. 127-149; NAIR, K. P. Prabhakaran - **The Agronomy and Economy of Important Tree Crops of the Developing World**. [S.l.]: Elsevier, 2010. ISBN 9780123846778, p. 111–129; ou SHERMAN, Irwin W. – **Magic Bullets To Conquer Malaria: From Quinine to Qinghaosu**. Washington, DC: ASM Press, 2011 (especialmente a secção relativa à quinina, p. 23-51).

⁸⁷ MAEHLE – Drugs on Trial... p. 224.

das respetivas fontes utilizadas em cada porção do texto. Não obstante, as listas bibliográficas dessas publicações são frequentemente fontes importantes para a história da quina e da quinina⁸⁸.

Uma parte significativa da atenção académica tem sido dirigida à introdução da quina na terapêutica, nomeadamente a alguns dos “Factos Básicos na História da Cinchona” elencados por Jaime Jaramillo-Arango (1949)⁸⁹: se os nativos americanos conheciam as propriedades medicinais da quina; como é que os europeus descobriram as suas virtudes terapêuticas; quem primeiro introduziu a quina na Europa e quando é que tal ocorreu⁹⁰; as primeiras referências na literatura europeia à quina; a confusão com outras plantas; e as acesas discussões entre vários autores no século XVII relativamente à sua eficácia.

Francisco Guerra abordou precisamente a questão do conhecimento/desconhecimento do efeito terapêutico da quina por parte dos habitantes indígenas do continente americano afirmando: “A evidência negativa que indica que as civilizações andinas não estavam cientes das virtudes antimaláricas da Cinchona é muito mais sólida do que se pensava habitualmente”⁹¹. Francisco Guerra aponta ainda que o uso desregrado da quina, e em febres que não eram intermitentes, tinha originado “recaídas, complicações e até mortes”⁹², e que os médicos desaprovavam o uso desta potente droga por pessoal não qualificado⁹³. Jaramillo-Arango, por outro lado, argumenta que esse conhecimento “provavelmente era circunscrito a certas tribos, especialmente na vizinhança de Loxa”⁹⁴. Também Maria Luísa Andrés Turrión apoia a visão de que os nativos americanos conheciam as virtudes terapêuticas da quina⁹⁵. Webb Jr., por seu turno, argumenta que é provável

⁸⁸ Neste particular refiram-se, por exemplo, DURAN-REYNALS, Marie Louise de Ayala - **The fever bark tree: the pageant of quinine**. Garden City, New York: Doubleday & Company, 1946. ISBN 1258421127; GRAMICCIA, Gabriele - **The Life of Charles Ledger (1818-1905): Alpacas and Quinine**. Houndmills [etc.] : Macmillan Press, 1988. ISBN 978-1-349-09949-8; HONIGSBAUM, Mark - **The fever trail: in search of the cure for malaria**. New York: Picador, 2003. ISBN 0-312-42180-X; ROCCO, Fiammetta - **The Miraculous Fever-Tree: Malaria, Medicine and the Cure that Changed the World**. [S.l.]: Harper Press, 2012. ISBN 9780007392797.

⁸⁹ JARAMILLO-ARANGO, Jaime - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona. **Botanical Journal of the Linnean Society**. ISSN 0024-4074. 53:352 (1949) 272–311.

⁹⁰ Saul Jarcho investigou e elucidou parte da história da quina no século XVII e no início do século XVIII, designadamente a sua descoberta, introdução e disseminação na terapêutica europeia e respetivas controvérsias associadas, focando-se particularmente na dita Europa ocidental. Aborda também especificamente o conteúdo do livro *Therapeutice specialis* (1ª edição 1712) do médico italiano Francesco Torti (1658-1741), que contém uma “Árvore das Febres” onde se explicitam as febres que seriam curadas pelo uso da quina, e que correspondiam a vários tipos de febres intermitentes (JARCHO - Quinine’s Predecessor...).

⁹¹ “The negative evidence indicating that Andean civilizations were not aware of the antimalarial virtue of Cinchona is far more solid than usually thought.” - GUERRA, F. – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I. **The Journal of tropical medicine and hygiene**. ISSN 0022-5304. 80:6 (1977) 112-118, p. 113-114.

⁹² GUERRA – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I, p. 116.

⁹³ “No doubt, like Caldera de Heredia, physicians resented laymen meddling with a drug so powerful and dangerous.” – GUERRA – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I, p. 117.

⁹⁴ JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona, p. 275.

⁹⁵ “En la segunda mitad del siglo XVI, los jesuitas llegaron a los Andes y se interesaron por la quina, un producto natural bien conocido por los indios al que consideraban una especie de panacea, pero especialmente indicado como remedio contra la humedad y el frío.” - ANDRÉS TURRIÓN – Las polémicas de la quina (2005), p. 133.

que os Incas, conhecendo as propriedades febrífugas da quina, a tenham aplicado no tratamento da malária, descobrindo assim que esta era eficaz no tratamento dessa doença⁹⁶.

Quanto à descoberta pelos europeus dos efeitos terapêuticos da quina, a história mais famosa envolve a Condessa de Chinchón⁹⁷, mulher do Vice-Rei do Perú, alegadamente curada pela quina, narrativa que circulou praticamente incontestada por um longo período. Atualmente, no entanto, a maioria dos acontecimentos descritos nesta história foram refutados, nomeadamente nos trabalhos de A. W. Haggis⁹⁸ e Jaime Jaramillo-Arango⁹⁹, muito devido à descoberta do diário do Conde de Chinchón¹⁰⁰. Este diário, escrito pelo seu secretário Juan Antonio Suardo, abrange o período em que o Conde de Chinchón foi Vice-Rei do Perú, e neste não há menção à quina no tratamento de qualquer membro da família¹⁰¹, apesar do conde ter sido aparentemente vítima de febres intermitentes¹⁰². Vários outros autores têm também focado o tema das imprecisões históricas, lendas e narrativas associadas à descoberta das propriedades terapêuticas da quina¹⁰³. A atribuição da descoberta das propriedades medicinais da quina aos habitantes nativos da América do Sul é frequente¹⁰⁴, embora algumas histórias incluam contornos caricatos envolvendo felinos ou árvores de quina tombadas dentro de lagos¹⁰⁵. Stefanie Gänger indica que a *Cinchona*

⁹⁶ WEBB JR. – Humanity’s Burden ...p. 94.

⁹⁷ A história da condessa de Chinchón é uma presença frequente na historiografia sobre a quina. Veja-se, por exemplo, GUERRA, Francisco – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II. **The Journal of tropical medicine and hygiene**. 80:7 (1977) 135–140, p. 138-139; JARCHO - Quinine’s Predecessor... p. 1-4; BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 196-198; 213-214; ou GÄNGER - A Singular Remedy...p. 32.

⁹⁸ HAGGIS, A. W. - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I. **Bulletin of the History of Medicine**. ISSN 0007-5140. 10:3 (1941a) 417–459 e HAGGIS, A. W. - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona. **Bulletin of the History of Medicine**. ISSN 0007-5140. 10:4 (1941b) 568–592.

⁹⁹ JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona.

¹⁰⁰ A este respeito Francisco Guerra afirma: “The finding in 1930, for Sir Henry Wellcome, at the General Archive of the Indies, Seville, of the Count of Chinchon’s diary (1629-1639) written by his secretary Antonio Suardo, should have dismissed the legend of the Countess’s cure for ever; but legends die hard and this one still lingers in every book on Cinchona”. – GUERRA – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II, p. 138.

¹⁰¹ “[...] the absence of any mention of the remedy or of any serious illness of the Countess in the official Diary of the Count of Chinchon strongly suggests that the romantic story of the cure of the Countess by Cinchona is no more than a fable. [...] she never returned to Spain, but died at Carthage, Columbia, on 14th January 1641, and so could never have brought the remedy to Europe, nor distributed it to the poor of her native country”. – HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona (1941b), p. 586.

¹⁰² *Ibidem*, p. 574-577.

¹⁰³ A este propósito veja-se, por exemplo, GUTIERREZ-GOLOMER, Leonardo - Confusions historiques à propos du quinquina. **Revue d’histoire de la pharmacie**. ISSN 0300-9513. 56:199 (1968) 187–190; NIETO OLARTE, Mauricio - **Remedios para el imperio: historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo**. 2^a ed. Bogotá : Universidad de Los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Historia, Centro de Estudios Socioculturales e Internacionales - CESO: Ediciones Uniandes, 2006. ISBN 978-958-695-253-8, p. 167-169; GONZÁLEZ BUENO, Antonio - Mitos y leyendas en torno al descubrimiento de la utilidad terapéutica de las quininas. In VILLAR DEL FRESNO, Ángel & DOADRIO, Antonio L. (Ed.) - **Homenaje a Don César González Gómez. Las Quinas**. Real Academia Nacional de Farmacia, 2008. p. 37-49; GÄNGER - A Singular Remedy...p. 30-53.

¹⁰⁴ JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona, p. 274-275; GUTIERREZ-GOLOMER - Confusions historiques à propos du quinquina, p. 187-188; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 30, 33-34.

¹⁰⁵ NIETO OLARTE - Remedios para el imperio... (2006), p. 167-168; GONZÁLEZ BUENO - Mitos y leyendas... p. 38-39.

“certamente estava entre os mais renomados e celebrados dos remédios supostamente descobertos pelos «selvagens» e rústicos da época”¹⁰⁶.

Aos jesuítas atribui-se geralmente um papel fulcral no comércio da quina. Maria Luísa Andrés Turrión aponta que a Companhia de Jesus foi a principal responsável pela promoção e disseminação da exportação da casca de quina para a Europa¹⁰⁷. Timothy Walker, por sua vez, refere a produção, por parte dos jesuítas nas suas farmácias em Lisboa, no Rio de Janeiro e em Macau, de vários medicamentos febrífugos à base de quina em pó¹⁰⁸. Walker menciona igualmente a criação e venda, por parte da farmácia dos Jesuítas do Recife, de um medicamento destinado ao tratamento da febre e que continha quina pulverizada, bem como produtos medicinais provenientes da Índia¹⁰⁹. Danielle Sanches de Almeida também menciona a criação de receitas de medicamentos com quina (e outras drogas americanas) por parte dos jesuítas¹¹⁰. Sabine Anagnostou, por seu turno, aponta que a quina foi distribuída mundialmente pelos jesuítas¹¹¹.

Os padres da companhia de Jesus são também creditados com a realização de testes iniciais na América do Sul, em que verificaram a eficácia da casca de quina no tratamento das febres intermitentes/terçãs e quartãs¹¹². Esses testes teriam sido realizados depois de observarem que alguns habitantes indígenas utilizavam a casca em pó para combater tremores depois da exposição à humidade e ao frio¹¹³.

No que concerne à introdução da quina na Europa¹¹⁴, uma das personalidades que foi propugnada foi Juan de Vega, o médico do referido Conde de Chinchón. Haggis e Jaramillo-Arango advogam que Juan de Vega não poderia tê-lo feito uma vez que nunca regressou a Espanha. Fernando Guerra, pelo contrário, apoia essa versão¹¹⁵, citando afirmações de Gaspar

¹⁰⁶ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 49.

¹⁰⁷ ANDRÉS TURRIÓN – Las polémicas de la quina, p. 133.

¹⁰⁸ WALKER – The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World ...p. 429.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 419.

¹¹⁰ ALMEIDA - O trato das plantas...p. 85.

¹¹¹ ANAGNOSTOU – Jesuits in Spanish America...p. 9.

¹¹² GUERRA – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I, p. 116-118, citando os escritos de Gaspar Caldera de Heredia (1591-c.1669), Pedro Miguel de Heredia (c. 1578-1659) e Diego Salado Garces (c. 1610-c. 1685).

¹¹³ GUERRA – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I, p. 116-118, citando os escritos de Gaspar Caldera de Heredia, Gaspar Bravo de Sobremonte (1610-1683), Pedro Miguel de Heredia e Diego Salado Garces. Andrés Turrión também descreve o uso da quina pelos índios como “remédio contra a humidade e o frio” - ANDRÉS TURRIÓN - Las polémicas de la quina, p. 133.

¹¹⁴ A este propósito veja-se HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a); HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona (1941b); JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona; GUERRA – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I, p. 113-114; GUERRA – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II; ORTIZ CRESPO, Fernando I. - Fragoso, Monardes and pre-Chinchonian knowledge of Cinchona. *Archives of Natural History*. 22:2 (1995) 169–181; ORTIZ CRESPO - Monardes y Fragoso...p. 347–360.

¹¹⁵ “Haggis made a fundamental error by denying that Juan de Vega, physician of the Count of Chinchon, had imported the first cargo of Cinchona into Europe in 1641.” - GUERRA – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II, p. 139.

Caldera de Heredia¹¹⁶.

As primeiras referências à quina na literatura europeia são também objeto de controvérsia¹¹⁷. Em 1638 o frade agostinho Antonio de la Calancha publicou uma descrição da quina, indicando que esta atuava nas febres, e nas terças em particular, e que tinha exercido efeitos milagrosos em Lima (no atual Peru)¹¹⁸. Entre os primeiros documentos europeus referentes à quina encontra-se a *Schedula Romana*, descrita por Jaime Jaramillo-Arango como um “mero folheto” onde constavam instruções de uso da *Cinchona*, e que era distribuído juntamente com amostras de quina¹¹⁹. Segundo Francisco Guerra, durante quase dois séculos, as instruções da *Schedula Romana* foram o padrão no tratamento das febres intermitentes, mas recomendavam uma dose que hoje seria considerada subterapêutica, pelo que a “incidência de recaídas” seria muito elevada¹²⁰. Saul Jarcho apresenta igualmente considerações sobre o conteúdo da *Schedula Romana*, designada por este autor como “a mais antiga descrição conhecida” do modo de administração da quina¹²¹. A primeira farmacopeia oficial a fazer referência à quina foi aparentemente a *Pharmacopoeia Londinensis* de 1677, sob a designação de *Cortex Peruanus*¹²².

Ao longo da história a quina tem sido conhecida por nomes comuns diversos como “pó dos Jesuítas”, “Pulvis Cardinalis”, “Cortex Peruvianum”, ou “Quina-Quina”¹²³. O francês Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), integrado numa expedição geodésica à América do Sul¹²⁴, foi responsável pela elaboração de uma descrição da planta da quina¹²⁵, que foi publicada nas *Mémoires de l'Académie Royale de Sciences de Paris* em 1738¹²⁶, designando-a

¹¹⁶ GUERRA – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I, p. 116.

¹¹⁷ A este respeito veja-se também HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a), e HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona (1941b); e JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona.

¹¹⁸ CALANCHA, Antonio de la - **Coronica moralizada del Orden de San Augustin en el Peru con sucesos egenplares en esta Monarquía** [Em linha]. Barcelona : Pedro Lacavalleria, 1638, p. 59. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW:URL:<<https://archive.org/details/A050111/page/n5/mode/2up>>.

¹¹⁹ “(...) a mere leaflet containing instructions for the use of Cinchona, resembling the instructional leaflets which accompany patent medicines to-day: in the same way, the Roman apothecaries of the time distributed the *Schedula* with samples of the bark.” - JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona, p. 297.

¹²⁰ GUERRA – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II, p. 136.

¹²¹ JARCHO - Quinine's Predecessor...p. 262.

¹²² “In these circumstances, and as far as our investigations have revealed, the first official Pharmacopoeia to include Cinchona among the official remedies was the Pharmacopoeia Londinensis of 1677, (...) where it appeared with the name ‘Cortex Peruanus’.” - JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona, p. 301.

¹²³ COSTA - O problema das quinas, p. 13-15; JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona, p. 286; OLIVEIRA, Alfredo Ricardo Marques de; SZCZERBOWSKI, Daiane - Quinina: 470 anos de História, Controvérsias e Desenvolvimento. **Química Nova**. 32:7 (2009) 1971–1974, p. 1971. Para uma panorâmica de várias designações utilizadas para a quina em diferentes geografias veja-se GÄNGER - A Singular Remedy...p. 6-8.

¹²⁴ A propósito desta expedição e dos seus resultados para o conhecimento europeu sobre a quina veja-se, por exemplo, BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 264-270.

¹²⁵ NIETO OLARTE - Remedios para el imperio... (2006), p. 173.

¹²⁶ LA CONDAMINE, Charles Marie de - Sur l'arbre du Quinquina [Em linha]. In **Mémoires de l'Académie Royale de Sciences de Paris**. Paris : Imprimerie Royale, 1738. p. 226–243. [Consultado em 31 Jan. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k35355/f7.item>>.

como *quinquina*. O género *Cinchona* foi criado por Linnaeus (1707 – 1778) em 1742¹²⁷, com base em dados enviados por La Condamine¹²⁸. No século XVIII, a coroa espanhola promoveu diversas expedições científicas à América do Sul¹²⁹, que pretendiam, a par de outros objetivos, promover uma exploração mais eficiente da quina¹³⁰ (procurando designadamente descobrir novos locais que pudessem fornecer esta valiosa planta¹³¹).

A quina foi também inadvertidamente confundida com outras plantas. Os erros de identificação da quina devido à confusão com outras espécies de plantas foram extensamente abordados por Haggis¹³² e, posteriormente, por Jaramillo-Arango¹³³. Estes autores evidenciam que o nome “Quina-Quina” pertencia inicialmente à planta *Myroxylon peruiferum* (que originava o Bálsamo do Perú) e não à quina, e como tal afetou negativamente a credibilidade da planta¹³⁴.

A incorporação da quina no sistema lineano possibilitava uma melhor identificação botânica, mas o reconhecimento da quina manteve-se problemático¹³⁵, nomeadamente devido à complexa identificação taxonómica. Os problemas taxonómicos da quina advinham, designadamente, da sua tendência para hibridizar¹³⁶. Para além das adulterações involuntárias (por desconhecimento da verdadeira quina), outro obstáculo no estabelecimento da eficácia terapêutica

¹²⁷ SNEADER, Walter - **Drug Discovery. A History**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2005. ISBN 13 978-0- 471-89979-2, p. 36.

¹²⁸ NIETO OLARTE - Remedios para el imperio... (2006), p. 178.

¹²⁹ Sobre as expedições científicas espanholas na América espanhola veja-se, por exemplo, GONZÁLEZ BUENO, Antonio; RODRÍGUEZ NOZAL, Raúl - **Plantas americanas para la España ilustrada. Génesis, desarrollo y ocaso del proyecto español de expediciones botánicas**. [S.l.] : Editorial Complutense, 2000. ISBN 84-89784-95-7.

¹³⁰ BLEICHMAR, Daniela - Atlantic Competitions: Botany in the Eighteenth-Century Spanish Empire. In DELBOURGO, James; DEW, Nicholas (Eds.) - **Science and Empire in the Atlantic World**. New York, Abingdon : Routledge, 2008. ISBN 0-203-93384-2. p. 225-252, p. 225-227.

¹³¹ ALEGRE PÉREZ, M.^a Esther; ANDRÉS TURRIÓN, Maria Luisa De - Control e informes sanitarios de la Real Botica sobre quina en el periodo ilustrado. In **Hispanoamérica y las Academias de Medicina Españolas. Separata**. Cádiz : Real Academia de Medicina de Cádiz, 1992. p. 147–159, p. 153.

¹³² HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a).

¹³³ JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona. Samir Boumediene também abordou o tema da confusão da quina com outras plantas (BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 191-194).

¹³⁴ “Cinchona tree was never called *Quina-Quina* by the Quichuan people. To them that name belonged only to the Peruvian balsam tree (*Myroxylon peruiferum*, Lin. Fil.). The error thus committed by Bado, although he was merely recording a common belief encouraged by those responsible for the importation of the two remedies, and repeated by innumerable cinchonologists since, has resulted in the early history of two distinct remedies having become almost hopelessly entangled. The intensity with which the early protagonists disputed, and the hopeless irreconcilability of their widely divergent views, are matters for little surprise if the fact be remembered that some who described their experiences of Cinchona met with vituperative contradiction from others whose argument was based upon knowledge and use of the bark of Peruvian balsam, yet both sides innocently believed themselves to be in dispute concerning one and the same remedy”. – HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a), p. 421.

¹³⁵ “O que havemos dito em geral, deve-se aplicar particularmente ás Quinas, em cujas espécies ha huma tal confusão, que só dando as mãos a Botanica, e a Chymica, he que se poderá desenredar o Cahos da sua Nomenclatura”. - SILVA, José Bonifácio Andrada e [et al.]- Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In **Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3, Parte 2. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1814. p. 96–118.

¹³⁶ ANDERSSON, Lennart - **A Revision of the genus Cinchona (Rubiaceae-Cinchoneae)**. Memoirs of the New York Botanical Garden. Vol. 80. New York: New York Botanical Garden, 1998, p. 2.

da quina foram as falsificações¹³⁷. A questão das adulterações a que era sujeita a quina, intencionais e outras, tem sido focada por vários autores¹³⁸.

As polémicas e discussões sobre a eficácia da quina que envolveram vários autores no século XVII têm também sido o foco de alguma investigação histórica¹³⁹. Embora atualmente se reconheça a sua eficácia no tratamento da malária, a aceitação da quina na terapêutica não foi imediata nem incondicional. Ao invés, esteve sujeita a muitos avanços e recuos¹⁴⁰. Klein e Pieters destacam as dificuldades associadas à entrada da quina na terapêutica e ao estudo desse processo:

“A natureza da casca peruviana também estava longe de ser evidente em meados do século XVII. Ambiguidade botânica, confusão linguística e terapêutica com outros componentes de medicamentos, linhas de abastecimento não transparentes, e adulterações, todos tiveram um papel nos obscuros primeiros dias da casca peruviana no mercado médico europeu. Uma vez que nenhum botânico europeu iria estudar uma árvore de *Cinchona* (que produz a casca contendo a quinina) antes de 1737, não há virtualmente nenhuma maneira de dizer que tipo de casca é que os médicos europeus administravam aos seus pacientes no final do século XVII”¹⁴¹.

Para além disso, a quina veio desafiar as teorias médicas vigentes¹⁴², designadamente pelas incompatibilidades com os princípios do galenismo¹⁴³. Por essa razão, outra dificuldade na aceitação desta casca medicinal foi a desconfiança da comunidade médica¹⁴⁴. Por outro lado,

¹³⁷ “As demand for the wonder-working bark drove its price higher and higher, charlatans amassed great fortunes selling secret remedies containing Peruvian bark or useless imitations that mimicked quinine’s bitter taste. By the end of the 1660s, confidence in Peruvian bark had dropped precipitously because many physicians claimed that the drug was responsible for dangerous relapses and sudden deaths.” - MAGNER – *A history of Medicine* (2005), p. 342.

¹³⁸ A este propósito veja-se, por exemplo: ANDRÉS TURRIÓN - Las polémicas de la quina, p. 141; CRAWFORD, Matthew James - “Para desterrar las dudas y adulteraciones”: scientific expertise and the attempts to make a better bark for the royal monopoly of *quina* (1751–1790). **Journal of Spanish Cultural Studies**. 8:2 (2007) 193-212, doi: [10.1080/14636200701431016](https://doi.org/10.1080/14636200701431016). Este artigo foi reimpresso noutra publicação: CRAWFORD, Matthew James - «To Dispel Doubts and Adulterations»: Scientific Expertise and the Attempts to Make a Better Bark for the Royal Monopoly of «Quina» (1751-1790). **Pharmacy in history**. ISSN 2329-5031. 54:2/3 (2012) 63–77; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug ...p. 76, 83, 86, 91-92, 110, 153; ou BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 193-195, 213, 239-242, 255-257.

¹³⁹ JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of *Cinchona*, p. 299-300; JARCHO - Quinine’s Predecessor... p. 29-34; MAEHLE – Drugs on trial... p. 226-230; BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 207-213.

¹⁴⁰ KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug... p. 402.

¹⁴¹ Citação original: “The nature of Peruvian bark was also far from evident around the middle of the seventeenth century. Botanical ambiguity, therapeutic and linguistic confusion with other drug components, nontransparent supply lines, and adulterations all played a role in the shady early days of Peruvian bark on the European medical market. Since no European botanist would study a *Cinchona* tree (which yields the quinine-containing bark) prior to 1737, there is virtually no way of telling what kind of bark European physicians administered to their patients in the late seventeenth century.” - KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug...p. 401.

¹⁴² MAGNER – *A history of Medicine* (2005), p. 343; KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug ...p. 420; EAMON, William - Corn, cochineal, and quina: The “Zilsel Thesis” in a colonial Iberian setting. **Centaurus**. 60 (2018) 141–158. doi: [10.1111/1600-0498.12199](https://doi.org/10.1111/1600-0498.12199), p. 154; GÄNGER - A Singular Remedy...p. 49.

¹⁴³ MAEHLE - Drugs on trial ...p. 223, 226-230, 233, 235, 284.

¹⁴⁴ NIETO OLARTE - Remedios para el imperio... (2006), p. 170-171; DIAS, José Pedro Sousa - **Homens**

como aponta Andrés Turrión, a quina não era eficaz no tratamento de todo o tipo de febres¹⁴⁵. Apesar dessas dúvidas¹⁴⁶, a eficácia da quina potenciou a sua utilização¹⁴⁷.

Um dos principais impulsionadores dos méritos da quina nesse período de incerteza das virtudes terapêuticas da quina foi o inglês Robert Talbor¹⁴⁸. O seu contributo foi, no entanto, peculiar. Este comercializou de facto um remédio à base de quina que se tornou extremamente popular¹⁴⁹, mas a constituição dessa fórmula só foi conhecida após a sua morte. Com esse remédio tratou o Rei de Inglaterra Charles II (1630-1685), e o herdeiro do trono francês, vendendo a fórmula do seu medicamento ao Rei de França, Louis XIV (1638-1715)¹⁵⁰. Diversas publicações abordam o papel de Robert Talbor, e elucidam esta faceta da história da quina de uma forma mais detalhada¹⁵¹. O próprio Louis XIV foi alvo de tratamento com a quina, para além de vários membros da sua família, o que tem sido destacado por vários autores¹⁵².

Os fatores que contribuíram para a aceitação das virtudes medicinais da quina têm sido discutidos por vários autores. Stefanie Gänger argumenta que “a produção de sentido” sobre a quina, atribuindo a sua descoberta aos índios americanos, foi tão ou mais importante para a sua popularização e “ampla difusão no mundo atlântico” do que a sua promoção por individualidades (reais ou religiosas) ou a avaliação das suas virtudes medicinais. Essa “produção de sentido” terá assentado, designadamente, no facto dos “mitos de origem” do conhecimento médico sobre a quina apelarem às “sensibilidades contemporâneas” do “Iluminismo Atlântico”, em que o “conhecimento dos «índios selvagens»”¹⁵³ estava na moda e era valorizado. Saul Jarcho, por seu turno destaca a “influência da nobreza e realeza” na “aceitação duradoura” da quina¹⁵⁴, à semelhança de Samir Boumediene, que salienta que o uso da quina em figuras reais contribuiu para a sua acreditação¹⁵⁵, destacando o papel de Robert Talbor¹⁵⁶. O diálogo entre sociedade, ciência e comércio, e a sua importância na aculturação da quina é abordado por Wouter Klein e Toine Pieters. Estes autores argumentam que a quina se estabeleceu enquanto planta eficaz e

e Medicamentos: História da Farmácia e da Terapêutica. Lisboa : Caleidoscópio, 2022. ISBN 978-989-658-738-3, p. 92.

¹⁴⁵ ANDRÉS TURRIÓN – Las polémicas de la quina, p. 133.

¹⁴⁶ KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug... p. 412.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 420-421.

¹⁴⁸ JARAMILLO-ARANGO - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona, p. 300.

¹⁴⁹ KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug...p. 413.

¹⁵⁰ KEEBLE, T. W. - A Cure for the Ague: the contribution of Robert Talbor (1642-81). **Journal of the Royal Society of Medicine.** ISSN 0141-0768. 90 (1997) 285–290.

¹⁵¹ A este propósito veja-se, por exemplo, SIEGEL, Rudolph E.; POYNTER, F. N. L. – Robert Talbor, Charles II, and Cinchona a Contemporary Document. **Medical History.** ISSN 20488343. 6:1 (1962) 82–85; KEEBLE - A Cure for the Ague...; BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 217-224, 226, 232-233, 241.

¹⁵² A este respeito veja-se, por exemplo, FEREZ, Stanis – Louis XIV et le quinquina. **Vesalius.** ISSN 1373-4857. IX:2 (2003) 25–30; BOUMEDIENE - La colonisation du savoir ...p. 222-225. Jarcho também alude a esta questão: JARCHO - Quinine's Predecessor... p. 64-65.

¹⁵³ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 33.

¹⁵⁴ JARCHO - Quinine's Predecessor... p. 74.

¹⁵⁵ BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 214.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 217-224, 226, 232-233, 241.

digna de utilização ainda antes desse conhecimento ser “codificado” através da literatura médica e farmacêutica¹⁵⁷.

Progressivamente, a quina foi sendo testada e aceite pela comunidade médica¹⁵⁸. Médicos como Francesco Torti (1658-1741), que promoveu o uso da quina nas febres intermitentes¹⁵⁹, e Thomas Sydenham (1624-1689), fomentaram a sua utilização¹⁶⁰. Sydenham, após algumas desconfianças iniciais¹⁶¹, concluiu que a quina era um medicamento com uma ação específica contra as febres intermitentes¹⁶². Devido à sua utilidade medicinal e importância na terapêutica, a procura de plantas que pudessem substituir a quina foi também uma realidade¹⁶³, designadamente em território português¹⁶⁴. A quina teve também um papel na formação da doutrina homeopática por Samuel Hahnemann (1755-1843)¹⁶⁵.

Vários autores têm-se dedicado ao levantamento das primeiras experiências mais organizadas para avaliar os efeitos terapêuticos da quina no século XVIII, tais como Andreas-Holger Maehle¹⁶⁶, ou Bruce Short¹⁶⁷. Gachelin e colegas apresentam uma perspectiva mais abrangente, focando as abordagens usadas ao longo do tempo para investigar a eficácia tanto da

¹⁵⁷ KLEIN e PIETERS – The hidden history of a famous drug... p. 421.

¹⁵⁸ “For nearly a century the dispute had flourished; but it was almost entirely confined to the therapeutic efficacy of the drug. By the end of the first quarter of the eighteenth century the conflict regarding its medicinal value was practically ended, and its place in materia medica established.” - HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a), p. 420.

¹⁵⁹ “Francesco Torti’s (1658–1741) book Therapeutice specialis (1712), on pernicious intermittent fevers, was instrumental in establishing the value of cinchona bark therapy.” - MAGNER – A history of Medicine (2005), p. 274; “Like many of his predecessors, Torti recognized, and mentioned repeatedly, that the Peruvian bark overcomes some fevers – mainly the intermittents – but is of little or no value in others, such as the continued fevers and various indeterminate forms” - JARCHO - Quinine’s Predecessor... p. 175.

¹⁶⁰ “An English physician, Sydenham emphasized clinical observation rather than theory, gave classic descriptions of gout, fevers, hysteria, and venereal disease, and distinguished scarlet fever from measles. His adoption of the use of cinchona bark against malaria was instrumental in promoting its widespread use”. - KIPPLE, Kenneth F. (ed.) - **The Cambridge World History of Human Disease**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. ISBN 0-521-33286-9, p. 1134.

¹⁶¹ JARCHO - Quinine’s Predecessor... p. 51; MAEHLE - Drugs on trial...p. 232.

¹⁶² JARCHO - Quinine’s Predecessor... p. 52; MAEHLE - Drugs on trial...p. 231.

¹⁶³ A este propósito veja-se, por exemplo, MAEHLE - Drugs on trial... p. 277, 280-281; VICENTINI, Chiara Beatrice; ALTIERI, Lorenzo; MANFREDINI, Stefano - In Search of Cinchona Substitutes in Nineteenth-Century Italy. **Pharmacy in History**. ISSN 00317047. 54:1 (2012) 33–36; CHAKRABARTI, Pratik - Empire and Alternatives: Swietenia febrifuga and the Cinchona Substitutes. **Medical History**. ISSN 0025-7273. 54:1 (2010) 75–94; ou BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 246-247.

¹⁶⁴ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 63-65; SANTOS, Nadja Paraense dos; PINTO, Angelo C. - «A Mata é a sua Farmácia» - A Pesquisa de Plantas Brasileiras para o Combate de Doenças Tropicais no Século XIX. **Revista Virtual de Química**. ISSN 1984-6835. 4:2 (2012) 162–172, p. 165-166.

¹⁶⁵ VOLF, Elie - Les travaux de Samuel Hahnemann sur l’écorce de quinquina et l’homéopathie. **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXIX:409 (2021) 91–93.

¹⁶⁶ MAEHLE, Andreas-Holger – Four early clinical studies to assess the effects of Peruvian bark. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 17581095. 106:4 (2013) 150–155; MAEHLE - Drugs on trial...p. 223–309.

¹⁶⁷ SHORT, Bruce – Dr Robert Robertson (1742-1829): Fever Specialist and Philosopher-Experimenter in the Treatment of Fevers with Peruvian Bark in the Latter Eighteenth-century Royal Navy. **Vesalius**. 21:2 (2015) 43–55. Para uma versão mais desenvolvida das experiências de Robert Robertson veja-se SHORT, Bruce Hamilton - **Dr Robert Robertson (1742 – 1829): fever specialist, eighteenth-century medical experimenter, naval health reformer and senior physician in the royal navy medical department**. [S.l.] : School of Public Health, Faculty of Medicine, University of Sydney. 2013. Tese de mestrado.

quina como da quinina¹⁶⁸. Andreas-Hoelger Maehle focou vários estudos que foram efetuados sobre a quina no século XVIII: sob o ponto de vista químico (designadamente análises de vários “tipos” de quina – vermelha, amarela, etc.); estudos farmacológicos, como estudos *in vitro* utilizando fluidos corporais, nomeadamente sangue¹⁶⁹, ou experimentação animal¹⁷⁰; análise de casos clínicos e consequente produção de conclusões sobre a atividade terapêutica da quina¹⁷¹; e avaliação de estatísticas clínicas ou de “observações aritméticas” por médicos e cirurgiões que realizaram alguns estudos clínicos a nível hospitalar, no exército, na marinha e na sua prática privada¹⁷². Maehle refere e discute várias teorias que emergiram sob a atividade farmacológica da quina, quer teorias extrapoladas a partir de observações clínicas ou ideias iatromecânicas¹⁷³ ou iatroquímicas, quer teorias derivadas da realização de estudos farmacológicos¹⁷⁴.

A popularidade da quina levou ao receio de extinção das próprias quineiras na América do Sul, situação que, juntamente com a vontade de outras potências de “controlar o comércio da casca de quina”, e de serem autossuficientes na produção do alcaloide quinina, acicatou as intenções de aclimatar as quineiras noutros locais¹⁷⁵. Segundo Teodoro Kaufman e Edmundo Rúveda, a quina e a quinina não estavam disponíveis em quantidades suficientes para a procura de que eram alvo, devido ao seu estatuto de única opção eficaz para o tratamento da malária. Como tal, ponderaram-se duas hipóteses “de forma a garantir um suprimento contínuo e abundante de quinina: o estabelecimento de novas plantações em áreas diferentes da América do Sul e/ou a síntese química da quinina através do uso da então nova ciência da química orgânica”¹⁷⁶. Desta forma, a perspectiva da possível extinção de uma planta essencial e o seu elevado interesse comercial desembocaram nas tentativas de aclimação noutros países¹⁷⁷, que frutificaram na segunda metade do século XIX. Segundo Webb Jr., a produção de quina tornou-se mesmo no “maior projeto da botânica imperial do século XIX”¹⁷⁸. Várias nações tentaram

¹⁶⁸ GACHELIN, G. [et al.] - Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 01410768. 110:1 (2017a) 31–40; GACHELIN [et al.] - Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria (2017b).

¹⁶⁹ MAEHLE - Drugs on trial...p. 234-236, 239, 312.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 234, 259, 260.

¹⁷¹ Ibidem, p. 242, 266.

¹⁷² Ibidem, p. 268.

¹⁷³ Ibidem, p. 236.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 284-285. Maehle descreve também algumas das controvérsias iniciais ligadas à quina e alguns dos seus apoiantes e detratores (Ibidem, p. 226-230, 232, 237, 246-247).

¹⁷⁵ CUVI, Nicolás – Tecnociencia y colonialismo en la historia de las *Cinchona*. **Asclepio**. ISSN 1988-3102. 70:1 (2018) 215, p. 6.

¹⁷⁶ Citação original: “Two alternatives were considered possible to secure a continuous and abundant supply of quinine: the establishment of new plantations in areas other than South America and/or the chemical synthesis of quinine through the use of the then new science of organic chemistry.” – KAUFMAN, Teodoro S.; RÚVEDA, Edmundo A. – The quest for quinine: Those who won the battles and those who won the war. **Angewandte Chemie - International Edition**. ISSN 1433-7851. 44:6 (2005) 854-885, p. 858.

¹⁷⁷ GREENWOOD, David – The quinine connection. **Journal of Antimicrobial Chemotherapy**. 30 (1992) 417-427, p. 419.

¹⁷⁸ “In time, cinchona production eventually became the largest project of nineteenth-century imperial botany”. - WEBB JR. – Humanity’s Burden ...p. 110.

aclimatar as árvores da quina fora do seu habitat, designadamente os holandeses¹⁷⁹, os ingleses¹⁸⁰, os franceses¹⁸¹, ou os portugueses¹⁸².

Os holandeses conseguiram aclimatar as quineiras na sua colónia em Java nos anos 50 do século XIX¹⁸³, mas a transformação do projeto de aclimação da *Cinchona* em plantações rentáveis demorou décadas¹⁸⁴. Os seus resultados foram ancorados na testagem química, em experiências edafoclimáticas e no aperfeiçoamento constante do teor de quinina na casca de quina produzida. Criaram assim plantações de quineiras com um elevado teor de quinina¹⁸⁵, que ultrapassou inclusivamente os teores médios de quinina da quina nativa sul-americana¹⁸⁶. A base das plantações holandesas foram as sementes obtidas pelo boliviano Manuel Incra Mamani, ao serviço do aventureiro inglês Charles Ledger¹⁸⁷. Parte dessas sementes foram vendidas aos holandeses¹⁸⁸ e plantadas em Java¹⁸⁹. Quando foi possível testar o seu conteúdo em quinina verificou-se que a casca destas quineiras tinha um elevado teor de quinina¹⁹⁰. As plantações resultantes foram sucessivamente melhoradas pelas práticas de cultivo e seleção dos cientistas holandeses¹⁹¹. Estes esforços resultaram numa posição dominante dos holandeses na produção e

¹⁷⁹ VAN DER HOOGTE e PIETERS – Science in the service of colonial agro-industrialism...p. 14-15, 17-21.

¹⁸⁰ BROCKWAY - Kew and Cinchona (2002), p. 112-121.

¹⁸¹ Os franceses tentaram aclimatar as quineiras em vários territórios coloniais como a Argélia ou a Indochina (BOUMEDIENE - La colonisation du savoir...p. 290-291). No que concerne a plantações de quineiras em território sob a alçada dos franceses veja-se, por exemplo, DELAVEAU, Pierre - Production de quinquina dans l'Empire français: A. Yersin et E. Perrot. **Revue d'Histoire de la Pharmacie**. XLII:304 (1995) 75–84.

¹⁸² A este propósito veja-se LANDEIRO - A quina e os seus derivados, p. 49-61, 74-75, 78-80; COSTA – O problema das quinas, p. 53-58; CABRAL, Célia; PEREIRA, Ana-Leonor; PITA, João Rui - Pharmacy, quina and quinine in Portugal, 18th-20th centuries. **Circumscribere: International Journal for the History of Science**. ISSN 1980-7651.16 (2015) 138–153, p. 149-153; e CARREIRA, Teresa; LOPES, Sandra; MAIA, Elisa - The “Febrifuge Principle” of Cinchona Barks. [Em linha]. **38th International Congress for the History of Pharmacy**. Sevilla, 2007. [Consultado em 30 Jan. 2023]. Disponível na internet: <URL: <http://hdl.handle.net/11441/40139>>.

¹⁸³ GOSS, Andrew - Quinine Science. In **The Floracrats: State-Sponsored Science and the Failure of the Enlightenment in Indonesia**. Madison : The University of Wisconsin Press, 2011. ISBN 978-0-299-24863-5. p. 33-58, p. 37-38; VAN DER HOOGTE e PIETERS – Science in the service of colonial agro-industrialism... p. 14.

¹⁸⁴ GOSS - Quinine Science, p. 55-56; VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch; PIETERS, Toine - Science, industry and the colonial state: a shift from a German- to a Dutch-controlled cinchona and quinine cartel (1880–1920). **History and Technology**. ISSN 0734-1512. 31:1 (2015) 2–36, p. 4.

¹⁸⁵ VAN DER HOOGTE e PIETERS – Science in the service of colonial agro-industrialism... p. 17-18.

¹⁸⁶ GOSS - Building the world's supply of quinine...p. 10.

¹⁸⁷ GOSS - Quinine Science, p. 51-53; GRAMICCIA - The life of Charles Ledger (1818-1905) ...p. 123-126, 155.

¹⁸⁸ DEB ROY - Malarial Subjects...p. 194; GRAMICCIA - The life of Charles Ledger (1818-1905) ...p. 128.

¹⁸⁹ DEB ROY - Malarial Subjects...p. 194; GRAMICCIA - The life of Charles Ledger (1818-1905) ...p. 154.

¹⁹⁰ SHERMAN – Magic Bullets To Conquer Malaria... p. 30; GRAMICCIA - The life of Charles Ledger (1818-1905) ...p. 155.

¹⁹¹ COSTA– Farmacognosia (Vol. 2, 1994), p. 543, 546; GRAMICCIA - The life of Charles Ledger (1818-1905) ...p. 156-157; GOSS - Quinine Science, p. 49.

comércio da quina¹⁹². Para além disso, os holandeses também se envolveram na produção industrial de sulfato de quinina¹⁹³, vindo também mais tarde a dominar esse mercado¹⁹⁴.

O sucesso dos holandeses no cultivo das quineiras em Java e na produção industrial de quinina tem sido mais recentemente alvo de atenção académica. Nesse particular destacam-se alguns autores. Arjo Roersch Van der Hoogte e Toine Pieters publicaram diversos artigos a este propósito¹⁹⁵, destacando a estreita cooperação e circulação de conhecimento entre o governo colonial holandês, os seus cientistas, a indústria farmacêutica e os cultivadores de quineiras, como fator de sucesso dos empreendimentos holandeses com a quina e a quinina. Também o autor Andrew Goss publicou a respeito das plantações holandesas de quineiras, contextualizando o seu desenvolvimento com as políticas coloniais aplicadas em Java¹⁹⁶, e elucidando o papel dos holandeses na promoção do consumo de quinina¹⁹⁷. Refira-se ainda Wouter Klein, que abordou a mercantilização de medicamentos febrífugos na República Holandesa no período entre 1650 e 1800, e que se foca sobretudo no caso da quina¹⁹⁸, versando também a incorporação da quina na terapêutica europeia.

O esforço dos britânicos foi também digno de nota¹⁹⁹. Os britânicos conseguiram igualmente aclimatar as quineiras, concentrando os seus esforços sobretudo na Índia e no Ceilão. Para cumprir esse desígnio o governo britânico tinha promovido expedições à América do Sul, encabeçadas por Clements Markham (auxiliado por John Weir), Richard Spruce, Richard Cross, e Woolcock Pritchett, através das quais se obtiveram sementes e plantas da quina²⁰⁰. Os jardins de Kew tiveram um papel importante na aclimação e cultivo das árvores da quina nas antigas

¹⁹² COSTA – Farmacognosia (Vol. 2, 1994), p. 545; VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch; PIETERS, Toine - Quinine, Malaria, and the Cinchona Bureau: Marketing Practices and Knowledge Circulation in a Dutch Transoceanic Cinchona-Quinine Enterprise (1920s-30s). **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 14684373. 71:2 (2016a) 197–225. doi: 10.1093/jhmas/jrv009; GOSS - Quinine Science, p. 56; VAN DER HOOGTE e PIETERS - Science, industry and the colonial state... p. 14.

¹⁹³ VAN DER HOOGTE e PIETERS – Science in the service of colonial agro-industrialism... p. 20; VAN DER HOOGTE e PIETERS - Science, industry and the colonial state... p. 14-17.

¹⁹⁴ VAN DER HOOGTE e PIETERS - Science, industry and the colonial state... p. 24-25.

¹⁹⁵ VAN DER HOOGTE e PIETERS – Science in the service of colonial agro-industrialism...; VAN DER HOOGTE e PIETERS - Science, industry and the colonial state...; VAN DER HOOGTE e PIETERS - Quinine, Malaria, and the Cinchona Bureau...(2016a); VAN DER HOOGTE Roersch, Arjo; PIETERS, Toine - From Colonial Agro-Industrialism to Agro-Industrialism: Game changing evolution of the Dutch transoceanic cinchona-quinine enterprise (1940s-1960s). **Itinerario**. ISSN 20412827. 40:1 (2016b) 105–125.

¹⁹⁶ GOSS - Quinine Science; GOSS - Building the world's supply of quinine...

¹⁹⁷ GOSS - Building the world's supply of quinine...p. 16. A respeito da promoção do consumo de quinina pelos holandeses veja-se também VAN DER HOOGTE e PIETERS - Quinine, Malaria, and the Cinchona Bureau...(2016a), p. 216-223.

¹⁹⁸ KLEIN - New Drugs for the Dutch Republic...

¹⁹⁹ “No começo do século XX exploravam-se quase só as plantações holandesas de Java e Samatra, que forneciam 97% da quina industrial; a Inglaterra ocupava modesto segundo lugar, com os 2,5% da produção indiana, consumida particularmente no próprio país”. - COSTA – Farmacognosia (Vol. 2, 1994), p. 545.

²⁰⁰ BROCKWAY - Kew and Cinchona (2002), p. 112-121; NAIR - Cinchona (Cinchona sp.), p. 114; HEADRICK, Daniel R. - Health, Medicine, and the New Imperialism, 1830–1914. In **Power over Peoples: Technology, Environments, and Western Imperialism, 1400 to the Present**. Princeton : Princeton University Press, 2009. p. 226–256, p. 233.

colônias britânicas, coadjuvados por outros jardins botânicos e estações governamentais britânicas²⁰¹. Diversos autores têm contribuído para a historiografia dos esforços britânicos no cultivo da *Cinchona* nas suas antigas colônias²⁰².

Mais recentemente, algumas publicações têm focado o cultivo das plantas de *Cinchona* pelos chineses²⁰³ e pelos japoneses, bem como a produção japonesa de medicamentos com quinina²⁰⁴.

Várias publicações científicas têm também sumarizado a história da quina e da quinina, destacando particularmente a descoberta e introdução da quina na terapêutica, as diligências efetuadas para estabelecer plantações de quineiras fora da América do Sul, e as tentativas de síntese da quinina²⁰⁵.

A historiografia relativa ao estudo e assimilação da quina em Espanha e nas suas antigas colônias é também bastante significativa. Era nos territórios controlados pela Espanha desde o século XVI ao início do século XIX que se encontravam os territórios nativos das quineiras. As

²⁰¹ BROCKWAY - Kew and Cinchona (2002).

²⁰² A este propósito veja-se, por exemplo, BROCKWAY - Kew and Cinchona (2002); BROCKWAY, Lucile H. - Science and Colonial Expansion: The Role of the British Royal Botanic Gardens. **American Ethnologist**. ISSN 03788741. 6:3 (1979) 449–465. doi: 10.1016/0378-8741(81)90039-8; PHILIP, Kavita - Imperial Science Rescues a Tree: Global Botanic Networks, Local Knowledge and the Transcontinental Transplantation of Cinchona. **Environment and History**. ISSN 1752-7023. 1 (1995) 173–200; PHILIP, Kavita - Global Botanical Networks, Political Economy, and Environmentalist Discourses in Cinchona Transplantation to British India. **Revue Francaise d’histoire d’outre-mer**. ISSN 0300-9513. 86:322–323 (1999) 119–142; FLEMING, L. W. - A medical bouquet poppies, cinchona and willow. **Scottish Medical Journal**. ISSN 2045-6441. 44 (1999) 176–179; VEALE - An historical geography...; DEB ROY - Malarial Subjects... Deb Roy foca também o fabrico britânico de quinina, designadamente na Índia Britânica.

²⁰³ SHEN, Yubin - Cultivating China’s Cinchona: The Local Developmental State, Global Botanic Networks and Cinchona Cultivation in Yunnan, 1930s–1940s. **Social History of Medicine**. ISSN 0951-631X. 34:2 (2021) 577–591. doi: 10.1093/shm/hkz099.

²⁰⁴ YANG, Timothy M. - **Market, Medicine, and Empire: Hoshi Pharmaceuticals in the Interwar Years**. [S.l.] : Columbia University. 2013. Tese de doutoramento, p. 209–253; YANG, Timothy - Selling an Imperial Dream: Japanese Pharmaceuticals, National Power, and the Science of Quinine Self-Sufficiency. **East Asian Science, Technology and Society: An International Journal**. 6:1 (2012) 101–125. doi: 10.1215/18752160-1506520; KU, Ya-Wen - The Development of Cinchona Cultivation and «Kina Gaku» in the Japanese Empire, 1912–45. In LIU, T.J.; BEATTIE, J. (Eds.) - **Environment, Modernization and Development in East Asia**. Palgrave Studies in World Environmental History. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 147–181; BONTÉ, Frédéric - Hoshi Pharmaceuticals: la quinine, molécule d’intérêt géopolitique pour le Japon. **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXIX:412 (2021) 560–567. A este propósito refira-se também o artigo de revisão NAGUMO, Seiji - Historical research of Cinchona cultivation in Japan. **Yakugaku Zasshi**. 131:11 (2011) 1527–1543. doi: <https://doi.org/10.1248/yakushi.131.1527> (artigo em japonês). Aloísio Fernandes Costa também refere o cultivo da quina pelos japoneses: “(...) os japoneses, antes da última Guerra Mundial, cultivavam a espécie industrial na ilha Formosa [Taiwan] e tinham interesses ligados à cultura empreendida, desde 1930, no Timor português (...)” – COSTA – Farmacognosia (Vol. 2, 1994), p. 546.

²⁰⁵ BRUCE-CHWATT, L. J. - Three hundred and fifty years of the Peruvian fever bark. **British Medical Journal (Clinical Research Ed.)**. ISSN 02670623. 296:6635 (1988) 1486–1487; BRUCE-CHWATT, L. J. - Cinchona and Quinine A Remarkable Anniversary. **Interdisciplinary Science Reviews**. ISSN: 1743-2790. 15:1 (1990) 87–93; GREENWOOD – The quinine connection; LEE, M. R. - Plants against malaria. Part 1: Cinchona or the Peruvian bark. **The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**. ISSN 1478-2715. 32:3 (2002) 189–196; OLIVEIRA e SZCZERBOWSKI - Quinina: 470 anos de história...; FERREIRA JÚNIOR [et al.] - Use and importance of quina...; HARRISON, Natalie - In celebration of the Jesuit’s powder : a history of malaria treatment. **The Lancet Infectious Diseases**. ISSN 1473-3099. 15 (2015) 1143.

serras vizinhas da cidade de Loja (atual Equador), situadas numa zona designada pelos espanhóis como a Audiência de Quito²⁰⁶, forneciam a quina mais prestigiada²⁰⁷. Vários naturalistas espanhóis estudaram a quina e tentou mesmo estabelecer-se um monopólio real²⁰⁸. A coroa espanhola enfrentou, no entanto, vários desafios, como o contrabando²⁰⁹ e as fraudes²¹⁰. A historiografia aborda temas como a reserva real de quina para abastecer a coroa espanhola (através da qual a coroa pretendia criar um verdadeiro monopólio da quina)²¹¹; discussões científicas e comerciais sobre a quina²¹²; apelos e projetos espanhóis para o cultivo de quineiras (designadamente em solo americano, e em Espanha²¹³); uma tentativa de produção organizada de extratos de quina para distribuição pela coroa espanhola e pelo seu “monopólio real”²¹⁴; compras de quina pela Real Botica espanhola²¹⁵; aprovisionamento de quina para o exército espanhol no final do século XVIII²¹⁶; os sistemas de organização, avaliação e controlo subjacentes ao envio

²⁰⁶ A propósito da quina na Audiencia de Quito veja-se TORRES, Alba Moya - **Auge y crisis de la cascarilla en la Audiencia de Quito, siglo XVIII**. Quito, Ecuador : Flacso, Ecuador, 1994. ISBN 9978-67-030-0.

²⁰⁷ ANDRÉS TURRIÓN, M^a. Luisa de - Quina del Nuevo Mundo para la Corona Española. **Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**. Separata. XLI:1 (1989) 305–324, p. 306; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 4.

²⁰⁸ PUERTO SARMIENTO, Javier - La quina: el Palo Indomable. Aspectos Científicos y Disputas Personales en el Fracaso del Monopolio Español de la Quina durante el Siglo XVIII. In VILLAR DEL FRESNO, Ángel; L. DOADRIO, Antonio (Ed.) - **Homenaje a Don César González Gómez. Las Quinas**. Real Academia Nacional de Farmacia, 2008. p. 50-61.

²⁰⁹ CRAWFORD - The Andean Wonder Drug ...p. 14, 76, 176; GÄNGER - A Singular Remedy...p. 59-63.

²¹⁰ CRAWFORD - “Para desterrar las dudas y adulteraciones” ...; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug ...p. 76, 83, 86, 91-92, 110, 153.

²¹¹ A este propósito veja-se, por exemplo: TURRIÓN, M^a. Luisa de Andrés - Quina del Nuevo Mundo para la Corona Española; ANDRÉS TURRIÓN, María Luisa De - Quina del Peru para la Real Hacienda Española (1768-1807): Notas sobre su «Estanco». In GONZÁLEZ BUENO, ANTONIO (Ed.) - **La expedición botánica al Virreinato del Peru (1777-1788)**. Tomo I. Madrid : Lunwerg Editores S.A., 1988. ISBN 84-7782-033-3. p. 71–84; ANDRÉS TURRIÓN, M^a Luisa de - El monopolio de la quina: objetivo de la corona española a lo largo de la ilustración. In RUIZ, Hipólito - **Quinología: Suplemento a la Quinología**. Reproducción facsímil del libro conservado en la Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid. [S.l.]: Fundación de Ciencias de la Salud, 1994. ISBN 84-7239-279-1. p. VII–XVII; PUERTO SARMIENTO - La quina: el Palo Indomable...; CRAWFORD, Matthew James - A «reasoned proposal» against «vain science»: Creole negotiations of an Atlantic medicament in the Audiencia of Quito (1776-92). **Atlantic Studies**. ISSN 17404649. 7:4 (2010) 397–419. doi: 10.1080/14788810.2010.516191; CRAWFORD, Matthew James - An Empire’s Extract: Chemical Manipulations of Cinchona Bark in the Eighteenth-Century Spanish Atlantic World. **Osiris**. ISSN 0369-7827. 29 (2014) 215–229; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...

²¹² A este respeito veja-se, por exemplo, PUERTO SARMIENTO - La quina: el Palo Indomable...; CRAWFORD - A «reasoned proposal» ...

²¹³ BARATAS, Luis Alfredo; GOMIS, Alberto – Programas Europeos de Cultivo de Quina en el Siglo XIX. In ACEVES PASTRANA, P. (Ed.) – **Farmacia Historia Natural y Química Intercontinentales**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1995. ISBN 970-620-690-6. p. 203-210, p. 204-209, 216-218. Neste capítulo de livro também estão presentes informações sobre outros projetos europeus de aclimação das quineiras (holandeses e britânicos).

²¹⁴ CRAWFORD - An Empire’s Extract...

²¹⁵ ANDRÉS TURRIÓN, María Luisa de; GARCÍA DE YÉBENES TORRES, Pilar - La compra de quina efectuada por la real botica durante el reinado de Felipe V (1700-1746). **Acta Botanica Malacitana**. 20 (1995) 267–268.

²¹⁶ ANDRÉS TURRIÓN, María Luisa de - Quina de la Real Hacienda para el ejército español en el siglo XVIII. In ARMILLAS VICENTE, José A. (Ed.) - **Actas del IV Congreso de Historia Militar: «Guerra**

da quina para a coroa espanhola (envolvendo a sua classificação e avaliação dos seus efeitos terapêuticos)²¹⁷; ou a investigação e comércio da quina realizados por José Celestino Mutis (1732-1808)²¹⁸, envolvendo polémicas científicas (designadamente de taxonomia e utilidade terapêutica) bem como disputas relacionadas com o comércio da quina²¹⁹.

A associação entre ciência colonial, e a apropriação europeia de conhecimentos indígenas, especificamente aqueles ligados à quina, também está patente na historiografia, evidenciando-se a desvalorização, por parte dos europeus, do conhecimento indígena²²⁰.

Mais recentemente, algumas publicações têm-se focado na circulação do conhecimento sobre a quina entre diversas geografias e diferentes protagonistas, atentando nas relações subjacentes a essas trocas de conhecimento²²¹.

y **Milicia en la España del X Conde de Aranda**». Zaragoza: [s.n.], 1998. ISBN 84-7753-962-6. p. 413–425. A autora também descreve envios de quina para as farmácias de presídios “menores” em África.

²¹⁷ ANDRÉS TURRIÓN, María Luisa de; TERREROS GÓMEZ, María Rosario - Organización administrativa del ramo de la quina para la Real Hacienda Española en el Virreinato de Nueva Granada. In RIERA PALMERO, Juan (Coord.) - **Medicina y quina en la España del siglo XVIII**. Salamanca : Universidad de Valladolid, 1997. p. 35–43; ALEGRE PÉREZ e ANDRÉS TURRIÓN - Control e informes sanitarios... (nesta publicação as autoras também fornecem informações sobre as entradas e saídas de quina na Real Botica); ALEGRE PERÉZ, María Esther; e ANDRÉS TURRIÓN, María Luisa - Estudio sobre la clasificación, calidad y pruebas clínicas de productos vegetales ultramarinos para la Corona española, en el siglo XVIII. In ESTEVA DE SAGRERA, Juan; GONZÁLEZ BUENO, Antonio (Eds.) - **Cordialero de libros y medicamentos. Homenaje al Dr. José María Suñé Arbussà**. Madrid: Sociedad de Docentes Universitarios de Historia de la Farmacia de España, 2009. ISBN: 978-84-608-0877-0. p. 153-182 (onde as autoras apresentam várias descrições de casos clínicos em que a atividade terapêutica da quina foi testada).

²¹⁸ HERNÁNDEZ DE ALBA, Gonzalo - **Quinas amargas, el sabio Mutis y la discusión naturalista del siglo XVIII**. Bogotá : Presidencia de la República, 1996; SALVADOR VÁZQUEZ, Manuel - Mutis y las Quinas del Norte de Nueva Granada. In RIERA PALMERO, Juan (Coord.) - **Medicina y quina en la España del siglo XVIII**. Salamanca : Universidad de Valladolid, 1997. p. 45–55; RAMÓN MARCAIDA, José; PIMENTEL, Juan - Green treasures and paper floras: The business of Mutis in New Granada (1783-1808). **History of Science**. ISSN 17538564. 52:3 (2014) 277–296. doi: 10.1177/0073275314546967. A propósito do contributo de José Celestino Mutis para o estudo da quina veja-se também RIBAS OZONAS, Bartolomé (Coord.) - **José Celestino Mutis en el bicentenario de su fallecimiento (1808-2008)**. Madrid: Real Academia Nacional de Farmacia, 2009. ISBN 978-84-936890-7-0. Em vários capítulos desta obra encontramos informação a este respeito, como na *Cronobiografía sincronizada de José Celestino Mutis* (capítulo 1, p. 17-41) ou no capítulo *José Celestino Mutis en España hasta su llegada a Santa Fe de Bogotá. Su actividad y formación científica y en el control de la quina* (p. 43-55). Em HERRANZ, Jaime Pascual - The Arcane of Cinchona and the New Granada Expedition : the multi-dimensional mind of Jose Celestino Mutis (1732 – 1808). **Journal of Medical Biography**. 22:3 (2014) 152–155 encontramos uma pequena nota sobre as ligações de José Celestino Mutis à quina (p. 153).

²¹⁹ NIETO OLARTE - Remedios para el imperio... (2006), p. 181-189, 192, 198-206; BLEICHMAR - Atlantic Competitions... p. 242-245; CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 151-175.

²²⁰ A este propósito veja-se, por exemplo, CUVI - Tecnociencia y colonialismo ...; PHILIP- Imperial Science Rescues a Tree...

²²¹ GÄNGER - A Singular Remedy...; CUVI, Nicolás - Legados de la audacia: Caldas, Humboldt y el conocimiento sobre las quinas, 1801-1821. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. 29:1 (2022) 61–79. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702022000100004>. Para uma perspetiva geral da circulação de conhecimento médico no Império Português entre os séculos XVI e XVIII veja-se WALKER, Timothy - Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. In BLEICHMAR, Daniela [et al.](Eds.) - **Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800**. Stanford, California : Stanford University Press, 2009. ISBN 978-0-8047-5358-6. p. 247–270.

Matthew James Crawford (2016) apresenta um desenvolvido estudo de caso da tentativa de controlo da árvore da quina e da sua casca pelo império espanhol na segunda metade do século XVIII (designadamente através do estabelecimento de uma “reserva real de quina”), procurando elucidar os “desafios na transformação da botânica europeia numa ciência imperial”²²². Nesta obra o autor evidencia a produção multicêntrica de conhecimento sobre a quina: na Europa – quer em farmácias quer em jardins botânicos – bem como nas florestas dos Andes e nos “portos Atlânticos”²²³ e a sua circulação entre esses centros.

Stefanie Gänger aborda a circulação do conhecimento médico sobre a quina, especificamente o modo como a quina “e histórias, práticas e entendimentos relacionados com o seu consumo foram compartilhados entre e através das sociedades atlânticas”²²⁴, evidenciando as características desse conhecimento, designadamente a sua variabilidade²²⁵. A autora demonstra que a quina e o conhecimento sobre a quina se difundiram, designadamente, através de rotas comerciais portuguesas, espanholas, francesas, inglesas e holandesas²²⁶. Stefanie Gänger argumenta que os “entendimentos médicos e práticas inerentes à administração” da quina, foram principalmente disseminados (oralmente e por escrito) através de “relações sociais entre cenários ligados pelo comércio atlântico, proselitismo e imperialismo”²²⁷. Nesta obra encontram-se diversas referências à realidade portuguesa (sobretudo atinentes às antigas colónias portuguesas), nomeadamente literatura portuguesa relacionada com a quina²²⁸.

A quinina - o “alcalóide nobre”

Entretanto, em 1820, a quinina tinha sido isolada por Joseph Pelletier (1788–1842) e Joseph-Bienaimé Caventou (1795–1877), e começou gradualmente a substituir a quina na terapêutica. O processo necessário para este isolamento foi publicado, e várias empresas iniciaram rapidamente a produção de quinina, tanto em França (designadamente uma empresa fundada por Pelletier²²⁹), como noutros países²³⁰.

Diversos autores têm focado aspetos variados da história da quina e da quinina em França: os trabalhos de Pelletier e Caventou que conduziram ao isolamento da quinina²³¹; o uso da quinina

²²² CRAWFORD - The Andean Wonder Drug...p. 6.

²²³ Ibidem, p. 7.

²²⁴ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 27.

²²⁵ Ibidem, p. 3, 17.

²²⁶ Ibidem, p. 180.

²²⁷ Ibidem, p. 181.

²²⁸ Ibidem, p. 11, 13, 15, 24, 27, 56-57, 59-61, 63-65, 67-74, 79, 81-85, 90, 94-98, 102-105, 107-117, 119, 122, 127, 128, 131, 133, 136, 137, 139-141, 145-146, 162.

²²⁹ WEBB JR. - Humanity's Burden ...p. 104. A propósito da produção de sais de quinina em França veja-se, por exemplo, RAYNAL, Cécile - Douzième et treizième marques pharmaceutiques: célèbres étiquette et cachet pour sulfate de quinine. **Revue d'histoire de la pharmacie**. LX:375 (2012) 416–417.

²³⁰ WEBB JR. - Humanity's Burden ...p. 103; DEB ROY - Malarial Subjects...p. 24.

²³¹ ROSSIGNOL, Paul - Les travaux scientifiques de Joseph Pelletier. **Revue d'histoire de la pharmacie**. 77: 281-282 (1989) 135-152; LAFONT, Olivier - Il y a deux siècles: la quinine. **Revue d'histoire de la Pharmacie**. LXIX:409 (2021) 55–62). Outros trabalhos de investigação histórica que abordam o

pelos militares franceses²³²; o fabrico de medicamentos com quinina pelo Serviço de Saúde do Exército francês²³³; os medicamentos à base de quina e quinina existentes no século XIX e XX (designadamente medicamentos listados em várias publicações francesas de referência)²³⁴; ou os usos cosméticos iniciais da quinina²³⁵. A quina e a quinina também já foram abordadas sob uma perspetiva legal, a partir de julgamentos da “Cour de cassation” (Tribunal de Cassação), em França²³⁶.

À semelhança da quina, a quinina também foi alvo de adulterações²³⁷. Para além da utilização militar (nomeadamente pela marinha britânica e americana)²³⁸, a quinina foi também utilizada por colonos britânicos em África²³⁹ e viajantes e integrantes de várias expedições a zonas de malária²⁴⁰.

As tentativas de síntese da quinina e as polémicas que lhe estiveram associadas têm também sido focadas por vários autores²⁴¹. Outros temas da historiografia da quinina incluem o

isolamento de alcaloides como a quinina e a cinchonina incluem, por exemplo, FOURNIER, Josette - Découverte des alcaloïdes : Des marqueurs pour l’histoire de la chimie organique. **Revue d’histoire de la pharmacie**. ISSN 0035-2349. 89:331 (2001) 315–332; ou TOMIC, Sacha - L’Analyse chimique des végétaux: Le cas du quinquina. **Annals of Science**. ISSN 1464-505X. 58:3 (2001) 287-309.

²³² LEFEBVRE, Pierre - La lutte contre le paludisme en Algérie pendant la conquête : François Maillot (1804-1894). **Revue d’histoire de la pharmacie**. Bicentenaire de la naissance de Joseph Pelletier (1788-1842) et 75e anniversaire de la fondation de la Société d’histoire de la Pharmacie. XXXVI:281–282 (1989) 153–162, ou MIGLIANI, R. [et al.] - Histoire de la lutte contre le paludisme dans l’armée française: de l’Algérie à l’Armée d’Orient pendant la Première Guerre mondiale. **Medecine et Sante Tropicales**. ISSN 22612211. 24:4 (2014) 349–361. doi: 10.1684/mst.2014.0411.

²³³ FROGERAIS, André - La fabrication des comprimés de quinine par le Service de Santé des Armées. **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXIX:409 (2021) 81–86.

²³⁴ BONNEMAIN, Bruno - Les spécialités et remèdes secrets à base de quinquina et de quinine aux XIXe et XXe siècles. **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXX:414 (2022) 167–182. A propósito de várias preparações da quina tendentes a obter a sua quintessência (um conceito aristotélico definido como a “alma do objeto” por Paracelso) veja-se LAFONT, Olivier - Extraire la quintessence du quinquina au XVIIe et au XVIIIe siècle. **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXX:414 (2022) 159–166.

²³⁵ BONTÉ, Frédéric - Le parfumeur Guerlain, pionnier dans l’usage cosmétique de la quinine. **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXIX:409 (2021) 87–91.

²³⁶ GALANOPOULOS, Philippe - Les arrêts de la Cour de cassation portant sur le quinquina et la quinine (1790-1914). **Revue d’histoire de la Pharmacie**. LXIX:409 (2021) 63–72.

²³⁷ A este respeito veja-se, por exemplo, BARTON, Patricia - «The Great Quinine Fraud»: Legality Issues in the «Non-Narcotic» Drug Trade in British India. **Social History of Alcohol and Drugs**. 22:1 (2007) 6–25.

²³⁸ GACHELIN [et al.] - Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria (2017b), p. 75.

²³⁹ WELLS, Julia M. - Quinine, Whisky, and Epsom Salts: Amateur Medical Treatment in the White Settler Communities of British East and South-Central Africa, 1890–1939. **Social History of Medicine**. 33:2 (2020) 586–603. doi: <https://doi.org/10.1093/shm/hky099>, p. 600-602.

²⁴⁰ SHERMAN – Magic Bullets To Conquer Malaria...p. 34-37; Gachelin e colegas indicam que, na segunda metade do século XIX, os europeus a trabalhar ou viajar em zonas de malária tinham geralmente a quinina como “acompanhamento obrigatório” – GACHELIN [et al.] - Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria (2017b), p. 76.

²⁴¹ A este propósito veja-se KAUFMAN e RÚVEDA – The quest for quinine... Neste artigo Kaufman e Rúveda descrevem as diversas tentativas de síntese da quinina (as que foram bem sucedidas e as que foram infrutíferas). No que respeita às tentativas de síntese da quinina veja-se também: SEEMAN, Jeffrey I. - The Woodward-Doering/Rabe-Kindler Total Synthesis of Quinine: Setting the Record Straight. **Angewandte Chemie - International Edition**. ISSN 1433-7851. 46:9 (2007) 1378–1413; BALL, Philip - Quinine steps back in time. **Nature**. 451 (2008) 1065–1066; OLIVEIRA e SZCZERBOWSKI - Quinina: 470 anos de

modo como se estabeleceu uma dosagem adequada de quinina²⁴²; a profilaxia com quinina e os seus desafios²⁴³; ou a resistência à quinina²⁴⁴.

As 2 guerras mundiais foram um estímulo adicional para a pesquisa de antimaláricos sintéticos.

Durante a Primeira Guerra Mundial a produção de quinina diminuiu²⁴⁵ – designadamente devido ao isolamento da indústria farmacêutica da Alemanha, grande fabricante de quinina²⁴⁶. Após a Primeira Guerra Mundial os alemães tornaram-se dependentes dos holandeses para a obtenção da quina²⁴⁷, a matéria-prima que precisavam para obter a quinina, pelo que a indústria alemã se empenhou em encontrar alternativas sintéticas para a quinina²⁴⁸, levando à síntese da pamaquina e da atebrina²⁴⁹.

Durante a Segunda Guerra Mundial, após a captura da Holanda pelos alemães em 1940, e a invasão de Java pelos Japoneses em 1942, o fornecimento de quinina sofreu um abrupto golpe, tornando premente a necessidade de novas alternativas terapêuticas²⁵⁰.

Entretanto os Estados Unidos da América tentaram revigorar a produção de quina no continente americano, introduzindo inclusivamente o seu cultivo em vários países da América

história... p. 1971-1973; SOUZA, Karina Ap. F. D.; PORTO, Paulo A. - History and epistemology of science in the classroom: The synthesis of quinine as a proposal. **Journal of Chemical Education**. ISSN 00219584. 89:1 (2012) 58–63.

²⁴² SMITH, Dale C. - Quinine and fever: The Development of the Effective Dosage. **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 00225045. 31:3 (1976) 343–367.

²⁴³ SHANKS, G. Dennis - Historical review: Problematic malaria prophylaxis with quinine. **American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**. ISSN 00029637. 95:2 (2016) 269–272; BRABIN, Bernard J. - Malaria's contribution to World War One – the unexpected adversary [Em linha]. **Malaria Journal**. 13:497 (2014). [Consultado em 2 Jan. 2018]. Disponível na internet: <URL: <http://www.malariajournal.com/content/13/1/497> >. ISSN 1475-2875.

²⁴⁴ SILVA, André Felipe Cândido da; BENCHIMOL, Jaime Larry - Malaria and Quinine Resistance: A Medical and Scientific Issue between Brazil and Germany (1907–19). **Medical History**. ISSN 0025-7273. 58:1 (2014) 1–26.

²⁴⁵ GOSS - Building the world's supply of quinine...p. 15.

²⁴⁶ HOOGTE e PIETERS - Science, industry and the colonial state... p. 22-23.

²⁴⁷ Ibidem, p. 26.

²⁴⁸ SHERMAN – Magic Bullets To Conquer Malaria...p. 31.

²⁴⁹ Em 1925 surge a plasmocina (também designada pamaquina) e em 1932 desenvolveu-se a atebrina. Não obstante, no final do século XIX o azul de metileno já tinha sido usado com sucesso no tratamento da malária, por Paul Ehrlich em dois doentes (MESHNICK, Steven R.; DOBSON, Mary J. - The History of Antimalarial Drugs. In ROSENTHAL, P. J. (Ed.) - **Antimalarial Chemotherapy: Mechanisms of Action, Resistance, and New Directions in Drug Discovery**. Totowa, NJ : Humana Press Inc., 2001. ISBN 978-0-89603-670-3. p. 15–25, p. 19; SHERMAN– Magic Bullets To Conquer Malaria...p. 61, 66, 68). Ao longo do século XX foram sintetizados vários outros antimaláricos.

²⁵⁰ “During WWII quinine supplies, which were considered critical for the allied forces, suddenly became scarce, thus causing thousands of soldiers to die after becoming infected with malaria during the campaigns in Africa and the Pacific. The cinchona plantations established in Java by the Dutch were the major sources of the European reserves of quinine, which were stored in Amsterdam. However, the German capture of Holland in 1940 and the Japanese military invasion of Java in 1942 abruptly cut these vital supplies. (...) The sudden cut in supply of quinine caused justified alarm and triggered the initiation of research programs directed towards the development of new antimalarial drugs.” – KAUFMAN e RÚVEDA – The quest for quinine...p. 866.

Latina, assunto abordado por Nicolás Cuvi²⁵¹. Foram também entretanto desenvolvidos vários antimaláricos eficazes, quer sintéticos (como a cloroquina e a mefloquina²⁵²) quer de origem natural (os derivados da artemisinina²⁵³).

Embora a quina e a quinina sejam fundamentalmente conhecidas pela sua ação antimalárica, também apresentam outras aplicações²⁵⁴. Andreas-Holger Maehle, Stefanie Gänger, e Samir Boumediene evidenciam que a quina teve muitas indicações terapêuticas, incluindo diversos tipos de febre²⁵⁵. Maehle destaca que as indicações terapêuticas da quina se alargaram durante o século XVIII²⁵⁶, e que este fármaco evoluiu de uma posição como específico para ser considerado como um “remédio universal”²⁵⁷. Stephanie Gänger também afirma que a quina chegou a adquirir um estatuto de “remédio universal” para alguns praticantes das artes curativas²⁵⁸. Andrew Goss destacou que a quinina foi recomendada para vários usos “médicos e terapêuticos”²⁵⁹, e Rohan Deb Roy refere a recomendação da quinina em diferentes queixas como a dor de dentes, ou a disenteria²⁶⁰. A quinina foi também utilizada, por exemplo, no tratamento da gripe²⁶¹, ou de doenças do foro otológico²⁶². Atualmente a quinina é, por exemplo, utilizada

²⁵¹ CUVI - Ciencia e imperialismo en América Latina...; CUVI, Nicolás - The cinchona program (1940-1945): Science and imperialism in the exploitation of a medicinal plant. **Dynamis**. ISSN 0211-9536. 31:1 (2011) 183–206.

²⁵² A respeito da síntese de antimaláricos e sua utilização veja-se, por exemplo, GAYRAL, Philippe - Quinine, antipaludiques, résistance des souches de Plasmodium. **Revue d'histoire de la pharmacie**. Bicentenaire de la naissance de Joseph Pelletier (1788-1842) et 75e anniversaire de la fondation de la Société d'histoire de la Pharmacie. XXXVI:281–282 (1989) 175–184. doi: 10.3406/pharm.1989.3495, ou SHERMAN – Magic Bullets To Conquer Malaria...p. 52-149.

²⁵³ VANEGAS, Ana María Mesa - Historical perspective of antimalarials of natural origin. **Anales de la Real Academia Nacional de Farmacia**. 83:2 (2017) 167–174. A história da descoberta da artemisinina (outro antimalárico de origem natural, à semelhança da quinina) é apresentada com maior detalhe em YOUYOU, Tu - Artemisinin - A Gift from Traditional Chinese Medicine to the World (Nobel Lecture). **Angewandte Chemie - International Edition**. 55:35 (2016) 10210–10226. doi: 10.1002/anie.201601967. Para uma panorâmica da história dos medicamentos usados no tratamento da malária veja-se SHERMAN– Magic Bullets To Conquer Malaria...Este livro também tem uma secção dedicada à artemisinina (SHERMAN, Irwin W. - Sweet Wormwood of Success: Qinghaosu. In **Magic Bullets To Conquer Malaria: From Quinine to Qinghaosu**. Washington, DC : ASM Press, 2011. ISBN 978-1-55581-543-1. p. 168–181).

²⁵⁴ NAIR - Cinchona (Cinchona sp.), p. 112.

²⁵⁵ MAEHLE - Drugs on trial...p. 257-258; BOUMEDIENE, Samir - La colonisation du savoir...p. 235-236; GÄNGER - A Singular Remedy...p. 13-16, 19.

²⁵⁶ MAEHLE - Drugs on trial...p. 257.

²⁵⁷ Ibidem, p. 258.

²⁵⁸ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 16.

²⁵⁹ GOSS - Building the world's supply of quinine...p. 16.

²⁶⁰ DEB ROY - Malarial Subjects... p. 30-31, 157-158.

²⁶¹ LOEB, Lori - Beating the flu: Orthodox and commercial responses to influenza in Britain, 1889-1919. **Social History of Medicine**. ISSN 0951631X. 18:2 (2005) 203–224. doi: 10.1093/sochis/hki030, p. 210, 219, 222; REBELO-DE-ANDRADE, Helena; FELISMINO, David - A pandemia de gripe de 1918-1919: um desafio à ciência médica no princípio do século XX. **Ler História**. 73:2018) 67–92. doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4070>, p. 80.

²⁶² SEMEDO, Maria Guilherme [et al.]- Quinine in Otology and Neurotology: Ototoxicity and Historic Role in Therapy. **Otology & Neurotology**. ISSN 1531-7129. 42:1 (2021) 145–152. doi: 10.1097/MAO.0000000000002809.

em champôs e loções capilares destinados à prevenção da queda do cabelo. A quinina é também usada no fabrico da água tônica²⁶³.

A história da malária²⁶⁴ e do seu tratamento ao longo do tempo também apresenta uma ampla bibliografia²⁶⁵. Em Portugal, a história da malária também tem sido alvo de atenção académica²⁶⁶.

Outras drogas americanas têm também merecido destaque na historiografia, embora não tão acentuado como a quina, nomeadamente a ipecacuanha²⁶⁷, a salsaparrilha²⁶⁸ e o guaiaco²⁶⁹.

²⁶³ No que concerne ao uso da quinina no fabrico da água tônica veja-se WALKER, Kim; NESBITT, Mark - **Just the Tonic: A Natural History of Tonic Water**. Kew: Kew Publishing Royal Botanic Gardens, Kew, 2019. ISBN 978 1 84246 689 6. Nesta obra, dedicada à história da água tônica, apresenta-se um enquadramento histórico sobre a quina (focando designadamente a sua introdução na terapêutica e o estabelecimento de plantações fora do habitat nativo das plantas da quina), a malária, e a quinina (nomeadamente a sua aplicação como ingrediente da água tônica ou de bebidas alcoólicas).

²⁶⁴ No que concerne à história da malária veja-se, por exemplo, WEBB JR. – *Humanity's Burden ...*; MOSS, W. J.; SHAH, S. N.; MORROW, R. H. - *The history of malaria and its control*. In HEGGENHOUEN, Kris (Ed.). - **International Encyclopedia of Public Health**. Elsevier Inc. 2008. ISBN 978-0-12-373960-5. p. 389–398; ou PACKARD, Randall M. - **The Making of a Tropical Disease: A Short History of Malaria**. Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 2007. ISBN 978-0-8018-8712-3.

²⁶⁵ A este propósito veja-se, por exemplo, SHERMAN - *Magic Bullets To Conquer Malaria...* que apresenta uma abordagem mais abrangente deste tema, ou MESHNICK e DOBSON - *The History of Antimalarial Drugs*. A este respeito veja-se também: BUTLER, A. R.; KHAN, S.; FERGUSON, E. - *A brief history of malaria chemotherapy*. **Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**. ISSN 14782715. 40:2 (2010) 172–177. No que respeita ao estudo e procura de novos antimaláricos em instituições científicas veja-se, por exemplo, HEMPELMANN, Ernst ; TAYLOR, Suzanne; BERRIDGE, Virginia - *Medicinal plants and malaria: an historical case study of research at the London School of Hygiene and Tropical Medicine in the twentieth century*. **Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**. ISSN 0035-9203. 100:8 (2006) 707–714.

²⁶⁶ Veja-se SAAVEDRA, Mónica Alexandra de Almeida Monteiro - «**Uma Questão Nacional**» **Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX** [Em linha]. [S.l.]: Universidade de Lisboa. 2010. Tese de doutoramento. Disponível em WWW: <URL:<http://hdl.handle.net/10451/1883>>; GAMA, João António Domingos - **A importância do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana na luta anti-sezonal em Portugal**. [S.l.]: Universidade de Lisboa. 2010. Tese de mestrado; LOBO, Ana Rita Merelo - **A História da Malária em Portugal na Transição do Século XIX para o século XX e a Contribuição da Escola de Medicina Tropical de Lisboa (1902-1935)** [Em linha]. [S.l.]: Universidade Nova de Lisboa. 2012. Tese de doutoramento. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/9677>>.

²⁶⁷ No que concerne à ipecacuanha veja-se, por exemplo, QUANG, Laurence S.; WOOLF, Alan D. - *Past, present, and future role of ipecac syrup*. **Current opinion in pediatrics**. ISSN 1040-8703. 12:2 (2000) 153–162; LEE, MR - *Ipecacuanha: the South American vomiting root*. **The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**. 38 (2008) 355–360; ou FERREIRA JÚNIOR [et al.] - *Use and importance of quina...*

²⁶⁸ Sobre a salsaparrilha veja-se, por exemplo, MORALES, Alba Dolores; VIESCA, Carlos - *La zarzaparrilla y el análisis de la materia médica en el siglo XIX mexicano*. **eä Journal**. ISSN 1852-4680. 8:1 (2016) 37–61; ou WINTERBOTTOM, A. E. - *Of the China Root: A Case Study of the Early Modern Circulation of Materia Medica*. **Social History of Medicine**. ISSN 0951-631X. 28:1 (2014) 22–44.

²⁶⁹ Sobre o guaiaco refira-se EPPENBERGER; GALASSI e RÜHLI - *A brief pictorial and historical introduction to guaiacum...*; PARASCANDOLA, John - *From Mercury to Miracle Drugs: Syphilis Therapy Over the Centuries*. **Pharmacy in History**. 51:1 (2009) 14-23; ou ECHEVERRI, Adriana María Alzate - *Las experiencias de José Celestino Mutis sobre el uso del guaco como antiofídico*. **Asclépio**. ISSN 1988-3102. 55:2 (2003) 257–280.

Historiografia da quina e da quinina em Portugal

Apesar do inegável interesse do tema, evidente numa produção historiográfica verdadeiramente enciclopédica no estrangeiro, a historiografia da ciência em Portugal tem dedicado relativamente pouca atenção a este tema, mesmo entendido na sua forma mais ampla, envolvendo não só a quina propriamente dita mas também os medicamentos preparados com ela (como a Água de Inglaterra), o cultivo português das árvores da quina, ou a sua dimensão comercial.

Relativamente à história da quina em Portugal, a literatura existente é de qualidade, embora relativa apenas a algumas facetas. A investigação histórica respeitante à quina e à quinina em Portugal tem incidido, designadamente: no cultivo das quineiras nas antigas colónias portuguesas²⁷⁰; no estudo da Água de Inglaterra, um medicamento à base de quina vendido entre o século XVII e XIX em Portugal, e que adquiriu uma grande notoriedade na terapêutica²⁷¹; no estudo ou identificação de literatura científica portuguesa sobre a quina e os seus derivados²⁷²; nas pesquisas sobre a quina e a quinina realizadas no século XX na Faculdade de Farmácia da

²⁷⁰ LANDEIRO - A quina e os seus derivados; COSTA, Aloísio Fernandes - A introdução da cultura das quininas nas nossas províncias ultramarinas e a participação dos portugueses no seu estudo químico. **Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa**. Coimbra: [s.n.], 1940; COSTA - O problema das quininas; CABRAL, PEREIRA e PITA - Pharmacy, quina and quinine ...p. 149-153; CABRAL, Célia; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui - Quina e quinina de São Tomé e Príncipe (séculos XIX-XX): cultivo da espécie errada. In MACHADO, João; LOURO, Ivo (Eds.) - **2º Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical. Livro de resumos**. Lisboa: [s.n.], 2015. p. 94-95.

²⁷¹ D'ESAGUY, Augusto - **Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fabrica (1812)**. Lisboa: Oficina da Imprensa Moderna, 1931a; ESAGUY, Augusto D' - **Nótulas relativas ás agoas de Inglaterra: inventadas pelo Dr. Jacob de Castro Sarmento do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. E hoje preparadas por André Lopes de Castro**. Lisboa: Oficina da Imprensa Moderna, 1931b; D'ESAGUY, Augusto - **Notícia sôbre a Agua de Inglaterra**. Lisboa: Oficina da Imprensa Moderna, 1936a; D'ESAGUY, Augusto - Água de Inglaterra. **Bulletin of the Institute of the History of Medicine**. 4:5 (1936b) 404-408; D'ESAGUY, Augusto - Uma notável descoberta portuguesa: A água de Inglaterra. **Ilustração**. 266 (1937a) 9. Este artigo foi republicado n' *O Monitor de Farmácia*: D'ESAGUY, Augusto - Uma notável descoberta portuguesa: A «Água de Inglaterra». **O Monitor de Farmácia**. 7:164 (1937b) 10-11; D'ESAGUY, Augusto - **Jacob de Castro Sarmento: notas relativas à sua vida e à sua obra**. Lisboa: Edições Ática, 1946; D'ESAGUY, Augusto - Uma Água Curativa fabricada em Inglaterra e em Portugal. **Imprensa Médica**. 11 (1959) 407-413; VILHENA, João Jardim de - Água de Inglaterra. **O Instituto**. 83:3 (1932) 318-326; PINA, Luiz de - A Água de Inglaterra em Angola. **Jornal do Médico**. 1:1 (1940) 5-6; FONSECA, L. Falcão da - Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XXVIII:4 (Outubro-Dezembro) (1978) 348-372 (cujo resumo está patente no capítulo relativo à quina e quinina nas revistas médicas e farmacêuticas portuguesas); FIGUEIREDO, Patrick - A «Água de Inglaterra» em Portugal. In BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (org.) - **A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. ISBN 978-972-671-288-6. p. 129-149; DIAS - A Água de Inglaterra...; PINTO, Hélio de Jesus Ferreira de Oliveira - **Jacob de Castro Sarmento e o Conhecimento Médico e Científico do século XVIII**. [S.l.]: Universidade Nova de Lisboa, 2015. 171 p. Tese de doutoramento, p. 61-70, para além de referências à Água de Inglaterra noutras partes da tese.

²⁷² FERRAZ, Márcia Helena Mendes - Los Estudios sobre las Quinas en la Literatura Química-Médica Portuguesa de los Inicios del Siglo XIX. In ACEVES PASTRANA, P. (Ed.) - **Farmacia Historia Natural y Química Intercontinentales**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1995. ISBN 970-620-690-6. p. 189-201; FERRAZ, Márcia Helena Mendes - **As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química**. São Paulo: EDUC, 1997. ISBN 85-283-0118-4, p. 117-132; CABRAL, PEREIRA e PITA - Pharmacy, quina and quinine ...p. 140-141, 146-149.

Universidade de Coimbra²⁷³; ou na pesquisa de receituário médico do Dispensatório Farmacêutico (um serviço dependente da Universidade de Coimbra²⁷⁴), evidenciando alguns padrões de prescrição médica da quina em Portugal²⁷⁵. As pesquisas sobre a história da Água de Inglaterra e sobre o cultivo das quineiras nas antigas colônias portuguesas são os temas predominantes na historiografia da quina e da quinina em Portugal.

Têm sido produzidos estudos de âmbito sintetizador e com contribuições originais.

Na historiografia sobre a dimensão médica e farmacêutica da quina em Portugal, destaca-se o estudo de João Rui Pita sobre receituário médico preparado no Dispensatório Farmacêutico do Hospital da Universidade de Coimbra, no final do século XVIII, patente no artigo *A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII* (1999)²⁷⁶. A quina foi extensamente prescrita no receituário analisado (434 vezes²⁷⁷ num universo de 1954 receitas), revelando a preponderância da quina nestas prescrições médicas. Este artigo fornece também informações relativas à quantidade de quina existente no Dispensatório Farmacêutico (dados provenientes de um inventário de 13 de Novembro de 1798), em cujo armazém existia à data “a quantidade espantosa de 100 arrates de quina que a um valor unitário de 1450 dava um valor total de 145\$000 réis”²⁷⁸. Esta pesquisa indicia a importância terapêutica e económica da quina em Portugal. Este artigo possui assim o mérito de conter dados concretos acerca da prescrição médica da quina. Não obstante, o próprio autor ressalva que as receitas em análise representam apenas uma pequena parte da avultada produção de medicamentos no Dispensatório.

Neste artigo, João Rui Pita foca igualmente a presença da quina na primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* (conteúdo e número de monografias da quina, e de fórmulas preparadas com quina). João Rui Pita constatou que na *Pharmacopeia Geral* estavam presentes duas monografias relativas à quina: quina e quina vermelha, e que esta farmacopeia continha também diversas preparações farmacêuticas compostas por quina. No que se refere a estas preparações, João Rui Pita apresenta a sua composição qualitativa e quantitativa, e nalguns

²⁷³ Alguns estudos preliminares sobre este tema foram efetuados por Célia Cabral, João Rui Pita, e Lígia Salgueiro: CABRAL, C.; SALGUEIRO, L.; PITA, J. R. - Estudos e investigações sobre quinas na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (1926-1974). In SÁ, António [et al.](Eds.) - **I Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical: A medicina tropical nos espaços nacionais, coloniais e pós-coloniais (Séc. XIX-XX)**. Livro de Resumos. Lisboa: [s.n.], 2012. p. 42-44; CABRAL, C.; SALGUEIRO, L. & PITA, J. R. — Da planta ao medicamento: o exemplo das quinas e do quinino. Os estudos realizados na Faculdade de Farmácia de Coimbra (primeira metade do século XX). In PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor (Coords.) - **Livro de resumos – I Congresso de História Interdisciplinar da Saúde**. Coimbra: CEIS20-Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia / SHIS, 2012. ISBN: 978-972-8627-38-6. p. 43 (comunicação em poster).

²⁷⁴ PITA – A quina e outras drogas americanas... p. 207.

²⁷⁵ Ibidem, p. 224-225, 228.

²⁷⁶ Este estudo de receituário médico está originalmente descrito em PITA, João Rui Couto da Rocha – **A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico**. [S.l.]: Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra. 1995. 2 vols e Anexos. Tese de doutoramento.

²⁷⁷ PITA – A quina e outras drogas americanas...p. 224.

²⁷⁸ Ibidem, p. 217.

casos, o seu modo de preparação. Não obstante, não existem estudos semelhantes relativamente às outras farmacopeias oficiais portuguesas, ou sobre as farmacopeias não oficiais portuguesas. Sabe-se, no entanto, que a quina ou os seus medicamentos derivados (como a quinina) estão presentes em várias farmacopeias oficiais portuguesas e na primeira edição da farmacopeia não oficial *Pharmacopeia Lusitana* (1704)²⁷⁹.

O artigo em questão lança assim diversas pistas para o estudo da quina, evidenciando a sua preeminência no seio das drogas americanas. Oferece ainda uma panorâmica da história da quina, e refere-se a uma parte importante do seu percurso em Portugal. Menciona, designadamente, o isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes²⁸⁰, e o insucesso último das plantações de quineiras nas antigas colónias portuguesas. Por outro lado, destaca a falta de informações sobre a realidade portuguesa, sensibilizando outros investigadores para a necessidade de desenvolver este tema no contexto nacional: “Pouco se sabe entre nós, portugueses, sobre o consumo medicamentoso nos hospitais portugueses, muito particularmente sobre o consumo das drogas americanas que se mostraram, a breve trecho, do maior interesse para a terapêutica ocidental”²⁸¹.

O artigo *Pharmacy, quina and quinine in Portugal, 18th- 20th centuries* (2015), de Célia Cabral, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, aborda a presença da quina, da quinina e da cinchonina na literatura científica portuguesa, com particular destaque para algumas farmacopeias do século XVIII e XIX²⁸². Foca ainda o isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes e as controvérsias daí resultantes, para além de enunciar alguns dos estudos mais importantes realizados em Portugal sobre a quina e a quinina (desde o final do século XVIII à primeira metade do século XX). Refere ainda um programa de pesquisa em matérias-primas com interesse farmacêutico (provenientes das antigas colónias portuguesas) que existiu no Laboratório de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, nos anos 30 a 70 do século XX. Por último, sumariza a história das tentativas de cultivo de quineiras nas antigas colónias portuguesas. Este artigo apresenta diversas informações úteis, designadamente a enunciação de vários trabalhos importantes elaborados em Portugal sobre a quina; a sinalização da referência à quina logo na primeira farmacopeia portuguesa²⁸³ – a farmacopeia não oficial *Pharmacopeia Lusitana* de Caetano de Santo António (1704) – e noutras farmacopeias oficiais subsequentes; a sinalização da presença da quinina e da cinchonina nalgumas farmacopeias

²⁷⁹ CABRAL, PEREIRA e PITA – Pharmacy, quina and quinine ... p. 140-141, 146-147.

²⁸⁰ PITA – A quina e outras drogas americanas... p. 202.

²⁸¹ Ibidem, p. 228.

²⁸² As farmacopeias referidas são as primeiras edições da *Pharmacopeia Lusitana* (1704), da *Pharmacopeia Geral* (1794), do *Código Farmacêutico Lusitano* (1835), e da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935) bem como a *Pharmacopêa Portuguesa* (1876).

²⁸³ Esta classificação resulta do facto de se tratar de “uma farmacopeia editada em Portugal, redigida por um boticário português e em língua portuguesa” - PITA, João Rui; BELL, Victoria - Da *Pharmacopeia Lusitana* à *Farmacopeia Portuguesa*: Uma viagem pela história do livro farmacêutico (sécs. XVIII-XXI). In ANDRADE, António Manuel Lopes; CARRINGTON, Maria Cristina (Coords.) - **Do manuscrito ao livro impresso I**. Aveiro, Coimbra : UA Editora - Universidade de Aveiro/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 279–311, p. 283.

oficiais; e a referência aos principais problemas identificados na cultura das quinas nas antigas colônias portuguesas, nomeadamente o cultivo de uma espécie inadequada em termos de percentagem de quinina, com vista a um lucro mais imediato²⁸⁴.

Este artigo sumariza e evidencia algumas das principais correntes de investigação histórica da quina e da quinina no contexto português, e ressalva que a sua história em Portugal ainda não se encontra totalmente compreendida²⁸⁵. Para além disso, inventaria uma parte apreciável da literatura científica produzida em Portugal sobre a quina e a quinina.

No que concerne ainda ao estudo de literatura científica portuguesa acerca da quina, o capítulo *Los Estudios sobre las Quinas en la Literatura Química-Médica Portuguesa de los Inicios del Siglo XIX*, da autoria de Márcia Helena Mendes Ferraz (1995), aborda sumariamente a polémica resultante do isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes, salientando os seus vários intervenientes. A respeito desta polémica, a autora inclui informações duma carta de Bernardino António Gomes a José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que elucidam algumas divergências científicas acerca do “cinchonino”. Este trabalho discute sucintamente algumas publicações portuguesas pertinentes à quina: a *Quinografia Portuguesa...* (1799) de Frei Mariano Velloso; o *Ensaio sobre o cinchonino...* (1812) de Bernardino António Gomes, e as *Experiencias chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras* (1814).

Deste modo, no que respeita à investigação de estudos portugueses acerca da quina, salientam-se os trabalhos de Márcia Helena Mendes Ferraz²⁸⁶, referente a estudos do início do século XIX; e de Célia Cabral, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, que apresentam uma panorâmica de diversos estudos produzidos entre o século XVIII e o século XX²⁸⁷. Ainda assim, os estudos históricos acerca da produção científica portuguesa sobre a quina, embora relevantes são, pela sua extensão, pouco aprofundados.

Outra corrente historiográfica relacionada com a quina em Portugal diz respeito à “Água de Inglaterra”, o mais famoso medicamento preparado com quina em Portugal. O estudo da sua história tem sido alvo de considerável atenção académica, ao contrário de outras dimensões conexas da quina.

O primeiro fabricante da Água de Inglaterra terá sido Fernando Mendes (1645-1724), um médico cristão-novo português radicado em Inglaterra²⁸⁸. Após a sua morte, outro médico português que exercia atividade em Inglaterra, Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), iniciou o

²⁸⁴ A este propósito veja-se também PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui; RITO, Sara – Cinchona in Portugal - The Consumption of Cinchona, Drug Research and Industrial Production (18th -20th Centuries). [Em linha]. **38th International Congress for the History of Pharmacy**. Sevilla, 2007. [Consultado em 30 Jan. 2023]. Disponível na internet: <URL: <http://hdl.handle.net/11441/40049>>.

²⁸⁵ “The study presented here represents a systemization of four great chapters of the history of quina and quinine in Portugal, the understanding of which is still in progress”. – CABRAL, PEREIRA e PITA – Pharmacy, quina and quinine ... p. 153.

²⁸⁶ FERRAZ – Los Estudios sobre las Quinas... e FERRAZ – As Ciências em Portugal e no Brasil ...p. 117-132.

²⁸⁷ CABRAL, PEREIRA e PITA – Pharmacy, quina and quinine ...

²⁸⁸ DIAS – A Água de Inglaterra... p. 17-18.

fabrico deste produto, alcançando um grande sucesso comercial²⁸⁹. Existiram, no entanto, numerosos fabricantes deste medicamento, designadamente familiares de Castro Sarmento, como André Lopes de Castro, seu sobrinho-neto.

Sobre a Água de Inglaterra são incontornáveis os contributos de Pedro José da Silva²⁹⁰, João Jardim de Vilhena²⁹¹, Augusto d'Esaguy²⁹² e José Pedro Sousa Dias²⁹³. A Água de Inglaterra, um remédio secreto à base de quina, foi objeto de vários estudos de abrangência diversa: *Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fabrica* (1812) (1931), *Nótulas relativas às agoas de Inglaterra* (1931), *Notícia sôbre a Agua de Inglaterra* (1936), *Água de Inglaterra* (1936), *Uma notável descoberta portuguesa, a Água de Inglaterra* (1937), *Jacob de Castro Sarmento: notas relativas à sua vida e à sua obra* (1946), e *Uma Água Curativa fabricada em Inglaterra e em Portugal* (1959) de Augusto d'Esaguy²⁹⁴; *Água de Inglaterra* (1932) de João Jardim de Vilhena; *A Água de Inglaterra em Angola* (1940) de Luís de Pina; *Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino* (1978) de L. Falcão da Fonseca; e, mais recentemente, *A «Água de Inglaterra» em Portugal* (2011) de Patrick Figueiredo, e *A Água de Inglaterra: Paludismo e Terapêutica em Portugal no século XVIII* (2012) de José Pedro Sousa Dias. Refira-se ainda a tese de doutoramento intitulada *Jacob de Castro Sarmento e o Conhecimento Médico e Científico do século XVIII* (2015) de Hélio de Jesus Ferreira de Oliveira Pinto, onde encontramos uma secção relativa à Água de Inglaterra²⁹⁵; e o livro *A Singular Remedy: Cinchona Across the Atlantic World, 1751–1820* (2021), de Stefanie Gänger, que na sua investigação histórica também aborda alguns aspetos relativos à Água de Inglaterra²⁹⁶.

²⁸⁹ Ibidem, p. 28, 30, 37.

²⁹⁰ SILVA, Pedro José da - **História da Pharmacia Portugueza desde os primeiros séculos da monarchia até ao presente**. 3 memórias. Lisboa: Tip. Franco-Portugueza, 1866-1868. Terceira memória. **Principaes factos da Pharmacia Portugueza nos seculos passados**, 1868, p. 127-128, 134, 137-153.

²⁹¹ VILHENA, João Jardim de – Água de Inglaterra. **O Instituto**. 83:3 (1932) 318–326.

²⁹² Veja-se, nomeadamente, D'ESAGUY - *Nótulas relativas às agoas de Inglaterra...*(1931b) ou D'ESAGUY – *Notícia sôbre a Agua de Inglaterra*, entre outros.

²⁹³ DIAS – *A Água de Inglaterra...*

²⁹⁴ Refira-se ainda D'ESAGUY, Augusto - *A page from the Portuguese History of Medicine: Dr. Jacob or Henrique de Castro Sarmento*. **O Instituto**. 108 (1946a) 195–219, onde o autor apresenta uma pequena biobibliografia de Jacob de Castro Sarmento, referindo-se particularmente à obra *Do Uso, e abuso, das minhas agoas de Inglaterra...*(1756). Este artigo foi também publicado sob a forma de uma separata da revista *O Instituto*, Vol. 108: D'ESAGUY, Augusto - *A page from the Portuguese History of Medicine: Dr. Jacob or Henrique de Castro Sarmento*. Separata de: **O Instituto: jornal científico e litterario**. Coimbra : Instituto de Coimbra, 1946b. Maximiano Lemos aborda brevemente o conteúdo do livro *Do Uso, e abuso, das minhas agoas de Inglaterra...*(1756) de Jacob de Castro Sarmento – LEMOS – *Historia da medicina em Portugal...*(Vol. 2, 1899), p. 177. Augusto d'Esaguy também foca muito sumariamente alguns aspetos da vida de Jacob de Castro Sarmento em D'ESAGUY, Augusto - **Apontamentos de história da medicina**. Lisboa : Oficina da Imprensa Moderna, 1931, p. 45-60.

²⁹⁵ Hélio Pinto apresenta um resumo da história da Água de Inglaterra, aponta razões para o envolvimento de Castro Sarmento no fabrico e comercialização da Água de Inglaterra, fatores que terão contribuído para o sucesso da Água de Inglaterra fabricada por Jacob de Castro Sarmento, e apresenta e analisa referências à Água de Inglaterra nas obras *Uso, e Abuso das Minhas Agoas de Inglaterra...* (1756), *Materia Medica...* (edição de 1758), e *Verdadeira Theorica das Mares* (1737) da autoria deste médico português.

²⁹⁶ Stephanie Gänger apresenta várias informações sobre a história da Água de Inglaterra, entre as quais: indicação de algumas propriedades terapêuticas deste medicamento propugnadas pelo médico português

Pedro José da Silva foca vários aspetos da história da Água de Inglaterra²⁹⁷, indicando diversos produtores desse medicamento (médicos, farmacêuticos e outros profissionais) e a competição entre eles, dando especial destaque a Castro Sarmiento e aos seus familiares. Indica algumas diligências de Jacob de Castro Sarmiento para popularizar e rentabilizar a sua versão da Água de Inglaterra, e que o produto de Castro Sarmiento era inicialmente vendido (em Lisboa e Coimbra) nas boticas dos jesuítas. Refere também várias publicações que falavam sobre a Água de Inglaterra, e que a Água de Inglaterra foi muito consumida “em Lisboa e por todo o reino e possessões”²⁹⁸. São também citados alguns documentos oficiais relacionados com a Água de Inglaterra. Pedro José da Silva aponta ainda que foi publicada uma receita para a preparação da Água de Inglaterra na *Pharmacopéa Tubalense*²⁹⁹.

Para além de discorrer sobre a história da Água de Inglaterra, baseando-se em diversas fontes primárias, Augusto d’Esaguy transcreveu a obra intitulada *Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fabrica de Jozé Joaquim de Castro, Em obsequio da verdade, por João Lopes Cardoso Machado, Delegado de Medicina e Cirurgia de Pernambuco* (1812)³⁰⁰, onde se argumenta que a receita de Água de Inglaterra de André Lopes de Castro era a mesma de Jacob de Castro Sarmiento³⁰¹. Esta obra de 1812 constituiu uma defesa da Água de Inglaterra daqueles familiares de Castro Sarmiento, em detrimento da Água de Inglaterra fabricada pelo farmacêutico António José de Sousa Pinto, autor que é fortemente criticado³⁰². Esaguy também destaca várias passagens das obras de Jacob de Castro Sarmiento em que este se refere à quina e/ou à Água de Inglaterra³⁰³ e transcreve alguns testemunhos abonatórios da eficácia da Água de Inglaterra de André Lopes de Castro³⁰⁴, publicadas por este último num “folheto de propaganda das suas Aguas”³⁰⁵. As atestações de eficácia transcritas incluem declarações de médicos de vários pontos do país

Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752–1829) e dos preços da Água de Inglaterra em Portugal, em várias capitánias do Brasil e nas capitánias de Angola e Benguela; citação de afirmações de Henriques de Paiva sobre a Água de Inglaterra presentes na *Farmacopéa Lisbonense* (1785); relatos sobre o fabrico de medicamentos que eram adaptações da Água de Inglaterra; e informações sobre a produção e distribuição de Água de Inglaterra nos hospitais portugueses militares e da marinha, indicando que no hospital militar de S. João de Deus a Água de Inglaterra existia em stock, e que a Água de Inglaterra era administrada no Hospital da Marinha em Lisboa (GÄNGER - A Singular Remedy...p. 81-84, 114-117, 133, 141).

²⁹⁷ SILVA - História da Pharmacia Portugueza ... (3ª memória, 1868), p. 127-128, 134, 137-153. Nesta obra refere-se igualmente a “*Agua Lusitana para terçãs, & quartãs*” de João Curvo Semedo (Ibidem, p. 130).

²⁹⁸ Ibidem, p. 140.

²⁹⁹ Ibidem, p. 141.

³⁰⁰ Segundo Palmira Fontes da Costa e Henrique Leitão, uma das características dos estudos de autores portugueses da primeira metade do século XX, sobre a história da medicina colonial portuguesa e a história natural, era a inclusão de longas citações das fontes utilizadas na sua pesquisa - COSTA, Palmira Fontes da; LEITÃO, Henrique - Portuguese Imperial Science, 1450–1800: A Historiographical Review. In BLEICHMAR, Daniela [et al.] (Eds.) - **Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800**. Stanford, California : Stanford University Press, 2009. ISBN 978-0-8047-5358-6. p. 35–53, característica que é partilhada por estes estudos de Augusto d’Esaguy.

³⁰¹ D’ESAGUY - Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fabrica (1812) (1931a), p. 29.

³⁰² Ibidem, p. 21-45.

³⁰³ D’ESAGUY - Nótulas relativas ás agoas de Inglaterra...(1931b), p. 7-11, 14, 17-24, 53; D’ESAGUY – Jacob de Castro Sarmiento: notas relativas à sua vida e à sua obra, p. 54-55.

³⁰⁴ D’ESAGUY - Nótulas relativas ás agoas de Inglaterra...(1931b), p. 29-30, 33-46.

³⁰⁵ Ibidem, p. 29.

(Lisboa, Coimbra, Porto, Beja, Elvas, Campo-Maior, e Santarém). Augusto d'Esaguy transcreve ainda informações sobre a quina e sobre a Água de Inglaterra – louvando a sua utilidade nas sezões – presentes numa tradução portuguesa anotada do médico Manuel Joaquim Henriques de Paiva da *Medicina Domestica...* de Guilherme Buchan (tradução datada de 1825)³⁰⁶. Augusto d'Esaguy nomeia igualmente 10 documentos sobre as aplicações terapêuticas da Água de Inglaterra “grosseiramente decalcadas do índice terapêutico de Castro Sarmiento”³⁰⁷, e que foram publicados por vários “falsificadores”³⁰⁸: André Lopes de Castro; António José de Souza Pinto; José Francisco Borrallho; José Cardozo Rodrigues; e João Antonio Pereira e Sousa.

Augusto d'Esaguy também fornece informações sobre “notas e assentos sobre as Águas de Inglaterra e seus falsificadores”, presentes nos “«Livros da Intendência Geral da Polícia»”, bem como referências em vários “«Livros da Junta do Comércio»”³⁰⁹.

Na *Notícia sôbre a Agua de Inglaterra* (1936), Augusto d'Esaguy enuncia os títulos de 6 “atestações” de vários indivíduos sobre a utilidade da Água de Inglaterra, incluindo a *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra...* de Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Destaca informações de dois desses documentos: a *Relação das garrafas de Agoa de Inglaterra, que José Joaquim de Castro tem prestado, em cumprimento de sua gratuita, e illimitada offerta, que fez a favor de tôdas as pessoas expatriadas, e pobres, que tendo desamparado as suas casas pela invasão dos inimigos, se acham refugiadas nesta Cidade de Lisboa, na conformidade do anuncio, que o mesmo Castro fizera em a Gazeta de Lisboa de 15 de Outubro de 1810 a todos os facultativos* (Lisboa: Na Impressão Regia, 1811), comentando o seu conteúdo; e as *Attestações dos Professores de Medicina, e Cirurgia deste Reino de Portugal, e seus dominios, que tem attestado a excellencia da verdadeira, e unica agoa de Inglaterra da composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento, preparada em Lisboa por José Joaquim de Castro na sua Real Fabrica por Decretos de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Publicadas pela ordem das suas antiguidades até ao presente* (Lisboa: Na Impressão Regia, 1813).

Em *Jacob de Castro Sarmiento: notas relativas à sua vida e à sua obra* (1946), para além das notas biográficas sobre Jacob de Castro Sarmiento, Augusto d'Esaguy, apresenta uma “História Breve da Água de Inglaterra”³¹⁰, e comenta (entre outras obras de Castro Sarmiento) o livro *Do Uso, e abuso, das minhas agoas de Inglaterra...*(1756), resumindo o seu conteúdo, incluindo várias aplicações terapêuticas propostas por Castro Sarmiento para a Água de Inglaterra, e destacando outros dados aí presentes, designadamente considerações sobre as febres. A propósito desta obra, Esaguy afirma: “Sarmiento foi o primeiro médico português que estudou com propedêutica e ciência o problema das sezões em Portugal, concentrando num volume (J. de

³⁰⁶ Ibidem, p. 51-52.

³⁰⁷ D'ESAGUY - Jacob de Castro Sarmiento: notas relativas à sua vida e à sua obra, p. 64.

³⁰⁸ D'ESAGUY - Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fabrica (1812) (1931a), p. 10.

³⁰⁹ D'ESAGUY - Jacob de Castro Sarmiento: notas relativas à sua vida e à sua obra, p. 63.

³¹⁰ Ibidem, p. 45.

Castro Sarmento, *Do uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra, ou Directorio, e Instrucçam*, Londres, 1756), as observações colhidas durante a sua permanência na Estremadura e no Alentejo”³¹¹.

Augusto d’Esaguy lista também vários avisos respeitantes à Água de Inglaterra publicados na *Gazeta de Lisboa*; indica que a Água de Inglaterra é referida em todas as farmacopeias publicadas entre 1681 e 1821; e afirma que a Água de Inglaterra “foi a droga mais receitada e utilizada do seu tempo”³¹².

João Jardim de Vilhena, no seu artigo intitulado *Água de Inglaterra*³¹³ fala brevemente da história da Água de Inglaterra, elencando várias obras onde se elogiavam e descreviam as virtudes terapêuticas deste medicamento à base de quina, bem como diversos produtores dessa mesma água: Fernando Mendes e Jacob de Castro Sarmento (médicos judeus radicados em Inglaterra), Padre Alexandre Botelho, André Lopes de Castro (sobrinho-neto de Jacob de Castro Sarmento), Manuel António Pereira de Castro, João António Pereira de Sousa, José Joaquim de Castro (filho de André Lopes de Castro) e António José de Sousa Pinto, autor da *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica* (1805).

Segundo J. J. de Vilhena, André Lopes de Castro vendeu Água de Inglaterra durante muito tempo “com grande sucesso e com a aprovação dos professores de medicina”³¹⁴. No entanto, a 3 de Maio de 1796 foi emitido um Aviso Régio que ordenava uma avultada encomenda de Água de Inglaterra para a Armada Real feita por outro produtor, João António Pereira de Sousa, “por ser muito melhor que a de André, *que não prestava para nada*, conforme atestações de médicos examinadores da Junta do Proto-Medicato”³¹⁵. Este artigo descreve também brevemente a ascensão e queda da popularidade da Água de Inglaterra de José Joaquim de Castro, que continuou o negócio de venda de Água de Inglaterra do seu pai, André Lopes de Castro. Refere que José Joaquim de Castro ofereceu grandes quantidades de Água de Inglaterra “aos Hospitais Militares, aos Emigrados e às Povoações invadidas pelas doenças no tempo dos franceses”³¹⁶. Por esta razão, o Decreto Real de 2 de Outubro de 1811 consagrava a sua Água de Inglaterra como a verdadeira, e à sua fábrica confirmava-se o nome de Real Fábrica da Água de Inglaterra (o título da fábrica fora primeiro outorgado em 1803). J. J. de Vilhena indica que José Joaquim de Castro fora declarado Cavaleiro de Cristo, pelos benefícios do uso da sua água para o público. Ao mesmo tempo que José Joaquim de Castro vendia uma Água de Inglaterra, António José de Sousa Pinto também era bem-sucedido na venda da sua própria Água de Inglaterra. Mas o uso da água de José Joaquim de Castro foi depois proibido pelos “físicos do Reino”, “por se mostrar corrupta e por isso muitas garrafas foram apreendidas”³¹⁷. Foi embargada uma porção grande de casca de quina

³¹¹ Ibidem, p. 21-22.

³¹² D’ESAGUY - Uma notável descoberta portuguesa... (1937a), p. 9.

³¹³ VILHENA, João Jardim de – Água de Inglaterra. **O Instituto**. 83:3 (1932) 318–326.

³¹⁴ Ibidem, p. 321.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ Ibidem, p. 321-322.

³¹⁷ Ibidem, p. 322.

consignada para Castro, uma vez que estava podre, e “Por tôda a parte se espalhava que a Água não era bem preparada e que os fornecimentos aos hospitais não chegavam a ser utilizados porque se esvaziavam nas pias”³¹⁸. Além disso, a Água de Inglaterra que José Joaquim de Castro fornecera para tratar o Rei D. Pedro III “por estar *choca e pôdre* foi inutilizada, e por êste facto a Junta do Proto-Medicato comparou as águas de Castro com as de Sousa Pinto e concluiu que estas levavam a palma na sua confecção e pureza”³¹⁹.

J. J. de Vilhena destaca duas sessões “das *Cortes Geraes e extraordinarias da Nação Portuguesa*”³²⁰, uma do dia 14 de Maio de 1821, e outra do dia 23 de Maio, em que se discutiu uma questão relacionada com a Água de Inglaterra, especificamente o requerimento apresentado por José Joaquim de Castro para ser proprietário do título “*Água de Inglaterra*”, “para obstar à venda das falsificações que se faziam daquela Água”³²¹. Segundo J. J. de Vilhena nessas sessões concordou-se que José Joaquim de Castro tivesse “a propriedade do título da *Água de Inglaterra*”³²² para a água que fabricava. Após a exposição das desavenças espoletadas pela Água de Inglaterra entre diversos indivíduos que a produziram, e das conclusões das referidas sessões das cortes, João Vilhena questiona

“Afinal, para quê, tantas lutas, tantas rivalidades, tantas cancelas, se qualquer boticário, especulador ou curioso podia fazer Água da Inglaterra, seguindo à risca a receita que foi divulgada a pág. 293 do Tómo II, da *Correcção dos Abusos* de Fr. Manuel de Azevedo, 1680-1688 e em diversas Farmacopeias publicadas durante o longo lapso de tempo decorrido desde 1681 até 1821”³²³.

J. J. de Vilhena conclui o artigo dizendo que a Água de Inglaterra fora “uma das panaceias mais receitadas naquele tempo”, sendo consumida em grandes quantidades na capital, e que a “Intendência Geral da Polícia, ao ter conhecimento de haver aparecido, em qualquer ponto do país, casos de doença suspeita, enviava aos Corregedores, grandes provisões de Água de Inglaterra”³²⁴, que era muito bem recebida pelas populações.

Luiz de Pina, no artigo intitulado *A Água de Inglaterra em Angola* (1940) fornece algumas informações sobre a presença da Água de Inglaterra em Angola, através da transcrição de vários documentos. Refere igualmente que Castro Sarmiento fala sobre a sua Água de Inglaterra em diversas obras, e indica que a Água de Inglaterra teve muito sucesso em Portugal e fora do país. Alude ainda a alguns autores que abordaram a história da Água de Inglaterra.

³¹⁸ Ibidem.

³¹⁹ Ibidem, p. 323.

³²⁰ Ibidem, p. 318.

³²¹ Ibidem, p. 319.

³²² Ibidem, p. 325.

³²³ Ibidem, p. 326.

³²⁴ Ibidem.

No artigo *Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino* (1978), L. Falcão da Fonseca revisita a história da quina desde o século XVII, focando alguns dos intervenientes na sua divulgação, os estudos botânicos efetuados, literatura publicada e os esforços de aclimação das quineiras, onde inclui também o contributo dos portugueses. Menciona também várias análises químicas de amostras de quina efetuadas por portugueses. Refere-se a várias lendas sobre a descoberta da quina, e à questão do conhecimento ou desconhecimento da quina por parte dos habitantes da América do Sul antes da conquista espanhola. Relata ainda como terá ocorrido a introdução da quina em vários países europeus como a França, a Inglaterra ou a Alemanha. Discorre depois sobre a história do medicamento chamado Água de Inglaterra e dos vinhos quinados que a precederam, como o medicamento preparado por Robert Talbot com o qual este tratou Charles II de Inglaterra. Menciona também diversas publicações concernentes à Água de Inglaterra, que eram frequentemente da autoria dos próprios fabricantes desse medicamento. Refere-se ao que chama a primeira Água de Inglaterra, preparada por Fernando Mendes; à segunda Água de Inglaterra, preparada por Jacob de Castro Sarmento; à terceira Água de Inglaterra, preparada pelos jesuítas do Colégio de Santo Antão, de entre os quais o Padre Alexandre Botelho; à quarta Água de Inglaterra, preparada por André Lopes de Castro (sobrinho-neto de Jacob de Castro Sarmento), e por José Joaquim de Castro (filho de André Lopes de Castro); à quinta Água de Inglaterra, do boticário João António Pereira e Sousa; à sexta Água de Inglaterra, do boticário do rei, José Cardoso Rodrigues Crespo; à sétima Água de Inglaterra, do boticário José Francisco Borralho; à oitava Água de Inglaterra, preparada pelo boticário António José de Sousa Pinto; à nona Água de Inglaterra preparada por José Fernão Castelo Branco; e à décima Água de Inglaterra. Na secção sobre a décima Água de Inglaterra reporta-se ao uso deste medicamento nas antigas colónias portuguesas, designadamente em Angola. O autor deste artigo descreve depois sumariamente os estudos químicos de Bernardino Antonio Gomes sobre a quina patentes no *Ensaio sobre o cinchonino...* (1812), focando também brevemente a polémica que se seguiu à publicação daquela obra.

No capítulo *A «Água de Inglaterra» em Portugal* (2011), Patrick Figueiredo fornece várias informações sobre a história da Água de Inglaterra e da quina. O autor aborda a introdução da Água de Inglaterra em Portugal no século XVII, e a sua utilização em Angola no século XVIII, bem como a circulação de vinhos quinados nas antigas colónias portuguesas.

A obra de José Pedro Sousa Dias *A Água de Inglaterra: Paludismo e Terapêutica em Portugal no século XVIII* (2012) foca a história deste remédio secreto desde o seu aparecimento até à comercialização por José Joaquim de Castro, enquadrando-a na problemática dos remédios secretos. Transcreve também vários documentos importantes relacionados com a história da Água de Inglaterra³²⁵. Este livro aponta sucessivos propugnadores e fabricantes da Água de Inglaterra, clarificando o contributo destes para o êxito deste produto medicinal (designadamente Fernando Mendes, Jacob de Castro Sarmento e André Lopes de Castro, para os quais apresenta diversas

³²⁵ DIAS – A Água de Inglaterra...p. 95-108.

informações biográficas), bem como os detratores e apoiantes dos “remédios secretos”, permitindo clarificar a história deste vinho à base de quina em Portugal. Neste livro, José Pedro Sousa Dias destaca a quase omnipresença da Água de Inglaterra na obra de Jacob de Castro Sarmiento³²⁶, e pormenoriza várias informações relativas ao comércio da Água de Inglaterra, especialmente no caso de Jacob de Castro Sarmiento e de André Lopes de Castro. J. P. Sousa Dias também explicita as conceções de Castro Sarmiento acerca das febres intermitentes, da ação terapêutica da Água de Inglaterra e da administração deste medicamento, evidenciadas na obra *Materia Medica* (1735). J. P. Sousa Dias indica ainda a existência de referências à Água de Inglaterra nas *Considerações médicas* (1758) do médico João Mendes Sachetti Barbosa (1714-1774)³²⁷. Sousa Dias apresenta assim uma panorâmica da história da Água de Inglaterra em Portugal, e um estudo aturado de vários aspetos negligenciados por autores anteriores que escreveram sobre a Água de Inglaterra.

Fausto Landeiro apresenta uma síntese da história do cultivo das árvores da quina em território português e da situação na época em que escrevia³²⁸, assim como algumas informações sobre a produção portuguesa de sulfato de quinina³²⁹. O artigo visava estimular novamente o cultivo português das quineiras e a produção industrial de derivados da quina (a totaquina em particular), bem como a criação de uma “Estação Experimental de cultura das quineiras” e de um monopólio estatal “da Quina e seus produtos em todo o Império Colonial Português”, de maneira a regular o seu comércio³³⁰. Apresenta igualmente resultados de análises químicas da casca de quina proveniente de Cabo Verde e de São Tomé, dados sobre a exportação de casca de quina da província de São Tomé e Príncipe entre 1902 e 1930 (à exceção do ano de 1928)³³¹, e valores da importação portuguesa de sais de quinina entre 1898 e 1933³³². Refere também o isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes. Assinala que, ao contrário de Pelletier e Caventou, que foram rapidamente reconhecidos pelo seu trabalho em França, a homenagem pública a B. A. Gomes apenas fora feita “há uma escassa meia dúzia de anos”³³³.

Relativamente ao cultivo das quineiras nas antigas colónias portuguesas destaca-se também *O problema das quinas* de Aloísio Fernandes Costa (1944) que, pela sua extensão, permite uma abordagem mais pormenorizada deste assunto³³⁴. Nesta obra elucidam-se algumas

³²⁶ Ibidem, p. 33.

³²⁷ Ibidem, p. 49 e 51.

³²⁸ LANDEIRO - A quina e os seus derivados, p. 49-61.

³²⁹ Ibidem, p. 60, 79, 80. Este artigo também resume a história da quina (referindo brevemente a Água de Inglaterra); fornece dados sobre a incidência da malária na época e sobre a produção e consumo mundial de quinina; contém indicações técnicas sobre as árvores da quina e sobre o seu cultivo; e informações sobre estudos realizados acerca dos derivados da quina.

³³⁰ Ibidem, p. 83.

³³¹ Ibidem, p. 60-61. Os valores máximos de exportação tinham sido atingidos em 1905, com 152 638 quilogramas.

³³² Ibidem, p. 77-78. O pico fora atingido em 1921, com 3977 quilogramas de sais importados.

³³³ Ibidem, p. 67.

³³⁴ No 2º volume da sua obra *Farmacognosia*, Aloísio Fernandes Costa aborda a história da quina de uma forma sumária, mencionando também o fracasso último das plantações portuguesas nas antigas colónias – COSTA – *Farmacognosia* (Vol. 2, 1994), p. 541-554, 561-562, 565. Relativamente à cultura portuguesa

questões particulares da história da quina em Portugal. Focam-se principalmente as plantações de quineiras nas antigas colónias portuguesas e as razões para a sua ruína, valores de exportação de casca de quina de São Tomé (1886-1891, 1905, 1911, 1915, 1916, 1923, 1929, 1938, e primeiro semestre de 1943), e o doseamento dos alcaloides em amostras das plantações em Cabo Verde e São Tomé. O autor refere ainda brevemente o trabalho de Bernardino António Gomes e de Tomé Rodrigues Sobral no estudo das quinas. Este livro também contém indicações técnicas sobre a extração e doseamento de alcaloides e métodos de cultivo das quineiras.

Este livro pretendia, de acordo com o autor, evidenciar a história de aclimação das quineiras longe do seu local de origem, com “o intuito de evidenciar as vicissitudes da respectiva cultura nas diferentes partidas do mundo, a perseverança do homem no sentido de criar novas riquezas para, finalmente, se estabelecer um paralelo com o pêso quási morto da tentativa de aclimação das quinas nas Províncias Ultramarinas Portuguesas”³³⁵. O autor destaca também a intenção de estimular novas tentativas de cultura da quina pelos portugueses, e a forma desadequada como se tinha empreendido o seu cultivo em território português³³⁶. É simultaneamente uma fonte primária (no sentido em que apresenta dados relativos, por exemplo, à análise química de quinas de São-Tomé pelo próprio Aloísio Fernandes Costa) e literatura secundária (dado que colige informações de diversos autores acerca da história da quina em Portugal e das tentativas de aclimação de quineiras nas antigas colónias portuguesas). Segundo o autor, uma das principais razões para o insucesso das plantações foi o cultivo da *Cinchona succirubra*: “Por circunstâncias a esclarecer, as nossas plantações foram constituídas quási só de *C. succirubra*, para o que teve influência decisiva o rápido crescimento, o grande porte, enfim, o pêso da casca produzido por árvore”³³⁷.

Aloísio Fernandes Costa destaca que o livro é “uma sùmula do problema, com o objectivo de ministrar as «primeiras noções» aos espíritos mais curiosos, estranhos às ciências biológicas”³³⁸. Daí se compreenda talvez a ausência de referências muito pormenorizadas à origem da informação³³⁹, uma vez que parece tratar-se de uma obra de divulgação científica, e

das plantas da quina e ao trabalho de Bernardino António Gomes que culminou no isolamento da cinchonina veja-se também CARREIRA, Teresa; LOPES, Sandra; MAIA, Elisa - The “Febrifuge Principle” of *Cinchona* Barks. [Em linha]. **38th International Congress for the History of Pharmacy**. Sevilla, 2007. [Consultado em 30 Jan. 2023]. Disponível na internet: <URL: <http://hdl.handle.net/11441/40139>>, onde se encontra igualmente uma abordagem sumarizada destes assuntos.

³³⁵ COSTA - O problema das quinas, p. 6 (não numerada).

³³⁶ “(...) outros países procuram ainda hoje cultivar, nas suas colónias, as famosas Rubiáceas com o fim de preparar específicos para os doentes, vítimas da malária, quanto mais não seja os substitutos económicos destinados aos povos autóctones. Também se ventilou tal questão em Portugal, embora se procurasse resolvê-la por um processo simplista, bem diferente do seguido pelos grandes países coloniais, em que os estudos científicos ocuparam um lugar primacial. [...] as quinas ainda hoje oferecem interêsse, mormente na situação particular em que o mundo se agita! Assim, coligimos numa pequena monografia aquêl trabalho já divulgado pela palavra oral e escrita, com o fim de despertar novas iniciativas.” – Ibidem, p. 5.

³³⁷ Ibidem, p. 133.

³³⁸ Ibidem, p. 6.

³³⁹ As referências bibliográficas são apresentadas no final da obra. Não obstante, em várias passagens do texto Aloísio Fernandes Costa refere a origem das informações veiculadas.

não de um livro técnico. A obra não é demasiado exaustiva, mas sumariza alguma da informação mais importante relativa à história da quina e da quinina, destacando o caso particular de Portugal.

Aloísio Fernandes Costa também já abordara o cultivo das quineiras nas antigas colónias portuguesas numa comunicação ao *Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa* (decorrido em Coimbra, no ano de 1940), apoiando-se em várias fontes do final do século XIX e início do século XX, e versando em maior detalhe o isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes. A. F. Costa refere também trabalhos subsequentes realizados em Portugal (as *Experiencias chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras*, publicadas em 1814 e as *Experiencias sôbre duas diferentes cascas do Pará*, publicadas em 1818), que analisaram várias cascas vindas do Brasil “com o fim de verificar sôbre se podiam ser consideradas verdadeiras quinas”³⁴⁰. No que respeita a estes trabalhos posteriores, Aloísio Fernandes Costa afirma:

“Apesar de Bernardino António Gomes ter descoberto o verdadeiro caminho para a execução destes trabalhos, os investigadores citados preferiram utilizar o método empírico, então em voga, isto é, comparar o efeito sucessivo de diversos reagentes sôbre cozimentos das substâncias em análise e, paralelamente, sôbre quinas de comprovada origem. Nessa época era método de Vauquelin o mais empregado neste tipo de análises, qual o de tratar os cozimentos das quinas sucessivamente por gelatina, tanino e emético”³⁴¹

Aloísio Fernandes Costa abordou ainda algumas análises químicas de cascas de quina vindas de São Tomé e de Cabo Verde (realizadas por Joaquim dos Santos e Silva e Eugénio Simões Diogo), bem como o surgimento de uma indústria portuguesa de produção de sais de quinina e subsequentes análises de sulfato de quinina de fabrico português.

Timothy Walker (2013) também refere o cultivo de quineiras na ilha de São Tomé pelos portugueses, afirmando que as plantações de quineiras rapidamente passaram a produzir “anualmente centenas de quilos de casca de quina para exportação”. Indica igualmente que a quinina de São Tomé “salvou a vida de inúmeros colonos e facilitou a expansão portuguesa para o interior dos seus territórios africanos durante o século XIX”³⁴². Segundo Timothy Walker o cultivo das quineiras em São Tomé destinava-se especificamente a auxiliar os “esforços de colonização em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau”³⁴³.

No capítulo intitulado “Quineiras”, da obra *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*³⁴⁴, José Eduardo Mendes Ferrão apresenta um pequeno resumo da história da quina,

³⁴⁰ COSTA - A introdução da cultura das quinas ... p. 22.

³⁴¹ Ibidem, p. 23.

³⁴² WALKER – The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World... p. 427.

³⁴³ Ibidem, p. 429.

³⁴⁴ FERRÃO, José Eduardo Mendes – Quineiras. In **A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses**. 3ª Edição. Revista, actualizada e com nova iconografia. Lisboa: IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical/Fundação Berardo/Chaves Ferreira – Publicações, S. A., 2005. ISBN 972-672-964-5 [IICT]. p. 157-160.

designadamente da sua introdução na terapêutica, explicitando o seu campo de ação principal – o paludismo ou malária. Refere a existência da Água de Inglaterra como medicamento popular derivado da quina comercializado em Portugal, e sumariza a introdução das árvores da quina nos territórios portugueses, destacando o papel do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, e a cultura da quina mais bem-sucedida em São Tomé e Príncipe.

A investigação sobre a quina, realizada pelo médico português Bernardino António Gomes, e que conduziu ao isolamento da cinchonina, tem sido referenciada em livros e artigos científicos³⁴⁵, tendo já sido sinalizada a necessidade de estudar de forma mais pormenorizada as polémicas ligadas a este isolamento³⁴⁶: “As polémicas que envolveram o isolamento do primeiro alcalóide da quina por B. A. Gomes e as controvérsias surgidas entre os professores da Universidade de Coimbra e o médico de Lisboa devem ser, por si só, motivo de estudo aturado e pormenorizado”³⁴⁷. Vários autores, entre os quais, L. Falcão da Fonseca³⁴⁸, Aloísio Fernandes Costa³⁴⁹, Márcia Helena Ferraz³⁵⁰ e Célia Cabral, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita³⁵¹ abordaram resumidamente o *Ensaio sobre o cinchonino...* (1812) da autoria de Bernardino António Gomes Pai – onde este relata o isolamento da cinchonina – e referiram a polémica que esse trabalho do médico português desencadeou. No entanto, como destacou João Rui Pita, ainda não foi realizado nenhum estudo específico sobre essa controvérsia³⁵².

Na historiografia encontramos também referências à circulação da quina no império português. Timothy Walker (2013) apresenta algumas considerações sobre o transporte marítimo de quina (a par de outras drogas sul-americanas) pelos portugueses para a Índia e para Moçambique³⁵³. Danielle Sanches de Almeida (2017), na sua tese de doutoramento, *O trato das*

³⁴⁵ A este propósito veja-se, por exemplo, MAEHLE – *Drugs on trial...*p. 13, 282-283, 308, que destaca a importância do estudo de Bernardino António Gomes, que isolou a cinchonina a partir da quina em 1810, para o posterior isolamento da quinina por Pelletier e Caventou; ou SNEADER - *Drug Discovery...*p. 93.

³⁴⁶ A propósito das polémicas relacionadas com o isolamento da cinchonina veja-se também COSTA, A. M. Amorim da - **Primórdios da Ciência Química em Portugal**. Lisboa : ICLP, 1984, p. 83-85, 117-118; FERRAZ - *Los Estudios sobre las Quinas...* p. 195-201; VARELA, Alex Gonçalves - “**Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português**”: **Filósofo Natural e Homem Público - Uma Análise das Memórias Científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)**. Campinas-São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 2001. Tese de mestrado, p. 110-113; SANTOS e PINTO - «A Mata é a sua Farmácia»...p. 167-168; SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da - **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 255-258; e CAVALCANTE, Diego Estevam – **A planta e o tempo: ciência, técnica, natureza e progresso nos impérios da botânica. Ceará-Brasil-Portugal. (Séculos XVIII e XIX)**. Tese de Mestrado, Fortaleza, 2018, p. 207-214.

³⁴⁷ PITA – *A quina e outras drogas americanas...* p. 202.

³⁴⁸ FONSECA, L. Falcão da – *Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino*. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XXVIII:4 (Outubro-Dezembro) (1978) 348–372, p. 367-369.

³⁴⁹ COSTA, Aloísio Fernandes – *A introdução da cultura das quinas nas nossas províncias ultramarinas e a participação dos portugueses no seu estudo químico*. **Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa**. Coimbra: [s.n.], 1940, p. 18-22.

³⁵⁰ FERRAZ – *Los Estudios sobre las Quinas...*p. 195-201.

³⁵¹ CABRAL, PEREIRA e PITA – *Pharmacy, quina and quinine ...* p. 145-146.

³⁵² PITA – *A quina e outras drogas americanas...* p. 202.

³⁵³ WALKER – *The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World ...* p. 421.

plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808 também fornece algumas informações relativas à circulação da quina e da Água de Inglaterra em território sob o domínio português³⁵⁴ na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

No que respeita à produção historiográfica relativa à quina e à quinina, devem também referir-se as menções às chamadas *quinas* brasileiras. Timothy Walker fala da quina como um produto nativo do Brasil, referindo-se à quina/*Cinchona* brasileira. Deste modo, o autor fala da quina como uma das “plantas medicinais indígenas que os colonizadores portugueses adotaram e exportaram do Brasil em quantidades significativas”³⁵⁵, a par da ipecacuanha, da jalapa, da copaíba, da salsaparrilha, e de derivados do cacau. Aponta também que “Mais do que quaisquer outros, esses remédios brasileiros circularam no comércio de medicamentos do mundo atlântico, tornando-se comercial e clinicamente significativos, e alcançando amplo uso em outras partes do império português”³⁵⁶. Walker indica que a casca de quina se tornou “uma das principais exportações médicas do Brasil” e que os “Missionários jesuítas portugueses encontraram cinchona a crescer selvagem na Amazônia” começando a cultivar a árvore da quina com fins comerciais “no final do século XVII”³⁵⁷. Aponta ainda que “remessas a granel de cinchona brasileira eram enviadas por todo o império português, em pó ou em tiras de casca”³⁵⁸ e que as “Farmácias em colónias portuguesas tropicais como Goa, Moçambique e Timor” tinham “quina brasileira” em stock “em quantidades substanciais no final do século XVIII e início do século XIX”³⁵⁹. Danielle Sanches de Almeida, por sua vez, refere-se a uma chamada “quina de segunda”³⁶⁰, vinda das capitânicas do Norte do Brasil, e ao pagamento governamental de 400 réis a um indivíduo chamado José Joaquim Roiz para que trouxesse “amostras de várias qualidades de quina, que (...) conhecia e sabia que nascia espontaneamente nos sertões pernambucanos, tendo enviado para o Jardim Botânico da Ajuda mais de quarenta arrobas da referida planta”³⁶¹. Também cita uma declaração do final do século XVIII em que se afirmava que a casca peruviana existia comumente nos sertões pernambucanos³⁶². Diego Estevam (2021) também refere supostas *quinas* descobertas por Pedro Pereira Correia de Senna no Brasil³⁶³ (hoje reconhecidas como não pertencentes ao género *Cinchona*), e pelas quais foi compensado monetariamente, quer pelo reconhecimento de ter descoberto uma suposta quina verdadeira no Brasil, quer pelo transporte desse produto medicinal até ao Cirurgião-mor dos Exércitos e Armadas. Stephanie Gänger, por seu turno, indica que cascas consideradas como *quinas* (“taken for cinchona”) foram

³⁵⁴ ALMEIDA - O trato das plantas ...p. 52, 71, 74, 158, 210.

³⁵⁵ WALKER – The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World ... p. 407.

³⁵⁶ Ibidem, p. 407.

³⁵⁷ Ibidem, p. 429.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ ALMEIDA - O trato das plantas...p. 159.

³⁶¹ Ibidem, p. 229.

³⁶² Ibidem, p. 245.

³⁶³ ESTEVAM, Diego - A Quina (*Cinchona*) e o Império Português: explorações, transferências e aclimações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX. **Revista Cantareira**. 35 (2021) 11–34, p. 18-20.

obtidas nas capitâneas de “Pernambuco, Oeiras do Piauí, Maranhão e Bahia” e “enviadas para a metrópole, a corte Portuguesa e os hospitais navais e militares do império a partir da década de 1780” mas que “tanto historiadores como contemporâneos têm tendido a assumir que nenhuma das plantas descobertas antes de 1805 era uma variedade de *Cinchona*”³⁶⁴. Stephanie Gänger, citando Vera Regina Beltrão Marques, refere a suposta descoberta da *Cinchona macrocarpa*³⁶⁵ e da *Cinchona pubescens*³⁶⁶ no Rio de Janeiro (Brasil), em 1805³⁶⁷. Gänger também refere que, em 1804, outras cascas consideradas como quinas foram dispensadas de forma sistematizada em contexto hospitalar no território português de forma a decidir sobre a sua utilidade³⁶⁸. Embora não existam espécies nativas do género *Cinchona* no Brasil, é de notar a utilização do nome comum de quina para várias plantas brasileiras³⁶⁹, que é também patente nas informações fornecidas por estes investigadores.

Verifica-se assim que não existe uma investigação cronologicamente abrangente sobre os usos terapêuticos da quina e da quinina em Portugal, a sua receção nas farmacopeias portuguesas (oficiais e não oficiais), ou que foque os estudos portugueses sobre a quina e a quinina entre o século XVIII e a atualidade (tendo sido apenas sumariamente avaliados alguns estudos do início do século XIX). Há estudos pontuais e várias pistas promissoras, que são indicativas de que a quina foi também uma droga de grande importância em Portugal. É, no entanto, necessária uma análise sistemática de fontes farmacêuticas e médicas que permitam clarificar a receção e representação da quina e da quinina em Portugal sob o ponto de vista da farmácia e da terapêutica.

³⁶⁴ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 64.

³⁶⁵ A *Cinchona macrocarpa* não pertence atualmente ao género *Cinchona*, sendo hoje designada como *Ladenbergia macrocarpa*. Aparentemente não existe no Brasil, sendo nativa da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela. cf. ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW – *Ladenbergia macrocarpa* (Vahl) Klotzsch. In **Plants of the World Online** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew. [Consultado a 12 de Fevereiro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1215741-2>.

³⁶⁶ Embora seja atualmente reconhecida a espécie *Cinchona pubescens* Vahl (Cf. ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW – *Cinchona pubescens* Vahl. In **Plants of the World Online** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew. [Consultado a 30 de Abril de 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:746872-1#bibliography>), está também descrita uma outra planta, a *Melanopsidium nigrum*, que apresenta como sinónimo a designação de *Cinchona pubescens* Endl, mas não pertence ao género *Cinchona*. Esta espécie é nativa do Brasil, existindo na zona do Rio de Janeiro, pelo que é possível que esta descoberta relatada na literatura se refira a esta planta (ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW – *Melanopsidium nigrum* Colla. In **Plants of the World Online** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew. [Consultado a 12 de Fevereiro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:320980-2>).

³⁶⁷ MARQUES, Vera Regina Beltrão - **Natureza em Boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista**. Campinas : Editora da Unicamp/Centro de Memória-Unicamp, 1999, p. 134 *apud* GÄNGER - A Singular Remedy...p. 63-64.

³⁶⁸ GÄNGER - A Singular Remedy...p. 64.

³⁶⁹ A propósito do uso do nome comum *quina* para designar plantas que não pertencem ao género *Cinchona* veja-se COSENZA, Gustavo P. [et al.]- Bitter plants used as substitute of *Cinchona* spp. (quina) in Brazilian traditional medicine. **Journal of Ethnopharmacology**. ISSN 03788741. 149:3 (2013) 790–796. doi: 10.1016/j.jep.2013.08.004, e COSENZA, Gustavo Pereira - **Quinas amargas brasileiras: histórico, perfil fitoquímico e atividade antihiperlipidêmica e antihiperlipidêmica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Farmácia. 2015. 218 p. Tese de doutoramento, p. 33-34, 39, 45, 48, 51.

Matthew Crawford ressalva que a história da quina tem sido geralmente encarada como um “prelúdio inconsequente na história da quinina”³⁷⁰. Também Stefanie Gänger aflora esta questão, afirmando que a historiografia tem demonstrado uma “subserviência à quinina”³⁷¹.

Embora a historiografia existente forneça alguns dados sobre a história da quina e da quinina sob o ponto de vista da farmácia e da terapêutica, a receção da quina e da quinina na literatura científica médica e farmacêutica portuguesa, a evolução do seu consumo e comercialização em Portugal, e o seu impacto social e militar na realidade portuguesa são, em grande parte, desconhecidos. Por conseguinte, o verdadeiro grau de repercussão em Portugal desta planta e do seu alcalóide de maior interesse medicinal e comercial, a quinina, está por determinar.

Dada a relação direta com a história da farmácia, e a abundância de fontes médicas e farmacêuticas por explorar sob o ponto de vista da quina e da quinina, a literatura médica e farmacêutica (com um destaque para as farmacopeias, livros da farmácia e terapêutica por excelência) será o foco do nosso estudo de receção da quina e da quinina. A maioria das fontes desta literatura não foram analisadas no contexto específico a que nos propomos.

Podemos conjecturar, considerando a importância vital que adquiriu em tantos países (potenciando a sua economia diretamente, através do comércio da quina e/ou da quinina, ou por facilitar a exploração de outros continentes, pela sua utilização militar e civil por exemplo), que em Portugal a quina e a quinina terão também sido fulcrais, designadamente pela presença portuguesa em territórios endémicos de malária, onde uma terapêutica eficaz contra as chamadas febres intermitentes era de suma importância. Uma pista para essa importância reside na abundante produção científica realizada, nomeadamente no século XIX³⁷², sobre a vertente botânica, química e medicinal da quina, procurando, por exemplo, descobrir em que parte da quina residiam as suas propriedades terapêuticas, ou facilitar o estabelecimento de plantações bem-sucedidas de quineiras. Mas, ao passo que em diversos países, como a Espanha, os Países Baixos, ou a Grã-Bretanha, essa influência já foi até certo ponto avaliada e quantificada (e estudada sob diversos prismas), em Portugal essas informações são muito mais escassas.

Desta forma, verifica-se que não existe uma análise aprofundada de como foi recebida esta planta e o seu derivado de maior destaque, a quinina, na literatura médica e farmacêutica portuguesa elaborada entre o século XVIII e o século XX. Apesar da existência de alguns estudos, a relevância desta droga americana e do seu alcaloide quinina, e a multiplicidade de fontes disponíveis por explorar tornam necessário efetuar um estudo aprofundado sobre a sua receção em Portugal, procurando avaliar o seu impacto na farmácia portuguesa, e clarificar o seu percurso

³⁷⁰ CRAWFORD - *The Andean Wonder Drug*...p. 11.

³⁷¹ GÄNGER - *A Singular Remedy*...p. 17.

³⁷² “A bibliografia do complexo problema das quinas atingiu um valor apreciável e encontra-se dispersa por várias revistas científicas e económicas. Numerosos foram também os cientistas que durante um século nos forneceram trabalhos de actualização, quer sob a forma de dissertações de doutoramento, quer sob a de manuais de cultura ou de estudos económicos. Na maioria dessas obras encontramos os escritos fundamentais para cada época, facto que muito facilita a faina dos estudiosos. Também nos deparámos com numerosa bibliografia portuguesa, em especial publicada no fim do século transacto, durante o período da intensa cultura em São-Tomé.” – COSTA – *O problema das quinas*, p. 6.

na literatura médica e farmacêutica. A reconhecida importância das drogas americanas e da quina em particular, na terapêutica mundial, no comércio e na sociedade, tornam premente a necessidade desta investigação.

As publicações científicas resultantes da elaboração desta tese procuraram colmatar algumas das lacunas identificadas nesta revisão da literatura. No livro *Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina*, focamos o isolamento da cinchonina e as suas repercussões nacionais e internacionais³⁷³. Em *Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a análise química das quinas* abordamos o papel de Tomé Rodrigues Sobral no estudo da quina e dos seus potenciais substitutos vindos do Brasil³⁷⁴. Em *L'isolement de la cinchonine par Bernardino António Gomes (1768-1823) et l'importance de la science française dans la diffusion de sa découverte* evidenciamos a repercussão do isolamento da cinchonina por B. A. Gomes em França³⁷⁵. No capítulo *Quina e quinina: descoberta, difusão e influência na saúde pública* apresentamos uma breve panorâmica da influência da quina e da quinina no âmbito da saúde pública, salientando alguns aspetos relativos à sua descoberta e difusão³⁷⁶. No artigo *Quinine in Otology and Neurology: Ototoxicity and Historic Role in Therapy* focamos relatos iniciais de ototoxicidade causada pela quinina e o uso clínico da quinina no âmbito da otologia e da neurologia³⁷⁷. Em *The influence of German science on Cinchona and quinine research in Portugal in the second half of the 19th century* focamos o contributo de Bernardino Barros Gomes, Adolpho Moller e Joaquim dos Santos e Silva para o cultivo português das árvores da quina, destacando a influência da ciência alemã nas suas vidas profissionais³⁷⁸. O capítulo *Bernardino António Gomes (1768-1823) e a investigação química sobre a quina* versa sobre o estudo químico da quina por parte de B. A. Gomes³⁷⁹. No artigo *Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) e a Água de Inglaterra*, discutimos brevemente o teor da obra *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra*, de Manuel Joaquim Henriques de Paiva³⁸⁰. No artigo *Cinchona bark and quinine in the Portuguese official pharmacopoeias (1794–2001)* apresentamos um estudo da presença da quina e da quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas publicadas entre o século XVIII e o século XX³⁸¹. No artigo *A quina e a quinina na legislação portuguesa* abordamos a presença da quina e da quinina na legislação portuguesa publicada entre o século XVIII e o século XXI³⁸². Por seu turno no capítulo *Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e a água de Inglaterra no tratamento da histeria*,

³⁷³ SEMEDO – Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina.

³⁷⁴ SEMEDO, PEREIRA e PITA – Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829)...

³⁷⁵ SEMEDO e PITA – L'isolement de la cinchonine...

³⁷⁶ SEMEDO e PITA – Quina e quinina: descoberta, difusão e influência na saúde pública.

³⁷⁷ SEMEDO *et al.* – Quinine in Otology and Neurology...

³⁷⁸ SEMEDO, PEREIRA e PITA – The influence of German science...

³⁷⁹ SEMEDO, PITA e PEREIRA – Bernardino António Gomes (1768-1823) e a investigação química sobre a quina.

³⁸⁰ SEMEDO, PITA e PEREIRA – Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829)...

³⁸¹ SEMEDO, PEREIRA e PITA – Cinchona bark and quinine...

³⁸² SEMEDO e PITA – A quina e a quinina na legislação portuguesa.

salientamos a recomendação da Água de Inglaterra, por parte de Jacob de Castro Sarmiento, no tratamento da histeria, na obra *Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra*³⁸³. Em *Two Centuries since the Isolation of Cinchonine: Bernardino António Gomes's Networks (1768-1823)* destacamos a importância do isolamento da cinchonina por B. A. Gomes e a influência desta descoberta no isolamento da quinina por J. Pelletier e J.-B. Caventou³⁸⁴.

³⁸³ SEMEDO e PITA - Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e a água de Inglaterra...

³⁸⁴ PITA, SEMEDO e PEREIRA – Two Centuries since the Isolation of Cinchonine...

3. A quina e a quinina na literatura médico-farmacêutica: farmacopeias, revistas e outros livros. O problema da circulação dos saberes, as instituições, as práticas científicas, e os cientistas envolvidos

3.1. A literatura médico-farmacêutica entre os séculos XVIII-XX: caracterização geral — farmacopeias e outros livros

A quina é um fármaco muito relevante na história da farmácia e da medicina. Em Portugal foram publicados vários livros e artigos científicos dedicados à quina, ou aos seus derivados (a cinchonina, a quinina ou medicamentos como a Água de Inglaterra). Foram abordadas dimensões diversas da quina e do seu alcaloide quinina, desde a cultura das árvores da quina (as quineiras), à sua vertente botânica, obras sobre usos terapêuticos da quina e dos medicamentos com quina (como a Água de Inglaterra), e numerosas farmacopeias nas quais constam medicamentos com quina ou com os seus derivados. De seguida apresentaremos uma breve síntese da literatura médico-farmacêutica publicada entre os séculos XVIII e XX.

De acordo com Maximiano Lemos, no século XVIII houve uma tentativa intensa de atualização científica em Portugal, face ao atraso que existia relativamente às correntes científicas dominantes. Fundaram-se academias científicas, fizeram-se reformas no ensino (médico, cirúrgico e farmacêutico³⁸⁵), e surgiu “o jornalismo medico”³⁸⁶. As obras médicas e farmacêuticas publicadas no século XVIII abordaram temas diversos, como a anatomia, a fisiologia, a clínica e patologia cirúrgicas, a obstetrícia, a patologia médica, a terapêutica, a higiene, e a medicina legal³⁸⁷.

O notável médico António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), discípulo de Herman Boerhaave (1668-1738)³⁸⁸, escreveu o *Tratado da conservação da saúde dos povos...* (1ª edição, 1756; 2ª edição, 1757) – obra ligada ao campo da higiene – obras sobre doenças venéreas, entre outras. Ribeiro Sanches também contribuiu ativamente para a reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772), tendo sido incumbido pelo governo de definir as bases em que a reforma deveria ser efetuada. Uma das bases para aquela reforma da Universidade foi o seu livro *Methodo de aprender e estudar a medicina...* (1763)³⁸⁹. O médico Jacob de Castro Sarmiento publicou

³⁸⁵ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995), p. 556, 560-561.

³⁸⁶ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 73.

³⁸⁷ Ibidem, p. 73-206.

³⁸⁸ DIAS - Homens e Medicamentos... p. 104.

³⁸⁹ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 248.

várias obras, nas quais se destacam a *Materia Medica Physico-Hystorico-Mechanica*³⁹⁰ e a *Theorica Verdadeira das Mares Conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton* (1737). Pelo interesse particular para o nosso objeto de estudo, refira-se ainda outra obra de Castro Sarmiento, intitulada – *Do uso, e abuso das minhas agoas de Inglaterra...* (1756). Este livro é exclusivamente dedicado às aplicações terapêuticas e contra-indicações da Água de Inglaterra, uma preparação que o próprio Sarmiento produzia e comercializava. Jacob de Castro Sarmiento também contribuiu para a literatura no campo da hidrologia, num apêndice à *Materia Medica* dedicado às águas das Caldas da Rainha³⁹¹. Entre outros autores médicos importantes que publicaram obras no século XVIII em Portugal destacam-se os nomes de João Curvo Semedo (1635-1719), autor da *Polyanthea medicinal*, que teve várias edições no século XVIII (1ª edição 1695), uma obra em que se encontram referências consideradas pioneiras em Portugal ao uso da quina³⁹²; João Mendes Sachetti Barbosa (1714-1774)³⁹³, que Maximiano Lemos considerou “um dos mais illustres praticos do seu tempo”³⁹⁴, e que foi autor da obra *Considerações medicas sobre o metodo de conhecer, curar e preservar as Epidemias, ou Febres Malinas Podres, Pestilenciaes, Contagiosas...* (Parte I, 1758); e Francisco Tavares (1750-1812), lente da Universidade de Coimbra e destacado autor de obras de hidrologia médica e farmácia, incluindo a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* (1794). Destaque-se também Jean Vigier (1662-1723), droguista francês radicado em Portugal³⁹⁵, e que foi autor de uma farmacopeia não oficial portuguesa, a *Pharmacopea Ulyssiponense...* (1716) e do *Thesouro Apollineo, Galenico, Chimico, Chirurgico, Pharmaceutico, ...* (1ª edição, 1714; impresso novamente em 1745). Jean Vigier é creditado com a introdução sistemática da medicação química em Portugal³⁹⁶.

Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), médico do Rei D. João V, foi também autor de um livro dedicado à hidrologia médica, o *Aquilegio medicinal...* (1726)³⁹⁷; de um livro sobre a utilização do mercúrio – *Tractado unico do uso e administração do azougue, nos casos em que é*

³⁹⁰ A Parte I, foi publicada em 1735; a Parte I reformulada, juntamente com a Parte II, foi publicada em 1758.

³⁹¹ SARMENTO, Jacob de Castro - **Appendix Ao que se acha escrito na Materia Medica, do Dr. J. de Castro Sarmiento, sobre a Natureza, Contentos, Effeytos, e Uso pratico, em forma de bebida, e banhos, das Agoas das Caldas da Rainha: Participado ao Publico, em huma Carta escrita Ao Dr. J. M. Sachetti Barboza, Socio da Sociedade Real de Londres, &c. A que se ajunta O Novo Methodo de fazer uzo da Agoa do Mar, na Cura de muitas Enfermidades Chronicas, em especial nos Achaques das Glandulas.** 2ª ed. Londres : [s.n.], 1757.

³⁹² LEMOS – Historia da medicina em Portugal...(Vol. 2, 1899), p. 53.

³⁹³ Sachetti Barbosa era também sócio da Royal Society e da Academia Medica de Madrid (MACHADO, Diogo Barbosa - **Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Chronologica, na qual se comprehende a noticia dos Autores Portuguezes, e das Obras, que compozeraõ desde o tempo da promulgaçãõ da Ley da Graça até o tempo presente.** Tomo IV. Lisboa : Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, p. 185).

³⁹⁴ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 166.

³⁹⁵ DIAS - Homens e Medicamentos ...p. 114.

³⁹⁶ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 186; DIAS, José Pedro Sousa; PITA, João Rui Rocha - L'influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIIIe siècle : Nicolas Lémery. **Revue d'histoire de la pharmacie.** 82:300 (1994) 84–90. doi: 10.3406/pharm.1994.3826.

³⁹⁷ Maximiano Lemos declara que esta obra foi a “primeira tentativa de hydrologia medica portugueza” – LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 178.

prohibido (1708); e da *Ancora medicinal para conservar a vida com saude*, um tratado de higiene³⁹⁸ que teve várias edições (1ª edição, 1721). No que respeita à patologia médica foram publicadas obras relativas à piretologia (estudo das febres), como a *Febriologia...* (1790) de José Manuel Chaves e a obra *Comparative view of the theories and practice of Drs. Cullen, Brown and Darwin, in the treatment of fever, and of acute rheumatism* (1800) de Henrique Xavier Baeta (1776-1854).

No século XVIII foram publicadas muitas farmacopeias não oficiais, incluindo a primeira farmacopeia portuguesa escrita em português por um boticário, da autoria do cônego regrante de Santo Agostinho, D. Caetano de Santo António (1704). Esta farmacopeia e outras, da autoria de religiosos, mostram bem a importância da farmácia conventual no desenvolvimento da farmácia. Foi igualmente publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* (1794), da autoria do médico Francisco Tavares³⁹⁹. A publicação desta primeira farmacopeia oficial foi um resultado dos Estatutos Pombalinos de 1772 que reformaram a Universidade de Coimbra, e que preconizavam a publicação de uma farmacopeia oficial, editada sob a tutela da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra⁴⁰⁰. A importância desta reforma da universidade é destacada por Maximiano Lemos, que afirma que, após a reforma da Universidade de Coimbra de 1772, “a medicina começou a ser cultivada, começou a florescer como até alli nunca entre nós succedera”⁴⁰¹. De entre as farmacopeias não oficiais é atribuído um lugar de destaque à *Pharmacopea tubalense chimico-galenica* do boticário setubalense Manuel Rodrigues Coelho, que Maximiano Lemos declara ter sido o livro “que mais influiu nos destinos da pharmacia portugueza”⁴⁰². De acordo com João Rui Pita, na transição do século XVIII para o século XIX, a classe médica destacou-se na produção de literatura em português no âmbito da matéria médica e da farmácia. Neste período de transição foi também publicada legislação farmacêutica diversa relacionada com o exercício profissional, incluindo regimentos de preços de medicamentos, denotando uma “tendência organizativa da actividade farmacêutica portuguesa”⁴⁰³.

No domínio da botânica destaca-se Félix da Silva Avelar Brotero (1744-1828), autor de *Compendio de Botanica, ou Noçoens Elementares desta Sciencia, segundo os melhores Escriutores Modernos, expostas na lingua Portugueza* (1788) e da *Flora Lusitanica...* (1804). Avelar Brotero publicou também outras obras e artigos, designadamente na revista *Transactions of the Linnean Society*. Ainda no campo da botânica refira-se a obra *Quinografia Portugueza...* (1799), do Frei José Mariano Velloso (1742-1811), especificamente dedicada à quina. Refira-se

³⁹⁸ Ibidem, p. 191.

³⁹⁹ A questão da autoria desta farmacopeia é elucidada em PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995), p. 226-227.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 218-219.

⁴⁰¹ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 257.

⁴⁰² Ibidem, p. 186.

⁴⁰³ PITA - História da Farmácia, p. 190.

ainda a publicação da obra *Instituições ou Elementos de Farmacia, Extrahidos dos de Baumé, e reduzidas a novo methodo pelo Doutor Jozé Francisco Leal* (1792), de José Francisco Leal (1744-1786), o primeiro professor de Matéria Médica e Arte farmacêutica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, após a reforma instituída em 1772. Refira-se igualmente a tradução portuguesa de uma obra estrangeira sobre a quina, os *Experimentos feitos na quina vermelha, e amarella, com observações sobre a sua historia, modo de obrar, e uso expondo os phenomenos e doutrinas d'este vegetal adstringente por Ralph Irving, M. D. Transladado em vulgar por Antonio Felis Xavier de Paula* (1791).

No século XVIII foi fundada a Academia Real das Ciências (em 1779), que contribuiu ativamente para o desenvolvimento dos estudos de medicina e de história natural⁴⁰⁴. Em 1779 foi também fundado o *Jornal Encyclopedico*, periódico científico onde se encontram várias publicações originais portuguesas sobre medicina, bem como artigos de divulgação dos avanços registados no estrangeiro⁴⁰⁵. No que concerne à farmácia, João Rui Pita afirma que “houve uma valorização científica da farmácia enquanto disciplina de pleno direito dentro das ciências médicas” e que tal se refletiu, nomeadamente, na literatura científica e na “normalização da produção medicamentosa”, embora a imagem do boticário na sociedade portuguesa não tivesse sido renovada⁴⁰⁶. José Pedro Sousa Dias destaca que a renovação técnico-científica no campo da farmácia portuguesa foi freada até ao século XIX pelo seu “carácter de ofício mecânico” e por “toda a estrutura sócio-profissional do sistema farmacêutico português de setecentos”⁴⁰⁷.

Segundo João Rui Pita, na primeira metade do século XIX, os portugueses lograram acompanhar algumas inovações importantes da saúde pública, com a fundação, em 1812, da Instituição Vacínica da Academia das Ciências de Lisboa, destinada a disseminar o uso da vacina contra a varíola; e com a publicação do *Tratado de policia medica* (1818) pelo médico José Pinheiro Freitas Soares (1796-1831), uma obra que personifica “as preocupações sanitaristas mais expressivas de finais do século XVIII e do início do século XIX”⁴⁰⁸.

No século XIX publicaram-se em Portugal obras de anatomia, fisiologia, cirurgia, obstetrícia, patologia médica, terapêutica (designadamente estudos sobre as propriedades medicinais de várias plantas), e higiene (tratados e obras de disseminação científica)⁴⁰⁹.

No século XIX continuou a publicação de farmacopeias (quer oficiais quer não oficiais), e surgiram várias revistas científicas, como o *Jornal de Coimbra* (1812-1820), fundado por professores da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, ou o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, editado por uma sociedade de farmacêuticos portugueses. O *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* era da responsabilidade da *Sociedade Pharmaceutica*

⁴⁰⁴ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 394-395.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 397.

⁴⁰⁶ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995), p. 551-552.

⁴⁰⁷ DIAS - Homens e Medicamentos ...p. 116-117.

⁴⁰⁸ PITA - História da Farmácia (2000), p. 206.

⁴⁰⁹ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 289-389.

Lusitana (inicialmente designada *Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*) e reflete a evolução da farmácia e as preocupações profissionais e científicas dos farmacêuticos ao longo de quase um século. Várias outras revistas científicas médicas e farmacêuticas portuguesas surgiram no século XIX, como o *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessorias de Lisboa* (1848), o *Boletim de Pharmacia e Sciencias Acessórias do Porto* (1857), ou a *Gazeta de Pharmacia* (1882)⁴¹⁰ no campo da farmácia; ou o *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa* (1835)⁴¹¹, a *Coimbra Médica* (1881), ou a *Medicina Contemporanea* (1883), no campo da medicina.

Foi também no século XIX que se vulgarizou o isolamento de substâncias ativas de origem vegetal. O médico português Bernardino António Gomes (1768-1823) isolou uma dessas substâncias ativas, a cinchonina, a partir da casca de quina. Foi deste modo o responsável pelo isolamento do primeiro alcaloide da quina, trabalho que foi reconhecido internacionalmente, apesar da polémica interna em Portugal⁴¹². A sua investigação está patente no *Ensaio sobre o cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas* (1812). O médico Bernardino António Gomes foi igualmente autor de obras sobre doenças com manifestações cutâneas – designadamente a *Memoria sobre as boubas* (1815) e o *Ensaio dermosographico ou succinta e systematica descripção das doenças cutaneas...* (1ª edição, 1820; 2ª edição, 1823), bem como dois trabalhos sobre a lepra. Gomes efetuou também estudos botânicos, designadamente sobre plantas do Brasil, que resultaram em várias publicações, como a *Memoria sobre a ipecacuanha...* (1801).

No século XIX foi também publicada a segunda farmacopeia oficial portuguesa, o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835), pelo médico e diretor da Régia Escola de Cirurgia do Porto, Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785-1852), e que teve várias edições. Esta farmacopeia teve duas edições póstumas da responsabilidade do médico José Pereira Reis (1808-1887).

Há também outras obras médicas e farmacêuticas de destaque publicadas no decurso do século XIX. No que se refere às farmacopeias não oficiais refira-se: a segunda edição da *Farmacopéa Lisbonense* (1802) da autoria do prolífico divulgador e autor de obras médico-farmacêuticas, o médico Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829); a *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica* (1805) pelo boticário António José de Sousa Pinto (1775-1853); a *Pharmacopea das Pharmacopeas nacionais e estrangeiras* (1º tomo, 1833; 2º tomo, 1834) pelo bacharel B. J. O. T. Cabral; e a *Pharmacopéa Lusitana* (1841), redigida por uma comissão constituída por Francisco José de Almeida (1755-1844), Francisco Soares Franco (1772-1844), Frederico Kessler (1804-1872), António José de Sousa Pinto, e Bento António Alves⁴¹³.

⁴¹⁰ SILVA, A. C. Correia da – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa. **Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra**. 34 (1974) 79–141.

⁴¹¹ PIMENTEL, J. Cortez – Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. **Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa**. 138:8 (Outubro, 1974) 659-717, p. 675.

⁴¹² cf. a secção desta tese relativa a Bernardino António Gomes (1768-1823).

⁴¹³ DIAS, José Pedro Sousa - De Pombal ao Estado Novo: a farmacopeia portuguesa e a história (1772-1935). **Medicamento, História e Sociedade**. Nova Série. 6 (1995) 1–8, p. 3.

Destaquem-se ainda outras obras de farmacologia e terapêutica de Francisco Tavares, as *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* (1802); a *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et hodierno saeculo accomodata in usum praelectionum acadernicarum conimbricensium* (1ª edição, 1809; 2ª edição 1829), que se destinava ao uso nas aulas de Matéria Médica e Farmácia da Universidade de Coimbra⁴¹⁴; e o *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos* (1810).

Para além da colaboração na redação da farmacopeia não oficial intitulada *Pharmacopéa Lusitana*, o boticário António José de Sousa Pinto foi também autor dos *Elementos de Pharmacia, Chymica, e Botanica para uso dos principiantes* (1805) e da obra *Materia Medica distribuida em classes e ordens segundo seus efeitos...* (1813). O médico e boticário Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) publicou um grande número de obras (originais, traduções...), designadamente o *Preservativo das bexigas ou historia da vaccina* (1801), obras de fisiologia, patologia, e terapêutica, entre outras. No domínio da terapêutica refira-se a obra *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra* (1ª edição 1815, reimpressa em 1816 e 1828), pertinente ao nosso objeto de estudo. Jerónimo Joaquim de Figueiredo (1772-1828), médico e professor da cadeira de Matéria Médica e Farmácia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, foi o autor da *Flora pharmaceutica e alimentar portugueza* (1825). Maximiano Lemos declara que é a este professor que se devia o conhecimento da flora medicinal portuguesa, “em bases verdadeiramente scientificas”⁴¹⁵. Jerónimo Joaquim de Figueiredo foi também fundador do periódico científico *Jornal de Coimbra*, a par de outros dois médicos e lentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra – José Feliciano de Castilho (1769-1826) e Ângelo Ferreira Dinis (1768-1848). O médico Francisco Soares Franco (1771-1844), foi autor dos *Elementos de anatomia* (1ª edição, 1818; 2ª edição, 1825) e da *Memoria sobre a identidade do systema muscular* (1817). Soares Franco foi lente da cadeira de Anatomia na Universidade de Coimbra, médico da Real Câmara, e Cavaleiro da Ordem de Cristo, para além de ter exercido atividade política como deputado às cortes gerais e constituintes⁴¹⁶. Na cirurgia refira-se o *Tratado completo de medicina operatoria* (1ª edição, 1800; 2ª edição 1825), cujo autor foi Antonio d’Almeida “o maior cirurgião portuguez do seu tempo”⁴¹⁷.

No que diz respeito ao estudo das febres refira-se a obra *Ensaio sobre as febres com observações analyticas ácerca da topographia, clima, e demais particularidades, que influem no character das febres do Rio de Janeiro* (1829), obra póstuma de Francisco de Mello Franco (1757-1823), natural do Brasil; a obra *Methodo de curar o typho ou febres malignas contagiosas pela effusão de agua fria...* (1806) de Bernardino António Gomes, pai; ou a *Memoria sobre a febre epidemica contagiosa, que grassou em Lisboa desde outubro de 1810 até agosto de 1811* (1812)

⁴¹⁴ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal...p. 123-124.

⁴¹⁵ LEMOS – História da medicina em Portugal... (Vol. 2, 1899), p. 357.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 286, 289.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 298.

de Henrique Xavier Baeta. Refira-se também a obra *Observações sobre a propriedade da quina do Brasil, por Andre Comparetti P. P. P. traduzidas do italiano...* (1801), uma tradução de José Ferreira da Silva.

No que concerne à higiene refiram-se ainda os *Elementos de higiene...* (1ª edição, 1814; 2ª edição, 1819; 3ª edição, 1823) de Francisco Mello Franco; as traduções do *Avis au peuple sur sa santé* de Samuel Auguste André David Tissot (1728-1797) por Manuel Henriques de Paiva⁴¹⁸; a *Memoria sobre a desinfecção das cartas* (1815) de Bernardino António Gomes (1768-1823); e obras sobre a profilaxia da varíola (designadamente relatórios sobre a atividade da Instituição Vacínica).

No que respeita à primeira metade do século XIX refira-se ainda a fundação de várias instituições de ensino e sociedades científicas ligadas à farmácia e à medicina. A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, por exemplo, foi fundada em 1822⁴¹⁹. Em 1825 foram fundadas as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e do Porto. Em 1835 foi criada a *Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, designada *Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, a partir de 1837. Em 1836 deu-se a fundação das Escolas de Farmácia de Lisboa, Coimbra e Porto, e as Régias Escolas de Cirurgia tornaram-se nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto⁴²⁰. De acordo com João Rui Pita, a formação das escolas de farmácia e a criação da Sociedade Farmacêutica Lusitana sinalizaram “o culminar de uma primeira fase de valorização profissional e científica da farmácia” e desencadearam “um processo de emergência da farmácia em Portugal e que caracteriza todo o século XIX”⁴²¹.

Na segunda metade do século XIX, refira-se, nomeadamente, a obra *Elementos de Pharmacia theorica e practica* (1ª edição 1859; 2ª edição 1874), do farmacêutico e demonstrador do Dispensatório Farmacêutico da Universidade de Coimbra, Cândido Joaquim Xavier Cordeiro (1808-1881). Bernardino António Gomes (1806-1877), filho homónimo do médico que primeiro isolou a cinchonina, também publicou obras de cariz farmacológico e farmacêutico, os *Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica* (1ª edição 1851; 2ª edição, 1863; 3ª edição, 1873). Bernardino António Gomes, médico à semelhança do seu pai, foi ainda professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, e presidiu a comissão responsável pela redação da terceira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopêa Portuguesa* (1876), comissão essa que incluiu pela primeira vez farmacêuticos na elaboração de uma farmacopeia oficial portuguesa. Refira-se também o *Formulario Officinal e Magistral*, do farmacêutico Joaquim Urbano da Veiga (1ª edição, 1868); as *Lições de Pharmacologia e Therapeutica Geraes* (1ª edição 1887; 2ª edição, 1896; 3ª edição, 1901), do médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Eduardo Augusto Mota (1837-1912); ou os *Elementos de Pharmacotecnia* (1ª edição, 1890; 2ª edição, 1899) da autoria de Júlio de Sande Sacadura Botte (1838-1900),

⁴¹⁸ Ibidem, p. 376.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 395-396.

⁴²⁰ PITA - História da Farmácia (2000), p. 200-201.

⁴²¹ Ibidem, p. 200.

professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, também ligado ao ensino da matéria médica⁴²². No que respeita ao nosso objeto de estudo refiram-se ainda as obras: *Cultura das Plantas que dão a Quina* (1864), da autoria do silvicultor português Bernardino Barros Gomes (1839-1910), neto de Bernardino António Gomes, pai; e o livro *Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina* (1880) de Júlio Henriques, ambos dedicados à cultura das quineiras. Na segunda metade do século XIX foram também fundadas outras associações farmacêuticas: em 1868 foi fundado o Centro Farmacêutico Português⁴²³, em 1899 a União dos Farmacêuticos de Braga, e em 1900 a Associação dos Farmacêuticos Portugueses.

José Pedro Sousa Dias aponta que, no século XX, a produção de medicamentos em larga escala (através da indústria farmacêutica), se superiorizou face à produção oficial de medicamentos na farmácia, destinada a um doente em particular⁴²⁴. A indústria farmacêutica portuguesa dera os seus primeiros passos no final do século XIX⁴²⁵.

No que concerne à literatura farmacêutica portuguesa no século XX, destaca-se a publicação de várias farmacopeias oficiais portuguesas: a *Farmacopeia Portuguesa IV* (1ª edição, 1935; 2ª edição, 1946; Suplemento à Quarta Edição, 1961), a *Farmacopeia Portuguesa V* (publicada em vários volumes entre 1986 e 1996) e a *Farmacopeia Portuguesa VI*, editada em 1997, com suplementos em 1998, 1999, 2000 e 2001.

No século XX foram também fundadas várias outras revistas científicas portuguesas ligadas à farmácia, designadamente: o *Boletim Pharmaceutico* (1902), afeto ao Centro Farmacêutico Português⁴²⁶; *A Acção Farmacêutica* (1924), fundada por Manuel das Dores Tello da Fonseca⁴²⁷; ou o *Monitor de Farmácia* (1930)⁴²⁸. Surgiram também várias publicações ligadas a instituições dedicadas ao ensino da farmácia, como o *Notícias Farmacêuticas* (1934)⁴²⁹, cuja redação e administração se sediava na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra⁴³⁰; os *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto* (1939); o *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra* (1940); ou o *Boletim da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa* (1947). Refiram-se ainda alguns periódicos farmacêuticos relacionados com farmácias

⁴²² Ibidem, p. 235.

⁴²³ DIAS - Homens e Medicamentos ... p. 181.

⁴²⁴ Ibidem, p. 161.

⁴²⁵ PITA - História da Farmácia (2000), p. 234-235; DIAS - Homens e Medicamentos ...p. 184-186. A propósito da história da indústria farmacêutica em Portugal veja-se também DIAS, José Pedro Sousa - Contributo para um dicionário das empresas da indústria farmacêutica portuguesa na primeira metade do Século XX. **medicamento, história e sociedade**. Nova Série. 12 (1997) 1-12; PITA, João Rui; BELL, Victoria; PEREIRA, Ana Leonor - Histoire de la pharmacie au Portugal (1900-1950): l'industrie pharmaceutique et la pharmacie d'officine. **Revue d'histoire de la pharmacie**. LXV:393 (2017) 65-76.

⁴²⁶ SILVA - Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa, p. 106.

⁴²⁷ Ibidem, p. 115.

⁴²⁸ Ibidem, p. 118.

⁴²⁹ Ibidem, p. 120.

⁴³⁰ PITA, João Rui - O Notícias Farmacêuticas e o retrato da profissão farmacêutica em Portugal. **Estudos do Século XX**. 7 (2007) 271-287, p. 273. A propósito do teor desta revista veja-se também PITA, João Rui - Artigos de interesse sócio-farmacêutico publicados no «Notícias Farmacêuticas» no «Boletim da Escola de Farmácia» e no «Boletim da Faculdade de Farmácia» da Universidade de Coimbra, 1934-1974. **Medicamento, história e sociedade**. Nova Série. 1:2 (1993) 6-12.

e/ou laboratórios, igualmente fundados no século XX, tais como: *Actualidades Médico-Pharmaceuticas* (1909) da Farmácia Figueiredo, sediada no Porto⁴³¹; o *Boletim Farmacológico* (1918), cuja edição era da responsabilidade da Farmácia e Laboratório Farmacêutico de J. J. Fernandes⁴³², laboratório que registou diversas patentes⁴³³; *Laboratório e Clínica* (1924), dos Laboratórios de Biologia e Quimioterapia, ligados ao comércio de opoterápicos⁴³⁴; *Hygia – Revista Médico-Farmacêutica* (1932), da responsabilidade do Laboratório Unitas⁴³⁵; ou a *Bibliografia Farmacêutica* (1949)⁴³⁶, e as *Notas Farmacêuticas* (1954)⁴³⁷ do Instituto Pasteur de Lisboa, que iniciara a sua atividade com a comercialização de vacinas, importando os seus produtos a partir do Instituto Pasteur em Paris⁴³⁸.

Também foram fundados vários periódicos ligados à medicina como o *Movimento médico* (1901); a *Gazeta dos Hospitais do Pôrto* (1907); os *Anais científicos da Faculdade de Medicina do Pôrto* (1913); o *Portugal médico* (1915); os *Anais da Faculdade de Medicina do Pôrto* (1921); o *Jornal do Médico* (1940); várias publicações ligadas à medicina tropical – os *Anais do Instituto de Medicina Tropical* (1943), os *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical* (1967), e os *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical* (1973); ou, mais recentemente, a *Acta Médica Portuguesa* (1979). Surgiram também novas associações farmacêuticas portuguesas, como a Associação dos Farmacêuticos do Centro de Portugal (1924), ou a Associação dos Farmacêuticos do Distrito de Setúbal (1927). O Sindicato Nacional dos Farmacêuticos surgiu em 1935, por determinação do Estado Novo, aglutinando as associações farmacêuticas existentes na época⁴³⁹. A Ordem dos Farmacêuticos foi criada em 1972, sucedendo ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos⁴⁴⁰.

⁴³¹ SILVA – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa, p. 109.

⁴³² Ibidem, p. 115.

⁴³³ DIAS - Homens e Medicamentos ...p. 187.

⁴³⁴ Ibidem, p. 188.

⁴³⁵ SILVA – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa, p. 119.

⁴³⁶ Ibidem, p. 130.

⁴³⁷ Ibidem, p. 135.

⁴³⁸ DIAS - Homens e Medicamentos ...p. 185.

⁴³⁹ Ibidem, p. 181.

⁴⁴⁰ ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - **História da Ordem dos Farmacêuticos** [Em linha]. Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, 2012-2018. [Consult. 8 jan 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://cdfarmaceutica.wixsite.com/cdf-of/historia-of>>.

3.2. A quina e a quinina nas Farmacopeias portuguesas

3.2.1. As farmacopeias oficiais portuguesas (1794-2001): breve caracterização⁴⁴¹

Atualmente as farmacopeias são definidas como obras de natureza oficial, que determinam os medicamentos que se encontram aprovados para uso terapêutico numa dada zona ou país, e as matérias-primas utilizadas na sua preparação. Incluem parâmetros de qualidade, e métodos de análise desses medicamentos e das suas matérias-primas. Têm valor legal e são produzidas por comissões ou autoridades de carácter nacional ou regional⁴⁴².

No entanto, já foram publicadas numerosas farmacopeias sem carácter oficial em vários países (por exemplo nos séculos XVII e XVIII⁴⁴³), designadamente em Portugal. A *Pharmacopea Lusitana* foi a primeira farmacopeia publicada em língua portuguesa e escrita por um boticário português. Foi publicada em 1704. O seu autor, D. Caetano de Santo António⁴⁴⁴, professou no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, onde exerceu como boticário, e foi também administrador da botica do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa⁴⁴⁵. A *Pharmacopea Lusitana* era uma farmacopeia não oficial⁴⁴⁶ e, conseqüentemente, o seu uso pelos profissionais de farmácia não era obrigatório. Teve 4 edições, incluindo uma edição póstuma. Apesar da primeira edição desta farmacopeia não incluir monografias de drogas americanas, apresenta fórmulas de medicamentos com drogas provenientes do continente americano. Maximiano Lemos designa-a como um “Monumento da pharmacia galenica”⁴⁴⁷ mas aponta que as edições subseqüentes já incluem alguma medicação química.

A primeira farmacopeia oficial, a *Pharmacopeia Geral*, foi publicada em 1794⁴⁴⁸, por Francisco Tavares (1750-1812), médico, professor de várias cadeiras na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (incluindo Matéria Médica e Arte Farmacêutica), e Físico-mor do

⁴⁴¹ Este capítulo foi utilizado como base para a elaboração do artigo SEMEDO, M. G.; PEREIRA, A. L.; PITA, J. R. – Cinchona bark and quinine in the Portuguese official pharmacopoeias (1794–2001). *Pharmazie*. 77 (2022) 278–285. doi: <https://doi.org/10.1691/ph.2022.2034>.

⁴⁴² CONCEIÇÃO, J. [et al.] – As farmacopeias portuguesas e a saúde pública. *Acta Farmacêutica Portuguesa*. 3:1 (2014) 47–65.

⁴⁴³ CONCEIÇÃO, J. [et al.] – A Farmacopeia Europeia: um livro oficial com cinquenta anos. *Acta Farmacêutica Portuguesa*. 8:1 (2019) 17-38, p. 21.

⁴⁴⁴ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). *Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico* (1995), p. 187.

⁴⁴⁵ LEMOS – História da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 184.

⁴⁴⁶ FONSECA, Manuel das Dores Tello da – *História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação*. Tomo XXXII. Porto: Emp. Ind. Gráfica do porto, Lda, 1938, p. 156.

⁴⁴⁷ LEMOS – História da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 184.

⁴⁴⁸ TAVARES, Francisco – *Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I. Tomo II. Medicamentos simplices, preparados e compostos*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794.

Reino. Embora a farmacopeia não esteja assinada, já foi demonstrado que Francisco Tavares foi o autor desta obra⁴⁴⁹. Foi tutelada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, instituição encarregue da sua elaboração pelos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772⁴⁵⁰. Deve assinalar-se que foi através da reforma pombalina da Universidade de Coimbra que Portugal passou a ter a primeira farmacopeia oficial. Esta obra enquadra-se na dinâmica iluminista de higiene pública. Segundo Pereira e Pita (1993) a *Pharmacopeia Geral* e o *Código Pharmaceutico Lusitano* (a segunda farmacopeia oficial portuguesa) constituem “uma prova inequívoca de um novo olhar sobre o estado físico, orgânico e moral das populações: um olhar *político iluminante* que aspira ao controlo higiénico do corpo social mediante práticas transparentes e uniformes ditadas soberanamente”⁴⁵¹. A publicação da *Pharmacopeia Geral* esteve em sintonia com o que se passava noutros países europeus, onde também se publicavam farmacopeias oficiais⁴⁵². Era uma farmacopeia galénica e química, mas que não utilizava a terminologia química preconizada por Lavoisier⁴⁵³. Teve edições/reimpressões posteriores em 1823 e 1824, idênticas à primeira⁴⁵⁴.

A segunda farmacopeia oficial, o *Código Pharmaceutico Lusitano*, foi também publicada por um médico, Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785-1852). A primeira edição é datada de 1835⁴⁵⁵. Agostinho Albano da Silveira Pinto foi médico da Real Câmara e teve em Portugal um papel relevante a nível político (foi ministro e deputado), mas também a nível científico, uma vez que foi autor de obras em diversas áreas, da política à gramática, bem como colaborador de várias publicações periódicas⁴⁵⁶. Dirigiu a Academia de Marinha e Comércio (onde foi lente de Francês)

⁴⁴⁹ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995), p. 226-227.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 218.

⁴⁵¹ PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – Liturgia higienista no século XIX. Pistas para um estudo. **Revista de História das Ideias**. 15 (1993) 437–559, p. 462.

⁴⁵² PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Farmácia e saúde em Portugal: de finais do século XVIII a inícios do século XIX. In FORMOSINHO, Sebastião J.; BURROWS, Hugh D. (Eds.) – **Sementes de Ciência. Livro de Homenagem António Marinho Amorim da Costa**. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 205–232, p. 209.

⁴⁵³ Ibidem, p. 213.

⁴⁵⁴ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995) (Anexos), p. 42-43.

⁴⁵⁵ PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Código Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835.

⁴⁵⁶ SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil**. [Em linha]. Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. [Consult. 20 Nov. 2022].

Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?4500008952&bbm/5430#page/6/mode/2up>>, p. 13-14; PITA, João Rui – O Código Pharmaceutico Lusitano (1835), a segunda farmacopeia oficial portuguesa. In **Código Pharmaceutico Lusitano** (Facsimile). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. ISBN 978-989-26-1081-8; LEMOS, João Miranda – O Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Ed.) – **II Congresso «O Porto Romântico» - Actas**. Porto: CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes. Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2016a. p. 17-26. Para mais informações biográficas veja-se também: MELLO, Jeronymo José de – Elogio funebre á memoria do Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda série. 4 (1853) 297-303.

e a Real Escola de Cirurgia do Porto⁴⁵⁷. Foi também professor na Universidade de Coimbra: opositor (1806-1807 e 1809-1811); substituto extraordinário de Química (1811) e de Metalurgia (1811-1812); e demonstrador de História Natural (1807-1809), de Zoologia (1811-1812), de Mineralogia (1811-1814) e de Botânica (1812-1814)⁴⁵⁸. Foi o próprio autor que propôs a obra à Universidade de Coimbra, na época ainda oficialmente responsável pela sua elaboração. A Congregação da Faculdade de Medicina de Coimbra emitiu um parecer sobre a adequação do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* para se tornar farmacopeia oficial portuguesa⁴⁵⁹, apontando a necessidade de se compor uma parte farmacográfica para tornar o livro mais inteligível para os boticários portugueses⁴⁶⁰. O decreto que promulga a sua aprovação como farmacopeia oficial portuguesa determinava precisamente a produção de uma “parte Pharmacographica” pelo autor⁴⁶¹, que foi publicada em 1836, intitulando-se *Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano*⁴⁶². A rapidez com que Silveira Pinto criou a obra auxiliar *Pharmacographia...*, é destacada pelo próprio autor: “dei-me pressa em coordenar a Parte Pharmacographica, a que me obriga o Real Decreto”⁴⁶³. Foi também estabelecido que o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* fosse adotado como “compêndio no ensino farmacêutico”⁴⁶⁴ e a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro declarou “provisoriamente” o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* como “Codigo Pharmaceutico legal no Imperio do Brazil”⁴⁶⁵. Na terceira edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, Agostinho Albano da Silveira Pinto indica que recebeu uma medalha em reconhecimento dos seus “trabalhos farmacológicos”⁴⁶⁶, atribuída pela Sociedade de Ciências Físicas e Químicas de Paris. A medalha apresenta a inscrição “Societé des Sciences Physiques et Chimiques de France Au D.^r Albano du Porto Hommage à ces travaux”⁴⁶⁷.

⁴⁵⁷ LEMOS – O conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto...p. 17; SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (t.1, 1858) ...p. 13.

⁴⁵⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir.) - **Memoria Professorum Universitatis Coninbrigensis 1772-1937**. Vol. 2. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992. ISBN 972-594-069-5, p. 288.

⁴⁵⁹ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995) ...p. 258.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 259.

⁴⁶¹ Decreto. In PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia**. 2ª ed. Porto : Typographia Commercial Portuense, 1836a, p. XII.

⁴⁶² PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano dedicado a sua Magestade Fidellissima a muito excelsa e augusta Rainha de Portugal a Senhora D. Maria II**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1836b.

⁴⁶³ Ibidem, p. iii.

⁴⁶⁴ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995), p. 259.

⁴⁶⁵ PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo pharmaceutico lusitano, ou tratado de pharmaconomia**. 3ª ed. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1841, p. xv; PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo pharmaceutico lusitano, ou Tratado de pharmaconomia**. 4ª ed. Porto: Typographia da Revista, 1846, p. xv.

⁴⁶⁶ PINTO – Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de pharmaconomia (1841), p. xv.

⁴⁶⁷ FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes – **Memoria das medalhas e condecorações portuguezas e das estrangeiras com relação a Portugal**. Lisboa: Typographia da mesma academia, 1861, p. 99.

O *Codigo Pharmaceutico Lusitano* teve 6 edições (1835, 1836, 1841, 1846, 1858⁴⁶⁸ e 1876⁴⁶⁹). As duas últimas edições foram póstumas, organizadas e revistas por José Pereira Reis (1808-1887)⁴⁷⁰, genro de Agostinho Albano da Silveira Pinto⁴⁷¹. José Pereira Reis (1808-1887) era um médico formado na Universidade de Coimbra, e foi professor da 3ª Cadeira da Escola Médico-cirúrgica do Porto⁴⁷², que correspondia à “Historia Natural dos Medicamentos, Materia Medica e Farmacia”⁴⁷³. Foi também diretor do Hospital Militar de Coimbra, durante a guerra civil⁴⁷⁴. A última edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, publicada em 1876, já não foi farmacopeia oficial.

O *Codigo Pharmaceutico Lusitano* parece não ter sido bem recebido pelos médicos e farmacêuticos em Portugal. O farmacêutico de 1ª classe e dirigente associativo na área da farmácia João José de Sousa Telles⁴⁷⁵ (1826-1903), aponta que a farmacopeia não foi bem recebida quanto à sua correção científica em Portugal, tendo-lhe sido rapidamente apontadas diversas falhas; que as sucessivas edições alteradas por Agostinho Albano da Silveira Pinto não conduziram a uma melhoria significativa, ou ao obviar das suas imperfeições; e que a permanência em vigor desta farmacopeia foi aparentemente influenciada pela consideração científica e posição do Dr. Silveira Pinto como distinto servidor da pátria portuguesa, e pela morosidade própria dos processos legislativos e burocráticos portugueses⁴⁷⁶. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, pediu-se a substituição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* devido, designadamente a “erros, assim de dicção como de sciencia”⁴⁷⁷ e “faltas”⁴⁷⁸, que podiam pôr em perigo a saúde dos portugueses. Também a *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*

⁴⁶⁸ PINTO, Agostinho Albano da Silveira; REIS, José Pereira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano**. Edição póstuma. Porto: Typographia da Revista, 1858.

⁴⁶⁹ PINTO, Agostinho Albano da Silveira; REIS, José Pereira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano** [Em linha]. 2ª ed. posthuma. Porto: Casa de A. R. da Cruz Coutinho, Editor, 1876. [Consult. 11 Out. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://am.uc.pt/item/85423>>.

⁴⁷⁰ CONCEIÇÃO [et al.] – As farmacopeias portuguesas e a saúde pública, p. 48.

⁴⁷¹ LEMOS, João Miranda – José Pereira Reis: Lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Ed.) – **II Congresso «O Porto Romântico» - Actas**. Porto: CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes. Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2016b. p. 42-52.

⁴⁷² SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil** [Em linha]. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. [Consult. 12 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008956&bbm/5437#page/58/mode/2up>>, p. 100.

⁴⁷³ DECRETO, 29 DEZEMBRO 1836. **D. G.** 3 (1837-01-04) 9-11, p. 9.

⁴⁷⁴ LEMOS - José Pereira Reis...p. 42.

⁴⁷⁵ TELLES, João José de Sousa – Reflexões acerca da Pharmacopêa do Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:10 (1854) 298–306.

⁴⁷⁶ João José de Sousa Telles publicou numerosos artigos entre 1854 e 1856 no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* acerca do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, analisando diversas fórmulas publicadas nesta farmacopeia, e apontando os defeitos que lhes atribuía. Estes artigos foram posteriormente publicados em livro no ano de 1856 (TELLES, João José de Sousa – **Reflexões acerca da pharmacopêa do dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto: pharmacopêa legal**. Lisboa : [Imprensa Silviana], 1856).

⁴⁷⁷ TEDESCHI, José; TELLES, Henrique José de Sousa; D’AZEVEDO, José Pereira - Peças officiaes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:10 (1855) 384–386, p. 385.

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 386.

apontou deficiências à obra, referindo-se à abundância de “erros graves” nas edições do Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto⁴⁷⁹. João Miranda Lemos (2016a) refere que o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* foi, de facto, uma obra criticada desde cedo, mas que, embora algumas críticas fossem justificadas, outras poderiam advir de divergências políticas ou rivalidades pessoais com o Dr. Silveira Pinto⁴⁸⁰. A edição de 1858 também não foi enaltecida pelos médicos e farmacêuticos. O próprio editor José Pereira Reis reconhece as potenciais deficiências da obra, apesar de declarar o esforço em atualizá-la: “Se nos fosse incumbida a tarefa de uma Pharmacopêa legal, seríamos mais severos na inserção de formulas e em nomenclatura, do que nos era permitido como mero editor”⁴⁸¹. A *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* afirmou-se contra a adoção desta obra como farmacopeia oficial portuguesa perante o governo, por não satisfazer “às necessidades da sciencia” e porque não utilizava o sistema métrico, “quando este está próximo a ser obrigatorio em toda a sua extensão”⁴⁸². Não obstante, o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* de 1858 foi temporariamente declarado farmacopeia oficial portuguesa, a 14 de Fevereiro de 1861. Em 1869 a *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* salientou que era “de certo muito superior ás outras publicações do mesmo livro”, mas que conservava inegavelmente “muitas imperfeições” e que era “actualmente deficientissima em presença dos modernos progressos das sciencias medicas”⁴⁸³.

José Pedro Sousa Dias aponta que esta farmacopeia contém várias inovações relativamente à anterior farmacopeia oficial portuguesa, como a inserção de princípios ativos de origem vegetal (que tinham começado a ser isolados na primeira metade do século XIX), a inclusão de novos instrumentos, o facto de ter adotado a “Nova Nomenclatura Química” ou a utilização de uma “terminologia farmacêutica moderna”⁴⁸⁴. Como destaca João Rui Pita, o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* diverge das farmacopeias tradicionais no que se refere à sua “lógica organizativa”. João Rui Pita afirma que “Parece que o autor remete para plano secundário a matéria médica de origem natural, a inventariação de monografias de drogas, contrariamente ao que era hábito em farmacopeias”, mas que Silveira Pinto denota um “esforço de atualização científica e técnica em prol da melhor qualidade do trabalho laboratorial e da qualidade dos medicamentos”⁴⁸⁵. Outra das particularidades do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* face às outras farmacopeias oficiais portuguesas, é a presença de indicações terapêuticas para alguns medicamentos.

⁴⁷⁹ RIBEIRO, José Silvestre – **Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia**. Tomo XI. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883, p. 40.

⁴⁸⁰ LEMOS - O Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, p. 22.

⁴⁸¹ PINTO; REIS – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1858), p. I.

⁴⁸² TELLES, Henrique José de Sousa; VICENTE, Manuel; QUADROS, Francisco José Cabral de - [Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 70–71, p. 70.

⁴⁸³ RIBEIRO – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos ...* (T. 11, 1883), p. 40.

⁴⁸⁴ DIAS - De Pombal ao Estado Novo... p. 3.

⁴⁸⁵ PITA - O *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835), a segunda farmacopeia oficial portuguesa. A propósito desse esforço de atualização veja-se também PITA – *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico* (1995), p. 261-263, 268-269, 271, 277-278.

Um decreto da Rainha D. Maria II, de 5 de Outubro de 1838, nomeou uma comissão para elaborar uma nova farmacopeia. Esta farmacopeia, a *Pharmacopéa Lusitana*, foi efetivamente escrita e publicada em 1841, mas nunca foi declarada farmacopeia oficial⁴⁸⁶. O professor catedrático da Universidade de Coimbra, Francisco Fernandes Costa (1802-1874), da Faculdade de Medicina, também foi convidado pelo reitor da Universidade (em 1860) para fazer surgir uma nova farmacopeia⁴⁸⁷, mas o seu projeto de farmacopeia não chegou a ser aprovado⁴⁸⁸. Pensamos que as rivalidades profissionais entre farmacêuticos e médicos, bem como a instabilidade política vivida sobretudo na primeira metade do século XIX em Portugal podem ter interferido nesta situação de não renovação da farmacopeia oficial.

O decreto de 15 de Novembro de 1871 nomeou uma comissão para a elaboração da nova farmacopeia oficial⁴⁸⁹. A 16 de Agosto de 1876 a obra criada pela dita comissão foi submetida para apreciação governamental, e a 14 de Setembro de 1876 a *Pharmacopéa Portuguesa* foi declarada farmacopeia legal, sendo considerada adequada para o ensino e para a prática da atividade farmacêutica. A *Pharmacopéa Portuguesa* (1876)⁴⁹⁰ foi a terceira farmacopeia oficial portuguesa, e a primeira a ser escrita por uma comissão. Esta comissão integrava médicos, farmacêuticos e químicos⁴⁹¹. O presidente da comissão foi Bernardino António Gomes, filho (1806-1877), reputado médico e farmacologista português. As monografias das drogas e as fórmulas de medicamentos não estão em secções diferentes, sendo apresentadas conjuntamente por ordem alfabética.

A *Pharmacopéa Portuguesa* parece ter sido bem recebida a nível nacional⁴⁹², e foi também elogiada internacionalmente⁴⁹³. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, por exemplo, a comissão de direito farmacêutico aludiu ao “juízo critico, todo favoravel e laudatorio, que tem sido feito á pharmacopéa, assim no paiz como no estrangeiro”⁴⁹⁴. Esta comissão afirmou também que os autores da farmacopeia mereceram “extraordinarios elogios, não sómente das estações officiaes, mas até mesmo da imprensa nacional, e, o que mais é de admirar, da estrangeira, em cujo numero se tem tornado muito notavel o jornalismo medico hespanhol”⁴⁹⁵.

⁴⁸⁶ A este propósito, na terceira edição do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1841) é incluída uma portaria, datada de 24 de Janeiro de 1840, que declara que, apesar de ter sido nomeada uma comissão para “redigir e propôr uma nova Pharmacologia”, ainda permanecia em vigor o Decreto de 6 de Outubro de 1835, pelo que o *Código Pharmaceutico Lusitano* continuava a ser a farmacopeia legal em Portugal (PINTO – *Código Pharmaceutico Lusitano ...* (1841)).

⁴⁸⁷ RIBEIRO – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos ...*p. 39.

⁴⁸⁸ DIAS - *De Pombal ao Estado Novo ...*p. 3.

⁴⁸⁹ PIRES, João de Jesus - Sessão de 18 de fevereiro de 1878. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 22–27, p. 24.

⁴⁹⁰ GOMES, Bernardino Antonio [et al.] – **Pharmacopéa portuguesa. Edição oficial**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. v-viii.

⁴⁹² PIRES - Sessão de 18 de fevereiro de 1878, p. 23-27.

⁴⁹³ F., F. - *Pharmacopéa portuguesa*. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. Lisboa. 4 (1878) 56–57.

⁴⁹⁴ PIRES - Sessão de 18 de fevereiro de 1878, p. 26.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 26.

Para José Dionysio Corrêa esta farmacopeia era “a primeira entre nós que mais aperfeiçôa e uniformisa o exercício da pharmacia, pela observancia das melhores regras de pharmacotechnia, com os mais avançados descobrimentos da chimica e as mais auctorizadas indagações da historia natural”⁴⁹⁶.

No entanto, a rápida evolução científica e tecnológica, designadamente no campo farmacêutico, condicionou a sua desatualização em pouco tempo⁴⁹⁷. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, por exemplo, encontramos várias referências à desatualização da *Pharmacopêa Portuguesa*, bem como pedidos para a elaboração de uma nova farmacopeia oficial portuguesa⁴⁹⁸. Apesar dos apelos para a sua revisão (designadamente pela classe farmacêutica), esta farmacopeia permaneceu em vigor até 1935. Em contraste, em Espanha, no período entre 1884 e 1954, publicaram-se 6 farmacopeias oficiais. Ressalve-se, no entanto, que este prolongado período de vigência da terceira farmacopeia oficial portuguesa incluiu períodos de agitação política como o processo revolucionário da instauração da República (1910), e conflitos profissionais (nomeadamente entre médicos e farmacêuticos) que destabilizaram o trabalho das várias comissões nomeadas para a sua revisão. Um decreto de 21 de Janeiro de 1903 nomeou uma comissão para rever a farmacopeia. O presidente era Eduardo Augusto Motta (1837-1912), professor de matéria médica e terapêutica na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa⁴⁹⁹. Esta comissão, que terá estado perto de concluir os seus trabalhos⁵⁰⁰, foi dissolvida após a implantação da República⁵⁰¹. A 29 de Março de 1911, foram agregados 4 membros adicionais à comissão de revisão da farmacopeia portuguesa⁵⁰². Uma representação da *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* ao Ministro do Interior, datada de 7 de Dezembro de 1911, destaca que, apesar de ter sido nomeada uma comissão para rever a farmacopeia há quase nove anos, ainda não havia resultado dos seus trabalhos, o que estava a causar “grande transtorno, não só pela deficiencia que se nota naquele livro, publicado em 1876, como tambem por constar achar-se exgotada a respéctiva

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 24.

⁴⁹⁷ DIAS - De Pombal ao Estado Novo ...p. 4.

⁴⁹⁸ VEIGA, Alberto – Proposta do socio Alberto Veiga, lembrando a conveniencia da Sociedade pedir ao governo uma nova edição da *Pharmacopêa Portuguesa*. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 57–58; JESUS, José Bento Coelho de; CARVALHO, Francisco de; ALVES, Antonio Cesario D’Almeida - Representação entregue ao sr. Ministro do Reino sobre a necessidade de se reformar a *Pharmacopêa Portuguesa*. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 232–233; JESUS, José Bento Coelho de; SILVA, Francisco Ferreira da; FRAGOSO, Emilio - Considerações sobre as bases do regulamento de remedios secretos (Concluido de pag. 16). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. Lisboa. 4 (1903) 35–38, p. 37; NOGUEIRA, Raul Lupi – As industrias quimicas e a Farmacia em Portugal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2 (1926) 119–131; FONSECA, J. M. Pinto - *Pharmacopêa Portuguesa*. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima setima série. Lisboa. 2 (1926) 193–195; FONSECA, José Maria Pinto - A futura Farmacopeia Portuguesa. **Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana**. (1928) 369–388.

⁴⁹⁹ DECRETO, 21 JANEIRO 1903. **D. G.** 20 (1903-01-27) 297.

⁵⁰⁰ FARIA, José Alemão de Mendonça Cisneiros e [et al.] - Comissão de Farmacopêa (Continuação). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 86–89, p. 87.

⁵⁰¹ SOUSA, J. Ponte e - Comissão da Farmacopeia Portuguesa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 3–16.

⁵⁰² DECRETO de 29 de Março de 1911. **D. G. I Série**. 73 (1911-03-30) 1348.

edição”⁵⁰³. O Decreto n.º 139 de 18 de Setembro de 1913 instituiu uma comissão permanente da farmacopeia portuguesa⁵⁰⁴ e uma portaria de 5 de Novembro de 1913 indicou os nomes dos elementos dessa comissão. O presidente era o professor Carlos Belo de Morais⁵⁰⁵. A classe farmacêutica, representada pela *Sociedade Farmacêutica Lusitana*, a *Associação dos Farmacêuticos Portugueses*, e a *União dos Farmacêuticos de Braga* protestou contra a constituição desta última comissão. Nesta representação alegou-se que uma farmacopeia era um livro “exclusivamente de técnica farmacêutica”⁵⁰⁶ e que a elaboração da farmacopeia portuguesa tinha sido entregue “quasi exclusivamente aos professores das faculdades de ciencias e de medicina, que não são as entidades mais idoneas para este genero de trabalhos” e excluindo “as entidades, que pela sua situação oficial mais se recomendavam, e que trabalharam durante sete anos de graça, tais como o professor de quimica farmaceutica, os chefes do serviço farmaceutico dos hospitais civis, e o presidente da Sociedade Farmaceutica Luzitana”⁵⁰⁷. A representação apontava também que “Não ha exemplo nem em Portugal nem no estrangeiro, de uma comissão da farmacopeia em que a classe farmaceutica tenha uma representação tão reduzida”⁵⁰⁸. Em 1927 foi publicado o Decreto n.º 13470, cujo artigo 16º definia a criação de uma comissão

“que elaborará e reverá a farmacopeia portuguesa, composta de um vogal do Conselho Superior de Higiene, três professores de farmácia, um professor de medicina, o inspector chefe do exercicio farmacêutico e dois farmacêuticos de reconhecida capacidade, a que poderão agregar-se outras entidades cuja cooperação se reconheça necessária”⁵⁰⁹.

No entanto, a *Farmacopeia Portuguesa IV* não foi criada por nenhuma das comissões nomeadas para a revisão da farmacopeia oficial de 1876⁵¹⁰. Foi redigida por farmacêuticos “de competência afirmada e com responsabilidades oficiais em cargos públicos da sua técnica”⁵¹¹ que “de mótu-próprio se constituíram em comissão para êsse fim”⁵¹². A comissão foi constituída por: José Maria Pinto Fonseca (“Major farmacêutico” e “Sub-director da Farmácia Central do Exército”); Carlos Cândido Coutinho (“Primeiro tenente farmacêutico naval” e “Director,

⁵⁰³ VEIGA, Alberto da Costa; JUNIOR, Antonio Maria da Gama; GUERRA, João Norberto Gonçalves - Representação dirigida ao sr. Ministro do Interior relativamente á Farmacopêa Portuguesa, regimento dos preços dos medicamentos e reforma de exercicio profissional. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 3 (1912) 77-78, p. 77.

⁵⁰⁴ DECRETO n.º 139. **D. G. I Série**. 219 (1913-09-18) 3537.

⁵⁰⁵ PORTARIA de 5 de Novembro de 1913. **D. G. I Série**. 285 (1913-12-06) 4625.

⁵⁰⁶ FARIA [et al.] - Comissão de Farmacopêa (Continuação), p. 86.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 87.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 88.

⁵⁰⁹ DECRETO n.º 13470. **D. G. I Série**. 77 (1927-04-18) 570 – 572, p. 571.

⁵¹⁰ FARIA, José Alberto de – Informação da Direcção Geral de Saúde a S. Ex.^a o Ministro do Interior sôbre o projecto da nova *Farmacopeia Portuguesa* e que serviu de fundamento à publicação do decreto-lei n.º 24:872. In FONSECA, José Maria Pinto [et al.] – **Farmacopeia Portuguesa IV: edição oficial**. Lisboa : Imprensa Nacional de Lisboa, 1935. p. XX-XXII, p. XX.

⁵¹¹ DECRETO-LEI n.º 24876. **D. G. I Série**. 7 (1935-01-09) 45, p. 45.

⁵¹² RELATÓRIO. In FONSECA, José Maria Pinto [et al.] – **Farmacopeia Portuguesa IV: edição oficial**. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1935. p. VII-XIX, p. VII.

interino, do Serviço Farmacêutico da Armada”); Homero Ferreira (“Capitão farmacêutico” e “Chefe do Laboratório Geral de Análises e Estudos da Farmácia Central do Exército”); Bernardino Álvaro Vicente de Pinho (“Licenciado em medicina e cirurgia e em farmácia” e “Inspector do exercício farmacêutico”); e José do Souto Teixeira (“Licenciado em ciências e farmácia”, “Professor agregado dos liceus” e “Inspector do exercício farmacêutico”)⁵¹³. Os cinco membros da comissão estavam assim ligados à inspeção farmacêutica ou à farmácia do exército ou naval. Segundo os elementos desta comissão, a *Farmacopeia Portuguesa IV* foi “Fruto de cinco anos de afinçado labor”⁵¹⁴. A comissão afirma também que fez “o aproveitamento, na medida do possível, do trabalho da comissão nomeada em 31 de Março de 1925 para proceder ao estudo dos *Métodos de análise dos medicamentos destinados ao Exército*”⁵¹⁵. Para a elaboração desta farmacopeia utilizaram também critérios de autoridades e obras de referência internacionais como a Secretaria Internacional das Farmacopeias, a Convenção Internacional de Bruxelas ou a Farmacopeia Belga⁵¹⁶. O projeto de farmacopeia foi apresentado à Direção Geral de Saúde e posteriormente submetido à apreciação do Conselho Superior de Higiene⁵¹⁷. O Conselho Superior de Higiene emitiu um parecer onde se afirmava que “o projecto da *Farmacopeia Portuguesa* satisfaz plenamente ao fim a que se destina e, o que é mais, hombraia com as farmacopeias estrangeiras mais recentes e mais louvadas”⁵¹⁸. Desta forma, o governo aprovou este projeto de farmacopeia para ser publicado e adotado como farmacopeia oficial⁵¹⁹. A 9 de Janeiro de 1935 a *Farmacopeia Portuguesa IV* tornou-se farmacopeia oficial, pelo Decreto-lei n.º 24876, prevendo-se a sua entrada em vigor “pleno e definitivo” a 1 de Julho de 1936⁵²⁰. Um despacho ministerial de 6 de Março de 1935 definia também que a farmacopeia deveria ser revista de 5 em 5 anos⁵²¹. A 15 de Junho de 1943 determinou-se que a *Farmacopeia Portuguesa IV* deveria ser revista, conduzindo à publicação, em 1946, da sua segunda edição⁵²². A *Farmacopeia Portuguesa IV* teve assim 2 edições (1935 e 1946), para além de um suplemento publicado em 1961⁵²³. O suplemento de 1961 foi elaborado pela Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa. Esta comissão, encarregada de “elaborar, rever, interpretar e manter permanentemente actualizada a farmacopeia

⁵¹³ Ibidem, p. XIX.

⁵¹⁴ Ibidem, p. VII.

⁵¹⁵ Ibidem.

⁵¹⁶ Ibidem, p. VIII-IX.

⁵¹⁷ FARIA – Informação da Direcção Geral de Saúde a S. Ex.^a o Ministro do Interior sôbre o projecto da nova *Farmacopeia Portuguesa* e que serviu de fundamento à publicação do decreto-lei n.º 24:872, p. XX.

⁵¹⁸ Ibidem, p. XXI.

⁵¹⁹ DECRETO-LEI n.º 24876. **D. G. I Série.** 7 (1935-01-09) 45.

⁵²⁰ Ibidem.

⁵²¹ DESPACHO MINISTERIAL, de 6 de março. **D. G. I Série.** 52 (1935-03-06) 343 – 344.

⁵²² FONSECA, José Maria Pinto [et al.] - **Farmacopeia Portuguesa IV: edição oficial.** Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.

⁵²³ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - **Farmacopeia portuguesa IV: suplemento.** Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1961.

portuguesa”⁵²⁴, foi criada em 1955⁵²⁵. A publicação da farmacopeia de 1935, bem como a sua nova edição e suplemento tem de ser enquadrada na política sanitária do Estado Novo⁵²⁶.

À semelhança de outras farmacopeias oficiais portuguesas, a *Farmacopeia Portuguesa IV* não foi alvo de uma revisão sistemática, vigorando várias décadas em obsolescência, até 1986.

A quinta farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopeia Portuguesa V*, foi aprovada por Portaria do Ministério da Saúde de 1 de Outubro de 1985, substituindo assim a segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1946) e o seu suplemento (1961). Segundo esta portaria, a estrutura da *Farmacopeia Portuguesa V* “obedece já aos princípios que nortearam a Farmacopeia Europeia”⁵²⁷. É uma tradução-adaptação da Farmacopeia Europeia⁵²⁸, e foi elaborada pela Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa⁵²⁹. Entre 1986 e 1996 publicaram-se doze tomos e um *Memento Terapêutico* (1995)⁵³⁰. O *Memento Terapêutico* contém uma lista de medicamentos com as respetivas indicações terapêuticas, doses e posologia.

⁵²⁴ PORTARIA n.º 74/97 (2.ª Série). **D. R. II Série**. 47 (1997-02-25) 2432, p. 2432.

⁵²⁵ DECRETO-LEI n.º 40462. **D. G. I Série**. 283 (1955-12-27) 1307 – 1308.

⁵²⁶ Entre os anos 30 e os anos 60 são muitas e diversificadas as medidas legislativas e regulamentares que se operaram na farmácia e no medicamento em Portugal. Entre alguns exemplos refiram-se: em 1938 foi criado o Grémio Nacional das Farmácias e em 1939 o Grémio Nacional dos Industriais de Especialidades Farmacêuticas; em 1940 foi criada a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos — CRPQF; em 1962 foi promulgado o decreto-lei n.º 44204 de 22 de fevereiro que estabeleceu as bases da farmácia hospitalar; em 1965 foi promulgada uma nova da Lei da propriedade das farmácias (lei n.º 2125 de 20 de março) que revogou a legislação de 1933; em 1968 foi promulgado o decreto-lei n.º 48547 de 27 de agosto que regulamentou o exercício da profissão e que se manteve em vigor com algumas alterações até 2007. Em 1957, o decreto-lei n.º 41448, de 18 de dezembro veio regular a introdução no mercado de novas especialidades farmacêuticas, estabeleceu a Comissão Técnica dos Novos Medicamentos aumentando o rigor científico, a qualidade e segurança na produção de medicamentos. Ver sobre este assunto: PITA, João Rui – Farmácia, medicamento e sociedade: história da farmácia e do medicamento em Portugal (séculos XIX-XXI). In PEREIRA, André Dias; PITA, João Rui (Coords.) — **Direito da farmácia, do medicamento e das novas tecnologias**. Coimbra: Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022. p. 5-42; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — Farmácia e medicamento em Portugal. Temas históricos relevantes (1850-1950). In LOUREIRO, João; PEREIRA, André Dias; BARBOSA, Carla (Coords.) — **Direito da Saúde. Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Guilherme de Oliveira. Objeto, Redes e Sujeitos**. Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina SA, 2016. p. 131-154; SOUSA, Micaela Figueira de; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — Farmácia e medicamentos em Portugal em meados do século XX. O papel da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (1940). **CEM. Cultura, Espaço & Memória**. 5 (2014) 11-26.

⁵²⁷ PORTARIA do Ministério da Saúde (1 de Outubro de 1985), *apud* COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I (1986).

⁵²⁸ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I** (1986) 1ª e 2ª páginas do Prefácio, não numeradas.

⁵²⁹ A Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa foi reestruturada através de uma Portaria de 16 de Fevereiro de 1987 (COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo II (1987)).

⁵³⁰ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I**. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo I**. Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo II**. Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo III**. [S.l.]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo IV**. [S.l.]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988;

A sexta farmacopeia oficial, a *Farmacopeia Portuguesa VI*, foi publicada em 1997⁵³¹. Foi composta pela Comissão da Farmacopeia Portuguesa e aprovada pela Portaria n.º 74/97 (2ª Série) de 31 de Janeiro. Teve 4 suplementos (1998⁵³², 1999⁵³³, 2000⁵³⁴ e 2001⁵³⁵) e é igualmente uma tradução-adaptação da Farmacopeia Europeia⁵³⁶. Foi ainda publicada outra edição do *Memento Terapêutico*⁵³⁷. O Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), afeto ao Ministério da Saúde, é responsável pela edição da Farmacopeia Portuguesa desde 1997.

No que concerne à história das farmacopeias oficiais portuguesas, podem encontrar-se informações adicionais no trabalho de vários autores, como Folch y Andreu (1943)⁵³⁸, Guerra e

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo V.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VI.** Porto : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. ISBN 972-27-0428-1; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VII.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VIII.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo IX - .** Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo X.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995a; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo XI.** Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996; COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 3. Memento Terapêutico. Vias de administração-posologia-interacções.** Maia: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1995b. ISBN 972-27-0801-5.

⁵³¹ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial.** Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. ISBN 972-8425-03-1.

⁵³² COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa : Ministério da Saúde : INFARMED, 1998a. ISBN 972-8425-08-2.

⁵³³ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa : Ministério da Saúde : INFARMED, 1999. ISBN 972-8425-16-3.

⁵³⁴ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa : Ministério da Saúde : INFARMED, 2000. ISBN 972-8425-08-02.

⁵³⁵ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa : Ministério da Saúde : INFARMED, 2001. ISBN 972-8425-08-2.

⁵³⁶ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - **Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial** (1997), p. XIII.

⁵³⁷ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - **Memento terapêutico: vias de administração, posologia, interações.** 2ª ed. Lisboa: INFARMED, 1998b.

⁵³⁸ FOLCH Y ANDREU, R. – As farmacopeias portuguesas. **Notícias Farmacêuticas.** 10:3-4 (1943) 201-253.

Alves (1986)⁵³⁹, Pita (1995, 1999b, 2015, 2016)⁵⁴⁰, Dias (1995)⁵⁴¹, e Conceição e colegas (2014)⁵⁴².

Esta secção é dedicada à análise qualitativa e quantitativa da presença da quina, da quinina e de outras substâncias obtidas a partir da quina, nas farmacopeias oficiais portuguesas publicadas entre o século XVIII e o século XX. Também avaliámos, secundariamente, a presença de drogas americanas e de medicamentos que contivessem ou derivassem de drogas americanas.

Critérios utilizados na análise das farmacopeias

Esta análise foi conduzida dividindo as entradas presentes nas farmacopeias oficiais portuguesas nas categorias seguintes:

Drogas de origem vegetal	Europa e bacia do Mediterrâneo
	Ásia/África/Oceânia
	América
	Origem múltipla ou desconhecida
Drogas de origem animal	
Drogas de origem mineral/química	
Medicamentos	com drogas americanas ou produtos delas derivados
	com quina
	com quinina
	com outros alcalóides da quina
Monografias de formas farmacêuticas	
Dispositivos médicos	
Outros	

⁵³⁹ ALVES, A. Correia; GUERRA, Francisco Carvalho – Breve notícia histórica sobre as Farmacopeias Portuguesas até ao século XIX. In **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio – até ao século XX. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 2. 1986. p. 815–834.

⁵⁴⁰ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995); PITA, João Rui – Um livro com 200 anos: a Farmacopeia Portuguesa. **Revista de História das Ideias**. 20 (1999b) 47–100; PITA - O Código Farmacêutico Lusitano (1835), a segunda farmacopeia oficial portuguesa; PITA, João Rui - A Farmacopêa Portuguesa de 1876: a terceira farmacopeia oficial portuguesa. In **Pharmacopêa Portuguesa** (Facsimile da edição oficial). Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: Bluepharma - Indústria Farmacêutica, 2016. ISBN 978-989-26-1264-5.

⁵⁴¹ DIAS - De Pombal ao Estado Novo...

⁵⁴² CONCEIÇÃO [et al.] – As farmacopeias portuguesas e a saúde pública.

As drogas de origem vegetal foram subdivididas de acordo com a sua origem geográfica. A classificação utilizada baseou-se nas categorias utilizadas por José Pedro Sousa Dias⁵⁴³ e João Rui Pita⁵⁴⁴ nas suas teses de doutoramento. Não obstante, há duas categorias diferentes: a categoria das drogas originárias da Ásia, África e Oceânia (acrescentámos o continente Oceânia); e uma categoria adicional, referente às drogas de origem múltipla ou desconhecida. Desta forma, nos casos em que a farmacopeia aponta uma origem geográfica desconhecida, ou locais pertencentes a diferentes categorias (isto é, simultaneamente, um local na Ásia/África/Oceânia e na Europa e bacia do Mediterrâneo, ou no continente americano) considerou-se que a droga tinha uma origem geográfica múltipla ou desconhecida.

A origem geográfica atribuída às drogas de origem vegetal é aquela que o(s) autor(es) indica(m) em cada farmacopeia. Deste modo, no que concerne, nomeadamente, às drogas americanas, existem algumas diferenças de farmacopeia para farmacopeia, relativamente a quais drogas são incluídas na categoria das drogas americanas. Nos casos em que as farmacopeias não indicam a proveniência geográfica das drogas, foi utilizado como critério de determinação da origem geográfica as informações presentes nos sites *Plants of the World Online* (<http://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:255764-2>) – site fundado pelos Royal Botanic Gardens, Kew – e *World Flora Online*, bem como o livro *Plantas Medicinais da Farmacopeia Portuguesa – Constituintes, Controlo, Farmacologia e Utilização* (Cunha e Roque, 2008)⁵⁴⁵.

Nos casos em que a farmacopeia não indica a planta de onde provém um dado medicamento de origem vegetal (como a vanilina, por exemplo), recorreu-se a bibliografia suplementar, nomeadamente ao site *PubChem* (<https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov>), da U.S. National Library of Medicine (National Center for Biotechnology Information), para clarificar essa origem, de forma a identificar as substâncias obtidas a partir de drogas americanas.

Os produtos de origem vegetal que sofram algum processo de tratamento, foram considerados medicamentos e não drogas. Tal obedece à definição enunciada na *Farmacopeia Portuguesa VI* que indica:

As drogas vegetais são essencialmente plantas inteiras, fragmentadas ou cortadas, partes de plantas, algas, fungos e líquenes, sem qualquer tratamento, normalmente na forma seca, mas, algumas vezes, na forma fresca. Alguns exsudados, que não foram sujeitos a tratamento específico, são também considerados drogas vegetais⁵⁴⁶

⁵⁴³ DIAS, José Pedro Sousa - **Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista**. [S.l.] : Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, 1991. Tese de doutoramento, p. 173-174.

⁵⁴⁴ PITA – A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico (1995), p. 199.

⁵⁴⁵ CUNHA, A. Proença da; ROQUE, Odete Rodrigues – **Plantas Medicinais da Farmacopeia Portuguesa - Constituintes, Controlo, Farmacologia e Utilização**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN 978-972-31-1257-3.

⁵⁴⁶ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial (1997), p. 225.

Desta forma o azeite ou o vinho são englobados na categoria dos medicamentos. O mesmo critério foi usado nas drogas de origem mineral/química e nas drogas de origem animal. Assim sendo, produtos como a gelatina ou os ossos calcinados estão englobados na categoria dos medicamentos.

A categoria dos medicamentos inclui medicamentos propriamente ditos⁵⁴⁷ e substâncias usadas na preparação de medicamentos (matérias-primas⁵⁴⁸), e engloba produtos de origem natural, sintéticos ou semissintéticos. Nesta categoria são contabilizadas substâncias ativas (quinina, cocaína ou cloridrato de emetina por exemplo), mas também excipientes⁵⁴⁹, vacinas, enzimas, hormonas (como a insulina), preparações para uso diagnóstico e medicamentos compostos como tinturas ou pomadas. Deste modo, a categoria dos medicamentos inclui as preparações com casca de quina, quinina e outros alcaloides presentes na casca de quina.

⁵⁴⁷ A definição legal está expressa na alínea ee) do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto: “«Medicamento», toda a substância ou associação de substâncias apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em seres humanos ou dos seus sintomas ou que possa ser utilizada ou administrada no ser humano com vista a estabelecer um diagnóstico médico ou, exercendo uma ação farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas” – DECRETO-LEI n.º 176/2006. **D.R. I Série.** 167 (2006-08-30) 6297 – 6383, p. 6300-6301.

⁵⁴⁸ A definição legal está expressa na alínea dd) do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto: “«Matéria-prima», qualquer substância, activa ou não, e qualquer que seja a sua origem, empregue na produção de um medicamento, quer permaneça inalterável quer se modifique ou desapareça no decurso do processo” – Ibidem, p. 6300.

⁵⁴⁹ A definição legal está expressa na alínea s) do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto: “«Excipiente», qualquer matéria-prima que, incluída nas formas farmacêuticas, se junte às substâncias ativas ou suas associações para servir-lhes de veículo, possibilitar a sua preparação ou estabilidade, modificar as suas propriedades organoléticas ou determinar as propriedades físico-químicas do medicamento e a sua biodisponibilidade” - Ibidem, p. 6300.

3.2.1.1. *Pharmacopeia Geral* (1794)

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

A *Pharmacopeia Geral* contém um total de 162 monografias de drogas de origem vegetal, 23 drogas de origem mineral/química e 12 de origem animal. Quanto à proveniência geográfica das drogas vegetais, a farmacopeia inclui 86 monografias de drogas europeias e da bacia do Mediterrâneo, 26 drogas africanas, asiáticas ou oceânicas, 30 drogas de origem múltipla ou desconhecida e um total de 20 drogas de origem americana. As drogas americanas correspondem assim a 12,35 % do total de monografias de drogas de origem vegetal.

Estão presentes 2 monografias relativas à quina nesta farmacopeia: Quina ou casca peruviana (referida como pertencente à espécie *Cinchona officinalis* Linn.) e Quina vermelha, de espécie desconhecida. Na primeira farmacopeia oficial portuguesa há referência a apenas uma espécie do género *Cinchona*, a *Cinchona officinalis* L. Não obstante, já estavam descritas na literatura outras espécies, designadamente a *Cinchona pubescens* Vahl (1790)⁵⁵⁰ e a *Cinchona lancifolia* Mutis (1793)⁵⁵¹. Atualmente, o termo quina é utilizado para designar a “casca seca, inteira ou fragmentada, de *Cinchona pubescens* Vahl ou de *Cinchona calisaya* Wedd. ou das suas variedades ou híbridos”⁵⁵² e são aceites 23 espécies diferentes⁵⁵³. No que concerne à proveniência da quina ou casca peruviana, indica-se que “Habita no Perù, principalmente nos montes ao pé de Loxa, nas vizinhanças do rio Bamba, Cuença no Quito”⁵⁵⁴. Quanto à designada quina vermelha, aponta-se que “Habita nos mesmos terrenos, e paizes da precedente, e tambem no Brazil”⁵⁵⁵.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Na *Pharmacopeia Geral* (1794) estão presentes 32 medicamentos com drogas de origem americana (Apêndices, Lista 1). Há nesta farmacopeia 6 medicamentos preparados com a quina: “AGUA DE CAL COM QUINA”⁵⁵⁶; “COZIMENTO DE QUINA COMPOSTO; (ou Cozimento

⁵⁵⁰ POWO – *Cinchona pubescens* Vahl [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 30 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:746872-1#bibliography>>.

⁵⁵¹ POWO – *Cinchona lancifolia* Mutis [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 30 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:746806-1#bibliography>>.

⁵⁵² CABRAL, PITA e SALGUEIRO – Plantas medicinais... p. 127.

⁵⁵³ ANDERSSON, L. – *A revision of the genus Cinchona (Rubiaceae-Cinchoneae)*. Vol. 80. New York: New York Botanical Garden, 1998, p. 1.

⁵⁵⁴ TAVARES – *Pharmacopeia Geral* (1794, t.2), p. 90.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 91.

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 123.

antifebril.)”⁵⁵⁷; “Extracto de QUINA”⁵⁵⁸; “INFUSÃO FRIA DE QUINA”⁵⁵⁹; “TINTURA DE QUINA COMPOSTA (ou Essencia antiseptica *d’Huxham.*)”⁵⁶⁰; e “VINHO DE QUINA COMPOSTO; (ou Vinho amargo.)”⁵⁶¹, perfazendo 1,92% dos medicamentos. Quanto ao tipo de quina usado nas formulações, duas usam a chamada quina vermelha (a *Tintura de quina composta* e o *Vinho de quina composto*); duas utilizam quina amarela (que não tem monografia própria nesta farmacopeia); e nas duas restantes não há qualquer indicação quanto à quina a utilizar. Dois dos medicamentos com quina são associações com outra droga americana, a serpentária (o *Cozimento de quina composto* e a *Tintura de quina composta*). Também o cozimento de guaiaco composto contém 2 drogas americanas: o guaiaco e o sassafraz. Relativamente às outras drogas americanas para além da quina, estão presentes 6 medicamentos com bálsamo peruviano; 5 medicamentos com guaiaco; 4 medicamentos com jalapa; 3 medicamentos com serpentária virginiana; a quássia, a salsaparrilha, o sassafraz e a ipecacuanha estão presentes em 2 medicamentos cada; e o cacau, a nicotiana e a elemi são utilizados em 1 medicamento cada.

Os vinhos quinados, já descritos nesta primeira farmacopeia oficial, foram produzidos comercialmente por diversos indivíduos, nomeadamente por Jacob de Castro Sarmiento (produtor da famosa “Água de Inglaterra”)⁵⁶².

Nesta farmacopeia o autor não indica a ação terapêutica dos medicamentos ou das drogas. Não obstante, verificamos que uma das fórmulas com quina apresenta a designação de antifebril, e outra a designação de antissética, o que indicia a aplicação terapêutica destas fórmulas medicamentosas.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 144.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 163.

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 168.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 212.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 220.

⁵⁶² Atualmente em Portugal ainda se comercializam vinhos quinados – GUIMARÃES, J. A. Gonçalves - A arte de artificar os vinhos. **DOURO - Estudos & Documentos**. VII:14 (2002) 197–213; Vinho Quinado Ramos Pinto [Em linha]. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.lojadovinho.com/pt/loja/vinhos-generosos/vinho-do-porto-tawny/vinho-quinado-ramos-pinto>>.

Tabela 1 – Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da Pharmacopeia Geral (1794)

Pharmacopeia Geral (1794)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	162
		Nº de monografias de drogas americanas	20
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	86
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/ocêânicas	26
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	30
		Nº de monografias com quina	2
		% de monografias com drogas americanas	12,35 %
		% de monografias com quina	1,23 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	23
Drogas de origem animal	Nº total de monografias	12	
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		313
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		32
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		10,22 %
	Nº de medicamentos com quina		6
	% de medicamentos com quina		1,92 %
	Nº de medicamentos com quinina		0
	% de medicamentos com quinina		0 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		0
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0 %

3.2.1.2. *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835)

A primeira edição desta obra foi publicada em 1835. Como foi referido anteriormente, esta farmacopeia tem uma estrutura invulgar, bastante diferente das outras farmacopeias oficiais. Quanto à contabilização das monografias dos medicamentos, consideraram-se apenas aqueles que o autor indica como preparar (modo operatório e quantidades dos diversos componentes), a não ser no caso de produtos obtidos já preparados por via do comércio. Relativamente à “agua de cal com quina” por exemplo, como o autor apenas refere que “tem as mesmas virtudes, que os cosimentos das substancias”⁵⁶³ esta preparação não foi contabilizada como medicamento, uma vez que o autor não indica como prepará-la. Adicionalmente, nos casos em que o autor apresenta mais do que um processo de preparação para o mesmo medicamento, o medicamento apenas foi contabilizado uma vez (caso, por exemplo, do oino-soluto de quinina, para o qual se apresentam dois processos distintos de preparação).

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

Esta farmacopeia tem apenas uma monografia de uma droga de origem vegetal, o ópio, e não contém drogas de origem mineral/química, ou de origem animal.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

A maior parte das entradas nesta farmacopeia são medicamentos. Do total de 722 medicamentos, 80 utilizam drogas americanas ou seus derivados (Apêndices, Lista 2). Constam 13 medicamentos preparados com quina (1,80 %):

⁵⁶³ PINTO – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* ou *Tratado de Pharmaconomia* (1835), p. 147.

Quadro 1 - Designação dos medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1835)

Medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1835)
“Hydralcooleo de Quina”
“Alcooleo de quina composto. <i>Essencia antiseptica d’Huxham; Tintura de quina comp[osta].</i> ”
“Cataplasma de quina camforada. <i>Cataplasma anticeptica</i> ”
“Decocto de quina composto. <i>Cozimento antifebril</i> ”
“Electuario de quina antimoniado”
“Extracto de quina (aquoso). <i>Extracto sêco de quina. Sal essencial de quina, de Lagaraye, etc.</i> ”
“Extracto de quina (por decocção)”
“Extracto alcoolico de quina”
“Gelêa de musgo islandico com quina”
“Hydro-infuso de quina a frio”
“Oino-infuso de quina. <i>Vinho de quina</i> ”
“Oino-infuso de quina composto. <i>Vinho de quina composto</i> ”
“Xarope de quina”

Na maioria dos medicamentos com quina do *Código Pharmaceutico Lusitano* de 1835, o autor indica que deve usar-se “Quina optima” (nas fórmulas “Alcooleo de quina composto”⁵⁶⁴, “Electuario de quina antimoniado”⁵⁶⁵, “Hydro-infuso de quina a frio”⁵⁶⁶, “Oino-infuso de quina”⁵⁶⁷, “Oino-infuso de quina composto”⁵⁶⁸ e “Xarope de quina”⁵⁶⁹). No “Extracto de quina (por decocção)” deveria usar-se “Optima casca de quina”⁵⁷⁰. No caso do “Cataplasma de quina camforada” Silveira Pinto indica que deve usar-se “Casca Peruviana”⁵⁷¹, e o “Decocto de quina composto” deveria ser preparado com “Quina amarella ou vermelha”⁵⁷². No que concerne ao “Hydralcooleo de Quina”⁵⁷³, ao “Extracto de quina (aquoso)”⁵⁷⁴, ao “Extracto alcoolico de quina”⁵⁷⁵ e à “Gelêa de musgo islandico com quina”⁵⁷⁶ o autor não especifica o tipo de quina a usar na sua preparação.

São também referidas interações farmacológicas de certos compostos com a quina. É apontado que o “alúmen” é “incompatível com decoctos de quina, e adstringentes vegetaes, etc.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 36.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 87.

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 142.

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 173.

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 255.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 117.

⁵⁷¹ Ibidem, p. 60.

⁵⁷² Ibidem, p. 85.

⁵⁷³ Ibidem, p. 30.

⁵⁷⁴ Ibidem, p. 117.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 123.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 132.

fôrma com elles um precipitado insolúvel”⁵⁷⁷ e que o sal “Tartrato de potassa antimoniado” era decomposto por várias preparações, incluindo preparações de quina⁵⁷⁸.

A salsaparrilha é a segunda droga americana com maior número de medicamentos na primeira edição desta farmacopeia (10). Seguem-se o guaiaco (8), a ipecacuanha (5, e 2 com emetina, extraída da ipecacuanha), a jalapa (5), a serpentaria (4), o bálsamo de Tolú (3), o sassafráz (3), o estramónio (3), o bálsamo de copaíba (2), o bálsamo peruviano (2), a cascarilha (2), a quássia (2), o *Rhus radicans* (2), a ratânia (2), a angustura (1), a baunilha (1), a contraerva (1), a resina elemi (1), a nicociana (1), a pimenta da jamaica (1), o *Rhus toxicodendron* (1), a simaruba (1), e o cacau (1). Está também presente uma fórmula com um produto derivado da mandioca, a tapioca; e um produto com um derivado do cacau, a manteiga de cacau.

Na primeira edição da segunda farmacopeia oficial portuguesa há cinco medicamentos que são associações de drogas americanas, incluindo 2 com quina: “Alcooleo de quina composto”⁵⁷⁹ (com quina e serpentária); “Arrobe antisiphilitico”⁵⁸⁰ (contendo salsaparrilha e guaiaco); “Decocto de guaiaco composto”⁵⁸¹ (com guaiaco, salsaparrilha e sassafráz); “Decocto de salsaparrilha composto”⁵⁸² (com salsaparrilha, sassafráz e guaiaco); e “Decocto de quina composto”⁵⁸³ (contendo quina e serpentária de Virgínia).

A quinina está presente em 6 medicamentos (0,83 %): alcoóleo de quinina; xarope de quinina; vinho de quinina (também designado “Oino-soluto de quinina”⁵⁸⁴), com uma fórmula alternativa na monografia do sulfato de quinina⁵⁸⁵; sulfato de quinina; “Hydro-ferro cyanato de quinina”⁵⁸⁶; e o alcaloide isolado quinina (cujo método de obtenção é descrito na monografia da cinchonina).

Na monografia do sulfato de quinina são apresentados 2 métodos de obtenção deste medicamento. O segundo método apresentado era, segundo o autor, muito mais económico, mas “menos perfeito”⁵⁸⁷, já que “os alcalis empregados reagem sobre os alcaloides (quinina e cinchonina) e destroem uma parte”⁵⁸⁸. Refere ainda que o sulfato de quinina era “uma droga de mui extenso uso therapeutico”⁵⁸⁹, uma referência direta à sua relevância na medicina desta época. Agostinho Silveira Pinto aponta ainda a adulteração frequente do sulfato de quinina com o sulfato de cal: “O sulfato de quinina é muitas vezes adulterado com o sulfato de cal; mas aquelle sendo

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 221.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 244.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 36.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 40.

⁵⁸¹ Ibidem, p. 83.

⁵⁸² Ibidem, p. 86.

⁵⁸³ Ibidem, p. 85.

⁵⁸⁴ Ibidem, p. 174.

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 224.

⁵⁸⁶ Ibidem, p. 140.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 224.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 225-226.

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 225.

mui soluvel no alcool, e este insoluel é mui facil conhecer a falsificação. A evaporação do soluto alcoolico basta para obter outra vez o sulfato de quinina”⁵⁹⁰.

O autor também aponta que a virtude febrífuga da piperina talvez fosse superior à do sulfato de quinina⁵⁹¹, e que desde há muito tempo que a piperina era aplicada “especialmente nas intermitentes rebeldes”⁵⁹².

O *Codigo Pharmaceutico Lusitano* contém ainda 2 outras entradas relacionadas com a quina (0,28 %): cinchonina e sulfato de cinchonina. A cinchonina tem uma monografia com bastante detalhe, incluindo dois processos de obtenção, ambos a partir da quina cinzenta. Silveira Pinto aponta também Bernardino António Gomes como o responsável pela descoberta da cinchonina⁵⁹³. Relembre-se que o médico português Bernardino António Gomes isolara o composto inicialmente designado como cinchonino em 1810⁵⁹⁴. Estes dados sugerem que a quinina teria alguma predominância face à cinchonina, uma vez que é incluída num número superior de medicamentos. O autor atribui à cinchonina e à quinina a atividade febrífuga da quina: “Nestes dous principios alcaloideos reside a virtude febrifuga das quinas”⁵⁹⁵. Silveira Pinto afirma ainda:

“na [quina] cinzenta predomina a cinchonina, e na amarella a quinina, e em tal quantidade que se julga que esta quina não tem cinchonina; aquelle principio [a quinina] é mais energico que este [a cinchonina], e é por isto que é melhor a quina amarella que a cinzenta; na quina vermelha (*C. oblongifolia*) [a cinchonina] está n’uma proporção tres vezes maior que na cinzenta, e a quinina em proporção dupla daquella em que se acha na amarella, do que resulta ser a vermelha a mais energica de todas as quinas”⁵⁹⁶

Embora nos seja dito que a quina vermelha é a que contém mais quinina e mais cinchonina, o processo de extração indicado para a quinina utiliza a quina amarela. O sulfato de quinina também é obtido a partir da quina amarela. Tal poder-se-ia dever ao facto de se pensar que a quina amarela não continha cinchonina, pelo que a extração da quinina seria mais fácil de efetuar, não sendo necessário um processo que evitasse ou minimizasse a extração simultânea da cinchonina com a quinina.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 224.

⁵⁹¹ Ibidem, p. 203.

⁵⁹² Ibidem, p. 204.

⁵⁹³ Ibidem, p. 75.

⁵⁹⁴ GOMES, Bernardino António - Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre a sua influencia na virtude da quina, e d’outras cascas. In **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3. Parte 1. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812. p. 201–216.

⁵⁹⁵ PINTO – *Codigo Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia* (1835), p. 75.

⁵⁹⁶ Ibidem, p. 75.

Atividade terapêutica dos medicamentos com quina ou com substâncias derivadas da quina

Segundo esta obra de 1835, o electuário de quina antimoniado era recomendado para o tratamento das febres intermitentes, indicando-se que era “eficacíssimo nas [febres] intermitentes, ainda rebeldes”⁵⁹⁷. O “Oino-infuso de quina composto” ou “*Vinho de quina composto*” substituíam a “Água d’Inglaterra de Castro”⁵⁹⁸, pelo que deduzimos que teria as mesmas aplicações terapêuticas da dita Água de Inglaterra, ou seja, combater as febres intermitentes como as terças e as quartãs⁵⁹⁹. Relativamente ao sulfato de quinina, Agostinho Albano da Silveira Pinto declara que aquele sal era “eminente nas febres intermitentes na dóse 1 a 3 grãos, raras vezes mais, durante o intervallo por vezes repetidas”⁶⁰⁰ e que era também aconselhado “nas hemorragias passivas” por “*Klo-kow*”⁶⁰¹. O “Hydro-ferro cyanato de quinina” era indicado “Nas [febres] intermitentes rebeldes”⁶⁰². Ao alcoóleo de quina composto⁶⁰³ e ao *hydralcooleo* de quina atribuíam-se ação tónica⁶⁰⁴; e o “Decocto de quina composto” era recomendado para astenias, adinamias e “typhos”⁶⁰⁵. Silveira Pinto aponta também que a quinina e a cinchonina possuíam propriedades febrífugas.

Outras referências à quina, quinina ou outros alcaloides da quina no *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835)

Na secção sobre os reagentes constam também referências à quina e à quinina. Assim, é referido que o álcool “Distingue o sulfato de quinina do sulfato de cal, dissolvendo aquelle, e este não”⁶⁰⁶ e que a noz de galha forma um precipitado branco com a quinina e com outros alcaloides vegetais⁶⁰⁷. Silveira Pinto indica também, relativamente ao reagente “*Tartrato d’antimonio e potassa*, emetico”, que a solução de tártaro emético fora usada até recentemente “para experimentar as quinas, e julgavão-se tanto melhores quanto mais precipitado davão”, mas que se tinha, entretanto, “reconhecido que este precepitado é a parte adstringente da quina, e não o principio alcaloide ou amargo; e por isso [fora] abandonado como reactivo das quinas”⁶⁰⁸.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 87.

⁵⁹⁸ Ibidem, p. 173.

⁵⁹⁹ DIAS – A Água de Inglaterra... p. 15.

⁶⁰⁰ PINTO – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* ou *Tratado de Pharmaconomia* (1835), p. 224.

⁶⁰¹ Ibidem.

⁶⁰² Ibidem, p. 140.

⁶⁰³ Ibidem, p. 37.

⁶⁰⁴ Ibidem, p. 30.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 85.

⁶⁰⁶ Ibidem, p. 250.

⁶⁰⁷ Ibidem, p. 257.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 260.

Tabela 2 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do Código Pharmaceutico Lusitano (1835)

Código Pharmaceutico Lusitano (1835)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	1
		Nº de monografias de drogas americanas	0
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	0
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	1
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	0
		Nº de monografias com quina	0
		% monografias com drogas americanas	0 %
		% de monografias com quina	0 %
Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0	
Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0	
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		722
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		80
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		11,08 %
	Nº de medicamentos com quina		13
	% de medicamentos com quina		1,80 %
	Nº de medicamentos com quinina		6
	% de medicamentos com quinina		0,83 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		2
% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,28 %	

Pharmacographia do Código Pharmaceutico Lusitano (1836)

Na obra suplementar ao *Código Pharmaceutico Lusitano*, a *Pharmacographia do Código Pharmaceutico Lusitano*, consta uma secção dedicada ao género *Cinchona*. O autor afirma que se tratava de uma planta exótica, pertencente à família das Rubiáceas, e que a sua casca era utilizada para fins medicinais. Silveira Pinto inclui o nome comum da casca de quina em francês, inglês, latim e português. Indica a sua proveniência, apontando que a planta da *Cinchona* habitava no Peru, no continente americano. Destaca igualmente que era “immenso o numero de cascas que correm no commercio com este nome”⁶⁰⁹. Silveira Pinto propõe-se a descrever as cascas de quina

⁶⁰⁹ PINTO – *Pharmacographia*...p. 194.

“mais conhecidas e vulgares nas Drogarias e oficinas”⁶¹⁰. Divide as cascas de quina em cinco tipos: “Quinas cinzentas, ou alaranjadas”⁶¹¹; “Quinas vermelhas”⁶¹²; “Quinas amarellas”⁶¹³; “Quinas brancas”⁶¹⁴; e “Quinas falsas”⁶¹⁵). São enumeradas várias quinas falsas, como a *Portlandia hexandria*⁶¹⁶ (que Agostinho Albano da Silveira Pinto identifica com o nome comum de quina do Rio de Janeiro), indicando-se que estas não continham quinina ou cinchonina. Na *Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano* Silveira Pinto afirma também que “As cascas de quina são os mais ativos tónicos, tendo a virtude antisséptica, antiespasmódica, antiperiódica, e febrífuga em grau eminente”⁶¹⁷.

⁶¹⁰ Ibidem.

⁶¹¹ Ibidem.

⁶¹² Ibidem, p. 195.

⁶¹³ Ibidem, p. 196.

⁶¹⁴ Ibidem, p. 197.

⁶¹⁵ Ibidem, p. 198.

⁶¹⁶ Esta designação refere-se provavelmente à *Portlandia hexandra*.

⁶¹⁷ PINTO – *Pharmacographia*...p. 198.

3.2.1.3. *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1836)

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

A segunda edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* também não contém drogas de origem mineral/química ou drogas de origem animal, e tem apenas uma droga de origem vegetal, o ópio.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Nesta farmacopeia estão presentes 91 medicamentos com drogas americanas ou produtos derivados de drogas americanas, como a emetina, a veratrina, ou a quinina (Apêndices, Lista 3). Verifica-se assim um aumento do número absoluto de medicamentos com drogas americanas da primeira para a segunda edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. A quina continua a ser droga americana mais representada nos medicamentos da edição de 1836, com 13 fórmulas (1,54 %). A monografia do medicamento *Extracto de quina (aquoso)* tem notas adicionais nesta edição de 1836 (que se mantêm nas edições de 1841 e de 1846). Indica-se que tinha sido demonstrado “que a agua fria extráe da quina maior quantidade de principios soluveis; e que 6 p. d’agua fria extráem da quina tudo quanto ella póde ceder a este agente”⁶¹⁸. Refere-se que a quina cinzenta e a quina amarela, através da ação da água, originavam percentagens diferentes do seu peso em extrato seco, obtendo-se uma maior percentagem de extrato utilizando a quina cinzenta do que utilizando a quina amarela. Aponta-se igualmente que, com a mesma quantidade de casca de quina cinzenta ou amarela, se obtinha maior quantidade de “extratos hydalcoolicos” do que de extratos aquosos, sendo que os “extratos hydalcoolicos” eram menos amargos e menos ativos do que os extratos aquosos em pesos iguais⁶¹⁹.

Estão também presentes 6 medicamentos com quinina (0,71 %) e 2 medicamentos com cinchonina (0,24 %). A monografia da quinina está mais desenvolvida nesta edição, apresentando um método adicional de obtenção (indireto, isto é, um método em que a quinina é obtida a partir do sulfato de quinina e não diretamente a partir da quina), ao invés de remeter simplesmente para a monografia da cinchonina, como ocorria na primeira edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*.

Relativamente a outras drogas americanas, a salsaparrilha e o guaiaco fazem parte de 10 medicamentos. Segue-se a jalapa, presente em 6 medicamentos. A ipecacuanha está presente em 5 medicamentos. Seguem-se o bálsamo de Tolú e a serpentária (4); o bálsamo peruviano, o bálsamo de copaíba, o sassafráz, e o estramónio (3); a cascarilha, a quássia, a ratânia, e o *Rhus*

⁶¹⁸ PINTO - *Codigo Pharmaceutico Lusitano* ou *Tratado de Pharmaconomia* (1836a), p. 341.

⁶¹⁹ *Ibidem*.

radicans com 2 medicamentos cada; e a resina elemi, a baunilha, a nicociana, a pimenta da Jamaica, a angustura, a simaruba, o cacau, o *Rhus toxicodendron* e a contraerva, todos utilizados na preparação de 1 medicamento. Esta farmacopeia tem também 4 medicamentos com veratrina, uma mistura de alcaloides que pode ser obtida a partir da cevadilha, outra droga americana⁶²⁰. Também estão presentes 2 medicamentos com emetina, substância obtida a partir da ipecacuanha; a salsaparina, uma substância derivada da salsaparrilha; um medicamento com tapioca (um derivado da mandioca), e um medicamento com um derivado do cacau, a manteiga de cacau.

Esta farmacopeia mantém os mesmos 5 medicamentos com 2 ou mais drogas americanas em associação⁶²¹.

⁶²⁰ O processo descrito nesta farmacopeia para a obtenção da veratrina usa as sementes de cevadilha, embora a veratrina também possa ser obtida a partir de uma outra planta (NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 5380394, Veratrine** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/5380394>>).

⁶²¹ PINTO - Código Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia (1836a), p. 267, 270, 308, 310, e 311.

Tabela 3 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do Código Pharmaceutico Lusitano (1836)

Código Pharmaceutico Lusitano (1836)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	1
		Nº de monografias de drogas americanas	0
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	0
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	1
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	0
		Nº de monografias com quina	0
		% monografias com drogas americanas	0 %
		% de monografias com quina	0 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		845
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		91
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		10,77 %
	Nº de medicamentos com quina		13
	% de medicamentos com quina		1,54 %
	Nº de medicamentos com quinina		6
	% de medicamentos com quinina		0,71 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		2
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,24 %

3.2.1.4. *Código Pharmaceutico Lusitano* (1841)

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

A terceira edição do *Código Pharmaceutico Lusitano* mantém uma única monografia de uma droga de origem vegetal, o ópio. As monografias de drogas de origem animal ou mineral continuam ausentes nesta terceira edição.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Os medicamentos com quina, quinina e cinchonina são os mesmos face às duas primeiras edições do *Código Pharmaceutico Lusitano*. Assim estão presentes 13 medicamentos com quina (1,50 %), 6 medicamentos com quinina (0,69 %) e 2 com cinchonina (0,23 %). O texto das monografias mantém-se, mas algumas fórmulas de preparação de medicamentos com quina apresentam as quantidades dos vários componentes simultaneamente em onças e em “partes”.

O número total de medicamentos com drogas americanas ou seus derivados é de 97 (Apêndices, Lista 4). A salsaparrilha está presente em dois medicamentos novos, o que perfaz um total de 12 medicamentos com salsaparrilha nesta farmacopeia. Está também presente uma outra fórmula adicional com um derivado de uma droga americana, as “Pastilhas de carvão”, preparadas com chocolate simples (derivado do cacau), perfazendo um total de 2 medicamentos com derivados do cacau; e 3 medicamentos com novas drogas americanas face às edições anteriores: 2 com cainça, e um com agriões do Pará. Os restantes medicamentos com drogas americanas perfazem os valores seguintes: guaiaco – 10 medicamentos; jalapa – 6 medicamentos; 5 medicamentos com ipecacuanha; serpentária e bálsamo de Tolú – 4 medicamentos; bálsamo de copaíba, bálsamo peruviano, estramónio, sassafraz – 3 medicamentos; cascarilha, quássia, ratânia, *Rhus radicans* – 2 medicamentos; nicociana, pimenta da Jamaica, angustura, baunilha, contraerva, resina elemei, *Rhus toxicodendron*, simaruba, cacau – 1 medicamento; 4 medicamentos com veratrina; 2 medicamentos derivados da ipecacuanha (com emetina); a salsaparina (derivado da salsaparrilha); e 1 medicamento com tapioca.

Tabela 4 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do Código Pharmaceutico Lusitano (1841)

Código Pharmaceutico Lusitano (1841)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	1
		Nº de monografias de drogas americanas	0
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	0
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	1
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	0
		Nº de monografias com quina	0
		% monografias com drogas americanas	0 %
		% de monografias com quina	0 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		869
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		97
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		11,16 %
	Nº de medicamentos com quina		13
	% de medicamentos com quina		1,50 %
	Nº de medicamentos com quinina		6
	% de medicamentos com quinina		0,69 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		2
% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,23%	

3.2.1.5. *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1846)

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

Esta edição também mantém a monografia do ópio, droga de origem vegetal. Não estão presentes quaisquer outras monografias de drogas de origem vegetal, animal ou mineral.

Nas páginas iniciais desta 4ª edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* há referências adicionais ao género *Cinchona*. No “Catalogo Das Plantas Medicinaes de que geralmente se faz uso na Materia Medica, dispostas alphabeticamente, e em relação ao systema sexual de Linneo, segundo Sprengel na Edição 16.”⁶²², indica-se que a casca de *Cinchona caribæa* tem virtudes tónicas, à semelhança da “*Quina de Piton, ou de S. Domingos*” da espécie *Cinchona floribunda*⁶²³. No “Segundo Catalogo D’algumas plantas Brasilienses em uso medico no Brazil; que devem ter lugar em qualquer materia medica”⁶²⁴ refere-se também a *Cinchona brasiliensis* (Willdenow) vulgarmente designada “*Quina do Brazil*”, com propriedades tónicas e adstringentes; a *Cinchona vellosii*, e a *Cinchona remigeana* (S.^t Hilaire)⁶²⁵. Estas espécies mencionadas por Agostinho Silveira Pinto não pertencem atualmente ao género *Cinchona*⁶²⁶.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Há um total de 98 medicamentos com drogas americanas ou com produtos delas derivados (Apêndices, Lista 5) no *Codigo Pharmaceutico Lusitano* de 1846.

Nesta edição mantêm-se os 13 medicamentos com quina (1,48 %), 6 com quinina (0,68 %) e 2 com cinchonina (0,23 %). O autor altera a nomenclatura de dois desses medicamentos: o “Oino-infuso de quina” (também chamado vinho de quina) passa a designar-se “Oinoleo de quina”; e o “Oino-infuso de quina composto” (vinho de quina composto) passa a ter o nome de “Oinoleo de quina composto”⁶²⁷. Para além disso, as fórmulas passam a ter as quantidades a utilizar discriminadas em *partes* e não em libras, onças, oitavas ou grãos.

⁶²² PINTO - *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, ou *Tratado de Pharmaconomia* (1846), p. XIX.

⁶²³ *Ibidem*, p. XXIX.

⁶²⁴ *Ibidem*, p. XXXIV.

⁶²⁵ *Ibidem*, p. XXXVII.

⁶²⁶ WFO – ***Cinchona* L.** [Em linha]. 2023 [Consult. 12 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.worldfloraonline.org/taxon/wfo-4000008324>>.

⁶²⁷ PINTO - *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, ou *Tratado de Pharconomia* (1846), p. 465.

Relativamente às outras drogas americanas, há uma fórmula adicional que usa farinha de mandioca. Os restantes medicamentos com drogas americanas são os mesmos relativamente à edição de 1841: salsaparrilha – 12 medicamentos, e uma substância extraída da salsaparrilha, designada salsaparina; guaiaco – 10 medicamentos; jalapa – 6 medicamentos; 5 medicamentos com ipecacuanha e 2 medicamentos com emetina; serpentária e bálsamo de Tolú – utilizados em 4 medicamentos; bálsamo de copaíba, bálsamo peruviano, estramónio, sassafras – 3 medicamentos; *Rhus radicans*, quássia, ratânia, cainça, e cascarilha – 2 medicamentos; baunilha, contraerva, agriões do Pará, nicociana, pimenta da Jamaica, *Rhus toxicodendron*, resina elemi, angustura, cacau e simaruba – 1 medicamento; 4 medicamentos com veratrina, obtida a partir da cevadilha; 2 medicamentos com derivados do cacau (manteiga de cacau e chocolate simples); 1 medicamento com tapioca e 1 medicamento com farinha de mandioca.

As primeiras quatro edições do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835, 1836, 1841 e 1846) apresentam indicações terapêuticas para alguns medicamentos com quina ou derivados da quina. As informações sobre esses medicamentos são apresentadas nos quadros seguintes:

Quadro 2 - Resumo das características dos medicamentos com quina presentes no Codigo Pharmaceutico Lusitano (edições de 1835, 1836, 1841 e 1846)

(continua)

Nome do medicamento	Tipo de quina a utilizar	Indicações terapêuticas	Posologia	Observações
<i>Hydralcooleo de Quina</i>	Não especificado	Ação tónica	“até 2 oit. dito [e mais]” ⁶²⁹	
<i>Alcooleo de quina composto</i>	“Quina optima” ⁶³⁰	Ação tónica poderosa	½ -1 onça “repetida” ⁶³¹	Preparado com serpentária (outra droga americana)
<i>Cataplasma de quina camforada</i>	“Casca Peruviana” ⁶³²			
<i>Decocto de quina composto</i>	Quina amarela ou quina vermelha	“asthenias, adynamias, typhos, etc.” ⁶³³		Preparado com serpentária (outra droga americana)
<i>Electuario de quina antimoniado</i>	“Quina optima” ⁶³⁴ (1835); quina amarela (1836, 1841, 1846)	“efficacissimo nas intermittentes, ainda rebeldes” ⁶³⁵	3 oitavas “muitas vezes ao dia; no intervallo dellas” ⁶³⁶ ;	“é semelhante ao célebre <i>electuario de Madeswall</i> , e de que em nossa practica temos colhido constantes vantagens” ⁶³⁷ ; “Póde-se augmentar a dóse da quina” ⁶³⁸ (1836; 1846)

⁶²⁹ PINTO – Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia (1835), p. 30.

⁶³⁰ Ibidem.

Quadro 2 – Resumo das características dos medicamentos com quina presentes no Código Pharmaceutico Lusitano (edições de 1835, 1836, 1841 e 1846)

(conclusão)

Nome do medicamento	Tipo de quina a utilizar	Indicações terapêuticas	Posologia	Observações
Extracto de quina (aquoso)	Não especificado			Obtém-se através do método de obtenção do extrato de calumba
Extracto de quina (por decocção)	“Optima casca de quina” ⁶³⁹			“Este é o unico extracto que póde preparar-se por este methodo, e assim mesmo contra a opinião d’ <i>Henry</i> ” ⁶⁴⁰
Extracto alcoolico de quina	Não especificado		10 grãos -1 oitava	“Contem todos os principios activos” ⁶⁴¹
Geléa de musgo islandico com quina	Não especificado			
Hydro-infuso de quina a frio	“Quina optima” ⁶⁴²			
<i>Vinho de quina</i>	“Quina optima” ⁶⁴³			
<i>Vinho de quina composto</i>	“Quina optima” ⁶⁴⁴		½ - 2 onças e ½ (ou mais)	Substituto da Água de Inglaterra
Xarope de quina	“Quina optima” ⁶⁴⁵			

⁶³⁰ Ibidem.

⁶³¹ Ibidem, p. 37.

⁶³² Ibidem, p. 60.

⁶³³ Ibidem, p. 85.

⁶³⁴ Ibidem, p. 87.

⁶³⁵ Ibidem.

⁶³⁶ Ibidem.

⁶³⁷ Ibidem.

⁶³⁸ Ibidem, p. 381.

⁶³⁹ Ibidem, p. 117.

⁶⁴⁰ Ibidem, p. 118.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 123.

⁶⁴² Ibidem, p. 142.

⁶⁴³ Ibidem, p. 173.

⁶⁴⁴ Ibidem.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 255.

Quadro 3 - Resumo das características dos medicamentos com quinina ou outros alcaloides da quina no Codigo Pharmaceutico Lusitano (edições de 1835, 1836, 1841 e 1846)

(continua)

Nome do medicamento	Tipo de quina a utilizar (se aplicável)	Indicações terapêuticas	Dose	Observações
<i>Hydro-ferro cyanato de quinina</i>	É preparado a partir da quinina	“intermittentes rebeldes” ⁶⁴⁶	4-6 grãos/dia	
<i>Sulfato de cinchonina</i>	Quina cinzenta (casca ou extrato)			
<i>Sulfato de quinina</i>	Quina amarela/ “quina amarella ou <i>calyssaya</i> ” ⁶⁴⁷ (constam 2 processos de preparação diferentes)	“é eminente nas febres intermittentes”; “ <i>Klo-kow</i> o aconselha tambem nas hemorragias passivas” ⁶⁴⁸	1-3 grãos (1835); 1-6 grãos “raras vezes mais, durante o intervallo por vezes repetidas” ⁶⁴⁹ (1836, 1841, 1846)	“droga de mui extenso uso therapeutico” ⁶⁵⁰ ; referem-se adulterações com sulfato de cal, e como detetá-las
<i>Xarope de quinina</i>	Preparado a partir do sulfato de quinina		Máximo 3 onças/6 colheres de mesa	
<i>Alcooleo de quinina</i>	Preparado a partir do sulfato de quinina			
<i>Vinho de quinina</i>	Preparado a partir do sulfato de quinina ou do alcoóleo de quinina	Aplicações terapêuticas do vinho de quina (não especificadas)		
<i>Cinchonina</i>	Quina cinzenta	Propriedades febrífugas		Incluem-se 2 processos distintos de preparação

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 140.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 225.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 224.

⁶⁴⁹ PINTO - Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia (1836), p. 527.

⁶⁵⁰ PINTO - Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia (1835), p. 225.

Quadro 3 – Resumo das características dos medicamentos com quinina ou outros alcaloides da quina no Código Pharmaceutico Lusitano (edições de 1835, 1836, 1841 e 1846)⁶⁵¹

(conclusão)

Nome do medicamento	Tipo de quina a utilizar (se aplicável)	Indicações terapêuticas	Dose	Observações
<i>Quinina</i>	Quina amarela; ou obtida a partir do sulfato de quinina (1836, 1841, 1846)	Propriedades febrífugas		Na edição de 1835 há só um processo de preparação (a partir da quina amarela). Nas edições de 1836, 1841 e 1846 há um processo alternativo, utilizando o sulfato de quinina

⁶⁵¹ Onde não está expressamente assinalado, as citações apresentadas nestes dois quadros correspondem à edição de 1835. No entanto as edições de 1836, 1841 e 1846 contêm os mesmos dados, embora por vezes tenham pequenas diferenças de grafia ou na ordem nas frases.

Tabela 5 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do Código Pharmaceutico Lusitano (1846)

Código Pharmaceutico Lusitano (1846)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	1
		Nº de monografias de drogas americanas	0
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	0
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	1
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	0
		Nº de monografias com quina	0
		% monografias com drogas americanas	0 %
		% de monografias com quina	0 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		876
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		98
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		11,19 %
	Nº de medicamentos com quina		13
	% de medicamentos com quina		1,48 %
	Nº de medicamentos com quinina		6
	% de medicamentos com quinina		0,68 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		2
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,23 %

3.2.1.6. *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1858)

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

A 5ª edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* não contém quaisquer monografias de drogas de origem vegetal, mineral ou animal.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Nesta edição há um total de 161 medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados (Apêndices, Lista 6). A quina continua a ser a droga americana presente no maior número de medicamentos (29, perfazendo 2,29 % dos medicamentos). Os medicamentos com quina são os seguintes:

Quadro 4 - Designação dos medicamentos com quina no Codigo Pharmaceutico Lusitano (1858)

(continua)

Medicamentos com quina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858)
“ALCOOLEO DE Quina amarella” ⁶⁵²
“ALCOOLEO DE Quina cinzenta” ⁶⁵³
“ALCOOLEO DE Quina vermelha” ⁶⁵⁴
“ALCOOLEO DE QUINA COMPOSTO. <i>Tintura de quina composta. Essencia antiseptica ou alexipharmaca</i> d’Huxham” ⁶⁵⁵
“CATAPLASMA DE QUINA CAMPHORADA. <i>Cataplasma antiseptica</i> ” ⁶⁵⁶
“DECOCTO DE QUINA” ⁶⁵⁷
“DECOCTO DE QUINA AMARELLA” ⁶⁵⁸
“DECOCTO DE QUINA VERMELHA” ⁶⁵⁹
“DECOCTO DE QUINA COMPOSTO. <i>Cosimento anti-febri</i> ” ⁶⁶⁰
“ELECTUARIO DE QUINA ANTIMONIADO. <i>Electuario de Madeswal</i> ” ⁶⁶¹
“EXTRACTO ALCOOLICO de Quina” ⁶⁶²

⁶⁵² PINTO e REIS – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1858), p. 160.

⁶⁵³ Ibidem.

⁶⁵⁴ Ibidem.

⁶⁵⁵ Ibidem, p. 165.

⁶⁵⁶ Ibidem, p. 182.

⁶⁵⁷ Ibidem, p. 211.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 212.

⁶⁵⁹ Ibidem.

⁶⁶⁰ Ibidem.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 215.

⁶⁶² Ibidem, p. 244.

Quadro 4 – Designação dos medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1858)

(conclusão)

Medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1858)
“EXTRACTO DE QUINA CINZENTA. <i>Extracto de casca peruviana</i> ” ⁶⁶³
“EXTRACTO de Quina amarella” ⁶⁶⁴
“EXTRACTO de Quina vermelha” ⁶⁶⁵
“EXTRACTO DE QUINA A FRIO” ⁶⁶⁶
“Sal essencial de Lagaraye, OU extracto seco de quina” ⁶⁶⁷
“HYDRO-INFUSO DE QUINA” ⁶⁶⁸
“HYDRO-INFUSO de Quina cinzenta” ⁶⁶⁹
“HYDRO-INFUSO de Quina vermelha” ⁶⁷⁰
“HYDRO-INFUSO DE QUINA A FRIO” ⁶⁷¹
“HYDRO-INFUSO DE QUINA A FRIO POR DESLOCAÇÃO” ⁶⁷²
“OINOLEO OU VINHO MEDICINAL de Quina amarella” ⁶⁷³
“OINOLEO OU VINHO MEDICINAL de Quina cinzenta” ⁶⁷⁴
“OINOLEO OU VINHO MEDICINAL de Quina vermelha” ⁶⁷⁵
“OINOLEO DE QUINA COMPOSTO. <i>Vinho de quina composto</i> ” ⁶⁷⁶
“PILULAS ESTOMACHICAS” ⁶⁷⁷
“POS DENTIFRICOS NEGROS” ⁶⁷⁸
“QUINIUM. <i>Extracto alcoolico de quina pela cal</i> ” ⁶⁷⁹
“XAROPE DE QUINA. <i>Xarope de casca peruviana</i> ” ⁶⁸⁰

Relativamente ao tipo de quina utilizado a quina cinzenta predomina (estando presente em 10 fórmulas), seguindo-se a quina amarela (7) e a quina vermelha (7). Em 5 medicamentos com quina não há indicação do tipo de quina a utilizar. Um destes medicamentos solicita o uso de “Casca de quina, em que a quinina seja o dobro da cinchonina”⁶⁸¹, pressupondo por isso algum

⁶⁶³ Ibidem, p. 247.

⁶⁶⁴ Ibidem, p. 248.

⁶⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶⁶ Ibidem.

⁶⁶⁷ Ibidem.

⁶⁶⁸ Ibidem, p. 257.

⁶⁶⁹ Ibidem.

⁶⁷⁰ Ibidem.

⁶⁷¹ Ibidem.

⁶⁷² Ibidem.

⁶⁷³ Ibidem, p. 279.

⁶⁷⁴ Ibidem.

⁶⁷⁵ Ibidem.

⁶⁷⁶ Ibidem, p. 282.

⁶⁷⁷ Ibidem, p. 298.

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 319.

⁶⁷⁹ Ibidem, p. 324.

⁶⁸⁰ Ibidem, p. 353.

⁶⁸¹ PINTO e REIS – Código Pharmaceutico Lusitano (1858), p. 324.

tipo de análise química para aferir as quantidades de quinina e cinchonina nas respetivas cascas. Nessa mesma monografia indica-se ainda: “Quatro grammos e cincoenta centigrammos deste extracto devem conter um grammo de sulfato de quinina, e 50 centigrammos de sulfato de cinchonina”⁶⁸², reforçando a ideia de que o controlo do teor de alcaloides era relevante nesta preparação.

Tabela 6 - Tipo de quina utilizado nas fórmulas dos medicamentos com quina presentes no Código Pharmaceutico Lusitano (1858)

Tipo de quina a utilizar	N.º de medicamentos
Amarela	7
Vermelha	7
Cinzenta	10
Não especificado	5

Estão ainda presentes 11 medicamentos à base de quinina (0,87 %). Seguem-se os medicamentos com estramónio (13), salsaparrilha (12), bálsamo de Tolú (10), guaiaco e ipecacuanha (9), bálsamo do Perú e jalapa (8), ratânia, resina elemi, sassafras e serpentária (5), bálsamo de copaíba, cascarilha, *Polygala senega* (4), nicociana, quássia, *Rhus radicans* (3), angustura, baunilha, monésia, pimenta da Jamaica, cacau (2), e assacu, cainça, guaraná, mechoação branco, matico e parreira-brava, com um medicamento cada. No que concerne às preparações com produtos derivados do cacau estão presentes 2 preparações com manteiga de cacau, e uma com chocolate. Esta farmacopeia inclui também 2 medicamentos com veratrina (obtida a partir da cevadilha), e um medicamento com farinha de mandioca.

Podemos observar que há diversas fórmulas adicionais nesta edição póstuma do *Código Pharmaceutico Lusitano*, não se tratando de uma mera revisão das fórmulas incluídas nas edições anteriores. Refira-se, nomeadamente, a adição de mais fórmulas com drogas americanas como a quina, e com quinina.

Não há geralmente informação sobre as indicações terapêuticas nesta edição póstuma do *Código Pharmaceutico Lusitano*, ao contrário das primeiras 4 edições, em que o autor incluía indicações terapêuticas e/ou doses a administrar com alguma frequência. Não obstante, nalguns medicamentos com quina ou quinina a sua designação sugere a sua atividade terapêutica. Veja-se, por exemplo, o “Decocto de quina composto”, que tem como sinónimo a designação “*Cosimento anti-febril*”⁶⁸³ indiciando a sua aplicabilidade no combate à febre, e o “ALCOOLEO DE QUINA COMPOSTO” que também é chamado de “*Essencia antiseptica ou alexipharmaca d’Huxham*”⁶⁸⁴, entreando-se por isso que seria usado pela sua pressuposta atividade antisséptica

⁶⁸² Ibidem.

⁶⁸³ Ibidem, p. 212

⁶⁸⁴ Ibidem, p. 165.

ou como alexifármaco⁶⁸⁵. Esta farmacopeia inclui também umas pílulas estomáquicas, pelo que se presume que estas teriam uma aplicação benéfica ao nível do estômago⁶⁸⁶. O “ENEMA DE QUININA” é também designado “*Clyster febrifugo*”⁶⁸⁷, pelo que se poderá inferir que era aplicado no tratamento da febre.

O número de medicamentos com quinina (11) continua a ser inferior ao número de medicamentos com quina (29). A quinina é o único alcaloide da quina referido nesta edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. A ausência da cinchonina sugere que este princípio ativo não estava aprovado para uso terapêutico em Portugal no tempo de vigência do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* de 1858 como farmacopeia oficial. No que concerne à quinina, estão presentes vários sais diferentes nesta farmacopeia: sulfato de quinina, citrato de quinina, citrato de quinina e ferro, *ferro-cyanato* de quinina, e valerianato de quinina.

Os medicamentos com quinina são os seguintes:

Quadro 5 - Designação dos medicamentos com quinina no Codigo Pharmaceutico Lusitano (1858)

(continua)

Medicamentos com quinina no <i>Codigo Pharmaceutico Lusitano</i> (1858)
“ALCOOLEO DE QUININA” ⁶⁸⁸
“ENEMA DE QUININA. <i>Clyster febrifugo</i> .” ⁶⁸⁹
“XAROPE DE SULFATO DE QUININA” ⁶⁹⁰
“XAROPE DE CITRATO DE QUININA” ⁶⁹¹
“XAROPE DE CHLORHYDRATO DE QUININA” ⁶⁹²
“CITRATO DE QUININA” ⁶⁹³
“CITRATO DE QUININA E FERRO” ⁶⁹⁴

⁶⁸⁵ Este termo refere-se a uma ação contra os venenos. SILVA, Antonio de Moraes e – **Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente**. [Em linha]. Tomo Primeiro. A=F. Terceira edição, mais correcta e acrescentada de cinco para seis mil artigos, que levão este sinal * extrahidos dos Authores Classicos Portuguezes, com disvello e curiosidade. Lisboa: Typographia de M.P. de Lacerda, 1823. [Consult. 22 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>>, p. 94; VIEIRA, Domingos – **Grande Diccionario Portuguez: ou, Thesouro da Lingua Portuguesa**. [Em linha]. Volume 1. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. [Consult. 14 jan. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://play.google.com/books/reader?id=OrFCAQAAMAAJ&pg=GBS.PR4&hl=pt>>, p. 294.

⁶⁸⁶ VIEIRA, Domingos – **Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa**. Terceiro Volume. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873, p. 430.

⁶⁸⁷ PINTO; REIS – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1858), p. 232.

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 165.

⁶⁸⁹ Ibidem, p. 232.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 357.

⁶⁹¹ Ibidem.

⁶⁹² Ibidem.

⁶⁹³ Ibidem, p. 198.

⁶⁹⁴ Ibidem.

Quadro 5 – Designação dos medicamentos com quinina no Código Pharmaceutico Lusitano (1858)

(conclusão)

Medicamentos com quinina no Código Pharmaceutico Lusitano (1858)
“FERRO-CYANATO DE QUININA. <i>Hydro-ferro-cyanato de quinina. Ferro-cyanhydrato de quinina. Ferro-cyanureto de quinina. Prussiato de quinina</i> ” ⁶⁹⁵
“SULFATO DE QUININA. <i>Sulfato quinínico</i> ” ⁶⁹⁶
“VALERIANATO DE QUININA. <i>Valerato quinínico</i> ” ⁶⁹⁷
“QUININA” ⁶⁹⁸

Verifica-se assim um aumento do número de medicamentos com quinina relativamente às edições de Agostinho Albano da Silveira Pinto (de 6 para 11).

⁶⁹⁵ Ibidem, p. 249.

⁶⁹⁶ Ibidem, p. 335.

⁶⁹⁷ Ibidem, p. 361.

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 324.

Tabela 7 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos do Código Pharmaceutico Lusitano (1858)

Código Pharmaceutico Lusitano (1858)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	0
		Nº de monografias de drogas americanas	0
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	0
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/ocênicas	0
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	0
		Nº de monografias com quina	0
		% monografias com drogas americanas	0 %
		% de monografias com quina	0 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		1268
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		161
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		12,70 %
	Nº de medicamentos com quina		29
	% de medicamentos com quina		2,29 %
	Nº de medicamentos com quinina		11
	% de medicamentos com quinina		0,87 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		0
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0 %

3.2.1.7. *Pharmacopêa Portuguesa (1876)*⁶⁹⁹

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

Esta farmacopeia contém um total de 325 drogas de origem vegetal, 21 de origem animal e 3 de origem mineral/química. A maioria das drogas de origem vegetal provém da Europa e da bacia do Mediterrâneo (164). Constam também 79 drogas de origem africana, asiática ou oceânica; 52 de origem americana; e 30 de origem múltipla ou desconhecida. Uma vez que esta farmacopeia, ao contrário do *Código Pharmaceutico Lusitano*, indica nas monografias a origem geográfica das drogas, o critério para identificação da origem geográfica baseia-se nas indicações presentes na própria *Pharmacopêa portuguesa (1876)*.

Na *Pharmacopêa Portuguesa* a monografia da quina descreve três variedades de quina: amarela, cinzenta e vermelha. Indica-se que a quina amarela equivale à chamada “QUINA CALISAYA” e que provém da *Cinchona calisaya* Weddel⁷⁰⁰, originária “da Bolívia e da província de Carabaya no Perú”⁷⁰¹. Indica-se também que a quina cinzenta provém da “**Cinchona micrantha** Ruiz e Pavon, da **Cinchona nitida** Ruiz e Pavon, da **Cinchona Urituzinga** Pavon, e de outras especies congeneres, arvores dos Andes peruvianos”⁷⁰². Refere-se ainda que a quina cinzenta vinha habitualmente misturada com a “QUINA DE LOXA”, da espécie “**Cinchona Condaminea** Humb. et Bonpl. (*Cinchona Chahuarguera* Pavon e *Cinchona crispa* Tafula)”, procedente “da província de Loxa”⁷⁰³. No que concerne à quina vermelha, também chamada “QUINA DO CHIMBORAZO”, indica-se que provém da “**Cinchona succirubra** Pavon”⁷⁰⁴, originária “do Chimborazo, na Nova Granada”⁷⁰⁵. Incluem-se critérios de qualidade destas quinas baseados na percentagem de quinina, e é indicado um método de doseamento da quinina. Relativamente à quina amarela por exemplo, os autores apontam que se esta quina tiver um teor de quinina inferior a 2 por cento deve ser rejeitada⁷⁰⁶. Na monografia da quina, consta ainda a informação de que, “quando não houver indicação especial”, deve ser usada a quina amarela, que é também a quina com maior percentagem mínima aceitável de quinina⁷⁰⁷.

⁶⁹⁹ Nesta farmacopeia já se utiliza apenas o sistema métrico para indicar as quantidades dos componentes das fórmulas. Uma versão reduzida desta análise foi publicada em SEMEDO, M.; PITA, J. – *Cinchona bark and its alkaloids in the 4th Portuguese official pharmacopoeia*. In **13th International Symposium on Pharmaceutical Sciences (ISOPS-13)**. Ankara, Turkey: Ankara University Faculty of Pharmacy, 2021.

⁷⁰⁰ GOMES [et al.] – *Pharmacopêa portuguesa ...*p. 348.

⁷⁰¹ Ibidem.

⁷⁰² Ibidem.

⁷⁰³ Ibidem, p. 349.

⁷⁰⁴ Ibidem. A formatação apresentada nestas citações corresponde à formatação da própria *Pharmacopêa portuguesa (1876)*.

⁷⁰⁵ GOMES [et al.] – *Pharmacopêa portuguesa ...*p. 349.

⁷⁰⁶ Ibidem, p. 348.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 349.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Relativamente ao número de medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados nesta farmacopeia, este corresponde a um total de 93 (Apêndices, Lista 7).

Na *Pharmacopêa Portuguesa* há 21 medicamentos à base de quina (2,61 %), 12 com quina cinzenta, 10 com quina amarela e 1 com quina vermelha. Deste modo, verifica-se que a terceira farmacopeia oficial portuguesa ainda inclui um número considerável de fórmulas elaboradas com casca de quina, indiciando que o uso de preparações medicamentosas com quina ainda seria comum. Estes dados sugerem que a quinina não terá substituído rapidamente a quina na terapêutica. No entanto, o isolamento da quinina e o estudo da sua atividade terapêutica já tinha várias décadas, e a quinina tinha comprovado a sua atividade no tratamento das febres intermitentes. Para além disso, o uso de princípios ativos como a quinina permitia padronizar as doses administradas, condicionando resultados terapêuticos mais previsíveis. Várias razões podem ter contribuído para a manutenção da quina como integrante de fórmulas medicamentosas. Uma delas é o preço elevado da quinina, referido por Agostinho Albano da Silveira Pinto nas primeiras quatro edições do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*⁷⁰⁸. Por outro lado, a possível desconfiança face a um novo produto na terapêutica, mesmo que proveniente de uma droga reconhecida como a casca de quina, pode igualmente ter contribuído para a manutenção do uso direto da casca de quina em medicamentos.

Tabela 8 - Tipos de quina utilizados na preparação dos medicamentos com quina da *Pharmacopêa portuguesa (1876)*

Tipo de quina a utilizar ⁷⁰⁹	N.º de medicamentos
Cinzenta	12
Amarela	10
Vermelha	1

⁷⁰⁸ PINTO – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* ou *Tratado de Pharmaconomia* (1835), p. 225-226; PINTO – *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, ou *Tratado de Pharmaconomia* (1836a), p. 451; PINTO – *Codigo pharmaceutico lusitano*, ou *tratado de pharmaconomia* (1841), p. 579; PINTO – *Codigo pharmaceutico lusitano*, ou *Tratado de pharmaconomia* (1846), p. 528.

⁷⁰⁹ Há vários medicamentos que se considerou utilizarem quina cinzenta por terem como ingredientes outras fórmulas que são preparadas com quina cinzenta; e medicamentos que se considerou utilizarem quina amarela por terem como ingredientes fórmulas que se preparam com quina amarela: *Agua de cal, composta* - contém *Cozimento de quina cinzenta*; *Extracto de quina molle* - contém *Extracto de quina cinzenta, alcoolico*; *Vinho de quina ferruginoso* - contém *Vinho de quina cinzenta*; *Vinho de quinio* - contém *Quinio* em pó, que por sua vez é preparado, segundo a *Pharmacopêa Portuguesa* (1876), com quina amarela e quina cinzenta; *Xarope de quina ferruginoso* - contém *Extracto de quina cinzenta, alcoolico*; *Pilulas de aloes e quina* - contém *Extracto de quina, molle*, preparado com *Extracto de quina cinzenta, alcoolico*; e *Xarope de quina* - contém *Extracto de quina*, preparado com quina amarela.

Estão também presentes 9 medicamentos com quinina (1,12 %) e 2 com cinchonina (cinchonina e sulfato de cinchonina, perfazendo 0,25 %). Os medicamentos com quinina incluem 7 sais de quinina: sulfato de quinina, brometo de quinina, cloreto de quinina, citrato de ferro e de quinina, citrato de quinina, tanato de quinina e valerato de quinina. Esta farmacopeia apresenta já fórmulas químicas para esses sais. A lista completa de medicamentos com quinina é a seguinte:

Quadro 6 - Designação dos medicamentos com quinina na Pharmacopêa portuguesa (1876)

Medicamentos com quinina na <i>Pharmacopêa portuguesa</i> (1876)
“BROMHYDRATO DE QUININA. <i>Brometum quinanicum</i> . BROMETO DE QUININA” ⁷¹⁰
“CHLORHYDRATO DE QUININA. <i>Chloretum quinanicum</i> . CHLORETO DE QUININA. HYDROCHLORATO DE QUININA” ⁷¹¹
“CITRATO DE FERRO E DE QUININA. <i>Citras ferricus quinanicus</i> ” ⁷¹²
“CITRATO DE QUININA. <i>Citras quinanicus</i> ” ⁷¹³
“SULFATO DE QUININA. <i>Sulfas quinanicus</i> . SULFATO NEUTRO DE QUININA. SAL ANTI-PERIODICO. SAL ANTI-FEBRIL. SAL FEBRIFUGO” ⁷¹⁴
“TANNATO DE QUININA. <i>Tannas quinanicus</i> . TANNATO NEUTRO DE QUININA” ⁷¹⁵
“VALERATO DE QUININA. <i>Valeras quinanicus</i> . VALERIANATO DE QUININA” ⁷¹⁶
“TINCTURA DE SULFATO DE QUININA. <i>Tinctura Sulfatis quinanicus</i> . ALCOOLITO DE SULFATO DE QUININA. ALCOOLEO DE SULFATO DE QUININA” ⁷¹⁷
“QUININA. <i>Quininum</i> ” ⁷¹⁸

Esta farmacopeia apresenta um teste de identificação para a quinina: “Dissolvida no soluto de chloro e ajuntando-lhe ligeiro excesso de ammonia, adquire côr verde-esmeralda”⁷¹⁹.

A *Pharmacopêa Portuguesa* também não contém indicações terapêuticas para os medicamentos ou para as drogas de origem natural apresentadas. No entanto algumas denominações alternativas dos medicamentos são indicativas da sua atividade. Tal é o caso do sulfato de quinina, cujos sinónimos são “Sal anti-periodico”, “Sal anti-febri” e “Sal febrifugo”⁷²⁰ sugerindo a sua utilidade como febrífugo.

No que respeita aos medicamentos com outras drogas americanas ou seus derivados, a distribuição dos medicamentos é a seguinte: há 7 medicamentos à base de ipecacuanha; 6

⁷¹⁰ GOMES [et al.] – *Pharmacopêa portuguesa* ...p. 79.

⁷¹¹ *Ibidem*, p. 120.

⁷¹² *Ibidem*, p. 126.

⁷¹³ *Ibidem*, p. 127.

⁷¹⁴ *Ibidem*, p. 396.

⁷¹⁵ *Ibidem*, p. 403.

⁷¹⁶ *Ibidem*, p. 441.

⁷¹⁷ *Ibidem*, p. 432.

⁷¹⁸ *Ibidem*, p. 350.

⁷¹⁹ *Ibidem*.

⁷²⁰ *Ibidem*, p. 396.

medicamentos com bálsamo de Tolú; o guaiaco, a jalapa e a salsaparrilha são utilizados em 5 medicamentos; a terebintina copaíba (anteriormente denominada como bálsamo de copaíba), a nicociana, e a ratânia são incluídas em 3 medicamentos; o bálsamo do Perú, a elemi, a quássia, o cacau (uma fórmula preparada com cacau torrado e outra com sementes de cacau), o sassafras e a serpentária são utilizados em 2 medicamentos; e a cainça, a lobélia, a monésia, o *Podophyllum peltatum*, a sénéga, e a tuia são utilizados em 1 medicamento cada. São também incluídas 6 fórmulas preparadas com chocolate comum, derivado do cacau; 3 medicamentos com veratrina (derivado da cevadilha); e 2 medicamentos com beberina (substância obtida a partir do beberu).

Na terceira farmacopeia oficial portuguesa há 5 medicamentos que contêm mais do que uma droga americana (2 deles com quina): “Chocolate de Baunilha”⁷²¹ (chocolate, baunilha); “Cozimento de Quina Composto”⁷²² (quina, serpentária); “Cozimento de Salsaparrilha Composto”⁷²³ (salsaparrilha, guaiaco, sassafras); “Mistura de Copahiba”⁷²⁴ (terebintina copaíba, bálsamo de Tolú); e “Tintura de Quina, Composta”⁷²⁵ (quina, serpentária). A associação da serpentária com a quina em medicamentos está presente desde a primeira farmacopeia oficial.

⁷²¹ Ibidem, p. 121.

⁷²² Ibidem, p. 138.

⁷²³ Ibidem, p. 139.

⁷²⁴ Ibidem, p. 273.

⁷²⁵ Ibidem, p. 430.

Tabela 9 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da Pharmacopêa Portuguesa (1876)

Pharmacopêa Portuguesa (1876)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	325
		Nº de monografias de drogas americanas	52
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	164
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	79
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	30
		Nº de monografias com quina	1
		% monografias com drogas americanas	16 %
		% de monografias com quina	0,31 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	3
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	21
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		804
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		93
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		11,57 %
	Nº de medicamentos com quina		21
	% de medicamentos com quina		2,61 %
	Nº de medicamentos com quinina		9
	% de medicamentos com quinina		1,12 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		2
% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,25 %	

3.2.1.8. *Farmacopeia Portuguesa IV (1935)*

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

Nesta farmacopeia há 171 monografias de drogas de origem vegetal (30 de origem americana; 71 drogas europeias e da bacia do Mediterrâneo; 51 drogas africanas, asiáticas ou oceânicas; e 19 drogas de origem múltipla ou desconhecida), 12 drogas de origem animal e 2 de origem mineral/química. Na *Farmacopeia Portuguesa IV*, tal como na *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876, na monografia de cada droga consta a sua origem geográfica.

À semelhança da *Pharmacopêa Portuguesa* (1876) há apenas uma monografia da quina. Nesta monografia indica-se que as quineiras são cultivadas “na Índia e nas colónias holandesas do oriente”⁷²⁶. Há dois “tipos” de quina nesta monografia: a quina amarela, também chamada “quina calisaia” ou “quina real”, “Proveniente da **Cinchona Calisaya** WEDDEL, árvore da Bolívia e da província de Carabaia, no Peru”⁷²⁷; e a quina vermelha ou “QUINA DO CHIMBORAZO”, “Proveniente da **Cinchona succirubra** PAVON, árvore do Chimborazo, na Nova Granada”⁷²⁸. Verifica-se assim que a chamada quina cinzenta já não consta na quarta farmacopeia oficial portuguesa. Para cada “tipo” de quina (amarela e vermelha) é indicada uma percentagem mínima de alcaloides totais e de quinina. A quina amarela deveria ter um teor de quinina superior ao da quina vermelha (mínimo de 2 por cento para a quina amarela e mínimo de 1,5 por cento para a quina vermelha). A monografia da quina contém ainda um método de doseamento dos alcaloides totais e de doseamento da quinina (ao passo que a *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876 tinha apenas um método de doseamento para a quinina). O método de doseamento da quinina é diferente do indicado na *Pharmacopêa Portuguesa*.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Há 100 medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas nesta farmacopeia (Apêndices, Lista 8). A droga americana presente em maior número de medicamentos continua a ser a quina (10, correspondendo a 1,37 % dos medicamentos). Segue-se a ipecacuanha (6); o bálsamo de Tolú (5); a coca, a hamamélia, a jalapa, a lobélia, a ratânia e a sénéga (3); o bálsamo peruviano, a baunilha, a cáscara sagrada, o hidraste, a quilaia, a salsaparrilha, e o sassafráz (2); e por fim o cacau, a *Andira araroba*, o boldo, o *Chenopodium ambrosioides*, o condurango, a grindélia, o jaborandi, o podofilo, e o viburno, presentes em 1 medicamento cada.

⁷²⁶ FONSECA [et al.] – *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1935), p. 433.

⁷²⁷ *Ibidem*.

⁷²⁸ *Ibidem*.

Os medicamentos com quina presentes nesta farmacopeia são os seguintes:

Quadro 7 - Medicamentos com quina na Farmacopeia Portuguesa IV (1935)

Medicamentos com quina na <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935)
“COZIMENTO DE QUINA” ⁷²⁹
“EXTRACTO DE QUINA” ⁷³⁰
“EXTRACTO FLUIDO DE QUINA” ⁷³¹
“PÍLULAS DE ALOÉS E QUINA” ⁷³²
“TINTURA DE QUINA” ⁷³³
“VINHO DE GENCIANA, COMPOSTO” ⁷³⁴
“VINHO DE QUINA” ⁷³⁵
“VINHO DE QUINA, COMPOSTO” ⁷³⁶
“XAROPE DE QUINA FERRUGINOSO” ⁷³⁷
“XAROPE DE QUINA VINOSO” ⁷³⁸

Na monografia da quina também se assinala que, quando não é referido um tipo específico de quina, se deveria usar a quina amarela⁷³⁹. Deste modo, presume-se que todos os medicamentos com quina elencados nesta farmacopeia deveriam ser preparados com quina amarela, uma vez que, nas fórmulas apresentadas, ou se indica o uso da quina amarela ou de um tipo não especificado de quina. Esta recomendação indicia que a quina proveniente da espécie *Cinchona calisaya* (a chamada quina amarela) era reconhecida como a melhor quina para a preparação de medicamentos.

Tabela 10 - Tipos de quina utilizados na preparação dos medicamentos com quina da Farmacopeia Portuguesa IV (1935)

Tipo de quina a utilizar	N.º total de medicamentos
Amarela	6
Não especificado ⁷⁴⁰	4

⁷²⁹ Ibidem, p. 189.

⁷³⁰ Ibidem, p. 247.

⁷³¹ Ibidem, p. 254.

⁷³² Ibidem, p. 406.

⁷³³ Ibidem, p. 547.

⁷³⁴ Ibidem, p. 567.

⁷³⁵ Ibidem, p. 568.

⁷³⁶ Ibidem.

⁷³⁷ Ibidem, p. 580.

⁷³⁸ Ibidem.

⁷³⁹ Ibidem, p. 434.

⁷⁴⁰ Segundo a monografia da quina, não havendo uma indicação específica, deve usar-se a quina amarela.

No que concerne à presença de alcaloides da quina, nesta farmacopeia a quinina consta em 17 medicamentos (2 deles injetáveis), perfazendo 2,34 % dos medicamentos da farmacopeia; e a quinidina está presente num medicamento, o sulfato de quinidina (0,14 %). Os medicamentos com quinina são os seguintes:

Quadro 8 - Medicamentos com quinina na Farmacopeia Portuguesa IV (1935)

Medicamentos com quinina na <i>Farmacopeia Portuguesa IV</i> (1935)
“BROMIDRATO BÁSICO DE QUININA” ⁷⁴¹
“BROMIDRATO NEUTRO DE QUININA” ⁷⁴²
“CARBONATO DE QUININA” ⁷⁴³
“CLORIDRATO BÁSICO DE QUININA” ⁷⁴⁴
“CLORIDRATO NEUTRO DE QUININA” ⁷⁴⁵
“CLORIDRATO DE QUININA E UREIA” ⁷⁴⁶
“CLORIDROSSULFATO DE QUININA” ⁷⁴⁷
“ETILOCARBONATO DE QUININA” ⁷⁴⁸
“FORMIATO DE QUININA” ⁷⁴⁹
“HIDRATO DE QUININA” ⁷⁵⁰
“IODOBISMUTATO DE QUININA” ⁷⁵¹
“SOLUTO ALCOÓLICO DE SULFATO BÁSICO DE QUININA” ⁷⁵²
“SOLUTO INJECTÁVEL DE CLORIDRATO BÁSICO DE QUININA” ⁷⁵³
“SULFATO BÁSICO DE QUININA” ⁷⁵⁴
“SULFATO NEUTRO DE QUININA” ⁷⁵⁵
“SUSPENSÃO DE IODOBISMUTATO DE QUININA, INJECTÁVEL” ⁷⁵⁶
“VALERATO DE QUININA” ⁷⁵⁷

⁷⁴¹ Ibidem, p. 101.

⁷⁴² Ibidem, p. 103.

⁷⁴³ Ibidem, p. 123.

⁷⁴⁴ Ibidem, p. 165.

⁷⁴⁵ Ibidem, p. 171.

⁷⁴⁶ Ibidem, p. 173.

⁷⁴⁷ Ibidem, p. 174.

⁷⁴⁸ Ibidem, p. 234.

⁷⁴⁹ Ibidem, p. 264.

⁷⁵⁰ Ibidem, p. 298.

⁷⁵¹ Ibidem, p. 317.

⁷⁵² Ibidem, p. 460.

⁷⁵³ Ibidem, p. 476.

⁷⁵⁴ Ibidem, p. 496.

⁷⁵⁵ Ibidem, p. 504.

⁷⁵⁶ Ibidem, p. 515.

⁷⁵⁷ Ibidem, p. 559.

O sulfato básico de quinina (sinónimo de sulfato de quinina) é também designado sal antiperiódico⁷⁵⁸.

Podemos verificar que a quinidina surge na farmacopeia oficial portuguesa apenas em 1935, sob a forma de um sal, o sulfato de quinidina, embora já tivesse sido isolada em 1833 (por Henry e Delondre⁷⁵⁹). No entanto, não existe uma monografia própria dedicada ao princípio ativo quinidina. O mesmo ocorre para a quinina, que não tem uma monografia isolada, sendo apenas referida na monografia da quina, onde se indica como dosear a quinina no “pó da quina”⁷⁶⁰.

O número de medicamentos com quinina aumenta quase para o dobro relativamente à anterior farmacopeia (de 9 para 17), bem como a percentagem de medicamentos com quinina (de 1,12 % para 2,34 %), o que pode indiciar a importância crescente da quinina na terapêutica. Por outro lado, ainda são apresentados 10 medicamentos preparados diretamente com quina, evidenciando que as preparações com quina ainda seriam utilizadas na terapêutica em Portugal.

Na *Farmacopeia Portuguesa IV* há também um reagente preparado com cloridrato de quinina (o “Solutio de iodeto de potássio e de quinina”) e também se refere que o cloridrato de quinina pode ser usado como reagente.

O “RELATÓRIO” que consta no início desta farmacopeia, elaborado pela comissão responsável pela obra, destaca ainda que era “certo e sabido que a quinina é o mais importante e o mais precioso medicamento que se extrai da *Quina*”⁷⁶¹.

Constam também nesta quarta farmacopeia oficial portuguesa vários medicamentos com outras substâncias derivadas de drogas americanas: 3 medicamentos com derivados do cacau (supositórios de beladona, supositórios de óleo de cacau⁷⁶² e teobromina⁷⁶³); 3 medicamentos derivados da cevadilha (com veratrina); 3 medicamentos com alcaloides existentes no estramónio (sulfato de atropina, bromidrato de escopolamina e soluto injetável de bromidrato de escopolamina); 3 medicamentos com guaiacol, substância existente na resina de guaiacol (guaiacol; carbonato de guaiacol, e fosfato de guaiacol); 2 medicamentos com substâncias derivadas da coca (cocaína e cloridrato de cocaína); 2 medicamentos com cloridrato de emetina⁷⁶⁴;

⁷⁵⁸ FONSECA [et al.] – *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1935), p. 496.

⁷⁵⁹ HENRY; DELONDRE, A. – Sur une nouvelle substance alcaloïde découverte dans le quina jaune. **Journal de Pharmacie et des sciences accessoires**. 19:11 (1833) 623–625; HENRY, Ossian; DELONDRE, A. – NOTE Sur une matière cristalline isolée d’un des produits de la préparation en grand du sulfate de quinine, et désignée d’abord sous le nom de quinidine. **Journal de Pharmacie et des sciences accessoires**. 20:3 (1834) 157–162.

⁷⁶⁰ FONSECA [et al.] – *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1935), p. 434.

⁷⁶¹ RELATÓRIO. In FONSECA [et al.] – *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1935), p. XI.

⁷⁶² Os supositórios de beladona e os supositórios de óleo de cacau são preparados com óleo ou manteiga de cacau.

⁷⁶³ NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 5429, Theobromine** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/5429>>.

⁷⁶⁴ A emetina pode ser obtida a partir da ipecacuanha - NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 10219, Emetine** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/10219>>.

2 medicamentos com substâncias derivadas do jaborandi (azotato de pilocarpina e cloridrato de pilocarpina); um medicamento com lobelina (que pode ser obtida a partir da lobélia⁷⁶⁵); e a vanilina (presente na baunilha).

Na *Farmacopeia Portuguesa IV* já não existem associações de drogas americanas no mesmo medicamento. Não obstante persistem ainda fórmulas com outras drogas associadas à quina, designadamente a genciana (nos medicamentos “VINHO DE GENCIANA, COMPOSTO” e “VINHO DE QUINA, COMPOSTO”).

⁷⁶⁵ NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 101616, Lobeline** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/101616>>.

Tabela 11 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da Farmacopeia Portuguesa IV (1935)

Farmacopeia Portuguesa IV (1935)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	171
		Nº de monografias de drogas americanas	30
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	71
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/ocêânicas	51
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	19
		Nº de monografias com quina	1
		% monografias com drogas americanas	17,54 %
		% de monografias com quina	0,58 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	2
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	12
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		728
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		100
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		13,74 %
	Nº de medicamentos com quina		10
	% de medicamentos com quina		1,37 %
	Nº de medicamentos com quinina		17
	% de medicamentos com quinina		2,34 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		1
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,14 %

3.2.1.9. *Farmacopeia Portuguesa IV* (2ª Edição revista - 1946) e *Suplemento à Quarta Edição da Farmacopeia* (1961)

Os dados que se seguem dizem respeito à junção das monografias de drogas e de medicamentos que constam na segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1946) e no *Suplemento à Quarta Edição da Farmacopeia* (1961).

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

As monografias de drogas de origem vegetal mantêm-se num total de 171, com 30 drogas de origem americana, 71 drogas europeias e da bacia do Mediterrâneo, 51 drogas africanas, asiáticas e oceânicas, e 19 de origem múltipla ou desconhecida. Mantém-se também o número de drogas de origem animal (12) e mineral/química (2).

Face à edição de 1935, a monografia da quina contém informação adicional sobre os locais de cultivo das quineiras, indicando que as quineiras se cultivavam: “na Ilha de S. Tomé, na Índia e principalmente nas colónias holandesas do Oriente”⁷⁶⁶. O método de doseamento da quinina é diferente do apresentado na edição de 1935, mas o método de doseamento dos alcaloides totais na quina mantêm-se⁷⁶⁷. A indicação para usar preferentemente a quina amarela “quando não houver indicação especial” também consta nesta edição⁷⁶⁸.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Na segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1946) e no seu suplemento de 1961, os medicamentos com drogas americanas e seus derivados perfazem um total de 103 (Apêndices, Lista 9).

Constam 10 medicamentos com quina, os mesmos da primeira edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935), o que corresponde a 1,20 % dos medicamentos.

Há 3 medicamentos novos com substâncias derivadas de drogas americanas. Há dois medicamentos adicionais com quinina face à edição de 1935 – os comprimidos de sulfato de quinina (monografia presente no suplemento de 1961); e a “Totaquina”, uma preparação que contém uma mistura de alcaloides da quina, com um teor mínimo de 15 por cento de quinina⁷⁶⁹ – e um medicamento adicional com escopolamina, alcaloide existente no estramónio. Os

⁷⁶⁶ FONSECA [et al.] - *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1946), p. 454.

⁷⁶⁷ *Ibidem*, p. 455-456.

⁷⁶⁸ *Ibidem*, p. 456.

⁷⁶⁹ Embora a totaquina seja uma mistura de alcaloides (contendo outros alcaloides da casca de quina para além da quinina), optou-se por considerá-la um medicamento com quinina uma vez que na sua monografia se indica que a totaquina deve conter um teor mínimo de quinina (15%) (FONSECA [et al.] - *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1946), p. 582).

medicamentos com quinina perfazem assim um total de 19 (2,29 %). Há também um medicamento com outro alcaloide da quina, o sulfato de quinidina (0,12 %). Na monografia da totaquina refere-se como calcular a percentagem dos quatro alcaloides cristalizáveis da quina: quinina, quinidina, cinchonidina e cinchonina.

São também indicados os nomes comerciais de dois medicamentos com quinina: o carbonato de quinina (nome comercial Aristoquina) e o etilcarbonato de quinina (nome comercial Euquinina). Estes nomes comerciais não eram mencionados na *Farmacopeia Portuguesa IV* de 1935 embora os 2 sais já tivessem uma monografia. O sulfato de quinina mantém a designação alternativa de sal antiperiódico.

No que concerne aos outros medicamentos com drogas americanas e às substâncias delas derivadas, estes são iguais aos da 1ª edição da *Farmacopeia Portuguesa IV*, publicada em 1935.

No Suplemento à Quarta Edição são corrigidas 3 monografias ligadas à quina: *Etilcarbonato de quinina*; *Sulfato básico de quinina*; e *Sulfato de quinidina*. As correções dizem respeito à temperatura de fusão no caso do etilcarbonato de quinina e do sulfato de quinidina. No caso do sulfato básico de quinina faz-se a reformulação de uma frase relativa ao doseamento daquele sal.

No suplemento consta também uma “Lista das doses usuais e máximas, para adultos, elaborada pela Organização Mundial de Saúde e publicada na Farmacopeia Internacional” e uma “Lista das doses usuais diárias para crianças, elaborada pela Organização Mundial de Saúde e publicada na Farmacopeia Internacional” onde são referidas as doses de cloridrato de quinina, sulfato de quinidina e sulfato de quinina.

Tabela 12 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da 2ª edição da Farmacopeia Portuguesa IV (1946) e do seu suplemento (1961)

Farmacopeia Portuguesa IV, 2ª edição (1946) e suplemento (1961)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	171
		Nº de monografias de drogas americanas	30
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	71
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	51
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	19
		Nº de monografias com quina	1
		% monografias com drogas americanas	17,54 %
		% de monografias com quina	0,58 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	2
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	12
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		830
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		103
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		12,41 %
	Nº de medicamentos com quina		10
	% de medicamentos com quina		1,20 %
	Nº de medicamentos com quinina		19
	% de medicamentos com quinina		2,29 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		1
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,12 %

3.2.1.10. *Farmacopeia Portuguesa V (1986-1996) e Memento terapêutico (1995)*

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

A *Farmacopeia Portuguesa V* inclui um total de 36 monografias de drogas de origem vegetal. Oito são de origem americana (casca de quina, raiz de ratânia, cáscara sagrada, raiz de ipecacuanha, raiz de polígala, bálsamo do Perú, folhas de hamamélia, e folhas de estramônio), 4 europeias e da bacia do Mediterrâneo, 7 africanas, asiáticas e oceânicas, e 17 de origem múltipla ou desconhecida. Não estão presentes quaisquer drogas de origem mineral/química ou de origem animal.

Esta farmacopeia apresenta uma monografia da droga americana “Quina, casca”. Nesta monografia, já não há uma distinção entre variedades/tipos de quina através da sua cor. Na secção introdutória explica-se em que consiste a quina

“A quina é constituída pela casca seca de *Cinchona pubescens* Vahl (Sin. *Cinchona succirubra* Pavon) ou das suas variedades ou dos seus híbridos. Contém, no mínimo, 6,5 por cento de alcalóides totais, dos quais 30 por cento, no mínimo, e 60 por cento, no máximo, são constituídos por alcalóides do tipo da quinina”

Depois indicam-se as características macroscópicas e microscópicas que a quina deveria apresentar, e os ensaios a realizar para garantir a identidade da quina (ensaios de identificação).

De seguida apresenta-se o método de doseamento do teor em alcaloides totais (teor por cento em alcaloides do tipo da quinina e teor por cento em alcaloides do tipo da cinchonina) e do teor relativo de alcaloides do tipo quinina.

Seguem-se os conselhos de conservação e os reagentes a utilizar na avaliação da quina. A primeira versão da monografia da casca de quina surge no Tomo III, Parte 2 da *Farmacopeia Portuguesa V*. A monografia foi posteriormente atualizada no Tomo IX, Parte 2.

Note-se que nos tomos correspondentes a esta farmacopeia (publicados ao longo de vários anos) há várias monografias de drogas americanas que foram sendo atualizadas.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Nesta farmacopeia há 21 medicamentos com drogas americanas, ou produtos delas derivados (Apêndices, Lista 10).

Já não há quaisquer preparações que utilizem a quina diretamente.

Há 3 medicamentos com quinina (cloridrato de quinina, sulfato de quinina e comprimidos de quinina), o que corresponde a 0,28 % dos medicamentos; e 1 com quinidina (sulfato de quinidina), o que equivale a 0,09% dos medicamentos.

As monografias do cloridrato de quinina e do sulfato de quinina constam do Tomo I, Parte II desta farmacopeia. Incluem a fórmula química e a massa molecular relativa destas substâncias e as seguintes secções: características, identificação, ensaio, doseamento e conservação. A monografia do sulfato de quinidina surge no Tomo II da Parte 2 desta farmacopeia. Contém os mesmos campos de informação que a monografia do cloridrato de quinina e do sulfato de quinina. Os comprimidos de quinina constam no Tomo V, Parte 2. As secções incluídas são a identificação, ensaio, doseamento e conservação.

Estão também presentes outras substâncias obtidas a partir de drogas americanas tais como 2 medicamentos com emetina, obtida a partir da ipecacuanha (cloridrato de emetina pentahidratado e cloridrato de emetina hepta-hidratado); um medicamento com cocaína (cloridrato de cocaína); a vanilina; a teobromina; três substâncias ativas com alcaloides existentes no estramónio; ou 2 medicamentos com pilocarpina, obtida a partir do jaborandi (nitrato de pilocarpina e cloridrato de pilocarpina). Refira-se também a inclusão de duas preparações farmacêuticas com ipecacuanha (pó titulado de ipecacuanha e xarope de ipecacuanha) e de uma preparação com estramónio (pó titulado de estramónio).

A secção dos reagentes da farmacopeia inclui também referências a produtos derivados de drogas americanas: cinchonidina, cinchonina, dicloridrato de emetina, resina de guaiaco, guaiacol, óleo de milho, quinidina, quinina, cloridrato de quinina, sulfato de quinina, e vanilina⁷⁷⁰.

Nesta farmacopeia também não constam indicações terapêuticas das drogas ou dos medicamentos.

Memento Terapêutico (1995)

O *Memento Terapêutico* contém informações sobre os usos terapêuticos, mecanismos de ação, posologia, vias de administração, “cuidados específicos de utilização” (momento ideal para a administração relativamente às refeições, duração do tratamento, etc.), toxicidade/efeitos adversos e interações medicamentosas de vários fármacos.

No *Memento Terapêutico* há 3 entradas relacionadas com a quina: hidroquinidina (cloridrato), um derivado da quinidina usado como antiarrítmico⁷⁷¹; quinidina (sulfato, bissulfato e poligalacturonato), também antiarrítmico⁷⁷²; e quinina (sulfato), substância antimalárica utilizada na profilaxia e terapêutica da malária por *P. falciparum* (vias de administração: oral e intravenosa)⁷⁷³.

⁷⁷⁰ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I (1986); COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VII (1991).

⁷⁷¹ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V... *Memento Terapêutico*... (1995b), p. 262.

⁷⁷² *Ibidem*, p. 483-484.

⁷⁷³ *Ibidem*, p. 484-485.

A obra tem um total de 553 entradas. Assim, a percentagem de medicamentos com quinina é de 0,18% e a percentagem total de medicamentos com alcaloides da quina ou seus derivados é de 0,54%. O *Memento Terapêutico* inclui também outras entradas relacionadas com drogas americanas.

Tabela 13 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da Farmacopeia Portuguesa V (1987-1996)

Farmacopeia Portuguesa V (1987-1996)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	36
		Nº de monografias de drogas americanas	8
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	4
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	7
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	17
		Nº de monografias com quina	1
		% monografias com drogas americanas	22,22 %
		% de monografias com quina	2,78 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		1063
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		21
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		1,98 %
	Nº de medicamentos com quina		0
	% de medicamentos com quina		0 %
	Nº de medicamentos com quinina		3
	% de medicamentos com quinina		0,28 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		1
% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,09 %	

3.2.1.11. *Farmacopeia Portuguesa VI* (1997), Suplementos (1998, 1999, 2000, 2001) e *Memento terapêutico 2ª Edição* (1998)

Os dados apresentados em seguida correspondem à junção das monografias presentes na *Farmacopeia Portuguesa VI* (1997) e nos seus Suplementos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

Drogas de origem vegetal, animal, e mineral/química

Na *Farmacopeia Portuguesa VI* há 82 drogas de origem vegetal: 46 de origem múltipla ou desconhecida; 10 europeias e da bacia do Mediterrâneo; 17 africanas, asiáticas e oceânicas; e 9 de origem americana. Tal como na *Farmacopeia Portuguesa V* não estão presentes drogas de origem animal ou de origem mineral/química.

Esta farmacopeia contém uma monografia da casca de quina. A monografia da droga “Quina, casca”⁷⁷⁴ contém 6 secções distintas: definição; características; identificação (indica como se pode garantir que a amostra corresponde efetivamente à casca de quina); ensaio (assinala quais os ensaios a que a amostra de casca de quina deve ser submetida: *elementos estranhos; cinzas totais; cinzas insolúveis no ácido clorídrico*); doseamento (onde se enuncia como calcular o “teor por cento em alcalóides do tipo da quinina”, “teor por cento em alcalóides do tipo da cinchonina”, “teor em alcalóides totais”, e “teor relativo em alcalóides do tipo da quinina”); e conservação⁷⁷⁵.

Medicamentos com quina, quinina, e outras drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas

Há 25 medicamentos com drogas americanas, ou produtos delas derivados nesta farmacopeia (Apêndices, Lista 11).

Tal como na farmacopeia oficial portuguesa anterior não há medicamentos com quina na *Farmacopeia Portuguesa VI*.

São 3 os medicamentos com quinina (0,20 %) constantes nesta farmacopeia: cloridrato de quinina, comprimidos de quinina e sulfato de quinina.

Está também presente um medicamento com quinidina, o sulfato de quinidina (0,07 %).

Estas 4 entradas relacionadas com a quina (*cloridrato de quinina, comprimidos de quinina, sulfato de quinina, e sulfato de quinidina*), bem como a monografia da droga “Quina, casca”, constam do volume principal da *Farmacopeia Portuguesa VI*, editado em 1997. No

⁷⁷⁴ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – *Farmacopeia Portuguesa VI*: edição oficial, p. 1380.

⁷⁷⁵ *Ibidem*, p. 1381.

entanto, as monografias do cloridrato de quinina, sulfato de quinidina e sulfato de quinina foram atualizadas nos Suplementos de 1998 e 1999.

Na monografia dos comprimidos de quinina constam 5 campos de informação: definição, identificação, ensaio (*uniformidade de massa; dissolução*), doseamento e conservação.

Na monografia mais atualizada do cloridrato de quinina (versão presente no Suplemento de 1999) indica-se a fórmula química e a massa molecular relativa (M_r) desta substância, e incluem-se as seguintes secções: definição, características, identificação (através de cromatografia em camada fina), ensaio (solução S, aspeto da solução; pH; poder rotatório específico, outros alcaloides da quina, sulfatos, bário, perda por secagem, cinzas sulfúricas), doseamento, conservação e impurezas. As versões de 1997 e 1998 da monografia do cloridrato de quinina não contêm a secção relativa às impurezas.

Quanto à monografia do sulfato de quinina, esta contém também a fórmula química, a massa molecular relativa da substância e as mesmas secções (definição, características, identificação, ensaio, doseamento, conservação e impurezas). No entanto, no que concerne ao campo “Ensaio” não se efetuam os testes relativos aos sulfatos e ao bário. A secção sobre as impurezas também só surge na versão de 1999 desta monografia.

Relativamente à monografia do sulfato de quinidina esta apresenta também as mesmas secções (definição, características, identificação, ensaio, doseamento, conservação e impurezas) e indica a fórmula química e a massa molecular relativa da substância. No que respeita à secção “Ensaio” também não se efetuam os testes de sulfatos e bário, mas realiza-se um ensaio específico relativo à presença do elemento químico Boro (que surge nas versões de 1998 e 1999 desta monografia). A secção das impurezas surge também apenas na última versão da monografia, presente no Suplemento de 1999.

Há um medicamento novo com ipecacuanha face à edição anterior (a tintura titulada de ipecacuanha), perfazendo um total de 3 medicamentos com ipecacuanha, para além dos medicamentos com emetina que já estavam presentes na *Farmacopeia Portuguesa V* (cloridrato de emetina hepta-hidratado e cloridrato de emetina penta-hidratado). Os outros medicamentos novos derivados de drogas americanas face à *Farmacopeia Portuguesa V* são a nicotina, o óleo de milho refinado, o óleo de amendoim hidrogenado, e o óleo de girassol refinado. O pó titulado de estramónio foi suprimido na *Farmacopeia Portuguesa VI*.

Nesta farmacopeia também são incluídos vários reagentes derivados da quina ou de outras drogas americanas, como a cinchonidina, a cinchonina, o dicloridrato de emetina, a resina de guaiaco, o guaiacol, o óleo de milho, a quinidina, o sulfato de quinidina, a quinina, o cloridrato de quinina, o sulfato de quinina, óleo de tornassol e vanilina⁷⁷⁶. O sulfato de quinidina e o óleo de tornassol não estavam incluídos na *Farmacopeia Portuguesa V*.

⁷⁷⁶ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial (1997), p. 189, 201, 212, 224, 237, 238, 251, 253; COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento (1998a), p. 74-75, 87, 99, 100, 112, 127, 141, 144.

Memento Terapêutico (1998)

Na 2ª edição do *Memento Terapêutico* (1998) estão também presentes 3 entradas relacionadas com a quina: hidroquinidina (cloridrato); quinidina (sulfato, bissulfato e poligalacturonato); e quinina (sulfato ou cloridrato). As indicações terapêuticas mantêm-se. Os fármacos hidroquinidina (cloridrato) e quinidina (sulfato, bissulfato e poligalacturonato) eram recomendados como antiarrítmicos⁷⁷⁷; e o fármaco quinina (sulfato ou cloridrato) era recomendado como antimalárico (terapêutica e prevenção da malária por *Plasmodium falciparum*)⁷⁷⁸. Considerando que o *Memento Terapêutico* tem um total de 1766 entradas, verifica-se que a percentagem de medicamentos com quinina é de 0,06% e que a percentagem total de medicamentos com alcaloides da quina ou seus derivados é de 0,17%. Esta segunda edição do *Memento Terapêutico* tem também outras entradas relativas a drogas americanas.

⁷⁷⁷ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento** (1998b), p. 279, p. 502-503.

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p. 503-504.

Tabela 14 - Tabela-resumo das drogas de origem natural e dos medicamentos da Farmacopeia Portuguesa VI (1997-2001)

Farmacopeia Portuguesa VI (1997-2001)			
Drogas de origem natural	Drogas de origem vegetal	Nº total de monografias	82
		Nº de monografias de drogas americanas	9
		Nº de monografias de drogas europeias e da bacia do mediterrâneo	10
		Nº de monografias de drogas africanas/asiáticas/oceânicas	17
		Nº de monografias de drogas de origem múltipla ou desconhecida	46
		Nº de monografias com quina	1
		% monografias com drogas americanas	10,98 %
		% de monografias com quina	1,22 %
	Drogas de origem mineral/química	Nº total de monografias	0
	Drogas de origem animal	Nº total de monografias	0
Medicamentos	Nº de total de medicamentos		1520
	Nº de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		25
	% de medicamentos com drogas americanas ou substâncias derivadas de drogas americanas		1,64 %
	Nº de medicamentos com quina		0
	% de medicamentos com quina		0 %
	Nº de medicamentos com quinina		3
	% de medicamentos com quinina		0,20 %
	Nº de medicamentos com outros alcaloides da quina		1
	% de medicamentos com outros alcaloides da quina		0,07 %

Através desta análise das farmacopeias oficiais portuguesas publicadas entre 1794 e 2001, verificam-se oscilações nas quantidades e percentagens dos medicamentos com quina e quinina nas diversas farmacopeias (**Gráfico 1**):

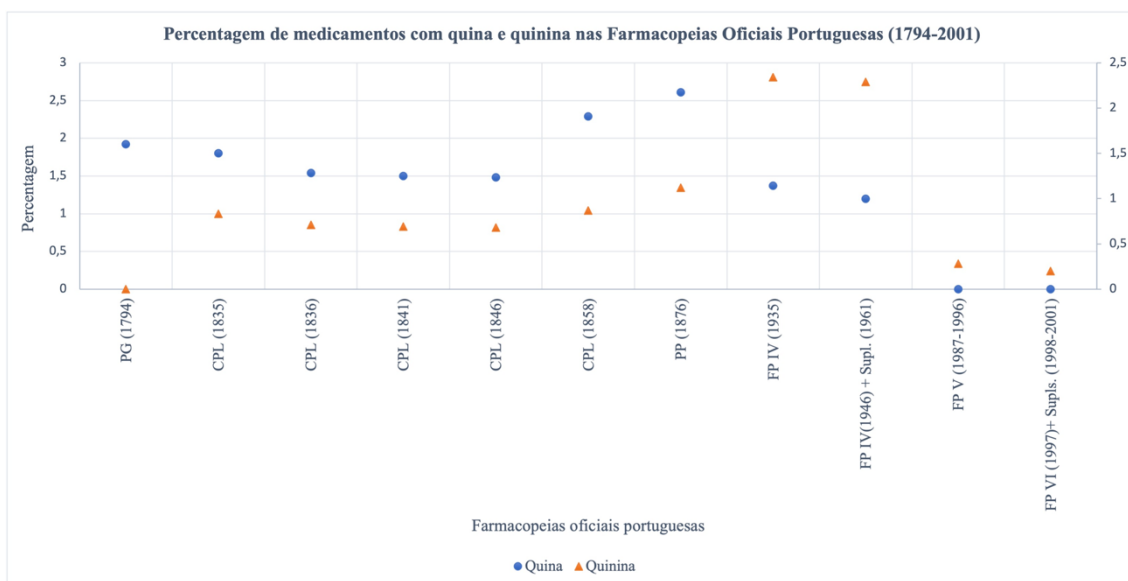


Gráfico 1 - Percentagem de medicamentos com quina e quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas (1794-2001).

Abreviaturas: PG – *Pharmacopeia Geral*; CPL – *Código Pharmaceutico Lusitano*; PP – *Pharmacopêa Portuguesa*; FP IV – *Farmacopeia Portuguesa IV*; FP V – *Farmacopeia Portuguesa V*; FP VI – *Farmacopeia Portuguesa VI*; Supl. – *Suplemento*; Supls. – *Suplementos*. Este gráfico foi elaborado com base nos dados recolhidos na análise das farmacopeias oficiais portuguesas publicadas entre 1794 e 2001.

Na primeira farmacopeia oficial portuguesa (publicada em 1794) não estão presentes medicamentos com quinina (princípio ativo que apenas foi isolado em 1820), e há 6 medicamentos preparados com casca de quina. Nas duas últimas farmacopeias oficiais portuguesas analisadas (*Farmacopeia Portuguesa V* e *Farmacopeia Portuguesa VI*) existem 3 medicamentos com quinina e já não estão presentes quaisquer medicamentos preparados diretamente com casca de quina. Na *Farmacopeia Portuguesa V* e na *Farmacopeia Portuguesa VI* a casca de quina consta apenas enquanto droga de origem vegetal. No entanto, a farmacopeia oficial portuguesa publicada em 1946 (a 2ª edição da quarta farmacopeia oficial portuguesa) ainda incluía 10 medicamentos com casca de quina. Tal indicia que ainda se preparavam fórmulas com casca de quina nas farmácias e/ou hospitais, o que justificaria a sua inclusão na farmacopeia oficial portuguesa.

A análise demonstrou que a farmacopeia oficial portuguesa com maior percentagem de medicamentos com quina é a *Pharmacopêa Portuguesa* (2,61%), com um total de 21 medicamentos preparados com casca de quina. A *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935) é a farmacopeia oficial com maior percentagem de medicamentos com quinina (2,34%).

Os medicamentos com quina estão presentes desde a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral* (1794) – até à *Farmacopeia Portuguesa IV* (1946). Os medicamentos com quinina estão presentes desde a primeira edição da segunda farmacopeia oficial portuguesa, o *Código Pharmaceutico Lusitano* (1835).

Nas primeiras 4 edições do *Código Pharmaceutico Lusitano* constam apenas 6 medicamentos com quinina. O número absoluto de medicamentos com quinina flutuou ao longo das seguintes farmacopeias oficiais portuguesas, atingindo o número absoluto máximo de 19 medicamentos com quinina na segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1946). Nas duas últimas farmacopeias oficiais portuguesas há um decréscimo tanto do número absoluto como da percentagem de medicamentos com quinina, constando apenas 3 medicamentos com quinina.

A cinchonina surge pela primeira vez em farmacopeias oficiais portuguesas no *Código Pharmaceutico Lusitano* de 1835, mantendo-se no rol dos medicamentos até à quarta edição do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1846). Não há monografia da cinchonina na quinta edição do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1858), mas esta volta a surgir na terceira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopêa Portuguesa* de 1876), a par do sulfato de cinchonina. Na *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935, 1946 e suplemento de 1961) não há monografia da cinchonina, não estando presentes medicamentos com cinchonina. Na *Farmacopeia Portuguesa V* e na *Farmacopeia Portuguesa VI* a cinchonina consta apenas na secção dos reagentes.

Outro alcaloide da casca de quina usado na terapêutica, a quinidina (aplicada como antiarrítmico), foi isolado em 1833, mas apenas surge na farmacopeia oficial portuguesa publicada em 1935, sob a forma do sulfato de quinidina. As farmacopeias oficiais portuguesas que se seguiram (a segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV*, a *Farmacopeia Portuguesa V*, e a *Farmacopeia Portuguesa VI*) mantêm uma monografia do sulfato de quinidina, indicando a permanência em uso deste medicamento derivado da casca de quina.

A cinchonidina, outro alcaloide da quina, é referida pela primeira vez na edição de 1946 da *Farmacopeia Portuguesa IV*, na monografia do medicamento intitulado *Totaquina*, especificamente na parte relativa ao doseamento dos alcaloides cristalizáveis. A cinchonidina está também presente na *Farmacopeia Portuguesa V* e na *Farmacopeia Portuguesa VI*, na secção dos reagentes.

De entre as farmacopeias oficiais portuguesas analisadas a única farmacopeia que tem indicações terapêuticas para alguns medicamentos é o *Código Pharmaceutico Lusitano*, nas suas primeiras 4 edições. Deste modo, é possível observar que os medicamentos com casca de quina eram indicados no tratamento das febres intermitentes, ou como tónicos. Os medicamentos com quinina também são recomendados no tratamento das febres intermitentes, bem como nas “hemorragias passivas”. Nas outras farmacopeias não encontramos indicações diretas sobre os usos terapêuticos dos medicamentos com casca de quina e com quinina. No entanto, na *Pharmacopeia Geral* (1794), no *Código Pharmaceutico Lusitano* de 1858, na *Pharmacopêa Portuguesa* e na *Farmacopeia Portuguesa IV* (tanto na edição de 1935 como na de 1946), o nome de alguns medicamentos sugere a sua utilização no tratamento da febre. Assim, na terceira e na quarta farmacopeia oficial portuguesa, o sulfato de quinina é também designado sal antiperiódico. Os mementos terapêuticos da *Farmacopeia Portuguesa V* e da *Farmacopeia Portuguesa VI* já indicam especificamente a atividade antimalárica da quinina.

Ao longo das farmacopeias analisadas, as monografias da quina e dos medicamentos com quinina vão-se tornando mais desenvolvidas, e surgem progressivamente mais parâmetros de qualidade a considerar. A primeira farmacopeia oficial portuguesa a referir percentagens mínimas de quinina na casca de quina é a *Pharmacopêa Portuguesa*, denotando uma necessidade crescente de determinações laboratoriais para garantir a qualidade dos medicamentos.

Desde a *Pharmacopeia Geral* (1794) até à *Pharmacopêa Portuguesa* (1876) a percentagem de medicamentos com casca de quina é superior à de medicamentos com quinina. Na *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935) os medicamentos com quinina passam a ter uma percentagem superior à dos medicamentos com casca de quina, tendência que se mantém até à *Farmacopeia Portuguesa VI*. Estes dados sugerem uma substituição progressiva da casca de quina pela quinina na terapêutica. Esta inversão da tendência observada nas farmacopeias oficiais anteriores indicia que, em 1935, a quinina já teria maior preponderância na terapêutica do que a quina. Adicionalmente, os dados da farmacopeia oficial portuguesa de 1935 indiciam que a quinina já estaria plenamente estabelecida como alcaloide preferencial da quina para a preparação de medicamentos.

Os resultados deste primeiro estudo quantitativo e qualitativo alargado da presença da casca de quina e da quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas mostram a importância da casca de quina e da quinina na terapêutica. A casca de quina está presente em todas as farmacopeias oficiais portuguesas analisadas (1794-2001), como droga de origem vegetal e/ou em diversos medicamentos. A quinina, por seu turno, está presente desde a segunda farmacopeia oficial portuguesa (1835). A casca de quina e a quinina apresentam assim uma notável longevidade enquanto agentes terapêuticos oficialmente reconhecidos.

Dado que as farmacopeias oficiais são obras aprovadas pelo Estado, que incluem os medicamentos autorizados para uso terapêutico, esta quantificação permite inferir sobre a importância teórica da casca de quina e da quinina na terapêutica medicamentosa em Portugal. Não obstante, é necessário considerar que os dados recolhidos nesta análise indicam apenas quais eram os medicamentos com quina, quinina, e outros alcaloides da quina, que estavam aprovados em Portugal no período estudado (1794-2001), e não a sua frequência efetiva de prescrição pelos médicos, ou o seu uso real por aconselhamento médico ou em automedicação. Deste modo, é possível que numa farmacopeia oficial esteja presente apenas um medicamento com casca de quina ou quinina, e que esse medicamento seja frequentemente prescrito e utilizado. Por outro lado, um medicamento pode estar aprovado e ser pouco utilizado na terapêutica. Ainda assim, um número superior de medicamentos com casca de quina e/ou quinina sugere uma maior relevância da casca de quina e da quinina na medicina e terapêutica. Para além disso, observa-se que as farmacopeias oficiais portuguesas tenderam a estar em vigor durante períodos muito alargados, permanecendo como documentos oficiais legalmente vinculativos quando já estavam muito desatualizadas. Consequentemente, é necessário analisar literatura médica e farmacêutica adicional, e, sobretudo, a prescrição e consumo efetivos da casca de quina e da quinina e dos

medicamentos preparados com estes produtos medicinais, para se alcançar uma ideia mais completa da sua relevância na terapêutica em Portugal.

3.2.2. A quina e a quinina nas Farmacopeias portuguesas não oficiais

Em Portugal, antes e depois da publicação da primeira farmacopeia oficial portuguesa, foram publicadas diversas farmacopeias não oficiais. A maioria destas farmacopeias não oficiais foram publicadas antes do isolamento da cinchonina (1810) e da quinina (1820). Apesar do seu carácter não oficial, estas farmacopeias refletem também a visão dos seus autores acerca da atividade e indicações terapêuticas da quina e da quinina. Por outro lado, o número de farmacopeias não oficiais é bastante superior ao das farmacopeias oficiais, fornecendo muitos pontos de análise adicionais para a nossa investigação dos usos terapêuticos da quina e da quinina. O objetivo desta secção é identificar as virtudes e indicações terapêuticas da quina e da quinina, e apresentar e quantificar as fórmulas medicamentosas com quina, quinina, ou com os derivados de ambas e as suas respetivas indicações terapêuticas propostas nas farmacopeias não oficiais. Tal contribuirá para elucidar as patologias e sintomas para os quais a quina, a quinina e os medicamentos com quina, quinina e os seus derivados foram recomendados por autores portugueses, em obras publicadas em Portugal no período em que estas farmacopeias foram publicadas, e observar se estes sofreram alterações.

No período analisado por esta tese (séculos XVIII-XX) foram publicadas 15 farmacopeias não oficiais portuguesas diferentes (a primeira em 1704 e a última em 1876), algumas com vários tomos e/ou várias edições. A *Pharmacopea Lusitana*, da autoria do boticário e religioso D. Caetano de Santo Antonio, teve 4 edições (1704⁷⁷⁹, 1711⁷⁸⁰, 1725⁷⁸¹ e 1754⁷⁸²). A *Pharmacopea*

⁷⁷⁹ ANTONIO, D. Caetano de Santo – **Pharmacopea Lusitana Methodo Pratico de Preparar, & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais Offerecida a Sagrada, e Sempre Observante Congregaçãõ dos Conegos Regulares de Sancto Augustinho do Reyno de Portugal &c.** Coimbra : Impressãõ de Joam Antunes Mercador de livros, 1704.

⁷⁸⁰ ANTONIO, D. Caetano de Santo – **PHARMACOPEA LUSITANA REFORMADA METHODO PRATICO De preparar os Medicamentos na fórma Galenica, & Chimica. OFFERECIDA AO EXCELLENTISSIMO SENHOR THOME DE SOUSA COUTINHO MENEZES E CASTELBRANCO, CONDE DO REDONDO DO CONSELHO DE S. MAGESTADE, & Vedor da sua Casa, Senhor de Govea Riba Tamaga, & das Villas de Figueyró, Pedrogaõ Grande, Commendador da Ordem de Santiago, & da Mecejana da Ordem de Christo, Alcayde Mór de Villa-Viçoza, & de Mecejana, Padroeyro in solidum das Abbadias de S. Payo, de Rulhe, & de Santa Cezilia de Villaça, &c.** Lisboa : Impresso no Real Mosteyro de Saõ Vicente de Fóra, 1711.

⁷⁸¹ ANTONIO, D. Caetano de Santo – **Pharmacopea Lusitana Augmentada Methodo Pratico De preparar os Medicamentos na fórma Galenica, & Chimica.** Lisboa Occidental : Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

⁷⁸² ANTONIO, Caetano de Santo – **Pharmacopea Lusitana augmentada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fórma Galenica, e Chimica.** 4ª edição. Lisboa : Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Magestade Fidelissima, 1754.

bateana teve 2 edições (1713⁷⁸³, 1763⁷⁸⁴) ambas traduções da obra com o mesmo nome da autoria do médico inglês George Bate (1608–1669): a edição de 1713 foi traduzida por D. Caetano de Santo Antonio, e a edição de 1763 terá sido traduzida pelo boticário D. António dos Mártires⁷⁸⁵. A *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica*⁷⁸⁶ foi publicada em 1716 e teve como autor o droguista francês Jean Vigier (1662-1723). A *Pharmacopea tubalense chimico-galenica* teve 2 edições, ambas da autoria do boticário português natural de Setúbal, Manuel Rodrigues Coelho (1687?-1752?): a 1ª edição contém 3 partes (as duas primeiras publicadas em 1735⁷⁸⁷ e a 3ª parte

⁷⁸³ ANTONIO, D. Caetano de Santo – **PHARMACOPEA BATEANA NA QUAL SE CONTEM QUASI oytocentos medicamentos tirados da pratica de Jorge Bateo Protomedico de Carlos Segundo Rey de Inglaterra, escrita pela ordem Alphabetica, Traduzida de Latim em Portuguez, E OFFERECIDA AO REVERENDISSIMO PADRE D. JOSEPH DE S. JOAÕ** Prior do Real Mosteyro de Santa Cruz, & Prelado do seu izento, administrador dos Mosteyros de S. Martinho de Crasto, & de S. Maria de Moya, Geral de toda a Congregação dos Conegos Regulares de S. Agostinho no Reyno de Portugal, & Cancellario da Universidade de Coimbra, & c. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1713.

⁷⁸⁴ J.M.J. - *Farmacopea Bateana, augmentada com os segredos Goddardianos de Jonathan Goddardo, Medico Celeberrimo Londinense, com o Appendix à mesma Farma de Thomás Fuller; e accrescentada Com um Additamento de várias Fórmas, ou Receitas, e composições de Joaõ Junchero, e Francisco Paulino Touquet, e de outros: Obra utilissima para o bem commum, escripta por ordem alfabetica; e dada à luz por hum professor da mesma Arte.* Pamplona : Herederos de Martinez, 1763.

⁷⁸⁵ PORTUGAL. Biblioteca Nacional - **Exposição de Obras Antigas e Revistas Portuguesas de Farmácia.** [Em linha]. Lisboa: B. N., 1972. [Consult. 14 set. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/203>>, p. 16.

⁷⁸⁶ VIGIER, Joam – **Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica, que contem os principios, diffiniçoens, e termos geraes de huma, & outra Pharmacia: & hum Lexicon universal dos termos Pharmaceuticos, com as preparaçoens Chymicas, & composiçoens Galenicas, de que se usa neste Reyno, & virtudes, & dosis dos medicamentos Chymicos. Hum tratado da eleycam, descripção, dosis, & virtudes dos purgantes vegetaes, & das drogas modernas de ambas as Indias, & Brasil. Hum vocabulario universal, latino, e Portuguez, de todas as drogas, animaes, vegetaes, & mineraes, assim modernas, como antigas. Offerecida ao Senhor Doutor Joam Bernardes de Moraes, Physico mór de Sua Magestade.** Lisboa : Officina de PASCOAL DA SYLVA, Impressor de S. Magestade, 1716.

⁷⁸⁷ COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea tubalense chimico-galenica, Parte Primeira. Em que se faz nam só huma reflexam physica sobre os principios dos mixtos, expondo depois a diffinição de ambas as Pharmacopeas, e as opperações, em que se dividem, com os objectos della inteiramente explicados. Mas tambem se mostra hum dicionario com muitas vozes, e termos de ambas as Pharmácias, e a explicação dos mais versados Synonomos, com que em diversos idiotismos se pedem os simplices medicinaes; e finaliza com a indagação dos tres Reynos Animal, Vegetal, e Mineral, com algumas objecções propostas, e decididas á cerca dos medicamentos deste tam dilatado Imperio.** Lisboa : Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735; COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense chimico-galenica, Parte Segunda. Que contem hum tratado das mais usuaes, e selectas composições, tanto dos Antigos, como dos Modernos, e ainda algumas, que por occultas senão vulgarizavaõ; com os Calculos dos medicamentos Purgantes, Narcoticos, e Mercuriaes, e tambem com as annotações precisas, e necessarias para a sua mais perfeita manipulaçãõ.** Lisboa : Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735.

publicada em 1751⁷⁸⁸), e a 2ª edição inclui duas partes, publicadas em 1760⁷⁸⁹. A *Pharmacopoeia contracta*⁷⁹⁰ foi publicada em 1749 pelo médico português Jacob de Castro Sarmento (1690-1762) importante produtor e divulgador da Água de Inglaterra, e por Phelipe de la Cour⁷⁹¹. A *Pharmacopea portuense*⁷⁹² publicada em 1766, é da autoria do cirurgião portuense António Rodrigues Portugal (1738-?). A *Pharmacopea Meadiana*⁷⁹³, publicada em 1768 também por António Rodrigues Portugal, é uma tradução e adaptação da obra homónima de Richard Mead (1673-1754). A *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*⁷⁹⁴ de 1772,

⁷⁸⁸ COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Terceira. Dividida em tres classes, Em a primeira se admira hum dictionario, para a inteligencia dos mais versados Synonomos da praxe Medica. Em a segunda se registra huma Colecção dos mais especiozos Arcanos, que o Doutor Ribeira descreveo em o grande numero de seus volumes, e outros de diversos practicos. Em a terceira se encontraõ innumeraveis Especificos para o Curativo seguro de diversos affectos, e hum discurso Physico sobre o uso da Quinna.** Lisboa : Officina de Jozé da Sylva da Natividade. Impressor das Serenissimas Cazas, e Estado de Bragança, e Infantado, e da Sagrada Religião de Malta, 1751.

⁷⁸⁹ COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Primeira. Em que se faz nam só huma reflexam physica sobre os principios dos mixtos, expondo depois a diffinição de ambas as Pharmacopêas, e as opperações, em que se dividem, com os objectos della inteiramente explicados. Mas tambem se mostra hum dicionario com muitas vozes, e termos de ambas as Pharmácias, e a explicação dos mais versados Synonomos, com que em diversos idiotismos se pedem os simples medicinaes; e finaliza com a indagação dos tres reynos Animal, Vegetal, e Mineral, com algumas objecções propostas, e decididas à cerca dos medicamentos deste tam dilatado Imperio.** Roma : Officina de Balio Geredini, 1760; COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Segunda. Que contem hum tratado das mais usuaes, e selectas composçoens, tanto dos Antigos, como dos Modernos, e ainda algumas, que por occultas senão vulgarizavaõ; com os Calculos dos medicamentos Purgantes, Narcoticos, e Mercuriaes, e tambem com as annotaçoes precisas, e necessarias para a sua mais perfeita manipulaçãõ.** Roma : Officina de Balio Geredini, 1760.

⁷⁹⁰ S[ARMENTO], J. DE C.; L., P. de– **Pharmacopoeia contracta; in usum Nosocomii ad Pauperes e gente LUSITANICA curandos nuper instituti.** Londini : [s.n.], 1749. Optámos, também, por incluir esta farmacopeia embora não tenha sido editada em Portugal e não seja totalmente escrita por um português.

⁷⁹¹ DIAS – A Água de Inglaterra... p. 29.

⁷⁹² PORTUGAL, António Rodrigues – **Pharmacopea Portuense, Em a qual se achão muitas das composçoens que estão mais em uzo, e se não achaõ nas nossas Pharmacopeas portuguezas, tiradas das pharmacopeas de Londres, de Edinburgo, de Pariz, de Fuller, da Medulla, e de outros varios Authores, que todas vaõ postas em ordem alfabetica para o seu mais accomodado, e prompto uzo. Que dedica, e consagra ao Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Senhor João de Almada, e Mello Do Conselho de S.M.F Tenente General dos seus Exercitos, Governador das Armas do Partido, e Cidade do Porto, Governador das Justiças, Prezidente da Marinha, e da Camara da mesma Cidade. &c. &c. &c.** Porto: Officina de Francisco Mendes Lima, 1766.

⁷⁹³ PORTUGAL, Antonio Rodrigues – **Pharmacopea Meadiana. Accomodada Com preceitos medicos do celebre Autor Ricardo Mead. Traduzida do latim, accrescentada, e emendada.** Porto : Offic. de Francisco Mendes Lima, 1768.

⁷⁹⁴ MARIA, João de Jesus – **Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica. Dividida em duas partes: na primeira se tracta das principaes partes e operaçoens da Pharmacologia Galenico-Chimica, com as mais particularizadas Composçoens Antigas, e Modernas, exaggeradas com as annotaçoes, e expurgaçoens do melhor Methodo: na segunda se daõ as necessarias noticias muito exactas dos usuaes Animaes, Mineraes, e Vegetaes, que ha, e pôde haver neste Reyno; tudo instruido de razões, e experimentos, chegados ao Moderno Século, e repartido em 5 Tractados dispersos em 2. Tomos com extenso numero de exquisitios remedios de reconhecido effeito manifestos. Obra utilissima Aqualquer Professor de Medicina, e particularmente precisa aos Pharmaceuticos. Dedicada ao nosso reverendissimo D. Abbade Geral de S. Bento, E mais Monges desta Congregaçãõ de Portugal, e Provincia do Brasil.** Tomo I. Porto : Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, 1772; MARIA, João de Jesus – **Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica. Segunda Parte. Das exactas**

composta de 2 tomos publicados e de um inédito, é da autoria do Frei João de Jesus Maria (1716-1795)⁷⁹⁵. A *Farmacopéa Lisbonense* teve duas edições (1785⁷⁹⁶ e 1802⁷⁹⁷); o seu autor foi o médico e prolífico divulgador científico Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829). A *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta* de 1791⁷⁹⁸, foi traduzida e adaptada por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, a partir da obra do mesmo nome, da autoria do *Royal Collegue of Physicians* de Londres. A *Pharmacopoea Chymica, Medica, e Cirurgica*, foi publicada em 1805⁷⁹⁹, pelo boticário António José de Sousa Pinto (1777-1853). A *Pharmacopoea Naval e Castrense* (1819)⁸⁰⁰ teve como autor o cirurgião português Jacinto da Costa, e está dividida em 2 tomos, ambos publicados em 1819. A *Pharmacopoea das Pharmacopoeas Nacionaes e Estrangeiras* está dividida em 2 tomos, o primeiro tomo publicado em 1833, e o segundo tomo publicado em 1834⁸⁰¹; o seu autor e compilador foi

noticias necessarias da Materia Medica Physico-Historico-Mechanica dos 3. Imperios Medicinaes Animal, Mineral, e Vegetal, com huma geral Idêa das Agoas Mineraes Medicadas, e uso da Agoa commua. Tomo II. Porto : Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, 1772.

⁷⁹⁵ O autor escreveu um terceiro tomo, que nunca foi publicado (embora tivesse sido autorizada a sua publicação) e que existe apenas na forma manuscrita. Uma vez que não foi publicado, este tomo não foi considerado na nossa análise.

⁷⁹⁶ PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de – **Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simples, preparações, e composições mais efficazes, e de maior uso.** Lisboa : Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1785.

⁷⁹⁷ PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de – **Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simples, preparações, e composições mais efficazes, e de maior uso.** Segunda impressão mais accrescentada, e corregida. Lisboa : Officina Patriarcal de Joaõ Procopio Correa da Silva, 1802.

⁷⁹⁸ PAIVA, Emmanuele Joachimo Henriquio de Paiva – **Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta.** Olisipone : ex Typograf. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.

⁷⁹⁹ PINTO, António José De Sousa – **Pharmacopoea Chymica, Medica, e Cirurgica, em que se expõem os remedios simples, e compostos, suas virtudes, preparação, doses, e molestias, a que são applicaveis. Dedicada ao muito alto e soberano Principe Regente D. João Nosso Senhor.** Lisboa : Impressão Regia, 1805.

⁸⁰⁰ COSTA, Jacinto da – **Pharmacopoea naval, e castrense. Offerecida ao illustrissimo senhor Fr. Custodio de Campos e Oliveira, Freire Conventual, e Commendador da Ordem de Christo, Cavaleiro da Nobilissima Ordem da Torre e Espada, Membro da Junta Chirurgica e Medica na Corte do Rio de Janeiro, Primeiro Chirurgião da Real Camara de Sua Magestade, com exercicio effectivo, Chirurgião Mór das Armadas e Exercito nos tres Reinos Unidos, Capitão de Mar e Guerra, e Coronel Graduado, etc. etc. etc. pelo seu delegado Jacinto da Costa, Primeiro Chirurgião do Hospital Militar da Marinha, e approved em Medicina Prática; Chirurgião do Numero da Armada Real, Examinador do Numero em Chirurgia Civil, e em Chirurgia, e Pharmacia Naval; Chirurgião Mór do Batalhão de Artilheria Nacional de Lisboa Occidental, etc.** Tomo I. Lisboa : Impressão Regia, 1819; COSTA, Jacinto da – **Pharmacopoea naval, e castrense. Offerecida ao illustrissimo senhor Fr. Custodio de Campos e Oliveira, Freire Conventual, e Commendador da Ordem de Christo, Cavaleiro da Nobilissima Ordem da Torre e Espada, Membro da Junta Chirurgica e Medica na Corte do Rio de Janeiro, Primeiro Chirurgião da Real Camara de Sua Magestade, com exercicio effectivo, Chirurgião Mór das Armadas e Exercito nos tres Reinos Unidos, Capitão de Mar e Guerra, e Coronel Graduado, etc. etc. etc. pelo seu delegado Jacinto da Costa, Primeiro Chirurgião do Hospital Militar da Marinha, e approved em Medicina Prática; Chirurgião do Numero da Armada Real, Examinador do Numero em Chirurgia Civil, e em Chirurgia, e Pharmacia Naval; Chirurgião Mór do Batalhão de Artilheria Nacional de Lisboa Occidental, etc.** Tomo II. Lisboa : Impressão Regia, 1819.

⁸⁰¹ CABRAL, B. J. O. T. – **Pharmacopoea das Pharmacopoeas Nacionaes e Estrangeiras, excepto a geral destes Reinos, citadas nos regimentos dos pharmaceuticos portuguezes de 1831 e de 1833: ou collecção de todas as formulas e processos dos medicamentos preparados conforme as pharmacopoeas Bateana, de Baumé, de Chevallier, de Dublin, d'Edimburgo, Franceza, de Fuller, Hespanhola,**

o bacharel B. J. O. T. Cabral. A *Pharmacopéa Lusitana Composta Pela Comissão creada por Decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II* teve como autores o Barão d'Almeida, o Conselheiro Francisco Soares Franco, o Doutor Kessler, Antonio José de Sousa Pinto, e Bento Antonio Alves, e foi publicada em 1841. A produção desta farmacopeia foi ordenada por D. Maria II, que nomeou esta comissão para o efeito a 5 de Outubro de 1838⁸⁰². Por último, refira-se a segunda edição póstuma do *Código Pharmaceutico Lusitano*, publicada em 1876, e editada pelo médico e professor jubilado da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, José Pereira Reis⁸⁰³.

Deste modo, após a publicação da primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* de 1794, ainda foram publicadas 6 farmacopeias não oficiais.

Herbipolitana, de Lewis, de Londres, Lusitana, de Palacios, de Parmentier, Suecica, de Swediaur, Tubalense, de Van Mons, de Virey, e Wittenbergica: conforme as Pharmacologias Chirurgicas, de Londres, e de Plenck: conforme os Dispensatorios d'Edimburgo, e de Fulda: conforme os Formularios Magistraes de Cadet, e de Magendie: e conforme Boerhaave, Bodard, Buglivio, Darwin, Goulard, Henry (filho) Rego, Thenard, Tissot, e Van-Swieten: e tambem Das Formulas e Processos dos Medicamentos, cujas Preparações os Regimentos sobreditos não citão em Pharmacopea alguma, nem se achão na Geral destes Reinos: incluidos outros Additamentos importantes, e a designação das Virtudes e Doses dos Medicamentos, autorisada com a citação dos Praticos mais acreditados. Acompanhada d'estampas e taboas muito uteis. Tomo I. Lisboa : Impressão Regia, 1833; CABRAL, B. J. O. T. – *Pharmacopea Das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras, Excepto a Geral Destes Reinos, Citadas Nos Regimentos Dos Pharmaceuticos Portuguezes de 1831, 1833, e 1834: Ou Collecção de Todas as Formulas e Processos Dos Medicamentos Preparados Conforme as pharmacopeas Bateana, de Baumé, de Chevallier, de Dublin, d'Edimburgo, Franceza, de Fuller, Hespanhola, Herbipolitana, de Lewis, de Londres, Lusitana, de Palacios, de Parmentier, Suecica, de Swediaur, Tubalense, de Van Mons, de Virey, e Wittenbergica: conforme as Pharmacologias Chirurgicas, de Londres, e de Plenck: conforme os Dispensatorios d'Edimburgo, e de Fulda: conforme os Formularios Magistraes de Cadet, e de Magendie: e conforme Boerhaave, Bodard, Baglivio, Darwin, Goulard, Henry (filho), Rego, Thenard, Tissot, e Van-Swieten: e tambem Das Formulas e Processos dos Medicamentos, cujas Preparações os Regimentos sobreditos não citão em Pharmacopéa alguma, nem se achão na Geral destes Reinos: incluidos outros Additamentos importantes, e a designação das Virtudes e Doses dos Medicamentos, autorisada com a citação dos Praticos mais acreditados. Acompanhada d'estampas e taboas muito uteis. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.*

⁸⁰² ALMEIDA; FRANCO, Francisco Soares; KESSELLER; PINTO, Antonio José de Sousa; ALVES, Bento Antonio – *Pharmacopéa Lusitana Composta Pela Comissão creada por Decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II. Em 5 de Outubro de 1838*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1841.

⁸⁰³ PINTO, Agostinho Albano da Silveira; REIS, José Pereira – *Código Pharmaceutico Lusitano* [Em linha]. 2.^a ed. posthuma. Porto : Casa de A. R. da Cruz Coutinho, Editor, 1876. [Consult. 11 Out. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://am.uc.pt/item/85423>>.

3.2.2.1. *Pharmacopea Lusitana* (1704)

A primeira farmacopeia não oficial portuguesa publicada no século XVIII saiu à luz em 1704, pela mão de D. Caetano de Santo Antonio (?-1730), pertencente à Congregação dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho do Reino de Portugal. À época, D. Caetano de Santo Antonio era boticário no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Como apontam Pita e Pereira (2012), esta foi a primeira farmacopeia portuguesa, tendo sido escrita em português e por um boticário⁸⁰⁴. Segundo Maximiano Lemos, foi também “a primeira obra que serviu de directorio ao ensino e á pratica pharmaceutica”⁸⁰⁵ e “é geralmente considerada pelos competentes como a par dos conhecimentos possuidos na época e como tendo concorrido poderosamente para levantar a cultura da profissão entre nós”⁸⁰⁶.

O autor justifica assim a elaboração da obra:

“(…) moveume a sair a publico com esta obra, a experiencia certa, & continuada, da pouca, ou nenhuma noticia que tem da lingua latina a mayor parte dos Praticantes, que aprendem a arte Pharmaceutica; & ver tambem que (ou seja por impericia do latim, ou por falta de cabedal) não comprão, nem uzão aquelles livros, por onde segura, & acertadamente podião dirigir-se, contentandose sò com os treslados manuscritos de hum methodo de obrar, a que elles chamão Pharmaca, nos quais vão incertos innumeraveis & intoleraveis erros, não sò nos simples de que se compoem os medicamentos, mas tambem nos pezos porque se livrão; (...) & sendo estas Pharmacas o peculio unico com que sahem da caza de seus Mestres, por ellas se governão, & preparão os medicamentos, não sem grande risco, & muitas vezes irreparavel dano dos enfermos a que se applicão. (...)”

Pera occurrer pois, quanto me he possivel a este publico, & universal perjuizo, resolvi sair a lux com esta Pharmacopea Lusitana (...) de que athe agora não quis tratar algum dos muitos, & insignes professores da arte Pharmaceutica, que em todos os seculos florecerão em Portugal (...) havendo Pharmacopeas escritas nas linguas Latina, Italiana, Franceza, Espanhola, Alemam, & Ingleza, injusto parecia faltar hum rezumo desta Arte escrito em o nosso nacional idioma a beneficio dos que aprendem, & ou totalmente ignorão, ou são pouco versados nas linguas Estrangeiras”⁸⁰⁷

Esta farmacopeia resulta da compilação de vários autores⁸⁰⁸, cujos nomes são indicados num índice. Foi-lhe outorgado um privilégio de 10 anos em que

⁸⁰⁴ PITA e PEREIRA – A arte farmacêutica no século XVIII...p. 244, 246.

⁸⁰⁵ LEMOS – Historia da medicina em Portugal...(Vol. 2, 1899), p. 184.

⁸⁰⁶ Ibidem, p. 184-185.

⁸⁰⁷ ANTONIO – Pharmacopea Lusitana... (1704), p. 1 e 2 do “PRÓLOGO AO LEITOR”, que não apresenta paginação.

⁸⁰⁸ “Confesso que tudo o que neste livro vai escrito he tirado de diferentes Autores; mas da sua multidão, & variedade, claramente se infere aminha curiosidade, & o meu estudo;” (Ibidem, p. 3 do Prólogo).

“nenhum Livreiro, ou outra qualquer pessoa, possa imprimir, vender, nem mandar vir de fora do Reyno o Livro de que se trata, nem parte algũa delle sem licença do dito Dom Caetano de Santo Antonio sobpena de perder todos os volumes que lhe forem achados para o dito Dom Caetano de Santo Antonio, & de pagar cincoenta cruzados”⁸⁰⁹

A obra é composta por 12 tratados numerados, acrescidos de um tratado de pesos e medidas. O segundo tratado contém 72 monografias rudimentares de drogas como o aloé, o ópio ou o mel, indicando algumas características morfológicas ou organoléticas que essas drogas deveriam possuir e, nalguns casos, a sua proveniência geográfica. Do terceiro ao décimo segundo tratado encontram-se as fórmulas e modo de preparação dos medicamentos.

Através da análise da obra verificámos que esta não contém qualquer monografia da quina. No que se refere a medicamentos preparados com quina (designada “chinachina” pelo autor), existe apenas um. Este medicamento, intitulado “AGOA FEBRIFUGA MAGISTRAL”⁸¹⁰ continha vários componentes para além da quina, como a raiz de genciana e o sene, perfazendo um total de 15 ingredientes. Aconselhava-se a sua administração no início e no fim “da sezão”, indicando que poderia ser preparado sem incluir o sene e que “temse visto desta agoa muito bons effeitos, & a poucos se dà que se lhe não vão as sezoens: sendo dada a tempo; uzase nesta Cidade, fasce em muitas boticas, mas esta receita he das melhores, & mais exprimentadas”⁸¹¹.

⁸⁰⁹ Ibidem, Privilegio (sem paginação).

⁸¹⁰ Ibidem, p. 81-82.

⁸¹¹ Ibidem, p. 82.

3.2.2.2. *Pharmacopea Lusitana* (1711)

À data da publicação desta nova edição, o autor havia mudado de cidade, afirmando-se já “Conego Regular de Santo Agostinho, Boticario do Real Mosteyro de S. Vicente de Fóra”, um mosteiro em Lisboa.

No prólogo da obra o autor esclarece porque decidiu fazer esta nova edição afirmando:

“me resolvi Censor de mim mesmo a reformar a minha *Pharmacopea Lusitana*, acrescentandolhe as receytas, & doutrinas modernas que tal vez não chegariaõ à tua noticia por impericia da intelligencia das diferentes linguas, em que os estrangeyros escrevêraõ, & com o desejo da utilidade publica me capacitey, para entender a lingua Franceza, & Italiana, valendome destes idiomas para utilizar os naturaes primeyro que os estranhos, dirigindo-se este desvelo a que a medicina Dogmatica (sem faltar ao methodo Galenico praticado felicissimamente no nosso clima) se aproveytasse dos remedios chimicos, que tem aprovado a experiencia com maravilhozos effeytos. (...)

Naõ he o meu intento escrever para os insignes Pharmaceuticos desta Corte, ã não sou taõ desvanecido, que entenda posso dar regras a quem póde ser a norma da Pharmacia, faço sim esta obra, para que os praticantes com mayor facilidade se instruaõ na arte, que aprendem, porque na falta dos livros precisamente necessarios acharaõ neste volume as receytas, que até o tempo presente estaõ em uzo, & para ã sem dispendio te aproveytasses dos livros que tratam *Ex professo* da Arte Spagirica, escrevo nesta *Pharmacopea* muytos remedios chimicos com o modo mais facil de os preparar, escrevendo tambem as virtudes, & doses, para ã com mais segurança se applicuem”⁸¹²

No prólogo explica também porque é que escreveu a obra em português, dizendo que se trata da mesma razão apresentada no prólogo na 1ª edição (isto é, a necessidade de existir uma farmacopeia escrita em português, o que facilitaria o acesso a informação fidedigna daqueles que não sabiam ou tinham pouco conhecimento de línguas estrangeiras). Justifica ainda o interesse de uma compilação das informações presentes em várias obras: “naõ digo doutrinas novas; porém tu has-de confessar que as escrevo com novidade no estilo, na ordem, & na clareza”⁸¹³.

Esta segunda edição tem uma estrutura semelhante à da edição de 1704, apresentando 12 tratados numerados, sendo que as fórmulas dos medicamentos se mantêm entre o terceiro e o décimo segundo tratado. Nesta edição não existem monografias individualizadas, mas apenas uma secção (“TRATADO Primeyro. DA DEFINIÇAM DOS MEDICAMENTOS, & sua eleyçaõ”)⁸¹⁴ que inclui considerações gerais acerca da escolha das drogas, as diferentes partes de plantas utilizadas nos medicamentos (flores, raízes, etc.) e métodos de preparação de medicamentos.

⁸¹² ANTONIO – *Pharmacopea Lusitana*... (1711), 1ª página do “PROLOGO AO LEYTOR”.

⁸¹³ *Ibidem*, 2ª página do “PROLOGO AO LEYTOR”.

⁸¹⁴ *Ibidem*, p. 1.

Na edição de 1711 continua a não existir uma monografia da quina, mas o número de medicamentos com quina na sua composição aumenta de 1 para 11. A “Agoa Febrifuga Magistral”⁸¹⁵, que já estava presente na primeira edição, mantém-se na edição de 1711. No entanto as indicações terapêuticas são mais específicas: “Serve pera sezoens, ou sejaõ terçans; ou quartans, ou estas venhaõ com frio, ou sem elle, da-se o primeyro copo no principio da sezam, & outro no fim, & se continua todos os dias até se acabar a cura, (...) & depois se guarda regimento, como o da agoa de Inglaterra”, afirmando que normalmente se tomava após quatro ou seis sangrias e que “se a cauza das sezoens estiver no estomago, se póde dar logo depois de huma purga, ou sem ella”. Acrescenta ainda considerações sobre a popularidade do medicamento, e sobre a disponibilidade dos doentes para a sua toma:

“Este remedio se uza muyto em Coimbra, Porto, & outras terras da Beyra, onde os doentes são menos melindrosos, que os desta Corte [de Lisboa], porque ha alguns, que querem antes ter sezoens toda a vida, que exprimẽtarem o amargo da Kina, poucas vezes se vé esta agoa mal sucedida dando-se a tempo, & com cautella”⁸¹⁶

As outras fórmulas com quina são a “Agoa Antipleuritica”⁸¹⁷ (que continha o “Bezoartico contra febres”⁸¹⁸, composto com quina), medicamento que era considerado pelo autor como um “remedio admiravel pera os Pleurizes”⁸¹⁹; o “Cozimento pera ajudas antefebri”⁸²⁰, também recomendado para as sezões, e que o autor sublinhava ter “muyto bom effeyto” sobretudo em crianças que não conseguiam “tomar remedios amargos pela boca”, afirmando que este medicamento era muito usado em Lisboa e que algumas pessoas só “se livram do achaque” após o uso deste medicamento, precedido de “evacuaçoens universais”⁸²¹; o “Xarope de KinaKina”⁸²² que era “muyto febrifugo” e recomendado na “cura de todas as febres intermitentes”⁸²³; o “Extracto antifebril”⁸²⁴, “admiravel remedio nas febres terçãs, quartãs intermitentes, & continuas” e que devia ser administrado no início da sezão ou “hũa hora antes do frio”⁸²⁵; o “Extracto de KinaKina”⁸²⁶ que deveria ser tomado “no principio da cezão, & se continua o tempo necessario” e a “tintura da KinaKina”⁸²⁷, com a mesma atividade terapêutica que o extrato de quina, sendo recomendados “para todas as febres intermitentes terçãs, & quartãs”⁸²⁸; os “Pôs febris

⁸¹⁵ Ibidem, p. 35.

⁸¹⁶ Ibidem.

⁸¹⁷ Ibidem, p. 37.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 38.

⁸¹⁹ Ibidem.

⁸²⁰ Ibidem, p. 84.

⁸²¹ Ibidem.

⁸²² Ibidem, p. 154-155.

⁸²³ Ibidem, p. 155.

⁸²⁴ Ibidem, p. 267.

⁸²⁵ Ibidem.

⁸²⁶ Ibidem, p. 269.

⁸²⁷ Ibidem.

⁸²⁸ Ibidem.

Tartariados”⁸²⁹ recomendados para “todas as febres terças, ou quartãs ainda que sejam inveteradas” e a partir dos quais se podiam fazer “Pirolas”⁸³⁰; os “Pôs ante febris Magistrals”⁸³¹, que o autor também indicava para “a cura das sezões, ou sejam terças, ou quartãs (...) depois das evacuações universaes (...) antes da sezão, & (...) no fim em agua de Cardo santo, ou de Chicorea, sendo o doente esquentado”, utilizados por alguns médicos da Corte “com muyto bom successo” e que, caso o doente se incomodasse com o sabor amargo da quina, se podiam utilizar para fazer “Pirolas”⁸³²; os “Pôs Febrifugos Antimonias”⁸³³, recomendados “para todas as febres intermitentes”⁸³⁴; e o “*Bezoartico contra febres, ou Bezoartico diaphoretico*”⁸³⁵ indicado para “todas as febres malignas, Bexigas, Sarampões, & nas doenças, em que ha ancias, & palpitações do coração, & (...) tambem excellente contra veneno”⁸³⁶.

A leitura desta farmacopeia também nos permite concluir que alguns doentes com episódios febris não tinham condições económicas para comprar certos medicamentos com quina. O autor refere, a propósito do “Cozimento Antefebril para pera pobres”⁸³⁷, que os doentes podiam recorrer a este medicamento caso não tivessem dinheiro para pagar a “*agoa Lusitana do Doutor Curvo, nem da de Inglaterra de Fernão Mendes da Costa*”⁸³⁸.

⁸²⁹ Ibidem, p. 331.

⁸³⁰ Ibidem.

⁸³¹ Ibidem, p. 332.

⁸³² Ibidem.

⁸³³ Ibidem.

⁸³⁴ Ibidem.

⁸³⁵ Ibidem, p. 333-334.

⁸³⁶ Ibidem, p. 334.

⁸³⁷ Ibidem, p. 83.

⁸³⁸ Ibidem.

3.2.2.3. *Pharmacopea Bateana* (1713)

A *Pharmacopea Bateana*, publicada em 1713, foi a segunda farmacopeia não oficial publicada no século XVIII em Portugal. Trata-se de uma tradução de uma obra com o mesmo nome, publicada originalmente em latim. Esta tradução portuguesa foi efetuada por D. Caetano de Santo Antonio, que no frontispício da obra se declarava “Conego Regular de S. Agostinho, da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, Boticario do Real Mosteyro de S. Vicente da Cidade de Lisboa, & c.”⁸³⁹. Tal como indica o seu título completo, esta farmacopeia contém apenas fórmulas de preparação de cerca de 800 medicamentos (organizados alfabeticamente), e que tinham sido supostamente utilizados na prática clínica de George Bate (1609-1669), médico de Charles II de Inglaterra (1630-1685) e *fellow* da Royal Society⁸⁴⁰. Não existe assim nenhuma secção dedicada à matéria médica ou a operações farmacêuticas. A obra inclui ainda um “INDEX DOS ACHAQUES, & enfermidades para que servem os remedios conteudos nesta Pharmacopea”⁸⁴¹.

A razão para a tradução é enunciada por D. Caetano de Santo Antonio: ao ler esta farmacopeia vinda de Inglaterra, tinha encontrado

“taõ excellentes receytas, q̃ as communiquey a alguns sapientissimos Professores assim da Medicina, como da Pharmaceutica, os quaes me pediraõ as mandasse imprimir: & como a Pharmacopea he escrita em Latim com tantos breves, caracteres, & nomes exquisitos, (...) me resolvi em fazer a traduçaõ em idioma patrio, porque se a mandasse imprimir em Latim, nada fazia de novo, nem utilizava tanto aos naturaes, a quem desejo servir: acrescentey o que se vê notado com estrella, & se eu a tiver de que não me calunies, prosequirey em trabalhar quanto me for possivel por te dar outra obra, que te sirva de muyta utilidade”⁸⁴²

Na secção das licenças da obra, especificamente na licença do Paço, o físico-mor e médico da Câmara Real, D. João Bernardes de Moraes, indica que o autor da tradução tinha acrescentado “com diligencia sua o uso dos mesmos remedios, que faltava no original” salientando a “utilidade das noticias, de que carecem os que ignoraõ a Latinidade”⁸⁴³ constantes nesta farmacopeia.

Nesta farmacopeia não há monografias de quaisquer drogas, não contendo, portanto, monografia da quina.

⁸³⁹ ANTONIO – *Pharmacopea Bateana*... (1713), frontispício.

⁸⁴⁰ ROYAL COLLEGE OF PHYSICIANS – **George Bate** [Em linha]. London: RCP Museum, 2019. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://history.rcplondon.ac.uk/inspiring-physicians/george-bate>>.

⁸⁴¹ ANTONIO – *Pharmacopea Bateana*... (1713), p. 297-310.

⁸⁴² *Ibidem*, primeira e segunda páginas do “PROLOGO A QUEM LER”.

⁸⁴³ *Ibidem*, “LICENÇAS”.

No que concerne a fórmulas de medicamentos com quina, esta farmacopeia possui duas, o “Extractum Febrifugum”⁸⁴⁴ e o “Pulvis Febrifugus certus”⁸⁴⁵. O “Extractum Febrifugum” (em que a quina é designada *KinaKina* na lista dos ingredientes) é recomendado como febrífugo, e o “Pulvis Febrifugus certus” (no qual a quina é referida na secção dos ingredientes como *Especifico vegetavel*) era recomendado para as febres quartãs. Desta forma, encontra-se nesta farmacopeia uma aplicação terapêutica da quina bastante mais restrita do que veremos alguns anos mais tarde noutras farmacopeias.

⁸⁴⁴ Ibidem, p. 107.

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 200.

3.2.2.4. *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica* (1716)

A *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica* é da autoria do droguista francês Jean Vigier. Foi publicada em 1716, e dedicada ao físico-mor da época, João Bernardes de Moraes. Segundo Dias e Pita (1994), esta farmacopeia foi a primeira obra publicada em português a abordar de forma detalhada as operações necessárias à preparação de medicamentos químicos⁸⁴⁶.

No prólogo o autor afirma que tinha “tomado por doce ocio, dar tempo à lição dos escritos, principalmente Medicos, & Pharmaceuticos; occupandome continuamente a dar provimento de todos os simplices, & chymicas aos Boticarios de todo este Lusitano Reyno”⁸⁴⁷, utilizando diversos livros médicos e naturalistas, especialmente os escritos em francês, para a produção desta obra. Segundo o autor, a publicação da *Pharmacopea Ulyssiponense* visava não a sua glória, mas o

“aproveytamento ao menos de alguns praticantes, em os quaes (que para estes escrevo, & não para os Mestres) supponho melhor cabedal de methodo Pharmaceutico, & de experiencias dispensatorias dos remedios, que para a saude dos enfermos està quotidianamente pedindo por repetidas receytas a Faculdade Apollinea, com o incansavel exercicio curatorio dos doutissimos Medicos desta Lisbonense Curia”⁸⁴⁸.

Esta obra é composta por cinco partes diferentes. Na primeira constam 6 capítulos: “Diffiniçoens da Pharmacia”, “De como obraõ os medicamentos”, “Da eleyçaõ, preparaçaõ, & mistura dos medicamentos”, “Das composiçoens internas” (onde o autor explica em que consistem as várias formas farmacêuticas destinadas ao uso interno), “Dos remedios exteriores” (com explicações sobre os medicamentos de uso externo), e “Lexicon Pharmaceutico” (com vários termos referentes à farmácia e o seu respetivo significado). A segunda parte inclui 2 capítulos: “Das preparaçoens simplices” (onde indica como preparar vários medicamentos simplices) e “Das formulas, & preparaçoens compostas” (com as fórmulas, modo de preparação e virtudes de vários medicamentos compostos). Na terceira parte constam 12 capítulos, cada um relativo a um tipo de preparação farmacêutica (pós, xaropes, águas destiladas, etc.) com várias fórmulas para a preparação de medicamentos destinados ao uso interno. Na quarta parte, com 4 capítulos, constam fórmulas para a preparação de medicamentos para uso externo. A quinta parte inclui: alguns medicamentos químicos dos mais usados na corte portuguesa; a “Explicação dos mais communs caracteres Chymicos”⁸⁴⁹; o “Tratado geral das virtudes dos remedios Chymicos,

⁸⁴⁶ DIAS e PITA – L’influence de la pharmacie et de la chimie françaises...p. 87.

⁸⁴⁷ VIGIER – *Pharmacopea Ulyssiponense*... (1716), primeira página do prólogo (páginas não numeradas).

⁸⁴⁸ *Ibidem*, terceira página do prólogo (páginas não numeradas).

⁸⁴⁹ *Ibidem*, p. 294.

as dosis, ou quantidades, que se pódem dar segundo N. L’Emeric⁸⁵⁰; a “Descripçam, virtudes, e dosis dos remedios purgantes símplices”⁸⁵¹; o “Tratado das virtudes, e descripçoens de diversas plantas, & partes de animaes do Brasil, & das mais partes da America, ou India Occidental, de algumas do Oriente descubertas no ultimo seculo; tiradas de *Guilherme Pison, Monardo, Clusius, Acosta, & de outros*”⁸⁵²; o “Indice dos Medicamentos simplices, & compostos, que se contém neste livro”⁸⁵³; “Insignium, et rariorum plantarum semina, ex insulis americanis recenter allata”⁸⁵⁴; e, por último, o “Vocabulario Universal, Latino, e Portuguez de todos os nomes dos simplices, assim dos antigos, como dos que ultimamente se descobriraõ na India Oriental, & Occidental, ou Brasil”⁸⁵⁵.

Nesta farmacopeia consta uma monografia da quina, sob o título “*KinaKina, cortex Peruviana*”, em que se indica que a quina corresponde à casca de uma árvore designada “quinaquina” proveniente do Peru, concretamente da “Provincia de Quitto, sobre os montes perto da Cidade de Loxa”⁸⁵⁶. Referem-se também as características morfológicas da árvore da quina “he do feytio de huma cereijeyra, as folhas redondas dentiladas, a flor comprida quasi vermelha, segue se huma casca, ou fava, que contém huma amendoa chata, branca, cuberta de uma pelle delgada” e que a “quinaquina deve ser compacta, cor avermelhada, de gosto amargoso”⁸⁵⁷. Na monografia indica-se que há uma espécie cultivada e outra bravia, sendo a cultivada melhor, e que os espanhóis chamavam à quina “palo de calenturas, ou cascarilha”⁸⁵⁸. Quanto às virtudes terapêuticas, o autor indica que a quina “Cura as febres intermitentes”⁸⁵⁹, podendo ser usada em pó, ou em infusões em vinho ou noutros licores.

Quanto aos medicamentos com quina, constam três nesta farmacopeia: o “Vinho febrifugo, ou agua de Inglaterra”, recomendado para o tratamento das febres intermitentes “depois das evacuaçoens geraes”⁸⁶⁰; o “Xarope de Quinaquina”⁸⁶¹, também indicado para as febres intermitentes; e o “Extracto de quinaquina”⁸⁶². Nesta farmacopeia consta ainda a informação de que a quina e várias preparações suas (extrato de quina, sal de quina, “Tintura de quinaquina feyta com vinho, & agua”, “Tintura de quinaquina feyta com o espirito de vinho”, e “Ros folis febrifugo”) eram recomendadas especificamente nas febres quartãs⁸⁶³ e para as febres terças e terças “dobres”⁸⁶⁴. A tintura de quina feita com vinho também é aconselhada “*Contra vapores*,

⁸⁵⁰ Ibidem, p. 335.

⁸⁵¹ Ibidem, p. 367.

⁸⁵² Ibidem, p. 391.

⁸⁵³ Ibidem, p. 447.

⁸⁵⁴ Ibidem, p. 467.

⁸⁵⁵ Ibidem, p. 1 (esta secção tem uma numeração própria).

⁸⁵⁶ Ibidem, p. 424.

⁸⁵⁷ Ibidem.

⁸⁵⁸ Ibidem.

⁸⁵⁹ Ibidem.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 124.

⁸⁶¹ Ibidem, p. 153.

⁸⁶² Ibidem, p. 324.

⁸⁶³ Ibidem, p. 352.

⁸⁶⁴ Ibidem, p. 353.

ou flatos, & palpitaçoens”⁸⁶⁵. Verifica-se assim que nesta farmacopeia a quina era recomendada no tratamento de febres intermitentes, e especificamente nas febres terçãs e quartãs.

Ao contrário da primeira e da segunda edição da *Pharmacopea Lusitana*, a *Pharmacopea Ulyssiponense* já possui uma monografia da quina. No que respeita à atividade terapêutica da quina, Vigier apenas a aconselha no tratamento das febres intermitentes (que incluíam as febres terçãs e quartãs).

⁸⁶⁵ Ibidem, p. 360.

3.2.2.5. *Pharmacopea Lusitana* (1725)

A terceira edição da *Pharmacopea Lusitana* foi publicada em 1725, na Officina de Francisco Xavier de Andrade. O seu autor foi novamente D. Caetano de Santo Antonio, cónego regular de Santo Agostinho, e administrador da Botica do Real Convento de S. Vicente de Fóra em Lisboa.

A razão para a publicação da obra é, segundo o autor, a mesma das edições anteriores, indicando que escrevia na língua “vulgar” porque a maior parte dos praticantes de farmácia ainda não conheciam a língua latina. Afirma que a farmacopeia fora “Augmentada em todos os tratados” e que teria sido útil, uma vez que se tinham gasto as primeiras duas edições e “com instancia me pedem os curiosos, & praticantes a dita Pharmacopea”⁸⁶⁶. Indica que através desta obra os praticantes de farmácia “terão em que estudem, para que assim saybaõ, o que haõ de responder quando no fim da pratica forem examinados”⁸⁶⁷.

A obra contém também 12 tratados numerados, e inclui uma novidade face às edições anteriores de 1704 e 1711: a inclusão de um “Lexicon Pharmaceutico”⁸⁶⁸ e de um “INDEX dos Achaques”⁸⁶⁹. No primeiro tratado (“Da Diffinição dos Medicamentos, & sua eleyção”⁸⁷⁰) encontramos as monografias de várias drogas, com indicação da sua atividade terapêutica, proveniência geográfica, características morfológicas e organoléticas a observar na sua seleção, e dose a administrar. No segundo tratado, com pesos, medidas e “nomes, pelos quaes varias vezes se pedem muytas Medicinas”⁸⁷¹ o leitor veria “com novidade o como obraõ os medicamentos”⁸⁷² e do terceiro ao décimo segundo tratado encontram-se as receitas de vários medicamentos. Numa carta de um médico de Lisboa incluída nesta farmacopeia, este chama a D. Caetano de Santo Antonio “o primeyro Portuguez, que na lingua materna escreveo a Pharmacia”⁸⁷³.

A terceira edição da *Pharmacopea Lusitana* já contém uma monografia da quina, designada “QUINAQUINA, OU KINKINA”⁸⁷⁴. O autor indica que a quina é a casca de uma árvore proveniente do Peru, e descreve o aspeto da árvore da quina. D. Caetano de Santo Antonio afirma que existem duas espécies diferentes, “huma mança, cultivada, & outra brava, ou não cultivada”⁸⁷⁵, descrevendo as características morfológicas de cada uma. Segundo o autor, a quina cultivada era melhor para usar na terapêutica, embora também se pudesse usar a variedade não cultivada. Nesta monografia encontram-se ainda referências à falsificação da quina “misturando-

⁸⁶⁶ ANTONIO – *Pharmacopea Lusitana*... (1725), 1ª página do prólogo.

⁸⁶⁷ *Ibidem*, 1ª página do prólogo.

⁸⁶⁸ *Ibidem*, 2ª página do prólogo.

⁸⁶⁹ *Ibidem*, p. 665.

⁸⁷⁰ *Ibidem*, p. 1.

⁸⁷¹ *Ibidem*, p. 86.

⁸⁷² *Ibidem*, 1ª página do prólogo.

⁸⁷³ *Ibidem*, “Carta, que o Doutor Roque da Costa Sylva Medico na Cidade de Lisboa mandou ao Author”, página não numerada.

⁸⁷⁴ *Ibidem*, p. 80.

⁸⁷⁵ *Ibidem*.

a com casca de certa arvore com que tem semelhança, dandolhe huma fervura com hum simples que a faz amargar”⁸⁷⁶. Quanto à ação terapêutica,

“São taõ prodigiosos os seus effeytos como de todos conhecidos, he algum tanto dessecativa, incinde, & attenua o humor malencolico, & por essa causa cura as quartans, & as mais febres intermitentes das quaes algumas vezes só suspende as Cezoens por tres, ou quatro semanas, aindaque o corpo esteja bem purgado, porq̃ os purgâtes diminuem a materia de q̃ procede a febre, & precepita o humor quando se vay fermentando; não só nas quartans, terçans obra, mas nas febres continuas, & ainda nas malignas, em que muytas vezes a agua de Inglaterra faz maravilhas por causa da Quinaquina de que he composta”⁸⁷⁷

Indica ainda que a quina se podia administrar em pó, “Pirolas, & lectuarios, infusoens, ou cozimentos”⁸⁷⁸.

Quanto ao número de fórmulas com quina, esta farmacopeia contém também 11 receitas para a preparação de medicamentos com quina. Mantêm-se assim os medicamentos presentes na segunda edição (com recomendação nas mesmas situações clínicas). Consta também novamente a referência aos “pobres que por falta de cabedaes não pòdem valerse da agua *Lusitana do Doutor Curvo*, nem da de *Inglaterra de Fernam Mendes da Costa*”⁸⁷⁹.

No novo “Lexicon Pharmaceutico”, encontram-se mais referências à quina. Na palavra “Febrifuga” indica-se que “saõ os remedios, que afugentaõ a fébre, & a curaõ, assim como a Kinakina, & outros, que se costumaõ dar nas sezões”⁸⁸⁰. Na entrada “*Ros folis febrifuga*” diz-se que “he huma tintura de kinaKina, na qual se infundem coentros, Canella, & se lhe dissolve algum açucar, vide Lemery Curs. Chym.”⁸⁸¹. Neste léxico, o autor também define o termo farmacopeia: “hum livro, que contém a descrições dos medicamentos, & o modo de os fazer, & tambem alguns chamaõ ao dito livro Dispensatorio”⁸⁸².

⁸⁷⁶ Ibidem.

⁸⁷⁷ Ibidem.

⁸⁷⁸ Ibidem.

⁸⁷⁹ Ibidem, p. 180.

⁸⁸⁰ Ibidem, p. 647.

⁸⁸¹ Ibidem, p. 658.

⁸⁸² Ibidem, p. 655.

3.2.2.6. *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1735)

Esta primeira edição da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, é composta de três partes. As duas primeiras partes foram publicadas em 1735 em Lisboa, na Officina de Antonio de Sousa da Sylva; a terceira parte foi publicada em 1751, também em Lisboa, na Officina de Jozé da Sylva da Natividade, “Impressor das Serenissimas Cazas, e Estado de Bragança, e Infantado, e da Sagrada Religiaõ de Malta”. A segunda edição foi publicada em 1760 em Roma, na Officina de Balio Geredini, e está dividida em dois tomos. O autor desta obra foi Manuel Rodrigues Coelho, boticário na Corte portuguesa nascido em Setúbal. Foi oferecida ao desembargador da Casa da Suplicação João Alvares da Costa.

No prólogo o autor indica que a sua obra é destinada “aos praticantes da Pharmácia, (...) a quem considerava muy faltos desta noticia, especialmente no nosso idioma em que a mayor parte só saõ versados; e naõ aos magnates della, por naõ ser tam desvanecido, que quizesse escrever para quem pode ser a norma da mesma faculdade”⁸⁸³.

No que concerne à sua estrutura, a primeira parte, composta de 29 capítulos, inclui: uma parte teórica relativa às “preparaçoens mais usuaes dos medicamentos” e que versa nomeadamente sobre os pontos gerais a ter em consideração na escolha e obtenção de símplices dos vários reinos (animal, vegetal, mineral), operações farmacêuticas (extração, destilação, calcinação, etc.) ou pesos e medidas; um dicionário de termos farmacêuticos, que contém também os nomes pelos quais os medicamentos eram pedidos nos dispensatórios; e uma secção com monografias de símplices, com os respetivos nomes, proveniência geográfica, características que deveriam possuir “para serem bons”, propriedades terapêuticas e as suas doses, e que permitiria, nomeadamente, a deteção de falsificações.

A segunda parte, com 56 capítulos, inclui um formulário de medicamentos, em que cada capítulo correspondia a preparações farmacêuticas específicas (cozimentos, julepos, enemas, conservas, etc.) com as “mais commuas, e selectas composiçoens, tanto dos Antigos, como dos Modernos, e ainda algumas, que por occultas se naõ vulgarizavaõ; com os calculos dos medicamentos Purgantes, Narcoticos, e Mercuriaes, como tambem as melhores, e mais preciosas annotaçoens, que se pôdem discorrer para a sua perfeita elaboraçãõ”⁸⁸⁴; um capítulo no qual “se mostraõ as doses dos mais communs remedios, que para os enfermos se applicaõ no uso interno, tanto símplices, como compostos, assim Catharticos, como Emeticos, Mercuriaes, Narcoticos, e Alterantes”⁸⁸⁵; e um capítulo final sobre instrumentos farmacêuticos.

Nas licenças do Santo Ofício, Fr. Manoel da Trindade louva a obra dizendo que o autor

⁸⁸³ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Primeira... (1735), primeira página do prólogo (páginas não numeradas).

⁸⁸⁴ *Ibidem*, segunda página do prólogo.

⁸⁸⁵ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Segunda... (1735), p. 849.

“compoz, e escreveo com tanta inteligencia, e noticia, que todos os Medicamentarios poderão estudar, e aprender os principios dos mixtos, os termos das Pharmacias, ou vulgares nomes dos simplex medicinaes, e os medicamentos dos tres dilatados Imperios, Animal, Vegetal, e Mineral, e outras muitas materias”⁸⁸⁶.

No dicionário de termos farmacêuticos, na entrada “*Anti-febris*” consta que estes se utilizavam “contra toda a sorte de febre intermitente, assim como a Quina-Quina”⁸⁸⁷ e na entrada “*Palo de calentura*” indica-se que esta designação corresponde à “Quina-Quina”⁸⁸⁸ (um dos sinónimos pelos quais a quina foi conhecida).

Nesta farmacopeia, na secção relativa às monografias dos símplies, encontra-se uma monografia da quina. Nesta monografia indica-se que a “Quina-Quina” é designada “*Cortex Pervuvianus* e em Castella *Palo de Calenturas*”⁸⁸⁹, tratando-se da casca de uma árvore “do tamanho de huma Ceregeira”, proveniente das montanhas próximas da cidade de Loxa, na Província de Quito no Perú; caracterizam-se as folhas, flores e frutos desta árvore, e afirma-se que a sua estampa está “no *liv.4.pag. 132*” de Pomet. Refere-se que existe uma espécie cultivada, que é melhor, e outra que não é cultivada. Ambas são caracterizadas muito sumariamente: “a cultivada (...) mais delgada, e com a cor avermelhada; a não cultivada he muito mais grossa, e com a cor pardecinta”⁸⁹⁰. Quanto à escolha da quina deveria eleger-se “a que for compacta, com a cor quasi vermelha, a casca medianamente delgada, e muito amarga, o cheiro de mofo, e que de nenhuma sorte tenha lascas do lenho de que se tira”⁸⁹¹. Quanto à sua atividade terapêutica, o autor indica que “As suas virtudes são tam experimentadas por todos os Medicos nas febres intermitentes, que cousa superflua será o repetillas” e que a quina era administrada de várias formas:

“humas vezes em pós subtilissimos, em substancia; e outras em virtude: em substancia, como quando se toma em pós, pillulas, opiata, extractos, &c. em virtude, assim como quando se toma em cozimentos, infusoens, &c. e as menos vezes por ajudas: em fim são taõ diversos os modos da sua administração, que raro he o Medico, que não tenha della hum methodo particular de a applicar”⁸⁹²

A monografia da quina contém ainda as suas doses recomendadas.

⁸⁸⁶ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Primeira...* (1735), 1ª página das Licenças.

⁸⁸⁷ *Ibidem*, p. 71.

⁸⁸⁸ *Ibidem*, p. 131.

⁸⁸⁹ *Ibidem*, p. 269.

⁸⁹⁰ *Ibidem*.

⁸⁹¹ *Ibidem*.

⁸⁹² *Ibidem*.

Na *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* constam 14 fórmulas de medicamentos com quina. Nesta farmacopeia a quina é designada nas fórmulas como “Quina-quina” (por vezes grafada sem o hífen).

Relativamente ao “*Cozimento Febrifugo*”, consta que era “excellente em todas as febres intermitentes”⁸⁹³. Na “*Typsana de Quina-quina*”⁸⁹⁴ indicava-se que esta era “prodigiosa em todas as febres intermitentes, e ainda nas mais rebeldes”⁸⁹⁵ mas que a sua utilização não impedia o doente de usar outros medicamentos, designadamente purgantes. Quanto ao “*Clister Febrifugo*”⁸⁹⁶, este era recomendado para febres intermitentes de qualquer tipo e particularmente nos doentes “que aborrecem o tomar medicamentos pela boca” e ainda “nas febres continuas, e malignas”⁸⁹⁷, indicando que este remédio era adequado para qualquer pessoa, independentemente do seu “estado, idade ou sexo” desde que a dose de quina fosse devidamente ajustada. O “*Vinho Febrefugo expertum*” era declarado o melhor vinho para utilização nas febres quartãs e nas febres intermitentes em geral, sendo “especifico contra todas as quartans, e terçans rebeldes, porque as cura radicalmente, sem o escrupulo de que tornem a reincidir nellas”⁸⁹⁸. No vinho febrífugo a quina era “o simplex mais essencial, que entra nesta composição”⁸⁹⁹. Na apresentação desta fórmula de vinho febrífugo afirma-se ainda:

Outras muitas, e differentes infusoens se fazem, vinhos, ou Tincturas de Quina-quina, que nas Boticas se costumaõ a vender, e fõra dellas, por grandes segredos, e por isso muy caras, das quaes nenhuma necessidade ha, todas as vezes, que tivermos o precedente vinho febreffugo, composto como fica dito, por produzir este todos os effeitos, que a todos os mais se attribuem, e ainda com muito mayor seguridad.

Tambem se costuma a trazer de Inglaterra, França, e outras partes, vinhos febreffugos, os quaes não são outra cousa mais, ã hũa infuzaõ de Quina-quina, extrahida com mais, ou menos ingredientes, em vinho do Rim, sendo todo o seu principal fundamento sómente a Quina-quina; dos quaes nenhuma carencia temos no tempo presente, porque o descrito tem muito mais virtude, e melhor efficacia, para curar as enfermidades a quem se applicar”⁹⁰⁰

Relativamente ao “*Xarope de cascas de Quina-quina*” indica-se que tem atividade febrífuga “e tira todas as febres intermitentes”⁹⁰¹. Os “*Pós Febrefugos, ou Especifico Febrefugo*” eram descritos como um “especifico contra todas as febres intermitentes, como Terçans,

⁸⁹³ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Segunda... (1735), p. 342.

⁸⁹⁴ *Ibidem*, p. 351.

⁸⁹⁵ *Ibidem*.

⁸⁹⁶ *Ibidem*, p. 366.

⁸⁹⁷ *Ibidem*.

⁸⁹⁸ *Ibidem*, p. 385.

⁸⁹⁹ *Ibidem*, p. 385-386.

⁹⁰⁰ *Ibidem*, p. 386.

⁹⁰¹ *Ibidem*, p. 417.

Quartans, e nas demais febres, que tem exacerbaçoens, e remissoens”⁹⁰², desde que o doente não tivesse “a febre complicada com inflâmação em alguma entranha principal”⁹⁰³. Segundo o autor desta fórmula (Mangeto), este medicamento curava as ditas febres intermitentes “sem o temor de recahida, nem de outro accidente originado da Quina-quina”. Indica-se ainda que

“He taõ notorio, que a Quina-quina cura as febres intermitentes, que até os que não são professores da Medecina, costumão aconselhar o seu uso; porém ao mesmo tempo muitos lhe costumão a terem horror, por terem a experiencia de que as febres succedem tornar, ou que os enfermos depois do seu uso cahem em novas enfermidades, como Hipocondria, Hidropesia, Asthma, Reumatismos, retençoens de menstros nas mulheres, &c. Estes accidentes os Medicos practicos os attribuem ao máo uso da Quina-quina, por se haver administrado aos enfermos, sem primeiro os terem preparados, e dispostos, para que o humor, que causa as febres, precipitado, ou separado da massa do sangue, e demais liquidos, que della se separão, não fique reprezado, ou fixado nos conductos, e glandulas dos Bofes, Misenterio, e demais partes, originando entaõ as ditas enfermidades, em quanto senaõ torna a exaltar, e a misturar com o sangue, e espiritos, porque entaõ recahiráõ nas febres antigas, e algumas vezes de peyor qualidade; e assim os melhores, e mais practicos Medicos, quando as febres intermitentes daõ tempo para se poder preparar o enfermo, o fazem antes de chegarem ao uso da Quina-quina”⁹⁰⁴

No tratamento das febres malignas “isto he acompanhadas com Sincopes, Letargos, convulçoens, e outros symptomas capazes de privarem da vida ao enfermo” dever-se-ia “logo no mesmo instante administrar o medicamento muitas vezes, sem largas intermiçoens, porque quasi sempre se suspendem as febres, e suas accessoens, e por consequencia se remedeiaõ os symptomas taõ prenciosos já referidos”⁹⁰⁵. Segundo Manuel Rodrigues Coelho, o autor da fórmula, Mangeto, guardou segredo deste medicamento durante muitos anos “produzindo sempre com elle admiraveis effeitos”⁹⁰⁶. A outra fórmula de “Pós Febrefugos” da autoria do mesmo Mangeto (mais rápidos de preparar)⁹⁰⁷, deveria ser usada da mesma forma que os pós febrífugos anteriormente mencionados.

As “*Pillulas Febrifugas optimas*”⁹⁰⁸ eram consideradas como o melhor febrífugo sob a forma de pílulas, curando as febres terçãs e quartãs rebeldes. Quanto às “*Pillulas contra a suffocação Uterina*”, estas eram recomendadas como “anti-hystericas”⁹⁰⁹. O “*Electuario Anti-*

⁹⁰² Aqui incluíam-se, por exemplo, as “Quartans rebeldes (...) Terçans do Outono, ou que sobrevem depois do Estio, (...) do Inverno (...)”; febres lentas, que sobrevem com exacerbaçoens, remissoens, e roins symptomas, (...)” – Ibidem, p. 485.

⁹⁰³ Ibidem, p. 484.

⁹⁰⁴ Ibidem.

⁹⁰⁵ Ibidem, p. 485.

⁹⁰⁶ Ibidem, p. 486.

⁹⁰⁷ Ibidem.

⁹⁰⁸ Ibidem, p. 534.

⁹⁰⁹ Ibidem, p. 549.

febril” era considerado “muito bom para todas as febres, e demais enfermidades, que por suor se pódem curar, corrobora o ventriculo, mata as Lombrigas, e expulsa os flactos”⁹¹⁰.

Para que a “*Agua Ingleza, do Doutor Fernando Mêndes, Medico da Camara das Magestades Britanicas, e manifesta pelo mesmo Author, á instancia do nosso invictissimo Senhor Rey D. Pedro II. que Santa Gloria haja*”⁹¹¹ pudesse surtir o devido efeito, deviam ter-se em consideração 5 pontos: “em que enfermidades”; “em que sujeitos”; “com que preparação”; “de que modo” e “com que regime se deve tomar”⁹¹². Quanto às patologias para as quais a “Agua Ingleza” era recomendada considerava-se

“remedio quasi infallivel em toda a sorte de febres intermitentes, que entraõ com frio, a que se segue o calor; como em quotidianas, terçans, e quartans, tanto simples, como dobres; puras, ou espurias; inveteradas, ou recentes; sós, ou complicadas com outras enfermidades: tambem he proveitosa nas intermitentes, que principiaõ sem frio, e naquella sorte de continuas, e Ecticas, que procedêraõ de intermitentes”⁹¹³

A água inglesa poderia ser administrada “em qualquer temperamento; clima, idade, e sexo; a mulheres que actualmente tenhaõ o seu ordinario, a prenhez, e a paridas” dizendo que se tratava de um medicamento que “sem incommodo algum purifica o sangue, humas vezes por cursos, outras por suores, e mais ordinariamente pelas ourinas (...) accrescenta as forças, fortifica o estomago, excita a fome, tira a sede, e alenta as operaçoens naturaes”⁹¹⁴. A preparação prévia para a ingestão desta água inglesa era a toma de “huma ligeira purga, ou ajuda, e se o enfermo for de temperamento esquentado, ou sanguinho, se sangrará huma vez, ou duas; mas quando por falta de forças, ou de vontade, naõ admitta os taes preparativos, sem elles sarará”⁹¹⁵. O autor explica ainda o modo de administração da água inglesa e o regime alimentar que deveria acompanhar o tratamento, salientando que mesmo que a febre terminasse antes de se tomar toda a água preparada, esta dever-se-ia tomar na totalidade. A água inglesa atuava purificando o sangue e por isso convinha tomá-la na totalidade para que não ficassem “reliquias do humor”⁹¹⁶. O autor afirma ainda que

“Este he o decantadissimo remedio da agua de Inglaterra á tantos annos celebrado, e que actualmente se usa com excesso neste Reyno, para beneficio do qual attendeo a piedade do esclarecido Monarca o senhor Rey D. Pedro II. que santa gloria haja, comprando ao seu Auther [sic] o segredo della, com o seu uso, para a fazer publica como fez, e a traz o Doutor Frey Manoel de Azevedo na sua correcção de Abusos, tom. 2. pag. 293. e assim o publica o Doutor Curvo na

⁹¹⁰ Ibidem, p. 576.

⁹¹¹ Ibidem, p. 754.

⁹¹² Ibidem, p. 755.

⁹¹³ Ibidem.

⁹¹⁴ Ibidem.

⁹¹⁵ Ibidem.

⁹¹⁶ Ibidem, p. 756.

sua Polyanthea da quarta impressão; e sendo esta a verdadeira receita do Doutor Fernando Mendes, he cousa pasmosa, ver que havendo nesta Corte, e Reyno, hum taõ grande numero de Boticas, e nellas alguns Boticarios muy piritos, e attentos ás suas consciencias, com larga provizaõ dos ingredientes muy electos, de que este remedio se compõe, nenhum delles o faça por se lhe não pedir, e só sim se gaste com excesso incrível, larga quantidade delle, que mettido em botelhas vendem humas mulheres nesta Corte, talvez fabricado nas suas casas muita parte delle, e dizendo que para isso lhes vem de Inglaterra, donde se não póde manipular melhor do que o predicto; quanto mais, que manipulando-se este remedio nesta Corte por mãos de quem bem, e fielmente o prepare, se obterá este com mayor vigor por recente, do que aquelle vindo, ou talvez não vindo de Inglaterra, que sem duvida por menos bem operado, ou por demoroso na sua vinda, e estada em quanto se não destribue, precisamente ha de padecer alguma alteraçã na sua qualidade”⁹¹⁷

Quanto à “*Agua Lusitana*”, esta era útil “em todas as sezoens, quer sejaõ terçans, ou quartans, e ainda nas quotidianas, venhaõ, ou não venhaõ com frio”⁹¹⁸. A “*Essencia Anti-Febril*” era “especifica nas febres terçans, e quartans”⁹¹⁹. No que respeita ao “*Extracto Anti-febril*” também era “especifico nas febres terçans, e quartans, quer sejaõ intermitentes, ou continuas”⁹²⁰.

Existem outras referências à atividade terapêutica da quina indicando-se, por exemplo, que a quina curava as febres rebeldes⁹²¹, ou que era específica para o tratamento das febres terçãs⁹²².

No capítulo com as doses dos medicamentos mais comuns encontramos a dose da quina e de vários medicamentos com quina descritos nesta farmacopeia, como o xarope de quina, o cozimento febrífugo, o electuário antifebril, o vinho febrífugo, as pílulas febrífugas, a essência antifebril e o extrato antifebril.

⁹¹⁷ Ibidem.

⁹¹⁸ Ibidem, p. 757.

⁹¹⁹ Ibidem, p. 798.

⁹²⁰ Ibidem, p. 818.

⁹²¹ Ibidem, p. 364.

⁹²² Ibidem, p. 647.

3.2.2.7. *Pharmacopoeia contracta* (1749)

A *Pharmacopoeia contracta; in usum nosocomii ad pauperes e gente Lusitanica curandos nuper instituti*, da autoria de Jacob de Castro Sarmento e Phelipe de La Cour, foi editada em Londres em 1749. Está escrita em latim. Inicia-se com uma saudação ao leitor, seguindo-se depois a secção de pesos e medidas, a secção de matéria médica (que contempla apenas os nomes de várias drogas organizadas por ordem alfabética, sem quaisquer informações adicionais como a atividade terapêutica ou a origem geográfica) intitulada “MATERIA MEDICA”⁹²³ e, por último, a secção com fórmulas de vários medicamentos, designada “MEDICAMENTA”⁹²⁴. Trata-se de uma farmacopeia de pequena dimensão, com apenas 89 páginas.

Na secção de matéria médica encontramos a quina, inserida sob o nome “Peruvianus cortex”⁹²⁵.

Na secção de formulário estão presentes 5 fórmulas com quina: “Bolus ex Alumine”⁹²⁶, “Decoctum è Cortice Peruviano”⁹²⁷, “Electarium è Cortice Peruviano”⁹²⁸, “Extractum Corticis Peruviani”⁹²⁹, e “Mistura è Cortice Peruviano”⁹³⁰. Nestas fórmulas encontram-se apenas as quantidades de cada ingrediente e o método de preparação do medicamento. Não constam, assim, quaisquer virtudes terapêuticas das fórmulas apresentadas. O “Electarium è Cortice Peruviano” contém, para além da quina, “Corticis Eleutheriæ”⁹³¹, também chamada vulgarmente de cascarilha, e que era considerada uma falsa quina⁹³². O “Extractum Corticis Peruviani” podia ser utilizado para preparar pílulas ou pós.

⁹²³ S[ARMENTO]; L. – *Pharmacopoeia contracta* ...p. 3.

⁹²⁴ *Ibidem*, p. 9.

⁹²⁵ *Ibidem*, p. 6.

⁹²⁶ *Ibidem*, p. 14.

⁹²⁷ *Ibidem*, p. 24.

⁹²⁸ *Ibidem*, p. 28.

⁹²⁹ *Ibidem*, p. 36-37.

⁹³⁰ *Ibidem*, p. 51.

⁹³¹ *Ibidem*, p. 28.

⁹³² cf. COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Terceira* ... (1751), p. 436-438.

3.2.2.8. *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica. Parte Terceira (1751)*

A terceira parte da primeira edição da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* foi publicada em 1751, na Officina de Jozé da Sylva da Natividade, pelo mesmo autor, o boticário Manuel Rodrigues Coelho. Compreende três secções principais.

A primeira secção, designada “CLASSE PRIMEIRA, Em que se mostraõ os significados de alguns termos, que de novo accrescem ao Diccionario da primeira parte da Pharmacopéa Tubalense, escritos pela ordem Alphabetica”⁹³³ é um dicionário de vários termos relativos à prática médica e que inclui, por exemplo, termos de matéria médica, designações de medicamentos, e de algumas doenças. Segundo o autor, este dicionário serviria para “obviar os enganos da materia Medica de tua praxe, limpo de espinozos arbustos, que te podiaõ confundir os passos, para o acerto”⁹³⁴ complementando o dicionário presente na primeira parte da obra, publicada em 1735.

A segunda parte, designada “CLASSE SEGUNDA, EM QUE POR ALFABETO SE manifestão diversas, exquisitas, e todas as composiçoẽs, que com Titulo descreveo Ribera no discurso de suas obras”⁹³⁵ inclui numerosas receitas de medicamentos de vários autores.

A terceira parte, intitula-se “CLASSE TERCEIRA, EM QUE SE PUBLICAM DOUS tratados, hum de Secretos Medicos, e Chirurgicos, experimentados, para remedio de infinitos insultos, que accomettem ao corpo humano, descoberto na escola da experiencia; depois deste se manifesta outro utilissimo das maravilhas, e excellêcias da Quina-quina, com os seus usos para diversos Morbos”⁹³⁶. Contém receitas de vários medicamentos, divididas em 68 capítulos, segundo as doenças e sintomas para que se destinavam (como vários tipos de febres, dores de diversas etiologias, surdez, epilepsia, etc.) e um “APPENDIX SELECTO”⁹³⁷ com fórmulas de medicamentos usadas por médicos londrinos no tratamento dos portugueses⁹³⁸, bem como um tratado inteiramente dedicado à quina, em que o autor fala sobre a atividade terapêutica da quina, como utilizá-la corretamente, polémicas associadas à quina, e argumentos erróneos com que se tentou impedir a sua aplicação. No que respeitava a essas justificações incorretas para a não utilização da quina, elencadas por Manuel Rodrigues Coelho, o Dr. Francisco Teixeira Torres, à época cirurgião-mor do Reino, afirma, na licença do Paço relativa a esta obra, que “a experiencia

⁹³³ Ibidem, p. 1.

⁹³⁴ Ibidem, “PROLOGO”, páginas não numeradas.

⁹³⁵ Ibidem, p. 62.

⁹³⁶ Ibidem, p. 284.

⁹³⁷ A designação completa desta secção é “APPENDIX SELECTO, EM QUE SE PROPOEM AS MAIS SELECTAS FORMULAS DE que uzam os Eruditissimos Medicos Londinenses, em o Hospital de Londres, para o curativo da Nação Portuguesa. Novissimamente descriptas pelo Dr. Jacob de Castro Sarmiento, e P. de L. em sua Pharmacopea Contracta, e outras de varios Praticos modernos accõmodados ao uzo deste Paiz, com suas cautélas, phenomenos, e dosis” (Ibidem, p. 393-559).

⁹³⁸ Este apêndice foi reunido e ilustrado por Mauricio da Costa, “CHYRURGIAM, ANATOMICO, PHARMACEUTICO, ACADEMICO EXPERIMENTAL EM A ACADEMIA Portopolitana, e seu Secretario em o circulo Ulisiponense, e Chyrurgiaõ das Tropas de Sua Magestade Fidelissima, em a America”.

veyo a estender pelo decurso do tempo comprovando o seu prestimo [da quina], e a sua virtude os muitos cazos bem sucedidos, que todos os dias observamos, não so nas febres intermitentes, mas ainda em outras enfermidades, em que por analogismo se fez provavel o seu prestimo, e a sua efficacia”⁹³⁹. O Dr. Francisco Teixeira Torres alude assim à eficácia da quina para além do tratamento das febres intermitentes. No final da obra encontram-se ainda vários índices: “INDEX DAS VIRTUDES DOS MEDICAMENTOS, QUE CONTHEM A PRIMEIRA, e segunda parte da Pharmacopea Tubalence”⁹⁴⁰, “INDEX DAS ENFERMIDADES, PARA QUE SE DISPOEM remedios em esta Terceira parte”⁹⁴¹, “INDEX DAS COMPOSIÇOENS, E MAIS COUSAS NOTAVEIS desta Terceira parte”⁹⁴².

As três partes da obra (as duas primeiras publicadas em 1735 e a terceira parte publicada em 1751) foram alvo do privilégio do Rei D. José I de Portugal, concedido a Carlos da Sylva Correa “mercador de Livros nesta Corte”. Carlos da Sylva Correa “imprimira á sua custa a terceira parte da Pharmacopea Tubalence, (...) tendo já impresso a primeira, e segunda parte, com o que tinha feito uma concideravel despeza” e por isso “para o poder reçarsir, e não ficar deteriorada tanta despeza, se fazia precizo” que lhe fosse concedido privilégio. Deste modo, “por tempo de dez annos (...) nenhuma outra pessoa de qualquer qualidade, que seja” poderia “imprimir, vender, nem mandar vir de fóra do Reyno impressos os ditos Livros, tres Tomos Pharmacopea Tubalence, sem licença do suplicante, pena de lhe serem tomados todos os volumes, que lhe forem achados para o mesmo suplicante, e de pagar sincoenta cruzados”⁹⁴³.

No dicionário da primeira parte encontramos vários termos relativos à quina. São apresentados diversos nomes pelos quais a quina era conhecida como “*Antiquario Peruviano*”⁹⁴⁴, “*Cascarilla*”⁹⁴⁵, “*China-Canna*”⁹⁴⁶, “*Cortezas de Quarango*”⁹⁴⁷, “*Cortex Febrifuga*”⁹⁴⁸, “*Cortex Febrilis*”⁹⁴⁹, “*Cortex Peruvianus*”⁹⁵⁰, “*Especifico Vegetal*”⁹⁵¹, “*Genciana dos Indios*”⁹⁵², “*Loxa*”⁹⁵³ ou “*Quita-Quita*”⁹⁵⁴. O termo mais vulgarmente utilizado para designar a quina nesta farmacopeia é *Quina-quina*. O dicionário inclui ainda sinónimos dos pós feitos com quina

⁹³⁹ COELHO – Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Terceira ... “LICENÇAS”, páginas não numeradas.

⁹⁴⁰ Ibidem, p. 59-78.

⁹⁴¹ Ibidem, p. 79-88.

⁹⁴² Ibidem, p. 89-104.

⁹⁴³ Ibidem, “PRIVILEGIO”, página não numerada.

⁹⁴⁴ Ibidem, p. 16.

⁹⁴⁵ Ibidem, p. 27.

⁹⁴⁶ Ibidem, p. 29.

⁹⁴⁷ Ibidem, p. 31.

⁹⁴⁸ Ibidem.

⁹⁴⁹ Ibidem.

⁹⁵⁰ Ibidem.

⁹⁵¹ Ibidem, p. 34.

⁹⁵² Ibidem, p. 39.

⁹⁵³ Ibidem, p. 44.

⁹⁵⁴ Ibidem, p. 53.

designadamente “*Pulvis Americanus*”⁹⁵⁵ e “*Pulvis contra rigorem*”⁹⁵⁶; os termos “*Pós do Cardeal de Lugo*” e “*Pós dos Jesuitas*” eram sinónimos dos “*Pós de boa Quina-Quinna*”⁹⁵⁷.

Discurso Phisico-Medico Sobre As Excellencias Da Quina-Quina, Com Os Seus Usos Para Diversos Morbos

No “*Discurso Phisico-Medico Sobre as Excellencias da Quina-Quina, com os seus Usos para Diversos Morbos*”⁹⁵⁸ o autor começa por apresentar um pequeno relato da história da quina. Refere a suposta cura da Condessa de Chinchón, bem como a administração de quina aos doentes por parte dos padres da Companhia de Jesus. Afirma que a quina foi descoberta por acaso pelos “*Índios*” à semelhança de outros medicamentos, e que estes tinham ocultado a sua atividade dos espanhóis, embora o uso continuado da quina por diversos tipos de pessoas tivesse eventualmente levado a que vários espanhóis tomassem conhecimento da sua existência⁹⁵⁹. Refere, à semelhança do que observámos noutras farmacopeias, a existência de dois “*generos*” de quina: uma quina brava e de inferior qualidade; e uma quina cultivada de melhor qualidade. Também nesta secção nos são apresentados vários sinónimos da quina:

“*Diversos são os nomes, que obtem este admiravel arcano, e entre elles he o de Corteza Piruana, pelo Reyno do Pirû aonde se cria: Loxa, pelo territorio que a produz: Guananevide, e Guananevide, outros Gannana peride, e Gana peride, por se chamar assim a arvore entre os Indios daquela terra. Genciana Indica, porque a planta mais febrifuga, conhecida antes da Quina, era a Genciana, e com quem convem de algum modo pelo sabor amargo, e assim bautizaraõ a Quina com o nome que tinha o outro febrifugo. Polvos del Doctor Vega, pela haver usado muito no seu principio este Medico, que o foy dos Condes no tempo do seu Virreynado. Polvos de la Companhia, e tambem de los Jesuitas, e Polvos de la Condessa, e del Cardenal de Lugo, pela expensaõ caritativa destes Heróes, cujo beneficio estimulava a tantos redivivos, para que o pagassem com estender o nome do seu bemfeitor á medida das profusoens do instrumento. Tambem se chamou China febris, Cascarilla, Corteza de Quarango, Cortex febrifuga, Antiquario Peruviano, China Canna, Palo de calenturas, por ser propria para suspender os fermentos febriz. Cortex Peruvianus, Quita-Quita, por se nos conduzir da Provincia de Quito, e tambem porque tira, e desterra com seguridade todas as febres intermitentes. Pulvis Indicus, Pulvis Americanus, Quarango, e Jorge Bateo, a denominou com o de Especifico Vegetal*”⁹⁶⁰.

⁹⁵⁵ Ibidem.

⁹⁵⁶ Ibidem.

⁹⁵⁷ Ibidem, p. 52.

⁹⁵⁸ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Terceira ... (Discurso Phisico-Medico...)*, p. 1. Esta secção sobre a quina tem paginação própria.

⁹⁵⁹ Ibidem.

⁹⁶⁰ Ibidem, p. 2.

Indica também que a quina possuía atividade não só contra febres, como contra várias doenças e sintomas:

“Obtem esta particular virtude para suspender os fermentos febriz, e desterrar as accessões das febres, tanto intermitentes, como continuas remittentes, que invadem, com refrigeração das partes extremas; tem virtude de reserar as obstrucções, de attenuar, e resolver, de absorver, e de desterrar a putrefacção, e assim mesmo de corroborar os membros internos, e outras muitas virtudes, como se tem experimentado nas dores colicas, nos fluxos colericos, nas coleras morbos, e em outras muitas enfermidades, nas quaes grandemente se exaltaõ os liquidos, movendo-se, e fermentando-se com desproporção”⁹⁶¹.

Segundo Rodrigues Coelho, devido à publicação da obra *Approvação do pernicioso abuso dos pós da Casca de Quarango, ou Quina-Quina* pelo “Doutor D. Jozé Colmenero” em que o dito Dr. Colmenero impugnava a quina, tinham sido cometidos abusos na utilização da quina. Por isso, Rodrigues Coelho resolvera “dar ao publico, contra o assumpto do dito Doutor Salmanticense, o presente tratado, escrito em fórma de reflexões, para mayor intelligencia dos mesmos doutos, a quem ainda dura a impressão de reprovação taõ injusta”. Para Rodrigues Coelho a quina era “hum remedio universalmente recebido entre os doutos da profissão Apollinea (...) que Deos permittio descubrissem os homens contra as febres intermitentes, e remittentes”, a respeito do qual se tinham escrito pareceres “Extravagantes, disformes, e altamente encõmendados”⁹⁶².

Este tratado sobre a quina é composto de 33 reflexões. Estas reflexões abordam diversas dimensões da quina. As suas características sob o ponto de vista do galenismo são abordadas nas duas primeiras reflexões, afirmando-se que a quina era “quente, e secca”⁹⁶³ (REFLEXAM I) ou falando dos “grãos do calor, e sequeidade, que existem no especifico Vegetal”⁹⁶⁴ (REFLEXAM II), concluindo-se que “os pós de Quina-Quina são quentes, e seccos no principio do segundo grão, e naõ no fim delle, e menos no terceiro”⁹⁶⁵. Na terceira reflexão “*Em que se publica naõ conheceraõ os Antigos a Casca de Quarango*”⁹⁶⁶ é focado o desconhecimento da quina por parte dos “Antigos” como Galeno ou Hipócrates, pois se “Galeno, ou outro qualquer dos Antigos o tivesse conhecido, e usado, sem duvida que delle haviaõ de tratar, e recõmandar muito nas curas das febres terçaãs, quartaãs, quotidianas, &c.”⁹⁶⁷ Segundo Rodrigues Coelho

⁹⁶¹ Ibidem.

⁹⁶² Ibidem, p. 3.

⁹⁶³ Ibidem.

⁹⁶⁴ Ibidem, p. 4.

⁹⁶⁵ Ibidem, p. 5.

⁹⁶⁶ Ibidem.

⁹⁶⁷ Ibidem.

“(…) por não conhecerem os Antigos a dita Quina, nem della uzarem, ha de ser estímulo para que alguns Medicos a desprezem, e recusem a sua applicaçãõ! He huma grande sem razaõ, o que com evidencia se manifesta: (...) sempre ha muito mais que descobrir, e manifestar, para que não sirva de impedimento aos Medicos, para que deixem de investigar o descobrimento de medicamentos, que, por estarem occultos, deixaõ de produzir curas maravilhosas, e não poucos prodigiosos effeitos em morbos perigosos”⁹⁶⁸

Em várias reflexões abordam-se as doenças e sintomas nos quais a quina teria atividade terapêutica, como na quarta reflexão “*Que manifesta ser o Quarango unico auxilio para fugar as febres terçaãs, quotidianas, hemitricios, &c.*”⁹⁶⁹, a vigésima primeira reflexão “*Em que se mostra que os pós da Quina não só saõ certo febrifugo das febres intermittêtes, senaõ tambem das continuas &c.*”⁹⁷⁰, na vigésima terceira reflexão “*Pela qual se prova serem os pós de Loxa muy uteis contra as terçaãs perniciosas, vulgò sincopaes, quer sejaõ intermittentes, ou continuas, com manifestas exacerbaçoens*”⁹⁷¹, vigésima quarta reflexão “*Pela qual se infere ser segurissimo o uzo do especifico febrifugo nas terçaãs complicadas com vomitos, e fluxo do ventre*”⁹⁷², vigésima quinta reflexão “*Que se publica ser a Quina seguro remedio para as prenhadas oppressas de alguma febre terçaã*”⁹⁷³ e vigésima sexta reflexão “*Que manifesta serem os pós de Quarango convenientes para as mulheres recém paridas, que padecem algumas terçaãs da especie que forem*”⁹⁷⁴. Assim, verifica-se que o autor apoiava o uso da quina em vários tipos de febres, nomeadamente nas febres terças em mulheres grávidas e puérperas. Para Rodrigues Coelho

“o Quarango he celebre febrifugo para desterrar as terçaãs exquisitas, notas, e doubles; porêem tambem para as triplez, subintrantes, malignas, e as que se chamaõ sincopaes: assim mesmo he realçado remedio para destruir as febres quotidianas, quartaãs, hemitricios, e todas as febres que fazem suas invasoens com refrigeraçãõ dos extremos”⁹⁷⁵

Segundo o autor a experiência tinha demonstrado que, no tratamento das febres terças, a quina fazia “felices effeitos em quaesquer individuos, quer sejaõ meninos, ou adultos, mulheres prenhes, ou paridas, ainda que os febricitantes estejaõ gallicados, ou sejaõ velhos”⁹⁷⁶. Também reportava que a quina tinha muitas vezes provocado o desaparecimento das “febres lentas, e

⁹⁶⁸ Ibidem, p. 6.

⁹⁶⁹ Ibidem.

⁹⁷⁰ Ibidem, p. 21.

⁹⁷¹ Ibidem, p. 27.

⁹⁷² Ibidem, p. 31.

⁹⁷³ Ibidem, p. 34.

⁹⁷⁴ Ibidem, p. 38.

⁹⁷⁵ Ibidem, p. 6.

⁹⁷⁶ Ibidem, p. 24.

hecticas incipientes”⁹⁷⁷. Para além disso, a quina teria “muy bons effeitos nos morbos hypocondriacos, e nos cacheticos”⁹⁷⁸.

O autor refere-se também à utilização frequente da quina dizendo “He taõ frequente o uso da Quina para curar as ditas febres [terças “exquisitas, notas, e doubles”; “triplez, subintrantes, malignas, e as que se chamaõ sincopaes (...) quotidianas, quartaãs, hemitricios, e todas as febres que fazem suas invasoens com refrigeraçã dos extremos”], que se se quizessem contar as vezes que se administra no anno, não haveria guarismo para as numerar: logo por que he boa se usa com tanta frequencia”⁹⁷⁹. A quina seria usada com uma frequência ainda maior noutros locais como “França, Roma, Veneza, Genova, Florença, Napoles, Espanha, e em Inglaterra”⁹⁸⁰.

Noutras reflexões, o autor menciona vários problemas que a quina tinha sido acusada de causar, como disenterias (REFLEXAM V), “estilicidios de orina”⁹⁸¹ (REFLEXAM VI), “*dissurias*” (REFLEXAM VII), duplicação das febres terças simples e triplicação das febres “doubles”⁹⁸² (REFLEXAM VIII) ou de converter as febres terças em febres hécticas (REFLEXAM XXII) e que, de acordo com Rodrigues Coelho, não eram provocados pela quina. Adicionalmente, Rodrigues Coelho refere que alguns autores julgavam que a quina era um “remedio muy adverso á humana natureza”, originando coagulação no sangue e sendo por isso “meyo para que os febricitantes morraõ com movimentos convulsivos, ou com affectos soporiferos, por se lhes impedir o livre movimento circular intestino do que chamaõ espíritos”⁹⁸³. Rodrigues Coelho rebate este argumento, afirmando que

“quando os ditos Authores dizem que a Quina produz huma especie de coagulaçã, se deve entender que o sangue se inspissa, e que não faz o seu movimento taõ rapido como de antes, por se haver purificado, e depurado das particulas accido-salinas, que o coinquinavaõ, e lhe destruiã a sua diatesis, fazendo-o circular com hum movimento excessivo, e apartado da ordem natural”

e que

“aquella materia, que detida se acha nos membros obstructos, a rarefaz o dito Vegetal [a quina], attenuando-a, subtilizando-a, e absorvendo todo o accido, que nelles se contém, precipitando ultimamente, *per lotium, & secessum*, assim como o fazem os saes alcalifixos de Losna, de Cardo santo, de Centaurea menor, de Genciana, e de outros Vegetaes febrifugos, os quaes obraõ mitigando as effervescencias febriz; porque precipitaõ a materia etereogenea accido-salina, que excita a fermentaçã febril”⁹⁸⁴

⁹⁷⁷ Ibidem, p. 27.

⁹⁷⁸ Ibidem, p. 21.

⁹⁷⁹ Ibidem, p. 6.

⁹⁸⁰ Ibidem, p. 7.

⁹⁸¹ Ibidem.

⁹⁸² Ibidem, p. 8.

⁹⁸³ Ibidem, p. 13.

⁹⁸⁴ Ibidem, p. 14.

Rodrigues Coelho também contraria a ideia de que a quina não devia ser usada nas febres “terçaãs”, “exquisitas”, “notas”, ou “dobles” por causar “symptomas funestos, convem a saber, sonhos profundos, modorra &c.”. Para o autor da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* a quina

“com o seu moderado calor rarefaz, attenûa, e subtiliza a crassicie do humor fleumatico, que causa o letargo, e com a remissa sequeidade, junta com o calor, conforme, e resolve o dito humor, libertando-se entaõ os pacientes não só das accessoens, porêm tambem do somno, e modorra, que succede não poucas vezes acompanhar as febres terçaãs”⁹⁸⁵

Para o autor, os pós de quina eram um “prestantissimo, certo, e seguro febrifugo das febres terçaãs, &c.”⁹⁸⁶(REFLEXAM IX). A experiência mostrava “fazer-se quazi sempre cura perfeita, e radical das febres terçaãs &c. sem o menor risco de recahida: e dizer-se o contrario dos ditos pós, he apartar-se de toda a razaõ, e querer-se negar o que a experiencia tem dictado, e dicta taõ repetidas vezes”⁹⁸⁷.

Rodrigues Coelho afirma que a quina atuava “manifestamente, e não por qualidade occulta”⁹⁸⁸ e que os seus pós podiam ser utilizados nos doentes com “intemperança calida do fígado”, “febres terçaãs ardentes” e “no tempo do Estio”⁹⁸⁹, ao contrário do que afirmavam alguns autores. Na aplicação terapêutica da quina, era necessário ter em conta as suas indicações e contraindicações (REFLEXAM XII) mas esta, utilizada corretamente, tinha “maravilhosos effectos”⁹⁹⁰. Assim, os pós de quina tinham indicação no tratamento das febres terçãs mas,

“se o Medico experimenta haver obstrucçoẽs, e tençoens nas visceras da primeira regiaõ, ou muita copia de succos cacochimos dentro das veas, ou alguma plenitude *quod vasa, & de cura regulari*, está entaõ correpu gnada a applicaçãõ dos ditos pós, até que primeiro se desterrem os ditos impedientes, e repugnantes”.⁹⁹¹

Rodrigues Coelho também discute várias questões relacionadas com o modo de administração da quina e com os seus tratamentos complementares. Afirma, por exemplo, que após a administração da quina, deveriam ser utilizados purgantes quando o médico notasse que tinham ficado “algumas reliquias das particulas accido-salinas”⁹⁹² (o que se manifestava através de vários sintomas como “amargor da boca”, sede, etc.). Para além disso, seria necessário sangrar

⁹⁸⁵ Ibidem, p. 9-10.

⁹⁸⁶ Ibidem, p. 11.

⁹⁸⁷ Ibidem.

⁹⁸⁸ Ibidem, p. 12.

⁹⁸⁹ Ibidem.

⁹⁹⁰ Ibidem, p. 13.

⁹⁹¹ Ibidem.

⁹⁹² Ibidem, p. 14-15.

o doente nas febres terças contínuas “que se achão com plenitude combinada” ou “redundancia de sangue”⁹⁹³ mas “não havendo a plenitude, he então a Quina o mais saudavel remedio, porque dá ventilação aos ditos fuligines, tempera o calor febril, precipitando a causa fermentativa, e ultimamente desterra as accessoens”⁹⁹⁴. Deste modo a sangria era um “prestantissimo remedio, sómente para minorar a plenitude, e não para desterrar, e fugar as accessoens febriz, pois este dote, e felicidade sómente pertence á Quina, a quem a Divina Providencia communicou este epiteto”⁹⁹⁵. A administração de água fria juntamente com a quina também seria recomendável nas febres terças contínuas “com hum excessivo calor, e huma sede muy intensa”⁹⁹⁶. Não era necessário “esperar-se por cocção da materia febril, para se obter felicidade com a administração dos ditos pós [de quina]”⁹⁹⁷. Assim, um médico que fosse tratar um doente com febres terças ou quartãs e administrasse a quina “nas primeyras accessoens, depois de feitas as evacuaçoens” eliminaria os paroxismos febris, retornaria “a saude perdida ao seu primeiro estado” e conseguiria obter “a cocção da materia febril”⁹⁹⁸. Não obstante, a administração da quina deveria ser precedida da evacuação do corpo. Deste modo, se houvesse “plenitude de sangue” era necessário recorrer à sangria, e “se nas febres, cujas accessoens invadem com refrigeração dos extremos, se manifesta o haver cacochimia, que he a causa productiva das ditas febres, licito he, segundo as boas regras medicinaes, o purgar antes do uso da Quina, quer seja a cacochimia turgente, ou o não seja”⁹⁹⁹. Embora na “cura regular” das febres “cujas accessoens invadem com refrigeração”¹⁰⁰⁰ se devesse “purgar, sangrar, e desobstruir”¹⁰⁰¹, existiam “muitos lances, em que o Medico se não póde deter a purgar, sangrar, nem desobstruir, por evitar a morte ao paciente, mas antes, sem attender a estas indicaçoens, lhe he licito logo administrar o Quarango sem a menor demora”¹⁰⁰². Não se deveria, portanto, evacuar o corpo antes da administração da quina quando “o Medico reconhecer haver urgencia, e perigo de que o paciente perca a vida na accessão subsequente, se acaso se detiver a sangrar, purgar &c.”¹⁰⁰³ como por exemplo:

“quando nas ditas febres a natureza errante tem feito, ou faz algum decubito erroneo ao cerebro, excitando hum delirio vehemente, ou hum forte letargo, ou se ao decubito se subseguio ao coração algum sincope nas terçaãs humorosas, ou minutas, nas quaes se achão complicados vomitos, e camaras muy funestas”¹⁰⁰⁴.

⁹⁹³ Ibidem, p. 23.

⁹⁹⁴ Ibidem.

⁹⁹⁵ Ibidem, p. 24.

⁹⁹⁶ Ibidem, p. 23.

⁹⁹⁷ Ibidem, p. 42.

⁹⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹⁹ Ibidem, p. 47-48.

¹⁰⁰⁰ Ibidem, p. 48.

¹⁰⁰¹ Ibidem, p. 49.

¹⁰⁰² Ibidem, p. 48.

¹⁰⁰³ Ibidem.

¹⁰⁰⁴ Ibidem.

No caso dos doentes hipocondríacos com febres terças e com obstrução nalguma víscera, era necessário desobstruir essa víscera antes de administrar os pós de quina, ou o doente teria recaídas da febre.

Neste *Discurso Phisico-Medico* o autor indica ainda como é que a quina exerceria a sua atividade terapêutica. Declara que a quina eliminava as febres intermitentes através dos seus “saes amargos”¹⁰⁰⁵, expulsando “os fermentos febriz, tanto nas terçaãs intermitentes, como nas continuas, por meyo da moderada estipicidade, que tem junta com o amargor de que consta”¹⁰⁰⁶. Segundo Rodrigues Coelho, devido ao seu sabor extremamente amargo “tem merecido a Quina ser o seu nome celebrado não só nas Indias, em França, em Roma &c., porém tambem em toda a Espanha, e neste Reyno; e assim mesmo recebida com tanto applauso, não só pelo commum do vulgo, porém tambem pelos Principes, e Reys”¹⁰⁰⁷. Apresenta também outros febrífugos amargos que eram administrados, por se considerar que “mediante o seu amargor obtem a virtude febrifuga”, como a losna, a centáurea menor (que, segundo o autor, adquirira “o nome de melhor febrifugo”¹⁰⁰⁸), ou a raiz de genciana¹⁰⁰⁹. Diz também que a quina “desterra os fermentos febriz, precipitando, ou separando do sangue todas as particulas etereogenas, que o coinquinaõ, e lhe destroem a sua diathesis”¹⁰¹⁰ e também “excitando alguma evacuaçaõ sensivel, e util”¹⁰¹¹. Essa evacuação incluía a que ocorria através, por exemplo, da urina ou do suor, e poderia processar-se simultaneamente por várias vias. No entanto, a quina poderia “desvanecer os fermentos febriz, excitando não só evacuaçoens sensiveis, porém tambem insensíveis [isto é, através da transpiração], até que se manifeste faltarem as accessoens” e por isso se dizia que a quina “desterra os fermentos das febres terçaãs &c. tanto continuas, como intermitentes, sem excitar evacuaçaõ alguma”¹⁰¹². Para além disso, Rodrigues Coelho declara que a quina permitia obter uma cura “radical, e perfectiva”¹⁰¹³ da febre desde que o médico a administrasse de forma metódica. Caso houvesse uma recaída da febre, esta teria sido causada pelo médico ou pelo doente. A recaída da febre poderia ser causada pelo médico, se este “havendo obstrucçoens em alguma viscera, como no figado, baço, ventriculo, mesenterio &c.” administrasse a quina “sem primeiro tirar as obstrucçoens, pois nos ditos membros, achando-se obstruidos, he que se fermenta, e fomenta o foco de putrefacçaõ, para se suscitarem as accessoens”¹⁰¹⁴. A recaída também poderia ser causada pelo doente, caso este cometesse “algum erro em alguma das cousas nao naturaes”¹⁰¹⁵.

¹⁰⁰⁵ Ibidem, p. 15.

¹⁰⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁰⁷ Ibidem, p. 15-16.

¹⁰⁰⁸ Ibidem, p. 15.

¹⁰⁰⁹ Ibidem, p. 16.

¹⁰¹⁰ Ibidem, p. 17.

¹⁰¹¹ Ibidem, p. 18.

¹⁰¹² Ibidem, p. 19.

¹⁰¹³ Ibidem, p. 21.

¹⁰¹⁴ Ibidem.

¹⁰¹⁵ Ibidem.

O momento mais adequado para a administração da quina, seria “ou no principio da accessão, quando se refrigeraõ os extremos” ou “huma, ou duas horas antes da invazaõ”; devia igualmente ser administrada “no dia de intermissãõ, e de menor accessão duas vezes no dia, pela manhã tres horas antes de comer, e de tarde outras tres horas antes de cear” embora se pudesse “administrar em qualquer hora do dia, ou da noite” em caso de urgência; se os acessos febris não surgissem à hora habitual, a quina deveria ser tomada “naquella mesma hora, em a qual principiou o ultimo paroxismo, porque deste modo melhor se assegura que não tornem as accessoens, e o paciente restaure, e confirme a saude”¹⁰¹⁶.

Na trigésima segunda reflexão, o autor indica as doses de pós de quina a administrar aos doentes com febre. A dose deveria variar, nomeadamente, de acordo com a idade e as “forças” do doente. Assim, para que os acessos febris desaparecessem e não houvesse recaídas da febre, os “meninos” tomariam uma dose que variaria entre 3 oitavas e meia onça; os “delicados” de 6 oitavas a uma onça; os robustos de uma onça a uma e meia¹⁰¹⁷. Esta reflexão analisa também a adequação da administração da quina em vinho. O autor afirma que nalguns casos não era conveniente dar a quina juntamente com vinho, nomeadamente: nos doentes que não estavam acostumados ao vinho ou que tinham “discrasias calidas do figado”¹⁰¹⁸; nos indivíduos com febres terças “ardentes”; “quando a Primavera he muy quente”; ou no Verão. Não obstante “No Outono, Inverno, e principios da Primavera”¹⁰¹⁹ poder-se-ia administrar a quina em vinho com segurança. Segundo Rodrigues Coelho, alguns autores defendiam que o vinho era melhor que qualquer outro licor para a administração da quina “porque com os seus saes sulphureos mais facilmente extraher a virtude febrifuga da Casca Peruviana, e porque tambem dizem lhe serve de vehiculo, para que este Vegetal mais facilmente se penetre, e mais depressa produza o seu effeito”¹⁰²⁰. Mas Rodrigues Coelho defende que, ainda que tal fosse verdade, seria possível dissolver o “sal essencial da Quina”¹⁰²¹ eficazmente através da adição de alguns sais (como o sal de tártaro, losna, centáurea menor ou genciana) à água em que se pretendia infundir a quina.

Por último, a reflexão trigésima terceira reúne várias preparações farmacêuticas de quina usadas no tratamento dos acessos febris, tais como pós, xaropes e vinhos entre outros, apresentando as suas fórmulas, doses e virtudes terapêuticas.

Em suma, nestas reflexões encontramos: indicações terapêuticas da quina; discussões sobre o modo como a quina exercia a sua atividade no corpo humano no tratamento da febre; objeções ao seu uso; proposições que o autor considerava estarem erradas relativamente à atividade e propriedades da quina, e que rebate com a sua argumentação; tratamentos complementares à quina no combate à febre (como o uso da sangria e de purgantes); momento

¹⁰¹⁶ Ibidem, p. 49.

¹⁰¹⁷ Ibidem, p. 50.

¹⁰¹⁸ Ibidem.

¹⁰¹⁹ Ibidem, p. 51.

¹⁰²⁰ Ibidem.

¹⁰²¹ Ibidem.

mais adequado para a sua administração e respetivas doses; ou preparações farmacêuticas com quina. Neste *Discurso Phisico-Medico* o autor utiliza uma miríade de nomes para designar a quina, desde quarango a Quita-quita, alternando entre essas designações ao longo das reflexões apresentadas.

Atividade terapêutica dos medicamentos com quina presentes na *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1751)

Seguidamente apresenta-se um quadro com os nomes e atividades terapêuticas das várias fórmulas de medicamentos com quina que estão presentes nesta terceira parte da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1751). Estas fórmulas estão distribuídas ao longo de vários capítulos, designadamente os capítulos referentes a: preparações secretas para tratar febres terçãs e quartãs intermitentes¹⁰²² e terçãs e quartãs “pertinazes”¹⁰²³; preparações contra a “suffocação Uterina”¹⁰²⁴; ou preparações “*contra a debilidade do Estomago, Vomitos, Singulto, e Colera morbo*”¹⁰²⁵.

Quadro 9 - Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1751)¹⁰²⁶

(continua)

Medicamento	Atividade terapêutica
• “Agua Anti-Epileptica expertíssima”	Antiepilético: “he remedio expertissimo contra a Epilepsia” ¹⁰²⁷
• “Agua de Inglaterra Opiada” ¹⁰²⁸	Antifebril: “insigne remedio, Anti-Febril, fixante, e pacativo para todas as febres terçans dobres, subintrantes, perniciosas, em que se percebe typo accessional acompanhadas de Delirios, Vigílias, e Paraphrenesis” ¹⁰²⁹

¹⁰²² COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ... p. 284.

¹⁰²³ Ibidem, p. 287.

¹⁰²⁴ Ibidem, p. 362.

¹⁰²⁵ Ibidem, p. 344.

¹⁰²⁶ Notas relativas aos símbolos usados antes dos títulos dos medicamentos da terceira parte da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* incluídos neste quadro: • “CLASSE SEGUNDA, EM QUE POR ALFABETO SE manifestaõ diversas, exquisitas, e todas as composições, que com Titulo descreveo Ribera no discurso de suas obras” (p. 62-283); * “CAPITULO I. *Dos Secretos efficazes, para vencerem as Terçans, e Quartans intermittentes*” p. 284-286 (Classe terceira); ** “CAPITULO II. *Dos Secretos poderosos contra as Terçãs, e Quartãs pertinazes*” (p. 287-288) (Classe terceira); *** “CAPITULO XXXVI. *Dos Secretos graduados contra a debilidade do Estomago, Vomitos, Singulto, e Colera morbo*” (p. 344-346) (Classe terceira); **** “CAPITULO XXXXVI. *Dos Secretos essenciaes contra a suffocação Uterina*” (p. 362-364) (Classe terceira); ***** *Appendix selecto*; ***** *Discurso-Medico sobre as excellencias da Quina*, especificamente na secção “REFLEXAM XXXIII. *Que descobre diversas preparações, que da Quina succede fazerem-se, para sugarem todas as accessoens febriz*”.

¹⁰²⁷ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ... p. 67.

¹⁰²⁸ Ibidem, p. 79.

¹⁰²⁹ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
• “Agua Febrifuga destillada” ¹⁰³⁰	Antifebril: “admiravel esta Agua para vencer as Quartãs, e Terças pertinazes”
• “Alexicacaõ Benedicto” ¹⁰³¹	Antifebril: “muy especiaes virtudes para vencerem as febres Terças, e Quartãs malignas, quer sejaõ intermitentes, ou continuas; grandemente aproveita este Remedio nas quenturas intermitentes, complicadas com vomitos, ou fluxo do Ventre; ultimamente serve para destruir as Febres intermitentes, e pertinazes” ¹⁰³²
• “Anti-Febril, de Riverio” ¹⁰³³	Antifebril, purgante suave: “muy singular Anti-Febril, que se pôde dar em todas as especies de Febres, tanto intermitentes, como continuas, em que produz admirabilissimos effeitos, pois não taõ sómente suspende as ditas Febres, porém tambem purga com muita suavidade” ¹⁰³⁴
• “Balsamo Febrifugo” ¹⁰³⁵	Antifebril: “tem virtude de fugar as Quartans pertinazes, e as Terças notas resistentes” ¹⁰³⁶
• “Bebida Anti-Febril letargica” ¹⁰³⁷	Antifebril: “Serve esta Bebida para quando nas Terças perniciosas se virem letargos” ¹⁰³⁸
• “Condito Anti-Quartanario” ¹⁰³⁹	Antifebril: “Quando a Quartã he pertinaz, e que ainda que falte por alguns dias, torna a repetir, por estar o seu fermento occulto nos profundos tubulos, conservando Obstrucçoẽs em diferentes partes, e Glandulas na regiaõ natural, he muy experimentado este Remedio” ¹⁰⁴⁰
• “Confeiçaõ Bezoartica nitrada” ¹⁰⁴¹	“grande antidoto contra as quenturas Malignas, que ainda que cõtinuamente affligem, não saõ propriamente continentes, senaõ remittentes; aquellas, que, sendo do genio de Terças, nunca chegaõ os enfermos a infebricitar” ¹⁰⁴²
• “Confeiçaõ Bezoartica” ¹⁰⁴³	“muy especifico para vencer a malignidade, que acompanha ao fermento das febres intermitentes, o que não poucas vezes se experimenta com a pratica” ¹⁰⁴⁴

¹⁰³⁰ Ibidem, p. 85.

¹⁰³¹ Ibidem, p. 91.

¹⁰³² Ibidem.

¹⁰³³ Ibidem, p. 94.

¹⁰³⁴ Ibidem.

¹⁰³⁵ Ibidem, p. 104.

¹⁰³⁶ Ibidem.

¹⁰³⁷ Ibidem, p. 108.

¹⁰³⁸ Ibidem.

¹⁰³⁹ Ibidem, p. 127.

¹⁰⁴⁰ Ibidem.

¹⁰⁴¹ Ibidem.

¹⁰⁴² Ibidem, p. 127-128.

¹⁰⁴³ Ibidem, p. 128.

¹⁰⁴⁴ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacoepa Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
• “Cozimento de Quarango composto” ¹⁰⁴⁵	Não é indicada a atividade terapêutica
• “Cozimento Efficaz Anti-Febril” ¹⁰⁴⁶	Antifebril: “grande efficacia com que vence a todas as quenturas intermitentes” ¹⁰⁴⁷
• “Dia-Santonico” ¹⁰⁴⁸	“He admiravel o seu uso nas intermitentes complicadas com Lombrigas, porque as mata, e extingue o seu seminio; e ultimamente vence poderosamête o fermento Febril” ¹⁰⁴⁹
• “Electuario Rosodo Anti-Febril” ¹⁰⁵⁰	Antifebril, antiepilético, atividade contra a histeria: “admiravel Febrifugo das quenturas intermitentes, ainda que sejaõ complicadas com varios symptomas convulsivos, como a experiencia o acreditará; pois ainda nos accidentes Hystericos, e Epilepsias periodicas, produz admiraveis effeitos” ¹⁰⁵¹
• “Elixir Febrifugo” ¹⁰⁵²	Antifebril: “he de muita efficacia para fazer fugar as Terçãs, quotidianas, e Quartãs pertinazes” ¹⁰⁵³
• “Emplastro Mastichino absynthiaco” ¹⁰⁵⁴	“singularissima virtude para suspender qualquer fluxo do Ventre, e ainda quando este se precipita com excesso” ¹⁰⁵⁵
• “Extracto de Quina-quina” ¹⁰⁵⁶	“muy bom febrifugo para as Febres intermitentes” ¹⁰⁵⁷
• “Febrifugo Angelicano” ¹⁰⁵⁸	“aproveitaõ estas pilulas nas Quartãs, (...) nas Terçãs nothas pertinazes, e em quaesquer quenturas intermitentes diurnas” ¹⁰⁵⁹
• “Cozimento santo” ¹⁰⁶⁰	Não indica a atividade terapêutica, mas faz parte de uma fórmula para a qual se indica a atividade terapêutica, a “Mistura Essencial” ¹⁰⁶¹

¹⁰⁴⁵ Ibidem, p. 132.

¹⁰⁴⁶ Ibidem, p. 133.

¹⁰⁴⁷ Ibidem.

¹⁰⁴⁸ Ibidem, p. 136.

¹⁰⁴⁹ Ibidem.

¹⁰⁵⁰ Ibidem, p. 139.

¹⁰⁵¹ Ibidem.

¹⁰⁵² Ibidem, p. 140.

¹⁰⁵³ Ibidem.

¹⁰⁵⁴ Ibidem, p. 147.

¹⁰⁵⁵ Ibidem.

¹⁰⁵⁶ Ibidem, p. 160.

¹⁰⁵⁷ Ibidem.

¹⁰⁵⁸ Ibidem, p. 161.

¹⁰⁵⁹ Ibidem.

¹⁰⁶⁰ Ibidem, p. 181.

¹⁰⁶¹ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
• “Mistura Essencial” ¹⁰⁶²	“Grandemente aproveita esta Mistura, para ausentar as quenturas Quartanarias pertinazes, para vencer as Terças rebeldes, e as semiterças, pois extirpa ao q̃ chamaõ <i>germen</i> , ou ruim qualidade, sigillada em alguma viscera, como no Fígado, Baço, Utero, ou nas Glandulas mesentericas” ¹⁰⁶³
• “Oleo Anti-Febril” ¹⁰⁶⁴	“grande remedio contra as Quartans pertinazes, e Terças rebeldes, com disposições cacheticas” ¹⁰⁶⁵
• “Opiata, ou Confeição Anti-Febril Chalybeada” ¹⁰⁶⁶	“he seguro remedio, para vencer as Terças, Quartãs, ainda sendo subintrantes as accessões, cuja pertinacia procede de haver dureza e obstrucção no Baço, ou Fígado, e não menos se a rebeldia depender de obstrucção no Utero, como se observa nas Cloroticas” ¹⁰⁶⁷
• “Pilulas Aluminosas” ¹⁰⁶⁸	“muy experimentadas nas Terças, e Quartãs molestas, achãdo-se cacheticos os pacientes”
• “Pilulas Anti-Febris” ¹⁰⁶⁹	“He muy frequente o recahirem os enfermos, q̃ padecem Terças, ou Quartãs, em cujo caso o unico remedio que os preserva, e destroe o fermento profundamente escondido em alguns tubulos, saõ estas Pilulas” ¹⁰⁷⁰
• “Pilulas Anti-Hectico-Gallicas” ¹⁰⁷¹	Não é indicada a atividade terapêutica
• “Pilulas balsamicas” ¹⁰⁷²	“remedio muy especial contra as Febres terças, e quartãs pertinazes, que tem resistido ao uso da Quina quina, havendo sido administrada em substancia, ou em virtude: serve para vencer os affectos hystericos; aproveita na dôr Colica, e nos Soluços; e ultimamente produz muy bons effeitos nas Dyarrheas, e Dysenterias pertinazes” ¹⁰⁷³

¹⁰⁶² Ibidem.

¹⁰⁶³ Ibidem.

¹⁰⁶⁴ Ibidem, p. 185.

¹⁰⁶⁵ Ibidem.

¹⁰⁶⁶ Ibidem, p. 191.

¹⁰⁶⁷ Ibidem, p. 191-192.

¹⁰⁶⁸ Ibidem, p. 195.

¹⁰⁶⁹ Ibidem, p. 198.

¹⁰⁷⁰ Ibidem.

¹⁰⁷¹ Ibidem, p. 199.

¹⁰⁷² Ibidem, p. 201.

¹⁰⁷³ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
<ul style="list-style-type: none"> • “Pilulas Citrinas”¹⁰⁷⁴ 	<p>“São muito boas estas Pilulas para as Febres intermitentes diurnas, quer sejaõ terçãs, quartãs, quotidianas, ou semiterçãs: desterraõ a Febre lenta, e a que padecem as cloroticas: servem grãdemente para suspenderem os Vomitos molestos, ainda que dependaõ de debilidade essencial do Estomago: e ultimamente extirpaõ a todos os morbos chronicos, que procedem de laxidaõ das Fibras, pois se corroboraõ, e reduzem ao seu natural tono”¹⁰⁷⁵</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Pilulas Divinas”¹⁰⁷⁶ 	<p>“São estas Pilulas hum grande especifico para matar as Lombrigas, quer sejaõ nos pequenos, (...) quer para os adultos (...) tambem mataõ, e evacúaõ as ascarides, (...) e ultimamente vencem estas Pilulas a Febre verminosa, quer seja regular, ou erratica”¹⁰⁷⁷</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Pilulas Lunaticas”¹⁰⁷⁸ 	<p>“muy presentaneas para curarem a Gota coral, e se preservarem della, tanto os pequenos, como adultos (...) tambem vencem os movimentos Vertiginosos; saõ muy saudaveis nos affectos hystericos, e aproveitaõ grandemente na Melancolia morbo, e nas palpitações do Coraçãõ”¹⁰⁷⁹</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “agua Cephalica destillada”¹⁰⁸⁰ 	<p>“muy especial contra as dores de Cabeça periodicas”¹⁰⁸¹</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Pós Cinnabarinós”¹⁰⁸² 	<p>“virtude (...) de fugar as quenturas intermitentes”¹⁰⁸³</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Pós Diachelonites”¹⁰⁸⁴ 	<p>“saõ o unico antidoto para a Hydrophobia (...) naõ só para a curar, mas tambem para se preservarem della, em que produz huns effeitos portentosos”¹⁰⁸⁵</p>

¹⁰⁷⁴ Ibidem, p. 203.

¹⁰⁷⁵ Ibidem.

¹⁰⁷⁶ Ibidem, p. 206.

¹⁰⁷⁷ Ibidem.

¹⁰⁷⁸ Ibidem, p. 208.

¹⁰⁷⁹ Ibidem.

¹⁰⁸⁰ Ibidem, p. 209.

¹⁰⁸¹ Ibidem.

¹⁰⁸² Ibidem, p. 221.

¹⁰⁸³ Ibidem.

¹⁰⁸⁴ Ibidem, p. 225.

¹⁰⁸⁵ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacoepa Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
<ul style="list-style-type: none"> • “Pós Febrifugos certos”¹⁰⁸⁶ 	<p>“Vale este nobilissimo pó contra todas as quenturas intermitentes, quer sejaõ Terçans, Quartãs, ou quotidianas (...) Serve este Pó para matar as Lombrigas; aproveita nas mordeduras de Viboras, de Alacrão, ou outro qualquer animal peçonhento, cujo seu veneno consiste em hum acido coagulativo (...) Suspende os Vomitos produzidos por hum acido fixo; e as dores de Estomago excitadas pelo dito acido”¹⁰⁸⁷</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Pós Saphiricos”¹⁰⁸⁸ 	<p>“especial antidoto da Febre carbunculosa”¹⁰⁸⁹</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Quina-quina intermitente admiravel”¹⁰⁹⁰ 	<p>“Serve para toda a qualidade de Terçãs, e Febres continuas, e intermitentes”¹⁰⁹¹</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Quina-quina potavel”¹⁰⁹² 	<p>“Serve para todo o febricitante contra toda a qualidade de Febres intermitentes, obra muito pela Ourina, e por suor, appetitece o comer, e faz boa digestão para quem tem o estomago fraco com grande experiencia”¹⁰⁹³</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Quina-quina solida”¹⁰⁹⁴ 	<p>“Serve nos Paroxismos, e vale para os Febricitantes”¹⁰⁹⁵</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Sal Anti-Febril”¹⁰⁹⁶ 	<p>“Este Sal he o unico Febrifugo das Terçans, Qartans, e quotidianas, dando-o ao febricitante depois de purgado”¹⁰⁹⁷</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Sal de Quina-quina”¹⁰⁹⁸ 	<p>“Este Sal he hum alcali, como o são todos os outros Saes fixos das Plantas, e he muy aperitivo, e se póde dar com grãnde utilidade na Febre terçã, e quartã”¹⁰⁹⁹</p>

¹⁰⁸⁶ Ibidem, p. 226.

¹⁰⁸⁷ Ibidem.

¹⁰⁸⁸ Ibidem, p. 230.

¹⁰⁸⁹ Ibidem.

¹⁰⁹⁰ Ibidem, p. 231.

¹⁰⁹¹ Ibidem.

¹⁰⁹² Ibidem.

¹⁰⁹³ Ibidem.

¹⁰⁹⁴ Ibidem.

¹⁰⁹⁵ Ibidem.

¹⁰⁹⁶ Ibidem, p. 237.

¹⁰⁹⁷ Ibidem.

¹⁰⁹⁸ Ibidem, p. 240.

¹⁰⁹⁹ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
<ul style="list-style-type: none"> • “Sandalino Anti-Febril”¹¹⁰⁰ 	<p>“São estes pós hum admiravel Anti-Febril, porque quando nas quenturas intermitentes se achaõ symptomas, como fluxos de Sangue de narizes, ou de outra parte, quer seja por esputo, ou pelo utero, poem em naõ pequeno cuidado aos Medicos, e em naõ menor precipício aos enfermos; em cujos casos produzem boas operações (...) e os mesmos bons effeitos se observaõ, quando se complicaõ com vomitos, e fluxo do Ventre, suppondo hum grande orgasmo no sangue, e desposições grandes a se fermentar”¹¹⁰¹</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Talhadas Hemoptoicas”¹¹⁰² 	<p>“Curaõ com felicidade a Febre hemoptoica, e com tanta especialidade, que ao mesmo passo, que a quentura se ausenta, se detem o curso á rejecção do sangue pela boca, o que com outros adstringentes se naõ consegue, cuja verdade se observará com a facil experiencia: vencem a Terça perniciosa, complicada com vomitos, ou com fluxo do Ventre, precedendo-lhe primeiro evacuação do sangue, naõ havendo verdadeiro prohibente: aproveitaõ grandemente no Singulto, no Empiema, e na Colica hysterica: tambem saõ admiraveis contra a Erysipela edematosa, e contra as dores Articulares”¹¹⁰³</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Tinctura de Quina-quina Anti-Colica”¹¹⁰⁴ 	<p>“He esta Tinctura hum especifico Anti-Colico das Colicas biliosas, e hystericas, e naõ só aproveita nas ditas colicas, porém tambem preserva de que sendo pietonica faça crisis em Parlesia”¹¹⁰⁵</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Tintura de Quina-quina”¹¹⁰⁶ 	<p>“He hum muito bom febrifugo para as Febres intermitentes”¹¹⁰⁷</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “Triaga Angelical”¹¹⁰⁸ 	<p>“Esta Triaga he muy util contra as quenturas malignas, e pestilentes (...) Tambem se administra nos Carbunculos malignos, e aos Hydrophobicos com feliz successo; e he utilissimo para fugar as Terçans, e Quartans molestas, para o que deve o enfermo estar bem purgado”¹¹⁰⁹</p>

¹¹⁰⁰ Ibidem.

¹¹⁰¹ Ibidem.

¹¹⁰² Ibidem, p. 244.

¹¹⁰³ Ibidem.

¹¹⁰⁴ Ibidem, p. 247.

¹¹⁰⁵ Ibidem.

¹¹⁰⁶ Ibidem.

¹¹⁰⁷ Ibidem.

¹¹⁰⁸ Ibidem, p. 249.

¹¹⁰⁹ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
<p>• “Xarope de Peonia Anti-Paralytico” associado com cozimento de raízes de pimpinela, cozimento de raízes de “Hirūdinaria”, cozimento de raízes de peónia, “Pós subtis de boa Quina-quina” e “Bezoartico ex tribus” misturando para obter uma dose¹¹¹⁰</p>	<p>“para que melhor se consiga a exterminação da Febre paralytica”¹¹¹¹</p>
<p>• “Xarope de Tilia composto”¹¹¹²</p>	<p>“He hum admiravel Anti-epileptico, e Anti-febril”¹¹¹³</p>
<p>*“Vinho do Rhim de Talavera”¹¹¹⁴</p>	<p>“he para as Quartãs intermittentes hum segurissimo secreto”¹¹¹⁵</p>
<p>*“pós Febrifugos”¹¹¹⁶</p>	<p>Não têm indicação da atividade terapêutica (mas o título é indicativo da sua atividade febrífuga)</p>
<p>*“Pílulas para extirparem o fermento das Quartãs”¹¹¹⁷</p>	<p>“para extirparem o fermento das Quartãs”¹¹¹⁸</p>
<p>**“mistura” (sem outra designação)¹¹¹⁹</p>	<p>“para fugar as Terças cronicas, e que existem no Outono”¹¹²⁰</p>

¹¹¹⁰ Ibidem, p. 276.

¹¹¹¹ Ibidem.

¹¹¹² Ibidem, p. 280.

¹¹¹³ Ibidem.

¹¹¹⁴ Ibidem, p. 285.

¹¹¹⁵ Ibidem.

¹¹¹⁶ Ibidem.

¹¹¹⁷ Ibidem, p. 286.

¹¹¹⁸ Ibidem.

¹¹¹⁹ Ibidem, p. 287.

¹¹²⁰ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
***fórmula sem nome ¹¹²¹ (electuário)	“Quando os Vomitos não procedem de causa material, mas sim por debilidade essencial do Estomago, em semelhante caso não são convenientes vomitivos, nem purgantes, nem quaesquer outros remedios evacuantes, e só sim lhe será muy util o uso do seguinte Secreto (...) promptamente fará parar os Vomitos, e o Estomago ficará corroborado” ¹¹²²
***“Pilulas de extractos” ¹¹²³	“Contra o Singulto resistente lhe he decantadissimo o presente Secreto” ¹¹²⁴
****“Trociscos” (fórmula sem nome) ¹¹²⁵	“Para libertar as pacientes dos insultos hystericos, e preservallas delles, lhe he singular remedio” ¹¹²⁶
*****“Bolo de Pedra Ume” ¹¹²⁷	“a Kinna assim mixta he estiptica, e não <i>per se</i> , como affirma o <i>Dr. Morthon</i> , e seguirão varios da textura da Kinna. (...) A textura deste bolo consta de atomos Estiptico-aromaticos, Amaro-salinos, tonica, e Antefebril. Introduncta a massa sanguinea se mistura com ella, e lhe póde destruir o fermento febril das Intermittentes, (que tambem a Pedra Ume crua tem sido Arcano em estas) ao seu tempo ministrado. Tocando pelo giro os sanguineos vasos rotos, ou abertos em suas Anasthomosis, em os Bofes, de que sahe o sangue por escarro, constringe os seus extremos, suspende a sua sahida, como tambem em todas as intrinsecas hemorragias repetindo os precisos doses” ¹¹²⁸
*****“Cosimento Negro” ¹¹²⁹	“A generica contextura deste cosimento toda he Aperitiva, e tonica, e o seu especial phenomeno he ser destructiva (não fixante, nem precipitante) do especifico fermento das Intermittentes febres, e por isso optimo Febrifugo”; “complicada a Febre Intermittente com obstrucção em algum sitio”, este cozimento tinha o efeito de “destruir o fermento da Febre, e (...) incindir o glutinoso succo, q’obstrue”; “se pode seguramente usar deste cosimento, como em as obstruçoens do Utero, em que já fizeraõ singulares experiencias do uso da Kinna, e chalebiados unidos os DDr. Friend., (...) Purcceli (...) e outros” ¹¹³⁰ .

¹¹²¹ Ibidem, p. 344-345.

¹¹²² Ibidem, p. 344.

¹¹²³ Ibidem, p. 345.

¹¹²⁴ Ibidem.

¹¹²⁵ Ibidem, p. 362.

¹¹²⁶ Ibidem.

¹¹²⁷ Ibidem, p. 416.

¹¹²⁸ Ibidem, p. 416-417.

¹¹²⁹ Ibidem, p. 425.

¹¹³⁰ Ibidem, p. 426. Referem-se também propriedades da quina: “A Kinna não he fixante, ou coagulante dos succos, para que estes se empatem viscidos, nem o crasso corpo da Kinna pode entrar pelos Lacteos vasos ás glandulas, porque he famoso corpo attenuante, (...) e os Lacteos impedem a entrada a todo o crasso” (Ibidem, p. 425-426).

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
****pílulas para as “Mezentericas Febres” ¹¹³¹	Antifebril: “destructivo do fermento [febril]” ¹¹³²
****“Cozimento de Casca Peruvianna” ¹¹³³	“Para destruir o febril Fermento em qualquer Intermittête Febre, que acõmette aos meninos (...) O motivo deste uso [o medicamento era administrado através de clisteres] consiste em que estes meninos de nenhuma sorte tomaõ pela boca estes taõ amargos corpos, e ser precisa sua ministraçaõ. A observaçaõ tem mostrado em grande numero de infantes, o seu effeito, e pelo contrario nada operarem em os adultos. (...) Porêm em ordem ao Fermento, que os succos trazem, tanto podem aproveitar em os lactantes, como em os Adultos, porque em a mesma ordem se filtraõ, fluem os succos, e mutuamente encontrando-se podem ser destruidos” ¹¹³⁴
****fórmula sem nome (clister febrífugo do Dr. Hadr. Helveti ¹¹³⁵)	“A ordem de ministrar estes clisteis se segue, lançando hum, acabado o paroxismo; deposto este, se lança outro, e assim se repetem tantos, quantos puder ser desde hum a outro paroxismo, continuando por esta ordem até se auzentar a Febre” ¹¹³⁶
****fórmula sem nome (clister febrífugo)	Atividade febrífuga ¹¹³⁷
****“Cozimento, ou Agoa Febrifuga Prodigioza” ¹¹³⁸	“Obtem dous especiaes phenomenos Solutivo, e Fibrifugo, para vencer todo o genero de Intermittentes Febres, destruindo o seu Fermento febril, já benignas terçaãs, já perniciosas, ou Malignas; porque todas cedem á sua prodigioza organizaçaõ. Ainda que a Febre seja continua, ou accessional, será sufficiente para o seu uso o ter precedido em o seu principio qualquer leve rigor de frio, ou observar-se, que em hum dia he o crescimento, ou Thypho da Febre mayor que outro, porque he efficaz em destruir o seu fermento: e como juntamente he solutiva, promptamente depõem a causa, e minera, isto he, evacuando os succos, pelo intestino recto impregrenados do Fermento, (se ainda não está rebatido o seu vigor) para que não torne a suscitar fermentaçõens” ¹¹³⁹

¹¹³¹ Ibidem, p. 426.

¹¹³² Ibidem.

¹¹³³ Ibidem.

¹¹³⁴ Ibidem.

¹¹³⁵ Ibidem, p. 427.

¹¹³⁶ Ibidem.

¹¹³⁷ Ibidem.

¹¹³⁸ Ibidem, p. 429.

¹¹³⁹ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
*****“Electuario Chalebiado” ¹¹⁴⁰	“Os seus phenomenos são Aperitivo, ou Reserante dos succos glutinosos, que obstruem as visceras, Febrifugo, com que destroe o fermento das Intermittentes Febres, (...) Com especialidade se ministra, para desobstruir as visceras em a Cachexia, e as uterinas glandulas, facilitando a filtração do fermentante succo uterino, vence os productos, que causa huma falta mensal, ou todos os hystericos insultos, excitados a sua falta” ¹¹⁴¹
*****“Electuario de Casca Peruviana” ¹¹⁴²	“aproveitando com este em as coagulatorias Febres, para reduzir a massa ao seu natural estado, com a sua textura Amarga, Balsamica, e sulphureo-volatil” ¹¹⁴³
*****“Electuario Peruvianno Adstringête” ¹¹⁴⁴	“efficaz auxilio, para cohibir o esputo sanguineo vindo dos Polmunes vasos abertos em a Pthisis, pois de tal sorte os consolida com segurança sem ficar exulceração do sitio, o que consta de innumeraveis observaçoens. (...) A Kinna <i>per se</i> louvaõ em este cazo de hemopthisis, ou esputo sanguineo, varios praticos” ¹¹⁴⁵
*****“Electuario Peruvianno Epileptico” ¹¹⁴⁶	“He prestantissimo, e certissimo auxilio em soccorrer os insultos epilepticos (...) Vence totalmente os hystericos insultos, e as irrisorias convulsoens dos mordidos da Tarantula, insecto como Aranha, (...) Opera destruindo, ou desorganizando com a sua textura os succos, que formavaõ os insultos epilepticos. Eis-aqui a Kinna destructiva, e não estyptica pois havia constangir mais a convulsas fibras em a Epilepsia. Este Electuario tem por baze aquelle grande Auxilio para qualquer Febre Lenta, e juntamente remittente, ou intermittente, (...) que o <i>Dr. Wainwright</i> da Kinna, e Raiz de Serpentaria Virginianna em pó unidos, muito louvou, e mostra conveniente o seu uso” ¹¹⁴⁷

¹¹⁴⁰ Ibidem, p. 434.

¹¹⁴¹ Ibidem.

¹¹⁴² Ibidem, p. 436.

¹¹⁴³ Ibidem, p. 438.

¹¹⁴⁴ Ibidem, p. 442.

¹¹⁴⁵ Ibidem, p. 442-443.

¹¹⁴⁶ Ibidem, p. 444.

¹¹⁴⁷ Ibidem, p. 444-445.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacoepa Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
*****“Electuario Salinò-amaro Especifico” ¹¹⁴⁸	“He especifico Ante-febril, com que se destroe o fermento a todo o genero de Intermittentes Febres, (...) Excepto em huma especie de Intermittentes não aproveitará, como não aproveitaõ, os mais febrifugos, (...) nem sempre a Kinna aproveita em as Intermittentes, talvez por ter encontrado aquella especie, ou talvez por esta especie ter circumstancia em o phenomeno de seu fermento, inapta a ser destruida pela especifica textura da Kinna, (...) que não havendo esta circumstancia, não se tem demonstrado mais certo febrifugo, que a Kinna, e este seu composto” ¹¹⁴⁹
*****“Hausto Peruviano” ¹¹⁵⁰	“He singular Febrifugo este Hausto em destruir o Fermento das Intermittentes febres” ¹¹⁵¹
*****“Infuzaõ da Kinna” ¹¹⁵²	“He hum singular Febrifugo, para destruir o Fermento das Intermittentes Febres (...) Póde servir com utilidade em as Gangrenas de causa fria interiormente exhibida” ¹¹⁵³
*****“Julep. de Cinnamomo Celeste” ¹¹⁵⁴	“Seguro Febrifugo, em que nunca encontrey falta em destruir o Fermento das Intermittentes febres em qualquer especie” ¹¹⁵⁵ ; “se usa em os casos, em que a pratica ministra todas essas Agoas de Inglaterra” ¹¹⁵⁶
***** (Julepo) “solutivo” ¹¹⁵⁷	“Ministrado (...) qualquer Febrifugo, não havendo ja os paroxismos, porêm o paciente existe com debilidade em os pulsos, fraco, fastio, e algumas vezes moderada Febre, se trate de evacuar suavemente com solutivo, alliàs póde tomar vigor o Fermento para a reincindêcia” ¹¹⁵⁸ ; “Tenho experimentado cesar [sic] algumas vezes o delirio, que acompanhava a estes febricitantes, cõ o uso deste Julep. (...) Em fim serve em os mesmos lances, em que a pratica usa do Basuartico do <i>Dr. Curvo</i> solutivo” ¹¹⁵⁹

¹¹⁴⁸ Ibidem, p. 446.

¹¹⁴⁹ Ibidem.

¹¹⁵⁰ Ibidem, p. 491.

¹¹⁵¹ Ibidem, p. 492.

¹¹⁵² Ibidem, p. 499.

¹¹⁵³ Ibidem.

¹¹⁵⁴ Ibidem, p. 504.

¹¹⁵⁵ Ibidem.

¹¹⁵⁶ Ibidem, p. 505.

¹¹⁵⁷ Ibidem, p. 504.

¹¹⁵⁸ Ibidem.

¹¹⁵⁹ Ibidem, p. 504-505.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacoepa Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
*****“Mixtura de Kinna” ¹¹⁶⁰	“doma, ou destroe o febril fermento [sic] das Intermittentes febres, e o seu generico phenomeno attenuante da sanguinea massa, com que desfaz a sua coaguição formante da Gangrena dita de causa fria” ¹¹⁶¹
*****Tintura (sem outra designação)	Não é indicada a atividade terapêutica ¹¹⁶²
*****“Tinctura Burgundica” ¹¹⁶³	“Singular Febrifugo, com que se doma o fermento das Intermittentes febres. (...) não he dissimilhante ás celebradas Agoas de Inglaterra” ¹¹⁶⁴
*****“Vinho Chalebiado Esthomachico” ¹¹⁶⁵	“muito aproveita em as Intermittentes febres associadas com obstruçoens das visceras, (...) He egregio o seu uso em a Hydropesia” ¹¹⁶⁶
*****“Preparaçã da Quina em fôrma de pós” ¹¹⁶⁷	“Estes pós não são menos especiaes que os pós febrifugos certos de Bateo, para fugarem a todas as terçaãs, quartaãs, e quotidianas” ¹¹⁶⁸
*****“Preparaçã em fôrma de extracto simple” ¹¹⁶⁹	“He muito bom para os febricitantes, que não podem tollerar o amargo da Quina, porque se lhes póde administrar em pilulas, que deste modo não sentirá o paciente o sabor ingrato” ¹¹⁷⁰
*****fórmula sem nome (pílulas)	Antifebril ¹¹⁷¹
*****fórmula sem nome (pílulas)	Antifebril ¹¹⁷²

¹¹⁶⁰ Ibidem, p. 516.

¹¹⁶¹ Ibidem.

¹¹⁶² Ibidem, p. 538.

¹¹⁶³ Ibidem, p. 540.

¹¹⁶⁴ Ibidem.

¹¹⁶⁵ Ibidem, p. 550.

¹¹⁶⁶ Ibidem.

¹¹⁶⁷ COELHO – Pharmacoepa Tubalense Chimico-Galenica, Parte Terceira ... (Discurso Physico-Medico...) p. 51.

¹¹⁶⁸ Ibidem, p. 52.

¹¹⁶⁹ Ibidem.

¹¹⁷⁰ Ibidem.

¹¹⁷¹ Ibidem.

¹¹⁷² Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
*****“Preparação em forma de Extracto composto” ¹¹⁷³	“He muy especifico, e prestantissimo este extracto, assim pelas insignes virtudes, de que consta, contra os insultos epilepticos, e contra os hystericos; como pelas boas operaçoens que produz em todas as febres intermittentes pertinazes” ¹¹⁷⁴
*****fórmula sem nome ¹¹⁷⁵ (tintura preparada com espírito de vinho)	Antifebril
*****“agoa febrifuga” ¹¹⁷⁶	Antifebril (não é indicado mas presume-se a atividade terapêutica devido ao nome da fórmula)
*****fórmula sem nome (é uma tintura “sem ser espirituosa” ¹¹⁷⁷)	“muitas vezes se tem usado com felices successos nas terçaãs exquisitas, notas, doubles, subintrantes, e ainda nas perniciozas, como a experiencia o poderá acreditar” ¹¹⁷⁸
***** “sal lixivioso”; “Preparação em forma de Sal simple” ¹¹⁷⁹	“Hum, e outro sal saõ muy pretantissimos [sic] para desterrarem as accessoens das febres, que principiaõ com refrigeraçaõ, quer sejaõ intermittentes, ou remittentes” ¹¹⁸⁰ (o autor sugere 2 métodos diferentes para preparar este sal lixivioso)
*****sal lixivioso “misturado com extracto” (febrífugo)	Antifebril
*****“Preparação em forma de Sal composto” ¹¹⁸¹	“He este sal composto admiravel, para as ditas febres accessioaes (...) misturado com algum extracto, e reduzido na fôrma de pilulas, ou dissolto em alguma agoa febrifuga” ¹¹⁸²

¹¹⁷³ Ibidem.

¹¹⁷⁴ Ibidem, p. 53.

¹¹⁷⁵ Ibidem.

¹¹⁷⁶ Ibidem.

¹¹⁷⁷ Ibidem.

¹¹⁷⁸ Ibidem.

¹¹⁷⁹ Ibidem, p. 54.

¹¹⁸⁰ Ibidem.

¹¹⁸¹ Ibidem.

¹¹⁸² Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacoepa Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(continuação)

Medicamento	Atividade terapêutica
***** <i>Preparação em forma de Xarope simple</i> ¹¹⁸³	“taõ certo febrifugo; (...) Xarope muy util para todas as febres, tanto intermittentes, como remittentes [sic]” ¹¹⁸⁴
***** <i>agoa antifebril</i> ¹¹⁸⁵	Antifebril
***** <i>Preparação em fôrma de pilulas</i> ¹¹⁸⁶	“Estas pilulas saõ muy proprias para os tercianarios, e quartanarios, que aborrecem o tomar as tinturas, e xaropes, que da Quina se fazem; e saõ o unico febrifugo, que ha contra a rebeldia das terçaãs, quartaãs, quotidianas, e himetriceos: porque as desterra sem o menor temor de recahida, as quaes se ham de administrar depois de haver precedido sufficiente deposição do que se chama causa antecedente” ¹¹⁸⁷
***** <i>Preparação em fôrma de electuario intitulado: Conserva para quartaãs</i> ¹¹⁸⁸	“Este electuario produz admiraveis effeitos nas quenturas febriz, pois naõ taõ sómente desterra a febre quartaã, porêm tambem a terçaã, quotidiana, e himetriceos” ¹¹⁸⁹
***** <i>Preparação em fôrma de vinho</i> ¹¹⁹⁰	“He muito singular para fugar a todas as febres quotidianas, intermittentes, terçaãs, e quartaãs” ¹¹⁹¹
***** <i>Preparação em fôrma de agoa distillada</i> ¹¹⁹²	“Pois he certo resulta esta agoa muy excelentissima para fugar as accessoens febriz” ¹¹⁹³
***** <i>Preparação em fôrma de Cozimento</i> ¹¹⁹⁴	Antifebril (uma vez que é utilizado nos “febricitantes” ¹¹⁹⁵)
“Enemas” ¹¹⁹⁶	Antifebril

¹¹⁸³ Ibidem.

¹¹⁸⁴ Ibidem, p. 55.

¹¹⁸⁵ Ibidem.

¹¹⁸⁶ Ibidem.

¹¹⁸⁷ Ibidem.

¹¹⁸⁸ Ibidem.

¹¹⁸⁹ Ibidem.

¹¹⁹⁰ Ibidem, p. 56.

¹¹⁹¹ Ibidem.

¹¹⁹² Ibidem.

¹¹⁹³ Ibidem, p. 57.

¹¹⁹⁴ Ibidem.

¹¹⁹⁵ Ibidem.

¹¹⁹⁶ Ibidem.

Quadro 9 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica (1751)

(conclusão)

Medicamento	Atividade terapêutica
***** “talhadas febrifugas” ¹¹⁹⁷	Antifebril
“ajudas” (fórmula sem título atribuído) ¹¹⁹⁸	Antifebril

Para além das fórmulas apresentadas no quadro precedente, esta terceira parte da primeira edição da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* possui ainda três outras preparações farmacêuticas que não contêm quina, mas que podiam ser associadas a cozimentos de quina. O “Açafrão de Marte adstringente”¹¹⁹⁹, podia ser administrado em vários cozimentos como, por exemplo, o de cevada e quina, ou o de raiz de tormentila, e usava-se com “feliz successo em todas as rejeições de sangue”¹²⁰⁰; o “Sal Aromatico Anti-Febril”¹²⁰¹ podia ser administrado em cozimento de quina “feito em agua de Cerejas negras”¹²⁰², e tinha várias virtudes terapêuticas designadamente: “effeitos nas Obstrucções do Baço, e Mesenterio”, “vence[r] o veneno da Víbora, e do Alacrão”, e “soccorre[r] as cloroticas, e desterra[r] a suffocaçãõ Uterina”¹²⁰³; e os “Trociscos Grecos”¹²⁰⁴, deveriam ser administrados num cozimento de quina “feito em agua de Beldroegas” para combater o “fluxo Hepatico”¹²⁰⁵. Adicionalmente, o “Xarope Chalybeado”¹²⁰⁶ também é declarado muito útil “para vencer a Quartã resistente, administrado com a Quina-quina”¹²⁰⁷. São também indicadas algumas preparações que poderiam ser usadas quando as febres intermitentes tivessem resistido ao tratamento com a quina¹²⁰⁸.

Note-se ainda que, para Rodrigues Coelho, o medicamento intitulado “Cozimento, ou Agoa Febrifuga Prodigioza”¹²⁰⁹, produzia melhores efeitos do que a própria Água de Inglaterra.

A propósito da fórmula intitulada “Electuario de Casca Peruviana”¹²¹⁰ menciona-se a existência de “huma especie de Kinna espuria, ou falsa, propriamente nominada *Cascarilha*”¹²¹¹,

¹¹⁹⁷ Ibidem.

¹¹⁹⁸ Ibidem.

¹¹⁹⁹ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ...p. 178.

¹²⁰⁰ Ibidem.

¹²⁰¹ Ibidem, p. 238.

¹²⁰² Ibidem, p. 239.

¹²⁰³ Ibidem.

¹²⁰⁴ Ibidem, p. 252.

¹²⁰⁵ Ibidem.

¹²⁰⁶ Ibidem, p. 270.

¹²⁰⁷ Ibidem, p. 271.

¹²⁰⁸ Ibidem, p. 130, 152, 204, 207 e 287.

¹²⁰⁹ Ibidem, p. 429.

¹²¹⁰ Ibidem, p. 436-438.

¹²¹¹ Ibidem, p. 436.

chamada de “Casca Eleutheria” que “Os Brunswicenses, e Germanos (...) confundem, e estimaõ por Kinna optima, naõ sem engano. Os Lusitanos talvez confundaõ estes nomes com o da Kinna, sendo diversos”¹²¹². A dita cascarilha teria ação contra as febres intermitentes e outras atividades terapêuticas, nomeadamente no tratamento de diarreias, e seria também “mais tonica que a Kinna”¹²¹³.

Rodrigues Coelho afirma também que “os defeitos” que podiam “embaraçar o destructivo phenomeno da optima Kinna regular ministrada” eram: “os effeitos do morbo”; uma dose insuficiente; ou o “defeito em seu adulterio, e o pratico a estar ministrando como legitima, e o morbo tomando incremento por falta de ser optima á destruição do fermento [febril]”¹²¹⁴. Segundo Rodrigues Coelho “*O Dr. Strother*” presumia “que a primitiva Kinna conduzida á Europa, foy mais genuina, que a presente usada: (...) porque hoje além de nos enganarem a olhos claros, e admirarmos sem as electivas circunstancias, se consomem cascas do tronco, e nos falta as dos menores ramos”¹²¹⁵. Alerta ainda que o uso de uma quina falsa poderia suscitar “sinistros lances”¹²¹⁶ e dúvidas acerca da atividade terapêutica da verdadeira quina. Rodrigues Coelho indica que, caso os doentes não quisessem tomar a quina devido ao seu sabor amargo, esta poderia ser administrada sob a forma de clisteres¹²¹⁷. Na *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* constam também preparações farmacêuticas com quina cuja fórmula já fora secreta, como o “Febrifugo Angelicano”¹²¹⁸ e a “Opiata, ou Confeição Anti-Febril Chalybeada”¹²¹⁹. Afirmava-se que o “Febrifugo Angelicano” era “aquelle famigeradissimo invento, ã contra as Quartãs intermitentes tinha occulto certo Medico Inglez, a quem ElRey Christianissimo o comprou por grande preço, e depois de falecido o dito Medico, o revelou a todos os seus subditos”¹²²⁰. Relativamente à “Opiata, ou Confeição Anti-Febril Chalybeada”, Rodrigues Coelho declarava que fora “tida em grande segredo por hum Medico Inglez, e depois por muitas vezes experimentada”¹²²¹.

¹²¹² Ibidem.

¹²¹³ Ibidem, p. 437.

¹²¹⁴ Ibidem, p. 491.

¹²¹⁵ Ibidem, p. 491-492.

¹²¹⁶ Ibidem, p. 492.

¹²¹⁷ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ... (Discurso Phisico-Medico...), p. 57.

¹²¹⁸ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ...p. 161.

¹²¹⁹ Ibidem, p. 191.

¹²²⁰ Ibidem, p. 161.

¹²²¹ Ibidem, p. 191.

3.2.2.9. *Pharmacopea Lusitana* (1754)

A quarta edição da *Pharmacopea Lusitana* foi póstuma e publicada em 1754. Tem a mesma organização e secções da terceira edição, com 12 tratados e um léxico farmacêutico no final da obra. O prólogo é também o mesmo da edição de 1725.

Na quarta edição mantém-se uma monografia da quina. A monografia da quina é praticamente igual à da edição de 1725, apenas com algumas diferenças na grafia de algumas palavras. A monografia contém as mesmas informações quanto à proveniência geográfica da quina (Peru, província de Quito, “em os montes vizinhos da Cidade de *Loxa*”¹²²²), características morfológicas da árvore da quina (“he quasi do tamanho das nossas Cerejeiras, tem as folhas redondas, e denteladas ao redor, lança huma flor comprida declinante a vermelho, ao pé da qual sahe huma bainha, em que está encerrada huma especie de amendoa chata, branca, e envolta em huma pelle, ou membrana delgada”¹²²³), existência de uma espécie bravia e de outra cultivada (sendo a cultivada melhor), e atividade terapêutica da quina (contra as febres terçãs, quartãs, contínuas e malignas).

Relativamente aos medicamentos com quina estes são também os mesmos das edições de 1711 e de 1725, perfazendo um total de 11. Mantêm-se também as outras referências à quina no *Lexicon Pharmaceutico*, bem como o cozimento substituto da Água de Inglaterra ou da água lusitana destinado aos pobres¹²²⁴.

¹²²² ANTONIO – *Pharmacopea Lusitana*... (1754), p. 58.

¹²²³ *Ibidem*.

¹²²⁴ *Ibidem*, p. 130.

3.2.2.10. *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1760)

A segunda edição da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, foi publicada em 1760, e é dedicada ao Desembargador João Alvares da Costa. As licenças são as mesmas apresentadas para a edição de 1735. Nesta segunda edição, que Inocêncio Francisco da Silva declara ser uma reimpressão¹²²⁵, o primeiro tomo da obra (primeira parte) mantém a estrutura da edição de 1735, sendo composto pelos mesmos capítulos. Inclui igualmente o dicionário de termos farmacêuticos, as monografias de vários símplices dos diversos reinos da natureza, e várias informações sobre operações farmacêuticas. O segundo tomo (segunda parte) é também composto pelos mesmos capítulos presentes na primeira edição.

A monografia da quina (que se mantém no primeiro tomo da obra) é exatamente igual à da edição anterior. Contém as mesmas informações sobre a origem, critérios de escolha, virtudes terapêuticas e doses recomendadas da quina, e mantém a informação sobre a existência de dois tipos de quina (cultivada e bravia).

Mantêm-se as fórmulas com quina que estavam presentes no segundo tomo da primeira edição, perfazendo um total de 14. Na secção que indica as doses dos medicamentos mais comumente usados, constam igualmente as mesmas fórmulas com quina, bem como a dose da quina administrada isoladamente.

Segundo afirma Inocêncio Francisco da Silva (numa obra publicada em 1862), esta farmacopeia tornara-se rara no mercado, “sem embargo das suas duas edições”, afirmando que tinha sido uma obra “n’outro tempo estimada, e ouvi que se venderam exemplares completos e bem acondicionados até o preço de 4:800 réis; porém hoje valem, segundo creio, quantias mais inferiores”¹²²⁶.

¹²²⁵ SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brasil.** [Em linha]. Tomo Sexto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. [Consult. 12 Dez. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008957&bbm/5415#page/6/mode/2up>>, p. 93.

¹²²⁶ Ibidem.

3.2.2.11. *Pharmacopea Bateana* (1763)

Esta tradução da *Pharmacopea Bateana*, publicada em 1763, terá sido efetuada por D. António dos Mártires (1697-1768). O autor da tradução também terá publicado a obra *Collectaneo Pharmaceutico* (publicada em 1735, e com uma segunda edição em 1768), sob o pseudónimo de António Martins Sodré¹²²⁷.

No título desta obra indica-se que foi “augmentada com os segredos Goddardianos de Jonathan Goddardo, Medico Celeberrimo Londinense, com o Appendix à mesma Farma de Thomás Fuller; e accrescentada Com um Additamento de várias Fórmulas, ou Receitas, e composiçoens de Joaõ Junchero, e Francisco Paulino Touquet, e de outros”¹²²⁸. Não contém qualquer prólogo, nem esclarecimentos sobre as motivações do tradutor para empreender a tradução da obra. Consta apenas a informação de que a obra foi dada à luz “POR HUM PROFESSOR Da mesma Arte”. Nesta farmacopeia não se incluem monografias de drogas de origem vegetal, animal ou mineral. Assim, após o frontispício, inicia-se imediatamente a listagem das fórmulas dos medicamentos. Após esta primeira coleção de fórmulas, existe uma pequena secção intitulada “NOMES GENERICOS, de que usão os Authores deste Livro”¹²²⁹. Segue-se o “ADDITAMENTO” com paginação própria, em que constam fórmulas de mais medicamentos, bem como algumas informações sobre, por exemplo, águas naturais (seguida da fórmula e modo de preparação de várias águas medicinais); bálsamos (seguida das receitas de vários bálsamos medicamentosos); ou banhos (após as quais constam as receitas de vários “banhos” recomendados para tratamentos médicos), entre outros.

Na secção principal da farmacopeia mantêm-se as 2 fórmulas já presentes na edição de 1713 de D. Caetano de Santo Antonio, e são acrescentadas no aditamento 18 outras fórmulas com quina (perfazendo um total de 20 fórmulas com quina nesta farmacopeia). Nota-se assim um aumento muito significativo do número de fórmulas com quina da edição de 1713 para a edição de 1763. No que se refere ao “Extractum Febrifugum”¹²³⁰, este medicamento mantém os componentes indicados na edição de 1713, mas a receita contém informações adicionais acerca da atividade terapêutica desta fórmula. Assim, indica-se que este extrato febrífugo “he optimo nas terçãas, e quartãas”¹²³¹. Quanto ao “Pulvis Febrifugus certus” aponta-se que “valem nas febres intermitentes, como terçãas, quartãas, e febres cotidianas, dadas nos dias livres, ou em horas de remissaõ de quatro em quatro horas em quanto basté de vinho, ou agoa de centauria menor, ou partes iguaes de hum, e outro licor: mataõ as lombrigas, conduz nos mordidos de animaes

¹²²⁷ GANDRA, Manuel J. – **Subsídios para a bibliografia crítica das fontes e estudos respeitando à alquimia e disciplinas conexas em Portugal**. [Em linha]. [Consult. 21 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/16468515/iatroquimica-espagiria-e-remedios-de-segre-do-081>>.

¹²²⁸ J. – *Pharmacopea Bateana...* (1763), frontispício da obra.

¹²²⁹ *Ibidem*, p. 336.

¹²³⁰ *Ibidem*, p. 135.

¹²³¹ *Ibidem*.

venenosos, dados em agoa de cardo santo, ou de escordio: dosis atè huma outava¹²³². No “ADDITAMENTO DE VARIAS FÓRMAS, OU RECEITAS, e composiçoens de Joaõ Junchero, Francisco Paulino Touquet, e de outros: Obra utilissima para o bem commum¹²³³ encontram-se mais 18 fórmulas: a “verdadeira [água] de S. Jeronimo¹²³⁴ que, com dezenas de componentes para além da quina, tinha recomendações terapêuticas variadas:

“effeitos, em queixas de causas frias, v.g. para a enxaqueca, ou qualquer dor de cabeça, não sendo o sujeito ardente: para dores, e fraquezas frias do estomago: optima na hipocondria, na gota coral, vertigens: aviva os espiritos vitaes, e animaes; discute flatos, dissolve obstruçoens, humores crassos; apaga as colicas frias; he hesterica: resolve, discute, e conforta. Vale nas queimaduras, extrahe das chagas toda a immundicia, e as alimpa: he boa para precaver parlesias, apoplexias, e convulsoens¹²³⁵;

um electuário roborante do estômago (são apresentadas 3 fórmulas com a designação de “Ellectuarios Roborantes do estomago¹²³⁶, das quais uma delas é preparada com quina) que corroboraria “muito o estomago, e partes vinceraes, suspêdendo todos os cursos, e mais fluxos do ventre” e que seria “bom ellectuario febril, para desfazer obstruçoens, e apagar as febres¹²³⁷; um electuário analético¹²³⁸; o “Ellectuario Salsuginoso¹²³⁹, “para o uzo de terçãas, e quartans, e para todo o genero de febres internitentes [sic]¹²⁴⁰; o “Fumo para salivar, ou salivante¹²⁴¹ indicado “para se tomar cada hum por sua vez como tabaco, chamado de hervas para salivar¹²⁴²; uma infusão roborante e nervina¹²⁴³; uma mistura expetorante¹²⁴⁴; uma mistura com atividade alexifármaca, analética, carminativa, estomacal, roborante e nervina das tónicas¹²⁴⁵; duas misturas anticólicas¹²⁴⁶; uma receita de pós diaforéticos¹²⁴⁷; uma receita de pós adstringentes¹²⁴⁸; outra de “Poz Sub adstringentes, e que sistem moderadamente¹²⁴⁹; uma fórmula de “Poz Temperantes, e

¹²³² Ibidem, p. 234.

¹²³³ Ibidem, p. 1 do aditamento.

¹²³⁴ Ibidem, p. 14.

¹²³⁵ Ibidem, p. 15.

¹²³⁶ Ibidem, p. 93.

¹²³⁷ Ibidem, p. 93-94.

¹²³⁸ Ibidem, p. 95.

¹²³⁹ Ibidem, p. 97.

¹²⁴⁰ Ibidem.

¹²⁴¹ Ibidem, p. 109.

¹²⁴² Ibidem, p. 110.

¹²⁴³ Ibidem, p. 125-126.

¹²⁴⁴ Ibidem, p. 131.

¹²⁴⁵ Ibidem, p. 132.

¹²⁴⁶ Ibidem, p. 133.

¹²⁴⁷ Ibidem, p. 139-140.

¹²⁴⁸ Ibidem, p. 144.

¹²⁴⁹ Ibidem.

Antispasmodicos”¹²⁵⁰; “Poz Tonicos, Nervinos, e Roborantes”¹²⁵¹; e pílulas “Estomaticas”¹²⁵². Inclui ainda um cozimento indicado nas febres quartãs¹²⁵³ e umas pastilhas febrífugas¹²⁵⁴ recomendadas “nas queixas de febre”¹²⁵⁵. Neste aditamento consta ainda a informação de que a quina era útil contra as lombrigas¹²⁵⁶.

Nesta farmacopeia a quina é designada por diversos nomes: quinaquina, quina, específico vegetal, “cascas de cascarrilhal, *vulgo* quinaquina”¹²⁵⁷ (supomos tratar-se de um erro, ou de uma corruptela do nome “cascarilha” também utilizado por alguns autores para se referirem à quina), cascas de quina ou cascas de quinaquina.

¹²⁵⁰ Ibidem, p. 148.

¹²⁵¹ Ibidem, p. 149.

¹²⁵² Ibidem, p. 155.

¹²⁵³ Ibidem, p. 80-81.

¹²⁵⁴ Ibidem, p. 136-137.

¹²⁵⁵ Ibidem, p. 137.

¹²⁵⁶ Ibidem, p. 173.

¹²⁵⁷ Ibidem, p. 109.

3.2.2.12. *Pharmacopea Portuense* (1766)

A *Pharmacopea Portuense* foi publicada em 1766 na Officina de Francisco Mendes Lima, e é da autoria de António Rodrigues Portugal.

No que respeita à estrutura da farmacopeia, esta inicia-se com uma dedicatória a João de Almada e Mello, que pertencia ao Conselho de Sua Magestade, era “Tenente General dos seus Exercitos, Governador das Armas do Partido, e Cidade do Porto, Governador das Justiças, Presidente da Marinha, e da Camara da mesma Cidade”¹²⁵⁸. Segue-se o “PROLOGO”, as “LICENÇAS”, e depois a exposição das fórmulas de diferentes medicamentos, ordenadas alfabeticamente. As fórmulas medicamentosas incluem a quantidade dos diversos componentes do medicamento, o modo de preparação, as indicações terapêuticas e as doses a administrar. A farmacopeia termina com um índice (“INDEX, Das doenças, a que se applicã os remedios que se achã nesta PHARMACOPEA”), que divide as fórmulas da farmacopeia de acordo com as doenças a que se destinavam. Neste índice indica-se também se a fórmula era para uso externo ou interno.

No prólogo da obra, António Rodrigues Portugal afirma que o principal motivo para a escrita da *Pharmacopea Portuense* foi o “Commum embaraço, em que se achã os professores da pharmacia neste Reino”, aos quais eram pedidos medicamentos cujas fórmulas estavam em farmacopeias estrangeiras (como as de Londres e de Paris), seleccionando “aquellas compoziçoens, cujas receitas andaõ mais em uzo neste nosso paiz”. Inclui fórmulas dessas farmacopeias estrangeiras e também de “varios authores”. Para além disso, sabendo que algumas pessoas dedicadas à arte da farmácia não sabiam línguas estrangeiras, apresenta as fórmulas em português, para que aqueles que não compreendiam línguas estrangeiras as conseguissem preparar. Deste modo, “todas as vezes ã lhes forem receitadas” teriam “promptas na lingua vulgar com pouca despeza, e em hum só livro, as ditas compoziçoens, o que facilmente não achariaõ em muitos”. Indica que a obra seria útil não só a cirurgiões como também a médicos “principiantes” que encontrariam nesta farmacopeia “muitas formulas bem concertadas, com as suas virtudes, e dóses, e juntamente com muitas advertencias necessarias, tiradas de huma boa pratica a respeito da sua administração, o que fas ser maior, a sua utilidade”. Diz também que não quis incluir um grande número de medicamentos (como tinham feito “muitos dos AA. modernos”) nem incluir medicamentos frívolos ou “inuteis ao meu objecto”, mas sim “medicamentos bons”, “simpleces” “e de nenhuma sorte ingratos aos doentes” que permitissem uma cura rápida e segura¹²⁵⁹.

Esta farmacopeia concentra-se apenas nas fórmulas farmacêuticas e não inclui monografias de drogas.

¹²⁵⁸ PORTUGAL – *Pharmacopea Portuense* ... frontispício.

¹²⁵⁹ PORTUGAL – *Pharmacopea Portuense* ...PROLOGO, sem paginação.

Nesta farmacopeia há receitas para a preparação de 4 medicamentos com quina: “COZIMENTO PERUVIANO”¹²⁶⁰, “ELECTUARIO PERUVIANO”¹²⁶¹, “TINTURA DE QUINNA simples da Pharm. de Londres”¹²⁶² e “XAROPE DE QUINNA da Pharm. de Pariz”¹²⁶³.

O autor da *Pharmacopea Portuense* recomenda fórmulas com quina para diversas afeções: contra as bexigas (cozimento peruviano); no tratamento das febres intermitentes, que incluíam as febres terçãs, quartãs e quotidianas (cozimento peruviano, electuário peruviano, tintura de quina simples e xarope de quina); gangrena (cozimento peruviano, tintura de quina); e na indigestão do estômago (electuário peruviano).

A propósito do cozimento peruviano, o autor afirma que “Este modo de dar a quinna foi inventado para aquelles, cujo estomago he sujeito a lançala fora quando a tomaõ em substancia”¹²⁶⁴. Segundo Rodrigues Portugal, era “taõ conhecida a virtude da Quinna, que já hoje não temos necessidade de mais explicação” indicando que a casca de quina era eficaz nas febres e tinha “o mesmo valor nas feridas, e Gangrenas”¹²⁶⁵. Aponta ainda que o Dr. Mead aconselhava a quina no tratamento daquela “terrivel especie de bexigas, em que a cutis se cobre de manchas negras, que são realmente gangrenas, e huma grande quantidade de sangue sahido por todos os poros do corpo”. Segundo Rodrigues Portugal, o Dr. Mead aconselhava também um “extracto puro de Quinna” no tratamento das bexigas “todas as vezes que a febre das bexigas he acompanhada de huma Terçãa simples, ou doble”¹²⁶⁶. Rodrigues Portugal declara que a administração da quina “na maturação das pustulas” não causaria nenhuma obstrução, e podia “facilmente impedir na supuração o augmento fermentativo do sangue, e a perturbação dos humores, vindo com a supressão destes movimentos a succeder tudo felismente, e sem interrupção”¹²⁶⁷, embora se devesse usar um clister para “laxar o ventre” antes de ministrar a quina. Apontava ainda que antes de usar a quina numa febre terçã ou intermitente “será muito util, (...) despejar o estomago e primeiras vias com hum emetico”¹²⁶⁸ de ipecacuanha.

O electuário peruviano, por seu turno, era “o melhor methodo de dar a quinna, quando o estomago não recuz a tomala em sustância”¹²⁶⁹. Segundo António Rodrigues Portugal, este electuário era muito eficaz nas febres intermitentes e também “em qualquer outra indispozição periodica”¹²⁷⁰. Deveria ser administrado “nos intervallos do paroxismo” mas sempre precedido pelas “evacuaçoens necessarias”¹²⁷¹.

¹²⁶⁰ Ibidem, p. 34.

¹²⁶¹ Ibidem, p. 66.

¹²⁶² Ibidem, p. 159.

¹²⁶³ Ibidem, p.176.

¹²⁶⁴ Ibidem, p. 36.

¹²⁶⁵ Ibidem, p. 34.

¹²⁶⁶ Ibidem, p. 35.

¹²⁶⁷ Ibidem, p. 35-36.

¹²⁶⁸ Ibidem, p. 36.

¹²⁶⁹ Ibidem, p. 66.

¹²⁷⁰ Ibidem, p. 67.

¹²⁷¹ Ibidem.

O xarope de quina era apresentado como um febrífugo “e por isso muito proprio para impedir as febres intermitentes”, mas antes de o doente tomar o xarope era necessário purgá-lo e efetuar as “sangrias necessarias”¹²⁷².

É também referido que nas febres intermitentes, quando a quina “não tiver aproveitado”¹²⁷³ poderia ser útil a administração de um outro medicamento, a “MISTURA ANTIEMETICA. e febrifuga”¹²⁷⁴, que não continha quina na sua composição.

¹²⁷² Ibidem, p. 176.

¹²⁷³ Ibidem, p. 123.

¹²⁷⁴ Ibidem, p. 122.

3.2.2.13. *Pharmacopea Meadiana* (1768)

A *Pharmacopea Meadiana*, publicada em 1768 em Portugal, é uma tradução e adaptação de António Rodrigues Portugal da *Pharmacopea Meadiana* da autoria de Richard Mead (1673-1754).

A obra é composta por: uma “ADVERTENCIA”, em que Rodrigues Portugal introduz a farmacopeia, explicando porque produziu esta obra; um “INDEX DAS DOENÇAS”; um “INDEX DOS REMEDIOS”; e a secção principal, em que estão contidas diversas receitas para a preparação de medicamentos. Estas receitas de medicamentos estão divididas de acordo com a doença a que se destinam. Assim encontramos uma parte com fórmulas destinadas ao tratamento das febres contínuas, das “Febres miliares, petechiaes, e Eryzipelas”¹²⁷⁵, das febres intermitentes, da asma, das lombrigas, de doenças venéreas, entre outras doenças e sintomas. A farmacopeia inclui também preparações farmacêuticas que não eram da *Pharmacopea Meadiana*, mas que tinham sido utilizadas na prática clínica de António Rodrigues Portugal, presumidamente com bons resultados. Esta farmacopeia não contém pois nenhuma secção dedicada a matérias-primas para a preparação de medicamentos (a secção de matéria médica) nem nenhuma secção dedicada a operações farmacêuticas. Nesta farmacopeia não se incluem, portanto, monografias das drogas.

Na dita advertência que encontramos no início da obra, António Rodrigues Portugal explica que as fórmulas da *Pharmacopea Meadiana* original eram “o produto da pratica, e observação de muitos annos do celebre Ricardo Mead, famoso Medico Inglez”. Assevera ter observado “a muita estimação, que na quelle Paíz daõ a esta bellissima, e importante obra” e utilizado esses mesmos medicamentos nos seus doentes com sucesso. Por estas razões pensou que “faría grande serviço” aos nativos do seu país traduzindo a obra do latim para o português, acrescentando-lhe informação útil e corrigindo “innumeraveis” erros que encontrou. As fórmulas medicamentosas incluídas estariam “bem ajustadas” para curar a generalidade das doenças “a que está sujeito o genero humano”¹²⁷⁶.

Nesta farmacopeia constam 9 fórmulas diferentes com quina. A “BEBIDA ANTIFEBRIFUGA”¹²⁷⁷, uma “BEBIDA FEBRIFUGA”¹²⁷⁸ (são apresentadas 3 fórmulas sob este título, embora só uma contenha quina), duas receitas diferentes de “PÓS FEBRIFUGOS”¹²⁷⁹ (a farmacopeia inclui 3 fórmulas sob este título, duas delas com quina na sua composição), uma “TINTURA ANTIFEBRIFUGA”¹²⁸⁰, uma “TINTURA AMARGA FEBRIFUGA”¹²⁸¹, uns

¹²⁷⁵ PORTUGAL – *Pharmacopea Meadiana* ...p. 5.

¹²⁷⁶ Ibidem, “ADVERTENCIA”, sem paginação.

¹²⁷⁷ Ibidem, p. 13.

¹²⁷⁸ Ibidem, p. 14.

¹²⁷⁹ Ibidem, p. 15.

¹²⁸⁰ Ibidem, p. 16.

¹²⁸¹ Ibidem.

“BOLOS FEBRIFUGOS”¹²⁸², e a “OPEATA PURGANTE FEBRIFUGO”¹²⁸³ todas para o tratamento das febres intermitentes; e a “BEBIDA PERUVIANA”¹²⁸⁴ para tratamento do “FLUXO BRANCO”¹²⁸⁵. Metade das fórmulas indicadas nesta farmacopeia para o tratamento das febres intermitentes contêm quina (8 em 16). Cinco das preparações com quina incluídas na *Pharmacopea Meadiana* serão provenientes da obra original de Richard Mead (a “BEBIDA ANTIFEBRIFUGA”, uma das fórmulas dos pós febrífugos, a “TINTURA ANTIFEBRIFUGA”, a tintura amarga febrífuga e a bebida peruviana), e as outras quatro serão provenientes da prática clínica de Rodrigues Portugal (a bebida febrífuga, uma das fórmulas dos pós febrífugos, os bolos febrífugos e a “OPEATA PURGANTE FEBRIFUGO”).

¹²⁸² Ibidem, p. 17.

¹²⁸³ Ibidem.

¹²⁸⁴ Ibidem, p. 69.

¹²⁸⁵ Ibidem, p. 68.

3.2.2.14. *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica* (1772)

A *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica*, da autoria do boticário beneditino Frei João de Jesus Maria, foi publicada em 1772. Está dividida em duas partes. A terceira parte existe apenas sob a forma de um manuscrito e nunca foi publicada (embora possuísse as autorizações necessárias) não sendo por isso alvo da nossa análise, já que não estava disponível para utilização pelos farmacêuticos na sua prática profissional¹²⁸⁶.

O primeiro tomo tem o seguinte título: *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica. Dividida em duas partes: na primeira se tracta das principaes partes e operaçoens da Pharmacologia Galenico-Chimica, com as mais particularizadas Composiçoens Antigas, e Modernas, exaggeradas com as annotaçoens, e expurgaçoens do melhor Methodo: na segunda se daõ as necessarias noticias muito exactas dos usuaes Animaes, Mineraes, e Vegetaes, que ha, e pôde haver neste Reyno; tudo instruido de razões, e experimentos, chegados ao Moderno Século, e repartido em 5 Tractados dispersos em 2. Tomos com extenso numero de exquisitios remedios de reconhecido effeito manifesto. Obra utilissima Aqualquer Professor de Medicina, e particularmente precisa aos Pharmaceuticos. Dedicada ao nosso reverendissimo D. Abbade Geral de S. Bento, E mais Monges desta Congregaçaõ de Portugal, e Provincia do Brasil.*

O segundo tomo apresenta o seguinte título: *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica. Segunda Parte. Das exactas noticias necessarias da Materia Medica Physico-Historico-Mechanica dos 3. Imperios Medicinaes Animal, Mineral, e Vegetal, com huma geral Idêa das Agoas Mineraes Medicadas, e uso da Agoa commua.*

Ambos os tomos foram editados no Porto, na Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar. O tomo I possui 2 tratados: “TRACTADO I. Da Pharmacia” e “TRACTADO II. Dos Compostos Officinaes”. O tomo II possui mais três tratados: “TRACTADO III. Do Reyno Animal”, “TRACTADO IV. Das Agoas Mineraes, e Reyno Mineral”, e “TRACTADO V. Do Reyno Vegetal”.

No capítulo II “Da geral introduccão da Materia Medica” pertencente ao Tratado I “Da Pharmacia” (Tomo I), indica-se que a quina “optima”, a tintura de quina ótima e a “*Agoa Inglesa, feita por Perito Artista*”¹²⁸⁷ tinham atividade contra as febres intermitentes, sendo a água inglesa a mais eficaz destes três tratamentos. Nesta mesma secção são também indicadas numerosas outras drogas com suposta atividade contra as febres intermitentes, como a macela, a genciana, a losna, a contraerva, os pós de ossos e crânio humano, ou as fezes de pombas e galinhas.

No Tratado V (Tomo II), indica-se que a quina pertence ao grupo das plantas antifebris e febrífugas:

¹²⁸⁶ Este valioso manuscrito pertence, por oferta de benfeitor, à Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos.

¹²⁸⁷ MARIA – *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica ...* (Tomo I, Tratado I), p. 41.

“*Antifebris, e Febrifugas* se numeraõ por mais especiaes a Quina, Genciana, Aristolochia redonda, raiz de Calumba, Fava de Sancto Ignacio, fl. de Centaurea, Carqueja, Cardo sancto, Acintro, e outras mais abundantes de particulas salino-fixas amaricantes, e resino-gommosas, com a propriedade de antifebris, e alexipharmacas”¹²⁸⁸.

Nesta farmacopeia, embora se encontrem monografias de várias drogas de origem vegetal, não há nenhuma monografia da quina. Existem, no entanto, monografias de outras plantas que eram recomendadas em associação com a quina para o tratamento das febres intermitentes: o “*Aypo palustre*” cujo sumo depurado supostamente promoveria o suor e trataria “as febres intermitentes, dado no principio dos frios”, e que, se fosse dado “com o adjuncto da Quina”¹²⁸⁹ as eliminaria completamente; a “*Chelidonea mayor*”¹²⁹⁰ cuja raiz em pó, juntamente com a quina em pó “e algum sal Ammoniaco”¹²⁹¹, dados numa infusão vinosa das folhas de celidónia maior debelaria as febres intermitentes; ou a chicória, cujo “succo depurado com algum sal cachetico chalybiado” tinha “optimo louvor nos affectos melancholicos, obstrucçoens das visceras, e inveteradas sesoens juncto com alguma Quina”¹²⁹². Por outro lado, indicava-se que, para algumas pessoas, a genciana em pó em associação com o cozimento de cardo santo e centáurea menor tinha o mesmo efeito da quina “na cura das febres chronicas accessionaes”, embora na opinião do autor “sempre se crê, lhe he mais inferior”¹²⁹³.

Atividade terapêutica dos medicamentos com quina presentes na *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica* (1772)

No quadro seguinte indicam-se os nomes dos medicamentos com quina presentes na *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica* (1772) e as respectivas atividades terapêuticas assinaladas para estas fórmulas.

Quadro 10 - Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica (1772)

(continua)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
“pilulas” ¹²⁹⁴	“Na Diabetis huma das mais perigozas, e desordenadas profusoens da ourina saõ de conhecido effeito” ¹²⁹⁵

¹²⁸⁸ MARIA – *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica ...* (Tomo II, Tratado V), p. 26.

¹²⁸⁹ *Ibidem*, p. 50.

¹²⁹⁰ *Ibidem*, p. 112.

¹²⁹¹ *Ibidem*, p. 113.

¹²⁹² *Ibidem*, p. 116.

¹²⁹³ *Ibidem*, p. 165.

¹²⁹⁴ MARIA – *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica...* (Tomo I, Tratado I), p. 44.

¹²⁹⁵ *Ibidem*.

Quadro 10 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Dogmatica medico-chimica e theorico-pratica (1772)

(continuação)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
“ <i>Extractum Febri fugum</i> ” ¹²⁹⁶	“sesoens pertinazes, e malignas” associando com a “ <i>Aqua Nucum composita</i> ” ¹²⁹⁷
“ <i>Aqúa in ulceribus antiquis correcta</i> ” ¹²⁹⁸	“Serve esta mistaõ no externo de optimo soccorro na cura das chagas antigas, corrosivas, gallicas, e tambem nas sarnas malignas, pustulas cutaneas, herpes miliars, e em outras iguaes queixas” ¹²⁹⁹
“ <i>Balsamum Febri-fugum Riberæ</i> ” ¹³⁰⁰	“nas tersans notas, e quartans pertinazes” em associação com “agoa de Nozes” ¹³⁰¹
“ <i>Decoctum febrifugum Magistrale</i> ” ¹³⁰²	“naõ só para vencer as febres intermitentes, e outras mais; mas tambem de resolver as obstrucçoens das visceras; roborar o ventriculo; matar as lumbrigas, e excitar a vontade de comer” ¹³⁰³
“ <i>Decoctum Febri fugum pro Clysteribus</i> ” ¹³⁰⁴	Antifebril (ação terapêutica implícita pelo nome do medicamento)
“ <i>Injectio vulneraria</i> ” ¹³⁰⁵	“Resolve, e deterge os humores putridos em as ulceras, e fistulas, e lhe impede a gangrena” ¹³⁰⁶
“ <i>Vinum Peruvianum, & Antifebrile expertum</i> ” ¹³⁰⁷	“grande efficacia, e seguro remedio em toda a sorte de febres, que principiaõ com frios, ou sem elles, assim intermitentes, como quotidianas, tersans, quartans, ou erraticas, tanto simples, como doubles, puras, ou spurias, inveteradas, ou recentes, sós, ou complicadas com outras enfermidades; como junctamente nas continuas, e hecticas originadas das intermitentes; e tambem nas malignas contagiosas, e pestilentes, em que se julgarem uteis os diaphoreticos, (...)” ¹³⁰⁸ ; “havendo nelle a excellencia de restaurar as forças, e appetite de comer; fortificar o estomago; rebater as sedes; e forcejar as naturaes operaçoens” ¹³⁰⁹
Tintura de Kinæ Kinæ” ¹³¹⁰	Não é indicada a atividade terapêutica

¹²⁹⁶ MARIA – Pharmacopea Dogmatica medico-chimica... (Tomo I, Tratado II), p. 199.

¹²⁹⁷ Ibidem, p. 199.

¹²⁹⁸ Ibidem, p. 212-213.

¹²⁹⁹ Ibidem, p. 213.

¹³⁰⁰ Ibidem, p. 246.

¹³⁰¹ Ibidem.

¹³⁰² Ibidem, p. 270.

¹³⁰³ Ibidem.

¹³⁰⁴ Ibidem.

¹³⁰⁵ Ibidem, p. 281.

¹³⁰⁶ Ibidem.

¹³⁰⁷ Ibidem, p. 290.

¹³⁰⁸ Ibidem.

¹³⁰⁹ Ibidem, p. 291.

¹³¹⁰ Ibidem, p. 292.

Quadro 10 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Dogmatica medico-chimica e theorico-pratica (1772)

(continuação)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
“ <i>Tinctura Cephalica</i> ” ¹³¹¹	“Presta de muito, depois das evacuaçoens necessarias, naõ só nos effeitos espasmodicos, e convulsivos, mas tambem de summa efficacia na Epilepsia, e paixoens hystericas” ¹³¹²
“ <i>Tinctura Anti febrilis</i> ” ¹³¹³	Antifebril (atividade terapêutica implícita pelo nome do medicamento)
“ <i>Tinctura corticis Peruviani Ph Edimburgensis</i> ” ¹³¹⁴	Não é indicada a atividade terapêutica
“ <i>Elixir Proprietatis cum acido</i> ” ¹³¹⁵	“He singular estomático; excita o appetite de comer; mata as lombrigas; promove os mezes; resiste á podridaõ, e peste; serve no escorbuto, e febres intermittentes, affecçoens hypocondriacas, e hystericas; dando-se com utilidade nas obstrucçoens, Icteria, e para lubrificar o ventre; e se lhe ajunctarem algum Rhabarbaro, ficará tendo o mesmo vigor, que o <i>Elixir Proprietatis cum Rhabarbaro</i> ” ¹³¹⁶
“ <i>Tinctura Japonica correctæ Extemp.</i> ” ¹³¹⁷	“Tem-se por singular em as laxidoens do ventriculo, e intestinos, servindo de refundir o tonus das glandulas, que filtraõ a mayor parte dos succos, (...) convindo em todas as mais excellencias com as da <i>Tinctura Japonica Ph. Contractæ</i> ” ¹³¹⁸
“ <i>Essentia Antifebrilis</i> ” ¹³¹⁹	“He especifica nas febres, tersans, e quartans; como tambem para roborar o estomago, e excitar o appetite de comer” ¹³²⁰
“ <i>Balsamum Mirabile Aloeticum</i> ” ¹³²¹	“He admiravel, assim para curar quaesquer feridas ainda das complicadas com fractura, ou inflâmaçaõ, como tambem para mundificar as ulceras sordidas; attenuando, e incedindo sua materia crassa, e viscida, as quaes torna limpas, impedindo-lhe a putrefacçaõ, e gangrena; com a circumstancia de confortar os nervos, e deslocaçoens, usando-se para isto juncto com vinho stíptico; e nas ulceras em agoa de Cal; dado junctamente no interno em as quedas, e debilidades do estomago” ¹³²²

¹³¹¹ Ibidem, p. 295.

¹³¹² Ibidem.

¹³¹³ Ibidem, p. 296.

¹³¹⁴ Ibidem.

¹³¹⁵ Ibidem, p. 297.

¹³¹⁶ Ibidem.

¹³¹⁷ Ibidem.

¹³¹⁸ Ibidem.

¹³¹⁹ Ibidem, p. 299.

¹³²⁰ Ibidem.

¹³²¹ Ibidem, p. 312.

¹³²² Ibidem.

Quadro 10 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Dogmatica medico-chimica e theorico-pratica (1772)

(continuação)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
“ <i>Theriaca contra Malignas</i> ” ¹³²³	“serve de notavel soccorro nas sesoens, malignas, e pestilentes; como tambem nas mais queixas, em que o <i>D. Ribera em Collectania de secretos Medicos</i> louva, e encarece a sua <i>Theriaca Angelica</i> ” ¹³²⁴
“ <i>Electuarium Epilepticum Peruvianum pro Theriacâ, seu Limonata Smaragdina</i> ” ¹³²⁵	Tratamento da epilepsia
“ <i>Electuarium Epilepticum Peruvianum succintum Ph. Extemp.</i> ” ¹³²⁶	“alem de ser confortante do coração, estomago, e cabeça, com a estimação de resistir á malignidade dos humores em as febres continuas, malignas, e petechiaes, conserva o louvor de optimo remedio nas queixas capitaes, nervosas, e hystericas; especializando-se muito na cura da Epilepsia, (...); tendo o mesmo louvor nos affectos hystericos” ¹³²⁷
“ <i>Trochisci Bezoardici</i> ” ¹³²⁸	“Saõ os dictos Trochiscos de estimação contra os coagulantes venenos, (...); servindo de grande utilidade nas febres pestilentes, malignas, e intermittentes, Bexigas, Sarampos, e todas as mais enfermidades, que não penderem de dissolução, e se der só a prudente suspeita de putrida malignidade de humores, com a precisaõ de purificar o sangue por suor, e ourinas” ¹³²⁹
“ <i>Bezoardicum Diaphoreticum, dictum ab aliquibus Curvianum</i> ” ¹³³⁰	“Serve (...) nos affectos hystericos, e convulsivos” ¹³³¹
“ <i>Decoctum Curvianum contra variolas</i> ” ¹³³²	Tratamento da varíola (atividade implícita no nome do medicamento)
“ <i>Pilulae Febrifugae</i> ” ¹³³³	“Servem estas Pilulas de summa utilidade nas febres accessionaes; ainda sendo rebeldes” ¹³³⁴

¹³²³ Ibidem, p. 341.

¹³²⁴ Ibidem.

¹³²⁵ Ibidem, p. 343.

¹³²⁶ Ibidem.

¹³²⁷ Ibidem.

¹³²⁸ Ibidem, p. 349.

¹³²⁹ Ibidem.

¹³³⁰ Ibidem.

¹³³¹ Ibidem.

¹³³² Ibidem.

¹³³³ Ibidem, p. 356.

¹³³⁴ Ibidem.

Quadro 10 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na Pharmacopea Dogmatica medico-chimica e theorico-pratica (1772)

(continuação)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
“ <i>Pulvis Febrifugus</i> ” ¹³³⁵	“São os expendidos pós de conhecido effeito em todo o genero de febres accessioaes, intermitentes, e quotidianas, excepto nas conduplicadas com interna inflâmação de algũa viscera principal, (...) tomados em cozimento de Cardo Santo, Scordio, e Acintro resiste á malignidade, e putrefacção dos humores, e mordeduras venenosas; suspendem os vomitos, confortaõ o estomago, mataõ as lombrigas; e dados em cozimento de Hyssopo, e raiz de Peonia são de estimacção nos affectos Epilepticos, e Hystericos; com a circumstancia de excitarem o appetite de comer” ¹³³⁶
“ <i>Pulvis Febrifugus certus Ph Batianæ</i> ” ¹³³⁷	Atividade terapêutica igual à do “ <i>Pulvis Febrifugus</i> ”
“ <i>Pulvis Febrifugus Mangeti</i> ” ¹³³⁸	Atividade terapêutica igual à do “ <i>Pulvis Febrifugus</i> ”
“ <i>Unguentum Ægyptiacum compositum</i> ” ¹³³⁹	“He utilissimo especifico nas gangrenas, e podridaõ, ou corrupção dos membros, e chagas; resiste á corrupção, e vapores contagiosos, e putridinosos das partes nobres; com a circumstancia de consumir as carnes superfluas das ulceras” ¹³⁴⁰
“ <i>Arcanum ad cancros persanandos, modo ferro aperti non fuerint</i> ” ¹³⁴¹	Frei João de Jesus Maria afirma que já applicara este medicamento “ <i>com utilidade manifesta em hum Cancro ulcerado nas partes baixas; tendo tambem a mesma utilidade nas ulceras cancrosas</i> ” ¹³⁴² ; também seria utilizado sob a forma de emplastro para “ <i>Hydrocephalo, Scrophulas, Lupias, e os mais improprios abscessos</i> ” ¹³⁴³ com a adição de mais alguns componentes. Medicamento de uso externo
“ <i>Cozimento Detergente</i> ” ¹³⁴⁴	Para uso externo contra o cancro (em associação com o “ <i>Arcanum ad cancros persanandos, modo ferro aperti non fuerint</i> ” ¹³⁴⁵)

¹³³⁵ Ibidem, p. 363.

¹³³⁶ Ibidem.

¹³³⁷ Ibidem.

¹³³⁸ Ibidem.

¹³³⁹ Ibidem, p. 395.

¹³⁴⁰ Ibidem.

¹³⁴¹ MARIA – Pharmacopea Dogmatica medico-chimica... (Tomo II, Tratado IV), p. 145.

¹³⁴² Ibidem, p. 146.

¹³⁴³ Ibidem.

¹³⁴⁴ Ibidem.

¹³⁴⁵ Ibidem, p. 145.

Quadro 10 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com quina na *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica e theorico-pratica* (1772)

(conclusão)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
Fórmula sem nome (sendo indicadas as quantidades dos ingredientes a utilizar e a sua atividade terapêutica)	“optimo remedio nas sesoens pertinazes” ¹³⁴⁶
“Pilulas” ¹³⁴⁷	“Sesoens inveteradas” ¹³⁴⁸

O autor indica que o “*Vinum Peruvianum, & Antifebrile expertum*” servia “em todas a quellas enfermidades, em que se costuma dar a agoa de Inglaterra, vinda de Londres, acreditando-se por remedio muito mais seguro, em razão de carecer de algumas alterações, que a predicta agoa no transito dos Mares muitas vezes recebe”¹³⁴⁹. Indica ainda que este vinho poderia ser administrado “em qualquer idade, e sexo, como remedio”¹³⁵⁰. Inclui algumas considerações sobre a forma como o medicamento atuava: “sem algum incômodo resiste á podridão dos humores, e purifica o sangue, humas vezes por curso, outras por suor, e o mais ordinario por ourinas, que promove em mayor copia, sahindo nos primeiros dias turbas, e logo depois de cor, e consistencia natural”¹³⁵¹. Afirmava ainda que na administração deste vinho

“*Pompeo sacco in Oper. Med. f.m.* 368 seguindo ao Insigne Medico Ingles o *D. Tablot* tem por mais seguro, o continuallo por 40 dias; advertindo, que não póde haver perigo, ainda que se exceda a quantia, e frequencia, posto que, se o doente tiver cursos, se lhe darà em menor dóse, e por menos vezes; e se as ponderadas febres estiverem radicadas em obstrucção de alguma viscera, se dara misto com alguns incidentes, attenuantes, e desobstruentes, que parecerem ajustados”¹³⁵²

Esta menção ao *D. Tablot* parece ser uma referência a Robert Talbot ou Talbor (1642-1681), o criador de um famoso medicamento febrífugo com quina que foi utilizado no tratamento do Rei Charles II de Inglaterra, e que vendeu a sua fórmula a Louis XIV de França¹³⁵³.

¹³⁴⁶ MARIA – *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica...* (Tomo II, Tratado V), p. 50.

¹³⁴⁷ *Ibidem*, p. 97.

¹³⁴⁸ *Ibidem*.

¹³⁴⁹ MARIA – *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica...* (Tomo I), p. 290.

¹³⁵⁰ *Ibidem*, p. 291.

¹³⁵¹ *Ibidem*.

¹³⁵² *Ibidem*.

¹³⁵³ KEEBLE, T W. – A Cure for the Ague: The Contribution of Robert Talbor (1642-81). *Journal of the Royal Society of Medicine*. 90 (1997) 285–290.

Nas descrições de vários medicamentos com quina o autor desta farmacopeia indica a sua superioridade terapêutica face a outras fórmulas. Afirma assim por exemplo que o “*Electuarium Epilepticum Peruvianum succintum Ph. Extemp.*”¹³⁵⁴ é “em tudo de mayor efficacia, e preferente acceitaçãõ” que a “Theriaga, ou Limonada de Esmeraldas”¹³⁵⁵. O mesmo ocorre com o “*Bezoardicum Diaphoreticum, dictum ab aliquibus Curvianum*” que o autor indicava que, se fosse associado a uma outra fórmula, desencadearia “muitos melhores effeitos, que o *Cordial Curviano*”¹³⁵⁶; e com as “*Pilulæ Febrifugæ*” que, segundo o Frei João de Jesus Maria, moviam “muito mais crescidos effeitos, que as *Pilulas Antifebris de Ribera, e Febrifugas de Palacios*”¹³⁵⁷. O autor assinala também que nas febres “conduplicadas com interna inflâmaçãõ de algũa viscera principal, (...) só póde ter lugar o pó da Quina, misto unicamente com alguma porçãõ de Nitro vitriolado, exhibindo-se no q.b. de Limonada”¹³⁵⁸.

Adicionalmente, vários cozimentos teriam maior eficácia no tratamento das “pleurizes” se associados com o “*Bezoartico Curviano*”¹³⁵⁹ (que continha quina)¹³⁶⁰.

O uso do “*Decoctum ad ulceras inveteratas*”, que teria grande efficacia “para corrigir, e emendar o corrosivo, e putrefacient acido ulcerante das ulceras antigas, lavando-as com elle repetidas vezes no dia” deveria ser seguido da pulverização da úlcera com “o subtil pó da Quina”¹³⁶¹ permitindo assim a cicatrização dessas úlceras.

É também referida a atividade da quina contra o cancro: “só com o adjuncto da Quina, vi eu na Cidade do Porto hum Cancro no peito de huma Senhora unicamente curado com os pós deste grande Antefebri”¹³⁶². Há também referência aos tratamentos complementares à ação da quina, como ocorre na descrição do medicamento com quina “*Arcanum ad cancros persanandos, modo ferro aperti non fuerint*”¹³⁶³, que seria aplicado externamente “depois do Enfermo se dispor com as Medicas prevençoẽs de purga, sangria, e frequencia dos soros do leite medicados, em fios de panno cardado, ou Algodão”¹³⁶⁴.

Nesta farmacopeia incluem-se fórmulas de medicamentos com quina para combater a epilepsia. Para além disso, indicava-se que a “*Aqua Antiepileptica experta Ribera*”¹³⁶⁵ (“remedio experto na Epilepsia”) faria “muito melhor effeito” se associada com quina e raiz de “Butua” no tratamento da epilepsia.

Existem também outras duas receitas de medicamentos que contêm uma casca designada “corticis Loxiani”. É possível que esta designação seja um sinónimo de quina, dado que a árvore

¹³⁵⁴ MARIA – Pharmacopea Dogmatica medico-chimica... (Tomo I), p. 343.

¹³⁵⁵ Ibidem.

¹³⁵⁶ Ibidem, p. 349.

¹³⁵⁷ Ibidem, p. 356.

¹³⁵⁸ Ibidem, p. 363.

¹³⁵⁹ Ibidem, p. 268.

¹³⁶⁰ Ibidem, p. 269.

¹³⁶¹ Ibidem, p. 273.

¹³⁶² MARIA – Pharmacopea Dogmatica medico-chimica... (Tomo II, Tratado IV), p. 146.

¹³⁶³ Ibidem, p. 145.

¹³⁶⁴ Ibidem, p. 146.

¹³⁶⁵ MARIA – Pharmacopea Dogmatica medico-chimica... (Tomo I), p. 208.

da quina existia na província de Loxa. Uma vez que o autor não esclarece a planta de origem desta casca, não é possível afirmar com certeza que se trata da quina. Esses medicamentos são: “*Elixir stomachicum Loxianum*” que teria “as estimações de cordiaes, cephalicas, e stomaticas assáz louvadas nos affectos frios, e flatolentos do estomago, e ventre”, seria anticólico, apoplético e febrífugo e, além disso, aumentaria o apetite¹³⁶⁶; e “*Rotulæ in Hæmoptysi*” que seria muito útil na “Febre Hemoptoica” e serviria “de soccorro na Tersan complicada com fluxo de ventre, e soluços; sendo não de menos efficacia, que as *Talhadas Hemoptoicas de Ribera*”¹³⁶⁷.

¹³⁶⁶ Ibidem, p. 294.

¹³⁶⁷ Ibidem, p. 347.

3.2.2.15. *Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simples, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso (1785)*

A *Farmacopéa Lisbonense ou Collecção Dos Simples, Preparações, e Composições mais eficazes, e de maior uso* foi editada em Lisboa, na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, no ano de 1785. O autor foi Manuel Joaquim Henriques de Paiva. A obra foi dedicada ao Marquês do Lavradio, que pertencia ao “Conselho de S. Magestade Fidelissima” e ao conselho “de Guerra”, para além de ser “Tenente General dos seus exercitos, e Veador da Serenissima Princeza &c.”, em reconhecimento do auxílio do marquês aos primeiros estudos de Henriques de Paiva.

A obra inclui a dedicatória, o prefácio, uma primeira parte intitulada “MATERIA MEDICA”¹³⁶⁸, uma segunda parte dedicada aos “MEDICAMENTOS PREPARADOS E COMPOSTOS”¹³⁶⁹ e termina com uma “ADVERTENCIA”.

No prefácio da obra, Henriques de Paiva indica a importância para a Medicina das farmacopeias nacionais, bem como os seus benefícios “conhecidos, e indubitáveis” para o Estado. Transcreve uma parte dos “*Estatutos da Universidade de Coimbra*” do ano de 1772, em que o Rei D. José I encarregava a Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra de elaborar a farmacopeia nacional (e os seus posteriores aditamentos e reformas). Essa farmacopeia nacional serviria para o ensino e avaliação dos boticários, bem como para guiar a sua prática profissional na elaboração dos medicamentos. Henriques de Paiva assinala que ainda não existia uma farmacopeia nacional e oficial, e que nenhum médico tinha ainda

“escrito até o presente cousa alguma, que coopere para se atalharem, ou diminuirem os funestos effeitos, que se originão dos abusos, a que anda sujeita a Farmacia, praticada por imperitos, ou por pessoas. que se regúlaõ pelas Farmacopéas reprovadas pela mente dos Estatutos ja citados: concorrendo não pouco para os fazer mais geraes, o desconhecimento das linguas Latina, Franceza, e outras vivas, em que se achão escritas algumas obras deste genero; as quaes postoque não satisfação inteiramente ao que requerem as desta natureza, são com tudo muito menos defeituosas, que as consultadas nestes Reinos pelos nossos Boticarios, e até pelos Medicos menos habeis”.

Por isso resolvera escrever a obra *Elementos de Quimica e Farmacia* onde “se contem não só os principios, as regras, e os preceitos geraes de ambas as sciencias, mas tambem as experiencias, e operações respectivas com os seus usos, e explicações”. Declara que a *Farmacopéa Lisbonense* era uma “collecção dos *Simplices Preparações, e Composições* as mais efficazes, e de maior uso” na medicina. Afirma, no entanto, que não tivera ânimo para “desprezar alguns *Simplices*” que considerava inúteis, nem “formulas extemporaneas, e algumas officinaes de igual prestimo, que se achão nas obras mais emendadas deste assumpto, onde seus autores as deixárão por se

¹³⁶⁸ PAIVA – *Farmacopéa Lisbonense ... (1785)*, p. 1.

¹³⁶⁹ *Ibidem*, p. 59.

accommodárem ao costume, e a pratica tal vez de bons Professores”. Justifica essa situação com a necessidade de “ir dest[r]juindo os abusos, e erros da opinião commum” de forma cuidadosa¹³⁷⁰.

Na secção de matéria médica encontram-se várias drogas, identificadas pelos seus nomes portugueses e latinos, bem como (no caso de drogas vegetais) a parte da planta com atividade terapêutica e o nome científico da planta que lhes dava origem. Estão presentes drogas de origem vegetal, mineral e animal. Nesta farmacopeia encontra-se a seguinte referência à quina: “Quina. *Cortex Peruvianus. le Kina. Casca! Cinchona officinalis. Linn. Arvore, Peruviana*”¹³⁷¹. Na advertência presente no final da obra, o autor indica-nos que os simplices assinalados com um ponto de exclamação eram “os mais activos, e efficazes”; os que estavam assinalados com um ponto de interrogação podiam considerar-se “superfluos, e distituidos de virtude”; e os que não eram assinalados com ponto de exclamação ou de interrogação eram aqueles que “numa, ou outra ocasião aproveitão”. Deste modo, o ponto de exclamação a seguir ao termo “Casca” indicava que, na ótica de Henriques de Paiva, a quina pertencia ao grupo das drogas mais ativas e eficazes.

Na secção relativa aos medicamentos preparados e compostos encontram-se várias fórmulas de medicamentos com os respetivos ingredientes e quantidades, bem como o seu modo de preparação. São descritas 16 fórmulas de medicamentos com quina, indicados no quadro seguinte:

Quadro 11 - Designação dos medicamentos com quina na Farmacopéa Lisbonense (1785)

(continua)

Medicamentos com quina na <i>Farmacopéa Lisbonense</i> (1785)
Agua de cal quinada ¹³⁷²
Cataplasma anticancrosa ¹³⁷³
Cozimento antefebriil ¹³⁷⁴
Elixir balsamico de Hoffmann ¹³⁷⁵
Extracto gommoso resinoso de Quina ¹³⁷⁶
Extracto de Quina ¹³⁷⁷
Infusão fria de Quina ¹³⁷⁸
Julepo estomatico ¹³⁷⁹
Resina de Quina ¹³⁸⁰

¹³⁷⁰ Ibidem, PREFACÇÃO, secção não paginada.

¹³⁷¹ Ibidem, p. 46.

¹³⁷² Ibidem, p. 61.

¹³⁷³ Ibidem, p. 77.

¹³⁷⁴ Ibidem, p. 89.

¹³⁷⁵ Ibidem, p. 101.

¹³⁷⁶ Ibidem, p. 130.

¹³⁷⁷ Ibidem, p. 132.

¹³⁷⁸ Ibidem, p. 141.

¹³⁷⁹ Ibidem, p. 145.

¹³⁸⁰ Ibidem, p. 189.

Quadro 11 – Designação dos medicamentos com quina na Farmacopéa Lisbonense (1785)

(conclusão)

Medicamentos com quina na <i>Farmacopéa Lisbonense</i> (1785)
Tinctura alexifarmaca ¹³⁸¹
Tinctura amarga do Doutor Whyth ¹³⁸²
Tinctura de Quina ¹³⁸³
Tinctura de Ruibarbo amarga ¹³⁸⁴
Vinho de Quina ¹³⁸⁵
Vinho de Quina composto ¹³⁸⁶
Xarope de Quina ¹³⁸⁷

Geralmente nesta farmacopeia não se indica a atividade terapêutica dos medicamentos. Não obstante, afirma-se que os vinhos de quina contidos na *Farmacopéa Lisbonense* (*Vinho de Quina* e *Vinho de Quina composto*) eram utilizados como febrífugos. Adicionalmente, é possível inferir, através dos nomes de alguns medicamentos, qual seria a sua ação terapêutica. Encontra-se assim um medicamento que teria indicação no tratamento do cancro, a *Cataplasma anticancrosa*; outro medicamento com atividade contra a febre, o *Cozimento antefebri*; um medicamento alexifármaco, isto é, com atividade como antídoto, a *Tinctura alexifarmaca*; e outro medicamento com ação estomática, isto é, contra doenças da boca, o *Julepo estomático*. Após a apresentação dos ingredientes e modo de preparação do *Vinho de Quina composto* o autor insere a seguinte nota:

“N.B. Todas as aguas febrifugas, que correm debaixo do nome de aguas de Inglaterra, se reduzem aos sobreditos vinhos de quina, mais, ou menos compostos; ou a huma tinctura de ingredientes amargos feita em agua ardente, e até em agua commum. E por mais que huns de seus inventores se jactẽ de ter achado nellas o utilissimo desiderato de curar as febres; e outros queirão persuadir-nos á fé de Catholicos, que toda a operação de semelhantes inventos consiste em estarem as partes essenciaes da Quina dissolvidas num *inuzitado e até ao presente dia não conhecido menstruo*; os homens de juizo não acreditão seus dictos, e assentão, que são desideratos fomentados mais pela avareza, ambição, e fantastica gloria, do que pela utilidade do público”¹³⁸⁸

A opinião de Manuel Joaquim Henriques de Paiva relativamente às ditas águas febrífugas, nas quais se inclui a Água de Inglaterra, irá aparentemente alterar-se mais tarde, já que em 1815

¹³⁸¹ Ibidem, p. 211.

¹³⁸² Ibidem, p. 212.

¹³⁸³ Ibidem, p. 216.

¹³⁸⁴ Ibidem, p. 220.

¹³⁸⁵ Ibidem, p. 226.

¹³⁸⁶ Ibidem, p. 227.

¹³⁸⁷ Ibidem, p. 242.

¹³⁸⁸ Ibidem, p. 227-228.

foi autor de um livro que louva especialmente a Água de Inglaterra criada por Jacob de Castro Sarmiento e preparada por José Joaquim de Castro (familiar de Castro Sarmiento), face a preparações semelhantes que podiam ser fabricadas por outros indivíduos¹³⁸⁹.

¹³⁸⁹ cf. P[AIVA], M. J. H. de— **Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.** Lisboa: Impressão Regia, 1816.

3.2.2.16. *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta* (1791)

A *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta* foi publicada em 1791. É dedicada a Joaquim José da Costa Abreu de Faria Guiano. É uma tradução e adaptação da *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis*¹³⁹⁰. Inclui um prefácio do editor e um prefácio do autor, bem como uma lista com os nomes dos sócios do *Royal College of Physicians* de Londres, erratas, índice com os vários capítulos da obra, secção de pesos e medidas, “MATERIA MEDICA”¹³⁹¹, uma secção com receitas de medicamentos simples, outra secção com as receitas de diversos medicamentos compostos, uma tabela com as quantidades de ópio e mercúrio presentes nalguns medicamentos compostos (“TABULA OSTENDENS, QUA RATIONE HYDRARGYRUS ET OPIUM IN MEDICAMENTIS COMPOSITIS CONTINENTUR”¹³⁹²), um índice dos nomes mudados, outro índice com os medicamentos contidos na parte principal da farmacopeia (sem incluir os medicamentos do aditamento), a secção “ADDITAMENTA”¹³⁹³ (que inclui uma lista de algumas drogas adicionais e receitas de medicamentos) e, por fim, uma secção com drogas e medicamentos considerados supérfluos.

Na secção de matéria médica há referência à quina: “Peruvianus cortex. *quina. Cinchona officinalis*. L.S.P.”¹³⁹⁴. Nesta secção não há considerações sobre aspetos morfológicos ou funcionais das drogas enumeradas. Apenas a designação em latim e português e a indicação da espécie nas drogas vegetais.

Esta farmacopeia contém 6 fórmulas de medicamentos com quina, cinco na parte principal e uma no aditamento, indicadas no quadro seguinte:

¹³⁹⁰ PITA – Um livro com 200 anos...p. 54.

¹³⁹¹ PAIVA – *Pharmacopoeia Collegii Regalis*...p. 4.

¹³⁹² *Ibidem*, p. 150.

¹³⁹³ *Ibidem*, p. 183.

¹³⁹⁴ *Ibidem*, p. 20.

Quadro 12 - Designação dos medicamentos com quina na *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta (1791)*

Medicamentos com quina na <i>Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta (1791)</i>
“EXTRACTUM CORTICIS PERUVIANI” ¹³⁹⁵
“EXTRACTUM CORTICIS PERUVIANI CUM RESINA” ¹³⁹⁶
“DECOCTUM CORTICIS PERUVIANI” ¹³⁹⁷
“TINCTURA CORTICIS PERUVIANI” ¹³⁹⁸
“TINCTURA. CORTICIS PERUVIANI COMPOSITA” ¹³⁹⁹
“ <i>Infusum corticis Peruviani in aqua calcis</i> ” ¹⁴⁰⁰

Não são indicadas as atividades terapêuticas destas fórmulas com quina.

¹³⁹⁵ Ibidem, p. 40.

¹³⁹⁶ Ibidem, p. 41.

¹³⁹⁷ Ibidem, p. 83.

¹³⁹⁸ Ibidem, p. 98.

¹³⁹⁹ Ibidem, p. 99.

¹⁴⁰⁰ Ibidem, p. 188.

3.2.2.17. *Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simples, preparações, e composições mais efficazes, e de maior uso (1802)*

A segunda edição da *Farmacopéa Lisbonense* foi publicada em 1802. Tem também como autor Manuel Joaquim Henriques de Paiva e foi impressa em Lisboa, na Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva. Manuel Joaquim Henriques de Paiva identifica-se no frontispício da obra como “Medico da Camara do Principe Regente Nosso Senhor, Censor Regio, &c”. A obra é dedicada a D. Diogo de Noronha,

“Conde de Villa verde, do Conselho de Estado, Gentil Homem da Camara do Principe Regente Nosso Senhor, Grão Cruz da Ordem de Sant-Iago da Espada, Commendador da Ordem de Christo, Cavalleiro da insigne Ordem do Tozaõ de Ouro, Presidente da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, Socio Honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, &c.”¹⁴⁰¹

A segunda edição da *Farmacopéa Lisbonense* inclui 2 prefácios, o da primeira edição e o da segunda edição. Esta farmacopeia contém uma primeira parte intitulada “MATERIA FARMACEUTICA”¹⁴⁰² onde constam várias drogas de origem vegetal, mineral/química e animal, e uma segunda parte intitulada “MEDICAMENTOS PREPARADOS E COMPOSTOS”¹⁴⁰³. Inclui ainda um “INDICE DOS NOMES MUDADOS”¹⁴⁰⁴.

Na secção da matéria farmacêutica, no caso das drogas vegetais, inclui-se o nome em português e em latim (e nalguns casos o nome em francês), a parte da planta com atividade terapêutica e a origem geográfica da planta. Quando era conhecida a espécie da planta indicava-se o seu nome científico. Nas drogas minerais/químicas consta o seu nome em português, latim e francês. Nas drogas de origem animal indicava-se o nome em português, latim e francês bem como o animal de que era originária, aquilo em que consistia essa droga (se era um osso, uma concreção animal, etc.) e, nalguns casos, o nome científico do animal de que provinham, ou o nome da droga animal em francês. A quina faz parte desta secção, constando as seguintes informações:

“QUINA, ou CASCA PERUVIANA. *Cortex Peruvianus off. le Kina*. Casca.

Cinchona officinalis Linn. *Arvore, Peruviana*.

QUINA VERMELHA. *Cortex Peruvianus ruber off. le Kina rouge*. Casca. *Naõ se sabe ao certo o genero d'arvore donde se tira esta casca, mas segundo Woodeville he Cinchona rubra*”¹⁴⁰⁵

¹⁴⁰¹ PAIVA – *Farmacopéa Lisbonense ... (1802)*, página não numerada.

¹⁴⁰² *Ibidem*, p. 1.

¹⁴⁰³ *Ibidem*, p. 63.

¹⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 267.

¹⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 48.

Distinguiam-se assim dois tipos de quina: a quina ou casca peruviana; e a quina vermelha.

Nos “MEDICAMENTOS PREPARADOS E COMPOSTOS” incluem-se novamente várias fórmulas de medicamentos com os respetivos ingredientes e quantidades, bem como o seu método de preparação. Tal como na primeira edição, não é indicada a atividade terapêutica dos medicamentos descritos.

No prefácio da segunda edição Henriques de Paiva afirma que inclui ainda, tal como na primeira edição, “maior numero de remedios do que necessita um prático que delles sabe fazer o devido uso”, não só pelas razões invocadas na primeira edição, como também porque era benéfico e mais cómodo para os médicos e cirurgiões incluir na farmacopeia “mais de hum medicamento do mesmo genero” (quer por questões de disponibilidade do próprio medicamento, quer devido às particularidades dos doentes), de forma a não “estreitar a prática em damno e prejuizo do doente”. Esse possível excesso de medicamentos justificava-se ainda por várias razões apresentadas por um outro médico, o Dr. “José Franck”, que afirmava ser útil ter vários medicamentos com a mesma “virtude”. Esse médico argumentava que, caso houvesse apenas um medicamento com uma dada atividade terapêutica, esse medicamento aumentaria demasiado o seu preço, haveria maior incentivo à sua falsificação, e poder-se-ia provocar a extinção de determinadas plantas. Por outro lado, também eram necessários medicamentos com a mesma atividade terapêutica em diferentes intensidades; medicamentos com a mesma indicação terapêutica, mas maior atividade em determinadas partes do corpo; e era ainda necessário variar o tratamento nas doenças crónicas como a “*hydropesia*” de modo a garantir a maior eficácia terapêutica¹⁴⁰⁶.

Nesta farmacopeia estão presentes 26 medicamentos com quina, indicados no quadro seguinte:

Quadro 13 - Designação dos medicamentos com quina na Farmacopéa Lisbonense (1802)

(continua)

Medicamentos com quina na <i>Farmacopéa Lisbonense</i>
“AGUA DE CAL QUINADA. (<i>Infusão de Cal quinada.</i>)” ¹⁴⁰⁷
“BOLO DE QUINA” ¹⁴⁰⁸
“BOLO DE QUINA ACIDO” ¹⁴⁰⁹
“BOLO DE QUINA AMMONIACO” ¹⁴¹⁰
“CATAPLASMA ANTICANCROSA. (<i>Cataplasma de cinoiras composta</i>)” ¹⁴¹¹

¹⁴⁰⁶ Ibidem, “PREFEÇÃO DESTA SEGUNDA IMPRESSÃO”, páginas não numeradas.

¹⁴⁰⁷ Ibidem, p. 67.

¹⁴⁰⁸ Ibidem, p. 79.

¹⁴⁰⁹ Ibidem.

¹⁴¹⁰ Ibidem, p. 80.

¹⁴¹¹ Ibidem, p. 81.

Quadro 13 – Designação dos medicamentos com quina na Farmacopéa Lisbonense (1802)

(continuação)

Medicamentos com quina na <i>Farmacopéa Lisbonense</i>
“COZIMENTO ANTEFEBRIL. (<i>Cozimento de quina composto.</i>)” ¹⁴¹²
“ELECTUARIO DE QUINA DE MADESVAL” ¹⁴¹³
“ELECTUARIO DE QUINA E MACELLA” ¹⁴¹⁴
“ELECTUARIO DE QUINA RUIBARBO” ¹⁴¹⁵
“ELECTUARIO DE QUINA E SERPENTARIA” ¹⁴¹⁶
“ELIXIR BALSAMICO DE HOFFMANN. (<i>Vinho de Quina com extractos</i>) amargos” ¹⁴¹⁷
[Extracto gommoso resinoso] “de quina” ¹⁴¹⁸
“EXTRACTO DE QUINA” ¹⁴¹⁹
“INFUSÃO FRIA DE QUINA” ¹⁴²⁰
“MISTURA DE QUINA AROMATICA” ¹⁴²¹
“MISTURA DE QUINA ENXOFRICA” ¹⁴²²
“MISTURA DE QUINA OPIADA” ¹⁴²³
“MISTURA DE QUINA VINHOSA” ¹⁴²⁴
[Resina] “de quina” ¹⁴²⁵
“TINTURA ALIXIFARMACA. (<i>Alcohol on [sic] infusão alcoholica</i>) de quina composto” ¹⁴²⁶
“TINTURA AMARGA DO DOUTOR WHYTH. (<i>Alcohol ou infusão alcoholica</i>) de quina e genciana” ¹⁴²⁷
[Tintura] de quina ¹⁴²⁸
“TINTURA DE RUIBARBO AMARGA” ¹⁴²⁹
“VINHO DE QUINA” ¹⁴³⁰
“VINHO UE [sic] QUINA COMPOSTO” ¹⁴³¹

¹⁴¹² Ibidem, p. 95.

¹⁴¹³ Ibidem, p. 107.

¹⁴¹⁴ Ibidem, p. 108.

¹⁴¹⁵ Ibidem.

¹⁴¹⁶ Ibidem, p. 109.

¹⁴¹⁷ Ibidem.

¹⁴¹⁸ Ibidem, p. 136.

¹⁴¹⁹ Ibidem, p. 140.

¹⁴²⁰ Ibidem, p. 152.

¹⁴²¹ Ibidem, p. 175.

¹⁴²² Ibidem, p. 176.

¹⁴²³ Ibidem.

¹⁴²⁴ Ibidem.

¹⁴²⁵ Ibidem, p. 208.

¹⁴²⁶ Ibidem, p. 229.

¹⁴²⁷ Ibidem.

¹⁴²⁸ Ibidem, p. 234.

¹⁴²⁹ Ibidem, p. 237.

¹⁴³⁰ Ibidem, p. 246.

¹⁴³¹ Ibidem.

Medicamentos com quina na *Farmacopéa Lisbonense*

“XAROPE DE QUINA”¹⁴³²

Tal como na primeira edição, não constam indicações terapêuticas dos medicamentos descritos. No entanto, é possível inferir a atividade de alguns destes medicamentos pela sua designação. Deste modo, a *cataplasma anticancrosa* destinar-se-ia ao tratamento do cancro, o cozimento antifebril ao tratamento da febre e a *tintura alixifarmaca* seria algum tipo de antídoto. Do mesmo modo, o vinho de quina e o vinho de quina composto seriam utilizados como febrífugos (isto é, no combate à febre), uma vez que o autor afirma que “Todas as aguas febrifugas, que correm debaixo do nome de aguas de Inglaterra, se reduzem aos sobreditos vinhos de quina, mais ou menos compostos; ou a huma tintura de ingredientes amargos feita em agua ardente, e até em agua commun”¹⁴³³. À exceção do julepo estomático, mantêm-se todos os medicamentos já presentes na primeira edição da *Farmacopéa Lisbonense*, e são descritos 11 medicamentos adicionais. As fórmulas do vinho de quina, do vinho de quina composto e do xarope de quina apresentam quantidades diferentes de alguns ingredientes. Assim, na fórmula do vinho de quina na edição de 1785 utilizavam-se duas onças e meia de quina em pó, e na edição de 1802 apenas duas onças; no vinho de quina composto descrito na edição de 1785 pedia-se uma onça de raiz de genciana em pó, ao passo que na edição de 1802 se pede apenas meia onça; e no xarope de quina da edição de 1785 utilizavam-se seis onças de quina em pó, ao passo que na edição de 1802 utilizam-se apenas quatro onças.

No “INDICE DOS NOMES MUDADOS” também constam algumas referências à quina. Desta forma, “Alcohol de quina composto” era o nome novo da “Tintura alixifarmaca” e da “Tintura de quina composta”¹⁴³⁴; a tintura amarga do Doutor Whyth passava a ser designada “Alcohol de quina e genciana”¹⁴³⁵; o “Cozimento antefebri” mudara a designação para “Cozimento de quina composto”¹⁴³⁶; “Infusão de cal quinada” era o novo nome da “Agua de cal quinada”¹⁴³⁷; e o “Vinho de quina com extractos amargos” era o novo nome do “Elixir balsamico de Hoffmann”¹⁴³⁸.

¹⁴³² Ibidem, p. 264.

¹⁴³³ Ibidem, p. 247.

¹⁴³⁴ Ibidem, p. 270.

¹⁴³⁵ Ibidem.

¹⁴³⁶ Ibidem, p. 274.

¹⁴³⁷ Ibidem, p. 277.

¹⁴³⁸ Ibidem, p. 286.

3.2.2.18. *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica* (1805)

A *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica, em que se expõem os remedios simples, e compostos, suas virtudes, preparação, doses, e molestias, a que são applicaveis*, foi editada em Lisboa na Impressão Regia, no ano de 1805. O seu autor foi António José de Sousa Pinto, que era boticário na corte portuguesa. Esta farmacopeia é dedicada ao Príncipe Regente D. João (futuro Rei D. João VI de Portugal).

Após a dedicatória, o autor apresenta as “NOÇÕES PRELIMINARES”¹⁴³⁹ onde inclui algumas advertências e regras gerais relativas à elaboração de certos tipos de preparações farmacêuticas como cozimentos, electuários, emulsões, emplastos, tinturas, extractos, misturas, pílulas, polpas, pós, resinas, espécies, unguentos e águas destiladas, apresentando também a sua definição. Esta secção de noções preliminares possui também informação sobre: “operações da Chymica”¹⁴⁴⁰, como a destilação ou a filtração; “Principios”, definidos pelo autor como “aquellas substancias, que se extrahem dos corpos no tempo de sua decomposição”¹⁴⁴¹; “substancias chamadas elementares” ou “Elementos”¹⁴⁴², como o fogo, a luz, o ar, a água, etc.; e a divisão das “producções naturaes” em “corpos organizados” e “corpos inorganicos”¹⁴⁴³, ao invés da divisão clássica em três reinos: mineral, vegetal e animal. Seguidamente inicia-se a secção designada “PRINCIPIOS DE MATERIA MEDICA”¹⁴⁴⁴, em que o autor enuncia diversas classes de drogas e medicamentos, como “Remedios evacuanes”¹⁴⁴⁵, “Emeticos, ou Vomitorios”¹⁴⁴⁶, “Purgantes”¹⁴⁴⁷, “Diaphoreticos, ou Sudorificos”¹⁴⁴⁸, “Diureticos”¹⁴⁴⁹, “Fortificantes”¹⁴⁵⁰ ou “Antisepticos”¹⁴⁵¹, entre outras. Explica as propriedades terapêuticas dessas classes de drogas e medicamentos, indica usualmente as regras gerais para a sua utilização (indicações e contra-indicações por exemplo), e dá exemplos de drogas e medicamentos que pertencem a essas mesmas classes. Segue-se depois a “PHARMACOPEA, OU EXPOSIÇÃO METHODICA DOS REMEDIOS, SUAS VIRTUDES, PREPARAÇÃO, E ESPECIES DE MOLESTIAS, A QUE SÃO APPLICAVEIS”¹⁴⁵². Esta “PHARMACOPEA, OU EXPOSIÇÃO METHODICA DOS REMEDIOS...” está dividida em 2 partes. A parte 1 está dividida em várias classes (“Dos

¹⁴³⁹ PINTO – *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica* ...p. VII.

¹⁴⁴⁰ Ibidem, p. xx.

¹⁴⁴¹ Ibidem, p. xxiv.

¹⁴⁴² Ibidem, p. xxv.

¹⁴⁴³ Ibidem, p. xxviii.

¹⁴⁴⁴ Ibidem, p. 1.

¹⁴⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁴⁶ Ibidem, p. 2.

¹⁴⁴⁷ Ibidem, p. 3.

¹⁴⁴⁸ Ibidem, p. 12.

¹⁴⁴⁹ Ibidem, p. 14.

¹⁴⁵⁰ Ibidem, p. 25.

¹⁴⁵¹ Ibidem, p. 35.

¹⁴⁵² Ibidem, p. 37.

Emeticos”¹⁴⁵³, “Dos Diureticos, Aperitivos, Incisivos, e Attenuantes”¹⁴⁵⁴, “Dos emenagogos”¹⁴⁵⁵, etc.), subdivididas em parágrafos, em que cada parágrafo corresponde a uma droga ou grupos de drogas (de origem vegetal, mineral/química ou animal). No parágrafo relativo a cada droga ou drogas, o autor inclui geralmente informações como as propriedades terapêuticas (se são diuréticos, antispasmódicos, expetorantes, tónicos, etc.), as patologias e sintomas nas quais se aplicam (por exemplo, na tosse, nas úlceras, na asma, no reumatismo, nas febres intermitentes, entre outros) e as doses a administrar. Neste grupo de drogas o autor inclui também o vinho e o espírito de vinho. A parte 2 da “PHARMACOPEA, OU EXPOSIÇÃO METHODICA DOS REMEDIOS...” consiste num formulário de medicamentos, com várias receitas para a preparação de medicamentos, com o nome do medicamento, os respetivos ingredientes e quantidades necessárias à sua preparação, bem como o modo operatório. Esta parte 2 também está dividida em várias classes (“Dos Acidos”¹⁴⁵⁶, “Dos Ethers”¹⁴⁵⁷, “Dos Sabões”¹⁴⁵⁸, “Dos Arrobes”¹⁴⁵⁹, “Dos Xaropes”¹⁴⁶⁰, etc.), subdivididas em parágrafos, nos quais cada parágrafo corresponde a uma receita de um medicamento. Segue-se a secção “NOMENCLATURA CHIMICO-MEDICA”¹⁴⁶¹, a “Taboa dos pezos, e medidas usados nesta Pharmacopea”¹⁴⁶², o “INDEX DAS MATERIAS, QUE SE TRATÃO NESTA PHARMACOPEA”¹⁴⁶³ e, finalmente, as erratas.

Nesta farmacopeia há referências à quina em várias secções.

Nos “PRINCIPIOS DE MATERIA MEDICA”¹⁴⁶⁴, a quina é incluída no grupo dos fortificantes e dos antisépticos. Segundo o autor, os fortificantes davam mais força e energia ao “movimento das partes vivas” e, simultaneamente, moderavam “a excessiva sensibilidade nervosa”¹⁴⁶⁵; os antissépticos “provém, ou corrigem a depravação putrida dos humores animaes”¹⁴⁶⁶. Assinala-se também que a quina era um *especifico* para o tratamento da febre, isto é, considerava-se que a quina tinha a propriedade de tratar as febres “de hum modo, que se não pôde explicar”. Mas o autor considerava que essa designação de *especifico* era

“hum termo auxiliar da nossa ignorancia, que só terá valor, em quanto ignorarmos o modo real, porque obrão os ditos remedios, e não conhecermos outros, que produzão igual effeito; ou em

¹⁴⁵³ Ibidem.

¹⁴⁵⁴ Ibidem, p. 52.

¹⁴⁵⁵ Ibidem, p. 60.

¹⁴⁵⁶ Ibidem, p. 121.

¹⁴⁵⁷ Ibidem, p. 147.

¹⁴⁵⁸ Ibidem, p. 166.

¹⁴⁵⁹ Ibidem, p. 206.

¹⁴⁶⁰ Ibidem, p. 209.

¹⁴⁶¹ Ibidem, p. 347.

¹⁴⁶² Ibidem, p. 369.

¹⁴⁶³ Ibidem, p. 371.

¹⁴⁶⁴ Ibidem, p. 1.

¹⁴⁶⁵ Ibidem, p. 25.

¹⁴⁶⁶ Ibidem, p. 35.

quanto não tivermos idéas mais exactas, e constantes da natureza das molestias, a que são applicados”¹⁴⁶⁷

Na parte 1 da “PHARMACOPEA, OU EXPOSIÇÃO METHODICA DOS REMEDIOS...”, em que várias drogas de origem vegetal, mineral e animal são apresentadas, a quina é incluída na classe “*Dos fortificantes, amargos, deterrentes, antisepticos, antelmíticos, splênicos, hepáticos, aromáticos, resolutivos, estimulantes, tónicos, corroborantes, cephalicos, aphrodisiacos, antepasmódicos, antestericos, alixiterios, cardiacos, carminativos, exantemáticos*”¹⁴⁶⁸. Especifica-se que a quina era “antefebri, tónica, adstringente, corroborante, estomática, anticeptica”¹⁴⁶⁹ e que se utilizava

“nas febres intermitentes, na odontalgia periódica, na gangrena, nas escrophulas, nas lombrigas, hemorragia uterina, hemoptises, tísica, empiema, bexigas de máo caracter, aphtas críticas, atonia, debilidade pelos annos, anorexia, tosse convulsiva”¹⁴⁷⁰

É também mencionada a dose a administrar de quina em pó e de infusão da quina feita a frio¹⁴⁷¹.

No formulário da farmacopeia (parte 2 da “PHARMACOPEA, OU EXPOSIÇÃO METHODICA DOS REMEDIOS...”) são descritos múltiplos outros medicamentos que, à semelhança da quina, se destinavam ao tratamento das febres intermitentes, como o “*Muriato de ammoniaco*”¹⁴⁷². Refere-se ainda que o ácido galhoso (utilizado nas febres intermitentes) podia ser obtido a partir da quina¹⁴⁷³.

Nesta farmacopeia a quina também era recomendada em associação com outros medicamentos para o tratamento quer das febres intermitentes, quer de outros sintomas e doenças. Assim, afirmava-se que o “*Muriato de ammoniaco*”¹⁴⁷⁴ juntamente com a “quina camphora” era “hum dos melhores antidotos contra o sphacelo, e gangrena”¹⁴⁷⁵; que o *Muriato de ammoniaco sublimado com ferro, ou flores de sal ammoniaco marciaes*”¹⁴⁷⁶ tinha obtido louvores no tratamento da “cachexia, e nas obstrucções das visceras do baixo ventre na dose de dez grãos até quinze de mistura com a quina, ou outro extracto adequado”¹⁴⁷⁷; ou que o “Oxyde de mercurio sulfurado negro, ou Ethiope mineral” em associação com a quina tinha “produzido bons effeitos

¹⁴⁶⁷ Ibidem, p. 36.

¹⁴⁶⁸ Ibidem, p. 96.

¹⁴⁶⁹ Ibidem, p. 97.

¹⁴⁷⁰ Ibidem, p. 98.

¹⁴⁷¹ Ibidem.

¹⁴⁷² Ibidem, p. 157.

¹⁴⁷³ Ibidem, p. 136-137.

¹⁴⁷⁴ Ibidem, p. 157.

¹⁴⁷⁵ Ibidem, p. 158.

¹⁴⁷⁶ Ibidem, p. 164.

¹⁴⁷⁷ Ibidem, p. 165.

nas úlceras antigas”¹⁴⁷⁸. Estão presentes 16 fórmulas com quina nesta farmacopeia, indicadas no quadro seguinte:

Quadro 14 – Designação dos medicamentos com quina na *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica (1805)*

Medicamentos com quina na <i>Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica (1805)</i>
Arrobe ante-syphilitico ¹⁴⁷⁹
Xarope de quina ¹⁴⁸⁰
Cataplasma anteseptica ¹⁴⁸¹
Gargarejo anteseptico ¹⁴⁸²
Especies febrifugas ¹⁴⁸³
Pós antesepticos ¹⁴⁸⁴
Pós antescorbuticos ¹⁴⁸⁵
Pós de quina camphorados ¹⁴⁸⁶
Pós antedysentericos ¹⁴⁸⁷
Electuario antedysenterico, ou estimulante ¹⁴⁸⁸
Electuario antefebri, ou corroborante ¹⁴⁸⁹
Tintura de quina composta, ou tintura antefebri ¹⁴⁹⁰
Vinho amargo, ou de quina composto ¹⁴⁹¹
Cozimento antefebri, ou de quina composto ¹⁴⁹²
Clyster anteseptico, ou adstringente ¹⁴⁹³
Extracto de quina ¹⁴⁹⁴

O Arrobe ante-syphilitico curava “commummente as molestias venereas, que antecedentemente forão transtornadas pelo mercurio; raras vezes porém será conveniente nos symptomas primitivos”¹⁴⁹⁵; o *Xarope de quina* era considerado “tonico, estomatico,

¹⁴⁷⁸ Ibidem, p. 175.

¹⁴⁷⁹ Ibidem, p. 206.

¹⁴⁸⁰ Ibidem, p. 209.

¹⁴⁸¹ Ibidem, p. 221.

¹⁴⁸² Ibidem, p. 225.

¹⁴⁸³ Ibidem, p. 229.

¹⁴⁸⁴ Ibidem, p. 257.

¹⁴⁸⁵ Ibidem, p. 259.

¹⁴⁸⁶ Ibidem, p. 262.

¹⁴⁸⁷ Ibidem, p. 264.

¹⁴⁸⁸ Ibidem, p. 271.

¹⁴⁸⁹ Ibidem, p. 272.

¹⁴⁹⁰ Ibidem, p. 285.

¹⁴⁹¹ Ibidem, p. 291.

¹⁴⁹² Ibidem, p. 295.

¹⁴⁹³ Ibidem, p. 301.

¹⁴⁹⁴ Ibidem, p. 324.

¹⁴⁹⁵ Ibidem, p. 207.

antefebri¹⁴⁹⁶; a *Cataplasma anteseptica* era utilizada “na gangrena humida, e nas ulceras putridas”¹⁴⁹⁷; o *Gargarejo anteseptico* era considerado “muito efficaz na esquinencia maligna, quando apparecem indicios de gangrena”¹⁴⁹⁸; às *Especies febrifugas* não é apontada uma atividade específica, mas pela sua designação podemos inferir que se tratava de um medicamento para o combate à febre; os *Pós antesepticos* eram aplicados “nas ulceras, feridas, e chagas, que tem partes gangrenosas”¹⁴⁹⁹; os *Pós antescorbuticos* eram considerados “muito uteis para o escorbuto da bocca corroborando, e firmando os dentes abalados, para impedir a fluxão escorbutica das gengives”¹⁵⁰⁰ e recomendados para limpar “os dentes tirando-lhes o muco tartaroso”¹⁵⁰¹; os *Pós de quina camphorados* eram considerados “antefebri, anteputridos”¹⁵⁰² e utilizados “nas febres malignas, na diminuta circulação dos humores, no sphacelo, e na gangrena, e ulceras putridas”¹⁵⁰³; os *Pós antedysentericos* eram considerados “uteis na diarrhea, e dysenteria, e atonia das visceras”¹⁵⁰⁴; o *Electuario antedysenterico, ou estimulante* era usado “na dysenteria, na diarrhea, e na debilidade das visceras do estomago, e do baixo ventre”¹⁵⁰⁵; o *Electuario antefebri, ou corroborante* era considerado “optimo nas febres quartãs, e terçãs; (...) hum grande tonico, e estomacico”¹⁵⁰⁶; a *Tintura de quina composta, ou tintura antefebri* era indicada “nas febres intermitentes, (...) nas lentas, nervosas, e putridas, especialmente quando declinão” bem como “nas obstrucções, em oppressões de peito, nas debilidades de estomago, e nervos”¹⁵⁰⁷; o *Vinho amargo, ou de quina composto* era aconselhado “na debilidade do estomago, nas febres intermitentes, na convalescença de quaesquer febres, nas más digestões”¹⁵⁰⁸; o *Cozimento antefebri, ou de quina composto* era considerado “hum poderoso remedio na declinação da febre maligna, quando o pulso está abattido, a voz fraca, e a cabeça affectada de estupor, e delirio”¹⁵⁰⁹; o *Clyster anteseptico, ou adstringente* era reputado como “corroborante, e anteseptico” e utilizado “com decedido proveito na laxidão dos intestinos”¹⁵¹⁰; e no que concerne ao *Extracto de quina*, indica-se que este era “corroborante, antefebri, anthelmintico, anteseptico” e que se usava “nas febres, na debilidade dos nervos depois de molestias chronicas, nas poluções involuntarias, no rheumatismo, na tosse, na tysica, na gangrena, nas hemorragias, e em todas as molestias, que provem de atonia”¹⁵¹¹.

¹⁴⁹⁶ Ibidem, p. 209.

¹⁴⁹⁷ Ibidem, p. 221.

¹⁴⁹⁸ Ibidem, p. 225.

¹⁴⁹⁹ Ibidem, p. 258.

¹⁵⁰⁰ Ibidem, p. 259-260.

¹⁵⁰¹ Ibidem, p. 260.

¹⁵⁰² Ibidem, p. 262.

¹⁵⁰³ Ibidem, p. 263.

¹⁵⁰⁴ Ibidem, p. 265.

¹⁵⁰⁵ Ibidem, p. 271.

¹⁵⁰⁶ Ibidem, p. 272.

¹⁵⁰⁷ Ibidem, p. 286.

¹⁵⁰⁸ Ibidem, p. 291.

¹⁵⁰⁹ Ibidem, p. 295.

¹⁵¹⁰ Ibidem, p. 302.

¹⁵¹¹ Ibidem, p. 328.

O autor tece ainda considerações sobre aqueles “que desejão passar por eruditos, e inventores de remedios, os quaes a pezar da sua inactividade, ou diminuta efficacia, e virtude a respeito de outros remedios da mesma classe, mais proveitosos, e talvez menos arriscados, e já conhecidos”. Questiona se seria “porventura permittido a hum Professor encher impunemente as sepulturas de individuos miseraveis objectos de suas experiencias”, e salienta a necessidade de “tomar as medidas mais energicas, a fim de que não embaraçando os progressos, que a Medicina possa fazer em novas tentativas, dêsse toda a segurança ao público de que ellas forão executadas com tanta circunspecção, e prudencia, que dellas não póde resultar o menor detrimento”¹⁵¹².

¹⁵¹² Ibidem, p. 178.

3.2.2.19. *Pharmacopea naval, e castrense* (1819)

A *Pharmacopea naval, e castrense*, obra composta por dois tomos, foi publicada em 1819 em Lisboa na Impressão Régia. O seu autor foi o cirurgião português Jacinto da Costa (1770-1850?). O autor apresenta-se no frontispício da obra como

“Primeiro Chirurgião do Hospital Militar da Marinha, e aprovado em Medicina Prática; Chirurgião do Numero da Armada Real, Examinador do Numero em Chirurgia Civil, e em Chirurgia, e Pharmacia Naval; Chirurgião Mór do Batalhão de Artilheria Nacional de Lisboa Occidental, etc.”

No primeiro tomo, Jacinto da Costa justifica a elaboração desta farmacopeia:

“sendo outro sim infallivel, e innegavel que sem regras fundamentaes não se podem estabelecer planos, e que por esta mesma razão não he possível curar, ou atalhar as enfermidades sem amplos conhecimentos Chirurgicos, Medicos, de Historia Natural, Pharmacia, e Chymica: não havendo até agora nestes Reinos huma Pharmacopéa Naval e Castrense, quando aliás he ella tão manifestamente util e necessaria, ousei aventurar-me á difficil empreza da composição desta Obra; alentando-me em tão longa e penosa tarefa, primeiro o intimo desejo, que tenho, de por todos os modos compatíveis com as minhas poucas forças ser prestavel no Serviço de Sua Magestade, e proveito dos meus Concidadãos; segundo a prática de por espaço de tantos annos curar os Enfermos nos Hospitales Reaes, e particularmente o grande numero, que resultou desta ultima, extensa, e cruelissima campanha; terceiro o ter por isso mesmo colligido hum grande numero de observações; e quarto huma grande, e continua applicação a ler, e meditar todos os bons livros da Faculdade, até a fim de por essa maneira, e por esse porfiado estudo, puder ter melhor desempenho pratico, e preencher os Cargos de Examinador do Numero em Chirurgia Civil, e Chirurgia e Pharmacia pela Repartição Chirurgica Naval”¹⁵¹³

A farmacopeia é dedicada ao Frei Custodio de Campos e Oliveira. Após a dedicatória, o primeiro tomo tem um “DISCURSO PRELIMINAR” onde o autor aponta a sujeição de todos os seres humanos às enfermidades, e a sua consequente necessidade de serem acudidos pela “nobre Sciencia e Arte de curar”. Revela também a sua perplexidade por entre os portugueses não ter

“havido hum só Chirurgião-Medico, que se dêsse á composição de huma Pharmacopéa Militar, que de maneira uniforme regulasse a escolha, e preparação dos Medicamentos mais efficazes, e proprios para atalhar, ou curar as enfermidades, que podem affligir os vassallos empregados no serviço de Sua Magestade Fidelissima”¹⁵¹⁴

¹⁵¹³ COSTA – *Pharmacopea Naval, e Castrense* (Tomo I), Dedicatória a Fr. Custódio de Campos e Oliveira (páginas sem numeração).

¹⁵¹⁴ *Ibidem*, p. I.

O autor afirma que D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enquanto Ministro de Estado da Repartição dos Negocios da Marinha, mandara “fazer huma Conferencia de *Facultativos da Sciencia e Arte de curar*, tanto de *Medicina*, como de *Chirurgia*, a fim de se compôr huma *Pharmacopéa Naval*, cujos trabalhos lhes serão remunerados por Sua Magestade”¹⁵¹⁵. Jacinto da Costa, com a sua experiência “de mais de vinte annos” enquanto funcionário da “Repartição dos Hospitaes da Marinha e Exercito” sabendo, devido à sua experiência enquanto “Examinador em Chirurgia e Pharmacia”, da urgência com que era necessária “huma semelhante *Pharmacopéa*” para os cirurgiões e boticários “principiantes” que se dedicavam ao “Serviço Naval e Castrense”¹⁵¹⁶, decidiu aplicar-se à tarefa de escrever a dita farmacopeia. Jacinto da Costa foca os constantes avanços das ciências experimentais, e a dificuldade de uma só pessoa ter os conhecimentos necessários à elaboração de uma farmacopeia. Afirma que tentou que nesta farmacopeia estivessem “os principaes melhoramentos, que tem experimentado a preparação dos Medicamentos; e que aquelles sejam, quanto for possivel, conformes ás doutrinas chymica, e medica dominantes”¹⁵¹⁷. Deste modo, a elaboração desta obra visava servir um público específico, os cirurgiões e boticários em início de carreira que trabalhavam para o exército e marinha portugueses.

Pharmacopea naval, e castrense (Tomo I)

O tomo I contém a primeira parte da farmacopeia, intitulada “*Materia Medica applicada a Therapeutica*”¹⁵¹⁸, subdividida em quatro partes: “REINO ANIMAL, OU ZOOLOGIA MEDICINAL”¹⁵¹⁹, “REINO VEGETAL, OU BOTANICA MEDICINAL”¹⁵²⁰, “REINO MINERAL, OU MINERALOGIA MEDICINAL”¹⁵²¹ (onde se encontram, respetivamente, as monografias de drogas de origem animal, vegetal e mineral) e “SUBSTANCIAS GERAES DA NATUREZA” (definidas pelo autor como “os principios, que se achão espalhados em nosso mundo, que se poderião chamar *Elementares*”¹⁵²²). O tomo I inclui ainda um “APPENDIX sobre as agoas mineraes de qualquer das especies ditas, no Reino de Portugal, e Algarves, e Ilha de S. Miguel”¹⁵²³, e um índice dos conteúdos do tomo I.

Na monografia da quina aponta-se que esta “Deve incontestavelmente ser collocada á testa dos medicamentos, que obrão de huma maneira especial sobre a tonicidade, ou contractibilidade fibrosa do estomago, e dos intestinos”¹⁵²⁴. O autor realça também que enquanto

¹⁵¹⁵ Ibidem.

¹⁵¹⁶ Ibidem, p. II.

¹⁵¹⁷ Ibidem.

¹⁵¹⁸ Ibidem, p. 1.

¹⁵¹⁹ Ibidem, p. 6.

¹⁵²⁰ Ibidem, p. 21.

¹⁵²¹ Ibidem, p. 102.

¹⁵²² Ibidem, p. 170.

¹⁵²³ Ibidem, p. 183.

¹⁵²⁴ Ibidem, p. 50.

“a quina só foi conhecida dos Europeós por via do commercio, e em quanto o interesse particular, ou a avidez do lucro misturáráo indistinctamente e sem escolha todas as cascas, não houve mais do que noções imperfeitissimas sobre a natureza propria deste vegetal”. Afirmo (baseando-se, segundo indica, nos “factos colhidos pela mais escrupulosa lição de Autores acreditadíssimos”) que os “Indianos” conheciam a atividade da quina¹⁵²⁵ mas que não a revelavam aos espanhóis. Em 1640, através da cura da Condessa de Chinchón ter-se-ia vulgarizado o conhecimento da quina em Espanha; depois, por intermédio dos jesuítas, do Cardeal de Lugo, e de Sebastiano Baldo em Itália; e, posteriormente, para outros países como a França, a Inglaterra, e a Alemanha onde “se apropriáráo hum soccorro tão util, e universal”¹⁵²⁶. Afirmo ainda a propósito da história da quina que:

“As primeiras indagações exactas sobre a historia natural da quina, devem-se ao zelo infatigavel do viajor *Condamine*. Depois d'elle, a Sciencia e Arte de curar he infinitamente devedora aos trabalhos do sábio *Mutis*, Director em Chefe da expedição Botanica de Santa Fé de Bogota, assim como aos célebres A. A. da *Flora Peruviana*, M.M. *Ruiz*, e *Pavon*; e a reunião de suas observações serve a dissipar toda a confusão sobre as differentes especies desta importante substancia medicinal”¹⁵²⁷.

O autor indica vários nomes pelos quais a quina era conhecida como “*Quinquina*, *Kinkina*, *Casca Peruviana*, ou *Cinchona* (PENTANDRIA MONOGYNIA, Linnei)”¹⁵²⁸, referindo que era originária do Peru, e colhida “especialmente na vasta Provincia do Quito, sobre o territorio de *Loxa*; mas tambem se acha em abundancia nos arredores da Santa Fé, na America Meridional”¹⁵²⁹, e nalguns locais do Brasil¹⁵³⁰. Depois indica as principais espécies conhecidas de quina, com os seus nomes comuns e nomes científicos, indicados no quadro seguinte:

¹⁵²⁵ Ibidem.

¹⁵²⁶ Ibidem, p. 51.

¹⁵²⁷ Ibidem.

¹⁵²⁸ Ibidem.

¹⁵²⁹ Ibidem.

¹⁵³⁰ Esta declaração sobre a presença da quina no Brasil é baseada na obra *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* (1802) de Francisco Tavares, onde este refere uma alegada quina descoberta em Matogrosso.

Quadro 15 - Espécies de quina listadas na Pharmacopea naval e castrense (1819)¹⁵³¹

Nome comum	Nome científico
“Quina Loxa do Perú, Cascara ou Cascarilha fina” ¹⁵³²	“ <i>Cinchona officinalis</i> , Linnei. <i>Cinchona Condaminea</i> , Bompland” ¹⁵³³
“Quina parda de Loxa” ¹⁵³⁴	“ <i>Cinchona officinalis</i> , Linnei. <i>Cinchona condaminea</i> , Humboldt, e Bompland” ¹⁵³⁵
“Quina laranjada do Perú” ¹⁵³⁶	“ <i>Cinchona lancifolia</i> , Mutis; <i>Cinchona nitida</i> , Ruiz, et Pavon” ¹⁵³⁷
*“Quina amarella real” ¹⁵³⁸	“ <i>Cinchona cordifolia</i> , Mutis; <i>Cinchona ovata</i> , Ruiz, et Pavon” ¹⁵³⁹
“Quina vermelha ou rubra” ¹⁵⁴⁰	“ <i>Cinchona oblongifolia</i> , Mutis. <i>Cinchona magnifolia</i> , Ruiz, et Pavon” ¹⁵⁴¹
“Quina branca” ¹⁵⁴²	“ <i>Cinchona ovalifolia</i> , Mutis” ¹⁵⁴³
“Quina Piton e Caraiba” ¹⁵⁴⁴	“ <i>Cinchona floribunda</i> , Vahl, et <i>Cinchona Caribæa</i> , Linnei” ¹⁵⁴⁵
“Quina chamada Havana, Huanuco” ¹⁵⁴⁶	“ <i>Cinchona glandulifera</i> , Ruiz, et Pavon?” ¹⁵⁴⁷
*“Quina Calisaya, amarella real” ¹⁵⁴⁸	“ <i>Cinchona cordifolia</i> , Mutis; <i>Cinchona ovata</i> , Ruiz, et Pavon” ¹⁵⁴⁹
“Quina amarella real bastarda” ¹⁵⁵⁰	“ <i>Cinchona lanceolata</i> , Ruiz, et Pavon” ¹⁵⁵¹
“Quina Loxa delgada ou Delgadilha” ¹⁵⁵²	“ <i>Cinchona hirsuta</i> , Ruiz, et Pavon” ¹⁵⁵³
“Quina chamada nova” ¹⁵⁵⁴	“ <i>Cinchona rosea</i> , Ruiz, et Pavon?” ¹⁵⁵⁵

¹⁵³¹ O autor descreve os tipos de quina que assinalámos com um asterisco* separadamente, com nomes comuns ligeiramente diferentes, mas indica que correspondem às mesmas espécies de quina.

¹⁵³² COSTA – Pharmacopea Naval, e Castrense (Tomo I), p. 52.

¹⁵³³ Ibidem, p. 52.

¹⁵³⁴ Ibidem.

¹⁵³⁵ Ibidem.

¹⁵³⁶ Ibidem, p. 53.

¹⁵³⁷ Ibidem.

¹⁵³⁸ Ibidem.

¹⁵³⁹ Ibidem.

¹⁵⁴⁰ Ibidem.

¹⁵⁴¹ Ibidem.

¹⁵⁴² Ibidem.

¹⁵⁴³ Ibidem.

¹⁵⁴⁴ Ibidem.

¹⁵⁴⁵ Ibidem.

¹⁵⁴⁶ Ibidem, p. 54.

¹⁵⁴⁷ Ibidem.

¹⁵⁴⁸ Ibidem.

¹⁵⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁵⁰ Ibidem.

¹⁵⁵¹ Ibidem.

¹⁵⁵² Ibidem.

¹⁵⁵³ Ibidem.

¹⁵⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵⁵ Ibidem.

Na descrição das várias espécies de quina, Jacinto da Costa indica também as características organolépticas de cada espécie, fornecendo geralmente informações sobre a sua proveniência geográfica e, nalguns casos, referindo virtudes terapêuticas, apontamentos históricos, ou outras observações diversas. Deste modo, o autor afirmava, por exemplo, que a quina amarela real (supostamente correspondente à *Cinchona cordifolia*, Mutis e à *Cinchona ovata* Ruiz, et Pavon¹⁵⁵⁶) era muito febrífuga, ou que a quina vermelha ou rubra era muito ativa especialmente nas gangrenas. Depois inclui uma tabela com as experiências do químico francês Vauquelin com várias espécies de quina. Indica também que a quina tinha atividade no tratamento da gota:

“A quina em pó he de grande utilidade na gota, segundo as observações do Dr. B. J. de Lemos, Lente de Medicina na Universidade de Coimbra, e as proprias experiencias do Cl. Professor Francisco Tavares, Fysico Mór do Reino. Conforme a sua doutrina, deve preceder o uso de hum purgante (huma e meia ou duas onças de sal amargo), e administrar-se depois a quina em pó na dose de huma oitava por hora, de maneira que o enfermo venha a tomar duas onças em vinte e quatro horas, com tanto que o estomago a possa supportar. Veja-se *Uso da Quina na Gota*. Lisboa, 1802”¹⁵⁵⁷

Na monografia da quina, o autor aponta as principais virtudes da quina: combater a putrefação, e “fortificar o systema nervoso”¹⁵⁵⁸. De seguida descreve as aplicações terapêuticas da quina: “nas febres putridas, malignas, e nas febres intermitentes, na phthisica pituitosa, e em todos os casos de debilidade”¹⁵⁵⁹. Os casos de debilidade incluíam “todas as debilidades chronicas do systema nervoso”¹⁵⁶⁰, embora nessa situação a quina devesse ser associada a outros medicamentos, nomeadamente antiespasmódicos. Explica ainda como é que a quina atuava na “hemoptise, e na phthisica insipiente” nas quais era “muito vantajosa”¹⁵⁶¹. Para além disso, afirmava que a quina tinha “muito bons effeitos na debilidade acompanhada de suores symptomaticos, com tanto que não exista grande sede”¹⁵⁶². O autor aponta ainda os “muito bons effeitos” que a quina “em substancia” gerava “Nas ulceras externas, que não suppurão convenientemente por falta de forças, assim como na gangrena”¹⁵⁶³. Nas “gangrenas humidas”, deveria ser aplicada diretamente nas lesões¹⁵⁶⁴.

O autor salienta igualmente os cuidados a ter na administração da quina nas suas várias aplicações clínicas: nas “febres putridas”; “Nas febres nervosas”; “nas febres continuas”; “Nas

¹⁵⁵⁶ Ibidem, p. 53.

¹⁵⁵⁷ Ibidem, p. 56.

¹⁵⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁵⁹ Ibidem.

¹⁵⁶⁰ Ibidem, p. 57.

¹⁵⁶¹ Ibidem.

¹⁵⁶² Ibidem, p. 56.

¹⁵⁶³ Ibidem, p. 57.

¹⁵⁶⁴ Ibidem.

intermittentes”; “Nas febres quartãs”¹⁵⁶⁵ ; ou “Nas intermittentes malignas”¹⁵⁶⁶. Aponta que, ao utilizar a quina era “sobre tudo necessario ter consideração aos effeitos, que produz sobre o systema dermoideo, lingua, e respiração” e que por isso “Todas as vezes que deseca a pelle, e a lingua, e que torna difficil a respiração” dever-se-ia parar a administração da quina “ou misturalla com os diaphoreticos”¹⁵⁶⁷. Se a quina causasse o vômito, então poderia “misturar-se com a canella, casca de laranja, ou opio, segundo a necessidade”¹⁵⁶⁸.

Indica também que observações clínicas tinham demonstrado que as recaídas de febres intermitentes (terçãs “tanto *simples* como *dobres*”, quartãs e quotidianas) “occasionadas por leves causas”¹⁵⁶⁹ podiam ser prevenidas “administrando de novo a quina no setimo dia depois da cessação de huma febre terçã, e no quartozeno depois da de huma quartã, ou quotidiana, continuando ainda por oito dias em ambos os casos”¹⁵⁷⁰

Destaca o medicamento *Água de Inglaterra* afirmando que se sabia

“quanto a Humanidade deve á efficaz preparação conhecida pelo nome de *Agoa de Inglaterra*, inventada pelo Dr. *Jacob de Castro Sarmento*, e actualmente manipulada por *José Joaquim de Castro*, na sua Real Fabrica, com Decretos exclusivos de SUA MAGESTADE, para que nenhuma outra goze a mesma denominação, de quantas *agoas febrifugas* tem sido propostas, e preparadas, com a cobiça de as antepôr á mencionada de *Castro*, qualificada, e conhecida proveitosa por quasi todos os Facultativos imparciaes dos tres Reinos Unidos”¹⁵⁷¹.

Esta afirmação de Jacinto da Costa corrobora a indicação dada por José Pedro Sousa Dias (2012) de que, na opinião pública, Jacob de Castro Sarmento logrou substituir Fernando Mendes enquanto real autor da *Água de Inglaterra*¹⁵⁷². Jacinto da Costa recomenda ainda a consulta da obra de Manuel Joaquim Henriques de Paiva *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira agua de Inglaterra* (“além de outros escriptos” que não especifica), para se conhecer a “excellencia, virtudes, e uso medicinal” daquele “importante remedio”¹⁵⁷³.

Indica-se também que a “*Polygala amarga*, Linnei” se podia designar “quina do bofe”¹⁵⁷⁴ e que o carvalho (espécie “*Quercus Robur*, Linnei”) podia substituir a quina nos “usos externos”¹⁵⁷⁵.

¹⁵⁶⁵ Ibidem, p. 56.

¹⁵⁶⁶ Ibidem, p. 57.

¹⁵⁶⁷ Ibidem, p. 56.

¹⁵⁶⁸ Ibidem, p. 57.

¹⁵⁶⁹ Ibidem.

¹⁵⁷⁰ Ibidem.

¹⁵⁷¹ Ibidem, p. 58.

¹⁵⁷² DIAS – A *Água de Inglaterra*... p. 27.

¹⁵⁷³ COSTA – *Pharmacopea Naval, e Castrense* (Tomo I), p. 58.

¹⁵⁷⁴ Ibidem, p. 69.

¹⁵⁷⁵ Ibidem, p. 49.

Segundo Jacinto da Costa, alguns médicos achavam que no tratamento das “febres remittentes, e intermittentes perniciosas, cujos accessos se toçãõ” o ópio era “preferivel á quina em pó; porque os effeitos são mais promptos, e exige menos esforços da parte do estomago”¹⁵⁷⁶.

A quina era recomendada em associação com outras preparações e drogas: com as “*Flores ammoniacae marciaes (muriato ammoniacal de ferro sublimado.)*”¹⁵⁷⁷ usadas no tratamento de “obstrucções das visceras do baixo-ventre; nas febres intermittentes obstinadas; na cachexia; na ictericia, e na chlorose asthenicas; nas affecções verminosas”¹⁵⁷⁸; com o “óxido de zinco sublimado”¹⁵⁷⁹ recomendado “Contra a epilepsia, principalmente dos infantes, affecções espasmodicas, convulsões”¹⁵⁸⁰; ou com o “SAL AMMONIACO (*muriato de ammoniaco.*)”¹⁵⁸¹. Refira-se, no entanto, que estas associações incluíam não só a quina, mas também outras preparações.

Pharmacopea naval, e castrense (Tomo II)

O tomo II inclui a segunda e terceira partes da farmacopeia.

A segunda parte é dedicada, como explica o autor, à “Pharmacia Practica”¹⁵⁸² e inclui: “Noções preliminares de Pharmacia”¹⁵⁸³; operações farmacêuticas, instrumentos de farmácia e pesos e medidas; uma secção intitulada “Das Leis da composição, e decomposição dos corpos”¹⁵⁸⁴, onde consta uma secção de reagentes e venenos; as secções “Da colheita, dessecação, e conservação das substancias vegetaes, e da sua duração officinal”¹⁵⁸⁵, “Da exsiccação das drogas simplices”¹⁵⁸⁶, “Da reposição, e duração das drogas simplices”¹⁵⁸⁷ (conservação e “prazo” de validade das drogas), “Dos productos pharmaceuticos officinaes”¹⁵⁸⁸ (sua definição e regras gerais a observar na sua elaboração); um “FORMULARIO OFFICINAL”¹⁵⁸⁹, subdividido em medicamentos de uso interno e externo; uma secção designada “Dos Productos pharmaceuticos Magistraes para o uso interno”¹⁵⁹⁰ (com considerações gerais sobre as preparações “formadas para se empregarem no mesmo momento, as quaes se executão conforme as prescripções do Chirurgião Medico, e não podem ser conservadas sem que se deteriorem além de hum, ou quando

¹⁵⁷⁶ Ibidem, p. 85.

¹⁵⁷⁷ Ibidem, p. 125.

¹⁵⁷⁸ Ibidem, p. 126.

¹⁵⁷⁹ Ibidem, p. 145.

¹⁵⁸⁰ Ibidem.

¹⁵⁸¹ Ibidem, p. 165-166.

¹⁵⁸² Ibidem, p. VI.

¹⁵⁸³ COSTA – Pharmacopea Naval, e Castrense (Tomo II), p. 1.

¹⁵⁸⁴ Ibidem, p. 39.

¹⁵⁸⁵ Ibidem, p. 64.

¹⁵⁸⁶ Ibidem, p. 69.

¹⁵⁸⁷ Ibidem, p. 74.

¹⁵⁸⁸ Ibidem, p. 77.

¹⁵⁸⁹ Ibidem, p. 111.

¹⁵⁹⁰ Ibidem, p. 185.

muito de alguns dias”¹⁵⁹¹); o “FORMULARIO MAGISTRAL”¹⁵⁹² (com as fórmulas para a preparação de produtos farmacêuticos magistrais de uso interno e externo); e, finalmente, a secção intitulada “Da Arte de Formular”¹⁵⁹³, que inclui uma tabela em que se dividem as preparações officinais e magistrais segundo o seu local de administração.

A terceira parte contém várias tabelas: de “Medicamentos, Vasos, Instrumentos e Utensilios Pharmaceuticos, e Chirurgicos com que devem ser fornecidas as Boticas Navaes e Castrenses”¹⁵⁹⁴ (medicamentos etc. que deveriam estar presentes nos vários tipos de embarcações e nas boticas militares); e de regimes alimentares para os doentes nos hospitais “fixos”¹⁵⁹⁵ e navais. A terceira parte inclui ainda observações gerais relativas aos hospitais navais; um “MODELO Proposto para hum Caderno de Visita diária”¹⁵⁹⁶; e observações sobre a higiene naval. Por último, apresenta-se um índice do conteúdo do tomo II da farmacopeia.

Na *Pharmacopea Naval, e Castrense*, as fórmulas com quina são também aconselhadas em várias doenças e sintomas. Estão presentes 27 medicamentos com quina, com as virtudes e usos terapêuticos indicados no quadro seguinte:

Quadro 16 - Designação, virtudes e usos terapêuticos dos medicamentos com quina na *Pharmacopea naval, e castrense* (1819)

(continua)

Nome do medicamento	Virtudes e usos terapêuticos
“ALCOOL DE QUINA COMPOSTO. (Tintura antiseptica de <i>Huxham.</i>)”	“Principalmente as [virtudes] da quina; excitante, antiseptica”; utilização “Nas febres intermitentes, nervosas, e sobretudo nos enfermos, que não podem supportar a quina só per si” ¹⁵⁹⁷
“ALCOOL ESTOMACHICO” ¹⁵⁹⁸	“Na dispepsia, e na atonia do conducto intestinal” ¹⁵⁹⁹
“ELECTUARIO ADSTRINGENTE”	“Nas hemorragias passivas pulmonares, e hemorrhoidaes; em todas as diarrehas, particularmente nas provenientes da diathese escorbútica” ¹⁶⁰⁰
“EXTRACTO GOMO-RESINOSO DE QUINA” ¹⁶⁰¹	“As [virtudes] da quina em substancia; febrifugo muito efficaz” ¹⁶⁰²

¹⁵⁹¹ Ibidem.

¹⁵⁹² Ibidem, p. 197.

¹⁵⁹³ Ibidem, p. 275.

¹⁵⁹⁴ Ibidem, p. 294.

¹⁵⁹⁵ Ibidem, p. 324.

¹⁵⁹⁶ Ibidem, p. 357.

¹⁵⁹⁷ Ibidem, p. 118.

¹⁵⁹⁸ Ibidem, p. 120.

¹⁵⁹⁹ Ibidem, p. 121.

¹⁶⁰⁰ Ibidem, p. 126.

¹⁶⁰¹ Ibidem, p. 139.

¹⁶⁰² Ibidem, p. 140.

Quadro 16 – Designação, virtudes e usos terapêuticos dos medicamentos com quina na Pharmacopea naval, e castrense (1819)

(continuação)

Nome do medicamento	Virtudes e usos terapêuticos
“VINHO QUINADO”	“Possue as virtudes da quina; he estomacal, febrifugo, tonico, antiputrido, e excita o appetite” ¹⁶⁰³
“ALCOOL ANTIGOTOSO de Pradier” ¹⁶⁰⁴	Tratamento da gota (atividade inferida pela designação do medicamento)
“PÓS DENTIFRICOS QUINADOS”	“Alimpão perfeitamente os dentes, firmão as gengivas, e dão ao alito hum cheiro agradável” ¹⁶⁰⁵
“BOLOS FEBRIFUGOS”	“Convém nas febres intermitentes, e remittentes” ¹⁶⁰⁶
“BOLOS MARCIAES QUINADOS”	“Tónicos”; “convém nos mesmos casos que os precedentes” ¹⁶⁰⁷ (teriam as mesmas virtudes que os bolos febrífugos)
“COZIMENTO DE MUSGO COMPOSTO”	“Tonico, involvente, expectorante”; “convém nas affecções catarrosas de bofe, phtisicas pulmonares, etc.” ¹⁶⁰⁸
“COZIMENTO DE QUINA SIMPLES”	“Tonico, antifebril”; “convém no estado atonico do estomago, e conducto intestinal consecutivo ás febres gástricas ou biliosas, e ás febres typhoideas” ¹⁶⁰⁹
“COZIMENTO DE QUINA COMPOSTO”	“Tonico, antifebril”; “conveniente nas febres adynamicas, etc.” ¹⁶¹⁰
“COZIMENTO DE QUINA CAMPHORADO”	“Tonico, antifebril”; “conveniente nas febres typhoideas, etc.” ¹⁶¹¹
“ELECTUARIO FEBRIFUGO”	“Tonico”; “conveniente nas febres intermitentes, e remittentes, etc.” ¹⁶¹²
“ELECTUARIO DE QUINA SOLUTIVO”	“Os mesmos que o precedente, nos casos, em que se acha indicado o promover as evacuações alvinas” ¹⁶¹³ (virtudes e usos iguais aos do electuário febrífugo, isto é, ação tónica, atividade contra febres intermitentes, remittentes, etc.)
“ELECTUARIO DE QUINA COMPOSTO” ¹⁶¹⁴	Virtudes e usos iguais aos do electuário febrífugo e do electuário de quina solutivo ¹⁶¹⁵

¹⁶⁰³ Ibidem, p. 150.

¹⁶⁰⁴ Ibidem, p. 161.

¹⁶⁰⁵ Ibidem, p. 175.

¹⁶⁰⁶ Ibidem, p. 199.

¹⁶⁰⁷ Ibidem.

¹⁶⁰⁸ Ibidem, p. 206.

¹⁶⁰⁹ Ibidem.

¹⁶¹⁰ Ibidem, p. 207.

¹⁶¹¹ Ibidem.

¹⁶¹² Ibidem, p. 210.

¹⁶¹³ Ibidem.

¹⁶¹⁴ Ibidem.

¹⁶¹⁵ Ibidem, p. 211.

Quadro 16 – Designação, virtudes e usos terapêuticos dos medicamentos com quina na Pharmacopea naval, e castrense (1819)

(conclusão)

Nome do medicamento	Virtudes e usos terapêuticos
“ELECTUARIO DE MAGNESIA COMPOSTO”	“Antiseptica, excitante; conveniente nas febres putridas, particularmente dos infantes” ¹⁶¹⁶
“INFUSÃO DE QUINA SIMPLES”	“Tonica; conveniente em todos os casos de debilidade do aparelho digestivo, e conducto intestinal” ¹⁶¹⁷
“INFUSÃO DE QUINA E QUACIA”	“Tonica, estomatica; convém nos mesmos casos que a precedente” ¹⁶¹⁸ (isto é, nos mesmos casos que a infusão de quina simples)
“INFUSÃO VINHOSA DE QUINA”	“Tonica, estomatica; conveniente nas febres adynamicas intermitentes, nas debilidades de estomago, na convalescença das enfermidades agudas, e affecções escorbúticas; nos ultimos periodos das gonorrhœas, e fluxos alvos entretidos por summa debilidade” ¹⁶¹⁹
“PILULAS ANTISCORBUTICAS” ¹⁶²⁰	“Convenientes nas affecções escorbúticas, etc.” ¹⁶²¹
“BANHO TONICO”	“Excitante, antiseptico, deterativo; conveniente nas gangrenas, e nos tumores edematosos” ¹⁶²²
“CATAPLASMA QUINADA”	“Excitante, antiseptico; conveniente nas grandes contusões, nos tumores atonicos, e nas gangrenas” ¹⁶²³
“CATAPLASMA AMERICANA COMPOSTA”	Virtudes e usos iguais aos da cataplasma quinada, mas “obrando com mais intensidade” ¹⁶²⁴
“CRYSTEL ANTIFEBRIL”	“Antifebril; conveniente nas febres intermitentes, e quartãs” ¹⁶²⁵
“CRYSTEL DE QUINA”	“Excitante, antiputrido; conveniente nas febres typhoideas, etc.” ¹⁶²⁶
“CRYSTEL DE QUINA CAMPHORADO” ¹⁶²⁷	“Antiseptico; conveniente nos mesmos casos, quando a febre se acha elevada ao gráo de putrefacção” ¹⁶²⁸

¹⁶¹⁶ Ibidem.

¹⁶¹⁷ Ibidem, p. 215.

¹⁶¹⁸ Ibidem.

¹⁶¹⁹ Ibidem, p. 216.

¹⁶²⁰ Ibidem, p. 230.

¹⁶²¹ Ibidem, p. 231.

¹⁶²² Ibidem, p. 236.

¹⁶²³ Ibidem, p. 240.

¹⁶²⁴ Ibidem, p. 241.

¹⁶²⁵ Ibidem, p. 245.

¹⁶²⁶ Ibidem, p. 246.

¹⁶²⁷ Ibidem.

¹⁶²⁸ Ibidem, p. 247.

No tomo II da *Pharmacopea Naval e Castrense*, o autor indica que a quina era um medicamento caro. Assinala também que, na preparação de medicamentos, se deveriam preferir as drogas indígenas às exóticas que tivessem as mesmas propriedades terapêuticas, já que as exóticas, mais caras, seriam mais facilmente adulteradas “pela ambição do ganho”¹⁶²⁹.

A quina era recomendada em associação com a aguardente pura para prevenção das “febres perniciosas, tão frequentes na estação das chuvas”¹⁶³⁰. Refere-se que nas doenças agudas “que não são decididamente inflamatórias, mas dispostas á putrefacção” era necessário “obstar á dissolução dos humores, por meio dos acidos vegetaes, mineraes, camphora, quina, etc.”¹⁶³¹ e que “A quina, os marciaes, etc.” eram “muito bons depois das enfermidades agudas, para preservar de recaídas, e para fortificar huma constituição phleugmatica e relaxada”¹⁶³².

Na secção sobre higiene naval Jacinto da Costa aponta que a quina (bem como “os marciaes, os amargos, o elixir de vitriolo, e o vinho generoso”) podia ser administrada para prevenção do escorbuto nos “Convalescentes, e os individuos de constituição froxa”¹⁶³³.

A quina e as suas preparações são ainda recomendadas como antídotos: contra “*venenos drasticos*, como o helleboro branco e negro, euphorbio, gomma-gutta, jalappa, escamonéa, etc.”¹⁶³⁴ em que se poderiam usar os “cozimentos de quina loxa, ou calisaya” entre outros tratamentos possíveis; contra “*venenos acres*, como a cevadilha, laureola, e thymelea, aconito napelo, dentelaria, estaphisagria, nigella, clematitis, celidonia menor, lobelia caustica, jarro, balsamina, eloendro, ou o leite de figueira, etc.” que seriam “ainda melhor combatidos com os fortes cozimentos de tannino, de galhas, de boa quina”¹⁶³⁵; contra doses excessivas de emético “*O emetico*, em alta dose, se decompõe muito bem por hum cozimento sobrecarregado de tannino, ou de galhas, ou quina, ou por hum extracto amargo diluido”¹⁶³⁶; contra envenenamento com “oxidos e acetatos de chumbo” (recomendando-se “cozimentos e pós de quina”¹⁶³⁷ em associação com outras drogas e medicamentos); ou contra o envenenamento com arsénico (aconselhando-se a utilização “de boa quina” novamente em associação com outras drogas e medicamentos).

Também estão presentes considerações sobre a preparação de medicamentos como, por exemplo, a necessidade de se infundir a quina em vasos tapados¹⁶³⁸, ou o facto das tinturas de quina se prepararem a quente¹⁶³⁹. A quina também era recomendada para a “hydropesia”, indicando-se que

¹⁶²⁹ Ibidem, p. 280.

¹⁶³⁰ Ibidem, p. 375.

¹⁶³¹ Ibidem, p. 349.

¹⁶³² Ibidem, p. 379-380.

¹⁶³³ Ibidem, p. 376.

¹⁶³⁴ Ibidem, p. 60.

¹⁶³⁵ Ibidem.

¹⁶³⁶ Ibidem, p. 62.

¹⁶³⁷ Ibidem, p. 63.

¹⁶³⁸ Ibidem, p. 192.

¹⁶³⁹ Ibidem, p. 123.

“Quando esta enfermidade [a hidropesia] tem lugar por uma abundancia geral de soros, como na hydropesia escorbutica, na que he consequencia do uso do mercurio, dos banhos tepidos continuados, da excessiva humidade da atmospheria, e de hum temperamento lymphatico; (...) são precisos os evacuanes, os tonicos marciaes, a quina, etc.”¹⁶⁴⁰

Nas tabelas com as quantidades de medicamentos que deveriam estar presentes nas boticas da marinha e do exército, encontram-se referências adicionais à quina. Deste modo, a quina deveria estar presente sob a forma de casca inteira, em pó, e em vários medicamentos com quina (álcool de quina composto, extrato de quina e vinho de quina) em: naus de guerra; “Fragatas, Brigues de Guerra, e Charruas”¹⁶⁴¹; “Navios Mercantes, que seguem viagem para os Portos da America, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, e Pará, por tempo de seis a oito mezes”¹⁶⁴²; e “Navios Mercantes, que seguem viagem aos Portos da Asia, India, Costa de Leste, para huma viagem de dezoito a vinte mezes”¹⁶⁴³. Adicionalmente, nas boticas “de Divisão, Brigada, Regimental, e de Batalhão em tempo de guerra”¹⁶⁴⁴ deveria existir “Quina *em pó*” e quina “*em repizo*”¹⁶⁴⁵ bem como álcool de quina composto.

¹⁶⁴⁰ Ibidem, p. 352.

¹⁶⁴¹ Ibidem, p. 302.

¹⁶⁴² Ibidem, p. 309.

¹⁶⁴³ Ibidem, p. 314.

¹⁶⁴⁴ Ibidem, p. 320.

¹⁶⁴⁵ Ibidem.

3.2.2.20. *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras* (1º tomo 1833; 2º tomo 1834)

A *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras* foi compilada pelo bacharel B. J. O. T Cabral, e publicada em dois tomos. O primeiro tomo foi publicado em 1833, e o segundo tomo foi publicado em 1834. B. J. O. T Cabral dedica a farmacopeia a João de Campos Navarro d'Andrade, Barão de Sande, que era à época físico-mor do Reino e diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, afirmando ter sido seu discípulo.

Tendo considerado a utilidade das publicações periódicas dedicadas aos avanços científicos e das artes, que difundiam “conhecimentos uteis, despertando os talentos, e excitando a emulação”, e que abundavam nas “Nações principaes da Europa” (contribuindo para a sua “prosperidade, e preeminencia”), B. J. O. T. Cabral declara que resolvera “imitar tão útil e tão avantajado prototypo”, criando um periódico dedicado à medicina, cirurgia, e farmácia, “tendo por escopo a Saude Publica”¹⁶⁴⁶.

No dito periódico, o compilador B. J. O. T. Cabral pretendia incluir uma “Collecção de todas as Preparações e Composições dos Medicamentos que os Regimentos de 1831 e 1833 dos Pharmaceuticos Portuguezes citão nas Pharmacopéas estranhas e nacionaes (excepto a Geral destes Reinos)”¹⁶⁴⁷. Afirma que vários farmacêuticos haviam expressado a opinião de que esta coleção seria útil para a classe “e que a brevidade serviria muito os seus desejos”. Deste modo decidira que este seria o “primeiro producto do nosso trabalho que tirassemos á luz publica, como parte do nosso Periodico”¹⁶⁴⁸. Assevera que elaborara a farmacopeia de modo que esta pudesse interessar também aos subscritores que não eram farmacêuticos. Assim, inclui, nomeadamente, as “Virtudes e Doses dos Medicamentos”, e os antídotos dos “Productos Pharmaceuticos”, para que a farmacopeia “fosse igualmente digna da atenção dos Facultativos”¹⁶⁴⁹.

B. J. O. T Cabral refere que a obra está dividida em 3 partes, que perfaziam 2 volumes: “a 1ª [parte] comprehende as Preparações e Composições dos Medicamentos Antigos; a 2ª dos Novos; a 3ª as Preparações e Composições Subsidiarias de huns e outros Medicamentos, Antigos e Novos”¹⁶⁵⁰. Assinala ainda que os processos de preparação das fórmulas e os usos medicinais tinham sido resumidos. Expressa também o desejo de que a farmacopeia merecesse “o benigno acolhimento dos Pharmaceuticos e Facultativos Portuguezes, dos Discipulos e dos Amadores das Sciencias Medicas, como tambem dos Chefes de Familia”¹⁶⁵¹.

B. J. O. T Cabral inclui no tomo I uma advertência, em que especifica as boticas em que a farmacopeia se vendia, e onde era possível assiná-la. Nesta advertência refere ainda que a

¹⁶⁴⁶ CABRAL – *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras*... (1833), p. 5.

¹⁶⁴⁷ Ibidem.

¹⁶⁴⁸ Ibidem, p. 6.

¹⁶⁴⁹ Ibidem.

¹⁶⁵⁰ Ibidem.

¹⁶⁵¹ Ibidem, p. 7.

“Pharmacopea he repartida em Cadernos de seis folhas; e estes hão de ser publicados successivamente e com o menor intervallo possível de huns a outros” e que “Para evitar prejuizo grave, nenhum se vende avulso, e sómente por subscripção do Periodico de que he parte esta Obra”. Cada caderno custava 240 réis¹⁶⁵².

Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras (Tomo I, 1833)

No tomo I encontra-se a primeira parte “PREPARAÇÕES E COMPOSIÇÕES DOS MEDICAMENTOS ANTIGOS”¹⁶⁵³, uma secção com pesos e medidas, e uma lista dos principais reagentes.

O tomo I contém 13 fórmulas com quina ou derivados da quina, indicadas no quadro seguinte:

Quadro 17 - Designação e uso medicinal dos medicamentos com quina e derivados da quina na Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras (Tomo I, 1833)¹⁶⁵⁴

(continua)

Nome do medicamento	Uso medicinal
“COSIMENTO ANTI-FEBRIL <i>de Lewis</i> ” ¹⁶⁵⁵	“Tirão-se resultados mui distinctos deste Cosimento nas febres podres, malignas, que procedem do máo Ar dos Hospitales ou dos Carceres. No periodo desta febre perigosa, em que os Enfermos estão muito fracos, quando o pulso, que antes era frequente, se torna pequeno e lento, quando o abatimento aumenta, e as petechias ou pintas começam a apparecer, he hum dos mais efficazes remedios para aumentar as forças vitaes, para promover hum suor critico, e corrigir os humores putridos” ¹⁶⁵⁶
“COSIMENTO PARA CLYSTERES <i>de Pedro Castello. (Ph. Lusitana.)</i> ” ¹⁶⁵⁷	“Servem estes Clisteres para curar as febres intermittentes (...) e fazem bom effeito, principalmente nas crianças, que não são capazes de tomar remedios amargos pela boca”; “ <i>Hum Facultativo Portuguez</i> ” indicava ainda: “Usa-se destes Clisteres com particularidade nas febres ataxicas, e adynamicas” ¹⁶⁵⁸

¹⁶⁵² Ibidem, p. 8.

¹⁶⁵³ Ibidem, p. 37.

¹⁶⁵⁴ Esta farmacopeia inclui 2 receitas do “Xarope Anti-scorbutico de Portal”: uma receita que é descrita na farmacopeia francesa de 1827, e outra descrita por Chevallier. O xarope de quina com água e o xarope de quina com vinho também possuem 2 fórmulas alternativas nesta farmacopeia (1 delas da autoria de Guibourt e Henry, pai).

¹⁶⁵⁵ Ibidem, p. 99. Preparado com quina.

¹⁶⁵⁶ Ibidem, p. 100.

¹⁶⁵⁷ Ibidem, p. 104. Preparado com quina.

¹⁶⁵⁸ Ibidem.

Quadro 17 – Designação e uso medicinal dos medicamentos com quina e derivados da quina na Pharmacoepa das Pharmacoepas Nacionaes e Estrangeiras (Tomo I, 1833)

(continuação)

Nome do medicamento	Uso medicinal
“ELIXIR ANTI-FEBRIL <i>de Huxham. (Ph. Franc.)</i> ” ¹⁶⁵⁹	“Convêm nas doenças podres”; “febres intermitentes” ¹⁶⁶⁰
“EXTRACTO DE QUINA ALCOOLICO. <i>(Ph. Franc.)</i> ” ¹⁶⁶¹	“Este Extracto he irritante, que as mais das vezes produz copiosas dejeções alvinas. Tem sido aconselhado na apyrexia das febres intermitentes” ¹⁶⁶²
“PILULAS ANTE-CIBUM. <i>(Ph. Franceza, Edição de 1827.)</i> ” ¹⁶⁶³ (também designadas “PILULAS D’AZEVRE E DE QUINA” ¹⁶⁶⁴)	“Estas Pilulas são estomachicas, laxativas, e tonicas”; “Em maior dose tornão-se laxantes” ¹⁶⁶⁵
“TINTURA AMARGA <i>do Dr. Whyth. (Ph. Lisbonense.)</i> ” ¹⁶⁶⁶	“Esta Tintura convêm nas febres adynamicas, nas leucorrhéas, e nas ictericias” ¹⁶⁶⁷
Vinho aromatico (receita de Parmentier) ¹⁶⁶⁸	Não é indicada a atividade terapêutica
“VINHO DE QUINA SIMPLES. <i>(Ph. Franc., Edição de 1827.)</i> ” ¹⁶⁶⁹	“Este Vinho he muito efficaz, como estomachico, febrífugo, tonico, e antipútrido: excita o appetite” ¹⁶⁷⁰
[Vinho com quinina] ¹⁶⁷¹	Não é indicada a atividade terapêutica
[Vinho com cinchonina] ¹⁶⁷²	Não é indicada a atividade terapêutica

¹⁶⁵⁹ Ibidem, p. 125. Preparado com quina vermelha.

¹⁶⁶⁰ Ibidem.

¹⁶⁶¹ Ibidem, p. 209. Preparado com tintura de quina.

¹⁶⁶² Ibidem, p. 215.

¹⁶⁶³ Ibidem, p. 415.

¹⁶⁶⁴ Ibidem, p. 416. Estas pílulas são preparadas com extrato de quina.

¹⁶⁶⁵ Ibidem, p. 415.

¹⁶⁶⁶ Ibidem, p. 478. Preparada com quina.

¹⁶⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁶⁸ Ibidem, p. 544. Preparado com tintura de quina.

¹⁶⁶⁹ Ibidem, p. 545. Preparado com casca de quina gris.

¹⁶⁷⁰ Ibidem, p. 546.

¹⁶⁷¹ Ibidem. Esta fórmula não tem um título atribuído pelo compilador, mas são indicados os componentes e o modo de preparação. É preparada com sulfato de quinina.

¹⁶⁷² Ibidem. Esta fórmula não tem um título atribuído pelo compilador, mas são indicados os componentes e o modo de preparação. É preparada com sulfato de cinchonina.

Quadro 17 – Designação e uso medicinal dos medicamentos com quina e derivados da quina na Pharmacoepa das Pharmacoepas Nacionaes e Estrangeiras (Tomo I, 1833)

(conclusão)

Nome do medicamento	Uso medicinal
“Xarope Anti-scorbutico de Portal” ¹⁶⁷³ (receita da Ph. Franc. de 1827 e receita de Chevallier)	“Convêm o Xarope de M. Portal nas doenças cutâneas, nas affecções escrofulosas, e escorbüticas, e nas enfermidades antigas venéreas” ¹⁶⁷⁴
“XAROPE DE QUINA. (Ph. Franc., Edição de 1827)” ¹⁶⁷⁵ ou “Xarope de Quina com Agua” ¹⁶⁷⁶ (2 fórmulas diferentes)	“he febrífugo; reprime a febre intermittente; he estomachico; e excita o appetite”; “Dá-se (...) como excellente tonico, febrífugo, estomachico, conveniente em todas as atonías, na aepsia, etc.” ¹⁶⁷⁷
Xarope de Quina com Vinho ¹⁶⁷⁸ (2 fórmulas diferentes)	Com as mesmas virtudes que o Xarope de quina com água mas não se deveria “receitar ás pessoas que tem fibras delicadas e fáceis d’inflammar-se, por causa do Vinho que sempre produz calor”; “he hum excellente tonico, febrífugo, convenienre [sic] nas febres, cachexias, etc. Com tudo póde irritar as fibras muito delicadas das Mulheres nervosas” ¹⁶⁷⁹

Nas aplicações terapêuticas dos medicamentos descritos, B. J. O. T. Cabral indica o autor da obra de onde retirou essa aplicação terapêutica.

Após a receita do “EXTRACTO DE QUINA ALCOOLICO”¹⁶⁸⁰ B. J. O. T. Cabral, inclui considerações sobre os vários tipos de alterações e falsificações de que a casca de quina e os pós de quina podiam ser alvo, e indica como reconhecer essas falsificações. As adulterações incluíam: uso de quina envelhecida ou de quina que já tinha sido utilizada para fazer outras preparações sendo cozida e depois seca novamente; outras cascas mais baratas que existiam no comércio e que eram utilizadas para falsificar a quina como a “*Kina nova*”¹⁶⁸¹, uma casca vinda do Suriname, o *Cratægus aria* L., ou a casca de castanheiro da Índia, que eram utilizadas misturadas com a quina para aumentar o seu peso; ou impregnar “pedaços de Quina muito velhos, ou as Cascas estranhas que se lhe misturão” com uma “Solução d’Azevre ou de outras Decocções amargas”¹⁶⁸². A propósito da falsificação de quina vermelha, que seria cozida e à qual depois se adicionavam

¹⁶⁷³ Ibidem, p. 560. Preparado com extrato de quina.

¹⁶⁷⁴ Ibidem, p. 561.

¹⁶⁷⁵ Ibidem, p. 628. Preparado com casca de quina cinzenta.

¹⁶⁷⁶ Ibidem, p. 629. Preparado com quina amarela.

¹⁶⁷⁷ Ibidem, p. 630.

¹⁶⁷⁸ Ibidem, p. 629-630. Preparado com casca de quina cinzenta e extrato de quina ou extrato seco de quina.

¹⁶⁷⁹ Ibidem, p. 630.

¹⁶⁸⁰ Ibidem, p. 209.

¹⁶⁸¹ Ibidem, p. 210.

¹⁶⁸² Ibidem, p. 211.

uns pós para mimetizar a cor original antes da cozedura, diz-se que “Póde ser muito bem que ainda hoje se repita esta Fraude, por causa do muito uso que se faz da Quinina e da Cinchonina; por tanto importa muito que o Pharmaceutico esteja armado contra semelhante Falsificação”¹⁶⁸³.

Apresentam-se observações diversas sobre a quina, citando as opiniões de vários autores. Incluem-se menções aos trabalhos de Vauquelin, Reuss, Bernardino António Gomes, Laubert, e Pelletier e Caventou acerca da quina. Discorre-se brevemente sobre a quinina e a cinchonina, referindo aspetos como a sua solubilidade e os tipos de quina em que estavam presentes. Refere-se que “O alto preço da Quina e o seu immenso consumo” tinha “frequentemente tentado a cubiça dos Sophisticadores”¹⁶⁸⁴. Assim, segundo B.J.O.T. Cabral,

“Interessa ao Pharmaceutico, antes de comprar qualquer porção de Quina, certificar-se por meio de hum ensaio d’Analyse Chimica, da quantidade approximada de Quinina ou de Cinchonina que ella contem, da mesma sorte que se costuma ensaiar um Mineral para conhecer a quantidade de Metaes preciosos, da qual depende o seu valor. E com effeito, as Cascas da Quina são como Gangas, cuja riqueza de principios activos varia extremamente. Para verificar em pouco tempo e sem usar do Alcool, se qualquer Quina contém ou não Quinina, veja-se no *Jorn. de Chim. Med.*, t. III, pag. 257 o Processo indicado por MM. Henry, Filho, e Plisson”¹⁶⁸⁵

Incluem-se também os usos medicinais e propriedades de vários tipos de quina, como a “*Casca da Quina Gris de Loxa*”¹⁶⁸⁶, “*Casca da Quina Alaranjada*”¹⁶⁸⁷ ou a “*Casca da Quina Amarella*, ou *Amarella Real*”¹⁶⁸⁸ contra diversas patologias e sintomas como disenteria contagiosa, febres contínuas, reumatismo agudo, entre outros. Aponta-se, por exemplo, que “A *Casca da Quina Gris de Loxa* (...) Convêm nas febres atonicas, putridas, intermitentes, e remittentes; na astenia, certas ataxias, affecções espasmodicas, garrotilho, tísica mucosa, diarrhéa, escrofulas, gangrèna, úlceras phagedenicis, gotta atonica, etc.”¹⁶⁸⁹. Quanto à “*Casca da Quina Alaranjada*”¹⁶⁹⁰ era declarada útil nas “bexigas confluentes”, nas quais tinha vários efeitos benéficos como prevenir ou reprimir “a putrefacção e a gangrèna”¹⁶⁹¹. Aponta-se igualmente que a quina era muito usada externa e internamente nas “úlceras gangrenosas das garganta [sic] e em todas as especies de gangrèna”¹⁶⁹². Os pós de quina eram indicados como dentífricos “nos casos de hemorragia, e d’intumescencia das gengivas”¹⁶⁹³, e destaca-se o uso frequente da quina “Em todas as hemorragias, chamadas passivas, e tambem em todos os outros fluxos

¹⁶⁸³ Ibidem, p. 214.

¹⁶⁸⁴ Ibidem.

¹⁶⁸⁵ Ibidem, p. 215.

¹⁶⁸⁶ Ibidem.

¹⁶⁸⁷ Ibidem.

¹⁶⁸⁸ Ibidem, p. 216.

¹⁶⁸⁹ Ibidem, p. 215.

¹⁶⁹⁰ Ibidem.

¹⁶⁹¹ Ibidem, p. 216.

¹⁶⁹² Ibidem, p. 218.

¹⁶⁹³ Ibidem, p. 221.

immoderados”¹⁶⁹⁴. Menciona-se também que Humboldt recomendava preferencialmente a *Cinchona condaminea* e a *Cinchona lancifolia* para uso nas febres intermitentes – ao passo que, na convalescença, aconselhava a *Cinchona cordifolia*¹⁶⁹⁵. Adicionalmente, refere-se a utilização da quina como “o melhor Antídoto” para o tartarato de potassa e de antimônio (“Tartrate de Potassa e d’Antimonio”¹⁶⁹⁶).

São elencadas algumas preparações com quina e respectivas doses a administrar, e esquemas terapêuticos que incluíam, por exemplo, o uso de quina “*Alaranjada*”¹⁶⁹⁷ em associação com o ópio (no tratamento da “dysenteria contagiosa”¹⁶⁹⁸) ou com o ácido sulfúrico (“nos casos de tísica, d’escrofulas, d’úlceras de máo caracter, de rachitismo, d’escorbuto, e em certas convalescenças”¹⁶⁹⁹). Citando o médico escocês Andrew Duncan (1773-1832) mencionam-se as oscilações de popularidade da quina que “Nos primeiros tempos da sua introdução na Europa foi reprovada por muitos Medicos eminentes, e depois de longo espaço, em diferentes periodos, considerou-se como Remedio perigoso” estabelecendo-se depois “universalmente a sua efficacia”, embora estivesse “novamente em grande abandono”¹⁷⁰⁰. Apresenta-se o parecer de Andrew Duncan sobre a atividade terapêutica da quina, mencionando-se possíveis associações com outras drogas (que tinham o objetivo de “aumentar o poder da Quina”, de “dirigir a sua efficacia a hum fim particular” ou de “remediar qualquer incommodo que póde causar occasionalmente”¹⁷⁰¹), bem como discussões acerca do melhor momento para a administração da quina. Inclui-se o juízo de Alphonse Chevallier (1793-1879) sobre a atividade terapêutica da quina e os seus princípios ativos, assim como os “efeitos immediatos da Quina sobre a economia animal”¹⁷⁰², a eficácia relativa de várias preparações com quina como extratos, infusões, decocções e pós, e associações da quina com outras drogas destinadas a “desenvolver as propriedades da Quina”¹⁷⁰³.

Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras (Tomo II, 1834)

No tomo II da *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras* (1834) constam a segunda e terceira partes, intituladas, respetivamente “PREPARAÇÕES E COMPOSIÇÕES DOS MEDICAMENTOS NOVOS”¹⁷⁰⁴ e “PREPARAÇÕES E COMPOSIÇÕES SUBSIDIARIAS DOS MEDICAMENTOS ANTIGOS E NOVOS”¹⁷⁰⁵. Inclui

¹⁶⁹⁴ Ibidem, p. 219.

¹⁶⁹⁵ Ibidem, p. 217.

¹⁶⁹⁶ Ibidem, p. 225.

¹⁶⁹⁷ Ibidem, p. 215.

¹⁶⁹⁸ Ibidem, p. 216.

¹⁶⁹⁹ Ibidem.

¹⁷⁰⁰ Ibidem, p. 217.

¹⁷⁰¹ Ibidem, p. 221.

¹⁷⁰² Ibidem, p. 222.

¹⁷⁰³ Ibidem, p. 225.

¹⁷⁰⁴ CABRAL – *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras...* (1834), p. 3.

¹⁷⁰⁵ Ibidem, p. 157.

ainda um “SUPPLEMENTO DAS FALSIFICAÇÕES, ALTERAÇÕES, ETC.”¹⁷⁰⁶ (relativo às falsificações e alterações de alguns medicamentos descritos no tomo I), um “SUPPLEMENTO DAS PREPARAÇÕES E COMPOSIÇÕES SUBSIDIARIAS DOS MEDICAMENTOS ANTIGOS E NOVOS”¹⁷⁰⁷, uma secção de “NOMENCLATURA CHIMICA E PHARMACEUTICA”¹⁷⁰⁸ e de “NOMES DA NOVISSIMA NOMENCLATURA CHIMICA, CORRESPONDENTES AOS ANTIGOS”¹⁷⁰⁹ e os índices dos dois tomos.

Na segunda parte encontram-se oito medicamentos com derivados da quina, listados no quadro seguinte com as respetivas atividades terapêuticas indicadas na farmacopeia:

Quadro 18 - Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com derivados da quina na Pharmacoepa das Pharmacoepas Nacionaes e Estrangeiras (Tomo II, 1834)¹⁷¹⁰

(continua)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
*“ALCOOL DE CINCHONINA. (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição).”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷¹¹	O mesmo uso medicinal da cinchonina, isto é, atividade febrífuga e tónica
“CINCHONINA E QUININA. (*) (<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)” ¹⁷¹²	Cinchonina e quinina com as mesmas propriedades medicinais da quina ¹⁷¹³ : atividade febrífuga e tónica ¹⁷¹⁴ ; cinchonina: febres intermitentes ¹⁷¹⁵ ; sulfato de cinchonina: febres agudas e periódicas ¹⁷¹⁶
*“QUININA. (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição) Veja-se <i>Cinchonina</i> .”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷¹⁷	Atividade febrífuga e tónica da quina ¹⁷¹⁸

¹⁷⁰⁶ Ibidem, p. 401.

¹⁷⁰⁷ Ibidem, p. 408.

¹⁷⁰⁸ Ibidem, p. 426.

¹⁷⁰⁹ Ibidem, p. 448.

¹⁷¹⁰ O uso medicinal dos medicamentos assinalados com um asterisco* nesta tabela remete para o artigo Cinchonina e Quinina desta farmacopeia.

¹⁷¹¹ Ibidem, p. 13.

¹⁷¹² Ibidem, p. 44.

¹⁷¹³ Ibidem, p. 50.

¹⁷¹⁴ Ibidem, p. 54.

¹⁷¹⁵ Ibidem, p. 51.

¹⁷¹⁶ Ibidem, p. 53.

¹⁷¹⁷ Ibidem, p. 132.

¹⁷¹⁸ Ibidem, p. 54.

Quadro 18 – Designação e atividade terapêutica dos medicamentos com derivados da quina na Pharmacoepa das Pharmacoepas (Tomo II, 1834)

(conclusão)

Nome do medicamento	Atividade terapêutica
“SULPHATO DE QUININA. (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição).”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷¹⁹	“Este Sal tem frequentissimo uso, e goza absolutamente das mesmas propriedades tonicas e febrifugas da Quina” ¹⁷²⁰ ; atividade contra as febres terças, quartãs, quotidianas e remitentes ¹⁷²¹
*“VINHO DE CINCHONINA. (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição).”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷²²	Uso medicinal da cinchonina: Atividade febrífuga e tônica da quina
*“VINHO DE SULPHATE DE QUININA. (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição).”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷²³	Uso medicinal da quinina: Atividade febrífuga e tônica da quina
“XAROPE DE CINCHONINA - (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição).”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷²⁴	Tem a mesma atividade terapêutica que o xarope de quinina ¹⁷²⁵ , isto é, atividade no tratamento das “febres d’acesso” e febres perniciosas ¹⁷²⁶
“XAROPE DE SULPHATO DE QUININA. (D.º <i>Formulario</i> , dita Edição).”[(<i>Formulario de Magendie</i> , Edição de 1829)] ¹⁷²⁷	“para dissipar as febres d’acesso. Eu mesmo (M. Magendie) tenho visto ceder huma febre perniciosa á sobredita dose deste Xarope” ¹⁷²⁸

No tomo II há um artigo dedicado à cinchonina e à quinina, baseado nas informações veiculadas por François Magendie (1783-1855) na edição de 1829 do seu *Formulaire pour la préparation et l’emploi de plusieurs nouveaux médicaments*. Neste artigo há uma breve descrição da história da investigação química sobre a quina e do consequente isolamento da cinchonina e da quinina, explicando sumariamente os resultados e conclusões dos vários cientistas envolvidos, citando-se os trabalhos de Laubert, Rheuss, Bernardino António Gomes, e Pelletier e Caventou. Segundo o compilador, Pelletier e Caventou “alcançaram huma Substancia que reconhecerão ser a que descrevera, com o nome de Cinchonina, o Dr. Gomes, mostrando que nesta existia a

¹⁷¹⁹ Ibidem, p. 145.

¹⁷²⁰ Ibidem, p. 149.

¹⁷²¹ Ibidem, p. 52-53.

¹⁷²² Ibidem, p. 151. Há outra receita de vinho de cinchonina na p. 13.

¹⁷²³ Ibidem, p. 152.

¹⁷²⁴ Ibidem, p. 153.

¹⁷²⁵ Ibidem.

¹⁷²⁶ Ibidem, p. 156.

¹⁷²⁷ Ibidem, p. 155.

¹⁷²⁸ Ibidem, p. 156.

Alcalinidade, propriedade muito importante, e que tinha escapado áquelle Chimico”¹⁷²⁹. Inclui-se um quadro com a quantidade de quinina e de cinchonina presente em vários tipos de quina (vermelha, real, etc.) determinadas pelo “Dr. Michaelis, Medico em Magdeburgo”¹⁷³⁰ e indica-se o método de obtenção da cinchonina e da quinina a partir da quina, o método de obtenção dos sulfatos de quinina e de cinchonina, e as propriedades químicas da cinchonina e da quinina. O compilador refere que se incluiu o método de preparação da quinina e da cinchonina no mesmo “artigo”, de forma a evitar repetições, já que “As Preparações destas duas Substancias não differem entre si”¹⁷³¹. Diz-se que a quinina e a cinchonina estão presentes na quina amarela, na quina cinzenta e na quina vermelha. Refere-se que na medicina se utilizava o sulfato e o acetato de cinchonina¹⁷³², embora numa parte posterior do texto se indique que apenas o sulfato de cinchonina era utilizado, e que mesmo o sulfato de cinchonina caíra em desuso porque “parece menos efficaz que o Sulphate de Quinina”¹⁷³³. Este artigo sobre a quinina e a cinchonina contém igualmente uma secção intitulada “ACÇÃO DOS ALCALIS DA QUINA E DOS SEUS SAES SOBRE OS ANIMAES”¹⁷³⁴ em que se indica que Magendie recebera de Pelletier amostras dos alcaloides da quina para estudar os “seus effeitos nos Animaes”¹⁷³⁵. Inclui ainda outra secção designada “ACÇÃO SOBRE O HOMEM SÃO OU DOENTE”¹⁷³⁶, onde se assinala a opinião de Magendie sobre a actividade terapêutica da cinchonina e da quinina, após realizar as suas experiências:

“Pelas minhas multiplicadas observações assentei que estes dois Alcalis têm as propriedades medicinaes das Quinas, e que por conseguinte podião substitui-las em todos os casos. Estas mesmas investigações fizeram muitos Medicos, e entre elles MM. Double, Willermé e Chomel, e alcançarão o mesmo resultado”¹⁷³⁷

Menciona-se que alguns doentes com febres “perniciosas”¹⁷³⁸ morriam por não conseguirem tomar a quantidade adequada de quina em pó; outros doentes vomitavam a quina ou “soffrião huma purgação excessiva”¹⁷³⁹. Relatava-se que, “nos casos mais favoraveis, era necessario que o estomago do Enfermo analysasse chimicamente, por assim dizer, a Casca de que estava cheio, e conseguisse extrahir-lhe o Principio Febrífugo”, algo que era “sempre difficil e fatigante, ainda mesmo para o estomago máis robusto”¹⁷⁴⁰. São descritos os trabalhos de “M. P.

¹⁷²⁹ Ibidem, p. 44.

¹⁷³⁰ Ibidem, p. 45.

¹⁷³¹ Ibidem, p. 44.

¹⁷³² Ibidem, p. 47.

¹⁷³³ Ibidem, p. 54.

¹⁷³⁴ Ibidem, p. 50.

¹⁷³⁵ Ibidem.

¹⁷³⁶ Ibidem.

¹⁷³⁷ Ibidem.

¹⁷³⁸ Ibidem.

¹⁷³⁹ Ibidem, p. 51.

¹⁷⁴⁰ Ibidem.

Marianini, Medico em Mortara, Cidade do Milanez” sobre a utilização da cinchonina e do sulfato de cinchonina “no tratamento das febres intermitentes”, nos quais este concluíra que o seu efeito era “tão seguro como o do Sulphate de Quinina”¹⁷⁴¹. Ao descrever o “USO MEDICINAL”¹⁷⁴² Magendie afirmara que “As Preparações dos Alcalis extrahidos das Quinas que até o presente tem mais uso são os Sulphates de Quinina e de Cinchonina”¹⁷⁴³ e que a falsificação do sulfato de quinina era frequente. Discutem-se as doses ideais do sulfato de quinina, citando-se as observações de Magendie e de um médico chamado Alphonse Ménard. Ménard publicara uma memória no periódico *Revue médicale* de Novembro de 1825, salientando as desvantagens da utilização do sulfato de quinina em doses elevadas no tratamento de “febres remittentes e intermitentes”¹⁷⁴⁴. Mencionam-se as experiências, opiniões e trabalhos publicados por vários outros médicos e investigadores como Chomel, Chevallier (1793-1879), Bailly ou Henry (1798-1873)¹⁷⁴⁵ e Plisson (?-1832)¹⁷⁴⁶. Alude-se também à discussão sobre a atividade da cinchonina face à da quinina. Chevallier, por exemplo, exortava a novas investigações sobre a atividade da cinchonina em comparação com a quinina no tratamento das febres, questionando se a quinina era realmente superior enquanto febrífugo:

“Os Praticos usão da Quinina no estado salino. Preferem o uso do Sulphate desta Base ao de Cinchonina; mäs para que se prefira o primeiro, talvez a experiencia não seja o fundamento. He isto o que pretendemos demonstrar, (falla M. Chevallier), como fica dito, quando tratamos da Cinchonina, e se vê confirmado pelas experiencias de M. Baylli [sic]”¹⁷⁴⁷

Bailly, que escrevera uma memória sobre a atividade febrífuga da cinchonina, concluíra que o sulfato de cinchonina reprimia as “febres agudas e periodicas”¹⁷⁴⁸. Indica-se que a quinina era usada com muita frequência, tinha “absolutamente as mesmas propriedades tonicas e febrífugas da Quina”, e que “A Quinina e o Sulphate de Quinina são Medicamentos de preço muito subido, e por isso a Fráude se tem exercitado em sophistica-los, particularmente com o Sulphate de Cal”¹⁷⁴⁹. A cinchonina teria virtudes inferiores “segundo se diz, quatro ou cinco vezes ás da Quinina, por isso raras vezes se usa na Medicina, assim como dos seus Compostos”¹⁷⁵⁰.

No que respeita ao sulfato de quinina, descreve-se pormenorizadamente um processo para a sua obtenção direta a partir da quina. Este processo fora publicado por Étienne Ossian Henry, era reputado como rápido e barato, e permitiria também obter o sulfato de cinchonina. São

¹⁷⁴¹ Ibidem.

¹⁷⁴² Ibidem, p. 52.

¹⁷⁴³ Ibidem.

¹⁷⁴⁴ Ibidem, p. 53.

¹⁷⁴⁵ Étienne Ossian Henry, químico francês filho de Noël Étienne Henry (1769-1832).

¹⁷⁴⁶ Auguste-Arthur Plisson, químico francês.

¹⁷⁴⁷ CABRAL – Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Erangeiras... (1834), p. 53.

¹⁷⁴⁸ Ibidem.

¹⁷⁴⁹ Ibidem, p. 54.

¹⁷⁵⁰ Ibidem.

enumeradas as características químicas do sulfato de quinina, as falsificações de que era alvo habitualmente, e os métodos de deteção das falsificações. As falsificações incluíam a mistura do sulfato de quinina com “Acido Borico, Sulphate de Cal, Assucar, Mannite, Stearina, Amido, e que algumas vezes contém certa quantidade de Agua para lhe aumentar o peso”¹⁷⁵¹.

¹⁷⁵¹ Ibidem, p. 148.

3.2.2.21. *Pharmacopéa Lusitana* (1841)

A *Pharmacopéa Lusitana Composta Pela Comissão creada por Decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II. Em 5 de Outubro de 1838* foi publicada em 1841 e impressa em Lisboa na Typographia de José Baptista Morando. Os seus autores foram o Barão d'Almeida, o Conselheiro Francisco Soares Franco, o Doutor Kessler, Antonio José de Sousa Pinto, e Bento Antonio Alves.

Esta farmacopeia não oficial foi redigida em resultado de um decreto emitido por D. Maria II, a 5 de Outubro de 1838. Este decreto declarava a necessidade óbvia e urgente de uma “Pharmacopea Geral, ou Codigo Pharmaceutico”, uma farmacopeia que substituísse a “antiga Pharmacopea Geral do Reino, authorisada pelo Decreto de sete de Janeiro de mil setecentos e noventa e quatro” declarando-a “hoje incompetente e absolutamente inutil”. Essa nova farmacopeia deveria estar de acordo com o “estado actual dos conhecimentos” e basear-se “nos principios hoje geralmente admittidos, segundo os progressos, que tem feito a Filosofia Natural, e especialmente aquellas sciencias, que devem servir de base a esse Codigo [farmacêutico]”. Para esse fim, o decreto criou uma comissão constituída pelo Barão d'Almeida, pelo Conselheiro Francisco Soares Franco, pelo Doutor Kessler, por Antonio José de Sousa Pinto, e por Bento Antonio Alves encarregada de redigir “uma nova Pharmacologia”¹⁷⁵². Curiosamente, neste decreto o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* não é referido, embora já tivessem sido publicadas 2 edições (1835 e 1836). Menciona-se apenas a *Pharmacopea Geral* publicada em 1794. Esta ausência parece sugerir um carácter diferente do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, não se enquadrando nos cânones habituais de uma farmacopeia, embora tivesse sido reconhecido enquanto farmacopeia oficial portuguesa.

No prefácio, os autores assinalam as diferentes secções da obra e explicam a lógica organizativa da farmacopeia. Referem que para a “Parte Officinal” tinham retirado “os processos das Pharmacopeas mais acreditadas, e dos Escriutores de Chimica, e de Pharmacia mais eminentes, como Thenard, Soubeiran, Magendie etc.” e que “as composições mais importantes” tinham sido “quasi todas experimentadas, e postas em pratica no Laboratorio d’um dos nossos collaboradores o Sr. Souza Pinto”¹⁷⁵³. Apontam também que tinham utilizado “constantemente a nomenclatura moderna chimica franceza”¹⁷⁵⁴.

A farmacopeia está dividida em duas partes principais ambas organizadas alfabeticamente: uma relativa à matéria médica, com drogas de origem vegetal, animal e mineral/química; e uma parte intitulada “Medicamentos Preparados, e Compostos”¹⁷⁵⁵. Inclui também secções preliminares relativas a: abreviaturas usadas na farmácia e medicina; pesos e medidas e suas representações gráficas, com pesos e medidas portugueses, ingleses e franceses,

¹⁷⁵² DECRETO, 05 Outubro 1838. D.G. 238 (08-10-1838) 1001.

¹⁷⁵³ ALMEIDA [et al.] – *Pharmacopéa Lusitana ...* (1841), p. vi.

¹⁷⁵⁴ *Ibidem*, p. viii.

¹⁷⁵⁵ *Ibidem*, p. 153.

bem como equivalências entre determinadas medidas usadas na medicina e os pesos correspondentes, e equivalências entre 20 gotas de vários medicamentos líquidos e os respectivos pesos em grãos; considerações sobre um aparelho para medir a densidade dos líquidos, o areómetro; uma “Relação dos grãos do péza-acidos, com a densidade dos líquidos”¹⁷⁵⁶; uma “Tabella comparativa dos grãos dos Thermometros de Reaumur, Fahrenheit, e Centigrado”¹⁷⁵⁷ ou “Grãos de temperatura para algumas operações Pharmaceuticas, e para os banhos, segundo os mesmos Thermometros”¹⁷⁵⁸. Após a exposição da matéria médica inclui uma secção sobre a “Escolha dos Medicamentos”¹⁷⁵⁹ e um “Appendix á Materia Medica”¹⁷⁶⁰. Segue-se a parte dos medicamentos preparados e compostos. Depois contém: a secção “Breves Noções sobre alguns principios de chimica, necessarios para a intelligencia das Pharmacopéas”¹⁷⁶¹; uma tabela com sinais usados para representar determinados ácidos, bases e corpos elementares; uma parte sobre “Nomenclaturas Pharmaceuticas”¹⁷⁶² em que se indicam nomes antigos e nomes novos de vários termos utilizados na farmácia (por exemplo, os vinhos medicinais tinham agora a nova designação de “Oenoleos”¹⁷⁶³); uma “Taboa que mostra a quantidade dos saes, e outros preparados chimicos, que pôde dissolver uma onça de agua destillada, na temperatura de 14.”¹⁷⁶⁴ e a “Taboa das Misturas frigorificas”¹⁷⁶⁵. A farmacopeia inclui ainda uma “Tabella das doses”¹⁷⁶⁶ em que se indica o intervalo terapêutico (dose mínima e máxima), para doentes adultos com mais de 20 anos “habitantes d’um paiz quente como Portugal, e que não tenham temperamento muito irritavel”¹⁷⁶⁷. Para os doentes com idades inferiores é indicada a proporção dessas doses mínimas e máximas (por exemplo até um ano de idade, dever-se-ia dar um vigésimo da dose dos adultos). Por último, é apresentado um índice da obra.

Esta farmacopeia contém uma monografia da quina. Na monografia da quina, sinónimo de “*Cortex peruvianus, vel china china*” diz-se que se trata da “Casca que se tira de diversas especies da *Cinchona* de L.”, pertencentes à família das “Rubiaceas”¹⁷⁶⁸. É também indicado que os botânicos não estavam de acordo relativamente ao número das suas espécies “porque é a Arvore que mais varia, conforme as localidades, elevações do terreno, e outras circunstancias; tambem se encontram muitas variedades das mesmas especies”¹⁷⁶⁹. Refere-se também a lenda da cura da esposa do Vice-Rei do Perú, a Condessa de Chinchón, e que a primeira quina que terá

¹⁷⁵⁶ Ibidem, p. xviii.

¹⁷⁵⁷ Ibidem, p. xix.

¹⁷⁵⁸ Ibidem, xx.

¹⁷⁵⁹ Ibidem, p. 142.

¹⁷⁶⁰ Ibidem, p. 149.

¹⁷⁶¹ Ibidem, p. 603.

¹⁷⁶² Ibidem, p. 619.

¹⁷⁶³ Ibidem.

¹⁷⁶⁴ Ibidem, p. 621.

¹⁷⁶⁵ Ibidem, p. 623.

¹⁷⁶⁶ Ibidem, p. 626.

¹⁷⁶⁷ Ibidem, p. 625.

¹⁷⁶⁸ Ibidem, p. 112.

¹⁷⁶⁹ Ibidem.

surgido na Europa foi a quina cinzenta “de Loxa”, designada “*Cinchona condaminea* L. Humboldt, e Bonpland”¹⁷⁷⁰. Dividem-se as quinas “officinaes, ou verdadeiras, que aparecem no commercio”¹⁷⁷¹ em: “*Quinas cinzentas*”, “*Quinas amarellas*” e “*Quinas vermelhas*”¹⁷⁷², apresentando uma breve descrição do seu aspeto, sabor, e conteúdo relativo de cinchonina e quinina, bem como as várias espécies que faziam parte de cada grupo. Os autores indicam que as quinas amarelas eram as mais usadas. A monografia fala também de espécies pertencentes ao género *Cinchona* (“outras especies de *Cinchona*”)¹⁷⁷³, chamadas por Bouchardat de “não officinaes”, que continham pouca quantidade de quinina e de cinchonina “e por isso são de pouco valor”, dando também exemplos dessas quinas, como “as quinas de Carthagenas”, ou a “quina branca *C. ovalifolia* de Mutis, ou *C. macrocarpa* de Wahl”¹⁷⁷⁴. Refere-se igualmente uma “especie de quina, que Wildenow chamou *brasiliensis*”, descoberta “junto ao Pará” pelo conde de Hoffmanssegg e “duas especies, ou variedades desta arvore no Rio de Janeiro, cujas cascas, segundo os DD. Brotero, e B. A. Gomes, são muito semelhantes ás da *C. ovalifolia*, ou *macrocarpa*”¹⁷⁷⁵. A *Cinchona ovalifolia* Mutis e a *Cinchona macrocarpa* Vahl são hoje consideradas como sinónimos da espécie *Ladenbergia macrocarpa* (Vahl) Klotzsch, não pertencendo atualmente ao género *Cinchona*¹⁷⁷⁶. Indica-se ainda que se comercializavam quinas falsas, “isto é cascas amargas, vindas do Perú, e do Brazil, que não pertencem ao genero *Cinchona*, mas ao *Exostemma*, e *Remijia* De C.”¹⁷⁷⁷. A monografia refere ainda as substâncias que Pelletier e Caventou tinham encontrado nas suas análises das quinas “cinzentas, amarellas, e vermelhas” e a quantidade de sulfato de quinina fornecida por uma libra de “quina Calisaya”¹⁷⁷⁸, a quina que conteria maior quantidade daquele princípio ativo.

Na *Pharmacopéa Lusitana* são descritos 20 medicamentos com quina, indicados no quadro seguinte:

¹⁷⁷⁰ Ibidem.

¹⁷⁷¹ Ibidem.

¹⁷⁷² Ibidem, p. 113.

¹⁷⁷³ Ibidem.

¹⁷⁷⁴ Ibidem, p. 114.

¹⁷⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁷⁶ ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW – *Ladenbergia macrocarpa* (Vahl) Klotzsch. In **Plants of the World Online** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew. [Consult. 17 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1215741-2>.

¹⁷⁷⁷ ALMEIDA [et al.] – *Pharmacopéa Lusitana...* (1841), p. 114.

¹⁷⁷⁸ Ibidem.

Quadro 19 - Designação dos medicamentos com quina na Pharmacopéa Lusitana (1841)

Medicamentos com quina na <i>Pharmacopéa Lusitana</i> (1841)
“CATAPLASMA DE QUINA COM CAMPHORA. (<i>Cataplasma cinchonæ cum camphora.</i>) CATAPLASMA ANTI-CANCROSA.” ¹⁷⁷⁹
“COZIMENTO DE QUINA. (<i>Decoctum Cinchonæ.</i>)” ¹⁷⁸⁰
“COZIMENTO DE QUINA COMPOSTO. (<i>Decoctum Cinchonæ compositum.</i>)” ¹⁷⁸¹
“ELECTUARIO DE QUINA COMPOSTO. (<i>Electuarium Cinchonæ compositum.</i>) ELECTUARIO DE MADESVAL.” ¹⁷⁸²
“EXTRACTO DE QUINA. (<i>Extractum Cinchonæ.</i>)” ¹⁷⁸³ (extrato com água)
“EXTRACTOS DE QUINA AMARELLA. (<i>Cinchona Cordifolia.</i>)” ¹⁷⁸⁴ (extrato com água)
extratos “DE QUINA VERMELHA. (<i>Cinchona Oblongifolia.</i>)” ¹⁷⁸⁵ (extrato com água)
extratos “DE QUINA. (<i>Cinchona Condaminea.</i>)” ¹⁷⁸⁶ (extrato com álcool)
“INFUSÃO DE QUINA (FRIA.) (<i>Infusio Cinchonæ (frigida.)</i>)” ¹⁷⁸⁷
pós “DE QUINA AMARELLA. (<i>Cinchona lancifolia.</i>)” ¹⁷⁸⁸
pós “DE QUINA CINZENTA. (<i>Cinchona Condaminea.</i>)” ¹⁷⁸⁹
“PÓS DE QUINA VERMELHA. (<i>Cinchona oblongifolia.</i>)” ¹⁷⁹⁰
“PÓS DENTIFRICOS. (<i>Pulvis Dentifricum.</i>)” ¹⁷⁹¹
“RESINA DE QUINA. (<i>Cinchona Condaminea.</i>)” ¹⁷⁹²
tinturas “DE QUINA. (<i>Cinchona Condaminea.</i>)” ¹⁷⁹³
“TINTURA DE QUINA COMPOSTA. (<i>Tinctura Cinchonæ composita.</i>) TINTURA ANTISEPTICA.” ¹⁷⁹⁴
“VINHO DE QUINA. (<i>Vinum cum Cortice Cinchonæ.</i>)” ¹⁷⁹⁵
“VINHO DE QUINA COMPOSTO. (<i>Vinum cum Cortice Cinchonæ compositum.</i>)” ¹⁷⁹⁶
“XAROPES DE QUINA. (<i>Cinchona Condaminea.</i>)” ¹⁷⁹⁷
“XAROPE D’EXTRACTO DE QUINA. (<i>Syrupus cum extracto Cinchonæ.</i>)” ¹⁷⁹⁸

¹⁷⁷⁹ Ibidem, p. 241.

¹⁷⁸⁰ Ibidem, p. 282.

¹⁷⁸¹ Ibidem, p. 283.

¹⁷⁸² Ibidem, p. 296.

¹⁷⁸³ Ibidem, p. 338.

¹⁷⁸⁴ Ibidem, p. 339.

¹⁷⁸⁵ Ibidem.

¹⁷⁸⁶ Ibidem, p. 341.

¹⁷⁸⁷ Ibidem, p. 368.

¹⁷⁸⁸ Ibidem, p. 468.

¹⁷⁸⁹ Ibidem.

¹⁷⁹⁰ Ibidem, p. 469.

¹⁷⁹¹ Ibidem, p. 472.

¹⁷⁹² Ibidem, p. 483.

¹⁷⁹³ Ibidem, p. 528.

¹⁷⁹⁴ Ibidem, p. 536.

¹⁷⁹⁵ Ibidem, p. 551.

¹⁷⁹⁶ Ibidem, p. 554.

¹⁷⁹⁷ Ibidem, p. 581.

¹⁷⁹⁸ Ibidem, p. 585.

Há ainda outras referências à quina. Indica-se que a casca de castanheiro da Índia fora proposta para substituir a da quina, mas que a sua eficácia não se confirmara¹⁷⁹⁹. Na secção sobre a escolha dos medicamentos, aponta-se que alguns “medicamentos exóticos” não podiam ser “substituidos nem suppridos, taes como o opio, a camphora, quina, ipecacuanha, castoreo, assafetida, jalapa, aloes, senne, etc.”¹⁸⁰⁰ ao passo que outros podiam ser substituídos pelos medicamentos indígenas, isto é, originários de Portugal. Refere-se também que “as plantas adstringentes, e entre outras a quina, precipitão o oxydo d’antimonio em um composto insolúvel”¹⁸⁰¹.

A quinina é mencionada logo no prefácio da obra:

“A Chimica tem á poucos annos enriquecido a Materia Medica, e a Therapeutica, com muitos medicamentos preciosos, extrahidos por meio da analyse das substancias vegetaes; taes como a morphina, quinina, etc., e tem separado muitos principios immediatos, como resinas, oleos, acidos, alcalis etc., em alguns dos quaes reside o principio activo medicamentosos”¹⁸⁰²

No que concerne à quinina, há 7 medicamentos com quinina (incluindo a própria quinina):

Quadro 20 - Designação dos medicamentos com quinina na Pharmacopéa Lusitana (1841)

Medicamentos com quinina na <i>Pharmacopéa Lusitana</i> (1841)
“ACETATO DE QUININA. (<i>Quininæ Acetas.</i>)” ¹⁸⁰³
“CHLORHYDRATO DE QUININA. (<i>Quininæ chlorhydras.</i>)” ¹⁸⁰⁴
“HYDRO-CYANATO DE FERRO E DE QUININA. (<i>Quininæ Hydro-Cyano-Ferras.</i>) PRUSSIATO DE QUININA FERRURADO.” ¹⁸⁰⁵
“QUININA. (<i>Quinina.</i>)” ¹⁸⁰⁶
“SULFATO DE QUININA. (<i>Quininæ sulfas.</i>)” ¹⁸⁰⁷
“VINHO DE SULFATO DE QUININA. (<i>Vinum cum Sulphate Quininæ.</i>)” ¹⁸⁰⁸
“XAROPE DE SULFATO DE QUININA. (<i>Syrupus cum Sulphate Quinico.</i>)” ¹⁸⁰⁹

Na descrição do sulfato de quinina indica-se que este princípio ativo era frequentemente falsificado “pela magnesia, sulfato de cal, amianto, sulfato de soda eflorescente, agarico,

¹⁷⁹⁹ Ibidem, p. 40.

¹⁸⁰⁰ Ibidem, p. 142.

¹⁸⁰¹ Ibidem, p. 519.

¹⁸⁰² Ibidem, p. v.

¹⁸⁰³ Ibidem, p. 158.

¹⁸⁰⁴ Ibidem, p. 246.

¹⁸⁰⁵ Ibidem, p. 359.

¹⁸⁰⁶ Ibidem, p. 481.

¹⁸⁰⁷ Ibidem, p. 504.

¹⁸⁰⁸ Ibidem, p. 551.

¹⁸⁰⁹ Ibidem, p. 594.

carbonato de magnesia, e pelo assucar, e manite”¹⁸¹⁰ referindo-se também como detetar essas falsificações. Na “Taboa dos sinaes porque s’indicão os corpos elementares, alguns acidos, e bases, extrahida da Pharmacopéa d’Hamburgo”¹⁸¹¹ indica-se como representar a quinina (aqui também designada *Chinium*¹⁸¹²).

São descritos 2 medicamentos com cinchonina: cinchonina e sulfato de cinchonina.

Esta farmacopeia apresenta também as doses mínimas e máximas recomendadas de vários medicamentos com quina e quinina: cozimento de quina e cozimento de quina composto¹⁸¹³; electuário de quina composto¹⁸¹⁴; extrato de quina¹⁸¹⁵ (para utilização enquanto medicamento antiperiódico), infusão de quina fria¹⁸¹⁶; casca de quina pulverizada (apresentam-se as doses para uso enquanto medicamento tónico e as doses para utilização como antiperiódico)¹⁸¹⁷; tintura alcoólica de quina e tintura de quina composta¹⁸¹⁸; vinho de quina e vinho de quina composto¹⁸¹⁹; xarope de quina¹⁸²⁰; acetato de quinina¹⁸²¹; “Chlorhydrato de quinina”¹⁸²²; “Hydrocyanato de ferro, e de quinina”¹⁸²³; quinina¹⁸²⁴; sulfato de quinina¹⁸²⁵; e Xarope de sulfato de quinina¹⁸²⁶. Contém ainda a quantidade de *chlorhydrato* de quinina¹⁸²⁷ e de sulfato de quinina¹⁸²⁸ que se conseguia dissolver numa onça de água destilada a 14°.

Não se referem as indicações terapêuticas dos medicamentos com quina, quinina e cinchonina descritos. É apresentada a sua receita (ingredientes e modo de preparação) e, no caso dos princípios ativos (sulfato de quinina, cinchonina, etc.), indicam-se também algumas propriedades físico-químicas. Não obstante, como apontámos anteriormente, na referida secção das doses mínimas e máximas, indica-se a atividade tónica da casca de quina pulverizada, e a atividade antiperiódica do extrato de quina e da casca de quina pulverizada. Para além disso, alguns nomes dos medicamentos com quina são sugestivos da sua atividade terapêutica: a tintura de quina composta tem também a designação de tintura antissética; a cataplasma de quina com cânfora é também designada cataplasma “anticancrosa”; e são também descritos uns pós dentífricos com quina vermelha em pó, sugerindo o seu uso na higiene oral.

¹⁸¹⁰ Ibidem, p. 506.

¹⁸¹¹ Ibidem, p. 616.

¹⁸¹² Ibidem, p. 617.

¹⁸¹³ Ibidem, p. 630.

¹⁸¹⁴ Ibidem, p. 631.

¹⁸¹⁵ Ibidem, p. 633.

¹⁸¹⁶ Ibidem, p. 634.

¹⁸¹⁷ Ibidem, p. 639.

¹⁸¹⁸ Ibidem, p. 644.

¹⁸¹⁹ Ibidem, p. 646.

¹⁸²⁰ Ibidem, p. 647 e 648.

¹⁸²¹ Ibidem, p. 626.

¹⁸²² Ibidem, p. 629.

¹⁸²³ Ibidem, p. 634.

¹⁸²⁴ Ibidem, p. 639.

¹⁸²⁵ Ibidem, p. 641.

¹⁸²⁶ Ibidem, p. 649.

¹⁸²⁷ Ibidem, p. 621.

¹⁸²⁸ Ibidem, p. 622.

3.2.2.22. *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1876)¹⁸²⁹

Em 1868 a *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* dirigiu ao rei uma representação, destacando a necessidade da participação dos farmacêuticos, químicos e naturalistas na elaboração da nova farmacopeia oficial portuguesa, uma vez que o governo tinha incumbido a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra de redigir uma nova farmacopeia. A *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* sugeria que essa contribuição poderia ser concretizada de duas formas: a formação de uma comissão de médicos, farmacêuticos, químicos e naturalistas que elaboraria a nova farmacopeia oficial; ou que a farmacopeia elaborada pela Faculdade de Medicina fosse depois examinada por uma comissão “em que a chimica, a pharmacia e a medicina estejam representadas, para reve-la”¹⁸³⁰. De facto, em 1871 o governo deferiu este pedido, e nomeou uma comissão composta por médicos, farmacêuticos e químicos para elaborar uma nova farmacopeia oficial portuguesa¹⁸³¹, que estivesse “a par do progresso das sciencias correlativas” e correspondesse “ao actual systema de pesos e medidas”¹⁸³². Em 1876 foi aprovada a nova farmacopeia oficial¹⁸³³, a primeira elaborada por uma comissão que incluía médicos e farmacêuticos, e que entrou em vigor em 1877. Esta farmacopeia substituiu assim o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* de 1858 “para todos os effeitos legaes”¹⁸³⁴. Desta forma, a sexta edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (2ª edição póstuma), publicada em 1876, já não foi farmacopeia oficial. No período que mediou entre a aprovação da terceira farmacopeia oficial portuguesa (a *Pharmacopêa Portugueza* de 1876), e a sua entrada em vigor, permaneceu como farmacopeia oficial a edição de 1858 do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*¹⁸³⁵.

O editor e organizador da obra, José Pereira Reis, indica que esta segunda edição póstuma constituía “uma reprodução da primeira”¹⁸³⁶ (datada de 1858) com as correções e acrescentos necessários devidos à evolução das ciências médicas. José Pereira Reis aponta que tivera como modelo a farmacopeia francesa de 1866 e a farmacopeia britânica de 1867.

Esta farmacopeia inclui uma parte introdutória constituída por noções preliminares, pesos e medidas, e considerações e informações sobre densidades, areómetros, densímetros, termómetros e barómetros; uma secção sobre utensílios farmacêuticos; uma secção de

¹⁸²⁹ PINTO, Agostinho Albano da Silveira; REIS, José Pereira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano** [Em linha]. 2.ª ed. posthuma. Porto : Casa de A. R. da Cruz Coutinho, Editor, 1876. [Consult. 11 Out. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://am.uc.pt/item/85423>>.

¹⁸³⁰ CORREIA, José Dionysio; VEIGA, Joaquim Urbano da; FERREIRA, Antonio Augusto Felix – Representação da Sociedade Pharmaceutica Lusitana a sua Magestade El-Rei, ácerca da necessidade de serem ouvidos pharmaceuticos, chimicos e naturalistas na confecção da nova Pharmacopea legal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 1 (1870) 58–59.

¹⁸³¹ NOTICIA importante. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 2 (1871) 237–238.

¹⁸³² DECRETO de 15 de Novembro de 1871. **D.G.** 262 (1871-11-18) 1509.

¹⁸³³ DECRETO de 14 de setembro de 1876. **D.G.** 144 (1877-06-30) 1201.

¹⁸³⁴ Ibidem. A 28 de Junho de 1877 a comissão que tinha sido nomeada para elaborar a farmacopeia oficial foi dissolvida (DECRETO de 28 de junho de 1877. **D.G.** 144 (1877-06-30) 1201).

¹⁸³⁵ PINTO; REIS – *Codigo Pharmaceutico Lusitano*... (1876).

¹⁸³⁶ Ibidem, ADVERTENCIA D’ESTA SEGUNDA EDIÇÃO POSTHUMA, sem paginação.

farmacotecnia; e a secção onde se lista e indica como preparar as fórmulas dos medicamentos. Não estão presentes monografias das drogas, não existindo conseqüentemente qualquer monografia da quina. No final da obra o autor inclui ainda várias tabelas, uma parte sobre reagentes químicos, e um índice alfabético das várias fórmulas da farmacopeia.

Nesta farmacopeia estão presentes fórmulas de 32 medicamentos com quina na sua composição. Os nomes dos medicamentos com quina são indicados no quadro seguinte:

Quadro 21 - Designação dos medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1876)

(continua)

Medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1876)
“Alcooleo de Quina amarella” ¹⁸³⁷
“Alcooleo de Quina cinzenta” ¹⁸³⁸
“Alcooleo de quina vermelha” ¹⁸³⁹
“Alcooleo de Quina composto (<i>Tintura de quina composta – Essencia antiseptica ou alexipharmaca de Huxham</i>)” ¹⁸⁴⁰
“Cataplasma de Quina camphorada (<i>Cataplasma antiseptica</i>)” ¹⁸⁴¹
“Decocto de Quina” ¹⁸⁴²
“Decocto de Quina amarella” ¹⁸⁴³
“Decocto de Quina vermelha” ¹⁸⁴⁴
“Decocto de Quina composto (<i>Cozimento anti-febril</i>)” ¹⁸⁴⁵
“Electuario de Quina antimoniado (<i>Electuario de Madeswal</i>)” ¹⁸⁴⁶
Extracto alcoolico de “Quina cinzenta” ¹⁸⁴⁷
Extracto alcoolico de “Quina calisaya” ¹⁸⁴⁸
Extracto alcoolico de “Quina vermelha” ¹⁸⁴⁹
“Extracto de Quina” ¹⁸⁵⁰
“ <i>extracto sêcco de quina ou sal essencial de la Garaye</i> ” ¹⁸⁵¹
“Extracto de Quina calisaya” ¹⁸⁵²

¹⁸³⁷ Ibidem, p. 148.

¹⁸³⁸ Ibidem.

¹⁸³⁹ Ibidem.

¹⁸⁴⁰ Ibidem, p. 153.

¹⁸⁴¹ Ibidem, p. 170.

¹⁸⁴² Ibidem, p. 197.

¹⁸⁴³ Ibidem.

¹⁸⁴⁴ Ibidem.

¹⁸⁴⁵ Ibidem.

¹⁸⁴⁶ Ibidem, p. 201.

¹⁸⁴⁷ Ibidem, p. 223.

¹⁸⁴⁸ Ibidem, p. 224.

¹⁸⁴⁹ Ibidem.

¹⁸⁵⁰ Ibidem, p. 227.

¹⁸⁵¹ Ibidem.

¹⁸⁵² Ibidem.

Quadro 21 – Designação dos medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1876)

(conclusão)

Medicamentos com quina no Código Pharmaceutico Lusitano (1876)
“Extracto de quina vermelha” ¹⁸⁵³
“Hydro-infuso de Casca de Quina” ¹⁸⁵⁴
“Hydro-infuso de Quina a frio” ¹⁸⁵⁵
“Hydro-infuso de Quina a frio por deslocação” ¹⁸⁵⁶
“Oinoleo de Quina (<i>Vinho de quina – Vinho quinado</i>)” ¹⁸⁵⁷
“Oinoleo de Quina composto (<i>Vinho de quina composto</i>)” ¹⁸⁵⁸
“Oinoleo de Quina ferruginoso” ¹⁸⁵⁹
“Pilulas estomachicas (<i>Pilulas ante-cibum</i>)” ¹⁸⁶⁰
“Pós dentifricos alcalinos” ¹⁸⁶¹
“Pós dentifricos negros” ¹⁸⁶²
“Quinium (<i>Extracto alcoolico de quina pela cal</i>)” ¹⁸⁶³
“Xarope de Quina” ¹⁸⁶⁴
“Xarope de Quina cinzenta” ¹⁸⁶⁵
“Xarope de Quina e Ferro (<i>Xarope de quina ferruginoso</i>)” ¹⁸⁶⁶
“Xarope de Quina com Vinho” ¹⁸⁶⁷
“Xarope de Quina cinzenta com vinho” ¹⁸⁶⁸

Nesta farmacopeia indica-se também que o decocto de quina era um dos antídotos possíveis para o envenenamento com “tartaro emetico” (também designado tartarato de antimónio e potassa)¹⁸⁶⁹.

Mantém-se a distinção das quinas através da cor, referindo-se o uso de quina amarela, vermelha e cinzenta. Também é referida a *quina calisaya* (que corresponde, segundo a *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876, à quina amarela¹⁸⁷⁰), e aponta-se que a quina cinzenta

¹⁸⁵³ Ibidem, p. 228.

¹⁸⁵⁴ Ibidem, p. 236.

¹⁸⁵⁵ Ibidem, p. 238.

¹⁸⁵⁶ Ibidem.

¹⁸⁵⁷ Ibidem, p. 263.

¹⁸⁵⁸ Ibidem, p. 264.

¹⁸⁵⁹ Ibidem.

¹⁸⁶⁰ Ibidem, p. 278.

¹⁸⁶¹ Ibidem, p. 296.

¹⁸⁶² Ibidem.

¹⁸⁶³ Ibidem, p. 302.

¹⁸⁶⁴ Ibidem, p. 335.

¹⁸⁶⁵ Ibidem.

¹⁸⁶⁶ Ibidem, p. 336.

¹⁸⁶⁷ Ibidem.

¹⁸⁶⁸ Ibidem.

¹⁸⁶⁹ Ibidem, p. 350.

¹⁸⁷⁰ GOMES [et al.] – *Pharmacopêa portuguesa* ...p. 348.

correspondia à “*Cinchona condaminea*, ou *Huanuco*”¹⁸⁷¹. O nome de vários medicamentos indicia também o tipo de quina que era usado na sua preparação, como o “Xarope de Quina cinzenta”.

Nesta última edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* estão presentes 8 medicamentos com quinina, indicados no quadro seguinte:

Quadro 22 - Designação dos medicamentos com quinina no Codigo Pharmaceutico Lusitano (1876)

Medicamentos com quinina no Codigo Pharmaceutico Lusitano (1876)
“Alcooleo de Quinina” ¹⁸⁷²
“Citrato de Quinina” ¹⁸⁷³
“Citrato de Quinina e Ferro” ¹⁸⁷⁴
“Enema de Quinina (<i>Clyster febrifugo</i>)” ¹⁸⁷⁵
“Quinina” ¹⁸⁷⁶
“Sulfato de Quinina (<i>Sulfato quinico</i>)” ¹⁸⁷⁷
“Valerianato de Quinina” ¹⁸⁷⁸
“Xarope de Sulfato de Quinina” ¹⁸⁷⁹

Esta farmacopeia contém também uma monografia da cinchonina, onde se indica como obter esta substância.

Na edição de 1876 do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* não são apresentadas indicações terapêuticas para os medicamentos. Não obstante, algumas designações alternativas dos medicamentos indiciam as suas virtudes terapêuticas. Refira-se o alcoóleo de quina composto (também designado essência antissética ou alexifármaca de Huxham), que teria atividade antisséptica ou como antídoto; a cataplasma de quina canforada ou cataplasma antissética, que também teria propriedades antisséticas; o decocto de quina composto (cuja designação alternativa é de cozimento antifebril) e o enema de quinina (também chamado clister febrífugo), que apresentariam atividade febrífuga. Estão também presentes 2 tipos de pós dentífricos e umas pílulas estomáquicas.

Em vista do que foi exposto nesta análise das farmacopeias não oficiais, é possível observar uma evolução na quantidade de patologias para as quais a quina se recomendava. Nas

¹⁸⁷¹ PINTO; REIS – *Codigo Pharmaceutico Lusitano...* (1876), p. 185.

¹⁸⁷² *Ibidem*, p. 153.

¹⁸⁷³ *Ibidem*, p. 187.

¹⁸⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁷⁵ *Ibidem*, p. 216.

¹⁸⁷⁶ *Ibidem*, p. 302.

¹⁸⁷⁷ *Ibidem*, p. 314.

¹⁸⁷⁸ *Ibidem*, p. 323.

¹⁸⁷⁹ *Ibidem*, p. 338.

primeiras farmacopeias não oficiais a quina é sobretudo indicada para o tratamento de febres, e especificamente febres intermitentes, ao passo que, nas farmacopeias posteriores, surgem indicações tão díspares como o tratamento da gangrena ou da epilepsia.

Na primeira farmacopeia portuguesa não oficial, a *Pharmacopea Lusitana*, publicada em 1704, o único medicamento descrito com quina era recomendado para sezões, ou seja, febres intermitentes.

Na segunda edição da *Pharmacopea Lusitana* (1711) já estão presentes 11 medicamentos com quina. Estes medicamentos são na generalidade indicados para o tratamento de febres intermitentes (terçãs, quartãs, etc.). O “*Bezoartico contra febres*, ou *Bezoartico diaphoretico*”¹⁸⁸⁰ tem uma aplicação terapêutica mais ampla, sendo recomendado nas febres ditas malignas, nas bexigas, no sarampo, nas “doenças, em que ha ancias, & palpitações do coração” e como antídoto¹⁸⁸¹.

Na *Pharmacopea Bateana* de 1713, há 2 medicamentos com quina, ambos descritos como febrífugos. Um destes medicamentos, o “*Pulvis febrifugus certus*”¹⁸⁸², é indicado especificamente para as febres quartãs.

Na *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica* (1716) os medicamentos com quina são aconselhados no tratamento de febres intermitentes e contra vapores, flatos ou palpitações. Na monografia da quina indica-se que esta possui atividade contra as febres intermitentes.

Na *Pharmacopea Lusitana* de 1725 (3ª edição) mantêm-se os medicamentos com quina presentes na edição de 1711. Na monografia da quina o autor refere a sua atividade no tratamento de febres intermitentes (quartãs e terçãs), contínuas, e malignas.

Na *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1735) aponta-se que a quina atua contra as febres intermitentes. Constam 14 fórmulas com quina, a maioria (12 dessas fórmulas) destinadas ao tratamento das febres intermitentes. Contém também uma receita de pílulas “*anti-hystericas*”¹⁸⁸³ e um “*Electuario Anti-febri*”¹⁸⁸⁴ que, para além da sua ação contra as febres e outras doenças “que por suor se pódem curar”¹⁸⁸⁵, tinha também atividade contra as lombrigas e contra a flatulência.

Na *Pharmacopoeia contracta* (1749) são descritos 5 medicamentos com quina, mas não se indicam as suas atividades terapêuticas.

A terceira parte da primeira edição da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1751) tem quase uma centena de fórmulas com quina (94 no total). Indica-se que a quina possui atividade contra as febres intermitentes, remitentes e contínuas remitentes, atividade contra a

¹⁸⁸⁰ ANTONIO – *Pharmacopea Lusitana*, 1711, p. 333-334.

¹⁸⁸¹ *Ibidem*, p. 334.

¹⁸⁸² *Ibidem*, p. 200.

¹⁸⁸³ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Segunda...* (1735), p. 549.

¹⁸⁸⁴ *Ibidem*, p. 576.

¹⁸⁸⁵ *Ibidem*.

putrefação, bem como nas doenças hipocondríacas, nos doentes com caquexia, em “dores colicas”, “fluxos colericos”, e “coleras morbos”¹⁸⁸⁶. Nesta farmacopeia também constam medicamentos com quina para muitas outras doenças e sintomas, designadamente para: tratamento da epilepsia, de “accidentes Hystericos”¹⁸⁸⁷ e “affectos hystericos”¹⁸⁸⁸, de “Dyarrheas, e Dysenterias pertinazes”¹⁸⁸⁹, de vômitos¹⁸⁹⁰, de “Gota coral” (epilepsia), “movimentos Vertiginosos”¹⁸⁹¹; cólicas¹⁸⁹², singulto (soluços)¹⁸⁹³, para matar lombrigas¹⁸⁹⁴; contra as “dores de Cabeça periodicas”¹⁸⁹⁵; como “antidoto para a Hydrophobia”¹⁸⁹⁶ ou com utilidade nas mordeduras de víboras, tarântulas, lacraus¹⁸⁹⁷, “ou outro qualquer animal peçonhento, cujo seu veneno consiste em hum acido coagulativo”¹⁸⁹⁸.

Na edição póstuma da *Pharmacopea Lusitana* (1754) não há alterações dos medicamentos com quina face à segunda e à terceira edição, nem das atividades terapêuticas da quina indicadas na sua monografia.

A segunda edição da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1760) tem os mesmos medicamentos presentes nos tomos publicados em 1735, perfazendo um total de 14 fórmulas, e as informações na monografia da quina são também as mesmas.

Na *Pharmacopea Bateana* de 1763, constam já 20 fórmulas de medicamentos com quina, incluindo os dois que já estavam presentes na edição publicada em 1713. Há vários medicamentos recomendados para as febres intermitentes, e indica-se que o “Pulvis febrifugus certus”¹⁸⁹⁹, para além do seu uso nas febres intermitentes, matava lombrigas e podia usar-se no tratamento de mordeduras de animais venenosos. Há também uma água dita de S. Jerónimo que contém quina e dezenas de outros componentes, e que tem indicações terapêuticas mais amplas, designadamente nas dores de cabeça, hipocondria, vertigens, etc.

Na *Pharmacopea Portuense* (1766) indica-se que a quina tinha eficácia nas febres, assim como na gangrena e nas feridas. Nesta farmacopeia constam 4 medicamentos com quina com indicação no tratamento de febres intermitentes, bexigas, gangrena ou indigestão do estômago.

¹⁸⁸⁶ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ... (Discurso Phisico-Medico...), p. 2.

¹⁸⁸⁷ COELHO – *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Parte Terceira ...p. 139.

¹⁸⁸⁸ *Ibidem*, p. 208.

¹⁸⁸⁹ *Ibidem*, p. 201.

¹⁸⁹⁰ *Ibidem*, p. 203, 226, 344.

¹⁸⁹¹ *Ibidem*, p. 208.

¹⁸⁹² *Ibidem*, p. 201, 244, 247.

¹⁸⁹³ *Ibidem*, p. 244, 345.

¹⁸⁹⁴ *Ibidem*, p. 206.

¹⁸⁹⁵ *Ibidem*, p. 209.

¹⁸⁹⁶ *Ibidem*, p. 225.

¹⁸⁹⁷ *Ibidem*, p. 226, 444.

¹⁸⁹⁸ *Ibidem*, p. 226.

¹⁸⁹⁹ J. – *Pharmacopea Bateana*... (1763), p. 234.

Na *Pharmacopea Meadiana* (1768) há 9 fórmulas diferentes com quina, sendo a maioria recomendada para as febres intermitentes (8 fórmulas). Apenas uma destas fórmulas, a “BEBIDA PERUVIANA”¹⁹⁰⁰ é indicada para o tratamento do “FLUXO BRANCO”¹⁹⁰¹.

Na *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica* (1772) encontram-se 31 fórmulas de medicamentos com quina. As indicações destes medicamentos incluem ação: nas febres intermitentes; na diabetes; no tratamento de chagas, pústulas e feridas diversas; na prevenção da gangrena; na “Epilepsia, e paixoes hystericas”¹⁹⁰²; no escorbuto; nas “affecçoens hypocondriacas”; para aumentar o apetite; contra as lombrigas¹⁹⁰³; contra a epilepsia, bexigas (varíola), sarampo ou o cancro.

A primeira e segunda edições da *Farmacopéa Lisbonense* (publicadas, respetivamente, em 1785 e 1802), não incluem nenhuma secção dedicada à atividade terapêutica das fórmulas apresentadas. Não obstante, as designações de alguns medicamentos com quina permitem inferir a sua aplicação no tratamento das febres, do cancro, ou como antídoto. Na edição de 1785 há 16 fórmulas de medicamentos com quina e na edição de 1802 há 26 fórmulas com quina.

A *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta* (1791) também não tem indicações terapêuticas para as 6 fórmulas com quina que contém.

Na *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica* (1805) estão presentes 16 fórmulas com quina. As recomendações destes medicamentos com quina incluíam o tratamento de febres intermitentes, febres “malignas”¹⁹⁰⁴, gangrena, úlceras pútridas, escorbuto, diarreias, disenteria e más digestões, ou a utilização na limpeza dentária. Na secção sobre os princípios de matéria médica, a quina é incluída no grupo dos antisépticos e dos fortificantes. As atividades terapêuticas enunciadas para a quina são bastante abrangentes desde o tratamento das febres intermitentes ao tratamento de lombrigas, bexigas, gangrena, anorexia ou tosse convulsiva. É também recomendada na atonia, na debilidade devido à idade, em hemoptises, hemorragias do útero, escrófulas, aftas, empiema, tísica e dor de dentes periódica.

Na *Pharmacopea naval, e castrense* (1819) a quina é declarada como antipútrida e fortificante do sistema nervoso, sendo indicada no tratamento de vários tipos de febres (intermitentes, pútridas e malignas), na debilidade, na gota, na gangrena, em úlceras externas, na tísica pituitosa e tísica incipiente ou na hemoptise. A quina também é indicada para o tratamento da “hydropesia”¹⁹⁰⁵. São descritos 27 medicamentos com quina. Os medicamentos com quina nesta farmacopeia são indicados para tratar vários tipos de febre (intermitentes, remitentes, nervosas, tifóideas, pútridas, etc.), gota, gangrena, escorbuto, tumores edematosos, debilidade ao

¹⁹⁰⁰ PORTUGAL – *Pharmacopea Meadiana* ...p. 69.

¹⁹⁰¹ *Ibidem*, p. 68.

¹⁹⁰² MARIA – *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica...* (Tomo I), p. 295.

¹⁹⁰³ *Ibidem*, p. 297.

¹⁹⁰⁴ PINTO – *Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica* ...p. 263.

¹⁹⁰⁵ COSTA – *Pharmacopea Naval, e Castrense* (Tomo II), p. 352.

nível do aparelho digestivo e do “conducto intestinal”¹⁹⁰⁶, dispepsia, diarreia, “hemorragias passivas pulmonares, e hemorrhoidaes”¹⁹⁰⁷, “affecções catarrosas de bofe, phtisicas pulmonares, etc.”¹⁹⁰⁸, recomendados para estimular o apetite, limpar os dentes e tonificar as gengivas, ou para utilizar como antídoto para várias drogas (heléboro branco, cevadilha, arsénico) e preparações como os óxidos e acetatos de chumbo.

Na *Pharmacopea das Pharmacopeas*, publicada em dois tomos (o primeiro em 1833 e o segundo em 1834) é enunciada a atividade da quina segundo vários autores e especificada nalguns casos segundo o tipo de quina. Aponta-se a sua atividade febrífuga (designadamente nas febres intermitentes), uso nas úlceras, nas escrófulas, nas bexigas confluentes, como dentífrico, na gangrena, nas hemorragias e noutros fluxos (como a diarreia), no reumatismo agudo, na convalescença, ou como antídoto do tartarato de potassa e de antimónio. No tomo I estão 13 fórmulas com quina ou derivados da quina (11 fórmulas com quina, 1 com quinina e 1 com cinchonina), e no tomo II estão 8 fórmulas com derivados da quina (medicamentos com quinina e cinchonina). Não obstante, há 2 medicamentos presentes em ambos os tomos, o vinho de cinchonina e o vinho de quinina. Nos 2 tomos da *Pharmacopea das Pharmacopeas* encontramos assim um total de 19 medicamentos diferentes com quina ou derivados da quina. Estes medicamentos são indicados nas febres intermitentes; nas “febres adynamicas”, “leucorrhéas”, e “ictericias”¹⁹⁰⁹; como estimulantes do apetite; nas “doenças cutâneas”, “affecções escrofulosas, e escorbúticas, e nas enfermidades antigas venéreas”¹⁹¹⁰ ou contra a caquexia.

Na *Pharmacopéa Lusitana* encontram-se 20 fórmulas de medicamentos com quina, 7 medicamentos com quinina e 2 medicamentos com cinchonina. Não obstante, nesta farmacopeia, à semelhança das farmacopeias atuais, não há referências à atividade terapêutica das fórmulas descritas.

No *Código Pharmaceutico Lusitano* (1876) também não são apresentadas as indicações terapêuticas dos medicamentos cuja fórmula se descreve. No entanto, os nomes de alguns destes produtos medicinais com quina são indicativos, designadamente, da sua ação antisséptica ou antifebril.

Verifica-se assim que as aplicações terapêuticas da quina se foram expandindo ao longo do tempo, desde o uso exclusivo nas febres intermitentes, à extensão a outro tipo de febres, e até à aplicação numa miríade de outros sintomas e doenças, tornando-se numa verdadeira panaceia. No entanto, a indicação da quina em medicamentos para o tratamento das febres intermitentes, surgida logo na *Pharmacopea Lusitana* de 1704, surge na grande maioria das farmacopeias não oficiais portuguesas.

¹⁹⁰⁶ Ibidem, p. 215.

¹⁹⁰⁷ Ibidem, p. 126.

¹⁹⁰⁸ Ibidem, p. 206.

¹⁹⁰⁹ CABRAL – *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras...* (1833), p. 478.

¹⁹¹⁰ Ibidem, p. 561.

Várias farmacopeias não oficiais portuguesas contêm índices das doenças em que os medicamentos da farmacopeia podiam ser utilizados, como a *Pharmacopea Bateana* de 1713, a *Pharmacopea Tubalense chimico-galenica* (1751) ou a *Pharmacopea Portuense* (1766). A *Pharmacopea Tubalense chimico-galenica* (1751) contém não só um índice das doenças a que se destinavam os medicamentos que continha este terceiro tomo, mas também um índice das virtudes dos medicamentos presentes nos dois tomos publicados em 1735. Estes índices por doenças são reminiscentes de uma publicação farmacêutica atual, o *Prontuário Farmacêutico*, onde é possível consultar medicamentos de acordo a sua atividade terapêutica.

A análise destas farmacopeias também permite a identificação de uma vasta sinonímia para o termo quina. Nestas farmacopeias a quina é designada por vários nomes: quina-quina, quinquina, cascarilha, específico vegetal (termo atribuído por George Bate), *Quarango*, palo de calenturas, entre outros. Também se enumeram designações diversas para os pós de quina como *Pulvis Indicus*, *Pulvis Americanus*, ou pós dos jesuítas.

Na *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716), na *Pharmacopea Lusitana* (1725 e 1754), e nas duas edições da *Pharmacopea Tubalense chimico-galenica* menciona-se a existência de duas espécies ou tipos de quina, uma selvagem ou bravia, e outra cultivada, que seria melhor. Nestas farmacopeias a descrição da árvore da quina é muito semelhante, e afirma-se que a quina provinha do Peru, especificamente da província de Quito e das montanhas perto da cidade de Loxa.

A generalidade das farmacopeias não oficiais indica a atividade terapêutica dos medicamentos com quina, com exceção da *Pharmacopoeia contracta* (1749), da *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta* (1791), das duas edições da *Farmacopéa Lisbonense* (1785 e 1802), da *Pharmacopéa Lusitana* (1841), e do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1876).

A primeira farmacopeia não oficial portuguesa com uma monografia da quina é a *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica* publicada em 1716. A descrição morfológica apresentada por Jean Vigier parece ser derivada de uma obra do droguista francês Pierre Pomet (1658-1699) na obra *Histoire generale des drogues...* (1694)¹⁹¹¹. Várias farmacopeias não oficiais portuguesas publicadas posteriormente contêm monografias da quina. A edição de 1802 da *Farmacopéa Lisbonense* tem mesmo duas monografias da quina, à semelhança da *Pharmacopoeia Geral* de 1794 – quina ou casca peruviana e quina vermelha. Não obstante, a *Pharmacopea Bateana* (1763), a *Pharmacopea Portuense* (1766), a *Pharmacopea Meadiana* (1768), e a *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica* (1772), não contêm monografias da quina. Outras farmacopeias como a *Pharmacopoeia contracta* (1749), e a *Pharmacopoeia*

¹⁹¹¹ cf. POMET, Pierre - **Histoire generale des drogues, traitant des plantes, des animaux, et des animaux, & des Mineraux; Ouvrage enrichy de plus de quatre cent Figures en Taille-douce tirées d'après Nature; avec un discours qui explique leurs differens Noms, les Pays d'où elles viennent, la maniere de connoître les Veritables d'avec les Falsifiées, & leurs proprietéz, où l'on découvre l'erreur des Anciens & des Modernes; Le tout tres utile au Public.** Paris : Jean-Baptiste Loyson, & Augustin Pillon, 1694, p. 132.

Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta (1791), não têm uma monografia propriamente dita, mas incluem a quina em listas de matéria médica. A *Pharmacopea das Pharmacoepas Nacionaes e Estrangeiras* (1833, 1834) também não tem uma monografia dedicada à quina, mas indica várias espécies de quina que tinham sido identificadas, bem como as suas propriedades e atividades terapêuticas.

3.3. A quina e a quinina em revistas médicas e farmacêuticas portuguesas

A receção da quina e da quinina em revistas médicas e farmacêuticas portuguesas é outro dos pontos de análise da presente dissertação. Foram seleccionadas para análise algumas das revistas médicas e farmacêuticas mais importantes publicadas em Portugal entre o século XIX e o século XX.

No domínio das revistas farmacêuticas, destaca-se o *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, publicado entre 1838 e 1933, estendendo-se ao longo de quase um século. Esta revista constituiu-se como um órgão oficial dos farmacêuticos e foi precedida pelo *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*¹⁹¹², publicado entre 1836 e 1838, que também analisámos. Incluíram-se também outras revistas farmacêuticas de âmbito socioprofissional e científico que foram descendentes do *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, designadamente (pela ordem em que iniciaram a sua publicação) o *Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos*, o *Jornal dos Farmacêuticos*, e a *Revista Portuguesa de Farmácia*.

Foram ainda incluídas na nossa seleção as revistas das três primeiras Faculdades de Farmácia (Porto, Coimbra e Lisboa): *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*; *Boletim da Escola Superior de Farmácia* (Universidade de Lisboa); o seu sucessor, o *Boletim da Faculdade de Farmácia* da Universidade de Lisboa (surgido depois da Escola Superior de Farmácia de Lisboa ser elevada a Faculdade pelo Decreto n.º 48696, de 22 de Novembro de 1968); *Boletim da Escola de Farmácia* (Universidade de Coimbra); o *Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição Científica*, sucessor do *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra*, após a transformação da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra para Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (pelo mesmo decreto n.º 48696, de 22 de Novembro de 1968); e a sua continuação, o *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*. A revista *Pharmaka*, criada por iniciativa do Grémio Nacional das Farmácias e do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos¹⁹¹³ também fez parte da nossa análise¹⁹¹⁴.

¹⁹¹² NUNES, Manuel Pinheiro – A abrir. **Revista Portuguesa de Farmácia**. I:1 (Janeiro-Março) (1951) 1–3, p. 1.

¹⁹¹³ SILVA, A. C. Correia da – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa. **Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição científica**. 34 (1974) 79-141, p. 136.

¹⁹¹⁴ Este periódico foi publicado durante um período inferior a um ano, entre 1968 e 1969. A publicação terá sido interrompida devido aos custos de publicação demasiado altos (**PHARMAKA: Revista de Farmácia. Ficha Bibliográfica** [Em linha]. Ordem Farmacêuticos, 2012-09-03T22:51:06 [Consult. 3 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cdf.pt/web3/ODF/Lote1/CDF-HEM-PHK/CDF-HEM-PHK-001/globalItems.html>>). Nesta revista farmacêutica não se encontram quaisquer artigos sobre a quina ou sobre a quinina. No entanto, estão presentes, por exemplo, artigos do âmbito socioprofissional farmacêutico (O I CONGRESSO Nacional da Indústria Farmacêutica. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 2 (1968) 22-24; FONSECA, Luís Falcão da – Posição do Farmacêutico na Indústria Farmacêutica. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968)10-13; ANDRADE, Vale de – Nova legislação obrigatória para o proprietário de farmácia. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968) 46; JÚNIOR, Manuel

No âmbito das revistas médicas salienta-se, pelo seu dilatado período de publicação, a *Coimbra Médica*, publicação iniciada em 1881; embora a sua publicação tenha tido alguns períodos de interrupção, o seu último número data de 2006. Foram também analisadas revistas relativas à medicina tropical, dada a importância da utilização da quina e da quinina em países tropicais que fizeram parte do território português. Essas revistas são os *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical*; os *Anais do Instituto de Medicina Tropical*; e os *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*.

Adicionalmente, pela importância que tiveram na publicação de estudos relacionados com a quina ou a quinina, foram incluídos na nossa análise o *Jornal de Coimbra*, o “primeiro jornal português de Higiene e Saúde Pública” segundo as palavras de João Paulo Barrigão Rodrigues¹⁹¹⁵; uma revista de horticultura, o *Jornal de Horticultura Prática*; e *O Instituto*, uma revista de âmbito científico variado (bem como de âmbito literário), publicada sob a chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra. A revista *O Instituto* foi publicada, com poucas interrupções, durante mais de um século, entre 1853 e 1981. O tempo de publicação de *O Instituto* abrangeu, por exemplo, a época em que Júlio Henriques foi Diretor do Jardim Botânico de Coimbra (1875-1886 e 1901-1911)¹⁹¹⁶. Recorde-se que sob a vigência de Júlio Henriques foram enviados a partir do Jardim Botânico de Coimbra inúmeros espécimes e sementes da planta da quina para diversos pontos do território português, designadamente para a ilha de São Tomé, no continente africano, onde se viriam a estabelecer as plantações portuguesas de quina mais importantes¹⁹¹⁷.

Este subcapítulo tem como objetivo elencar artigos relativos à quina e à quinina nas revistas analisadas, identificar autores de estudos sobre a quina e a quinina em Portugal, e indicar e discutir ilações retiradas da leitura e análise desses artigos no que respeita à história da quina e da quinina em Portugal. Serão também referidos artigos que, embora não sejam especificamente sobre a quina ou a quinina, fornecem pistas relevantes para a sua história na farmácia e medicina portuguesas.

No quadro seguinte indicam-se os títulos das revistas analisadas e os respetivos períodos de publicação:

Godinho de Matos – Os produtos fitofarmacêuticos e os métodos de análises. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968) 62-64) e legislação farmacêutica (LEI do Exercício da Profissão Farmacêutica. Decreto-Lei n.º 48 547. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968) 89-115).

¹⁹¹⁵ RODRIGUES, João Paulo Barrigão - **O Jornal de Coimbra: subsídios para o estudo do primeiro jornal português de Higiene e Saúde Pública**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. Tese de Mestrado.

¹⁹¹⁶ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ... p. 281.

¹⁹¹⁷ SEMEDO, PEREIRA e PITA - The influence of German science on *Cinchona* and quinine research... p. 2.

Quadro 23 - Títulos e período de publicação das revistas científicas incluídas na análise

Título da revista	Período de publicação
<i>Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical</i>	1967-1972
<i>Anais da Faculdade de Farmácia do Porto</i>	1939-1972
<i>Anais do Instituto de Medicina Tropical</i>	1943-1966
<i>Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical</i>	1973-1984; 2012-
<i>Boletim da Escola Superior de Farmácia (Universidade de Lisboa)</i>	1947-1967
<i>Boletim da Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa)</i>	1968-1969
<i>Boletim da Escola de Farmácia (Universidade de Coimbra)</i>	1940-1967
<i>Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição Científica (Universidade de Coimbra)</i>	1968-1974
<i>Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra</i>	1976-1991
<i>Coimbra Médica</i>	1881-1901 (1ª série); 1934-1948 (2ª série); 1954-1974 (3ª série); 1980-1994 (4ª série); 2005-2006 (5ª série)
<i>Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa</i>	1836-1838
<i>Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana</i>	1838-1848 (1ª Série); 1850 – 1854 (2ª Série); 1855-1859 (3ª Série); 1860 – 1864 (4ª Série); 1865 – 1869 (5ª Série); 1870 – 1874 (6ª Série); 1875 – 1879 (7ª Série); 1880 – 1884 (8ª Série); 1885 – 1889 (9ª Série); 1890 – 1894 (10ª Série); 1895 – 1899 (11ª Série); 1900 – 1904 (12ª Série); 1905 – 1909 (13ª Série); 1910 – 1914 (14ª Série); 15ª Série (1915 – 1919); 1920 – 1924 (16ª Série); 1926 (17ª Série); 1927 – 1928; 1929 – 1933
<i>Jornal de Coimbra</i>	1812-1820
<i>Jornal de Horticultura Pratica</i>	1870-1892
<i>Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos</i>	1936 (1ª série); 1940-1941 (2ª série)
<i>Jornal dos Farmacêuticos</i>	1942-1950
<i>O Instituto</i>	1852-1864; 1866; 1871-1950; 1953-1973; 1977-1981
<i>PHARMAKA</i>	1968-1969
<i>Revista Portuguesa de Farmácia</i>	1951-2001

Uma vez que a presente dissertação tem como balizas cronológicas o século XVIII e o século XX, os números publicados após o ano 2000 não são considerados nesta análise.

Vamos iniciar a exposição por ordem cronológica.

3.3.1. *Jornal de Coimbra*

O *Jornal de Coimbra*, publicado entre 1812 e 1820, era a única publicação periódica médica da época em Portugal. Funcionava, aproximadamente, como um órgão oficioso da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

3.3.1.1. Artigos originais portugueses e outras referências à quina

No *Jornal de Coimbra* encontram-se vários artigos atinentes à quina, nomeadamente ligados à polémica sobre o isolamento da cinchonina por B. A. Gomes¹⁹¹⁸. É também mencionada ou transcrita legislação ligada à quina, designadamente sobre a Água de Inglaterra. O *Jornal de Coimbra* contém ainda avaliações e apresentações de estudos sobre a quina (de autores portugueses e estrangeiros); estudos sobre a atividade terapêutica de cascas com potencial atividade febrífuga vindas do Brasil, que pudessem substituir a quina (observações clínicas); ou artigos de âmbito mais geral, sobre análise química, em que há referências avulsas à quina. Adicionalmente, há múltiplas referências à utilização terapêutica da quina nos relatos de doenças enviados por médicos de vários pontos de Portugal, e publicados no *Jornal de Coimbra*.

No que concerne à legislação, no *Jornal de Coimbra* encontram-se várias referências relacionadas com a quina. Está presente, por exemplo, a menção ao Decreto de 2 de Outubro de 1811. Este decreto dava a José Joaquim de Castro a exclusividade na utilização do título *Agoa de Inglaterra* para o medicamento que produzia, bem como uso exclusivo da designação *Real Fábrica de Agoa de Inglaterra* para a fábrica onde fazia a manipulação da Água de Inglaterra¹⁹¹⁹. No volume de 1819 é transcrito um decreto de 3 de Agosto de 1808 acerca da suposta “Descoberta da verdadeira Quina Officinal” na capitania de Minas Gerais no Brasil, por Pedro Pereira Correia de Senna. O Príncipe Regente outorgava a Pedro de Senna, através deste decreto, a isenção de direitos durante 15 anos em “Preparações feitas d’esta Casca em dissoluções de Vinho, ou Cerveja; ou seja extracto, que elle queira por sua conta fazer exportar para a Costa de Africa”¹⁹²⁰. A 23 de Agosto de 1808, o Príncipe Regente D. João emitiu também uma “Carta Patente” como recompensa desta “descoberta da verdadeira Quina Officinal, ou ao menos d’uma Quina preciosa” no Brasil, tencionando que Pedro de Senna se dedicasse à extração dessa casca “em que tanto interessa a Saúde Pública”¹⁹²¹ quer na capitania de Minas Gerais, quer na capitania do Rio de Janeiro (onde ela também existiria). Nomeia-o por isso sargento-mor “agregado ao Regimento

¹⁹¹⁸ Para uma abordagem sumarizada desta polémica veja-se SEMEDO, Maria Guilherme – **Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2016-9>, p. 33-50.

¹⁹¹⁹ [Decreto sobre a Água de Inglaterra]. **Jornal de Coimbra**. 1:2 (Fev. 1812) 82.

¹⁹²⁰ DECRETO. **Jornal de Coimbra**. 15:79 (pt. 1, 1819) 34.

¹⁹²¹ PATENTE em consequencia do Decreto de 4 de Agosto de 1808; conferindo ao Descobridor da Quina, no Brasil, o Posto de Sargento Mór, e uma Pensão. **Jornal de Coimbra**. 15:79 (pt. 1, 1819) 33-34, p. 33.

de Cavallaria de Milícias da Comarca do Rio das Velhas, sem vencimento de Soldo, mas com a gratificação de mil e duzentos réis por dia (...) habilitando-se por este modo a prosseguir com a conveniente actividade e zêlo aquella diligência” e tendo “todas as honras, privilegios, liberdades, isenções, e franquezas que directamente lhe-pertencem”¹⁹²². Noutro artigo, onde se apresenta uma listagem de legislação ligada à medicina, são referidos: o Edital de 15 de Março de 1799 da Junta do Proto-Medicato, relativo à Água de Inglaterra, afirmando que esta correspondia ao vinho de quina composto da *Pharmacopeia Geral* de 1794 e que, no caso de aparecerem prescrições de Água de Inglaterra, se devia ceder o vinho de quina composto; e um Aviso, de 6 de Abril de 1799, “à Junta do Proto-Medicato para que ficando sem innovação o que pertence a água de Inglaterra de André Lopes de Castro, lhe-faça presente em Consulta o que lhe-occorrer”¹⁹²³.

No que concerne aos artigos ligados à polémica do cinchonino, a primeira referência surge no número 8 do volume 2 de 1812, no artigo anónimo “Memoria sôbre as Quinas em geral; e ensaio em particular de algumas mais usadas, comparando a Brasiliense. Analysada, em Notas, pelos Redactores. Por...”¹⁹²⁴. Mais tarde, esta memória foi identificada como sendo da autoria de Antonius Josephus das Neves Mello¹⁹²⁵. Nesta memória são mencionados alguns estudos feitos até então sobre a quina (por Vauquelin, Seguin, e Duncan). São apresentadas as características de infusões aquosas de quina (cor; reacção à tinctura de tornesol, ao sumo de pétalas de lírio roxo ou ao álcool), mencionando-se a existência do cinchonino na quina (demonstrada por Duncan) e as propriedades deste, e apresenta-se um “Ensaio do sal de Quina”¹⁹²⁶ (e respetivas propriedades desse sal, bem como as propriedades do ácido quínico). Apresenta-se ainda o “Ensaio d’algumas Quinas”¹⁹²⁷ – “Quina Brasiliense mandada pelo Principe Regente N. S. para uso dos Hospitais Militares”, “Quina vermelha de Rei”, “Quina calycea antiga”¹⁹²⁸ e “Quina Calycea moderna”¹⁹²⁹. O autor concluiu, a partir dos testes efetuados, que a utilização da quina brasiliense era segura, indicando que “as observações práticas do Dr. Honorio Maria Coelho no Hospital Militar de S. Bento desta Cidade de Coimbra etc.”¹⁹³⁰ confirmavam essa conclusão.

Em nota de rodapé, os redatores do *Jornal de Coimbra* comentam esta *Memoria*, tecendo-lhe numerosas críticas. Uma delas é a descrição de poucos estudos prévios sobre a quina, salientando nomeadamente que não tinham sido mencionados os trabalhos “do benemerito

¹⁹²² Ibidem.

¹⁹²³ INDICE Cronologico Da maior parte da nossa Legislação sôbre a Medicina. **Jornal de Coimbra**. 16:88 (pt. 1, 1820) 158-168, p. 166-167.

¹⁹²⁴ MEMORIA sôbre as Quinas em geral; e ensaio em particular de algumas mais usadas, comparando a Brasiliense. Analysada, em Notas, pelos Redactores. Por...**Jornal de Coimbra**. 2:8 (Agosto 1812) 90-102.

¹⁹²⁵ CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206. **Jornal de Coimbra**. 6:29 (pt. 1, 1814a) 277-287, p. 277.

¹⁹²⁶ MEMORIA sôbre as Quinas em geral... p. 96.

¹⁹²⁷ Ibidem, p. 98.

¹⁹²⁸ Ibidem.

¹⁹²⁹ Ibidem, p. 99.

¹⁹³⁰ Ibidem.

Portuguez Bernardino Antonio Gomes, pertendendo rectificar a descoberta de Duncan sôbre o cinchonino, e principalmente dar o methodo de obter esta substancia no estado de pureza!”¹⁹³¹. Prosseguem afirmando as suas dúvidas acerca da existência do cinchonino, apresentando as razões para a sua opinião. Os redatores mencionam que anteriormente nos Países Baixos se adulterava frequentemente a quina, preparando primeiro com ela tinturas e infusões, e posteriormente dando à quina mais cor através da utilização de infusão de aloés, vendendo-a depois nessas condições. Os redatores também afirmam que as cores indicadas para as infusões de quina na *Memoria* não correspondiam às que eles tinham obtido, revelando que as infusões aquosas que tinham preparado com quina peruviana officinal e “Rubra” e com quina brasiliense apresentavam todas a coloração amarela; também indicam que, pelo que revelavam as suas experiências, o álcool não reagia com as infusões aquosas de quina da maneira indicada nesta *Memoria*. Apontam que quem escreveu a *Memoria* não apresentara “raciocínios nem experiências”¹⁹³² que permitissem concluir que o sal da quina não era solúvel em tinturas alcoólicas de quina como se afirmava, e que os médicos de Lyon, de acordo com Deschamps, apontavam que esse dito sal era febrífugo (ao contrário do que se afirmava na *Memoria*, que o sal não era “o princípio febrífugo das Quinas”¹⁹³³). Quanto aos resultados do ensaio de várias quinas apresentados na *Memoria*, também não coincidiam com os resultados obtidos pelos redatores (que tinham testado apenas a quina brasiliense e a quina vermelha). Na conclusão da sua análise, os redatores apontam que não consideravam que os “conhecimentos chymicos” existentes naquela época pudessem validar a utilização de uma dada substância no “corpo humano nas suas situações morbosas”¹⁹³⁴, mesmo que ela fosse analisada de forma rigorosa, e assim se conhecessem os elementos e a combinação em que eles existiam nessa substância, e muito menos se a análise fosse “parcial, inexacta, até provavelmente falsa”¹⁹³⁵ (parecendo indicar que as análises daquela *Memoria* estavam nesta segunda categoria). Assim, os redatores não julgavam que a quina brasiliense fosse necessariamente segura, nomeadamente por terem sido feitos ensaios só com infusões aquosas, quando existiam numerosas preparações com quina que se podiam administrar.

No número 10 do volume 2 (1812), B. A. Gomes responde a essas primeiras críticas¹⁹³⁶, rebatendo os argumentos dos redatores, ainda sem a acrimónia das réplicas posteriores de ambas as partes. Aponta que os redatores deveriam ter repetido o seu processo experimental, e que nem sequer tinham ensaiado as melhorias que tinham sugerido ao processo. Exorta-os também a repetir o seu processo experimental com álcool “purissimo”¹⁹³⁷.

No número 11 do volume 2 os redatores respondem a B. A. Gomes, continuando a argumentar que o que Gomes designava como cinchonino pudesse ser um “producto das

¹⁹³¹ Ibidem, p. 91.

¹⁹³² Ibidem, p. 97.

¹⁹³³ Ibidem.

¹⁹³⁴ Ibidem, p. 99.

¹⁹³⁵ Ibidem, p. 100.

¹⁹³⁶ GOMES, Bernardino Antonio - Chymica. **Jornal de Coimbra**. 2:10 (Out. 1812b) 291-296.

¹⁹³⁷ Ibidem, p. 295.

operações, que se fizerão para separar essa parte, que se analysou, e onde se pertende ter achado o cinchonino” e afirmando que a experiência do Dr. Duncan não permitia “concluir a existencia d’hum novo principio vegetal nas Quinas”¹⁹³⁸. Indicam também que não tinham repetido o seu processo porque acreditavam no resultado que o autor tinha obtido, embora não concordassem com a sua conclusão.

Outro artigo, do ano de 1812, de um médico anónimo, exalta as propriedades da chamada quina do Brasil (enviada para os hospitais militares portugueses), e apresenta conclusões da memória elaborada pela comissão de sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa para analisar quimicamente as chamadas quinas do Brasil¹⁹³⁹.

A discussão entre B. A. Gomes e os redatores continua no número 12 do volume 2 (1812). Gomes declara que devia prescindir da opinião dos redatores até que eles demonstrassem, através de experiências, a veracidade da afirmação que tinham feito, de que o cinchonino era “hum produto do principio mucoso, e não hum educto”¹⁹⁴⁰. Gomes enumera também vários argumentos que o levavam a acreditar que o cinchonino existia realmente nalgumas quinas (não sendo um “producto ou effeito”¹⁹⁴¹ do seu processo experimental), e que tinha sido por ele obtido, falando já de uma controvérsia entre ele e os redatores.

No mesmo número do volume 2, os redatores respondem novamente a B. A. Gomes designando-o “o nosso Ill. adversario”¹⁹⁴², afirmando que repetir a experiência de Gomes usando álcool puro era impossível, porque este talvez não existisse. As subsequentes respostas de B. A. Gomes foram publicadas n’*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, e são abordadas na secção desta tese relativa a Bernardino António Gomes.

A controvérsia continua a desenrolar-se no número 15 do volume 3 (1813) do *Jornal de Coimbra*. Os redatores afirmam que estavam dispostos a admitir que o cinchonino existia, desde que B. A. Gomes demonstrasse que eles não tinham percebido o significado das suas experiências, ou se este encetasse novas experiências que os convencessem da existência do cinchonino. Passam depois a dizer por que julgavam que ele não tinha feito nenhuma destas coisas (demonstrado a veracidade das conclusões das experiências prévias, ou realizado novas

¹⁹³⁸ REDACTORES DO JORNAL DE COIMBRA – Resposta dos Redactores ás reflexões do Senhor Bernardino Antonio Gomes sobre o Cinchonino publicadas no Num. antecedente, pag. 291. **Jornal de Coimbra**. 2:11 (Nov. 1812) 370-373, p. 371.

¹⁹³⁹ UTILIDADE da Quina do Brasil em algumas febres. Por ****. **Jornal de Coimbra**. 2:11 (Nov. 1812) 374-375; SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da - **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. [s.l.]: Universidade Nova de Lisboa. 2015. 395 p. Tese de doutoramento, p. 253.

¹⁹⁴⁰ GOMES, Bernardino Antonio – Segunda e ultima Réplica aos Senhores Redactores do Jornal de Coimbra. **Jornal de Coimbra**. 2:12 (Dez. 1812c) 447-449, p. 448.

¹⁹⁴¹ Ibidem, p. 449.

¹⁹⁴² Redactores do J. de C. – Resposta á réplica segunda e ultima do Sr. B. A. Gomes. **Jornal de Coimbra**. 2:12 (Dez. 1812) 449-451, p. 449.

experiências mais concludentes) e porque se sentiam ofendidos pelas afirmações do Dr. Gomes¹⁹⁴³.

Num outro artigo publicado no *Jornal de Coimbra*, Tomé Rodrigues Sobral¹⁹⁴⁴ indica que haviam sido descobertas no Brasil “algumas cascas amargas (...) que por suas qualidades sensíveis e ainda, segundo se tem dito, por alguns ensaios clinicos, parecião ter analogias bem fundadas, quando não fossem idênticas, com as verdadeiras quinas do Perú, e poder por consequencia substituir-se a estas últimas no tratamento das febres”¹⁹⁴⁵. Segundo T. R. Sobral as quinas eram “consideradas como hum medicamento tão reconhecidamente util pelas suas propriedades antiperiodica e antiseptica”¹⁹⁴⁶, e a nação portuguesa era “tributaria aos Hespanhoes de sommas incalculaveis pelo commércio passivo da quina Peruviana”¹⁹⁴⁷. Assim, a introdução das cascas amargas do Brasil como substitutos da quina do Peru teria vantagens, quer para o estado português, quer para a humanidade¹⁹⁴⁸. T. R. Sobral declara que se estava a realizar a análise simultânea e comparada das duas cascas (do Rio e do Peru), e que no Hospital da Universidade se estava a aplicar clinicamente a casca do Rio e a casca do Peru (referindo-se à quina, também chamada casca peruviana). Estas atividades estavam em conformidade com o que o Aviso Régio de 6 de Setembro de 1813 ordenara.

Nas notas de rodapé de outro artigo do *Jornal de Coimbra* (Vol. 6, nº 26) é referida novamente a polémica do cinchonino, reiterando-se que não existiam provas da sua existência¹⁹⁴⁹.

No volume 6, número 29 (parte 1), José Feliciano de Castilho entra declaradamente nesta polémica, indicando que os redatores não tinham achado que a existência do cinchonino tivesse sido demonstrada, mais ainda depois dos resultados da comissão nomeada pela Academia Real das Ciências de Lisboa – que “se não ajustou com *Gomes* sôbre o processo para obter o *Cinchonino*: até em factos discrepando” – e depois dos “*Annaes de Chymica de París*, que ultimamente chegarão a Lisboa” não terem “uma unica palavra sôbre tal Princípio”¹⁹⁵⁰. J. F. de Castilho sugeriu que B. A. Gomes extraísse o cinchonino e lhes enviasse. Analisariam a substância e depois publicariam os respetivos ensaios e resultados. Neste artigo refere-se também o pedido oficial de 22 de Setembro de 1804 (através de Carta Régia) para se estudarem as “Cascas

¹⁹⁴³ REDACTORES – Reflexões dos Redactores sôbre hum Escripito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. pag. 207. **Jornal de Coimbra**. 3:15 (Mar. 1813) 300-306.

¹⁹⁴⁴ A propósito dos estudos de Tomé Rodrigues Sobral sobre a casca de quina veja-se também SEMEDO, Maria Guilherme; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a análise química das quinas. **Revista CEPIHS**. 10 (2020) 499–518.

¹⁹⁴⁵ SOBREAL, Thomé Rodrigues – Diario Das Operações, que se fizerão em Coimbra, a fim de se atalharem os progressos do Contágio, que n’êsta Cidade se declarou em Agosto de 1809. **Jornal de Coimbra**. 5:22 (Out. 1813) 103–138, p. 106.

¹⁹⁴⁶ Ibidem.

¹⁹⁴⁷ Ibidem.

¹⁹⁴⁸ Ibidem.

¹⁹⁴⁹ REDACTORES – Continuação dos Escritos do Exm. D. Fr. Caetano da Annunciação Brandão. **Jornal de Coimbra**. 6:26 (pt. 2, Fev. 1814) 131-139, p. 132.

¹⁹⁵⁰ CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escripito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206, p. 278.

amargas Brasienses, a fim de se-conhecer se a sua virtude he igual á da Quina do Perú”, e de 2 de Novembro de 1804 para que a “Junta dos Tres Estados” passasse “as Ordens necessarias a todos os Hospitaes Militares da sua Jurisdicção, para que deixem executar tudo o que sôbre o referido objecto for indicado por parte do mencionado Physico-Mór”¹⁹⁵¹. J. F. de Castilho indica que B. A. Gomes conhecia o empenho que o Príncipe Regente e o governo que o representava em Portugal tinham “na Análise Chimica e nas applicações clinicas da Quina do Rio de Janeiro”. J. F. de Castilho destaca que esse empenho fora expresso, designadamente, nas ordens para a realização da análise da dita comissão da Academia Real, e para o estudo das “applicações Médicas nos Hospitaes Militares”¹⁹⁵². Indica-se também que, em 1813, o Bispo Conde Reformador Reitor da Universidade de Coimbra ordenara que se fornecesse todo o material necessário para o *Laboratorio Chimico* (já que os utensílios estavam em falta devido às invasões francesas), e determinara que a “desejada” análise química da quina do Rio de Janeiro fosse realizada nesse mesmo laboratório¹⁹⁵³. Adicionalmente é referida outra diligência, o Aviso Régio de 6 de Setembro de 1813, onde consta que Tomé Rodrigues Sobral estava a fazer a análise química da dita quina do Rio de Janeiro e da quina do Perú. Essa análise decorria no Laboratório Químico em Coimbra, do qual T. R. Sobral era diretor. O Aviso Régio de 6 de Setembro de 1813 incumbia também os médicos do Hospital da Universidade de Coimbra de testarem a “Quina do Rio de Janeiro” na sua prática clínica. O aviso determinava ainda que Sobral e os médicos do Hospital da Universidade de Coimbra deveriam trabalhar em conjunto nos “pontos Chemicos e médicos” de modo a cumprirem 5 objetivos: apresentar – a análise da “Quina do Rio de Janeiro”, a análise da quina do Peru, a comparação das duas análises, as experiências clínicas com a casca do Rio de Janeiro e com a quina do Peru, e o resultado da comparação das análises químicas e dos estudos clínicos de forma a identificar em “qual ou quaes dos principios das Cascas, de que se-trata, residem as suas virtudes médicas, quaes das suas preparações são mais activas etc.”¹⁹⁵⁴. Através deste aviso, sabemos também que se iriam supostamente remeter diretamente para Sobral mais amostras de “quina” do Rio de Janeiro e de quina do Peru. Relativamente ao trabalho de Tomé Rodrigues Sobral sobre as quinas José Feliciano de Castilho afirma:

“ningem se-atreverá todavia a comparar-se (em Portugal) em Chimica e principalmente prática com o Dr. Thomé Rodrigues Sobral. Em consequência a Análise das Quinas, que da sua mão sair, será certamente a mais perfeita, que em Portugal possa fazer-se. (...) Como testemunha de vista posso asseverar que se-trabalha constantissimamente n’aquellas Análises, e que as-havemos de vêr o mais breve e perfeitamente que for possível; mas he de necessidade que a sua conclusão se-demore ainda um pouco”¹⁹⁵⁵

¹⁹⁵¹ Ibidem, p. 282.

¹⁹⁵² Ibidem.

¹⁹⁵³ Ibidem, p. 283.

¹⁹⁵⁴ Ibidem.

¹⁹⁵⁵ Ibidem, p. 284, 285 e 286.

José Feliciano de Castilho aponta ainda:

“Sendo todos os Médicos Clínicos do Hospital da Universidade encarregados de ensaiar a Quina do Rio de Janeiro e de conferirem sobre o objecto com aquelle insigne Chimico, vou indicar quaes forão os que este anno tratarão das Enfermarias do dito Hospital para se-esperar que o zêlo e intelligencia nos trabalhos clinicos revalorisaráõ com os dos trabalhos chimicos.

Dr. *João de Campos Navarro* – Primeiro Lente e Director da Faculdade, Membro do Conselho dos Decanos.

Dr. *Angelo Ferreira Diniz* – Lente Substituto da Faculdade,

Dr. *Antonio d’Almeida Caldes* – Lente Substituto da Faculdade que era ao mesmo tempo Director do Hospital Militar de S. Bento; d’onde mandou para o Laboratorio Chimico da Universidade algumas Cascas em consequencia de Ordem da Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra. Este habil práctico teria já ensaiado a *Quina do Rio de Janeiro* por ordem talvez Circular aos Hospitales Militares: a respeito do de S. Bento que elle dirigia, lê-se na pag. 99 do Vol. II. d’este Jornal o seguinte: = *He logo seguro o uso da Quina Brasiliense; e as observações prácticas do Dr. Honorio Maria Coelho no Hospital Militar de S. Bento d’esta Cidade de Coimbra etc. o-confirmação* =

Dr. Antonio Joaquim de Campos, Ajudante dos Lentes de Prática.

Dr. *João Alberto Pereira de Azevedo*, Ajudante igualmente dos Lentes de Prática; e que tambem servio no Hospital Militar de S. Bento”¹⁹⁵⁶

José Feliciano de Castilho conclui com os pedidos para que B.A.G. remeta cinchonino

“ao Chimico [T. R. Sobral] e aos Médicos da Universidade encarregados do objecto, sendo de esperar que todos elles olhassem o *Cinchonino*, como um rico presente, e que participassem a B.A.G. o resultado das suas experiencias, e que todas éstas circunstancias ornassem finalmente a Conta que os mesmos devem dar ao PRINCIPE REGENTE N. S.”¹⁹⁵⁷

No volume 7 de 1814, Thomé Rodrigues Sobral publica o artigo “Reflexões geraes sobre as difficuldades de uma boa Análise principalmente vegetal, para servirem de resposta a uma pergunta, que se-fez ao author Dr. Thomé Rodrigues Sobral”¹⁹⁵⁸ referindo que, naquela altura, se trabalhava na análise da quina no laboratório da Universidade de Coimbra. Apresenta alguns dados históricos sobre a quina e menciona várias análises prévias feitas por outros autores. Refere que a quina vinha sendo usada “como o mais poderoso febrifugo, anti-periodico, anti-septico etc.

¹⁹⁵⁶ Ibidem, p. 286 e 287.

¹⁹⁵⁷ Ibidem, p. 287.

¹⁹⁵⁸ SOBRAL, Thomé Rodrigues - Reflexões geraes, Sobre as difficuldades de uma boa Análise principalmente vegetal, para servirem de resposta a uma pergunta que se-fez ao Author, Dr. Thomé Rodrigues Sobral. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814) 251-266.

etc.”¹⁹⁵⁹ mas que não se conhecia ainda a sua composição química, ou qual era o seu princípio febrífugo, aludindo também à questão do cinchonino.

No artigo “Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes”, J. F. de Castilho fala novamente da questão do cinchonino, e afirma: “(...) tenho repugnancia invencivel em acreditar que o Cinchonino (ainda que saisse da planta, e nada concorresse materialmente e pelos seus elementos para a sua formação os reagentes de que se fizesse uso) existia formado dentro da planta”¹⁹⁶⁰. Discute também a existência de divergências entre os resultados e conclusões da comissão nomeada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, e os de Bernardino António Gomes¹⁹⁶¹. J. F. de Castilho indica ainda que aquela comissão, se tivesse tido em conta as reflexões de B. A. Gomes sobre o cinchonino, poder-se-ia ter associado com alguns médicos que trabalhassem em hospitais, designadamente consócios da academia, de forma a descobrir se o cinchonino era febrífugo isoladamente, ou combinado com outras substâncias¹⁹⁶². J. F. de Castilho parece ter feito esforços preliminares para a repetição de parte do processo experimental de B. A. Gomes. No entanto, critica o *Ensaio sobre o cinchonino* devido à utilização de linguagem pouco clara, designadamente na descrição do procedimento experimental e dos reagentes utilizados, sugerindo que a descrição apresentada nesse trabalho não permitiria a replicação das experiências de B. A. Gomes.

Neste mesmo artigo, J. F. de Castilho transcreve um Aviso Régio de 22 de Maio de 1811, relativo à incumbência da Academia Real das Ciências de ordenar a realização da análise química da dita quina do Brasil. Neste Aviso Régio, consta que o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra indicara que Thomé Rodrigues Sobral não conseguira concluir a sua análise da quina e das amostras brasileiras devido, designadamente, ao facto dos seus “papeis relativos a este objecto”¹⁹⁶³ terem sido queimados (em consequência das invasões francesas¹⁹⁶⁴). Por conseguinte, a Academia Real das Ciências foi encarregue de fazer o estudo da “quina” brasileira:

“Havendo representado o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra a impossibilidade em que se acha o Lente d’aquella Universidade Thomé Rodrigues Sobral de pôder concluir a Anályse Chimica da Quina e do Brazil, cujos trabalhos estavam tão adiantados, assim pelas circunstancias que occorrem a respeito do dito Lente, como de se-lhe-haverem queimado todos os papeis relativos a este objecto: Foi S. A. R. Servido incumbir á Academia Real das Sciencias de mandar proceder á

¹⁹⁵⁹ Ibidem, p. 263.

¹⁹⁶⁰ CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes. **Jornal de Coimbra**. 7:35 (pt. 1,1814b) 201-240, p. 226.

¹⁹⁶¹ Ibidem, p. 220-224.

¹⁹⁶² Ibidem, p. 223.

¹⁹⁶³ Ibidem, p. 227.

¹⁹⁶⁴ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206, p. 284.

Análise Chimica da dita Quina; para cujo fim Vm. deverá fornecer as porções de Quina que requerer o Secretario da Academia João Christiano Muller”¹⁹⁶⁵.

José Feliciano de Castilho afirma que os resultados futuros das análises químicas de Sobral que estavam em curso¹⁹⁶⁶ iriam presumivelmente focar todos os “pontos controversos das mesmas Quinas”, mas que a apresentação dos resultados do estudo químico das quinas ainda iria demorar:

“Como porêm devem marchar uniformemente éstas tres coisas, 1.^a Conferencias entre aquelle Chimico [T. R. Sobral] e os Medicos encarregados da Clinica do Hospital, 2.^a Análise chimica, 3.^a Aplicações clinicas; a fim de se apresentar a S.A.R. tudo em um Corpo (J. de C. Num. XXIX. P.I. p. 283); bem se-vê que o trabalho chimico está conexo com outros trabalhos absolutamente independentes do Dr. Sobral. O complemento de tudo não póde deixar de ter ainda consideravel demora, como vou mostrar”¹⁹⁶⁷.

J. F. de Castilho afirma ainda:

“Estamos de accôrdo, o meu respeitavel Amigo Dr. Sobral e eu, para se-fazerem no Laboratorio Chimico todas as preparações de Quinas, que eu houver de empregar para o nosso fim no Hospital; assim como o estamos, e vamos successivamente conferindo sôbre os muitos objectos das Observações que agora nos-occupão”¹⁹⁶⁸

e que as discussões sobre a quina iriam decorrer entre Castilho, Sobral, o “Dr. Antonio de Almeida Caldes, Lente Substituto da Faculdade de Medicina, como um dos Medicos Clinicos do Hospital da Universidade compreendido no Aviso Régio sôbre as Quinas”¹⁹⁶⁹, “e mais alguém se apparecer”¹⁹⁷⁰. J. F. de Castilho aponta que a aplicação clínica da quina do Rio de Janeiro se deveria cingir, por ora, ao tratamento de sezões “simplices, e sem perigo proximo”¹⁹⁷¹. Relata também 3 casos clínicos de sezões que tinham surgido na sua prática hospitalar, nos quais tinha aplicado a quina do Rio de Janeiro. Conclui advertindo contra a precipitação no anúncio de resultados dos trabalhos químicos e clínicos, e comentando a “publicação precipitada” de B. A. Gomes¹⁹⁷².

¹⁹⁶⁵ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes, p. 227.

¹⁹⁶⁶ cf. CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206, p. 283.

¹⁹⁶⁷ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes, p. 234.

¹⁹⁶⁸ Ibidem, p. 235.

¹⁹⁶⁹ Ibidem, p. 236.

¹⁹⁷⁰ Ibidem, p. 237.

¹⁹⁷¹ Ibidem, p. 234.

¹⁹⁷² Ibidem, p. 239.

Noutro artigo do volume 7 de 1814, José Feliciano de Castilho descreve casos clínicos de sezões onde a dita quina do Rio de Janeiro tinha sido aplicada: 4 casos clínicos tratados no Hospital Real da Universidade de Coimbra e 1 caso clínico tratado fora do hospital¹⁹⁷³. J. F. de Castilho aponta que tivera poucas oportunidades para usar a quina do Rio de Janeiro, mas que sabia que Bernardino António Gomes, “um Médico de Prática tão extensa como elle he, (se não exclue d’ella pobres) terá muitas occasiões de a-applicar a quem até muito lhe-agradeça a esmola do remedio”¹⁹⁷⁴. Indica ainda que, sem a cooperação de alguns médicos, aquela “importante obra” (referindo-se ao estudo da atividade terapêutica da quina do Rio de Janeiro, consignado no Aviso Régio de 6 de Setembro de 1813) iria demorar demasiado tempo a ser concluída.

Ainda no mesmo volume 7 de 1814, J. F. de Castilho publica outro artigo relativo à polémica do cinchonino, afirmando no final do mesmo que os leitores deveriam “ter a caridade de o não sentenciarem [Bernardino António Gomes] pelos escritos sôbre o peccado do Cinchonino”¹⁹⁷⁵.

No volume 8 de 1815 surge um novo artigo com observações clínicas de doentes com sezões, em que a quina do Rio de Janeiro fora utilizada como tratamento (nas enfermarias do Hospital Real da Universidade de Coimbra). Inclui-se também uma listagem e alguns apontamentos sobre 15 casos de sezões tratados por um médico amigo de J. F. de Castilho, e que exercia fora de Coimbra. Seis desses casos tinham sido curados com quina do Rio de Janeiro, e 3 sezões não tinham desaparecido com o seu uso, pelo que se recorrera à quina do Perú ou à “Água de Castro”¹⁹⁷⁶ (Água de Inglaterra) – curando-se 2 casos com a quina do Perú e outro com a Água de Inglaterra. Um dos doentes tinha sido tratado só com quina do Perú, não se tendo utilizado a chamada quina do Rio de Janeiro. Aponta-se que, em vários destes 15 casos clínicos, os doentes foram também sujeitos a tratamento com vomitórios antes do uso das quininas (a menos que já os tivessem tomado, por padecerem de recaídas das sezões).

Outro artigo do volume 8 de 1815 apresenta extratos de vários artigos publicados nos “Annaes de Chimica de París” (*Annales de Chimie*) relativos a quininas e febres intermitentes. A seleção desses artigos resultara da análise daquela publicação por J. F. de Castilho, desde o tomo 64 até “o caderno que tem a data de 31 de Março de 1814”¹⁹⁷⁷. J. F. de Castilho destaca que não encontrara menção ao cinchonino,

¹⁹⁷³ CASTILHO, José Feliciano de – Continuação das observações clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro, ordenadas por Aviso da Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra dirigido ao Exm. Bispo Conde Reformador Reitor: de que temos falado em o Num. XXIX. P. I. p. 283, XXXV. P. I. p. 201. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814c) 291-295.

¹⁹⁷⁴ Ibidem, p. 295.

¹⁹⁷⁵ CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões sôbre uma Carta de Bernardino Antonio Gomes. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814d) 296-297, p. 297.

¹⁹⁷⁶ CASTILHO, José Feliciano de – Observações Clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro. (Continuadas do Num. XXXVI. Part. 1. pag. 291.). **Jornal de Coimbra**. 8:38 (pt. 1, 1815a) 91-94, p. 94.

¹⁹⁷⁷ CASTILHO, José Feliciano de – Extracto de varios Escritos sôbre quininas, ou que tenham com éstas algumas relações, os quaes se-encontrão nos últimos Tomos dos Annaes de Chimica de París. (Continuação do Num. XXXV. Part. I. pag. 240.) **Jornal de Coimbra**. 8:39 (pt. 1, 1815b) 101-119, p. 118.

“nem indícios de que algum Chimico ou Médico fizesse o mais leve caso ou menção das opiniões ou escritos de Gomes apêzar de serem muitos os Chimicos e Médicos, que tratão de Quinas e Intermittentes; e de serem tão honrosamente mencionados na dita obra os nomes de tantos Portuguezes”¹⁹⁷⁸.

No artigo “Notícia e Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro” José Feliciano de Castilho indica que não tinha observações novas da sua parte a relatar. Aponta que a quina do Rio de Janeiro se tinha gasto na totalidade, pelo que pedira quantidades adicionais, que lhe foram, entretanto, enviadas. J. F. de Castilho inclui uma carta datada de 1 de Agosto de 1815, que recebera de Francisco Gomes da Silva (“Primeiro Médico do Exército e Director dos Hospitaes Militares do Porto”¹⁹⁷⁹) e que acompanhava uma remessa de uma arroba de quina do Rio de Janeiro e de uma arroba de quina do Perú. O Dr. Jerónimo Joaquim de Figueiredo (encarregado do hospital durante os primeiros 20 dias de Agosto) tivera um só caso de febres intermitentes, mas, não tendo ainda quina do Rio, utilizara a quina peruviana. Neste artigo incluem-se também dados do mesmo amigo de J. F. de Castilho anteriormente referido¹⁹⁸⁰, relativos a 4 casos de sezões tratadas no mês de Julho de 1815. Três (terças simples) foram tratadas com a quina do Rio de Janeiro. O quarto caso (uma “terça doble”¹⁹⁸¹), não respondendo à quina do Rio e a sinapismos nos pés, fora tratado com sucesso através do vinho quinado da *Pharmacopeia Geral*. Este artigo inclui ainda o plano definido para as observações clínicas da quina do Rio de Janeiro e da quina do Peru:

“Os doentes de sezões erão conservados em observação até que um accesso (e ás vezes segundo) fosse observado dentro do Hospital. N’este tempo administrava-se-lhes um vomitorio, se havia symptomas gastricos, o que muitas vezes acontecia. Verificados os accessos intermittenes administrava-se da quina em pó meia onça em 4 dóses reguladas segundo as horas da apyrexia. A uns dava-se a quina do Peru, e a outros a do Rio de Janeiro, escolhendo-se casos de igual gravidade para a administração de um e outro remedio. N’este tratamento continuavão até faltarem os accessos, excepto se os doentes vomitavão a quina em pó, porque então se-mudava de preparação, ou se passados 4 ou 6 dias os accessos não faltavão, nem diminuião de intensidade ou extensão, porque em taes casos mudava-se da quina do Rio para a do Peru, ou de qualquer d’éstas para a agua do Castro, e em sua falta para o vinho quinado da Ph. Geral”¹⁹⁸².

¹⁹⁷⁸ Ibidem.

¹⁹⁷⁹ CASTILHO, José Feliciano de – Notícia e Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro. (Continuadas do Num. XXXVIII. Part. I. pag. 94.). **Jornal de Coimbra**. 8:39 (pt. 1, 1815c) 119-121, p. 120.

¹⁹⁸⁰ CASTILHO – Observações Clínicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro... p. 93.

¹⁹⁸¹ CASTILHO – Notícia e Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro... p. 121.

¹⁹⁸² Ibidem.

Noutro artigo anónimo do volume 8 (1815) fala-se novamente do cinchonino¹⁹⁸³, criticando-se vários aspetos do *Ensaio sobre o cinchonino* (processo experimental, conclusões apresentadas...) e do extrato desse trabalho que fora publicado n’*O Investigador Portuguez em Inglaterra*. Quem escreveu este artigo alegava que existiam indícios da “não existencia natural do Cinchonino”¹⁹⁸⁴ (indicando mais à frente no mesmo artigo que o cinchonino não existia “como principio immediato dos vegetaes”¹⁹⁸⁵) e de que o cinchonino não seria um princípio vegetal novo¹⁹⁸⁶. Aponta ainda que tentara replicar o procedimento experimental de B. A. Gomes, mas que seriam necessárias numerosas experiências “para dar com as circunstancias, e reagentes que Bernardino Antonio Gomes tinha posto em acção”¹⁹⁸⁷. Em notas de rodapé estão comentários de José Feliciano de Castilho. Indica-se também que os redatores do periódico *O Investigador Portuguez em Inglaterra* tinham enviado uma cópia do *Ensaio sobre o cinchonino* para o Dr. Duncan, bem como uma carta de Bernardino António Gomes, e que o Dr. Duncan tinha mandado imprimir a tradução inglesa do *Ensaio sobre o cinchonino* no *Edinburgh Medical and Surgical Journal* de Outubro de 1811¹⁹⁸⁸.

No artigo “Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro, e outros objectos de um escrito de Bernardino Antonio Gomes...” José Feliciano de Castilho declara a sua intenção de determinar se a quina do Rio de Janeiro era febrífuga e, caso fosse, se era tão febrífuga como a quina do Peru, através da sua aplicação no tratamento das sezões. Indica considerar que a quina “em substancia” era o medicamento de quina do Peru com maior atividade¹⁹⁸⁹, e que o cozimento de quina do Peru era pouco febrífugo¹⁹⁹⁰. A este respeito Bernardino António Gomes afirma, num artigo d’*O Investigador Portuguez em Inglaterra*: “a Q. P. [Quina Peruviana] em pó hé geralmente reputada mais forte para debellar sezõens que o cozimento”¹⁹⁹¹. Para B. A. Gomes a quina não era sempre um remédio eficaz nas sezões e podia mesmo ser desaconselhada, embora curasse a maior parte destas febres¹⁹⁹². B. A. Gomes aventa também o que considerava ser a causa “remota” mais frequente das sezões – as

¹⁹⁸³ ART. VIII. **Jornal de Coimbra**. 8:40 (pt. 1, 1815) 174-185. Este artigo tem uma parte introdutória e depois as “Reflexões ácêrca do Ensaio sôbre o Cinchonino, e do seu Extracto publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. V. pag. 36” propriamente ditas iniciam-se na p. 175.

¹⁹⁸⁴ Ibidem, p. 178.

¹⁹⁸⁵ Ibidem, p. 184.

¹⁹⁸⁶ Ibidem, p. 179.

¹⁹⁸⁷ Ibidem, p. 174.

¹⁹⁸⁸ Ibidem, p. 174 e 182.

¹⁹⁸⁹ CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro, e outros objectos de um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra* Num. LV. pag. 313. **Jornal de Coimbra**. 8:41 (pt. 1, 1815d) 227-235, p. 228.

¹⁹⁹⁰ Ibidem, p. 229.

¹⁹⁹¹ GOMES, Bernardino Antonio – Resposta ao papel de Jozé Feliciano de Castilho, intitulado ‘Reflexoens, &c.’ *Jornal de Coimbra*, No. 35, par. 1, p. 201. **O Investigador Portuguez em Inglaterra**. 14:55 (Janeiro de 1816) 313-325, p. 317.

¹⁹⁹² GOMES, Bernardino Antonio – Resposta ás denominadas Reflexoens de Jozé Feliciano de Castilho. – (*Jorn de C. N° XLI*. p. 1, p. 227.). **O Investigador Portuguez em Inglaterra**. 17:67 (Janeiro de 1817) 261-275, p. 264-265.

“exhalaçoens pantanosas”¹⁹⁹³. J. F. de Castilho faz também considerações sobre a origem das sezões:

“Estou persuadido, como já disse, que a causa proxima de todas as cezões he uma só; e que ésta causa proxima, quaesquer que sejam as remotas, as complicações, e mais circunstancias, he susceptivel, geralmente fallando, de ser vencida pela Quina: estou porém igualmente persuadido que a causa proxima das cezões será algumas vezes effeito de causas externas, e outras de internas”¹⁹⁹⁴

e aponta que a quina do Peru era uma “cura quasi infallivel de todas as qualidades de cezões”¹⁹⁹⁵. Bernardino António Gomes, por seu turno, ao contrário de Feliciano de Castilho, considerava que a “cauza proxima de todas as sezoens naõ hé uma só”¹⁹⁹⁶. Castilho acrescentava ainda que podia “ser indispensavel sangrar, vomitar, purgar, etc. antes de applicar a Quina; e todos os dias succede tornar-se desnecessario este medicamento, porque com a sangria, vomitorio, ou purga, as cezões se-curarão perfeitissimamente”¹⁹⁹⁷. Ressalva que começara a usar a quina do Rio de Janeiro em substância, porque julgava que essa seria a preparação mais ativa, como acontecia com a quina do Perú. Destaca que as “qualidades sensiveis”¹⁹⁹⁸ da quina do Rio de Janeiro sugeriam que ela não seria tão febrífuga como a quina do Perú era, mas que, pela sua experiência clínica até à data, a quina do Rio de Janeiro dada em substância lhe tinha parecido eficaz. Depois passara para o uso dos cozimentos e, achando-os pouco febrífugos, ia passar a testar outras preparações da quina do Rio de Janeiro¹⁹⁹⁹. Este artigo inclui também respostas de J. F. de Castilho a um outro artigo que B. A. Gomes publicara n’*O Investigador Portuguez em Inglaterra*²⁰⁰⁰ e mais comentários sobre a polémica do cinchonino. J. F. de Castilho retorna assim à questão da inteligibilidade da descrição do processo experimental: “¿como poderia eu, ou ainda o maior Chimico do Mundo, repetir o processo de Gomes, ou contestallo com experiencias, se ninguem atinará com as circunstancias, a que elle o-sujeitou?”²⁰⁰¹.

¹⁹⁹³ GOMES – Resposta ás denominadas Reflexoens de Jozé Feliciano de Castilho. – (Jorn de C. N° XLI. p. 1, p. 227.), p. 265.

¹⁹⁹⁴ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro... p. 227.

¹⁹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁹⁶ GOMES - Resposta ás denominadas Reflexoens de Jozé Feliciano de Castilho. – (Jorn de C. N° XLI. p. 1, p. 227.), p. 265.

¹⁹⁹⁷ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro... p. 228.

¹⁹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹⁹ A preparação desses medicamentos estava a cargo do lente de química Tomé Rodrigues Sobral e do seu demonstrador Joaquim Franco da Silva (Ibidem, p. 229).

²⁰⁰⁰ cf. GOMES – Resposta ao papel de Jozé Feliciano de Castilho, intitulado ‘Reflexoens, &c.’ Jornal de Coimbra, No. 35, Par. 1, p. 201.

²⁰⁰¹ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro... p. 232.

Outro artigo sobre a aplicação clínica da quina do Rio de Janeiro²⁰⁰² incorpora diários clínicos feitos por diversos médicos, relativos a vários casos de sezões/febres intermitentes em que a chamada quina do Rio de Janeiro foi utilizada no seu tratamento. Alguns destes casos foram tratados no Hospital Real da Universidade em Coimbra, ao passo que outros eram de doentes de fora do hospital. Segundo José Feliciano de Castilho, devido ao número reduzido de doentes com sezões que recorriam ao Hospital Real da Universidade, este enviara a alguns “Amigos e Companheiros de Profissão”²⁰⁰³ quina do Rio de Janeiro, dando a cada um deles a quantidade de um arrátel, para que eles pudessem também fazer este tipo de observações clínicas sobre a atividade terapêutica da quina do Rio de Janeiro.

Um dos médicos que recebeu quina do Rio de Janeiro enviada por José Feliciano de Castilho, Manoel José Monteiro – sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e correspondente da Instituição Vacínica – indica que os doentes costumavam “tomar cadaúma das doses, ou papeis da Quina do Perú, suspendida em 3 ou 4 onças de infusão de Marcella, e tambem algumas vezes de Centaurea menor”²⁰⁰⁴. Manoel José Monteiro também expressou no *Jornal de Coimbra* a sua opinião acerca da atividade da quina nas febres, de acordo com as suas observações: “as [febres] remittentes, assim como as intermittentes, que actualmente grassão n’estes sítios, cedem facilmente á Quina, sôbretudo se he administrada depois de um emetico”²⁰⁰⁵. Manoel José Monteiro afirmava esperar ansiosamente “lêr com toda a satisfação a Anályse Chimica das Quinas, que está felizmente a cargo de meu Mestre o Senhor Thomé Rodrigues Sobral”, análise essa que não podia “deixar de ser muito interessante, e tanto mais quanto he feita pelo grande Chimico, do qual, ainda que as suas luzes são superiores ao meu elogio, posso dizer ao menos que he o creador da Chimica Portugueza”²⁰⁰⁶. No entanto, indica, enquanto essa análise química e os resultados “das muitas observações Clinicas que se-estão fazendo” não surgissem, e se pudesse, consequentemente, avaliar acertadamente as “virtudes Médicas da Quina do Rio de Janeiro”, era possível “avançar que he sem dúvida mui grande a utilidade que procede de possuirmos no vasto Reino do Brazil úma casca, que pôde supprir, em parte, a do Perú, pela qual pagâmos avultadas sommas aos Hespanhoes”²⁰⁰⁷.

João Alberto Pereira de Azevedo, por seu turno, nos casos clínicos em que aplicou a chamada quina do Rio de Janeiro, chama-lhe também quina do Brasil, indicando que esta fora enviada para os hospitais militares com o objetivo de se observarem as suas virtudes, e que desconhecia o seu nome botânico²⁰⁰⁸.

²⁰⁰² CASTILHO, José Feliciano de [et al] – Continuação das Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro em substancia. *Jornal de Coimbra*. 8:42 (pt. 1, 1815e) 257-300.

²⁰⁰³ Ibidem, p. 257.

²⁰⁰⁴ Ibidem, p. 275.

²⁰⁰⁵ Ibidem, p. 275-276.

²⁰⁰⁶ Ibidem, p. 278.

²⁰⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁰⁸ Ibidem, p. 281.

Numa carta enviada aos redatores do *Jornal de Coimbra*, e que foi publicada no mesmo jornal²⁰⁰⁹, encontram-se considerações sobre a causa e tratamento das febres intermitentes. Refere-se que não estava provado que os medicamentos amargos atuassem sobre as sezões devido à sua ação tónica, sendo antes “muito provavel que a virtude antiperiodica dos amargos, e principalmente da quina provêm de outro princípio mais subtil, mas que não está ainda bem conhecido”. Indica-se que nalguns casos as sezões eram “acompanhadas da diathese *sthenica*, ou phlogistica, nas quaes a quina e os mais amargos, e tambem os *incitantes diffusivos*” eram “infructuosos e nocivos”²⁰¹⁰. Fala-se também da utilidade do uso de evacuantes e de incitantes no tratamento das febres intermitentes. Quem escreve este artigo aponta que, na sua prática clínica de 50 anos, perante “o imminente perigo do futuro fatal accesso [febril]” tinha tido “a consolação de arrebatat” o seu doente “dos braços da morte pela prodigiosa acção preservativa da quina!” em sezões “acompanhadas de varios e diferentes symptommas perniciosos”²⁰¹¹. Em nota de rodapé neste mesmo artigo, os redatores do *Jornal de Coimbra* falam de uma carta que um deles recebera, de um médico que trabalhara num dado hospital militar. Este médico referira que, nalguns casos em que, supostamente, se testava clinicamente a quina do Rio, se estava na realidade a utilizar quina do Peru, “pois que o Boticario um dia dava a casca Peruviana, e no outro a do Rio, segundo estava mais á mão ésta ou aquella”²⁰¹². Esse médico também afirmara só utilizar a dita quina do Rio de Janeiro “quando vinha em lugar da quina do Perú”, e que os médicos daquele hospital militar (não nomeado) nutririam um certo desprezo pela quina do Rio de Janeiro, tal como ele, que não quisera “experimentar remedios em individuos tão preciosos á Patria como os Soldados”²⁰¹³. Os redatores relatam também o caso de um dado médico que, exercendo nos hospitais militares, sabendo do interesse do físico-mor em obter “observações favoraveis á quina do Rio de Janeiro”, e não tendo tratado nenhum doente com a chamada quina do Rio de Janeiro, pedira a outro médico “que lhe-arranjasse *ad libitum* alguns Diarios que apresentasse ao mesmo Physico Mór: e assim se-fez”²⁰¹⁴.

No volume 9 de 1816 surge outro artigo sobre a aplicação clínica da quina do Rio de Janeiro²⁰¹⁵. José Feliciano de Castilho indica que já se tinham concluído as observações sobre a quina do Rio de Janeiro em substância e em cozimento, e que se estava na altura a testar a atividade do seu extrato alcoólico. Estas preparações eram elaboradas pelo Dr. Tomé Rodrigues Sobral no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra. J. F. de Castilho promete também a publicação posterior de “uma redacção das experiencias Clinicas sôbre a Quina do Rio em

²⁰⁰⁹ Carta I.^a Aos Senhores Redactores do Jornal de Coimbra. **Jornal de Coimbra**. 9:44 (pt. 1, 1816) 77-86.

²⁰¹⁰ Ibidem, p. 82.

²⁰¹¹ Ibidem, p. 85.

²⁰¹² Ibidem, p. 79.

²⁰¹³ Ibidem.

²⁰¹⁴ Ibidem, p. 78.

²⁰¹⁵ CASTILHO, José Feliciano de; AZEVEDO, João Alberto Pereira de – Observação Clinica sôbre a Quina do Rio de Janeiro. (Continuação do Num. XLII. Parte I. pag. 300.) **Jornal de Coimbra**. 9:44 (pt. 1, 1816) 143-145.

substância”, em cozimento e sob a forma de outras preparações, após terminarem os respectivos ensaios, bem como as conclusões sobre a sua atividade febrífuga.

No mesmo volume 9 surge um artigo sobre trabalhos científicos “modernos”²⁰¹⁶ referentes à quina. São referidos apenas dois trabalhos. Um trabalho da autoria de F. F. Reuss, professor de química na Universidade de Moscovo, intitulado “Nouvelle Analyse du Principe, febrifuge du quinquina”²⁰¹⁷, que referia o trabalho de Duncan Junior sobre o cinchonino; e um trabalho feito por M. Pfaff, professor em Kiel, na Alemanha, intitulado “Sur le Principe et la Resine de Quinquina”, publicado na íntegra em francês neste artigo do *Jornal de Coimbra*. Este trabalho de M. Pfaff compreendia experiências sobre o “princípio particular”²⁰¹⁸ da casca de quina. O artigo de M. Pfaff continha algumas críticas ao trabalho de B. A. Gomes sobre o cinchonino, devido às diferenças entre os resultados das experiências sobre a quina executadas por Hermann van der Smissen (no laboratório de M. Pfaff), e das experiências feitas por B. A. Gomes. No entanto, M. Pfaff não referia especificamente o cinchonino, aludindo antes à publicação de “uma nova maneira de melhor isolar o princípio da quina” (“un nouveau moyen de mieux isoler le principe de quinquina”) por parte do “Sr. Gomes, Português”²⁰¹⁹. M. Pfaff não declara a fonte a partir da qual teve conhecimento das experiências de B. A. Gomes.

No volume 10 de 1817 surge um outro artigo de José Feliciano de Castilho sobre a polémica do cinchonino²⁰²⁰. Segundo J. F. de Castilho, B. A. Gomes pedira um parecer sobre o cinchonino a Vauquelin²⁰²¹. J. F. de Castilho refere também a discrepância entre os resultados das experiências de van der Smissen e Gomes, e aponta que essa diferença decorria certamente “de que não fôrão idênticas todas as circunstâncias das experiências de Gomes e de *Vandersmissen*”²⁰²², pela inépcia de Gomes na explicação de experiências químicas e na sua execução.

Este artigo de J. F. de Castilho inclui considerações sobre a atividade da quina nas sezões, e sobre as causas das febres; uma “relação de algumas espécies que há de quina, e ligeiras reflexões sobre ellas”²⁰²³ (indicando várias espécies de quina, suas características e respetiva atividade); informações sobre a história da quina, incluindo uma secção sobre a história da quina

²⁰¹⁶ NOTÍCIA de alguns trabalhos modernos sobre quinas. **Jornal de Coimbra**. 9:48 (pt. 1, 1816) 429-432.

²⁰¹⁷ REUSS, F.-F. – Nouvelle Analyse Du principe febrifuge du quinquina; par F.-F. Reuss, professeur de chimie à l’université de Moscou. **Journal de pharmacie et des sciences accessoires**. 1:11 (Novembre 1815) 488-512.

²⁰¹⁸ “principe particulier” no original (NOTÍCIA de alguns trabalhos modernos sobre quinas, p. 430. cf. PFAFF, M. – Sur le Principe et la Résine de Quinquina; Par M. Pfaff, professeur à Kiel. **Journal de pharmacie et des sciences accessoires**. 1:12 (Décembre 1815) 556-560, p. 556. Este artigo em francês do *Journal de pharmacie et des sciences accessoires* fora originalmente publicado em alemão). Tradução nossa.

²⁰¹⁹ PFAFF – Sur le Principe et la Résine de Quinquina... p. 556. Tradução nossa.

²⁰²⁰ CASTILHO, José Feliciano de – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260. **Jornal de Coimbra**. 10:52 (pt. 1, 1817) 217-254.

²⁰²¹ Ibidem, p. 218.

²⁰²² Ibidem, p. 219.

²⁰²³ Ibidem, p. 243.

do Rio de Janeiro²⁰²⁴; e a discussão de um caso clínico de Bernardino António Gomes. Contém também uma “*Relação das cesões que fôrão curadas e das que resistirão á quina do R. de J. em substância, em cosimento, e em tintura segundo as observações publicadas n’este Jornal*”²⁰²⁵.

José Feliciano de Castilho reitera a sua opinião sobre a eficácia da quina nas sezões:

“as cesões são susceptíveis de curar-se na maior parte dos casos com a quina do Perú só: talvez de 50 casos de cesões apenas haverá um que antes da applicação da quina, ou ao mesmo tempo necessite de outro remedio (...) A quina cura cesões: ésta he a regra geral; há com tudo excepções (...) O Clínico deve examinar em todos os casos que lhe-ocorrerem de intermitentes, se o doente está na regra geral, ou na excepção, e em que qualidade d’excepção, a fim de dirigir devidamente o seu tratamento”²⁰²⁶.

J. F. de Castilho ressalva que nalgumas sezões era indispensável utilizar outros medicamentos, “parecendo-me tanto mais necessaria a distincção do diagnostico e da therapeutica, quanto as cesões forem mais graves, e mais ainda se chegarem a ser perniciosas”²⁰²⁷. A quina também não devia ser aplicada nos casos em que os “estimulantes e os tónicos” fossem contraindicados²⁰²⁸. J. F. de Castilho aponta que lhe parecia que “a causa proxima da febre intermittente he em todo o caso a mesma: e sou forçosamente levado a ésta opinião pela constancia e invariabilidade de certos fenomenos n’esta febre”²⁰²⁹. José Feliciano de Castilho declara que, para muitos médicos, a quina era indicada na febre intermitente “essencial ou primitiva (...) mas nem sempre será necessaria, ou terá lugar” e que vários médicos a aconselhavam em todas as sezões²⁰³⁰. Estes comentários de J. F. de Castilho sobre a etiologia das sezões e a ação da quina nas ditas febres intermitentes adquirem particular relevância pelo facto de refletirem possivelmente as doutrinas veiculadas na própria Universidade de Coimbra aos estudantes de Medicina e futuros médicos, já que José Feliciano de Castilho era professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

A quina alaranjada (que correspondia à “*Cinchona lancifolia de Mutis – C. tunita de Lopes – C. nitida de Ruiz e Pavon*”²⁰³¹) era, segundo Castilho, a que tinha melhor reputação. No entanto, não haveria uma espécie de quina necessariamente melhor do que as outras; a escolha deveria “depender do conhecimento do mal que se-quer combater” e deveria “ainda haver alguma selecção entre as differentes especies d’ ésta, podendo ser que cadaúma convenha melhor a certas circunstâncias de molestia”²⁰³² já que, embora existissem “qualidades communs a todas as

²⁰²⁴ Ibidem, p. 247-249.

²⁰²⁵ Ibidem, p. 248.

²⁰²⁶ Ibidem, p. 238.

²⁰²⁷ Ibidem, p. 239.

²⁰²⁸ Ibidem, p. 246.

²⁰²⁹ Ibidem, p. 229.

²⁰³⁰ Ibidem, p. 240.

²⁰³¹ Ibidem, p. 243.

²⁰³² Ibidem, p. 238-239.

especies d'este soberano medicamento"²⁰³³ cada uma delas tinha virtudes características. Assim, cada uma das 5 espécies de quinas "verdadeiramente" officinais (quina escura, quina alaranjada, quina vermelha, quina amarela e quina branca) era "preferível a todas as mais em certos casos de febre intermitente"²⁰³⁴. Deste modo:

"A *quina alaranjada* convirá mais nas febres intermitentes que passarem pouco do systema nervoso para os outros systemas: as hemicraneas, epilepsias, etc. periodicas requererãõ a quina *alaranjada* com preferencia a todas as outras. A quina *vermelha* convirá com preferencia a todas as outras nas adynamicas, nas gangrenas, na diminuição das fôrças musculares, etc. mas será nociva nas febres inflammatorias, qualquer que seja o seu typo; na exaltação do systema das fôrças vitaes; e nos temperamentos bilioso, sanguineo, e talvez no melancolico. A quina *branca* deverã ser applicada com preferencia a todas nas intermitentes inflammatorias"²⁰³⁵.

Não obstante, nem todas as espécies de quina officinais estavam disponíveis nas boticas portuguesas, sendo que J. F. de Castilho afirma "Cumpro declarar que não tenho aqui tido para escolher senão de duas quinas officinaes, *amarella* e *vermelha*; e que applico as mais das vezes a *amarella*"²⁰³⁶. Para além disso, "differentes circunstancias da mesma especie de quina podem fazer alguma variedade na energia da sua virtude médica"²⁰³⁷.

Segundo Castilho, embora o mecanismo de ação da quina ainda fosse desconhecido "sabemos distinguir este producto de todas as outras substâncias da natureza; e sabemos em que ocasiões a sua applicação he de um effeito quasi infallivel e prodigioso"²⁰³⁸. Para J. F. de Castilho, a utilização terapêutica das quinas ("o partido que o Clinico pôde tirar actualmente das quinas"²⁰³⁹) era um assunto que não estava "ainda bem líquido entre os Clinicos, e Botanicos" e essa "differença de opiniões de tão grandes Práticos sôbre a utilidade da quina em cesões, opiniões firmadas sôbre observações e experiencias, provirá talvez de se não terem ainda appropriado a certas circunstâncias de intermitentes determinadas especies de quina"²⁰⁴⁰. Para J. F. de Castilho também não havia "a necessaria distincção entre as differentes circunstâncias de cadaúma das especies [de quina]"²⁰⁴¹.

Outro artigo anónimo, publicado no *Jornal de Coimbra* em 1817, fala também da questão do cinchonino, propondo-se a expor as inexactidões de um artigo d'*O Investigador Portuguez em Inglaterra* dedicado à "*Exposição dos novos progressos que fizerão as Sciencias Physicas*",

²⁰³³ Ibidem, p. 239.

²⁰³⁴ Ibidem, p. 245.

²⁰³⁵ Ibidem.

²⁰³⁶ Ibidem, p. 246.

²⁰³⁷ Ibidem, p. 245.

²⁰³⁸ Ibidem, p. 243.

²⁰³⁹ Ibidem, p. 245.

²⁰⁴⁰ Ibidem, p. 246.

²⁰⁴¹ Ibidem.

especificamente as inexatidões “menos toleráveis”, que eram relativas à secção sobre a quina²⁰⁴², com a respetiva justificação. Este artigo anónimo contém informações sobre a história da quina e das suas análises químicas; menção do nome de vários botânicos, médicos e químicos que se dedicaram ao estudo da quina; e uma secção referente ao cinchonino. Na secção sobre o cinchonino fala-se de Andrew Duncan Junior e de Bernardino António Gomes, informando sobre o conteúdo do *Ensaio sobre o cinchonino*, e aludindo à respetiva polémica associada. Neste artigo também se questiona a existência do cinchonino. Aponta-se ainda que, durante muito tempo, a planta não se conhecia botanicamente, sendo a quina designada pelo “nome vago de casca do Perú *cortex peruvianus*, e outros derivados de algumas circunstâncias, usos, e propriedades, ou d’aquelles mesmos que mais contribuirão a fazel-a célebre”. Assim, nessa época “se-devião distribuir pela Europa várias outras cascas com tanto que fossem amargas e mais ou menos adstringentes”²⁰⁴³. Essa confusão com outras cascas fora devida, segundo o autor, quer à “ignorancia absoluta da especie botanica que devia fornecer a genuina casca”, quer à “ambiçõ dos Hespanhoes que a-ião apanhar e a-distribuição na Europa”²⁰⁴⁴. No entanto, o autor destaca que este problema ainda existia (“ainda hoje se-experimenta semelhante confusão e adulterações”²⁰⁴⁵). O autor destaca também que, mesmo após a criação do género *Cinchona* por Linnaeus e a identificação da primeira espécie, a *Cinchona officinalis*, continuaram a confundir-se espécies diferentes de quina atribuindo-lhes o mesmo nome

“e só fôão bem distinctamente reconhecidas como diferentes, muitos annos depois, por novas observações botanicas mais exactamente feitas nos mesmos lugares (...) Mas, o que he bem de observar, apezar dos esforços de tantos grandes homens (...) reina ainda hoje bastante confusão n’êsta materia, o que nasce sem dúvida da difficuldade do objecto”²⁰⁴⁶.

Esta confusão botânica resultava também na análise inadvertida de espécies diferentes de quina, quando os químicos e médicos pensavam estar a analisar uma única espécie²⁰⁴⁷.

Em 1819, Tomé Rodrigues Sobral publica a *Memoria sôbre o principio febrifugo das quinas*, o epílogo das discussões sobre a quina no *Jornal de Coimbra*. Como destacamos na secção relativa a Bernardino António Gomes, este artigo não inclui quaisquer análises à quina feitas por T. R. Sobral, que recorreu a noções teóricas, e demonstra que também não concordava com a suposta atividade febrífuga do cinchonino. Este artigo contém uma introdução sobre a quina, em que Sobral foca a história da análise química da quina (designando vários autores que tinham realizado estudos químicos das quinas), e as muitas incógnitas que existiam relativamente

²⁰⁴² OBSERVAÇÕES anónimas (1) sôbre um artigo do Investigador N.º LXVI. Pag. 172, que tem por titulo *Exposição dos novos progressos que fizerão as Sciencias Physicas*. **Jornal de Coimbra**. 10:53 (pt. 1, 1817) 289-314, p. 296.

²⁰⁴³ Ibidem, p. 298.

²⁰⁴⁴ Ibidem, p. 299.

²⁰⁴⁵ Ibidem.

²⁰⁴⁶ Ibidem.

²⁰⁴⁷ Ibidem, p. 300.

à quina. Essas incógnitas incluíam: uma forma de identificação inequívoca e consequente diferenciação entre a casca de quina verdadeira e as outras cascas; a sua composição química; a determinação do princípio ou princípios nos quais residiria “exclusivamente a virtude febrífuga da casca” e do processo mais indicado para extrair da quina esse(s) princípio(s) febrífugo(s), de forma que se pudesse escolher a preparação farmacêutica mais adequada²⁰⁴⁸.

Na primeira parte do artigo Thomé Rodrigues Sobral postula que julgava que o princípio febrífugo da quina ainda não tinha sido determinado, e que a quina não teria na verdade um princípio único responsável pela sua virtude febrífuga. A atividade da quina contra a febre devia sim ser devida à “união química natural dos diferentes princípios que as-compõem”²⁰⁴⁹. Essa propriedade febrífuga da quina poderia resultar da união de todos os princípios existentes nas quinas ou “d’alguns sómente debaixo de proporções definidas pela natureza para produzir um composto que goze da propriedade febrífuga que nos-offerece a melhor quina”²⁰⁵⁰.

Na segunda parte são apresentados os argumentos que justificam esta tese sobre o princípio febrífugo das quinas. Esses fundamentos estavam compreendidos em 3 ordens de “factos químicos”²⁰⁵¹.

Na conclusão deste artigo Thomé Rodrigues Sobral declara:

“se nós vemos que de principios sem côr resultão compostos córados; (...) se de elementos volateis resultão compostos fixos (...) se principios ou insipidos, ou d’um sabor qualquer dão compostos ou saborosos, ou d’um sabor differente; se finalmente principios soluveis fôrão compostos insoluveis, ou *vice versa*, e assim das mais propriedades; ¿que muito é que de principios não febrifugos resulte nas quinas um composto que o-seja? (...) ainda que as boas quinas tenham a propriedade febrifuga em um grão qualquer, não é isto fundamento seguro para concluir que os seus principios devem ser febrifugos; ou que n’ellas reside um princípio dotado d’esta propriedade exclusivamente aos outros”²⁰⁵².

Segundo T. R. Sobral, a investigação de Louis-Nicholas Vauquelin (1763-1829) sobre as quinas mostrava que

“a nenhum dos principios das quinas até aqui descobertos, se-póde attribuir exclusivamente a propriedade febrifuga das quinas: ou, o que vem a ser o mesmo, que nenhum d’elles separadamente póde ser reputado pelo seu princípio effectivo na cura das febres”²⁰⁵³.

²⁰⁴⁸ SOBRAL, Thomé Rodrigues – Memoria sôbre o principio febrifugo das quinas. Pelo Dr. Thomé Rodrigues Sobral, Lente de Vespera da Faculdade de Filosofia em a Universidade de Coimbra, com exercicio da Cadeira de Chimica da mesma Faculdade, etc. **Jornal de Coimbra**.15:82 (pt. 1, 1819) 126-153, p. 127.

²⁰⁴⁹ Ibidem, p. 135.

²⁰⁵⁰ Ibidem.

²⁰⁵¹ Ibidem, p. 136.

²⁰⁵² Ibidem, p. 151.

²⁰⁵³ Ibidem, p. 153.

Tomé Rodrigues Sobral declara também que o facto de Vauquelin não ter conseguido identificar um princípio febrífugo nas quinas era a prova “talvez mais demonstrativa da não existencia d’este princípio”²⁰⁵⁴, devido à consideração que tinha pelas análises deste químico francês. Sobral conclui a sua argumentação dizendo que o que postulava era apenas uma hipótese:

“eu não dou entretanto ésta minha opinião sôbre a nova maneira de considerar a propriedade febrifuga das quinas senão pelo que ella vale. E’ uma conjectura que me-parece fundada em boas razões: mas eu não tenho a pretensão de vêr mais claro do que tantos e tão grandes Chimicos que se-tem occupado d’este objecto importante (...)”²⁰⁵⁵

Tomé Rodrigues Sobral tinha a expectativa de que esta hipótese pudesse abrir um “novo campo de experiencias”²⁰⁵⁶.

Refira-se também a menção no artigo “Memoria Sôbre o Descobrimento da Capitania de Goyáz Pelo Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, Natural do Sêrro do Frio, Capitania de Minas Geraes”²⁰⁵⁷ (na secção relativa às produções naturais desta região), à utilização terapêutica de uma quina branca pelos camponeses da capitania de *Goyáz*, no Brasil, que lhe atribuíam propriedades semelhantes às da casca peruviana.

Outro aspeto relevante para os objetivos da nossa pesquisa pode ser observado no *Jornal de Coimbra*. Através da leitura do *Jornal de Coimbra* é possível perceber em que doenças e sintomas a quina era recomendada e utilizada nesta época.

A Portaria de 24 de Outubro de 1812²⁰⁵⁸ determinou que os médicos e cirurgiões portugueses que exercessem em estabelecimentos públicos deveriam elaborar as descrições das doenças que encontrassem, suas possíveis causas, e o regime de tratamento que normalmente era eficaz. A portaria determinava que esses relatos fossem publicados no *Jornal de Coimbra*. Foi também emitido um Aviso Régio a 1 de Dezembro de 1812 que solicitava o envio para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra dessas mesmas descrições relativas às doenças existentes nos hospitais militares, e respetivo regime de tratamento, por ser “conveniente” que fossem também publicadas no *Jornal de Coimbra*²⁰⁵⁹.

O *Jornal de Coimbra* contém conseqüentemente numerosos relatos provenientes da prática clínica de médicos e cirurgiões civis e militares, que exerciam em diversas localidades portuguesas. As febres intermitentes (que a historiografia médica relaciona com os acessos da

²⁰⁵⁴ Ibidem.

²⁰⁵⁵ Ibidem.

²⁰⁵⁶ Ibidem.

²⁰⁵⁷ SOUSA, Luiz Antonio da Silva e – Memoria Sôbre o Descobrimento da Capitania de Goyáz Pelo Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, Natural do Sêrro do Frio, Capitania de Minas Geraes. **Jornal de Coimbra**. 14:76 (pt. 1, 1819) 121-193, p. 188.

²⁰⁵⁸ PORTARIA. **Jornal de Coimbra**. 2:10 (Out. 1812) 274-275.

²⁰⁵⁹ AVISO Régio expedido pela Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra ao Dr. José Carlos Barreto, Delegado do Physico Mór do Exercito. **Jornal de Coimbra**. 2:11 (Nov. 1812) 376.

malária²⁰⁶⁰) são profusamente referidas, aludindo-se quer a epidemias de febres intermitentes quer ao endemismo das febres intermitentes nalgumas localidades em Portugal²⁰⁶¹. O médico Antonio Vidal afirma mesmo que “As febres intermitentes e remittentes são tão frequentes n’este paiz que a poucas pessoas perdoão”²⁰⁶².

A quina normalmente não era a única droga aplicada no tratamento das febres intermitentes. Era combinada com outros produtos medicinais como o ópio, a valeriana ou a *serpentaria virginiana*²⁰⁶³ nalguns medicamentos compostos, e também utilizada em associação com outros medicamentos, nomeadamente com evacuantes²⁰⁶⁴, purgantes²⁰⁶⁵ e eméticos²⁰⁶⁶. A utilização da quina ou das suas preparações precedida de eméticos é apresentada como uma prática frequente²⁰⁶⁷. No entanto, alguns médicos referem o tratamento eficaz das febres

²⁰⁶⁰ OAKS JR., Stanley C. [et al.](Ed.) - **Malaria: Obstacles and Opportunities**. Washington, D.C. : National Academy Press, 1991. ISBN 0-309-54389-4, p. 37-38.

²⁰⁶¹ RECOPILAÇÃO das contas dos Facultativos acima mencionados pag. 73. **Jornal de Coimbra**. 3:13 (Jan. 1813) 94-104, p. 95; COSTA, Emigdio Manoel Victorio da – Conta do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico da Camara das Villas de Soure e Ega. **Jornal de Coimbra**. 3:16 (Abr. 1813) 354-356, p. 356; CAMINHA, João Pedro Alexandrino – Contas das Observações na Clinica Médica, feitas em Benevente; por João Pedro Alexandrino Caminha, Médico em um dos Partidos de Benevente, e no de Çamora Correa. **Jornal de Coimbra**. 10:51 (pt. 1, 1817) 169-174, p. 169.

²⁰⁶² VIDAL, Antonio Jacintho - Breve Relação das molestias, que costumão grassar em Villa-Franca de Xira, e Póvos, suas causas, e tratamento; e das que particularmente grassarão no mez de Janeiro do presente anno, dada por Antonio Jacintho Vidal, Médico das Camaras das ditas Villas, Provedoria de Torres-Védras. **Jornal de Coimbra**. 4:19 (Jul.1813) 219-223, p. 221.

²⁰⁶³ SOUSA, Antonio Anastacio de - Conta das enfermidades que tem grassado na Villa de Pombal em Dezembro do anno de 1812, até 15 de Janeiro de 1813; por Antonio Anastacio de Sousa, medico do Partido da dita Villa. **Jornal de Coimbra**. 3:16 (Abr. 1813) 351-354, p. 352-353; RECOPILAÇÃO das de mais contas, na qual serão dispostos os objectos por ordem alfabética. **Jornal de Coimbra**. 3:16 (Abr. 1813) 365-373, p. 369-370; RECOPILAÇÃO das Contas mensaes dos Medicos e Cirurgiões, as quaes chegarão, por via dos Provedores das Comarcas, á Intendencia Geral da Policia, e subirão á Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, desde 4 de Março até 3 de Abril, e desde 3 de Abril até 13 de Maio; e das que por via do Physico Mór do Exercito subirão á Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, da Guerra e Marinha desde 27 de Março até 20 de Abril, e desde 20 de Abril até 17 de Maio, tudo de 1813. **Jornal de Coimbra**. 5:21 (Set. 1813) 12-30, p. 25; SOUSA, Antonio Anastacio de - Mappa das enfermidades que grassarão na Villa de Pombal, Comarca de Leiria no 2.º semestre do anno de 1814, de suas causas provaveis, e methodo curativo por Antonio Anastacio de Sousa, Médico de Pombal, e correspondente da Instituição Vaccinica da Academia R. das Sciencias. **Jornal de Coimbra**. 10:52 (pt. 1, 1817) 260-269, p. 261-262.

²⁰⁶⁴ COSTA, João José da – Conta das Observações pertencentes aos mezes d’Abril e Maio de 1813, por Joao José da Costa, Médico em Braga. **Jornal de Coimbra**. 5:21 (Set. 1813) 95-96, p. 96.

²⁰⁶⁵ CUNHA, Theotonio Pinto da – Extracto da Conta de Theotonio Pinto da Cunha, Médico do Partido da Villa de O’var, Comarca de Aveiro, datada a 31 de Dezembro de 1816. **Jornal de Coimbra**. 12:61 (pt. 1, 1818) 23.

²⁰⁶⁶ RECOPILAÇÃO das de mais Contas... p. 370; CAMINHA – Contas das Observações na Clinica Médica, feitas em Benevente... p. 170.

²⁰⁶⁷ COSTA, Emigdio Manoel Victorio da – Contas do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico dos Partidos das Camaras das Villas do Soure e Ega, pertencentes aos mezes de Junho, Julho, Agosto, e Setembro de 1813; recebidas do A. directamente pelos Redactores d’este Jornal no principio de Novembro de 1816. **Jornal de Coimbra**. 9:47 (pt. 1, 1816) 313-329, p. 318.

intermitentes utilizando apenas quina²⁰⁶⁸, ou preparações farmacêuticas com quina²⁰⁶⁹, sem ser necessária a sua associação com outros medicamentos.

A quina é apresentada por vários médicos como um *especifico* para as febres intermitentes²⁰⁷⁰, e recomendada como preventivo de recaídas de febres intermitentes²⁰⁷¹. São descritas terapêuticas alternativas para as febres intermitentes como o ópio, o ruibarbo, as flores de sal amoníaco marciais²⁰⁷², entre outras²⁰⁷³. A propósito do uso abusivo da quina, afirma o médico Luiz Barboza de modo sarcástico:

“Santa quina, quantos tens livrado da morte, mas quantos tens tambem lançado na Sepultura ! [...] O conhecimento da virtude febrifuga da quina he tão vulgar, o seu uso se-tem tornado tão trivial, que he reprehendido hum Médico de deixar padecer ao seu enfermo mais de duas cezões, depois de haver hum pronto, e tão efficaz socorro. Ninguem duvida da efficacia d’este admiravel vegetal (...) mas das melhores cousas se-póde abusar, e abusa realmente”²⁰⁷⁴.

A quina também integrava o tratamento de outras doenças e sintomas tais como: “hydropesias”²⁰⁷⁵; peripneumonias²⁰⁷⁶; gota²⁰⁷⁷; doenças com manifestações cutâneas como a

²⁰⁶⁸ RECOPILAÇÃO das de mais contas... p. 368; SALAZAR, Manoel Ignacio de Carvalho – Descrição da Villa de Mirandella, e seus contornos, por Manoel Ignacio de Carvalho Salazar. **Jornal de Coimbra**. 5:21 (Set. 1813) 38-41, p. 41; COSTA, Emigdio Manoel Victorio da – Extracto da Conta do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico dos Partidos de Soure e Ega, na Provedoria de Leiria, pertencente ao mez de Maio de 1813. **Jornal de Coimbra**. 6:28 (pt. 1, Abr. 1814) 223-225, p. 224.

²⁰⁶⁹ LEAL, João Antonio – Contas dos ultimos sete mezes de 1818; por João Antonio Leal, Médico do Partido da Camara de Salvaterra de Magos. **Jornal de Coimbra**. 15:81 (pt. 1, 1819) 102-110, p. 105.

²⁰⁷⁰ CAMINHA, João Pedro Alexandrino – Conta Médica, que comprehende os mezes de Agosto, Setembro, Outubro, e Novembro de 1817, por João Pedro Alexandrino Caminha, Médico em um dos Partidos de Benevente, e no de Çamora Correa, e Correspondente da Instituição Vaccinica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. **Jornal de Coimbra**. 13:68 (pt. 1, 1818) 56-61, p. 58; VIDAL - Breve Relação das molestias, que costumão grassar em Villa-Franca de Xira... p. 221; SALAZAR – Descrição da Villa de Mirandella... p. 41.

²⁰⁷¹ RECOPILAÇÃO das Contas mensaes dos Medicos e Cirurgiões... p. 25.

²⁰⁷² RESPOSTAS e reflexões sôbre as Contas de alguns dos Médicos, e Cirurgiões. **Jornal de Coimbra**. 6:26 (pt. 1, Fev. 1814) 142-146, p. 144.

²⁰⁷³ BARBOZA, Luiz Soares – ANNO 1813. Primeiro Trimestre Nosologico de Leiria. **Jornal de Coimbra**. 5:23 (Nov. 1813) 291-300, p. 296.

²⁰⁷⁴ Ibidem, p. 295.

²⁰⁷⁵ SOUSA – Conta das enfermidades que tem grassado na Villa de Pombal... p. 353-354.

²⁰⁷⁶ Ibidem, p. 354.

²⁰⁷⁷ RECOPILAÇÃO das de mais contas... p. 369; RECOPILAÇÃO das Contas mensaes dos Medicos e Cirurgiões...p. 20-21; D’ALMEIDA, Antonio – Quarta, e última Conta, pertencente ao anno de 1815; por Antonio d’Almeida, Médico do R. Partido da Cidade de Penafiel. **Jornal de Coimbra**. 14:78 (pt. 1, 1819) 243-245, p. 243-244.

lepra²⁰⁷⁸ e o sarampo²⁰⁷⁹; “rheumatismos febrís”²⁰⁸⁰; gangrena²⁰⁸¹; “dysenteria maligna”²⁰⁸²; “febre remitente”²⁰⁸³; anorexia²⁰⁸⁴; e hemorragias gengivais associadas ao escorbuto²⁰⁸⁵. Era também recomendada como antisséptico²⁰⁸⁶; e como tónico²⁰⁸⁷. Verifica-se que a quina era aplicada na terapêutica como medicamento de uso interno e externo²⁰⁸⁸. É também referido o preço elevado da quina²⁰⁸⁹, ou pelo menos um preço que não permitia a sua utilização pelos mais pobres²⁰⁹⁰, “que não podião chegar ao preço da Quina”²⁰⁹¹. Segundo o médico António Vidal as pessoas mais pobres recorriam a “remédios particulares, e misteriosos” quando tinham recaídas de febres intermitentes, ao passo que as “pessoas mais abonadas e civilizadas” reconheciam “na quina, e suas preparações o poderoso específico para a sua molestia”²⁰⁹². Encontram-se também relatos do seu uso em automedicação²⁰⁹³: “O uso da agoa ingleza, e da quina em pó he tão familiar,

²⁰⁷⁸ RESPOSTA a certos quesitos remettidos pela Junta da Saude Pública em observancia do Aviso Régio de 26 de Março de 1818 dirigido á referida Junta. **Jornal de Coimbra**. 13:72 (pt. 1, 1818) 198-212, p. 203.

²⁰⁷⁹ VIEIRA, Manoel Antonio – Quatro Contas de Manoel Antonio Vieira, Médico em Loulé, Comarca do Algarve, pertencentes aos mezes de Setembro, Outubro, Novembro, e Dezembro de 1817. **Jornal de Coimbra**. 12:65 (pt. 1, 1818) 187-188, p. 188.

²⁰⁸⁰ CAMINHA – Conta Médica, que comprehende os mezes de Agosto... p. 60.

²⁰⁸¹ RECOPILAÇÃO das Contas dos Facultativos mencionados pag. 167. **Jornal de Coimbra**. 3:15 (Mar. 1813) 217-229, p. 222-223.

²⁰⁸² REDACTORES DO JORNAL DE COIMBRA – Resposta dos Redactores do Jornal de Coimbra ás *Observações á cêrca do Exame Crítico da Memoria sôbre a Fébre epidemica contagiosa* publicado n’este Jornal Vol. II. pag. 63 e 140, feitas por Henrique Xavier Baeta, e insertas no Investigador Portuguez em Inglaterra N.º XX. pag. 553. **Jornal de Coimbra**. 3:14 (Fev. 1813) 148-166, p. 157.

²⁰⁸³ VIDAL - Breve Relação das molestias, que costumão grassar em Villa-Franca de Xira... p. 222.

²⁰⁸⁴ CAMINHA – Conta Médica, que comprehende os mezes de Agosto...p. 59-60.

²⁰⁸⁵ SOUSA – Mappa das enfermidades que grassarão na Villa de Pombal... p. 268-269.

²⁰⁸⁶ PROENSA, Silvestre da Fonseca – Extracto de 4 Contas de Silvestre da Fonseca Proensa, Cirurgião da Villa de Penella da Beira, Comarca de Lamego, pertencentes, a 1.ª ao tempo que decorre desde o Outono de 1816 até o princípio de Março de 1817; 2.ª aos mezes de Março e Abril; 3.ª Maio; 4.ª Junho. **Jornal de Coimbra**. 13:69 (pt. 1, 1818) 87-88, p. 87.

²⁰⁸⁷ SOUSA - Mappa das enfermidades que grassarão na Villa de Pombal... p. 269; COSTA, João Victorino Pereira da – Tres Contas de João Victorino Pereira da Costa, Cirurgião do Partido da Camara, e do Hospital da Misericórdia da Villa de Torres-Vedras, pertencentes – 1.ª ao anno de 1816, e 1817 até 20 de Fevereiro – 2.ª desde 20 de Fevereiro até 29 de Março – 3.ª ao mez de Abril. **Jornal de Coimbra**. 11:59 (pt. 1, 1817) 313-319, p. 316.

²⁰⁸⁸ RECOPILAÇÃO das Contas mensaes dos Medicos e Cirurgiões... p. 15.

²⁰⁸⁹ COSTA – Conta do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico da Camara das Villas de Soure e Ega, p. 356.

²⁰⁹⁰ CAMINHA, João Pedro Alexandrino – Continuação das Observações Médicas de João Pedro Alexandrino Caminha, Médico dos Partidos das Villas de Benevente e Çamora Correia; pertencente ao mez de Março de 1813. **Jornal de Coimbra**. 7:34 (pt. 1, 1814) 198-200, p. 199; SOUSA, Antonio Anastacio de – Conta das enfermidades que reinarão na Villa de Pombal, Provedoria de Leiria, no mez d’Abril do anno de 1813, de duas causas e methodo curativo; por Antonio Anastacio de Sousa, Médico do Partido de Pombal, e Correspondente da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias. **Jornal de Coimbra**. 9:43 (pt. 1, 1816) 50-60, p. 53.

²⁰⁹¹ SILVA, Luiz Gonzaga da – Introducção Histórico-Médica para as Observações Médicas em a Villa de Santarêm, exigidas pela Portaria de 24 d’Outubro de 1812. **Jornal de Coimbra**. 3:14 (Fev. 1813) 138-148, p. 147.

²⁰⁹² VIDAL – Breve Relação das molestias, que costumão grassar em Villa-Franca de Xira... p. 221.

²⁰⁹³ Ibidem; BARBOSA, Luis Soares – Anno Nosologico de Leiria. **Jornal de Coimbra**. 10:53 (pt. 1, 1817) 323-329, p. 324; FARIA, Luis Nicoláo de - Conta de Luis Nicoláo de Faria, Médico do Partido da Villa de Mourão, Comarca d’Elvas, pertencente a Setembro de 1817. **Jornal de Coimbra**. 12:63 (pt. 1, 1818) 112-116, p. 114.

e as suas doses, e quantidades tão conhecidas, que poucas vezes he chamado Facultativo para o caso de simples febres intermitentes, e algumas vezes remittentes”²⁰⁹⁴.

Outro médico, Antonio de Almeida, também sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, e correspondente da Instituição Vacínica, afirmava que

“Pôsto que eu esteja persuadido da efficacia da quina nas molestias periodicas, com tudo não a-reputo por infallivel nem por especifico. Antes da applicação d’este remedio tem o Clinico de examinar no enfermo muitas circunstâncias que lhe-possão aclarar a causa e origem do accesso, para não cair na nota de Empirismo, e applicar quina quando talvez seria necessario purgar, ou sangrar”²⁰⁹⁵.

3.3.1.2. A propósito da chamada quina do Rio de Janeiro e de outras cascas potencialmente febrífugas vindas do Brasil

Em Portugal foi ordenado pelo governo o estudo químico e clínico da quina e da chamada quina do Rio de Janeiro²⁰⁹⁶ como seu potencial substituto. Por várias vezes foram emitidas instruções governamentais neste sentido²⁰⁹⁷ e foram enviadas cascas vindas do Brasil para vários locais em Portugal para serem avaliadas clínica ou quimicamente²⁰⁹⁸:

²⁰⁹⁴ VIDAL – Breve Relação das molestias, que costumão grassar em Villa-Franca de Xira... p. 221.

²⁰⁹⁵ ALMEIDA, Antonio de - Seis Contas mensaes de Antonio de Almeida, Médico em Penafiel, Sócio da Acad. R. das Scienc. de Lisb., e Correspondente da Instit. Vaccin., as quaes pertencem ao 1.º semestre do anno corrente 1817. **Jornal de Coimbra**. 11:55 (pt. 1, 1817a) 3-11, p. 5.

²⁰⁹⁶ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206, p. 283.

²⁰⁹⁷ Ibidem, p. 282 (A 22 de Setembro de 1804, Francisco Tavares, o físico-mor do Reino, foi autorizado por carta régia a “mandar proceder em todos os Hospitaes aos necessarios exames e averiguações sôbre as Cascas amargas Brasilienses, a fim de se-conhecer se a sua virtude he igual á da Quina do Perú” – Carta Régia citada no *Jornal de Coimbra* em 1814) e p. 283; CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes, p. 227 (incumbiu-se a Academia Real das Ciências “de mandar proceder á Análise Chimica da dita Quina”). A Academia Real das Ciências foi encarregue de nomear uma comissão para fazer a análise química das “quinas” brasileiras através de um aviso de 22 de maio de 1811 (SILVA – A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834)... p. 253).

²⁰⁹⁸ **NOTICIA da vida e trabalhos scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1857, p. 13; GOMES, Bernardino Antonio - Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre a sua influencia na virtude da quina, e d’outras cascas. In **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3. Parte 1. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812a. p. 201–216, p. 213; RESPOSTAS e reflexões sôbre as Contas de alguns dos Médicos, e Cirurgiões, p. 143-144 (“Antes d’aquella *Quina do Rio de Janeiro* forão remetidas de differentes paragens do Brazil cascas amargas de differentes qualidades de árvores; que aqui nunca forão bem analysadas; e que, applicadas a doentes, produzirão, como era de esperar, resultados differentes, já bons, já máos. Não se-achavão de antemão reduzidas, nem era possivel reduzir em Portugal, as árvores de que taes cascas se-extrahirão: e então era impossivel fazer-se do Brazil segunda remessa das cascas, que aqui produzirão bom effeito. A todas éstas cascas se-dava em Portugal o nome de Quina Brasiliense”); CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206, p. 283 (O Bispo Conde Reformador Reitor da Universidade de Coimbra ordenou que se fornecesse todo o material necessário para o *Laboratorio Chimico* – estando os utensílios em falta devido às invasões francesas – e que a análise química da quina do Rio de Janeiro fosse realizada nesse mesmo laboratório; “SUA ALTEZA REAL, para maior brevidade, manda remetter directamente ao sobredito Lente de Chimica, o Dr. Thomé Rodrigues Sobral, mais *Quina do Rio de Janeiro*

“Por diferentes ocasiões tem sido remetidas de diferentes pontos do Brazil para Portugal algumas cascas amargas, com o fim de se ensaiarem medicamente: e por Carta Régia de 22 de Setembro de 1803, e Aviso de 2 de Novembro de 1804 (J. de C. Num. XXIX. Parte I. pag. 282) Francisco Tavares, Physico Mór do Reino, foi authorisado para mandar proceder em todos os Hospitaes aos necessarios exames e averiguações a fim de se-conhecer se a virtude de várias cascas que então tinham chegado era igual á da quina do Perú”²⁰⁹⁹.

No *Jornal de Coimbra* aponta-se, no que respeita a estas cascas amargas brasileiras não identificadas, que provinham “de diferentes qualidades de árvores”²¹⁰⁰, enviadas para Portugal antes de se receber a dita quina do Rio de Janeiro, que nunca tinham sido “bem analysadas” e,

“applicadas a doentes, produzirão, como era de esperar, resultados diferentes, já bons, já máos. Não se-achavão de antemão reduzidas, nem era possivel reduzir em Portugal, as árvores de que taes cascas se-extrahirão: e então era impossivel fazer-se do Brazil segunda remessa das cascas, que aqui produzirão bom effeito. A todas éstas cascas se-dava em Portugal o nome de Quina Brasiliense”²¹⁰¹.

De acordo com os redatores do *Jornal de Coimbra*, o nome de “Quina Brasiliense” tinha sido atribuído a 5 ou 6 cascas vindas do Brasil, “sem distincção alguma historica ou botanica, ao menos, do nosso conhecimento”²¹⁰². Os redatores indicam que tinham utilizado a dita quina brasiliense em vários tipos de febres (“typhoicas, remittentes, e intermittentes”²¹⁰³), sem obter bons resultados. Especificamente quanto às febres intermitentes, apontam que tinham prolongado

e Perú” – Aviso Régio de 6 de Setembro de 1813); CASTILHO – Extracto de varios Escritos sôbre quinas... p. 119-120 (Numa carta enviada por Francisco Gomes da Silva, “Primeiro Médico do Exército e Director dos Hospitaes Militares do Porto” constava o seguinte: “tenho a-honra de remetter a V. as duas arrobas de Quina n’elle declaradas; sendo uma da do Rio de Janeiro, outra da do Perú, na fôrma que S. A. R. He Servido determinar. Ella vai contida nos dois caixões que envio a V. pelo seguro do Correio, como consta da cautélla inclusa”); CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 247; CARTA II.^a (1) Aos Srs. Redactores do Jornal de Coimbra. **Jornal de Coimbra**. 11:57 (pt. 1, 1817) 173-185, p. 173; NOTAS ao Canto II. **Jornal de Coimbra**. 11:59 (Parte 2, 1817) 341-364, p. 357 (Em 1810 terão sido enviadas do Brasil para Portugal “umas 40 arrobas de Quina do Rio de Janeiro” para que “ella se-ensaiasse chimica, e clinicamente pela Academia Real das Sciencias no Laboratorio Chimico da Universidade, nos Hospitaes Militares, e no da Universidade”); VANDELLI, Alexandre António - Experiencias Sobre duas diferentes Cascas do Pará. In **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo V, Parte II (1818) 132-142 (Ao Laboratório Químico da Casa da Moeda chegou um total de uma arroba de amostras – meia arroba de duas diferentes cascas provenientes do Pará).

²⁰⁹⁹ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 247.

²¹⁰⁰ RESPOSTAS e reflexões sôbre as Contas de alguns dos Médicos, e Cirurgiões, p. 143-144.

²¹⁰¹ Ibidem, p. 144.

²¹⁰² MEMORIA sôbre as Quinas em geral... p. 101.

²¹⁰³ Ibidem.

“o uso da casca Brasiense debaixo de todas as fórmãs possíveis a decidir da sua effíccia, e nunca podémos observar bons effeitos”²¹⁰⁴.

Quanto à chamada quina do Rio de Janeiro,

“Pelos princípios do anno de 1811 mandou-se da *quina do Rio de Janeiro* para os Hospitaes Militares, a fim de se-ensaiar medicamente: e remetteo-se igualmente para a Academia R. das Sciencias de Lisboa para se-analysar chimicamente”²¹⁰⁵.

J. F. de Castilho aponta que tinham sido feitas muitas observações clínicas sobre a quina do Rio de Janeiro que foram enviadas (tal como a análise química efetuada pela dita comissão da Academia Real das Ciências, com data de 18 de Julho de 1811) para o governo português, mas que não sabia se tinham sido publicadas, à exceção de um artigo impresso no *Jornal de Coimbra*²¹⁰⁶.

Outro médico, João Alberto Pereira de Azevedo, na exposição de casos clínicos de sezões de 1811 onde se applicou a quina do Rio de Janeiro, mencionava o desconhecimento botânico da chamada quina do Rio de Janeiro dizendo: “Quando fallo da Quina do Brasil entendo a do Rio de Janeiro, que S. A. R. Mandou para os Hospitaes Militares com o fim de se observarem as suas virtudes, cujo nome botânico até o presente ignoro”²¹⁰⁷.

José Feliciano de Castilho, apontava também não saber se alguma das cascas amargas brasileiras com que se fizeram as primeiras applicações clínicas em Portugal correspondiam ou não à casca que veio a ser conhecida como quina do Rio de Janeiro²¹⁰⁸.

Num outro artigo do ano de 1812 publicado no *Jornal de Coimbra*, um médico anónimo louva as propriedades da chamada quina do Rio de Janeiro, que fora enviada para os hospitais militares portugueses:

“sendo applicada em diversas molestias, principalmente febris, produzio os melhores effeitos; e temos razões para assegurar, que em hum dos ditos Hospitaes em Lisboa nos mezes de Março, Abril, e Maio de 1811 se virão curados muitos doentes atacados de febres meningo-gástricas, attáxicas, e adynamicas em maior, ou menor gráo, com o uso simplesmente dos cozimentos da dita Quina bebidos, ou em clysteres, vigorados ou não com a tinctura espirituosa da mesma Quina; não

²¹⁰⁴ Ibidem, p. 101-102.

²¹⁰⁵ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 247.

²¹⁰⁶ Ibidem, p. 247-248. O dito artigo publicado no *Jornal de Coimbra* relativo a essas observações clínicas da quina do Rio de Janeiro nos hospitais militares feitas em 1811 é o seguinte: UTILIDADE da Quina do Brasil em algumas febres. Por ****. **Jornal de Coimbra**. 2:11 (Nov. 1812) 374-375.

²¹⁰⁷ CASTILHO [et al] – Continuação das Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro em substancia, p. 281.

²¹⁰⁸ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 247.

se prescrevendo aos doentes, além disto, mais do que estímulos externos de rubefacientes, ou vesicatorios, e tendo precedido a todo este tratamento as evacuações, quando erão percisas”²¹⁰⁹.

Aponta-se que nos meses de Março, Abril e Maio não tinham surgido casos de febres intermitentes no referido hospital de Lisboa e, por isso, só se tinha podido continuar a observar a ação daquela quina do Brasil nas febres intermitentes nos meses de Junho e Julho, tendo-se obtido a cura de algumas dessas febres com a quina do Brasil em pó. No entanto, a sua ação era mais lenta, e, muitas vezes as febres não desapareciam. Depois de ler a memória dos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa (sobre a análise das chamadas quininas do Brasil), aquele médico tinha começado a usar cozimentos ou pílulas de extrato de quina do Brasil nas febres intermitentes, mas ainda tinha feito poucas observações. No final do artigo indica-se que era desejável que os médicos que já tinham observado os efeitos da quina do Brasil transmitissem os seus resultados “a fim de que se avalie com justiça hum objecto, que, sendo tão útil á humanidade, não o será menos ao Commércio de Portugal, e á curiosidade dos Sabios”²¹¹⁰.

Posteriormente, em 1813, chegou a Coimbra mais quina do Rio de Janeiro:

“Em 1813 foi remetida para a Universidade de Coimbra alguma quina do Rio de Janeiro, para se ensaiar e analysar clinica e chimicamente (J. de C. Num. XXIX. P. I. p. 283): e assentado o plano para as nossas experiencias chimicas e médicas (J. de C. Num. XXXV. P. I. p. 234): e consumida com ellas no Laboratorio Chimico e no Hospital toda a quina, que tinhamos recebido, pararão as experiencias chimicas e médicas até que do Rio de Janeiro seja remetida e nós recebamos na Universidade nova e recente casca”²¹¹¹.

Outro relato do envio de quina do Rio para análise em hospitais militares surge publicado em 1817 no *Jornal de Coimbra*:

“Lembro-me de que, quando ésta quina veio para Portugal, achando-me eu então Primeiro Médico de um Hospital Militar, o Físico Mór do Exército d’esse tempo me-enviou uma boa porção de quina do Rio para fazer d’ella uso no Hospital: lembro-me tambem que ella suspendia as cesões, mas não com a efficacia, e prontidão que eu observava na quina do Perú. Posteriores, e multiplicadas experiencias, das quaes encontrámos no seu J. algumas bem feitas, poderão decidir a questão”²¹¹².

Em 1817 J. F. de Castilho refere também uma remessa da chamada “quina” do Rio de Janeiro (a última de que tinha conhecimento até àquela data), aparentemente obtida de “árvores

²¹⁰⁹ UTILIDADE da Quina do Brasil em algumas febres, p. 374.

²¹¹⁰ Ibidem, p. 375.

²¹¹¹ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 248.

²¹¹² CARTA II.^a (1) Aos Srs. Redactores do Jornal de Coimbra, p. 173.

de uma unica especie”, mas indica que “A redução de tal arvore não se-acha ainda feita de maneira que satisfaça a todos; mas como se-sabe de que arvores a mesma quina se-tirou, póde colher-se quanta se-queira da mesma qualidade, e póde ir-se entretanto cuidando na redução”²¹¹³.

A designação de quina brasiliense foi criticada num artigo publicado no *Jornal de Coimbra*, indicando-se que alguns médicos atribuíam “indifferentemente o nome de *Quina do Rio de Janeiro*, e *Quina Brasiliense* á casca, que o PRINCIFE REGENTE NOSSO SENHOR fez remetter da Côrte do Rio de Janeiro para estes seus Reinos com ordem para se-analysar chymicamente, e applicar nos Hospitales Militares”²¹¹⁴. Ressalva-se que “o nome *Quina Brasiliense*” era “mui vago”, sendo que “de nada servirão os trabalhos, que em Portugal se-fizerão sôbre as cascas a quem tal nome se-deo. *Quina do Rio de Janeiro* sabe-se o que he; tem-se achado mui util: e esperâmos muito breve ainda maiores e mais exactas informações sôbre ella assim em Medicina, como em Clinica e Botanica”²¹¹⁵. No que respeitava à dita quina do Rio de Janeiro, testada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, e utilizada nos hospitais militares “com os resultados mais lisongeiros, assim pelo lado da saude, como do Commércio” e obtida “junto ao Rio de Janeiro”, indicava-se que muito “se-tem dito e feito, e se-continúa a dizer e fazer”²¹¹⁶.

Desta forma, no *Jornal de Coimbra*, quando se refere a chamada quina “Braziliense”, esta designação poderia ser equivalente ou corresponder à “quina” do Rio de Janeiro, ou referir-se a outra casca amarga não identificada proveniente do Brasil. O médico Matheos José Gomes por exemplo, indicava que a quina “Braziliense tem produzido magnificos efeitos no Hospital Militar de Vianna do Minho, aonde se tem applicado (...)”²¹¹⁷.

A chamada quina do Rio de Janeiro foi testada nos hospitais portugueses em doentes acometidos de sezões. Os medicamentos com a chamada quina do Rio de Janeiro utilizados no Hospital Real da Universidade eram preparados no *Laboratorio Chimico* da Universidade sob a responsabilidade de Tomé Rodrigues Sobral: “Do Dr. Thomé Rodrigues Sobral, e feitas no Laboratorio Chimico da Universidade, são todas as preparações da Q. do Rio, que servem ás experiencias Clinicas da Universidade”²¹¹⁸.

No *Jornal de Coimbra* publicaram-se muitos relatos de observações clínicas com aplicação da quina do Rio de Janeiro²¹¹⁹. Embora a chamada “quina” do Rio de Janeiro fosse eficaz em vários casos de sezões/febres intermitentes²¹²⁰, noutros não funcionava, recorrendo-se

²¹¹³ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 247.

²¹¹⁴ RESPOSTAS e reflexões sôbre as Contas de alguns dos Médicos, e Cirurgiões, p. 143.

²¹¹⁵ Ibidem, p. 144.

²¹¹⁶ Ibidem, p. 143.

²¹¹⁷ RECOPILAÇÃO das Contas mensaes dos Medicos e Cirurgiões... p. 27.

²¹¹⁸ CASTILHO; AZEVEDO – Observação Clinica sôbre a Quina do Rio de Janeiro... p. 145.

²¹¹⁹ CASTILHO – Continuação das observações clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro...; CASTILHO – Observações Clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro...; CASTILHO – Notícia e Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro...; CASTILHO [et al] – Continuação das Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro em substancia.

²¹²⁰ CASTILHO – Continuação das observações clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro... p. 292-293.

então à chamada quina do Peru²¹²¹, i.e., a verdadeira quina, ou a outras preparações de quina – Água de Inglaterra ou, na sua ausência, vinho quinado da *Pharmacopeia Geral*. Se a quina do Peru não fosse eficaz no tratamento das sezões, o recurso seguinte era também a Água de Inglaterra ou o vinho quinado da *Pharmacopeia Geral*²¹²². Uma dificuldade acrescida destas experiências clínicas era a ausência de um fornecimento constante da dita “quina” do Rio para testar nos hospitais. J. F. de Castilho por exemplo, afirmava em 1815: “Acabou-se-me toda a Quina do R. de J. que se-me-tinha feito entregar por Ordem da Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra”²¹²³. Também não estavam disponíveis todas as espécies de quina conhecidas para utilização terapêutica²¹²⁴. Não obstante, no *Jornal de Coimbra* encontramos relatos do envio de quina do Perú e da chamada “quina” do Rio para Coimbra²¹²⁵. Adicionalmente, J. F. de Castilho também enviou amostras da quina do Rio para alguns médicos, como referimos anteriormente²¹²⁶.

No *Jornal de Coimbra* critica-se a apresentação de observações clínicas com a quina do Rio de Janeiro combinada com outros medicamentos, uma vez que assim não se perceberia se a atividade dessa combinação provinha da própria quina do Rio ou dos outros medicamentos administrados. Descreve-se como exemplo uma fórmula (apresentada num dos relatos sobre o uso clínico da quina do Rio de Janeiro) de um medicamento para tratar as sezões, que incluía vários componentes para além da quina do Rio de Janeiro, afirmando “Eis-aqui hum medicamento em que se-encontrão, além da Quina do Rio de Janeiro, tres substancias, nada menos, que opio, ruibarbo, e flores de sal ammoniaco marciaes; cada uma d ellas bem capaz de curar cezões, e que effectivamente as-tem curado infinitas vezes”²¹²⁷. Deste modo, recomendava-se o ensaio da quina do Rio de Janeiro “em substancia, e debaixo de todas as preparações, de que ella he susceptivel”, e só depois combiná-la “com outras substancias a experimentar se se-póde fazer ainda um medicamento mais activo: e se se-lhe-achar algum defeito, estude-se o meio de o-corriger”²¹²⁸.

Em 1814, Castilho afirma que a quina do Rio, de acordo com os conhecimentos disponíveis na altura, só se devia usar em sezões “simplices, e sem perigo proximo”²¹²⁹.

Em 1815, Castilho afirma já que “(...) com effeito a Quina do Rio de Janeiro em substancia, e em dóse grande me-tem parecido efficaz” e que “Visto que achei activa na cura das

²¹²¹ Ibidem, p. 294.

²¹²² CASTILHO – Notícia e Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro... p. 121.

²¹²³ Ibidem, p. 119.

²¹²⁴ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 246.

²¹²⁵ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206, p. 283; CASTILHO – Extracto de varios Escritos sôbre quinas... p. 119-120.

²¹²⁶ CASTILHO [et al] – Continuação das Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro em substancia, p. 257.

²¹²⁷ RESPOSTAS e reflexões sôbre as Contas de alguns dos Médicos, e Cirurgiões, p. 144.

²¹²⁸ Ibidem, p. 145.

²¹²⁹ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes, p. 234.

ceções a Quina do R. de J., isto he, visto que me-convenci que ella he febrifuga, dirigi as minhas observações para conhecer se tal virtude reside em algum ou alguns dos seus principios”²¹³⁰. J. F. de Castilho destaca que, à semelhança do que ocorria com o cozimento de quina do Peru, o cozimento de quina do Rio também não era muito febrífugo, de acordo com o resultado das suas experiências²¹³¹. Manoel José Mourão de Carvalho Azevedo Monteiro, médico na Mealhada, também apoiou o uso da quina do Rio de Janeiro, assinalando que ela poderia substituir parcialmente a quina do Peru²¹³².

Em 1817 parece também indicar-se que as observações clínicas realizadas até ao momento tinham sido bastante favoráveis para a quina do Rio de Janeiro. J. F. de Castilho afirma: “poderemos porém asseverar já com alguma segurança que a nossa quina [do Rio de Janeiro] em substância he um bom febrifugo, muito pouco ou talvez nada inferior á maior parte das quinias officinaes”²¹³³, indicando os nomes dos médicos que tinham colaborado nas observações clínicas sobre a dita quina do Rio de Janeiro. O médico Antonio de Almeida fala na canonização da “virtude febrifuga da quina do Rio de Janeiro nas febres intermitentes por diversos Facultativos” no *Jornal de Coimbra*²¹³⁴. Este médico atestava também “o bom successo da quina do Rio de Janeiro nas intermitentes”²¹³⁵ de acordo com as suas observações clínicas.

Os dados da utilização da quina do Rio de Janeiro publicados no *Jornal de Coimbra* e resumidos em 1817 por José Feliciano de Castilho eram os seguintes:

Tabela 15 - Casos de sezões tratados com quina do Rio de Janeiro em substância²¹³⁶

Medicamento utilizado: quina do Rio de Janeiro em substância			
Tipo de febre	<i>Cedeu</i>	<i>Resistiu</i>	<i>Total</i>
Quotidianas	11	3	14
Terçãs	14	4	18
Quartãs	1	2	3

²¹³⁰ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro... p. 229.

²¹³¹ Ibidem.

²¹³² CASTILHO [et al] – Continuação das Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro em substancia, p. 278.

²¹³³ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 249.

²¹³⁴ ALMEIDA, Antonio de – Reflexões do mesmo Antonio de Almeida; ácêrca do §. 15. do Art. XIII. do Num. LI. do J. de C. Parte I. pag. 186. **Jornal de Coimbra**. 11:55 (pt. 1, 1817b) 12-14, p. 13.

²¹³⁵ ALMEIDA – Seis Contas mensaes de Antonio de Almeida... p. 4.

²¹³⁶ Dados retirados do artigo CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 248.

Tabela 16 - Casos de sezões tratados com cozimento de quina do Rio de Janeiro²¹³⁷

Medicamento utilizado: Cozimento de quina do Rio de Janeiro			
Tipo de febre	<i>Cedeu</i>	<i>Resistiu</i>	<i>Total</i>
Terçãs	1	1	2
Quartãs	-	1	1

Em tintura tinha-se utilizado num caso de febre terçã e num caso de febre quartã, tendo ambas resistido ao tratamento com a tintura de quina do Rio de Janeiro. A quina do Rio de Janeiro tinha também sido utilizada em aplicações tópicas (em substância e sob a forma de cozimento) numa úlcera, que fora assim curada com estas preparações²¹³⁸.

A procura de alternativas à quina do Peru resultara também na descoberta, por Pedro Pereira Correia de Senna, de uma suposta quina na Capitania de Minas Gerais no Brasil, que também existiria na Capitania do Rio de Janeiro²¹³⁹, como se depreende de um decreto de 4 de Agosto de 1808, publicado no *Jornal de Coimbra*.

No *Jornal de Coimbra* encontramos ainda menção à chamada “quina do Piauhi” (nome comum da espécie *Portlandia hexandra* L.), afirmando-se que em Portugal esta casca era conhecida pelo nome de quina do Piauhi e não pela designação de *Portlandia hexandra*, e que tinham sido enviadas amostras para testar a sua atividade terapêutica:

“Por via do Dr. Simão de Cordes Brandão, Lente que foi na Universidade de Coimbra, me-foi dado um Caixote com a casca da quina de Piauhi que lhe-tinha dado o Vice-Reitor da Universidade para a-distribuir gratuitamente aos pobres, e fazer observações sôbre a sua efficacia. Mas anteriormente a esse tempo pude conseguir um ramo com o fructo sêcco da *Portlandia*, o que vinha muito bem conservado, e me-foi dado com o nome de quina de Piauhi; por este nome veio para algumas boticas a mesma casca, e não se-aprontaria em Lisboa a remessa para as boticas, se ella ali não fosse conhecida por este nome, nome que esquecia ao Dr. Tavares na sua *Pharmacologia*, assim como a B. A. G.”²¹⁴⁰

Deste modo, para além de Tomé Rodrigues Sobral, Bernardino António Gomes, a comissão nomeada pela Academia Real das Ciências – cujos elementos incluíam Bernardino António Gomes, bem como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), João Croft (1778

²¹³⁷ Dados retirados do artigo CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Num. LXVII. pag. 260, p. 249.

²¹³⁸ Ibidem.

²¹³⁹ PATENTE em consequencia do Decreto de 4 de Agosto de 1808...; Decreto. *Jornal de Coimbra*. 15:79 (pt. 1, 1819) 34.

²¹⁴⁰ CORTEX BRASILIENSIS. *Jornal de Coimbra*. 8:39 (pt. 1, 1815) 126-128, p. 127-128.

– 1862) e Sebastião Francisco de Mendo Trigo (1773 – 1821)²¹⁴¹ – e o químico, naturalista²¹⁴² e secretário da Academia Real das Ciências, Alexandre António Vandelli²¹⁴³ (1784-1862), dedicaram-se a análises químicas comparativas da quina e de cascas brasileiras potencialmente febrífugas, designadamente da chamada quina do Rio de Janeiro.

No que concerne ao estudo clínico das cascas brasileiras potencialmente febrífugas ele foi realizado, designadamente, pelos redatores do *Jornal de Coimbra*, que eram também médicos e professores da Universidade de Coimbra – Ângelo Ferreira Dinis (1768-1848), Jerónimo Joaquim de Figueiredo (1772-1828) e José Feliciano de Castilho – e por António de Almeida, João Alberto Pereira de Azevedo e Manoel José Mourão de Carvalho Azevedo Monteiro²¹⁴⁴, bem como por Bernardino António Gomes (1768-1823)²¹⁴⁵.

²¹⁴¹ SILVA – A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834)... p. 254; SILVA, José Bonifácio Andrada e [et al.] – Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In **Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3, Parte 2. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1814. p. 96–118.

²¹⁴² MARQUES, Adílio Jorge; FILGUEIRAS, Carlos A. L. – O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. **Química Nova**. 32:9 (2009) 2492-2500.

²¹⁴³ VANDELLI – Experiencias Sobre duas diferentes Cascas do Pará; COSTA, António M. Amorim - Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas. **Química Nova**. ISSN 0100-4042. 38:7 (2015) 1002–1007. doi: 10.5935/0100-4042.20150114, p. 1003.

²¹⁴⁴ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260, p. 249.

²¹⁴⁵ GOMES – Ensaio sobre o Cinchonino... p. 213.

3.3.2. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa e Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*

A 24 de Julho de 1835 foi fundada a Sociedade Pharmaceutica de Lisboa, constituída por farmacêuticos da capital portuguesa, e “outros muitos das Provincias do Reino, Ilhas adjacentes, e demais Possessões Portuguezas”, com o intuito de reunirem esforços para se ocuparem em conjunto “com mais vantagem, do progresso da *Pharmacia*, em toda a sua extensão: e de tudo que, nos limites da Sciencia, fosse concernente á *Saúde Pública*”²¹⁴⁶. Mas esta sociedade de farmacêuticos pretendia também difundir os seus conhecimentos: “(...) como o cabedal de luzes, d’este modo adquiridas, não devesse ficar encerrado no seio da mesma Sociedade, era necessario que ella determinasse fazêlo girar pelo Público; e principalmente pela Classe Pharmaceutica, em toda a extensão do Territorio Portuguez”²¹⁴⁷. Para esse fim, estabeleceram o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, que inicia a sua publicação em 1836. Neste jornal, a sociedade propunha-se a publicar resumos dos extratos das suas sessões, alguma correspondência com maior interesse, “quaesquer analyses, discursos, reflexões, e descobertas, tanto nacionaes como estrangeiras; e tudo o mais que for analogo aos interesses e fins da Sociedade”²¹⁴⁸.

Segundo José Cipriano Rodrigues Denis, a Sociedade Farmacêutica Lusitana constituiu “uma fôrça importante para se opor aos actos de prepotência da Fisicatura, e para levantar a classe a um nível intelectual e moral que a prestigiasse e equiparasse a outras profissões liberais mais consideradas”²¹⁴⁹. A 7 de Maio de 1838, a *Sociedade Pharmaceutica de Lisboa* passou a designar-se *Sociedade Pharmaceutica Luzitana*²¹⁵⁰. No mesmo ano, o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa* adotou a designação de *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Luzitana*²¹⁵¹.

No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa* (que teve apenas um tomo) não se encontram artigos relativos à quina ou à quinina.

No *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* encontram-se numerosos artigos relativos à quina e à quinina. Estes artigos foram divididos em três grupos principais: artigos originais (quer tivessem sido inicialmente publicados no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* ou quer fossem provenientes de outras publicações periódicas portuguesas); traduções e adaptações (resumos ou extratos) de artigos estrangeiros; e outros (que incluem, por exemplo, legislação referente à quina e à quinina, ou fórmulas de medicamentos).

²¹⁴⁶ PREFEÇÃO. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*. 1 (1836) 3–4, p. 3.

²¹⁴⁷ Ibidem.

²¹⁴⁸ Ibidem, p. 4.

²¹⁴⁹ DENIS, José Cipriano Rodrigues – Influência da farmácia no desenvolvimento da química – A farmácia em Portugal. *O Instituto*. 73:5 (1926) 758–782, p. 775.

²¹⁵⁰ LEITÃO, José Vicente [et al.] - Estatutos da Sociedade, Aprovados por Sua Magestade, A RAINHA, em Portaria do Ministerio do Reino de 7 de Maio de 1838. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. 2:1 (1838) 57–74, p. 57.

²¹⁵¹ NUNES – A abrir, p. 1.

3.3.2.1. Artigos originais portugueses

Encontram-se diversos artigos originais portugueses relativos a análises do sulfato de quinina no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*.

A primeira referência a uma análise de sulfato de quinina relatada no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* foi publicada em 1838. Dizia respeito a uma amostra de sulfato de quinina preparada por um consócio da sociedade, José Antonio Silverio Rodrigues Cardoso, farmacêutico em Mirandela²¹⁵². O autor da análise, Leal Junior, descreve a análise efetuada para averiguar a identidade da substância e os respetivos resultados, concluindo que a amostra era “o verdadeiro sulphato de quinina puro”²¹⁵³. A análise fora realizada no *Laboratorio-Chymico* da *Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*.

Na sessão de 25 de Junho de 1847 apresenta-se um relatório da comissão de química²¹⁵⁴ sobre análises de amostras de sulfato de quinina²¹⁵⁵, que foram estudadas para esclarecer algumas questões científicas que tinham surgido noutra sessão²¹⁵⁶. As amostras cedidas pelos sócios “Oliveira, Telles senior, e Norberto” proviriam do laboratório do próprio Pelletier “seu inventor, e actualmente o seu mais acreditado preparador”²¹⁵⁷, e uma quarta amostra fora cedida pelo vice-diretor da comissão de química da sociedade, José Pereira d’Azevedo. Os resultados da análise destas quatro amostras foram comparados com os resultados da amostra de José Silverio Rodrigues Cardoso, membro benemérito da sociedade e farmacêutico em Mirandela, anteriormente referida. Fez-se uma análise dos caracteres físicos, que estavam de acordo com os livros científicos, e uma análise química que “demonstrou cabalmente a sua pureza”²¹⁵⁸. No entanto, descrevem a observação, nas 4 amostras, de dois fenómenos não mencionados por outros autores, e já descritos quer por Norberto, quer por Telles sénior: a “formação d’um carvão esponjoso, na proporção de 37 a 40 por cento, e que não deveria formar-se, segundo a opinião dos melhores Auctores”; e o “desenvolvimento de vapores amarellados, com cheiro característico d’acido hydro-cyanico” quando se aquecia o sulfato de quinina²¹⁵⁹. Aventam algumas razões possíveis para os fenómenos, e declaram a intenção de prepararem sulfato de quinina (que pudessem ter a certeza de que fora bem preparado), e de efetuarem mais ensaios para explicar aqueles fenómenos.

²¹⁵² JUNIOR, F. M. C. Leal – Parecer e analyse sobre o Sulphato de Quinina, preparado e remetido pelo Membro Correspondente Nacional, o Sr. JOSÉ ANTONIO SILVERIO RODRIGUES CARDOSO, Pharmaceutico em Mirandella; e approvada pela Sociedade, em Sessão Litteraria de 10 de Junho de 1838. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:1 (1838) 78–79.

²¹⁵³ Ibidem, p. 79.

²¹⁵⁴ Composta por João José de Sousa Telles, José Pereira d’Azevedo e Francisco Fortunato d’Assís.

²¹⁵⁵ FREIRE, C. M. M. - Acta n.º 316, de 25 de Junho de 1847. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:4 (1848-1849) 98–100.

²¹⁵⁶ cf. FREIRE, C. M. M. - Acta n.º 308 de 28 de Janeiro de 1847. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 626–633, p. 630-631.

²¹⁵⁷ FREIRE - Acta n.º 316, de 25 de Junho de 1847, p. 99.

²¹⁵⁸ Ibidem.

²¹⁵⁹ Ibidem.

Outra análise é relatada no volume de 1868, tendo as comissões de farmácia e de química apresentado os seus pareceres na sessão literária de 13 de Agosto de 1868, onde após exame e discussão foram aprovados. Era uma análise relativa ao sulfato de quinina preparado por Conrade Zimmer, de Franckfurt. Conrade Zimmer pedira “parecer e juízo ácerca do sulphato de quinina, por elle preparado”²¹⁶⁰. A comissão de farmácia²¹⁶¹ fez uma análise comparativa das propriedades físicas da amostra de Zimmer com as propriedades físicas do sulfato de quinina “importado da fabrica ingleza Howards e Sons, e o da fabrica franceza de Pelletier, Delondre e Levaillant”²¹⁶². A comissão de farmácia faz também referência à frequente adulteração do sulfato de quinina, que se comercializava com outras substâncias. Concluíram que a amostra de Zimmer era mais semelhante ao sulfato de quinina francês, mas com os cristais menos “distinctos e perfeitos”²¹⁶³, sendo o sulfato de quinina inglês “o mais distincto na fôrma e abundancia de seus crystaes”²¹⁶⁴. Para além disso, indicam que a cor, sabor e solubilidade eram idênticos nas três amostras. A comissão de química²¹⁶⁵ descreve as experiências que efetuou sobre a amostra e conclui que o sulfato de quinina de Zimmer tinha boa qualidade, e era semelhante ao que se preparava nas fábricas de França e Inglaterra²¹⁶⁶.

Outra análise é descrita na sessão de 2 de Setembro de 1881, e diz respeito a uma amostra de uma fábrica de produtos químicos em Milão. A comissão de química concluiu que também este sulfato de quinina era genuíno e de boa qualidade²¹⁶⁷. Em 1882 volta a discutir-se esta análise, afirmando Emilio Estacio que os ensaios que a comissão tinha efetuado e relatado não garantiam que a amostra fosse efetivamente sulfato de quinina, e que sendo sulfato de quinina o sal podia estar eflorescido ou ter sido falsificado com outros sais de alcaloides de quina, designadamente o sulfato de cinchonidina. E. Estacio solicitava então que se pedisse nova amostra aos representantes da fábrica de Milão, os senhores Creswell & C.^a, e que este assunto fosse discutido na sessão. Estabelece-se então uma discussão na sessão literária entre Emilio Estacio e um dos membros da comissão de química, Joaquim Urbano da Veiga. Veiga defende o parecer da comissão, afirmando que parte das dúvidas de Estácio eram decorrentes da publicação incompleta do parecer da comissão de química. No entanto, Emilio Estacio reafirmou a necessidade de se

²¹⁶⁰ CORREIA, José Dionysio; VEIGA, Joaquim Urbano da; FERREIRA, Antonio Augusto Felix - Consulta da Sociedade Pharmaceutica Lusitana ácerca do sulphato de quinina preparado pelo Sr. Conrade Zimmer de Franckfurt. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 4 (1868) 196-199, p. 196.

²¹⁶¹ Composta por Francisco Antonio Rosa, Antonio Manuel Augusto Mendes e José Joaquim Pinto de Almeida (Ibidem, p. 197).

²¹⁶² Ibidem, p. 196.

²¹⁶³ Ibidem, p. 197.

²¹⁶⁴ Ibidem.

²¹⁶⁵ Composta por Joaquim José Alves, Joaquim Urbano da Veiga, e José Ribeiro Guimarães Drack.

²¹⁶⁶ CORREIA, VEIGA e FERREIRA - Consulta da Sociedade Pharmaceutica Lusitana ácerca do sulphato de quinina... p. 197-199.

²¹⁶⁷ TELLES, João José de Sousa; MACHADO, Alfredo da Silva; MATTOS, José Gomes de - Consulta da sociedade pharmaceutica lusitana ácerca de uma amostra de sulfato de quinina que lhe foi enviada pelos srs. Creswell & C.^a, representantes em Lisboa da fabrica lombarda de productos chimicos em Milão. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 189.

proceder a nova análise do sulfato de quinina da dita fábrica²¹⁶⁸. Na sessão de 23 de Setembro de 1882 é aprovada a criação de uma comissão para responder a várias questões propostas por Emilio Fragoso relativas à análise do sulfato de quinina²¹⁶⁹. Estas 7 questões estavam relacionadas com as dúvidas de Emilio Estacio sobre os ensaios usados pela comissão de química na análise do sulfato de quinina da fábrica de Milão (nomeadamente se o chamado ensaio de Kerner e o doseamento da água eram ou não essenciais para determinar a pureza do sulfato de quinina). A comissão era composta por Emilio Estacio, João de Jesus Pires e Francisco de Carvalho. A resposta a essas perguntas é focada por Emilio Fragoso noutra sessão da sociedade²¹⁷⁰, onde se rejeita o parecer da comissão sobre as ditas questões. Emilio Fragoso destaca também a falta de consenso nos diversos autores quanto ao alcaloide da quina considerado mais antifebril apontando:

“Se ha opiniões tão distintas e tão pouco uniformes na superioridade d’este ou d’aquelle alcaloide, tem razão de ser o rigor chimico na analyse do sulfato de quinina, e mesmo na sua preparação? Não tem. A presença de alcaloides differentes da quinina, quando não seja em quantidade superior, não influe nas virtudes therapeuticas do sal”²¹⁷¹.

Em 1890 foi realizada uma análise comparativa entre amostras de sulfato de quinina de origem inglesa (da fábrica Howards & Sons) e de origem alemã (vinda da fábrica Böhringer & Söhne)²¹⁷². A análise fora realizada a pedido de uma empresa portuguesa (Carneiro & Neves), que pretendia introduzir no mercado português o sulfato de quinina alemão²¹⁷³. Os autores do parecer concluíram que os sulfatos das duas proveniências satisfaziam “cabalmente ás exigencias de pureza que a therapeutica requer” e que o sulfato de quinina alemão analisado ultrapassava até a pureza relativa exigida pela farmacopeia francesa, podendo ser considerado “chimicamente puro”²¹⁷⁴. Os autores destacam ainda que o sulfato de quinina, “até ha pouco tempo”, tinha sempre tido “elevada cotação” e que tinha conquistado “uma grande reputação que ainda hoje gosa, quando o seu processo de fabricação era menos perfeito e a sua pureza era geralmente menor do

²¹⁶⁸ FRAGOSO, Emilio - Sessão de 11 de Agosto de 1882. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882a) 224–240.

²¹⁶⁹ FRAGOSO, Emilio - Sessão de 23 de Setembro de 1882. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882b) 246–251, p. 248-250.

²¹⁷⁰ FRAGOSO, Emilio - Sessão Extraordinaria de 3 de Janeiro de 1883. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 5–24.

²¹⁷¹ Ibidem, p. 22-23.

²¹⁷² CARVALHO, Francisco de - Sessão de 11 de Novembro de 1890. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890a) 215-220, p. 218-220. José Ribeiro Guimarães Drack e Alfredo da Silva Machado, representando a comissão de química, realizaram esta análise.

²¹⁷³ CARVALHO, Francisco de - Sessão de 26 de Março de 1890. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890b) 64-69, p. 68.

²¹⁷⁴ CARVALHO - Sessão de 11 de Novembro de 1890, p. 220.

que na actualidade”²¹⁷⁵. O parecer foi aprovado a 11 de Novembro de 1890 e foi depois impresso e distribuído pela empresa Carneiro & Neves²¹⁷⁶.

J. Burmeister também solicitou à sociedade a análise de uma amostra de sulfato de quinina de origem alemã, da fábrica Braunschweig. Esta análise foi realizada em 1891²¹⁷⁷. Os autores do parecer da comissão de química²¹⁷⁸ concluíram que a amostra era pura e satisfazia “às exigencias da therapeutica”²¹⁷⁹, estando “nos limites do exigido” pelas farmacopeias francesa e portuguesa²¹⁸⁰.

Em 1893 e 1897 relatam-se análises a amostras de sulfato de quinina fabricado pela Sociedade Luso-Africana, uma empresa portuguesa. Relativamente à amostra analisada em 1893, cujo parecer é datado de 25 de Abril de 1893, a comissão de química indica que devia “considerar-se como um producto commercialmente puro, não inferior a muitos de origem estrangeira, satisfazendo por tanto ás exigencias da Pharmacopéa Portugueza e de outras”²¹⁸¹. A 14 de Março de 1893 também se aprovou um parecer da comissão de química sobre a análise (pedida por J. Burmeister) a uma amostra de sulfato de quinina da marca G. F. Boerhinghen & Sonne, que foi declarado como “um producto com o gráo de puresa excedendo um pouco a exigida pela pharmacopêa portugueza, e ainda por outras estrangeiras”²¹⁸². Em Março de 1897 foi novamente analisado o sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana, desta feita no Dispensatório Farmacêutico dos Hospitais da Universidade de Coimbra. A amostra foi declarada pelo diretor Vicente José de Seiça como um “*bom sulfato de quinina officinal*”²¹⁸³.

No tomo de 1907 encontra-se outro parecer da comissão de química²¹⁸⁴ resultante de análises feitas a uma amostra de sulfato de quinina. Tratava-se de outro sulfato de quinina fabricado em Portugal, mais concretamente pelo *Laboratorio Chimico-pharmaceutico* de Ribeiro da Costa & C.^a, sediado em Lisboa. Através da observação das propriedades organoléticas e da realização de vários ensaios, concluíram que se tratava de sulfato de quinina “*chimicamente puro*,”

²¹⁷⁵ Ibidem, p. 219. O preço do sulfato de quinina baixou muito em 1890 mas voltou a aumentar na década de 90 do século XIX (GOSS - Building the world's supply of quinine... p. 11).

²¹⁷⁶ CARVALHO, Francisco de - Sessão de 13 de Janeiro de 1891. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 21-26, p. 21.

²¹⁷⁷ FRAGOSO, Emilio - Sessão de 10 de Março de 1891. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 85-88, p. 86-87.

²¹⁷⁸ Joaquim José Alves, José Ribeiro Guimarães Drack e Alfredo da Silva Machado.

²¹⁷⁹ FRAGOSO - Sessão de 10 de Março de 1891, p. 87.

²¹⁸⁰ Ibidem.

²¹⁸¹ ALVES, Joaquim José; FRAGOSO, Emilio – Parecer da comissão de chimica sobre uma amostra de sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 4 (1893) 90–91.

²¹⁸² ALVES, Joaquim José; MACHADO, Alfredo da Silva; FRAGOSO, Emilio – Parecer da comissão de chimica sobre uma analyse de sulfato de quinina, aprovado em sessão de 21 de março de 1893. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 4 (1893) 113–114, p. 114.

²¹⁸³ SEIÇA, Vicente José de – Analyse do sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana feita no Dispensatorio Pharmaceutico dos Hospitales da Universidade. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 3 (1897a) 167–168, p. 167.

²¹⁸⁴ A comissão de química era constituída por Antonio Carvalho da Fonseca, Raul Lupi Nogueira, José A. de M. Cisneiros e Faria e Jayme Tavares.

tal como é exigido para os usos medicos”²¹⁸⁵. Neste tomo de 1907 surge também um artigo intitulado “Sulfato de quinina nacional” da autoria de F. de Carvalho²¹⁸⁶, acerca da produção de sulfato de quinina pelo *Laboratorio de productos chimicos e pharmaceuticos*. O autor indica que tinha ficado muito agradado com a qualidade daquele sulfato de quinina (indicando que não era inferior ao produzido no estrangeiro), tendo emitido um parecer para que este produto “fôsse introduzido nos usos medicos do exercito”²¹⁸⁷. A amostra que o autor analisara tinha sido obtida em 1906. Neste artigo F. de Carvalho descreve a sua visita à fábrica onde este sulfato de quinina era produzido. Destaca que esta fábrica utilizava unicamente quina produzida nas colónias portuguesas e tinha adquirido a maquinaria da Sociedade Luso-Africana. Aponta ainda que o número de fábricas de sulfato de quinina era reduzido.

No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* estão também presentes artigos relativos às análises de amostras de quina vindas das antigas colónias portuguesas.

Um desses artigos data de 1877, e é uma transcrição de um artigo de Joaquim dos Santos e Silva²¹⁸⁸, publicado no periódico científico *O Instituto*²¹⁸⁹, bem como no *Jornal de Horticultura Prática*²¹⁹⁰. O artigo descreve algumas análises químicas que Joaquim dos Santos e Silva tinha feito sobre amostras de quina cultivada em São Tomé, de forma a determinar o seu teor em quinina e cinchonina. A transcrição é precedida da indicação de que Joaquim dos Santos e Silva era um “pharmaceutico estudioso e dedicado preparador no laboratorio chimico da universidade”, já “vantajosamente conhecido” por outros trabalhos científicos, designadamente a elaboração “de uns elementos de analyse chimica qualitativa, que mereceram ser adoptados pela universidade para compendio d’esta importante parte do estudo da chimica”²¹⁹¹. A nota introdutória louva também o periódico *O Instituto*, designando-o como excelente, e salienta a relevância deste artigo, particularmente para os farmacêuticos.

No tomo de 1883, Silva Machado relata os resultados de 3 análises de cascas de quina provenientes de São Tomé, efetuadas por Joaquim dos Santos e Silva no laboratório da Universidade de Coimbra. As amostras tinham sido enviadas por Antonio Henriques Pires, e pertenciam à espécie *Cinchona succirubra*. Silva Machado aponta que os resultados

²¹⁸⁵ FONSECA, Antonio Carvalho da [et al.] – Parecer da Comissão de Chimica sobre uma amostra de sulfato de quinina, nacional. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 41–42, p. 42.

²¹⁸⁶ CARVALHO, F. de – Sulfato de quinina nacional. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 57-60.

²¹⁸⁷ Ibidem, p. 58.

²¹⁸⁸ SILVA, Joaquim dos Santos e – Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877a) 43–48.

²¹⁸⁹ SILVA, Joaquim dos Santos e – Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa. **O Instituto**. 24:7 (1877b) 29–33.

²¹⁹⁰ SILVA, Joaquim dos Santos e – Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa. **Jornal de Horticultura Pratica**. 8 (1877c) 90–92.

²¹⁹¹ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza... (1877a), p. 43.

demonstravam que as amostras eram de boa qualidade, e que 2 delas podiam mesmo ser consideradas como “ótimas”²¹⁹².

Noutro artigo, de 1926, o autor João Maria Holtreman do Rego refere que analisara há pouco tempo uma casca de quina vinda de São Tomé com uma percentagem de apenas 0,26 % de quinina. Aponta, no entanto, que há cerca de 30 anos, analisara muitas amostras de cascas de quina são-tomense com percentagens superiores, que frequentemente atingiam 3,5 % de quinina e, por vezes, chegavam a conter um teor de 4 % de quinina “geralmente nas que provinham de culturas feitas em maiores altitudes”²¹⁹³. Holtreman do Rego explicita detalhadamente o processo de doseamento da quinina que costumava utilizar; e refere sumariamente o processo que fora usado para produzir o sulfato de quinina português, indicando as suas operações principais e acrescentando algumas observações “de maior interesse fabril”²¹⁹⁴ sobre esse processo de obtenção do sulfato de quinina. Seguem-se algumas notas sobre a história da cultura das árvores da quina em São Tomé, apontando que as cascas de quina provenientes dessa ilha tinham tido um teor de quinina semelhante ao das cascas americanas (máximo de 5 % de quinina), embora não atingindo os teores de quinina da quina proveniente de Java (que podiam chegar a 13,25 % segundo o autor deste artigo). Holtreman do Rego indica que em 1887 a produção portuguesa de quina em São Tomé tinha sido de 15260 quilos, e que em 1891 a produção chegara a 49149 quilos²¹⁹⁵, quantidade essa que teria aumentado progressivamente até ao ano de 1895. O autor refere que em São Tomé alguns fazendeiros tinham recorrido a cultivadores estrangeiros para otimizar o cultivo da quina, e tinham constituído a Sociedade Luso-Africana, empresa dedicada ao fabrico de sulfato de quinina e dos seus derivados. Segundo Holtreman do Rego esta empresa teve algumas dificuldades em iniciar a produção de quinina, sobretudo por ter escolhido inicialmente um método de extração dos alcaloides que era caro e “requeria grandes conhecimentos práticos”²¹⁹⁶, e que, além disso, já não era utilizado pelas outras fábricas. Depois passaram a usar o “processo de petróleo”, através do qual se obtinha “um sulfato de quinina um tanto caro, é certo, mas perfeito”, que continha “cinchonidina e outros alcaloides secundários em dose inferior à tolerada no sulfato de quinina inglês de então”²¹⁹⁷. Segundo Holtreman do Rego, o sulfato de quinina português era mais caro devido à “desvantagem de se recorrer a uma instalação que não era apropriada ao processo do petróleo” e por se utilizar “petróleo de iluminação que, por ser aquecido a 100° C., dava perdas importantes”²¹⁹⁸. A empresa fora fundada

²¹⁹² MACHADO, Silva – Quinas de S. Thomé. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 152.

²¹⁹³ REGO, João Maria Holtreman do – Análise e aproveitamento industrial das cinchonas e algumas palavras para a história do sulfato de quinina nacional. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2 (1926) 95–101.

²¹⁹⁴ Ibidem, p. 98.

²¹⁹⁵ Segundo Holtreman do Rego esta informação provinha da obra “As colónias portuguesas”, de Ernesto J. de C. e Vasconcelos (Ibidem, p. 99).

²¹⁹⁶ Ibidem, p. 100.

²¹⁹⁷ Ibidem.

²¹⁹⁸ Ibidem.

“quando se não fazia ainda sentir notavelmente a concorrência de Java”²¹⁹⁹, que depois originara o desaparecimento de quase todas as fábricas europeias de quinina. O autor refere ainda que se tentou fundar um sindicato europeu quando Portugal ainda produzia sulfato de quinina e derivados (o que acabou por não se concretizar), e que a Sociedade Luso-Africana recusara a proposta de se associar a este sindicato “porque dispunha da protecção da pauta”²²⁰⁰. Holtreman do Rego afirma que essa protecção foi prejudicial, já que foi conhecida de antemão. Gerara assim a entrada de grandes quantidades de sulfato de quinina inglês no mercado português, tornando quase impossível a venda do sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana nos dois primeiros anos de produção. O autor refere ainda que, na tentativa de melhorar o cultivo das quineiras, se tinha feito a enxertia de exemplares da espécie *Cinchona succirubra* com *Cinchona calisaya*, possivelmente aconselhada por um especialista alemão. Estas enxertias não tiveram bons resultados, originando a diminuição do teor de quinina nas cascas de quina são-tomenses “de 3,5 % para alguns decimos por cento”²²⁰¹ e a consequente recusa da maioria da casca de quina de São Tomé nos mercados estrangeiros.

Outro dos temas frequentemente focados no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* é o das falsificações dos medicamentos com quinina (designadamente do sulfato de quinina), e a forma de as reconhecer. Há também referências à falsificação da quina e dos medicamentos com quina.

Na Acta n.º 292, de 9 de Julho de 1846 discute-se “*Qual o melhor e mais facil meio de reconhecer a falsificação do Sulphato de Quinina, e seus saes*”²²⁰². H. J. de S. Telles indica que o sulfato de quinina era “um agente therapeutico, de grande importancia, e (...) tão sujeito a ser falsificado pela sophisticaria comercial”²²⁰³, apontando que “pelas causas sabidas” não podiam “manipular-o em nossas officinas, ou laboratorios”²²⁰⁴. H. J. de S. Telles indica as características do sulfato de quinina, e as diversas substâncias que se usavam para falsificá-lo, bem como o modo de as identificar. Indica também os caracteres gerais dos outros sais de quinina segundo Bouchardat.

Outra sessão, de 28 de Janeiro de 1847, teve como ordem do dia as “Falsificações do Sulphato de Quinina”²²⁰⁵. H. J. de S. Telles menciona uma observação de outro sócio, o Sr. Norberto. O Sr. Norberto afirmara que todo o sulfato de quinina comercializado era falsificado e que, ao submeter o sulfato de quinina “um pouco á combustão”, se tinham desenvolvido “mui copiosos vapores cyan’hydricos”²²⁰⁶. Indica que o sulfato de quinina que utilizava era

²¹⁹⁹ Ibidem.

²²⁰⁰ Ibidem, p. 101.

²²⁰¹ Ibidem.

²²⁰² TELLES, H. J. de S. - Acta n.º 292, de 9 de Julho de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 398–404, p. 400.

²²⁰³ Ibidem.

²²⁰⁴ Ibidem, p. 401.

²²⁰⁵ FREIRE, C. M. M. - Acta n.º 308 de 28 de Janeiro de 1847. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 626–633, p. 627.

²²⁰⁶ Ibidem, p. 628.

provavelmente da fábrica de Pelletier, e que o julgava verdadeiro. H. J. de S. Telles descreve depois algumas experiências que efetuara para tentar perceber porque se formavam os ditos vapores ao sujeitar o sulfato de quinina comercial a uma ligeira combustão, e aventa algumas justificações para tal. Outro sócio, J. D. Corrêa, afirmava que não cria que os vapores formados a partir do sulfato de quinina significassem falsificação daquele produto, ao contrário do Sr. Norberto. Decidiu-se então que a comissão de química se deveria encarregar de esclarecer se o sulfato de quinina “no estado ordinario” tinha ou não “cyanogeno” e se “o cheiro cyan’hydrico” após combustão tinha “character permanente”²²⁰⁷. Para esse efeito seriam utilizadas amostras de sulfato de quinina cedidas pelos sócios Oliveira, Telles e Norberto (e que correspondiam ao sulfato de quinina comercializado pelo laboratório de Pelletier), e que seriam comparadas com a amostra do sócio Silverio Cardoso, de Mirandela.

Um parecer da comissão de farmácia de 10 de Junho de 1851 refere-se a uma casca proveniente do Brasil que recebera para avaliar. A comissão concluiu que se tratava de uma “falsa-quina”²²⁰⁸, que tinha os mesmos caracteres da chamada “quina do Brasil (*portlandia hexandra*, L.)”, conhecida também como “quina do Rio de Janeiro, e quina de Guiné”²²⁰⁹.

No volume de 1863 refere-se que “se tem fraudulentamente introduzido no commercio grande abundancia de sulphato de chinchonina, debaixo do titulo de sulphato de quinina”²²¹⁰. Indica-se também um método para a deteção dessa falsificação.

Outro parecer da comissão de farmácia refere-se a vários produtos apreendidos em Évora²²¹¹, e que foram enviados para a *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* para avaliação. Os produtos apreendidos incluíam três frascos de vidro cujo conteúdo estava identificado como sulfato de quinina, e um extrato de quina²²¹². A comissão concluiu que “os tres vidros de sulphato de quinina” eram “todos de qualidade incapaz, e que se deve rejeitar”²²¹³, e que o chamado extrato de quina parecia ser uma mistura de extrato de alcaçuz com aloés hepático. Tinham também sido apreendidas umas cascas que foram identificadas como pertencendo “á qualidade chamada no commercio *quina humalis*”²²¹⁴, uma quina declarada “muito inferior”²²¹⁵. A comissão recomendou que todos aqueles produtos fossem inutilizados.

²²⁰⁷ Ibidem, p. 630-631.

²²⁰⁸ CORRÊA, José Dionysio; D’AZEVEDO, Francisco Antonio Alves; D’ANDRADE, João Izidoro Ferreira – Parecer da Comissão de Pharmacia ácerca d’uma falsa-quina remetida á Sociedade. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:8 (1851) 237-238, p. 238.

²²⁰⁹ Ibidem, p. 237.

²²¹⁰ AVISO aos Nossos Consocios e Collegas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 4 (1863) 101.

²²¹¹ TELLES, Henrique José de Sousa – Officio da Sociedade, dirigido ao Conselho de Saúde Publica do Reino, ácerca de drogas falsificadas e apprehendidas em Evora. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:1 (1852) 26-27, p. 26.

²²¹² D’AZEVEDO, Francisco Antonio Alves - Parecer da Comissão de Pharmacia, a que se refere o Officio supra. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:1 (1852) 27-28.

²²¹³ Ibidem, p. 28.

²²¹⁴ Ibidem, p. 27.

²²¹⁵ Ibidem, p. 28.

No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* também estão presentes vários artigos acerca da cultura das quineiras.

Vários desses artigos são da autoria de Bernardino Barros Gomes, neto de Bernardino António Gomes (1768-1823), e filho do seu descendente homónimo Bernardino António Gomes (1806-1877)²²¹⁶. Estes artigos de Bernardino Barros Gomes, publicados nos tomos de 1865 e 1866 do *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, foram primeiro publicados sob a forma de um livro, intitulado *Cultura das plantas que dão a quina*, publicado em 1864. Este livro foi também publicado noutra revista académica, especificamente no tomo 29 da revista médica *Jornal da Sociedade das Sciencias medicas*, em 1865²²¹⁷.

Também Bernardino António Gomes (1806-1877) publica no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* um artigo intitulado “As arvores que dão a quina, nas possessões d’Africa”²²¹⁸. Neste artigo, proveniente do *Jornal da sociedade das sciencias medicas de Lisboa*, B. A. Gomes declara a quina como o agente “mais valioso de quantos a medicina possui”²²¹⁹.

Este artigo inclui alguns apontamentos históricos sobre o cultivo das árvores da quina, designadamente pelos holandeses e pelos ingleses e, posteriormente, pelos portugueses. Indica também algumas condições edafoclimáticas das zonas da América de onde as quineiras eram nativas. O autor, Bernardino António Gomes filho, descreve as primeiras tentativas goradas dos portugueses no cultivo das árvores da quina. Primeiro, o envio de sementes provenientes de Java

²²¹⁶ [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 63–69; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 69). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 81–88; GOMES, B. Barros - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 81 do 1.º tomo da 5.ª serie). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 3–7; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 7). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 21–29; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 29). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 41–51; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 51). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 61–66; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 66). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 81–85; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 85). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 101–104; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 104). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 140–144; [GOMES], B. B. - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 144). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 157–164; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 164). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 201–205; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 205). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 248–254; [GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 254). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 273–289; [GOMES], B. B. - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 289). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 293–298.

²²¹⁷ SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brasil**. [Em linha]. Tomo Oitavo (Primeiro do suplemento) A-B. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. [Consult. 15 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008959&bbm/5426#page/6/mode/2up>>, p. 383.

²²¹⁸ GOMES, B. A. – As arvores que dão a quina, nas possessões d’Africa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 86–94.

²²¹⁹ Ibidem, p. 87.

para diferentes “provincias do ultramar” e para os “melhores jardineiros do reino”²²²⁰, com as respectivas instruções de cultivo e que não germinaram; depois as plantas enviadas das estufas dos jardins de Kew, que acabaram por morrer todas.

Finalmente, a sementeira feita por Edmond Goese nas estufas do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, com sementes obtidas através do diretor dos jardins de Kew, Sir W. Hooker, germinou na totalidade, originando algumas centenas de plantas da quina. Estas plantas foram depois enviadas em caixas de Ward para vários locais adequados “geralmente com o melhor resultado”²²²¹.

B. A. Gomes assinala as várias zonas de território português onde as árvores da quina podiam ser cultivadas, e indica vários locais onde já cresciam efetivamente, designadamente “na Madeira, em S. Thiago de Cabo Verde, em S. Thomé e mesmo em Pungo-Andongo [Angola]”²²²². Refere o nome de um cultivador em Cabo Verde, Augusto Nobre, que já conseguira multiplicar por estaca plantas da quina, bem como alguns officios dos governadores de Cabo Verde e S. Tomé, publicados no Diário do governo de 13 de Novembro de 1871. Elogia o governador geral de Cabo Verde, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque “o qual vê-se que comprehendêra o alcance da questão, e prestou n’ella serviços que muito o acreditam”, e o médico do quadro da província, Custodio Duarte, que mostrava “pelo modo esclarecido por que escreve e dá noticia, ter sido dos que bastante influira na boa direcção que tiveram em Cabo Verde estes primeiros ensaios da cultura das arvores da quina”²²²³. B. A. Gomes aponta: “Todos estes dignos funcionarios pedem mais plantas e sementes”, e que estes esperavam que as árvores da quina viessem “a ser uma das essencias florestaes, destinadas a formar o revestimento arboreo, de que as ilhas do archipelago muito precisam”²²²⁴. B. A. Gomes refere ainda que os portugueses, face a outros países com colónias, estavam “desfavorecidos para este genero de empresas”, uma vez que ao contrário das colónias desses países, faltavam “nas colonias portuguezas os homens e os estabelecimentos de sciencia, que são o coração e a alma de uma proficua administração”, e que guiavam “de modo mais seguro todas as investigações e tentativas, capazes de conduzir ao conhecimento das producções de que as respectivas regiões são capazes, e assim aos meios de alcançar o seu maximo aproveitamento”²²²⁵. Afirma que, para efetuar este aproveitamento, eram “indispensaveis homens de boa sciencia e de habitos praticos, e é forçoso confessar, que a nossa instrucção superior os preparou quasi sempre pouco, não abundando por isso os que temos”²²²⁶. Refere também que, na sua opinião, o principal motivo pelo qual “as colonias portuguezas se mantêm em nivel inferior

²²²⁰ Ibidem, p. 89.

²²²¹ Ibidem, p. 90.

²²²² Ibidem, p. 91.

²²²³ Ibidem, p. 92.

²²²⁴ Ibidem.

²²²⁵ Ibidem.

²²²⁶ Ibidem.

ás de outras nações”²²²⁷ era precisamente a falta de cientistas e instituições científicas. Indica que no Brasil também deveria ser possível o cultivo das árvores da quina e que aí existiam

“fórmias vegetaes vizinhas ás das Cinchonas dos Andes e pertencentes aos generos, Remigia, Exostema, Buena, Coutaria, assim como ao proprio genero Cinchona, cujas especies brasileiras são conhecidas pelos nomes de, quina da serra, quina do matto, quina do campo, quina de Remijo, quina de Cujabá, quina de Piauhy, quina de Pernambuco, e quina do Rio de Janeiro”,

espécies “proximas pelos caracteres e pelas fórmias” e que, embora não tivessem na sua casca o “quinino”, que outorgava “ás Cinchonas dos Andes todo o valor que ellas têm”²²²⁸, tinham outros alcaloides próprios com virtudes análogas, embora inferiores. Aponta ainda que julgava que no Brasil a cultura das árvores da quina ainda não tinha sido aceite por não ser tão rentável como outras culturas que já lá existiam. No entanto, destaca,

“Se attendermos, porém, que a questão, alem de economica é humanitaria, e que as arvores da quina são hoje das especies vegetaes que devem acompanhar-nos por toda a parte, aonde a sua cultura é possivel, e aonde nos perseguem as febres e mais doenças, contra as quaes os principios activos da quina são o mais providente remedio, nenhuma duvida restará de que não tarde a occasião tambem de ver generalisar o precioso arvoredado das cordilheiras dos Andes nas terras de Santa Cruz”²²²⁹,

louvando ainda a sabedoria do governo do Brasil e a competência dos cientistas brasileiros.

Outro artigo, assinado por Silva Machado e datado de 1882, fala também do cultivo das árvores na quina nas antigas colónias portuguesas²²³⁰. Neste artigo, indica-se que a cultura das árvores da quina estava a desenvolver-se muito em São Tomé, e que o seu maior cultivador naquela ilha era Dias Quintas, com cerca de 30 000 pés de plantas da quina, sobretudo pertencentes às espécies *Cinchona succirubra*, *Cinchona calisaya* e *Cinchona Josephiana*. Silva Machado aponta que amostras de quina vindas de São Tomé já tinham sido enviadas para Portugal continental, tendo sido analisadas por Joaquim dos Santos e Silva, e apresenta alguns resultados dessas análises. Segundo Silva Machado, a quina de São Tomé tinha uma grande riqueza em alcaloides, e não era inferior às melhores quinas das colónias inglesas e holandesas. Indica que se tinham enviado também amostras de quina para os primeiros fabricantes de sulfato de quinina, e refere o preço por quilograma porque tinham sido vendidas em Inglaterra e França. Aponta ainda como foram feitas as primeiras tentativas infrutíferas de introdução das quineiras nas colónias portuguesas em África. Segundo Silva Machado, as plantações das árvores da quina existentes

²²²⁷ Ibidem, p. 93.

²²²⁸ Ibidem, p. 94.

²²²⁹ Ibidem.

²²³⁰ MACHADO, Silva - A quina nas colonias portuguezas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882) 251–257.

em São Tomé e Cabo Verde eram devidas apenas aos esforços da direção do Jardim Botânico de Coimbra, direção que “desde 1867 tem trabalhado bastante para a introdução da cultura das quinas na nossa Africa”²²³¹. O autor destaca particularmente o contributo de Júlio Henriques para a aclimação das árvores da quina nas colónias portuguesas na África ocidental, designadamente através do envio de “muitas plantas e sementes das melhores especies”²²³² (provenientes de Java, da Índia e da Austrália), e através da correspondência com quem se dedicava ao cultivo da *Cinchona*. Silva Machado descreve também o estado da cultura das quinas em Cabo Verde e São Tomé, apresentando uma resenha histórica sobre o tema. Indica que a obra *Cultura das plantas que dão a quina* de Bernardino Barros Gomes estava esgotada em 1880, e que, por isso, Júlio Henriques publicara as *Instrucções praticas para a cultura das plantas que dão a quina*, patrocinado pelo Ministério da Marinha, para auxiliar os cultivadores das quinas. Aponta também que Júlio Henriques tinha já publicado quer n’*O Instituto*, quer no *Jornal de Horticultura pratica* artigos sobre a aclimação da *Cinchona* nas colónias portuguesas na África ocidental. Destaca também a existência de artigos da autoria de Adolpho Frederico Moller sobre a cultura das árvores da quina no *Jornal de Horticultura pratica*, bem como o papel de Moller ao dirigir o seu cultivo nas estufas do Jardim Botânico de Coimbra, enquanto inspetor daquele estabelecimento, e secundando os esforços de Júlio Henriques. Assinala o número de plantas de quina existentes naquela altura no Jardim Botânico de Coimbra, destinadas às colónias africanas (1500-2000 plantas, sobretudo pertencentes à espécie *Cinchona Ledgeriana* “a especie mais rica em alcaloides e aquella de que ha menos exemplares em S. Thomé”²²³³). Silva Machado aponta que o sulfato de quinina era consumido a nível mundial em grandes quantidades, e que quase todo esse sulfato de quinina provinha de cascas de quina exportada das colónias inglesas e holandesas. Silva Machado sugere como se poderia desenvolver a cultura das árvores da quina nas colónias africanas:

“Para se desenvolver esta cultura, nas possessões portuguezas da Africa occidental, não precisa o nosso governo de fazer grandes sacrificios, basta que mande para S. Thomé um individuo com a competente pratica de cultivar cinchonas, e estabelecer ali grandes viveiros das suas melhores especies, para fornecer a os particulares por diminuto preço, apenas bastante para salvar as despesas, quando não queira sôbrecarregar o thesouro, apesar de entendermos que devem ser dadas gratuitamente a quem as peça”²²³⁴.

Salienta ainda que o estabelecimento de viveiros de plantas de quina em São Tomé permitiria depois um transporte mais fácil para as outras colónias portuguesas na África ocidental, para além de dar “um grande e rapido incremento á cultura n’esta ilha”²²³⁵. Indica os meios utilizados para a reprodução das plantas em S. Tomé, e lança um repto ao ministro da marinha para “prestar a

²²³¹ Ibidem, p. 253.

²²³² Ibidem.

²²³³ Ibidem, p. 254-255.

²²³⁴ Ibidem, p. 256.

²²³⁵ Ibidem.

devida atenção a este importante ramo de agricultura colonial”²²³⁶. Afirma ainda: “É muito provável que, quando nos vier das nossas colônias a quina em abundante quantidade, não tarde em tentar-se a fabricação, aqui, do sulfato de quinina, que poderá fazer-se então em boas condições de preço, não só para o consumo do paiz mas também para o da Africa e do Brazil”²²³⁷. Silva Machado conclui agradecendo a Moller pela cedência de “valiosas informações”²²³⁸ utilizadas na escrita do artigo.

Outro artigo de 1883, também da autoria de Silva Machado, contém uma tabela relativa ao ano de 1882, em que se indicam o número de pés (plantas) de cada espécie de *Cinchona* que tinham sido enviados para as colônias de São Tomé, Cabo Verde e Angola, a pedido dos governadores e de diversos cultivadores das plantas da quina. O número total de plantas expedidas fora de 815, a maioria pertencentes à espécie *Cinchona ledgeriana*, uma variedade da *Cinchona calisaya* e “a mais rica em alcaloides que hoje se conhece”²²³⁹. Refere-se que a cultura estava a ser particularmente bem-sucedida em São Tomé, e que estavam a ser efetuadas no laboratório da Universidade de Coimbra cinco análises de diferentes cascas de quina provenientes dessa ilha. A primeira análise (que estava quase terminada) mostrava que essa casca era “muito rica em alcaloides”²²⁴⁰.

Em 1887, Adolpho Frederico Moller publica no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* um artigo intitulado “Cultura das quinas em Victoria”²²⁴¹. Este artigo relata algumas informações divulgadas na publicação *Gardener’s Chronicle*, sobre o crescimento de árvores de *Cinchona* em baixa altitude, e que ainda produziam casca com 6% de alcaloides. Segundo Moller, isso sugeria que “a cultura destas valiosas plantas, no sentido comercial, tem uma importância mais vasta do que geralmente se presumia”²²⁴². Moller indica que tinha observado que em São Tomé as árvores da quina tinham de facto um fraco desenvolvimento em altitudes inferiores a 650 metros, e que apenas a espécie *Cinchona succirubra* crescia nessas altitudes. Aponta também que em São Tomé as árvores da *Cinchona succirubra*, começavam “a mostrar o seu crescimento luxuriante” a partir da altitude de 1000 a 1050 metros, ao passo que os exemplares de *C. calisaya* e *C. officinalis* “e outras” tinham “um desenvolvimento muito menor”²²⁴³. Moller menciona também que estava em contato com o Barão de Müller - Barão Sir Ferdinand Jacob Heinrich von Müller (1825-1896) -, um botânico alemão que trabalhou na Austrália, havia sido o Diretor do Jardim Botânico de Melbourne e que tinha “estudado muito a cultura das quinas na Austrália”²²⁴⁴.

²²³⁶ Ibidem, p. 257.

²²³⁷ Ibidem.

²²³⁸ Ibidem.

²²³⁹ M., S. [Silva Machado] – A quina nas colônias portuguesas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883a) 42–43, p. 42.

²²⁴⁰ Ibidem, p. 43.

²²⁴¹ MOLLER, A. F. – Cultura das quinas em Victoria. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887) 166–169.

²²⁴² Ibidem, p. 167.

²²⁴³ Ibidem, p. 168.

²²⁴⁴ Ibidem, p. 167.

Moller destaca então várias das opiniões do Barão Müller sobre o cultivo de *Cinchona* e menciona que, ao ler o livro deste autor, *Select extra-tropical plants* (1881), percebeu que a *Cinchona calisaya* também tinha florescido em baixa altitude em Berwick, na Austrália.

No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* também se encontram artigos sobre outros temas relacionados com a quina e a quinina.

No tomo de 1885, numa das sessões da sociedade, foi apresentada uma comunicação científica de Alfredo da Silva Machado sobre os resíduos dos infusos e cozimentos de quina, na sequência da leitura de uma notícia no *Pharmaceutisch Post*, um jornal profissional alemão. Silva Machado destaca que as quinas pertenciam “ao numero das substancias vegetaes de preço mais elevado que teem uso em pharmacia, e sendo isso devido aos alcaloides que possuem, representam, os residuos dos respectivos infusos e cosimentos, um certo valor venal que é pena desprezar-se”²²⁴⁵. O autor relata que estava a fazer alguns ensaios para saber “em que proporção se encontram os alcaloides nas quinas”²²⁴⁶ depois de serem sujeitas à infusão ou à decocção. Dizia que os ensaios ainda estavam em curso (ressalvando a necessidade de conduzir quatro ensaios para cada classe de quinas – amarela, vermelha e cinzenta), e indica que estava a usar o antigo, prático e fiável processo de Guilhiermond. Destaca que estes resíduos de cozimentos e infusos de quina eram (de acordo com os resultados que já tinha obtido) “muito aproveitaveis para alguns preparados pharmaceuticos, tendo, como é rasoavel, a sua menor proporção de principios activos”²²⁴⁷. Relata que iria experimentar também outros processos de doseamento preconizados mais recentemente (Artur Petit; L. Masse). Silva Machado aponta que a sociedade se devia também dedicar à “determinação do melhor processo para o doseamento das quinas”²²⁴⁸, salientando que o processo recomendado pela *Pharmacopêa portugueza* deixava, na sua opinião, “muito a desejar”²²⁴⁹. Silva Machado assinalava ainda que “a indicação d’um processo novo para doseamento das quinas, acompanhada da critica dos processos actuaes” poderia ser “uma das questões para premio no proximo anno”²²⁵⁰. Outros participantes na sessão deram a sua opinião, designadamente o Dr. Alves e o Sr. Drack, e encorajaram os esforços de Silva Machado.

Um outro artigo, de 1851, da autoria do famoso farmacologista, médico, e membro honorário da *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* Jonathan Pereira²²⁵¹, fala sobre as espécies de quina aceites em Inglaterra para “uso geral”²²⁵² pelos médicos ingleses. Afirma que eram apenas duas, a quina de Loxa (*C. condaminea*), utilizada na preparação de várias fórmulas com quina

²²⁴⁵ FRAGOSO, Emilio - Sessão de 28 de Abril – Presidencia do sr. GUIMARÃES DRACK, 1.º vice-presidente. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 101–105, p. 103.

²²⁴⁶ Ibidem, p. 104.

²²⁴⁷ Ibidem.

²²⁴⁸ Ibidem, p. 105.

²²⁴⁹ Ibidem.

²²⁵⁰ Ibidem. Mantivemos a formatação original da citação, em itálico.

²²⁵¹ O artigo fora traduzido a partir da língua original, o inglês, por João José de Sousa Telles.

²²⁵² PEREIRA, Jonathan – Noticia ácerca das cascas de quina recebidas no commercio inglez. Artigo escripto e enviado á Sociedade pelo Membro Honorario o Sr. Jonathan Pereira, Doctor em Medicina, e Socio da Sociedade Real de Londres. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:10 (1851) 309–314 (traduzido por João José de Sousa Telles), p. 309.

(pó, infuso, decocto e tintura) e que tinha “um grande e geral consumo na Medicina”²²⁵³; e a quina amarela (*C. calisaya*), usada para a produção do sulfato de quinina e que precisamente “pelo seu imenso consumo na fabricação do sulphato de quinina”²²⁵⁴ era a mais valiosa. No entanto, segundo Jonathan Pereira, enviavam-se para Inglaterra outras espécies de quina de má reputação no comércio, que eram depois exportadas para “consumo continental”²²⁵⁵. O autor refere o problema das falsificações das espécies de quina mais bem-reputadas com outras quinas mais baratas, e as tentativas infrutíferas de introduzir no uso médico outras espécies de quina com menor preço e igual qualidade. Aponta ainda que na época existia falta de quina verdadeira, e que por isso esta era muito cara. Apresenta considerações sobre várias espécies e variedades de casca de quina que obtivera através dos droguistas Hervings & C.^a, que também fabricavam sulfato de quinina. Inclui a sua sinonímia farmacológica, denominação botânica e denominações continentais. Aponta também informações sobre a “Casca bebeeru”²²⁵⁶, que estava a ser utilizada como substituto da quina, e sobre a “Casca copalchi”²²⁵⁷. Algumas amostras destas cascas tinham sido enviadas para a Sociedade Farmacêutica Lusitana.

O artigo intitulado “Citrato de ferro e de quinina”, de 1887, descreve um método de preparação do citrato de ferro e de quinina, as suas características físico-químicas, algumas reações de identificação, e instruções de conservação para este sal de quinina²²⁵⁸.

No tomo de 1890, na sequência do Ultimato Britânico de 1890, é publicada uma carta da empresa Estacio e C.^a. Segundo a empresa o envio desta carta resultava da sua vontade de “desfazer as apprehensões, que muitos teem” de que a resolução de cortar relações comerciais com a Inglaterra provocasse “difficuldades ao tractamento das doenças, quaes as que proveem da falta de sulphato de quinina inglez”²²⁵⁹. Deste modo, refere-se que o sulfato de quinina inglês vendido em Portugal não era “dos mais puros sulfatos de quinina commerciaes”. É também mencionada uma análise feita por Emilio Estacio, em que este verificara que o sulfato de quinina de origem alemã analisado era mais puro do que o de origem inglesa. A empresa declara também a sua intenção de fornecer brevemente um sulfato de quinina “*mais puro do que o inglez*”²²⁶⁰, garantido através de análises próprias. Realça-se também que a pureza de um dado produto era independente da nacionalidade, pelo que a referência a “*sulphato de quinina inglez puro*” era injustificada e, até antipatriótica²²⁶¹.

No mesmo tomo de 1890 F. de Carvalho refere a formação de uma empresa “para explorar a industria do sulfato de quinina, preparado com quinas da provincia de S. Thomé que são ricas

²²⁵³ Ibidem, p. 310.

²²⁵⁴ Ibidem, p. 312.

²²⁵⁵ Ibidem, p. 309.

²²⁵⁶ Ibidem, p. 313.

²²⁵⁷ Ibidem, p. 314.

²²⁵⁸ A. – Citrato de ferro e de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887a) 95–96.

²²⁵⁹ [Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890) 36-37, p. 36.

²²⁶⁰ Ibidem.

²²⁶¹ Ibidem, p. 37.

em alcaloides”. O autor aponta que um farmacêutico lisboeta estava naquela altura na Alemanha a “aperfeiçoar-se” no fabrico do sulfato de quinina, e a escolher as respetivas máquinas para montar a dita fábrica. Indica também que a maior parte do sulfato de quinina consumido em Portugal era inglês²²⁶².

No tomo de 1892 são descritas reações químicas para identificação de sais de quinina e de quinidina²²⁶³.

Em 1898 foi publicado um artigo dedicado à especialidade farmacêutica *Euquinina*²²⁶⁴, produzida pela Zimmer & C.^a. São descritas as suas características físico-químicas e fórmula química e é indicado que este medicamento não tinha sabor, o que representava uma vantagem face à quinina cujo sabor amargo era “mui considerável”²²⁶⁵. Aponta-se também que, segundo o médico Carl Von Norden (chefe de medicina interna em Frankfurt) a Euquinina tinha as mesmas virtudes medicinais da quinina “sem os inconvenientes d’esta; pois é bem tolerada por todos os estômagos e não causa zumbido nos ouvidos”²²⁶⁶.

Em 1900 dá-se conta da inauguração de um monumento em Paris, homenageando Pelletier e Caventou²²⁶⁷.

Em 1903 é pedido um parecer sobre duas fórmulas, uma delas com um sal de quinina, à Comissão de Farmácia da Sociedade Pharmaceutica Lusitana²²⁶⁸. O consócio que pedira este parecer, Tullio da Motta, queria saber se a solução hipodérmica de “bi-chloreto de quinina” deveria originar um precipitado após algum tempo, algo que a comissão concluiu que não deveria ocorrer.

Em 1904 foi publicado um artigo sobre uma falsa quina que tinha aparecido no mercado londrino²²⁶⁹.

3.3.2.2. Traduções, extratos, resumos e adaptações de artigos estrangeiros

No *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* encontram-se vários artigos relativos à quina e à quinina que são traduções, extratos traduzidos/adaptados, ou resumos de artigos estrangeiros, ou resumos ou notas sobre artigos de outras publicações, designadamente na secção

²²⁶² CARVALHO, F. de – Sulfato de quinina portuguez. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890) 80.

²²⁶³ REACÇÃO da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 3 (1892) 132.

²²⁶⁴ EUQUININA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 4 (1898) 5-6.

²²⁶⁵ Ibidem, p. 6.

²²⁶⁶ Ibidem.

²²⁶⁷ Apotheose de Pelletier e Caventou Glorificação da pharmacia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 160.

²²⁶⁸ TEIXEIRA, José Maria Soares; ALVES, Antonio Cesario d’Almeida; SILVA, Augusto Pereira da - Parecer da Comissão de Pharmacia a respeito do soluto de bi-chloreto de quinina, e da alteração do glycerophosphato de cal em papeis. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 89-90.

²²⁶⁹ UMA falsa casca de quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 5 (1904) 160.

“Revista dos jornaes”/“Revista das Revistas” ou na secção intitulada “Variedades”. Estes artigos são de dimensão muito variável, de algumas linhas a várias páginas. Os temas focados incluem: métodos de obtenção da quinina²²⁷⁰; métodos de preparação de medicamentos com quinina – valerianato de quinina²²⁷¹, sulfato de quinina²²⁷², canforato de quinina²²⁷³, tanato de quinina²²⁷⁴, valerato de antipirina e de quinina²²⁷⁵, arseniato de quinina²²⁷⁶, injeções esterilizadas de cloridrato neutro de quinina²²⁷⁷ – e de medicamentos com quina²²⁷⁸; processos de doseamento da quinina²²⁷⁹ e de outros alcaloides da quina²²⁸⁰, ou de doseamento dos alcaloides totais²²⁸¹; testes para avaliação da pureza do sulfato de quinina ou de outros sais de quinina²²⁸², ou para a deteção de

²²⁷⁰ NOVO processo de Extracção da Quinina e Dosage dos Alcaloides de Quina Pelo Sr. Rabourdin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 83–87.

²²⁷¹ VALERIANATO de Quinina e sua preparação. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 328–331 (Extraído da *Encyclographie Medicale* por L. J. de S. Pereira).

²²⁷² MAILLET - Modo de obter o sulphato de quinina da quina amarella que ja serviu; pelo Sr. MAILLET. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:19 (1848-1849) 466–467 (Tradução de J. M. Ogando); FABRICAÇÃO do sulphato de quinina sem alcohol. (Traduzido por H. J. S. Telles). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:2 (1850) 65–66; LOUREIRO, F. J. R. - Extracção da Quinina Pelo Methodo do Sr. William Clark. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860a) 290–291.

²²⁷³ CAMPHORATO de Quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 200.

²²⁷⁴ SOBRE O TANNATO de Quinina por Mr. Smedt. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 43–44.

²²⁷⁵ A. - Valerato d’antipyrina e de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 211.

²²⁷⁶ PREPARAÇÃO do arseniato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 73–74.

²²⁷⁷ BRUÈRE, Paul - Applicaçao medico-pharmaceutica da esterilisaçao a frio, para a preparaçao rapida das injeçoes esterilizadas de chlorhydrato neutro de quinina, tendo por base o soro artificial – por M. Paul Bruère, major pharmaceutico, do hospital militar de Médéa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 2 (1906) 104–112.

²²⁷⁸ C., C. - Quiniolol, quina iodada, por M. M. A. Mouchet e Malbec. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2: Abril a Junho (1915) 293.

²²⁷⁹ LOUREIRO, F. J. R. - Sobre Um Novo Methodo de Dosagem da Quinina nas Quinas e nos Extractos, por Meio de Liquidos Graduados. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859a) 176–177; CORDEIRO, C. J. X. - Modificaçao ao Processo da Quinimetria. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 66–68; NOVO Processo de Extracção da Quinina e Dosage dos Alcaloides de Quina Pelo Sr. Rabourdin; MODIFICAÇÕES Introduzidas pelo Sr. Glenard e Guillermond no Processo de Quinimetria. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 87–89; A. - Ensaio das quinas (Extracto). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889a) 125–127; DOSAGEM da quinina na quina; P. J. Krussse. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 4 (1913) 45; C., C. - Dosagem volumetrica dos alcaloides da quina, por M. Dufilho. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 185–188.

²²⁸⁰ D’OLIVEIRA, E. R. - Ensaio das quinas pelo chloroformio; pelo Sr. Rabourdin, Pharmaceutico em Orleans. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:6 (1851) 189–191; NOVO Processo de Extracção da Quinina e Dosage dos Alcaloides de Quina Pelo Sr. Rabourdin.

²²⁸¹ DOSEAMENTO dos alcaloides da quina Pelo sr. Prollius. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 103–104; ENSAIO das quinas (Extracto); DOSAGEM volumetrica dos alcaloides da quina, por M. Dufilho.

²²⁸² ENSAIO do sulphato de quinina, Pelo Sr. Bohringer. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 101–102; N., G. - Sulfato de quinina: methodo de Kerner (P. Biginelli). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907a) 207–208; SOUSA TELLES, Junior - Processo para reconhecer a pureza dos saes de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:1 (1854) 25–26.

falsificações e contaminações²²⁸³ (do sulfato de quinina pela salicina²²⁸⁴, do sulfato de quinina pela cinchonina²²⁸⁵, do sulfato de quinina pelo sulfato de quinoidina²²⁸⁶; dos sais de quinina pela morfina²²⁸⁷; do sulfato de quinina pelo sulfato de cinchonidina²²⁸⁸; ou do sulfato de quinina pela cinchonidina ou pela hidroquinina²²⁸⁹); relatos de falsificações²²⁹⁰ (do sulfato de quinina com a quinoidina²²⁹¹; do valerianato de quinina com sulfato de quinina²²⁹²); possíveis substitutos para a quina²²⁹³ ou para o sulfato de quinina²²⁹⁴; artigos relativos a diferentes preparações de quinina (sulfato de quinina²²⁹⁵ – bissulfato de quinina anidro e sulfato neutro de quinina²²⁹⁶, cromato de quinina²²⁹⁷, dibromoguaiacolato de quinina²²⁹⁸, *phytina-quinina*²²⁹⁹, acetilsalicilsulfato de

²²⁸³ CORRÊA, J. D. - Sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878a) 75–76 (secção Variedades).

²²⁸⁴ MEIO de reconhecer a falsificação do Sulphato de Quinina pela Salicilina, extrahida do Jornal de Chymica Medica de Pariz de Dezembro de 1844 pelo Membro Effectivo, o SR. JOSÉ TEDESCHI. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3 (1842) 547–548; LOUREIRO, F. J. R. - Processo para Dosar e Reconhecer a Salicilina, Misturada com o Sulphato de Quinina, Pelo Sr. Bourlier. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1:1 (1860b) 8–9; FALSIFICAÇÃO do sulphato de quinina pela salicina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:11 (1856) 431.

²²⁸⁵ TELLES, H. J. de Sousa - Falsificações. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:6 (1851) 169–171, p. 169-170.

²²⁸⁶ LOUREIRO, F. J. R. - Meio de Reconhecer a Alteração do Sulphato de Quinina, Feita Pelo Sulphato de Quinoidina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860c) 229–230.

²²⁸⁷ MEYER, A. T. de - Analyses dos Saes de Quinina Suppostos de Conter Morphina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 11–12.

²²⁸⁸ A. - Ensaio do sulfato de quinina pelo chromato neutro de potassio. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887b) 66–67; M., S. - Ensaio do sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 4 (1888) 210.

²²⁸⁹ A. - O Ensaio do sulfato de quinina pelo chromato Pelo Sr. O. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887c) 69.

²²⁹⁰ JAILLARD - Nova Falsificação do Sulfato de Quinina Pelo sr. dr. Jaillard, pharmaceutico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877) 132–134; CORRÊA, J. D. - Valerianato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878b) 137 (secção Variedades; descreve-se o caso de uma falsificação do valerianato de quinina, substituído por sulfato de cinchonina em associação com essência de valeriana e ácido valeriânico. Indica-se que o valerianato de quinina se fosse triturado em gral apresentava fosforescência na escuridão, ao contrário do produto falsificado); CORRÊA, J. D. - Valerianato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 43 (secção Variedades; indica-se que tinham havido falsificações do valerianato de quinina, sendo substituído por sulfato de quinina com essência de valeriana, e descreve-se como detetar esta falsificação).

²²⁹¹ ALVES, J. J. - Adulteração. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860a) 63.

²²⁹² ALVES, J. J. - Valerianato de quinina adulterado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860b) 191.

²²⁹³ MAIS UM SUCCEDANEO da quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 210.

²²⁹⁴ RIGATELLI - Notícia d'um Novo succedaneo do Sulphato de Quinina, pelo Sr. RIGATELLI. – Artigo traduzido do Bulletin Médical Belge – 1840, pelo Membro Effectivo, o SR. JOSÉ TEDESCHI. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:9 (1838) 691–692.

²²⁹⁵ M., S. - Sobre o sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886a) 195–197.

²²⁹⁶ BOUCHARDAT - Hydratos dos Sulphatos de Quinina. Pelo Sr. Bouchardat. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 107–109.

²²⁹⁷ A. - Sobre a composição de chromato de quinina Pelo Sr. O. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887d) 67–68.

²²⁹⁸ GUAIAKINOL. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 89.

²²⁹⁹ PHYTINA-QUININA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 55.

quinina²³⁰⁰; urato de quinina²³⁰¹; sulfato de quinina e ferro²³⁰², hipofosfito de quinina²³⁰³, quinina combinada com essência de anis²³⁰⁴); artigos sobre diferentes preparações com quina (extrato de quina²³⁰⁵, xarope de quina²³⁰⁶; infuso de quina pulverizada²³⁰⁷; licor de quina²³⁰⁸; quinium²³⁰⁹; extrato de quina cinzenta²³¹⁰, vinho de quina fosfatado²³¹¹, quiniol²³¹²), ou sobre outros produtos relacionados com a quina (quinoleína²³¹³; vermelho cinchónico²³¹⁴, ácido quínico²³¹⁵; iodeto duplo de bismuto e cinchonidina²³¹⁶); métodos para melhorar a palatabilidade da quinina, disfarçando o

²³⁰⁰ ACETILSALICILSULFATO de quinina por D. R. Dott. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima sexta Serie. 2-3 e 4 (1921, 1922 e 1923) 84-85.

²³⁰¹ ALVES, J. J. - Urato de quinino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860c) 292.

²³⁰² SOUSA TELLES, Junior - Sulphato de quinina e ferro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:7 (1855) 264.

²³⁰³ ALVES, J. J. - Hypo-phosphito de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864a) 100.

²³⁰⁴ ALVES, J. J. - Combinação da quinina com essencia de aniz, pelo sr. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864b) 18-19 (secção Variedades).

²³⁰⁵ FLEURY - Observações sobre o extracto de quina; pelo Sr. Fleury, Pharmaceutico em Pontoise. (Traduzido por F. B. dos Santos). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:10 (1850) 307-309; BOUDET - Nota sobre a preparação do xarope e do extracto de quina; lida na Sociedade de Pharmacia de París, pelo Sr. Boudet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:10 (1850) 310-314.

²³⁰⁶ NOTA sobre a preparação do xarope e do extracto de quina; lida na Sociedade de Pharmacia de París, pelo Sr. Boudet; XAROPE de quina; — S. Guerin, Journ. de Ph. et Ch. 1914 — n.º 3. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 71-72.

²³⁰⁷ CORRÊA, Junior - Nova formula d'infuso de quina pulverisada. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:7 (1852a) 204-205.

²³⁰⁸ LIQUOR de quina, substituindo o vinho de quina: pelo Sr. Deschamps de Availon, Pharmaceutico da casa imperial de Charenton. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:6 (1857) 177-178.

²³⁰⁹ LOUREIRO, F. J. R. - Sobre o quinium (1). Labarraque. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:5 (1858) 133-136.

²³¹⁰ CORREIA, J. D. - Sobre o Extracto de Quina Cinzenta pelo Sr. Lalieu. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 2 (1871) 3-4. Este artigo indica como preparar este medicamento com quina.

²³¹¹ M., S. - Vinho de quina phosphatado Por P. Vigier. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 229-230. Este artigo indica como preparar este medicamento com quina.

²³¹² QUINIOL, quina iodada, por M. M. A. Mouchet e Malbec. Este artigo indica como preparar este medicamento com quina.

²³¹³ A. - Quinoleína. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889b) 65-66.

²³¹⁴ NOVO modo de considerar o vermelho cinchonico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 321.

²³¹⁵ TRANSFORMAÇÃO do acido quínico em acido benzoico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 234.

²³¹⁶ ERYTHROL. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 90 (iodeto duplo de bismutho e cinchonidina).

seu sabor amargo²³¹⁷; propriedades físico-químicas dos sais de quinina (fluorescência²³¹⁸, solubilidade²³¹⁹); questões de farmacotecnia na preparação de medicamentos com quina e/ou quinina²³²⁰ (incompatibilidades, melhores métodos de preparação, excipientes para solubilização); aplicações terapêuticas de medicamentos com quinina (no tratamento de feridas²³²¹, no tratamento da coqueluche²³²²); doenças supostamente causadas pela quina²³²³; estudos sobre os alcaloides da casca de quina²³²⁴, designadamente sobre a quinina²³²⁵;

²³¹⁷ THELU - Meio de fazer desaparecer pelo chá o amargo do sulphato de quinina; artigo do Sr. THELU. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:5 (1848-1849) 109–110 (Extraído da *Abeille médicale* por J. D. Corrêa); MANEIRA de disfarçar o amargor da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 131–132; O LEITE como vehiculo do iodeto de potassio e da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 195; PROCESSO para encobrir o sabor amargo da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 4 (1898) 105.

²³¹⁸ ALVES, Joaquim José - Phosphorescencia do sulphato e do valerianato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:11 (1858a) 325–326.

²³¹⁹ ALVES, J. J. - Solubilidade da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860d) 267; DA SOLUBILIDADE na agua do sulfato neutro de quinina pelos acidos tartrico ou citrico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 138-140. (artigo vindo do *Boletim Commercial*).

²³²⁰ CORRÊA, Junior - Emprego do acido tartarico para tornar soluvel o sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:5 (1852b) 133–134; PREPARAÇÃO do Xarope de Quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 123; EMPREGO do leite como excipiente da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 101; XAROPE de Gibert e de Quina: incompatibilidade Por MM. Astruc e Robert (Extracto). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 130–131; BENZOATO de sodio e saes de quinina por Roche. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 43–44; SOLUTOS de quinina para injeccões. – G Giemsa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 186–187; XAROPE de quina; — S. Guerin, Journ. de Ph. et Ch. 1914 — n.º 3. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 71–72.

²³²¹ O SULFATO de quinina no tratamento das feridas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 43.

²³²² INHALAÇÕES de quinina contra a coqueluche: por C. Masland. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 5 (1909) 275–276.

²³²³ ALVES, Joaquim José - Doenças produzidas pela quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:10 (1858b) 297–298.

²³²⁴ SOUSA TELLES, Junior - Quinidina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:3 (1853a) 55–57; SOUSA TELLES, Junior - Quinidina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:5 (1853b) 152; ALVES, J. J. - Estudos dos alcaloides das quinas; pelo Sr. Pasteur. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:2 (1854) 40–44; QUADROS, F. J. C. de - Da Repartição dos Alcaloides nas Quinas Por P. Carles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 25–31; CORRÊA, J. D. - Quinas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878c) 136 (secção Variedades); QUINAS (Parte onde se formam os alcaloides). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 75.

²³²⁵ MAGOUTY - Nota sôbre a Quinina, pelo Sr. Magouty, Pharmaceutico. – Artigo traduzido do J de la Soc. de Méd. de Bordeaux, pelo Membro Effectivo, o Sr. Carlos Maria Monteiro Freire. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:11 (1838) 776–777; CORREIA, J. D. - Quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 40 (secção Variedades).

identificação de novos alcaloides na quina²³²⁶; métodos de identificação (do sulfato de quinina²³²⁷, da quinina na urina²³²⁸, da quinina²³²⁹ e de outros alcaloides da quina²³³⁰, como a cinchonina²³³¹).

Num artigo assinado pelo membro efetivo da sociedade J. F. Norberto²³³², este traduz e adapta um escrito do Dr. Goossens acerca da quinoidina. Assinala-se que a quinoidina era muito mais barata que o sulfato de quinina (80 “reales” para 588 “reales” por uma libra de produto medicinal) e com uma atividade “muito mais vantajosa que a dos saes de quinina”. Assim, segundo as experiências de Bertini e Goossens, a aplicação dos medicamentos com quinoidina não tinha os inconvenientes da utilização dos sais de quinina “atalhando com a mesma presteza, ou ainda maior, as sezões”²³³³. São também nomeados diversos autores que louvavam a atividade da quinoidina, alguns até equiparando-a ao sulfato de quinina. O artigo conclui com o repto para que a quinoidina fosse utilizada “com especialidade nas povoações aonde o sulphato de quinina é tam escasso”²³³⁴.

Outro artigo de H. J. de Sousa Telles é também uma tradução de um artigo estrangeiro do *Boletim do Instituto Medico Valenciano*, e versa sobre as falsificações do sulfato de quinina²³³⁵. Neste artigo são indicadas várias substâncias utilizadas para falsificar o sulfato de quinina, e alguns processos que podiam ser usados para as detetar. Incluem-se também alguns carateres

²³²⁶ WINCKLER - Observações sôbre a quinidina, novo alcaloide da quina; pelo Sr. WINCKLER.. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:24 (1848-1849) 586–587 (Traduzido por J. M. Ogando); MENGARDUQUE - Novo alcaloide (pseudo-quinina); pelo Sr. MENGARDUQUE. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:18 (1848-1849) 447–448 (Traduzido por H. J. S. Telles); SOBRE UM NOVO alcaloide das quinas, a quinamina, por M. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 238 (secção Variedades).

²³²⁷ NOVO reagente para reconhecer o sulphato de quinina; pelo Sr. Vogel junior, de Munich. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:2 (1851) 58; SOUSA TELLES, Junior - Novo reactivo do sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:11 (1853c) 368.

²³²⁸ REACTIVO Para Reconhecer A Presença Da Quinina Nas Urinas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 31.

²³²⁹ A REACÇÃO da thaleioquinina por M. J. V. Miko. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana** (1929) 18 (o autor deste estudo faz uma modificação a este teste, suprimindo a utilização da água de cloro).

²³³⁰ REACÇÃO corada, permitindo distinguir a quinina da quinidina, por Tralapatano. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 2 (1906) 168; O GAIACOL e a quinina, reagentes da agua oxygenada. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 5 (1909) 206–207 (este artigo indica também como utilizar a quinina para identificação da água oxigenada); DENIGES - Meio de distinguir os alcaloides das quinas por as reacções fluorscopicas. M. Deniges. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 5 (1909) 295–296; NOVA reacção dos alcaloides da quina; S. Watson-Am. Journ of Phar. – 1913—502. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 65; NOVA reacção corada dos alcaloides da quina por M. G. N. Watson. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima sexta Serie. 2–3 e 4 (1921, 1922 e 1923) 67–68.

²³³¹ ALVES, J. J. - Reactivo da chinchonina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860e) 40–41.

²³³² NORBERTO, J. F. – Artigo sôbre a Quinoidina, medicamento que suppre com vantagem a quinina: extrahido do Boletim de Medicina, Cirurgia, e Pharmacia, da Sociedade Geral de Socorros Mutuos. N.º 81 3.ª Serie. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:1 (1848-1849) 5–7.

²³³³ Ibidem, p. 6.

²³³⁴ Ibidem, p. 7.

²³³⁵ [M., C.] – Falsificações do sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:2 (1854) 45–47.

físico-químicos do sulfato de quinina, uma reação química preconizada como típica do sulfato de quinina, e um método para distinguir várias preparações com quinina (sulfato, citrato, valerianato, quinina pura), mas que era considerado de eficácia duvidosa.

Em 1856 H. J. de Sousa Telles publica outro artigo, relacionado com uma lei francesa de 27 de Março de 1851, relativa a mercadorias falsificadas. O artigo vinha a propósito de uma circular do ministro da agricultura, do comércio e das obras públicas em França sobre a aplicação da dita lei, especificamente no que respeitava ao sulfato de quinina, e de uma instrução da Comissão consultiva de higiene pública que acompanhou essa circular. Este artigo continha informações provenientes do *Annuario therapeutico de Bouchardat*, que é citado no fim do artigo²³³⁶. Na referida instrução é feita a caracterização do sulfato de quinina, indicam-se as substâncias com que o sulfato de quinina costumava estar falsificado ou adulterado (sulfato de cal, salicina, açúcar, ácidos gordos, sulfato de cinchonina, quinidina) e como reconhecer essas adulterações.

Outro artigo de 1860, da autoria de J. D. Correa, apresenta um extrato traduzido e adaptado dos trabalhos de Glénard e Guilliermond sobre quinimetria²³³⁷. A quinimetria era um método para determinação da quantidade de quinina que, segundo o tradutor, J. D. Correa, pretendia ser de rápida execução, simples, e estar “ao alcance de todos”²³³⁸. Neste artigo o dito método é explicado em pormenor.

No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* refere-se o preço alto do sulfato de quinina como uma razão para a sua fraude constante, chamando-o “um dos agentes mais preciosos da therapeutica”²³³⁹.

No artigo intitulado “Quinina”, presente no tomo de 1889, caracteriza-se a quinina, vários sais de quinina e outros produtos medicinais derivados da quina, apresentando-se nalguns casos as doses desses medicamentos²³⁴⁰. O sulfato de quinina é apresentado simplesmente como “muito conhecido”²³⁴¹. Incluem-se também várias fórmulas para a preparação de medicamentos derivados da quina. São ainda fornecidas algumas indicações sobre a atividade terapêutica da quinina. Aponta-se que a quinina e os sais de quinina ativavam “a circulação e a respiração”²³⁴² (se administrados numa dose equivalente a trinta centigramas de sulfato de quinina) e, numa dose igual ou superior a sessenta centigramas provocavam “a excitação do systema nervoso central, seguido de depressa de depressão, cephalalgia, zumbidos nos ouvidos, vertigens, etc.”²³⁴³. Indica-se

²³³⁶ INSTRUCÇÃO sobre os meios de reconhecer a pureza do sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:4 (1856) 121–125.

²³³⁷ CORREA, J. D. – Quinimetria ou Novo Methodo para Dosar a Quinina nas Quinas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 115–119.

²³³⁸ Ibidem, p. 115.

²³³⁹ CORRÊA, J. D. - Sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878a) 75–76 (secção Variedades), p. 75.

²³⁴⁰ QUININA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 60–65.

²³⁴¹ Ibidem, p. 62.

²³⁴² Ibidem, p. 63.

²³⁴³ Ibidem, p. 63–64.

também que a atividade febrífuga da quinina e dos sais de quinina era “bem conhecida” e “notável”²³⁴⁴. São ainda apresentadas as indicações terapêuticas de vários medicamentos derivados da quina: quinium (febres de acesso); vinho de quinium (febrífugo ou “reconstituente tonico”²³⁴⁵ segundo a dose); e cloridrato de quinina (antissético). No mesmo tomo está um artigo sobre outra preparação derivada da quina, a quinoidina, indicando-se que esta surgiria na casca de quina enquanto esta secava ao sol, e também durante o processo de fabrico do sulfato de quinina²³⁴⁶. Apontam-se também algumas características deste produto medicinal, que seria usado como febrífugo, e que esta preparação podia conter vários alcaloides da quina, entre os quais a quinina.

3.3.2.3. Outras referências à quina e à quinina

No *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* encontram-se também outro tipo de referências à quina e à quinina: numerosas fórmulas de medicamentos com quina e quinina; uma fórmula de um medicamento com cinchonina²³⁴⁷; transcrição de legislação relacionada com a quina como, por exemplo, legislação referente à Água de Inglaterra²³⁴⁸; ou publicidade a medicamentos com quina e quinina²³⁴⁹.

²³⁴⁴ Ibidem, p. 64.

²³⁴⁵ Ibidem.

²³⁴⁶ QUINOIDINA. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Nona Serie. 5 (1889) 65.

²³⁴⁷ CORRÊA, J. D. - Agua traumatica (Sendneri). *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Oitava Serie. 4 (1883) 149–150 (com sulfato de cinchonina).

²³⁴⁸ EDITAL da Junta do Proto-Medicato, acerca da chamada Agua d’Inglaterra. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Segunda Serie. 5:11 (1854) 365–366.

²³⁴⁹ [Anúncio do preço de vários medicamentos preparados e vendidos na Farmácia Avellar, em Lisboa]. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Sexta Serie. 1 (1870) 180 (“Xarope de quina e ferro”); XAROPE de Quina Vermelha Iodo-Ferreio Preparado por G. Drack. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Sexta Serie. 3 (1872) 140 (indicações terapêuticas como tónico e antiescrofuloso); [Publicidade]. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Decima setima série. 2:Maio (1926) 52 (“Protectora Malthus” cuja base era o timol e a quinina, fórmula e preparação de Carlos P. Barella, farmacêutico em Lisboa).

As preparações com quina, quinina e seus derivados são recomendadas para diversas doenças e sintomas – febres²³⁵⁰ (designadamente febres intermitentes²³⁵¹/malária²³⁵² e febre

²³⁵⁰ CORREA, Lourenço Antonio - Formulas de medicamentos, colligidas pelo Sr. Lourenço Antonio Correa, Cirurgião do Hospital de S. José de Lisboa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:3 (1848-1849a) 61–64, p. 63 (“Clister febrifugo do Form. de J. P. Reis.”, preparado com sulfato de quinina); CORRÊA, Junior - Remedios febrifugos alemães. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:2 (1852c) 40–41 (“Tinctura febrifuga de Warburg” e “Tinctura febrifuga, usada no Hospital de Vienna” com sulfato de quinina); PILULAS Contra a Febre Uretral Pelo Dr. Petrequin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 113 (destinadas à prevenção da febre uretral, sendo também indicadas quando já existia “movimento febril, para o limitar ás proporções mais benignas”, com extrato de quina e sulfato de quinina) – esta fórmula é repetida de forma quase inalterada na p. 197, contendo as mesmas quantidades dos vários ingredientes, e com a única diferença de indicarem que se fazem 5 pílulas em vez de 6; VINHO Tónico Febrifugo Pelo sr. dr. Orosi. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 184 (preparado com quina amarela); ELECTUARIO Febrifugo Pelo sr. Fuller. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 181 (preparado com quina); ELIXIR Febrifugo Pelo sr. Huxam. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 181 (preparado com quina vermelha); INJECCÕES Hypodermicas Febrifugas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877) 4 (3 fórmulas diferentes, a do sr. Bourdon com sulfato de quinina, a do sr. Jaillard com sulfovinato neutro de quinina, e a do sr. Gubler com sulfato de quinina. As fórmulas do sr. Bourdon e do sr. Gubler são indicadas na “febre perniciosas”); EMBROCAÇÃO febrifuga Pelo sr. Gustamacchia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 123 (com sulfato ácido de quinina); POÇÃO antiseptica camphorada Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 180 (“febre typhosa, nas affecções typhosas em geral e na infecção purulenta”, com xarope de quina e tintura de quina).

²³⁵¹ ELIXIR aloetico febrifugo; pelo Sr. Dr. Recamier. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:23 (1848-1849) 563–564 (Traduzido por J. M. Ogando) (usado no tratamento de nevralgias, febres intermitentes e ciática, preparado com sulfato de quinina); ELIXIR aloetico-febrifugo contra as febres intermitentes (traduzido por J. D. Corrêa). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:4 (1850) 115 (com sulfato de quinina); SOUSA TELLES, Junior - Febres intermitentes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:7 (1853d) 225 (pílulas com sulfato de quinina); FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bourcharadat. – 1855. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:6 (1855) 209–214, p. 213-214 (“Pilulas febrifugas contra as febres intermitentes e pertinazes (DUBOIS)”, preparadas com sulfato de quinina); [Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 29-31(são apresentadas várias fórmulas incluindo a “2.ª — Pó Contra as Febres Intermitentes ou Remitentes Vernaes Pelo Dr. Richad de la Prade” na p. 29, preparada com quina); OPIATA Contra a Febre Intermitente. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 88 (opiate preparada com extrato de quina, quina vermelha e sulfato de quinino); TINTURA eficaz contras as intermitentes rebeldes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 124-125 (com quina “calisaya” e sulfato de quinino); NOVO especifico antifebrifugo, pelo dr. Marone. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 232 (composto por sulfato de “quinino” e iodureto de potássio); SULPHO-TARTARATO de Quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 2 (1871) 123 (“para combater as febres de acesso”, com “Sulphato acido de quinina”); POMADA de Sulphato de Quinina Pelo sr. Sémanas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 7 (contra as “febres de acesso”, com sulfato de quinina); VINHO Febrifugo Pelo sr. Séguin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 8 (com tintura de quina amarela); ALCOOL e Sulphato de Quinina Pelo sr. Herard. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 82 (para o tratamento de febre intermitente “rebelde”, com sulfato de quinina); PILULAS ferruginosas compostas Pelo sr. Bretonneau. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 53 (para administração “aos chloroticos e doentes tornados anemicos, após de febres intermitentes graves ou de graves doenças syphiliticas”, com sulfato de quinina e extrato de quina amarela); SOLUTO de sulfotartarato de quinina Pelo sr. Righini. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 182 (“para combater as febres de acesso”, com sulfato de quinina); SUPPOSITORIO febrifugo Pelo sr. Laborde. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 182 (“para combater os acessos de febre intermitente rebelde, quando o estomago não supporta o sulfato ou que os clysteres não podem ser conservados”, com sulfato de quinina); PILULAS febrifugas (H. Green). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 175 (“nas febres intermitentes rebeldes”, com sulfato de

quinina); A. - Phenol. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 3 (1892a) 57–58 (“*Formula de Jenier*”, p. 58, com sulfato de quinina); COMPÊNDIO Farmacêutico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Janeiro a Dezembro (1930) 72–77, p. 74 (“*Pomada de sulfato de quinina (Sémanas)*” recomendada “*Nas febres de acesso*”, preparada com sulfato de quinina).

²³⁵² PILULAS de glycerophosphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 33–34 (“*Ataques de malaria, nevralgias, convalescença das doenças febris graves*”, com glicerofosfato de quinina); GLYCEROPHOSPHATO de quinina granulado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 34; PHYTINA-QUININA.

amarela²³⁵³), gota²³⁵⁴, artrismo²³⁵⁵, anorexia²³⁵⁶, tosse convulsa²³⁵⁷, frieiras²³⁵⁸, tétano²³⁵⁹, úlceras²³⁶⁰, cólera²³⁶¹, colerina²³⁶², hemicrania²³⁶³, enxaqueca²³⁶⁴, cefalalgias²³⁶⁵, gastralgias²³⁶⁶,

²³⁵³ LOUREIRO, F. J. R. - Diversas formulas contra a febre amarella. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861a) 101–104 (fórmulas de José Maria Señigo), p. 101 (fórmula n.º 2 com sulfato de quinina) e p. 104 (fórmula n.º 17 com cozimento de quina e centáurea e fórmula n.º 18, com sulfato de quinina).

²³⁵⁴ PILULAS Contra a Gota. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 314 (pílulas de Becquerel, com sulfato de quinina). Esta fórmula aparece novamente no tomo de 1862, na p. 23, juntamente com outra fórmula para o tratamento da gota, também preparada com sulfato de quinina (LOUREIRO, F. J. R. - Tratamento da Gota. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 23–24), e também no tomo de 1864, p. 65; PILULAS antigottosas Pelo sr. Mayet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 222 (“para combater os acessos de gotta”, com sulfato de quinina e quina em pó); PILULAS antigottosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2 (1915) 296 (com cloridrato de quinina); T., A. - Subsídios Para o Formulario da Sociedade Farmaceutica Lusitana. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. 18.^a Série. 3:5 e 6 (1927) 151–154 (“Pílulas antigottosas (Formula análoga às «Pílulas de Laville»”), p. 153-154, fórmula com sulfato de quinina e quina em pó).

²³⁵⁵ LICOR de Colchicina (Formula Alemã). **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Janeiro a Dezembro (1931) 64 (“Artrismo”, com “Chlorlydato de quinina”).

²³⁵⁶ POÇÃO contra a anorexia Pelo sr. Fonssagrives. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 54 (“para incitar o appetite”, com extrato seco de quina); MISTURA contra a aepsia Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 63 (“para despertar o appetite”, com vinho de quina).

²³⁵⁷ SOUSA TELLES, Junior - Tosse convulsa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:11 (1852a) 360 (fórmula com sulfato de quinina); MISTURA contra a coqueluche. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886) 203 (com sulfato de quinina).

²³⁵⁸ BALSAMO contra as frieiras; pelo Sr. Debieerre. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:2 (1852) 38–39 (preparado com tintura de quina); LINIMENTO contra as frieiras; pelo Sr. MARCEL. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3:2 (1852) 39 (com vinho de quina).

²³⁵⁹ FORMULAS extrahidas do Anuario therapeutico do Sr. Bouchardat – 1853. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:5 (1853) 137–141, p. 137-138 (sob o título “Tractamento do tétano (HERPIN)” indicam-se algumas preparações farmacêuticas usadas para combater os sintomas do tétano, incluindo um clister preparado com sulfato de quinina).

²³⁶⁰ FORMULAS extrahidas do Anuario therapeutico do Sr. Bouchardat – 1853. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:5 (1853) 137–141, p. 139 (pó antisético usado para “polvilhar ulceras rebeldes e gangrenosas”, com “Bisulphato de quinina”); FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat. – 1855. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:6 (1855) 209–214, p. 211 (na sequência da apresentação de uma fórmula com cânfora contra as úlceras crónicas “acompanhadas de callosidades” indica-se que caso haja “tendencia para gangrena” a associação de “pos de quina, carvão, e chlorureto de cal” à cânfora é vantajosa); CORREIA, Lourenço Antonio – Collecção de Formulas Medicamentosas, Trabalho Original do Sr. Lourenço Antonio Correia, Facultativo Director da Enfermaria de Santa Margarida do Hospital de S. José e que se não Acham Inseridas no Formulario do Mesmo Hospital. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 66–67, p. 67 (“Assucar camphorado e quina”, preparado com quina em pó, e recomendado para “úlceras sordidas e gangrenosas”); CORREIA, Lourenço Antonio – Collecção de Formulas Medicamentosas, Trabalho Original do Sr. Lourenço Antonio Correia, Facultativo Director da Enfermaria de Santa Margarida do Hospital de S. José e que se não acham Inseridas no Formulario do Mesmo Hospital (Continuado de pag. 24). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 3 (1867) 61–67, p. 61 (“Pomada Camphorada e Quina”, que tinha sido útil “em ulceras atonicas sordidas, em anthrasis e gangrenas”, com quina em pó).

²³⁶¹ FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat. – 1855. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:6 (1855) 209–214, p. 211 (“Opiata contra o cholera (SYLVA)” com xarope de quina); FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat. – 1855; continuação de pag. 214. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:7 (1855) 244–249, p. 244-245 (“Tannato de quinina contra o cholera (BOURGOGNE)” onde incluem fórmulas para pílulas, 2 bebidas e um clister contra a cólera, preparados com tanato de quinina).

²³⁶² PILULAS Contra a Cholerina Pelo sr. Bourgogne. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 121 (com tanato de quinina); POÇÃO contra a chlolerina Pelo sr. Bourgogne. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 86 (com tanato de quinina).

²³⁶³ FORMULA Contra a Hemicrania pelo dr. Debout. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 184 (fórmula destinada ao tratamento da hemicrania, composta com sulfato de quinina); PILULAS contra a hemicrania gottosa pelo sr. Debout. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 223 (“para combater a cephalalgia que está sob a influencia da gotta”; preparadas com sulfato de quinina); POÇÃO contra a hemicrania Pelo sr. Piorry. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 239 (com quinina pura); PILULAS antinervalgicas Pelo sr. Laborde. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 237 (“contra a nervalgia facial, intermitente ou paroxystica, na hemicrania, etc.”, preparadas com sulfato de quinina).

²³⁶⁴ TRATAMENTO dos Accessos da Enxaqueca (Clínica do Sr. Piorry). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 317–318, p. 318 (fórmula com “Quinino” é apresentada como uma das opções terapêuticas); PÓ contra a enxaqueca (Journal de thérapeutique). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 232 (com sulfato de quinina).

²³⁶⁵ PILULAS contra a cephalalgia chlorotica (Siredey). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 28 (“para combater a cephalalgia devida a anemia”, e preparadas com sulfato de quinina. Nesta fórmula indica-se ainda que “A associação do ferro ao sulfato de quinina é de grande utilidade para os chloroticos”); PILULAS contra a dor de cabeça na gotta – Hirtz. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 58 (com valerianato de quinina).

²³⁶⁶ FORMULA Contra as Gastralgias do Sr. Caroa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 287 (preparada com raiz de quina); PILULAS antidyspepticas Pelos srs. Sass e Lincoln. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 143 (para administração “às pessoas accommettidas de incommodidade nas funções do estomago, tanto primarias como secundarias; especialmente nos casos de pyrosis, flatulencia, gastralgia seguida ás comidas e sobretudo n’aquellas onde a digestão dos alimentados azotados é laboriosa”; preparadas com sulfato de quinina).

dispepsia²³⁶⁷, bronquite crónica²³⁶⁸, broncopneumonia²³⁶⁹, pneumonia²³⁷⁰, gripe²³⁷¹, tinha²³⁷², insónia nervosa²³⁷³, angina gangrenosa²³⁷⁴, angina de peito²³⁷⁵, angina escrofulosa²³⁷⁶,

²³⁶⁷ PÓ antidyspeptico Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 126–127 (“quando haja atonia do estomago e dôres durante a digestão”; preparado com quina amarela em pó).

²³⁶⁸ ELECTUARIO de Quina e Enxofre. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 298 (com pó de quina); ELECTUARIO anticatarrhal Pelo sr. Bourdon. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 61 (bronquite crónica com expetoração “muito abundante”; indica-se também que a quina excitava o apetite e reparava as forças; preparado com quina amarela em pó); ELECTUARIO de quina e enxôfre Pelo sr. De Smet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 106 (para a bronquite crónica “dos velhos e das pessoas enfraquecidas e propensas a diarrhéa”, preparado com quina).

²³⁶⁹ POÇÃO estimulante Pelo sr. dr. Roger. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 106 (com xarope de quina).

²³⁷⁰ POÇÃO estimulante contra a pneumonia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 76 (com extrato de quina).

²³⁷¹ REMEDIO inglez contra a gripe. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 171 (“um dos melhores meios de atalhar a gripe ou pelo menos de diminuir a sua duração”; contém sulfato de quinina).

²³⁷² POMADA Contra a Tinha. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 5 (1869) 123 (com quina em pó).

²³⁷³ MISTURA Contra a Insomnia Nervosa Pelo sr. Graves. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 64 (com tintura de quina). Esta fórmula é repetida no tomo de 1879 – MISTURA contra a insomnia nervosa Pelo sr. Graves. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 236.

²³⁷⁴ GARGAREJO deterativo Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 48 (com cozimento de quina); GARGAREJO antiseptico Pelo sr. Renauldin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 50 (com cozimento de quina).

²³⁷⁵ PILULAS contra a angina de peito Pelo sr. Lebert. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 51 (com sulfato de quinina).

²³⁷⁶ CAUSTICO contra a angina escrofulosa Pelo sr. Isambert. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 48 (recomendando-se o extrato de quina para uso interno).

*chlorosa*²³⁷⁷, *eczema*²³⁷⁸, hemorragias intestinais²³⁷⁹, nevralgias²³⁸⁰, hipocondria²³⁸¹, infecções purulentas²³⁸², salivação mercurial²³⁸³, escorbuto (“escorbuto e a purpura hemorrágica”²³⁸⁴, gengivite escorbútica²³⁸⁵), cataratas²³⁸⁶ e outras doenças do foro oftalmológico²³⁸⁷, sífilis²³⁸⁸,

²³⁷⁷ PILULAS contra a chlorosa Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 84 (extrato de quina).

²³⁷⁸ PILULAS contra o eczema Pelo sr. Valérius. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 126 (extrato de quina amarela).

²³⁷⁹ POÇÃO contra as hemorragias intestinaes Pelo sr. Siredey. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 225 (extrato mole de quina).

²³⁸⁰ PILULAS Antinervalgicas Pelo sr. Bouchardat. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 22 (com sulfato de quinina); PILULAS antinervalgicas Pelo sr. Laborde. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 237 (“contra a neuralgia facial, intermitente ou paroxystica, na hemicrania, etc.”, preparadas com sulfato de quinina); PILULAS antirheumatismas (Porcher). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 175 (“contra as dôres neuralgicas e rheumatismas”, com sulfato de quinina); INJEÇÃO hypodermica de chlorhydrato de quinina (Kobner). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 54 (com cloridrato de quinina; autor tinha obtido “excellentes resultados, nos casos de neuralgias intermitentes, ou de outras affecções sujeitas da quinina”); PILULAS de glycerophosphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 33–34 (“Ataques de malaria, neuralgias, convalescença das doenças febris graves”, com glicerofosfato de quinina); GLYCEROPHOSPHATO de quinina granulado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 34; SUBSIDIOS Para o Formulario da Sociedade Farmaceutica Lusitana. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. 18.^a Série. 3:Maio-Junho (1927) 151–154, p. 154 (“Pílulas antineuralgicas (Formula análoga às «Pílulas Moussette»”, com quinium); COLLODIO morphinado Pelo sr. Caminiti. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 235 (“Se a dôr neuralgica repetir periodicamente, administram-se, tambem, doses mais ou menos elevadas de sulphato ou de valerianato de quinina”, para além do colódio morfinado).

²³⁸¹ PILULAS contra a hypochondria Pelo sr Homolle. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 237 (com sulfato de quinina).

²³⁸² POÇÃO contra a infecção purulenta Pelo sr. Seutin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 239 (com decocto de quina, extrato de quina, sulfato de quinina).

²³⁸³ GARGAREJO contra a salivação mercurial Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 43 (com decocto de quina).

²³⁸⁴ POÇÃO anti-escorbútica Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 47 (com xarope de quina).

²³⁸⁵ GARGAREJO antiescorbútico (Dr. Gallois). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 134 (com decocto de quina amarela).

²³⁸⁶ LINIMENTO tonico resolutivo Pelo sr. Désormeaux. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 67 (para utilizar “no começo da catarata”, com tintura de quina).

²³⁸⁷ GLYCEROLEO de Chlorhydrato de Quinina Pelo sr. Flarer. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 101 (seria eficaz “no catarrho chronico da conjunctivite, nas keratites phlyctenoides, pustulosas, e inflammações suppurativas da cornea” e num caso “de keratite parenchymatosa diffusa” tinha tido “vantagem incontestavel sobre todos os outros meios conhecidos”; preparado com cloridrato de quinina).

²³⁸⁸ GARGAREJO antisiphilitico (H. Green). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 216 (“nas ulcerações syphiliticas da bôcca e da garganta”, com decoto de quina); XAROPE de Gibert modificado pelo dr. Vidal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887) 169 (“Emprega-se no tratamento mixto dos accidentes secundarios e terciarios da syphilis” e era preparado com xarope de quina); MEDICAMENTOS Novos e Especialidades Estrangeiras. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Série 16.^a. 5:Janeiro a Dezembro (1924) 38–40, p. 39 (*Biquinil*, com iodeto duplo de quinina e bismuto).

tuberculose pulmonar²³⁸⁹, coreia²³⁹⁰, septicémia puerperal²³⁹¹, cancro²³⁹², doenças cutâneas²³⁹³ e reumatismos²³⁹⁴, e no tratamento de feridas²³⁹⁵. A quina e a quinina também integram fórmulas de anti-helmínticos²³⁹⁶, antiescrofulosos²³⁹⁷, analgésicos²³⁹⁸, tónicos²³⁹⁹, antídotos²⁴⁰⁰, produtos de

²³⁸⁹ MISTURA contra os suores dos tísicos (Graves). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 230–231 (para “combater as transpirações nocturnas, no começo da tuberculisação pulmonar” p. 230-231, com sulfato de quinina); PILULAS balsamicas (V. Audhouü). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 55 (administração “na tísica pulmonar simples”, com extrato de quina amarela).

²³⁹⁰ TEDESCHI, Vicente - Formulas diversas extrahidas de varios Jornaes estrangeiros. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:9 (1851) 299-300, p. 299 (“Pos contra a choréa, pelo Sr. BONNEAU”, com extrato puro de quina).

²³⁹¹ PILULAS de acido phenico contra a septicemia puerperal (Siredey). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 55 (indica-se que se podiam também preparar pílulas utilizando sulfato de quinina, ácido fénico e um pó inerte).

²³⁹² PÓ de iodoformio contra o cancro (Gillelle). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 196 (preparado com sulfato de quinina).

²³⁹³ PÓ alterante Pelo sr. Cline. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 30 (para administrar “nas doenças cutaneas rebeldes”, com quina em pó).

²³⁹⁴ BANHO antirreumatismal Pelo sr. Guéneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 101 (com extrato mole de quina); PILULAS antirreumatismas (Porcher). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 175 (“contra as dôres neuralgicas e rheumatismas”, com sulfato de quinina); A. - O acido salicylico e seus compostos; por M. Adrian. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 3 (1892b) 27–30, p. 30 (referência ao salicilato de quinina como substituto do salicilato de soda indicando-se que se tinham obtido bons resultados com o seu uso no reumatismo gotoso).

²³⁹⁵ AGUA traumatica (Sendneri). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 149–150 (utilizada “no curativo das feridas e em lavagens” atuando “não só como desinfectante, mas ainda como cicatrizante e calmante”, p. 150, com sulfato de cinchonina); MEDICAMENTOS antisepticos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2 (1916) 121–125, p. 123 (“Pó de Lucas-Championnière” e “Quiniodol (Mouchet)”, ambos preparados com quina).

²³⁹⁶ SOUSA TELLES, Junior - Formulas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:8 (1856) 305–310, p. 306-307 (pós, pílulas, electuário, xarope e clister indicados como anti-helmínticos, com sulfato de quinina); XAROPE Tonico-Vermifugo Pelo sr. Gueneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877) 108–109 (com quina amarela contusa).

²³⁹⁷ XAROPE Antiescrofuloso Pelo sr. Bouchardat. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 184 (preparado com xarope de quina); XAROPE antiescrofuloso (Verneuil). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 138 (com xarope de quina); POÇÃO antiescrofulosa (Guibout). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 196 (com xarope de quina).

²³⁹⁸ HÓSTIAS analgésicas. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana** (1928) 391 (com sulfato de quinina).

²³⁹⁹ FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat – 1857. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:7 (1857) 209–215, p. 213-214 (pílulas tónicas com extracto de quina) e p. 214 (xarope tónico com extrato de quina hidralcólico); XAROPE Tonico-Vermifugo Pelo sr. Gueneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877) 108–109 (com quina amarela); PILULAS tonicas e ferruginosas Pelo sr. Gallard. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 84 (preparadas com extrato mole de quina; apresenta-se sob este mesmo título uma fórmula alternativa no caso de haver obstipação, também com extrato mole de quina); XAROPE tonico (Bourgogne). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 138 (para crianças “enfraquecidas das diarrhéas prolongadas e dos vomitos”, com xarope de quina); POÇÃO tonica (Dr. Gallois). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 234 (para administração “nas affecções inflammatorias do pulmão, com symptomas adynamicos”, com extrato de quina).

²⁴⁰⁰ CORREIA, Lourenço Antonio - Collecção de Formulas Medicamentosas, Trabalho Original do Sr. Lourenço Antonio Correia, Facultativo Director da Enfermaria de Santa Margarida do Hospital de S. José e que se não acham Inseridas no Formulario do Mesmo Hospital (Continuado de pag. 24). **Jornal da**

higiene e cosmética designadamente contra a queda do cabelo²⁴⁰¹, produtos destinados à higiene dentária²⁴⁰² e águas-de-colónia²⁴⁰³. A quina e o ferro também eram recomendados entre épocas menstruais no âmbito de um tratamento emenagogo (i.e., para restabelecer ou promover a menstruação)²⁴⁰⁴. Também localizámos fórmulas veterinárias com quina²⁴⁰⁵.

Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Quinta Serie. 3 (1867) 61–67, p. 66-67 (“Solutio de Sulphato de Quinina Acidulo”, com sulfato de quinina).

²⁴⁰¹ FORMULAS extrahidas das Pharmacopeias estrangeiras. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Segunda Serie. 1:2 (1850) 48-51 (Traduzido por H. J. S. Telles), p. 48 (“Pomada de Steege contra a alopecia”, preparada com quinina); SOLUÇÃO para fazer crescer o cabelo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 5 (1904) 38 (com cloridrato de quinina); LOÇÃO excitante do coiro cabelludo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima terceira Serie. 4 (1908) 171 (com tintura de quina).

²⁴⁰² TELLES, Henrique José de Sousa - Diversas Formulas apresentadas pelo Membro Effectivo, o Sr. Henrique José de Sousa Telles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 3 (1842) 478–481, p. 479 (“Pó dentifrico. (Carrié.)” preparado com sulfato de quinina); TEDESCHI, Vicente - Formulas diversas extrahidas de varios Jornaes estrangeiros. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 2:9 (1851) 299-300, p. 299 (“Cosmetico dentifrico do Sr. Barbier Bergeron” com sulfato de quinina); SOUSA TELLES, Junior - Formulario. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Segunda Serie. 3:12 (1852b) 371–380, p. 373 (“Opiata dentifrica de carvão (Barbier-Bergeron)” preparada com sulfato de quinina); FORMULA Para Limpar os Dentes Ennegrecidos Pelos Preparados Ferruginosos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quarta Serie. 1 (1860) 255 (preparada com quina); PÓ Dentifricio Pharm. Franceza. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Sexta Serie. 4 (1873) 125 (com quina cinzenta pulverizada); MISTURA Dentifricia Pelo sr. Gueneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 3 (1877) 105 (com tintura de quina); PÓ dentifricio côr de rosa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 51 (com sulfato de quinina); PÓ dentifricio escuro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 52 (com quina cinzenta); ELIXIR dentifricio Pelo sr. Cheltenham. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 81 (com casca de quina em pó); PÓ dentifricio alcalino Pelo sr. Magitot. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 85 (com quina vermelha em pó); PÓ dentifricio adstringente (J. Redier). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 4 (1883) 232–233 (com quina).

²⁴⁰³ AGUA de Colonia antiseptica (Spray). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 4 (1883) 149 (com quinina).

²⁴⁰⁴ PILULAS emenagogas Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 4 (1878) 52 (“Nos intervallos das epochas menstruaes, regimen lacteo, uso da quina e ferro”).

²⁴⁰⁵ PHARMACIA veterinaria; continuada de pag. 114. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 2:6 (1851) 179-184, p. 181 (Pilulas caninas, destinadas à prevenção da “doença dos cachorros” e para “curar aquelles que estão affectados”, preparadas com extrato de quina); PHARMACIA veterinaria; continuada de pag. 354. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 2:12 (1851) 387-395, p. 388 (“Po tonico” com quina em pó).

Também são apresentadas várias fórmulas à base de quina²⁴⁰⁶ e de quinina²⁴⁰⁷ sem informações sobre a sua atividade terapêutica.

Encontram-se, também, notícias relacionadas com a quina e a quinina – oferta de um prémio monetário pela Sociedade Farmacêutica de Paris para a descoberta de um processo de produção artificial do “quinino” ou de um outro produto com as mesmas propriedades febrífugas²⁴⁰⁸; receção de obras sobre a quina²⁴⁰⁹; informações sobre o cultivo da quina em vários

²⁴⁰⁶ CORRÊA, J. D. - Novos preparados pharmaceuticos, pedidos na Botica do Hospital de S. José de Lisboa, e insertos na ultima edição do Formulario dos Medicamentos do dicto Hospital. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:2 (1848-1849) 34–35, p. 35 (“Gargarejo de Ricord”, preparado com quina vermelha); ELIXIR de quina e de açafão; liquor dourado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:5 (1858) 129 (elixir de quina e açafão, preparado com quina vermelha); LAPIS iodoformados molles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 146 (com quina em pó); PILULAS de glycerophosphato de ferro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 3 (1897) 204 (com extrato de quina); ELIXIR chlorhydropepsico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 4 (1898) 104 (com extrato de quina Loxa); EXTRACTO fluido de salsaparrilha composto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 152 (com tintura de quina); FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat. – 1856; continuação da pag. 268. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:9 (1856) 361–368 (“Pilulas ferruginosas (Bretonneau)” p. 365-366, com sulfato de quinina e extrato de quina amarela).

²⁴⁰⁷ CORREA, Lourenço Antonio - Formulas de medicamentos, colligidas pelo Sr. Lourenço Antonio Correa, Cirurgião do Hospital de S. José de Lisboa; continuadas de pag. 84. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:5 (1848-1849b) 111–114, p. 113 (pílulas de sulfato de quinina); FORMULAS extrahidas do Dispensatorio do Sr. Dorvault, Pharmaceutico – 1854. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:9 (1854) 258–263, p. 258 (citrato de ferro e de quinina); ALVES, J. J. - Preparação estavel. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861a) 120 (fórmula com sulfato de quinina); GLYCEROLADOS de Amydo, de Bichlorureto de Mercurio de Sulphato de Cobre e do Oxydo Rubro de Mercurio. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 81-82, p. 82 (“Glycerolado de sulphato de quinino”, com sulfato de quinina); SOLUTO de Sulphato de Quinina Schmidt’s Jahrbuch. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 44 (com sulfato de quinina); INJECCÃO hypodermica de bromhydrato de quinina (Mac Auliffe). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 54 (com bromidrato de quinina); XAROPE de quinina para creanças (AUJÉ). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 108–109 (com sulfato de quinina); SOLUTOS para injeções hypodermicas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 233–234 (soluto com bromidrato de quinina na p. 234); POÇÃO de quinina sem amargor (Dr. Lutz). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 103 (com sulfato de quinina); PREPARAÇÃO das pilulas de quinina imitando os confeitos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 4 (1893) 72 (com sulfato de quinina); XAROPE de glycero-phosphatos, composto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 1 (1905) 136 (com sulfato de quinina); FORMULAS extrahidas do Anuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat. – 1856; continuação da pag. 268. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2 (1856) 361–368 (“Pilulas ferruginosas (Bretonneau)” p. 365-366, com sulfato de quinina e extrato de quina amarela); DRACK, G. - Injeções hypodermicas antisepticas, tendo por vehiculo a vaselina liquida, do sr. A. Meunier; considerações sobre a denominada vaselina liquida. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887) 86–95, p. 90 (apresenta uma fórmula com quinina “pura”).

²⁴⁰⁸ ALVES, J. J. - Premio scientifico para 1861. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860f) 63.

²⁴⁰⁹ PUBLICAÇÃO importante. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 38.

locais²⁴¹⁰; tentativas de síntese da quinina²⁴¹¹; estudos sobre o sulfato de quinina discutidos na Sociedade de Farmácia de Paris²⁴¹², uso de novos sais de quinina (iodureto de *quinino*²⁴¹³), ou a morte de cientistas que fizeram estudos sobre a quina²⁴¹⁴. No tomo de 1885, por exemplo, noticia-se que o professor José Julio Rodrigues tinha regressado de São Tomé, onde fora “observar o adiantamento da cultura das quinas”²⁴¹⁵.

Em várias das sessões da Sociedade Farmacêutica Lusitana colocaram-se questões relativas à quina, aos seus alcaloides²⁴¹⁶, ou a medicamentos com quina ou quinina (designadamente questões de técnica farmacêutica²⁴¹⁷), algumas já anteriormente referidas.

Na sessão de 30 de novembro de 1915 foi lido um relatório com o parecer de uma comissão “eleita em 31 de Agosto de 1915 para estudar as alterações a propôr na futura pauta aduaneira, em consequencia do convite dirigido para esse efeito á Sociedade Farmaceutica Luzitana em officio de 28 de Agosto de 1915”²⁴¹⁸. No parecer enumeram-se vários artigos cujas taxas a comissão recomendava alterar. De entre estes produtos encontram-se os sais de quinina.

²⁴¹⁰ CULTIVO da quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 157; AS QUINAS na India. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 5 (1869) 140; D. - Regresso do professor José Julio Rodrigues. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 134.

²⁴¹¹ M., S. - Synthese da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882) 143.

²⁴¹² D. - Ensaio do sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887a) 97 (secção Variedades); D. - Sulfato de quinina ligeiro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887b) 160 (secção Variedades).

²⁴¹³ ALVES, Joaquim José - Iodureto de quinino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:7 (1857) 223 (secção “Revista dos Jornaes”).

²⁴¹⁴ PERDAS importantes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 200 (referência ao Sr. Guillermond, pai, que realizara “muitos e importantes trabalhos relativos á quina e opio e seus alcaloides”); NECROLOGIA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890) 60 (refere-se a morte de Jorge Kerner, que tinha feito “importantes trabalhos sobre os alcaloides das quinas”, dirigia a “afamada fabrica de sulfato de quinina Zimmer”, e tinha publicado, em 1862, o processo para “ensaio do sulfato de quinina” presente na farmacopeia francesa).

²⁴¹⁵ D. - Regresso do professor José Julio Rodrigues, p. 134.

²⁴¹⁶ FRAGOSO, Emilio - Sessão de 30 de Janeiro de 1881. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882c) 81-83.

²⁴¹⁷ ABREU, Augusto de Oliveira - Sessão de 11 de dezembro de 1879. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880a) 11-17, p. 13-16; ABREU, Augusto d’Oliveira - Sessão de 28 de Janeiro de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880b) 124-139, p. 125-133; ABREU, Augusto d’Oliveira - Sessão de 27 de Abril de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880c) 141-150, p. 142-149; ABREU, Augusto d’Oliveira - Sessão de 25 de Maio de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880d) 161-180, p. 160-166, 168, 172-180; VEIGA, Joaquim Urbano da; FERREIRA, Antonio Augusto Felix; ABREU, Augusto d’Oliveira - Consulta da sociedade pharmaceutica lusitana ácerca dos quesitos propostos pelo socio o sr. Domingos Antonio Pitta Simões. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 201-202; ABREU, Augusto d’Oliveira - Sessão de 10 de Agosto de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 25-26, p. 25; DELICIOSO, João Francisco; MACHADO, Alfredo da Silva - Parecer da comissão «ad hoc» encarregada de estudar os quesitos propostos pelo socio o sr. Domingos Antonio Pitta Simões. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 51-54, p. 51-52, 54; CAMPOS PALERMO, Armando de - Sessão de 9 de Abril de 1907. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 101-103, p. 102-103.

²⁴¹⁸ SILVA, Sebastião Vito de Abreu e - Sessão de 30 de novembro de 1915. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta série. 2 (1915) 404-408, p. 404.

Os autores do parecer, Joaquim Pedro de Morais, João Francisco de Jesus e Mourato Vermelho, indicam que a indústria portuguesa não produzia o suficiente para suprir as necessidades nacionais de sais de quinina. Essa insuficiência era demonstrada pelo facto de tanto o Estado como agentes particulares fazerem “compras avultadíssimas”²⁴¹⁹ de sais de quinina de marcas estrangeiras. A comissão recomendava assim que a taxa fosse reduzida para metade, pois julgava que os direitos alfandegários dos sais de quinina eram excessivos e, portanto, incitavam ao contrabando. A comissão considerava também que o “proteccionismo alfandegario”²⁴²⁰ existente em Portugal não era eficaz, e era até contraproducente. Através deste parecer podemos verificar que em 1915 ainda existia indústria portuguesa de produção de sais de quinina.

Numa sessão de 28 de Outubro de 1919 propôs-se a nomeação de uma comissão “para tratar dos casos abusivos e hoje muito generalizados, da venda de algodão, pensos, bromo-quinino [um produto que continha quinina]²⁴²¹ e outros medicamentos em qualquer estabelecimento que não seja farmacia”²⁴²², proposta que foi aprovada.

Há também diversos artigos com referências avulsas relacionadas com a quina e a quinina.

Num artigo do tomo de 1883, Silva Machado destaca o empenho da direcção do Jardim Botânico de Coimbra na tentativa de desenvolver a cultura de várias plantas úteis nas colónias da África ocidental, indicando-se que em São Tomé o Sr. Quintas já tinha entre 80 000 e 100 000 pés de plantas da quina e esperava “pôder brevemente exportar casca para o mercado”²⁴²³.

No tomo de 1885, foi publicada, ao longo de vários artigos, a estatística dos medicamentos preparados pela botica do Hospital de S. José, e destinados ao uso nas enfermarias desse hospital e nos seus anexos, no ano económico de 1878 a 1879²⁴²⁴. É assim possível conhecer

²⁴¹⁹ Ibidem, p. 406.

²⁴²⁰ Ibidem, p. 404.

²⁴²¹ eHive - **Bromo Quinine Cold Tablets.; Grove Laboratories; 1940s; Fincham Collection 237** [Em linha]. In **Vernon Systems Ltd**, 2021. [Consult. 3 ago 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://ehive.com/collections/4339/objects/358512/bromo-quinine-cold-tablets>>.

²⁴²² SESSÃO de 28 de Outubro de 1919. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. 15ª Série. 4 (1919) 66–67, p. 66-67.

²⁴²³ M., S. - Acclimação de plantas exóticas nas províncias do Ultramar. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883b) 194.

²⁴²⁴ LOPES, Carlos Augusto – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:4 (1885a) 78–80; LOPES, Carlos Augusto - Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 4). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:5 (1885b) 98–100; LOPES, Carlos Augusto – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 5). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:6 (1885c) 116–120; LOPES, Carlos Augusto – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 6). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:7 (1885d) 137–138; LOPES, Carlos Augusto - Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á

o consumo de alguns medicamentos com quina e quinina neste hospital português durante um ano: Alcoóleo de sulfato de quinina (que estava incluído nas fórmulas que não faziam parte do formulário do hospital mas que “por suas especiaes qualidades, foram consideradas preparações magistrais”²⁴²⁵) – 2,115 kg²⁴²⁶; alcoóleo de quina– 9,910 kg²⁴²⁷; Cataplasma de quina canforada – 15,720 kg²⁴²⁸; Decocto de quina – 10,212 kg²⁴²⁹; decocto de quina composto – 5,160 kg²⁴³⁰; *Hidro-infuso* de quina – 694,188 kg²⁴³¹; *Hidro-soluto* de sulfato de quinina – 381,224 kg; *Hidro-soluto* de sulfato de quinina composto – 28,186 kg²⁴³²; *Oinóleo* de quina composto – 77,350 kg; pílulas de sulfato duplo de ferro e quinina – 4955 pílulas; pílulas de valerianato de quinina – 1679 pílulas²⁴³³; Quina em pó fino – 0,550 kg; Sulfato de quinina 7,40095 kg²⁴³⁴.

No tomo de 1900 são apresentadas 3 perguntas feitas à Comissão de Farmácia da Sociedade por Annibal Dias Saraiva, da localidade de Móra. Uma dessas questões é sobre o preço de uma fórmula com cloridrato de quinina²⁴³⁵.

No tomo de 1901 refere-se que o Vinho de carne e quina é uma “preparação pharmaceutica, que demanda estudo e cuidado”²⁴³⁶ porque nele “predominam principios albuminoides, facilmente precipitados pelo alcool, tannino, etc. etc., variando esta precipitação conforme a força alcoolica e a quantidade de acidos existentes no vinho”²⁴³⁷.

No tomo de 1926, Raul Lupi Nogueira indica que a indústria química estrangeira era por vezes pouco escrupulosa na qualidade dos artigos que exportava para Portugal, o que se podia justificar pelo facto de não termos uma farmacopeia atualizada. Refere que os portugueses encomendavam à indústria estrangeira, designadamente “sais de quinina, de morfina, iodetos, brometos, iodo, etc.”²⁴³⁸. Dá o exemplo do cloridrato de quinina, dizendo que as fábricas estrangeiras produziam cloridrato de quinina que satisfazia os parâmetros das farmacopeias de

SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 7). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:10 (1885e) 201–203; LOPES, Carlos Augusto - Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 10). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:11 (1885f) 222–224.

²⁴²⁵ LOPES – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José... (1885a), p. 79.

²⁴²⁶ Ibidem, p. 80.

²⁴²⁷ Ibidem.

²⁴²⁸ LOPES – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José... (1885b), p. 99.

²⁴²⁹ LOPES – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José... (1885c), p. 117.

²⁴³⁰ Ibidem, p. 118.

²⁴³¹ Ibidem, p. 120.

²⁴³² LOPES – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José... (1885d), p. 138.

²⁴³³ LOPES – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José... (1885e), p. 202.

²⁴³⁴ LOPES – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José... (1885f), p. 222.

²⁴³⁵ TEIXEIRA, José Maria Soares; GUIA, Francisco Simões da; PRETO, Filippe Valladas - Parecer da Comissão de Pharmacia ácerca d’uma consulta do sr. Annibal Dias Saraiva, de Móra. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 230-232, p. 231-232.

²⁴³⁶ FONSECA, A. Carvalho da – Vinho de hemoglobina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 70–73, p. 70.

²⁴³⁷ Ibidem, p. 70-71.

²⁴³⁸ NOGUEIRA, Raul Lupi – As industrias quimicas e a Farmacia em Portugal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2 (1926) 119–131, p. 125.

diferentes países, mas que estas empresas não sabiam “realmente como satisfazer de maneira cabal o nosso pedido, pois a nossa Farmacopêa que é uma velhinha que na sua mocidade foi incontestavelmente um dos mais completos e bem organizados codigos farmaceuticos do seu tempo, não passa hoje de uma reliquia respeitavel...mas imensamente atrazada, incompleta e fora de moda”²⁴³⁹. Lupi Nogueira aponta que já se tinham preparado em Portugal sais de quinina e pergunta: “Porque se não ha-de continuar e aperfeiçoar essa industria, juntando-lhe a da extracção de alcaloides e glucosidos de várias plantas indigenas ou das que nos fornecem as nossas colonias?”²⁴⁴⁰.

Em 1932, na secção de Farmácia Prática, responde-se a uma pergunta de um farmacêutico (pergunta que tinha sido feita a outra publicação periódica, o *Monitor de Farmácia*) sobre o modo de preparar uma fórmula com vários componentes, incluindo o extrato de quina²⁴⁴¹.

Há ainda referências avulsas à quina e seus alcaloides noutros artigos e resumos de artigos sobre temas diversos como: legislação sobre medicamentos e farmácia²⁴⁴²; incompatibilidades

²⁴³⁹ Ibidem.

²⁴⁴⁰ Ibidem, p. 128.

²⁴⁴¹ FRAZÃO, Abílio – Farmácia Prática. **Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana**. Julho a Setembro (1932) 6–9.

²⁴⁴² LISTA das substancias que os Droguistas podem vender só a Pharmaceutico estabelecido, publicada pelo Conselho de Saude Publica do Reino em 15 de Janeiro de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:7 (1858) 208–215, p. 210, 213, 214; LISTA dos medicamentos abortivos, narcoticos ou venenosos, cujas receitas devem ser guardadas pelos Pharmaceuticos; publicada pelo Conselho de Saude Publica do reino em 1 d’Abril de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:10 (1858) 302–313, p. 311; LISTA das especialidades pharmaceuticas nacionaes a que se refere o artigo 3.º das instrucções approvadas por decreto de 10 de agosto de 1903. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 173–199, p. 174, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 185–186, 190, 191, 193, 196, 197, 198 (esta lista, que se referia às especialidades farmacêuticas nacionais que deviam ser sujeitas a um imposto especial, inclui diversos medicamentos com quina e quinina); PORTARIA mandando publicar a nova lista das especialidades pharmaceuticas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 1 (1905) 21–40, p. 25, 26, 31, 32, 33, 35, 37 (nova lista das especialidades farmacêuticas nacionais que deviam ser seladas, e que inclui medicamentos com quina).

químicas, físicas e medicamentosas²⁴⁴³; métodos de doseamento de alcaloides²⁴⁴⁴; métodos de identificação de alcaloides²⁴⁴⁵; falsificações de medicamentos²⁴⁴⁶; reuniões da Sociedade de Farmácia de Paris²⁴⁴⁷; novos medicamentos (citrato de ferro e de quinina, vinho de quina

²⁴⁴³ TELLES, Henrique José de Sousa - Reflexões critico-pharmaceuticas, ácerca da possibilidade que pode dar-se de alterar a natureza de um medicamento, querendo, pela associação de certos agentes, e disfarçá-lhe o sabor desagradavel; pelo Membro Benemerito o Sr. Henrique José de Sousa Telles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:3 (1850) 79–83, p. 82-83; LOUREIRO, F. J. R. - Formulas para a administração do chlorureto de ferro e incompatibilidades chimicas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861b) 121–122 (informações retiradas da publicação *El siglo médico*; refere-se a incompatibilidade entre o perclorureto de ferro e a quina, p. 122); CORRÊA, J. D. - Incompatibilidades medicamentosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 224 (referência à incompatibilidade entre iodeto de potássio e sulfato de quinina); MEDICAMENTOS incompatíveis, perigosos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 140–142, p. 140 (refere-se uma fórmula “perigosa de preparar e conservar” com clorato de potassa, salicilato de soda, quina e carvão em pó); INCOMPATIBILIDADES physicas e medicamentosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 4 (1898) 27–29 (refere-se que se deve evitar a associação entre a tintura de noz vômica e as tinturas de genciana ou de quina); ALGUMAS INCOMPATIBILIDADES medicamentosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 113–116, p. 113 (refere-se que o “*Asaprol ou Abrastol*” é incompatível com sulfato de quinina) e p. 115 (indica-se que a cinchonina e os sais de cinchonina têm as mesmas incompatibilidades que a quinina); ALGUMAS INCOMPATIBILIDADES medicamentosas (Concluido de pag. 130). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 186–190, p. 187 (indica-se que o “*Emetico ou tartrato de potassa e de antimonio ou tartaro stibiado*” é incompatível com quina) e p. 189 (fenacetina é incompatível com os sais de quinina); MISTURAS perigosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 146–150, p. 149 (indica-se que não se deve fazer a preparação composta de clorato de potássio, carvão em pó, quina e essência de hortelã – usada como dentífrico – e a preparação com clorato de potássio, salicilato de sódio, quina e carvão vegetal); N., G. - Incompatibilidades dos iodetos pelo Prof. Pouchet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira. 3 (1907b) 105–106 (é referida a incompatibilidade dos iodetos alcalinos com o sulfato neutro de quinina).

²⁴⁴⁴ NOVO metodo de dosagem dos alcaloides pelos Srs. Jonescu e Spirescu. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 1 (1925) 94 (a quinina é um dos alcaloides referidos). Este artigo pertence à secção Revista das Revistas onde encontramos resumos de artigos de outras publicações.

²⁴⁴⁵ IODETO duplo de bismutho e de potassio empregado como reactivo dos alcaloides Pelo sr. Mangini. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 203-204, p. 204; NOVA reacção muito sensível dos alcaloides das solanáceas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 3 (1917) 21–22, p. 22.

²⁴⁴⁶ CORRÊA, J. D. – Das falsificações de varios medicamentos e substancias alimentarias, e dos meios de reconhecê-las. Extracto de diversos Auctores; continuado de pag. 322. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:11 (1851a) 341–348, p. 344 (falsificação das quininas); CORRÊA, J. D. – Das falsificações de varios medicamentos e substancias alimentarias, e dos meios de reconhecê-las. Extracto de diversos Auctores; continuado de pag. 348. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:12 (1851b) 377–385, p. 382-383 (falsificações do sulfato de quinina); DAS FALSIFICAÇÕES e misturas de varios medicamentos pelo Sr. Ferrand (Continuado do tomo 4.º da 6.ª serie, pag. 208). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 121–125, p. 123 (métodos de detecção de falsificações das quininas, designadamente do pó de quina vermelha com o sândalo vermelho, indicando-se também o que o autor considerava ser o melhor método para o doseamento do sulfato de quinina); DAS FALSIFICAÇÕES e misturas de varios medicamentos pelo Sr. Ferrand (Continuado da pag. 125). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 184–186, p. 185-186 (métodos de detecção de falsificações do sulfato de quinina e do valerianato de quinina).

²⁴⁴⁷ CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris (Sessão de 2 de maio de 1877.). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877a) 123 (estudos e considerações sobre alguns sais de quinina); CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris (Sessão de 6 de junho de 1877). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877b) 202–203 (apresentação de amostras de quininas holandesas provenientes de Java na sessão); CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris.

ferruginoso²⁴⁴⁸; antipirina e valerianato de quinina²⁴⁴⁹/valerianato de antipirina e de quinina²⁴⁵⁰; cloridrosulfato de quinina²⁴⁵¹; iodosulfato de cinchonina²⁴⁵²; quinidina, sulfato de quinidina, quinina, bromidrato de quinina, cloridrato de quinina, cloridrosulfato de quinina²⁴⁵³, saloquinina²⁴⁵⁴, “Bismuthum-cinchonidin bi-iodat”, “Chinin-aethylcarbonic”²⁴⁵⁵; iodeto duplo de quinina e bismuto²⁴⁵⁶); cronologias de acontecimentos relacionados com a farmácia²⁴⁵⁷; preleções

(Sessão de 4 de julho de 1877). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878d) 77–79, p. 78 (menciona-se uma tese sobre os alcaloides da quina, e o envio de exemplares de quinas por parte do Sr. Howard em Londres ao Sr. Planchon); CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. (Sessão de 7 de novembro de 1877). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878e) 137–138 (apresentação de um sulfato de quinina falsificado e menção à análise de um produto designado pseudo-quinino que correspondera ao sulfato de quinidina); CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. — (Sessão de 9 de janeiro de 1878). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878f) 153–154 (oferta de amostras de bromidrato ácido de quinina e bromidrato ácido de quinidina à sociedade de Farmácia e apresentação de uma observação sobre o sulfato neutro de quinidina); CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. — (Sessão de 6 de fevereiro de 1878). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878g) 155–156 (apresentação de ensaios para obtenção do extrato fluido de quina, oferta de amostras de bromidrato neutro e bromidrato básico de quinidina e de cinchonina); CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. — (Sessão de 3 de julho de 1878). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878h) 240–241 (estudos do Sr. Vry sobre as quinas, declarando que os alcaloides estariam na casca sob a forma de quinotanatos).

²⁴⁴⁸ BÉRRAL - Nota sôbre varias Preparações de Ferro, pelo Sr. BÉRRAL, Pharmaceutico. Artigo traduzido do *Jornal de Chimie Médical de Paris* – 1840, pelo Membro Effectivo, o Sr. Carlos Maria Monteiro Freire. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3 (1842) 347 – 351.

²⁴⁴⁹ RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 58). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 72–78, p. 75 (usado como antinevrálgico).

²⁴⁵⁰ RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações. Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses (Concluido de pag. 253). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 2 (1896) 261–269, p. 268.

²⁴⁵¹ RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 58). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 91–98, p. 96.

²⁴⁵² RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 139). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 150–156, p. 155 (sinónimo “Antiseptol”).

²⁴⁵³ RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações. Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses (Continuado de pag. 37). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 2 (1896) 71–74, p. 71-72 (indica-se que o sulfato de quinidina tem ação tónica e antiperiódica, que o bromidrato e o cloridrato de quinina são febrífugos e antipiréticos. Quanto à quinina e à quinidina indica-se apenas que são alcaloides extraídos das *Cinchonas*).

²⁴⁵⁴ FORMULARIO dos Medicamentos Novos para 1903 por H. Bocquillon-Limousin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 97.

²⁴⁵⁵ N., G. - Novos productos pharmaceuticos (Synonymia). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907c) 106–108, p. 107.

²⁴⁵⁶ MEDICAMENTOS Novos e Especialidades Estrangeiras. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Série 16.^a. 5:Janeiro a Dezembro (1924) 38–40, p. 39 (esta substância designava-se também *Biquinil*, e era usada na sífilis, em alternância com injeções arsenicais).

²⁴⁵⁷ CRONOLOGIA Farmaceutica (Continuação do n.º anteriôr) Por V. Mazloum Bey, pharmaceutico no Cairo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2 (1915) 298–301, p. 301 (menciona-se a descoberta da quinina e da cinchonina).

sobre temas relacionados com a farmácia²⁴⁵⁸; farmacopeia portuguesa²⁴⁵⁹; resenhas/avaliações de obras farmacêuticas²⁴⁶⁰; conservação de medicamentos²⁴⁶¹; reconhecimento de determinadas substâncias em casos de envenenamento²⁴⁶²; antídotos para várias preparações

²⁴⁵⁸ A QUIMICA franceza e os problemas da guerra Quimica e Serviços de Saude por M. Charles Moureau. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima sexta Serie. 1 (1920) 44–47, p. 44-45 (refere-se que durante a Primeira Guerra Mundial, em 1916, o exército francês no Oriente, e os exércitos grego e sérvio tinham recebido quinina em grande quantidade como medida preventiva devido ao paludismo na Macedónia; que o governo holandês tinha proibido a exportação da quina para França em 1917 mas que as negociações tinham levado a um acordo onde se permitira “a exportação de quininas em quantidade correspondente a 90 toneladas de sulfato de quinina por anno” p. 45; que os sais de quinina tinham sido preparados em 4 fábricas francesas; e que o consumo de quinina num ano antes da guerra era de 20 toneladas e aumentara até 90 toneladas em 1918 – 40 toneladas gastas pelo exército francês no Oriente, 17 pelo exército grego, 8 pelo exército sérvio, 10 pela Argélia e colónias e 17 pelo exército continental e população civil); NOGUEIRA – As industrias quimicas e a Farmacia em Portugal.

²⁴⁵⁹ SOUSA, Ponte e – A nova Farmacopeia Portuguesa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 27–31, p. 28-31 (monografia do sulfato de quinina, elaborada pelo Professor Ponte e Sousa, incumbido pela respetiva comissão de revisão da farmacopeia portuguesa); FONSECA, José Maria Pinto – A Revisão da Farmacopêa Portuguesa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana** (1929) 3–13, p. 5 (indica-se que a comissão que a Federação Internacional de Haia encarregara de estudar o plano para uma Farmacopeia Internacional definira que a quina e as suas preparações deveriam ser incluídas nessa obra) e p. 9 (indica-se que na monografia do cloreto básico de quinina na farmacopeia portuguesa oficial as solubilidades estavam erradas e os caracteres de pureza eram deficientes pelo que “qualquer cloreto de quinina inquinado de outros alcaloides da quina pode servir para fins terapeuticos”).

²⁴⁶⁰ ALVES, Joaquim José; ABRANTES, Manuel Vicente de Jesus; DRACK, José Ribeiro Guimarães – Consulta da sociedade, de 25 de julho de 1884, sobre o Elucidario aos ensaios das substancias medicinaes, recommendados na pharmacopêa portugueza, elaborado pelo socio honorario o sr. Alfredo da Silva Machado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 141–142 (refere-se que esta obra inclui as reações recomendadas pela farmacopeia para avaliar a pureza do sulfato de quinina, acrescentando alguns processos adicionais – processo de desidratação na estufa a 100°C, processo de Baudrimont de determinação da quantidade de cinchonidina, processo de Kerner, experiências de Byasson – mencionando ainda o ensaio ótico e como é possível determinar a pureza do sulfato de quinina através do seu poder rotatório).

²⁴⁶¹ ESTUDO das alterações dos medicamentos por oxydação, pelo sr. Bourquelot (Continuado da pag. 185). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 234–237, p. 237 (refere-se que a tintura de quina sofreria auto-oxidação); CONSERVAÇÃO dos extractos fluidos e das tinturas por M. W. L. Scoville. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima sexta Serie. 1 (1920) 38–39 (referência a um estudo sobre a conservação do teor alcaloídico de extratos fluidos e tinturas de várias drogas, incluindo preparações com quina).

²⁴⁶² EBOLI - Investigações de Chymica analytica; methodo facil e seguro, segundo o Sr. Eboli, para reconhecer a presença de certas substancias toxicas nos casos d'envenenamentos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:7 (1855) 250–252, p. 250-251 (método de identificação de quinina, sulfato de quinina, ferrocianato de quinina, cinchonina e sulfato de cinchonina).

medicamentosas²⁴⁶³; solubilidade de alcaloides e de outros medicamentos²⁴⁶⁴; exposições²⁴⁶⁵; artigos de farmacotecnia²⁴⁶⁶ e outros estudos farmacêuticos²⁴⁶⁷; listas de medicamentos presentes

²⁴⁶³ CONTRA-VENENOS, e meios de os empregar; pelo Sr. Dr. Comet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:2 (1853) 41–48, p. 47 (o decocto “bem saturado de quina” é apresentado como antídoto dos preparados antimoniais); CONTRA-VENENOS. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:8 (1857) 241–243, p. 243 (o decocto de quina cinzenta ou de quina vermelha é indicado como antídoto para o envenenamento pelo tártaro emético).

²⁴⁶⁴ ALVES, J. J. - Solubilidade de alguns alcaloides no chloroformio. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 34; CAP; GAROT - Dos glycerolados medicinaes. Segunda Memoria sobre a glycerina e suas applicações em Medicina, pelos Srs. Cap e Garot. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:4 (1856) 125–134, p. 133-134 (considerações sobre a solubilidade da quinina e do sulfato de quinina, designadamente na glicerina, e apresentação de algumas propriedades físico-químicas do glicerolado de sulfato de quinina); DOS GLYCEROLADOS medicinaes; continuação de pag. 134. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:5 (1856) 171–180, p. 171 (considerações sobre a solubilidade do tanato de quinina, designadamente na glicerina, e apresentação de características físico-químicas do glicerolado de tanato de quinina); TABOA comparativa da solubilidade d’algumas substancias medicamentosas nos diversos excipientes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:5 (1856) 181 (refere-se a solubilidade da quinina, do sulfato de quinina e do tanato de quinina em glicerina, álcool, água e óleo); RELAÇÃO dos medicamentos mais usados e que são solvidos na glicerina, com a indicação do coefficiente de solubilidade para 100 partes d’este liquido. Pelo Sr. Surun. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 32–33 (refere a solubilidade da cinchonina, quinina, sulfato de cinchonina, sulfato de quinina, tanato de quinina na glicerina); MACHADO, Silva – Solubilidade d’um certo numero de substancias (Tabella Synoptica Coordenada, Segundo A Pharmacopea Official.). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 4 (1888) 211–212 (refere a solubilidade de bromidrato de quinina, cloridrato de quinina, quinina, sulfato de cinchonina, sulfato de quinina e de valerato de quinina em água, álcool e glicerina); SOLUBILIDADE de certos saes na glicerina Ossendowski. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 233 (refere a solubilidade da quinina em glicerina).

²⁴⁶⁵ VIAGEM pharmaceutica á Exposição universal de Londres, pelo Sr. Dorvault; continuada de pag. 36. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:3 (1853) 62–68 (Nas p. 65-67 refere-se a existência de quinina e dos seus sais de origem alemã e de sulfato de cinchonina e sulfato de quinina inglês na Exposição universal de Londres, bem como a utilização da bebeerina e do sulfato de bebeerina como substitutos do sulfato de quinina em Inglaterra); D. - Exposição industrial portuense. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887c) 139–140, p. 140 (refere-se que o Sr. Joaquim Veiga, de Braga, tinha entre os produtos expostos “vinho de carne, quina e ferro”).

²⁴⁶⁶ OBSERVAÇÕES e experiencias sobre o methodo de deslocação, como meio de preparar as tinturas alcoholicas e os vinhos medicinaes; pelo Sr. Buignet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:2 (1858) 33–39, p. 34-38 (estudos sobre métodos de preparação da tintura de quina amarela, cinzenta e vermelha); OBSERVAÇÕES e experiencias sobre o methodo de deslocação, como meio de preparar as tinturas alcoholicas e os vinhos medicinaes; pelo Sr. Buignet: continuação da pag. 39. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:3 (1858) 65–72, p. 68-72 (experiências e considerações sobre a tintura de quina amarela preparada a diferentes temperaturas por lixiviação e sobre a quantidade de álcool a empregar na lixiviação de forma a esgotar as drogas utilizadas, bem como considerações e experiências sobre a preparação de vinho de quina por maceração e lixiviação); LOUREIRO, F. J. R. - Uso Dos Alcalis Para Obter Os Principios Extractivos Vegetaes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859b) 258–259 (estudos sobre o uso dos alcalis potassa e soda na produção de extratos vegetais, nomeadamente extratos de quina); PREPARAÇÃO dos granulados pharmaceuticos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 28–33 (indica-se resumidamente como preparar granulados farmacêuticos a partir de solutos aquosos ou alcoólicos de extratos de várias drogas, incluindo a quina); TINCTURAS privadas do tannino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 46–47 (indica-se como preparar uma tintura de quina privada de tanino); A ESTERILISAÇÃO dos liquidos injectaveis. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 2 (1911) 170–177, p. 175-176 (refere-se que os sais de quinina podiam ser esterilizados na autoclave); A DURAÇÃO da lixiviação pode ser consideravelmente diminuida pela Sr.^a D. G. Barel. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2 (1926) 10–11 (refere-se um estudo sobre o tempo de lixiviação necessário para a elaboração de preparações de várias drogas, designadamente da quina, tendo os autores estudado preparações de quina

numa farmácia portátil²⁴⁶⁸; temperaturas de sublimação de alcaloides²⁴⁶⁹; corpos com poder rotatório²⁴⁷⁰; presença de cobre em extratos farmacêuticos²⁴⁷¹; reagentes dos alcaloides²⁴⁷²; e quadros com trabalhos da Sociedade Farmacêutica Lusitana²⁴⁷³.

No *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* encontram-se também referências a outras plantas e medicamentos²⁴⁷⁴ com suposta atividade febrífuga – planta das sezões²⁴⁷⁵/*Artemisia mollis*²⁴⁷⁶; folhas de oliveira²⁴⁷⁷; “sulphato de bebeerina”²⁴⁷⁸ (sulfato de

amarela e quina vermelha) – Este estudo pertence à secção Revista das Revistas; LOUREIRO, F. J. R. - Emprego do Chloroformio Como Meio de Modificar o Sabor dos Medicamentos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 4 (1863) 4 (constatação de que o clorofórmio eliminava quase totalmente o sabor amargo de várias preparações como “o sulphato de quinino em suspensão em agua” quando misturado em determinadas proporções).

²⁴⁶⁷ LESURE, A. - Acção dos raios ultravioletas sobre certas soluções empregadas em pharmacia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 1 (1910) 567–570 (relatam-se estudos sobre a ação dos raios ultravioleta em várias soluções, incluindo na solução de bisulfato de quinina e de bicloridrato de quinina); NUNES, Manuel Pinheiro – Nota sôbre a microquímica dos alcaloides vegetais (Ensaio preliminar no Hyoscyamus albus, L. e na Nicotiana tabacum, L.) Estudo experimental de Manuel Pinheiro Nunes. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Série 16.^a. 5: Janeiro a Dezembro (1924) 3–12, p. 4-7 (são mencionados apontamentos históricos sobre a quina e o seu estudo químico, referindo os contributos de alguns cientistas como Fourcroy, Vauquelin, Bernardino António Gomes e Pelletier e Caventou, bem como informações gerais sobre os alcaloides); ACÇÃO da luz solar e dos raios ultravioletas sôbre as tinturas contendo alcaloides por C. A. Rojahn. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana** (1928) 510–512 (a tintura de quina e a tintura de quina composta estavam incluídas neste estudo).

²⁴⁶⁸ CORRÊA, J. D. - Pharmacia portatil ou de campo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878i) 79–80(a quina em pó fazia parte desta lista de medicamentos e drogas).

²⁴⁶⁹ CORRÊA, J. D. - Temperatura na qual se sublimam alguns alcaloides Pelo sr. Winter Blyth. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 107–110 (apresenta-se informação relativa à quinina e à quinidina).

²⁴⁷⁰ SILVA MACHADO, A. da - Polarização da luz. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 37-39, p. 39 (contém uma “Tabella dos principaes corpos que possuem poder rotatorio”, que inclui a solução alcoólica de cinchonina, de quinina e de sulfato de quinina).

²⁴⁷¹ M., S. - Presença de cobre nos extractos pharmaceuticos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 10–11 (deteção e doseamento do cobre metálico em extratos de quina dos hospitais de Paris).

²⁴⁷² CORRÊA, J. D. - Chloreto de zinco como reagente dos alcaloides. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 54–55; LOUREIRO, F. J. R. - Platino-cyanureto de Potassium como Reactivo dos Alcaloides (Delffs). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 185 (refere-se que o platinocianureto de potássio não precipita a quinina e a cinchonina mas precipita a quinidina).

²⁴⁷³ QUADRO Synoptico dos Trabalhos da Sociedade Pharmaceutica Lusitana no 50º Anno da sua Instituição. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) (sem paginação, encontra-se entre a p. 204 e a p. 205 deste tomo de 1885) – Relata-se que A. da Silva Machado fora autor de uma comunicação científica com o assunto “Confirmação da existencia de *quinina* nos residuos dos infusos e dos cozimentos de quina; percentagem encontrada”.

²⁴⁷⁴ PIMENTEL, F. B. - Topico Febrifugo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 202–203.

²⁴⁷⁵ TELLES, Henrique José de Sousa; D’ANDRADE, João Isidoro Ferreira; BOTTO, José Maria – Parecer da Comissão d’Historia Natural, ácerca da Memoria sobre a planta das Sesões. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 510–514.

²⁴⁷⁶ BRANCO, Miguel Januario Fernandes - [Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 597–600.

²⁴⁷⁷ VINHO febrifugo; pelo Sr. Bonis. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:23 (1848-1849) 563; ALVES, J. J. - Extracto hydalcoolico de folhas de oliveira. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861b) 79 (recomendada na “febre erratica dos tísicos”).

²⁴⁷⁸ VIANNA, Cunha – Do emprego do sulphato de bebeerina no tractamento das febres intermitentes. Observações feitas no Hospital de S. José, Infermaria n.º 1. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica**

beberina?); “thuong-son”²⁴⁷⁹; “*picramnia pentandra* de Swartz”²⁴⁸⁰; raiz de lírio florentino²⁴⁸¹; iodo²⁴⁸²; clorofórmio²⁴⁸³; valeriana²⁴⁸⁴; “*Danais flagrans*”²⁴⁸⁵; “*Micromenia gracca*”²⁴⁸⁶; ácido arsenioso²⁴⁸⁷ – e a supostos substitutos da quinina (sumo de limão²⁴⁸⁸, vieirina²⁴⁸⁹).

Numa memória de José Pereira de Azevedo publicada no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, este relata que a erva das sezões lhe tinha sido muito “gabada por pessoas fidedignas, que teem obtido, com ella os mais bellos resultados, contra as febres intermitentes”²⁴⁹⁰. Pereira de Azevedo destacou também a grande frequência das febres intermitentes em várias províncias portuguesas, e até na zona de Lisboa²⁴⁹¹. José Pereira de

Lusitana. Segunda Serie. 3:1 (1852) 9–12.

²⁴⁷⁹ FEBRIFUGO. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 79 (planta utilizada pelos indígenas da Cochinchina, no actual Vietnam).

²⁴⁸⁰ NOVO febrifugo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 78–79 (a infusão desta planta era usada na ilha de Cuba, para o tratamento das febres intermitentes, sendo preferida face às cascas de quina e às preparações de quina).

²⁴⁸¹ LOUREIRO, F. J. R. - Acção Febrifuga do Lirio Florentino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 1 (1870) 41 (uso nas “febres mucosas”).

²⁴⁸² IODO Contra As Febres Intermittentes Pelo sr. Douaud. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 102 (indica-se que esta fórmula com iodo era usada em febres intermitentes e também em nevralgias).

²⁴⁸³ ALVES, Joaquim José - Chloroformio nas febres intermitentes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:1 (1858c) 15–16 (este artigo pertence à secção “Revista dos Jornaes”); CHLOROFORMIO Aplicado Como Febrifugo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 87 (mas em vários dos casos clínicos observados fora necessário recorrer depois ao “sulphato de quinino”).

²⁴⁸⁴ CORRÊA, J. D. - Valeriana. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877c) 184 (refere-se o uso da valeriana como “febrifugo, vermifugo, sedativo, antihysterico e antiepiletico” nalguns casos, para além de ser muito eficaz como excitante e antiespasmódica).

²⁴⁸⁵ M., S. - Plantas medicinaes exóticas. (Breve Noticia Sobre Algumas.). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886b) 79–80, p. 79 (planta pertencente à família das Rubiáceas, usada como tónico e febrifugo em Madagáscar); RECAPITULAÇÃO por ordem alfabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 98). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 115–119, p. 115.

²⁴⁸⁶ M., S. - Nova planta medicinal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886c) 153 (indica-se que esta planta seria muito usada nalgumas localidades espanholas, e recomendada contra as febres intermitentes, embora segundo Adolpho Moller não fosse mencionada nos tratados de matéria médica e floras médico-farmacêuticas mais importantes).

²⁴⁸⁷ SOUSA TELLES, Junior – Emprego do acido arsenioso ou arsenico branco no tractamento das intermitentes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:10 (1852c) 313–315.

²⁴⁸⁸ ALVES, J. J. - Çumo de limão, como curativo do rheumatismo poliarticular agudo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860g) 190 (apresenta-se o sumo de limão como uma opção terapêutica de maior eficácia e mais tolerável que o sulfato de quinina).

²⁴⁸⁹ RECAPITULAÇÃO por ordem alfabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações. Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses (Concluido de pag. 253). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 2 (1896) 261–269, p. 268–269 (a substância chamada vieirina era extraída da casca de *Remijia Vellozii*, uma planta pertencente à família das Rubiáceas, a mesma família a que pertence o género *Cinchona*).

²⁴⁹⁰ TELLES; D’ANDRADE; BOTTO – Parecer da Commissão d’Historia Natural, ácerca da Memoria sobre a planta das Sezões, p. 511.

²⁴⁹¹ “As febres intermitentes, a que vulgarmente se tem dado o nome sezões, é mal tão frequente em algumas de nossas Provincias, e ha annos a esta parte, em Lisboa, e suas immediações, que tudo quanto possamos descobrir, e vulgarisar a fim de combater este padecimento, será um relevante serviço feito á humanidade, e á saúde publica, de que nos cumpre ser vigilante atalaia”. - Ibidem, p. 510–511.

Azevedo propôs à sociedade que a respetiva comissão de História Natural desse o seu parecer sobre a classificação desta planta, clarificasse se a planta existia ou não no jardim da sociedade (e, caso não existisse, recomendava a sua obtenção), e que se falasse no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* sobre a dita planta, designadamente sobre as “suas virtudes, e maneira de a aplicar”²⁴⁹². A comissão de História Natural respondeu que conhecia de facto aquela planta e os efeitos que lhe eram atribuídos, e que esta era cultivada no jardim da Sociedade Farmacêutica Lusitana. O parecer da comissão de História Natural indica ainda que esta comissão resolvera proceder às diligências necessárias para averiguar as propriedades da dita planta “que pelos seus efeitos febrifugos, tem excitado a atenção dos Clinicos”²⁴⁹³ procedendo à sua classificação. A comissão indica também que a planta era considerada um bom sucedâneo da quina “a respeito da qual, talvez esteja nas mesmas relações das outras plantas febrifugas”²⁴⁹⁴ que possuíam, mas que a sua aplicação tinha tido sucessos variáveis. A comissão de História Natural propôs que a comissão de química analisasse os princípios imediatos da planta e verificasse se existia algum princípio salificável que pudesse ser preparado para depois ser testado clinicamente.

Ainda a propósito da erva das sezões (nome comum da *Artemisia mollis*), noutro artigo do *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* aponta-se que esta planta adquirira grande celebridade em Portugal, e que “a confiança que alguns praticos aqui lhes têm consagrado, na cura das sezões, quasi que ameaçaram abalar o alto, e bem merecido credito com que o sulphato de quinina reina entre os febrifugos”²⁴⁹⁵. O Dr. Barral fizera experiências sobre a atividade desta planta no tratamento das febres intermitentes, na enfermaria do Hospital de São José, e os resultados tinham sido recolhidos por A. J. de Faria Leal e Miguel Januario Fernandes Branco. De entre 21 doentes, 8 curaram-se com esta planta, e em 13 doentes foi necessário recorrer ao sulfato de quinina. Miguel Januario Fernandes Branco conclui que, se a *Artemisia mollis* não curara a maior parte dos doentes com febres intermitentes “não sendo um meio seguro com o qual nós possamos contar que curaremos as ditas febres”, não era, portanto, “digna de credito”²⁴⁹⁶. Fernandes Branco considerava-a assim um sucedâneo da quina, à semelhança de Telles Sénior e de outras pessoas, tal como a *Gentiana lutea* (genciana), a *Quassia amara* (quássia) e outras plantas que eram “remedios pouco seguros na cura das febres entermitentes, pois que se algumas vezes aproveitam, a sua acção é pela maior parte, inutil”²⁴⁹⁷. Fernandes Branco aponta ainda que esta planta demorava também muito mais a atuar do que o sulfato de quinina que “convenientemente administrado, debella usualmente as sezões ordinarias, n’um ou dous dias”²⁴⁹⁸. Fernandes Branco conclui afirmando que desejava que a *Artemisia mollis* fosse realmente eficaz, pois dava-se bem no clima português. Seria, portanto, possível ter uma cultura

²⁴⁹² Ibidem, p. 511.

²⁴⁹³ Ibidem, p. 512.

²⁴⁹⁴ Ibidem, p. 513.

²⁴⁹⁵ BRANCO – [Sem título], p. 597.

²⁴⁹⁶ Ibidem, p. 599.

²⁴⁹⁷ Ibidem.

²⁴⁹⁸ Ibidem.

abundante e conseqüentemente um preço baixo que a fazia acessível aos mais pobres, que teriam assim “facilmente um remédio energético, contra um mal tão geral”²⁴⁹⁹. Neste artigo, em nota de rodapé, a redação do *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* aponta que várias pessoas acreditadas afiançavam bons resultados com a *Artemisia mollis*, destacando a necessidade de “boa prática” e de “repetidas experiências”²⁵⁰⁰ para esclarecer esta questão.

No que se refere concretamente ao “sulphato de bebeerina” relata-se o uso desta substância no Hospital de São José no tratamento de sezões, mas aparentemente sem resultados muito favoráveis, sendo geralmente necessário utilizar depois a quinina. Indica-se que esta substância estava a ser fabricada em grandes quantidades em Edimburgo, que teria ação tónica e febrífuga, e que era muito usada em Edimburgo no tratamento das febres intermitentes, onde era considerada um sucedâneo da quina²⁵⁰¹.

No que se refere à utilização do ácido arsenioso como possível substituto da quinina, refere-se que o médico Dr. Lima Leitão, que era também lente na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, tinha estudado a atividade do ácido arsenioso no tratamento das febres intermitentes. Este médico incitara os seus colegas a prosseguirem os seus estudos sobre o ácido arsenioso e a generalizarem o uso do ácido arsenioso no tratamento das febres intermitentes, de forma a condicionar a eliminação do uso do sulfato de quinina da prática clínica “do que resultaria grande economia para a nação”²⁵⁰². Sousa Telles mostra-se contra a vulgarização do uso do ácido arsenioso nas febres intermitentes, uma vez que as febres intermitentes eram “frequentes, e até endêmicas, em algumas localidades do nosso paiz”²⁵⁰³, geralmente eram as classes mais pobres e ignorantes as principais vítimas deste tipo de febres, e que o ácido arsenioso era barato e fácil de obter. Tal levaria ao uso do ácido arsenioso de forma empírica, e em quantidades excessivas, com conseqüências muito deletérias para a saúde. Além disso, era um agente medicamentoso muito enérgico, e seria difícil evitar acidentes ou comportamentos imprudentes, bem como o seu uso em automedicação. Sousa Telles indica ainda que, caso este tratamento com o ácido arsenioso se generalizasse “todas as cautelas serão poucas”, e que seria necessário “registrar as receitas, e mencionar as repetições”²⁵⁰⁴.

No tomo de 1850, Henrique de Sousa Telles refere alguns ensaios efetuados por portugueses e estrangeiros sobre a reação do sulfato de quinina ao ser colocado em contacto com infusos de café ou chá, designadamente com o fim de se disfarçar o sabor amargo da quinina²⁵⁰⁵. Refere especificamente os ensaios feitos pelo Sr. Estanislau Martins, nos quais este concluiu que ao colocar em contacto infusões de café ou chá com o sulfato de quinina, se formavam precipitados insolúveis.

²⁴⁹⁹ Ibidem, p. 600.

²⁵⁰⁰ Ibidem.

²⁵⁰¹ VIANNA – Do emprego do sulphato de bebeerina...

²⁵⁰² SOUSA TELLES – Emprego do ácido arsenioso... p. 313.

²⁵⁰³ Ibidem, p. 313-314.

²⁵⁰⁴ Ibidem, p. 315.

²⁵⁰⁵ TELLES – Reflexões crítico-pharmaceuticas...p. 82-83.

No tomo de 1850 também se referem alguns efeitos secundários do sulfato de quinina, indicando que nalguns casos mais graves, onde se tinham usado doses mais altas de sulfato de quinina, “a audição e mesmo a visão teem sido suspendidas em uma infinidade de casos, durante semanas seguidas”²⁵⁰⁶.

No tomo de 1861, J. J. Alves comenta que os cidadãos chineses não utilizavam a quina como “anti-periodico” mas utilizavam como febrífugos “muitos vegetaes pertencentes, como este, á familia das rubiaceas”²⁵⁰⁷ destacando a conveniência de descobrir quais eram estas plantas utilizadas na China, se os seus princípios ativos já tinham ou não sido estudados, “e se estes igualam ou excedem a quina em seus effeitos therapeuticos”²⁵⁰⁸.

Verifica-se assim que no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* estão presentes artigos sobre várias facetas da quina e da quinina, quer originais, quer sumários e extratos adaptados de artigos estrangeiros, bem como numerosas fórmulas com quina e quinina para uma multiplicidade de doenças e sintomas, para além do uso clássico nas febres intermitentes ou sezões.

Esta publicação periódica contém artigos sobre análises de sulfato de quinina (de fabrico estrangeiro e português) e sobre análises de amostras de quina vindas das antigas colónias portuguesas, designadamente da ilha de São Tomé; integra artigos relativos a falsificações de medicamentos derivados da quina, sobretudo do sulfato de quinina (que abordam métodos de deteção e casos de falsificações descritos na literatura); artigos sobre ensaios de identificação e pureza do sulfato de quinina; artigos diversos de atualização científica relativos, por exemplo, à identificação de novos alcaloides da quina ou à produção de novos medicamentos com derivados da quina; ou artigos sobre a cultura das quineiras, quer promovendo a sua plantação em locais pertencentes ao território português, quer indicando como esta era feita em territórios estrangeiros, descrevendo as questões práticas associadas ao seu cultivo, como se observa, por exemplo, na série de artigos publicada por Bernardino Barros Gomes no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, e que correspondiam ao livro que publicara em 1864 intitulado *Cultura das plantas que dão a Quina*.

²⁵⁰⁶ ELIXIR aloetico febrifugo; pelo Sr. Dr. Recamier. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. 5 (1848-1849) 563–564, p. 563 (tradução de J. M. Ogando).

²⁵⁰⁷ ALVES, J. J. – Febrifugos na China. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. Quarta Serie. 2 (1861c) 190–191, p. 190.

²⁵⁰⁸ Ibidem, p. 191.

3.3.3. *O Instituto*

A revista *O Instituto* foi uma publicação periódica de uma instituição académica sediada em Coimbra, o Instituto de Coimbra. Os associados efetivos desta instituição eram maioritariamente professores da Universidade de Coimbra²⁵⁰⁹. Esta instituição foi formada em várias etapas, sendo aprovado em 1851 um “Projeto dos Estatutos do Instituto de Coimbra”. A associação tinha fins científicos, literários e artísticos²⁵¹⁰.

3.3.3.1. Artigos originais portugueses

Em *O Instituto* estão presentes vários artigos referentes à quina e à quinina.

Em 1876 Francisco Frederico Hopffer (1828-1919) assina o artigo “Estado do ensaio da cultura da quina na ilha de Sancto Antão em abril de 1875”²⁵¹¹. Neste artigo F. F. Hopffer indica o estado da cultura de plantas da quina em quatro localidades na ilha de Santo Antão (Cabo Verde) no mês de Abril do ano de 1875: Pico de Antonio, Igreja, Covão e Fajan dos Bois. Para cada localidade apresenta um quadro com o número de plantas, a sua altura e a sua circunferência. Afirma que quase todas essas plantas (que eram apenas 46 no total) tinham vindo de Portugal. A maioria pertenceria à espécie *Cinchona succirubra*. Indica que os ensaios de cultivo se tinham iniciado em 1869 e que “ainda nenhuma planta vinda e posta em boas condições” tinha morrido. Nomeia ainda vários outros locais da ilha de Santo Antão em que o terreno seria “aproveitável para cultivo de quina” e ressalva que tinha feito vários relatórios onde chamava a atenção “dos poderes publicos” sobre o “assumpto importantissimo” do cultivo das quineiras. Segundo Hopffer, para que a ilha conseguisse exportar quina daí a alguns anos, faltava apenas que se utilizassem os mesmos meios empregados por holandeses e ingleses na cultura das quineiras, o que permitiria atingir um “*desideratum* tão lucrativo quanto humanitario”²⁵¹².

Também em 1876, Júlio Henriques publica n’*O Instituto* um artigo intitulado “A cultura das plantas que dão a quina nas possessões portuguezas”²⁵¹³ onde apresenta brevemente a história da cultura das quineiras, primeiro pelos holandeses e depois pelos ingleses. J. Henriques aponta que fora seguida a sugestão de Bernardino Barros Gomes, de encarregar o Jardim Botânico de Coimbra da criação de plantas da quina para enviar para África, e tentar aí a sua aclimação.

²⁵⁰⁹ BREVE história do Instituto de Coimbra [Em linha]. Universidade de Coimbra, 2023. [Consult. 24 fev 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/oinstitutobreve>.

²⁵¹⁰ FERREIRA, Lúcia Rodrigues – Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2012. [Consult. 12 mai 2022]. Disponível na internet: <URL: <http://hdl.handle.net/10316/21257>>, p. 13.

²⁵¹¹ HOPFFER, F. F. – Estado do ensaio da cultura da quina na ilha de Sancto Antão em abril de 1875. *O Instituto*. 22:10 (1876) 190–197.

²⁵¹² Ibidem, p. 197.

²⁵¹³ HENRIQUES, Julio Augusto – A cultura das plantas que dão a quina nas possessões portuguezas. *O Instituto*. 22:10 (1876) 184–190.

Refere como começaram a chegar a Portugal exemplares de plantas e sementes da quina, e como E. Goëze (Edmond Goëze)²⁵¹⁴, se encarregara da germinação de um “bom numero de plantas [da quina], que por vezes foram remetidas para varios pontos da Africa portugueza”²⁵¹⁵. Segundo Júlio Henriques a maior parte destas plantas tinha morrido devido à viagem demorada ou a uma plantação desadequada, mas as plantas sobreviventes tinham-se desenvolvido como se estivessem no seu “paiz natal”²⁵¹⁶. J. Henriques elenca informações sobre algumas quineiras que tinham sido plantadas na ilha de São Tomé (referindo informações provenientes de escritos de Jacintho de Sousa Ribeiro), na ilha de Santo Antão (Cabo Verde), e na ilha da Madeira, onde também cresciam bem. Henriques indica que, na ilha de Santo Antão, Francisco Frederico Hopffer tinha “feito tudo quanto lhe é possível com o fim de desenvolver e assegurar a cultura de tão preciosas plantas”²⁵¹⁷, incluindo o envio de um officio ao Governo de Cabo-Verde, propondo a compra de um terreno para estabelecimento de um viveiro para a cultura de plantas da quina. Henriques refere ter solicitado e recebido sementes de Java e da Índia, que tinham sido plantadas nas estufas do Jardim Botânico (“alguns centos de plantas”²⁵¹⁸) e que se destinavam ao envio para África. Relata também que enviara sementes de plantas da quina para África para Jacintho de Sousa Ribeiro e Francisco Frederico Hopffer. Neste artigo J. Henriques afirma:

“Em vista dos factos expostos é fóra de duvida que o Governo deve pôr em practica todos os meios de tornar effectiva a cultura das Cinchonas. Não é questão simplesmente de negocio; não se tracta da plantação do tabaco, que alimenta o vicio; do café, que pôde não ser julgado materia de primeira necessidade; tracta-se de fixar nas nossas possessões uma planta, que é extremamente rendosa porque fornece um medicamento precioso para muitas enfermidades”²⁵¹⁹.

Indica também não acreditar na iniciativa de particulares, já que “Ninguem quer esperar por um resultado em que pôde não confiar, e muito principalmente quando outra cultura, pouco trabalhosa, por exemplo a do café, dá em curto prazo resultado vantajoso. É indispensavel a intervenção do Governo”²⁵²⁰. Segundo J. Henriques a cultura era fácil, e não era necessário ir buscar à América sementes ou plantas ou “fazer experiencias” já que o método de cultivo fora estudado na Índia e em Java. Salienta assim que:

²⁵¹⁴ Edmond Goëze (1838–1929), alemão, ocupou o posto de jardineiro-chefe do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (GOEZE, Edmond – A ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra. **O Instituto**. 14:4 (1871) 73-87, p. 73; CUNHA, A. R.; SOARES, A. L.; BRILHANTE, M.; ARSÉNIO, P.; VASCONCELOS, T.; ESPÍRITO-SANTO, D.; DUARTE, M. C.; ROMEIRAS, M. M. – Natural and Historical Heritage of the Lisbon Botanical Gardens: An Integrative Approach with Tree Collections. **Plants**. 10 (2021) 1367. <https://doi.org/10.3390/plants10071367>).

²⁵¹⁵ HENRIQUES – A cultura das plantas que dão a quina nas possessões portuguezas, p. 187.

²⁵¹⁶ Ibidem.

²⁵¹⁷ Ibidem, p. 188.

²⁵¹⁸ Ibidem, p. 189.

²⁵¹⁹ Ibidem.

²⁵²⁰ Ibidem.

“O essencial é criar viveiros por conta do estado, e pelo menos dar premios pecuniarios aos proprietarios que mais e melhor cuidarem das plantas que receberem dos viveiros.

Preferivel porém seria que o Governo entendesse aquella cultura, povoando muito terreno, que hoje é inutil, embora depois entregasse ao cuidado dos particulares a continuação dos trabalhos incetados”²⁵²¹.

Joaquim dos Santos e Silva, enquanto Chefe de trabalhos práticos do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, analisou cascas de quina vindas de São Tomé e de Cabo Verde. Joaquim dos Santos e Silva efetuou as análises de cascas de quina vindas de São Tomé por iniciativa de Júlio Henriques, à época diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Os resultados dessas análises foram publicados num artigo de 1877 n’*O Instituto*. Silva indica que analisara em 1874 uma amostra de Cabo Verde, mas “os reagentes chimicos deram resultados negativos”²⁵²². Neste artigo Silva informa que as espécies que se estavam a cultivar em São Tomé e Cabo Verde eram a *Cinchona officinalis*, a *Cinchona succirubra* e a *Cinchona calisaya* “que são as mais ricas em principios febrifugos”²⁵²³. A *Cinchona* de onde provinha aquela casca (provavelmente da espécie *Cinchona succirubra*) fora semeada na estufa do Jardim Botânico e depois enviada para África em 1869. Mais tarde, em 1876, Jacintho de Sousa Ribeiro, médico em São Tomé, enviou cascas destas mesmas plantas ao professor Júlio Henriques, que era também professor de botânica na Universidade de Coimbra. Nas suas análises Silva obteve teores de quinina entre 45,76 e 47,56 g/kg de casca de *Cinchona* (4,576% – 4,756%). O teor de cinchonina foi determinado apenas em um dos ensaios (8,54 g/kg de casca de *Cinchona*). De acordo com a terceira farmacopeia oficial portuguesa (publicada em 1876) em vigor na época, o teor mínimo de quinina na casca da *Cinchona succirubra* era de 1,5%²⁵²⁴. A propósito da análise dessas primeiras amostras de São Tomé, Silva afirmou que aqueles resultados, embora pudessem não ser inteiramente exatos, permitiam “fazer um juizo mais seguro acerca da cultura encetada”²⁵²⁵. O objetivo de realizar estas análises químicas era apurar se a casca de *Cinchona* cultivada em África tinha os mesmos alcaloides que a *Cinchona* produzia no seu “paiz natal”²⁵²⁶, indicando “com uma sufficiente aproximação”²⁵²⁷ a quantidade de quinina e, secundariamente, a quantidade de cinchonina na casca de *Cinchona* vinda das colónias africanas. Desta forma, poder-se-ia concluir sobre a possibilidade de desenvolver nas colónias africanas uma cultura bem-sucedida da *Cinchona* já que, como apontava Silva

²⁵²¹ Ibidem, p. 190.

²⁵²² SILVA – Breve noticia sobre a riqueza... (1877b), p. 30.

²⁵²³ Ibidem, p. 29.

²⁵²⁴ GOMES, B. A. [et al] – **Pharmacopêa portugueza. Edição official** (1876). Lisboa: Imprensa Nacional, p. 349.

²⁵²⁵ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza... (1877b), p. 33.

²⁵²⁶ Ibidem, p. 29.

²⁵²⁷ Ibidem, p. 33.

“O vigor com que uma planta se desenvolve não póde, porém, ser tomado em todos os casos como uma garantia segura da existencia dos principios que motivam o seu emprego medicinal, ainda mesmo quando as especies cultivadas são escolhidas d’aquellas que, no seu proprio paiz, abundam mais em principios uteis”²⁵²⁸.

Na revista *O Instituto* há outro artigo de Joaquim dos Santos e Silva relativo a análises de cascas de quina provenientes de São Tomé. Neste artigo, datado de Agosto de 1880, Silva afirmou pensar que a sua análise de 1876 (publicada em 1877 n’*O Instituto*) fora a primeira análise de casca de *Cinchona* proveniente das possessões portuguesas em África. Descreve também a análise de mais 2 amostras provenientes de São Tomé. Uma delas tinha sido enviada em Setembro de 1878 pelos senhores Quintas & Irmãos, proprietários na ilha de S. Tomé (2,5 kg de quina de uma planta com 2 anos e meio). Silva verificou que essa amostra continha 40,83 g de quinina por quilo de quina e 1,64 g de cinchonina por quilo de quina. A outra amostra, do proprietário Nicolau José da Costa (também da ilha de S. Tomé) era de uma planta com aproximadamente 4 anos, e possuía 41,21 g de quinina por quilo e 2,24 g de cinchonina por quilo de quina. O autor afirmou que estas novas análises confirmavam os seus resultados de 1876, mostrando que a cultura da *Cinchona* em larga escala deveria suscitar o interesse dos proprietários na ilha de São Tomé²⁵²⁹.

João Jardim de Vilhena publicou também na revista *O Instituto* um artigo relacionado com a quina, especificamente dedicado à história da Água de Inglaterra, cujo conteúdo abordámos na revisão da literatura²⁵³⁰.

3.3.3.2. Outras referências à quina e à quinina

Encontram-se também referências à quina e à quinina noutros artigos de âmbito mais geral nas páginas da revista.

Na “Estatistica Pathologica dos Hospitales da Universidade”, referente ao trimestre de Outubro a Dezembro de 1854, A. A. Costa Simões refere que naquele trimestre ainda não tinha aparecido “um só caso de febre intermitente, em que ficasse demonstrada a inefficacia do sulfato de quinino”²⁵³¹.

No artigo “Introducção ao estudo da colonisação scientifica”, Jayme de Magalhães Lima enuncia os cuidados a ter em conta no estabelecimento de colónias. Falando da aclimação de espécies nas colónias, diz que “Em Portugal pouco ou nada se tem feito, exceptuando a cultura das plantas que dão a quina, em S. Thomé, hoje definitivamente aclimada e até desenvolvida”,

²⁵²⁸ Ibidem, p. 29.

²⁵²⁹ SILVA, Joaquim dos Santos e – Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé. *O Instituto*. 28:2 (1880a) 71–73. Este artigo também foi publicado no *Jornal de Horticultura Practica* (SILVA, Joaquim dos Santos e – Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé. *Jornal de Horticultura Practica*. 11 (1880b) 238–239).

²⁵³⁰ VILHENA, João Jardim de – Água de Inglaterra. *O Instituto*. 83:3 (1932) 318–326.

²⁵³¹ SIMÕES, A. A. Costa – Estatistica Pathologica dos Hospitales da Universidade. *O Instituto*. 3 (1855) 294–296, p. 296.

acrescentando que cria que brevemente essa cultura seria “uma das mais abundantes fontes da riqueza d’aquella colonia”²⁵³². No entanto, segundo Magalhães Lima, a aclimação das plantas da quina era caso único, “devido á iniciativa do actual director do jardim botanico da Universidade de Coimbra, que com uma rara dedicação aos verdadeiros interesses do seu paiz soube aproveitar os recursos da sua posição official”²⁵³³.

Num artigo de 1918, intitulado “O ensino da Botânica e o Jardim Botânico”, o Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho (professor de Geologia da Universidade de Coimbra²⁵³⁴) fala de Júlio Henriques e do seu papel no ensino da botânica, e no desenvolvimento do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra enquanto seu diretor. Indica que Júlio Henriques dera um grande impulso à cultura das plantas da quina na ilha de São Tomé, enviando só no ano de 1883, 824 plantas da quina para África, bem como um “número avultadíssimo de sementes”²⁵³⁵. Num outro artigo de 1918, intitulado “O Sr. Dr. Júlio A. Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal”, António Xavier Pereira Coutinho fala sobre os vários contributos do Dr. Júlio Henriques “na vida intelectual portuguesa”²⁵³⁶. Falando especificamente do contributo de Júlio Henriques para a agricultura colonial, o autor destaca a distribuição de sementes e plantas, e menciona que, a partir de 1868, o Jardim Botânico de Coimbra fornecera plantas da quina e sementes para as colónias africanas. Assim, segundo António Xavier Pereira Coutinho “As quininas desenvolveram-se bem em S. Tomé, e passados poucos anos contavam-se na Ilha bastantes milhares de pés”²⁵³⁷. Menciona também que se estabelecera em Lisboa uma fábrica onde se preparava “quinino, com bom êxito”, mas que “a grande baixa dêste medicamento, que depois se deu no mercado, trouxe o desânimo dos cultivadores e o quasi abandono de uma tão bem auspiciada cultura”²⁵³⁸.

Luís Carisso, no seu discurso a propósito de uma homenagem a Júlio Henriques, e que foi parcialmente publicado no volume 72 d’*O Instituto*, destaca a “cultura de plantas coloniais de valor industrial”²⁵³⁹ nas estufas do Jardim Botânico de Coimbra, onde eram semeadas em grandes quantidades, distribuindo-se depois as plantas pelas colónias “onde as condições de clima permitiam o seu desenvolvimento”²⁵⁴⁰. Afirma que “Estes trabalhos de expansão colonial (...) atingiram o seu apogeu em 1883; nesse ano foram mais de 700 as plantas que saíram das estufas

²⁵³² LIMA, Jayme de Magalhães – Introdução ao estudo da colonização científica. **O Instituto**. 33:3 (1885) 224–231, p. 229.

²⁵³³ Ibidem, p. 230.

²⁵³⁴ COUTINHO, António Xavier Pereira – O Sr. Dr. Júlio A. Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal. **O Instituto**. 65:5 (1918) 225-242, p. 241.

²⁵³⁵ CARVALHO, Anselmo Ferraz de - O ensino da Botânica e o Jardim Botânico. **O Instituto**. 65:5 (1918) 261–274, p. 271.

²⁵³⁶ COUTINHO – O Sr. Dr. Júlio A. Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal, p. 226.

²⁵³⁷ Ibidem, p. 236.

²⁵³⁸ Ibidem.

²⁵³⁹ CARISSO, Luís – Extracto do Discurso pronunciado pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Luís Carisso. **O Instituto**. 72:3 (1925) 248–262, p. 259.

²⁵⁴⁰ Ibidem.

do Jardim, com destino a S. Tomé, Cabo Verde e Angola”. Salienta que a introdução de muitas espécies de plantas fora promovida dessa forma sob a direção de Júlio Henriques, mas sobretudo de “quinas (*Chinchona calisaya*, *Chinchona succerubra*), *Camphora officinalis*, *Peper nigrum*, *Cinnamomum dulce*”²⁵⁴¹. Ressalva, no entanto, que os trabalhos de introdução de culturas “de interêsse económico, e, particularmente, das quinas” nas colónias portuguesas por parte de Júlio Henriques não tinham sido “apreciados nem compreendidos pelos governos portugueses”²⁵⁴² apesar da sua importância.

Num outro artigo, da autoria do médico Augusto d’Esaguy, descreve-se o contributo de Jacob de Castro Sarmiento para a ciência e medicina (mencionando também outros importantes médicos portugueses de origem judaica), apresentando vários dados biográficos de Castro Sarmiento e discutindo brevemente o conteúdo de algumas das suas obras²⁵⁴³. Augusto d’Esaguy fala da dedicação de Castro Sarmiento à pesquisa sobre a utilização e difusão da “Quina Quina”²⁵⁴⁴ e fornece várias informações sobre a obra *Do uso, e abuso das Minhas Agoas de Inglaterra* (1756), apresentando diversas indicações terapêuticas da Água de Inglaterra aí descritas²⁵⁴⁵. Refere também os elogios de outros médicos às virtudes terapêuticas da Água de Inglaterra. É ainda mencionado que a Água de Inglaterra fora utilizada com sucesso nos hospitais londrinos de *St. Thomas* e *St. Bartholomew’s*, e incluída em todas as fórmulas hospitalares até à descoberta do sulfato de quinina²⁵⁴⁶.

Os autores destes artigos publicados nas páginas de *O Instituto* sobre a quina incluem Júlio Augusto Henriques, Francisco Frederico Hopffer, Joaquim dos Santos e Silva e João Jardim de Vilhena. Publicaram-se os resultados de análises químicas de cascas de quina provenientes de São Tomé e Cabo Verde (da autoria de Joaquim dos Santos e Silva), um artigo de âmbito histórico relativo à Água de Inglaterra, e artigos sobre a cultura das quinas encetada pelos portugueses. Estão também presentes artigos de teor mais geral, referentes, por exemplo, a estatísticas dos Hospitais da Universidade de Coimbra, ao Jardim Botânico de Coimbra, ou à história da medicina portuguesa, e que contêm informações relativas à quina e/ou à quinina.

²⁵⁴¹ Ibidem.

²⁵⁴² Ibidem, p. 258.

²⁵⁴³ D’ESAGUY, Augusto – A page from the Portuguese History of Medicine. **O Instituto**. 108 (1946) 195–219, p. 201-219.

²⁵⁴⁴ Ibidem, p. 217.

²⁵⁴⁵ Ibidem, p. 216-219.

²⁵⁴⁶ Ibidem, p. 219.

3.3.4. *Jornal de Horticultura Pratica*

O *Jornal de Horticultura Pratica*, impresso no Porto de 1870 a 1892, é dedicado à área da horticultura, definida de um modo mais abrangente do que a simples cultura de hortas e jardins. Deste modo, no primeiro número desta publicação a horticultura é definida como “a cultura universal de que são, não partes integrantes, mas aplicações especiaes, a agricultura, a arboricultura, a floricultura, a viticultura, etc., ou para melhor fazermos compreender o nosso pensamento, é a arte de cultivar, multiplicar e aclimar os vegetaes”²⁵⁴⁷. Esta publicação, “a única revista horticola da península”²⁵⁴⁸, termina em 1892.

3.3.4.1. Artigos originais portugueses

Nesta publicação encontram-se diversos artigos relativos à quina e à quinina, especialmente sobre a cultura das quineiras nas antigas colónias portuguesas.

Num artigo de 1875, Bernardino António Gomes (filho) relata a receção de ramos floridos de quineiras plantadas em Cabo Verde e na Madeira. Os ramos de Cabo Verde teriam sido colhidos por F. Hopffer numa inspecção oficial, e foram depois enviados através dele e do governador da província, chegando a B. A. Gomes a 26 de Novembro de 1874. O ramo da Madeira fora enviado pelo Barão de Castelo de Paiva. Indica-se que a primeira floração das árvores de Cabo Verde ocorrera em Outubro de 1874 e que o ramo enviado por Hopffer seria da *Cinchona succirubra*. Gomes afirma que do Jardim Botânico de Kew tinham vindo as sementes de *Cinchona calisaya*, *Cinchona condaminea* e *Cinchona succirubra* (“as mais valiosas do genero”²⁵⁴⁹). Essas sementes foram cultivadas no Jardim Botânico de Coimbra, de onde depois se tinham enviado plantas para Cabo Verde e outras colónias africanas portuguesas. Gomes destaca particularmente a importância da *Cinchona succirubra*, “por ser a que dá *Quina vermelha*, a melhor e a mais rica dos principios activos que distinguem estas valiosas drogas”, e por ser “das que se teem mostrado mais facéis de expatriar a que os inglezes mais conseguiram espalhar pela cultura na India e na Jamaica”²⁵⁵⁰. Por isso, e tendo sido a *Cinchona succirubra* a primeira a dar flor em Cabo Verde, parecia ser também para Gomes a espécie que se produziria melhor naquele arquipélago “espalhando-se ahi largamente e assegurando-lhe assim mais uma fonte de riqueza”²⁵⁵¹. Realça também a necessidade de se analisarem química e microscopicamente as cascas de quina que tivessem a idade e desenvolvimento adequados (os ramos recebidos ainda eram demasiado novos para tal). Quanto às quineiras da Madeira, estas eram derivadas da

²⁵⁴⁷ INTRODUÇÃO. *Jornal de Horticultura Pratica*. 1 (1870) 1–2, p. 2.

²⁵⁴⁸ SEQUEIRA, Eduardo – CHRONICA. *Jornal de Horticultura Pratica*. 23 (1892) 283–284, p. 284.

²⁵⁴⁹ GOMES, Bernardino A. – As arvores da quina em Cabo Verde e na Madeira. *Jornal de Horticultura Pratica*. 6 (1875) 142–143, p. 143.

²⁵⁵⁰ Ibidem.

²⁵⁵¹ Ibidem.

sementeira do Jardim Botânico de Coimbra ou de plantas vindas de estufas londrinas. Como o ramo de quina da Madeira foi também identificado por Gomes como pertencente à espécie *Cinchona succirubra*, este afirma que tal dava a certeza “de haver a boa especie conquistado mais uma região portugueza”²⁵⁵².

No volume de 1877 Adolpho Moller fornece informações sobre diversas espécies de *Cinchona* aclimatadas pela Sociedade Zoológica e de Aclimação de Victoria. Apresenta dados sobre o habitat natural das espécies de *Cinchona* que foram plantadas pela sociedade, bem como a sua cor, altura e teor de alcaloides. Refere que tipo de local é apropriado para a cultura da *Cinchona*, a temperatura ideal, o meio mais adequado para propagar as plantas, como aumentar o teor em alcaloides, quando começar a colheita da casca e ainda o preço da casca na Europa. Conclui dizendo que a colónia da Austrália tinha em 1869 cerca de 3 milhões de árvores de *Cinchona* de diferentes espécies plantadas no distrito de Darjeeling²⁵⁵³. No mesmo volume surge um artigo de Joaquim dos Santos e Silva, descrevendo os resultados de algumas análises a cascas de quina vindas de São Tomé e de Cabo Verde. O artigo é praticamente igual ao artigo que foi publicado em 1877 n’*O Instituto*, e transmite as mesmas informações²⁵⁵⁴.

No volume de 1878, Júlio Henriques apresenta vários dados sobre quineiras plantadas em Cabo Verde²⁵⁵⁵. Perfaziam um total de 132, e pertenciam a três espécies diferentes: *C. succirubra*, *C. officinalis* e *C. calisaya*. Os dados tinham sido fornecidos pelo governador daquele território na época, Vasco Guedes, que se mostrara disponível para favorecer aquela “tão util cultura”²⁵⁵⁶. J. Henriques refere a notícia de que os ingleses iam começar a plantar quineiras nos seus territórios na África ocidental. Para Henriques, a cultura da quina poderia e deveria ser uma das mais desenvolvidas nas colónias portuguesas. Segundo ele as plantas da quina vegetavam “d’um modo admiravel na nossa Africa”, e se os portugueses não tinham “grandes plantações, que em poucos annos seriam fonte de grandes riquezas” era porque não o queriam²⁵⁵⁷. Assinala que tudo mostrava que em Cabo Verde existiam as condições para uma boa vegetação das plantas da quina. Chama a atenção para a análise química de uma casca de quina feita por Joaquim dos Santos e Silva, e publicada também no *Jornal de Horticultura Pratica*. A casca analisada proviera de uma planta que fora das primeiras quineiras enviadas do Jardim Botânico de Coimbra para África, e dera “resultados eguaes, senão superiores, aos que se obtem com as melhores *Quinas*”²⁵⁵⁸. J. Henriques afirma que os dados disponíveis demonstravam que a cultura da quina “em pouco tempo e sem difficuldades reaes, poderia ser uma fonte abundante de riqueza

²⁵⁵² Ibidem.

²⁵⁵³ MOLLER, Adolpho Frederico – Duas palavras ácerca d’algumas especies de quinas aclimadas na Australia. **Jornal de Horticultura Pratica**. 8 (1877) 22–24.

²⁵⁵⁴ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza... (1877c). cf. SILVA - Breve noticia sobre a riqueza... (1877b).

²⁵⁵⁵ HENRIQUES, J. A. – A cultura das quinas na Africa portugueza. **Jornal de Horticultura Pratica**. 9 (1878) 45–47.

²⁵⁵⁶ Ibidem, p. 45.

²⁵⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁵⁸ Ibidem, p. 47.

colonial”²⁵⁵⁹. A única dificuldade grave para Henriques “até hoje não vencida” era “a indiferença ou pouca vontade dos que podiam favorecer tal cultura”²⁵⁶⁰. Indica ainda o comentário de uma pessoa interessada nesta cultura, e que dizia que as plantas da quina estavam a ser cultivadas apenas “para *figurarem nos relatorios*”²⁵⁶¹. J. Henriques termina o artigo prontificando-se a fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para que a cultura da quina, iniciada só com plantas criadas no Jardim Botânico de Coimbra, tivesse o merecido desenvolvimento.

Em 1878, num outro artigo, Adolpho Frederico Moller relata a vinda de Joaquim Dias Quintas (correspondente de uma empresa chamada Quintas & Irmãos, com propriedades na ilha de S. Tomé) que pretendia obter informações sobre a cultura da *Cinchona*. A empresa queria substituir as plantações de café por plantações de *Cinchona*, devido ao baixo preço do café no mercado. Quintas pediu a realização, no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, da análise química de uma amostra de casca de *Cinchona* que fora cultivada em S. Tomé. A planta de onde vinha esta amostra tinha sido enviada do Jardim Botânico de Coimbra para São Tomé. A firma queria também saber qual era o preço da casca por quilo, e perguntar se era possível que o Jardim Botânico ou mesmo o governo fornecessem “alguns milhares de plantas de Cinchonas”²⁵⁶². Moller aconselhou ao Sr. Quintas que comprasse e enviasse para a ilha de S. Tomé a obra de Bernardino Barros Gomes – *Cultura das plantas que dão a Quina* (1864) – e explicou-lhe como multiplicar as plantas por estaca. Como não tinham na altura “plantas novas de *Quinas* para mandar”²⁵⁶³ prometeram enviar sementes de *Cinchona* quando a direção do Jardim Botânico as recebesse (da Austrália ou de Java). Moller refere ainda que no *Jornal de Horticultura Prática* já se tinha sugerido várias vezes que o governo deveria dedicar-se a sério ao assunto da cultura da *Cinchona*, devido ao elevado potencial económico da sua comercialização. Aponta também os grandes esforços encetados pelos britânicos e holandeses para conseguirem aclimatar a *Cinchona* nas suas respetivas colónias. Moller menciona ainda o envio, por parte do Jardim Botânico de Coimbra, de plantas e sementes para algumas colónias portuguesas, e o importante papel que Júlio Henriques desempenhava nesta atividade e na publicação dos resultados da cultura da *Cinchona* nas colónias. Refere ainda que, apesar dos bons resultados do teor de quinina das amostras analisadas por Joaquim dos Santos e Silva vindas de Cabo Verde²⁵⁶⁴ e das diligências do Jardim Botânico “não nos consta que os nossos governos tenham feito alguma cousa para propagar a cultura d’estas plantas”²⁵⁶⁵. Segundo Moller, Vasco Guedes Carvalho e Menezes (1824–1905), quando fora governador em Cabo Verde “tinha os melhores desejos de desenvolver esta

²⁵⁵⁹ Ibidem.

²⁵⁶⁰ Ibidem.

²⁵⁶¹ Ibidem.

²⁵⁶² MOLLER, Adolpho F. – Quinas em S. Thomé. **Jornal de Horticultura Prática**. 9 (1878) 217–218, p. 218.

²⁵⁶³ Ibidem.

²⁵⁶⁴ Parece ter-se tratado de um erro de A. F. Moller, já que os bons resultados da análise química provieram das amostras de quina de São Tomé.

²⁵⁶⁵ MOLLER – Quinas em S. Thomé, p. 218.

cultura, estabelecendo premios aos agricultores”²⁵⁶⁶, mas estivera pouco tempo nesse cargo, e por isso não tinha tido oportunidade de desenvolver essas ideias. Moller termina com o desejo de que o ministro da Marinha da época se dedicasse ao assunto da *Cinchona*.

Noutro artigo, publicado no volume de 1878, Adelino da Cruz destaca que uma das vantagens da cultura da quina em larga escala era o de baixar o preço do *quinino*, sobretudo nos locais onde se cultivava, de tal forma que os indígenas conseguiam ter acesso a este medicamento para o tratamento das febres²⁵⁶⁷. Cruz aponta que se sabia que “o quinino é ainda hoje um producto bastante caro, e que nem todas as pessoas têm os meios sufficientes para fazerem uso d’ elle”²⁵⁶⁸. Indica ainda que a casca e folhas do *Eucalyptus globulus* dissolvidas em água constituíam uma bebida febrífuga. Adelino da Cruz destaca que era “forçoso” e “urgente lançar mão de todos os empreendimentos licitos, para, com perseverança, fazer sahir as nossas provincias d’além-mar do estado de torpôr em que se acham”²⁵⁶⁹.

No volume de 1880 Júlio Henriques publica um artigo intitulado “A Sementeira da Cinchona”²⁵⁷⁰. Neste artigo descrevem-se os passos necessários para a sementeira das sementes de *Cinchona* (preparação das sementes, preparação do terreno, humidade necessária, etc.), salientando alguns cuidados a ter, como a utilização de sementes de qualidade, colhidas na altura certa. Inclui também várias ilustrações, representando por exemplo a estufa para a sementeira. O autor salienta que a forma mais segura de germinar as sementes era em estufa, onde as condições de germinação eram “muito mais regulares”²⁵⁷¹ do que na sementeira ao ar livre. Menciona também algumas práticas utilizadas em Java e na Índia para este fim. Em Java, por exemplo, a sementeira era feita em vasos, ao passo que MacIvor na Índia fazia a sementeira no terreno. Indica depois como e quando deviam ser transplantadas as plantas após a germinação das sementes, e as condições a observar após a transplantação.

Em 1880 Joaquim dos Santos e Silva publicou também no *Jornal de Horticultura Prática* o artigo intitulado “Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé”, com os resultados de análises químicas de amostras de casca de quina vinda de São Tomé, já publicado n’*O Instituto*²⁵⁷².

No tomo de 1882, num artigo intitulado “A proposito da cultura das plantas que dão a quina”²⁵⁷³, Júlio Henriques menciona o grande desenvolvimento que a cultura das plantas da quina

²⁵⁶⁶ Ibidem.

²⁵⁶⁷ Este artigo publicado no *Jornal de Horticultura Pratica* provinha do *Jornal das Colonias* – JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 9 (1878) 245–248, p. 246.

²⁵⁶⁸ CRUZ, Adelino da – A Cinchona e o Eucalyptus. **Jornal de Horticultura Pratica**. 9 (1878) 237–238, p. 238.

²⁵⁶⁹ Ibidem, p. 237.

²⁵⁷⁰ HENRIQUES, Julio A. – A Sementeira da Cinchona. **Jornal de Horticultura Pratica**. 11 (1880a) 134–137.

²⁵⁷¹ Ibidem, p. 136.

²⁵⁷² SILVA – Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé (1880b). cf. SILVA – Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé (1880a).

²⁵⁷³ HENRIQUES, J. A. – A proposito da cultura das plantas que dão a quina. **Jornal de Horticultura Pratica**. 13 (1882) 26–27.

tinha atingido tanto na Índia como em Java. Apesar disso, o preço da casca de quina e do sulfato de quinina permanecia elevado o que, segundo J. Henriques, permitia que a cultura das plantas da quina compensasse “como nenhuma outra, o trabalho e capital n’ella empregado”²⁵⁷⁴. Aponta que nos territórios portugueses na costa ocidental africana, particularmente em São Tomé, a cultura da quina já estava “definitivamente segura”²⁵⁷⁵, havendo nalgumas propriedades já milhares de árvores. Por outro lado, em Cabo Verde, só ultimamente tinha acordado “o espirito dos cultivadores”²⁵⁷⁶, e já tinham sido feitos pedidos de sementes e plantas de *Cinchona*, o que fazia Henriques acreditar que nalguns anos a cultura da *Cinchona* atingiria proporções importantes. Segundo Henriques, os produtos derivados da quina tinham um consumo cada vez maior:

“Nos proprios paizes, onde ellas são cultivadas, as febres são tão vulgares e tão frequentes, que é quasi impossivel viver sem o sulfato de quinina. Ahí o consumo d’esta substancia é enorme. Fóra d’essas regiões o sulfato e todos os outros preparados da *Quina* são de uso constante, e cada dia são descobertas novas applicações de tão salutar substancia”²⁵⁷⁷.

Henriques questiona se os cultivadores deviam recear que o preço dos produtos das árvores da quina baixasse. Para Henriques, duas causas poderiam provocar essa baixa de preço e prejudicar o retorno do investimento nesta cultura: haver um desenvolvimento “extraordinario da propria cultura”²⁵⁷⁸, o que não era de recear porque nem todos os locais eram adequados para o seu cultivo; ou descobrir-se como preparar de forma artificial os alcaloides da quina. Henriques destaca a opinião publicada pelo Dr. Hugo Müller (1833 - 1915)²⁵⁷⁹ a respeito da síntese laboratorial dos alcaloides da quina. Este químico, que era *fellow* da *Royal Society*, indicava que, embora tal fosse certamente ocorrer um dia, as informações disponíveis indicavam que não ocorreria no curto prazo. Müller assinalava também que, mesmo que se descobrisse um processo artificial de síntese dos alcaloides da quina, era ainda necessário torná-lo adequado para o fabrico industrial. Müller acrescentava ainda que, considerando que facilmente se cultivavam plantas da quina cuja casca tinha 10 % de quinina, era muito improvável que se descobrisse um “processo de synthese capaz de competir com a produção natural”²⁵⁸⁰.

No artigo “As quinas da Nova-Moka na ilha de S. Thomé”, da autoria de Duarte de Oliveira Junior, transcreve-se um artigo publicado a 23 de Março de 1882 no *Jornal da Noite*. O artigo transcrito versa sobre a cultura de plantas da quina na roça Nova Moka em São Tomé, cujo proprietário era J. Antonio Dias Quintas, e inclui uma carta desse agricultor e proprietário,

²⁵⁷⁴ Ibidem, p. 26.

²⁵⁷⁵ Ibidem.

²⁵⁷⁶ Ibidem.

²⁵⁷⁷ Ibidem.

²⁵⁷⁸ Ibidem.

²⁵⁷⁹ Esta opinião fora solicitada pelo então diretor dos Kew Gardens, Dr. Joseph Dalton Hooker (1817-1911).

²⁵⁸⁰ HENRIQUES – A proposito da cultura das plantas que dão a quina, p. 27.

publicada no *Jornal de S. Thomé e Príncipe*. Indica-se que o Sr. Quintas era o primeiro cultivador de plantas de *Cinchona* nas possessões portuguesas, mas que outros proprietários também se dedicavam à cultura da *Cinchona* em São Tomé, embora em menor escala, uma vez que tinham começado mais tarde. Na carta do Sr. Quintas, este indica como se processou o cultivo das plantações que possuía na sua roça, e assinala o estado atual dessa cultura. Salienta a existência de 6979 plantas de *Cinchona* a 31 de Outubro de 1881, indicando o número de plantas de cada espécie de *Cinchona*. Quintas assinala que quisera ter conhecimento da qualidade da casca de quina cultivada em S. Tomé. Deste modo, relata que enviara amostras de casca de quina em 1877 e 1878, que foram analisadas no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, e que para ambas o resultado da análise fora “lisonjeiro”²⁵⁸¹. A primeira amostra fora obtida através do médico Jacintho de Sousa Ribeiro, e a outra através de um amigo fazendeiro em São Tomé. Ambas provinham de plantas enviadas em 1871 do Jardim Botânico de Coimbra para o governo de São Tomé, e que foram distribuídas por vários fazendeiros. J. A. D. Quintas indica que depois adquiriu sementes em 1878 e estabeleceu viveiros. J. A. D. Quintas esclarece que os processos de cultivo adotados provinham das práticas de McIvor²⁵⁸² e dos esclarecimentos de Júlio Henriques. Destaca também o auxílio prestado por Adolpho Moller, por Joaquim dos Santos e Silva e pelo seu irmão Joaquim Dias Quintas. J. A. D. Quintas conclui a sua carta afirmando que, desde 1878, tinha enviado amostras de quina “de diferentes qualidades e idades (até seis annos)”²⁵⁸³ para o Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, e para os “principaes estabelecimentos preparadores d’esta materia na Inglaterra e na França”²⁵⁸⁴. Realça que estas análises tinham tido resultados muito satisfatórios, pelo que antevia um futuro muito próspero para aquela província. Duarte de Oliveira Junior salienta que nalgumas ilhas de Cabo Verde, nomeadamente Santo Antão e Fogo, existiam alguns proprietários que estavam “hoje a interessar-se por esta cultura”²⁵⁸⁵. Duarte de Oliveira Junior destaca que aquela “nova fonte de riqueza para algumas das nossas colonias” era sobretudo devida aos esforços da direção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, que enviara “sementes e plantas das melhores especies de *Cinchonas*”²⁵⁸⁶. Revela ainda que estavam a ser cultivadas nas estufas do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra centenas de plantas de *Cinchona*, particularmente “*C. Ledgeriana*, a mais rica de todas as suas congeneres, para mandar no outono para algumas das nossas possessões africanas”²⁵⁸⁷. Oliveira Junior termina com o desejo de que todas as províncias ultramarinas se dedicassem à cultura da *Cinchona*, “hoje uma das mais lucrativas”²⁵⁸⁸.

²⁵⁸¹ JUNIOR, Duarte de Oliveira – As quinas da Nova-Moka na ilha de S. Thomé. **Jornal de Horticultura Prática**. 13 (1882) 109–112, p. 110.

²⁵⁸² William Graham McIvor (1824-1876).

²⁵⁸³ JUNIOR – As quinas da Nova-Moka na ilha de S. Thomé, p. 111.

²⁵⁸⁴ Ibidem.

²⁵⁸⁵ Ibidem.

²⁵⁸⁶ Ibidem, p. 111-112.

²⁵⁸⁷ Ibidem, p. 112.

²⁵⁸⁸ Ibidem.

Em 1890 foi publicado um artigo intitulado “A principal causa da grande baixa da casca da quina”. Neste artigo, Adolpho Moller resume e discute um artigo sobre a quina presente no número 39 do *Bulletin of Miscellaneous Information* (de Fevereiro de 1890) e fala sobre um novo processo de fabrico da quinina. Indica que a principal causa “da extraordinaria baixa que no mercado tem tido a casca de quina e como consequencia o quinino e todos os outros alcaloides extrahidos das Cinchonas é a enorme quantidade d’este producto ultimamente exportada do Ceilão”²⁵⁸⁹. A. F. Moller explica que o café fora o principal produto produzido pelo Ceilão (atual Sri Lanka). No entanto, após o aparecimento de uma doença que atacava o café, as plantações de café foram substituídas por plantações de *Cinchona*. A produção de quina do Ceilão aumentara rapidamente, chegando a atingir o valor de 15 milhões de libras (de 1885 a 1886), começando depois a diminuir. As plantas de *Cinchona* começaram a ser atacadas por uma doença que diminuía a quantidade e qualidade da casca produzida, pelo que os agricultores do Ceilão se dedicaram a outra cultura, a do chá, cortando as plantações de quineiras para as substituir por plantações de chá. Uma vez que não podiam guardar a casca de quina, colocaram-na toda à venda em Londres “para ser vendida por todo o preço”²⁵⁹⁰, inundando o mercado e consequentemente levando a uma baixa de preço da casca de quina. Assim, a quina estava a ser vendida no mercado londrino por preços tão baixos que não cobriam o preço da produção. Além disso, a exportação de quina javanesa também aumentara muito. A quina vinda da América do Sul, antes a única disponível no mercado europeu, tinha vindo a ser preterida na Europa pela quina vinda das colónias inglesas, holandesas, “e hoje já também das portuguesas da Africa occidental, especialmente de S. Thomé”²⁵⁹¹. A quina das colónias europeias era mais barata e por isso “os fabricantes de quinino e os droguistas”²⁵⁹² preferiam-na à quina vinda da América do Sul. Mas A. F. Moller aponta que esta situação de baixa de preço não se manteria por muito tempo. Os produtores do Ceilão não iam fazer mais plantações de quineiras e, por isso, a exportação da sua quina já tinha diminuído muito. Deste modo, a menos que surgisse alguma situação imprevista, no período de um a dois anos os produtos derivados da quina e, consequentemente, a quina, subiriam novamente de preço. Moller refere ainda um novo processo de produção de quinina, o “*New oil process*” de Wood e Gammie. Este processo (publicado no *Bulletin of Miscellaneous Information* de Junho de 1888) permitia a extração apenas da quinina ou do total dos alcaloides da quina²⁵⁹³, e já fora utilizado na produção de quinina durante um ano. Aponta-se ainda que várias colónias de países estrangeiros já tinham instalações para o fabrico de quinina nos locais de produção de quina. A quinina produzida nessas colónias era considerada “em qualidade e apparencia” tão pura como a quinina “das melhores marcas europeias”²⁵⁹⁴. Moller indica ainda

²⁵⁸⁹ MOLLER, Adolpho F. – A principal causa da grande baixa da casca da quina. **Jornal de Horticultura Prática**. 21 (1890) 97–98, p. 97.

²⁵⁹⁰ Ibidem.

²⁵⁹¹ Ibidem, p. 98.

²⁵⁹² Ibidem.

²⁵⁹³ Ibidem.

²⁵⁹⁴ Ibidem.

que os donos de quineiras em São Tomé estavam “hoje completamente desanimados com esta cultura onde empregaram tão valiosos capitaes e toda a sua vasta e intelligente actividade”²⁵⁹⁵.

3.3.4.2. Outras referências à quina e à quinina

Em artigos de âmbito geral, como a secção de crónicas, há várias menções à quina, referindo-se, por exemplo, o envio de plantas da quina para vários locais que faziam parte do território português. Logo no primeiro número se refere o envio de “100 plantas novas de *Cinchona succirubra*, obtidas no jardim [botânico de Coimbra] por sementeira”²⁵⁹⁶, em estufas de viagem para as colónias africanas por ordem do governo, quando o Jardim Botânico ainda estava sob a direcção de Antonino Vidal (1808-1879). Também em 1870 se refere o envio de 30 plantas da quina para a Madeira, salientando-se que “A *Cinchona succirubra* vegeta bem nas nossas possessões e é uma planta de muito valor na therapeutica”²⁵⁹⁷. Edmond Goeze refere que no ano de 1870 foram expedidas do Jardim Botânico de Coimbra quase 200 plantas pertencentes ao género *C. succirubra*, sobretudo para as colónias africanas “onde a sua aclimação é quasi certa”²⁵⁹⁸, e que igual número tinha sido enviado no ano anterior. E. Goeze aponta também que a exploração em grande escala das florestas de *Cinchona* na América “meridional” fazia recear “e não sem fundamento, que esta fonte venha qualquer dia a secar no seu paiz natal”²⁵⁹⁹. Fala ainda dos esforços de aclimação dos holandeses e ingleses que tinham começado “já ha um certo numero de annos a fazer grandes plantações de *Cinchonas* que principiam já a produzir”²⁶⁰⁰. No volume de 1871 refere-se novamente o envio de plantas de *Cinchona succirubra* para a Madeira (40 no total)²⁶⁰¹, por intervenção de Bernardino António Gomes (filho). No volume de 1871 também se refere o envio de 120 plantas do género *Cinchona succirubra* para São Tomé e Príncipe no mês de Março, a partir do Jardim Botânico de Coimbra²⁶⁰².

No volume de 1872, numa crónica de Oliveira Junior, há referência à receção de “sementes das melhores especies das plantas da *Quina*” enviadas do Jardim Botânico de Kew para o Jardim Botânico de Coimbra. Reafirma-se que as “remessas” que “por vezes” já tinham sido efetuadas demonstravam que a planta crescia bem “em muitos pontos da costa occidental da Africa”²⁶⁰³. Destaca-se também uma afirmação de Júlio Augusto Henriques, que dizia não ter “fé na propagação das *Cinchonas* em quanto se não seguir o exemplo dos ingleses e holandezes,

²⁵⁹⁵ Ibidem. Moller refere-se à quinina utilizando o termo *quinino* ao longo deste artigo.

²⁵⁹⁶ GOEZE, Edmond – Breves instrucções sobre o modo de colher e expedir sementes e plantas das provincias ultramarinas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 1 (1870a) 28–29, p. 29.

²⁵⁹⁷ CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 1 (1870) 146–148, p. 148.

²⁵⁹⁸ GOEZE, Edmond – Revista do anno 1870. **Jornal de Horticultura Pratica**. 1 (1870b) 181–186, p. 182.

²⁵⁹⁹ Ibidem.

²⁶⁰⁰ Ibidem.

²⁶⁰¹ CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 2 (1871) 15–20, p. 16.

²⁶⁰² CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 2 (1871) 93–96, p. 94.

²⁶⁰³ JUNIOR, Oliveira – CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 3 (1872a) 55–60, p. 58.

procurando fazer plantações em grande escala d’onde podessem depois fornecer-se os particulares”²⁶⁰⁴. Oliveira Junior salientava que a cultura das quinas estava apenas a cargo de particulares “que mais a tractam como planta de jardim, do que como vegetal que pode produzir grandes lucros”²⁶⁰⁵. Para além disso, afirma que, naquele momento, parecia ridículo enviar apenas dezenas de plantas quando se deviam propagar milhares de plantas da quina nas colónias onde era possível introduzi-las, e que era nas colónias que se deviam estabelecer viveiros. Questiona ainda: “Despresará o governo, despresarão os particulares este manancial de riqueza?”²⁶⁰⁶. No volume de 1872 também se refere um possível substituto para a quina, o “Eucalypto”, que já tinha sido utilizado no Hospital de S. José²⁶⁰⁷.

No volume 4 (1873) indica-se que várias plantas tinham já sido “mais ou menos indicadas, como semelhantes” ou “sucedâneas” da quina, dando o exemplo da *Portlandia hexandra*, que também teria propriedades febrífugas²⁶⁰⁸. Noutro artigo do mesmo volume refere-se uma obra em latim “sobre as *Quinas* e ensaio da *Quina brasiliense*” publicada no Rio de Janeiro em 1812, da autoria do Dr. Antonio José das Neves e Mello²⁶⁰⁹. Também no volume de 1873 se refere a existência no Jardim Botânico de Coimbra de “uma linda collecção de *Cinchonas* para mandar para a Africa” que estavam “muito viçosas” e prometiam “boa vegetação”²⁶¹⁰. Noutro artigo de 1873 também se refere a existência no Jardim Botânico de Coimbra de “duas pequenas estufas de alta temperatura” onde já se tinham reproduzido milhares de plantas “e muitas de grande valor scientifico, medicinal e industrial, como a *Quina e Balsamo do Perú*”²⁶¹¹. No volume de 1873 também se indica que existiam no Jardim Botânico de Coimbra “muitos pés” de árvores da quina “em diverso estado de desenvolvimento”, que brevemente estariam aptos para envio para as colónias, Algarve e Açores “a fim de propagar tão util planta”²⁶¹². Refere-se ainda a distribuição gratuita de várias plantas no ano de 1869, incluindo pés de *Cinchona succirubra* obtidos por semente e que tinham sido enviados para as colónias. Noutro artigo de 1873 é referido o envio para África de 120 pés de plantas da quina, pertencentes às espécies *C. succirubra* e *C. officinalis*²⁶¹³. No volume de 1873 é igualmente apresentado um relatório do antigo diretor do

²⁶⁰⁴ Ibidem.

²⁶⁰⁵ Ibidem.

²⁶⁰⁶ Ibidem.

²⁶⁰⁷ JUNIOR, Oliveira - CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 3 (1872b) 195–200, p. 198.

²⁶⁰⁸ SILVA, A. J. de Oliveira e – *Gardenia Stanleyana* Hook. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873) 81–82, p. 81.

²⁶⁰⁹ CARVALHO, A. Simões de – Breve noticia biographica do Dr. Antonio José das Neves e Mello. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873) 82–83, p. 83.

²⁶¹⁰ JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873a) 97–100, p. 100.

²⁶¹¹ CARVALHO, J. A. Simões de – Breve noticia acerca do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873a) 121–124, p. 124.

²⁶¹² CARVALHO, J. A. Simões de – Breve noticia ácerca do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873b) 148–150, p. 149.

²⁶¹³ JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873b) 151–160, p. 154.

Jardim Botânico de Coimbra, Antonino José Rodrigues Vidal, datado de 1870, em que este afirma que por sua iniciativa (“A instancias minhas”) se tinha feito

“pela primeira vez, o ensaio da cultura da Quina (*Cinchona succirubra* Wedd.) em tres das nossas provincias ultramarinas, Cabo Verde, Angola e S. Thomé e Príncipe, para as quaes se expediram, por ordem do governo de Sua Magestade, seis estufins com um numero consideravel de exemplares, que, segundo as informações officiaes ultimamente recebidas, apresentam um esperançoso estado de vegetação, que deve animar-nos a continuar incessantemente o mesmo ensaio, até ao estabelecimento e generalisação da referida cultura”²⁶¹⁴.

No volume de 1873 há ainda outra referência ao envio de mais 4 estufins com exemplares de *Cinchona succirubra* para África²⁶¹⁵.

No volume de 1874 cita-se uma carta de um Sr. Cloetz em que este descrevia análises das folhas de *Eucalyptus globulus*, e dizia que a utilização do alcoóleo de *Eucalyptus* se estava a generalizar na medicina “em vista dos bons resultados que se tem colhido para combater as febres intermitentes, chegando a haver exemplo da febre não ter cedido á quinina e ceder ao alcooleo de *Eucalyptus*”²⁶¹⁶. No volume de 1876 também se referem relatos de que as infusões de folhas de uma outra espécie de eucalipto (*Eucalyptus amygdalina*) também teriam propriedades febrífugas, tendo dado bons resultados em “febres tenazes que as dózes de quina não poderam curar”²⁶¹⁷.

No volume de 1875 refere-se um outro possível substituto para a quina. Era uma planta brasileira conhecida como jaborandí, que teria “propriedades que a tornam tão apreciavel como a *Quina*”, e que teria sido descoberta por um médico português, o Dr. Coutinho²⁶¹⁸. Numa crónica publicada neste periódico no mesmo ano, refere-se que Júlio Henriques enviara para Weddell (autor da *Histoire naturelle des Quinquinas*, publicada em 1849) exemplares de quinas que tinham sido plantadas em Cabo Verde, para determinação da espécie a que pertenciam. Indica-se que Weddell aconselhara o cultivo da *Cinchona calisaya* Ledgeriana, que produzia “10 a 12% de quinino”²⁶¹⁹, para cultivo nas possessões portuguesas. Nesta crónica de Oliveira Junior descreve-se também brevemente o início do cultivo das árvores da quina fora do seu ambiente nativo, iniciado na sequência de diversas expedições científicas a países sul-americanos. O autor afirma:

²⁶¹⁴ CARVALHO, J. A. Simões de – Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: relatório do Director em 1870. **Jornal de Horticultura Prática**. 4 (1873c) 162–168, p. 164.

²⁶¹⁵ JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Prática**. 4 (1873c) 195–200, p. 197.

²⁶¹⁶ JUNIOR, Oliveira – *Eucalyptus globulus*. **Jornal de Horticultura Prática**. 5 (1874) 142–146, p. 144.

²⁶¹⁷ JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Prática**. 7 (1876) 93–100, p. 99.

²⁶¹⁸ JUNIOR, J. D. de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Prática**. 6 (1875a) 34–40, p. 39.

²⁶¹⁹ JUNIOR, J. D. de Oliveira - CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Prática**. 6 (1875b) 54–60, p. 59.

“Enfim se quizessemos relatar o que os outros paizes téem feito para naturalisar as *Cinchonas*, teriamos de encher paginas que só poderiam servir para pôr bem em relevo a incuria dos nossos governos passados. Hoje felizmente temos á frente do estado homens que reputamos dedicados pelo paiz e que muito poderiam fazer n’este sentido se não fossem outras necessidades de não somenos importancia e a que é preciso attender”²⁶²⁰.

Expressa ainda o desejo de que continuando “a ser dirigidos por um governo intelligente e honesto, as nossas colonias virão um dia a representar um papel mais importante na riqueza do estado”²⁶²¹. Oliveira Junior questiona também se seria possível cultivar algumas espécies de quina em Portugal, realçando o possível papel do Jardim Botânico de Coimbra (uma vez que não tínhamos “um jardim especial para experiencias”) na verificação dessa possibilidade de aclimação²⁶²². No mesmo volume surge a resposta de Júlio Henriques, que diz que já se tentou o cultivo em Portugal. J. Henriques descreve também o envio há alguns anos de plantas da *Cinchona* para o Algarve e a intenção de continuar a efetuar experiências que permitissem perceber se essa cultura de quineiras ao ar livre em Portugal era possível²⁶²³.

No volume de 1875 também se expõem algumas informações sobre as plantações inglesas de quina na Índia²⁶²⁴.

No volume de 1875 refere-se igualmente a receção no Jardim Botânico de Coimbra de sementes de *Cinchona* e de outras plantas vindas de Java. Expõem-se também os resultados de análises químicas a diferentes espécies de quinas realizadas em Java²⁶²⁵. Há ainda informações sobre a intenção de um particular residente no Algarve (Alexandre de Souza Figueiredo, “intendente de pecuaria do districto de Faro”) de tentar a aclimação de quineiras na região do Algarve²⁶²⁶.

No volume de 1876 insere-se uma carta de Júlio Henriques, indicando que tinha enviado para Jacintho de Sousa Ribeiro (que vivia em São Tomé), sementes de *Cinchona ledgeriana*, a espécie recomendada pelo Dr. Weddell. Através de Jacintho de Sousa Ribeiro, que publicara um relatório acerca do estado da cultura da *Cinchona* na ilha de São Tomé, as sementes foram semeadas em vários locais em São Tomé (nas roças de S. Nicolau e Nova Matta, e na fazenda Rio d’Ouro e Monte Café). Algumas sementes tinham germinado rapidamente, o que segundo J. Henriques demonstrava que, sem dúvida, aquelas regiões eram ótimas para a cultura da quina.

²⁶²⁰ Ibidem, p. 59-60.

²⁶²¹ Ibidem, p. 60.

²⁶²² Ibidem.

²⁶²³ JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875) 116–120, p. 118.

²⁶²⁴ JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875a) 155–160, p. 160.

²⁶²⁵ JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875b) 175–180, p. 180.

²⁶²⁶ JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875c) 195–200, p. 196.

Henriques afirma também que iria enviar mais sementes para África²⁶²⁷. Também se relata a receção de sementes de 9 espécies de quina vindas de Java. Entre essas espécies incluíam-se sementes de *Cinchona calisaya* Wedd. e *Cinchona calisaya* var. *Ledgeriana* (*microcarpa*) Wedd. Indica-se que uma parte dessas sementes tinham ido para a ilha de Santo Antão (pertencente ao arquipélago de Cabo Verde) e para São Tomé²⁶²⁸.

No volume de 1880 surge outra referência ao envio de plantas de *Cinchona* para São Tomé, Cabo Verde e Angola²⁶²⁹.

No tomo de 1880 refere-se a fórmula que um indivíduo francês chamado Dourvau²⁶³⁰, tinha apresentado na obra *L'Officine* (1880) para fazer vinho do Porto artificial, composta por cidra, água ardente e quina²⁶³¹.

No volume de 1885, Adolpho Frederico Moller, falando da sua estadia em São Tomé numa expedição científica, diz que estava a passar “relativamente bem” mas tomava “todas as cautelas, e, ao levantar da cama, a primeira cousa que faço é tomar sulfato de quinino”²⁶³². Indica que a principal cultura da ilha de São Tomé era “o café e o cacau, e agora as *Quinas*”²⁶³³. De acordo com A. F. Moller “Aqui, é hoje mania a plantação de *Quinas* a quem tem terrenos apropriados”²⁶³⁴ indiciando que os agricultores se tinham dedicado à cultura da *Cinchona* com entusiasmo. Indica também várias roças onde se cultivava a *Cinchona*: “Minho, Santa Maria, Monte Café, Saudade, S. Nicolau, Traz-os-Montes, Macambrará, Pouso Alto e Bom Sucesso”²⁶³⁵. A plantação de Macambrará era do Sr. Nicolau José da Costa e Pedreira, e a de Bom Sucesso era do Sr. Quintas anteriormente referido. A. F. Moller indica também que as *quinas* mais antigas eram do Sr. Quintas, que tinha também o maior número de árvores. Moller alude à falta de critério apropriado no cultivo da *Cinchona*, dizendo que alguns proprietários não valorizavam a qualidade da casca de *Cinchona*, mas sim a sua quantidade e por isso cultivavam a *Cinchona succirubra*, a espécie que ali se desenvolvia mais, e com maior rapidez. Afirma que não se deveriam arrancar quaisquer plantas de *Cinchona* sem analisar a casca de “cada especie per si e com igual idade” para conseguirem perceber que espécies deveriam cultivar²⁶³⁶. A. F. Moller aponta os inimigos das plantas da *Cinchona* (dois insetos e um cogumelo). Assinala também que a prática de deixar as árvores que se abatiam no local onde caíam, e onde

²⁶²⁷ JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 7 (1876a) 35–40, p. 39.

²⁶²⁸ JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 7 (1876b) 153–160, p. 156.

²⁶²⁹ JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 11 (1880) 188–192, p. 190.

²⁶³⁰ Presumivelmente François-Laurent-Marie Dorvault (1815-1879), autor de *L'officine, ou, Répertoire général de pharmacie pratique* (1880).

²⁶³¹ JUNIOR, Silva Rosa – Varias notícias. **Jornal de Horticultura Pratica**. 12 (1881) 238–239, p. 239.

²⁶³² MOLLER, Adolpho Frederico – Exploração botânica nas possessões portuguesas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 16 (1885) 195–200, p. 197.

²⁶³³ Ibidem, p. 198.

²⁶³⁴ Ibidem.

²⁶³⁵ Ibidem.

²⁶³⁶ Ibidem.

subsequentemente apodreciam, propiciava o desenvolvimento de cogumelos e insetos que depois atacavam as plantações, designadamente as das *quinás*.

Noutro artigo do volume de 1885, indica-se que o “illustre professor e erudito academico, snr. José Julio Rodrigues” fora para Cabo Verde e São Tomé, com o intuito de ali efetuar “estudos especiaes sobre a cultura e exploração industrial das *Quinas*”²⁶³⁷.

No volume de 1886, A. F. Moller indica que o Jardim Botânico tinha enviado para a ilha de São Tomé, por iniciativa de Júlio Henriques, várias espécies de “plantas de subido valor”, destacando particularmente as plantas da quina, bem como salsaparrilhas, benjoim, entre outras²⁶³⁸. Noutro artigo de 1886, Moller aponta que os roceiros que tinham terrenos na parte alta da ilha de São Tomé tinham muita esperança “no lucro que d’aqui a alguns annos possam auferir da cultura das *Quinas*”²⁶³⁹. Falando do grande aumento da cultura da quina na ilha de São Tomé, Moller destaca as plantações: de J. A. Dias Quintas (Bom Successo); de J. da C. Pedreira e N. J. da Costa (Macambará); de Chamiço e Biester (S. Pedro, que era uma dependência de Monte Café); Sobral e Patricio Alvares (Santa Maria). A. F. Moller aponta que, caso o governo lhe desse a proteção devida, a cultura da quina podia vir a ser uma “boa fonte de receita” para a agricultura de São Tomé²⁶⁴⁰. Salienta que esta questão estava a cargo do Dr. José Julio Rodrigues, professor da Escola Politécnica de Lisboa. Diz que este professor se esforçava muito “para que os agricultores de S. Thomé, que têm feito plantações de *Quinas*, venham a tirar o maximo resultado da casca d’aquellas plantas”, e que tinha sido “incansavel em advogar a causa dos cultivadores de *Quinas* d’aquella ilha”²⁶⁴¹. Refere também a baixa de preço do café nos mercados europeus²⁶⁴².

No volume de 1887 indica-se que Francisco Quintas, iria administrar, em São Tomé, as propriedades do seu tio e cunhado, o comendador J. A. Dias Quintas. J. A. Dias Quintas (já mencionado em artigos anteriores do *Jornal de Horticultura Pratica*) era o proprietário de várias roças (“Bemfica, Nova Moka e Bom Successo”) e, segundo o relator do artigo, era “hoje talvez o maior cultivador de *Quinas* em S. Thomé”²⁶⁴³.

No volume de 1889 indica-se que, quando em São Tomé se começara a ensaiar a cultura das plantas de *Cinchona*, se tinham utilizado muito “as varas mais grossas de bambú, para se fazerem pequenos vasos onde estas plantas se reproduziam por mergulhia e sementeira”²⁶⁴⁴. Noutro artigo, Adolpho Moller indica que há cerca de 3 anos o comendador José Antonio Dias

²⁶³⁷ JUNIOR, Duarte de Oliveira – Chronica Horticolo-Agricola. **Jornal de Horticultura Pratica**. 16 (1885a) 116–120, p. 118.

²⁶³⁸ MOLLER, Adolpho Frederico – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 17 (1886a) 57–62, p. 61.

²⁶³⁹ MOLLER, Adolpho Frederico – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 17 (1886b) 89–92, p. 91.

²⁶⁴⁰ Ibidem.

²⁶⁴¹ Ibidem.

²⁶⁴² Ibidem, p. 90.

²⁶⁴³ CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 18 (1887) 44–48, p. 46.

²⁶⁴⁴ MOLLER, Adolpho F. – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 20 (1889a) 9–13, p. 10.

Quintas possuía, na sua roça de Nova Moka, uma estufa para secar “parte do seu café, o cacau e a casca de quina”²⁶⁴⁵.

No volume de 1890 cita-se um outro periódico, o *Journal de Micrographie*, dirigido pelo Dr. J. Pelletan, médico de Paris, onde este, num artigo sobre *influenza*, descrevia um protocolo de tratamento que incluía, nos primeiros dois dias, sulfato de quinina de manhã e à noite²⁶⁴⁶. Noutro artigo de 1890, faz-se menção à cultura da quina nas colónias inglesas na Índia, e à respetiva quina daí exportada, assinalando que na parte portuguesa da Índia ainda não fora introduzida a cultura das quineiras²⁶⁴⁷.

Em 1891 destaca-se a necessidade de instituir “jardins ou hortos de aclimação dirigidos por pessoa conhecedora do assumpto, onde se criem largos viveiros de plantas proprias para as roças africanas” de forma a melhorar a agricultura colonial “tão despresada até hoje”²⁶⁴⁸. Noutro artigo cita-se uma carta de um proprietário de plantações em São Tomé que dizia que muitas árvores da quina já estavam “proprias para córtes”, mas que os preços no mercado não eram “convidativos”²⁶⁴⁹. Também no volume de 1891 Eduardo Sequeira aponta que a cultura das quineiras estava a ser “a riqueza de S. Thomé”²⁶⁵⁰.

Embora se trate de uma revista sobre o cultivo, e aclimação de plantas, encontram-se referências a possíveis substitutos febrífugos da quina (eucalipto, jaborandi) e pistas sobre a versatilidade terapêutica da quina e seus derivados. Não obstante, a maioria dos artigos relacionados com a quina e a quinina neste periódico dizem respeito ao cultivo das quineiras nas antigas colónias portuguesas, com várias declarações sobre a importância comercial e terapêutica da quina.

²⁶⁴⁵ MOLLER, Adolpho F. – Passa de banana. **Jornal de Horticultura Pratica**. 20 (1889b) 274–276, p. 275.

²⁶⁴⁶ SEQUEIRA, Eduardo – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 21 (1890a) 66–72, p. 68.

²⁶⁴⁷ Idem – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 21 (1890b) 137–144, p. 142.

²⁶⁴⁸ Idem – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 22 (1891a) 44–48, p. 47.

²⁶⁴⁹ Idem – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 22 (1891b) 67–72, p. 70.

²⁶⁵⁰ Idem – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 22 (1891c) 284–288, p. 287.

3.3.5. *Coimbra Médica*

3.3.5.1. Artigos originais portugueses

Na revista *Coimbra Médica* encontram-se vários artigos relacionados com a quina e a quinina.

Em 1883, no artigo “As plantas da quina na Africa Portugueza” descreve-se sumariamente o estado da cultura das quineiras nas regiões de São Tomé e Cabo Verde naquela época, bem como a história da sua evolução. Deste modo, Júlio Henriques indica os números de plantas da quina na ilha de Santo Antão (Cabo Verde) em 1882 – 743 plantadas definitivamente e 3283 em condições de serem transplantadas – bem como alguns dados sobre a plantação em São Tomé no início de 1883 – a existência de 60 000 pés do Sr. Quintas em plantação definitiva; de mais de 10 000 plantas na plantação do Sr. Amzalak; de 5000 plantas do Dr. Bustamante; e de 2000 plantas do Sr. V. Patricio Alvares. Indica ainda os teores de alcaloides totais e de quinina de algumas cascas de São Tomé e Cabo Verde. A propósito da inexistência de jardins botânicos nas colónias portuguesas, J. Henriques realça que a agricultura colonial seria muito diferente se os agrónomos enviados para essas regiões “tivessem uma educação conveniente e a seu cargo fundar e conservar pequenos jardins de aclimação, onde os colonos encontrassem plantas uteis e conhecimentos indispensaveis para bem tratar d’ellas”²⁶⁵¹, apontando que a cultura das quininas se tinha ressentido dessas condições adversas. Fornece também alguns dados sobre a contribuição do Jardim Botânico de Coimbra para essa cultura, designadamente através do envio de plantas e sementes, bem como assistência técnica, prestando esclarecimentos aos cultivadores. Indica-se que esse trabalho do Jardim Botânico se iniciou em 1867, com o envio das primeiras plantas para África em 1869²⁶⁵², remessas que tinham continuado desde então quase ininterruptamente todos os anos. Júlio Henriques refere também a publicação de obras portuguesas com instruções de cultivo das plantas da quina, primeiro por Bernardino Barros Gomes (1864) e depois por ele próprio (em 1880), quando a obra de Barros Gomes já se tornara difícil de obter. Refere também o apoio económico do governo, através do pagamento de estufins e do próprio transporte das plantas, bem como a compra de sementes. Desta forma, aponta Henriques, a cultura estava “perfeitamente implantada em S. Thomé, graças a alguns cultivadores laboriosos e inteligentes, sem os quaes nada se teria conseguido, e em bom andamento nas ilhas de Cabo Verde”²⁶⁵³. Questiona, no entanto, quais seriam os resultados se o governo português desse “todo o impulso possível” a estes esforços. Como não existiam nesses locais na dita “Africa portugueza” pessoas

²⁶⁵¹ HENRIQUES, J. – As plantas da quina na Africa Portugueza. *Coimbra Medica*. 3:16 (1883) 237-240, p. 238.

²⁶⁵² Ibidem.

²⁶⁵³ Ibidem, p. 238-239.

com as habilitações necessárias para dirigir a cultura das plantas da quina, os resultados estavam apenas dependentes da “boa vontade dos cultivadores”²⁶⁵⁴.

Em 1888, Augusto Rocha descreve um novo processo de administração de injeções hipodérmicas de quinina²⁶⁵⁵. Este novo método surgira, segundo o autor, da necessidade de administrar maiores quantidades de quinina do que as que geralmente se conseguiam administrar com uma seringa de um grama de capacidade (cerca de 1 decigrama do sal de quinina ou pouco mais²⁶⁵⁶, o que equivaleria a cerca de 0,20 centigramas de quinina²⁶⁵⁷). Como não se conseguiam administrar quantidades superiores de uma só vez, era necessário repetir as injeções até atingir a administração da dose pretendida, o que tinha vários inconvenientes (ferir a suscetibilidade dos doentes; potenciar o surgimento de complicações inesperadas, etc.). Augusto Rocha afirma então que procurara durante muito tempo uma forma de administrar 5 decigramas de um “sal de quinino”²⁶⁵⁸ numa só injeção, principalmente para administrar nos acessos perniciosos, bem como noutros casos. Passa depois a expor um caso clínico de infeção “palustre” em que precisamente fora necessário administrar essas doses superiores de uma só vez. A doente começara por tomar sais de quinina por via oral, mas face à intolerância à sua ingestão, Augusto Rocha passara a administrar clisteres com sulfato de “quinino” e uma pomada com lanolina, óleo de amêndoas e sulfato de “quinino”²⁶⁵⁹, o que proporcionou algum efeito terapêutico. Indica também que estas pomadas com “quinino”²⁶⁶⁰ ou com os seus sais juntamente com a lanolina, frequentemente faziam desaparecer os acessos palustres, particularmente nas crianças. Não obstante, algum tempo depois voltaram os acessos febris com muita gravidade. Como o “processo morbido” estava, segundo o autor, avançado, era necessário recorrer à injeção de quantidades relativamente elevadas de “preparado de quinina”²⁶⁶¹. Augusto Rocha afirma que nos formulários apareciam muitas fórmulas para administrar quantidades superiores de quinina, mas que essas fórmulas estavam erradas (designadamente devido a problemas de solubilidade). Consultou então pessoas com competência técnica para a eventual resolução desse problema, mas que não lhe ofereceram nenhuma solução viável. Descreve depois o novo processo utilizado para a administração da quinina (e que permitiria a injeção de mais de 0,40 centigramas de quinina). Os efeitos secundários consistiram na formação de “endureção nodular e ovalar, persistente”, em zumbido nos ouvidos, surdez, uma úlcera num dos locais de aplicação, e “paresia muscular” quando as injeções foram feitas “na proximidade da inserção epycondiliana dos musculos extensores do

²⁶⁵⁴ Ibidem, p. 239.

²⁶⁵⁵ ROCHA, Augusto – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina. **Coimbra Medica**. 8:15 (1888a) 242-244; ROCHA, Augusto – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina (Continuado de pag. 244). **Coimbra Medica**. 8:16 (1888b) 253-256.

²⁶⁵⁶ ROCHA – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina (1888a), p. 242.

²⁶⁵⁷ ROCHA – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina (Continuado de pag. 244) (1888b), p. 253.

²⁶⁵⁸ ROCHA – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina (1888a), p. 242.

²⁶⁵⁹ Ibidem, p. 243.

²⁶⁶⁰ Ibidem.

²⁶⁶¹ ROCHA – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina (Continuado de pag. 244) (1888b), p. 253.

ante-braço”²⁶⁶². O método incluía o aquecimento da solução para melhorar a solubilidade do sal de quinina usado – o cloridrato neutro de quinina – bem como a injeção a quente. Desta forma, o soluto ficava límpido o tempo suficiente para proceder à administração. Após administrações em vários dias nos braços e antebraços a doente foi melhorando o apetite, e as manifestações da infecção desapareceram. O autor indica a utilidade deste novo processo “nos casos de febres perniciosas e de intolerancia das vias gastricas”, e as suas vantagens face aos “processos ordinarios de injeção com solutos triviaes”²⁶⁶³; maior segurança do seu efeito e conforto do doente, não apresentando mais inconvenientes do que esses processos. Augusto Rocha exorta no final do artigo outros clínicos a experimentarem o seu processo, de modo a estabelecer o seu possível valor no avanço da técnica terapêutica.

Na sequência da publicação deste novo processo, J. A. Corrêa de Carvalho aplicou-o no tratamento de uma doente com uma infecção palustre, e descreveu esse caso clínico na *Coimbra Médica*²⁶⁶⁴. Iniciara o tratamento com sulfato de *quinino* em cápsulas de Limousin e depois aplicara-o em pílulas, mas, demonstrando a doente queixas gástricas, passou ao uso das injeções hipodérmicas de cloridrato neutro de quinina (4 decigramas), segundo a técnica enunciada pelo Dr. Augusto Rocha. Depois aumentou a dose para 5 decigramas (modificando a fórmula da injeção preconizada por Augusto Rocha), com uma subsequente diminuição acentuada da temperatura corporal da doente. Utilizou posteriormente xarope de quina e ferro e grânulos de arseniato de soda, e depois licor de Fowler, após o que a temperatura se tornou “normal” nos dias seguintes²⁶⁶⁵. Observou a formação de indurações nodulares nos antebraços onde aplicara as injeções e, nalguns casos, abscessos. O autor atribuiu a formação de abscessos à causticidade da solução medicamentosa (embora mencionasse que também poderia ter sido por não ter esterilizado as agulhas). A fórmula modificada (que o autor descreve) também permitiria a obtenção de uma solução, desde que fosse aquecida.

Também no ano de 1889, Augusto Rocha fala novamente do seu processo para administração de injeções de quinina²⁶⁶⁶. Expõe de forma resumida o processo, apontando as suas vantagens, entre as quais permitir a administração de uma grande quantidade de um sal de quinina muito solúvel (mais de 5 decigramas de cloridrato neutro de quinina). Seria ainda pouco cáustico, não provocaria dor no local da injeção nem causaria “accidentes geraes”²⁶⁶⁷. Provocaria apenas “pequenas nodulações induradas, que o tempo dissipa gradualmente”²⁶⁶⁸. Destaca ainda os bons resultados que Corrêa de Carvalho obtivera na sua aplicação. Aponta, no entanto, que a sua fórmula original precisava realmente de ser modificada, devendo utilizar-se uma quantidade

²⁶⁶² Ibidem, p. 256.

²⁶⁶³ Ibidem.

²⁶⁶⁴ CARVALHO, J. A. Corrêa de – Um Caso de Infecção Palustre Curado pelas Injeções Hypodermicas de Chlorhydrato Neutro de Quinino. *Coimbra Medica*. 9:3 (1889) 42-44.

²⁶⁶⁵ Ibidem, p. 43.

²⁶⁶⁶ ROCHA, Augusto – Nota sobre as Injeções Hypodermicas de Chlorhydrato Neutro de Quinina. *Coimbra Medica*. 9:4 (1889) 54-56.

²⁶⁶⁷ Ibidem, p. 54.

²⁶⁶⁸ Ibidem.

superior de ácido clorídrico, de modo a conseguir a injeção de cloridrato neutro de quinina e não de uma mistura de cloridrato neutro e de cloridrato básico de quinina. Augusto Rocha destaca também que Corrêa de Carvalho lhe indicara um trabalho dos Drs. Beurmann e Villejean, que também tinham criado fórmulas para administração da quinina, e que permitiam a injeção hipodérmica de 75 centigramas de cloridrato neutro de quinina (i.e. 7,5 decigramas de cloridrato neutro de quinina). Rocha apresenta algumas informações que Beurmann e Villejean tinham fornecido no seu trabalho sobre as soluções medicamentosas obtidas. Afirmo também que não conhecia a investigação destes autores, que tinha sido publicada antes do seu artigo, mas que os processos eram diferentes. Assim, Augusto Rocha fazia a injeção a quente e aqueles autores a frio; e a primeira fórmula de Rocha produzia uma mistura de cloridrato básico e de cloridrato neutro de quinina, ao passo que a solução de Beurmann e Villejean continha apenas cloridrato neutro de quinina. Rocha destaca também que achava o seu processo mais vantajoso por produzir um soluto menos cáustico (por ser obtido a quente) e obter os mesmos resultados. Para além disso, Augusto Rocha indica que a fórmula dos autores franceses também precisaria do aquecimento para ser convenientemente utilizada. No caso de Beurmann e Villejean os autores afirmavam que o seu processo não produzia acidentes locais ou gerais mas Augusto Rocha, ao aplicar o processo de Beurmann e Villejean, observara também a formação de “nodulações”²⁶⁶⁹.

Em 1894 Charles Lepierre indica que efetuara o estudo de vários sais de quinina de solubilidade “muito notável”²⁶⁷⁰, preparados e descritos pelo químico Grimaux no *Bulletin de la Société Chimique de Paris*. Estes sais já tinham sido utilizados nos hospitais parisienses, mas ainda não eram comercializados em Portugal. Depois do Dr. Luiz Pereira da Costa lhe ter demonstrado as vantagens daqueles sais, Lepierre resolvera repetir as experiências feitas por Grimaux e efetuar a análise dos sais para confirmar que o método estava correto. Expõe o modo de preparação de um desses sais, o cloridrossulfato de quinina (o “mais importante dos saes de Grimaux”²⁶⁷¹), apresentando a sua fórmula química, constituição e propriedades físico-químicas. Destaca que se trata de uma “especie chimica *absolutamente definida*”²⁶⁷² e não de uma mistura instável dos sais cloridrato e sulfato de quinina, como tinha sido apontado no *Journal de Pharmacie et de Chimie*, informação que fora posteriormente transcrita por jornais médicos portugueses. Aponta também que a sua análise completa do dito sal, permitira-lhe concordar com a fórmula proposta por Grimaux para o cloridrossulfato de quinina. Adicionalmente, aquele sal tinha praticamente a mesma percentagem de quinina do que o sulfato de quinina “medicinal”²⁶⁷³ (o cloridrossulfato de quinina possuía 74,2% de quinina e o sulfato de quinina possuía 74,3% de quinina). Assim, era possível utilizar a mesma quantidade de sal na terapêutica. Indica também

²⁶⁶⁹ Ibidem, p. 56.

²⁶⁷⁰ LEPIERRE, Charles – Estudos sobre o Chlorhydro-sulfato de Quinina de Grimaux. **Coimbra Medica**. 14:19 (1894) 299-302, p. 300.

²⁶⁷¹ Ibidem.

²⁶⁷² Ibidem, p. 301.

²⁶⁷³ Ibidem, p. 302.

que, considerando que a preparação do cloridrosulfato de quinina não era difícil, e que pelas suas propriedades podia ser útil em várias situações, era provável que fosse gradualmente substituindo os “compostos da quinina menos solúveis, facilitando assim o emprego da quinina em altas doses”²⁶⁷⁴.

Num artigo de 1897, Lopes Vieira indica as regras nas quais se deveria basear o melhor tratamento para a febre intermitente palustre simples. A exposição surge em contraposição com as recomendações feitas pelo Dr. Dieulafoy, um médico e professor de Medicina da Faculdade de Medicina de Paris num livro de patologia “de grande voga”²⁶⁷⁵, e com as quais Lopes Vieira não concordava²⁶⁷⁶. Lopes Vieira apresenta as recomendações preconizadas pelo Dr. Dieulafoy, e as justificações detalhadas para a sua discordância da opinião do médico francês. Lopes Vieira faz ainda considerações sobre o tratamento das sezões em Portugal com quinina afirmando:

“Dir-se-á que já não ha em o nosso paiz quem não saiba tratar umas sezões; que nem tão pouco para isso é necessario ser medico; que basta qualquer curandeiro para livrar de umas intermitentes; que o simples boticario dá o remedio até sem ter de pagar-lhe a receita!

Demais, não é a quinina medicamento perigoso, que se não possa vender sem prescrição do medico!

E todavia estamos n’um paiz em que ainda se ouve regular a oportunidade da repetição das doses de quinina pelas conhecidas phases da lua; e em que, graças aos *rotineiros* e aos charlatães, abundam por ahi os desgraçados que soffrem durante semanas e mezes a febre palustre, e gastam mais do que podem em quinina, ficando assim arruinados da saude e da algibeira para muito tempo”²⁶⁷⁷.

No volume de 1897 foi ainda publicada a análise de um sulfato de quinina produzido pela Sociedade Luso-Africana²⁶⁷⁸, análise essa que foi também impressa no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* e a que já aludimos anteriormente. No volume do mesmo ano encontra-se uma pequena nota destacando a dita análise do sulfato de quinina português, e afirmando: “É um sulphato de quinina que merece confiança, e dá garantias serias para o seu consumo no paiz e fóra d’elle”²⁶⁷⁹.

No tomo de 1899 é apresentada a fórmula de uma injeção hipodérmica de “Chlorhydro-sulfato de quinino” para tratamento da malária, que constava no formulário dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Indica-se que essa fórmula tinha sido “N’os ultimos annos” comumente usada quer no hospital quer em “clinica civil”. Indica-se que aquela fórmula tinha a vantagem de permitir a aplicação de “uma grande quantidade de quinino com o emprego de um

²⁶⁷⁴ Ibidem.

²⁶⁷⁵ VIEIRA, Lopes – O Tratamento da Febre Palustre pelos Saes de Quinina. **Coimbra Medica**. 17:15 (1897) 229-232, p. 229.

²⁶⁷⁶ Ibidem, p. 229-232.

²⁶⁷⁷ Ibidem, p. 229.

²⁶⁷⁸ SEIÇA, Vicente José de – Analyse do sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana. **Coimbra Medica**. 17:35 (1897b) 558.

²⁶⁷⁹ SULFATO de quinino nacional. **Coimbra Medica**. 17:35 (1897) 560.

numero minimo de injeções hypodermicas”, e que tinha sido muito estudada na *Coimbra Médica*. Aponta-se ainda que outros autores usavam sais diferentes de *quinino* para as injeções hipodérmicas (Johnston usava “sulphato soluvel” e Yung utilizava “uma mixtura de chlorhydrato e bromhydrato de quinino”)²⁶⁸⁰. Refere-se também que era possível que a associação do cloridrato neutro de “quinino” e do bromidrato originasse o mesmo resultado que a associação do cloridrato com o sulfato, exortando a que se confirmasse se tal se verificava, quer do ponto de vista farmacológico quer do ponto de vista terapêutico.

No tomo de 1943 está presente um artigo sobre o uso de injeções endovenosas de sulfato de quinidina no tratamento de crises de taquicardia paroxística²⁶⁸¹. Segundo João Pôrto, a maioria dos cardiologistas incluía a quinidina no tratamento de primeira linha desta afeção, e a sua ação rápida nestas crises teria já sido observada por diversos indivíduos. Não obstante, o seu uso não estava vulgarizado, possivelmente pelo receio da ocorrência dos “acidentes imediatos cárdio-circulatórios”²⁶⁸² relatados por alguns autores. O artigo inclui dois casos clínicos de crises de taquicardia paroxística tratadas com injeções de sulfato de quinidina. O autor indica ainda que “Entre as drogas de acção preponderante cardíaca figuram na primeira linha a quinina e a quinidina”²⁶⁸³.

3.3.5.2. Outras referências à quina e à quinina

Na revista *Coimbra Médica* também encontramos várias referências avulsas à quina e à quinina e fórmulas de medicamentos com quina e quinina.

No artigo “Mal de Loanda” (1881), F. A. Rodrigues de Gusmão indica que, apesar do esforço de “alguns distintos medicos portugueses” para lhe manterem “os antigos credits” a Água de Inglaterra não conseguira resistir à concorrência do sulfato de quinina²⁶⁸⁴.

Na revista *Coimbra Médica* também se encontram várias discussões e informações sobre a cultura do arroz e a sua possível influência no paludismo, propiciando o seu aparecimento²⁶⁸⁵. No tomo de 1882 refere-se, por exemplo, que nos concelhos onde naquele ano se proibira a sementeira do arroz se relatava que as “molestias palustres, que d’antes ahi reinavam”²⁶⁸⁶ tinham diminuído acentuadamente. Em 1883, Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, clínico nos Hospitais

²⁶⁸⁰ INJECCÃO hypodermica de quinina contra a malaria. *Coimbra Medica*. 19:24 (1899) 379.

²⁶⁸¹ PÔRTO, João – Supressão imediata das crises de taquicardia paroxística por injeções endovenosas de sulfato de quinidina. *Coimbra Médica*. 10:10 (1943) 501-511.

²⁶⁸² Ibidem, p. 501.

²⁶⁸³ Ibidem, p. 508.

²⁶⁸⁴ GUSMÃO, F. A. Rodrigues de – Mal de Loanda (Continuado de pag. 249). *Coimbra Medica*. 1:17 (1881) 265-266, p. 266.

²⁶⁸⁵ ARROZAES. *Coimbra Medica*. 2:18 (1882) 290-291; CORTEZÃO, A. A. – Oryzicultura. *Coimbra Medica*. 3:6 (1883a) 85-88; DUARTE, Ignacio Rodrigues da Costa – Respostas ao questionario proposto pela comissão, nomeada por Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 16 de Setembro de 1882, aos facultativos dos conselhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure. *Coimbra Medica*. 3:6 (1883) 88-89.

²⁶⁸⁶ ARROZAES, p. 290.

da Universidade de Coimbra, refere que a orizicultura era decerto a causa mais frequente das febres intermitentes e remitentes²⁶⁸⁷. Em 1883 também se publicaram mapas relativos aos doentes tratados nos Hospitais da Universidade de Coimbra, onde se verifica a existência de muitos casos de febres intermitentes. Por exemplo, de Julho de 1870 a Junho de 1871, registaram-se 485 casos de febres intermitentes e remitentes endémicas, num total de 2983 doentes tratados nos Hospitais da Universidade de Coimbra (16,3% do total de doenças tratadas). Por outro lado, entre Julho de 1870 e Junho de 1882 registaram-se 4020 casos de febres intermitentes e remitentes endémicas, num total de 29523 doentes tratados nos Hospitais da Universidade de Coimbra (13,6% do total de doenças tratadas)²⁶⁸⁸. A. A. Cortezão também refere a preponderância das febres intermitentes em Coimbra²⁶⁸⁹ e afirma:

“É raro o dia em que, mesmo depois da proibição da orizicultura, não faço duas, tres e seis receitas, não só para febres intermitentes, como tambem para febres remittentes e até cachexias. E note-se que estas febres apparecem tanto isolada como conjunctamente: e assim é muito vulgar ver doenças pulmonares, das vias gastricas, etc., complicadas de febres intermittentes, tanto regulares como irregulares; e d’aqui vem o grande consumo que eu e os meus collegas fazemos do sulphato, do citrato, do valerato de quinina, do extracto, do macerato, do cozimento de quina, do extracto de eucalypto, etc., não contando com os remedios caseiros (mézinhas) que o povo emprega, e algumas vezes com bom resultado, taes como vinho branco com limão, aguardente com limão e pimenta, vinho tinto com crescenças de alecrim, oliveira e pecegueiro, infusões e cozimentos de folhas de eucalypto, etc. O numero de casos de febres intermittentes e remittentes, etc. talvez esteja para o numero total das doenças por mim tratadas como 2:3”²⁶⁹⁰.

Num artigo sobre Jacob de Castro Sarmiento também encontramos várias referências à quina, designadamente várias informações sobre a sua história e particularmente sobre a Água de Inglaterra²⁶⁹¹. F. A. Rodrigues de Gusmão destaca o valor da obra de Sarmiento *Do uso, e abuso das minhas aguas de Inglaterra* (1756), referindo que Jacob de Castro Sarmiento advogara um uso mais abrangente da Água de Inglaterra preparada por si, devido ao método diferente que criara para a sua preparação. Menciona também os seus predecessores no fabrico de medicamentos análogos, Robert Talbot e Fernando Mendes, e os seus sucessores, André Lopes de Castro e José Joaquim de Castro²⁶⁹². O autor do artigo fala depois da “damnosa concorrência” do sulfato de

²⁶⁸⁷ DUARTE – Respostas ao questionario proposto pela commissão... p. 89.

²⁶⁸⁸ **Coimbra Medica**, tomo de 1883, sem paginação.

²⁶⁸⁹ CORTEZÃO – Orizicultura, p. 87.

²⁶⁹⁰ Ibidem.

²⁶⁹¹ GUSMÃO, F. A. Rodrigues de – Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 380, vol I). **Coimbra Medica**. 2:2 (1882a) 27-30; GUSMÃO, F. A. Rodrigues de - Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 30). **Coimbra Medica**. 2: 4 (1882b) 59-60.

²⁶⁹² GUSMÃO – Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 380, vol I) (1882a), p. 27-30. Esta sucessão não foi apoiada por Jacob de Castro Sarmiento, que pretendia que fossem a sua mulher e os seus filhos a prosseguir este comércio, ao deixar-lhes a receita para a sua preparação (BARNETT, Richard - Dr Jacob de Castro Sarmiento and Sephardim in Medical Practice in 18th-Century London. [Em linha]. **Transactions &**

quinina à Água de Inglaterra, já que a atividade do sulfato de quinina era “não só mais certa e segura” mas permitia o conhecimento da dose de substância ativa prescrita, “sendo de tanto maior importancia este conhecimento, quanto maior é a diversidade de quinas sob o ponto de vista de sua energia curativa”²⁶⁹³. Além disso, aponta, o sulfato de quinina podia administrar-se num volume pequeno “estreme d’aquellas partes extranhas, que fatigavam sem utilidade o estomago, quando em altas doses se exhibia a quina”²⁶⁹⁴. Refere que, apesar do reconhecimento geral das vantagens do sulfato de quinina face à quina, a Água de Inglaterra fora ainda defendida “contra aquelle precioso agente” (o sulfato de quinina) pelo Dr. Francisco de Sousa Loureiro na obra *Juizo imparcial em resposta a um medico, seu discipulo e amigo, que o consultou sobre o uso, e applicação da quina, do sulphato de quinina, e da agua de Inglaterra nas febres e nas molestias chronicas*, editada pela primeira vez em 1840 e reeditada em 1842. As razões para essa defesa, segundo F. A. Rodrigues de Gusmão, podiam ter sido a “affeição e confiança em um medicamento presentaneo, que manejava com boa fortuna nos aureos dias de sua clinica”, ou o facto ter sido “impellido a similhante apologia pelos interessados n’aquelle genero de industria, já então ameaçado de ruina”²⁶⁹⁵. F. A. Rodrigues de Gusmão comenta, no entanto, que se fosse julgar os méritos científicos daquele médico por essa obra “ser-nos-ia forçoso dar alguns descontos aos largos creditos que adquirira como lente de Medicina”²⁶⁹⁶. É também apontado que D. Manuel José de Castro Noronha Athayde e Sousa, “conde de Monsanto, marquez de Cascaes, e monteiromór do reino” fora a primeira pessoa “que fez uso e experiencia dos bons efeitos da *Agua de Inglaterra*” de Jacob de Castro Sarmiento, “e que lhe deu credito e grande fama, relatando ingenuamente aos principaes medicos da côrte o que havia observado com ella em sua propria familia”²⁶⁹⁷.

A quinina também é referida no contexto de artigos sobre dosimetria²⁶⁹⁸, um sistema terapêutico proposto por Adolphe Pierre Burggraeve (1806-1902), que consistia “na administração de substancias activas em doses convenientemente fraccionadas e mathematicamente calculadas” mas que Sacadura Botte considerava antes “uma doutrina medica, um verdadeiro e completo systema medico”²⁶⁹⁹. A quinina era um dos agentes terapêuticos usados na dosimetria, sendo os alcaloides “sem duvida a base da therapeutica dosimétrica”²⁷⁰⁰. Sacadura Botte refere, por exemplo, a sua opinião de que a eficácia do sulfato de quinina era “mais segura,

Miscellanies (Jewish Historical Society of England). 27 (1978) 84–114. [Consult. 10 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.jstor.org/stable/29778899>>.

²⁶⁹³ GUSMÃO – Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 380, vol I) (1882a), p. 30.

²⁶⁹⁴ Ibidem.

²⁶⁹⁵ Ibidem.

²⁶⁹⁶ Ibidem.

²⁶⁹⁷ GUSMÃO – Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 30) (1882b), p. 59.

²⁶⁹⁸ SACADURA BOTTE – A Dosimetria. **Coimbra Medica**. 2:22 (1882a) 341-351, p. 347, 348 (doses dos sais de quinina usados em dosimetria); SACADURA BOTTE. A Dosimetria (Continuado de pag. 351) - **Coimbra Medica**. 2:23 (1882b) 357-366, p. 360, 363 (considerações sobre a atividade terapêutica da quinina).

²⁶⁹⁹ SACADURA BOTTE – A Dosimetria (1882a), p. 343.

²⁷⁰⁰ Ibidem, p. 349.

e seus efeitos mais promptos” quando dissolvido “na menor quantidade possível de limonada sulfurica, ou em agua distillada convenientemente acidulada com acido sulfurico”, apontando que estava disso convencido devido aos “principios” e à “propria observação clinica seguida com escrupuloso cuidado”²⁷⁰¹. Aponta também a importância do sulfato de quinina no tratamento das febres palustres²⁷⁰² e o seu “prodigioso poder”²⁷⁰³. Refere ainda que a dosimetria usava hidroferrocianato de quinina ou arseniato de quinina intercalados com estriquina no tratamento das febres intermitentes²⁷⁰⁴. Num artigo de José de Barros Silva Carneiro, a propósito da terapêutica dosimétrica, também se indicam alguns dados sobre a atividade biológica da quinina, mencionando especificamente a atividade antipirética da quinina (ou a sua ausência) em determinadas patologias, com base em informações presentes na obra “*Elementos de Materia Medica e de Therapeutica*, de Nothnagel e Rossbach”²⁷⁰⁵. Este artigo de Silva Carneiro contém também considerações sobre sete casos clínicos relatados por Ulisses Braga no número 36 da *Revista Dosimetrica* do ano de 1883. Na descrição de vários destes casos constava o uso de preparações farmacêuticas com quina (sendo que os comentários de José Silva Carneiro a estes casos também parecem indicar que a quinina fora utilizada). Ao comentar um destes casos clínicos Silva Carneiro aponta que os médicos portugueses eram geralmente “muito parcios na administração da quinina”²⁷⁰⁶.

Noutro artigo, resultante de entrevistas feitas pelo Dr. Marcel Baudin a médicos dos hospitais parisienses acerca do tratamento da “pneumonia clássica”²⁷⁰⁷ (que fora publicado no *Monde Medical*, sendo traduzido e transcrito na revista *Coimbra Médica*), encontram-se referências ao uso da quinina. Refere-se assim a utilização do “*sulphato de quinino*” pelo Dr. Rigal na pneumonia vulgar para combater a infeção, bem como a sua atividade tónica do sistema nervoso e particularmente do sistema nervoso cardíaco. Indica-se também que no Asilo da Infância Desvalida o tratamento da “pneumonia franca aguda”²⁷⁰⁸ das crianças incluía a quinina, sendo que o Dr. Cadet de Gassicourt, funcionário do Hospital Trousseau, administrava o “*sulphato de quinino*” em doses baixas na mesma patologia²⁷⁰⁹. O Dr. Legroux usava o cloridrato de quinina no tratamento da febre na pneumonia. Também se refere o uso do “*sulphato de quinino*” para encurtar a duração da doença²⁷¹⁰.

²⁷⁰¹ SACADURA BOTTE - A Dosimetria (Continuado de pag. 13). *Coimbra Medica*. 3:2 (1883a) 17-29, p. 20.

²⁷⁰² Ibidem, p. 26.

²⁷⁰³ SACADURA BOTTE – A Dosimetria (Continuado de pag. 29). *Coimbra Medica*. 3:3 (1883b) 33-45, p. 39.

²⁷⁰⁴ Ibidem.

²⁷⁰⁵ CARNEIRO, José de Barros Silva – Contribuição para o estudo critico da therapeutica dosimetrica (Carta ao sr. Francisco Pinto da Cunha, Dosimetrista). *Coimbra Medica*. 3:19 (1883) 285-294, p. 289.

²⁷⁰⁶ Ibidem, p. 291.

²⁷⁰⁷ O TRATAMENTO da pneumonia franca aguda nos Hospitales de Paris. *Coimbra Medica*. (1891) 376-379, p. 376.

²⁷⁰⁸ Ibidem, p. 377.

²⁷⁰⁹ Ibidem, p. 378.

²⁷¹⁰ Ibidem, p. 379.

Num artigo de 1895 sobre um caso clínico de paludismo, o autor afirma que “o paludismo é promptamente debellado pelos saes de quinina, que, ao mesmo tempo que fazem desaparecer o hematozoario, curam a doença”²⁷¹¹. Refere-se que a malária em Portugal existia “devastadoramente por toda a parte e principalmente nas povoações das margens dos nossos rios”²⁷¹² indicando também que na “grande bacia a juzante de Coimbra” a malária era “endemo-epidêmica em larga escala”²⁷¹³.

Numa das crónicas de 1896, Augusto Rocha afirma: “O quinino, porém, é de uso tão popular, e está tão vulgarizado, que pôde realmente vender-se em estabelecimentos de outra ordem [para além das farmácias], ou em locais expressamente designados para o fim, e distribuidos em harmonia com a densidade e mais condições da população”²⁷¹⁴. Refere também o estabelecimento de um “monopolio do quinino”²⁷¹⁵ em Itália, que tinha como objetivo assegurar a sua venda a preços baixos, e a distribuição por todo o país. Noutra crónica do mesmo ano indica que alguns médicos que exerciam “no ultramar” eram favoráveis ao uso dos “saes de quinino”²⁷¹⁶ com fins profiláticos. Afirma também que nalgumas “possessões” portuguesas “o uso do quinino para este effeito, é geral e popular” ao passo que em Portugal continental lhe parecia que não era “corrente tal consagração”²⁷¹⁷. Refere que os médicos ingleses se dividiam relativamente a esta questão, embora a opinião predominante favorecesse “a administração dos saes de quinino e dos preparados de quina como preventivos”²⁷¹⁸. Sugeriu também que se investigasse o effeito que tinham tido nas expedições portuguesas decorridas recentemente na África Oriental, salientando que Portugal “paiz de malaria”, poderia elucidar a questão do valor profilático dos saes de “quinino”²⁷¹⁹. Pede assim aos médicos “da provincia e do ultramar”²⁷²⁰ para enviarem para o periódico alguma indicação que pudessem ter recolhido sobre este assunto.

Noutro artigo de 1899 sobre um caso clínico, o médico Albino Pacheco refere o “consenso unanime dos clinicos que reconhecem a superior vantagem dos effeitos da quina n’os casos de impaludismo chronico”²⁷²¹.

²⁷¹¹ GAITTO, José da Costa – Um Caso de Paludismo Chronico, Anemia e Cirrhose Atrophica Provavel Consecutivas – Pleurisia Secca. **Coimbra Medica**. 15:20 (1895a) 321-330, p. 330.

²⁷¹² Ibidem, p. 325.

²⁷¹³ Ibidem, p. 326.

²⁷¹⁴ R., A. – Chronica. **Coimbra Medica**. 16:1 (1896a) 1-4, p. 3.

²⁷¹⁵ Ibidem.

²⁷¹⁶ R., A. – Chronica. **Coimbra Medica**. 16:4 (1896b) 49-51, p. 51.

²⁷¹⁷ Ibidem.

²⁷¹⁸ Ibidem.

²⁷¹⁹ Ibidem.

²⁷²⁰ Ibidem.

²⁷²¹ PACHECO, Albino – D’ enorme hematoma do bacinete renal com abcessos multiplas do figado e cachexia, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 19:25 (1899) 393-395, p. 395.

No jornal *Coimbra Médica* também se encontram fórmulas com quina²⁷²² ou quinina²⁷²³, designadamente contra a anorexia²⁷²⁴, hemoptise²⁷²⁵, papeira²⁷²⁶, estomatite mercurial²⁷²⁷, nevralgia facial²⁷²⁸, tuberculose²⁷²⁹, paludismo²⁷³⁰, influenza²⁷³¹, coqueluche²⁷³², “Nevrasthenia” (neurastenia)²⁷³³, “Cephalea Nevrasthenica”²⁷³⁴, diabetes²⁷³⁵, “Prurido Nervoso da

²⁷²² FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 4:10 (1884) 158 (pomada com extrato de quina).

²⁷²³ FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 3:17 (1883) 263-264 (fórmula com bromidrato de quinina para injeções hipodérmicas); FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 3:16 (1883) 248-249, p. 248 (desinfetante preparado com quinina, “Para aromatizar e desinfetar roupa lavada e fato, e para pulverisar a atmosfera e paredes dos repartimentos de uma casa em ocasião de epidemia”); FORMULARIO (Continuado de pag. 138). *Coimbra Médica*. 11:10 (1891) 154 (“Soluto de Quinino Não Amargo”, preparado com “Sulphato de quinino”); FORMULARIO (Continuado de pag. 205). *Coimbra Médica*. 12:16 (1892) 253-254, p. 253 (outra fórmula de soluto de quinino não amargo, praticamente igual à anterior, incluindo também “Sulphato de quinino”); FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 14:12 (1894) 195 (fórmula com cloridrato básico de quinina para injeções hipodérmicas).

²⁷²⁴ FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 2:13 (1882) 210-211, p. 210 (fórmula com extrato seco de quina, especialmente recomendada “para sustentar o apetite dos phtísicos”).

²⁷²⁵ FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 7:2 (1887) 30 (“Pílulas Antihemoptóicas” preparadas com sulfato de quinina).

²⁷²⁶ Ibidem (“Tratamento Contra os Casos Graves de Tesorelho” – papéis preparados com sulfato de “quinino”).

²⁷²⁷ FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 7:13 (1887) 210-211, p. 211 (fórmula com quina em pó para prevenir o desenvolvimento da estomatite mercurial).

²⁷²⁸ FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 9:7 (1889) 109-110, p. 110 (pílulas com sulfato de quinina e quina em pó).

²⁷²⁹ FORMULARIO (Continuado de pag. 241). *Coimbra Médica*. 10:16 (1890) 258 (fórmula preparada com extrato de quina); FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 15:28 (1895) 457-459, p. 426 (fórmula de injeção hipodérmica para tratamento da febre nos doentes tuberculosos com acessos de febre remitente com “Bichlorhydrato de quinino”; recomendação do uso de vinho de quina no tratamento de acessos febris biquotidianos na tuberculose); LEITE DE FARIA, A. B. – A tuberculose pulmonar. Sua cura e diagnostico precoce e retrospectivo. *Coimbra Médica*. 19:9 (1899) 84-89, p. 88 (o tratamento incluía várias fórmulas, designadamente uma com “Sulfato de quinino” e vários outros componentes como o “Tannino pelo alcool quimicamente puro”).

²⁷³⁰ FORMULARIO (Continuado de pag. 45). *Coimbra Médica*. 12:4 (1892) 62 (fórmula com bromidrato de quinino contra formas rebeldes de paludismo).

²⁷³¹ FORMULARIO (Continuado de pag. 254). *Coimbra Médica*. 12:17 (1892) 270 (fórmula com sulfato de quinina, para preparar pílulas ou cápsulas); FORMULARIO (Continuado de pag. 366). *Coimbra Médica*. 12:24 (1892) 382-383, p. 382 (fórmula igual à anterior, embora se aconselhe uma posologia ligeiramente diferente, se indique apenas a preparação de cápsulas com esta fórmula, e se designe o sulfato de quinina como sulfato de quinino); FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 17:23 (1897) 366-367, p. 367 (fórmula de pílulas com “Sulphato de quinino”).

²⁷³² FORMULARIO (Cont. do n.º 22, pag. 350). *Coimbra Médica*. 13:23 (1893) 366 (fórmula com sulfato de quinina para usar em insuflações nasais).

²⁷³³ FORMULARIO (Cont. do n.º 6, pag. 95). *Coimbra Médica*. 15:18 (1895) 294-295, p. 294 (fórmula com tintura de quina).

²⁷³⁴ Ibidem (fórmula de hóstias com valerianato de quinina).

²⁷³⁵ GAITTO, José da Costa – Nota sobre um Caso de Diabetes com Nephrite Chronica Mixta e Retinite Albuminurica. *Coimbra Médica*. 16:6 (1896a) 87-93, p. 91 (uso de uma fórmula com quina em pó como parte do tratamento num caso de diabetes, a par de outras preparações medicamentosas); FORMULARIO. *Coimbra Médica*. 16:7 (1896) 110-111 (entre diversas preparações medicamentosas sob o título “Contra a Diabetis” recomenda-se o uso de hóstias de sulfato de “quinino” p. 110; uma fórmula com extrato de quina em pó – uma hóstia; outra fórmula contendo pó de quina – em forma de pílulas; vinho de quina; e ainda outra fórmula com extrato de quina se os níveis de ureia do doente estivessem abaixo do normal e o doente fosse fraco); MEDICAÇÕES, medicamentos e formulario (Cont. do n.º 23, pag. 366). *Coimbra Médica*. 20:25 (1900) 399 (fórmula com extrato de quina seco em pó).

Menopausa²⁷³⁶, e vaginite blenorragica²⁷³⁷. Também se encontram fórmulas para uso cosmético²⁷³⁸. Adicionalmente, são descritos casos clínicos onde se utilizaram preparados com quina²⁷³⁹ ou quinina²⁷⁴⁰ e relata-se o uso da quinina em determinadas patologias²⁷⁴¹ ou sintomas²⁷⁴². J. P. Dias Chorão, por exemplo, ao discorrer sobre uma epidemia de gripe, indica que na sua terapêutica confirmou “a opinião de alguns epidemiologistas sobre a utilidade ou, melhor diremos, necessidade dos preparados de quinina, sendo estes os unicos que a meu ver combatem o fundo da molestia, muito embora não tiremos os brilhantes resultados que com elles obtemos no impaludismo”²⁷⁴³. Dias Chorão indica que o medicamento “por excellencia” da gripe era a quinina, muito embora não tivesse um efeito terapêutico tão bom como no paludismo. Assim, no paludismo ocorria por vezes “a supressão completa das manifestações palustres com a administração de algumas doses de um sal de quinina”²⁷⁴⁴. Na gripe era necessário utilizar o tratamento durante mais tempo, e as doses e método de administração eram diferentes – no paludismo eram úteis as doses “relativamente elevadas e massiças” e na gripe doses mais

²⁷³⁶ FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 17:17 (1897) 271 (pílulas com “Sulphato de quinino”).

²⁷³⁷ FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 19:9 (1899) 143 (fórmula com sulfato de quinina).

²⁷³⁸ FORMULARIO (Continuado de pag. 286). **Coimbra Medica**. 12:19 (1892) 302-303, p. 302 (“Um Cosmetico Tónico” com “Sulphato de quinino”).

²⁷³⁹ DIAS CHORÃO, J. P. – A Proposito da Actual Epidemia de Grippe (Continuado de pag. 45). **Coimbra Medica**. 10:4 (1890a) 53-58, p. 56 (uso de preparados de quina num doente com alegada “variedade depressiva” da gripe).

²⁷⁴⁰ ROCHA, Augusto – Nota Sobre um Caso de Cachexia Palustre com Purpura e Hypertrophia Enorme do Baço. **Coimbra Medica**. 7:2 (1887) 21-22, p. 22 (uso de sulfato de “quinino” no tratamento de caquexia palustre); DIAS CHORÃO – A Proposito da Actual Epidemia de Grippe...(1890a), p. 58 (uso do sulfato de quinina, acompanhado de “ferruginosos” se necessário e de fricções com óleo de amêndoas para dissipar “o edema e estado geral” no que o autor do artigo chamava a variedade edematosa da gripe); GAITTO, José da Costa – Um Caso de Paludismo Chronico, Anemia e Cirrhose Atrophica Provavel Consecutivas – Pleurisia Secca (Cont. do n.º 20, pag. 330). **Coimbra Medica**. 15:21 (1895b) 339-344, p. 340-342; POIARES, Virgílio – O Parasita da Malaria em Coimbra. **Coimbra Medica**. 15:11 (1895) 171-178, p. 173, 175-177; GAITTO, José da Costa – Nota sobre um Caso de Diabetes com Nephrite Chronica Mixta e Retinite Albuminurica. **Coimbra Medica**. 16:5 (1896b) 70-77, p. 71; VIÉGAS, Luiz dos Santos – Um Caso de Cachexia Paludosa com Pleuro-pneumonia Intercorrente, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 18:31 (1898) 510-515, p. 511, VIÉGAS, Luiz dos Santos – Um Caso de Cachexia Paludosa com Pleuro-pneumonia Intercorrente, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 19:1 (1899a) 10-14, p. 10, VIÉGAS, Luiz dos Santos – Um Caso de Cachexia Paludosa com Pleuro-pneumonia Intercorrente, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 19:2 (1899b) 27-30, p. 30 (mas o doente acabou por falecer); PACHECO – D’enorme hematoma do bacinete renal... p. 395 (utilizou-se “Sulfato de quinino” mas este doente também faleceu apesar do tratamento instituído).

²⁷⁴¹ MARQUES, Epiphanio – Therapeutica da Pneumonia Fibrinosa (Continuado de pag.183). **Coimbra Medica**. 9:13 (1889) 193-205, p. 200 (aponta-se o uso da quinina na pneumonia fibrinosa, embora não fosse a opção terapêutica preferida); FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 9:24 (1889) 381-382, p. 382 (advoga-se o uso dos tónicos como a quina como tratamento geral da difteria faríngea e local); FORMULARIO (Cont. do n.º 22, pag. 355). **Coimbra Medica**. 14:23 (1894) 370-371, p. 370 (indica-se que o “sulphato de quinino” era utilizado na intoxicação urinária).

²⁷⁴² DIAS CHORÃO, J. P. - A Proposito da Actual Epidemia de Grippe (Continuado de pag. 58). **Coimbra Medica**. 10:5 (1890b) 69-78, p. 70 (descrição do uso de sulfato de quinina perante hematémese decorrente da chamada variedade hemorrágica da gripe).

²⁷⁴³ DIAS CHORÃO, J. P. - A Proposito da Actual Epidemia de Grippe. **Coimbra Medica**. 10:3 (1890c) 37-45, p. 39.

²⁷⁴⁴ DIAS CHORÃO – A Proposito da Actual Epidemia de Grippe...(1890b), p. 76.

pequenas e fracionadas²⁷⁴⁵. Noutro artigo, Dias Chorão refere que achava as preparações de quina (sais, extratos, etc.) indispensáveis no tratamento da gripe. Destaca ainda que, relativamente ao método de administração desses sais, tinha voltado a utilizar o método clássico, isto é, a administração da dose total em pouco tempo “para produzir o efeito febrifugo”²⁷⁴⁶. Epiphanio Marques descreve o uso de sais de quinina (sulfato ou cloridrato de quinina) nalguns casos de gripe, em que a febre era do tipo intermitente ou remittente, levando ao desaparecimento da mesma²⁷⁴⁷.

Há também alguma publicidade a produtos com quina e quinina²⁷⁴⁸, designadamente no tomo de 1900. É feita publicidade, por exemplo, a cápsulas de sulfato de *quinino* bem como a outros sais de *quinino* (produzidos pela empresa de Pelletier). Surgem também anúncios do “Sulfato de Quinina Nacional e Outros Saes de Quina da Sociedade Luso-Africana”, que competiam “com os melhores similares de procedencia estrangeira, tanto em preço como em qualidade, como se vê das analyses que acompanham os respectivos frascos”, e que eram vendidos “nas principaes drogarias e pharmacias de Lisboa, e mais cidades do reino, e no escriptorio da Sociedade, na rua da Prata, 121”. Encontramos também anúncios publicitários ao “Vinho de carne, quina e kola, lacto-phosphatado”, preparado por A. José Santos Viegas da Pharmacia Central, em Coimbra; ao “Vinho Dynamogeno e Reconstituente de Quina, succo de carne, kola, lacto-phosphato de cal, glicerina e casca de laranja amarga”, anunciado como “Analeptico, tonico, nutritivo, estomachico e anti-neurasthenico”; ou à “Quina granulada” e à “Quina ferruginosa, granulada”, de Alfredo da Silva Machado e Emilio Fragoso²⁷⁴⁹. A publicidade aos produtos derivados da quina da *Sociedade Luso-Africana* (designadamente o sulfato de quinina), aparece também no tomo de 1901, pelo que podemos inferir que a *Sociedade Luso-Africana* ainda estava em atividade nesse ano.

Na *Coimbra Médica* encontra-se também um artigo, proveniente da publicação *Union Médicale*, em que se louvam as vantagens de um novo preparado comercial da quina (um extrato granulado) preparado por um farmacêutico parisiense, M. Astier. Alerta-se, no entanto, para a existência de muitas falsificações da “*quina soluvel Astier*”, devido ao “exito consideravel” do medicamento²⁷⁵⁰.

Noutro artigo “Da acção de diversos agentes chimicos e therapeuticos sobre o microbio do carbunculo symptomatico”, aponta-se que o sulfato de quinina (a par de outras substâncias

²⁷⁴⁵ Ibidem.

²⁷⁴⁶ DIAS CHORÃO, J. P. – Contribuição para o Estudo da Gripe (Continuado de pag. 127). **Coimbra Medica**. 11:9 (1891) 131-135, p. 133.

²⁷⁴⁷ MARQUES, Epiphanio – Grippe e Febre Dengue. **Coimbra Medica**. 10:2 (1890) 17-30, p. 29. Segundo Epiphanio Marques, uma vez que não se conhecia o agente infeccioso que provocava a gripe nem o seu modo de ação, o tratamento apenas podia ser sintomático.

²⁷⁴⁸ PREPARADOS pharmaceuticos. **Coimbra Medica**. 3:21 (1883) 331-332, p. 332 (“Perolas de Bromhydrato de Quinina do Dr. Clertan”, e “Perolas de Sulphato de Quinina” vendidas em Paris). Esta publicidade aparece noutras páginas do mesmo ano.

²⁷⁴⁹ Sem paginação, presentes em secções específicas dedicadas à publicidade na publicação *Coimbra Médica*.

²⁷⁵⁰ A QUINA Astier (*Union Médicale*. Paris). **Coimbra Medica**. 10:7 (1890) 115-116, p. 116.

listadas) não destruía a virulência no “carbunculo”²⁷⁵¹. Tratavam-se de dados retirados de investigação estrangeira, por parte de Arloing, Cornevin e Thomas. Em 1885, na secção “Revista de Jornaes” resume-se um artigo de outra publicação que aconselhava o uso conjunto de bromidrato de quinina e de valerianato de cafeína no tratamento da malária, indicando-se que “Ceredo, em vista de experiencias numerosas admite que o bromhydrato de quinina deve ser preferido ao sulphato de quinina”²⁷⁵².

Os produtos derivados da quina são também mencionados numa lista de novos medicamentos (iodosulfato de cinchonina²⁷⁵³) e num artigo sobre incompatibilidades entre determinados medicamentos²⁷⁵⁴.

Refira-se ainda a menção a outros febrífugos para as febres intermitentes – cozimento de limão²⁷⁵⁵, preparados de terebintina²⁷⁵⁶, ou o arsénico²⁷⁵⁷.

A. A. Cortezão, ao descrever a utilização de preparados de terebintina em cerca de 80 casos de febres palustres na sua prática clínica (com conseqüente cura dos doentes), faz várias considerações sobre a quina e a quinina. Assim, afirma que os preparados de quina por vezes não podiam ser usados no paludismo: na “phlogose das vias gástricas”; na “impossibilidade na ingestão (infancia, vomitos pertinazes, delirio ou adynamica das perniciosas)”; no “estado de gestação das doentes” entre outras situações²⁷⁵⁸. Por outro lado, aponta a existência de casos de febre palustre refratários ao tratamento com os preparados de quina e a outros tratamentos “aconselhados pela sciencia”²⁷⁵⁹. Descreve ainda o estudo que efetuara com várias fórmulas compostas com sulfato de quinina (utilizando diferentes excipientes e associações com substâncias “purgativas, calmantes, diureticas, etc.”²⁷⁶⁰). O objetivo fora tentar obviar os inconvenientes detetados no uso das pílulas de sulfato de quinina e extrato de genciana “com ou sem camphora”²⁷⁶¹ descritas no formulário dos Hospitais da Universidade de Coimbra para o tratamento das febres palustres. A fórmula com que tivera melhores resultados continha, além do

²⁷⁵¹ DA ACÇÃO de diversos agentes chimicos e therapeuticos sobre o microbio do carbunculo symptomatico. **Coimbra Medica**. 2:21 (1882) 328-330, p. 329.

²⁷⁵² BROMHYDRATO de quinina e valerianato de cafeina no tratamento da malaria. **Coimbra Medica**. 5:23 (1885) 381.

²⁷⁵³ NOMENCLATURA chimica de alguns productos novos empregados em therapeutica. **Coimbra Medica**. 13:4 (1893) 63-64, p. 63 (refere-se o iodosulfato de cinchonina, geralmente chamado “Antisepto!”).

²⁷⁵⁴ FORMULARIO (Cont. do n.º 1, pag. 15). **Coimbra Medica**. 15:2 (1895) 30 (indica-se que a mistura de clorato de potássio e sódio com carvão e quina ou com salicilato de soda, quina em pó e carvão, eram explosivas).

²⁷⁵⁵ CORTEZÃO, A. A. – Febres intermitentes tratadas pelo cozimento de limão. **Coimbra Medica**. 3:19 (1883b) 294.

²⁷⁵⁶ CORTEZÃO, A. A. – Tratamento das Febres Palustres pela Essencia de Terebinthina. **Coimbra Medica**. 8:18 (1888) 287-291.

²⁷⁵⁷ CID, Annibal Salter de Mendonça e – Estudo sobre o Arsenico. Dissertação para o acto de licenciatura (Continuado de pag. 264). **Coimbra Medica**. 11:18 (1891) 269-277, p. 271 (refere-se a ação preventiva e de tratamento contra as febres intermitentes).

²⁷⁵⁸ CORTEZÃO – Tratamento das Febres Palustres pela Essencia de Terebinthina, p. 287.

²⁷⁵⁹ Ibidem.

²⁷⁶⁰ Ibidem, p. 288.

²⁷⁶¹ Ibidem.

sulfato de quinina, ácido sulfúrico alcoolizado e sabão vegetal. Aponta também como alternativa o uso do sulfato de quinina embrulhado num pouco de papel fino, como uma mortalha de cigarro. Concluiu que a essência de terebintina era tão eficaz a curar as febres palustres como o sulfato de quinina, faltando, no entanto, experimentá-la nas febres perniciosas. Tinha também a vantagem de ser mais fácil de utilizar e mais barata, o que era muito benéfico para os mais pobres e em regiões onde aquelas febres eram endêmicas. Para além disso, nas doses em que a tinha utilizado, a essência de terebintina não tinha sido nociva na gestação nem no fluxo menstrual, ao contrário do sulfato de quinina, que podia por exemplo provocar o aborto.

Annibal Cid menciona a atividade do arsénico nas febres intermitentes, e discorre sobre o seu valor face à quina e seus derivados. Indica assim que existiam médicos que julgavam que o arsénico era melhor do que a quina, designadamente Boudin, que considerava que o arsénico impedia as recidivas das febres intermitentes durante mais tempo e que era melhor profilático do que a quina. No entanto, Annibal Cid aponta que geralmente se considerava “n’estes estados morbidos, a medicação quinica superior á arsenical, como tendo efeitos mais seguros e tendo a grande vantagem de actuar mais rapidamente, o que, sendo indispensavel nas febres perniciosas, é sempre conveniente em qualquer fôrma febril”²⁷⁶². H. Eichhorst considerava que o arsénico estava imediatamente abaixo da quina, mas que era melhor do que as outras substâncias (como a cinchonina e a quinidina) usadas em casos semelhantes. Outros ainda diziam que o arsénico era um veneno e por isso não deveria ser usado, mas, destaca Cid, a quinina era também um veneno à semelhança de muitas substâncias medicamentosas. Annibal Cid aponta que o arsénico deveria ser utilizado sobretudo nas febres que resistiam à ação da quina e que se utilizava particularmente nas febres quartãs; indica também que no tratamento das “nevralgias periodicas” o arsénico era melhor do que a quina. Annibal Cid refere que no tratamento das febres intermitentes se supunha que o arsénico, à semelhança da quina, atuava “como antizymotico, destruindo o fermento organico causador da febre”²⁷⁶³.

Na *Coimbra Médica* encontram-se também alguns artigos sobre a malária²⁷⁶⁴ e o seu

²⁷⁶² CID – Estudo sobre o Arsenico... p. 271.

²⁷⁶³ Ibidem, p. 272.

²⁷⁶⁴ ROCHA, Augusto – Estudos sobre a Malaria. *Coimbra Medica*. 15:3 (1895) 35-38; POIARES – O Parasita da Malaria em Coimbra; ROCHA, Augusto – O Pretenso Hematozoario de Laveran. *Coimbra Medica*. 16:15 (1896) 225-229; POIARES, Virgilio – Etiologia das Sezões. *Coimbra Medica*. 16:32 (1896) 497-502; CHAVES, José Manoel - Febres intermittentes. *Coimbra Medica*. 18:8 (1898a) 124-127; CHAVES, José Manoel - Febres intermittentes. *Coimbra Medica*. 18:9 (1898b) 142-143; CHAVES, José Manoel - Febres intermittentes. *Coimbra Medica*. 18:10 (1898c) 157-159; CHAVES, José Manoel - Febres intermittentes. *Coimbra Medica*. 18:11 (1898d) 172-174; OS ESTUDOS da malaria. *Coimbra Medica*. 18:29 (1898) 484; CRAVAGEM n’o tratamento da malaria. *Coimbra Medica*. 20:25 (1900) 399 (relata o uso da cravagem de centeio no tratamento das “febres malaricas obstinadas com augmento do baço” após resistência ao “quinino” e outros medicamentos); OS MOSQUITOS do impaludismo e o nosso paiz. *Coimbra Medica*. 20:36 (1900) 561-563; BACALHAU, José - O sezonismo em Cirurgia. *Coimbra Médica*. 3 (1956) 533-541 (fala das relações entre a malária e a cirurgia, designadamente por causar danos orgânicos que tinham de ser obviados através de cirurgia); SILVESTRE, António Meliço - Alguns Aspectos do Problema do Impaludismo. *Coimbra Médica*. 5 (1958) 975-987 (inclui uma pequena introdução histórica sobre a malária, e a referência a Pelletier e Caventou pelo isolamento da quinina); PORTO,

tratamento²⁷⁶⁵ ou crônicas²⁷⁶⁶ com referências à quina e à quinina.

Augusto Rocha afirma que “Em toda a nossa Africa o quinino é uma droga de consumo quotidiano, e entra no regimen ordinario, como o café” e que em S. Tomé existia o hábito de “apresentar ás visitas, juntamente com a chavena de café e o calix de vinho do Porto, o frasco com o sulphato [de quinina] e o livrinho de finas mortalhas de cigarro para o embrulhar e ingerir, pelo pittoresco processo vulgarizado pelos marujos”²⁷⁶⁷. Augusto Rocha aponta também, a propósito da malária, que em Portugal não se tinha feito nada “em favor da estatistica demographica, da hygiene publica e privada, da pathologia e do tratamento individual e colectivo”²⁷⁶⁸. Virgílio Poiares, por seu turno, indicava em 1895 que Coimbra era “um ponto singularmente bem collocado para todas as investigações sobre a malaria; em largo raio em torno da cidade o terrivel hematozoario exerce a sua devastação impunemente”²⁷⁶⁹. Aponta também que “o quinino extingue os accessos na infecção palustre” sendo “uma arma segura e commoda para a lucha”, mas que não curava tudo e que “um organismo uma vez infectado pelo hematozoario de Laveran é um organismo lesado para sempre”²⁷⁷⁰.

No artigo “A Antipyrexia Systematica”, A. Lopes Vieira, falando do uso indiscriminado que na altura se fazia dos antipiréticos perante qualquer febre, afirma que “os saes de quinina, reconhecidamente certos na cura das febres de origem palustre, e depois naturalmente ensaiados no tratamento das outras febres” se tinham mostrado “impotentes ou inuteis para debellar as pyrexias [também aqui designadas febres essenciais]”²⁷⁷¹.

Noutra pequena nota publicada em 1898 na *Coimbra Médica* declara-se, a propósito do apoio do governo italiano a Robert Koch na sua missão em Itália para estudar questões relacionadas com a etiologia da malária, colocando à sua disposição os laboratórios de Roma: “Quando, repetimos, se preoccupará o governo portuguez com um assumpto de tanta magnitude?”²⁷⁷².

Em 1899, num artigo descrevendo um caso clínico de caquexia paludosa acompanhada de pneumonia que terminou com a morte do doente, Luiz dos Santos Viégas afirma:

Armando; DONATO, António; HENRIQUES, Pedro - Paludismo Pós-Transfusional. *Coimbra Médica*. 1:1 (1980) 29-31 (onde se relata um caso de paludismo após transfusão sanguínea).

²⁷⁶⁵ MEDICAÇÕES, medicamentos e formulario (*Cont. do n.º 2, pag. 32*). *Coimbra Medica*. 21:3 (1901) 47 (contém recomendações sobre o uso da quinina no tratamento da malária, propugnadas por Ziemann e publicadas na *Revue de Thérapeutique*); ALMEIDA, Lúcio de; TRINCÃO, Mário - Paludismo, suas formas atípicas e tratamento. *Coimbra Médica*. 1 (1934) 611-684; BASTOS ARAÚJO, A., CAMACHO DE FREITAS, L. - Lesões oculares e pigmentação cutâneo-mucosa por antipalúdicos de síntese. Apresentação de um caso. *Coimbra Médica*. 16 (1969) 1033-1044.

²⁷⁶⁶ R., A. - Chronica. *Coimbra Medica*. 16:34 (1896c) 529-532, p. 529-530; R., A. - Chronica (A etiologia do paludismo). *Coimbra Medica*. 20:29 (1900) 449-450.

²⁷⁶⁷ ROCHA - Estudos sobre a Malaria, p. 37.

²⁷⁶⁸ Ibidem, p. 38.

²⁷⁶⁹ POIARES - O Parasita da Malaria em Coimbra, p. 174.

²⁷⁷⁰ Ibidem, p. 175.

²⁷⁷¹ VIEIRA, Lopes - A Antipyrexia Systematica. *Coimbra Medica*. 15:3 (1895) 33-35, p. 33.

²⁷⁷² OS ESTUDOS da malaria, p. 484.

“Todos sabem que o impaludismo impõe a administração dos saes de quinina como medicamento do maior alcance para debellar as crises agudas d’aquella doença. Mas egualmente se sabe que a quinina, de valor tão consideravel n’aquelles casos, é impotente n’os de impaludismo chronico e n’a cachexia paludosa para restituir a saude ao doente”²⁷⁷³.

Não obstante, Luiz dos Santos Viégas indica que no tratamento da caquexia paludosa o uso de preparações de quina eram, a par de outras recomendações, “prescrições auxiliadoras e convenientes”²⁷⁷⁴. Acrescenta ainda que considerava que o sulfato de quinina era o sal de quinina com melhor efeito e que era “n’o dizer dos auctores, o medicamento por excellencia da pneumonia dos paludicos”, tendo ainda “a vantagem, sobre qualquer outro antipyretico, de obstar á eclosão de algum acesso palustre que mais ainda viesse complicar a situação tão grave do doente”²⁷⁷⁵. No tomo de 1899, noutro artigo referente a um caso clínico, Albino Pacheco aponta a existência, em Portugal, de “largas zonas palustres”²⁷⁷⁶.

No tomo de 1900 também se refere a existência de malária às portas de centros populacionais como Coimbra²⁷⁷⁷, bem como nas colónias portuguesas.

Noutro artigo referente à malária, Lúcio de Almeida e Mário Trincão apontam que a malária atingia “um grande número de indivíduos das nossas populações rurais e urbanas”²⁷⁷⁸. Neste artigo os autores falam de várias formas de paludismo: “Paludismo secundário ou de recaída”²⁷⁷⁹, “Paludismo terção benigno”²⁷⁸⁰, “Paludismo quartão”²⁷⁸¹, “Paludismo tropical”²⁷⁸² e “Paludismo larvado”²⁷⁸³. Indicam diversas complicações do paludismo como a febre biliosa hemoglobinúrica (que podia ser espoletada pelo uso da quinina) e apresentam a sintomatologia da malária e o ciclo de vida do parasita causador da malária. Dão indicações de como diagnosticar o paludismo, incluindo diagnósticos diferenciais. Apontam, assim, que era possível diagnosticar o paludismo recorrendo a uma “*prova terapêutica*”²⁷⁸⁴, que podia ser feita utilizando a quinina. A quinina é aqui recomendada na profilaxia e tratamento da malária e de várias das suas complicações, como o paludismo pernicioso, a esplenomegalia, as complicações nervosas ou as complicações broncopulmonares. Os autores destacam que no “período agudo” da malária a quinina era “o medicamento verdadeiramente específico”²⁷⁸⁵. Falam também da existência de resistências à quinina; dos “sais mais ricos em quinina” (“por ordem decrescente, o cloridrato, o

²⁷⁷³ VIÉGAS – Um Caso de Cachexia Paludosa... (1899b), p. 28.

²⁷⁷⁴ Ibidem, p. 29.

²⁷⁷⁵ Ibidem, p. 30.

²⁷⁷⁶ PACHECO – D’enorme hematoma do bacinete renal...p. 394.

²⁷⁷⁷ OS MOSQUITOS do impaludismo e o nosso paiz.

²⁷⁷⁸ ALMEIDA e TRINCÃO – Paludismo, suas formas atípicas e tratamento, p. 684.

²⁷⁷⁹ Ibidem, p. 621.

²⁷⁸⁰ Ibidem, p. 622.

²⁷⁸¹ Ibidem, p. 623.

²⁷⁸² Ibidem.

²⁷⁸³ Ibidem, p. 624.

²⁷⁸⁴ Ibidem, p. 653.

²⁷⁸⁵ Ibidem, p. 660.

formiato, o bromidrato e o sulfato”²⁷⁸⁶), sendo os mais solúveis o cloridrato e formiato neutros de quinina; e os menos solúveis o cloridrato básico e o sulfato de quinina. Apontam também que a febre intermitente podia ser causada por outras afeções diferentes da malária. Este artigo inclui também medidas de combate da malária relacionadas com os mosquitos transmissores da doença, e uma secção sobre uma possível espécie de imunização contra a malária, que os autores designam como “premunição”²⁷⁸⁷. Mencionam a “grande resistência à quinina” do “paludismo quartão”²⁷⁸⁸ e incluem descrições de casos clínicos em que a quinina foi utilizada no tratamento do paludismo e suas complicações.

Noutro artigo, sobre um falso diagnóstico de paludismo, refere-se que o doente tinha tomado *quinino* e outros antimaláricos, provocando-lhe a surdez²⁷⁸⁹.

Num artigo de 1980, relatando um caso clínico de paludismo pós-tranfusional, indica-se que o paludismo já não era uma doença frequente²⁷⁹⁰.

Também se encontram notas sobre artigos estrangeiros relacionados com outros alcaloides da quina (quinidina²⁷⁹¹) e outros antimaláricos (cloroquina²⁷⁹²).

Verifica-se assim que a maioria dos artigos relacionados com a quina e com a quinina publicados na *Coimbra Médica* encontram-se na primeira série desta publicação periódica, série essa que terminou em 1901. Há artigos de investigações originais sobre a quinina – designadamente a de Augusto Rocha, descrevendo a criação de uma fórmula com quinina para injeções hipodérmicas; um estudo sobre sais de quinina por Charles Lepierre; e a publicação de uma análise química de sulfato de quinina de Vicente José de Seiza²⁷⁹³ – um artigo sobre a cultura das quineiras nas antigas colónias portuguesas, e outro que discute e apresenta recomendações para o tratamento das febres intermitentes palustres simples com sais de quinina; fórmulas com quina e quinina para diversas patologias e sintomas; e várias referências em artigos de âmbito mais amplo, designadamente relacionados com a malária, ou com a terapêutica dosimétrica.

²⁷⁸⁶ Ibidem, p. 661.

²⁷⁸⁷ Ibidem, p. 682.

²⁷⁸⁸ Ibidem, p. 612.

²⁷⁸⁹ MONTEIRO, J. Gouveia – Um Diagnóstico de «Paludismo». *Coimbra Médica*. 1 (1954) 838-840.

²⁷⁹⁰ PORTO, DONATO e HENRIQUES – Paludismo Pós-Transfusional, p. 29.

²⁷⁹¹ MESQUITA, Adolfo – O efeito preventivo da efedrina nos acidentes sincopais devidos à quinidina – Liot, Coblenz – «Archives des Maladies du Coeur et des Vaisseaux», nº 12, 134, 1959. *Coimbra Médica*. 7 (1960) 80 (secção Revista das Revistas).

²⁷⁹² CORDEIRO, Robalo – O tratamento a longo prazo da artrite reumatoide com fosfato de cloroquina (Aralen) – Young (J. P.) – «Annals Int. Med.», 51, 1159, 1959. *Coimbra Médica*. 7 (1960) 85; SEVERO, Francisco – A cloroquina no tratamento das «colagenoses» – F. Layani e Ch. Ringenbach – «La Semaine des Hopitaux», nº 17, 1290, 1959. *Coimbra Médica*. 6 (1959) 418 (secção Revista das Revistas).

²⁷⁹³ Esta análise também foi publicada no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* (cf. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. Decima primeira Serie. 3 (1897) 167–168).

3.3.6. *Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos*

Este periódico científico foi criado no seguimento da junção das associações farmacêuticas portuguesas por exigência do regime do Estado Novo, junção essa que originou o aparecimento do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos²⁷⁹⁴.

De entre os diversos assuntos focados neste periódico encontram-se, por exemplo, artigos relativos à farmacopeia portuguesa²⁷⁹⁵, assuntos do âmbito socioprofissional²⁷⁹⁶, ou artigos de âmbito histórico²⁷⁹⁷.

3.3.6.1. Resumos de artigos estrangeiros e outras referências à quina e à quinina

Neste periódico não estão presentes artigos originais dedicados exclusivamente à quina ou à quinina. Não obstante, encontram-se 2 resumos de artigos de publicações estrangeiras ligados à quina e à quinina. É resumido o artigo intitulado “Dosagem dos sais de quinina em presença do

²⁷⁹⁴ ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos** [Em linha]. Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, 2012-2018. [Consult. 12 jul 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://cdfarmaceutica.wixsite.com/cdf-of/jornal-sindicato-nacional-farmaceut>>.

²⁷⁹⁵ MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940a) 32-36; MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. Continuação. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 3-4 (Julho/Agosto, 1940b) 36-37; MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. Continuação. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 5-6 (Setembro/Outubro, 1940c) 30-33; MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. Continuação. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 7-8 (Novembro/Dezembro, 1940d) 37-40; GAMA, Jorge Pereira da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Azul de Metileno. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 9-10 (Janeiro/Fevereiro, 1941a) 32-37; GAMA, Jorge Pereira da - Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Azul de Metileno. (Conclusão). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 11-12 (Março/Abril, 1941b) 62-65; MATTA, Gerardo Rodrigues M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. A Dosagem do Mentol nas Essências de Hortelã-Pimenta. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro, 1941) 58-62; FONSECA, Angelo Queiroz da – Os limites dos sais de cálcio, cloretos e sulfatos, admitidos para o carbonato de magnésio da Farmacopeia Portuguesa de 1936, podem ser diminuídos. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940) 36-38.

²⁷⁹⁶ CARVALHO, Silvina Fontoura de – Ordem dos Farmacêuticos. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. Nºs 9-10 (Janeiro/Fevereiro, 1941) 1-3; O PROBLEMA Corporativo Farmacêutico (Organismo Único). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro 1941) 68-69; ANTE-PROJECTO dos estatutos do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (Ordem dos farmacêuticos). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro 1941) 70-82.

²⁷⁹⁷ ALMEIDA, João António de – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos Sociedade Farmacêutica Lusitana. Perfil histórico da sua vida centenária. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 5-6 (Setembro/Outubro, 1940a) 10-19; ALMEIDA, João António de – O São Miguel e os Santos Cosme e Damião na Vida Associativa dos Farmacêuticos Portugueses. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 7-8 (Novembro/Dezembro, 1940b) 13-19.

azul de metileno”, proveniente de uma publicação brasileira²⁷⁹⁸, e um artigo designado “Determinação dos alcaloides do extrato fluido de quina”²⁷⁹⁹.

Também se encontram referências avulsas à quina, designadamente num artigo sobre incompatibilidades farmacêuticas²⁸⁰⁰. Neste artigo fala-se da incompatibilidade da tintura de quina com a água destilada, porque a adição de água destilada causava a precipitação da tintura, com diminuição do teor alcoólico e conseqüente separação de algumas substâncias que só são solúveis no álcool da graduação utilizada na tintura. José Ferreira do Vale Serrano descreve a realização de alguns ensaios para determinar como eliminar esse precipitado que se formava. Verificou assim que, ao adicionar algumas gotas de soda cáustica “normal”, o precipitado desaparecia e a tintura ficava com “uma magnífica côr vinosa”²⁸⁰¹. Vale Serrano teoriza sobre a causa dessa solubilização, concluindo que deveria ocorrer devido ao “excesso de iões OH⁻ no meio”²⁸⁰². Por outro lado, também era possível obter essa solubilização através do uso de ácidos, e nesse caso esta ocorreria por excesso de iões H⁺. No entanto, aponta, o precipitado desaparecia melhor e mais rapidamente quando a solubilização era feita em meio alcalino. De seguida, o autor determinou as concentrações mínimas de NaOH e de HCl necessárias para solubilizar o precipitado. Vale Serrano destaca que era assim possível utilizar o NaOH para obviar esta incompatibilidade farmacêutica. O autor refere ainda que obtivera resultados semelhantes com, nomeadamente, as tinturas de genciana e de hamamélia, que também formavam precipitados com a junção da água destilada.

Noutro artigo sobre deontologia farmacêutica, é referida a “luta que a Real Junta do Protomedicato teve que travar com os vários produtores de panaceias, como as «Aguas de Inglaterra»”²⁸⁰³. Há também um resumo de um artigo estrangeiro sobre a ação de um dado reagente sobre os alcaloides²⁸⁰⁴, incluindo a quinina.

²⁷⁹⁸ L., A. M. – Dosagem dos sais de quinina em presença do azul de metileno. J. G. Sobrinho An. Soc. Ph. Ch. (S. Paulo), 1, 21 (1938). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940a) 44.

²⁷⁹⁹ DETERMINAÇÃO dos alcaloides do extrato fluido de quina. H. WOJAHN. Deut. Apoth. – Ztg. 54, 783 (1939) apud Am. Ph. Assoc. 6, 271 (1941). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14. (Dezembro, 1941) 63.

²⁸⁰⁰ SERRANO, José Ferreira do Vale – Algumas observações sôbre uma incompatibilidade farmacêutica. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940) 29-31.

²⁸⁰¹ Ibidem, p. 29.

²⁸⁰² Ibidem, p. 30.

²⁸⁰³ CARVALHO, Raul de – Conversas sôbre deontologia farmacêutica. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro, 1941) 17-24, p. 18.

²⁸⁰⁴ L., A. M. – Acção do reagente iodo-cuproso sôbre os alcaloides. M. Peronnet e J. Guenin. J. Ph. Ch. 3, 142 (1940). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 3-4 (Julho/Agosto, 1940b) 39 (refere-se que este reagente produziria uma reacção bastante sensível com o *quinino*).

3.3.7. *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*

Nos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto* não estão presentes artigos exclusivamente dedicados à quina ou à quinina, embora se encontrem algumas referências de detalhe variável à quina e à quinina nalguns artigos desta publicação.

Num artigo do tomo de 1939, A. de Albuquerque faz um pequeno resumo da história da Água de Inglaterra, dizendo que esta fora “talvez a primeira especialidade nacional” e que “durante mais de cento e cinqüenta anos, teve incalculável renome em todo o país e seus domínios”²⁸⁰⁵. Neste resumo o autor menciona legislação variada relativa à Água de Inglaterra. Essa legislação incluía: uma resolução de 14 de Setembro de 1752 que isentava este produto de direitos por 6 anos; uma carta de licença de 1798 que permitia a José Joaquim de Castro preparar e vender a Água de Inglaterra; um aviso da Junta do Proto-Medicato que definia que perante uma receita de Água de Inglaterra se desse o vinho de quina composto descrito na *Pharmacopeia Geral*; um decreto para que a Junta do Proto-Medicato preparasse a Água de Inglaterra necessária para as Armadas Reais e domínios ultramarinos; uma permissão de 1803 para usar o título de Real Fábrica da Água de Inglaterra para o filho de André de Castro; uma provisão de 1810, para que António José de Sousa Pinto pudesse também chamar à sua fábrica Real Fábrica de Água de Inglaterra; um decreto de 1811 para que só José Joaquim de Castro pudesse chamar à sua preparação Água de Inglaterra e à sua fábrica Real Fábrica; e um despacho régio que autorizara José Joaquim de Castro e António José de Sousa Pinto a prepararem e venderem aquele medicamento. Indica também o nome de vários fabricantes desta água, incluindo um farmacêutico militar de Lisboa chamado “Borrvalho”, que durante vários anos teria sido “o único fornecedor dos Hospitais Militares”²⁸⁰⁶.

No tomo 9 (1949), Américo Pires de Lima descreve duas listas de medicamentos requisitados por Alexandre Rodrigues Ferreira: uma lista para a expedição ao Rio da Madeira, que incluía quina em casca (32 libras) e em pó (16 libras), e preparações de quina – Água de Inglaterra (12 garrafas) e o extrato de quina (1 libra) – bem como um “Pilão de madeira para socar quina”²⁸⁰⁷; e uma “«Relação de tudo quanto se faz preciso apromptar para a Expedição Philozofica de Villa Bella para Cuyabá»”²⁸⁰⁸, que incluía também quina em pó (2 libras). Neste artigo, o autor refere ainda várias informações sobre as drogas mencionadas nestas listas, designadamente sobre a quina, indicando que “Ainda hoje passa por medicamento amargo, tónico, adstringente, e

²⁸⁰⁵ ALBUQUERQUE, A. de – Alguns aspectos curiosos da antiga terapêutica. **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 1 (1939) 31–48, p. 44. Este artigo resultou de uma palestra na Faculdade de Farmácia do Porto, realizada em 1939.

²⁸⁰⁶ Ibidem, p. 46.

²⁸⁰⁷ LIMA, Américo Pires de – As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVIII). **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 9 (1949) 5-22, p. 7. Este artigo resultou de uma comunicação realizada no Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, decorrido em 1948 em Madrid.

²⁸⁰⁸ Ibidem.

febrífugo”²⁸⁰⁹. Também fornece informações sobre a Água de Inglaterra – citando nomeadamente a sua receita e descrição na *Pharmacopea Tubalense* – e sobre o extrato de quina apontando: “É de notar a quantidade de quina que, sob várias formas, levava esta expedição. Isto demonstra a frequência das febres nas regiões insalubres que tinham de atravessar, e o bom apetrechamento antissezonático de que podiam dispor”²⁸¹⁰.

No tomo 16 (1956) encontra-se um estudo sobre a adsorção de alcaloides pela argila, tendo-se testado várias soluções de alcaloides, designadamente soluções de cloridrato de quinina neutro²⁸¹¹. Este estudo pretendia ajudar a esclarecer o papel dos alcaloides na troca de catiões entre as raízes das plantas e a argila do solo no âmbito do fenómeno da alimentação radicular das plantas.

No tomo 32 (1972) encontramos também um estudo sobre o inventário de 1770 de uma farmácia conventual, a Botica do Mosteiro de Grijó. Indica-se que a botica possuía drogas e medicamentos avaliados em 201.160 réis “contando-se entre os produtos de preço mais elevado, a Pedra Bazar Oriental, a Quina e o Sene”²⁸¹². O inventário inclui drogas, medicamentos/preparações, “alfaias” (utensílios e objetos vários), e livros. Encontra-se assim quina em pó²⁸¹³, pós para as sezões (“Pós para as cezoens”)²⁸¹⁴ e quina em casca²⁸¹⁵; para além de várias farmacopeias não oficiais portuguesas como a *Pharmacopea Portuense*, a *Pharmacopea Ulyssiponense*, a *Pharmacopea Bateana*, a *Pharmacopea Tubalense*, e a “Farmacopeia de D. Caetano”²⁸¹⁶.

Nos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto* também se encontram referências ao isolamento da cinchonina por Bernardino António Gomes²⁸¹⁷.

²⁸⁰⁹ Ibidem, p. 9.

²⁸¹⁰ Ibidem, p. 10.

²⁸¹¹ CABELLOS, Juan – Estudio sobre el carácter específico de los alcaloides en relación a su adsorción por la arcilla del suelo. *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*. 16 (1956) 75-96.

²⁸¹² SILVA, A. C. Correia da – Inventário de uma botica conventual do século XVIII. *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*. 32 (1972) 43-72, p. 50.

²⁸¹³ Ibidem, p. 56.

²⁸¹⁴ Ibidem, p. 58.

²⁸¹⁵ Ibidem, p. 63.

²⁸¹⁶ Ibidem, p. 64.

²⁸¹⁷ SILVA, A. C. Correia da – Contribution des Portugais a la connaissance des plantes médicinales de pays d’outre mer. Bilan des activités actuelles des pharmaciens portugais dans ce domaine. *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*. 21 (1961) 105-130, p. 117; SILVA, A. C. Correia da – Grandeza e miséria do medicamento. *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*. 22 (1962a) 5-26, p. 16.

3.3.8. *Boletim da Escola de Farmácia (Universidade de Coimbra)*

O *Boletim da Escola de Farmácia* da Universidade de Coimbra iniciou a sua publicação em 1940. A partir do ano de 1959 esta publicação começou a ter duas edições, a edição científica e a edição didática. Esta edição didática foi a continuação da publicação *Notícias Farmacêuticas*, e dedicava-se “exclusivamente à publicação de temas didáticos, de trabalhos de actualização e de interesse para quantos exercem a profissão nas suas diferentes modalidades”²⁸¹⁸. A publicação *Notícias Farmacêuticas* fora iniciada em 1934, através de professores da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. O *Boletim da Escola de Farmácia*, por seu turno, era dedicado “exclusivamente ao registo de trabalhos de investigação científica”²⁸¹⁹. Deste modo, julgou-se mais pertinente a análise desta publicação da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra em detrimento da publicação *Notícias Farmacêuticas* e da sua respetiva continuação, a edição didática do *Boletim da Escola de Farmácia* da Universidade de Coimbra. A publicação *Notícias Farmacêuticas* foi já analisada por João Rui Pita²⁸²⁰.

3.3.8.1. *Artigos originais portugueses*

No *Boletim da Escola de Farmácia* da Universidade de Coimbra encontramos vários artigos dedicados à quina e/ou à quinina.

No 2º volume desta publicação periódica encontramos três artigos dedicados à quina: “Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé”²⁸²¹, “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). I – Alcalóides totais”²⁸²² e “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). II – Quinina”²⁸²³.

Em “Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé”, Aloísio Fernandes Costa discorre sobre os alcaloides da quina (nomeadamente considerações relativas à sua estrutura química), em

²⁸¹⁸ SILVA – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa, p. 127.

²⁸¹⁹ DINIS, José Cipriano Rodrigues – Actividade escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra referente ao ano lectivo de 1944-45. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945a) 308-402, p. 354.

²⁸²⁰ PITA – Artigos de interesse sócio-farmacêutico publicados no «Notícias Farmacêuticas»...; PITA, João Rui – O Notícias Farmacêuticas e o retrato da profissão farmacêutica em Portugal. A propósito do conteúdo desta publicação veja-se ainda PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Ciência e Império: Alimentos, Medicamentos e Venenos no Periódico *Notícias Farmacêuticas* (1930-1950). In DIOGO, Maria Paula; AMARAL, Isabel Maria (Eds.) – **A outra face do Império: Ciência, tecnologia e Medicina (Sécs. XIX e XX)**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. ISBN 978-989-689-288-3. p. 49-63.

²⁸²¹ COSTA, Aloísio J. C. Fernandes – Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé. **Boletim da Escola de Farmácia**. 2 (1941-1942) 1-17.

²⁸²² VALE, José B. Cardoso do – Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). I – Alcalóides totais. **Boletim da Escola de Farmácia**. 2 (1941-1942a) 111-121.

²⁸²³ VALE, José B. Cardoso do – Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). II – Quinina. **Boletim da Escola de Farmácia**. 2 (1941-1942b) 122-126.

particular sobre a quinina, cinchonina, quinidina e cinchonidina (alcaloides cristalizáveis); sobre métodos de extração e doseamento dos alcaloides totais; e sobre métodos de doseamento dos alcaloides cristalizáveis. Apresenta ainda os resultados de várias análises de amostras de quina são-tomenses oferecidas por roceiros de S. Tomé. Indica que, de entre as espécies conhecidas do género *Cinchona*, poucas tinham valor relativamente ao teor de quinina, e que a mais “interessante” era a “*C. Ledgeriana Moens*”²⁸²⁴, que era consequentemente a única cultivada para extração industrial da quinina. Segundo A. F. Costa, aquela espécie chegava a possuir 13,5 % de quinina. Mas, como se desenvolvia lentamente, e necessitava de condições particulares quanto ao terreno e condições climáticas, estava a ser vantajosamente substituída por híbridos com a *Cinchona succirubra*, ou a ser enxertada sobre a *C. succirubra*, obtendo-se exemplares com mais vigor e desenvolvimento mais rápido, bem como com maior quantidade de casca, o que compensava a menor percentagem de quinina. Aponta também que espécies como a *Cinchona succirubra*, a *Cinchona robusta* e, numa menor extensão, a *Cinchona officinalis*, só eram cultivadas com vista à obtenção de cascas de quina para aprovisionamento das farmácias, e que estas espécies tinham geralmente uma quantidade pequena de quinina. A. F. Costa indica a preferência pelos métodos mistos para extração dos alcaloides totais, que consistiam num tratamento inicial com um ácido mineral diluído (ácido clorídrico), alcalinização posterior do meio e depois o esgotamento. Discute as vantagens e defeitos de vários dissolventes (e suas misturas) e de agentes de precipitação dos alcaloides da quina. A. F. Costa indica o método de extração e doseamento dos alcaloides totais, o método de doseamento dos alcaloides cristalizáveis, e o método de cálculo da percentagem dos alcaloides amorfos que utilizou nas análises descritas neste artigo. As cascas analisadas pertenciam a várias espécies diferentes do género *Cinchona*: *C. succirubra* (8 amostras), *C. híbrida* (2 amostras), *C. Ledgeriana* (1 amostra), *C. calisaya* (5 amostras), e uma espécie que A. F. Costa denominava *C. calisaya* híbrido (6 amostras). Não obstante, A. F. Costa ressalva que esta classificação botânica, indicada pelos proprietários de S. Tomé, poderia não estar correta, já que as espécies de *Cinchona* facilmente formavam híbridos umas com as outras. A amostra com maior percentagem de quinina tinha 4,44%. A. F. Costa aponta que estas amostras eram provavelmente provenientes de árvores antigas (“cinqüentenárias, decerto, das plantadas no período de intensa cultura, em S. Tomé”²⁸²⁵) sendo que havia sido verificado por Moens que, após o 8º ou 9º ano, a percentagem de alcaloides na casca de quina começava a diminuir. Conclui que as quinas cultivadas em S. Tomé não teriam valor apreciável para uso na indústria de produção de sais de quinina e, no máximo, poderiam ser usadas “para preparar substitutos destinados às classes pobres vencidas pela malária, – as totaquinas”²⁸²⁶. Para A. F. Costa aqueles resultados não eram surpreendentes, dadas as

²⁸²⁴ COSTA – Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé, p. 2.

²⁸²⁵ Ibidem, p. 15.

²⁸²⁶ Ibidem, p. 16.

circunstâncias em que o cultivo em S. Tomé se tinha iniciado, sem tomarmos como exemplo a “sólida base científica” em que os holandeses e ingleses se tinham apoiado²⁸²⁷.

No artigo “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). I – Alcalóides totais”, J. B. Cardoso do Vale afirma ter verificado, através da sua colaboração nas aulas práticas da cadeira de Farmacognosia, que os métodos de doseamento dos alcalóides totais e de doseamento da quinina nas quinas indicados pela *Farmacopeia Portuguesa* tinham algumas deficiências, comprovadas no estudo “Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé”, feito por Aloísio Fernandes Costa, e publicado nesta mesma revista. Cardoso do Vale fala sobre os métodos de doseamento de alcalóides totais nas quinas, mencionando também a preferência dos investigadores pelos métodos mistos. Nesses métodos usava-se o clorofórmio, ou uma mistura de clorofórmio e éter em diferentes percentagens, como dissolvente dos alcalóides. Cardoso do Vale concordava com vários autores que consideravam que as misturas de éter e clorofórmio não tinham vantagens técnicas. Considerava, no entanto, que tal tinha de ser confirmado pela determinação dos coeficientes de solubilidade dos alcalóides, nas diferentes misturas de éter e clorofórmio, cujos valores não encontrara na ampla bibliografia que consultara. Deste modo, o autor determinou os coeficientes de solubilidade dos alcalóides “no éter, no clorofórmio e em duas misturas de éter e clorofórmio”²⁸²⁸, em particular os coeficientes de solubilidade da cinchonina e da cinchonidina (os alcalóides cristalizáveis que eram menos solúveis no éter). O autor indica a técnica usada para a determinação dos ditos coeficientes. Compara também experimentalmente vários métodos de doseamento de alcalóides totais das quinas (explicando resumidamente em que consistia cada um deles), com o objetivo de contribuir para a revisão futura da farmacopeia oficial portuguesa. Concluiu: que de facto não existia vantagem na utilização de misturas de éter e clorofórmio; que pela técnica da *Farmacopeia Portuguesa* se formavam emulsões que frequentemente não desapareciam após o repouso aconselhado de 24 horas, atrasando o doseamento; que era aconselhável realizar uma lavagem com água do extrato éter-clorofórmico com os alcalóides totais, que se obtinha pelo processo da farmacopeia portuguesa, após purificação por renovamento; que a técnica recomendada pela farmacopeia oficial portuguesa assegurava uma boa extração dos alcalóides totais da quina; que o erro por excesso no cálculo dessa percentagem de alcalóides totais, através do processo que a farmacopeia indicava, era provavelmente devido à presença de resinas nas quinas de S. Tomé (que não tinham sido eliminadas pelas purificações recomendadas); e que o método de Monnet era recomendável para o doseamento dos alcalóides totais da quina por alcalinimetria, uma vez que era exato, económico e rápido.

Noutro artigo deste volume, “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). II – Quinina”, J. B. Cardoso do Vale discute as limitações, e resume o método de doseamento preconizado pela *Farmacopeia Portuguesa* para

²⁸²⁷ Ibidem.

²⁸²⁸ VALE – Dosagem dos alcalóides das quinas...(1941-1942a), p. 113.

o doseamento da quinina. Apresenta os resultados de várias análises que efetuou, com vista a avaliar o método descrito na *Farmacopeia Portuguesa*, e concluiu que a técnica indicada pela *Farmacopeia Portuguesa* para o doseamento da quinina era imprecisa. Além disso, mesmo com algumas correções ao método efetuadas pelo autor, mantinha-se algum erro. Cardoso do Vale sugeria que, na próxima edição da obra, se omitisse o doseamento da quinina, como ocorria com as Farmacopeias de vários países, que apenas indicavam o doseamento dos alcaloides totais. Essa omissão do método de doseamento da quinina ocorria, segundo J. B. Cardoso do Vale, porque a percentagem de alcaloides totais era o valor que mais interessava no estudo do rendimento em alcaloides das preparações galénicas²⁸²⁹, que praticamente já só eram prescritas como tónicos amargos e analépticos. Para Cardoso do Vale, a próxima edição da *Farmacopeia Portuguesa* deveria incluir um método de doseamento de alcaloides totais com resultados exatos, uma técnica barata e de fácil execução e, talvez, uma percentagem mínima de alcaloides totais superior.

No tomo de 1946-1947 encontramos mais 2 artigos dedicados à quina e/ou quinina, um deles relacionado com a cultura da quina em S. Tomé e sua possível rentabilização²⁸³⁰, e outro relacionado com a terapêutica antimalárica²⁸³¹.

No artigo “Sobre o aproveitamento das quineiras de S. Tomé”, J. Souto Teixeira inclui algumas notas históricas sobre a cultura da quina e a produção de sais de quinina portugueses. Indica assim que, embora se tivessem cultivado com sucesso quineiras em várias regiões ultramarinas portuguesas, só em São Tomé é que a cultura da quina se tinha desenvolvido numa escala apreciável, “sob esperançosos auspícios”, transformando-se depois “numa cultura pobre, pouco tentadora para o agricultor, dado o maior valor económico da cultura do café e do cacau”²⁸³². Aponta que, em várias ocasiões, designadamente quando houvera falta de sais de quinina no comércio durante as guerras mundiais, algumas pessoas tinham instado as entidades competentes para que se iniciassem trabalhos de aperfeiçoamento da cultura da quina, com a respetiva assistência técnica aos agricultores. O objetivo era a melhoria progressiva da qualidade da matéria-prima, e torná-la rentável para a manutenção da produção industrial de sais de quinina portugueses. Indica também que a indústria dos sais de quinina teve algum desenvolvimento em Portugal, mas que desaparecera no final da guerra de 1914-1918. Uma das causas fora o diminuto teor de quinina das cascas de quina de São Tomé, o que obrigara os fabricantes a procurar cascas das Índias Holandesas (com maior riqueza em quinina), mas que eram demasiado caras como matéria-prima, face aos preços dos sais de quinina. Para o autor, as cascas de quina de São Tomé eram “um razoável produto para a confecção de formas farmacêuticas como sejam os extractos,

²⁸²⁹ Presumimos aqui que o autor se referia a preparações galénicas com quina embora a designação utilizada seja apenas de preparações galénicas. cf. VALE – Dosagem dos alcalóides das quinas...(1941-1942b), p. 126.

²⁸³⁰ TEIXEIRA, J. Souto – Sobre o aproveitamento das quineiras de S. Tomé. **Boletim da Escola de Farmácia**. 6-7 (1946-1947) 62-79.

²⁸³¹ SOUSA, Mário Tavares de – Quinina e atebriana. **Boletim da Escola de Farmácia**. 6-7 (1946-1947) 346-354.

²⁸³² TEIXEIRA – Sobre o aproveitamento das quineiras de S. Tomé, p. 62.

as tinturas, os vinhos quinados, etc.”, podendo ser classificadas “como boas «cascas farmacêuticas»”²⁸³³. A produção anual de cascas de quina de São Tomé ultrapassava ainda as 50 toneladas, sendo que o excesso de produção era por vezes difícil de vender no estrangeiro, e era vendido a baixo preço. Souto Teixeira expõe as razões que justificavam a possibilidade de se preparar totaquina a partir das cascas de São Tomé, obtendo assim “o aproveitamento total das nossas quinas, sob o aspecto económico e até nacional”²⁸³⁴ e, simultaneamente, o aperfeiçoamento da cultura da quina em São Tomé, com uma seleção adequada das espécies cultivadas. Afirma também que se deveria tentar retomar a produção portuguesa de sais de quinina, pois estes estavam a ser vendidos a preços mais elevados naquela altura, o que compensaria a baixa percentagem de quinina das cascas de quina são-tomenses e, a longo prazo, poder-se-ia melhorar a qualidade das cascas de quina. Este artigo inclui resultados da análise química de diversos lotes de casca de quina vinda de São Tomé (correspondentes à produção do ano de 1943 – 53 295 quilos – sendo uma pequena parte destinada ao mercado nacional e o resto para Inglaterra, e lotes de amostras do ano de 1944), e de algumas amostras de Santo Antão (Cabo Verde). Inclui também dados sobre a respetiva produção de casca de quina em São Tomé durante o ano de 1943. O autor indica que pretendia estudar as características do quínio (uma preparação com quina descrita na *Pharmacopêa Portuguesa*) após purificação, em comparação com as características da totaquina, bem como contribuir para a utilização industrial das cascas de quina são-tomenses utilizando um dissolvente barato e nacional. Para tal preparou o quínio a partir de um lote feito com amostras de cascas de quina vindas de diferentes roças em São Tomé, no qual fizera uma análise química prévia. O quínio foi depois também analisado quimicamente, purificado e novamente sujeito a análise química. Na segunda análise já apresentava as características definidas para a totaquina pela Secção de Higiene da Sociedade das Nações (à exceção de um teor de quinina ligeiramente inferior – 14,7 % em vez de 15 %). O autor indica que o consumo anual de sulfato de *quinino* em Portugal era de cerca de 1500 quilos. Souto Teixeira sugeria o estabelecimento da indústria mesmo em São Tomé, para evitar os custos do transporte da matéria-prima para Portugal continental, e obter assim um produto final mais barato. Souto Teixeira analisou também dois produtos comerciais com alcaloides da quina. Por fim, o artigo inclui um relatório dos Serviços Anti-sezonáticos da Direção Geral de Saúde com um pequeno ensaio clínico com comprimidos de totaquina (preparados por J. Souto Teixeira) em doentes portugueses. Os comprimidos tinham sido entregues ao Chefe dos Serviços Anti-sezonáticos, Dr. Fausto Landeiro. Nos 5 doentes tratados a totaquina teve ação clara sobre a febre, a esplenomegalia e os parasitas, não se tendo observado sintomas de toxicidade.

O artigo “Quinina e atebrina”, de Mário Tavares de Sousa, inclui uma pequena introdução sobre a importância da malária e da quinina, bem como algumas informações sobre o modo de atuação da quinina e da atebrina, e das suas consequentes limitações terapêuticas. Assim, o autor

²⁸³³ Ibidem, p. 64.

²⁸³⁴ Ibidem.

aponta que, embora a quinina e a atebrina pudessem impedir os acessos febris, não eliminavam a infeção e, após suspensão da sua administração, a infeção podia manifestar-se novamente. Para além disso, não evitavam a propagação da doença. Mário Tavares de Sousa apresenta depois três histórias clínicas em que os doentes (todas crianças) foram diagnosticados com malária (embora só num dos casos se tenham encontrado hematozoários, especificamente *Plasmodium vivax*). Em todos os casos aplicou-se a quinina (designadamente sob a forma de vários sais), sem o sucesso terapêutico pretendido²⁸³⁵ e, posteriormente, a atebrina, que tratara aparentemente os três casos de paludismo. Este artigo inclui também apontamentos históricos sobre a descoberta de vários antimaláricos sintéticos: plasmocina, atebrina, cloroquina, paludrina, e um composto designado S.N. 13276²⁸³⁶. O autor apelida também a quinina de “droga maravilhosa”²⁸³⁷.

3.3.8.2. Outras referências à quina e à quinina

Encontram-se também referências à quina e à quinina em artigos de âmbito mais geral.

No tomo 3 (1943), o artigo “Chaves dicotómicas para a identificação dos simples de origem vegetal e animal da Farmacopeia Portuguesa” inclui a chave dicotómica para identificação da casca de quina amarela e de quina vermelha²⁸³⁸. Também o relatório da Escola de Farmácia correspondente ao ano letivo 1941-1942 se refere à quina, indicando-se que, no âmbito das chamadas “Lições de Interesse Colonial”, uma das lições fora intitulada “A cultura das quininas”²⁸³⁹, e dada por Aloísio Fernandes Costa em 1941. Neste relatório são também referidos: sob o título “Conferências e lições”, uma outra comunicação intitulada “O problema da Quina e seus derivados”, realizada em 1939 pelo Professor Guilherme de Barros e Cunha²⁸⁴⁰; a publicação de vários trabalhos sobre as quininas pelo Professor Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa – “Do valor alcalóidico das quininas de S. Tomé” (trabalho subsidiado pelo “Fundo Sá Pinto”) e “Introdução da cultura das quininas nas nossas Províncias Ultramarinas e a participação dos portugueses no seu estudo químico” (comunicação efetuada no âmbito do Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa decorrido em Coimbra, em 1940); uma lição de Aloísio Fernandes Costa designada “Sobre a dosagem dos alcalóides de plantas coloniais (proferida em

²⁸³⁵ Também foram usados outros medicamentos em 2 dos casos clínicos, designadamente Pentarsal, plasmocina (no 2º caso clínico exposto) e cibazol (no 3º caso clínico).

²⁸³⁶ Este composto era a pentaquina (PULLMAN T. N., ALVING A. S. – Pentaquine (SN-13,276) a new antimalarial effective in reducing the relapse rate of vivax malaria. **Proceedings [of the] annual meeting. Central Society for Clinical Research (U.S.)**. 19 (1946) 83).

²⁸³⁷ SOUSA – Quinina e atebrina, p. 346.

²⁸³⁸ COSTA, Aloísio José de Carvalho Fernandes; VALE, José Baeta Cardoso do – Chaves dicotómicas para a identificação dos simples de origem vegetal e animal da Farmacopeia Portuguesa. **Boletim da Escola de Farmácia**. 3 (1943) 67-137, p. 80, 130.

²⁸³⁹ DINIZ, José Cypriano Rodrigues – Relatório enviado pelo Director da Escola de Farmácia ao Ex.^{mo} Reitor da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1941-1942. **Boletim da Escola de Farmácia**. 3 (1943) 213- 251, p. 231 e 243.

²⁸⁴⁰ Ibidem, p. 241.

1940)²⁸⁴¹; um trabalho que estava em curso intitulado “Cozimento de quina” do Professor Francisco de Sousa Inês²⁸⁴²; e os trabalhos publicados pelo licenciado José Baeta Cardoso do Vale neste mesmo *Boletim da Escola de Farmácia*, sobre a dosagem dos alcaloides das quininas (alcaloides totais e quinina)²⁸⁴³.

No tomo 4 (1944) encontram-se referências à quinina no relatório atinente ao ano letivo de 1942-1943. A propósito do Laboratório de Farmacognosia, indica-se que se tinha pedido a José Cardoso do Vale para fazer análises de “algumas drogas do comércio” particularmente sais de quinina e essências²⁸⁴⁴. Refere-se que no Laboratório de Química Farmacêutica da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra se tinham feito várias análises particulares, designadamente de “cêrca de dez productos rotulados de diversos sais de quinina, tendo alguns dado resultados positivos, e outros acusado perigosas falsificações”, e ainda 18 outras análises de sais de quinina (cloridrato, sulfato e cloridrossulfato)²⁸⁴⁵. Nesse laboratório estava também a ser estudada uma planta utilizada como antimalárico nalguns locais do país, após pedido de um médico que utilizava essa planta “com resultados satisfatórios na falta de sais de quinina”²⁸⁴⁶. Refere-se ainda que no Laboratório de Criptogamia e Fermentações, o licenciado Luís Duarte Rodrigues tinha feito cerca de 10 ensaios “sôbre sais de quinina (cloridrato, sulfato, bromidrato e valerianato de quinina)”²⁸⁴⁷ verificando que muitos dos produtos (“em pó, comprimidos e hóstias”) eram puros, e outros falsificados. As falsificações incluíam redução do teor de alcaloides e associação de sais mais baratos. Estas análises tinham sido feitas “a título gratuito para as Farmácias Vasco & Costa, de Soure; Pavia, de Pombal; Santos Viegas, de Coimbra; uma drogaria da Figueira da Foz, etc.”²⁸⁴⁸. O diretor aponta que as solicitações de análises de sais de quinina aos laboratórios da Escola mostravam “a sua carência no mercado, em virtude do estado de guerra, e a conseqüente actividade dos falsificadores”²⁸⁴⁹, revelando a necessidade de criar o Laboratório Nacional de Verificação de Medicamentos. Aponta que, se a cultura das quininas e a indústria de extração de alcaloides tivessem sido criadas com critérios científicos, talvez não se vissem em Portugal estas falsificações frequentes.

No tomo 5 (1945) encontram-se referências à quina no relatório do ano letivo 1943-1944. Refere-se assim que no Laboratório de Farmacognosia tinham sido realizadas em Março análises gratuitas de vários extratos de casca de quina, “preparados por um colono de S. Tomé, com o fim de obter um produto semelhante à *Totaquina*”, mas que os resultados tinham sido “precários”²⁸⁵⁰.

²⁸⁴¹ Ibidem, p. 243.

²⁸⁴² Ibidem, p. 244.

²⁸⁴³ Ibidem.

²⁸⁴⁴ DINIZ, José Cypriano Rodrigues – Vida Escolar. Relatório da Escola de Farmácia referente ao Ano Escolar de 1942-43. *Boletim da Escola de Farmácia*. 4 (1944) 351-386, p. 355.

²⁸⁴⁵ Ibidem, p. 356.

²⁸⁴⁶ Ibidem.

²⁸⁴⁷ Ibidem, p. 356-357.

²⁸⁴⁸ Ibidem, p. 357.

²⁸⁴⁹ Ibidem, p. 358.

²⁸⁵⁰ DINIS, José Cypriano Rodrigues – Vida Escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia referente ao ano escolar de 1943-44. *Boletim da Escola de Farmácia*. 5 (1945b) 239-300, p. 245.

Na secção sobre investigação científica indica-se: que Aloísio Fernandes Costa publicara um trabalho intitulado “O problema das quinas” (encontra-se na categoria de “Temas didácticos”)²⁸⁵¹, e proferira no VI Curso de Férias a lição “A dosagem individual dos alcalóides das plantas”²⁸⁵²; e que a licenciada D. Maria Cornélia Teles Grilo do Amaral Espinha efetuara, no âmbito do VI Curso de Férias, em 1944, o trabalho de laboratório “Análise de sais de quinina: sua identificação e dosagem em algumas formas farmacêuticas. Identificação e dosagem de sulfamidas. Caracterização de comprimidos de sulfonamidas”²⁸⁵³. No artigo “Separatas de Notícias Farmacêuticas” indica-se que fora publicado em 1940-41 nas separatas da publicação *Notícias Farmacêuticas*: o artigo “Valor alcalóidico das quinas de S. Tomé”, por Aloísio Fernandes Costa²⁸⁵⁴; e “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sobre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). I – Alcalóides Totais” e “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sobre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). II – Quinina” por José Baeta Cardoso do Vale. No artigo “Separatas do Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra” menciona-se também que aí foram publicados, em 1941-42: o artigo “Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé” por Aloísio Fernandes Costa, “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sobre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). – I Alcalóides Totais”²⁸⁵⁵ e “Dosagem dos alcalóides das quinas (Sobre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936) – II Quinina” por J. B. Cardoso do Vale²⁸⁵⁶. Neste tomo encontra-se também uma lista de lições de interesse colonial, que tinham sido ministradas na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra entre 1939 e 1945, incluindo, em 1939, por Guilherme de Barros e Cunha “O problema da quina e seus derivados”, e, em 1941, por Aloísio Fernandes Costa “A cultura das quinas”²⁸⁵⁷. Também no relatório do ano letivo 1944-1945 se refere que tinham sido realizadas análises de sais de quinina no Laboratório de Farmacognosia a pedido de farmacêuticos²⁸⁵⁸, e que também no Laboratório de Química Farmacêutica se tinham analisado alguns medicamentos dos quais “elevada percentagem de sais de quinina, muitos deles com falsificações diversas”²⁸⁵⁹. Referem-se também as análises feitas em 1940 por Aloísio Fernandes Costa e Cardoso do Vale de “vários lotes de quinas enviadas por alguns roceiros de S. Tomé”²⁸⁶⁰.

²⁸⁵¹ Ibidem, p. 282.

²⁸⁵² Ibidem, p. 283.

²⁸⁵³ Ibidem, p. 286. Este trabalho é referido novamente no relatório do ano letivo seguinte – cf. DINIS – Actividade escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra referente ao ano lectivo de 1944-45 (1945a), p. 379.

²⁸⁵⁴ SEPARATAS de Notícias Farmacêuticas. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945) 301-306; 403, p. 303.

²⁸⁵⁵ SEPARATAS do Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945) 306-307, 404, p. 306.

²⁸⁵⁶ Ibidem, p. 307.

²⁸⁵⁷ LIÇÕES de Interesse Colonial realizadas na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945) 405-407, p. 405.

²⁸⁵⁸ DINIS – Actividade escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra referente ao ano lectivo de 1944-45 (1945a), p. 318.

²⁸⁵⁹ Ibidem, p. 319.

²⁸⁶⁰ Ibidem, p. 358.

Indica-se também que Aloísio Fernandes Costa publicara “O Problema das quinas” (1944)²⁸⁶¹ e que fora responsável pelo trabalho prático “Dosagem da quinina na quina pelo método colorimétrico de Sanchez”²⁸⁶² no VII Curso de Férias, decorrido em 1945.

No tomo 18 (1958) encontramos outras referências à quina e à quinina. No artigo “Pesquisa de vitaminas hidrossolúveis em especialidades farmacêuticas (Método de cromatografia em papel)”, são analisadas várias especialidades farmacêuticas, entre as quais a poção “Tónico Asclepius”, dos Laboratórios Asclepius, que continha 0,25 mg de tintura de quina em 100 ml de produto²⁸⁶³. No artigo “Pesquisa de alcalóides em pomadas oftálmicas (Método de cromatografia em papel)”, uma das pomadas analisadas, a “Tracoquina a 4 %”, do Laboratório Saúde, Ltd., continha 4 g de sulfato neutro de quinínio por 100 g de pomada²⁸⁶⁴. Por último, no artigo “Identificação de medicamentos anti-gripais em especialidades farmacêuticas, por cromatografia em papel”, uma das especialidades farmacêuticas ensaiadas, os comprimidos Destara, com origem na Medicamenta, S.A.R.L. continham sulfato de quinina na sua composição (50 mg por comprimido)²⁸⁶⁵. O estudo pretendia separar e identificar os constituintes/medicamentos antigripais que mais frequentemente faziam parte da composição de especialidades farmacêuticas utilizadas para tratar “estados gripais, febris e reumáticos, nevralgias, cefaleias e tosses”²⁸⁶⁶, utilizando cromatografia em papel nesta análise qualitativa. Um desses constituintes/medicamentos antigripais frequentemente usados era a quinina (o grupo de medicamentos antigripais incluía também, por exemplo, o ácido acetilsalicílico, a cafeína, ou o ácido ascórbico). Desta forma, uma das “Soluções-Testemunho” era uma solução alcoólica saturada de sulfato de quinina²⁸⁶⁷. O ensaio efetuado determinou que os comprimidos Destara possuíam de facto o sulfato de quinina na sua composição.

No tomo 23, o artigo “Análise de algumas tinturas da farmacopeia portuguesa” contém métodos de análise de 12 tinturas da *Farmacopeia Portuguesa*, incluindo a tintura de quina²⁸⁶⁸. Este trabalho fora apresentado nos Cursos Práticos do *Centro de Estudos Biogalénicos da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra* e também nas *I Jornadas Farmacêuticas Portuguesas*

²⁸⁶¹ Ibidem, p. 374. Esta publicação já fora anunciada no relatório do ano letivo anterior – cf. DINIS – Vida Escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia referente ao ano escolar de 1943-44 (1945b), p. 282.

²⁸⁶² DINIS – Actividade escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra referente ao ano lectivo de 1944-45 (1945a), p. 376.

²⁸⁶³ SANTOS, Maria Serpa dos – Pesquisa de vitaminas hidrossolúveis em especialidades farmacêuticas (Método de cromatografia em papel). **Boletim da Escola de Farmácia**. 18 (1958) 103-129, p. 126. Este trabalho laboratorial foi apresentado no *I Curso Prático de Cromatografia em Papel*, decorrido no *Centro de Estudos Bio-Galénicos da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra*.

²⁸⁶⁴ VALE, J. B. Cardoso do – Pesquisa de alcalóides em pomadas oftálmicas (Método de cromatografia em papel). **Boletim da Escola de Farmácia**. 18 (1958) 153-162, p. 155. Este trabalho também foi apresentado no *I Curso Prático de Cromatografia em Papel*.

²⁸⁶⁵ BRÓJO, António Pinho de – Identificação de medicamentos anti-gripais em especialidades farmacêuticas, por cromatografia em papel. **Boletim da Escola de Farmácia**. 18 (1958) 163-198, p. 183. Este trabalho também foi apresentado no *I Curso Prático de Cromatografia em Papel*.

²⁸⁶⁶ Ibidem, p. 163.

²⁸⁶⁷ Ibidem, p. 169.

²⁸⁶⁸ VALE, José Cardoso do – Análise de algumas tinturas da farmacopeia portuguesa. **Boletim da Escola de Farmácia. Edição científica**. 23 (1963) 177-192.

decorridas no Porto em 1962. O artigo já fora publicado em 1962 na *Revista Portuguesa de Farmácia*²⁸⁶⁹.

No artigo “Principais características da indústria das drogas medicamentosas” (tomo 25), encontramos algumas referências à quinina no âmbito da história da indústria farmacêutica²⁸⁷⁰. O autor, Luís da Silva Carvalho, aponta também que a quinina e outros fármacos poderiam nunca ter sido aprovados para uso humano se tivessem surgido no “ambiente presente e com as regulamentações actualmente vigentes nos países mais progressivos na matéria”²⁸⁷¹. Salienta-se que os cães eram muito sensíveis à quinina, pelo que a experimentação da quinina em cães, e o facto de existirem drogas com o mesmo efeito, certamente teria levado a que não se passasse para a experimentação clínica²⁸⁷². Refere-se assim a necessidade de reconhecer que a experimentação prévia em animais (embora muito valiosa para avaliação da eficácia medicamentosa e indispensável na atualidade), não permitia prever exatamente a ação no homem, pelo que poderia fazer com que alguns medicamentos potencialmente úteis não fossem descobertos. Ressalva-se assim que no passado muitos medicamentos de valor, entre os quais o antimalárico quinina²⁸⁷³, tinham sido descobertos pelo efeito que tinham no homem, e não pela sua atividade em animais de laboratório. Refere-se também que antimaláricos como a cloroquina tinham substituído a quinina, mas que o aparecimento de resistências a esses antimaláricos condicionara a diminuição do seu interesse terapêutico, e, conseqüentemente, uma certa recuperação da posição da quinina, por manter “íntegro o seu poder antimalárico primitivo”²⁸⁷⁴.

No tomo 27, o artigo “Conservação e estabilidade dos medicamentos, problemas de Farmácia de Oficina e Hospitalar” inclui uma tabela relativa a prazos de validade propostos para vários medicamentos, designadamente de um injetável de quinina (6 meses de validade²⁸⁷⁵); listas de substâncias que deviam ser conservadas ao abrigo da luz e guardadas em recipientes de vidro corado, entre as quais brometo de cinchonidina, acetato de quinínio, alcaloides e os seus sais; listas de substâncias higroscópicas, designadamente, citrato de ferro e de quinina; listas de substâncias eflorescentes entre as quais a quinina, sulfato de cinchonidínio, brometo de quinínio, quinidina, cloreto de *quinino*, bissulfito de quinina, santoniata de quinina, e sulfato de quinínio (básico e neutro). A. Pinho de Brójo, autor do artigo, indica que estas tabelas e listas eram “uma concretização e ampliação” duma proposta do colega Marques Leal²⁸⁷⁶.

²⁸⁶⁹ VALE, José Cardoso do – Análise de Algumas Tinturas da Farmacopeia Portuguesa. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XII:4 (Outubro-Dezembro) (1962) 449-464. A nota mais desenvolvida deste artigo encontra-se na secção sobre a *Revista Portuguesa de Farmácia*.

²⁸⁷⁰ CARVALHO, Luís da Silva – Principais características da indústria das drogas medicamentosas. **Boletim da Escola de Farmácia. Edição científica**. 25 (1965) 118-197, p. 119.

²⁸⁷¹ *Ibidem*, p. 175.

²⁸⁷² *Ibidem*, p. 175-176.

²⁸⁷³ *Ibidem*, p. 176.

²⁸⁷⁴ *Ibidem*, p. 183.

²⁸⁷⁵ BRÓJO, A. Pinho de – Conservação e estabilidade dos medicamentos, problemas de Farmácia de Oficina e Hospitalar. **Boletim da Escola de Farmácia. Edição científica**. 27 (1967) 133-159, p. 139.

²⁸⁷⁶ *Ibidem*, p. 138.

Desta forma, verifica-se que no *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra* se encontram vários artigos referentes à quina e à quinina. Estão assim presentes estudos sobre métodos de doseamento da quinina e dos alcaloides totais da quina, nomeadamente dos métodos preconizados pela *Farmacopeia Portuguesa*; artigos com os resultados de análises químicas de amostras de quina vindas de São Tomé, tendentes a verificar o seu teor de alcaloides, e conseqüente valor comercial numa possível indústria farmacêutica que as utilizasse para produção de medicamentos (como a totaquina); ou um estudo clínico da ação de comprimidos de totaquina preparados a partir de amostras de quina são-tomenses. Adicionalmente, estão presentes artigos sobre análises de medicamentos em que se testaram, entre outras especialidades farmacêuticas, medicamentos com quina ou quinina. É assim possível verificar que existiu no mercado português pelo menos um medicamento antigripal com sulfato de quinina na sua composição, chamado *Destara*²⁸⁷⁷ ou um medicamento designado *Tónico Asclepius* preparado com tintura de quina²⁸⁷⁸.

²⁸⁷⁷ BRÓJO – Identificação de medicamentos anti-gripais... p. 183.

²⁸⁷⁸ SANTOS – Pesquisa de vitaminas hidrossolúveis em especialidades farmacêuticas (Método de cromatografia em papel), p. 126.

3.3.9. *Jornal dos Farmacêuticos*

O *Jornal dos Farmacêuticos* inicia a sua publicação em 1942, e é uma continuação do *Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos*, correspondendo a uma mudança de designação da publicação. Nele encontramos vários trabalhos de investigação realizados por farmacêuticos²⁸⁷⁹.

3.3.9.1. Artigos originais portugueses

No *Jornal dos Farmacêuticos* encontra-se um artigo original português sobre a quinina, de técnica farmacêutica, intitulado “Nota Sôbre a Preparação de Solutos Injectáveis de Sulfanilamida e Quinina”²⁸⁸⁰. Neste artigo, Aluisio Marques Leal, licenciado em Farmácia e chefe dos Serviços Farmacêuticos do H. E. L., após apresentação do estado da arte relativo à preparação de soluções concentradas de sulfanilamida, discorre sobre alguns estudos que efetuara com vista à preparação de solutos injetáveis de sulfanilamida e quinina. Outros autores já tinham verificado que os sais de quinina permitiam a estabilização de solutos concentrados de sulfamilamida. Aluisio Marques Leal experimentou as técnicas anteriormente propostas, e que utilizavam “o glutaminato e o cloridrato [de quinina] (com antipirina ou etiluretano) para a obtenção de solutos até 2 % de 1162 F. [sulfanilamida]” obtendo “resultados satisfatórios”²⁸⁸¹. Depois tentou outra preparação, um soluto aquoso com 5 % de sulfanilamida, 12,5 % de cloridrato de quinina e 12,5 % de etiluretano mas, após alguns dias, em muitas das ampolas preparadas tinham surgido uns “grandes cristais prismáticos amarelo-acastanhados”, cuja composição química o autor não conseguiu determinar. Finalmente, conseguiu preparar solutos aquosos estáveis de sulfanilamida e quinina com etiluretano juntando também glicose. Concluiu então que era possível preparar “solutos aquosos a 5 % de sulfanilamida e 12.5 % de cloridrato de quinina, bastante estáveis” que se podiam esterilizar “a 100° ou 110°, empregando como estabilizantes 12,5 % de etiluretano e 5 % de glucose”²⁸⁸². O autor refere ainda que um soluto injetável de p-aminofenilsulfamida e cloridrato de quinina, preparado por um laboratório alemão, que em Portugal era designado “Septoquina”, fora indicado no tratamento de pneumonias, e utilizado com sucesso por H. Leonhardt em “vários casos de pneumonias mistas”²⁸⁸³.

²⁸⁷⁹ SILVA – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa, p. 129.

²⁸⁸⁰ LEAL, Aluisio Marques – Nota sôbre a preparação de solutos injectáveis de sulfanilamida e quinina. *Jornal dos Farmacêuticos*. 3 e 4 (Março/Abril, 1942) 78-80.

²⁸⁸¹ Ibidem, p. 79. A sulfanilamida tem como sinónimo 1162 F (NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION – **PubChem Compound Summary for CID 5333, Sulfanilamide** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 18 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/Sulfanilamide>>).

²⁸⁸² LEAL – Nota sôbre a preparação de solutos injectáveis de sulfanilamida e quinina, p. 80.

²⁸⁸³ Ibidem.

3.3.9.2. Outras referências à quina e à quinina

No *Jornal dos Farmacêuticos* também estão presentes pequenos resumos de artigos de outras publicações sobre a quinina, designadamente sobre medicamentos que continham quinina, na secção *Actividade Científica Nacional e Estrangeira*, subsecção *Das Revistas e dos Jornais*: “Contribuição ao estudo do cloridrato de quinina e ureia”²⁸⁸⁴, em que o autor propunha uma técnica diferente da indicada na *Farmacopeia Portuguesa* e na *Farmacopeia Americana* para o doseamento do cloridrato de quinina e ureia; “Sulfamato de quinina”²⁸⁸⁵, acerca da preparação de dois sais de quinina, sulfamato de quinina e bisulfamato de quinina; “A quinina reagente microquímico”²⁸⁸⁶, sobre o uso do cloridrato de quinina como reagente; “Dosagem colorimétrica da quinina nas cascas da quina”²⁸⁸⁷, sobre uma técnica de doseamento aproximado da quinina; “Solutos injectáveis, estáveis, de cloridrato básico de quinina”²⁸⁸⁸, sobre a preparação de um soluto com cloridrato de quinina; “Uma fórmula estável do xarope de Easton”²⁸⁸⁹, onde se indica a fórmula e modo de elaboração de uma preparação farmacêutica que incluía “Cl. Quinino” na sua constituição; “Dosagem da quinina em medicamentos”²⁸⁹⁰ sobre um estudo comparativo de vários métodos de doseamento da quinina – método da *Farmacopeia Portuguesa*, método de Sanchez para a quinina básica e método do ácido sílico-túngstico; “Caracterização e doseamento da quinina na droga”²⁸⁹¹ onde eram apresentadas três técnicas diferentes de doseamento da quinina; e “Mistura de Baccelli”²⁸⁹², onde se apresentam várias fórmulas para a elaboração de uma preparação farmacêutica que continha “Bicloridrato de quinino”.

²⁸⁸⁴ L., A. M. – Contribuição ao estudo do cloridrato de quinina e ureia. A. H. Sousa: Rev. Soc. Bras. Quim. 11, 100 (1942). **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:15 e 16 (Março/Abril – 1943a) 75-76.

²⁸⁸⁵ L., A. M. – Sulfamato de quinina. K. H. Stahl e R. A. Kuever: J. Am. Ph. Assoc. 31, 154 (1942). **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:19 e 20 (Julho/Agosto, 1943b) 153.

²⁸⁸⁶ L., A. M. – A quinina reagente microquímico. L. Rossi e M. N. Aguirre de Celsi: An. Farm. Bioq. 14, 100 (1943) apud J. Am. Ph. A. (Abst.) 34,5 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 4:39 e 40 (Março/Abril, 1945) 63.

²⁸⁸⁷ L., A. M. – Dosagem colorimétrica da quinina nas cascas da quina. A. Dellepiane: Mon. Farm. Terap. 51, 162 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:52 (Julho/Agosto, 1946a) 207.

²⁸⁸⁸ L., A. M. – Solutos injectáveis, estáveis, de cloridrato básico de quinina. Anon: pat. alemã 52365 (Abril 1942) apud C. A. 41, 3928 (1947). **Jornal dos Farmacêuticos**. 6:58 (Julho/Agosto, 1947a) 113.

²⁸⁸⁹ L., A. M. – Uma fórmula estável do xarope de Easton. Rev. C. E. Fac. C. Med. Farm. ano XIX, n.º 60 pág. 81. **Jornal dos Farmacêuticos**. 6:60 (Novembro/Dezembro, 1947b) 175.

²⁸⁹⁰ L., A. M. – Dosagem da quinina em medicamentos. A. H. Souza: Rev. Bras. Farm. 29, 147 (1947). **Jornal dos Farmacêuticos**. 7:61 (Janeiro/Fevereiro, 1948a) 32.

²⁸⁹¹ L., A. M. – Caracterização e doseamento da quinina na droga. E. Sigel Filho: Trib. Farmac. 161, (1948). **Jornal dos Farmacêuticos**. 7:63 (Maio/Junho, 1948b) 77.

²⁸⁹² L., A. M. – Mistura de Baccelli. Anon: Mon. Farm. Terap. 54, 52 (1948). **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:70 (Outubro/Dezembro, 1949a) 122.

Há também referências à quinina num artigo sobre antimaláricos sintéticos, e que inclui um resumo da história da descoberta dos antimaláricos sintéticos e dos métodos para estudo da atividade de potenciais antimaláricos. O autor indica que a plasmocina era geralmente associada à quinina, embora também se pudesse associar ao *paludrine* (paludrina) ou à atebina. Aponta assim a existência de vários medicamentos com associações de plasmocina e quinina: comprimidos de Plasmocina composta (0,01 g de plasmocina e 0,125 g de sulfato de quinina²⁸⁹³); comprimidos de Quinoplasmina (0,01g de plasmocina em associação com 0,30 g de sulfato de quinina); e comprimidos com 0,02 g de naftoato de plasmocina e 0,13 g de sulfato de quinina²⁸⁹⁴. Aponta ainda que a rodoquina (outro antimalárico sintético) se utilizava isoladamente ou em associação com o estovarsolato de quinina (Stovoquina); que a pentaquina também era utilizada em associação com a quinina, salientando a utilidade desta associação no tratamento da febre terçã benigna; que a atividade terapêutica da atebina seria superior à da quinina na febre terçã maligna e pelo menos equivalente na febre quartã e na febre terçã benigna; e que o *azul de metilene* (azul de metileno) também se estava a utilizar em associação com os sais de quinina.

Também na secção *Actividade Científica Nacional e Estrangeira*, subsecção *Sociedades – Congressos – Actualidades*, num artigo relativo ao V Curso de Férias da Escola de Farmácia de Coimbra, faz-se referência ao curso prático “Dosagem do iodo, bismuto e quinina no iodo-bismutato de quinina (F. P.)” ministrado pela Dr.^a Maria Serpa dos Santos²⁸⁹⁵. Destaque-se ainda a referência a alguma bibliografia portuguesa sobre a quina e a quinina no *Jornal dos Farmacêuticos: Dosagem dos alcaloides das quinas. Alcaloides Totais. Quinino* (1941), de José Cardoso do Vale e *Do valor alcalóidico das quinas de S. Tomé*, de Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa, sendo apresentado um pequeno resumo do seu conteúdo²⁸⁹⁶; e «O Problema da falta de Quinina e os seus sucedâneos vegetais» (I Sep.). do Dr. António da Piedade Noronha (este último oferecido à Biblioteca do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos²⁸⁹⁷). Menciona-se também a obra *Método de Análise de Plantas com Alcaloides*, de A. Fernandes Costa e J. Cardoso do Vale²⁸⁹⁸.

Adicionalmente encontram-se resumos de artigos de outras publicações sobre antimaláricos sintéticos²⁸⁹⁹, inseticidas²⁹⁰⁰, ou diagnóstico da malária²⁹⁰¹, bem como descrições de novos antimaláricos²⁹⁰², ou artigos relacionados com a *Farmacopeia Portuguesa*²⁹⁰³.

Deste modo, no *Jornal dos Farmacêuticos* há apenas um artigo original dedicado à quinina, concretamente à elaboração de uma preparação farmacêutica com quinina. Encontram-se também resumos de artigos relativos à quinina provenientes de outras publicações periódicas, referências a bibliografia sobre a quina e a quinina, ou informações sobre medicamentos com quinina num artigo sobre antimaláricos sintéticos.

3.3.10. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*

A *Escola de Medicina Tropical* foi fundada em 1902, destinando-se ao ensino da medicina tropical (teórico e prático), e à organização de missões científicas nas colónias²⁹⁰⁴. Em 1935 passa a designar-se *Instituto de Medicina Tropical*. Em 1943 começam a ser publicados os *Anais do Instituto de Medicina Tropical*²⁹⁰⁵.

²⁸⁹³ TEIXEIRA, António Perquilhas – Antimaláricos sintéticos. **Jornal dos Farmacêuticos**. 7:65-66 (Setembro/Dezembro, 1948) 108-124, p. 114.

²⁸⁹⁴ Ibidem, p. 115.

²⁸⁹⁵ V CURSO de Férias da Escola de Farmácia de Coimbra. **Jornal dos Farmacêuticos**. 1:5 e 6 (Maio/Junho, 1942) 196-198, p. 197.

²⁸⁹⁶ BIBLIOGRAFIA. **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:23 e 24 (Novembro/Dezembro, 1943) 219-220.

²⁸⁹⁷ PUBLICAÇÕES Recebidas. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:51 (Maio/Junho, 1946) 176.

²⁸⁹⁸ RIBEIRO, Mendes – Bibliografia. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:51 (Maio/Junho, 1946) 175-176.

²⁸⁹⁹ L., A. M. – Pesquisa e dosagem da atebrina no sangue. C. Lataste, N. V. Lieo e M. E. Farinaud: C. R. Soc. Biol: t. 130, n.º 5 (1939) apud. Gaz. Pharm. 95, 2 (1940). **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:23 e 24 (Novembro/Dezembro, 1943c) 217-218; DOSEAMENTO da atebrina. H. C. Hein: J. A. O. A. C. 27, 354 (1944) apud. Gaz. Farm. 154, 9, (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 4:43 e 44 (Julho/Agosto, 1945) 134; L., A. M. – Dosagem do Proguanil, ou Cloroguanida. H. E. Stagg: J. Pharm. Pharmacol. 1, 391 (1949). **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:70 (Outubro/Dezembro, 1949b) 123.

²⁹⁰⁰ DETERMINAÇÃO do D. D. T. nos pós e preparados líquidos, F. A. Gunther: Ind. Eng. Chem. (An. Ed.) 17,149 (1945) apud Bol. Soc. Quim. Peru, 11, 83 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 4:47 e 48 (Novembro/Dezembro, 1945) 214; L., A. M. – Síntese do D. D. T. W. T. Summerford: J. A. Ph. A. 34, 259 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:50 (Março/Abril, 1946b) 143; L., A. M. – Propriedades e ensaio do D. D. T. comercial. Ref. do Supl. do Codex (1937), apud Ann. Pharm. Franc. 7, 86 (1949). **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:70 (Outubro/Dezembro, 1949c) 124.

²⁹⁰¹ L., A. M. – Diagnóstico da malária pelo método de Manson. A. N. Lago: Sep. da Gaz. Farm. Julho de 1943. **Jornal dos Farmacêuticos**. 3:33 a 36 (Setembro / Dezembro, 1944) 162.

²⁹⁰² NOVOS Remédios. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:51 (Maio/Junho, 1946) 171-172, p. 171 (um dos novos medicamentos anunciados era o “Paludrine”, à data considerado um novo antimalárico); NOVOS Remédios. **Jornal dos Farmacêuticos**. 6:55 (Janeiro/Fevereiro, 1947) 27-28, p. 27 (um desses novos medicamentos anunciados era a cloroquina, cujo nome de marca era Aralen).

²⁹⁰³ TEIXEIRA, Adolfo – Farmacopeia Portuguesa. Algumas Sugestões a Propósito da Futura Edição. **Jornal dos Farmacêuticos**. 3:31-32 (Julho/Agosto, 1944) 77-94; TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro – Acerca da Dosagem de Vestígios de Arsénio pelo Método da Farmacopeia Portuguesa. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:53 (Setembro/Outubro, 1946) 209-226; JÚNIOR, Januário de Oliveira – A propósito da preparação do Extracto de Beladona pela Farmacopeia Portuguesa. Influência da reacção do veículo no rendimento e riqueza alcalóidica. **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:68 (Abril/Junho, 1949) 70-73.

²⁹⁰⁴ LOBO, Ana Rita Merelo – **A História da Malária em Portugal na Transição do Século XIX para o século XX e a Contribuição da Escola de Medicina Tropical de Lisboa (1902-1935)** [Em linha]. [S.l.]: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. 2012. 167 p. Tese de doutoramento. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/9677>>, p. 115.

²⁹⁰⁵ DORIA, José Luís – **Archivos de Hygiene e Pathologia Exóticas/Anais do Instituto de Medicina Tropical/Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical** [Em linha]. Universidade de Aveiro | Fundação Portugal-Africa [1997-2023], março 2016. [Consult. 13 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/AIMT.aspx>>.

3.3.10.1. Artigos originais portugueses

Nos *Anais do Instituto de Medicina Tropical* está presente apenas um artigo referente especificamente à quinina: “A prova do ácido fénico para a pesquisa de quinina na urina”, e a sua respetiva tradução inglesa (1946).

Deste modo, no volume 3 (1946), Aldo Castellani, professor do Instituto de Medicina Tropical, publica o artigo intitulado “A Prova do Ácido Fénico Para a Pesquisa de Quinina na Urina”²⁹⁰⁶ e a sua respetiva tradução “The «Carbolic Acid Test» For the Detection of Quinine in the Urine”²⁹⁰⁷. Neste artigo o autor expõe um novo método que criou para a deteção da quinina na urina, utilizando o ácido fénico (*carbolic acid* em inglês). Expõe a sua técnica e explica o seu processo de criação. Após várias experiências ao longo de anos, utilizou esta nova técnica numa campanha militar na Etiópia. Fez mais tarde um estudo comparativo (com 10 participantes) do seu novo método com uma outra técnica que já existia para a deteção da quinina na urina, a prova de Tanret. O estudo foi realizado em colaboração com os Drs. B. Urso e Girolami, em Roma. Verificou assim que as duas reações tinham aparentemente a mesma sensibilidade, e deveriam ser utilizadas entre 2 e 10 horas após a toma da quinina. Nas conclusões do artigo aponta: “A profilaxia com quinina desempenha um papel muito importante para manter os exércitos combatentes em zonas palúdicas, praticamente isentos de malária clínica, mas para se obter um bom resultado é necessário que a profilaxia seja feita convenientemente”²⁹⁰⁸, designadamente utilizando uma quantidade adequada de quinina, e verificando se os soldados efetivamente tomavam a quinina regularmente. Deste modo, indica, podia utilizar-se a sua nova técnica de deteção da quinina através do ácido fénico, uma vez que esta era aparentemente “igualmente satisfatória e sensível” relativamente à prova de Tanret, e seria eventualmente mais simples de efetuar, já que em todos os hospitais o ácido fénico estava disponível e em condições de ser usado “tal qual se encontra”²⁹⁰⁹.

3.3.10.2. Outras referências à quina e à quinina

Adicionalmente, há várias menções à quina e à quinina em artigos de âmbito mais geral, designadamente aqueles que incidem sobre a malária e sobre os métodos para a combater eficazmente.

²⁹⁰⁶ CASTELLANI, Aldo – A Prova do Ácido Fénico Para a Pesquisa de Quinina na Urina. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 3 (Dezembro de 1946a) 373-376.

²⁹⁰⁷ CASTELLANI, Aldo – The «Carbolic Acid Test» For the Detection of Quinine in the Urine. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 3 (Dezembro de 1946b) 377-380.

²⁹⁰⁸ CASTELLANI – A Prova do Ácido Fénico Para a Pesquisa de Quinina na Urina, p. 375-376.

²⁹⁰⁹ Ibidem, p. 376.

Num artigo acerca da luta anti-larvar, da autoria do Dr. Luís Nájera Angulo²⁹¹⁰, resultante de uma conferência realizada no Instituto de Medicina Tropical em 1945, estão presentes algumas notas relativas à história da quina, designadamente: referência à “notável contribuição” de B. A. Gomes que “descobriu a *cinconina* [cinchonina]” em 1810, “antecipando-se em dez anos às investigações de Pelletier e Caventou”²⁹¹¹; considerações sobre a “primeira aplicação histórica da casca de *Kinakina*”²⁹¹², uma “gloriosa efeméride”²⁹¹³ que ainda não estava esclarecida; ou os erros relativos à história da suposta cura da Condessa de Chinchón, referenciando, entre outras obras que falaram sobre este assunto com maior ou menor correção, “O Problema das Quinas” (1944) de Aloísio Fernandes Costa. Mencionam-se também trabalhos portugueses que falaram sobre as sezões (Ribeiro Sanches na obra «Da conservação da Saúde dos Povos» de 1757; e José Manuel Chaves na «Febriologia» de 1790), e a “difusão que espanhóis e portugueses, principalmente” tinham feito “da utilização do remédio específico [a casca de quina]”²⁹¹⁴.

F. J. C. Cambournac, num artigo dedicado aos métodos de combate à malária, resultante da sua preleção no II Curso de Aperfeiçoamento Médico-Sanitário em 1948, faz várias referências sobre a história da utilização da quina e da quinina no tratamento da malária. Indica que o tratamento da malária se começou a fazer “com certa eficácia desde que houve conhecimento das propriedades da casca da quina-quina”, generalizando-se o seu uso “a partir dos meados do século XVII, depois de introduzida na Europa pelos jesuítas e de terem com ela presenteado o cardeal Lugo”²⁹¹⁵. Menciona também que, a dada altura, se tinham criado em vários locais dispensários de sais de quinina, onde os indivíduos eram tratados gratuitamente. Esta “generalização da terapêutica” visara a eliminação da malária, mas não resultara, uma vez que com a quinina não era possível obter uma “«*terapia sterilisans magna*»”²⁹¹⁶, e por isso a morbilidade não era alterada significativamente, obtendo-se apenas uma redução dos casos graves e da duração da doença. F. J. C. Cambournac aponta que inicialmente se propuseram esquemas terapêuticos com a quinina por longos períodos (até 60 dias) mas que depois se optara pelo “tratamento curto” (até 7 dias), que era ainda utilizado naquela época. Mesmo assim, nos locais onde esta prática do tratamento curto fora adotada, a quinina tornara-se escassa para o tratamento da totalidade dos doentes afetados pela malária. Por isso, fora necessário recorrer à totaquina, uma mistura dos alcaloides da quina, e tentara-se a síntese de um substituto para a quinina ou de um produto com melhores propriedades terapêuticas. Com o aparecimento dos antimaláricos sintéticos começara a usar-se um tratamento misto que utilizava as várias opções terapêuticas contra a malária, mas que também não curava todos os doentes. Destaca ainda que a quinina fora utilizada com bons resultados na

²⁹¹⁰ NÁJERA ANGULO, Luís – A luta anti-larvar: agentes biológicos e recursos simili-naturais. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 2 (Dezembro de 1945) 275-327.

²⁹¹¹ Ibidem, p. 317.

²⁹¹² Ibidem.

²⁹¹³ Ibidem, p. 318.

²⁹¹⁴ Ibidem, p. 317.

²⁹¹⁵ CAMBOURNAC, F. J. C. – Modernos processos de combate ao sezonismo. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 5 (Dezembro de 1948) 321-339, p. 323.

²⁹¹⁶ Ibidem, p. 326.

profilaxia da malária em várias regiões tropicais, e também na Primeira Guerra Mundial, num procedimento primeiro designado como “profilaxia clínica” e depois como “tratamento supressivo”²⁹¹⁷. Por outro lado, aponta que a quinina sintética tinha um “custo elevado” e não tinha “vantagens sobre o produto natural”²⁹¹⁸.

Noutro artigo, sobre a epidemiologia e o combate à malária em Portugal²⁹¹⁹, F. J. C. Cambournac inclui (para além de dados epidemiológicos sobre a “endemia sazonal nas várias regiões do País”²⁹²⁰) a história resumida do combate à malária em Portugal desde 1931, fazendo algumas referências ao uso da quinina nesses esforços. F. J. C. Cambournac indica que na Estação Experimental de Combate ao Sezonismo, localizada em Benavente (e que começara a funcionar em 1931) se fazia o tratamento gratuito dos doentes com malária utilizando a quinina, e, no caso de infeção com *P. falciparum*, associava-se a plasmoquina. Não obstante, apesar deste tratamento massificado, a morbidade da malária não se alterou, obtendo-se apenas diminuição da mortalidade e uma sintomatologia clínica de menor duração. F. J. C. Cambournac refere que após a organização dos Serviços Anti-Sezonáticos em 1938 se tinham continuado a tratar os doentes de forma gratuita e em massa, recorrendo sobretudo à quinina e à atebrina, mas utilizando também a plasmoquina. É também apontado que, numa dada localidade estudada (Pinheiro), com elevada endemia de malária, quando se usara apenas o tratamento com quinina dos doentes com malária, sem o acompanhar com medidas de controlo do vetor (aplicação de larvicidas), houvera um aumento do número de casos de malária.

Noutro artigo sobre a malária no arquipélago de Cabo Verde, M. da Costa Monteiro refere que promovera o uso dos antimaláricos sintéticos “mais modernos” em vários artigos no *Boletim de Cabo Verde*. Deste modo, afirma, naquela altura já se consumiam milhares de comprimidos desses novos antimaláricos (cloroquina e paludrina), ao passo que, no ano anterior, não se tinham utilizado de todo, recorrendo-se antes ao “uso exclusivo do quinino e numa maneira algo irregular”²⁹²¹. Segundo o autor, em Cabo Verde o sezonismo era “sem nenhuma dúvida, o problema médico-social mais importante”²⁹²².

No artigo intitulado “Sobre a etiologia e outros aspectos do Sezonismo”, encontramos referência à quina e à quinina na secção relativa aos medicamentos antimaláricos. Indica-se assim a atividade da “cinchona e seus alcaloides”²⁹²³ (bem como de outros fármacos) na destruição das formas assexuadas do ciclo eritrocítico do parasita da malária (isto é o ciclo que ocorre no interior

²⁹¹⁷ Ibidem, p. 327.

²⁹¹⁸ Ibidem, p. 333.

²⁹¹⁹ CAMBOURNAC, F. J. C. – Sobre a epidemiologia e a luta anti-sezonal em Portugal. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*. 9:2 (Julho de 1952) 391-408.

²⁹²⁰ Ibidem, p. 397.

²⁹²¹ MONTEIRO, M. da Costa – O Sezonismo em Cabo Verde. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*. 9:2 (Julho de 1952) 461-484, p. 478.

²⁹²² Ibidem, p. 461.

²⁹²³ SILVA, Francisco C. T. da – Sobre a etiologia e outros aspectos do Sezonismo. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*. 9:2 (Julho de 1952) 491-506, p. 494.

dos glóbulos vermelhos), e menciona-se a utilidade da associação da quinina com os antimaláricos sintéticos plasmuquina e pentaquina.

Noutro artigo sobre a malária na cidade de Sá da Bandeira (Angola) o autor indica que a atebrina e os sais de quinina faziam parte dos medicamentos antimaláricos comumente usados, e que as estirpes de *Plasmodium falciparum* aí existentes eram facilmente tratadas com esses antimaláricos²⁹²⁴.

Alberto Navarro Soeiro fala do possível papel da quinina no desencadear da febre biliosa hemoglobinúrica. Deste modo, afirma que existia uma “íntima relação entre a última dose de quinina e o primeiro aparecimento da hemoglobinúria”²⁹²⁵, sendo que no seu serviço em Moçambique, 74,6% dos doentes tinham tomado quinina (1 ou mais doses) antes do ataque. Não obstante, apontava o autor, existiam milhões de pessoas que tomavam quinina diariamente e os casos de febre biliosa hemoglobinúrica eram poucos. Além disso, a percentagem de casos de febre biliosa hemoglobinúrica face aos casos de malária, geralmente “quase sempre tratados por quinina”²⁹²⁶, não era condizente com essa causalidade. Aponta, no entanto, que era possível que outros medicamentos como a atebrina a provocassem, ou até que ela surgisse sem ter ocorrido a toma de qualquer medicamento. Para além disso, refere que, na sua experiência clínica, “uma vez em evolução o ataque bilioso” a quinina era inofensiva, e naquilo que ele designava as “formas intermitentes” tinha até um efeito benéfico²⁹²⁷. Apresenta também algumas considerações gerais sobre a utilização da quinina, indicando que muitos médicos eram fiéis à quinina “de que temos uma experiência de séculos no tratamento do sezonismo”²⁹²⁸; que a quinina era “a droga mais difundida no tratamento do sezonismo”²⁹²⁹; e que era frequentemente “utilizada em dose insuficiente, e tomada irregularmente”²⁹³⁰.

Noutro artigo onde se resumem os resultados de experiências com o uso profilático de vários antimaláricos sintéticos (cloroquina, proguanil e amodiaquina) em 3 localidades do Vale do Sado “a região mais intensamente sazonal do País”²⁹³¹, indica-se que nessas localidades, desde 1935, era aplicado o sulfato de quinina aos doentes que tinham sintomas e exames de sangue positivos para o plasmódio causador da malária. Esta administração de sulfato de quinina era feita através de dispensários onde os habitantes se dirigiam quando se sentiam doentes, sendo-lhes então feita a análise ao sangue para verificar se estavam infetados com o plasmódio.

²⁹²⁴ MESQUITA, Bruno de – Alguns aspectos da endemia palustre em Sá da Bandeira. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 507-509.

²⁹²⁵ SOEIRO, Alberto Navarro – Aspectos clínicos da febre biliosa hemoglobinúrica (F.H.B.) com sugestões para o tratamento. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 525-549, p. 537.

²⁹²⁶ Ibidem.

²⁹²⁷ Ibidem, p. 538.

²⁹²⁸ Ibidem, p. 537.

²⁹²⁹ Ibidem, p. 538.

²⁹³⁰ Ibidem.

²⁹³¹ CAMBOURNAC, F. J.; QUEIRÓS, J. Santana; FONSECA, A. E. Soares da – Resultados de experiências realizadas com Cloroquina, Proguanil e Amodiaquina para profilaxia do Sezonismo. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 579-594, p. 579.

No artigo “Doenças exóticas e doentes exóticos”, João do Carmo de Sousa Santos menciona também a possibilidade de a quinina causar a febre biliosa hemoglobinúrica, e como essa possibilidade levava os doentes a terem medo de tomar antipalúdicos “antes da febre baixar”²⁹³². No entanto, afirma, mesmo que a quinina pudesse “preparar ou desencadear a hemólise”, julgava que “o medo à quinina com febre” devia ter provocado “muito mais vítimas no mundo do que a sua ministração com 40⁰⁰”²⁹³³. Indica assim que administrara “mais de uma centena de gramas de quinina nestas circunstâncias sem ter «feito» nenhuma [febre] biliosa [hemoglobinúrica]”²⁹³⁴. O autor afirma ainda que este possível nexo de causalidade perdera a sua importância “e quase todo o seu interesse prático”²⁹³⁵ com o surgimento de outras opções terapêuticas para o tratamento da malária.

Noutro artigo, intitulado “Orgânica dos serviços de saúde e actividade médico-sanitária do grémio dos industriais de Pesca da Província de Benguela” é possível observar que o “Quinino a 0,50 ctg” e o “Quinino a 0,25 ctg”, na quantidade de, respetivamente, 50 ampolas e 10 ampolas injetáveis, bem como comprimidos de “Quinino a 0,50 ctg” (100 comprimidos) faziam parte da “lista dos medicamentos de rotina que devem existir nos postos sanitários”²⁹³⁶.

Num outro artigo, sobre uma missão do Instituto de Medicina Tropical a Cabo Verde, indica-se que, no período entre Novembro de 1952 e Agosto de 1953, a missão tinha utilizado 990 comprimidos de bicloridrato de quinina de 0,25 g e 135 papéis de 0,10 g de euquinina^{®2937} (face a 43 800 comprimidos de 0,1 g de paludrine, 3 780 comprimidos de 0,25 g de aralen, e 351 comprimidos de 0,20 g de Camoquin). Os autores tinham também realizado um estudo sobre a ação comparativa dos antimaláricos sintéticos. A quinina fora usada durante cerca de 10 dias enquanto não tiveram disponíveis os antimaláricos sintéticos e seria usada como “termo de comparação”²⁹³⁸.

Outro apontamento curioso relativo à quina é encontrado num relatório do «XI Curso Internacional de Malaria y otras enfermedades metaxénicas», decorrido em Maracay na Venezuela, e frequentado por Mário Augusto de Mendonça e Silva. Mendonça e Silva destaca que, no resumo histórico da utilização da quina na malária apresentado nesse curso (no âmbito da cadeira relativa a quimioterapia e antibióticos), se falara de Bernardino António Gomes, indicando-se que este fora “o primeiro investigador a quem coube o mérito de isolar um dos

²⁹³² SANTOS, João do Carmo de Sousa – Doenças exóticas e doentes exóticos. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953) 2215-2225, p. 2215.

²⁹³³ Ibidem, p. 2216.

²⁹³⁴ Ibidem.

²⁹³⁵ Ibidem.

²⁹³⁶ FERREIRA, A. Gomes – Orgânica dos serviços de saúde e actividade médico-sanitária do grémio dos industriais de Pesca da Província de Benguela. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:4 (Dezembro de 1953) 2729-2752, p. 2749.

²⁹³⁷ Euquinina era o nome comercial de um medicamento com quinina (SEMEDO e PITA – A quina e a quinina na legislação portuguesa, p. 29).

²⁹³⁸ MEIRA, Manuel T. V. de – Contribuição para o conhecimento sobre malária na Ilha de S. Vicente (Cabo Verde). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 11:2 (Junho de 1954) 287-338, p. 311.

princípios activos da quina, a que deu o nome de cinchonina e de que só 10 anos mais tarde Pelletier e Caventou obtiveram a quinina²⁹³⁹.

O médico José Passos, num artigo acerca do paludismo pernicioso na criança²⁹⁴⁰, indica que na sua prática clínica em Benguela utilizara como tratamento injeções intramusculares de cloridrato básico de *quinino* na concentração de 0,25 g/cm³ como “medicação-base” associadas a terapêutica sintomática com, nomeadamente, balneoterapia e “aplicação de gelo na cabeça nas formas cerebrais”²⁹⁴¹. A mortalidade fora de 17,1% num total de 41 doentes. Destaca que aquele medicamento com quinina não devia ser associado com outro medicamento na mesma injeção “e especialmente com solutos oleosos”²⁹⁴² porque tal dificultava a absorção e causava abscessos. Desencorajava também o uso de concentrações superiores a 0,25 g/cm³, porque tal provocara “abscessos e nódulos fibrosos, facilmente aceitáveis, pelo conhecimento da acção necrosante local do medicamento”²⁹⁴³.

Noutro artigo, referente à malária como causadora do aborto, o médico especialista em obstetria e ginecologia Jaime Silva Pereira indica como realizar o tratamento da malária em região endémica no caso de uma ameaça de aborto (que o autor também designa aborto não consumado). Inclui assim as doses e esquemas terapêuticos dos vários antimaláricos (incluindo o *quinino*, para além de antimaláricos sintéticos) quando havia ameaças de aborto: na profilaxia individual da grávida; como tratamento de “acesso palustre nas grávidas”²⁹⁴⁴; e como tratamento de urgência. Aponta que na gravidez só se recorria ao *quinino* se não estivessem disponíveis outros medicamentos, e que este tinha “fama de ser ocitócico”²⁹⁴⁵ (isto é, estimulante da contração uterina ou facilitador ou acelerador do parto²⁹⁴⁶), embora essa propriedade apenas estivesse “demonstrada no aborto consumado e sobretudo após a rotura da cavidade amniótica”²⁹⁴⁷. Não obstante, o autor aponta que o uso do *quinino* num tratamento de urgência talvez se justificasse. Refira-se que a quinina é ainda atualmente recomendada no tratamento da malária durante a gravidez (mesmo no primeiro trimestre), em associação com o antibiótico clindamicina²⁹⁴⁸.

²⁹³⁹ SILVA, Mário Augusto de Mendonça e – Relatório sobre o «XI Curso Internacional de Malaria y otras enfermedades metaxénicas» professado na «Division de Malariologia» em Maracay (Estado Aragua) República da Venezuela, de 26 de Julho a 13 de Dezembro de 1954. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:4 (Dezembro de 1955) 791-856, p. 824.

²⁹⁴⁰ PASSOS, José – Notas sobre o paludismo pernicioso na criança. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:1/2 (Mar./Jun. 1956) 109- 112.

²⁹⁴¹ Ibidem, p. 111.

²⁹⁴² Ibidem.

²⁹⁴³ Ibidem.

²⁹⁴⁴ PEREIRA, Jaime Silva – Paludismo como causa de aborto – Tratamento deste acidente. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961) 57-61, p. 60.

²⁹⁴⁵ Ibidem, p. 59.

²⁹⁴⁶ PORTO EDITORA – *ocitócico* no **Dicionário infopédia de Termos Médicos** [Em linha]. Porto: Porto Editora. [Consult. 8 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/ocitocico>>.

²⁹⁴⁷ PEREIRA – Paludismo como causa de aborto... p. 60.

²⁹⁴⁸ **ORAL REGIMENS for treatment of *Plasmodium falciparum* malaria in pregnant women** [Em linha]. UpToDate, Inc. e/ou seus afiliados, 2023. [Consult. 14 de mar. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.uptodate.com/contents/image/print?imageKey=ID%2F52058>>.

Destaque-se também o artigo “The Anglo-Portuguese contribution to tropical Medicine”. Aqui refere-se o contributo de Bernardino António Gomes para o estudo da quina, embora de forma errónea, indicando-se que ele conseguira “isolar a cinchona a partir das cascas de quina vindas do Brasil²⁹⁴⁹ no ano de 1812. Menciona-se também o papel de Ronald Ross na elucidação do mecanismo de transmissão da malária.

Noutro artigo acerca da contribuição da Escola do Porto para a medicina ultramarina, são mencionadas várias teses defendidas na Faculdade de Medicina do Porto relacionadas com a malária (profilaxia, etiologia, tratamento, complicações associadas)²⁹⁵⁰. Adicionalmente, num artigo de 1953 relativo a S. Tomé e Príncipe, é descrito o uso de antimaláricos sintéticos para o combate ao paludismo²⁹⁵¹ o que pode indiciar uma diminuição da importância da quinina no tratamento da malária.

Nos *Anais do Instituto de Medicina Tropical* encontram-se numerosos artigos relativos à malária quer em Portugal²⁹⁵², quer nas várias antigas colónias portuguesas em África (Angola²⁹⁵³,

²⁹⁴⁹ FRAGA DE AZEVEDO, J.– The Anglo-Portuguese contribution to Tropical Medicine. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 8:4 (Dezembro de 1951) 689-722, p. 718.

²⁹⁵⁰ RAMALHÃO, Carlos Faria Moreira – A Escola do Porto na Medicina Ultramarina. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953, fascículo III) 1863-1880.

²⁹⁵¹ PINHEIRA, João Baptista Duarte – Organização dos serviços de saúde e ocupação sanitária de S. Tomé e Príncipe. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:4 (Dezembro de 1953) 2459-2472, p. 2469.

²⁹⁵² CAMBOURNAC, F. J. C.; PITTA SIMÕES, J. M. – Sobre a produção de *Anopheles* nos arrozais de Águas de Moura. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 1:2 (Dezembro de 1944) 229-239.

²⁹⁵³ FERREIRA, Eduardo C. – Distribuição e incidência de algumas endemias de Angola. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953) 1739-1775; CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F.; PENA, A. J.; TEIXEIRA, W. L. G. – Subsídios para o inquérito malariológico em Angola. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:1/2 (Março-Junho de 1955) 121-153; CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F.; PENA, A. J. – Estudo da acção profilática do Daraprim numa comunidade indígena (Missão Católica do Huambo, Angola). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:3 (Setembro de 1955) 341-357 (estudo sobre o Daraprim, nome comercial da pirimetamina, uma substância com propriedades antimaláricas); CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F.; CASACA, V. M. R. – Ensaio de Profilaxia anti-malárica pela aplicação de inseticidas de acção residual numa área rural do sul de Angola. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:3 (Set. 1956) 361-370; DAVID, J. H. Santos – Subsídios para o estudo da endemia palúdica no conselho do Chitato (Lunda-Angola). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 17:1/2 (Jan./Jun. 1960) 257-281; RIBEIRO, H.; CARVALHO, A. C. M. de – A malaria survey at Luanda, Angola (Portuguese West Africa). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 21:1/2 (Jan./Jun. 1964) 181-186; RIBEIRO, H.; CASACA, V. M. R.; COCHOFEL, J. A. L. P. – A malaria survey in the Lobito-Catumbela region, Angola (Portuguese West Africa). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 21:3/4 (Julho/Dez. 1964) 337-351.

Moçambique²⁹⁵⁴, Cabo Verde²⁹⁵⁵, São Tomé e Príncipe²⁹⁵⁶, Guiné²⁹⁵⁷) e na Ásia (Goa/Índia Portuguesa²⁹⁵⁸, Macau²⁹⁵⁹, Timor²⁹⁶⁰), designadamente relativos à epidemiologia da malária, estudos sobre os vetores da malária, ou métodos de combate à malária (tratamento e profilaxia).

²⁹⁵⁴ REBELO, António – O sezonismo em Quelimane. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 3 (Dezembro de 1946) 143-158; SOEIRO, Alberto – A malária em Moçambique, com especial referência à Campanha Antimalárica numa região predominantemente urbana (Lourenço Marques) e uma região predominantemente rural (Vale do Limpopo). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:4 (Dez. 1956) 615-634; SOEIRO, Alberto; PEREIRA, Mário; PEREIRA, Artur – A luta anti-malárica em Lourenço Marques. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:4 (Dez. 1956) 635-669; PEREIRA, Mário de Carvalho – Sobre a possível mudança de comportamento dos mosquitos vectores (*A. funestus* e *A. gambiae*) numa zona da região de Lourenço Marques. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 14:1/2 (Mar./Jun. 1957) 179-186; SOEIRO, Alberto – A campanha anti-sezonática no Vale do Limpopo (1953-1955). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 14:3/4 (Set./Dez. 1957) 389-406; SOEIRO, Alberto; MORAIS, Tito de – Subsídios para o estudo da endemia de malária no distrito de Moçambique. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 16:1/4 (Jan./Dez. 1959) 159-167; SOEIRO, Alberto; MORAIS, Tito de – Subsídios para o estudo da endemia de malária no distrito do Niassa. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 16:1/4 (Jan./Dez. 1959) 169-178; SOEIRO, Alberto N. – Relatório da Conferência de Malária de Lourenço Marques, organizada sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (25-27 de Agosto de 1958). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 16:1/4 (Jan./Dez. 1959) 695-700.

²⁹⁵⁵ MEIRA, Manuel T. V. de; SERRAS SIMÕES, T.; PINTO NOGUEIRA, J. F. – Observações sobre sezonismo nas ilhas do Sal, Boa Vista e S. Nicolau (Cabo Verde). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 4 (Dezembro de 1947) 213-238; CAMBOURNAC, Francisco; MEIRA, Manuel T. V. de – Contribuição para o estudo do Sezonismo em Cabo Verde. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 409-460.

²⁹⁵⁶ JORGE JANZ, G. – O índice esplênico nos Escolares de S. Tomé. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953) 1801-1810; CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F. – Subsídio para o conhecimento da endemia malárica em S. Tomé e Príncipe. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:3 (Setembro de 1955) 301-307; MOURÃO, Manuel da Costa – Profilaxia do paludismo com Paludrina e Daraprim nas escolas de S. Tomé. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:3 (Set. 1956) 451-464; FRAGA DE AZEVEDO, J.; MOURÃO, M. Costa; SALAZAR, J. M. Castro; TENDEIRO, J.; FRANCO, L. T. de Almeida – O paludismo na ilha do Príncipe (1958). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 17:4 (Dezembro 1960) 955-966.

²⁹⁵⁷ FRAGA DE AZEVEDO, J.; CAMBOURNAC, F. J. C.; PINTO, Manuel R. – Observações sobre a incidência do sezonismo na Guiné Portuguesa. (Nota preliminar). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 4 (Dezembro de 1947) 7-16; FERREIRA, F. S. Cruz; PINTO, A. R.; ALMEIDA, C. L. de – Alguns dados sobre a biologia do *Anopheles gambiae* da cidade de Bissau e arredores (Guiné Portuguesa), em relação com a transmissão da malária e filaríase linfática. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 5 (Dezembro de 1948) 223-250.

²⁹⁵⁸ CAMBOURNAC, F. J. C. – Sobre o combate ao sezonismo no território de Goa (Estado da Índia). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 6 (Dezembro de 1949) 7-39; SÁ, Luís José Brás de – Combate ao Sezonismo na velha cidade de Goa. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 643-655; FERREIRA, F. da Cruz; FERREIRA, A. Pedroso – Inquérito clínico-epidemiológico sobre a endemia malárica na Índia Portuguesa. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 19:1/4 (Jan./Dez. 1962) 27-36.

²⁹⁵⁹ GONÇALVES, Fernando Tomaz – Algumas notas sobre o paludismo em Macau. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 485-490; FERREIRA, A. Pedroso; GÂNDARA, A. Franco – Contribuição para o estudo da endemia malárica na província de Macau – 6). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961) 93-108.

²⁹⁶⁰ FRAGA DE AZEVEDO, J.; FRANCO GÂNDARA, A.; PEDROSO FERREIRA, A. – II- Contribuição para o conhecimento da Endemia Malárica na Província de Timor. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 15:1 (Março 1958) 35-52; FERREIRA, A. Pedroso – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 1 – Considerações biogeográficas. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961) 109-162; FERREIRA, A. Pedroso; BREDA, A. V. M. Antunes – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 2 – Inquérito clínico-epidemiológico feito nas estações secas de 1959 a 1960. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961a) 163-199; FERREIRA, A. Pedroso; BREDA, A. V. M. Antunes – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um

Verifica-se assim que, nos *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, está presente um artigo dedicado a um teste de detecção da quinina na urina, criado por Aldo Castellani, bem como diversas referências à quina e à quinina designadamente em artigos relacionados com a malária, ou em artigos em que se discute o possível papel da quinina no surgimento da febre biliosa hemoglobinúrica.

plano de luta contra a mesma. 3 – Inquérito entomológico. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961b) 201-225; FERREIRA, A. Pedroso; BREDÁ, A. V. M. Antunes – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 4 – Inquéritos feitos em 1962. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 20:1/4 (Jan./Dez. 1963) 73-98.

3.3.11. *Boletim da Escola Superior de Farmácia (Universidade de Lisboa)*

O *Boletim da Escola Superior de Farmácia* iniciou a sua publicação em 1947, com financiamento do Orçamento Geral do Estado²⁹⁶¹.

3.3.11.1. Artigos originais portugueses

O artigo intitulado “Nota sobre a quinina como perturbador da reacção de Carr y Price para a Vitamina A”, da autoria de A. Lupi Nogueira e Elvige Neto, presente no *Boletim da Escola Superior de Farmácia* da Universidade de Lisboa, foi também publicado na *Revista Portuguesa de Farmácia*²⁹⁶². Os autores verificaram, ao analisar medicamentos com quinina e vitamina A, de forma a determinar o seu teor de vitamina A utilizando a reacção de Carr-Price (uma reacção química usada para estimar a quantidade de vitamina A e que produz uma cor azul²⁹⁶³), que a quinina provocava turvação, impedindo a leitura colorimétrica. Determinaram posteriormente a percentagem mínima de quinina que causava essa turvação e verificaram que a quinina aparentemente não provocaria uma redução do teor de vitamina A.

3.3.11.2. Outras referências à quina e à quinina

Noutros artigos de âmbito mais geral também há referências à quina e à quinina. No tomo de 1949, um dos artigos refere uma análise de sulfato de *quinino* efetuada em 1897, assinada por Vicente José de Seíça, diretor do Dispensatório Farmacêutico dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Da análise concluiu-se que esse produto, proveniente da Sociedade Luso-Africana, era “bom e oficial”²⁹⁶⁴.

No artigo “Algumas considerações sobre alcalóides” onde se faz uma revisão de conjunto sobre várias facetas dos alcaloides (definição, propriedades gerais, distribuição no reino vegetal, formação dos alcaloides, papel dos alcaloides, pesquisa e localização, localização histológica, extração, doseamento, estrutura e classificação, propriedades fisiológicas, usos terapêuticos, efeitos tóxicos) encontramos várias menções aos alcaloides da quina. Indica-se por exemplo: que a cinchonina foi isolada a partir da quina em 1810 por Bernardino António Gomes; que “os

²⁹⁶¹ SILVA – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa, p. 129.

²⁹⁶² NOGUEIRA, A. Lupi; NETO, Elvige – Nota sobre a quinina como perturbador da reacção de Carr y Price para a Vitamina A. *Boletim da Escola Superior de Farmácia*. 5 (1953-1956) 161-166. cf. NOGUEIRA, A. Lupi; NETO, Elvige – Nota sobre a Quinina como Perturbador da Reacção de Carr y Price para a Vitamina A. *Revista Portuguesa de Farmácia*. III:2 (Abril-Junho) (1953) 57-61.

²⁹⁶³ OXFORD DICTIONARY OF BIOCHEMISTRY AND MOLECULAR BIOLOGY – **Carr-Price reaction** [Em linha]. Oxford University Press, 2023. [Consult. 19 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803095551852>>.

²⁹⁶⁴ CARDOSO, Nélío Nunes Afonso – Subsídios para a história dos primeiros analistas portugueses. *Boletim da Escola Superior de Farmácia*. 3 (1949) 72-87, p. 79. A análise química a que este artigo se refere foi publicada no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* e na *Coimbra Medica*.

iodidratos e tartaratos de quinidina e cinchonidina são insolúveis ou pouco solúveis em água²⁹⁶⁵; que a quinidina é dextrogira; que a quinina exibe fluorescência azul à luz ultravioleta; que na quina se encontram alcaloides no súber da planta e no pólen; que os alcaloides da casca de quina estão salificados na planta pelo ácido quínico; que nas cascas de quina estão presentes quase 60 alcaloides; alguns princípios e métodos usados na extração dos alcaloides das quinas; que os alcaloides da quina estão entre os alcaloides com maior valor terapêutico; ponto de fusão da quinina, quinidina, cinchonina e cinchonidina, e as plantas que os contêm em maior quantidade (*Cinchona calisaya* Wed. para a quinina, quinidina e cinchonina; e *Cinchona succirubra* Pav. para a cinchonidina), bem como a sua classificação como alcaloides derivados da quinoleína; ou que a quinina era considerada um antipirético e “etioprodo do paludismo”²⁹⁶⁶.

No artigo “Ensaio de quimioterapia antipalúdica na série dos quinolil-pirril-carbinóis” também se encontram referências à quina e à quinina. Trata-se de um estudo experimental da ação de um composto potencialmente antimalárico, em que um dos lotes de pintos infetados com malária tomou o produto em análise, outro lote tomou a paludrina, outro o sulfato de quinina, e o outro não tomou nenhum medicamento. O estudo é precedido de uma parte introdutória (que constitui grande parte do artigo) sobre a malária, os antimaláricos (com uma resenha histórica da descoberta de vários antimaláricos sintéticos) e os seus mecanismos de ação. Este artigo inclui uma introdução histórica sobre a quina, e sobre o isolamento da quinina e da cinchonina. São fornecidas várias informações relacionadas com a quinina, designadamente: principais responsáveis pela elucidação da sua estrutura química (e dos outros alcaloides principais da quina: quinidina, cinchonina e cinchonidina); a história da sua síntese química (e as respetivas etapas dessa síntese), ressaltando-se que a síntese da quinina não tinha interesse comercial uma vez que ficava mais cara do que a obtenção da quinina de fontes naturais; as tentativas de identificar a parte ativa da molécula de quinina; que a quinina era ineficaz como profilático da malária; que Koch preconizara o uso da quinina para a erradicação da malária através da eliminação do plasmódio no homem; ou que a quinina era também usada como padrão na determinação da toxicidade de potenciais novos antimaláricos. O autor indica que os antimaláricos com ação esquizonticida, como a quinina, a atebrina ou a cloroquina, evitavam o aparecimento das formas assexuadas do plasmódio no sangue periférico numa quantidade capaz de produzir os sintomas clínicos da doença e de transmiti-la ao mosquito vetor. Refere igualmente que os medicamentos usados para eliminar os acessos febris da malária eram os que tinham ação esquizonticida. Indica também que a atividade esquizonticida era a mais importante para o combate à malária nas pessoas expostas à contaminação pela doença durante muito tempo. A quinina era designada pelo autor deste artigo como o “único antipalúdico natural que merece a nossa atenção”²⁹⁶⁷ (a

²⁹⁶⁵ JÚNIOR, Albano Pereira – Algumas considerações sobre alcalóides. **Boletim da Escola Superior de Farmácia**. 5 (1953-1956) 167-216, p. 172.

²⁹⁶⁶ JÚNIOR – Algumas considerações sobre alcalóides, p. 214.

²⁹⁶⁷ RIBEIRO, José A. de Almeida – Ensaio de quimioterapia antipalúdica na série dos quinolil-pirril-carbinóis. **Boletim da Escola Superior de Farmácia**. 4 (1950-1952) 237-320, p. 250.

artemisinina e os seus derivados ainda não eram conhecidos ou comercializados). O autor afirma ainda:

“Na realidade, a quinina continua a ser, apesar dos diversos inconvenientes que se lhe apontam, um dos antipalúdicos de escolha. Por outro lado, não só foi o primeiro produto, quimicamente definido a ser utilizado com êxito na luta antimalárica, como ainda aquele que serviu de modelo inicial para a obtenção dos produtos de síntese”²⁹⁶⁸.

O autor indica que ainda não existia um antimalárico ideal, e que por exemplo, nenhum antimalárico curava radicalmente a “terça benigna”. Os melhores resultados no tratamento da terça benigna eram obtidos por associação de um antimalárico com atividade esquizotocida como a quinina, com antimaláricos de atividade gamontocida. José Almeida Ribeiro afirma que o tratamento da malária só com quinina era incompleto pois “embora se reconheça que esta droga é talvez aquela que mais rapidamente debela um acesso da malária franca, a sua acção profilática e gamontocida é praticamente nula, preferindo-se-lhe a paludrina, sempre que não seja possível empregar uma das associações já citadas”²⁹⁶⁹.

No *Boletim da Escola Superior de Farmácia* da Universidade de Lisboa destaca-se assim o artigo de investigação farmacêutica “Nota sobre a quinina como perturbador da reacção de Carr y Price para a Vitamina A”, o único artigo dedicado à quinina, e algumas referências dispersas à quina ou à quinina, designadamente em artigos sobre alcalóides²⁹⁷⁰ ou sobre antimaláricos²⁹⁷¹.

²⁹⁶⁸ Ibidem.

²⁹⁶⁹ Ibidem, p. 284.

²⁹⁷⁰ JÚNIOR – Algumas considerações sobre alcalóides.

²⁹⁷¹ RIBEIRO – Ensaio de quimioterapia antipalúdica na série dos quinolil-pirril-carbinóis.

3.3.12. *Revista Portuguesa de Farmácia*

Esta revista farmacêutica, surgida em 1951, veio substituir o *Jornal dos Farmacêuticos*²⁹⁷². A sucessão ocorreu por proposta de alguns sócios do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos²⁹⁷³. Como é apontado no seu primeiro número, o título *Revista Portuguesa de Farmácia* era assim apenas “uma mudança de designação na sequência dos órgãos oficiais de Imprensa dos farmacêuticos portugueses, de há mais de um século até o presente”²⁹⁷⁴. A publicação incluía uma designada “*parte científica*” composta por trabalhos originais, revisões de conjunto, resumos de artigos e bibliografia; e uma “*parte profissional*” com “artigos de Doutrina, Registo de noticiário e Disposições oficiais, além de uma secção de Consultas”²⁹⁷⁵. A sua publicação terminou em 2001²⁹⁷⁶.

3.3.12.1. Artigos originais portugueses

Foram identificados 3 artigos originais relativos à quina e à quinina. Dois deles são estudos laboratoriais, e o outro artigo é de natureza histórica.

Em 1953, A. Lúpi Nogueira e Elvige Neto publicam o artigo “Nota sobre a Quinina como Perturbador da Reacção de Carr y Price para a Vitamina A”²⁹⁷⁷. O trabalho foi feito no Laboratório da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, e foi apresentado no II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, decorrido no Porto em Maio de 1952. Este artigo surge na sequência de determinações do teor de vitamina A nalguns medicamentos com vitamina A, cânfora, quinina e essências antisséticas. Para essa determinação do teor de vitamina A, os autores utilizaram a reacção de Carr-Price, e verificaram que se formava uma turvação que impedia a leitura colorimétrica. Deste modo, propuseram-se a determinar qual dos componentes destes medicamentos provocava essa turvação, verificando que esta se devia à quinina. Depois quiseram verificar a partir de que percentagem de quinina é que essa turvação surgia, e se a quinina provocava a diminuição do teor em vitamina A. Verificaram que a turvação se notava a partir de 0,0027 gramas de quinina por centímetro cúbico de soluto oleoso, e que a presença da quinina parecia não contribuir para a redução da quantidade de vitamina A.

Em 1961, Amândio Martins publica o artigo intitulado “Nota sobre o emprego do álcool benzílico na solução oleosa injectável de quinina composta”²⁹⁷⁸. Através da sua experiência na

²⁹⁷² NUNES – A abrir, p. 1.

²⁹⁷³ Ibidem, p. 1-2; ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - **Revista Portuguesa de Farmácia** [Em linha]. Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, 2012-2018. [Consult. 3 ago 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://cdfarmaceutica.wixsite.com/cdf-of/revista-portuguesa-farmacia>>.

²⁹⁷⁴ NUNES – A abrir, p. 1.

²⁹⁷⁵ Ibidem, p. 3.

²⁹⁷⁶ ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - *Revista Portuguesa de Farmácia*.

²⁹⁷⁷ NOGUEIRA e NETO – Nota sobre a Quinina como Perturbador da Reacção de Carr y Price...(1953).

²⁹⁷⁸ MARTINS, Amândio – Nota sobre o emprego do álcool benzílico na solução oleosa injectável de

preparação de uma solução oleosa injetável de quinina composta, o autor verificara que os processos normalmente usados para a sua elaboração originavam ocasionalmente uma preparação que não era correta. Elenca vários inconvenientes dos métodos comumente usados na preparação deste medicamento. Destaca designadamente o uso do ácido oleico para solubilizar a quinina, o que requeria um processo demorado e um aquecimento que podia ser mais ou menos prolongado, provocando a perda de substâncias voláteis que estivessem incluídas no medicamento com quinina. O autor propõe-se assim a testar outras substâncias que permitissem que a quinina se dissolvesse, e que evitassem os inconvenientes assinalados. Testou duas substâncias, o uretano e o álcool benzílico. Segundo o autor, ambas as substâncias deram bons resultados, mas com o álcool benzílico o processo era mais fácil, sendo o álcool benzílico praticamente inócuo nas quantidades utilizadas, e tendo além disso propriedades anestésicas assinaláveis. O autor realça também que deste modo se obtinha um produto estável e com excelente aspeto. Amândio Martins explicita ainda o processo utilizado para a preparação desta solução de quinina com álcool benzílico.

O artigo “Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino”²⁹⁷⁹ é um artigo de natureza histórica. Resulta de um trabalho apresentado no XXIII Congresso Internacional de História da Medicina realizado em Londres no mês de Setembro de 1972 e foi abordado na revisão da literatura.

3.3.12.2. Outras referências à quina e à quinina

Estão também presentes referências em artigos que não são dedicados à quina ou à quinina.

Refira-se, designadamente, um artigo de José Cardoso do Vale “Análise de Algumas Tinturas da Farmacopeia Portuguesa”, no qual se apresentam métodos de análise de 12 tinturas presentes na Farmacopeia Portuguesa, entre as quais a tintura de quina²⁹⁸⁰, permitindo a sua identificação. Os testes de identificação eram determinados através de chaves dicotómicas. De acordo com vários profissionais de farmácia, essas tinturas por vezes ainda eram receitadas pelos médicos. No entanto, a farmacopeia oficial portuguesa em vigor não incluía processos de análise que permitissem a identificação e verificação do estado de pureza das tinturas; incluía apenas os seus processos de preparação. Uma vez que normalmente as tinturas eram compradas no comércio (indústria farmacêutica), e não preparadas na própria farmácia, Cardoso do Vale considerava que era útil para o farmacêutico dispôr desses métodos de identificação e avaliação da qualidade das tinturas. O autor indica que as reações e testes propostos poderiam ser facilmente efetuados em qualquer farmácia, e permitiriam a identificação das tinturas, a verificação de adulterações ou

quinina composta. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XI:1 (Janeiro-Março) (1961) 1–4.

²⁹⁷⁹ FONSECA, L. Falcão da – Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XXVIII:4 (Outubro-Dezembro) (1978) 348–372.

²⁹⁸⁰ VALE – Análise de Algumas Tinturas da Farmacopeia Portuguesa, p. 452, 454, 457, 463.

deficiências na qualidade da sua preparação ou acondicionamento, e, no caso de algumas tinturas com alcaloides, a determinação da prevalência em alcaloides.

Outras menções incluem: a referência de que alguns medicamentos, o teor de princípio ativo era inferior ao preconizado na *Farmacopeia Portuguesa*, designadamente nos comprimidos de sulfato de *quinino*²⁹⁸¹; a indicação de que se importava de Inglaterra para Portugal sulfato e cloreto básico de *quinino*²⁹⁸² (designação supostamente utilizada na *Farmacopeia Portuguesa*²⁹⁸³), que em Inglaterra eram chamados de sulfato ou cloreto neutros de *quinino*²⁹⁸⁴; a menção ao contributo de vários portugueses para o conhecimento relacionado com a quina, a quinina e a cinchonina, como Bernardino António Gomes (indicando-se que este isolou a cinchonina), Aloísio Fernandes Costa, e Souto Teixeira²⁹⁸⁵; ou a descrição de um método de análise para doseamento da vitamina A e da quinina quando presentes na mesma fórmula medicamentosa²⁹⁸⁶.

Noutras secções desta revista encontram-se também referências à quina e à quinina. Na secção Perguntas e Respostas, por exemplo, referem-se fórmulas com quina²⁹⁸⁷, questiona-se o preço de uma fórmula com quinina²⁹⁸⁸, e pergunta-se se se devia aviar a “receita” de uma parteira que pedia sulfato de *quinino*²⁹⁸⁹. Na secção de resumos de artigos também encontramos uma referência a um artigo relacionado com a quina²⁹⁹⁰.

²⁹⁸¹ JÚNIOR, M. G. Matos – O ensaio de pureza dos medicamentos officinais na farmácia. **Revista Portuguesa de Farmácia**. I:4 (Outubro-Dezembro) (1951) 168–169, p. 168.

²⁹⁸² CARVALHO, Luís da Silva – «Sobre a Necessidade de Uniformização da Nomenclatura em Farmácia Galénica». **Revista Portuguesa de Farmácia**. V:1 (Janeiro-Março) (1955) 23–29, p. 29. Este artigo, incluído na secção “Revisões de Conjunto” era resultado de um trabalho apresentado no 3.º Congresso Luso-Espanhol de Farmácia decorrido em Santiago de Compostela em Agosto de 1954.

²⁹⁸³ Refira-se, no entanto, que na *Farmacopeia Portuguesa* em vigor na época, a *Farmacopeia Portuguesa IV* de 1946, estes medicamentos com quinina eram designados como sulfato básico de quinina e cloridrato básico de quinina ou cloreto de quinina, não se utilizando o termo *quinino* (cf. FONSECA, José Maria Pinto [et al.] – **Farmacopeia Portuguesa IV : edição oficial**. Lisboa : Imprensa Nacional de Lisboa, 1946, p. 527 e 173).

²⁹⁸⁴ CARVALHO – «Sobre a Necessidade de Uniformização da Nomenclatura em Farmácia Galénica», p. 29.

²⁹⁸⁵ SILVA, A. C. Correia da – Contribuição dos Portugueses para o Conhecimento das Plantas Medicinais do Ultramar. Balanço das Actividades Actuais dos Farmacêuticos Neste Campo. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XII:1 (Janeiro-Março) (1962b) 4–20, p. 12, 14. Este artigo estava incluído na secção “Revisões de Conjunto” e resultou de uma conferência na Faculdade de Farmácia de Paris no decorrer das *XVII^{èmes} Journées Pharmaceutiques Françaises* em Setembro de 1961.

²⁹⁸⁶ BRAGA, Maria Margarida Silva Ferreira – Verificação de Misturas Medicamentosas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XII:1 (Janeiro-Março) (1962) 21–46, p. 43.

²⁹⁸⁷ PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. I:3 (Julho-Setembro) (1951) 119–121, p. 120 (Pergunta nº 16); PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. VII:4 (Outubro-Dezembro) (1957) 196–198, p. 196 (Pergunta nº 171).

²⁹⁸⁸ PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. VI:2 (Abril-Junho) (1956) 46–47, p. 47 (Pergunta nº 147).

²⁹⁸⁹ PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. X:4 (Outubro-Dezembro) (1960) 273–275, p. 275 (Pergunta nº 227).

²⁹⁹⁰ A TURBO-EXTRACÇÃO da casca de quina. TRIPPI, K. S.: Rev. R. Acad. Farm. Barc. 7, 7 (Nov. 1960). **Revista Portuguesa de Farmácia**. XI:1 (1961) 54.

3.3.13. *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical*

Nos *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical* estão presentes poucas referências à quina e à quinina, e apenas no âmbito de outros artigos relacionados com a malária, não estando presentes artigos dedicados exclusivamente à quina ou à quinina.

Desta forma, num artigo de 1967, F. J. C. Cambournac faz algumas considerações sobre várias doenças prevalentes nas regiões tropicais, designadamente nos territórios que na época constituíam colónias portuguesas. Nesse âmbito menciona a malária e afirma: “Desde 1799 que a distribuição de medicamentos antimaláricos (casca da quina) se faz nas províncias ultramarinas o que mostra o interesse dedicado a este importante problema”²⁹⁹¹. Refere-se também à “descoberta por BERNARDINO ANTÓNIO GOMES, em 1810, da cinchonina [sic] sob a forma de cristais, dando assim o maior passo para a obtenção da quinina”²⁹⁹². Indica que em todas essas regiões se realizavam e aperfeiçoavam atividades relativas à distribuição de medicamentos antimaláricos, embora ainda não existissem campanhas de erradicação da malária em todas essas zonas. Destaca “a grande campanha de erradicação iniciada em Moçambique em colaboração com a O.M.S”²⁹⁹³ que estava em curso, e que nas outras regiões existiam serviços próprios encarregados do problema da malária. Indica ainda que, em quatro das ilhas de Cabo Verde a malária tinha já sido erradicada, que na ilha de S. Tomé e em Timor se estavam a desenvolver atividades nesse sentido, e que a malária quase não existia em Macau.

Num outro artigo, publicado em 1971, intitulado “Quimioterapia da malária – Breve resenha histórica”, acerca de medicamentos antimaláricos, a quinina também é referida²⁹⁹⁴, sendo aqui designada como *quinino*. O autor, Álvaro Botelho, inclui uma resenha histórica da utilização da quinina no tratamento da malária, e sobre os antimaláricos sintéticos. Aponta assim que os alcaloides da *Cinchona* (e especialmente o *quinino*) tinham sido os únicos antimaláricos conhecidos até à Primeira Guerra Mundial. Destaca também que o *quinino* e os antimaláricos sintéticos cloroquina, santoquina e quinacrina (também chamada mepacrina ou atebriina) tinham sido muito utilizados “imediatamente antes e ainda no começo da segunda guerra mundial”²⁹⁹⁵.

²⁹⁹¹ CAMBOURNAC, F. J. C. – Atividades actuais dos Portugueses no campo da Saúde Pública, nas regiões tropicais. *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical*. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1967) 171-177, p. 175.

²⁹⁹² Ibidem.

²⁹⁹³ Ibidem.

²⁹⁹⁴ BOTELHO, Álvaro – Quimioterapia da malária – Breve resenha histórica. *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical*. 5:1/2 (Janeiro/Junho 1971) 99-114.

²⁹⁹⁵ Ibidem, p. 99.

O autor faz também várias considerações acerca da resistência dos plasmódios da malária aos antimaláricos. Refere que fora preciso nalguns casos “voltar ao emprego do quinino no tratamento de doentes infectados com parasitas da malária cloroquino-resistentes”²⁹⁹⁶, e que enquanto os principais antimaláricos tinham sido o *quinino*, a mepacrina e a pamaquina não tinha surgido nenhum “problema sério” relativamente à resistência aos medicamentos antimaláricos²⁹⁹⁷. O *quinino* era assim “a droga de eleição para o tratamento de não imunes sofrendo de ataques agudos da responsabilidade do *falciparum* resistente às 4-aminoquinoleínas”²⁹⁹⁸. Quanto à extensão da utilização terapêutica da quinina afirma: “O quinino e a mepacrina são hoje de emprego muito limitado, parecendo o uso do quinino estar apenas indicado em casos de resistência à cloroquina e a outros produtos sintéticos e no tratamento inicial de formas graves da malária”²⁹⁹⁹. Por outro lado, a associação do bicloridrato de *quinino* com a pirimetamina (nome comercial “Daraprim Composto”³⁰⁰⁰) constituía segundo o autor uma das associações medicamentosas mais utilizadas na terapêutica antimalárica.

O artigo inclui também uma classificação dos antimaláricos, quanto à sua constituição química e atividade sobre o plasmódio, destacando a existência de semelhanças na estrutura química do *quinino* e de vários antimaláricos sintéticos. Álvaro Botelho indica em que fase do ciclo de vida do plasmódio parasita é que a quinina atuava, e apresenta algumas considerações sobre a sua farmacologia, toxicidade e mecanismo de ação. Refere ainda que alguns anos antes as “curas prolongadas de quinino”³⁰⁰¹ tinham sido recomendadas para prevenir a infeção pelo plasmódio da malária, e dá algumas indicações sobre as vias de administração e posologia dos antimaláricos, incluindo o *quinino*.

Refira-se também que noutra artigo dos *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical*, relativo aos dípteros vetores de doenças parasitárias humanas em Portugal, se indica que a malária fora erradicada em Portugal em 1967, e que na atualidade apenas se observavam casos de importação³⁰⁰². Não obstante, destaca F. J. C. Cambournac, a malária já fora uma doença com muito alta incidência no país (sendo que por volta de 1938 se diagnosticavam cerca de 100 000 casos por ano), com números elevados de casos graves e fatais.

Como seria de esperar numa publicação associada a uma escola de Saúde Pública e Medicina Tropical, encontram-se vários artigos relacionados com a malária³⁰⁰³, designadamente acerca das diferentes espécies de plasmódios que a provocam³⁰⁰⁴.

²⁹⁹⁶ Ibidem, p. 100.

²⁹⁹⁷ Ibidem, p. 101.

²⁹⁹⁸ Ibidem, p. 113.

²⁹⁹⁹ Ibidem, p. 105.

³⁰⁰⁰ Ibidem, p. 103.

³⁰⁰¹ Ibidem, p. 111.

³⁰⁰² CAMBOURNAC, F. J. C. – Diptères vecteurs de maladies parasitaires de l’homme, au Portugal. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 6:1/4 (Janeiro/Dezembro 1972) 95-100, p. 98. Este artigo fora resultante de uma comunicação apresentada no *1^{er} Multicolloque Europeen de Parasitologie*, decorrido em Rennes, em 1971.

3.3.14. *Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa*

Esta publicação, continuação do *Boletim da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa*, surge depois da escola ser elevada a faculdade pelo Decreto n.º 48696, de 22 de Novembro de 1968. Não contém artigos sobre a quina ou a quinina.

³⁰⁰³ CAMBOURNAC, F. J. C. – Le développement de l'éradication du paludisme – Une leçon de pratique de Santé Publique. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 3:1/4 (Janeiro/Dezembro 1969) 33-46; REIS, Carlos Santos – Malária e gestação. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 3:1/4 (Janeiro/Dezembro 1969) 73-78; GARD E BRITO, Bernardette B. J. H. – A imunofluorescência e a sua contribuição para o estudo da malária. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971a) 223-232; GARD E BRITO, Bernardette B. J. H. – A imunofluorescência no estudo da malária humana: o *Plasmodium berghei* utilizado como antigénio. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971b) 233-239; FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 7ª Lição – Diagnóstico e quadro hemático da malária. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971d) 305-308.

³⁰⁰⁴ FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 4.ª lição – *Plasmodium vivax*. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:1/2 (Janeiro/Junho 1971a) 175-176; FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 5ª Lição – *Plasmodium falciparum*. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971b) 297-300; FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 6ª Lição – *P. malarie* e *P. ovale*. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971c) 301-304.

3.3.15. *Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição Científica* (Universidade de Coimbra)

Nesta publicação, continuação do *Boletim da Escola de Farmácia* da Universidade de Coimbra, encontramos apenas uma referência à quinina, no âmbito de um relatório do diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Este boletim foi publicado entre 1968 e 1974. Deste modo, no tomo 31, no relatório do diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (relativo ao ano letivo de 1970-1971) refere-se a publicação, na revista *Notícias Farmacêuticas* (fascículo IV-V, de 1970), de uma ficha de farmácia galénica relativa a “Supositórios de quinina e cânfora, compostos”, elaborada por Adriano de Sousa³⁰⁰⁵.

³⁰⁰⁵ BANDEIRA, José Ramos – Relatório do Director da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1970-71. **Boletim da Faculdade de Farmácia**. 31 (1971) 194-231, p. 218.

3.3.16. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*

Nos *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical* não estão presentes artigos exclusivamente dedicados à quina ou à quinina. No entanto, encontram-se algumas referências dispersas em artigos sobre outros temas.

No artigo “Serviços de Saúde em evolução no Ultramar” F. J. C. Cambournac apresenta um resumo do estado da malária e de outras doenças nas várias colónias portuguesas, fazendo uma resenha histórica sobre a evolução dos serviços de saúde no chamado Ultramar, e indicando as condições em que estes serviços se encontravam naquele momento. Refere assim o contributo de Bernardino António Gomes, ao isolar em 1810 um princípio ativo da “casca da Kina Kina”, indicando que B. A. Gomes chamara à substância “cinchonina ou cinchonio” (em vez do termo utilizado por Gomes, cinchonino, ou do termo que lhe foi atribuído mais tarde, cinchonina). Aponta que este isolamento “foi o primeiro passo para a grande descoberta da quinina, por Pelletier e Caventou, que marcou grande progresso na terapêutica da malária”³⁰⁰⁶. Indica também que, no ano de 1877, se tinha determinado “por decreto, as normas a seguir na preparação dos medicamentos contendo Kina Kina e dos quais o principal era então designado por Água de Inglaterra”³⁰⁰⁷. Segundo Cambournac, sendo a malária, a febre amarela, a lepra, a doença do sono e as “boubas”, as doenças mais importantes no Ultramar, tinha sido principalmente nestas doenças “que de longa data se concentraram todos os esforços”³⁰⁰⁸.

Refira-se também a menção à importância da quinina no tratamento da malária num artigo sobre alguns estudos efetuados com associações de antimaláricos (sulfonas e sulfamidas associadas aos derivados de pirimidina) pela Brigada para a Erradicação do Paludismo de Moçambique. Indica-se o papel único da quinina na quimioterapia da malária, por ter sido o único antimalárico eficaz em uso por muito tempo, apontando que, na época presente ainda tinha uma utilidade apreciável sob determinadas circunstâncias³⁰⁰⁹.

Também se encontram outros artigos ligados à malária, designadamente estudos de imunologia³⁰¹⁰, diagnóstico serológico³⁰¹¹, ou informações sobre a sua erradicação³⁰¹².

³⁰⁰⁶ CAMBOURNAC, F. J. C. – Serviços de Saúde em evolução no Ultramar. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973) 69-89, p. 72.

³⁰⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁰⁹ BOTELHO, A. – Considerations on the use of sulfones and sulfamides with a pyrimidine derivative by the malaria control service of Moçambique. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973) 207-212, p. 207.

³⁰¹⁰ GARD E BRITO, Bernardette Berthe Juliette Heloïse – Um teste de micro-hemaglutinação indirecta para o estudo da imunidade na malária. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973b) 145-149; GARD E BRITO, Bernardette Berthe Juliette Heloïse – Estudo sobre os aspectos imunitários da infecção pelo *Plasmodium berghei* – (A acção da cortisona em doses terapêuticas). **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 2:1/4 (Janeiro/Dezembro 1974) 431-438.

3.3.17. *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*

No *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra* encontram-se apenas algumas referências dispersas à quina e à quinina em artigos sobre outros temas.

No volume 1 do *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*, no artigo “Montagem e apetrechamento de uma farmácia” é referido que no *Regimento Geral dos Preços dos Medicamentos e Manipulações* constam como obrigatórios vários medicamentos, especialidades farmacêuticas e outras. Neste rol estava, por exemplo, o sulfato de quinina, o Xarope de quina e o Xarope de quina e ferro³⁰¹³. Não se indica o ano do Regimento Geral dos Preços a que se reportam, e que será presumivelmente aquele que se encontra plasmado na Portaria n° 35/70, de 14 de Janeiro.

No volume 11, no artigo “Dispensatório Farmacêutico. Subsídios para a sua História”, apresentam-se exemplos de 3 fórmulas elaboradas no Dispensatório Farmacêutico do Hospital Escolar da Universidade de Coimbra (que preparava medicamentos para doentes internados no hospital e para doentes externos, para além de ter atribuições no ensino de matérias farmacêuticas a futuros médicos e boticários), das quais 2 eram fórmulas que incluíam quina na sua preparação³⁰¹⁴.

Conforme se verifica a partir do que foi exposto, em várias das revistas analisadas encontram-se não só artigos originais, mas também traduções de artigos estrangeiros (comentadas ou não), bem como resumos de artigos de outras publicações, nomeadamente artigos de publicações estrangeiras.

As revistas incluídas nesta análise abarcam diversas facetas da quina e da quinina, e evidenciam a existência em Portugal de alguma investigação laboratorial ou clínica ligada à quina e à quinina, bem como de alguns estudos de natureza histórica.

A análise dos artigos do *Jornal de Coimbra* permite traçar um quadro da utilização da quina enquanto agente terapêutico em Portugal no primeiro quartel do século XIX, através dos relatos de doenças e respetivos tratamentos enviados por médicos de todo o país que foram aí

³⁰¹¹ GARD E BRITO, Bernardette Berthe Juliette Heloise – O teste da aglutinação do látex para o serodiagnóstico da malária. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973a) 139-143.

³⁰¹² CAMBOURNAC, F. J. C.; VIEIRA, H. Santa Rita; COUTINHO, M. A.; SOARES, F. A.; SOARES, A. Brito; JANZ, G. J. – Note sur l’Eradication du Paludisme dans l’ Île de Santiago (Republique du Cap-Vert). *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*. 10:1/4 (1984) 23-34.

³⁰¹³ FERNANDES, Amílcar Manuel A.; MANSO, Manuel Gonçalves A.; OLIVEIRA, Maria Alice C.; MOURA, Maria da Glória A. – Montagem e apetrechamento de uma farmácia. *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*. 1:1/4 Janeiro-Dezembro (1976) 83-88, p. 87.

³⁰¹⁴ PITA, João Rui – Dispensatório Farmacêutico. Subsídios para a sua História. *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*. 11:1 Janeiro-Junho (1987) 69-74, p. 72. Este artigo constituiu uma comunicação apresentada no II Congresso Nacional de Ciências Farmacêuticas, decorrido em 1988.

publicados. Adicionalmente, congrega uma grande parte dos artigos relativos à polémica do cinchonino, elucidando o seu desenvolvimento e conclusão. Inclui também estudos e comentários a trabalhos sobre a quina realizados por autores portugueses (Tomé Rodrigues Sobral, Bernardino António Gomes pai) e estrangeiros (provenientes de publicações várias e apresentados no *Jornal de Coimbra*, geralmente de forma sumariada ou sob a forma de extratos).

O *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* é, das publicações analisadas, aquela que apresenta uma maior amplitude de temas nos artigos publicados sobre a quina e a quinina, incidindo nomeadamente sobre questões de natureza química, botânica, médica, farmacêutica ou comercial. Dado o facto de se tratar de um jornal farmacêutico, e de ter sido publicado durante quase um século, era expectável que se tratasse da publicação periódica com maior amplitude e dimensão de referências à quina e à quinina.

Tanto o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* como a publicação *Coimbra Medica* integram numerosas fórmulas com quina e quinina, que são ilustrativas da recomendação destes fármacos para uma grande diversidade de doenças e sintomas.

N'O *Instituto* estão presentes cinco artigos portugueses dedicados à quina intitulados: “Estado do ensaio da cultura da quina na ilha de Sancto Antão em abril de 1875”; “A cultura das plantas que dão a quina nas possessões portuguezas”; “Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa”; “Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé”; e “Água de Inglaterra”.

O *Jornal de Horticultura Pratica* fornece múltiplas informações úteis sobre a forma como se processou o início e o estabelecimento das culturas de quineiras em São Tomé. Apresenta, por exemplo, dados sobre remessas de plantas e sementes da quina enviadas para África, para a sua posterior plantação nos territórios das antigas colónias portuguesas, e explica questões práticas relacionadas com o seu cultivo, como a sementeira.

A *Coimbra Medica*, uma publicação periódica médica, contém artigos ligados à química (uma análise química de sulfato de quinina; o estudo de um sal de quinina), à medicina e farmácia (formulação de um medicamento com quinina e sua aplicação clínica), e algumas descrições de casos clínicos em que medicamentos derivados da quina foram utilizados.

No *Boletim da Escola de Farmácia* da Universidade de Coimbra, destacam-se os estudos atinentes a métodos de doseamento para determinação do teor de alcaloides totais e de quinina na quina, análises de amostras de quina são-tomense, e o relato da preparação de um medicamento antimalárico, a totaquina, e seu ensaio em doentes portugueses. Refiram-se igualmente as análises de medicamentos com quina e quinina apresentadas (por exemplo no âmbito do estudo de medicamentos antigripais, e na pesquisa de vitaminas hidrossolúveis em especialidades farmacêuticas).

Na *Revista Portuguesa de Farmácia* identificaram-se três artigos originais ligados à quina e à quinina. Dois deles são estudos laboratoriais (“Nota sobre a Quinina como Perturbador da Reacção de Carr y Price para a Vitamina A” e “Nota sobre o emprego do álcool benzílico na

solução oleosa injectável de quinina composta”) e o outro artigo está relacionado com a história da quina e dos medicamentos dela derivados, sobretudo da Água de Inglaterra.

No *Jornal dos Farmacêuticos* (“Nota Sôbre a Preparação de Solutos Injectáveis de Sulfanilamida e Quinina”), nos *Anais do Instituto de Medicina Tropical* (“A Prova do Ácido Fénico Para a Pesquisa de Quinina na Urina” e respetiva tradução intitulada “The «Carbolic Acid Test» For the Detection of Quinine in the Urine”), e no *Boletim da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa* (“Nota sobre a quinina como perturbador da reacção de Carr y Price para a Vitamina A”) encontra-se apenas um artigo relativo à quinina em cada um deles.

Os artigos presentes no *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra* e no *Boletim da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa* denotam a existência de alguma investigação sobre a quina e sobre a quinina em Portugal, neste caso com uma maior predominância de artigos publicados em Coimbra.

As instituições associadas à pesquisa sobre a quina e a quinina incluem a *Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra* ou a *Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa*. A *Sociedade Farmacêutica de Lisboa*, posteriormente designada *Sociedade Farmacêutica Lusitana*, teve um papel na análise de amostras de sulfato de quinina de fabrico nacional, na divulgação de artigos estrangeiros que focavam, por exemplo, as falsificações da quinina, ou na publicação de vários artigos de Bernardino Barros Gomes sobre a história e aspetos práticos da cultura das quineiras. Nas atas das reuniões desta sociedade encontram-se também várias menções à quina e à quinina, designadamente discussões sobre métodos de avaliação da pureza do sulfato de quinina. A *Escola de Higiene e Medicina Tropical*, que se transformaria no *Instituto de Higiene e Medicina Tropical* contribuiu sobretudo com estudos epidemiológicos sobre a malária nas antigas colónias portuguesas, e estudos sobre os vetores da malária.

Os autores que elaboraram artigos sobre a quina e a quinina nas revistas analisadas incluem: Júlio Henriques, diretor do Jardim Botânico de Coimbra e grande promotor do cultivo das quineiras em territórios que faziam parte das antigas colónias portuguesas, que publicou artigos sobre a cultura das quinas; Adolpho Moller, que também publicou artigos sobre o cultivo das quineiras; Francisco Frederico Hopffer que publicou acerca do cultivo de quineiras em Cabo Verde; João Jardim de Vilhena, que publicou um artigo de âmbito histórico sobre a Água de Inglaterra; Joaquim dos Santos e Silva, que apresentou as suas análises químicas de amostras de cascas de quina vindas de São Tomé, determinando o seu teor em quinina e fazendo considerações sobre as implicações dos seus resultados; Bernardino Barros Gomes, que elaborou uma obra sobre a cultura da quina, que foi republicada sob a forma de vários artigos em revistas científicas; Bernardino António Gomes (filho), que relata a receção de ramos floridos de quineiras plantadas em Cabo Verde e na Madeira, destacando que era necessário realizar o estudo químico e microscópico das cascas de quina portuguesa que tivessem a idade e o desenvolvimento adequados; Augusto Rocha, que formulou uma preparação farmacêutica injetável com quinina em doses elevadas; Charles Lepierre, que relata o estudo que fez de um sal de quinina, o

cloridrosulfato de quinina, primeiro descrito por um químico francês; Vicente José de Seíça, que publicou a sua análise química de um sulfato de quinina produzido pela Sociedade Luso-Africana; Aloísio Fernandes Costa, que determinou o valor alcaloídico de amostras de quina vindas de São Tomé; J. B. Cardoso do Vale, que efetuou estudos sobre métodos de doseamento da quinina e dos alcaloides totais da quina; J. Souto Teixeira, que expôs diversas informações sobre a história da cultura da quina e da produção portuguesa de sais de quinina, e descreveu a preparação de comprimidos de totaquina para utilização num estudo clínico; Mário Tavares de Sousa, que apresentou casos clínicos de malária com utilização de quinina e, posteriormente, de atebrina; Aluisio Marques Leal, que relatou a preparação de um soluto injetável estável de sulfanilamida e cloridrato de quinina, utilizando etiluretano e glucose como estabilizantes; Amândio Martins, que descreveu a utilização vantajosa do álcool benzílico na preparação de uma solução oleosa injetável de quinina composta; L. Falcão da Fonseca, que publicou um artigo de âmbito histórico sobre a quina, a Água de Inglaterra e o cinchonino de Bernardino António Gomes; Aldo Castellani, que cunhou um novo método para deteção da quinina na urina; e A. Lúpi Nogueira e Elvige Neto, que verificaram que a quinina perturbava a reacção de Carr-Price para a vitamina A (provocando uma turvação) e que determinaram a concentração a partir da qual a quinina provocava esse fenómeno.

Estão ainda presentes relatos de análises químicas de sais de quinina efetuadas na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra (análises para farmácias, por exemplo, executadas gratuitamente), sendo detetadas várias falsificações; análises de casca de quina são-tomense; ou de extratos de casca de quina. São também referenciados os temas apresentados nos cursos de férias da respetiva Escola de Farmácia de Coimbra, que incluíram designadamente a análise de sais de quinina, ou as lições de interesse colonial sobre “O problema da quina e seus derivados” (Guilherme de Barros e Cunha, 1939), e sobre “A cultura das quinas” (Aloísio Fernandes Costa, 1941), também apresentadas na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra; e é referenciada bibliografia sobre a quina e a quinina. Refira-se ainda a transcrição e referência a legislação portuguesa ligada à quina, a impressão de publicidade a produtos com quina e quinina, ou o fornecimento de dados sobre o consumo de medicamentos com quina e quinina no Hospital de S. José.

Em várias das revistas analisadas, não estavam presentes artigos relacionados com a quina e/ou com a quinina, mas apenas referências dispersas à quina ou à quinina em artigos sobre outros temas. Essas revistas foram os *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto* (1939-1972), os *Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical* (1967-1972), o *Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos* (cuja primeira série foi publicada em 1936, e a 2ª série de 1940 a 1941), o *Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição Científica*, da Universidade de Coimbra (1968-1974), os *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical* (1973-1984; 2012-), e o *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra* (1976-1991). Nas revistas *Pharmaka* (1968-1969) e *Boletim da Faculdade de Farmácia*, da Universidade de Lisboa (1968-1969), não estão

presentes artigos sobre a quina ou a quinina, ou referências avulsas à quina ou à quinina em artigos dedicados a outras temáticas. Podemos assim verificar que as revistas onde não há artigos relacionados com a quina ou a quinina correspondem a publicações que se iniciaram, na sua maioria, na segunda metade do século XX (à exceção dos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, iniciados em 1932), isto é, após a síntese e vulgarização de vários antimaláricos sintéticos como a cloroquina.

3.4. Outros autores e outras obras

3.4.1. Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762)

3.4.1.1. Breve biografia

Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) foi um médico judeu português, e um dos principais fabricantes da Água de Inglaterra.

Nascido Henrique de Castro (adotando mais tarde o nome de Jacob de Castro Sarmiento) em Bragança em 1691, era filho de cristãos-novos³⁰¹⁵, Francisco de Castro Almeida e Violante de Mesquita³⁰¹⁶. Mudou-se para a cidade de Mértola durante a infância, e aí iniciou os seus estudos³⁰¹⁷. Estudou na Universidade de Évora, onde se tornou Mestre em Artes em 1710³⁰¹⁸. Na Universidade de Coimbra obteve o grau de Bacharel em Artes em 1714 e de Doutor em Medicina em 1717³⁰¹⁹. Após alguns anos de prática clínica (nas regiões do Algarve, Alentejo e em Lisboa)³⁰²⁰, em 1721 emigra para Inglaterra, possivelmente por receio da Inquisição em virtude das suas raízes judaicas³⁰²¹. Fixando-se em Londres, integrou a comunidade sefardita de Bevis Marks³⁰²², da qual se afasta em 1748³⁰²³. A partir de 1725 pôde exercer enquanto médico em Inglaterra, após admissão no *Royal College of Physicians*. Foi sócio da *Royal Society* (eleito em 1730), médico da delegação portuguesa em Londres (nomeado em 1738)³⁰²⁴ e doutor em medicina pela Universidade de Aberdeen (1739). Foi o primeiro judeu a quem esse grau foi outorgado no Reino Unido³⁰²⁵.

Castro Sarmiento foi um médico bem-sucedido, obtendo também reconhecimento científico. Inocêncio da Silva afirma, numa obra publicada em 1859, que Castro Sarmiento foi um dos portugueses “que mais aproveitaram no tracto das nações extranhas” e “dos que mais concorreram para naturalisar em Portugal os principios e o gosto da moderna philosophia”³⁰²⁶.

³⁰¹⁵ DIAS - A Água de Inglaterra... p. 28.

³⁰¹⁶ LEMOS – Historia da medicina em Portugal...(Vol. 2, 1899), p. 171.

³⁰¹⁷ BARNETT - Dr Jacob de Castro Sarmiento...; PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 17.

³⁰¹⁸ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899), p. 171.

³⁰¹⁹ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 18.

³⁰²⁰ Ibidem, p. 20-21.

³⁰²¹ Ibidem, p. 22.

³⁰²² Ibidem, p. 14.

³⁰²³ Ibidem, p. 36.

³⁰²⁴ Ibidem, p. 14, 31, 35.

³⁰²⁵ DIAS - A Água de Inglaterra...p. 28-29.

³⁰²⁶ SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil** [Em linha]. Tomo Terceiro. Lisboa : Imprensa Nacional, 1859. [Consult. 10 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008954&bbm/5423#page/6/mode/2up>>, p. 247.

Inocência da Silva realça também que as suas obras ainda eram respeitadas “embora se achem muito áquem dos progressos da sciencia nos tempos posteriores”³⁰²⁷.

As suas obras mais importantes³⁰²⁸ terão sido a *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* (cuja primeira parte foi editada em 1735³⁰²⁹ e reeditada em 1758, juntamente com a segunda parte³⁰³⁰, e que teve também um *Appendix* publicado em 1753 e reeditado em 1757); e a *Theorica Verdadeira das Mares Conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton* (1737), que, de acordo com Hélio Pinto (2015), constituiu a primeira abordagem detalhada das ideias de Newton publicada em Portugal³⁰³¹. Segundo Maximiano Lemos, “A pharmacologia, que no ultimo seculo caíra n’um empirismo ridiculo, no abuso da polypharmacia, no emprego dos arcanos e segredos, entra n’uma phase scientifica com a *Materia medica* de Castro Sarmiento, um dos espiritos mais cultos que nos é dado citar”³⁰³². Juntamente com Phelipe de la Cour publicou a *Pharmacopea Contracta* (1749)³⁰³³. Fez também traduções³⁰³⁴, e publicou obras religiosas³⁰³⁵.

Nas suas obras abordou diversos temas entre os quais: a promoção das teorias de Isaac Newton (1643-1727); a inoculação das bexigas³⁰³⁶; as propriedades e aplicações terapêuticas de

³⁰²⁷ Ibidem.

³⁰²⁸ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 35.

³⁰²⁹ SARMENTO, Jacob de Castro - **Materia Medica Physico-Historico-Mechanica. Reyno Mineral. Parte I. A que se ajuntam, Os principaes Remedios do prezente estado da Materia Medica; como Sangria, Sanguesugas, Ventozas Sarjadas, Emeticos, Purgantes, Vesicatorios, Diureticos, Sudorificos, Ptyalismicos Opiados, Quina Quina, e, em especial, as minhas Agoas de Inglaterra. Como tambem, Huma Dissertação Latina sobre a Inoculação das Bexigas.** Londres: [s.n.], 1735.

³⁰³⁰ SARMENTO, J. de Castro - **Materia Medica Physico-Historico-Mechanica. Reyno Mineral Parte I. A que se ajuntam, Os principaes Remedios do prezente Estado da Materia Medica; como Sangria, Sanguesugas, Ventozas Sarjadas, Emeticos, Purgantes, Vesicatorios, Diureticos, Sudorificos, Ptyalismicos Opiados, Quina Quina, e, em especial, as minhas Agoas de Inglaterra. Edição nova, corrigida, e repurgada, a que se acrescentam por continuação desta Obra, para fazela Completa, Os Reynos Vegetavel, e Animal. Parte II.** [Em linha]. Londres: Guilherme Strahan, 1758. [Consult. 6 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://play.google.com/books/reader?id=tTxfAAAAcAAJ&pg=GBS.PA4&hl=de_AT>.

³⁰³¹ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. v.

³⁰³² LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899)...p. 74.

³⁰³³ DIAS - A Água de Inglaterra...p. 29.

³⁰³⁴ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899)...p. 116, p. 132-133. Uma dessas obras foi um tratado de cirurgia, da autoria do cirurgião inglês Sharp, traduzido para o português— SHARP, Samuel - **Tratado Das Operaçoens De Cirurgia: Com As Figuras, e Descripçam dos Instrumentos de que nellas se faz uso, e huma Introducçam sobre a Natureza e Methodo de Tratar as Feridas, Abscessos, e Chagas. Traduzido em Portugues Da Quarta Edição de Mr. S. Sharp, Cirurgiam do Hospital de Guy de Londres. Por J. de C. S. Doutor em Medicina, do Collegio Real dos Medicos, e Socio da Real Sociedade. Que lhe Ajunta e Accrecenta a Materia Chirurgica ou Todas as Composiçoens, e Remedios da presente Pratica dos Cirurgioens de Inglaterra: e as coisas mais principaes e precisas na Cirurgia** (tradução de Jacob de Castro Sarmiento). [Em linha]. Londres: [s.n.], 1746. [Consult. 6 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://catalog.hathitrust.org/Record/009270938>>. Este livro teve outra edição em 1773.

³⁰³⁵ DIAS - A Água de Inglaterra...p. 28.

³⁰³⁶ SARMENTO, Jacob de Castro - **A Dissertation on the Method of Inoculating the Small-Pox with Critical Remarks on the Several Authors who have treated this Disease.** London : T. Bickerton at the Crown in Pater-Noster-Row, 1721. Esta obra foi posteriormente editada em latim.

águas minerais³⁰³⁷; e as aplicações terapêuticas da Água de Inglaterra³⁰³⁸, medicamento do qual foi um importante produtor. De acordo com Maximiano Lemos, na sua obra *Appendix ao que se acha escrito na Materia Medica* (1ª edição 1753; 2ª edição 1757³⁰³⁹), Castro Sarmiento demonstra ter conhecimento “das mais modernas conquistas da hydrologia medica” e ser “consciente e zeloso investigador das suas propriedades”, tendo a obra sido também louvada por Ricardo Jorge³⁰⁴⁰.

Jacob de Castro Sarmiento fez parte de uma tentativa de reforma do ensino médico em Portugal e foi um importante difusor de ideias científicas em Portugal³⁰⁴¹. Ter-se-á também dedicado ao estudo clínico de algumas drogas como o bálsamo de S. Tomé, o barbatimão (uma casca originária do Brasil), a contraerva ou a simaruba³⁰⁴².

A sua conversão ao Anglicanismo terá ocorrido em 1758³⁰⁴³. Morreu em 1762, e foi enterrado no cemitério anglicano de St. Andrew’s em Holborn, Londres. A receita para a preparação da sua Água de Inglaterra é deixada à sua mulher e filhos³⁰⁴⁴. Não obstante, seriam outros familiares de Castro Sarmiento a dedicar-se ao fabrico e comércio da Água de Inglaterra, mais concretamente o seu sobrinho-neto André Lopes de Castro (e mais tarde o filho deste, José Joaquim de Castro), que declararia que Castro Sarmiento lhe fornecera a fórmula³⁰⁴⁵.

3.4.1.2. *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra (1756)*

A Água de Inglaterra fabricada por Jacob de Castro Sarmiento terá começado a ser comercializada entre 1730 e 1733³⁰⁴⁶. Castro Sarmiento instituiu para esse fim uma rede de “correspondentes”, presentes em vários pontos do território português³⁰⁴⁷. A sua obra *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra, ou Directorio, e Instruccam, para Se saber seguramente, quando se deve, ou não, usar dellas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas*

³⁰³⁷ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 11.

³⁰³⁸ A propósito da recomendação da Água de Inglaterra no tratamento de doentes com histeria por parte de Jacob de Castro Sarmiento na obra *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra (1756)* veja-se SEMEDO, Maria Guilherme; SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui - Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e a água de Inglaterra no tratamento da histeria. In PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Eds.) - **História Interdisciplinar da Loucura, Psiquiatria e Saúde mental — XII**. Coimbra: Sociedade de História Interdisciplinar da Saúde, 2022. ISBN 978-989-54537-9-5. p. 490–495.

³⁰³⁹ SARMENTO, Jacob de Castro - **Appendix Ao que se acha escrito na Materia Medica, do Dr. J. de Castro Sarmiento, sobre a Natureza, Contentos, Effeytos, e Uso pratico, em forma de bebida, e banhos, das Agoas das Caldas da Rainha: Participado ao Publico, em huma Carta escrita Ao Dr. J. M. Sachetti Barboza, Socio da Sociedade Real de Londres, &c. A que se junta O Novo Methodo de fazer uzo da Agoa do Mar, na Cura de muitas Enfermidades Chronicas, em especial nos Achaques das Glandulas**. 2ª ed. Londres : [s.n.], 1757.

³⁰⁴⁰ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899)...p. 180.

³⁰⁴¹ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 97, 158.

³⁰⁴² LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899), p. 173-174.

³⁰⁴³ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 36.

³⁰⁴⁴ BARNETT - Dr Jacob de Castro Sarmiento...

³⁰⁴⁵ DIAS - A Água de Inglaterra...p. 55.

³⁰⁴⁶ Ibidem, p. 30.

³⁰⁴⁷ Ibidem, p. 37.

chronicas; e em casos propriamente de Cirurgia (1756)³⁰⁴⁸ é exclusivamente dedicada à Água de Inglaterra. Como aponta Maximiano Lemos, foi certamente escrita “com fins commerciaes”, mas constitui uma “demonstração do conhecimento profundo das virtudes da quina, determinando Castro Sarmiento com precisão as suas indicações e contra-indicações”³⁰⁴⁹. Maximiano Lemos ressalva, no entanto, que nesta obra Castro Sarmiento recomendava a aplicação da Água de Inglaterra em “estados morbidos em que a pratica demonstrou a sua inefficacia e até a sua nocividade, como quando a prescreve para suster as hemorragias e para evitar os abortos”³⁰⁵⁰.

Os objetivos da obra, eram segundo Jacob de Castro Sarmiento, mostrar “individualmente todos os casos medicos, assim das queixas agudas, como chronicas” bem como “as queixas propriamente de Cirurgia”, em que a utilização da sua Água de Inglaterra era apropriada “e de seguro effeito”, explicitando “a dose, e ocaziam, em que se deve administrar, e aquelles casos, e tempos, em que não he conveniente, e se deve omitir”³⁰⁵¹. Tencionava fornecer informação sobre novas utilizações da Água de Inglaterra, que não tinham sido mencionadas nas suas “Direcçoens” pelo que, de acordo com Castro Sarmiento, “seria a mais indisculpavel omissam, o não participalos ao Publico, em espicial a os Medicos, e Cirurgions da minha Patria” que poderiam assim obter “todos os bons successos, e ajuda, que estam experimentando, nas mais partes, huns, e outros Professores”³⁰⁵² nas doenças agudas e crónicas, bem como em vários casos cirúrgicos. Estas novas indicações eram baseadas em novas observações, resultantes da experiência do autor ao longo dos anos, e em relatos de “Medicos doutos” que tinham utilizado a Água de Inglaterra “em varias partes, e climas, assim da Europa, como da America, e Africa”³⁰⁵³. Segundo o autor, todas as recomendações eram alicerçadas num “grande numero de observaçoens, e experiencias, ou proprias, ou alheas”³⁰⁵⁴, e este trabalho era “a rezulta, e epithome das indagaçoens, e trabalho de vinte e cinco annos de tempo” dedicados à “natureza, virtudes, e pasmosos effeitos deste milagroso remedio”³⁰⁵⁵.

O autor assevera que escrevera em português, por amor e beneficio da sua pátria: “dezejandosse tanto, e tam geralmente, na Medicina, huma Obra desta natureza, sô o amor, e o mayor beneficio da minha Patria, me podiam restringir, e inclinar a escrevela na nossa lingua

³⁰⁴⁸ SARMENTO, Jacob de Castro - **Do Uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra, ou Directorio, e Instruccam, para Se saber seguramente, quando se deve, ou não, usar dellas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas chronicas; e em casos propriamente de Cirurgia: Pello Inventor das mesmas Agoas, J. de Castro Sarmiento, Doutor em Medicina, do Collegio Real dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real.** Londres : Caza de Guilherme Strahan, 1756.

³⁰⁴⁹ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899)...p. 177.

³⁰⁵⁰ Ibidem.

³⁰⁵¹ SARMENTO - Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra...p. 269.

³⁰⁵² Ibidem, p. xxiv.

³⁰⁵³ Ibidem, p. xxii.

³⁰⁵⁴ Ibidem, p. 270.

³⁰⁵⁵ Ibidem, p. 271.

Portuguesa”³⁰⁵⁶, deixando à apreciação dos “mais eminentes e principaes Professores”³⁰⁵⁷ das artes médica e cirúrgica se tinha ou não atingido os objetivos a que se propusera com esta obra.

Castro Sarmiento elogia também as virtudes da quina afirmando: “Em toda a Historia natural, se não tem feito mayor descobrimento ate este dia, nem mais interessante à Natureza humana, e saude publica, do que o da *quina quina*”³⁰⁵⁸. Menciona igualmente a desconfiança inicial dos médicos face à “*quina quina*”, “quando se achou, que tinha a certa, e especial virtude, de curar qualquer febre intermitente”³⁰⁵⁹, “escrevendo contra ella”³⁰⁶⁰, e levando-a ao esquecimento por um período superior a 30 anos. Então reaparecera, demonstrando os seus ótimos efeitos, “mas com nome disfarçado, pello grande horror, e aversam, com que a ouvia nomear o povo”³⁰⁶¹. Nesta altura, quando fora revelado que a quina era responsável por aqueles sucessos terapêuticos, os médicos teriam ficado convencidos, dando início a uma “nova epoca deste excellente remedio”³⁰⁶². Castro Sarmiento também inclui a quina numa lista de “remedios antisepticos, ou contra a podridam”³⁰⁶³ juntamente com a centáurea menor, a serpentária virginiana ou a genciana, entre outros. Castro Sarmiento destaca que a quina curava a gangrena devido às suas propriedades antissépticas, assim como “toda a sorte de hæmorrhagias, e dissoluçoens do sangue”, através da sua “manifesta e indisputavel virtude styptica”³⁰⁶⁴. Salienta também a sua capacidade de “temperar, e destruir a grande acrimonia da cholera podre”³⁰⁶⁵. Indica ainda que a quina tinha atividade nas bexigas³⁰⁶⁶, e como “antidoto da peste”³⁰⁶⁷.

A obra destinava-se a médicos, mas também a cirurgiões. Deste modo, nos locais onde não existiam médicos, os cirurgiões “curiosos”³⁰⁶⁸ que assistiam os pobres que não tinham meios para mandar chamar um médico poderiam recorrer a estas instruções. No entanto, a obra também poderia ser útil para o público em geral, uma vez que Castro Sarmiento fala na possibilidade das pessoas “com a menor tintura de Medicina”³⁰⁶⁹ poderem, daí em diante (após a leitura da sua obra), utilizar a Água de Inglaterra que ele preparava nas situações adequadas, e evitarem usá-la quando esta não era benéfica. Castro Sarmiento afirma que, se o medicamento fosse usado em situações para as quais não era adequado, tal poderia não só ser deletério para o doente, como para a reputação e fama do remédio, que ficariam assim danificadas. Castro Sarmiento afirma que, apesar do título da obra poder sugerir que se tratava de uma obra com informação que ele já

³⁰⁵⁶ Ibidem, p. v.

³⁰⁵⁷ Ibidem, p. 270.

³⁰⁵⁸ Ibidem, p. iii-iv.

³⁰⁵⁹ Ibidem, p. vi.

³⁰⁶⁰ Ibidem, p. vii.

³⁰⁶¹ Ibidem.

³⁰⁶² Ibidem, p. viii.

³⁰⁶³ Ibidem, p. 83.

³⁰⁶⁴ Ibidem, p. 173.

³⁰⁶⁵ Ibidem.

³⁰⁶⁶ Ibidem, p. 167.

³⁰⁶⁷ Ibidem, p. 172.

³⁰⁶⁸ Ibidem, p. xxv.

³⁰⁶⁹ Ibidem, p. xxv-xxvi.

veiculara anteriormente, “no corpo, e progresso deste pequeno livro” o leitor veria “quanto diferente, e quanto mais extensivo, e util he o objecto desta Obra, do que tudo o mais que ate agora temos, e se tem escrito sobre a materia”³⁰⁷⁰. Também na dedicatória da obra, a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado e membro do Conselho de D. José I, declara julgar que nesta obra se encontrava a descrição mais extensa e detalhada dos efeitos terapêuticos da quina³⁰⁷¹.

Esta obra contém ainda uma *Advertencia ao Publico* onde Castro Sarmiento afirma que o segredo da preparação da sua Água de Inglaterra, após a sua morte, ficaria com a sua mulher, D. Isabel de Castro, que, juntamente com o seu filho Henrique de Castro Sarmiento, poderia continuar a prepará-la. Depois do falecimento da sua mulher, o filho Henrique seria o “unico, e absoluto senhor de ditto segredo, para beneficio seu, e de seo descendentes”³⁰⁷².

Castro Sarmiento inclui a caracterização dos “casos medicos, e chirurgicos”³⁰⁷³ em que a Água de Inglaterra era recomendada, incluindo as causas “mais manifestas”³⁰⁷⁴ das doenças em que esta se deveria utilizar. Estabelece um protocolo para o seu tratamento, apontando “os remedios, e o methodo de cura mais racionaes e aprovados”³⁰⁷⁵, que preparavam o doente para que a Água de Inglaterra “produzisse melhor o seu effeito”³⁰⁷⁶. Afirma ter recomendado poucos medicamentos (apenas os que eram absolutamente necessários), e medicamentos de composição simples, preparados a partir “dos simplices de conhecida, e experimentada virtude”³⁰⁷⁷. Para Castro Sarmiento, eram poucos e conhecidos os “ingredientes”, que realmente curavam – desde que “dirigidos por Medico, que lhe conhece as virtudes, e a natureza das enfermidades”³⁰⁷⁸. Apresenta assim as fórmulas de vários medicamentos complementares ao uso da Água de Inglaterra, e inclui medidas não farmacológicas tais como a dieta, o exercício físico ou a realização de sangrias, consoante os casos em questão. Destaca ainda como uma “maxima na Medicina” que todos os remédios, mesmo se utilizados na indicação terapêutica correta, tinham de ser administrados no momento certo, numa dose adequada, e por tempo suficiente – de acordo com a “vehemencia, e natureza da enfermidade, e o temperamento, e constituçam, assim da sazam do anno, como do enfermo” – de modo a exercerem eficazmente a sua ação³⁰⁷⁹.

As virtudes terapêuticas que Castro Sarmiento apresenta para a Água de Inglaterra são as seguintes: “styptica”; “abstergente, expectorante vulneraria, e consolidante”³⁰⁸⁰; antisséptica,

³⁰⁷⁰ Ibidem, p. xxii.

³⁰⁷¹ Ibidem, p. iv.

³⁰⁷² Ibidem, *Advertencia ao Publico*, secção não paginada.

³⁰⁷³ Ibidem, p. 271.

³⁰⁷⁴ Ibidem, p. xxv.

³⁰⁷⁵ Ibidem, p. 271.

³⁰⁷⁶ Ibidem, p. 271-272.

³⁰⁷⁷ Ibidem, p. 272.

³⁰⁷⁸ Ibidem.

³⁰⁷⁹ Ibidem, p. xxvi-xxvii.

³⁰⁸⁰ Ibidem, p. 288.

nervina e cordial³⁰⁸¹; e virtude febrífuga e corroborante³⁰⁸². Sarmiento designa mesmo a sua Água de Inglaterra como “de todos o melhor febrifugo, eo mais potente antiseptico”³⁰⁸³. Castro Sarmiento ressalva que era à quina que se deviam atribuir os principais efeitos da sua Água de Inglaterra³⁰⁸⁴.

Quanto às recomendações terapêuticas, Castro Sarmiento aconselha o uso da Água de Inglaterra numa multiplicidade de doenças e sintomas.

O autor indica que a Água de Inglaterra era praticamente infalível nas febres intermitentes e perniciosas, muito frequentes e endêmicas em Portugal³⁰⁸⁵. Este medicamento seria útil não só como tratamento, mas também como profilático das recaídas das febres intermitentes³⁰⁸⁶. Sarmiento divide as febres intermitentes em febres intermitentes quotidianas, terças intermitentes, quartãs, intermitentes periódicas, e intermitentes erráticas³⁰⁸⁷. Não obstante, afirma que estas febres se reduziam geralmente a dois tipos (“sortes”) principais: as “febres intermitentes simples, e exquízitas”³⁰⁸⁸ (mais frequentes na Primavera³⁰⁸⁹); e as “febres intermitentes nothas”³⁰⁹⁰. Castro Sarmiento aconselhava a Água de Inglaterra nas febres intermitentes “nothas do Estio, e Outono”³⁰⁹¹; nas febres intermitentes perniciosas; nas febres intermitentes que mudavam de natureza, “e depois do segundo, ou terceiro acesso” se tornavam febres contínuas³⁰⁹²; e nas febres intermitentes que reinavam desde o Inverno ao fim da Primavera³⁰⁹³. Aconselha-a igualmente nas febres ardentes³⁰⁹⁴, nas febres “nervozas, commumente chamadas malignas”³⁰⁹⁵, nas febres quotidianas do Estio e do Outono³⁰⁹⁶, nas febres quartãs³⁰⁹⁷ (recomendando-a nalguns casos particulares³⁰⁹⁸) e nas febres “propriamente malignas com pintas, e contagiosas”³⁰⁹⁹, bem como nas bexigas “confluentes, e sanguineas”³¹⁰⁰.

³⁰⁸¹ Ibidem, p. xxvii.

³⁰⁸² Ibidem, p. 82.

³⁰⁸³ Ibidem.

³⁰⁸⁴ Ibidem, p. ix-x.

³⁰⁸⁵ Ibidem, p. xxiii.

³⁰⁸⁶ Ibidem, p. 73, 78, 81-82.

³⁰⁸⁷ Ibidem, p. 30.

³⁰⁸⁸ Ibidem.

³⁰⁸⁹ Ibidem, p. 33.

³⁰⁹⁰ Ibidem, p. 30.

³⁰⁹¹ Ibidem, p. 50.

³⁰⁹² Ibidem, p. 84.

³⁰⁹³ Ibidem, p. 149.

³⁰⁹⁴ Ibidem, p. 99.

³⁰⁹⁵ Ibidem, p. 115.

³⁰⁹⁶ Ibidem, p. 133.

³⁰⁹⁷ Ibidem, p. 141.

³⁰⁹⁸ Por exemplo, no caso das febres quartãs em que “sem haver precedido outra causa, acommeterem pessoas, que padecem enfermidades chronicas, como sam epilepsias, asthmas, gottas, queixas hystericas, ou hypocondriacas, &c. e passando o acesso ou paroxysmo da febre, ficar o enfermo com o pulso natural, com vontade de comer, sono descansado, e sem a menor molestia nas funçoens do seu corpo” Castro Sarmiento indicava que não era aconselhável recorrer à Água de Inglaterra (Ibidem, p. 141-142).

³⁰⁹⁹ Ibidem, p. 165.

³¹⁰⁰ Ibidem.

De acordo com Sarmiento, nas mulheres grávidas, especialmente as “muito fracas, e delicadas”, com desmaios, vertigens, “pulsos intercidentes, e mui debiles, com hum fastio inexplicavel”³¹⁰¹ a Água de Inglaterra dar-lhes-ia “toda a força, e vigor aos solidos, e liquidos do seu corpo”, remediaria “as consequencias dos symptomas hystericos, que està padecendo, e dando mais vigor e firmeza a sua criança, e a todas as partes, que a estam sustentando” evitaria o “imminente perigo” de um aborto³¹⁰². Castro Sarmiento aconselhava a Água de Inglaterra igualmente após o aborto, designadamente quando o pulso estivesse “molle, e fraco”³¹⁰³, bem como para a prevenção de futuros abortos³¹⁰⁴. No pós-parto, a Água de Inglaterra também poderia ser utilizada se a parturiente ficasse “esgotada de sangue” e, sete a nove dias após o parto, estivesse “muito fraca, com o pulso frequente, e pequeno, com o ventre tumido, pella quantidade de flatos, com os lochios brancos, fastio, dores de cabeça, e pouco sono”³¹⁰⁵. Mas a Água de Inglaterra também poderia ser utilizada se, no pós-parto, a mulher ficasse desmemoriada, titubeasse e perdesse “a força e firmeza do raçocinio”, devido a grandes perdas de sangue ou devido aos lóquios. Nesse caso, a “verdadeira cura”³¹⁰⁶ obter-se-ia pelo uso de remédios corroborantes, entre os quais a Água de Inglaterra.

Nos “affectos hystericos”³¹⁰⁷ a Água de Inglaterra tinha, segundo Sarmiento, um “admiravel effeito”³¹⁰⁸. Era, no entanto, apenas indicada num dos tipos de afeções histéricas descritas por Castro Sarmiento. As causas do tipo de afeção histérica em que a Água de Inglaterra era recomendada eram, segundo Sarmiento, as “grandes evacuaçoens de sangue naturaes, ou artificiaes”³¹⁰⁹, os “aborsos repetidos”³¹¹⁰, as “reliquias dos sobre partos”, as “violentas paixoens da alma”, os sustos, os jejuns, e as “abstinencias continuadas”³¹¹¹. Nestes doentes o “sangue, e mais liquidos” estavam “tam tenues, fracos, e ligeiros, que não podem comprimir as artérias” pelo que “faltando esta compressam aos nervos, ficam estes dezordenados, em huma parte produzindo convulsoens, e em outras mostrando a sua summa laxidam, e debilidade”³¹¹². Os sinais destas afeções histéricas em que a Água de Inglaterra seria útil incluíam “animo triste, agitado pellas varias paixoens do medo, ira, sospeitas, odio, amor extremoso, e zellos”³¹¹³, e uma atividade inconstante “sempre dezejando cousas novas, e sempre desistindo das mesmas que tem dezejado”³¹¹⁴.

³¹⁰¹ Ibidem, p. 200.

³¹⁰² Ibidem, p. 201.

³¹⁰³ Ibidem, p. 178.

³¹⁰⁴ Ibidem, p. 179, 201-202.

³¹⁰⁵ Ibidem, p. 189.

³¹⁰⁶ Ibidem, p. 191.

³¹⁰⁷ Ibidem.

³¹⁰⁸ Ibidem.

³¹⁰⁹ Ibidem, p. 193.

³¹¹⁰ Ibidem, p. 193-194.

³¹¹¹ Ibidem, p. 194.

³¹¹² Ibidem, p. 196.

³¹¹³ Ibidem, p. 195.

³¹¹⁴ Ibidem, p. 195-196.

Para além disso, a Água de Inglaterra teria “bons efeitos” nos “affectos hypocondriacos”³¹¹⁵. Também neste caso Castro Sarmiento distingue dois tipos de afeções hipocondríacas, e a Água de Inglaterra era apenas recomendada num deles – nos hipocondríacos “de temperamento choleric, de constituição fraca, e delicada, sagazes, engenhozos, e muito applicados a estudos”³¹¹⁶. Nota que as causas das afeções hipocondríacas e históricas que respondiam à Água de Inglaterra eram geralmente as mesmas³¹¹⁷, para além de outras causas particulares das afeções hipocondríacas (como “exercícios violentos, e appetites desordenados”³¹¹⁸; “jejuns, austeridades, e outros excessos, ou pello demaziado estudo, e applicação aos livros”³¹¹⁹; entre outras).

A Água de Inglaterra teria também utilidade em vários casos “propriamente de cirurgia”³¹²⁰ como nas chagas (provenientes de feridas causadas por acidentes ou por cirurgias³¹²¹, ou causadas pela “corrosam, acrimonia e ma qualidade do sangue, e mais humores do corpo”³¹²²); ou nas “Febres hecticas procedidas da podridam da materia purulenta, e communicada ao sangue” por retenção de matérias purulentas nas chagas ou feridas – em que a cura “perfeita” apenas poderia ser obtida através da Água de Inglaterra³¹²³. No caso das “operações e amputações, ou mutilações de Cirurgia”³¹²⁴, Castro Sarmiento também aconselhava o uso da Água de Inglaterra, antes e depois das operações, para prevenir hemorragias fatais, e as “consequencias de huma violenta inflamação”³¹²⁵ – a supuração “viciada”, as convulsões e a gangrena³¹²⁶. Neste caso a Água de Inglaterra teria o efeito de

“vigorar o animo amedrentado, e abatido, e corroborar, e fortificar todos os solidos, e liquidos do corpo; o impedir huma violenta hemorrhagia, e conservando a transpiração, e a circulação regular, o impedir huma inflamação violenta na parte ferida; e consequentemente a suppuração viciada, a gangrena, e as convulsoens, que o Cirurgiam temia”³¹²⁷.

Na gangrena, designada como o “mais perigozo symptoma, que sobrevem nos casos da Cirurgia”, Castro Sarmiento declara que não existia “mais efficax remedio para a sua extirpação

³¹¹⁵ Ibidem, p. 203.

³¹¹⁶ Ibidem, p. 204.

³¹¹⁷ Ibidem.

³¹¹⁸ Ibidem.

³¹¹⁹ Ibidem, p. 204-205.

³¹²⁰ Ibidem, p. 213.

³¹²¹ Ibidem, p. 214.

³¹²² Ibidem, p. 214-215.

³¹²³ Ibidem, p. 226.

³¹²⁴ Ibidem, p. 228.

³¹²⁵ Ibidem, p. 228-229.

³¹²⁶ Ibidem, p. 229.

³¹²⁷ Ibidem, p. 230-231.

e cura”³¹²⁸ do que as suas Águas de Inglaterra. Não obstante, a Água de Inglaterra não seria aconselhada em todas as “castas” de gangrena³¹²⁹.

Nesta obra, a Água de Inglaterra também é recomendada em feridas devido a “tiros de bala”³¹³⁰, fazendo parte de um protocolo terapêutico bastante elaborado, que precedia o uso da Água de Inglaterra. Adicionalmente, Castro Sarmiento aconselhava a Água de Inglaterra em vários tipos de hemorragias – incluindo hemorragias nasais abundantes³¹³¹; e “hemorragias scorbuticas, pellas chagas, e gengivas”³¹³²; bem como hemorragias devido a feridas, sobretudo nas resultantes de operações cirúrgicas como retirar a “pedra da bexiga” e “mutilações dos braços, e pernas” (em que Água de Inglaterra de Castro Sarmiento seria o “remedio mais soberano”³¹³³), ou em hemorragias prolongadas de feridas recentes que enfraquecessem demasiado o doente³¹³⁴.

Castro Sarmiento relata também alguns casos clínicos de outros 3 médicos. Os relatos incluem um caso clínico de um médico português em Roma, que usara a Água de Inglaterra numa epilepsia grave com sucesso, diminuindo a intensidade dos ataques. Incluem igualmente dois casos clínicos do físico-mor de Angola. Um deles referia-se a um doente “phtisico, ou empyematico”³¹³⁵, e o outro caso era de um doente que, depois de curado de febres terças intermitentes, ficara a sofrer de uma “total vigilia”³¹³⁶. Ambos tinham sido tratados com a Água de Inglaterra. Por último, Castro Sarmiento apresenta a descrição de um caso observado em Castro Marim, de um doente “phtisico”³¹³⁷ igualmente curado através do uso da sua Água de Inglaterra. O autor recomendava consequentemente o uso da Água de Inglaterra “em todas as epilepsias periodicas”³¹³⁸ e nas “phtisicas, e empyemas; muito em especial, nas que se seguem, e resultam das reliquias das febres periodicas; ou pendentes da grande redundancia, e acrimonia de materias biliosas, e corrosivas, que reynam notavelmente em muitos lugares de Portugal”³¹³⁹.

Note-se ainda que Castro Sarmiento declara julgar conveniente que os médicos registassem as “enfermidades mais frequentes, e endemias da sua residencia”, algo que “seria de tanta utilidade a o genero humano, que eu o reconheço por hum dos desiderata na Medicina”³¹⁴⁰.

Castro Sarmiento ressalva ainda que a sua Água de Inglaterra era “feita da mais escolhida, e selecta quina quina; livre das suas partes terreas inuteis, e offensivas; suspensa em hum liquido

³¹²⁸ Ibidem, p. 232.

³¹²⁹ Ibidem.

³¹³⁰ Ibidem, p. 248.

³¹³¹ Ibidem, p. 266.

³¹³² Ibidem, p. 268.

³¹³³ Ibidem.

³¹³⁴ Ibidem, p. 265-266.

³¹³⁵ Ibidem, p. 283.

³¹³⁶ Ibidem, p. 279.

³¹³⁷ Ibidem, p. 285.

³¹³⁸ Ibidem, p. 278.

³¹³⁹ Ibidem, p. 287.

³¹⁴⁰ Ibidem, p. xxiii-xxiv.

suave, e corroborante; em propria, e proporcionada dose; e accomodada para todo o clima, temperamento, e idade”³¹⁴¹.

Castro Sarmiento descreve ou menciona a atividade da Água de Inglaterra por si preparada em várias obras³¹⁴², como na *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*³¹⁴³ (que inclui uma secção relativa à quina e à Água de Inglaterra³¹⁴⁴), e noutras obras posteriores³¹⁴⁵. Destaque-se também a presença de várias fórmulas preparadas com quina na sua *Pharmacopeia Contracta*. Na obra em análise, *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra*, Sarmiento refere menções a curas com a Água de Inglaterra presentes noutras obras suas como a *Materia Chirurgica*³¹⁴⁶ (onde se refere o uso da Água de Inglaterra no tratamento de ferimentos de bala³¹⁴⁷), e na *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*³¹⁴⁸ (tratamento referido pelo padre e médico Francisco Xavier Leitão, na censura a esta obra³¹⁴⁹).

Embora se trate de uma obra de farmacologia e medicina, há nitidamente um pendor comercial que impregna o livro *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra*, tal como é apontado por Maximiano Lemos. Castro Sarmiento era, para além de médico, responsável por um negócio de venda de Água de Inglaterra, e esforça-se por distinguir a qualidade e eficácia da sua Água de Inglaterra acima de todos os produtos similares, e por divulgar uma multiplicidade de aplicações terapêuticas para o seu produto medicinal, o que ampliaria o seu valor comercial. Deste modo, Sarmiento destaca que existia, muito antes da comercialização da sua preparação, uma outra designada Água de Inglaterra, mas que este remédio era “na invençam, e preparaçam muito diferente”³¹⁵⁰. Além disso, o seu autor apenas lhe atribuíra a propriedade de curar febres intermitentes e mantivera secreta a sua composição, ao passo que Castro Sarmiento recomendara a sua Água de Inglaterra para diversas queixas para além das febres intermitentes, e difundira que os seus “principaes effeitos” seriam devidos à quina³¹⁵¹. Castro Sarmiento também reafirma a superioridade do seu remédio através das afirmações do Dr. Euzebio Catela de Lemos, fisico-mor de Angola, que declarara numa carta de 10 de Novembro de 1751, transcrita na obra *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra*: “Estou obrigado de justiça, *abfit adulatatio*, a declarar, que

³¹⁴¹ Ibidem, p. 174.

³¹⁴² DIAS - A Água de Inglaterra...p. 29, 33.

³¹⁴³ SARMENTO - Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra... p. xxi, 173-174. A respeito das referências à quina e à Água de Inglaterra na *Materia Medica* de Castro Sarmiento veja-se DIAS - A Água de Inglaterra...p. 30, 32-33, 36-39 e PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 65-67.

³¹⁴⁴ SARMENTO - *Materia Medica Physico-Hystorico-Mechanica* (1735) ...p. 517-538 (intitulada “Da Quina Quina, e em especial, das Minhas Agoas de Inglaterra”, p. 517). Esta secção também está presente na edição de 1758 (p. 402-417). A edição de 1758 também tem uma secção sobre a quina na segunda parte desta mesma obra (p. 498-499), sob o título “Peruvianus Cortez. Casca Peruviana”.

³¹⁴⁵ PINTO - Jacob de Castro Sarmiento...p. 66-67, 76, 153.

³¹⁴⁶ SARMENTO - Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra... p. 263.

³¹⁴⁷ SHARP - Tratado Das Operaçoens De Cirurgia...p. 420.

³¹⁴⁸ SARMENTO - Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra...p. 285.

³¹⁴⁹ SARMENTO - *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* (1735), p. 9.

³¹⁵⁰ SARMENTO - Do Uso e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra...p. ix.

³¹⁵¹ Ibidem, p. x.

na sua Agoa de Inglaterra experimentei sempre huma incontestavel preferencia à do Dr. Mendes, em todas as suas operaçoens”³¹⁵².

³¹⁵² Ibidem, p. 278-279.

3.4.2. Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829)

3.4.2.1. Breve biografia

Manuel Joaquim Henriques de Paiva nasceu em Castelo Branco em 1752³¹⁵³, filho de António Ribeiro de Paiva e Isabel Aires Henriques³¹⁵⁴. O seu pai, cristão-novo, era boticário para além de cirurgião. A sua mãe descendia de um boticário chamado João Henriques³¹⁵⁵. Parece haver também uma relação de parentesco com o famoso médico português Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), discípulo científico de Herman Boerhaave (1668-1738)³¹⁵⁶.

Em 1769 Manuel Joaquim Henriques de Paiva foi para o Rio de Janeiro, obtendo no Brasil o título de boticário em 1770³¹⁵⁷. Em 1772 voltou a Portugal, iniciando os seus estudos na Universidade de Coimbra³¹⁵⁸. Em 1775 Manuel Joaquim Henriques de Paiva forma-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, com o grau de bacharel. Através deste grau académico, obrigatório para acesso ao curso médico, ingressa na Faculdade de Medicina, onde se forma em 1781³¹⁵⁹. Lecionou também na Universidade de Coimbra, tendo sido demonstrador interino (1774-1775) e depois demonstrador (1775-1783) da cadeira de Química. Foi também nomeado 7º (1804-1808) e 6º lente da cadeira de Farmácia (1818-1822)³¹⁶⁰, criada em Lisboa em 1801, e que era dependente da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra³¹⁶¹. Henriques de Paiva fixou residência em Lisboa em 1777, após divergências com as autoridades académicas da Universidade de Coimbra³¹⁶². Para além da sua atividade clínica, que iniciou mesmo antes de concluir o curso médico³¹⁶³, foi um autor prolífico no âmbito da medicina e da farmácia, tendo publicado diversas obras originais. Entre as suas obras conta-se o *Preservativo das bexigas e de seus terríveis estragos, ou historia da origem e descobrimento da*

³¹⁵³ CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de - **Memoria Historica da Faculdade de Philosophia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872, p. 19.

³¹⁵⁴ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ... p. 285.

³¹⁵⁵ PITA, João Rui - Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Publicação do Preservativo das Bexigas. **Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI**. 16 (2002) 45-51, p. 45.

³¹⁵⁶ SILVA - *Diccionario bibliographico portuguez* (T. 6, 1862) ... p. 12; FILGUEIRAS, Carlos A. L. – *As Vicissitudes da Ciência Periférica: a Vida e a Obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva*. **Química Nova**. 14:2 (1991) 133-141, p. 133; PITA - Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Publicação do Preservativo das Bexigas, p. 45-46.

³¹⁵⁷ BARRETO, Maria Renilda Nery - **A Medicina Luso-Brasileira: Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851)**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2005. 257 p. Tese de doutoramento, p. 33; FILGUEIRAS – *As Vicissitudes da Ciência Periférica* ...p. 133.

³¹⁵⁸ PITA - Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Publicação do Preservativo das Bexigas, p. 46.

³¹⁵⁹ PITA, J. R. - Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. [Em linha]. **Mneme - Revista de Humanidades**. 10:26 (2010) 91-102. [Consult. 9 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/10>>, p. 94.

³¹⁶⁰ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 285.

³¹⁶¹ PITA - Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência...p. 94.

³¹⁶² PITA - Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Publicação do Preservativo das Bexigas, p. 46.

³¹⁶³ PITA - Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência...p. 94.

vaccina, e dos seus efeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação (1ª edição em 1801 e segunda edição em 1806), a *Pharmacopea Lisbonense, ou collecção dos simplices, preparações e composições mais efficazes e de maior uso* (1ª edição em 1785; 2ª edição em 1802), ou a *Pharmacopea naval, ou collecção dos medicamentos simples e compostos; que cumpre haver nas boticas dos navios* (1807). Foi também um grande divulgador científico, tendo traduzido e adaptado várias obras publicadas originalmente em francês, latim, inglês e castelhano³¹⁶⁴.

Ocupou diversos cargos, como o de médico da Câmara Real, encarregado da administração do armazém e da botica da Marinha Real, censor régio da mesa do Desembargo do Paço, deputado da Real Junta do Proto-Medicato ou mestre de oficina do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra (1775-1783)³¹⁶⁵. Foi também redator do *Jornal Encyclopedico*³¹⁶⁶. Foi ainda Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real³¹⁶⁷. Foi membro de diversas sociedades científicas como a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Academia Real de Medicina de Madrid ou a Real Academia de Ciências de Estocolmo³¹⁶⁸. Devido à perencionada associação aos franceses durante a invasão comandada pelo general Junot³¹⁶⁹, foi preso em 1808, e em 1809 foi destituído dos cargos que exercia, sendo-lhe retirados os títulos e honrarias, e foi sentenciado ao degredo. Regressou então ao Brasil, onde manteve a sua atividade científica, clínica e política³¹⁷⁰. Em 1818, através de Decreto de 6 de Fevereiro de 1818 de D. João VI e Aviso Régio de 14 de Novembro de 1818³¹⁷¹, foram-lhe reintegradas as “Honras, e Prerogativas” que tivera em Portugal³¹⁷², incluindo o cargo de lente de Farmácia. No Brasil foi professor da cadeira de Farmácia do Curso Médico-Cirúrgico da Bahia, cadeira cujo estabelecimento foi autorizado por Carta Régia de 29 de Novembro de 1819³¹⁷³. Em 1824 foi nomeado professor da Cadeira de Matéria Médica e Farmácia³¹⁷⁴ da Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (também

³¹⁶⁴ SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (T. 6, 1862) ...p. 15-17.

³¹⁶⁵ Ibidem, p. 12; RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 285; PITA - Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência...p. 94-95.

³¹⁶⁶CARVALHO - Memoria Historica da Faculdade de Philosophia ...p. 19; RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 285.

³¹⁶⁷ SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (T. 6, 1862) ...p. 12.

³¹⁶⁸ Ibidem; RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 286.

³¹⁶⁹ SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (T. 6, 1862) ...p. 13.

³¹⁷⁰ BARRETO - A Medicina Luso-Brasileira ...p. 37-38.

³¹⁷¹ RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 286.

³¹⁷² DECRETO de reintegração de honras, &c. em favor de Manoel Henriques de Paiva. **O Investigador Português em Inglaterra**. 22:88 (1818) 458.

³¹⁷³ CARTA Régia de 29 de Novembro de 1819. [Em linha]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1819, Página 81 Vol. 1 (Publicação Original). [Consult. 9 Ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-39245-29-novembro-1819-569091-publicacaooriginal-92369-pe.html>.

³¹⁷⁴ FILGUEIRAS – As Vicissitudes da Ciência Periférica ...p. 139.

chamada Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia³¹⁷⁵). Em 1822, após a independência do Brasil, escolhe a nacionalidade brasileira³¹⁷⁶. Faleceu em 1829, no Brasil³¹⁷⁷.

3.4.2.2. *A Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento*

De entre a ampla obra científica e divulgativa de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, conta-se um trabalho exclusivamente dedicado à Água de Inglaterra. Este trabalho intitula-se: *Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.*

Primeiro publicada em 1815, na Bahia, foi reimpressa em 1816³¹⁷⁸ e em 1828³¹⁷⁹ em Lisboa³¹⁸⁰.

Nesta obra o autor expõe as indicações terapêuticas da Água de Inglaterra, bem como o seu modo de utilização, incluindo a posologia e a altura mais indicada para a administração deste medicamento. Inclui também os casos em que a Água de Inglaterra não era recomendada. Henriques de Paiva pretendia assim

“ordenar huma Memoria, na qual se contivessem não só refundidas todas as ditas Direcções [de Jacob de Castro Sarmiento, André Lopes de Castro e José Joaquim de Castro], mas tambem os resultados das minhas observações, e dos que pude colher das Attestações impressas, e das informações, que tem vindo ás minhas mãos”³¹⁸¹

³¹⁷⁵ VELLOSO, Verônica Pimenta; MADUREIRA, Francisco José Chagas - **Escola de Cirurgia da Bahia**. [Em linha]. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). [Consult. 10 jul. 2023]. Disponível em

WWW:<URL:<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm>>>.

³¹⁷⁶ BARRETO - A Medicina Luso-Brasileira ...p. 38.

³¹⁷⁷ FILGUEIRAS – As Vicissitudes da Ciência Periférica ...p. 139.

³¹⁷⁸ P[AIVA], M. J. H. de— **Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.** Lisboa: Impressão Regia, 1816.

³¹⁷⁹ P[AIVA], M. J. H. de— **Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.** Lisboa: Impressão Regia, 1828. As obras publicadas em 1816 e 1828 são reimpressões da edição publicada na Bahia em 1815. As citações do texto correspondem à edição de 1828.

³¹⁸⁰ Pedro José da Silva indica que terão também existido reimpressões em 1836 e 1845 (SILVA - História da Pharmacia Portugueza ... (3ª memória, 1868), p. 150).

³¹⁸¹ PAIVA - Memoria sobre a excellencia (1828) ...p. vii.

O trabalho resultaria assim não apenas de recomendações alheias, mas da experiência do próprio autor.

Indica-se que a obra podia ser adquirida na casa de José Joaquim de Castro ou remetida para a respetiva residência do comprador (no caso dos residentes de Lisboa), ou ser “entregue pelos Correspondentes” de José Joaquim de Castro³¹⁸² (no resto de Portugal).

Segundo Henriques de Paiva as qualidades da Água de Inglaterra incluíam ser amargosa, mas não “desagradavel ao paladar”³¹⁸³, ser espirituosa, aromática e estíptica. Os seus efeitos manifestavam-se

“principalmente no estomago, ou onde a mesma Agua se applica immediatamente, resurtem destas partes promptamente por irradiação, e se espargem, mediante correspondencias sympathicas ou associadas, pelos nervos, que os communicão ao organismo da economia animal”³¹⁸⁴

Para Henriques de Paiva a Água de Inglaterra tinha como virtudes “incitar e reforçar as partes sólidas vitas”, sendo por isso “hum remedio roborante, alguma coisa adstringente, e estimulante, ou, como se explicão os Brownianos, incitativo permanente e hum pouco diffusivo”, que impedia “a decomposição, e a recomposição, ou a denegeração dos humores, gozando por isso das virtudes sorvente e antisceptica”³¹⁸⁵.

Nesta obra, a Água de Inglaterra é recomendada para o tratamento de um amplo leque de doenças e sintomas incluindo

“todas as enfermidades tanto universaes como locaes, quer sejam agudas, quer chronicas, procedidas da fraqueza, frôxidão ou *atonía* dos solidos haja ou não derramamento e cumulo dos humores; em summa aproveita nas enfermidades asthenicas de Brown”³¹⁸⁶

A Água de Inglaterra é indicada no tratamento de várias febres, designadamente as “febres periodicas ou intermittentes nervosas, chamadas vulgarmente *maleitas* ou *sezões*, quotidianas, terçães etc.”³¹⁸⁷, que a historiografia médica tem relacionado com os acessos da malária. Também era aconselhada para tratar doenças como a erisipela, o sarampo ou as bexigas, que podiam cursar acompanhadas de febre. Outras febres para as quais se recomendava este medicamento incluíam as “febres erraticas e anomalas sem ordem, nem annotação”³¹⁸⁸; as “febres remittentes ou subintrans, cujos paroxismos pegão huns com outros, as quaes são variedades das intermittentes”³¹⁸⁹; as “*febres intermittentes mascaradas* ou *parciaes*, como dôres de cabeça,

³¹⁸² Ibidem, página não numerada.

³¹⁸³ Ibidem, p. 1.

³¹⁸⁴ Ibidem.

³¹⁸⁵ Ibidem, p. 2.

³¹⁸⁶ Ibidem.

³¹⁸⁷ Ibidem, p. 3.

³¹⁸⁸ Ibidem.

³¹⁸⁹ Ibidem.

de dentes, ophthalmias”³¹⁹⁰; a “febre mixta chamada *synochus*”³¹⁹¹; a “febre symptomatica chamada *hectica*”³¹⁹²; as

“febres continuas nervosas, conhecidas com o nome de *Typhus*, ou estas resultem das febres remittentes (...) mal curadas, ou procedão dos effluvios contagiosos, que se erguem do apodrecimento das substancias animaes e vegetaes nos lugares pantanosos, nos arraiaes, nos cárceres, nos navios, nos hospitaes, e onde quer que haja gente amontoada, ou que faltem os bons alimentos, as bebidas espirituosas, a ventilação e o accio”

(e que incluíam as febres “*lentas nervosas*” e “*nervosas agudas*”³¹⁹³); ou “nos cursos symptomaticos das febres periodicas, das nervosas, das bexigas e de outras doenças filhas da debilidade”³¹⁹⁴. Henriques de Paiva indica também a utilidade da Água de Inglaterra na gota, e no tratamento das dores reumáticas. Afirma que desde há mais de 2 séculos a quina era recomendada “indistinctamente na gota, com particularidade naquella impropriamente chamada *atonica*, retrocedida e vaga”, sendo muito útil naquela doença “como a experiencia me tem ensinado”³¹⁹⁵.

Outras aplicações terapêuticas da Água de Inglaterra incluíam o histerismo e a hipocondria. Segundo o autor estas patologias tinham a mesma etiologia, sendo a hipocondria própria dos homens e o histerismo das mulheres. A Água de Inglaterra era assim “o mais portentoso remedio no hysterismo periodico febril, terçõe, e quartãe hystericca [sic]”³¹⁹⁶.

No campo da gastroenterologia a Água de Inglaterra também era indicada. Segundo Henriques de Paiva os “effeitos das qualidades”³¹⁹⁷ deste medicamento manifestavam-se sobretudo “na incitabilidade dos orgãos da digestão”, e as suas “estupendas virtudes” revelavam-se nomeadamente na chamada “*dyspepsia* de Cullen”³¹⁹⁸. Era igualmente muito útil “Nas dôres do canal alimentoso conhecidas com os nomes de *cardialgia*, *gastrodynia* e *cólica*”³¹⁹⁹ bem como em diversos tipos de disenteria³²⁰⁰.

A Água de Inglaterra também era aconselhada em “fluxos de sangue ou hemorragias venosas e passivas, quer idiopathicas, quer symptomaticas, que procedão da debilidade dos vasos”³²⁰¹ nomeadamente: “no fluxo de sangue do utero, e que sahe delle acompanhado dos

³¹⁹⁰ Ibidem, p. 8.

³¹⁹¹ Ibidem, p. 11-12.

³¹⁹² Ibidem, p. 14.

³¹⁹³ Ibidem, p. 9.

³¹⁹⁴ Ibidem, p. 30.

³¹⁹⁵ Ibidem, p. 36.

³¹⁹⁶ Ibidem, p. 34.

³¹⁹⁷ Ibidem, p. 28.

³¹⁹⁸ Ibidem, p. 29.

³¹⁹⁹ Ibidem, p. 31.

³²⁰⁰ Ibidem, p. 32.

³²⁰¹ Ibidem, p. 21.

symptomas de debilidade geral”³²⁰²; ou “No fluxo de sangue do nariz, que não provém de pancada”³²⁰³.

Este medicamento seria também adequado nas mulheres que já tivessem sofrido muitos abortos, sendo a Água de Inglaterra recomendada desde o início (desde que a mulher soubesse que estava grávida) até ao termo da gravidez³²⁰⁴. Para além destas indicações terapêuticas, Henriques de Paiva recomendava a Água de Inglaterra no tratamento da “chólera”³²⁰⁵, do escorbuto³²⁰⁶ e da anorexia (“fastio ou aversão ao comer”) “*humoral*” e “*atonica*”³²⁰⁷; na asma³²⁰⁸; na diabetes (definida como um “fluxo profuso e chronico de urina”³²⁰⁹); em “qualquer chaga, assim das partes molles, como duras, quer recente quer velhas, indaque de má qualidade ou cancosa”³²¹⁰, bem como “para impedir o progresso da gangrena”³²¹¹.

Para Henriques de Paiva a Água de Inglaterra podia ser administrada por via oral (ingerida) e/ou aplicada localmente, segundo a patologia ou sintoma a que era destinada. Podia também ser necessário o recurso a remédios “*preparativos*”³²¹² (purgantes, vomitórios) ou a realização de sangrias antes da utilização da Água de Inglaterra. Nalguns casos este medicamento devia ser administrado em associação com rubrificantes e vesicatórios, medicamentos “incitativos diffusivos”³²¹³, “incitativos permanentes”³²¹⁴, ou “antispasmodicos e revertentes”³²¹⁵. Henriques de Paiva explicita algumas regras gerais de utilização da Água de Inglaterra, apontando que as doses recomendadas ao longo da obra se destinavam a um paciente adulto. Não obstante, para o autor, a dose deveria ser decidida perante o doente, tendo em conta as suas particularidades (“idade, temperamento, doença, e estado della”³²¹⁶).

Nas últimas páginas da obra constam 3 documentos legais relativos à Água de Inglaterra: uma Carta de Licença de 31 de Outubro de 1798, autorizando José Joaquim de Castro a “manipular, e vender em todo este Reino, e seus Dominios a Agua de Inglaterra, da verdadeira composição do Doutor Jacob de Castro Sarmiento, cujo segredo lhe foi revelado”³²¹⁷; um Decreto de 24 de Setembro de 1805, através do qual se concedia a José Joaquim de Castro “o livre uso da Agua denominada de Inglaterra”³²¹⁸; e um Decreto de 2 de Outubro de 1811 outorgando a José

³²⁰² Ibidem, p. 22.

³²⁰³ Ibidem, p. 24.

³²⁰⁴ Ibidem.

³²⁰⁵ Ibidem, p. 32.

³²⁰⁶ Ibidem, p. 25 e 33.

³²⁰⁷ Ibidem, p. 29.

³²⁰⁸ Ibidem, p. 37.

³²⁰⁹ Ibidem, p. 19-20.

³²¹⁰ Ibidem, p. 40.

³²¹¹ Ibidem, p. 14.

³²¹² Ibidem, p. 5.

³²¹³ Ibidem, p. 11, 16, 34, 38, 39.

³²¹⁴ Ibidem, p. 33, 40.

³²¹⁵ Ibidem, p. 34.

³²¹⁶ Ibidem, p. 41.

³²¹⁷ Ibidem, p. 43.

³²¹⁸ Ibidem, p. 46-47.

Joaquim de Castro a exclusividade no uso da designação de Água de Inglaterra (para a preparação medicamentosa produzida na sua fábrica), e determinando que só a sua fábrica se podia chamar “Real Fabrica de Agoa de Inglaterra”³²¹⁹.

³²¹⁹ Ibidem, p. 48.

3.4.3. Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811)

3.4.3.1. Breve biografia

Frei Mariano da Conceição Velloso, nasceu José Velloso Xavier, na vila de S. José em Minas Geraes, no ano de 1742. Pertenceu à ordem religiosa dos Franciscanos, fazendo os seus votos religiosos em 1762. Foi um naturalista autodidata³²²⁰ e adepto da divulgação científica³²²¹, tendo-se celebrizado pelos seus estudos de botânica³²²². Foi também professor³²²³, e botânico pensionado pelo Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI)³²²⁴. Fez diversas viagens científicas de exploração do reino vegetal, e classificou milhares de plantas segundo o sistema lineano, a maioria “de generos e especies novas”³²²⁵. Da sua pesquisa resultou a *Flora fluminense*, considerada a sua obra mais importante, e que teve grande repercussão internacional³²²⁶. Mariano Velloso dedicou-a ao então vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcellos e Sousa³²²⁷. Esta obra foi publicada postumamente, mas não na sua totalidade³²²⁸. Quando terminou o vice-reinado de Luiz de Vasconcellos e Sousa, Mariano Velloso acompanhou-o no regresso a Portugal. Regressou ao Brasil em 1807 com a Família Real³²²⁹. Foi também sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa³²³⁰. Foi diretor da *Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego*, criada sob a égide do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). Posteriormente, foi diretor literário da *Impressão Regia*³²³¹. Compôs, traduziu e publicou diversas obras³²³². A sua atividade literária incluiu a publicação de obras sobre vários produtos de origem vegetal, entre as quais a *Quinografia Portuguesa* (1799) e obras sobre a cultura de plantas usadas com fins alimentícios, obras de mineralogia, entre outros temas. Faleceu no Rio de Janeiro em 1811, aos 69 anos de idade.

³²²⁰ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento - **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. [Em linha]. Volume 5: Letras Jo-Ly [Rio de Janeiro]: Conselho Federal de Cultura, 1970 (Reimpressão de Off-set, da edição de 1883-1902). [Consult. 12 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008354&bbm/5450#page/68/mode/2up>>, p. 64.

³²²¹ SANTOS, Christian Fausto Moraes dos - Das memórias do Arco do Cego: Divulgação Científica na America portuguesa do século XVIII. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**. 12:1 (2008) 207-225. doi: 10.4025/dialogos.v12i1.13.

³²²² SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 5, 1860) ... p. 54.

³²²³ BLAKE - Diccionario Bibliographico Brasileiro (Vol. 5) ...p. 64.

³²²⁴ NECROLOGIA. **Jornal de Coimbra**. 1:2 (Fev. 1812) 71; GAMA, José de Saldanha da - Biographia do Botanico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. XXXI (Parte Segunda, 1868) 137-305. ISSN: 2526-1347, p. 170-171.

³²²⁵ BLAKE - Diccionario Bibliographico Brasileiro. Volume 5...p. 64-65.

³²²⁶ GAMA - Biographia do Botanico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso...p. 167; BLAKE - Diccionario Bibliographico Brasileiro. Volume 5...p. 64-65.

³²²⁷ GAMA - Biographia do Botanico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso...p. 164-165.

³²²⁸ SANTOS - Das memórias do Arco do Cego...p. 213.

³²²⁹ SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 5, 1860) ...p. 54.

³²³⁰ Ibidem, p. 54.

³²³¹ BLAKE - Diccionario Bibliographico Brasileiro. Volume 5... p. 64.

³²³² SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 5, 1860) ...p. 55.

3.4.3.2. *Quinografia Portuguesa (1799)*

A obra *Quinografia Portuguesa ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil, copiada de varios authores modernos, Enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas, e cinco de Balsameiras. E colligida de ordem de sua Alteza Real O Principe do Brasil nosso Senhor* (1799), assinada pelo Frei José Mariano Velloso, é um livro científico de botânica. No frontispício o autor declara-se como sendo “Menor Reformado da Provincia do Rio de Janeiro”.

O autor informa que nesta obra se propusera a “dar os signaes, por onde se podessem descobrir estas plantas, ou especies de Quinas”³²³³. O autor pretendia informar sobre as quinas já conhecidas, de forma a, como o próprio título do livro indica, contribuir para a deteção de espécies de quina que pudessem existir no Brasil, que na época fazia parte do território português.

Contém 191 páginas numeradas, 11 folhas de dedicatória, e uma página de erratas. Nesta obra são apresentadas as descrições botânicas de 22 espécies de quina – algumas correspondendo a espécies que são hoje reconhecidas como pertencentes ao género *Cinchona*, e outras que são identificadas atualmente como pertencendo a géneros diferentes, não sendo verdadeiras quinas. Mariano Velloso também inclui diversas experiências químicas feitas com a quina, bem como a descrição botânica de várias plantas que identifica como quinas falsas. Inclui também secções relativas ao método de obtenção da casca a partir da árvore da quina (e indicação dos locais onde se encontrava a melhor casca); ao método de obtenção do extrato de cascas recentes de quina utilizado no Peru; uma “*Noticia de huma Gomma, conhecida pelo nome Quino*”³²³⁴; a “*Descripção Da arvore, conhecida no Reino do Perú com o nome de Quino-quino, e a sua casca com a de Quina-quina, muito distincta da Quina, chamada na Europa, e no Perú Cascarilha*”³²³⁵; e várias estampas de plantas (quinas consideradas verdadeiras, quinas falsas, e balsameiras). Trata-se sobretudo de uma obra de revisão, indicando o autor no seu título que esta era uma “*collecção de varias memorias (...) copiada de varios authores modernos*”. Não obstante, este livro contém secções e comentários da autoria de Velloso.

Embora não se trate de uma obra de terapêutica, encontram-se algumas indicações e propriedades terapêuticas da quina. No que concerne à chamada “Quina de Calisaya”, aponta-se que “A experiencia tem mostrado os admiraveis effeitos, que produz (...) assim em as febres intermitentes; como em outras enfermidades”; e que esta deveria ser associada com a quina de

³²³³ VELLOSO, José Mariano - *Quinografia Portuguesa ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil, copiada de varios authores modernos, Enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de Balsameiras. E colligida de ordem de sua Alteza Real O Principe do Brasil nosso Senhor*. Lisboa: Offic. de Joaõ Procopio Correa da Silva Impressor da Santa Igreja Patriarcal, 1799, p. 136.

³²³⁴ Ibidem, p. 180.

³²³⁵ Ibidem, p. 185.

Loxa para surtir maior efeito, uma vez que, sozinha, “naõ obra[va] com tanta segurança”³²³⁶. Indica-se igualmente que, de acordo com “authoridades muito respeitaveis”, a quina vermelha tinha as mesmas virtudes que a quina comum, mas num “grão muito mais alto” sendo também considerada mais eficaz “na cura das febres intermitentes”³²³⁷. Ressalva-se que antes do aparecimento da quina não existia uma maneira segura de combater as febres intermitentes³²³⁸; e menciona-se também a “virtude febrifuga, e antiputrida” da quina³²³⁹. Mariano Velloso designa a quina como um “Soberano donativo da Natureza, que naõ tem outro que o sobrepuje na sua prestança”³²⁴⁰. Adicionalmente, mencionam-se várias quinas de Santa Fé referidas por Hipólito Ruiz na sua obra *Quinologia* (1792), citando José Celestino Mutis: uma quina alaranjada antifebril, com propriedades balsâmicas, que seria específica para as febres intermitentes³²⁴¹; uma quina roxa de propriedades adstringentes e antissépticas, específica para as gangrenas; uma quina amarela amarga com atividade nas febres contínuas remitentes e febres *podres*, e uma quina branca com virtudes saponáceas e que deveria ser usada nas febres inflamatórias, febres contínuas crónicas, e na prevenção e cura de febres de natureza intermitente muito rebeldes³²⁴². Refere-se também que o extrato da chamada *Cinchona lutescens* (uma suposta quina amarela hoje reconhecida como a espécie *Ladenbergia oblongifolia* (Humb. ex Mutis) L. Andersson³²⁴³) tinha demonstrado notável efeito no tratamento de “feridas, e ulceras podres, furuncullos, pustulas purulentas”³²⁴⁴. Relata-se igualmente que uma alegada quina da Jamaica, designada como *Cinchona Caribæorum* ou “*Cinchona dos Caraibes*”³²⁴⁵, presente nas ilhas das Caraíbas (possivelmente o *Exostema caribaeum* (Jacq.) Schult³²⁴⁶, outra planta da família das rubiáceas como a quina) corroboraria o estômago, eliminaria “a nausea, e o vomito, &c.” e que “deve[ria] ser estimada como hum tonico, e antiseptico efficaz”³²⁴⁷. Indica-se também que a chamada *Cinchona floribunda*, com o nome comum de quina piton, ou de Santa Luzia (atualmente identificada como *Solenandra sanctae-luciae* (Kentish) Paudyal & Delprete³²⁴⁸, tinha sido usada

³²³⁶ Ibidem, p. 55.

³²³⁷ Ibidem, p. 65.

³²³⁸ Ibidem, p. 73.

³²³⁹ Ibidem, p. 172.

³²⁴⁰ Ibidem, 10ª página da dedicatória, não numerada.

³²⁴¹ Ibidem, p. 142.

³²⁴² Ibidem, p. 142-143.

³²⁴³ POWO – *Ladenbergia oblongifolia* (Humb. ex Mutis) L. Andersson [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 25 Fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1106418-2>>.

³²⁴⁴ VELLOSO - Quinografia Portugueza...p. 33.

³²⁴⁵ Ibidem, p. 68.

³²⁴⁶ POWO – *Exostema caribaeum* (Jacq.) Schult [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 25 Fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1125915-2>>.

³²⁴⁷ VELLOSO - Quinografia Portugueza...p. 72.

³²⁴⁸ POWO – *Solenandra sanctae-luciae* (Kentish) Paudyal & Delprete [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 25 Fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:77187956-1>>.

para eliminar febres³²⁴⁹; que curaria febres intermitentes novas, suspendendo as antigas; e que teria ação como vomitivo e purgante³²⁵⁰. Refere-se igualmente que uma outra quina piton, chamada montesinha ou das montanhas (*Cinchona montana*), correspondente também à espécie *Solenandra sanctae-luciae* (Kentish) Paudyal & Delprete³²⁵¹ na atualidade, teria elevada atividade febrífuga, provocaria evacuações “por cima, e por baixo”³²⁵² e que seria útil nas febres quartãs que tinham resistido à quina comum³²⁵³. Menciona-se ainda uma *Cinchona Regia* (quina real, também chamada quina loura) que era utilizada nas febres intermitentes³²⁵⁴.

José Mariano Velloso acreditava que provavelmente existiriam quininas nos “domínios” portugueses:

“Entre tanto, Senhor; sendo os domínios de VOSSA ALTEZA REAL taõ vastos, taõ ricos de vegetaes, comprehendendo os mesmos 13 grãos da descoberta Hespanhola [da quina] ao Sul, e quatro ao Norte, confinando com o de Santa Fé, arraiando com os terrenos productivos da melhor Quina Hespanhola, pois lhes cingem os altos da sua cabeça as mesmas cadeias de serras e montes, cabeceiras de rios, latitudes, e climas, e, a pezar de tudo, de vinte e duas especies descubertas, ainda esperamos pelo descobrimento da primeira? Isto he mornidaõ, e indolencia”³²⁵⁵.

Velloso aponta que se o Príncipe regente D. João mandasse gravar estampas das quininas conhecidas, tal poderia “anunciar, e apontar com o dedo aos moradores do Brasil estas interessantes arvores, e arbustos, e á vista dellas, e das descrições, das que não vão gravadas, elles as descobrião infallivelmente melhor que os nossos Botanicos Crocotulos (...)”³²⁵⁶.

Se, por outro lado, não existissem de facto quininas em território português, Mariano Velloso sugeria que se transplantassem as quineiras, afirmando que as plantas domesticadas até àquela época mantinham as virtudes das plantas bravias: “Que planta domesticada pela cultura deixou de mostrar huma maior virtude? Nós a conseguiríamos ter muito melhor, que a que nos vem do Perú”³²⁵⁷. Menciona também possíveis lucros provenientes do comércio da quina: “Este objecto não he de taõ pouca monta para o commercio economico, que não houvesse de dar hum avultado interesse no seu giro”³²⁵⁸.

Mariano Velloso menciona também que D. Francisco de Sousa Coutinho, Governador e Capitão General do Pará estava a proceder ao cultivo de plantas medicinais no Horto público de

³²⁴⁹ VELLOSO - Quinografía Portuguesa...p. 75.

³²⁵⁰ Ibidem, p. 96.

³²⁵¹ POWO – *Solenandra sanctae-luciae* (Kentish) Paudyal & Delprete.

³²⁵² VELLOSO - Quinografía Portuguesa...p. 98.

³²⁵³ Ibidem, p. 110.

³²⁵⁴ Ibidem, p. 148-149.

³²⁵⁵ Ibidem, 4ª e 5ª páginas da dedicatória, não numeradas.

³²⁵⁶ Ibidem, 5ª e 6ª páginas da dedicatória, não numeradas.

³²⁵⁷ Ibidem, 8ª página da dedicatória, não numerada.

³²⁵⁸ Ibidem, 8ª e 9ª páginas da dedicatória, não numeradas.

S. José, para não depender de espécimes importados que, devido às longas viagens, não estariam em boas condições de conservação³²⁵⁹.

No que concerne às chamadas quinas falsas, Velloso inclui várias “*plantas do Brasil, as quaes pelas suas virtudes, e muita parte de suas notas Caracteristicas, conseguiraõ o nome de Quina, e como taes foraõ remettidas a esta Corte*”³²⁶⁰; quina do Piauyg³²⁶¹; quina de “Paranãbuc”³²⁶² (*Portlandia hexandria*); e a quina do Camamu. Mariano Velloso indica assim que a planta que se tinha designado quina de Pernambuco, bastante comum ao longo de toda a costa brasileira, era na verdade a *Portlandia hexandria*, um género próximo ao da quina. Velloso indica que a sua casca era usada em Pernambuco no tratamento das sezões “com bom effeito” e que por isso lhe tinham atribuído o nome de quina³²⁶³. Velloso refere que alguns “Professores” portugueses tinham estudado a *Portlandia hexandria*, não concordando quanto ao facto de ser ou não uma quina, mas não tinham, segundo Velloso, publicado nada sobre o tema. Mariano Velloso sugere então que se consultassem “Sabios Estrangeiros”³²⁶⁴ mas aponta esperar que, uma vez estabelecido o “Dispensatorio Pharmaco” no Hospital Real da Marinha, decretado por sua Alteza Real, não fossem precisos “recursos forasteiros, para se conhecerem os bens naturaes, com que o Author da Natureza dotou a este Reino, e suas Colonias ultramarinas”³²⁶⁵. Quanto à quina de Camamu, Mariano Velloso indica que seria utilizada com muito sucesso nas “sezões, &c.”³²⁶⁶.

Velloso destaca a importância do conhecimento aprofundado das “produçções naturaes” do seu próprio país, de forma a “naõ mendigar, e receber das [nações] estranhas”³²⁶⁷ o que o país possuía, e a poder trocar as suas “sobras”³²⁶⁸ pelo que não tinha.

Esta obra de Mariano Velloso contém, pois, algumas indicações terapêuticas da quina, para além de descrições botânicas, o seu principal conteúdo. Realcem-se as ideias de Mariano Velloso, sugerindo que se procurassem as verdadeiras quinas nos territórios brasileiros (apresentando os meios que julgava convenientes para tal) e propondo que, caso não existissem, se procurasse transplantar as plantas para território pertencente a Portugal, para que o país tivesse acesso direto a este importante recurso natural, e pudesse obter dividendos desse comércio. A obra terá tido uma circulação apreciável³²⁶⁹, pelo que podemos argumentar que se terá tornado numa fonte de conhecimento em língua portuguesa sobre a quina, e sobre diversas plantas com ela relacionadas, fomentando a descoberta de plantas com características semelhantes.

³²⁵⁹ Ibidem, p. 133.

³²⁶⁰ Ibidem, p. 160.

³²⁶¹ Ibidem.

³²⁶² Ibidem, p. 161.

³²⁶³ Ibidem, p. 165.

³²⁶⁴ Ibidem, p. 164.

³²⁶⁵ Ibidem, p. 165.

³²⁶⁶ Ibidem, p. 166.

³²⁶⁷ Ibidem, p. 169.

³²⁶⁸ Ibidem, p. 170.

³²⁶⁹ SANTOS - Das memórias do Arco do Cego...p. 215.

3.4.4. Francisco Tavares (1750-1812)

3.4.4.1. Breve biografia

Francisco Tavares (1750-1812) nasceu na cidade de Coimbra, em 1750. Era filho de Manuel António Tavares, um reputado boticário³²⁷⁰, que administrara o Dispensatório Farmacêutico da Universidade de Coimbra, e de Maria Francisca³²⁷¹. A sua família tinha ligações ao setor médico e farmacêutico³²⁷². Licenciou-se em Filosofia em 1765³²⁷³, e concluiu o curso de medicina em 1771³²⁷⁴, iniciando então a sua atividade clínica. Em 1778 doutorou-se em Medicina na Universidade de Coimbra³²⁷⁵. Ocupou diversos cargos na Universidade de Coimbra, designadamente como docente na Faculdade de Medicina, a partir de 1779. Foi demonstrador nas aulas práticas entre 1779 e 1783 e depois lente das aulas teóricas entre 1783 e 1787 na disciplina de Matéria Médica e Farmácia³²⁷⁶; lente, entre 1787 e 1791 da cadeira de Instituições Médico-Cirúrgicas³²⁷⁷; e lente da segunda cadeira de Prática entre 1791 e 1795³²⁷⁸. Exerceu também os cargos de ajudante do diretor do Hospital Escolar da Universidade de Coimbra, Diretor do Hospital Escolar, e Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1791-1795)³²⁷⁹. Em 1795, por Carta Régia, jubilou-se³²⁸⁰. As suas publicações científicas incidiram, designadamente, sobre a hidrologia, a farmácia, a farmacologia e a medicina, e tiveram repercussão internacional³²⁸¹. Foi autor da primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral* de 1794³²⁸². Foi também autor das obras *De Pharmacologia Libellus* (1786) e *Medicamentorum sylloge propriae pharmacologiae exempla sistens* (1787), que serviram como compêndios da sua atividade docente na disciplina de Matéria Médica e Farmácia na Universidade de Coimbra³²⁸³. Foi igualmente o autor da obra *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et hodierno saeculo accomodata in usum praelectionum acadernicarum conimbricensium* (1809), com o intuito de que fosse utilizada nas aulas de Matéria Médica e

³²⁷⁰ SILVA – Dicionario bibliográfico portuguez (T. 3, 1859), p. 71.

³²⁷¹ PITA, João Rui - **Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)**. Coimbra: Livraria Minerva, 1996, p. 105-106, 531.

³²⁷² Ibidem, p. 531-532.

³²⁷³ Ibidem, p. 531.

³²⁷⁴ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 344.

³²⁷⁵ TAVARES, Francisco -**Theses ex universa medicina**. Conimbricae: Typographia Academico Regia, 1778.

³²⁷⁶ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal...p. 104.

³²⁷⁷ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ... p. 263.

³²⁷⁸ Ibidem, p. 262.

³²⁷⁹ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal...p. 533.

³²⁸⁰ Ibidem, p. 532.

³²⁸¹ Ibidem, p. 536, 544.

³²⁸² Ibidem, p. 209-210.

³²⁸³ SILVA – Dicionario bibliográfico portuguez (t.3, 1859) ...p. 71-72; PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal...p. 122-123.

Farmácia³²⁸⁴. Foi primeiro médico da câmara do Príncipe Regente, físico-mor do reino, pertenceu ao conselho do Príncipe Regente e foi deputado da Junta do Proto-Medicato³²⁸⁵. No que concerne à quina em particular, para além de ter publicado obras em que propugnava o uso da quina na gota e no reumatismo, foi nomeado, através de Carta Régia de 22 de Setembro de 1804, para supervisionar o uso das cascas amargas vindas do Brasil nos hospitais portugueses, de forma a verificar se as suas virtudes terapêuticas eram iguais às da quina. Esteve associado a várias sociedades científicas, designadamente à Academia Real das Ciências de Lisboa e à Academia de Medicina Prática de Barcelona, das quais foi sócio³²⁸⁶. Foi também cavaleiro da Ordem de Cristo³²⁸⁷. Foi ainda apologista da vacina de Jenner contra a varíola³²⁸⁸. Faleceu a 20 de Maio de 1812, na cidade de Lisboa³²⁸⁹. Francisco Tavares foi um professor de grande prestígio, com uma produção científica de valor³²⁹⁰, sendo ainda considerado como o fundador dos estudos hidrológicos científicos em Portugal³²⁹¹.

3.4.4.2. Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota (1802)³²⁹²

Na obra *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota*, Francisco Tavares incide sobre o uso da quina como tratamento da gota. A obra é dedicada aos professores de medicina e aos doentes com gota. Trata-se de um livro especializado para a classe médica (“escrevo para Medicos, que dirijão, não para os doentes, que soffrem”³²⁹³), em que o autor demonstra que não pretendia que a quina fosse usada em automedicação no tratamento da gota, dado que era necessária a avaliação de uma série de condicionantes, que o juízo de um médico com experiência adequada destrinçaria.

É uma obra científica com 141 páginas numeradas, escrita em duas línguas, o português, e o latim. O texto latino é apresentado do lado esquerdo, e do lado direito encontra-se o correspondente texto em português. Contém uma secção intitulada “Observações”, onde constam 8 observações clínicas do uso da quina na gota, algumas de Francisco Tavares (nele próprio e nos seus pacientes) e algumas de outros médicos – Bento Joaquim de Lemos, que era também lente de medicina na Universidade de Coimbra, e Norberto Antonio Chalbert, cirurgião da Câmara

³²⁸⁴ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal...p. 123-124.

³²⁸⁵ SILVA – Dicionario bibliográfico portuguez (T. 3, 1859) ...p. 71; PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal...p. 535.

³²⁸⁶ SILVA – Dicionario bibliográfico portuguez (T. 3, 1859) ...p. 71.

³²⁸⁷ Ibidem.

³²⁸⁸ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 385.

³²⁸⁹ SILVA – Dicionario bibliográfico portuguez (T. 3, 1859) ...p. 71.

³²⁹⁰ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899)...p. 345; PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal... (1996), p. 208, 544.

³²⁹¹ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal... (1996) ...p. 532-533.

³²⁹² TAVARES, Francisco – **Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota**. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1802.

³²⁹³ Ibidem, p. 115, 117.

Real. Contém também outra secção designada “Reflexões”. Nesta secção faz algumas considerações sobre as causas da gota³²⁹⁴, descreve indicações de Thomas Sydenham, Cullen e Godofredo Held sobre a utilização e atividade da quina na gota (tendo já listado alguns autores que tinham falado sobre o uso da quina na gota na parte introdutória das “Observações”), aponta as razões pelas quais este método de tratamento da gota era conveniente e necessário, e os “remédios” e “meios” “que alguma vez ajudarão a efficacia da Quina”³²⁹⁵. Apresenta ainda uma pequena secção de erros e emendas no final do livro. O médico indica que já utilizava a quina no tratamento da gota há mais de 8 anos³²⁹⁶.

Este livro inclui uma parte de revisão bibliográfica, em que o autor discorre sobre a utilização passada da quina na gota e fala de que tipo de remédios já tinham sido usados para o seu tratamento. Não obstante, esta obra contém muitas informações originais, designadamente: observações de casos clínicos em que a quina fora útil no tratamento da gota, ou a enunciação de um novo método para o tratamento da gota, através da utilização da quina. Segundo F. Tavares “nenhum dos Escritores Modernos, que eu saiba, des da descoberta da Quina fez memoria de suas virtudes na gota, dada pelo modo, que das observações ditas consta”³²⁹⁷.

Nesta obra o autor visou recomendar um método para aliviar de forma segura o sofrimento associado à gota³²⁹⁸. Seria também sua intenção beneficiar a sua faculdade, e a “utilidade pública”, mostrando-se disponível para reconhecer e aprender com quaisquer erros que fossem futuramente detetados na obra:

“Satisfazer ao meu officio, e attender á utilidade pública he a unica gloria, a que aspiro; e portanto costumado, e amigo de venerar, abraçar, e seguir a verdade, aonde quer que se me apresente, despojando-me quanto me he possivel de toda a opinião antecipada, nem peço do que escrevi desculpa, ou perdão, nem me envergonharei de aprender, e seguir melhor doutrina”³²⁹⁹.

F. Tavares começara a usar a quina no tratamento da gota por sugestão de um amigo, Bento Joaquim de Lemos. Recorda os seus receios iniciais, devido às “observações, e cautelas de GALENO, CELIO AURELIANO, GAUBIO, VAN-SWIETEN, CULLEN, e outros, relativas aos medicamentos amargos na Gota”³³⁰⁰. Não obstante, ao considerar a confiança no talento e honestidade do seu amigo, o facto da quina não ser tão amarga como outros medicamentos, de “sempre” ter feito “maravilhas” no tratamento de doenças com causas análogas ou unívocas às da

³²⁹⁴ F. Tavares aponta que a “Nimia applicação, vida não exercitada, digestão offendida propria dos Literatos; exercicio venereo immoderado, e a debilidade, que daqui resulta” eram consideradas “causas occasionaes da gota”, e que requeriam um “tratamento univoco”, a quina” (Ibidem, p. 77).

³²⁹⁵ Ibidem, p. 15.

³²⁹⁶ Ibidem, p. 11.

³²⁹⁷ Ibidem, p. 55.

³²⁹⁸ “Não foi minha tenção propôr a sua cura absoluta; he bastante, se se puder dar algum alivio em tão cruel molestia, sem receio de mal futuro, o que parece succeder com o methodo agora proposto (...)” (Ibidem, p. 117).

³²⁹⁹ Ibidem, p. 139.

³³⁰⁰ Ibidem, p. 13.

gota, e que as “virtudes medicas da Quina” faziam prever a sua “utilidade na Gota”³³⁰¹ acabou por utilizar a quina no tratamento dos seus episódios gotosos, vendo que a quina fazia diminuir as dores, e a quantidade de “paroxismos”, sendo estes últimos mais espaçados no tempo³³⁰². Francisco Tavares destaca também, na secção das *Reflexões*, que “Unicamente D. GODOFREDO HELD já no anno de 1714 teve a Quina por especifico da gota” e que, considerando insuficiente a quantidade preconizada por Sydenham (“alguns grãos”), Held utilizara uma dose um pouco maior³³⁰³. Segundo a citação apresentada por Tavares, Held declarara mesmo a quina como “hum remedio divino na gota”³³⁰⁴.

O método a utilizar na aplicação da quina, de acordo com as observações clínicas apresentadas, consistia no uso inicial de um medicamento purgante, para “purgar primeiras vias, assim que a dor aparece”, seguido da pronta utilização da quina em pó, durante vários dias, em diferentes posologias e intervalos, segundo critério médico. Francisco Tavares aponta que a quina em pó era a melhor forma de a administrar, embora também pudesse ser tomada sob a forma de infusão ou cozimento. A quantidade a administrar deveria ser proporcional às “forças do estomago, e outras circunstancias, que devem contemplar-se”³³⁰⁵. Segundo Francisco Tavares, o pó de quina era a melhor preparação “no tempo do insulto [ataque]”³³⁰⁶ gotoso. Caso o estômago fosse muito sensível, a infusão fria de quina seria “igualmente util”³³⁰⁷. Indica também que “na gota imperfeita por falta de acção se deve prevenir o estomago da deposição da chamada *materia gotosa* pelo uso dos tonicos, amargos, acres, estimulantes, sendo o mais recommendado remedio a Quina infundida em vinho”³³⁰⁸. Segundo Tavares, o uso da quina era “mais seguro, e mais certo” se se utilizasse um laxante, que limparia “a saburra de primeiras vias”³³⁰⁹. F. Tavares considerava que uma alimentação adequada promoveria igualmente a eficácia da quina, e a ingestão de chocolate e café era considerada benéfica. Também podiam ser utilizadas sanguessugas aplicadas no sítio da dor, para além da administração do purgante e da quina, designadamente quando a inflamação fosse muito grande³³¹⁰. F. Tavares faz ainda considerações sobre o uso dos purgantes na gota, descrevendo a opinião de vários médicos que os aconselharam nesta patologia³³¹¹.

Para F. Tavares, a quina, para poder exercer o pretendido efeito na gota, deveria ser usada em grandes quantidades³³¹², afirmando: “He pois de razão esperar, que no tempo do insulto da gota, seja regular ou atonica, tão longe está de que a Quina obste aos esforços da Natureza, que

³³⁰¹ Ibidem.

³³⁰² Ibidem, p. 15.

³³⁰³ Ibidem, p. 57.

³³⁰⁴ Ibidem, p. 59.

³³⁰⁵ Ibidem, p. 49.

³³⁰⁶ Ibidem, p. 97.

³³⁰⁷ Ibidem.

³³⁰⁸ Ibidem, p. 73.

³³⁰⁹ Ibidem, p. 93.

³³¹⁰ Ibidem, p. 99.

³³¹¹ Ibidem, p. 83, 85, 89.

³³¹² Ibidem, p. 21, 23, 61, 71, 73, 81.

antes maravilhosamente os promove dada em largas doses”³³¹³. Indica também que os médicos já não receavam que a administração de grandes quantidades de quina causasse obstruções nas “entranhas”, escorbuto, e outras doenças. Ressalva que todos os médicos concordavam que a quina só poderia ser eficaz se dada na dose adequada, e que era mais comum administrarem-se quantidades insuficientes do que quantidades excessivas de quina³³¹⁴. Aponta igualmente que a quina era muito rica em “virtudes medicas”³³¹⁵.

Segundo as declarações de F. Tavares, a quina possuía as seguintes propriedades terapêuticas: antiespasmódica e antifebril – “todos hoje reconhecem pela experiencia, e confissão a virtude antispasmodica da Quina, assim como a antifebril”³³¹⁶; diminuía a intensidade da inflamação, tornando os paroxismos da gota mais toleráveis: “A Quina pois na gota antes de aparecer a inflamação abranda a sua força, donde vem ser o paroxismo mais toleravel; e mi seguramente, porque não suprime o paroxismo; e, quando já seja presente a inflamação, não he de qualidade de contraindicar seu uso”³³¹⁷; tinha como seu “maior encomio” no tratamento da gota o facto de “abrandar as dores; preverter, ou não deixar firmar a inflamação; suavisar o paroxismo; suster as forças; diminuir, e moderar a molestia, e enfados d’huma vida miseravel”³³¹⁸; era roborante³³¹⁹; purgante quando administrada em doses elevadas e de forma repetida³³²⁰; e diminuía a frequência e intensidade dos paroxismos da gota³³²¹.

F. Tavares inclui também os medicamentos coadjuvantes da quina (designadamente a resina de guaiaco, como promotor da transpiração), medidas não farmacológicas tais como uma dieta que deveria coadjuvar a eficácia da quina (consumo de alimentos nutritivos e de fácil digestão, evicção de carnes gordas, entre outras recomendações), banhos frios em casa e no mar, higiene do sono, e exercício físico. F. Tavares explicita os cuidados a observar durante os banhos frios, as atividades que se lhes deveriam seguir, as características da toalha a que o doente se deveria limpar depois do banho, etc. Estes banhos dariam “maior vigor ao systema”³³²² e contribuiriam para a eficácia da quina. Tavares também fala da utilidade, nalguns casos

³³¹³ Ibidem, p. 73.

³³¹⁴ Ibidem, p. 79.

³³¹⁵ Ibidem, p. 7.

³³¹⁶ Ibidem, p. 77.

³³¹⁷ Ibidem, p. 95, 97.

³³¹⁸ Ibidem, p. 117 e 119.

³³¹⁹ “Na gota já inveterada, a qual porém depois dos insultos ainda não deixa restos nimamente rebeldes, e nos doentes, cujo habito de corpo não mostra lesão d’entranhas, será de utilidade; e dará luz para se applicar a Quina com segurança a contemplação assim das causas occasionaes, como a do concurso dos symptomas. Em taes enfermos, feito previamente, o que dever fazer-se, será conveniente usar da Quina por muito tempo, como roborante, e para preservação, interpondo com prudencia os necessarios intervallos” (Ibidem, p. 121 e 123); “Conheci hum gotoso, verdadeiramente atonico, e já quasi caquetico, sem poder levantar-se da cadeira, já sem paroxismos regulares, durar seis annos a beneficio da Quina em pequenas porções, como roborante” (Ibidem, p. 129).

³³²⁰ Ibidem, p. 91.

³³²¹ Ibidem, p. 15.

³³²² Ibidem, p. 111.

particulares, do uso de banhos tépidos sulfúreos termais ou banhos tépidos de água salgada, banhos esses que eram aconselhados apenas nos intervalos dos paroxismos.

Quanto à medicação a utilizar nos intervalos dos ataques, F. Tavares aconselha um período de um ou dois meses de abstinência medicamentosa (para não criar habituação), após o qual o doente tomaria um purgante leve, seguido de quina em pó, de vinho de quina composto, de infusão aquosa fria de quina ou de cozimento saturado de quina. Nos doentes de “temperamento pituitoso” aconselhava a eventual associação da quina com raiz de aristolóquia em pó e, caso fosse necessário algum estímulo, juntar “pós de Jarro compostos pelo mesmo modo”³³²³. Caso o estômago parecesse “offender-se desta aplicação”, F. Tavares recomendava o uso do vinho de ferro isoladamente ou “com algum espirito, ou liquido aromatico”³³²⁴. O licor anódino de Hoffmann em açúcar seria também “de grande utilidade”³³²⁵. Toda esta medicação deveria ser acompanhada de uma alimentação adequada (que é descrita pelo autor), e de exercício físico continuado que não provocasse cansaço – “o primeiro, e principal de todos os auxilios dieteticos no tempo do intervalo dos insultos”³³²⁶.

Francisco Tavares faz várias considerações sobre a utilização terapêutica da quina, ressaltando os indícios de que a quina seria mais útil do que todos os remédios que já tinham sido recomendados para o tratamento da gota³³²⁷. F. Tavares ressalva igualmente as vantagens da quina face a outros medicamentos amargos, designadamente por se acomodar “a todos os temperamentos” e por não provocar atonia do estomago após uso prolongado, ao contrário dos outros medicamentos amargos³³²⁸.

F. Tavares dá igualmente pistas para investigações futuras. O autor pergunta-se assim se a quina “rubra” que era considerada a mais eficaz no tratamento das febres intermitentes, seria também melhor para tratar a gota (afirmando que só tinha experiência com o uso da quina amarela na gota)³³²⁹; se seria apropriado e seguro administrar a quina em pequena quantidade por um período prolongado para fins curativos, tendo em conta que ela não era tão eficaz quando dada em doses menores³³³⁰; e se a casca de salgueiro branco (referindo-se provavelmente à casca a partir da qual se extrai atualmente o ácido salicílico, substância usada na produção do ácido acetilsalicílico, com propriedades analgésicas, antipiréticas e anti-inflamatórias) seria também útil na gota³³³¹, uma vez que Cullen dizia que esta casca era “émula da Quina”³³³². F. Tavares indica a este propósito que usara com sucesso a casca de salgueiro branco no tratamento de febres intermitentes, mesmo as rebeldes.

³³²³ Ibidem, p. 109.

³³²⁴ Ibidem.

³³²⁵ Ibidem.

³³²⁶ Ibidem.

³³²⁷ Ibidem, p. 51.

³³²⁸ Ibidem, p. 79.

³³²⁹ Ibidem, p. 127.

³³³⁰ Ibidem, p. 129.

³³³¹ Ibidem, p. 129, 131.

³³³² Ibidem, p. 129.

Exorta os professores de medicina a fazerem “repetidas Observações” para “emendar este novo methodo, illustrallo, e estabelecello mais firmemente” e fala de uma quina “rubra” descoberta em Matogrosso, que seria alegadamente “melhor do que a melhor do Perú”³³³³. F. Tavares também aponta, referindo-se aparentemente à quina vermelha, que “A guerra de toda a Europa, que tanta interrupção, e damno fez ao Commercio, causou consideravel falta de tão precioso medicamento”³³³⁴. De acordo com F. Tavares a gota era uma doença incurável uma vez “firmada”, mas, nos estágios iniciais da doença, Tavares acreditava que a cura era possível através da quina, um remédio “capaz de aliviar os peiores symptomas, e fazer mais toleravel a gota antiga”³³³⁵. Indica assim que, geralmente, “nos primeiros paroxismos de gota recente” a quina podia ser aplicada “tão impunemente, que talvez se possa confiadamente esperar inteira cura de huma doença, bem que atroz, ainda sem profundas raízes”³³³⁶. Na gota “inveterada, a qual porém depois dos insultos ainda não deixa restos nimiamente rebeldes, e nos doentes, cujo habito de corpo não mostra lesão d’entranhas” a quina também seria útil³³³⁷, e seria recomendável usar a quina durante longos períodos, pela sua ação roborante e “para preservação, interpondo com prudencia os necessarios intervallos”³³³⁸, ou juntando outros medicamentos ao pó de quina. Na gota “summamente antiga”³³³⁹ F. Tavares também aconselhava a mistura de quina com outros medicamentos determinados pela “prudencia Medica guiada pela contemplação do temperamento, das forças, do estado do enfermo, do lugar, e do tempo, e estação do anno”³³⁴⁰.

Francisco Tavares refere a utilidade da quina noutras patologias, para além da gota. Realça, por exemplo, o facto da maioria dos autores “Modernos”³³⁴¹ recomendar a utilização da quina no tratamento das doenças nervosas, falando de analogias entre a gota e as doenças “de nervos”³³⁴² designadamente pela “natureza dos symptomas” e pelas “causas comuns”³³⁴³. Segundo Tavares, a quina era “o milagroso remedio”³³⁴⁴ nestas doenças. Indica que a quina era “o principal remedio naquella debilidade nervosa filha de nimios estudos, conciliando aos nervos vigor, e emendando-lhes os movimentos irregulares”³³⁴⁵; bem como “na debilidade provinda do excesso dos prazeres venéreos”³³⁴⁶ (segundo atestava Tissot e de acordo com a experiência). F. Tavares menciona o uso da quina nas febres intermitentes (estabelecendo vários paralelismos entre a gota e as febres intermitentes³³⁴⁷), afirmando que “Nem de outra maneira se vencem

³³³³ Ibidem.

³³³⁴ Ibidem, p. 127, 129.

³³³⁵ Ibidem, p. 121.

³³³⁶ Ibidem.

³³³⁷ Ibidem.

³³³⁸ Ibidem, p. 123.

³³³⁹ Ibidem, p. 125.

³³⁴⁰ Ibidem, p. 127.

³³⁴¹ Ibidem, p. 77.

³³⁴² Ibidem, p. 73.

³³⁴³ Ibidem, p. 75.

³³⁴⁴ Ibidem.

³³⁴⁵ Ibidem, p. 77.

³³⁴⁶ Ibidem.

³³⁴⁷ Ibidem, p. 61, 63, 65, 67, 81.

intermittentes de máo caracter, senão dada grande quantidade de Quina, assim no intervalo, ou seja remittente, ou intermittente, como no mesmo tempo do paroxismo”³³⁴⁸. F. Tavares refere também que outros autores já tinham utilizado a quina no tratamento do pleuriz (Strack)³³⁴⁹, do reumatismo agudo (Saunders, Cullen)³³⁵⁰; da “erisipela da cabeça, estando com gota” (Alberto Haller)³³⁵¹, da “Esquinencia maligna erisipelatosa” e de “erisipelas não flegmonosas” (Jorge Fordyce)³³⁵².

Esta obra foi reconhecida pela comunidade científica internacional, sendo traduzida para as línguas francesa e inglesa. Foi assim traduzida quase na totalidade para o inglês, por Joseph Adams, no *The Medical and Physical Journal* em 1804³³⁵³, bem como parcialmente traduzida para a língua francesa por Alphonse Leroy (1742-1816), tradução que foi publicada na segunda edição do livro *Manuel Des Goutteux et Des Rhumatisans* (1805)³³⁵⁴. Joseph Adams comenta julgar que a administração de doses tão grandes de quina de forma repetida (conforme preconizava Tavares) seria nova em Inglaterra³³⁵⁵. Alphonse Leroy declara que a publicação do método de Tavares para administrar a quina na gota era “um presente precioso feito à humanidade”, mais ainda pela rápida atuação do remédio. O médico francês afirma também que este era um método de ministrar a quina “novo para os nossos climas”³³⁵⁶, e que permitia acalmar os paroxismos da gota³³⁵⁷. Leroy argumenta que esta “arte” estava presente na América, tendo sido recolhida pelo empirismo e publicada na obra de Tavares³³⁵⁸. Também localizámos uma resenha da obra de Tavares, publicada no *The Edinburgh Medical and Surgical Journal* em

³³⁴⁸ Ibidem, p. 71.

³³⁴⁹ Ibidem, p. 69, 93.

³³⁵⁰ Ibidem, p. 69.

³³⁵¹ Ibidem, p. 95.

³³⁵² Ibidem.

³³⁵³ ADAMS, Joseph - Dr. Tavares, on Peruvian Bark in Gout. **The Medical and Physical Journal** XI: LXVI (1804) 141–161.

³³⁵⁴ LEROY, Alphonse - **Manuel Des Goutteux et Des Rhumatisans, Ou Recueil de Remèdes Contre Ces Maladies**. Seconde Édition, Augmentée de La Traduction de l’ouvrage Du Docteur Tavares, Sur Un Art Nouveau de Guérir Les Paroxismes de La Goutte; et de La Preuve Qu’elle Siège Primiti. Paris: Méquignon l’aîné, Libraire de l’École et de la Société de Médecine, 1805. A tradução de Tavares na obra de Leroy é uma tradução livre, transmitindo a informação e a intenção do autor, e mudando a ordem de algumas partes do texto. Deste modo, uma das observações que Tavares efetuou em si mesmo, e que acrescenta em nota de rodapé da obra, é incorporada na secção das observações. Leroy apresenta-a como a 9ª observação de casos clínicos, ao passo que Tavares nessa secção incluía apenas 8 observações. Por outro lado, as referências que Tavares fez a alguns autores são suprimidas da tradução de Leroy. Também algumas considerações de Tavares, designadamente relativas à dieta e outras medidas não farmacológicas a adotar, são resumidas na tradução. A tradução inclui ainda alguns comentários do tradutor, apresentados em notas de rodapé. A tradução de Joseph Adams é muito mais próxima do original de Francisco Tavares.

³³⁵⁵ ADAMS - Dr. Tavares, on Peruvian Bark in Gout, p. 161.

³³⁵⁶ LEROY – Manuel Des Goutteux et Des Rhumatisans... p. 11.

³³⁵⁷ Ibidem, p. 13.

³³⁵⁸ Ibidem.

1805³³⁵⁹. Esta resenha declara que este trabalho de F. Tavares dava “uma ideia muito favorável do estado da ciência médica em Portugal”³³⁶⁰.

3.4.4.3. *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos (1810)*³³⁶¹

Este livro da autoria do médico e professor Francisco Tavares, autor da primeira farmacopeia oficial portuguesa, constitui uma descrição detalhada do tratamento que este preconizava para vários tipos de gota e de reumatismo. Francisco Tavares caracteriza também estas doenças. No que concerne à gota, classifica-a em dois tipos, regular e irregular. Quanto ao reumatismo, distingue também dois tipos, o reumatismo agudo e o reumatismo crónico. Este livro destinava-se a aconselhar os doentes sujeitos a estas patologias, embora o autor recomende o acompanhamento médico em várias situações particulares³³⁶².

Trata-se de uma obra com 205 páginas numeradas, adicionadas de uma página de erratas e de duas páginas com um catálogo de obras de ciências naturais editadas pela *Real Officina Typographica* da Universidade de Coimbra. Inclui os nomes dos medicamentos recomendados, as suas fórmulas e o seu modo de utilização. Francisco Tavares aponta geralmente as doses e a duração do tratamento, explicita a altura em que se deveria iniciar a medicação (apresentando normalmente os medicamentos na sequência em que deveriam ser utilizados), refere os cuidados particulares a ter na sua utilização, e contraindicações para o uso desses medicamentos. Apresenta ainda medidas não farmacológicas relevantes no tratamento da gota e do reumatismo, como fricções, recomendações dietéticas, o recurso a sangrias, o exercício físico na gota irregular e na convalescença do reumatismo agudo e, no caso específico da gota, recomendações relativas aos padrões de sono e de vigília adequados. Para Francisco Tavares, as águas minerais e termais constituíam uma parte importante do tratamento destas patologias, quer por ingestão, quer para uso externo, designadamente através de banhos, particularmente as águas sulfúreas³³⁶³.

Deste modo, esta obra não foi elaborada tendo em vista a classe médica ou farmacêutica, embora as recomendações de Francisco Tavares obedeam a critérios científicos, sendo baseadas nos seus conhecimentos teóricos das obras de outros autores reputados e na sua própria experiência clínica, através da qual avaliou os tratamentos que recomenda para a gota e para o reumatismo. Francisco Tavares também opina sobre a potencial eficácia de alguns tratamentos acerca dos quais não tinha observações próprias, assinalando-os devidamente. Afirma não se ter envergonhado nem evitado testar em si próprio “aquelles remedios, que ou a analogia, ou bem caracterisadas experiencias, a que a razão livre de todo o systema dá facil assenso, podião

³³⁵⁹ OBSERVATIONES et Epicrisis de Corticis Peruviani Salutari et Proficuo Usu in Podagra. **The Edinburgh Medical and Surgical Journal**. 1:2 (1805) 211–212.

³³⁶⁰ Ibidem, p. 212.

³³⁶¹ TAVARES, Francisco - **Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1810.

³³⁶² Ibidem, p. 59, 64, 70-71, 77, 84, 86, 92, 146, 150.

³³⁶³ Ibidem, p. 80, 160.

preconisar uteis e isentos de desgraçados acontecimentos, que diminuíssem e fizessem suportável o mal, ainda que o não curassem”³³⁶⁴. Indica que, após a publicação das suas observações sobre a aplicação da quina no tratamento da gota em 1802 “o indomável e atroz mal” (referindo-se à gota) continuara a afligi-lo, sendo “apenas obsequioso ao uso da *quina*”, concluindo Francisco Tavares “que ainda havia que adicionar para subjugar-se a sua ferocidade”³³⁶⁵.

No que concerne aos objetivos da obra, F. Tavares aponta que pretendia mostrar que através dos meios que ele tinha vindo a utilizar era possível obter “alívios consideráveis”, “mesmo no concurso de causas violentas, impreteríveis, e aturadas”³³⁶⁶. Revela também a esperança de que os “gotosos iniciados” pudessem beneficiar daquele tratamento (que era útil e não representava qualquer perigo para aqueles que, como F. Tavares, sofriam de gota hereditária “por muitas razões adiantada, irregular, tophacea e absolutamente incurável”³³⁶⁷), e assim atenuar de forma segura as suas dores. Afirma que seria feliz se pudesse contribuir para diminuir o sofrimento associado ao padecimento da gota abrindo “algum caminho para futuros adiantamentos na cura perfeita de tão refrataria, traidora, e summamente cruel doença”³³⁶⁸. Pretendia assim explicitar os tratamentos que tinha vindo a utilizar e a aconselhar aos seus doentes “sem máos resultados”³³⁶⁹ convidando os médicos e os doentes a seguirem as suas práticas, de modo a poderem confirmar ou refutar a sua utilidade.

Para Francisco Tavares a gota podia ser curável, e “Em certos tempos, e em certas disposições e circunstancias a gota sómente deixa de curar-se por culpa dos enfermos, e por desmazello, falta de cuidado, e de paciencia delles, e dos Medicos”³³⁷⁰. Também o reumatismo, se fosse bem tratado, seria curável na maior parte das vezes, e o doente não apresentaria recaídas da doença. Segundo F. Tavares o reumatismo também se podia transformar em gota³³⁷¹.

Para além das preparações com quina, F. Tavares recomenda uma grande diversidade de medicamentos no tratamento da gota e do reumatismo, como os pós de Dover ou os preparados antimoniais, ou outras drogas como o acónito. F. Tavares descreve os medicamentos a utilizar durante os paroxismos/ataques da gota (regular e irregular) e nos intervalos dos ataques. F. Tavares salienta ainda a importância de não usar sempre os mesmos medicamentos nos intervalos dos paroxismos da gota, de forma a não criar habitação³³⁷². Francisco Tavares também apresenta o tratamento que recomendava para o reumatismo agudo e para o reumatismo crónico.

Francisco Tavares inclui no final deste *Manual de gotosos e de rheumaticos* várias fórmulas de medicamentos que recomendava para o tratamento da gota e do reumatismo. Esta

³³⁶⁴ Ibidem, p. iv-v.

³³⁶⁵ Ibidem, p. vi.

³³⁶⁶ Ibidem, p. 133.

³³⁶⁷ Ibidem.

³³⁶⁸ Ibidem, p. vii-viii.

³³⁶⁹ Ibidem, p. viii.

³³⁷⁰ Ibidem, p. 126.

³³⁷¹ Ibidem, p. 136-137.

³³⁷² Ibidem, p. 41.

secção inclui um total de 67 fórmulas, das quais 7 eram preparadas com quina (as fórmulas nº 4, 5, 6, 7, 8, 18 e 26). A fórmula nº 4 corresponde à quina em pó, a nº 5 é a infusão fria de quina, a fórmula nº 6 é o cozimento de quina, a fórmula nº 7 corresponde à tintura de quina, a nº 8 é o vinho de quina composto, a fórmula nº 18 corresponde aos pós de quina aromáticos com ferro, e a fórmula nº 26 é o cozimento de quina composto. Todas estas fórmulas podiam ser utilizadas no tratamento da gota, nas circunstâncias e tempo enunciados por Francisco Tavares. Francisco Tavares indica que a utilização da quina no tratamento da gota era impreterível (aconselhando-a em doses elevadas), até mesmo “no tempo do furor do ataque”³³⁷³, e que existiam múltiplas observações que o corroboravam tanto em Portugal, como em França e Inglaterra. A base do tratamento da gota regular incluía a quina, após a utilização prévia de vários medicamentos e procedimentos – bebida de água quente, soro de leite com vinho, banho de vapor ou preparações com ópio como os pós de Dover, purgantes, entre outros – para moderar a violência dos paroxismos da gota e para os tornar mais curtos sem pôr em perigo o doente. F. Tavares afirma que não administrar quina logo no primeiro paroxismo era uma prática mais sensata, de forma a não perturbar

“o curso do *paroxysmo regular*, e sua legitima terminação; podendo d’aqui deduzir-se as futuras anomalias, irregularidades, e congestões, que requerem depois continua vigilancia, e applicação de outros remedios, porque a *gota se faz constitucional, e irregular*, podendo vencer-se nos primeiros ataques pello methodo dito, e seguindo-se dieta conveniente”³³⁷⁴

Nas suas *Observações*, Francisco Tavares recomendava a quina logo no início do paroxismo, precedida somente pelo uso de um purgante ou do recurso a sanguessugas.

Após a utilização da quina deveriam ser também utilizados medicamentos adicionais, designadamente preparações de acónito ou gengibre, bem como águas minerais. Francisco Tavares indica que a melhor preparação da quina, e que continha a totalidade das suas virtudes, era o pó de quina. Este pó deveria ser administrado conforme se indicava na fórmula nº 4. Segundo Tavares esta forma de administração já tinha demonstrado várias vezes a sua utilidade, sendo apenas precedida de um purgante. Caso o doente tivesse um estômago delicado e muito sensível, seria então necessário recorrer a preparações diferentes, designadamente à mistura de pó de quina com chocolate. Se esta última preparação também não fosse tolerada deveria recorrer-se à infusão fria de quina (cujas fórmulas F. Tavares descreve) e depois ao cozimento de quina (também explicitado nas fórmulas apresentadas no final do livro). F. Tavares indica que a infusão fria de quina era simples, eficaz, e continha “tudo quanto na *quina* he actioso, e util”³³⁷⁵. Se também estas preparações obstassem à sensibilidade do estômago, F. Tavares aconselhava a tintura de quina associada ao vinho ou o vinho de quina composto (ambas as fórmulas igualmente descritas

³³⁷³ Ibidem, p. 19.

³³⁷⁴ Ibidem, p. 21 e 22.

³³⁷⁵ Ibidem, p. 23.

por ele no final da obra). Deste modo, de acordo com as características do doente (designadamente quanto à sua reação a determinados medicamentos com quina), F. Tavares recomendava uma dada preparação de quina³³⁷⁶.

Na gota irregular F. Tavares aconselhava acompanhar a bebida de água quente “no *tempo do paroxysmo*, ja passado o dia em que se bebeu, com a *quina em pó* (N.º 4.), ou em *infusão fria* (N.º 5.) por *tres* ou *quatro* dias, e mesmo segundo a necessidade com o *vinho de quina composto* (N.º 8.)”, e acomodar “(...) qualquer destas formulas á disposição, temperamento, e mesmo ao gosto do enfermo”³³⁷⁷. Os “*gotosos mais inveterados*”³³⁷⁸ deveriam tomar uma dose maior de quina depois da ingestão da água quente, e durante mais tempo. O doente também deveria ter atenção à dieta, quer durante o paroxismo, quer nos seus intervalos. Para além da utilização da quina nos ataques da gota, F. Tavares também a recomendava nos intervalos dos paroxismos da gota. A terapêutica recomendada nos intervalos dos paroxismos da gota incluía preparações farmacêuticas de outras drogas como o gengibre, a raiz de genciana, o lenho de quássia, ou o guaiaco.

Francisco Tavares explicita alguns efeitos secundários das doses elevadas de quina designadamente, uma constrição momentânea na região epigástrica, uma diminuição da eliminação da urina, a não promoção da eliminação do suor, aspereza na língua e “saliva, e muco do nariz espesso”³³⁷⁹, que demonstravam que a quina estava a exercer o seu efeito. Aponta também que os “*gotosos inveterados*”³³⁸⁰ eram particularmente suscetíveis a

“que seus paroxysmos sejam fomentados, entretidos, e prolongados não somente por maior sensibilidade, debilidade, e quiçá torpor do estomago, mas tambem por particular inercia, e torpôr de intestinos, que se manifesta pellos continuos rugidos, flatulencia, e ás vezes verdadeiro meteorismo, constipação, e talvez soltura de ventre, por cuja razão he menos feliz a applicação da *quina* sem ser auxiliada ainda de outro modo”³³⁸¹.

Neste caso a aplicação da quina tinha de ser complementada por outras preparações de forma a exercer com sucesso a sua atividade – cozimento de marcela galega (onde se desfazia a casca de quina em pó de forma a preparar um clister) e, eventualmente, adicionar também o láudano líquido de Sydenham (se o doente não conseguisse reter o clister por tempo suficiente). O tratamento dos “*gotosos inveterados*, e quasi continuamente padecendo tristes restos de repetidos ataques” incluía também as “*aguas mineraes frias*, ou *thermaes*, ou seja em banho, ou em bebida”³³⁸², em particular as águas sulfúreas. A quina, suas preparações e outras drogas e

³³⁷⁶ Ibidem, p. 19, 23.

³³⁷⁷ Ibidem, p. 30-31.

³³⁷⁸ Ibidem, p. 24.

³³⁷⁹ Ibidem.

³³⁸⁰ Ibidem.

³³⁸¹ Ibidem.

³³⁸² Ibidem, p. 79.

medicamentos são também apontados como coadjuvantes das “*aguas mineraes* ou *nativas* ou *facticias*” no tratamento da gota, sendo considerados por Tavares como “medicamentos tendentes ao mesmo fim” que, em colaboração, davam “grandes esperanças” no abrandamento da “ferocidade do mal e de suas repetições, quando não seja possível domallo, subjugallo, vencello”³³⁸³. F. Tavares aponta também que o facto da “qualidade da *quina* (reparo e queixume já muito inveterado, e demasiadamente razoavel)” não ser como convinha era um fator predisponente para a repetição dos ataques da gota, tornando-a “obstinada”³³⁸⁴.

Francisco Tavares também recomendava o uso de preparações de quina no tratamento do reumatismo. Assim, no reumatismo agudo que não afetava partes internas, a infusão fria de quina era indicada como complemento da cura do reumatismo³³⁸⁵, “quando ha somente para emendar restos do maior insulto”³³⁸⁶. Adicionalmente, se ainda existissem acessos periódicos, era “de absoluta necessidade o uso da *quina*”³³⁸⁷, juntamente com remédios diaforéticos. O tratamento indicado para o reumatismo agudo incluía a sangria, clisteres com electuário de sene ou mel juntamente com sabão duro num cozimento de mercuriais, ou a dita bebida de água quente (os medicamentos principais segundo F. Tavares), seguidos de outros que, na sua maioria, também eram recomendados nos ataques da gota regular (soro de leite vinhoso, pós de Dover, etc., bem como banhos e vapores de água). Na convalescença F. Tavares recomendava fricções, exercício físico e uma dieta própria. Também no âmbito do tratamento aconselhado para o reumatismo crónico o autor recomenda a quina, bem como a *Portlandia hexandra*, “apenas para pôr o ultimo sello á cura”³³⁸⁸. F. Tavares salienta ainda que a utilização do banho do mosto nos reumatismos longos era coadjuvada pela utilização da quina, bem como pelo ferro e suas preparações. O tratamento do reumatismo crónico incluía medicamentos de uso interno – soro vinhoso, infusão de sabugueiro com espírito de minderer, pós de Dover, preparações com arnica e doçamarga, etc. – e preparações para uso externo, tais como banhos de águas termais, especialmente as sulfúreas, e a aplicação de várias fórmulas explicitadas no final da obra. Abrangia também fricções e cuidados dietéticos.

A chamada quina do Brasil, identificada por F. Tavares como sendo a *Portlandia hexandra* Linn, teria demonstrado, através de várias experiências (cujos resultados Tavares possuía) que tinha virtudes análogas às da quina peruviana, ou virtudes superiores. Tavares indica que a utilizara com sucesso em si próprio e nos seus doentes gotosos. A este propósito menciona a “falta actual de boa *quina* (que cada dia será maior)”³³⁸⁹ e a abundância da quina do Brasil, pelo que aconselhava a substituição da quina peruviana pela *Portlandia hexandra* ou mesmo a utilização preferencial da dita quina do Brasil. Fala também da utilidade da “casca de *camamú*, a

³³⁸³ Ibidem, p. 85.

³³⁸⁴ Ibidem, p. 22.

³³⁸⁵ Ibidem, p. 146-147.

³³⁸⁶ Ibidem, p. 147.

³³⁸⁷ Ibidem.

³³⁸⁸ Ibidem, p. 158.

³³⁸⁹ Ibidem, p. 43.

que na *Comarca dos Ilheos* no Brasil chamão *Páo para tudo*” no tratamento da “*gota inveterada e atonica*”³³⁹⁰. Tavares refere também que várias drogas amargas como a centáurea menor tinham sido recomendadas no tratamento da gota. Realça igualmente que o acónito era, de entre os remédios utilizados na gota (tanto na “*regular e recente*”, como na “*inveterada e irregular*”), “o mais acreditado de cinquenta annos a esta parte”³³⁹¹. Também no reumatismo crónico F. Tavares recomendava o acónito, mas apenas quando os outros “remédios, que são mais á mão, falhão”, já que ele era capaz de vencer “os casos mais desesperados”³³⁹². A quina peruviana e a quina do Brasil (*Portlandia hexandra*) também se incluíam nos medicamentos de uso interno para o tratamento do reumatismo crónico.

F. Tavares faz também considerações sobre o tratamento de possíveis manifestações locais do reumatismo crónico como a dor ciática, o lumbago, a hemicrania (enxaqueca), a oftalmia reumática e a dor de dentes reumática. O tratamento da “*sciatica arthritica, ou gotosa*” (um tipo de dor ciática) deveria incluir “grandes doses de quina”³³⁹³. A quina era também recomendada no tratamento da oftalmia reumática, sob a forma do cozimento de quina, ou da sua infusão fria preparada sem água ardente, para banhar os olhos frequentemente.

Para F. Tavares a dieta condicionava fortemente o êxito dos medicamentos³³⁹⁴. Também sugere que a dieta podia influenciar o aparecimento da gota, afirmando que os pobres não sofriam desta doença, talvez por não terem “meios de augmentar nem de variar os seus alimentos ganhados com suor, e comidos sem excesso, mas com o appetite que o trabalho do corpo suscita, e que as paixões de animo não deteriorão”. Segundo F. Tavares a gota habitava assim “mais regularmente nos palacios dos Grandes”, seguindo “as mezas lautas dos favorecidos da fortuna!”³³⁹⁵.

F. Tavares destaca que “*na mão do enfermo talvez mais do que na do Medico* está a cura da gota”³³⁹⁶. Já no que dizia respeito ao tratamento do reumatismo declara que “Nada terão de que se queixem os *Medicos* dignos deste nome; nem para elles se dirigem estas instrucções: se servirem aos pobres enfermos, e os menos instruidos d’aqui tirarem partido, tanto basta”³³⁹⁷. F. Tavares afirma ainda que não incluiu outras variações frequentes da gota e do reumatismo uma vez que requeriam “(...) conhecimentos, e attenção Medica de *Professor* entendido, que deve consultar-se”³³⁹⁸.

No *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos* as recomendações para o tratamento da gota são muito mais desenvolvidas do que as apresentadas nas *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* (1802), o que

³³⁹⁰ Ibidem, p. 44.

³³⁹¹ Ibidem, p. 55.

³³⁹² Ibidem, p. 158.

³³⁹³ Ibidem, p. 177.

³³⁹⁴ Ibidem, p. 53, 66.

³³⁹⁵ Ibidem, p. 102.

³³⁹⁶ Ibidem, p. 128.

³³⁹⁷ Ibidem, p. 144.

³³⁹⁸ Ibidem, p. 182.

é condicente com uma maior experiência no uso da quina na gota por parte de Francisco Tavares. Adicionalmente, esta obra inclui o tratamento recomendado para o reumatismo crónico e agudo. Para além disso, ao contrário da obra *Observações, e reflexões*, o *Manual de gotosos* era dirigido aos doentes de gota e reumatismo, e não aos médicos. Esta obra, apesar de mais desenvolvida, e do facto de ser considerada uma obra melhor do que as *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota*, parece não ter tido a mesma repercussão internacional, algo que tem sido atribuído ao facto de ter sido escrita em português³³⁹⁹.

3.4.4.4. Outras obras de Francisco Tavares

A quina também é referida na obra *Medicamentorum sylloge propriae pharmacologiae exempla sistens in usum academicarum praelectionum* (1787)³⁴⁰⁰ da autoria de Francisco Tavares. Como foi referido anteriormente, este livro destinava-se ao ensino da cadeira de Matéria Médica e Farmácia na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, para uso dos respetivos estudantes. Trata-se de uma obra com 344 páginas, contendo listas de matérias-primas utilizadas na elaboração de medicamentos e fórmulas de preparações medicamentosas³⁴⁰¹.

A quina é incluída na secção dos medicamentos simples³⁴⁰², sob o título “CORTEX PERUVIANUS *Off.* sive CHINA CHINA” onde o autor indica o seu nome científico (“Cinchona *Officinalis* Linn.”), bem como o nome vulgar em português (quina ou casca peruviana), inglês (“Peruvian bark”) e francês (“Quinquina”)³⁴⁰³. Noutro local da obra, a quina é também referida como “KINKINA”³⁴⁰⁴. São também apresentadas as fórmulas de preparação de vários medicamentos com quina, geralmente acompanhadas das respetivas doses a administrar: “PULVIS ROBORANS *Lewis*”³⁴⁰⁵, “INFUSUM CORTICIS PERUVIANI FRIGIDUM *Lew*”³⁴⁰⁶, “VINUM AMARUM *Ph. E.*”³⁴⁰⁷, “VINUM FEBRIFUGUM *Ph. Paris*”³⁴⁰⁸, “DECOCTUM ANTIFEBRILE. *Lewis.*”³⁴⁰⁹, “ESSENTIA, sive TINCTURA ANTISEPTICA. *Huxham*”³⁴¹⁰, “EXTRACTUM CORTICIS PERUVIANI, vulgò SAL ESSENTIALE CORTICIS PERUVIANI

³³⁹⁹ SILVA – Dicionario bibliográfico portuguez (T. 3, 1859) ...p. 72; LEMOS – Historia da medicina em Portugal...(Vol. 2, 1899), p. 346; PITA – Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal... (1996) ...p. 542.

³⁴⁰⁰ TAVARES, Francisco - **Medicamentorum sylloge propriae pharmacologiae exempla sistens in usum academicarum praelectionum**. Conimbricae: Typographia Academico Regia, 1787.

³⁴⁰¹ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal... (1996), p. 123.

³⁴⁰² TAVARES – Medicamentorum sylloge...p. 27-28.

³⁴⁰³ Ibidem, p. 27.

³⁴⁰⁴ Ibidem, p. 41.

³⁴⁰⁵ Ibidem, p. 85.

³⁴⁰⁶ Ibidem, p. 130.

³⁴⁰⁷ Ibidem, p. 141.

³⁴⁰⁸ Ibidem, p. 143.

³⁴⁰⁹ Ibidem, p. 147.

³⁴¹⁰ Ibidem, p. 173.

*Comitis de la Garaye*³⁴¹¹, “Extractum CORTICIS PERUVIANI”³⁴¹², “ELECTUARIUM ANTIFEBRILE. *Trilleri*”³⁴¹³, “BOLUS EX ALUMINE. *Lewis*”³⁴¹⁴, e “BOLUS FEBRIFUGUS. *Lewis*”³⁴¹⁵, perfazendo um total de 11 fórmulas diferentes com quina.

³⁴¹¹ Ibidem, p. 181.

³⁴¹² Ibidem, p. 186.

³⁴¹³ Ibidem, p. 268.

³⁴¹⁴ Ibidem, p. 275.

³⁴¹⁵ Ibidem, p. 278. No caso desta preparação o autor não indica a dose a administrar.

3.4.5. Bernardino António Gomes, pai (1768-1823)³⁴¹⁶

3.4.5.1. Breve biografia

Bernardino António Gomes nasceu em 1768 na freguesia de Santa Maria de Paredes. Os seus pais foram José Manuel Gomes, médico, e Josefina Maria Clara de Sousa. Estudou na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, a única instituição de ensino superior para a formação de médicos em Portugal da época, tendo obtido a sua carta de formatura em 1793³⁴¹⁷. Exerceu prática clínica em Aveiro e em 1797, viajou para o Brasil onde esteve até 1801. Foi médico da Armada (posto de Capitão de Fragata graduado)³⁴¹⁸ e depois da sua primeira comissão no Brasil continuou a trabalhar como clínico em Lisboa. Casou-se em 1801 com D. Leonor Violante Rosa de Mourão (1775-1864), casamento do qual nasceram D. Henriqueta Leonor Gomes (1804-1882), Bernardino António Gomes (1806-1877), Custódio Manuel Gomes (1810-1881) e António Maria Gomes (1813-1896)³⁴¹⁹. O casal separou-se mais tarde, um processo estudado por Manuela Lobo da Costa Simões³⁴²⁰. O filho que partilhava o seu nome foi também médico e naturalista, para além de professor na Régia Escola de Medicina e Cirurgia de Lisboa³⁴²¹, e publicou em 1857 uma obra em que relatava e analisava a produção científica do seu pai.

Bernardino António Gomes foi autor de várias obras, relacionadas sobretudo com a botânica, a saúde pública e a dermatologia³⁴²². Maximiano Lemos destaca que B. A. Gomes e Francisco Tavares foram “pharmacologistas dignos de verdadeiro apreço”, e fizeram “sciencia nova”, estando Gomes ligado “á descoberta dos alcaloides da quina e ao conhecimento das plantas medicinaes do Brazil”³⁴²³.

³⁴¹⁶ Esta secção foi desenvolvida a partir do livro SEMEDO, Maria Guilherme – **Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2016-9>.

³⁴¹⁷ **NOTICIA da vida e trabalhos scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1857; SILVA - Diccionario bibliographico portuguez... (T. 1, 1858) ... p. 359.

³⁴¹⁸ **NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...**p. 3.

³⁴¹⁹ BIGUELINI, Elen - **Tenho escrevnhado muito: Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)**. [s.l.]: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2017. 507 p. Tese de doutoramento, p. 56-57; MACHADO, Virgílio - **O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823): a sua vida e sua obra**. Lisboa: Portugalia, 1925, p. 9.

³⁴²⁰ SIMÕES, Manuela Lobo da Costa – Um divórcio no primeiro quartel do séc. XIX. In OLIVEIRA, António (Ed.). **A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais**. Actas do Colóquio. Coimbra, 20 a 22 março 1985. Vol. 1. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras, 1986. p. 171-189; SIMÕES, Manuela Lobo da Costa – **Um Divórcio na Lisboa oitocentista**. Lisboa: Livros Horizonte, 2012. ISBN 978-972-24-1384-8.

³⁴²¹ AGUIAR, Alberto de - Homenagem aos Drs. Bernardino António Gomes (Pai e Filho). **Portugal Médico**. 10:9 (1926) 379-389, p. 387.

³⁴²² SUBTIL, Carlos – **Bernardino António Gomes: Ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura**. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2017. ISBN 426240/17, p. 48.

³⁴²³ LEMOS – Historia da medicina em Portugal...(Vol. 2, 1899), p. 348.

B. A. Gomes alcançou considerável fama a nível internacional³⁴²⁴, sobretudo pelo seu isolamento da cinchonina³⁴²⁵. As suas experiências químicas sobre as quininas³⁴²⁶ culminaram no isolamento do primeiro alcaloide da quina, a cinchonina, em 1810, fazendo dele uma importante personagem na história da quina. A designação inicialmente atribuída à substância isolada foi a de «cinchonino», um termo que o Dr. Andrew Duncan Junior (1773–1832) havia cunhado anteriormente. Não obstante, a identificação posterior do cinchonino como uma substância de propriedades alcalinas levou a que o nome fosse alterado para cinchonina, de forma a estar de acordo com a nomenclatura de outras bases orgânicas. Os alcaloides da quina ficaram assim com uma terminação do género feminino. Esta mudança foi sugerida por Joseph Pelletier (1788–1842) e Joseph-Bienaimé Caventou (1795–1877), os responsáveis pelo isolamento da quinina³⁴²⁷, o alcaloide mais importante da quina.

Verificámos que a obra de Bernardino António Gomes parece ter tido considerável repercussão internacional. Vários médicos e cientistas estrangeiros como François-Victor Mérat (1780-1851), Adrien Jacques de Lens (1786-1846)³⁴²⁸, Jean-Louis Alibert (1768-1837)³⁴²⁹, J.-J. Virey³⁴³⁰, Louis- Jacques Thenard (1777-1857)³⁴³¹, e James Currie (1756-1805)³⁴³² elogiaram as

³⁴²⁴ “Pela extensão e valor da sua obra, conquistou um nome que ultrapassou as fronteiras da sua pátria, conseguindo fama científica universal, quando eram bem precários os meios de divulgação das ideias” GARRETT, Almeida [António de] - Bernardino António Gomes. **Portugal Médico**. 8 (1923-24) CCLXV-CCLXXI, p. CCLXXI; “Os resultados obtidos pelo Dr. Bernardino, nos seus trabalhos científicos, foram sempre (...) muito apreciados, no Estrangeiro, logo que eram aí conhecidos, pelas publicações feitas a seu respeito.” – MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ... p. 75.

³⁴²⁵ SUBTIL - Bernardino António Gomes ... p. 83.

³⁴²⁶ Para uma síntese destas experiências químicas sobre a casca de quina veja-se SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Bernardino António Gomes (1768-1823) e a investigação química sobre a quina. In MALAQUIAS, Isabel; OLIVEIRA, João (Eds.) – **A Evolução da Química: Impactos na Sociedade 1º Encontro Nacional de História da Química**. [S.l.]: UA Editora Universidade de Aveiro Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia, 2021. ISBN 978-972-789-705-6. p. 27–33.

³⁴²⁷ PELLETIER; CAVENTOU- Des Recherches chimiques sur le Quinquinas par MM. Pelletier et Caventou. Lous à l'Académie des Sciences le 11 Septembre 1820. **Annales de Chimie et de Physique**. 15 (1820) 289-318 e 337-365, p. 294 e 295.

³⁴²⁸ MÉRAT, F.-V. – *De la vertu de l'écorce de la racine de grenadier contre le tœnia, avec des observations sur son emploi*; extrait d'un Mémoire portugais du docteur BERNARDIN-ANTOINE GOMÈS, publié à Lisbonne em 1822; par F.-V. Mérat; Docteur em médecine. **Journal Complémentaire du Dictionnaire des Sciences Médicales**, 16 (1823a) 24-33, p. 25; MÉRAT, F.-V. – NOTICE sur des tenia différens de l'espèce ordinaire, qui ont été observés em Portugal et au Brésil, par le docteur Gomès; par F.-V. MÉRAT, D. M. **Journal Complémentaire du Dictionnaire des Sciences Médicales**. 16 (1823b) 193-198, p. 194; MÉRAT, F.V.; LENS, A. J. de - **Dictionnaire universel de matière médicale**. Tomo 1 (A-B.), Paris: J. -B. Baillièrre, Méquignon-Marvis, Gabon, 1829, p. 414.

³⁴²⁹ ALIBERT, J. L. - **Nouveaux Éléments de Thérapeutique et de Matière Médicale**. T. 1. 5ª Ed., Revista, corrigida e aumentada. Paris: Rignoux, 1826, p. 237, 364.

³⁴³⁰ VIREY, J.-J. - Complément de l'histoire naturelle des ipécacuanha vrais, avec la description et la figure nouvelle de la plante de l'ipécacuanha blanc. **Journal complémentaire du dictionnaire des sciences médicales**. 6 (1820) 335-346, p. 335. Este artigo inclui também a descrição em francês de várias porções do texto contido na *Memoria sobre a ipecacuanha...* de B. A. Gomes, com comentários de Virey.

³⁴³¹ THENARD, L.-J. – **Traité de Chimie Élémentaire, théorique et pratique**. 3e éd., Revue et Corrigée, T. 4. Paris: Crochard, 1821, p. 277.

³⁴³² CURRIE, James - **Medical Reports on the Effects of Water, Cold and Warm, as a Remedy in Fever and Other Febrile Diseases**. 2nd Edition corrected and enlarged. Vol. 2. London: T. Cadell and W. Davies, Strand; and W. Creech, Edinburgh, 1805, p. 150.

suas capacidades e contributos científicos. Manteve também correspondência com várias personalidades estrangeiras³⁴³³, às quais por vezes enviava também amostras de plantas³⁴³⁴. Pela referência feita aos trabalhos de B. A. Gomes, e pelo teor das mesmas, é evidente que os seus pares a nível internacional reconheciam a sua competência científica.

A nível nacional, como aponta Virgílio Machado, parece não ter sido tão apreciado³⁴³⁵. Não obstante, em virtude do seu contributo para a dermatologia é considerado o fundador da dermatologia portuguesa (distinção atribuída a 31 de Novembro de 1968), e é o patrono da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia (SPDV)³⁴³⁶. Relativamente à dermatologia produziu as seguintes obras: *Memoria sobre as Boubas* (1815), “a sua primeira grande contribuição dermatológica”³⁴³⁷; *Ensaio Dermosographico ou Succinta e Systematica Descrição das Duenças Cutâneas, Conforme os Principios e Observações dos Doutores Willan, e Bateman, com indicação dos respectivos remedios aconselhados por estes celebres authores, e alguns outros* (1820); *Carta aos Médicos Portuguezes sobre a elephantiase, noticiando hum novo remédio para a cura desta enfermidade* (1821); e *Memoria sobre os meios de diminuir a Elephantiase em Portugal, e de aperfeiçoar o conhecimento e cura das Doenças cutaneas* (1821). O seu *Ensaio Dermosographico*, primeiro publicado em 1820, teve uma segunda edição em 1822, o que é ilustrativo da receção da obra em Portugal³⁴³⁸. Este livro foi designado por A. Poiares Baptista como “a primeira obra portuguesa dedicada exclusivamente às doenças cutâneas”³⁴³⁹.

Das suas observações no Brasil resultaram diversas obras, nomeadamente: *Memória sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil ou Cipó das Nossas Boticas* (1801), *Memória sobre a canella do Rio de Janeiro offerecida ao Principe do Brasil* (1809), e *Observações botanico-medicinas sobre algumas plantas do Brazil* (1803). Na obra *Observações botanico-medicinas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em latim, e portuguez* (1803), constam descrições botânicas e usos médicos de 15 espécies de plantas que o Dr. Gomes observou no Brasil, “até então, muito mal estudadas, algumas vezes mesmo completamente desconhecidas”³⁴⁴⁰, incluindo também

³⁴³³ MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 80 e 81; MÉRAT; LENS- Dictionnaire universel de matière médicale (T. 1, 1829) ...p. 481.

³⁴³⁴ MÉRAT; LENS - Dictionnaire Universel de Matière Médicale (t.1, 1829) ...p. 286, 413; VIREY - Complément de l'histoire naturelle des ipecacuanha vrais (1820) ...p. 335.

³⁴³⁵ MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 75; “O favor, porem, que o Dr. Gomes não pôde alcançar na opinião dos que governavam, teve-o ao menos, e amplo, na confiança do publico” – NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 21; AGUIAR - Homenagem aos Drs. Bernardino António Gomes (Pai e Filho) ...p. 380.

³⁴³⁶ ESTEVES, Juvenal — Bernardino António Gomes e as escolas. **Notícias Médicas**. 20:1978 (1991) 4, p. 4. A propósito do papel de Bernardino António Gomes na Dermatologia em Portugal veja-se também ESTEVES, Juvenal — Bernardino António Gomes. Fundador da dermatologia portuguesa. **Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia**. 26:4 (1968) 1551-158; SILVA, J. Ramos e — No Rio de Janeiro comemorou-se o 2º centenário de Bernardino António Gomes. **O Médico**. Nova série. 51:929 (1969) 773; e BAPTISTA, A. Poiares - Os primórdios da dermatologia e venereologia em Portugal. **Revista da Ordem dos Médicos**. 29:142 (2013) 68-73; SUBTIL - Bernardino António Gomes ...p. 81.

³⁴³⁷ SILVA - No Rio de Janeiro comemorou-se...p. 773.

³⁴³⁸ ESTEVES – Bernardino António Gomes. Fundador da dermatologia portuguesa.

³⁴³⁹ POIARES BAPTISTA – Os primórdios da dermatologia...p. 72.

³⁴⁴⁰ MACHADO – O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ... p. 44.

algumas estampas. O conteúdo foi apresentado simultaneamente em português e em latim, de forma a favorecer a sua difusão, ficando acessível para quem não compreendesse o português, e para os portugueses que desconhecêssem o latim³⁴⁴¹. O exercício idóneo e responsável da medicina³⁴⁴² era acompanhado pelo desejo de contribuir para o progresso da ciência³⁴⁴³.

A avaliação de métodos de tratamento propostos por outros clínicos era um dos seus exercícios habituais. Procedia então a uma espécie de ensaio clínico, utilizando-os numa população adequada de doentes, de forma a inferir se o tratamento recomendado tinha ou não eficácia. A sua investigação sobre as propriedades anti-helmínticas da romeira é um dos exemplos dessa situação³⁴⁴⁴. Outro exemplo é a utilização de um método proposto pelo Dr. James Currie (1756-1805) numa epidemia de tifo que afetou uma esquadra portuguesa em Gibraltar³⁴⁴⁵. B. A. Gomes estava atento aos progressos da medicina em países estrangeiros, cuja utilidade tentava verificar³⁴⁴⁶. Desta forma, ainda que procurasse a atualização constante, os trabalhos que publicava baseavam-se simultaneamente nas suas experiências e observações. A proficiência na língua francesa, inglesa e no latim³⁴⁴⁷ propiciavam a sintonia com as mais recentes abordagens clínicas. Por contraste, Pelletier, codescobridor da quinina, justifica parcialmente o seu desconhecimento dos trabalhos do Dr. Duncan com o facto de não estarem presentes em nenhuma obra francesa³⁴⁴⁸.

Relativamente a questões relacionadas com a saúde pública, destacam-se as obras *Methodo de curar o typho ou febres malignas contagiosas pela effusão d'agua fria: ao qual se ajunta a theoria do typho segundo os principios da zoonomia, a explicação do modo de obrar da effusão fria, e huma carta ao Dr. James Currie, com observações e reflexões sobre aquelle methodo por B.A. Gomes* (1806), *Recopilação Historica dos Trabalhos da Instituição Vaccinica, durante o seu Primeiro Anno* (1814), *Memoria sobre a desinfecção das cartas* (1815) e a *Conta annual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias, pronunciada na Sessão Publica de 1815* (1815).

No que concerne à sua visão sobre a medicina o filho Bernardino António Gomes afirma: “(...) exerceu sempre com a dignidade, que lhe inspirava uma profissão considerada por elle mais o sacerdócio do homem de sciencia, do que uma simples profissão lucrativa”³⁴⁴⁹. A partir de 1810

³⁴⁴¹ GOMES, Bernardino Antonio – **Observações botânico-medicinas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em latim, e portuguez**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1803, p. III.

³⁴⁴² MACHADO – O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ... p. 37.

³⁴⁴³ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 4.

³⁴⁴⁴ GOMES, Bernardino Antonio – **Memoria sobre a virtude tœnifuga da romeira, com observações zoologicas e zoonomicas relativas á tœnia, e com huma estampa**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1822.

³⁴⁴⁵ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 11 e 12.

³⁴⁴⁶ Ibidem, p. 31.

³⁴⁴⁷ MACHADO – O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 69.

³⁴⁴⁸ PELLETIER – Note sur la découverte de la cinchonine. **Journal de Pharmacie et des Sciences Accessoires**. 9 (1823) 479-482, p. 479.

³⁴⁴⁹ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 33.

deixou de exercer como médico militar³⁴⁵⁰. Tornou-se sócio correspondente da Academia Real das Ciências, passando a “sócio livre” em 1812, e em 1814 tornou-se “sócio efetivo de 1ª classe”³⁴⁵¹. Contribuiu para a fundação da Instituição Vacínica³⁴⁵², que procurava disseminar o uso da vacina contra a varíola em Portugal, para além de ter sido membro da Junta de Saúde³⁴⁵³. Foi também nomeado para acompanhar a princesa Leopoldina da Áustria (noiva do futuro Imperador do Brasil e Rei de Portugal, D. Pedro) de Livorno para o Rio de Janeiro³⁴⁵⁴. O Governo português outorgou-lhe “distinções honoríficas” em virtude desta comissão, mas não recebeu “gratificação ou indemnização alguma pecuniária”, apesar de ter interrompido a prática clínica com que primariamente sustentava a sua família³⁴⁵⁵. Foi ainda cavaleiro professo na Ordem de Cristo, médico honorário da Câmara Real e fidalgo da Casa Real³⁴⁵⁶. Morreu em 1823, com 54 anos³⁴⁵⁷.

3.4.5.2. Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas (1812)³⁴⁵⁸

No *Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas* (1812), da autoria de Bernardino António Gomes, o médico português descreve o isolamento e as propriedades do cinchonino, um princípio com “propriedades singulares, e privativas”³⁴⁵⁹. Esta é uma obra relevante na avaliação da receção da quina na literatura médica e farmacêutica em Portugal, que resulta da investigação científica de um autor português, responsável pelo isolamento do primeiro alcaloide da quina, a cinchonina. Neste trabalho o autor descreve o estudo químico e clínico da quina que efetuou.

As polémicas que em Portugal envolveram este isolamento refletem também a visão da época acerca da atividade farmacológica da quina e consequente aplicação clínica, e o desconhecimento da sua composição química, que se tentava elucidar. As discussões acerca do(s) princípio(s) (ativos) que outorgavam à quina as suas propriedades febrífugas e dos elementos que

³⁴⁵⁰ Ibidem, p. 20.

³⁴⁵¹ SUBTIL - Bernardino António Gomes ...p. 54.

³⁴⁵² MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 59.

³⁴⁵³ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 24.

³⁴⁵⁴ SUBTIL - Bernardino António Gomes ...p. 44.

³⁴⁵⁵ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 28.

³⁴⁵⁶ SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (t.1, 1858) ...p. 359.

³⁴⁵⁷ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 32.

³⁴⁵⁸ GOMES, Bernardino Antonio - Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre a sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas. In **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3. Parte 1. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812a. p. 201-216. Este ensaio é sumariamente analisado em FERRAZ, Márcia Helena Mendes — Los estudios sobre las quinas en la literatura química-médica portuguesa de los inicios del siglo XIX. In ACEVES PASTRANA, Patricia (Ed.) — **Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, n° 3 — Farmacia, historia natural y química intercontinentales**. Villa Quietud, México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1995, p. 189-201.

³⁴⁵⁹ GOMES – Ensaio sobre o Cinchonino...p. 207-208.

a constituíam encontram-se plasmadas na literatura científica, para a qual contribuíram químicos famosos como o francês Louis-Nicolas Vauquelin e, mais notavelmente, Joseph Pelletier e Joseph-Bienaimé Caventou, que isolaram a quinina em 1820.

Devido à importância terapêutica da quina, o governo português pretendia encontrar substitutos desta casca medicinal nas suas colónias. Neste contexto o governo português enviou para hospitais de Coimbra e Lisboa³⁴⁶⁰, designadamente para o Hospital da Marinha³⁴⁶¹, diversas cascas provenientes do Brasil³⁴⁶². O seu intuito era verificar se tinham as mesmas virtudes terapêuticas da quina peruviana³⁴⁶³. Em Coimbra, Tomé Rodrigues Sobral ficou responsável pela análise química da quina e dos seus possíveis substitutos³⁴⁶⁴. Em Lisboa, Bernardino António Gomes ocupou-se do estudo dessas cascas brasileiras, aplicando-as “nas febres, particularmente nas intermitentes”³⁴⁶⁵. Algumas dessas cascas do Brasil, bem como “diversas quininas da America Hespanhola” demonstraram ser “notavelmente febrífugas”³⁴⁶⁶. No entanto, outras duas cascas provenientes do Brasil, que Gomes designa “especies verdadeiras de quina”, “nada, ou quasi nada possuem d’aquella qualidade [serem febrífugas]”³⁴⁶⁷. Perante estes resultados decidiu recorrer à análise química comparativa. Esta análise “poderia explicar aquella notavel disparidade, e até mesmo indicar o principio, que faz que a boa quina Peruviana seja eminentemente febrífuga”³⁴⁶⁸. Gomes declara que lhe parecera muito provável “que todas as cascas que fossem notavelmente antefebrihas havião de ter hum principio, ou huma circunstancia commum, a qual havia de ser nulla, ou quasi nulla nas cascas não febrífugas”³⁴⁶⁹. Os estudos químicos incidiram sobre várias quininas e cascas vindas do Brasil (algumas também designadas com o nome comum de quina). Através desse estudo químico, Gomes isolou a cinchonina, sob a forma de cristais, utilizando como base os trabalhos de Duncan, que sinalizara a existência dessa substância: “Antes porém de passar avante devo confessar em honra e gloria do Doutor Duncan, que se no que vou expor, avancei alguma cousa no conhecimento do cinchonino, deve-se isto ás lacónicas noções deste principio, que elle deo (...)”³⁴⁷⁰.

A sua pesquisa e resultados foram inicialmente apresentados numa sessão da Academia Real das Ciências de Lisboa, a 7 de Agosto de 1810³⁴⁷¹. O isolamento do cinchonino está descrito

³⁴⁶⁰ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 13.

³⁴⁶¹ COSTA, Aloísio Fernandes - **O problema das quininas**. Lisboa: Cosmos. Biblioteca Cosmos, 1944, p. 92 e 93.

³⁴⁶² GOMES - Ensaio sobre o Cinchonino...p. 212-213.

³⁴⁶³ CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206. **Jornal de Coimbra**. 6:29 (pt. 1, 1814a) 277-287, p. 282.

³⁴⁶⁴ Ibidem, p. 283.

³⁴⁶⁵ GOMES - Ensaio sobre o Cinchonino...p. 213.

³⁴⁶⁶ Ibidem.

³⁴⁶⁷ Ibidem.

³⁴⁶⁸ Ibidem.

³⁴⁶⁹ Ibidem.

³⁴⁷⁰ Ibidem, p. 204.

³⁴⁷¹ MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 51.

no *Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas*, publicado em 1812 nas *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. O autor inclui o procedimento experimental que utilizou, bem como as conclusões do seu estudo sobre a quina. Mais tarde, este trabalho de Bernardino António Gomes estimulou Pelletier e Caventou, os responsáveis pelo isolamento da quinina, o principal antimalárico da quina, a empreenderem estudos sobre as quinas³⁴⁷². A cinchonina, embora febrífuga, não demonstrou a mesma eficácia³⁴⁷³.

Esta obra de B. A. Gomes inicia-se com a *Historia dos conhecimentos, que até agora havia, do Cinchonino (Capítulo I)*, em que o autor apresenta a informação disponível na literatura sobre o cinchonino, e porque julga ser o primeiro a isolá-lo: “creio que este habilissimo e mui celebre Chimico [Vauquelin] tambem não chegou a obter o cinchonino estreme, porque lhe attribue qualidades , que segundo collijo das minhas experiencias, lhe não competem”³⁴⁷⁴ e “O Doutor Duncan , a pezar de haver feito desta sorte a notavel descoberta do cinchonino, parece não ter já mais conseguido separallo inteiramente dos outros principios da quina, (...)”³⁴⁷⁵. Afirma também não confiar incondicionalmente nas ilações retiradas das suas experiências, mas que iria expor as suas conclusões, mesmo que fossem diferentes das opiniões dos célebres cientistas Duncan e Vauquelin³⁴⁷⁶.

Segue-se a descrição do procedimento experimental utilizado para a obtenção do cinchonino (**Capítulo II- Da extracção do Cinchonino** e **Capítulo III - Processo para purificar o Cinchonino**). B. A. Gomes procura então interpretar os seus resultados, referindo os produtos obtidos em cada “qualidade” de quina analisada (**Capítulo IV – Variedades que se observão nesta purificação**³⁴⁷⁷). Depois apresenta as características dos produtos obtidos através do seu processo (cristais filiformes, incrustações e “agoamay”³⁴⁷⁸) e como os examinou utilizando vários reagentes (**Capítulo V– Exame dos cristaes filiformes; Capítulo VI – Exame das encrustações** e **Capítulo VII– Da agoamay que resta depois de feita a cristalização e encrustação**). No que respeita às “encrustações” descritas por B. A. Gomes, o seu filho homónimo e Eduardo Motta aventam a

³⁴⁷² PELLETIER; CAVENTOU- Des Recherches chimiques sur le Quinquinas ...p. 290-291. A influência deste trabalho de B. A. Gomes sobre a pesquisa de J. Pelletier e J.-B. Caventou, que culminou no isolamento da quinina em 1820, foi sumariamente abordada em PITA, João Rui; SEMEDO, Maria Guilherme; PEREIRA, Ana Leonor – Two Centuries since the Isolation of Cinchonine: Bernardino António Gomes’s Networks (1768-1823). In BARROSO, Maria do Sameiro; DUFFIN, Christopher John; SILVA, João Alcindo Martins e (Eds.) – **Insights into Portuguese Medical History: From the Birth of the Art of Asclepius**. Newcastle upon Tyne : Cambridge Scholars Publishing, 2022. ISBN 1-5275-8831-9. p. 436–448.

³⁴⁷³ “Quinidine, cinchonine, and cinchonidine also have antimalarial properties, but these alkaloids are not as effective as quinine” - DEWICK, Paul M. - **Medicinal Natural Products A Biosynthetic Approach**. 3ª Ed. Chichester: John Wiley and Sons Ltd. 2009. ISBN 978-0-470-74168-9, p. 383. A este propósito Aloísio Fernandes Costa afirma: “O destino quis, também, que não fôsse a sua cinchonina o alcalóide nobre” – COSTA - O problema das quinas (1944) ... p. 93.

³⁴⁷⁴ GOMES - Ensaio sobre o Cinchonino...p. 202.

³⁴⁷⁵ Ibidem.

³⁴⁷⁶ Ibidem, p. 204.

³⁴⁷⁷ Ibidem, p. 205.

³⁴⁷⁸ Ibidem, p. 209.

hipótese de que contivessem quinina³⁴⁷⁹. Embora estivesse convencido da veracidade das suas afirmações, B. A. Gomes defende a realização de mais experiências: “Mas deixemos por ora esta materia em quanto novas experiencias nos não habilitão para passar de probabilidades a demonstrações chimicas”³⁴⁸⁰. Esta passagem evidencia a consciência científica do Dr. Gomes. O processo que sugere para confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas é a experimentação.

No **Capítulo VIII - Da combinação em que se acha o Cinchonino em diversos vegetaes** considera depois as diversas plantas em que o cinchonino estaria presente, tanto as indicadas pelo Dr. Duncan (angustura, calumba, ipecacuanha, pimenta negra, pimentão e ópio), como aquelas por ele investigadas (quina vermelha, quina de Huanuco, quina calissaya de Lima e de Santa Fé, uma “quina vinda do Brasil semelhante, senão identica, á calissaya de Lima”, cascas de *Portlandia hexandra*, uma casca “da Capitania de Goiazes com nome improprio de quina” e uma casca vinda “da villa do Camamú”³⁴⁸¹ também chamada – erradamente, segundo Gomes – de quina³⁴⁸²). Aqui aponta que o cinchonino não se encontrava nalgumas quininas “verdadeiras” vindas da capitania do Rio de Janeiro³⁴⁸³ que analisou, afirmando: “Esta fallencia mostra mais a impropriedade do nome cinchonino, o qual todavia cumpre conservar para evitar confusão”³⁴⁸⁴.

Finalmente, no **Capítulo IX – Da influencia do Cinchonino na virtude dos vegetaes**³⁴⁸⁵, refere como as suas observações na prática clínica contribuíram para esta investigação³⁴⁸⁶. Assim, todas as quininas e as outras cascas analisadas por B. A. Gomes que continham cinchonino eram febrífugas; e duas quininas vindas do Rio de Janeiro observadas por B. A. Gomes não continham cinchonino e eram, aparentemente, “pouco ou nada febrifugas”³⁴⁸⁷. Tal parecia corroborar, segundo Gomes, a ideia de que esta substância era responsável pelas virtudes da quina contra a febre. Destaca também que atribuía ao cinchonino “a preeminencia febrifuga da quina” (i.e., o facto de esta constituir o melhor febrífugo), mas que existiam “amargos” e outras “composições não *cinchoninosas*” que tinham atividade sobre as febres. Segundo Gomes, devido às observações

³⁴⁷⁹ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 16; MOTTA, Eduardo Augusto – Para a historia da sciencia: A reivindicacão da descoberta da quinina para Bernardino António Gomes (pae), pelo Dr.Eduardo Augusto Motta (1901). **Revista de Chimica Pura e applicada**. 7:10 (Outubro de 1911) 302- 307, p. 304 e 305. Esta nota foi, segundo a informacão que consta neste artigo da *Revista de Chymica Pura e Applicada*, publicada inicialmente no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*; 2.^a série, t. VI, n.º XXIV, Lisboa.

³⁴⁸⁰ GOMES - Ensaio sobre o Cinchonino...p. 212.

³⁴⁸¹ Ibidem, p. 210.

³⁴⁸² Ibidem, p. 211.

³⁴⁸³ Estas quininas ditas verdadeiras pertenceriam, de acordo com o Doutor Vicente Gomes do Rio de Janeiro, e de acordo com Avellar Brotero às espécies *Cinchona pubescens* e *Cinchona macrocarpa* (GOMES - Ensaio sobre o Cinchonino...p. 210). A *Cinchona macrocarpa* não é reconhecida como pertencente ao género *Cinchona* atualmente (cf. POWO – *Ladenbergia macrocarpa* (Vahl) Klotzsch [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 17 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1215741-2>>).

³⁴⁸⁴ GOMES - Ensaio sobre o Cinchonino...p. 210.

³⁴⁸⁵ Ibidem, p. 212.

³⁴⁸⁶ Ibidem, p. 213.

³⁴⁸⁷ Ibidem.

na prática clínica, esses medicamentos eram considerados muito inferiores “á boa quina”, sendo por isso preteridos por esta no tratamento das febres “intermittentes perniciosas &c.”³⁴⁸⁸.

B. A. Gomes sugere que o cinchonino poderia dar à quina as suas propriedades febrífugas, mas afirma: “Sendo porém o *cinchonino* insípido, inodóro, e achando-se sempre nos vegetaes amalgamado com outros principios que o tornão amargo, dissoluvel em agoa &c., he elle febrifugo per si só, ou não he mais que huma parte essencial do principio febrifugo ?”³⁴⁸⁹. Destaca ainda que várias plantas como a ipecacuanha ou o ópio (que supostamente continham cinchonino, de acordo com o Dr. Duncan), tinham “qualidades medicinaes” diferentes da quina, e que a quina em pó era geralmente “a mais poderosa preparação desta casca”³⁴⁹⁰. Deste modo, indica, dever-se-ia concluir que o cinchonino era “meramente huma parte essencial do principio anteperiodico febrifugo dos vegetaes”³⁴⁹¹. No entanto, adverte:

o que he meramente verosimil não he demonstrado, e em materia de tanta entidade não bastão verosimilhanças, he necessaria a evidencia. Cumpre pois determinar por experiencias clinicas decisivas, qual he a combinação natural ou artificial, que faz o cinchonino mais febrifugo, e se elle, a pezar de sua insipidez e indissolubilidade n’agoa, não he febrifugo per si só, como he possivel³⁴⁹².

Exorta depois os médicos nos hospitais, em particular os militares, a continuarem esta investigação de forma a “resolver, ou fornecer as observações necessarias para se resolver este importante problema”³⁴⁹³, já que ele não o podia fazer por já não trabalhar no hospital militar em Lisboa. Declara ainda que ao utilizar a quina era necessário avaliar não só as “qualidades sensíveis”³⁴⁹⁴, mas também se o cinchonino estava presente. Gomes afirma que essa verificação era necessária uma vez que, de acordo com os conhecimentos disponíveis na altura, o cinchonino era a substância que tornava a quina “eminentemente febrífuga”, e nem todas as espécies (“sortes”) de quina o possuíam³⁴⁹⁵.

Ao longo do ensaio verificamos que a análise recorria fortemente aos sentidos como o paladar e o olfato. Tal é, no entanto, expectável, uma vez que quem se dedicava à análise química tinha à sua disposição poucos recursos, e muitos dos instrumentos científicos que possuímos na atualidade não existiam, tornando a identificação de compostos ativos nos produtos vegetais extremamente complicada³⁴⁹⁶. Estas dificuldades da análise vegetal são também mencionadas

³⁴⁸⁸ Ibidem, p. 214.

³⁴⁸⁹ Ibidem.

³⁴⁹⁰ Ibidem, p. 215.

³⁴⁹¹ Ibidem, p. 214 e 215.

³⁴⁹² Ibidem, p. 215.

³⁴⁹³ Ibidem.

³⁴⁹⁴ Ibidem, p. 216.

³⁴⁹⁵ Ibidem.

³⁴⁹⁶ “The state of chemical knowledge at the time meant that complex organic compounds could not be distinguished from each other easily; advances in this field were essential for all progress (...)” -

noutros artigos da época, como as *Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras* (1814)³⁴⁹⁷, ou as REFLEXÕES GERAES, *Sôbre as dificuldades de uma boa Análise principalmente vegetal* (1814)³⁴⁹⁸. Assinale-se, não obstante, a tentativa de examinar os ditos *cristais filiformes*, as *encrustações* e a *agoamay* com recurso a vários processos e reagentes, de forma a conseguir a melhor caracterização possível.

Vários autores criticaram depois o facto de B. A. Gomes não ter identificado a cinchonina como uma base³⁴⁹⁹. Ressalve-se, no entanto, que quando B. A. Gomes isolou a cinchonina, a presença de compostos alcalinos nas plantas ainda não se encontrava estabelecida³⁵⁰⁰. Esta alcalinidade da substância foi posteriormente notada por Pelletier e Caventou³⁵⁰¹, levando à alteração do seu nome para cinchonina. Ainda assim, B. A. Gomes estava correto ao inferir que a cinchonina tinha atividade febrífuga.

O isolamento do primeiro alcaloide da quina foi um episódio marcante na evolução da análise química, e o conhecimento acrescentado por Bernardino António Gomes impulsionou também a descoberta de Pelletier e Caventou³⁵⁰². Esta odisséia química, com os seus avanços e recuos, revela a ciência como processo e como diálogo. Por outro lado, podemos observar como os cientistas de diversos países contribuíram, cumulativamente, para a análise das quinas e dos seus constituintes³⁵⁰³.

WEATHERALL, M- **In search of a cure: A history of Pharmaceutical Discovery**. Oxford [etc.] : Oxford University Press, 1991. ISBN 0-19- 261747-8, p. 20.

³⁴⁹⁷ SILVA, José Bonifácio Andrada e [et al.] - *Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras*. In **Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3, Parte 2. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1814, p. 96-118, p. 97.

³⁴⁹⁸ SOBRAL, Thomé Rodrigues - *Reflexões geraes, Sôbre as difficuldades de uma boa Análise principalmente vegetal, para servirem de resposta a uma pergunta que se-fez ao Author, Dr. Thomé Rodrigues Sobral*. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814) 251-266, p. 252.

³⁴⁹⁹ CHEVREUL, M. - *Cinchonine*. In CUVIER, Frédéric (Dir.) - **Dictionnaire des Sciences Naturelles dans lequel on traite méthodiquement des différens êtres de la nature, considérés soit en eux-mêmes, d'après l'état actuel de nos connoissances, soit relativement a l'utilité qu'en peuvent retirer la médecine, l'agriculture, le commerce et les arts. Suivi d'une biographie des plus célèbres naturalistes**. Vol. 24. Estrasburgo [etc]: F. G.Levrault. 1822, p. 437- 444, p. 441; THENARD, Louis Jacques- **Traité de chimie élémentaire, théorique et pratique**. 4e éd, Revue, corrigée et augmentée. Vol. 3. Paris: Crochard, 1824, p. 705; DEYEUX; THENARD; VAUQUELIN – *Rapport sur un Mémoire de MM. Pelletier et Caventou, Ayant pour objet l'analyse des quinquina*. In: Pelletier; Caventou - **Analyse Chimique des Quinquinas ... suivie d'observations médicales sur l'emploi de la quinine et de la cinchonine**. Paris: L. Colas Fils, 1821, p. iv- viii, iv e v.

³⁵⁰⁰ “Uma consequência das idéias da época: - de no reino vegetal apenas existirem constituintes ácidos e neutros!” (COSTA – *O problema das quinas* (1944) ...p. 93). “Gomez noted that the chemical properties of cinchonin were unlike those of any known plant product, but he did not have any reason to believe that it was a plant alkali. It was only after Gay-Lussac had drawn attention to the existence of such alkalis that cinchona bark was carefully examined for their presence” (SNEADER, Walter - **Drug Discovery. A History**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd. 2005. ISBN-13 978-0- 471-89979-2, p. 93).

³⁵⁰¹ PELLETIER; CAVENTOU- *Des Recherches chimiques sur le Quinquinas ...*p. 290.

³⁵⁰² MACHADO - *O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...*p. 50.

³⁵⁰³ DEB ROY - *Malarial Subjects...*p. 21.

3.4.5.2.1. Publicação do *Ensaio sobre o cinchonino...* e polémicas adjacentes

O *Ensaio sobre o cinchonino...* foi reproduzido em inglês nas publicações estrangeiras *The Edinburgh Medical and Surgical Journal*³⁵⁰⁴ e no *Medical and Physical Journal*³⁵⁰⁵, anteriormente à publicação nas *Memórias da Academia*. O atraso foi justificado pela guerra e pela resultante falta de papel³⁵⁰⁶. Foi também publicado um extrato deste trabalho em língua portuguesa, n' *O Investigador Portuguez em Inglaterra*³⁵⁰⁷, uma publicação periódica de emigrantes portugueses. Neste último aventam uma forma lógica de esclarecer se era o cinchonino que conferia às quinas a atividade febrífuga – utilizar o cinchonino “da melhor Quina” isoladamente e observar se ele era capaz de curar uma febre intermitente; se o cinchonino isolado não curasse as febres intermitentes “(...) he claro que não he a elle que se deve attribuir a virtude febrífuga”³⁵⁰⁸. O isolamento da quinina, por seu turno, foi logo seguido pela aplicação daquele alcaloide na prática clínica, permitindo confirmar as suas propriedades terapêuticas. Note-se por esta passagem que, apesar da consideração que tinham pelas capacidades de investigação de Bernardino António Gomes (a quem atribuíam um “génio indagador”³⁵⁰⁹), não confiavam cegamente na sua opinião e conclusões. Assim, n' *O Investigador Portuguez* não aparentam concordar com a noção de que o cinchonino era o principal responsável pela atividade febrífuga da quina³⁵¹⁰.

A publicação do *Ensaio sobre o cinchonino...* originou uma acérrima discussão em Portugal, evidenciada no *Jornal de Coimbra*³⁵¹¹. Recorde-se que este periódico tinha uma função relevante na transmissão de saberes sobre matérias de saúde e outras provenientes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Foram publicados vários comentários ao trabalho de Gomes, que inicialmente foram contestados por B. A. Gomes no próprio *Jornal de Coimbra* (o “unico jornal de medicina portugueza então existente”³⁵¹²) e depois n' *O Investigador Portuguez*. Não pretendemos com a análise sumária que se segue tomar o partido de qualquer um dos intervenientes. Procuraremos apenas mostrar e avaliar alguma da argumentação, particularmente

³⁵⁰⁴ GOMES, Bernardinus Anthony - An Essay upon Cinchonin, and its Influence upon the Virtue of Peruvian Bark, and other Barks. **The Edinburgh Medical and Surgical Journal: A Concise View of the Latest and Most Important Discoveries in Medicine, Surgery, and Pharmacy.** 7:28 (1811) 420-431.

³⁵⁰⁵ GOMES, Bernardinus Anthony - An Essay upon Cinchonin, and its Influence upon the Virtue of Peruvian Bark, and other Barks. **Medical and Physical Journal.** 27:158 (1812) 295-306.

³⁵⁰⁶ SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ... p. 185.

³⁵⁰⁷ EXTRACTO do ENSAIO Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da Quina, e de outras Cascas. Pelo Dr. Bernardino Antonio Gomes. **O Investigador Portuguez em Inglaterra.** 5:2 (Novembro de 1811) 36-43.

³⁵⁰⁸ Ibidem, p. 42.

³⁵⁰⁹ “Apezar disso, o genio indagador que o Author possui não lhe permittira ficar tranquillo; e nós esperamos que elle levará á vante as suas analyses, e observaçoens, e que em breve nos fornecerá a este respeito resultados concludentes, e sem replica, que publicaremos gostosos em nosso Jornal” - Ibidem, p. 43.

³⁵¹⁰ Ibidem, p. 42-43.

³⁵¹¹ CABRAL, PEREIRA e PITA – Pharmacy, quina and quinine ... p. 145.

³⁵¹² NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 17.

aquela que possa elucidar algumas questões que têm sido objeto de discussão³⁵¹³. Entre esses aspetos encontra-se a dissonância entre os resultados do *Ensaio sobre o cinchonino...*, em que Bernardino António Gomes afirma que a chamada quina do Rio de Janeiro não possuía cinchonino, e os resultados patentes nas *Experiências Chymicas...* nas quais o Dr. Gomes também consta como autor, e em que se afirma precisamente o contrário. Para além disso, pretendemos ainda indicar de forma resumida as questões abordadas nesta polémica. Podemos encontrar esta argumentação nos n.ºs 8, 10, 11, 12, 15, 26, 29, 35, 36, 39, 40, 41, 48, 52, 53 e 82 do *Jornal de Coimbra*, e n.º *O Investigador Portuguez* nos n.ºs 22, 44, 46, 55 e 67 entre 1812 e 1819 (Quadro 24). Maximiano de Lemos (1899) apresenta números do *Jornal de Coimbra* e d' *O Investigador Portuguez* em que esta polémica se encontra, e António Amorim da Costa (1984) inclui apenas os números do *Jornal de Coimbra*. A lista que apresentamos contém algumas referências adicionais relativamente à dos 2 autores mencionados. Também João Rui Pita (1996) nos indica bibliografia referente a esta polémica.

Como afirma Bernardino António Gomes, filho, no *Jornal de Coimbra* disputou-se “A descoberta do cinchonino (...), as razões de sciencia para isso produzidas foram dadas por insufficientes e especiosas, e até de erros de sciencia o author foi acusado”³⁵¹⁴. No *Jornal de Coimbra* contestaram, pois, os resultados obtidos, a validade do processo experimental e a própria pureza³⁵¹⁵ dos reagentes utilizados, afirmando que as experiências contidas no *Ensaio sobre o cinchonino* e as experiências do Dr. Duncan não constituíam prova da existência do cinchonino³⁵¹⁶. Virgílio Machado afirma que Bernardino António Gomes apresentou o seu trabalho sobre o cinchonino com uma modéstia “mais do que excessiva”, referindo-se-lhe “sempre com a máxima cautela e ponderação”³⁵¹⁷ e que tal condicionou a atenção dada à sua

³⁵¹³ A este respeito veja-se COSTA, A. M. Amorim da – **Primórdios da Ciência Química em Portugal**. Biblioteca Breve, Vol. 92. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1984, p. 83-85, 117-118; FERRAZ, Márcia Helena Mendes - Los Estudios sobre las Quinas en la Literatura Química-Médica Portuguesa de los Inicios del Siglo XIX. In ACEVES PASTRANA, P. (Ed.) – **Farmacia Historia Natural y Química Intercontinentales**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1995. ISBN 970-620-690-6. p. 189-201, especificamente as páginas 195-201; VARELA, Alex Gonçalves - “**Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português**”: **Filósofo Natural e Homem Público - Uma Análise das Memórias Científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)**. Campinas-São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 2001. Tese de mestrado, p. 110-113; SANTOS, Nadja Paraense dos; PINTO, Angelo C. - «A Mata é a sua Farmácia» - A Pesquisa de Plantas Brasileiras para o Combate de Doenças Tropicais no Século XIX. **Revista Virtual de Química**. ISSN 1984-6835. 4:2 (2012) 162–172, p. 167-168; e SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ... p. 255-258; CAVALCANTE, Diego Estevam – **A planta e o tempo: ciência, técnica, natureza e progresso nos impérios da botânica**. Ceará-Brasil-Portugal. (Séculos XVIII e XIX), Tese de Mestrado, Fortaleza, 2018, p. 207-214.

³⁵¹⁴ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 17 e 18.

³⁵¹⁵ REDACTORES do J. de C. – Resposta á réplica segunda e ultima do Sr. B. A. Gomes. **Jornal de Coimbra**. 2:12 (Dez. 1812) 449-451, p. 451.

³⁵¹⁶ MEMORIA sôbre as Quinas em geral; e ensaio em particular de algumas mais usadas, comparando a Brasiliense. *Analysada, em Notas, pelos Redactores. Por...* **Jornal de Coimbra**. 2:8 (Agosto 1812) 90-102, p. 91 e 92; CASTILHO, José Feliciano de – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez* em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260. **Jornal de Coimbra**. 10:52 (pt. 1, 1817) 217-254, p. 218.

³⁵¹⁷ MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 76.

investigação. Argumenta para além disso que Gomes foi tímido na apreciação da importância do seu trabalho, por não se julgar “uma autoridade em Química”³⁵¹⁸.

Bernardino António Gomes assevera, na primeira das réplicas, que não se ofende com a controvérsia “em assumptos naturaes quando sustentada por hum espirito puramente philosophico, i.h., despido de paixões, e com o fito na verdade”; declara mesmo que tal é benéfico para a ciência “porque, ou destroe hum erro, que se quer estabelecer, ou apura e confirma huma verdade”³⁵¹⁹. No entanto, as críticas subiram apreciavelmente de tom nas sucessivas réplicas, até se afastarem do domínio científico e se focarem na idoneidade e capacidade profissional de cada um dos intervenientes.

Os Redatores do *Jornal de Coimbra*, fundado em 1812³⁵²⁰, incluíam Ângelo Ferreira Dinis, Jerónimo Joaquim de Figueiredo e José Feliciano de Castilho, todos eles lentes universitários³⁵²¹. Ângelo Ferreira Dinis era médico, e doutorado em Medicina³⁵²², e “foi membro da Junta da Faculdade de Medicina constituída para reformar o curso médico”³⁵²³. Jerónimo Joaquim de Figueiredo era igualmente médico e doutorado em Medicina, foi Diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra e publica, em 1825, a *Flora farmacêutica e alimentar portuguesa, ou tratado de aqueles vegetais indígenas de Portugal, e outros nele cultivados, cujos productos são usados ou susceptíveis de se usar como alimentos e remédios*³⁵²⁴. José Feliciano de Castilho era igualmente lente de Medicina na Universidade de Coimbra, Redator do *Jornal de Coimbra* e, tal como Bernardino António Gomes, membro da Instituição Vacínica e da Academia Real das Ciências³⁵²⁵. Segundo João Rui Pita (1996), esta controvérsia espelha uma “concorrência de poderes, isto é, por um lado, o de uma instituição vocacionada para o ensino e para a investigação e, por outro lado, o poder de um cientista destituído de qualquer patrocínio institucional declaradamente dedicado à investigação científica, como a Universidade”³⁵²⁶.

Num papel de destaque nestas polémicas esteve José Feliciano de Castilho. Como aponta Maximiano Lemos (1899), José Feliciano de Castilho contribuiu para o estudo clínico das chamadas quinas brasileiras³⁵²⁷, e foi “um dos professores que então gozava dos melhores créditos na Universidade”³⁵²⁸. José Feliciano de Castilho indica inclusivamente no *Jornal de Coimbra* vários médicos que estiveram envolvidos no estudo clínico da chamada quina do Rio de Janeiro, para além dele próprio: Ângelo Ferreira Dinis, António de Almeida, Jerónimo Joaquim de

³⁵¹⁸ Ibidem, p. 77.

³⁵¹⁹ GOMES, Bernardino Antonio - Chymica. *Jornal de Coimbra*. 2:10 (Out. 1812b) 291-296, p. 291.

³⁵²⁰ RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 202.

³⁵²¹ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública... p. 163.

³⁵²² RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 202.

³⁵²³ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública ...p. 163 e 164.

³⁵²⁴ RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 207.

³⁵²⁵ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 354.

³⁵²⁶ PITA - Farmácia, medicina e saúde pública ... p. 163.

³⁵²⁷ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 352.

³⁵²⁸ Ibidem, p. 353.

Figueiredo, João Alberto Pereira de Azevedo, e Manoel José Mourão de Carvalho Azevedo Monteiro³⁵²⁹.

Esta polémica, que se desenrolou através de escritos publicados no *Jornal de Coimbra* e n' *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, tem como intervenientes expressamente identificados Bernardino António Gomes, José Feliciano de Castilho e Tomé Rodrigues Sobral. No entanto, existem diversos artigos assinados pelos “Redactores” ou “Redactores do J. de C.”; e um outro artigo em que o autor não se identifica como redator do *Jornal de Coimbra*, mas sim como um leitor, tanto do *Jornal de Coimbra* como d' *O Investigador Portuguez*. Neste artigo anónimo de 1817 (que contém notas de rodapé da autoria de José Feliciano de Castilho), o autor comenta várias afirmações publicadas num artigo d' *O Investigador Portuguez* (reportando-se sobretudo à informação sobre a quina), afirmando que o Dr. B. A. Gomes apenas publicara “um novo processo d' extracção e purificação do cinchonino unico e identico em si mesmo na hypothese da sua existencia”³⁵³⁰. Na descrição desta polémica incluímos a *Memória sobre o principio febrifugo das quinas...* de Tomé Rodrigues Sobral, uma vez que esta memória pode ser encarada como um epílogo das discussões sobre a questão do cinchonino.

A discussão prolongou-se por vários anos, mas os intervenientes iniciais da parte do *Jornal de Coimbra* eram identificados simplesmente como “Redactores”. A primeira réplica assinada por José Feliciano de Castilho encontra-se no número 29, Parte 1 do *Jornal de Coimbra*³⁵³¹. No entanto, o primeiro escrito desta polémica que conseguimos identificar como pertencente a José Feliciano de Castilho está no número 26, Parte 2 (Fevereiro de 1814)³⁵³², dado que o próprio reconhece posteriormente ter sido o seu autor. Tal como focou António Amorim da Costa (1984)³⁵³³, José Feliciano de Castilho indica que não tinha sido ele a elaborar as primeiras críticas ao trabalho de Bernardino António Gomes, mas sim os seus colegas no *Jornal de Coimbra*³⁵³⁴.

Esta indicação, de que inicialmente não era ele quem arguia com o Dr. Gomes, parece coadunar-se com o tom parcialmente conciliatório que o Dr. Castilho adota no número 26 e 29 do *Jornal de Coimbra*, admitindo até que pretendia responder de uma forma demasiado violenta, mas que felizmente o censor objetara à publicação dessa primeira resposta, permitindo-lhe ter

³⁵²⁹ CASTILHO - Resposta de José Feliciano de Castilho (pt. 1, 1817) ...p. 249.

³⁵³⁰ OBSERVAÇÕES anónimas (1) sobre um artigo do Investigador N.º LXVI. Pag. 172, que tem por título *Exposição dos novos progressos que fizeram as Sciencias Physicas*. **Jornal de Coimbra**. 10:53 (pt. 1, 1817) 289-314, p. 312.

³⁵³¹ CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho, sobre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Num. XXII. p. 206 (1814a).

³⁵³² REDACTORES- Continuação dos Escritos do Exm. D. Fr. Caetano da Annunciação Brandão. **Jornal de Coimbra**. 6:26 (pt. 2, Fev. 1814) 131-139. A polémica relativa à cinchonina está presente nas notas de rodapé deste artigo do *Jornal de Coimbra*.

³⁵³³ COSTA – Primórdios da Ciência Química em Portugal, p. 118.

³⁵³⁴ CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho, sobre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Num. XXII. p. 206 (1814a), p. 279; CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho (pt. 1, 1817) ... p. 221.

“tempo para escutar a razão”³⁵³⁵ e verificar que a sua resposta “excedia um pouco os devidos limites”³⁵³⁶. Nas réplicas anteriores, em que não seria o Dr. Castilho a argumentar com o Dr. Gomes, os Redatores já haviam adotado uma argumentação mais hostil, acusando Bernardino António Gomes de ter cometido “hum grosseiro êrro de Chymica (...)”³⁵³⁷, de ter uma “Chymica de manipulador de botica (...)”³⁵³⁸ e de adotar princípios de “Pharmacia rançosa”³⁵³⁹, bem como de ter procedido de forma desleal e, sabendo de um erro tipográfico no *Jornal de Coimbra*, que desfazia o argumento dos Redatores, ter utilizado esse erro na sua argumentação³⁵⁴⁰. No entanto, também as réplicas de José Feliciano de Castilho se tornaram subsequentemente ofensivas, à semelhança daquelas que terão sido escritas pelos seus colegas redatores.

A argumentação desenvolvida entre Bernardino António Gomes e José Feliciano de Castilho estendeu-se igualmente à ação terapêutica da quina, e às causas das sezões³⁵⁴¹. Os artigos desta polémica incluem também menções a diversos trabalhos sobre as quinas, que haviam sido publicados nos *Annales de chimie* de Paris “desde o Tom. 64 até o caderno que tem a data de 31 de Março de 1814”, de forma a demonstrar que neles não havia menção ao designado “cinchonino”, e à investigação do Dr. Gomes sobre as quinas. J. F. de Castilho argumenta que o trabalho de B. A. Gomes não era merecedor de atenção, já que a literatura estrangeira o ignorava:

“Eu não encontrei nem a palavra Cinchonino, nem indícios de que algum Chimico ou Médico fizesse o mais leve caso ou menção das opiniões ou escritos de Gomes apêzar de serem muitos os Chimicos e Médicos, que tratão de Quinas e Intermittentes; e de serem tão honrosamente mencionados na dita obra os nomes de tantos Portuguezes. (...) E como os mesmos Annaes de Chimica fazem muitas vezes menção do *Jornal de Nicholson*, aonde ha Escritos sôbre Cinchonino; e como he mui provavel que cheguem a Paris o *Medical and Surgical Journal* d’Edimburgo, e o *Investigador Portuguez*, e chega decerto o *Jornal de Coimbra*, como se-disse em o Num. XXXV. Part. I. pag. 216, nos quaes todos ha escritos sôbre Cinchonino, tenho toda a razão para me-persuadir que nenhum Chimico ou Médico tem feito o mais leve caso d’aquelles escritos infelizes de Gomes”³⁵⁴².

³⁵³⁵ REDACTORES- Continuação dos Escritos do Exm. D. Fr. Caetano...p. 133.

³⁵³⁶ CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Num. XXII. p. 206 (1814a), p. 277.

³⁵³⁷ REDACTORES do J. de C. – Resposta á réplica segunda e ultima ...p. 451.

³⁵³⁸ *Ibidem*.

³⁵³⁹ REDACTORES – Reflexões dos Redatores sôbre hum Escripto de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Num. XXII, pag. 207. **Jornal de Coimbra**. 3:15 (Mar. 1813) 300-306, p. 302.

³⁵⁴⁰ cf. *Jornal de Coimbra* 2:12; *Jornal de Coimbra* 3:15. Bernardino António Gomes foca esta questão do erro tipográfico, indicando que o desconhecia e que não cria que tivesse havido realmente um erro tipográfico (GOMEZ, Bernardino Antonio – AOS LEITORES do *Jornal de Coimbra*. **O Investigador Portuguez em Inglaterra**. 6:22 (Abril de 1813) 206-210, p. 208).

³⁵⁴¹ GOMES – Resposta ás denominadas Reflexoens de Jozé Feliciano de Castilho. – (Jorn de C. Nº XLI. p. 1, p. 227.), p. 263; CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho (pt. 1, 1817) ...p. 238 e 239.

³⁵⁴² CASTILHO, José Feliciano de – Extracto de varios Escritos sôbre quinas, ou que tenham com éstas algumas relações, os quaes se-encontrão nos últimos Tomos dos Annaes de Chimica de Paris. (Continuação do Num. XXXV. Part. I. pag. 240.) **Jornal de Coimbra**. 8:39 (pt. 1, 1815b) 101-119, p. 118 e 119.

Noutra das réplicas, José Feliciano de Castilho destaca que nas *Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras*, em que o nome de Bernardino António Gomes constava como autor, o cinchonino era apenas referido com pouca certeza, e que as conclusões desta comissão da Academia Real das Ciências de Lisboa, de que B. A. Gomes fazia parte, estavam completamente em desacordo com as conclusões do *Ensaio sobre o cinchonino...*: “Não he pois no resultado de uma experiencia, ou em uma coisa só, que a Commissão se não conformou com Gomes: não se-conformou em nada nem de operações, nem de ideias”³⁵⁴³. A estas afirmações responde Bernardino António Gomes dizendo:

“Em quanto á Academia, ainda menos receio tenho, porque hé mui manifesto o espirito d'intriga, e talvez alguma couza mais, que induz Castilho á fazer inepto paralelo da minha Memoria com a da analyse da Q. do R., onde sabe que vem o meu nome meramente por ter sido nomeado para aquella comissaõ, e por que a bondade dos outros commissarios quis repartir comigo, *contra a minha pertençaõ*, a gloria do seu trabalho, apezar d'eu *naõ ter podido concorrer para elle* por muito occupado naquella occasiaõ, e por me ficar distante o Laboratorio Chimico onde elle se fazia”³⁵⁴⁴.

A Academia Real das Ciências tinha sido encarregue de nomear uma comissão para analisar quimicamente as ditas quininas do Brasil, através de um aviso emitido a 22 de Maio de 1811³⁵⁴⁵. A comissão que foi eleita tinha quatro elementos: José Bonifácio de Andrada e Silva, Bernardino António Gomes, João Croft e Sebastião Francisco de Mendo Trigo³⁵⁴⁶. A análise da comissão decorreu no Laboratório Químico da Casa da Moeda³⁵⁴⁷. A comissão completou a sua análise a 18 de Julho de 1811³⁵⁴⁸, e o respetivo trabalho foi descrito no artigo *Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras*, publicado em 1814. A discordância de resultados foi efetivamente notada pela Academia Real das Ciências, que solicitou a Bernardino António Gomes que indicasse as partes do texto em que não concordava com os outros membros da comissão³⁵⁴⁹. Ele assentiu, enviando uma carta a José Bonifácio de

³⁵⁴³ CASTILHO, José Feliciano de - Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes. **Jornal de Coimbra** 7:35 (pt. 1, 1814b) 201-240, p. 223.

³⁵⁴⁴ Itálico nosso. GOMES, Bernardino Antonio – Resposta ao Papel de Jozé Feliciano de Castilho, intitulado “Reflexões, &c.” **Jornal de Coimbra**, No. 35, par.1, p. 201. **O Investigador Portuguez em Inglaterra**. 14:55 (Janeiro de 1816) 313-325, p. 323 e 324.

³⁵⁴⁵ SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 253.

³⁵⁴⁶ Ibidem, p. 254.

³⁵⁴⁷ SILVA [et al.] - *Experiencias Chymicas...* p. 96.

³⁵⁴⁸ Ibidem, p. 118.

³⁵⁴⁹ GOMES, Bernardino Antonio - **Carta a José Bonifácio tratando da análise da quina no Rio de Janeiro para provar que ela contem cinchonina**. Lisboa, 18/01/1813. 6 p. Orig. Ms. José Bonifácio ocupa o cargo de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Coleção Rio de Janeiro. [Em linha]. L – II-34, 24, 013 nº002. [Consult. 20 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf>. A localização desta carta foi obtida através da leitura de CAVALCANTE - A planta e o tempo...p. 210. Segundo José Silva (2015), esta questão foi focada por FERRAZ, Márcia Helena Mendes, *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772 – 1822): o texto conflituoso da química* (São Paulo: EDUC, 1997), p. 117 – 132

Andrada e Silva, na altura secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, afirmando que a discordância era relativa às partes onde se afirmava que a análise mostrava, e onde se concluía que o cinchonino estava presente na quina do Rio de Janeiro³⁵⁵⁰. Nesta missiva, com data de 18 de Janeiro de 1813, Bernardino António Gomes separa claramente as suas experiências das dos outros elementos da comissão:

“P.^a assintir pois a huã opinião contraria era necessario reconhecer a insufficiencia das exp. com q sefunda a m.^a pr.^a asserção, e a forca concludente das novas exp. dos meos consocios. Succede porem, q ponderando em outro tp.^o, e reponderando agora huãs eoutras exps, não so meparecem suficientes as m.^{as}, mas parecem-me inconcludentes as dos meos consocios.”³⁵⁵¹

De acordo com José Silva (2015), esta dissonância deve-se ao facto de José Bonifácio de Andrada e Silva ter sido encarregue de efetuar as experiências atinentes ao cinchonino, e de ele não ter podido terminá-las, tal como se indica numa nota de rodapé das *Experiencias chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro...* e que, por isso, os resultados nunca seriam os mesmos³⁵⁵². O discurso de Bernardino António Gomes na sua carta a José Bonifácio de Andrada e Silva parece indicar que ele não tomou parte nessas experiências, e numa réplica n’*O Investigador Portuguez*, B. A. Gomes afirma perentoriamente que não participou nas análises químicas da quina do Rio, cujos resultados se encontram nas *Experiencias chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro...*, por se encontrar demasiado ocupado na altura. Não parece coadunar-se com o carácter de Bernardino António Gomes, que costuma ser referido como um indivíduo honesto – mesmo José Feliciano de Castilho, seu opositor na questão do cinchonino afirma “Ainda mesmo no estado actual das coisas eu me não lembro de que Gomes se enganasse; ou nos-quizesse de proposito iludir”³⁵⁵³ – dizer que não participou da análise daquela comissão se, de facto, participou. Ainda assim, o seu nome consta no documento. José Feliciano de Castilho critica consequentemente B. A. Gomes por ter aceitado ser incluído como autor: “Se Gomes não podia trabalhar nos objectos da Commissão ¿ para que acceitou? e se não trabalhou ¿ para que assinou a relação dos trabalhos, que até se não conformavão com os que tinha já publicado em seu próprio nome? Impostura”³⁵⁵⁴.

e VARELA, Alex Gonçalves, “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”. Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819), S. Paulo: Annablume, Editora, 2009, p. 150 – 153 –apud SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 255. Consultámos igualmente a referência FERRAZ – As Ciências em Portugal e no Brasil... p. 117-132, confirmando as indicações dadas em SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...Este assunto é também abordado em FERRAZ - Los estudios sobre las quinas (1995) ...p. 197-201.

³⁵⁵⁰ GOMES - Carta a José Bonifácio...

³⁵⁵¹ Ibidem.

³⁵⁵² SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 255.

³⁵⁵³ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho (pt. 1, 1817) ...p. 218 e 219.

³⁵⁵⁴ CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro, e outros objectos de um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no *Investigador Portuguez* em Inglaterra Num. LV. pag. 313. **Jornal de Coimbra**. 8:41 (pt.1, 1815d) 227-235, p. 235.

Bernardino António Gomes tinha de facto opinado sobre a forma de justificar essas diferenças na dita carta:

“(…) devo acrescentar, q, propondo-se na sessão da Academia, ou porse huã nota nos lugares controversos das Mem. sobre a analyse da Q., ou imprimirse depois desta as exp. efundamentos da m.^a diversa opinião, prefiro este ultimo expediente, e se agradasse aAcad., podião servir daMem. esta e a m.^a precedente carta”³⁵⁵⁵.

Esta ideia, que poderia ter sanado parte da polémica, não foi seguida ou divulgada. As *Experiencias chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro...* foram publicadas sem quaisquer ressalvas sobre as incongruências entre as experiências dos seus autores, e é possível que B. A. Gomes, sabendo que as ditas experiências seriam publicadas dessa forma, não quisesse ser incluído como seu autor, uma vez que afirma “contra a minha pertença”. Márcia Ferraz (1995) argumenta que, possivelmente, B. A. Gomes se convenceu de que a Comissão tinha razão, aceitando assim ser incluído entre os autores da memória³⁵⁵⁶. Mas a afirmação do Dr. Gomes n’*O Investigador Portuguez* – afirmando que não participou nas experiências e que não queria ser incluído como autor – é de 1815 e, portanto, posterior à publicação das *Experiencias chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro...* o que não corrobora a tese de que ele se teria conformado com as conclusões dos outros elementos da Comissão. Não conseguimos averiguar e concluir, de forma irrefutável, se Bernardino António Gomes participou ou não desta análise e, se participou, porque houve esta incompatibilidade. Seria, por exemplo, possível que Gomes tivesse contribuído para uma porção das experiências, mas a sua afirmação n’*O Investigador Portuguez* parece obstar à veracidade desta hipótese. De qualquer forma, B. A. Gomes não esteve presente nem na assembleia em que se nomeou a Comissão para analisar as quinas brasileiras, nem na assembleia em que os resultados da respetiva análise foram apresentados³⁵⁵⁷.

B. A. Gomes justifica a continuada polémica sobre o cinchonino com os ataques pessoais de J. F. de Castilho, ainda que lamente o potencial efeito negativo desta polémica no “espírito d’indagação, e progresso das letras em Portugal”:

“(…) mas eu tenho assaz desculpado a Castilho, mostrando que elle tem ainda mais ignorancia que malicia; e espero que o que lhe tenho dito neste papel, o fará mais circunspecto no que escreve, e o desvie de me obrigar mais por expressoens injuriosas, e por intrigas (por que tudo o mais lhe tolerarei), á continuar esta controversia, que alem de deslustrosa, hé nociva ao espirito d’indagação, e progresso das letras em Portugal; por que naõ pode deixar de afugentar muito dos trabalhos literários ver-se, que neste paiz huma Memoria, fructo de naõ pequeno trabalho, e destinada meramente á resolver hum problema mui importante para a pratica da Medicina, huma Memoria, que (diga Castilho o que dicer) tem em seu abono, alem de ser impressa pela nossa

³⁵⁵⁵ GOMES - Carta a José Bonifácio...

³⁵⁵⁶ FERRAZ - Los estudios sobre las quinas (1995) ...p. 201.

³⁵⁵⁷ SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 255.

Academia, o occupar hum lugar no *Med. & Surg. Journ* d'Edinburgo, e ser dali copiada para o *Med. & Phys. Journ.* de Londres, Jornaes que não são da estofa do de Coimbra; esta Memoria o que me tem grangeado, são paginas e paginas d'injurias no Jornal de Coimbra, e o desgosto de mostrar que algumas vezes hum Lente de Coimbra não parece o que hé"³⁵⁵⁸.

De facto, poder-se-á dizer que os ataques pessoais são demasiado violentos, mas ainda assim concordamos com o seu filho homónimo que afirmou “Infelizmente não permittiu o seu temperamento conservar-lhe o sangue frio, que devia fazer fácil a excellente posição em que se achava n'esta questão”³⁵⁵⁹.

Bernardino António Gomes sugeriu aos Redatores do *Jornal de Coimbra* que repetissem a sua experiência, mas estes recusaram fazê-lo. B. A. Gomes critica por isso os redatores por não terem repetido o seu procedimento experimental, ou terem feito “ensaio do melhoramento que imaginárão poder-se-lhe fazer”, pois dessa forma teriam visto “que o resultado não correspondia á sua especulação”³⁵⁶⁰. Os redatores apresentaram várias justificações para a não repetição da experiência. Uma dessas justificações foi que a repetição era “hum experiencia impossivel com alcool purissimo; porque elle sabe, e já nós lho indicámos (pág. 373 do Num. XI. do J. de C.) que talvez não exista alcool purissimo, (...)”³⁵⁶¹. Também afirmaram que o processo experimental descrito no *Ensaio sobre o cinchonino...* não era suficientemente claro para que pudesse ser repetido: “A éstas dificuldades, que na realidade são grandes, acresce uma tal falta de clareza, e tal ambiguidade em todas as expressões de Gomes, que não será fácil atinar com o verdadeiro sentido com que elle escreveo as palavras”³⁵⁶². Para além disso destacam que, mesmo que se conseguisse replicar a experiência, não era possível concluir se o cinchonino já existia na planta ou se tinha sido um resultado do procedimento experimental³⁵⁶³. A sugestão de José Feliciano de Castilho foi que B. A. Gomes lhes enviasse o cinchonino diretamente para que o pudessem analisar: “A B. A. G. he facil a extracção do *Cinchonino*; extraha um pouco, faça-nos favor d'elle; por nós e pelos nossos Amigos ensaiaremos tal substancia e publicaremos todos os nossos Ensaio, e seus resultados”³⁵⁶⁴.

Também Tomé Rodrigues Sobral esteve envolvido nestas disputas (embora não tenha proferido críticas de cariz pessoal, tendo-se cingido às questões científicas). José Feliciano de Castilho afirmou que Tomé Rodrigues Sobral era a maior autoridade em química no país, sobretudo na sua vertente prática, e que por isso a sua análise das quininas seria certamente “a mais

³⁵⁵⁸ GOMES - Resposta ao Papel de Jozé Feliciano de Castilho, intitulado “Reflexões, &c.” (1816) ...p. 325.

³⁵⁵⁹ NOTICIA da vida e trabalhos scientificos...p. 18.

³⁵⁶⁰ GOMES, Bernardino Antonio – Chymica. **Jornal de Coimbra**. 2:10 (Out. 1812b) 291-296, p. 294.

³⁵⁶¹ REDACTORES do J. de C. - Resposta á réplica segunda e ultima ... p. 451.

³⁵⁶² CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes (1814b) ...p. 228.

³⁵⁶³ Ibidem, p. 227.

³⁵⁶⁴ CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206 (1814a), p. 282.

perfeita, que em Portugal possa fazer-se”³⁵⁶⁵. Bernardino António Gomes respondeu a esta afirmação reconhecendo a competência científica do Dr. Sobral, e salientando que os meios à disposição de T. R. Sobral lhe permitiriam certamente esclarecer as disputas em curso, assumindo que reconheceria o seu erro caso se provasse que o cinchonino não existia naturalmente na quina:

“Deixe aos homens inteligentes v.g. ao Dr. Thomé Roiz [sic] Sobral o escrever sobre semelhantes assumptos. Eu folgo muito com a noticia de que o Dr. Sobral se ocupa com a analyse da Quina, porque deve se esperar que seja a mais completa, não só porque segundo Castilho, trabalha nella há mais de hum anno (pag. 283.) mas porque tem ás suas ordens hum Laboratorio *largamente provido de tudo o necessario* (ibid.) conhece, segundo estou persuadido, todas as analyses, que se tem feito da Quina, e saõ-lhe familiares, como Lente de Chimica os processos desta Sciencia. Espero pois que elle satisfaça a expectação em que Castilho poz o Publico, e lhe tire todas as duvidas. Persuado-me que elle não he capaz de tratar a matéria com a rabolaria do J. de C. e nesta hypothese asseguro a Castilho, qui mostrando o Dr. Sobral por experiencias bem concludentes, que o Chinchonino não he hum novo principio, mas sim huma transformação chimica do principio mucozo da Quina, como indica Castilho (J. de C. No. 8. pag.92.), eu reconhecerei publicamente por erro o que por ora tenho por verdade, e aplaudirei os Jornalistas de Coimbra por terem adivinhado”³⁵⁶⁶.

O Dr. Sobral aborda a questão da “virtude febrifuga” da quina num artigo de 1814 publicado no *Jornal de Coimbra*:

“Sabe-se que a virtude febrifuga se-tem attribuido ora a uma resina, ora a uma gelatina; depois a um tannino, ora a um acido gallico como principio adstringente vegetal; ora ao dito principio adstringente como ente distincto d’aquelle acido; já finalmente a um acido *sui generis* (acido kinico) já a um *Cinchonino* elemento da quina desconhecido até agora; achado pelo Dr. Duncan e estremado pelo Dr. B. A. G.”³⁵⁶⁷

T. R. Sobral indica que, apesar de todos estes conhecimentos, ainda havia um grande atraso “no conhecimento verdadeiramente util da quina e na resolução do principal problema que ella nos offerece”³⁵⁶⁸, referindo “o jugo do cégo empirismo de que são escravos [os médicos] na contínua applicação da quina há 174 annos”³⁵⁶⁹. T. R. Sobral declara-se também contra as análises feitas em pouco tempo (parecendo dirigir-se veladamente ao trabalho de B. A. Gomes), a menos que versassem sobre um objeto “pouco complicado”³⁵⁷⁰: “¿Que se-deveria esperar quando se-

³⁵⁶⁵ Ibidem, p. 284.

³⁵⁶⁶ GOMES, Bernardino Antonio – Resposta do Dr. Bernardino Antonio Gomes ao Dr. Castilho. **O Investigador Portuguez em Inglaterra**. 11:44 (Fevereiro de 1815) 662-671, p. 668 e 669.

³⁵⁶⁷ SOBRAL – REFLEXÕES GERAES ...p. 264.

³⁵⁶⁸ Ibidem.

³⁵⁶⁹ Ibidem.

³⁵⁷⁰ Ibidem, p. 265.

anunciasse ou promettesse uma análise da quina começada e concluída em dez dias? Uma tal análise levaria consigo a sua censura e ella não seria mais que um verdadeiro insulto feito á Chimica, e aos que a cultivão”³⁵⁷¹. Já neste artigo T. R. Sobral demonstra que não atribuía ao cinchonino a atividade febrífuga da quina ao perguntar: “¿Em qual dos seus principios reside a virtude febrífuga das quinas?”³⁵⁷².

Segundo A. M. Amorim da Costa (1984), que tem estudado o papel de Thomé Rodrigues Sobral na química, e na investigação sobre as propriedades febrífugas das quinas³⁵⁷³, “Por parte da Redacção do *Jornal de Coimbra*, o homem, por detrás de toda esta polémica, era, certamente, Thomé Rodrigues Sobral”³⁵⁷⁴. José Silva (2015) aponta que Amorim da Costa não apresenta provas desta afirmação³⁵⁷⁵, mas refere que Jerónimo Joaquim de Figueiredo, por ter colaborado e efetuado publicações com Thomé Rodrigues Sobral³⁵⁷⁶ e ser, simultaneamente, redator do *Jornal de Coimbra*, o pudesse ter aproximado desta polémica³⁵⁷⁷. Thomé Rodrigues Sobral era um químico de renome, e tinha sido incumbido do estudo químico da quina, mas efetivamente não produziu uma análise completa e esclarecedora das quinas. Por outro lado, tinha opiniões divergentes de B. A. Gomes relativamente ao assunto do cinchonino. Sendo próximo de José Feliciano de Castilho, como indicam as afirmações no *Jornal de Coimbra*³⁵⁷⁸, e estando ligado ao estudo químico da quina, certamente que poderia ter discutido o tema com os redatores do *Jornal de Coimbra*.

Os escritos de Thomé Rodrigues Sobral relativos ao tema da quina incluem também a *Memoria sôbre o principio febrífugo das quinas* (1819). Este artigo não inclui experiências químicas realizadas por Thomé Rodrigues Sobral acerca das quinas, mas sim argumentos justificativos da sua tese³⁵⁷⁹ de que a quina não tinha um princípio único responsável pela

³⁵⁷¹ Ibidem, p. 265 e 266.

³⁵⁷² Ibidem, p. 264.

³⁵⁷³ A este propósito veja-se COSTA – Primórdios da Ciência Química em Portugal...; COSTA, António M. Amorim da – “Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829). A química ao serviço da comunidade”. In **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio — até ao século XX, Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985**, Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 1, 1986, p. 373-402; AMORIM-COSTA, António Marinho – Thomé Rodrigues Sobral e a Análise Química na Universidade de Coimbra no Início do Século XIX. In FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (Ed.) – **História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. ISBN 9789892605623, p. 181-196; ou COSTA, António M. Amorim da – Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas. **Química Nova**. 38:7 (2015) 1002-1007. doi: 10.5935/0100-4042.20150114.

³⁵⁷⁴ COSTA – Primórdios da Ciência Química em Portugal ...p. 118.

³⁵⁷⁵ SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 256.

³⁵⁷⁶ PITA - Farmácia, Medicina e Saúde pública ... (1996) p. 140. Referência proveniente de SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 256-257 e consultada na fonte original.

³⁵⁷⁷ SILVA - A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834) ...p. 256-257.

³⁵⁷⁸ CASTILHO - Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes (1814b) ...p. 235.

³⁵⁷⁹ SOBRAL, Thomé Rodrigues – Memoria sôbre o principio febrífugo das quinas. Pelo Dr. Thomé Rodrigues Sobral, Lente de Vespera da Faculdade de Filosofia em a Universidade de Coimbra, com exercicio da Cadeira de Chimica da mesma Faculdade, etc. **Jornal de Coimbra**.15:82 (pt. 1, 1819) 126-153, p. 137.

atividade contra a febre. Também neste artigo Tomé Rodrigues Sobral indica não concordar com a teoria de que o cinchonino era o princípio febrífugo das quinas. De facto, o Dr. Sobral considerava que nenhuma substância isolada conferia à quina atividade contra a febre, mas que essa atividade febrífuga seria “uma propriedade nova, e resultante da composição chimica natural das quinas”³⁵⁸⁰. Nesta memória Bernardino António Gomes é mencionado, reconhecendo-se que o cinchonino fora isolado pelo Dr. Gomes³⁵⁸¹, mas afirmando que “todos aquelles que tem pertendido explicar a virtude febrifuga das quinas por um só dos seus princípios immediatos exclusivamente aos outros, e independente da composição chimica, *tem atirado a um alvo imaginario, e que por isso não podião ferir, nem ferirão jamais*”³⁵⁸².

José Feliciano de Castilho, num artigo de 1817, o último identificado da sua autoria no *Jornal de Coimbra* versando sobre o cinchonino, mantém a argumentação de que o processo experimental de B. A. Gomes não era adequado – “faltou em Gomes a franqueza de confessar a imperfeição do seu processo, ao menos pela insufficiencia d’aqueles dois instrumentos, potassa e alcool”³⁵⁸³ – e exortando B. A. Gomes a que “deixasse aos Chemicos as operações Chemicas”³⁵⁸⁴. Menciona ainda que o Dr. Gomes tinha pedido a Vauquelin um parecer sobre o cinchonino:

“Ouvi que Gomes solicitára há muito de Vauquelin em Paris o seu juizo sôbre cinchonino; o qual juizo até agora não appareceo, que eu saiba; ou porque aquelle cel. Chimico se não dignou responder a Gomes, ou porque lhe-veio resposta desagradavel. Não esperemos ouvir Gomes sôbre a materia em nenhum dos dois casos”³⁵⁸⁵.

Efetivamente Vauquelin deverá ter julgado favoravelmente o trabalho de B. A. Gomes, já que informou o farmacêutico Charles Laubert (1762-1834) sobre a memória do Dr. Gomes. Em 1816 Laubert descreveu o procedimento experimental de B. A. Gomes (designando-o como um “hábil químico”³⁵⁸⁶) num artigo publicado no *Journal de Pharmacie et des sciences accessoires*³⁵⁸⁷. Laubert declara que a leitura das memórias do Dr. Gomes o deixara “agradavelmente surpreendido” vendo assim que o “material cristalino” que encontrara na quina tinha já sido descoberto por Gomes, confirmando a sua experiência e encorajando-o “a olhar para os cristais como uma substância particular”³⁵⁸⁸.

³⁵⁸⁰ Ibidem, p. 152.

³⁵⁸¹ T. R. Sobral refere o “princípio denominado *Cinchonino*, admittido primeiro pelo cel. *Duncan*, e estremado depois pelo *Dr. Bernardino Antonio Gomes*, no seu = *Ensaio sôbre o Cinchonino* = apresentado á Academia R. das Sciencias de Lisboa, e impresso por ordem da mesma Academia”. - Ibidem, p. 136.

³⁵⁸² Itálico nosso. Ibidem.

³⁵⁸³ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho (pt. 1, 1817) ...p. 218.

³⁵⁸⁴ Ibidem, p. 219.

³⁵⁸⁵ Ibidem.

³⁵⁸⁶ LAUBERT - Sur l'écorce du Cinchona condaminea, Humb. et Bonpl., Cascarilla de Loxa des Espagnols. *Journal de pharmacie et des sciences accessoires*. 2:7 (1816) 289–296, p. 295.

³⁵⁸⁷ Ibidem, p. 295-296.

³⁵⁸⁸ Ibidem, p. 296.

Em 1818, Thenard no seu *Traité de Chimie Élémentaire, Théorique et Pratique*, refere os trabalhos do Dr. Gomes sobre o cinchonino, dá-lhe a primazia na obtenção desse princípio, anteriormente a Laubert, e indica que havia sido Vauquelin que tinha informado Laubert sobre o trabalho do “químico português”³⁵⁸⁹. Posteriormente, Pelletier e Caventou atestaram na sua obra *Des Recherches chimiques sur le Quinquinas...* (1820) que B. A. Gomes tinha sido o primeiro a obter a cinchonina afirmando: “Enfin M. le D^r Gomès qui, le premier, a obtenu la cinchonine, (...)”³⁵⁹⁰. Pelletier e Caventou declaram ter seguido o procedimento do Dr. Gomes, “como é relatado pelo Sr. Lauber [sic], que teve comunicação dele através do Sr. Vauquelin, e como está relatado no *Traité de Chimie* do Sr. Thenard”³⁵⁹¹, para procurarem o cinchonino, de forma a poderem analisá-lo. Também Deyeux, Thenard e Vauquelin apontam que o procedimento utilizado por Pelletier e Caventou para obter o cinchonino puro era quase igual ao de Gomes³⁵⁹². Pelletier e Caventou declararam também que a sua pesquisa sobre a quina esteve relacionada com a investigação de Gomes. Assim afirmam que, sabendo que as bases orgânicas eram frequentemente as substâncias ativas das plantas seria lógico tentar encontrá-las na quina. Por outro lado Gomes, ao descobrir a cinchonina na quina cinzenta, afirmara que essa substância, que seria responsável pela atividade biológica da quina, não era um ácido nem uma base, levando-os a pensar que talvez Gomes tivesse cometido um erro nessa avaliação sobre as propriedades químicas da cinchonina, dedicando-se então ao estudo da quina³⁵⁹³. O *Jornal de Coimbra* deixou de ser publicado em 1820, ano em que a quinina foi isolada por Pelletier e Caventou, pelo que não nos é possível saber qual terá sido a reação dos redatores àquele reconhecimento do trabalho de Bernardino António Gomes.

O isolamento do primeiro alcaloide a partir da quina, a cinchonina, por Bernardino António Gomes levou-o a um lugar de destaque na designada “Química dos Alcalóides”. Outros autores têm abordado esta faceta da investigação de Bernardino António Gomes, nomeadamente

³⁵⁸⁹ THENARD, L. J. – *Traité de Chimie Élémentaire, Théorique et Pratique*, 2e Édition, Revue et Corrigée, Tome Troisième. Paris: Crochard, 1818, p. 379.

³⁵⁹⁰ PELLETIER; CAVENTOU- *Des Recherches chimiques sur le Quinquinas ...*p. 363.

³⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 291.

³⁵⁹² DEYEUX; THENARD; VAUQUELIN - *Rapport sur un Mémoire ...*p. iv e v.

³⁵⁹³ “La découverte des alcalis végétaux fait époque dans la science; elle explique une suite d’anomalies qui se rencontraient dans l’analyse végétale. Les bases salifiables organiques ont des propriétés si particulières, elles sont si constamment la matière active des végétaux qui les recèlent, qu’il était naturel de les rechercher dans les quinquinas: d’ailleurs, si la cinchonine, découverte par M. Gomès dans le quinquina gris, est, comme l’assure ce médecin, la substance en vertu de laquelle cette écorce agit sur l’économie animale, bien que ce savant assure qu’elle n’est ni acide ni alcaline, n’était-il pas nécessaire d’examiner s’il n’y avait pas erreur dans la dernière partie de sa préparation? Telles sont les réflexions qui nous ont suggéré l’idée d’entreprendre de nouvelles recherches sur les quinquinas: une fois entrés dans cette carrière, nous avons poussé nos travaux au-delà du but que nous nous étions d’abord proposé” (PELLETIER; CAVENTOU- *Des Recherches chimiques sur le Quinquinas ...*p. 290-291).

Costa (1940)³⁵⁹⁴, Herold (1986)³⁵⁹⁵, Ferraz (1995)³⁵⁹⁶ e Pereira e Pita (2001)³⁵⁹⁷. Segundo Maehle (1999)³⁵⁹⁸, Horst Real e Wolfgang Schneider, utilizando o procedimento experimental relatado no *Ensaio sobre o cinchonino...* sobre o mesmo tipo de quina (quina cinzenta ou quina de Huanuco), concluíram que o Dr. Gomes conseguiu, de facto, isolar a cinchonina pura em 1810.

A investigação de Gomes sobre a quina teve ampla repercussão na literatura científica estrangeira, sobretudo em França, sendo referida: por Andrew Duncan Junior³⁵⁹⁹; por Louis-Jacques Thenard (1777-1857) em várias edições da obra *Traité de chimie élémentaire, théorique et pratique*³⁶⁰⁰; por Pelletier e Caventou³⁶⁰¹; por Chevreul³⁶⁰²; por J. L. Alibert³⁶⁰³; ou por Nicolas-Jean-Baptiste-Gaston Guibourt (1790-1867)³⁶⁰⁴, professor da *École de Pharmacie* em Paris.

Mais tarde o trabalho foi referido, por exemplo, no *Dictionnaire de Médecine et de Chirurgie Pratiques*³⁶⁰⁵; por J.-F. Mérat e A.-J. de Lens³⁶⁰⁶; por Gustave Planchon (1833-1900),

³⁵⁹⁴ COSTA, Aloísio Fernandes - A introdução da cultura das quinas nas nossas províncias ultramarinas e a participação dos portugueses no seu estudo químico. **Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa**. Coimbra: [s.n.], 1940.

³⁵⁹⁵ HEROLD, Bernardo Jerosch — Bernardino Gomes, Pai e Agostinho Lourenço, precursores portugueses da química dos alcalóides e dos polímeros sintéticos. In: **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio — até ao século XX**. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 1. 1986. p. 417-434.

³⁵⁹⁶ FERRAZ - Los estudios sobre las quinas (1995) ...

³⁵⁹⁷ PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — Bernardino António Gomes, Pai (1768-1823). O isolamento do cinchonino. **In Vivo. Revista Mensal de Saúde**. 2:6 (2001) 44-45.

³⁵⁹⁸ MAEHLE, Andreas-Holger - **Drugs on Trial: Experimental Pharmacology and Therapeutic Innovation in the Eighteenth Century**. Leiden, The Netherlands: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-33329-1, p. 308.

³⁵⁹⁹ DUNCAN (Jun.), Andrew – **The Edinburgh New Dispensatory ...7th Edition, corrected and enlarged**. Edinburgh: Bell & Bradfute, 1813, p. 95 e 96. Esta citação do Dr. Duncan é apresentada no *Jornal de Coimbra*, Vol. 10, N.º 53, Parte 1, 1817, p. 310.

³⁶⁰⁰ THENARD – *Traité de Chimie Élémentaire* (1818)... p. 379; THENARD – *Traité de Chimie Élémentaire, théorique et pratique* (1821)...p. 277; THENARD - *Traité de chimie élémentaire, théorique et pratique* (1824)...p. 705.

³⁶⁰¹ PELLETIER; CAVENTOU- *Des Recherches chimiques sur le Quinquinas* ...p. 291.

³⁶⁰² CHEVREUL – *Cinchonine*, p. 441; CHEVREUL, M.-E. – **Considérations générales sur l'analyse organique et sur ses applications**. Paris: F.-G. Levrault, 1824, p. 203.

³⁶⁰³ ALIBERT, J.-L. – **Nouveaux Éléments de Thérapeutique et de Matière Médicale**. T. 1. 4ª Ed., Revue, corrigée et augmentée. Paris: Crapelet, 1817, p. 45; ALIBERT – *Nouveaux Éléments de Thérapeutique* (1826) ...p. 45 e 46.

³⁶⁰⁴ GUIBOURT, N.-J.-B.-G. – **Histoire abrégée des drogues simples**. T. 1. Paris, 1820, p. 403; GUIBOURT, N.-J.-B.-G. – **Histoire abrégée des drogues simples**. Seconde Édition, corrigée et augmentée. T. 1. Paris: Méquignon-Marvis, 1826, p. 427-428.

³⁶⁰⁵ ANDRAL [et al.] – **Dictionnaire de Médecine et de Chirurgie Pratiques**. T.14. Paris: Mequignon-Marvis, J.-B. Baillière, 1835, p. 47.

³⁶⁰⁶ MÉRAT, J.-F.; LENS, A. J. de – **Dictionnaire universel de matière médicale et de thérapeutique générale...** T. 4, Bruxelles: Société Belge de Librairie, etc. 1837, p. 28.

professor da *École supérieure de pharmacie de Paris* (e que afirma que Gomes obteve a cinchonina pura³⁶⁰⁷); por Hanbury e Flückiger³⁶⁰⁸; ou por B. Dupuy³⁶⁰⁹.

O facto de várias obras francesas como as de Pelletier e Caventou, de Thenard e de Chevreul não mencionarem o contributo dos trabalhos do Dr. Duncan para o isolamento do cinchonino (embora Bernardino António Gomes evidenciasse de forma clara o seu papel) parece sugerir que estes cientistas não leram o *Ensaio sobre o cinchonino*. Os próprios cientistas Pelletier e Caventou dizem ter tido conhecimento do procedimento experimental de Gomes através do *Traité de Chimie* de Thenard. O Dr. Duncan procurou retificar esta situação através do envio de uma carta a Pelletier (juntamente com uma tradução das suas memórias que mencionavam o cinchonino). Nesta carta afirmava que, embora não fosse responsável pelo isolamento do cinchonino, tinha afirmado existir na quina um princípio diferente dos já conhecidos, chamando-lhe “cinchonino”. Afirma também que Gomes lhe reconheceu tudo o que tinha direito a reivindicar a este respeito³⁶¹⁰.

O trabalho de Gomes teve melhor acolhimento fora de Portugal, sendo também reconhecido por portugueses emigrados que editavam periódicos científicos no estrangeiro, como os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* – onde concordam que o cinchonino poderia ser o principal responsável pelas virtudes terapêuticas da quina³⁶¹¹ – ou *O Investigador Portuguez em Inglaterra*.

3.4.5.3. Manuscritos de Bernardino António Gomes³⁶¹²

Identificados como *Volume de manuscritos de Bernardino António Gomes (Médico da Armada e Capitão de Fragata graduado) 1798-1808* estes foram cedidos pelo neto do autor, Bernardino Barros Gomes (1839-1910).

³⁶⁰⁷ GUIBOURT, N. J.-B. G.; PLANCHON, G. – **Histoire naturelle des drogues simples, ou Cours d’histoire naturelle professé à l’École de pharmacie de Paris**. 6e éd., corrigée et augmentée par G. Planchon. T. 3. Paris: J. B. Baillièrre et fils Libraires de l’Académie Impériale de Médecine, 1869, p. 127-128; GUIBOURT, N.-J.-B.-G.; PLANCHON, G. – **Histoire naturelle des drogues simples, ou Cours d’histoire naturelle Professé à l’École supérieure de Pharmacie de Paris**. 7e éd. corrigée et augmentée Par G. Planchon. T. 3. Paris: Librairie J.-B. Baillièrre et fils, 1876, p. 124.

³⁶⁰⁸ FLÜCKIGER, Friedrich A.; HANBURY, Daniel – **Pharmacographia. A history of the principal drugs of vegetal origin, met with in Great Britain and British India**. London: Macmillan and Co. 1874, p. 320 e 321.

³⁶⁰⁹ DUPUY, B. – **Alcaloïdes. Histoire, propriétés chimiques et physiques. Extraction, action physiologique, effets thérapeutiques. Toxicologie, Observations. Usage em médecine, Formules, etc.** Tomo 1, Paris [etc.]: [s.n.], 1889, p. 41-42.

³⁶¹⁰ PELLETIER - Note sur la découverte...p. 480.

³⁶¹¹ CHYMICA applicada á Medicina. **Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras**. Parte Segunda. Correspondencia, e Noticias das Sciencias, das Artes, etc. 12 (1821) 95-105, p. 95. Esta referência encontra-se mencionada em PITA - Farmácia, Medicina e Saúde pública ... (1996), p. 163.

³⁶¹² GOMES, Bernardino António [Manuscritos de Bernardino Antonio Gomes] [manuscrito]. – 1798-1808. [Em linha]. UCFCT Botânica. Cofre-MAN-4. [Consult. 11 Out. 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibdigital.bot.uc.pt/obras/UCFCTBt-Cofre-Man-04/globalItems.html>>.

Estes manuscritos são um interessante documento que contém reflexões de Bernardino António Gomes sobre diversas doenças, desde a diabetes a hemorroidas, experiências químicas e, sobretudo, casos clínicos. Entre esses casos clínicos destacam-se vários em que o médico aplicara diversas “quinas” (de Goiazes, de Camamú e do Piauí³⁶¹³, mas também *Cinchona pubescens* ou *micrantha*) a indivíduos com “sezões”, que constituem a maioria dos casos clínicos descritos. Nestes casos de sezões aplicou a quina (em tintura, em cozimento...), mas também outras preparações, como o antimónio, eméticos, ou cozimentos de taráxaco e marroios associados a sulfato de magnésio. Há ainda algumas menções ao uso da “Água de Inglaterra”. A propósito do tratamento das sezões Bernardino António Gomes afirma:

“A Quina do Camamu curou alguas terçaãs, e foi qua[se] sempre insufficiente p^a. as quartaas; costuma solt[ar] algum tanto o ventre.

A Quina do Rio não solta o ventre mas he inferior ado Camamu eaPeruviana naqualid^e. antifebril.

A Agoa d’Inglaterra de Castro curou sezões terçaãs e quartaãs q resistirão ás quinas administradas devarias formas, foi m.^{mo} efficaz havendo [ob]strução do baço.

O Banho de mar he hum excellent remedio usado no dia livre ou alguas horas antes da sezão

Cozim^o de taráxaco e marroios curou sezões quartaãs e outras q res[is]tirão á quina.

As flores de sal ammoniaco marciaes na dose de 2gr com 1oit. de Quina 4 a 6 vezes por dia são hum re[me]dio efficacissimo nas quartãas não andando o doen[te] dur.^o de ventre”.

Os casos clínicos incluem a descrição da respetiva sintomatologia, os resultados do exame físico (apetite, febre, movimentos intestinais, pulso, etc.) e a terapêutica administrada, até se atingir a cura do doente. Os doentes são identificados através de características diversas, tais como a sua posição na hierarquia militar e a idade, mas também características físicas como a cor dos olhos, cabelo ou pele, apresentando a evolução da sua patologia ao longo do tempo. Os dias nem sempre são apresentados de forma individualizada, sendo por vezes agrupados. Contém também casos clínicos de doentes civis, designadamente mulheres e crianças. Alguns casos são muito breves e outros prolongam-se por várias páginas. Outras doenças focadas incluem a gonorreia, o reumatismo, a tosse convulsa, disenteria, o “volvulo histérico” ou a febre amarela. Muitas vezes inclui instruções gerais para o tratamento destas doenças, mas nalguns casos apresenta fórmulas específicas, em que se associavam vários componentes. No final de cada caso clínico é frequente surgir uma espécie de resumo do caso e respetivo tratamento, dizendo por exemplo qual era a doença em causa e qual o tratamento que funcionou.

Também contém informações relativas a um pequeno número de plantas, indicando o seu nome comum e, por vezes, o nome científico ou apenas o género a que pertenciam, bem como o seu uso terapêutico.

³⁶¹³ As chamadas quinas de Goiazes, Camamú e do Piauí, apesar de não pertencerem ao género *Cinchona*, eram conhecidas por esse nome comum.

Até à data estes manuscritos foram muito pouco explorados, tendo sido transcrita apenas uma porção muito diminuta, pelo Professor Doutor Feliciano Guimarães, originando o artigo *Resultados das observações que se tem feito sôbre as virtudes da casca da «Portlandia hexandra» chamada Quina do Brasil (1931)*³⁶¹⁴. Nesta secção que foi transcrita, o cinchonino já era mencionado, facto que é destacado pelo Professor Doutor Feliciano Guimarães³⁶¹⁵.

Relativamente às experiências químicas, para além das que já foram transcritas e que eram relativas à *Portlandia hexandra*, encontramos outras em que Bernardino António Gomes avalia uma planta designada como “Quina do Rio”. Nestas experiências químicas registadas por Bernardino António Gomes ele aponta a reação da quina (em cozimento, infusão alcoólica ou aquosa, etc.) a diferentes reagentes, indicando por exemplo se se formou algum precipitado, e a cor, sabor ou cheiro do produto resultante. Contém ainda outras experiências apelidadas de “Exp. antigas”, cujos resultados são sumarizados numa tabela, comparando a dita “Quina do Rio” e a “Quina Peruv[iana]”.

Estes manuscritos são um conjunto relativamente desconexo, o que é compreensível, uma vez que são apontamentos e notas clínicas e não uma obra destinada à publicação. Não sendo um documento uno permite-nos ainda assim perceber o cuidado e curiosidade do seu autor, que se empenhava em registar os seus procedimentos e reflexões resultantes da prática clínica, bem como informações recebidas de outrem, ou experiências químicas a que ele se dedicava. A heterogeneidade das informações contidas nestes manuscritos revela os interesses diversificados do seu autor.

Bernardino António Gomes foi designado como “um dos mais ilustres nomes da história médica portuguesa, o mais alto da pleiade dos que tanto honraram a medicina nacional no primeiro quartel do século XIX”³⁶¹⁶, e revelou qualidades de investigação que lhe permitiram ter um papel pioneiro³⁶¹⁷. Pelo conjunto da sua obra e pela sua conduta, ele parece ter sido um cientista na moderna aceção da palavra, valorizando a experimentação como via de confirmação de hipóteses e a avaliação minuciosa dos produtos e resultados obtidos nas suas experiências. Adicionalmente, revelava a preocupação de difundir os resultados das suas pesquisas, algo também ajustado aos requisitos de um cientista na atualidade. Procurava assim maximizar o impacto da sua investigação ao relatá-la aos seus pares, nomeadamente a nível internacional, mantendo correspondência com diversos cientistas estrangeiros. Esses cientistas, reconhecendo a

³⁶¹⁴ RESULTADOS das observações que se tem feito sôbre as virtudes da casca da «Portlandia hexandra» chamada Quina do Brasil. (Do volume de «Manuscritos de Bernardino António Gomes, médico da Armada e Capitão de Fragata graduado – 1798-1808». Oferecido pelo P.º Bernardino Barros Gomes, neto do autor, ao Instituto Botânico da Universidade de Coimbra – 1910). Transcrição do Professor Doutor Feliciano Guimarães. **Arquivos de Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental**. 1 (1931) 77-85.

³⁶¹⁵ Ibidem, p. 77 e 78.

³⁶¹⁶ GARRETT - Bernardino António Gomes ...p. CCLXV.

³⁶¹⁷ BRANDÃO, Álvaro Soares - Bernardino António Gomes e a química dos alcaloides. **Revista de Chimica Pura e Aplicada**. 3ª Série. 4:2 (1929) 94-99, p. 98.

utilidade dos seus trabalhos, publicavam nos seus livros e artigos as informações que ele lhes facultava. Encontramos assim diversas referências elogiosas ao médico português, bem como considerações sobre a qualidade e/ou importância do seu trabalho, ainda que pudessem ter criticado algum ponto da sua pesquisa, como a não deteção da alcalinidade da cinchonina. A pesquisa de B. A. Gomes, de índole diversa, teve repercussão nacional e internacional.

A nível internacional, a referência aos seus trabalhos em numerosos livros e publicações periódicas francesas e inglesas, revelam a importância da sua pesquisa científica. Em Portugal, o seu *Ensaio Dermosographico* teve rapidamente uma segunda edição, indicando uma boa recepção da obra. Revelou ainda interesse na flora das antigas colónias portuguesas, designadamente na flora brasileira, fazendo descrições botânicas de plantas americanas que observou e avaliou no seu habitat natural (algumas delas pouco conhecidas, como as que foram incluídas nas *Observações botânico-médicas*). Efetuou também experiências químicas com uma planta de grande relevância na medicina, a quina, que culminaram no isolamento do alcaloide cinchonina. Ao contrário de outros clínicos³⁶¹⁸, não era avesso à inovação, nem aparentemente demasiado conservador na prática da medicina, procurando a atualização constante: recebia a modernidade com espírito crítico. Não se limitava a coligir e/ou sintetizar dados recolhidos por outros autores, enfatizando a utilidade da experiência clínica. O interesse pelas propriedades medicinais das plantas (para além da descrição botânica que efetuava) coadunava-se naturalmente com a sua formação académica. Apesar da sua projeção internacional, das suas conquistas científicas e da fama que alcançou enquanto clínico³⁶¹⁹, lamentava a falta de reconhecimento das entidades estatais³⁶²⁰. Em detrimento da sua saúde frágil³⁶²¹, das suas diversas atividades³⁶²² e das compreensíveis limitações da época³⁶²³, Bernardino António Gomes utilizou a sua perseverança aliada a métodos científicos para o benefício da ciência em Portugal.

³⁶¹⁸ “Os progressos eram poucos e lentos, a par de muitas vozes contrárias vindas dos «médicos velhos», que se apoiavam na sua longa experiência e nos ensinamentos de Hipócrates, Galeno e Boerhaave. Desconfiavam da inovação científica, dos benefícios da vacina e das aplicações da Química à Medicina”. - SUBTIL - Bernardino António Gomes ...p. 54.

³⁶¹⁹ BIGUELINI - Tenho escrevindo muito...p. 57; NOTICIA da vida e trabalhos científicos...p. 21.

³⁶²⁰ GOMES – Memoria sobre a virtude tœnifuga da romeira...página da dedicatória, não numerada, seguinte à da capa.

³⁶²¹ AGUIAR - Homenagem aos Drs. Bernardino António Gomes (Pai e Filho ...p. 385; NOTICIA da vida e trabalhos científicos...p. 32; MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 76.

³⁶²² MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 39.

³⁶²³ “Bernardino António Gomes (...) após íngenes e fecundos trabalhos de laboratório, onde a inteligência sobrepujou maravilhosamente as deficiências dos processos analíticos que caracterisavam a química de então, conseguiu isolar o «cinchonino», facultando aos estudiosos um dos capítulos mais interessantes da Química do carbono: o «estudo dos Alcalóides»” - BRANDÃO - Bernardino António Gomes ...p. 96.

Quadro 24 - Artigos da polémica do cinchonino no Jornal de Coimbra e n' O Investigador Portuguez em Inglaterra. Cronologia e localização.

Autor	<i>Jornal de Coimbra</i>	<i>O Investigador Portuguez em Inglaterra</i>
Bernardino António Gomes	<p>(2) Vol.2, nº 10 (Outubro 1812) p. 291-296</p> <p>(4) Vol. 2, nº 12 (Dezembro de 1812) p. 447-449</p>	<p>(6) Vol. 6, nº 22 (Abril de 1813) p. 206-210</p> <p>(10) Vol. 11, nº 44 (Fevereiro de 1815) p. 662-671</p> <p>(12) Vol. 12, nº 46 (Abril 1815) p. 312-313</p> <p>(16) Vol. 14, nº 55 (Janeiro de 1816) p. 313-325</p> <p>(19) Vol. 17, nº 67 (Janeiro de 1817) p. 260-275</p>
José Feliciano de Castilho	<p>(8) Vol. 6, nº 26, parte 2 (Fevereiro de 1814) p. 131-134</p> <p>(9) Vol. 6, nº 29, parte 1 (Maio 1814) p. 277-287</p> <p>(11) Vol. 7, nº 35, parte 1 (1814) p. 201-240</p> <p>(13) Vol. 7, nº 36, parte 1 (1814) p. 291-297</p> <p>(14) Vol. 8, nº 39, Parte 1 (1815), p. 101-119</p> <p>(17) Vol.8, nº 41, parte 1 (1815) p. 227-235</p> <p>(20) Vol. 10, nº 52, parte 1 (1817) p. 217-254</p>	
Redactores	<p>(1) Vol. 2, nº 8 (Agosto 1812) p. 90-102</p> <p>(3) Vol. 2, nº 11 (Novembro de 1812) p. 370-373</p> <p>(5) Vol. 2, nº 12 (Dezembro de 1812) p. 449-451</p> <p>(7) Vol. 3, nº 15 (Março de 1813) p. 300-306</p> <p>(18) Vol. 9, nº 48, Parte 1 (1816), p. 429-432 (não está identificado como alguém alheio ao Jornal)</p>	
Anónimo	<p>(15) Vol. 8, nº 40, parte 1 (1815), com notas de rodapé de J. F. de Castilho p. 174-185</p> <p>(19) Vol. 10, nº 53, parte 1 (1817) p. 289-314</p>	
Tomé Rodrigues Sobral	<p>(21) Vol. 15, nº 82, parte 1 (1819) p. 126-153</p>	

3.4.6. José Feliciano de Castilho (1769-1826)

3.4.6.1. Breve biografia

Nascido em Aguium em 1769, José Feliciano de Castilho foi um médico português, filho de José Barreto de Castilho e Maria Luísa Gomes de Sampaio. Doutorou-se em 1795 na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra³⁶²⁴. Teve 5 filhos³⁶²⁵.

Foi professor de várias cadeiras na mesma Faculdade de Medicina. Foi lente substituto (nomeado em 1800 e sem indicação de cadeira até 1803, tendo-se ausentado para Lisboa e exercendo de forma irregular)³⁶²⁶; substituto (1804-1806) e quarto lente da cadeira de Instituições médico-cirúrgicas (1806-1813)³⁶²⁷; terceiro lente da 1ª cadeira de prática (1813-1820); e primeiro lente da 2ª cadeira de prática (1822-1827)³⁶²⁸. Ocupou o cargo de secretário da Faculdade de Medicina, de Diretor e de administrador dos Hospitais da Universidade³⁶²⁹. Teve também outros cargos relacionados com a medicina designadamente: 1º Médico e Inspetor dos Hospitais Militares de Além-Tejo, Minho, Beira e Trás-os-Montes (nomeado em 1797), delegado do Físico-Mor do Reino (nomeado em 1809 e requisitando a exoneração em 1810), e Diretor da Instituição Vacínica³⁶³⁰. Estabeleceu hospitais militares, criou hospitais de trânsito e de sangue, e reformou os hospitais de Abrantes, Santarém e Elvas³⁶³¹. Após ter sido suspenso e mandado julgar por suspeita de ser autor de folhetos subversivos foi para o Brasil, regressando com D. João VI após a sua absolvição, sendo reintegrado na universidade em 1820³⁶³². Foi fundador do *Jornal de Coimbra*, designado por Maximiano Lemos como “certamente uma das publicações mais interessantes que viu o principio do seculo”³⁶³³. Innocencio da Silva chama-lhe o seu provável “principal fundador”³⁶³⁴, tendo sido redator do mesmo jornal. Foi também sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa (eleito em 1812), membro da Instituição Vacínica, médico honorário da Real Câmara, Censor Régio da Mesa do Desembargo do Paço e Cavaleiro professo da Ordem de Cristo³⁶³⁵. Morreu em 1826.

³⁶²⁴ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 201.

³⁶²⁵ SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil** [Em linha]. Tomo Quarto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. [Consult. 18 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://archive.org/details/bub_gb_HIHRyg50fbIC/page/n315/mode/2up>, p. 316.

³⁶²⁶ LEMOS - *Historia da medicina em Portugal* (Vol. 2, 1899) ...p. 264; RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 201-202.

³⁶²⁷ LEMOS - *Historia da medicina em Portugal* (Vol. 2, 1899) ...p. 263.

³⁶²⁸ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 201.

³⁶²⁹ *Ibidem*.

³⁶³⁰ *Ibidem*, p. 202.

³⁶³¹ LEMOS - *Historia da medicina em Portugal* (Vol. 2, 1899) ...p. 354.

³⁶³² *Ibidem*; RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 202.

³⁶³³ LEMOS - *Historia da medicina em Portugal* (Vol. 2, 1899) ...p. 397.

³⁶³⁴ SILVA - *Diccionario bibliographico portuguez* (T. 4, 1860) ...p. 316.

³⁶³⁵ LEMOS - *Historia da medicina em Portugal* (Vol. 2, 1899) ...p. 354; RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 202.

3.4.6.2. Contributo de José Feliciano de Castilho para o estudo clínico das cascas brasileiras como possíveis substitutos febrífugos da quina

No *Jornal de Coimbra* J. F. de Castilho publicou numerosos artigos, designadamente sobre a polémica relacionada com o isolamento da cinchonina, e sobre os estudos clínicos para testar a atividade terapêutica da chamada quina do Rio de Janeiro no tratamento das sezões. Teve um papel importante no estudo clínico destas cascas brasileiras como possíveis substitutos para a quina no tratamento das febres intermitentes³⁶³⁶. Relatou e efetuou estudos sobre a atividade de várias formulações diferentes da chamada quina do Rio de Janeiro nas sezões – em substância (perfazendo a maior parte das observações recolhidas), cozimento e tintura. Agregou os seus esforços com vários médicos, incluindo vários de fora de Coimbra, aos quais enviou amostras da dita casca para que eles pudessem observar os seus efeitos. Transcreveu também as ordens reais que decretavam o estudo das aplicações clínicas destas cascas brasileiras e da sua composição química. Nestes artigos também evidencia as suas conceções sobre a etiologia das sezões, declarando que julgava que a “causa proxima de todas as sezões” era comum a todas as sezões³⁶³⁷, e que a quina era geralmente capaz de a combater. A partir desses estudos sobre a quina do Rio de Janeiro, J. F. de Castilho concluiu que esta casca parecia ser um bom febrífugo, e que poderia eventualmente ter um efeito similar à maioria das quinas officinais³⁶³⁸.

³⁶³⁶ LEMOS - Historia da medicina em Portugal (Vol. 2, 1899) ...p. 352.

³⁶³⁷ CASTILHO – Reflexões de José Feliciano de Castilho sobre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro, e outros objectos de um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra Num. LV. pag. 313, p. 227.

³⁶³⁸ CASTILHO – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260. Num LII. Parte 1, p. 249.

3.4.7. Bernardino António Gomes, filho (1806-1877)

3.4.7.1. Breve biografia

Bernardino António Gomes nasceu em 1806, filho de Bernardino António Gomes e de D. Leonor Violante Rosa Mourão. Foi sócio de várias sociedades científicas como a Academia Real das Ciências de Lisboa (sócio emérito), a Sociedade Farmacêutica Lusitana e a Sociedade das Ciências Médicas, da qual foi cofundador e presidente³⁶³⁹. Formou-se como Bacharel em Matemática na Universidade de Coimbra, e doutorou-se em Medicina na Faculdade de Paris³⁶⁴⁰. Foi lente de Matéria Médica e Terapêutica na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, médico da Câmara Real e fez parte do conselho do Rei. Publicou várias obras, incluindo uma biografia do seu pai, bem como diversos artigos em periódicos científicos como o *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa* (posteriormente *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*³⁶⁴¹) e a *Gazeta Médica de Lisboa*, dos quais também foi cofundador³⁶⁴².

Forneceu igualmente algumas indicações a Silveira Pinto, quando este redigiu a quarta edição do seu *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1846) relativas a “pontos doutrinaes”³⁶⁴³. Foi também o presidente da comissão responsável pela redação da terceira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopêa Portugueza* (1876)³⁶⁴⁴. Recebeu várias distinções como a de Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Torre e Espada, e oficial da Legião de Honra de França³⁶⁴⁵. Recebeu igualmente a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica³⁶⁴⁶.

Bernardino António Gomes também fomentou o cultivo das plantas da quina. Júlio Henriques refere que o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra tinha recebido no mês de Setembro de 1867 um exemplar de *Cinchona succirubra* de Bernardino Antonio Gomes, “que tanto interesse mostrou sempre por esta cultura”³⁶⁴⁷. Bernardino António Gomes também publicou artigos relativos à quina. No artigo “As arvores que dão a quina, nas possessões d’Africa”³⁶⁴⁸, publicado no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* (1872), B. A. Gomes exorta ao cultivo das plantas da quina nas colónias portuguesas, dá informações sobre o estado

³⁶³⁹ SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 1, 1858) ... p. 362; PIMENTEL, J. Cortez - Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. **Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa**. 138:8 (Outubro, 1974) 659-717, p. 667, 699.

³⁶⁴⁰ SILVA – Diccionario bibliographico portuguez (t.1, 1858), p. 362.

³⁶⁴¹ SILVA – Diccionario bibliographico portuguez (T. 4, 1860) ...p. 179.

³⁶⁴² SILVA – Diccionario bibliographico portuguez (T. 3, 1859) ...p. 141.

³⁶⁴³ PINTO – Codigo Pharmaceutico Lusitano (1846) ...p. xv.

³⁶⁴⁴ GOMES [et al] - Pharmacopêa portugueza ...p. vii; SILVA – Diccionario bibliographico portuguez... (T. 1, 1858) ...p. 361-362.

³⁶⁴⁵ SILVA – Diccionario bibliographico portuguez (T. 1, 1858) ...p. 361-362.

³⁶⁴⁶ SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 8, 1867) ... p. 381.

³⁶⁴⁷ HENRIQUES, Julio A. - **Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880b, p. 10.

³⁶⁴⁸ GOMES, B. A. - As arvores que dão a quina, nas possessões d’Africa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 86–94.

do seu cultivo naquela época nesses mesmos territórios, e aponta algumas desvantagens que os portugueses tinham à partida neste tipo de esforços – falta de instituições e de técnicos especializados nesses locais. No artigo “As arvores da quina em Cabo Verde e na Madeira” do *Jornal de Horticultura Pratica* (1875)³⁶⁴⁹ B. A. Gomes destaca as virtudes da *Cinchona succirubra* e relata a existência de quineiras em Cabo Verde e na Madeira. Bernardino António Gomes também terá intervindo no envio de plantas da quina para a ilha da Madeira³⁶⁵⁰.

3.4.7.2. *Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica* (1ª edição - 1851³⁶⁵¹; 2ª edição - 1863³⁶⁵²; 3ª edição - 1873³⁶⁵³)

Na sua obra *Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica* encontram-se algumas referências à quina e ao sulfato de quinina, nomeadamente quanto à sua atividade farmacológica.

Esta obra, cuja primeira edição foi custeada pela Academia Real das Ciências³⁶⁵⁴, era destinada ao ensino, especificamente para as aulas do curso de Farmacologia, dirigido por Bernardino António Gomes, consistindo, segundo o autor indica na 1ª edição, em “lições sobre a Pharmacologia Geral”³⁶⁵⁵.

Trata-se de uma obra de revisão de farmacologia geral, em que B. A. Gomes apresenta o que considerava ser a informação mais atualizada sobre este assunto, coligida a partir de bibliografia já existente. Na 1ª edição, B. A. Gomes frisa que a forma em que os “factos e doutrinas”³⁶⁵⁶ tinham sido encadeados e referidos nesta obra era trabalho seu, no qual tinha tido “bastante cuidado a fim de conseguir, quanto nos fosse possível, o não omittir nenhum objecto importante, o ser exacto, e obter a melhor distribuição de materias”³⁶⁵⁷. Indica que emitira juízos críticos sobre as doutrinas propugnadas na obra, aferindo-as a partir da sua “propria experiencia e razão”³⁶⁵⁸. A 2ª edição surgiu em virtude de se ter esgotado a 1ª edição, e porque livro continuava, segundo o autor, a ser solicitado para o “ensino das escolas para o qual fôra

³⁶⁴⁹ GOMES, Bernardino A. - As arvores da quina em Cabo Verde e na Madeira. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875) 142–143.

³⁶⁵⁰ CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 2 (1871) 15–20, p. 16.

³⁶⁵¹ GOMES, Bernardino Antonio - **Elementos de Pharmacologia geral ou Principios geraes de materia medica e de therapeutica**. Lisboa: Typographia da mesma Academia, 1851.

³⁶⁵² GOMES, Bernardino Antonio — **Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica**. Segunda edição, correcta e augmentada. Lisboa: Typographia da Academia, 1863.

³⁶⁵³ GOMES, Bernardino Antonio — **Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica**. Terceira edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873.

³⁶⁵⁴ Artigo extrahido das actas da Academia Real das Sciencias de Lisboa da sessão de 6 de Março de 1850, inserto em GOMES - *Elementos de Pharmacologia geral* (1851) ...não paginado.

³⁶⁵⁵ Ibidem, p. I.

³⁶⁵⁶ Ibidem.

³⁶⁵⁷ Ibidem, p. II.

³⁶⁵⁸ Ibidem.

escrito”³⁶⁵⁹. Embora já existisse um novo professor da disciplina de Matéria médica e terapêutica na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (o Dr. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão), este tinha pedido a B. A. Gomes que escrevesse uma nova edição da obra³⁶⁶⁰. A 3ª edição, surgida já em 1873, foi publicada, de acordo com o autor, por se terem esgotado as edições anteriores e porque a obra tinha tido uma boa recepção tanto nas escolas médicas portuguesas, como nas escolas médicas do Brasil, continuando a ser solicitada para essas escolas³⁶⁶¹. Nesta 3ª edição o autor acrescentou uma introdução histórica sobre a farmacologia, e um resumo das principais regras da arte de formular, este último redigido por Eduardo Augusto Motta, que era, na época, o professor de matéria médica na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa³⁶⁶².

A segunda e a terceira edições são bastante mais extensas que a primeira (a 1ª edição tem 256 páginas numeradas, ao passo que a 2ª edição tem 401 páginas e a 3ª edição apresenta 368 páginas), e contêm informações adicionais quanto à atividade farmacológica da quina e do sulfato de quinina.

Quanto às virtudes da quina, em todas as edições esta é incluída no grupo dos tónicos. Na 1ª edição é indicado que a quina tem propriedades antiperiódicas³⁶⁶³, tónicas³⁶⁶⁴, antifebris³⁶⁶⁵, e efeito hiposténico em doses altas e quando administrada em determinadas condições³⁶⁶⁶. Gomes aponta também que as substâncias tónicas (de que a quina era um exemplo) poderiam ter atividade excitante, antifebril ou hiposténica de acordo com as doses administradas, ou consoante “outras condições de sua administração”³⁶⁶⁷.

Nas 3 edições publicadas, B. A. Gomes refere que os medicamentos tónicos podiam ser classificados em vários grupos, consoante as suas propriedades físico-químicas e medicamentosas³⁶⁶⁸. A quina está inserida no grupo dos tónicos “Amargos-adstringentes”³⁶⁶⁹ em todas as edições, por ser uma substância vegetal que continha as “qualidades e a composição” dos adstringentes vegetais e dos amargos³⁶⁷⁰. A quina alaranjada era considerada um tónico amargo-aromático, por ter princípios de ação tónica, juntamente com “alguma porção de principio aromático capaz de modificar a acção” dos princípios de ação tónica, sendo por isso “um tanto estimulante”³⁶⁷¹. O autor indica que a quina, para além das propriedades tónicas, era um enérgico

³⁶⁵⁹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...página não numerada.

³⁶⁶⁰ Ibidem, páginas não numeradas.

³⁶⁶¹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. V do prólogo.

³⁶⁶² Ibidem, p. VI do prólogo.

³⁶⁶³ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 82.

³⁶⁶⁴ Ibidem, p. 172.

³⁶⁶⁵ Ibidem, p. 173.

³⁶⁶⁶ Ibidem, p. 172-173.

³⁶⁶⁷ Ibidem, p. 175.

³⁶⁶⁸ Ibidem, p. 178; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 206; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 194.

³⁶⁶⁹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 179.

³⁶⁷⁰ Ibidem; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 207; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 195.

³⁶⁷¹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 179; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 207; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 195.

medicamento antiperiódico e antifebri³⁶⁷². Na 2ª edição e na 3ª edição, “As cascas de quina” são consideradas “Tonicos Radicaes”³⁶⁷³, bem como as cascas de salgueiro, angustura e castanheiro da Índia. A quina é apresentada como um dos tónicos mais usados³⁶⁷⁴. Na 2ª edição e na 3ª edição Gomes refere que alguns autores defendiam que a quina era um agente hipostenizante. Aponta que essa conceção era devida ao “efeito estupefaciente sobre o cerebro e os sentidos” e à “impressão sedativa e hyposthenisante sobre a circulação e calorificação, exercida pelas altas doses do sulfato de quinino”³⁶⁷⁵.

Na 1ª edição, B. A. Gomes menciona que a experiência tinha demonstrado que a quina e os sais “de quinino” podiam ser absorvidos e exercer efeito através do método “iatraleptico”³⁶⁷⁶. Na 2ª e na 3ª edição, indica que a quina e os sais “de quinino” eram absorvidos e produziam “efeitos geraes” se fossem aplicados através do método *iatraleptico*³⁶⁷⁷. Tanto na 1ª, como na 2ª e na 3ª edição, B. A. Gomes aponta que os “saes de quinino” eram utilizados através do método “endermico ou emplastro-endermico”³⁶⁷⁸. Estes métodos eram ambos destinados para a administração através da pele.

No que concerne às patologias em que a quina era considerada útil, na 1ª edição estão apenas indicações muito sucintas. Aponta-se que a quina tratava certas febres e inflamações³⁶⁷⁹, curando febres intermitentes³⁶⁸⁰.

Na 2ª e 3ª edições B. A. Gomes desenvolve mais este assunto. Destaca a atividade dos tónicos radicais (nos quais a quina se incluía) nas “doenças de fôrma intermittente, e ainda nas contínuas acompanhadas de symptomas com essa fôrma”³⁶⁸¹. Indica-se que, de entre estas doenças, os tónicos radicais tratavam melhor as febres intermitentes de “origem paludosa”³⁶⁸², e que a quina era o tónico radical que possuía virtudes antiperiódicas “no gráo mais elevado”³⁶⁸³. Segundo B. A. Gomes, as febres intermitentes só se tratavam eficazmente com a quina e os seus sucedâneos. Afirma que desgraçado seria o médico que o desconhecesse, e mais ainda o doente,

³⁶⁷² GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 179; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 207; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 195.

³⁶⁷³ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 227; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 213.

³⁶⁷⁴ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 227; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 213.

³⁶⁷⁵ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 213; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 201.

³⁶⁷⁶ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 110.

³⁶⁷⁷ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 129; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 114. O termo usado atualmente é *iatraléptico*.

³⁶⁷⁸ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 111; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 130; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 115.

³⁶⁷⁹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 173.

³⁶⁸⁰ *Ibidem*, p. 83.

³⁶⁸¹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 222; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 208-209.

³⁶⁸² GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 222; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁸³ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 222; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 208.

que fosse vítima do facto do médico ignorar ou desprezar o que havia “de mais axiomático” na prática médica³⁶⁸⁴. Ressalva, no entanto, que os acessos das febres intermitentes podiam manifestar-se de forma a simularem várias doenças – “confunde-se assim com uma nevralgia, com a pneumonia, a apoplexia, um ataque de cholera; e nem por isso perde a natureza de febre miasmática, exigindo em todo o caso o mesmo tratamento”³⁶⁸⁵ – a quina e os seus sucedâneos. Realça também que nas febres de acesso os tónicos radicais deveriam ser utilizados em doses elevadas se os acessos febris tomassem “as fôrmas maligna e perniciosa”³⁶⁸⁶.

Segundo a informação apresentada na 2^a e 3^a edições, a quina poderia também ser útil nas febres contínuas, se estas tivessem a mesma origem das febres intermitentes – o “miasma dos pantanos”³⁶⁸⁷. B. A. Gomes afirma que este tipo de febres contínuas eram “ainda das que mais se deixam vencer pela acção da quina, de certo pela analogia de natureza entre umas e outras febres”³⁶⁸⁸.

Realce-se que B. A. Gomes afirma que a quina e os outros tónicos radicais não curavam as febres de acesso “em virtude de um poder específico, exercido sobre o principio morboso, sobre o miasma” como alguns supunham³⁶⁸⁹. Na sua ótica esse efeito parecia derivar do seu poder para “fortalecer a resistencia vital do organismo, comprometida n’estas doenças”³⁶⁹⁰. B. A. Gomes também indica que a quina poderia ter atividade contra a adinamia e a podridão que podiam estar presentes nas febres. Na adinamia a quina teria possivelmente influência nas “forças radicaes abatidas”; e na podridão teria também atividade nas forças abatidas, bem como, provavelmente, “sobre a assimilação e sobre a composição dos solidos e dos liquidos da economia, os quaes nos estados pôdres das febres tanta tendencia mostram para a corrupção”³⁶⁹¹.

B. A. Gomes aponta ainda na 2^a e 3^a edições que os medicamentos tónicos eram “especialmente proprios” para tratar doenças escrofulosas³⁶⁹², utilizando-se mais frequentemente a quina, a genciana e os ferruginosos. Não obstante, era indispensável associar-lhes meios higiênicos, que até podiam ser suficientes, por si sós, para curar estas doenças.

³⁶⁸⁴ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 101; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 90.

³⁶⁸⁵ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 101; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 90.

³⁶⁸⁶ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 224; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 210.

³⁶⁸⁷ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 223; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁸⁸ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 223; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁸⁹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 222; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁹⁰ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 222; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁹¹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 223; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 210.

³⁶⁹² GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 226; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 213.

Na 2ª e na 3ª edição da obra, Bernardino António Gomes destaca também que a febre tifóide, “outras febres malignas” e a febre reumática, tinham “sido tratadas por altas doses de sulfato de quinino”³⁶⁹³. Não obstante, apontava que esse tratamento não resultava “do conselho e opinião” da maior parte dos médicos³⁶⁹⁴.

Na 2ª e na 3ª edição, B. A. Gomes indica que os tónicos radicais podiam ser utilizados nas “fórmulas malignas das febres contínuas e remittentes”, no “estado adynamico”³⁶⁹⁵, e no “chamado pôdre d’estas febres”³⁶⁹⁶, mas o resultado era “muito mais incerto e precario, do que nos de simples intermittencia”³⁶⁹⁷.

A quina também é mencionada na secção sobre a homeopatia na 1ª, 2ª e 3ª edições. Na 1ª edição, Gomes aponta que não se tinha conseguido provocar o aparecimento de febres intermitentes com a utilização da quina (que as curava)³⁶⁹⁸. Na 2ª e na 3ª edição, B. A. Gomes acrescenta que não se tinham conseguido causar febres intermitentes utilizando a quina quer em doses homeopáticas, quer noutras doses³⁶⁹⁹.

Na 2ª e 3ª edições, B. A. Gomes indica que era indubitável que os princípios das substâncias tónicas eram absorvidos, pois encontravam-se “no sangue, na urina, no leite, e nas outras secreções”, dando especificamente o exemplo do “quinino”. Esta substância tinha sido detetada no sangue, urina e leite “dos individuos em uso da quina ou dos saes de quinino”³⁷⁰⁰.

Gomes aponta também na 1ª e 2ª edições que as dissoluções de sulfato de “quinino” (entre outras preparações) produziam “endosmose dos solutos medicamentosos”³⁷⁰¹. Na 3ª edição inclui a mesma informação, mas utiliza a designação de sulfato de quinina³⁷⁰².

Na 3ª edição o autor faz referência à obra *El Arcano de la Quina*, de José Celestino Mutis, indicando que este e outros individuos como Howard se tinham dedicado ao estudo das quininas, e designando a quina como a droga “mais valiosa de que dispõe a medicina”³⁷⁰³. Nesta 3ª edição, também se indica que nos casos em que era conveniente ocultar o nome científico do

³⁶⁹³ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 224; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 210.

³⁶⁹⁴ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 224; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 210.

³⁶⁹⁵ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 223; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁹⁶ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 223. Na terceira edição B. A. Gomes utiliza a designação “estado podre” (GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209).

³⁶⁹⁷ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 223; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 209.

³⁶⁹⁸ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 83; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 102; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 90.

³⁶⁹⁹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 102; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 90.

³⁷⁰⁰ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 210; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 198.

³⁷⁰¹ GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1851) ...p. 22; GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1863) ...p. 27.

³⁷⁰² GOMES - Elementos de Pharmacologia geral (1873) ...p. 24.

³⁷⁰³ Ibidem, p. XIX.

medicamento, deveriam utilizar-se sinónimos que o doente não conhecesse. Um dos exemplos dados é a utilização do termo sal antiperiódico, em vez de sulfato de quinina. Esta afirmação indicia que os doentes não queriam, por alguma razão não enunciada, tomar o sulfato de quinina, e que por isso o médico que pretendesse administrá-lo teria de ocultar o seu nome científico perante o doente³⁷⁰⁴.

É notório que nesta obra as indicações terapêuticas da quina são muito mais restritas do que, por exemplo, nalgumas das farmacopeias não oficiais que analisámos, ou noutras obras publicadas no século XVIII ou no início do século XIX, como as obras de Jacob de Castro Sarmiento, de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, ou de Francisco Tavares. Apesar de ser uma obra de farmacologia geral, são fornecidas diversas informações relativas à quina e ao sulfato de quinina.

³⁷⁰⁴ Ibidem, p. 363.

3.4.8. Bernardino Barros Gomes (1839-1910)

3.4.8.1. Breve biografia

Bernardino Barros Gomes nasceu a 30 de Setembro de 1839, na cidade portuguesa de Lisboa. O seu avô foi o médico, químico e botânico Bernardino António Gomes (1768-1823), que isolara a cinchonina em 1810. O seu pai, Bernardino António Gomes (1806-1877), foi um médico que se dedicou também ao campo farmacêutico, sendo autor de uma obra importante em Portugal intitulada *Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica*. O pai de Bernardino Barros Gomes foi também o presidente da comissão que redigiu a terceira farmacopeia oficial portuguesa, publicada em 1876. A sua mãe foi Maria Leocadia Fernandes Tavares de Barros Gomes³⁷⁰⁵.

Na Universidade de Coimbra, B. Barros Gomes frequentou a Faculdade de Matemática durante 4 anos e a Faculdade de Filosofia durante 5 anos. Em 1860 Barros Gomes formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra³⁷⁰⁶. Gomes foi então estudar na Alemanha. Em 1861 matriculou-se como aluno estrangeiro na *Königlich-Sächsische Forstakademie* (Real Academia Florestal e Agronómica de Saxe) em Tharandt, na Saxônia³⁷⁰⁷. Entre 1861 e 1862, foi aluno externo da *Königlich-Sächsische Forstakademie*³⁷⁰⁸, onde estudou agronomia e silvicultura³⁷⁰⁹. O diploma das disciplinas que aí frequentou e concluiu data de 31 de Março de 1862³⁷¹⁰. No século XIX outro engenheiro florestal português formar-se-ia nesta mesma escola florestal³⁷¹¹. Antes de voltar a Portugal, realizou ainda algumas excursões científicas no Norte da Alemanha, com o objetivo de se informar sobre “assumptos relativos á exploração e cultura de matas”³⁷¹². Na publicação *Archivo Rural* relata parte da informação que recolhera, nomeadamente sobre o “systema allemão de ordenar e reger as matas nacionaes”³⁷¹³. Em Tharandt conheceu a sua futura

³⁷⁰⁵ SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (T. 8, 1867) ...p. 383.

³⁷⁰⁶ GUIMARÃES, Bráulio - **Padre Barros-Gomes: vítima da República: morto a tiro a 4 de Outubro de 1910 no Palácio de Arroios**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006, p. 53.

³⁷⁰⁷ Ibidem, p. 55.

³⁷⁰⁸ DEVY-VARETA, Nicole - Les voyages de savants en Europe et le développement des idées géographiques dans le Portugal du XIXe siècle. **Finisterra**. 33:65 (1998) 175–183, p. 180; GARCIA, João Carlos - Cartas de Bernardino de Barros Gomes a Jaime Batalha Reis. Nota para a História da Geografia em Portugal. **Finisterra**. 23:45 (1988) 116–126, p. 117; GARCÍA PEREDA, Ignacio - **Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal**. [s.l.]: Universidade de Évora. 2018. 307 p. Tese de doutoramento, 40.

³⁷⁰⁹ GARCIA - Cartas de Bernardino de Barros Gomes ... p. 117.

³⁷¹⁰ SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (T. 8, 1867) ...p. 383; GUIMARÃES - Padre Barros-Gomes, p. 56-57.

³⁷¹¹ GARCÍA PEREDA - Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal, p. 34.

³⁷¹² GOMES, Bernardino Barros - **Relatorio Florestal Sobre as Matas da Machada e Valle de Zebro Apresentado á Direcção do Commercio no Ministerio das Obras Publicas em 3 de Setembro de 1864**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p. 7.

³⁷¹³ Ibidem.

esposa, Elisa von Wilcke, filha de Otto Moritz von Wilcke, Barão de Wilcke. Casaram em 1866 em Dresden³⁷¹⁴.

Após o regresso a Portugal em 1863, Gomes ingressou na Repartição de Agricultura do Ministério das Obras Públicas no mesmo ano e, posteriormente, através do Decreto de 24 de Outubro de 1864, tornou-se engenheiro subalterno de 2ª classe. Segundo Ignacio García Pereda (2018), o regresso de Barros Gomes a Portugal terá marcado a adoção dos parâmetros da “comunidade florestal internacional” pela silvicultura portuguesa, e a realização de trabalhos florestais em larga escala “convenientemente planeados e com objetivos bem definidos”³⁷¹⁵.

A sua produção científica inclui: um livro sobre a quina, *Cultura das Plantas que dão a Quina*, publicado em 1864; publicações sobre silvicultura, como, por exemplo, os trabalhos decorrentes do estudo que realizou na Alemanha³⁷¹⁶; a obra *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas* (1878), no âmbito da geografia; e relatórios florestais resultantes da sua atividade enquanto funcionário do governo português.

Por Decreto de 22 de Junho de 1872 foi nomeado chefe da Divisão florestal do Norte. Em 1874 foi nomeado diretor da Divisão do Sul da Administração Geral das Matas do Reino. Em 1879 começa a trabalhar na Divisão do Centro da Administração Geral das Matas do Reino. Efetuou o estudo e ordenamento do Pinhal de Leiria, bem como o levantamento da sua planta completa³⁷¹⁷. Foi também sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa³⁷¹⁸.

Após o falecimento da esposa, pediu a exoneração do seu cargo público na Divisão florestal do Centro (concedida em 1883) e tornou-se presbítero em 1888³⁷¹⁹. Foi assassinado em 1910 por revolucionários republicanos³⁷²⁰.

3.4.8.2. Pesquisa de Bernardino Barros Gomes sobre a *Cinchona*³⁷²¹

No que se refere à sua pesquisa sobre a *Cinchona*, Bernardino Barros Gomes publicou em 1864 o livro *Cultura das Plantas que dão a Quina*. Este livro foi também publicado posteriormente em revistas científicas: no tomo 29 do *Jornal da Sociedade das Ciências medicas*

³⁷¹⁴ GUIMARÃES - Padre Barros-Gomes, p. 70-72.

³⁷¹⁵ GARCÍA PEREDA - Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal, p. 73.

³⁷¹⁶ Ibidem, p. 40-41.

³⁷¹⁷ GUIMARÃES - Padre Barros-Gomes, p. 98, 110, 122-123.

³⁷¹⁸ SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 8, 1867) ...p. 383.

³⁷¹⁹ GARCIA - Cartas de Bernardino de Barros Gomes...p. 119; GUIMARÃES - Padre Barros-Gomes, p. 193-195, 224; FERREIRA, António Matos - **Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2007, p. 319.

³⁷²⁰ GUIMARÃES - Padre Barros-Gomes, p. 369-370; FERREIRA - Um católico militante... p. 319.

³⁷²¹ Os contributos de Bernardino Barros Gomes, Adolpho Moller e Joaquim dos Santos e Silva para a pesquisa sobre a quina e a quinina foram também abordados em SEMEDO, M. G.; PEREIRA, A. L.; PITA, J. R. – The influence of German science on Cinchona and quinine research in Portugal in the second half of the 19th century. *Die Pharmazie*. 76:8 (2021) 396–402. doi: <https://doi.org/10.1691/ph.2021.1050>.

em 1865³⁷²², e no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, entre 1865 e 1866, sob a forma de 14 artigos.

O livro está dividido em 4 capítulos, contendo ainda um apêndice e 5 estampas. Este livro foi composto por indicação expressa do governo português, e pretendia vulgarizar o cultivo da *Cinchona*, designadamente nas colónias portuguesas³⁷²³.

Gomes inicia a obra salientando a importância terapêutica do *quinino* e referindo que as árvores e arbustos dos quais se obtinha a casca de quina (a matéria-prima do *quinino*³⁷²⁴) ainda estavam maioritariamente restringidos ao seu habitat nativo. Barros Gomes refere as espécies do género *Cinchona* mais importantes, caracteriza o clima e altitude das regiões onde as quineiras se desenvolviam naturalmente, e indica o tipo de vegetação que costumava acompanhar as árvores da quina.

Afirma que no cultivo da quina os ingleses e holandeses eram “dois grandes exemplos a seguir”³⁷²⁵ e apresenta dados históricos sobre o desenvolvimento da cultura da *Cinchona* nas colónias britânicas e holandesas. Seguidamente refere-se às providências que o governo português tinha já tomado na questão do cultivo da *Cinchona*. Por sugestão do explorador e botânico austríaco Dr. Friedrich Martin Josef Welwitsch (1806 – 1872), o ministro da Marinha José da Silva Mendes Leal (1820 – 1886) ordenara a obtenção de sementes destas plantas, tendo chegado há pouco tempo a Lisboa 30000 sementes de *Cinchona pahudiana*, Howard. No entanto, Barros Gomes adverte que esta não seria uma espécie adequada, pois a sua casca tinha um teor de alcaloides que não ultrapassava os 0,4 %, apresentando, portanto, “pouco valor medicinal”³⁷²⁶. Ainda assim Barros Gomes afirma que era expectável que os “recursos importantes”³⁷²⁷ dos portugueses fossem direcionados para o desenvolvimento da “illustrada iniciativa que o governo tomou n’esta questão”³⁷²⁸.

Para Barros Gomes, o primeiro passo para o estabelecimento de plantações bem-sucedidas de *Cinchona* era a aquisição de uma grande variedade de sementes (“uma boa collecção de todas as introduzidas nas culturas inglezas e hollandesas”³⁷²⁹) porque dessa forma alguma das espécies provavelmente se adaptaria aos climas das colónias portuguesas. Depois, deveriam ser seleccionados os locais para ensaiar a cultura dessas sementes. Para isso era necessário efetuar estudos botânicos e meteorológicos dos climas nas colónias portuguesas e comparar esses climas com o da região nativa da *Cinchona*.

Com esta obra Gomes esperava contribuir para “prevenir os que se interessem nas nossas ilhas e colonias pela cultura da quina, do que mais importa ter em vista na escolha dos locais para

³⁷²² SILVA - Diccionario bibliographico portuguez (T. 8, 1867) ...p. 383.

³⁷²³ Ibidem, p. 383.

³⁷²⁴ Nesta obra, Barros Gomes utiliza a designação de *quinino* em vez de quinina.

³⁷²⁵ G[OMES], B.B. - **Cultura das Plantas que dão a Quina**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 17.

³⁷²⁶ Ibidem, p. 18.

³⁷²⁷ Ibidem, p. 75.

³⁷²⁸ Ibidem, p. 76.

³⁷²⁹ Ibidem, p. 18.

este genero de plantações”³⁷³⁰. Refere bibliografia sobre o cultivo da *Cinchona*, fornece diretamente informações sobre como cultivar as plantas de *Cinchona* e sumariza os dados conhecidos acerca da meteorologia e botânica nas colónias portuguesas e nas ilhas dos Açores e da Madeira. Adverte, no entanto, que era necessário obter mais dados meteorológicos e botânicos. O autor esperava que várias zonas que pertenciam na época ao território português pudessem receber e cultivar as árvores da *Cinchona*, as “preciosas arvores febrifugas”³⁷³¹ e aponta potenciais locais para a sua cultura. Esses locais eram as ilhas dos Açores e da Madeira, Cabo Verde, ilha de São Tomé, Angola, Timor e o território português na Índia. Segundo Gomes, parte da bibliografia já estava disponível em Portugal, mas era necessário adquirir e traduzir as melhores obras sobre o cultivo da *Cinchona* para informar os potenciais cultivadores. Para além disso, diz que se deveriam juntar “curtas mas boas indicações praticas sobre os extremos de clima a receiar para as novas plantas, as exposições e altitudes mais proprias para cada especie em cada um dos climas coloniaes, onde desde já se póde tentar a sua cultura”³⁷³².

Gomes exortou também possíveis interessados a dedicar-se à cultura da *Cinchona*, aludindo à “missão civilizadora dos colonos e conquistadores europeus” na introdução de uma planta com propriedades únicas e reconhecidas de forma universal³⁷³³. Segundo o autor a introdução bem-sucedida da *Cinchona* em território português originaria uma indústria valiosa e seria também “um apoio eficaz da colonização europeia”³⁷³⁴. Para Gomes,

“O caminho a seguir para isso apresenta-se-nos traçado e desbravado pela indústria estrangeira. Não nos faltarão sementes e plantas nas estufas de Inglaterra, na India inglesa e em Java, hoje que ellas começam a ser largamente distribuidas. A experiencia dos cultores hollandeses e inglezes ahi está para nos guiar os primeiros passos”³⁷³⁵.

Gomes afirma que o Jardim Botânico de Coimbra deveria assumir um papel semelhante aos *Kew Botanic Gardens* dos britânicos e aos jardins holandeses das universidades de Leiden e Utrecht. Sugere também que a estufa que tinha sido construída há pouco tempo no Jardim Botânico de Coimbra se tornasse num viveiro para plantas de *Cinchona* destinadas a ser introduzidas nas colónias africanas.

No apêndice da obra, Barros Gomes enuncia as características botânicas do género *Cinchona* e as características das diversas “especies ou variedades cultivadas”³⁷³⁶.

³⁷³⁰ Ibidem, p. 85.

³⁷³¹ Ibidem, p. 111.

³⁷³² Ibidem, p. 20.

³⁷³³ Ibidem, p. 110.

³⁷³⁴ Ibidem, p. 85.

³⁷³⁵ Ibidem, p. 110.

³⁷³⁶ Ibidem, p. 114.

A obra terá tido boa receção comercial, pois estava esgotada em 1880³⁷³⁷. Sabemos também que esta obra foi aconselhada por Adolpho Moller ao Sr. Joaquim Dias Quintas, representante da empresa Quintas & Irmãos, quando este procurou obter informações sobre o cultivo das quineiras no Jardim Botânico de Coimbra, já que os responsáveis da empresa tinham decidido cultivar quineiras em São Tomé³⁷³⁸.

Assim, verificamos que Barros Gomes contribuiu para estimular a cultura da *Cinchona* ao destacar nesta obra a importância da *Cinchona* na terapêutica e o seu papel como adjuvante da colonização europeia. Adicionalmente, sugeriu a utilização das estufas do Jardim Botânico de Coimbra para o cultivo de plantas de *Cinchona* destinadas às colónias portuguesas, o que veio de facto a ocorrer³⁷³⁹, tendo o Jardim Botânico desempenhado um papel essencial na introdução das quineiras nas antigas colónias portuguesas³⁷⁴⁰.

³⁷³⁷ MACHADO, Silva – A quina nas colonias portuguesas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882) 251–257, p. 254.

³⁷³⁸ MOLLER, Adolpho F. – Quinas em S. Thomé. **Jornal de Horticultura Practica**. 9 (1878) 217–218.

³⁷³⁹ HENRIQUES, Julio Augusto - A cultura das plantas que dão a quina nas possessões portuguesas. **O Instituto**. 22:10 (1876) 184–190, p. 186-187; MACHADO - A quina nas colonias portuguesas (1882), p. 254.

³⁷⁴⁰ MACHADO - A quina nas colonias portuguesas (1882), p. 253-254.

3.4.9. Adolpho Frederico Moller (1842-1920)

3.4.9.1. Breve biografia

Adolpho Frederico Moller nasceu em Lisboa em 1842. Os seus pais, Henrique Moller e Henriqueta Sophia Lindenberg, eram descendentes de alemães³⁷⁴¹. Frequentou o ensino primário e secundário nos Colégios Luso-Britânico e Alemão³⁷⁴². Em 1857 obteve uma bolsa para estudar na Alemanha³⁷⁴³. Estudou Silvicultura Prática na Alemanha durante 3 anos, de 1857 a 1860 e regressou a Portugal em 1860³⁷⁴⁴.

Em Portugal, trabalhou na Administração Geral das Matas do Reino, na Administração dos Pinhais Nacionais da Machada e Vale do Zebro, e na direção das Obras Públicas de Coimbra³⁷⁴⁵. Foi também Chefe da Secção Florestal da comissão para administrar as obras do rio Mondego (rio português que atravessa a cidade de Coimbra)³⁷⁴⁶. Foi ainda membro do corpo auxiliar de engenharia civil. Em 1874 passou a trabalhar no Jardim Botânico de Coimbra como Inspetor do Jardim Botânico³⁷⁴⁷, onde ajudou a promover a agricultura nas antigas colónias portuguesas, designadamente a cultura da *Cinchona*.

Em 1885 o Ministério da Marinha e Ultramar nomeou-o para realizar uma expedição científica a São Tomé e Príncipe (à época uma colónia portuguesa), de forma a estudar a flora deste território³⁷⁴⁸. Aí Moller recolheu espécies vegetais e animais³⁷⁴⁹. Realizou também trabalhos de herborização em diversos locais em Portugal. Essas expedições botânicas resultaram na descoberta de novas plantas, algumas nomeadas em homenagem a Moller³⁷⁵⁰. Promoveu também a criação de viveiros florestais (designadamente no Mondego), e estimulou a arborização de Portugal. As sementes para a criação dos viveiros no Mondego foram compradas maioritariamente à Haage & Schmidt, uma empresa alemã de Erfurt³⁷⁵¹.

Colaborou na criação de herbários como o “Herbarium Normale de Schultz” ou o “Herbário Médico do Gabinete de Matéria Médica da Universidade de Coimbra”³⁷⁵². Relativamente à sua produção escrita, publicou artigos em revistas científicas portuguesas e

³⁷⁴¹ JUNIOR, Duarte de Oliveira – Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe. **Jornal de Horticultura Prática**. 16 (1885b) 51–55, p. 52.

³⁷⁴² JUNIOR - Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe (1885), p. 53; HENRIQUES, Julio H. - Adolfo F. Moller. **Broteria**. 21 (1924) 88–90, p. 88.

³⁷⁴³ GARCÍA PEREDA – Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal, p. 43, 172.

³⁷⁴⁴ HENRIQUES – Adolfo F. Moller (1924), p. 88.

³⁷⁴⁵ JUNIOR – Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe (1885), p. 53; HENRIQUES - Adolfo F. Moller (1924), p. 88.

³⁷⁴⁶ JUNIOR – Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe (1885), p. 53.

³⁷⁴⁷ HENRIQUES – Adolfo F. Moller (1924), p. 88.

³⁷⁴⁸ JUNIOR - Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe (1885), p. 51.

³⁷⁴⁹ HENRIQUES - Adolfo F. Moller (1924), p. 89.

³⁷⁵⁰ Ibidem, p. 88-89.

³⁷⁵¹ GARCÍA PEREDA -Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal, p. 173, 188-190.

³⁷⁵² JUNIOR - Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe (1885), p. 54.

alemãs (como o *Berichten der Deutschen Pharmaceutischen Gesellschaft* e o *Der Tropenpflanzen*), bem como catálogos de plantas³⁷⁵³. Os seus artigos versavam assuntos diversos como silvicultura, horticultura ou botânica médica e farmacêutica³⁷⁵⁴. Moller colaborou ainda na pesquisa fenológica do Diretor do Jardim Botânico de Giessen, o Dr. Heinrich Karl Hermann Hoffmann (1819 –1891), realizando registos fenológicos das plantas existentes no Jardim Botânico de Coimbra³⁷⁵⁵. Trabalhou como inspetor do Jardim Botânico de Coimbra até 1914. Faleceu em 1920 em Lisboa³⁷⁵⁶.

3.4.9.2. A produção científica de Adolpho Frederico Moller relacionada com a quina

No seu trabalho enquanto inspetor do Jardim Botânico (entre 1874 e 1914), A. F. Moller contribuiu para a aclimação da *Cinchona* nas colónias portuguesas, ao dirigir o seu cultivo nas estufas do jardim, coadjuvando o diretor do Jardim Botânico de Coimbra, Júlio Henriques³⁷⁵⁷, e prestando esclarecimentos aos cultivadores de *Cinchona*³⁷⁵⁸. As plantas aí cultivadas eram depois enviadas para as colónias. Moller publicou vários artigos concernentes às plantas de *Cinchona*³⁷⁵⁹.

Um artigo de 1877 do *Jornal de Horticultura Practica* faculta diversos dados sobre várias espécies de quineiras cultivadas na Austrália, para além de informações sobre características das árvores da quina e instruções práticas sobre o seu cultivo³⁷⁶⁰.

Noutro artigo, publicado em 1878 também no *Jornal de Horticultura Practica*, Adolpho Moller menciona a visita de Joaquim Dias Quintas, correspondente de uma empresa com terras em São Tomé (Quintas & Irmãos), que trouxera uma amostra de quina são-tomense para análise no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra. A empresa desejava obter plantas da quina para cultivar em São Tomé, solicitando também informações sobre o seu cultivo. A. F. Moller comenta o contributo do Jardim Botânico para a cultura das quineiras nas colónias portuguesas e declara que esperava que o Ministro da Marinha se dedicasse a este assunto³⁷⁶¹.

Noutro artigo, de 1887, publicado no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, Adolpho Moller discute o crescimento das árvores da quina a baixa altitude, e apresenta algumas informações sobre o crescimento de várias espécies de quineiras em São Tomé a diferentes altitudes. Refere também o seu contacto científico com um botânico alemão, o Barão Sir

³⁷⁵³ GARCÍA PEREDA -Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal, p. 172.

³⁷⁵⁴ JUNIOR - Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe (1885), p. 54.

³⁷⁵⁵ HENRIQUES - Adolfo F. Moller (1924), p. 89.

³⁷⁵⁶ Ibidem, p. 88.

³⁷⁵⁷ MACHADO - A quina nas colónias portuguesas (1882), p. 254.

³⁷⁵⁸ MACHADO - A quina nas colónias portuguesas (1882), p. 255.

³⁷⁵⁹ MOLLER, Adolpho Frederico - Duas palavras acerca d'algumas espécies de quinas aclimadas na Austrália. *Jornal de Horticultura Practica*. 8 (1877) 22–24; MOLLER - Quinas em S. Thomé; MOLLER, A. F. - Cultura das quinas em Victoria. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. Nona Serie. 3 (1887) 166–169; MOLLER, Adolpho F. - A principal causa da grande baixa da casca da quina. *Jornal de Horticultura Practica*. 21 (1890) 97–98.

³⁷⁶⁰ MOLLER - Duas palavras acerca d'algumas espécies de quinas aclimadas na Austrália.

³⁷⁶¹ MOLLER - Quinas em S. Thomé (1878).

Ferdinand Jacob Heinrich von Müller (Barão de Müller) (1825-1896), estudioso do cultivo das quineiras na Austrália³⁷⁶².

Em 1890 A. F. Moller publicou outro artigo no *Jornal de Horticultura Pratica*, baseado em 2 artigos do *Bulletin of Miscellaneous Information*, onde justifica a expressiva baixa de preço da quina recentemente ocorrida e apresenta informações sobre um processo novo de obtenção da quinina. Refere também o conseqüente desânimo dos proprietários de quineiras são-tomenses³⁷⁶³.

Noutros artigos que publicou entre 1885 e 1889, designadamente relacionados com a sua expedição científica em São Tomé, A. F. Moller fornece várias informações sobre o cultivo das quineiras em São Tomé. Indica assim o estado em que esta cultura se encontrava em 1885, destacando a necessidade de se analisarem as cascas de quina para escolher as espécies a cultivar³⁷⁶⁴. Destaca também o envio de plantas valiosas como a quina para São Tomé pelo Jardim Botânico da Universidade de Coimbra³⁷⁶⁵, as elevadas expectativas dos agricultores quanto à rentabilidade da cultura das quineiras, e o grande desenvolvimento que se estava a verificar nesta cultura³⁷⁶⁶. Publica igualmente um apontamento sobre os primeiros ensaios para cultivar quineiras em São Tomé, recorrendo ao bambu³⁷⁶⁷, e comenta a existência em São Tomé de uma estufa de Joaquim Antonio Dias Quintas onde este secava, nomeadamente, a casca de quina³⁷⁶⁸.

No *Jornal de Horticultura Pratica* também encontramos elogios de outros autores à contribuição de Adolpho Moller para o cultivo português das árvores da quina (Silva Machado³⁷⁶⁹; J. A. D. Quintas³⁷⁷⁰).

³⁷⁶² MOLLER - Cultura das quinas em Victoria (1887).

³⁷⁶³ MOLLER - A principal causa da grande baixa da casca da quina (1890).

³⁷⁶⁴ MOLLER, Adolpho Frederico - Exploração botânica nas possessões portuguesas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 16 (1885) 195–200, p. 198-199.

³⁷⁶⁵ MOLLER, Adolpho Frederico - Exploração botânica nas possessões portuguesas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 17 (1886a) 57–62, p. 61.

³⁷⁶⁶ MOLLER, Adolpho Frederico - Exploração botânica nas possessões portuguesas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 17 (1886b) 89–92, p. 91.

³⁷⁶⁷ MOLLER, Adolpho F. - Exploração botânica nas possessões portuguesas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 20 (1889a) 9–13, p. 10.

³⁷⁶⁸ MOLLER, Adolpho F. - Passa de banana. **Jornal de Horticultura Pratica**. 20 (1889b) 274–276, p. 275. Informações mais pormenorizadas sobre o conteúdo destes artigos da autoria de A. F. Moller encontram-se no capítulo relativo à quina e à quinina nas revistas médicas e farmacêuticas portuguesas.

³⁷⁶⁹ MACHADO - A quina nas colónias portuguesas (1882), p. 254-255.

³⁷⁷⁰ JUNIOR, Duarte de Oliveira - As quinas da Nova-Moka na ilha de S. Thomé. **Jornal de Horticultura Pratica**. 13 (1882) 109–112, p. 111.

3.4.10. Júlio Augusto Henriques (1838-1928)

3.4.10.1. Breve biografia

Júlio Henriques nasceu em 1838 na freguesia de S. Martinho do Arco de Baúlhe³⁷⁷¹, filho de António Bernardino Henriques e Maria Joaquina³⁷⁷². Foi naturalista e professor na Universidade de Coimbra, bem como diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, onde foi um grande impulsionador do cultivo das quineiras, fomentando a sua cultura nas estufas do Jardim Botânico, e o envio destas plantas e de sementes para as antigas colónias portuguesas.

Em Coimbra obteve o bacharelato em Direito (em 1859) e posteriormente em Filosofia (1864), bem como a licenciatura e o doutoramento em Filosofia, em 1865³⁷⁷³. Casou-se em 1874, com Zulmira Angelina de Magalhães Lima³⁷⁷⁴. Foi ainda Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Uppsala (Suécia)³⁷⁷⁵, distinção concedida em 1907³⁷⁷⁶. Foi professor de numerosas cadeiras na Universidade de Coimbra: substituto extraordinário de Química Inorgânica (1866-1869), Mineralogia (1866-1868) e Botânica (1867-1868); substituto de Agricultura (1868-1870), Botânica (1868-1872), Zoologia (1869-1872), e Mineralogia (1869-1872); e lente de Botânica (1872-1911), Zoologia (de 1888 a 1889; de 1893 a 1894 e de 1900 a 1901) e Antropologia (1892-1893 e 1899-1900)³⁷⁷⁷; bem como professor ordinário de Matemática (1911-1912), Botânica Geral (1911-1914), Ciências Biológicas (1911-1917), Geografia Botânica (1912-1913), Botânica Especial (1912-1913), e Desenho (1912-1913), depois de transitar para a Faculdade de Ciências em 1911³⁷⁷⁸. Ocupou também vários cargos na Universidade de Coimbra, nomeadamente enquanto diretor do Jardim Botânico, do Museu de História Natural, e do Herbário e Biblioteca do Instituto Botânico, e como secretário da Faculdade de Filosofia³⁷⁷⁹. Publicou extensamente, sob a forma de artigos científicos, traduções e monografias, designadamente na área da botânica e da agricultura colonial³⁷⁸⁰. Fundou a Sociedade Broteriana em 1879, iniciando

³⁷⁷¹ LOUREIRO, Ana Catarina Capelo – **Júlio Augusto Henriques: Pioneiro nas ideias evolucionistas em Portugal**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, 2007, p. 104.

³⁷⁷² RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 281.

³⁷⁷³ *Ibidem*.

³⁷⁷⁴ GUIMARÃES, Jorge – **Júlio Henriques. Nota Biográfica**. [Em linha]. Universidade de Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Departamento de Botânica. [Consult. 18 Out. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=4&language=pt&tabela=geral>>.

³⁷⁷⁵ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 282.

³⁷⁷⁶ LOUREIRO – Júlio Augusto Henriques, p. 114.

³⁷⁷⁷ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 281.

³⁷⁷⁸ *Ibidem* p. 307. A Faculdade de Ciências substituiu as Faculdades de Matemática e de Filosofia, e foi criada em 1911 (LOUREIRO – Júlio Augusto Henriques...p. 107).

³⁷⁷⁹ RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 281, 307.

³⁷⁸⁰ A REDACÇÃO [CARRISSO, L. Wittnich; QUINTANILHA, A.] - Dr. Júlio Henriques. **Boletim da Sociedade Broteriana**. II Série. VI (1929-1930) III-VII, p. VI; COUTINHO, António Xavier Pereira - O Sr. Dr. Júlio A. Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal. **O Instituto**. 65 (1918) 225-242, p. 235; RODRIGUES - *Memoria Professorum* (Vol. 2, 1992) ...p. 281.

a publicação do *Boletim da Sociedade Broteriana* em 1883³⁷⁸¹, do qual foi diretor até à sua morte³⁷⁸². Foi Vice-Presidente da Sociedade Internacional de Agricultura Colonial³⁷⁸³. Foi sócio de numerosas sociedades científicas portuguesas e estrangeiras, como a Academia das Ciências de Lisboa, a Sociedade Farmacêutica Lusitana, o Instituto de Coimbra, a Academia Internacional de Geografia Botânica, a *Royal Horticultural Society*, ou a Sociedade Botânica Alemã. Realizou várias expedições botânicas (herborizações) em Portugal³⁷⁸⁴ e uma expedição à ilha de São Tomé³⁷⁸⁵. Organizou e enriqueceu o Herbário da Universidade de Coimbra (quer através de compras, quer através da colheita ou promoção da colheita de exemplares), bem como o Jardim Botânico e o seu Museu Botânico e biblioteca, e adquiriu sucessivamente material didático para o ensino³⁷⁸⁶. Jubilou-se em 1918³⁷⁸⁷ e morreu em 1928, em Coimbra³⁷⁸⁸.

3.4.10.2. *Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina (1880)*

O livro *Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina*, publicado em 1880, da autoria de Júlio Henriques, é um livro técnico, com indicações práticas sobre a cultura das plantas da quina, e que poderia ser usado pelos respetivos cultivadores. O texto é acompanhado de diversas figuras explicativas. É uma obra pouco volumosa, com 53 páginas, que contém as seguintes secções: Introdução; “Aclimação das plantas da quina na Índia, em Java e nas possessões portuguesas”³⁷⁸⁹; “As plantas da quina. Clima da região em que vivem”³⁷⁹⁰; “Processos de cultura. – A sementeira”³⁷⁹¹; “Propagação por estaca, borbulha e mergulhia”³⁷⁹²; “Propagação por mergulhia e alporque”³⁷⁹³; “Plantação definitiva”³⁷⁹⁴; “Exploração”³⁷⁹⁵;

³⁷⁸¹ COUTINHO - O Sr. Dr. Júlio A. Henriques...p. 228; RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 281.

³⁷⁸² A REDACÇÃO – Dr. Júlio Henriques...p. III.

³⁷⁸³ RODRIGUES – Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 282.

³⁷⁸⁴ COUTINHO – O Sr. Dr. Júlio A. Henriques...p. 229.

³⁷⁸⁵ A REDACÇÃO - Dr. Júlio Henriques...p. VII; RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 282.

³⁷⁸⁶ RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 282; CARVALHO, Anselmo Ferraz de - O ensino da botânica e o Jardim Botânico. *Revista da Universidade de Coimbra*. 7 (1918) 19-28, p. 19, 27; LOUREIRO – Júlio Augusto Henriques ...p. 107-111; SILVA, Ana Margarida Dias da; GOUVEIA, António Carmo - A Permuta de Periódicos Científicos e a Difusão do Conhecimento Botânico: O exemplo do ‘Boletim da Sociedade Broteriana’ na construção da biblioteca de botânica da Universidade de Coimbra (1883-1920). *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. 7:1 (jan.-abr. 2018) 84-123. DOI <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2018v7i1.p84-123>. ISSN 2238-8869, p. 86.

³⁷⁸⁷ RODRIGUES - Memoria Professorum (Vol. 2, 1992) ...p. 307.

³⁷⁸⁸ LOUREIRO – Júlio Augusto Henriques ...p. 104.

³⁷⁸⁹ HENRIQUES - Instruções praticas...p. 7.

³⁷⁹⁰ Ibidem, p. 12.

³⁷⁹¹ Ibidem, p. 20.

³⁷⁹² Ibidem, p. 29.

³⁷⁹³ Ibidem, p. 34.

³⁷⁹⁴ Ibidem, p. 36.

³⁷⁹⁵ Ibidem, p. 40.

“Extracção da casca e modo de a secar”³⁷⁹⁶; “Molestias das plantas da quina”³⁷⁹⁷; e “Preparação de medicamentos”³⁷⁹⁸.

Segundo o autor, esta obra tinha o objetivo de indicar os “conselhos e regras” para cultivar quineiras de forma racional e regular “e não a caso por meras tentativas”³⁷⁹⁹. Afirmava que os “governos das diversas provincias muito podem contribuir para que, em poucos annos, as nossas colonias augmentem as suas naturaes riquezas com as preciosas plantas da quina”³⁸⁰⁰. Realça a possibilidade de obtenção de grandes lucros através da cultura da quina, dizendo que as plantas eram fáceis de adquirir e que a sua cultura “propriamente dicta” era pouco trabalhosa³⁸⁰¹. Acrescenta ainda que as plantas da quina davam um “producto bom e certo em menos de nove annos”³⁸⁰². Refere o preço elevado não só da quina como dos seus produtos derivados³⁸⁰³.

O autor afirma que as instruções nesta obra eram um resumo “e muitas vezes a traducção, d’um livro assás completo sobre a cultura das quinas na India inglesa”³⁸⁰⁴. Esse livro era *A Manual of Cinchona cultivation in India* (1876), da autoria de George King (1840-1909)³⁸⁰⁵, superintendente do Jardim Botânico Real de Calcutá e do cultivo da *Cinchona* em Bengala. No entanto, durante a obra é citada bibliografia adicional como a obra *Cultura das plantas que dão a quina* de Bernardino Barros Gomes, ou o *Report on progress and condition of the Royal Gardens at Kew during the year 1878* de J. D. Hooker.

A introdução é original do autor, e Júlio Henriques inclui várias observações da sua autoria ao longo da obra, designadamente relativas à história do cultivo das plantas da quina em território português, assinalando o papel que o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra tinha tido até à data no cultivo da quina: “Até hoje o jardim botanico da Universidade de Coimbra tem dado crescido numero de sementes e de plantas; e continuará, como espero, a auxiliar todos aquelles que dedicarem a sua actividade a tornar effectiva uma cultura tão util a todos os respetos”³⁸⁰⁶. Realça igualmente que os resultados já obtidos em São Tomé e em Cabo Verde, onde já existia uma quantidade apreciável de plantas da quina, demonstravam que a cultura das plantas da quina era fácil e que o seu resultado seria seguro³⁸⁰⁷. Aponta ainda a necessidade indispensável do governo intervir nesta matéria “creando viveiros e animando os cultivadores por meio de premios e outros incentivos adequados”³⁸⁰⁸. No capítulo II Júlio Henriques menciona as

³⁷⁹⁶ Ibidem, p. 46.

³⁷⁹⁷ Ibidem, p. 47.

³⁷⁹⁸ Ibidem, p. 49.

³⁷⁹⁹ Ibidem, p. IV.

³⁸⁰⁰ Ibidem, p. VI.

³⁸⁰¹ Ibidem, p. III.

³⁸⁰² Ibidem.

³⁸⁰³ Ibidem, p. 7.

³⁸⁰⁴ Ibidem, p. V.

³⁸⁰⁵ Ibidem.

³⁸⁰⁶ Ibidem, p. IV.

³⁸⁰⁷ Ibidem, p. 11.

³⁸⁰⁸ Ibidem, p. V.

análises químicas de cascas provenientes de S. Tomé³⁸⁰⁹, feitas por Joaquim dos Santos e Silva no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, afirmando que os resultados mostravam que aquelas cascas de quina deviam “ser consideradas como das melhores”³⁸¹⁰. No penúltimo capítulo, Júlio Henriques menciona um método aplicado por “alguns agricultores”³⁸¹¹ para tratar laranjeiras atacadas por uma doença similar a uma doença das quineiras. Sugere que este método poderia ser experimentado no tratamento daquela doença das quineiras, devido à analogia entre as doenças, “Apesar de não ter encontrado indicação alguma a tal respeito”³⁸¹².

Quanto às virtudes ou indicações terapêuticas da quina ou da quinina o livro não se dedica a enunciar patologias em que a quina ou produtos dela derivados fossem eficazes. Na introdução refere-se que “a quina, cujas propriedades medicinaes são conhecidas em todo o mundo, é de um consumo universal e cada vez maior; o que tem determinado a successiva elevação do seu preço, que é hoje consideravel”³⁸¹³.

No último capítulo (capítulo X) é descrito o processo de fabrico de uma “substancia febrifuga, que é constituída por todos os alkaloides contidos nas cascas das plantas da quina”³⁸¹⁴, e que era produzida a partir da quina, denominada “*Cinchona febrifugo*” na Índia³⁸¹⁵. Essa substância estava a ser preparada na Índia, e tinha demonstrado eficácia (embora aparentemente inferior à do sulfato de quinina), pelo que estava a ser utilizada em hospitais, apresentando um “preço muito inferior ao do sulfato de quinina”³⁸¹⁶. Júlio Henriques conclui dizendo que

“O processo indicado é posto em pratica na India como experiencia, e não como processo definitivo. Se for confirmada a utilidade do preparado, o seu fabrico será de certo aperfeiçoado, em officinas construidas a proposito, passando para o dominio da industria, como succedeu com o sulfato de quinina”³⁸¹⁷.

Júlio Henriques indica também que só era possível preparar o sulfato de quinina de forma económica em “officinas proprias”³⁸¹⁸.

Na introdução fornecem-se alguns dados dispersos acerca dos valores envolvidos no comércio da quina e da quinina. Assim, Júlio Henriques menciona, por exemplo, que o preço de um quilo de sulfato de quinina naquela época era de cerca de 100\$000 réis³⁸¹⁹. Indica igualmente que a “alfandega de Lisboa, só em 1878, despachou sulfato de quinina no valor de 30:304\$000

³⁸⁰⁹ Ibidem, p. 13-14.

³⁸¹⁰ Ibidem, p. 13.

³⁸¹¹ Ibidem, p. 49.

³⁸¹² Ibidem.

³⁸¹³ Ibidem, p. IV.

³⁸¹⁴ Ibidem, p. 49-50.

³⁸¹⁵ Ibidem, p. 50.

³⁸¹⁶ Ibidem.

³⁸¹⁷ Ibidem, p. 53.

³⁸¹⁸ Ibidem, p. 49.

³⁸¹⁹ Ibidem, p. III.

réis, e uma quantidade de quina avaliada em 2:297\$000 réis³⁸²⁰, e que em 1875 na “Índia inglesa” o respetivo governo tinha fornecido “uma quantidade de sulfato de quinina e d’outros derivados da quina superior a 2:600 kilos”³⁸²¹.

Júlio Henriques refere que a adequação do clima de algumas “possessões portuguesas da costa d’África”³⁸²² para a cultura produtiva da quina tinha sido observada nalguns ensaios já efetuados. Para além disso, aponta que outros territórios portugueses no continente africano e asiático poderiam ser apropriados para a cultura das plantas da quina e destaca: “É preciso pois que a cultura, apenas ensaiada em alguns logares, tome o desenvolvimento que convem para produzir resultados lucrativos”³⁸²³. Não obstante, não sugere localidades específicas de cultivo para as plantas da quina nas colónias portuguesas, pelo desconhecimento das “condições climáticas d’essas regiões até hoje bem mal estudadas”³⁸²⁴. Refere sim as condições em que estas plantas se desenvolviam no continente americano de onde eram nativas, bem como as condições dos territórios asiáticos onde estas já estavam aclimatadas, apontando que assim seria “facil aos colonos reconhecer onde é possível a cultura”³⁸²⁵. Neste particular esta obra distingue-se da de Bernardino Barros Gomes, que sugeria locais para o cultivo das plantas da quina. Apesar de não designar as localidades onde deveria ser empreendida a cultura das plantas da quina, J. Henriques menciona a possibilidade de São Tomé vir a funcionar como local de produção de plantas da quina, que seriam depois enviadas para a costa ocidental africana. Aponta também que as “possessões” portuguesas na Ásia poderiam receber plantas vindas das plantações inglesas, e que Timor poderia receber exemplares das plantações dos holandeses³⁸²⁶.

Júlio Henriques refere ainda a obra de Bernardino Barros Gomes publicada em 1864 sobre este assunto, “uma serie de artigos, muito completos e curiosos, sobre esta materia”, ressaltando que “O folheto que de taes artigos se formou é hoje raro”³⁸²⁷. Devido a essa dificuldade de obtenção da obra de Barros Gomes, J. Henriques considerou que prestaria “um bom serviço, escrevendo estas instrucções, para auxilio dos cultivadores de quinas”³⁸²⁸.

Júlio Henriques destaca as dificuldades encontradas na categorização botânica da quina, indicando que nomeou apenas as espécies de plantas da quina que produziam as melhores cascas, para que pudessem “ser pedidas por quem as deseje cultivar”³⁸²⁹. Deste modo, não desenvolveu nesta obra o “conhecimento botânico das espécies de plantas da quina, porque, sendo difícil para

³⁸²⁰ Ibidem, p. IV.

³⁸²¹ Ibidem.

³⁸²² Ibidem.

³⁸²³ Ibidem.

³⁸²⁴ Ibidem, p. V.

³⁸²⁵ Ibidem.

³⁸²⁶ Ibidem, p. V-VI.

³⁸²⁷ Ibidem, p. IV.

³⁸²⁸ Ibidem, p. IV-V.

³⁸²⁹ Ibidem, p. V.

botanicos de profissão, seria impossível para os cultivadores, que geralmente carecem dos principios scientificos, que para tanto seriam necessarios”³⁸³⁰.

Júlio Henriques realça também o contributo do Dr. Hoppfer e do Dr. Jacinto de Sousa Ribeiro, que tinham empregado “constantemente esforços em promover a cultura da quina”³⁸³¹. Júlio Henriques apresenta uma relação do número de plantas de *Cinchona succirubra* enviadas para os territórios africanos (nomeadamente Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e para as ilhas dos Açores e da Madeira, e das respectivas datas de envio: para Cabo Verde tinham sido enviadas 100 plantas; para S. Tomé e Príncipe tinham-se igualmente enviado 100 plantas; para “diversas possessões africanas”³⁸³² outras 100 plantas; para a ilha de São Miguel (Açores) o Jardim Botânico enviara 14 plantas; e para a ilha da Madeira 76 plantas, perfazendo um total de 390 plantas. Indica também que se tinham cedido algumas plantas da quina a particulares³⁸³³.

Esta obra de Júlio Henriques, contendo dados técnicos sobre a cultura das plantas da quina, poderá ter sido uma fonte de informação importante para os cultivadores das plantas da quina nas antigas colónias portuguesas, designadamente na ilha de São Tomé, onde a cultura adquiriu expressão comercial.

Júlio Henriques também publicou vários artigos relativos às plantas da quina em publicações periódicas, nomeadamente n’*O Instituto*, no *Jornal de Horticultura Pratica* e na *Coimbra Medica*³⁸³⁴.

³⁸³⁰ Ibidem.

³⁸³¹ Ibidem, p. 11.

³⁸³² Ibidem.

³⁸³³ Ibidem, p. 10.

³⁸³⁴ A esse propósito veja-se o capítulo *A quina e a quinina nas revistas médicas e farmacêuticas portuguesas*.

3.4.11. Joaquim dos Santos e Silva (1842-1906)

3.4.11.1. Breve biografia

Joaquim dos Santos e Silva nasceu em Bruscos, uma aldeia perto da cidade de Coimbra, a 25 de Janeiro de 1842. Foi para Coimbra em 1859, onde realizou os estudos liceais e entrou na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. Em 1864 foi nomeado ajudante dos trabalhos práticos do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, onde conheceu o químico alemão Bernhard Christian Gottfried Tollens³⁸³⁵ (1841-1918), quando Tollens se tornou o diretor do Laboratório Químico em 1869. Em 1870, Tollens rescindiu o seu contrato e regressou à Alemanha para trabalhar na Universidade de Göttingen³⁸³⁶. Nesta altura Santos e Silva ainda não tinha terminado o curso de farmácia na Escola de Farmácia de Coimbra³⁸³⁷. Não obstante, o Reitor da Universidade de Coimbra, sabendo das qualidades científicas de Santos e Silva, enviou-o para a Alemanha, de forma a efetuar estudos práticos no âmbito da química, que completassem a sua aprendizagem. Deste modo, poderia mais tarde dirigir os trabalhos práticos do Laboratório³⁸³⁸. Os estudos práticos em laboratórios alemães permitir-lhe-iam também introduzir os avanços alemães da química em Portugal³⁸³⁹. Esteve na Alemanha entre 1871 e 1873, estudando sob a orientação de vários químicos alemães. Estudou química mineral e química aplicada na Universidade de Göttingen (de 1871 a 1872) com B. Tollens, Hans Hübner (1837-1884) e Friederich Wöhler (1800-1882). Posteriormente, realizou trabalhos de química orgânica no Instituto de Química de Bonn sob a direção dos professores Friedrich August Kekulé (1829-1896) e Otto Wallach (1847-1931)³⁸⁴⁰. Enquanto estudava em Bonn publicou um artigo na *Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft* (Relatórios da Sociedade Alemã de Química) intitulado *Ueber die Brom-camphocarbonsäure*³⁸⁴¹. Realizaria depois outros estudos químicos de derivados da cânfora³⁸⁴², bem como estudos sobre a essência da pimenteira falsa³⁸⁴³.

³⁸³⁵ PITA, João Rui – **A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 58.

³⁸³⁶ FORMOSINHO, Sebastião J.; HEROLD, Bernardo J.; CARDOSO, Augusto C. - Joaquim dos Santos e Silva: um pioneiro português da Química moderna. In FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (Eds.) - **História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e o Brasil**. [s.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 207–227, p. 209.

³⁸³⁷ PITA – *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*, p. 58.

³⁸³⁸ *Ibidem*.

³⁸³⁹ FORMOSINHO, HEROLD e CARDOSO - Joaquim dos Santos e Silva: um pioneiro português da Química moderna ...p. 210-211.

³⁸⁴⁰ *Ibidem*, p. 211.

³⁸⁴¹ SILVA, J. de Santos e – Ueber die Brom-camphocarbonsäure. **Berichte der deutschen chemischen Gesellschaft**. 6:2 (1873) 1092–1093.

³⁸⁴² SILVA, J. dos Santos e – Estudo chimico d’alguns derivados da camphora. **O Instituto**. 18:11 (1873-1874) 220–227; SILVA, J. dos Santos e - Estudo chimico d’alguns derivados da camphora. **O Instituto**. 20:7 (1874-1875) 17–23.

³⁸⁴³ SILVA, J. dos Santos e – Ensaios chimicos sobre a essencia da pimenteira falsa. **O Instituto**. 19:5 (1874) 209–213; SILVA, J. dos Santos e – Ensaios chimicos sobre a essencia da pimenteira falsa (Continuado do n.º5, paginas 213). **O Instituto**. 19:6 (1874) 246–254.

Após a sua bem-sucedida aprendizagem na Alemanha, e na posse de elogios documentados dos professores com quem trabalhara³⁸⁴⁴, foi contratado em 1873 como chefe dos trabalhos práticos do Laboratório Químico, sendo nomeado definitivamente para o cargo através do Decreto de 23 de Junho de 1880. Manteve este cargo até à sua morte³⁸⁴⁵. Em 1875 completou os estudos farmacêuticos, fazendo o exame final em Farmácia a 9 de abril de 1875, tornando-se farmacêutico de 1ª classe. Lecionou na Escola de Farmácia, tendo sido nomeado regente da 4ª cadeira da Escola de Farmácia em 1902³⁸⁴⁶ – a cadeira de “Analyses toxicologicas, chimica legal, alterações e falsificações de medicamentos e alimentos”³⁸⁴⁷ – cujo ensino incluía também a execução de trabalhos práticos no laboratório respetivo. Foi também químico analista na região de Coimbra para o Conselho Médico Legal a partir de 1899, e efetuou muitas análises toxicológicas ou químico-legais pedidas por juizes da comarca de Coimbra³⁸⁴⁸. Em 1892, Santos e Silva participou num conhecido caso médico-legal em Portugal, o caso Urbino de Freitas. Adicionalmente, a sua bibliografia no âmbito das análises químicas de água potável, águas termais, ou alimentos é extensa. No que respeita a análises hidrológicas, por exemplo, desde 1876 analisou muitas águas de Portugal, quer sozinho, quer em colaboração³⁸⁴⁹. Realizou também várias análises químicas de amostras de quina vindas de São Tomé, o que permitiu aferir o seu possível valor comercial³⁸⁵⁰. Foi também autor do livro *Elementos de analyse chimica qualitativa*, publicado pela primeira vez em Portugal em 1874³⁸⁵¹. Este livro foi considerado pioneiro em Portugal na área das análises químicas³⁸⁵². No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, antes da transcrição do seu artigo “Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa” indica-se que Santos e Silva já tinha adquirido uma boa reputação devido à publicação de outros trabalhos científicos, designadamente da obra *Elementos de analyse chimica qualitativa* que fora adotada pela Universidade de Coimbra para estudo desta parte da química³⁸⁵³. Em 1906 esta obra já tinha uma quarta edição³⁸⁵⁴.

No que respeita a sociedades científicas, Santos e Silva foi sócio efetivo de uma instituição científica então existente em Coimbra, o *Instituto de Coimbra*³⁸⁵⁵, responsável pela publicação *O Instituto* (onde Santos e Silva publicaria parte das suas análises da quina); membro

³⁸⁴⁴ FORMOSINHO, HEROLD e CARDOSO - Joaquim dos Santos e Silva: um pioneiro português da Química moderna ...p. 211.

³⁸⁴⁵ Ibidem, p. 212.

³⁸⁴⁶ Ibidem.

³⁸⁴⁷ DECRETO, 27 NOVEMBRO 1902. **D. G.** 280 (1902-12-11) 4041- 4046, p. 4041.

³⁸⁴⁸ PITA – A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911), p. 58.

³⁸⁴⁹ Ibidem.

³⁸⁵⁰ SEMEDO, PEREIRA e PITA - The influence of German science on *Cinchona* and quinine research... p. 6.

³⁸⁵¹ A 2ª edição foi publicada em 1883, a 3ª em 1891 e a 4ª edição em 1906, o ano da sua morte.

³⁸⁵² PITA – A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911), p. 59.

³⁸⁵³ SILVA - Breve noticia sobre a riqueza... (1877a), p. 43.

³⁸⁵⁴ JOAQUIM dos Santos e Silva. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Terceira Serie. 2 (1906) 58-60, p. 59.

³⁸⁵⁵ PITA – A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911), p. 60.

da *Deutsche Chemische Gesellschaft* (Sociedade Alemã de Química)³⁸⁵⁶; e sócio honorário da *Sociedade Pharmaceutica Lusitana*³⁸⁵⁷. Segundo Formosinho e colegas, a genealogia científica de Joaquim dos Santos e Silva incluía vários químicos importantes³⁸⁵⁸. A maioria destes químicos que influenciaram cientificamente Santos e Silva eram alemães, à exceção do sueco Jöns Jacob Berzelius (1779-1884). Santos e Silva faleceu a 22 de Fevereiro de 1906, devido a problemas cardíacos³⁸⁵⁹.

3.4.11.2. A investigação de Joaquim dos Santos e Silva sobre a quina e a quinina

Nas suas funções enquanto Chefe de trabalhos práticos do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, Joaquim dos Santos e Silva analisou amostras de quina vindas de São Tomé e de Cabo Verde. Ele realizou análises químicas de pelo menos 6 amostras diferentes de quina são-tomense (Quadro 25) com um teor de quinina variando entre 16,1 e 47,56 gramas de quinina por quilograma de casca de quina³⁸⁶⁰. Santos e Silva também analisou uma amostra de quina de Cabo Verde em 1874, mas “os reagentes químicos deram resultados negativos”³⁸⁶¹. Silva Machado indica, em 1883, que se estavam a realizar no laboratório da Universidade de Coimbra as análises de 5 cascas diferentes de quina³⁸⁶². Mais tarde, no mesmo ano, foram publicados os resultados das análises de três amostras apenas³⁸⁶³, presumivelmente pertencentes a este lote de 5 cascas diferentes. Deste modo, Joaquim dos Santos e Silva poderá ter analisado pelo menos duas amostras adicionais de casca de quina são-tomense.

Os resultados das análises químicas de quina de São Tomé efetuadas por Joaquim dos Santos e Silva foram apresentados em artigos de várias publicações científicas: no artigo “Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguesas da Africa” de 1877, publicado n’*O Instituto*³⁸⁶⁴, no *Jornal de Horticultura Practica*³⁸⁶⁵ e no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*³⁸⁶⁶; no artigo “Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé” também publicado n’*O Instituto*³⁸⁶⁷ e no *Jornal de Horticultura Practica*³⁸⁶⁸; e no artigo “Quinas de S.

³⁸⁵⁶ WICHELHAUS, H. (Ed.) - **Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft**. [Em linha]. Vol. 6. Berlin: Friedländer [in Komm.], 1873. [Consult. 9 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/2972326>>, p. 475.

³⁸⁵⁷ PITA – A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911), p. 60.

³⁸⁵⁸ FORMOSINHO, HEROLD e CARDOSO - Joaquim dos Santos e Silva: um pioneiro português da Química moderna ...p. 212.

³⁸⁵⁹ PITA – A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911), p. 60.

³⁸⁶⁰ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza ... (1877b); SILVA - Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé (1880a); MACHADO - Quinas de S. Thomé (1883).

³⁸⁶¹ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza...(1877b)...p. 30.

³⁸⁶² M., S. [Silva Machado] - A quina nas colonias portuguesas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883a) 42–43.

³⁸⁶³ MACHADO - Quinas de S. Thomé (1883).

³⁸⁶⁴ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza...(1877b).

³⁸⁶⁵ SILVA - Breve noticia sobre a riqueza... (1877c).

³⁸⁶⁶ SILVA - Breve noticia sobre a riqueza...(1877a).

³⁸⁶⁷ SILVA - Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé (1880a).

³⁸⁶⁸ SILVA - Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé (1880b).

Thomé”, publicado no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*³⁸⁶⁹.

As amostras de quina são-tomense foram enviadas pelo médico Jacintho de Sousa Ribeiro³⁸⁷⁰, pela empresa Quintas & Irmãos, pelo proprietário Nicolau José da Costa³⁸⁷¹, e por Antonio Henriques Pires³⁸⁷².

Quadro 25 - Análises de amostras de quina de São Tomé, executadas por Joaquim dos Santos e Silva no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra. Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pelos artigos publicados por Joaquim dos Santos e Silva e Silva Machado.

	TEOR EM QUININA	TEOR EM CINCHONINA	ESPÉCIE	IDADE DA PLANTA	ANO DE PUBLICAÇÃO
AMOSTRA 1 (ANÁLISE 1)	4,6 % (média de 2 ensaios)	Não determinado	<i>Cinchona succirubra</i> (?)	Não indicado	1877
AMOSTRA 1 (ANÁLISE 2)	4,576 %	0,854 %	<i>Cinchona succirubra</i> (?)	Não indicado	1877
AMOSTRA 1 (ANÁLISE 3)	4,756 %	Não determinado	<i>Cinchona succirubra</i> (?) ³⁸⁷³	Não indicado	1877
AMOSTRA 2	4,083 %	0,164 %	Não indicado ³⁸⁷⁴	2,5 anos	1880
AMOSTRA 3	4,121 %	0,224 %	Não indicado	≈ 4 anos	1880
AMOSTRA 4	2,65 %	1,10 %	<i>Cinchona succirubra</i>	Não indicado	1883
AMOSTRA 5	1,61 %	0,91 %	<i>Cinchona succirubra</i>	Não indicado	1883
AMOSTRA 6	2,72 %	1,64 %	<i>Cinchona succirubra</i>	Não indicado	1883

³⁸⁶⁹ MACHADO - Quinas de S. Thomé (1883).

³⁸⁷⁰ SILVA – Breve noticia sobre a riqueza ... (1877b), p. 29.

³⁸⁷¹ SILVA - Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé (1880a), p. 73.

³⁸⁷² MACHADO - Quinas de S. Thomé (1883).

³⁸⁷³ Joaquim dos Santos e Silva indica que se pensava que as cascas analisadas pertenceriam a árvores da espécie *Cinchona succirubra* (SILVA – Breve noticia sobre a riqueza ... (1877b), p. 29). Não obstante, num artigo posterior, Silva Machado indica que pertenceriam à espécie *Cinchona calisaya* (MACHADO - A quina nas colonias portuguesas (1882), p. 252), e que se tratava de uma planta com 5 anos.

³⁸⁷⁴ Silva Machado aponta que estas duas amostras analisadas em 1880 pertenceriam também a árvores da espécie *Cinchona calisaya* (MACHADO - A quina nas colonias portuguesas (1882), p. 252).

Como já foi referido anteriormente, segundo a farmacopeia portuguesa em vigor nestes anos em que as análises foram publicadas, a *Pharmacopêa Portuguesa* (1876), o teor mínimo da quinina da *Cinchona succirubra* era de 1,5 %³⁸⁷⁵. Caso se tratasse de *Cinchona calisaya* o teor mínimo de quinina era de 2 %³⁸⁷⁶, sendo o teor mínimo mais alto dos três tipos de quina distinguidos nesta farmacopeia. Desta forma, se se tratasse de *Cinchona succirubra* todas as amostras analisadas estavam em conformidade com as exigências da farmacopeia oficial portuguesa. Caso pertencessem à *Cinchona calisaya*, a espécie em que se exigia um teor de quinina superior, apenas a amostra 5 não estaria conforme para a farmacopeia oficial portuguesa.

Joaquim dos Santos e Silva contribuiu assim para a avaliação do potencial comercial das quineiras cultivadas em São Tomé, ao analisar o teor de quinina destas amostras de quina. A deteção de teores de quinina que cumpriam e até nalguns casos ultrapassavam largamente os teores mínimos indicados pela farmacopeia oficial portuguesa, evidenciava perante os possíveis cultivadores de quineiras que o seu negócio poderia ser rentável. Deste modo, Santos e Silva poderá ter contribuído para o interesse no cultivo das quineiras em São Tomé, onde se estabeleceu, segundo Aloísio Fernandes Costa, a única cultura da quina “que chegou a ter importância”³⁸⁷⁷, e que em 1944 ainda existia.

A concluir o que foi exposto, verifica-se que Jacob de Castro Sarmiento e Manuel Joaquim Henriques de Paiva descrevem o uso da Água de Inglaterra como benéfico em numerosos sintomas e patologias.

O Frei Mariano Velloso, por seu turno, na sua *Quinografia Portuguesa* (1799), apresenta descrições botânicas das quinas em português (baseando-se no trabalho de outros autores), referindo também espécies não pertencentes ao género *Cinchona* (algumas que ele declara como tal, chamando-lhes *falsas quinas*, e outras que ele apresenta como verdadeiras quinas mas que hoje não são consideradas como pertencentes ao género *Cinchona*). Dá também sugestões úteis, sugerindo a procura de quinas no Brasil e, caso estas não existissem, a transplantação de plantas da quina e o seu cultivo.

Francisco Tavares estudou o uso da quina na gota, descrevendo detalhadamente nas suas obras *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* (1802) e *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos* (1810) o modo de administração e a posologia a adotar, juntamente com os outros medicamentos e medidas não farmacológicas a adotar. Revela também o uso complementar da quina no tratamento do reumatismo agudo e crónico.

³⁸⁷⁵ GOMES [et al] - *Pharmacopêa portuguesa* (1876) ...p. 349.

³⁸⁷⁶ *Ibidem*, p. 348.

³⁸⁷⁷ COSTA - *O problema das quinas* (1944) ...p. 133.

Bernardino António Gomes, pai, descreveu o seu estudo sobre a quina no *Ensaio sobre o cinchonino*, estudo esse que culminou no isolamento do cinchonino, mais tarde designado como cinchonina. Fora do país o trabalho foi bem recebido, e a utilidade do seu contributo foi destacada. Em Portugal, o trabalho de B. A. Gomes foi posto em causa no *Jornal de Coimbra*, designadamente pelos seus redatores. Julgamos encontrar aqui um paralelismo entre o contributo de Robert Talbor e o de Bernardino António Gomes, que foram alvo de uma receção desconfiada e crítica por parte de alguns contemporâneos.

Talbor³⁸⁷⁸ foi considerado nalguns círculos como um praticante não qualificado da medicina³⁸⁷⁹, uma vez que não concluiu nenhum curso de medicina. Não obstante, teve alguma experiência como aprendiz de boticário, e frequentou também o St. John's College em Cambridge³⁸⁸⁰. Mary Dobson também afirma que, através da sua leitura da obra de Talbor intitulada *Pyretologia: a rational account of the cause and cure of agues* (1672), é possível observar que este tinha bons conhecimentos de medicina.

Bernardino António Gomes foi um médico formado pela recém-reformada Universidade de Coimbra, e, segundo afirma Virgílio Machado, um aluno brilhante no curso de Medicina³⁸⁸¹. A sua competência científica é evidente pelo modo como os seus trabalhos foram recebidos por vários contemporâneos, designadamente em França, e pela natureza dos seus contributos científicos, que são ainda hoje observáveis.

No entanto, ambos foram considerados por outras individualidades da época como não habilitados para efetuar as descobertas ou contributos que realizaram. Haggis destaca que Talbor foi alvo do “antagonismo dos seus contemporâneos”, designadamente por muitos elementos da comunidade médica, mas que o seu método de administração, que incluía a utilização da quina em doses mais elevadas e mais frequentes, constituía de facto uma melhoria terapêutica³⁸⁸². Muitos médicos tinham no entanto dificuldade em aceitar que um indivíduo que não era médico como Talbor pudesse ter “descoberto” um novo remédio eficaz. Bernardino António Gomes, por seu turno, foi duramente criticado pelos redatores do *Jornal de Coimbra*, que eram igualmente professores da Faculdade de Medicina, e acusado de não ter a competência necessária para estudar quimicamente a quina. Os lentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, à época a única universidade existente em Portugal, não aceitavam que alguém cujo exercício profissional primário era a medicina, e que não exercia a sua atividade no domínio da química, pudesse ter descoberto algo que um químico profissional como Tomé Rodrigues Sobral não tinha discernido. A não pertença ao corpo docente da universidade e a sua própria modéstia (destacada por Virgílio Machado) em que transparecia uma certa insegurança quanto às suas conclusões, foi terreno fértil

³⁸⁷⁸ O seu nome também aparece escrito como Tabor ou Talbot (DOBSON, Mary – An intriguing life and a «secret cure» for malaria. **The Eagle**. 98 (2016) 24–29, p. 25).

³⁸⁷⁹ KEEBLE - A Cure for the Ague...p. 290; HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a), p. 419; DOBSON– An intriguing life...p. 28.

³⁸⁸⁰ KEEBLE - A Cure for the Ague...p. 287.

³⁸⁸¹ MACHADO - O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823) ...p. 21.

³⁸⁸² HAGGIS - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I (1941a), p. 419.

para a tentativa de desacreditação do seu contributo, depreciando o seu papel no estudo das quinas. Não obstante, ambos tiveram contributos importantes, embora não trabalhassem no meio académico. Talbor contribuiu para a acreditação da quina enquanto medicamento, após a revelação da sua fórmula, que tinha sido tão bem-sucedida na terapêutica, e Gomes isolou o primeiro alcaloide da quina, abrindo caminho para o isolamento da quinina. A curiosidade natural e o empenho de Bernardino António Gomes na investigação científica levaram-no a dedicar-se a assuntos como a botânica e a química. Dado o estado embrionário da química, e os débeis recursos experimentais existentes, poderemos também argumentar que o corpo teórico existente na época do *Ensaio sobre o cinchonino* era também escasso. Não havendo uma especialização tão acentuada como ocorre na atualidade, e sendo os conhecimentos necessários para a prática da química muito mais reduzidos, a capacidade especulativa e indagativa, e o interesse dedicado à prática científica tornaram-se ferramentas que fizeram a diferença. O mesmo “espírito indagador” de Bernardino António Gomes destacado n’*O Investigador Portuguez* parecia ser característico de Talbor que, querendo dedicar-se à cura das febres intermitentes empreendeu investigações sobre o seu tratamento em zonas onde estas eram endémicas³⁸⁸³. Essa dedicação, e esse estudo experimental conduziu-o ao reconhecimento da utilidade da quina, que se tornou no principal ingrediente do seu famoso remédio secreto.

Bernardino António Gomes, filho também apresenta a sua visão geral sobre a atividade da quina na obra *Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica*. Indica que a quina possuía virtudes antiperiódicas, antifebris e tónicas e, nalguns casos ação hiposténica, e que tratava febres intermitentes, para as quais a quina e os seus sucedâneos eram o único remédio eficaz. Aponta também que a quina podia ter utilidade terapêutica nas febres contínuas com a mesma causa das febres intermitentes, ou noutros sintomas que podiam acompanhar as febres, como estados adinâmicos (atuando pela sua ação tónica) ou na existência de putrefação, e nas doenças escrofulosas (associada a medidas de higiene). Bernardino António Gomes filho critica também o uso do sulfato de *quinino* em doses elevadas no tratamento de alguns tipos de febre como a febre tifoide e a febre reumática.

O trabalho de Bernardino Barros Gomes intitulado *Cultura das Plantas que dão a Quina* (1864), exortou à execução de estudos que potenciasssem o cultivo português de quineiras, assente em bases científicas, designadamente estudos botânicos e meteorológicos. Uma das sugestões de Barros Gomes foi de facto seguida, a da utilização do Jardim Botânico como viveiro para o cultivo de quineiras destinadas à introdução nas colónias.

Adolpho Moller, nos seus artigos publicados no *Jornal de Horticultura Practica* e no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, forneceu informações técnicas sobre o cultivo das quineiras, comentou o estado das plantações em São Tomé, divulgou um novo método de obtenção da quinina e enfatizou a necessidade de recorrer à análise das cascas de quina para seleção das espécies adequadas para cultivo.

³⁸⁸³ KEEBLE - A Cure for the Ague...p. 287.

Júlio Henriques efetuou um trabalho de divulgação, utilizando designadamente fontes elaboradas por autores estrangeiros e traduzindo o seu conhecimento técnico sobre o cultivo de quineiras para a língua portuguesa, na obra *Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina* (1880).

Joaquim dos Santos e Silva publicou os resultados de várias análises de cascas de quina que efetuou, e que revelaram teores adequados de quinina. Estas análises permitiram verificar que a cultura das quineiras em São Tomé poderia ter viabilidade económica.

Embora os problemas surgidos na cultura portuguesa das quineiras não constituam o objeto da nossa tese, é necessário salientar que tanto o governo britânico como o governo holandês participaram ativamente no fomento da cultura das plantas da quina, designadamente através do envio de pessoas para o continente americano para recolha de espécimes de plantas e sementes das plantas da quina³⁸⁸⁴. No caso de Portugal, não foram enviados quaisquer cientistas ou exploradores para a recolha de plantas ou sementes de *Cinchona* na América do Sul. Não obstante, como aponta Júlio Henriques, o Jardim Botânico de Coimbra recebeu sementes de outros jardins botânicos, como o Jardim Botânico de Kew (Londres), e de Buitenzorg³⁸⁸⁵, ou de outras entidades como a sociedade de aclimação de Paris, o Barão Ferdinand von Müller (vindas da Austrália), ou o Sr. Rivara³⁸⁸⁶ e o Dr. Lisboa, de Bombaim, que enviaram sementes das plantações inglesas³⁸⁸⁷. O Jardim Botânico de Coimbra também recebeu um exemplar de *Cinchona succirubra*, doado por Bernardino António Gomes filho³⁸⁸⁸.

Os governos holandês e britânico também foram responsáveis por um acompanhamento e estímulo da cultura da *Cinchona*, designando responsáveis especializados para auxiliar a sua cultura, e utilizando jardins botânicos localizados nos territórios das colónias, nomeadamente o jardim de Buitenzorg em Java (no caso dos holandeses), bem como vários jardins botânicos na Índia (no caso britânico)³⁸⁸⁹. O governo holandês estabeleceu em Java um centro científico dedicado ao cultivo das quineiras (que era também produtor de quina para venda), uma estação experimental para estudos botânicos sobre a *Cinchona*, e um laboratório construído especificamente para realizar análises químicas de cascas de quina³⁸⁹⁰. Os britânicos também realizaram experiências botânicas na Índia e no Ceilão, designadamente com a hibridização de

³⁸⁸⁴ BROCKWAY – Science and Colonial Expansion (2002) ...p. 113-117; VAN DER HOOGTE, PIETERS – Science in the service...p. 14.

³⁸⁸⁵ Este jardim botânico está situado na cidade de Bogor, na ilha de Java, sendo atualmente designado Kebun Raya Bogor (Jardim Botânico de Bogor).

³⁸⁸⁶ Presumivelmente Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809 - 1879), que foi secretário do Governo geral da Índia (SILVA - Dicionario bibliographico portuguez (T. 4, 1860) ...p. 83).

³⁸⁸⁷ HENRIQUES - Instruções praticas...p. 10.

³⁸⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁸⁹ BROCKWAY – Science and Colonial Expansion (2002) ...p. 117. Lucille Brockway refere a existência de jardins botânicos na Índia, designadamente o Jardim Botânico em Ootacamund, no Sul da Índia, e o Jardim Botânico de Calcutá.

³⁸⁹⁰ VAN DER HOOGTE, PIETERS – Science in the service...p. 15, 17, 20, 21.

espécies de plantas de *Cinchona*; estabeleceram estações experimentais dedicadas à *Cinchona*³⁸⁹¹ e plantações governamentais de árvores de *Cinchona*³⁸⁹². Em oposição a esta estratégia concertada de longo-prazo, o governo português parece ter adotado uma política mais passiva, sem uma estratégia oficialmente definida. O governo português não aparenta ter contribuído ativamente para fomentar o cultivo das plantas da quina de uma forma científica. Para que esta empresa tivesse tido sucesso era necessário um conhecimento aprofundado do local de cultivo das quineiras, uma escolha criteriosa da(s) espécie(s) adequada(s) segundo ensaios químicos e botânicos, uma otimização do conteúdo em alcaloides das espécies cultivadas, etc. Esses procedimentos não foram seguidos, os cultivadores procuraram o lucro imediato, valorizando a quantidade e não a qualidade das cascas de quina produzidas, e não tinham laboratórios, estações experimentais ou jardins botânicos locais que lhes pudessem fornecer atempadamente assistência técnica. Bernardino Barros Gomes, Júlio Henriques e Adolpho Moller tentaram contribuir para o eventual estabelecimento de uma verdadeira estratégia por parte do governo português, publicando informações técnicas sobre a cultura das quineiras, e solicitando a participação governamental, mas as suas exortações não foram seguidas.

³⁸⁹¹ Lucille Brockway refere o estabelecimento de estações experimentais da quina em vários locais controlados pelos britânicos como os Camarões ou a Jamaica (BROCKWAY – Science and Colonial Expansion (2002) ...p. 120).

³⁸⁹² Ibidem, p. 118-121.

4. A quina e a quinina na legislação médica e farmacêutica portuguesa³⁸⁹³

Este capítulo tem como objetivo listar e apresentar referências à quina e à quinina na legislação médica e farmacêutica portuguesa publicada entre o século XVIII e o século XX, de modo a criar um roteiro da legislação portuguesa sobre esta planta medicinal e este fármaco. Na obra *História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação*, Manuel das Dores Tello da Fonseca elabora um roteiro da legislação farmacêutica portuguesa que, de algum modo, serviu de referente para o nosso trabalho. Este capítulo apresenta, assim, um propósito semelhante, de elaborar um roteiro da legislação médica e farmacêutica, mas dedicado especificamente à legislação que incide sobre a quina e a quinina. Deste modo, pretendeu-se elaborar uma ferramenta que possa ser relevante em estudos posteriores sobre a farmácia e o medicamento em Portugal. As informações presentes neste capítulo visam assim clarificar o enquadramento histórico legal dos produtos medicinais com quina, quinina, ou outros alcaloides da quina. São também incluídas algumas considerações sobre a legislação relativa à quina e à quinina em produtos sem fins medicinais.

Aplicações atuais da quina e da quinina

A quina ainda é utilizada em medicamentos à base de plantas em alguns países como Madagáscar³⁸⁹⁴ e o Brasil³⁸⁹⁵.

Atualmente em Portugal existem 2 medicamentos com quinina: comprimidos de 300 mg de sulfato de quinina; e uma solução injetável de 250 mg/ml de dicloridrato de quinina. Ambos os medicamentos são sujeitos a receita médica restrita³⁸⁹⁶. Um dos sais da quinina, o sulfato de

³⁸⁹³ Uma versão reduzida deste capítulo foi publicada na revista *Lex Medicinæ* (SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui – A quina e a quinina na legislação portuguesa. *Lex Medicinæ*. 19:38 (2022) 19–45).

³⁸⁹⁴ WILLCOX, Merlin - Improved traditional phytomedicines in current use for the clinical treatment of malaria. *Planta Medica*. ISSN 00320943. 77:6 (2011) 662–671. doi: 10.1055/s-0030-1250548, p. 665.

³⁸⁹⁵ AMARAL, Vera Lucia Lângaro – **Estudo de toxicidade reprodutiva e potencial mutagênico de fitoterápico contendo *Cinchona calisaya*, *Jateorhiza palmata*, *Centaurim erythraea*, *Baccharis trimera*, *Artemisia absinthium*, *Matricaria recutita* e *Cinnamomum cassia***. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2011. Dissertação de mestrado, p. 13.

³⁸⁹⁶ **INFOMED – base de dados de medicamentos do Infarmed** [Em linha]. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://extranet.infarmed.pt/INFOMED-fo/index.xhtml>>. Os comprimidos de sulfato de quinina são Medicamentos Sujeitos a Receita Médica Restrita - Alínea b) do n.º 1 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, que se refere a medicamentos destinados “a patologias cujo diagnóstico seja efectuado apenas em meio hospitalar ou estabelecimentos diferenciados com meios de diagnóstico adequados, ainda que a sua administração e o acompanhamento dos pacientes possam realizar-se fora desses meios”. A solução injetável de dicloridrato de quinina é um Medicamento Sujeito a Receita Médica Restrita – Alínea a) do n.º 1 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto. A alínea a) do n.º 1 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto relativo ao Regime jurídico dos medicamentos de uso humano refere-se a medicamentos destinados “(...) a uso exclusivo

quinina, também tem a designação comum de *quinino*³⁸⁹⁷. A quinina também é utilizada em loções e champôs destinados à prevenção da queda do cabelo. Adicionalmente a quinina é usada para fins não terapêuticos, designadamente: na preparação da água tônica³⁸⁹⁸; na avaliação da função gustativa³⁸⁹⁹; e como padrão de referência na determinação de rendimentos quânticos de fluorescência³⁹⁰⁰.

Na legislação portuguesa encontram-se várias referências à quina e à quinina.

hospitalar, devido às suas características farmacológicas, à sua novidade, ou por razões de saúde pública” (DECRETO-LEI n.º 176/2006. **D.R. I Série.** 167 (2006-08-30) 6297 – 6383, p. 6328).

³⁸⁹⁷ Segundo o *Diccionario de Hygiene e Medicina ao alcance de todos*, o termo quinino é a designação popular de sulfato de quinina (**DICCIONARIO de Hygiene e Medicina ao alcance de todos**. Vol. 4. Lisboa: João Romano Torres & C^a – Editores, 1908, p. 314).

³⁸⁹⁸ WALKER, Kim; NESBITT, Mark – **Just the Tonic: A Natural History of Tonic Water**. Kew: Kew Publishing Royal Botanic Gardens, Kew, 2019. ISBN 978 1 84246 689 6.

³⁸⁹⁹ JOHNSON, Jonas T.; ROSEN, Clark A. – **Bailey’s Head & Neck Surgery. Otolaryngology**. 5th. ed. Baltimore and Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2014, p. 732.

³⁹⁰⁰ MELO, J. S. S. – Moléculas com história foto(química). **Química - Boletim da SOCIEDADE PORTUGUESA DE QUÍMICA**. 100 (2006) 57-61, p. 57.

4.1. Legislação sobre vinhos quinados

4.1.1. Água de Inglaterra

A Água de Inglaterra, um vinho medicinal à base de quina, foi provavelmente a preparação farmacêutica com quina que granjeou maior popularidade. Era também considerada um remédio secreto. Segundo José Pedro Sousa Dias (2012) os remédios secretos eram “remédios produzidos em série (...) na sua maioria, produzidos por estranhos aos grupos profissionais que exerciam tradicionalmente actividades no âmbito da saúde, para serem consumidos a longa distância do local de produção”³⁹⁰¹. A listagem e análise da legislação relativa aos remédios secretos não faz parte do âmbito da nossa tese. Refira-se, não obstante, que em Portugal foi publicada legislação diversa relativa a este assunto, regulamentando a aprovação e o uso de remédios secretos. Os remédios secretos têm sido analisados por vários autores, representando uma área importante de estudo no âmbito da história da farmácia e terapêutica³⁹⁰². Em Portugal já não se comercializam preparados farmacêuticos com a designação de Água de Inglaterra. No entanto, no Brasil, por exemplo, ainda é comercializada a Água Inglesa®, uma preparação farmacêutica à base de quina e de outras plantas como a losna e a camomila³⁹⁰³. De acordo com Sousa Dias (2012), a popularidade da Água de Inglaterra começou a diminuir desde o isolamento da quinina, e este medicamento caiu em desuso no decurso do século XIX³⁹⁰⁴.

A legislação portuguesa regulamentou vários aspetos relativos à Água de Inglaterra, o que é indicativo da importância atribuída a este remédio secreto.

A 31 de Outubro de 1798 a Real Junta do Proto-Medicato³⁹⁰⁵ emitiu uma Carta de licença para José Joaquim de Castro (sobrinho-bisneto de Jacob de Castro Sarmento) “para que este em companhia de seus Pais, e com supervivencia a elles, possa livremente manipular, e vender em todo este Reino, e seus Dominios a Agua de Inglaterra, da verdadeira composição do Doutor Jacob de Castro Sarmento, cujo segredo lhe foi revelado”³⁹⁰⁶, apesar de José Joaquim de Castro não ser farmacêutico. Esta licença era ilimitada “para que em todo o tempo a possa livremente fabricar, e vender, não só em vida de seus Pais, mas com supervivencia a estes: igualmente em

³⁹⁰¹ DIAS - A Água de Inglaterra... p. 12-13.

³⁹⁰² Ibidem, p. 13.

³⁹⁰³ AMARAL – Estudo de toxicidade reprodutiva ...p. 13.

³⁹⁰⁴ DIAS – A Água de Inglaterra ...p. 15.

³⁹⁰⁵ A Real Junta do Proto-Medicato foi criada em 1782 (LEI, 17 JUNHO 1782 - Lei creando a Junta do Proto-Medicato, e extinguindo o Lugar de Físico Mór, e o de Cirurgião Mór, SEM ENTIDADE, Livro 1775-1790) e abolida em 1809 (ALVARÁ, 07 JANEIRO 1809 - Alvará abolindo a Junta do Proto-Medicato, e devolvendo a sua jurisdição ao Físico Mór e Cirurgião Mór, D. JOÃO, REGENTE DO REINO (1792-1816), Livro 1802-1810).

³⁹⁰⁶ P[AIVA], M. J. H. de – **Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.** Lisboa: Impressão Regia, 1816, p. 43.

toda, e qualquer parte deste Reino, e seus Dominios, por meio de seus legitimos Correspondentes; e para todo o referido lhe damos a precisa autoridade”³⁹⁰⁷.

No entanto, a 15 de Março de 1799, a Junta do Proto-Medicato emitiu um edital sobre a mesma Água de Inglaterra, afirmando que as garrafas deste medicamento deviam ser apreendidas, bem como exemplares de qualquer outro remédio secreto. Este edital indicava ainda que a Água de Inglaterra era igual ao vinho de quina composto descrito na *Pharmacopeia Geral* (a farmacopeia oficial portuguesa em vigor na época), e que os boticários, perante uma receita de Água de Inglaterra, deveriam ceder ao utente o dito vinho de quina composto da *Pharmacopeia Geral*³⁹⁰⁸.

A 24 de Junho do mesmo ano (1799) foi emitido um Alvará³⁹⁰⁹ que incumbia a Junta do Proto-Medicato de “preparar as denominadas Aguas de Inglaterra” para serem usadas “ou a bordo das Minhas Armadas Reaes, ou que hajam de transportar-se para o consumo dos Meus Dominios Ultramarinos”³⁹¹⁰. O Alvará proibia também a exportação para os territórios ultramarinos ou a utilização “a bordo das Embarcações de Guerra da Minha Armada Real de outras quaesquer preparações de Quina denominadas Aguas de Inglaterra”, que não fossem preparadas pela dita Junta do Proto-Medicato³⁹¹¹. Apesar deste Alvará, a 24 de Setembro de 1805 foi emitido um decreto que concedia ao fabricante da Água de Inglaterra, José Joaquim de Castro, “o livre uso da Agua denominada de Inglaterra (...), que pela experiencia de quasi hum seculo tem sido conhecida por proveitosa”, sem ser obrigado “a descobrir o Segredo da preparação da mesma Agua”. O decreto apontava também que estas indicações deviam ser executadas “sem embargo de quaesquer Leis, Regimentos, ou Disposições em contrario”³⁹¹².

A 2 de Outubro de 1811 foi emitido outro decreto onde se estabelecia que só a preparação manipulada na fábrica de José Joaquim de Castro podia denominar-se Água de Inglaterra, “prohibindo expressamente, que outro qualquer Inventor, ou Manipulador possa dar o mesmo nome ás Aguas Febri-fugas da sua invenção, e manipulação; o que fica sendo livre sem restricção alguma”³⁹¹³. Para além disso, o decreto determinava que apenas a fábrica de José Joaquim de

³⁹⁰⁷ P[AIVA] – Memoria sobre a excellencia... (1828), p. 45.

³⁹⁰⁸ EDITAL da Junta do Proto-Medicato, acerca da chamada Agua d’Inglaterra, de 15 de Março de 1799. Supplemento à Collecção de Legislação de Delgado, pap. 154 *apud* **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. Tomo V (1854) 365-366.

³⁹⁰⁹ FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação**. Tomo V. Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1935a, p. 195-196.

³⁹¹⁰ *Ibidem*, p. 195.

³⁹¹¹ *Ibidem*.

³⁹¹² DECRETO, 24 SETEMBRO 1805 - Decreto permitindo o uso da Aoga de Inglaterra de Castro sem que o Proprietario seja obrigado a descobrir o segredo. D. JOÃO, REGENTE DO REINO (1792-1816), Livro 1802-1810. PORTUGAL. **Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a Elrei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1802 a 1810**. Lisboa: Typografia Maigrense, 1826, p. 376.

³⁹¹³ P[AIVA] – Memoria sobre a excellencia... (1816), p. 48-49. O Decreto de 2 de Outubro de 1811 também está disponível em <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/69/113/p333>.

Castro podia designar-se “Real Fabrica de Agua de Inglaterra”³⁹¹⁴. A 20 de Abril de 1812 foi emitida uma Provisão da Junta do Comércio que veiculava igualmente que só o produto manipulado na fábrica de José Joaquim de Castro podia designar-se Água de Inglaterra, e que apenas a sua fábrica se podia denominar “Real Fabrica de Agua de Inglaterra”³⁹¹⁵.

Na sequência de um requerimento do farmacêutico António José de Sousa Pinto, na Sessão 59.^a das Cortes (a 9 de Abril de 1821), foi lido e aprovado um parecer da Comissão de Saúde Pública. Este parecer declarava que qualquer pessoa poderia fabricar a dita Água de Inglaterra desde que “composta debaixo das regras e com os ingredientes que se exigem para a sua utilidade” e que eram indicados no mesmo parecer³⁹¹⁶. Esta decisão das cortes foi comunicada ao Conde de Sampayo para que este a apresentasse na Regência para ser executada³⁹¹⁷. Noutra sessão das Cortes (Sessão 85.^a de 14 de Maio de 1821), foi lido o parecer da Comissão de Legislação “ácerca da causa de [António José de Sousa] *Pinto*, e [José Joaquim de] *Castro* sobre a Agua de *Inglaterra*”. Este parecer indicava que ambos podiam usar a designação de Água de Inglaterra para o seu produto, acrescentando “*de Pinto*, ou – *de Castro*”. Não obstante, vários deputados opuseram-se a este parecer, designadamente o deputado Castello Branco, por considerar que Castro tinha um direito de propriedade, ao qual a designação do produto era inerente. O deputado Soares Franco, por seu turno, afirmava que a Água de Inglaterra era “hum *Segredo* adquirido e não hum direito de propriedade; e que era oposto ao beneficio geral, o ser exclusivamente fabricada por *Castro*, o qual no preço de 900 réis por garrafa, e no seu mão [sic] fabrico algumas vezes, em pouco ou nada era util; e que o Congresso já decidira a este respeito”³⁹¹⁸. Em 1824, através de uma Provisão expedida pela Real Junta do Comércio “a favor de José Joaquim de Castro”, a Resolução de 9 de Abril de 1821 das Cortes foi declarada sem efeito pelo Rei D. João VI, e o decreto de 2 de Outubro de 1811 foi reposto “em completo

³⁹¹⁴ P[AIVA] – Memoria sobre a excellencia... (1816), p. 49. A designação de “REAL FABRICA DE AGUA DE INGLATERRA” fora atribuída através de um “Aviso” de 9 de Julho de 1803 (Ibidem, p. vi).

³⁹¹⁵ PROVISÃO, 20 ABRIL 1812 – Provisão da Junta do Commercio sobre Agoa de Inglaterra. JUNTA DO COMÉRCIO, Livro 1812-1814.

³⁹¹⁶ **DIARIO da Regencia** [Em linha]. 1821, 10 Abr., 86. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/hvd.hxj9vq?urlappend=%3Bseq=397%3Bownerid=27021597767368758-421>>.

³⁹¹⁷ **DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa** [Em linha]. 1821, 10 Abr., 53. 521. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/njp.32101074628213?urlappend=%3Bseq=531%3Bownerid=27021597768779025-571>>. A discussão deste assunto nas cortes continuou noutras sessões: **DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação portuguesa** [Em linha]. 1821, 15 Mai., 79. 901-903. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/njp.32101074628205?urlappend=%3Bseq=183%3Bownerid=27021597768760544-187>>; **DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação portuguesa** [Em linha]. 1821, 24 Mai., 87. 985-987. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/njp.32101074628205?urlappend=%3Bseq=267%3Bownerid=27021597768769253-309>>.

³⁹¹⁸ **DIARIO da Regencia** [Em linha]. 1821, 15 Mai., 114. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/hvd.hxj9vq?urlappend=%3Bseq=565%3Bownerid=27021597767368758-621>>.

vigor”³⁹¹⁹. Desta forma, voltava a ser apenas José Joaquim de Castro quem podia usar a denominação de Água de Inglaterra.

A Água de Inglaterra foi regulada através de legislação diversa. Verificamos que José Joaquim de Castro obteve privilégios enquanto fabricante da Água de Inglaterra, possuindo uma autorização que determinava que apenas ele podia chamar o seu produto medicinal de Água de Inglaterra. No entanto, durante algum tempo, outros fabricantes não estiveram impedidos de produzir e comercializar fórmulas semelhantes ou iguais, desde que não as designassem como Água de Inglaterra. Os descendentes de Fernando Mendes também tiveram um Privilégio relativo à Água de Inglaterra que fabricavam. Este privilégio definia que estes eram os únicos com autorização para lacrarem as garrafas da sua Água de Inglaterra com os sinetes e as armas de Fernando Mendes ou com lacre vermelho³⁹²⁰. Essas garrafas de Água de Inglaterra produzidas pelos descendentes de Fernando Mendes eram depois remetidas para Anna Maria de Brito em Portugal, onde esta tinha autorização para as vender.

4.1.2. Outros vinhos quinados

Na legislação portuguesa encontram-se outras menções a vinhos quinados. Os vinhos quinados têm sido alvo de regulamentação na legislação portuguesa quanto à sua composição (gradação alcoólica³⁹²¹, acidez volátil³⁹²², percentagem de vinho³⁹²³, açúcar redutor³⁹²⁴, conteúdo em alcaloides da quina³⁹²⁵); quanto às existências mínimas para os seus armazenistas³⁹²⁶ (e de que forma é que estas deveriam ser contabilizadas³⁹²⁷); e quanto à sua designação³⁹²⁸ e rotulagem³⁹²⁹.

Na legislação portuguesa também constam considerações sobre a atividade da quinina. No Decreto-Lei n.º 20/2003, de 3 de Fevereiro, aponta-se que a quinina e a cafeína têm uma

³⁹¹⁹ **GAZETA de Lisboa** [Em linha]. 1824, 10 de Jul., 161. 764. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://play.google.com/books/reader?id=XREwAAAAAYAAJ&pg=GBS.PA764&hl=pt>.

³⁹²⁰ DIAS – A Água de Inglaterra...p. 95-96.

³⁹²¹ Alínea a) do § 3.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23828, de 7 de Maio de 1934 (relativo à “Fiscalização da exportação de vinhos ou de produtos deles derivados”); Decreto-Lei n.º 30661, de 20 de Agosto de 1940; artigo 5º do Decreto-Lei n.º 35846, de 2 de Setembro de 1946; § 2.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 46642, de 13 de Novembro de 1965.

³⁹²² Alínea b) do § 3.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23828, de 7 de Maio de 1934; artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 35846, de 2 de Setembro de 1946.

³⁹²³ § 4.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23828, de 7 de Maio de 1934; artigo 5º do Decreto-Lei n.º 35846, de 2 de Setembro de 1946; §§ 2.º e 3.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 46642, de 13 de Novembro de 1965.

³⁹²⁴ Alínea c) do § 3.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23828, de 7 de Maio de 1934.

³⁹²⁵ § único do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 35846, de 2 de Setembro de 1946.

³⁹²⁶ Alínea f) do “Mapa a que se referem os artigos 5.º e 6.º” do Decreto-Lei n.º 46868, de 10 de Fevereiro de 1966.

³⁹²⁷ Alínea 2) das *Observações* da alínea a), do “Mapa a que se referem os artigos 5.º e 6.º” do Decreto-Lei n.º 46868, de 10 de Fevereiro de 1966.

³⁹²⁸ Artigo 5º, e § único do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 35846, de 2 de Setembro de 1946; alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º do REGULAMENTO (CEE) N.º 1601/91 DO CONSELHO de 10 de Junho de 1991.

³⁹²⁹ § 1.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 46642, de 13 de Novembro de 1965.

elevada atividade fisiológica, e que por isso podem prejudicar consumidores impedidos de as ingerir por razões médicas, ou pela hipersensibilidade a estas substâncias. Segundo o decreto, tal condicionava a necessidade de informações claras quanto à sua possível presença em géneros alimentícios³⁹³⁰.

Atualmente, a presença da quinina em géneros alimentícios obedece também a determinadas especificações legais. Se a quinina for utilizada para aromatizar um género alimentício (na sua produção ou preparação), o seu nome deve ser mencionado na lista dos ingredientes, a seguir ao termo *Aroma(s)*³⁹³¹. Quanto aos vinhos quinados, estes são considerados vinhos aromatizados amargos. No entanto, o termo *vinho quinado* pode ser utilizado como substituto ou complemento dessa designação, se a aromatização for primariamente resultante da adição do aroma natural da quinina³⁹³².

³⁹³⁰ DECRETO-LEI n.º 20/2003. **D.R. I-A Série.** 28 (2003-02-03) 705 – 706, p. 705.

³⁹³¹ Ponto 3 da Parte D – Designação dos aromas na lista de ingredientes do Anexo VII (Indicação e Designação de Ingredientes) do Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2011.

³⁹³² N.º 4 do ponto A. Denominações de Venda e Designações dos Vinhos Aromatizados, do Anexo II Denominações de Venda e Designações dos Produtos Vitivinícolas Aromatizados do REGULAMENTO (UE) N.º 251/2014 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 26 de Fevereiro de 2014.

4.2. Legislação sobre medicamentos com quina e quinina

4.2.1. Regimento dos preços dos medicamentos (séculos XVIII-XX)

O Regimento de preços consistia numa tabela que estabelecia o preço de medicamentos em Portugal. O primeiro Regimento de preços de que há registo foi publicado em 1497. Segundo Manuel Tello da Fonseca (1937a), embora esta tabela seja de “remotas idades”, não é possível determinar a data exata em que o seu uso se tornou obrigatório³⁹³³.

Através da pesquisa realizada, foram encontrados vários Regimentos dos preços em que constam medicamentos com quina e/ou quinina. No entanto, não foi possível ter acesso a todos os Regimentos dos preços de que há registo. Os regimentos dos preços consultados e analisados foram os seguintes: 1653³⁹³⁴, 1789 (acesso parcial através da obra *História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação*³⁹³⁵), 1806³⁹³⁶, 1807³⁹³⁷, 1808³⁹³⁸, 1809³⁹³⁹, 1818³⁹⁴⁰,

³⁹³³ FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa Através da sua legislação**. Tomo XXVI. Porto: Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1937a, p. 1.

³⁹³⁴ REGIMENTO, 20 Maio 1653 – Regimento dos preços dos medicamentos. Sem Entidade, Livro 1648-1656.

³⁹³⁵ FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa Através da sua legislação**. Tomo XXVII. Porto: EMP. IND. GRÁFICA do PÔRTO, L.da., 1937b, p. 31-32.

³⁹³⁶ REGIMENTO dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.VI. [Em linha]. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0001>.

³⁹³⁷ REGIMENTO dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.VII. [Em linha]. Lisboa: Impressão Regia, 1807. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0002>.

³⁹³⁸ REGIMENTO dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.VIII. [Em linha]. Lisboa: Impressão Regia, 1808. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0003/page/n3/mode/2up>.

³⁹³⁹ REGIMENTO dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.IX. [Em linha]. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0004>.

³⁹⁴⁰ REGIMENTO dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Farmacopeia Geral do Reino, feito, e publicado por Ordem de sua Magestade El-Rei Nosso Senhor para Governo dos Boticarios no Reino de Portugal e Algarves. [Em linha]. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1818. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://collections.nlm.nih.gov/bookviewer?PID.nlm:nlmuid-2567033R-bk#page/5/mode/1up>>.

1831³⁹⁴¹, 1850³⁹⁴², 1854³⁹⁴³, 1857³⁹⁴⁴, 1858³⁹⁴⁵, 1859³⁹⁴⁶, 1866³⁹⁴⁷, 1879³⁹⁴⁸, 1882³⁹⁴⁹, 1887³⁹⁵⁰, 1890³⁹⁵¹, 1895³⁹⁵², 1900³⁹⁵³, 1926³⁹⁵⁴, 1931³⁹⁵⁵, 1952³⁹⁵⁶, 1962³⁹⁵⁷, 1970³⁹⁵⁸ e 1981³⁹⁵⁹. Foram também analisadas as atualizações parciais de 1856³⁹⁶⁰, 1916³⁹⁶¹, 1920³⁹⁶², 1921³⁹⁶³, 1927³⁹⁶⁴, 1933³⁹⁶⁵, 1936³⁹⁶⁶, 1972³⁹⁶⁷, 1976³⁹⁶⁸, 1977³⁹⁶⁹, 1978³⁹⁷⁰, 1979³⁹⁷¹, 1980³⁹⁷² e 1982³⁹⁷³.

Através da leitura dos Regimentos dos preços verifica-se que vários produtos com quina e quinina (como, por exemplo, o sulfato de quinina) foram obrigatórios nas farmácias.

Atentando no caso específico do sulfato de quinina, esta substância ativa é listada como obrigatória nas boticas/farmácias nos regimentos de 1850, 1854, 1857, 1858, 1859, 1866, 1879,

³⁹⁴¹ **REGIMENTO dos Preços das Drogas Medicinaes, e dos Medicamentos Preparados, Simples, e Compostos, feito, e publicado por ordem de S. M. El-Rei Nosso Senhor, para Governo dos Boticarios dos Reinos de Portugal, Algarves, e seus Dominios.** [Em linha]. Lisboa: Typografia de Bulhões, 1831. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://archive.org/details/b29323393>>.

³⁹⁴² DECRETO, 20 AGOSTO 1850 - Decreto (pelo Ministerio do Reino — Diario do Governo n.º 247) aprovando o novo Regimento dos preços dos medicamentos. MINISTÉRIO DO REINO, Livro 1850.

³⁹⁴³ DECRETO, 28 NOVEMBRO 1854 - Decreto (pelo Ministerio do Reino — Diario do Governo n.º 304) aprovando o novo Regimento dos preços dos medicamentos. MINISTÉRIO DO REINO, Livro 1854.

³⁹⁴⁴ DECRETO, 30 JUNHO 1857. **D. G.** 222 (1857-09-21) 1241-1252.

³⁹⁴⁵ DECRETO, 12 JUNHO 1858. **D. G.** 214 (1858-09-11) 1161-1173.

³⁹⁴⁶ DECRETO, 21 SETEMBRO 1859 - Decreto e Regimento (pelo Ministerio do Reino — Diario de Lisboa n.º 10 a 13 de 1860) estabelecendo os preços das drogas medicinaes, medicamentos, remedios e manipulações das boticas. Supp. MINISTÉRIO DO REINO, Livro 1859.

³⁹⁴⁷ DECRETO, 24 JULHO 1866 - Decreto (ministerio do reino — Diario de Lisboa n.º 84 de 1867) aprovando o regimento dos preços dos medicamentos, drogas medicinaes, remedios e manipulações, para uso dos boticarios. MINISTÉRIO DO REINO, Livro 1867.

³⁹⁴⁸ DECRETO, 23 JULHO 1879. **D. G.** 253 (1879-11-07) 2581-2585; DECRETO, 23 JULHO 1879. **D. G.** 254 (1879-11-08) 2598-2601.

³⁹⁴⁹ DECRETO, 15 ABRIL 1882. **D. G.** 128 (1882-06-07) 1397-1409.

³⁹⁵⁰ DECRETO, 04 AGOSTO 1887. **D. G.** 208 (1887-09-17) 2075- 2088.

³⁹⁵¹ DECRETO, 20 FEVEREIRO 1890. **D. G.** 93 (1890-04-26) 889-909.

³⁹⁵² DECRETO, 14 SETEMBRO 1895. **D. G.** 249 (1895-11-04) 2957- 2978.

³⁹⁵³ DECRETO, 26 ABRIL 1900. **D. G.** 171 (1900-08-02) 2113-2134.

³⁹⁵⁴ DECRETO n.º 12370. **D.G. I Série.** 213 (1926-09-24) 1392 – 1409.

³⁹⁵⁵ DECRETO n.º 20437. **D.G. I Série.** 247 (1931-10-26) 2351 – 2369.

³⁹⁵⁶ PORTARIA n.º 14064. **D.G. I Série.** 188 (1952-08-26) 854 – 870.

³⁹⁵⁷ PORTARIA n.º 19240. **D.G. I Série.** 138 (1962-06-18) 834 – 852.

³⁹⁵⁸ PORTARIA n.º 35/70. **D.G. I Série, 2º Suplemento.** 11 (1970-01-14) 0 – 24.

³⁹⁵⁹ PORTARIA n.º 659/81. **D.R. I Série.** 177 (1981-08-04) 1999 - 2014. (revogada pela Portaria n.º 769/2004, de 1 de Julho).

³⁹⁶⁰ DECRETO, 24 MAIO 1856. **D. G.** 164 (1856-07-14) 987-989.

³⁹⁶¹ DECRETO n.º 2208. **D.G. I Série.** 21 (1916-02-05) 55 – 56 e DECRETO n.º 2330. **D.G. I Série.** 73 (1916-04-14) 321 – 322.

³⁹⁶² DECRETO n.º 7174. **D.G. I Série.** 239 (1920-11-24) 1632 – 1634.

³⁹⁶³ DECRETO n.º 7695. **D.G. I Série.** 176 (1921-08-30) 1078 – 1087.

³⁹⁶⁴ DECRETO n.º 13842. **D.G. I Série.** 133 (1927-06-27) 1161 – 1164.

³⁹⁶⁵ DECRETO n.º 22506. **D.G. I Série.** 103 (1933-05-11) 721 – 723.

³⁹⁶⁶ DECRETO n.º 26704. **D.G. I Série.** 142 (1936-06-19) 692.

³⁹⁶⁷ PORTARIA n.º 272/72. **D.G. I Série.** 114 (1972-05-15) 621 – 622.

³⁹⁶⁸ PORTARIA n.º 743/76. **D.R. I Série.** 292 (1976-12-16) 2753 – 2756.

³⁹⁶⁹ PORTARIA n.º 405/77. **D.R. I Série.** 155 (1977-07-07) 1689 – 1706.

³⁹⁷⁰ PORTARIA n.º 564/78. **D.R. I Série.** 215 (1978-09-18) 1955 – 1958.

³⁹⁷¹ PORTARIA n.º 57/79. **D.R. I Série.** 27 (1979-02-01) 153 – 159 e PORTARIA n.º 287/79. **D.R. I Série.** 140 (1979-06-20) 1349.

³⁹⁷² PORTARIA n.º 986/80. **D.R. I Série.** 264 (1980-11-14) 3884 – 3884.

³⁹⁷³ PORTARIA n.º 136/82. **D.R. I Série.** 25 (1982-01-30) 240 – 241.

1882, 1887, 1890, 1895, 1900, 1926, 1931, 1952, 1962 e 1970, bem como nas atualizações parciais de 1936, 1972, e 1977. Nas atualizações de 1920, 1921, e 1933 o preço do sulfato de quinina é atualizado, mas não é indicado se se trata ou não de um medicamento obrigatório. Note-se também que o sulfato de quinina aparece nestes regimentos sob designações diversas: sulfato de *quinino*³⁹⁷⁴; sulfato de quinina; sal antiperiódico; sal antifebril³⁹⁷⁵; ou sulfato de quinina, neutro³⁹⁷⁶.

Quanto à quina propriamente dita, também surge como obrigatória em vários regimentos de preços analisados (1854, 1857, 1858, 1859, 1866, 1879, 1882, 1887, 1890, 1895, 1900, 1926 e 1931). Não obstante, o tipo de quina obrigatório nas farmácias não foi sempre o mesmo. No regimento de 1854 apenas é listada como obrigatória a quina cinzenta (também designada quina oficial), sob a forma de cascas contusas e em pó. Nos regimentos de 1857, 1858 e 1859, indica-se que nas farmácias era obrigatória a presença de quina amarela e cinzenta (ambas sob a forma de cascas contusas). Por seu turno, nos regimentos de 1866, 1879, 1890, 1895 e 1900 indica-se que era obrigatório que a farmácia tivesse quina amarela, cinzenta e vermelha (sob a forma de cascas contusas). Já no regimento de 1882 e 1887 a quina vermelha não é listada como obrigatória, mas a quina amarela contusa e a quina cinzenta contusa são declaradas obrigatórias³⁹⁷⁷. Nos regimentos de 1926 e 1931 apenas se indica que a “Quina”³⁹⁷⁸ era um produto obrigatório nas farmácias, sem especificar o tipo ou a espécie de quina obrigatória.

Nestes regimentos surgem também referências a produtos químicos de marca comercial registada com derivados da quinina: Aristoquina® da Bayer (carbonato neutro de quinina) e Euquinina® da Zimmer (etil-carbonato de quinina)³⁹⁷⁹.

Outra questão interessante evidenciada pela análise dos regimentos de preços de medicamentos, é que o Regimento de preços de 1866 (publicado durante a vigência do *Código Pharmaceutico Lusitano* de 1858 como farmacopeia oficial portuguesa) lista a cinchonina e o sulfato de cinchonina, embora estes não constem naquela farmacopeia oficial. A inclusão desses dois produtos derivados da quina indicia que estes eram comercializados, estando legalmente aprovados para uso terapêutico no período em que estiveram ausentes da farmacopeia oficial portuguesa.

Em 1924, o Regimento de preços dos medicamentos aprovado em 1900 e as subsequentes tabelas provisórias foram suprimidos³⁹⁸⁰. A partir de 1926, o Regimento dos preços voltou a ser publicado³⁹⁸¹. No Regimento de preços de 1926 consta um “Prontuário dos preços dos

³⁹⁷⁴ DECRETO, 20 AGOSTO 1850.

³⁹⁷⁵ DECRETO, 15 ABRIL 1882. **D. G.** 128 (1882-06-07) 1397-1409.

³⁹⁷⁶ DECRETO, 20 FEVEREIRO 1890. **D. G.** 93 (1890-04-26) 889-909.

³⁹⁷⁷ DECRETO, 15 ABRIL 1882. **D. G.** 128 (1882-06-07) 1397-1409, p. 1406; DECRETO, 04 AGOSTO 1887. **D. G.** 208 (1887-09-17) 2075-2088, p. 2085.

³⁹⁷⁸ DECRETO n.º 12370. **D.G. I Série.** 213 (1926-09-24) 1392 – 1409, p. 1404; DECRETO n.º 20437. **D.G. I Série.** 247 (1931-10-26) 2351 – 2369, p. 2362.

³⁹⁷⁹ DECRETO n.º 20437. **D.G. I Série.** 247 (1931-10-26) 2351 – 2369, p. 2354, 2357.

³⁹⁸⁰ Artigo 1.º do DECRETO n.º 10051. **D.G. I Série.** 195 (1924-08-29) 1168 – 1169, p. 1168.

³⁹⁸¹ DECRETO n.º 12370. **D.G. I Série.** 213 (1926-09-24) 1392 – 1409.

medicamentos de uso comum” (com um total de 12 referências) do qual faz parte o sulfato de quinina (com um invólucro de hóstias)³⁹⁸². Este “Prontuário dos preços dos medicamentos de uso comum” consta também nos regimentos dos preços de 1931, 1952, 1962 e 1970. No prontuário incluído no Regimento de preços de 1931 constam as hóstias de sulfato de quinina em 2 dosagens diferentes (0,30 g e 0,25 g)³⁹⁸³. No prontuário de preços dos medicamentos de uso comum do Regimento de preços de 1952 constam ainda mais medicamentos com quinina – comprimidos de cloridrato de quinina (de 0,25g); comprimidos de sulfato de quinina (0,25 g); hóstias de cloridrato de quinina (0,25 g e 0,50 g); e hóstias de sulfato de quinina (0,25 g e 0,50 g)³⁹⁸⁴. No prontuário do Regimento de preços de 1962 constam os mesmos medicamentos com quinina do que no prontuário de 1952³⁹⁸⁵. No prontuário do Regimento de preços de 1970 constam os comprimidos de cloridrato de quinina (na dosagem de 0,25 g e de 0,50 g) e os comprimidos de sulfato de quinina (igualmente na dosagem de 0,25 g e de 0,50 g)³⁹⁸⁶.

O Regimento de preços de 1926 inclui também uma “Tabela anexa dos preços dos produtos químicos com marca comercial registada”, na qual constam 2 medicamentos com quinina (Aristoquina® e Euquinina®)³⁹⁸⁷. No regimento publicado em 1931³⁹⁸⁸ consta uma “Tabela anexa dos produtos para pensos, soros e solutos injectáveis, esterilizados”, que inclui medicamentos com quinina (as “Êmpolas de cloridrato de quinina” em diferentes dosagens e quantidades³⁹⁸⁹). O regimento de 1931 também inclui uma tabela que indica os preços de vários produtos com marca comercial registada, em que constam igualmente a Aristoquina® da Bayer e a Euquinina® da Zimmer³⁹⁹⁰. Na atualização parcial de 1933 a Aristoquina® e a Euquinina® são também referidas numa tabela de preços de produtos químicos com marca comercial registada³⁹⁹¹. No regimento de 1952 a “Tabela anexa dos produtos para pensos, soros e solutos injectáveis, esterilizados”³⁹⁹² inclui ampolas de cloreto de quinina em diferentes dosagens e quantidades, assim como o regimento de 1962³⁹⁹³ e o de 1970³⁹⁹⁴.

O Regimento de preços de 1653 não contém menções à quina³⁹⁹⁵. Nos regimentos de preços que analisámos, o primeiro que contém medicamentos com quina é do ano de 1789. Não foi possível aceder a nenhum outro regimento dos preços publicado no século XVIII. Os medicamentos com quina estão presentes nos regimentos de preços de 1789, 1806, 1807, 1808,

³⁹⁸² Ibidem, p. 1409.

³⁹⁸³ DECRETO n.º 20437. **D.G. I Série.** 247 (1931-10-26) 2351 – 2369, p. 2367.

³⁹⁸⁴ PORTARIA n.º 14064. **D.G. I Série.** 188 (1952-08-26) 854 – 870, p. 869.

³⁹⁸⁵ PORTARIA n.º 19240. **D.G. I Série.** 138 (1962-06-18) 834 – 852, p. 850.

³⁹⁸⁶ PORTARIA n.º 35/70. **D.G. I Série, 2º Suplemento.** 11 (1970-01-14) 0 – 24, p. 22.

³⁹⁸⁷ DECRETO n.º 12370. **D.G. I Série.** 213 (1926-09-24) 1392 – 1409, p. 1409.

³⁹⁸⁸ DECRETO n.º 20437. **D.G. I Série.** 247 (1931-10-26) 2351 – 2369.

³⁹⁸⁹ Ibidem, p. 2368.

³⁹⁹⁰ Ibidem, p. 2367.

³⁹⁹¹ DECRETO n.º 22506. **D.G. I Série.** 103 (1933-05-11) 721 – 723, p. 722.

³⁹⁹² PORTARIA n.º 14064. **D.G. I Série.** 188 (1952-08-26) 854 – 870, p. 869.

³⁹⁹³ PORTARIA n.º 19240. **D.G. I Série.** 138 (1962-06-18) 834 – 852, p. 851.

³⁹⁹⁴ PORTARIA n.º 35/70. **D.G. I Série, 2º Suplemento.** 11 (1970-01-14) 0 – 24, p. 23.

³⁹⁹⁵ REGIMENTO, 20 Maio 1653.

1809, 1818, 1831, 1850, 1854, 1857, 1858, 1859, 1866, 1879, 1882, 1887, 1890, 1895, 1900, 1926, 1931, 1952, 1962, 1970, 1977 e 1981, e nas atualizações de 1856, 1920, 1921, 1927, e 1979³⁹⁹⁶. De entre os regimentos de preços consultados, o primeiro Regimento de preços que inclui medicamentos à base de quinina data de 1831. Os medicamentos com quinina estão presentes em todos os regimentos de preços consultados desde 1831 até 1981, à exceção das atualizações de 1916, 1976, 1978, 1980, e de uma das atualizações de 1979³⁹⁹⁷. Algumas atualizações parciais das tabelas do Regimento de preços não incluíam medicamentos com quina ou quinina (o que significava que os preços anteriores se mantinham): atualizações de 1916³⁹⁹⁸, 1976³⁹⁹⁹, 1978⁴⁰⁰⁰, 1979⁴⁰⁰¹, 1980⁴⁰⁰² e 1982⁴⁰⁰³.

Atualmente, o regime de preços dos medicamentos de uso humano sujeitos a receita médica, e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados, é definido pelo Decreto-Lei n.º 97/2015, de 1 de Junho⁴⁰⁰⁴. A Portaria n.º 195-C/2015, de 30 de Junho “estabelece os tipos de medicamentos sujeitos ao regime de preços máximos, ao regime de preços notificados, os critérios de determinação do PVA [Preço de Venda ao Armazenista], as margens máximas de comercialização dos medicamentos de uso humano e bem assim os critérios específicos de determinação do PVP [Preço de Venda ao Público] para os medicamentos genéricos e medicamentos objeto de importação paralela”⁴⁰⁰⁵. A Portaria n.º 195-C/2015, de 30 de Junho foi alterada pelo artigo 8.º da Portaria n.º 154/2016, de 27 de Maio⁴⁰⁰⁶; pelo artigo 6.º da Portaria n.º 262/2016, de 7 de Outubro⁴⁰⁰⁷; pelo artigo 2º e pelo artigo 4.º da Portaria n.º 290-A/2016, de 15 de Novembro⁴⁰⁰⁸; e pelos artigos 6.º e 7º da Portaria n.º 405-A/2019, de 19 de Dezembro⁴⁰⁰⁹.

4.2.2. Legislação referente ao exército e marinha portugueses com menções à quina e à quinina

O Decreto de 21 de Março de 1863, que aprovou o “Regulamento para os depositos geraes de medicamentos e de roupas e objectos de cirurgia do exercito”⁴⁰¹⁰, inclui listas de medicamentos

³⁹⁹⁶ PORTARIA n.º 57/79. **D.R. I Série.** 27 (1979-02-01) 153 – 159.

³⁹⁹⁷ A Portaria n.º 287/79, de 20 de Junho não atualiza preços de medicamentos com quina ou quinina.

³⁹⁹⁸ Decreto n.º 2208, de 5 de Fevereiro de 1916 e Decreto n.º 2330, de 14 de Abril de 1916.

³⁹⁹⁹ Portaria n.º 743/76, de 16 de Dezembro.

⁴⁰⁰⁰ Portaria n.º 564/78, de 18 de Setembro de 1978.

⁴⁰⁰¹ Portaria n.º 287/79, de 20 de Junho.

⁴⁰⁰² Portaria n.º 986/80, de 14 de Novembro.

⁴⁰⁰³ Portaria n.º 136/82, de 30 de Janeiro.

⁴⁰⁰⁴ DECRETO-LEI n.º 97/2015. **D.R. I Série.** 105 (2015-06-01) 3453 – 3464.

⁴⁰⁰⁵ PORTARIA n.º 195-C/2015. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 125 (2015-06-30) 6 – 11, p. 6.

⁴⁰⁰⁶ PORTARIA n.º 154/2016. **D.R. I Série.** 102 (2016-05-27) 1707 – 1708.

⁴⁰⁰⁷ PORTARIA n.º 262/2016. **D.R. I Série.** 193 (2016-10-07) 3514 – 3515.

⁴⁰⁰⁸ PORTARIA n.º 290-A/2016. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 219 (2016-11-15) 2.

⁴⁰⁰⁹ PORTARIA n.º 405-A/2019. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 244 (2019-12-19) 2 – 4.

⁴⁰¹⁰ DECRETO, 21 MARÇO 1863 - Decreto e regulamento (pelo ministerio da guerra – Diario de Lisboa n.º 185 de 21 de agosto) estabelecendo as regras convenientes sobre depositos de medicamentos, roupas e mais objectos de cirurgia precisos para o exercito. Supp. MINISTÉRIO DA GUERRA, Livro 1863.

para o “Deposito Geral de Medicamentos do Exército” – Modelo n.º 18 (referente aos medicamentos simples) e Modelo n.º 19 (referente aos medicamentos compostos). Estas listas incluem colunas para entradas, saídas e existências de diversos medicamentos, subdivididas em gramas e número de unidades do medicamento, e uma secção para observações. Nestas listas constam vários tipos de casca de quina, e vários medicamentos preparados com quina e quinina, como o alcoolato de quina ou o sulfato de quinina.

O Decreto n.º 8588, de 22 de Janeiro de 1923 atualizou as tabelas de medicamentos, apósitos, utensílios e instrumentos para o serviço de saúde naval. A tabela de medicamentos para o serviço de saúde naval incluía ampolas e comprimidos com sais de quinina e a quina amarela em pó e sob a forma de tintura⁴⁰¹¹.

O Decreto n.º 14959, de 25 de Janeiro de 1928 define qual o “material médico e farmacêutico” que devia “existir a bordo das embarcações”⁴⁰¹². Entre os medicamentos para uso interno cuja presença era obrigatória, constam comprimidos de ¼ de grama (250 mg) de cloreto de quinina, e o vinho quinado, que deveriam estar presentes nas embarcações com e sem médico a bordo. Neste decreto constam igualmente as doenças e sintomas aos quais se destinavam alguns desses medicamentos obrigatórios, e o seu modo de utilização⁴⁰¹³. As instruções de utilização eram destinadas às embarcações sem médico. Quanto ao cloreto de quinina (que nesta secção é designado cloreto de *quinino*) destinava-se, segundo o decreto, ao uso “Contra as sezões, febre, gripe e dores de cabeça”⁴⁰¹⁴, e deveriam ser administrados 3 ou 4 comprimidos por dia. O vinho quinado era apontado como “Tónico, excitante do apetite, útil nas convalescenças de doenças graves”⁴⁰¹⁵.

O Decreto n.º 29557, de 27 de Abril de 1939, especifica o material farmacêutico e de enfermagem que deveria existir a bordo dos navios da pesca do bacalhau, e que incluía comprimidos de ¼ de grama de cloreto de quinina⁴⁰¹⁶. O Decreto n.º 40457, de 26 de Dezembro de 1955⁴⁰¹⁷ indica os vários “medicamentos, artigos de penso e utensílios médico-cirúrgicos e farmacêuticos” que deveriam existir a bordo de todas as embarcações⁴⁰¹⁸. As embarcações eram divididas em 4 grupos⁴⁰¹⁹. Estes medicamentos obrigatórios incluíam a Euquinina® (para embarcações do 4.º grupo); cloreto de *quinino* em ampolas (2.º, 3.º e 4.º grupo de embarcações);

Collecção oficial da legislação portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, Anno de 1863. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864. p. 28-72, p. 28.

⁴⁰¹¹ DECRETO n.º 8588. **D. G. I Série.** 14 (1923-01-22) 90 – 98.

⁴⁰¹² Artigo 1.º do Decreto n.º 14959, de 25 de Janeiro de 1928.

⁴⁰¹³ Capítulo I Uso de alguns medicamentos, das “Instruções que devem ser observadas nas embarcações sem médico” do DECRETO n.º 14959. **D.G. I Série.** 21 (1928-01-25) 210 – 214.

⁴⁰¹⁴ Ibidem, p. 212.

⁴⁰¹⁵ Ibidem, p. 213.

⁴⁰¹⁶ DECRETO n.º 29557. **D.G. I Série.** 97 (1939-04-27) 313 – 314, p. 313.

⁴⁰¹⁷ Entretanto revogado pelo Decreto n.º 43904, de 11 de Setembro de 1961.

⁴⁰¹⁸ Artigo 1.º do Decreto n.º 40457, de 26 de Dezembro de 1955.

⁴⁰¹⁹ “1.º grupo —Embarcações sem enfermeiro”; “2.º grupo —Embarcações com enfermeiro, mas sem médico”; “3.º grupo —Embarcações com médico fazendo viagens, entre portos, até quarenta e oito horas”; e “4.º grupo —Embarcações com médico fazendo viagens, entre portos, de mais longa duração” (artigo 2.º do DECRETO n.º 40457. **D.G. I Série.** 282 (1955-12-26) 1300 – 1304.

e vinho de quina e cola, cloreto de *quinino* em comprimidos e ampolas de “Quinino composto (transpulmina)” (para os 4 grupos de embarcações)⁴⁰²⁰. Este diploma substituiu o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 14959 de 25 de Janeiro de 1928.

O Decreto n.º 43904, de 11 de Setembro de 1961⁴⁰²¹ atualizava novamente as tabelas de material médico e farmacêutico que deveria existir a bordo das embarcações. As embarcações eram divididas nos mesmos 4 grupos⁴⁰²². Estas listas incluíam: ampolas de cloreto de *quinino* (obrigatórias nas embarcações do 2.º, 3.º e 4.º grupos); comprimidos de cloreto de *quinino* (que deveriam estar em todos os grupos de embarcações⁴⁰²³); “Quinina composta (Transpulmina, etc.) – ampolas” (que deveria estar presente em todos os grupos de embarcações), bem como outro alcaloide extraído da quina, a quinidina, sob a forma de sulfato em comprimidos (apenas nas embarcações do 4.º grupo⁴⁰²⁴).

A Portaria n.º 18886, de 16 de Dezembro de 1961⁴⁰²⁵ retificava as tabelas do Decreto n.º 43904, de 11 de Setembro de 1961 de material médico e farmacêutico que deveria existir a bordo das embarcações, mas contém os mesmos medicamentos com quinina e quinidina, no mesmo tipo de embarcações definido pelo Decreto n.º 43904, de 11 de Setembro de 1961 (comprimidos e ampolas de cloreto de *quinino*, quinina composta em ampolas e comprimidos de sulfato de quinidina)⁴⁰²⁶.

No Decreto n.º 63/72, de 25 de Fevereiro⁴⁰²⁷ já não constam medicamentos com quina ou quinina, sendo substituídos pelos comprimidos de sulfato de cloroquina⁴⁰²⁸ e pelos comprimidos de cloridrato de proguanil⁴⁰²⁹, ambos para utilização no tratamento da malária.

Verifica-se assim que vários medicamentos com quina ou quinina foram obrigatórios a bordo das embarcações portuguesas desde 1923 a 1972, o que é indicativo da sua importância terapêutica em Portugal neste período, por terem sido considerados medicamentos essenciais.

⁴⁰²⁰ Ibidem, p. 1302.

⁴⁰²¹ Entretanto revogado pelo Decreto n.º 63/72, de 25 de Fevereiro.

⁴⁰²² Artigo 2.º do DECRETO n.º 43904. **D.G. I Série.** 211 (1961-09-11) 1185 – 1189.

⁴⁰²³ Ibidem, p. 1187.

⁴⁰²⁴ Ibidem, p. 1188.

⁴⁰²⁵ Revogada pelo Decreto n.º 63/72, de 25 de Fevereiro.

⁴⁰²⁶ PORTARIA n.º 18886. **D.G. I Série.** 290 (1961-12-16) 1630 – 1633, p. 1631.

⁴⁰²⁷ Entretanto revogado.

⁴⁰²⁸ DECRETO n.º 63/72. **D.G. I Série.** 47 (1972-02-25) 211 – 222, p. 212.

⁴⁰²⁹ Ibidem, p. 213.

4.2.3. Legislação adicional com referências à quina e à quinina em medicamentos

A 15 de Janeiro de 1846 o Conselho de Saúde Pública do Reino publicou uma lista das substâncias que os droguistas só podiam vender a farmacêuticos estabelecidos⁴⁰³⁰. Esta lista incluía “Chinchonina [sic], e seus preparados”⁴⁰³¹ (a cinchonina é outro dos alcaloides obtidos a partir da quina), “Quinina, e seus preparados”⁴⁰³²; “Sulfatos (...) de chinchonina [sic]”⁴⁰³³ e “Sulfatos (...) de quinina”⁴⁰³⁴.

A 1 de Abril de 1846 o Conselho de Saúde Pública do Reino publicou outra listagem, desta feita de “medicamentos abortivos, narcoticos ou venenosos, cujas receitas devem ser guardadas pelos Boticarios”⁴⁰³⁵. Nesta lista constava “Quinina, e seus preparados, ou compostos”⁴⁰³⁶ e “Chinchonina [sic], e seus preparados, ou compostos”⁴⁰³⁷.

A 18 de Outubro de 1865 foi emitida uma Portaria referente a vários produtos falsificados de um farmacêutico francês chamado Grimault. Esta portaria proibia o despacho de importação dos preparados deste farmacêutico. Um desses preparados era “o xarope dito de quina vermelha”⁴⁰³⁸. Esta portaria reflete o problema (ainda atual) da falsificação de medicamentos, com óbvias consequências deletérias para a saúde dos cidadãos.

Foi também publicada diversa legislação relativa a impostos aplicáveis a produtos com quina e quinina. Uma Portaria de 31 de Março de 1857 determinava a dispensa do pagamento de direitos de entrada de “cem vidros” de sulfato de *quinino* provenientes da “escuna ingleza Commodore” e destinados ao estabelecimento metalúrgico do Bembe, em Angola. Segundo o texto desta portaria, a decisão fora tomada porque o sulfato de *quinino* se devia “considerar como fornecimento da botica que o concessionario das minas se obrigou a ter bem provida no estabelecimento para socorro de qualquer classe de individuos ali residentes”⁴⁰³⁹. A Resolução n.º

⁴⁰³⁰ LISTA das substancias que os Droguistas podem vender só a Pharmaceutico estabelecido, publicada pelo Conselho de Saude Publica do Reino em 15 de Janeiro de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:7 (1858) 208-215, p. 208.

⁴⁰³¹ Ibidem, p. 210.

⁴⁰³² Ibidem, p. 213.

⁴⁰³³ Ibidem, p. 214.

⁴⁰³⁴ Ibidem.

⁴⁰³⁵ LISTA dos medicamentos abortivos, narcoticos ou venenosos, cujas receitas devem ser guardadas pelos Pharmaceuticos; publicada pelo Conselho de Saude Publica do reino em 1 d’Abril de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:10 (1858) 302-313, p. 302.

⁴⁰³⁶ Ibidem, p. 311.

⁴⁰³⁷ Ibidem, p. 305.

⁴⁰³⁸ PORTARIA, 17 OUTUBRO 1865. **D. L. 237** (1865-10-19) 2354 (informação obtida através de FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação**. Tomo X. Porto: Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1935b, p. 462).

⁴⁰³⁹ PORTARIA, 31 MARÇO 1857 - Portaria (pelo Ministerio da Marinha — Inedita) dispensando dos direitos de entrada o sulphato de quinino que fosse para o estabelecimento do Bembe da provincia de Angola. **MINISTÉRIO DA MARINHA**, Livro 1857. **PORTUGAL. Collecção official da legislação portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, anno de 1857**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p. 20.

385, de 20 de Março de 1867, determinava que uns “frascos de vidro, contendo sulphato de quinino” vindos de Londres estavam sujeitos ao pagamento de 160 réis por quilograma de peso⁴⁰⁴⁰. O artigo 1.º da Lei de 3 de Maio de 1898 fixa o “direito de importação para consumo dos saes de quinino” em “8\$000 réis por quilograma de peso liquido”⁴⁰⁴¹. Um outro decreto, datado de 10 de Agosto de 1903⁴⁰⁴² do Ministério dos Negócios da Fazenda, definia um “imposto especial” sobre especialidades farmacêuticas e remédios secretos privilegiados nacionais e estrangeiros e águas mineromedicinais estrangeiras. Na lista das especialidades farmacêuticas nacionais sujeitas a este imposto⁴⁰⁴³ constam diversas preparações com quina e quinina, como as ampolas de “Bi-chlorhydrato de quinina”⁴⁰⁴⁴, pastilhas comprimidas de “euquinina”⁴⁰⁴⁵, “Quina granulada”⁴⁰⁴⁶ ou o “vinho de quina e cacau”⁴⁰⁴⁷. A Portaria de 31 de Dezembro de 1904⁴⁰⁴⁸ mandava publicar “uma nova tabella das especialidades pharmaceuticas sujeitas a sellagem”⁴⁰⁴⁹ (especialidades farmacêuticas sujeitas a imposto de selo). Esta lista inclui várias preparações com quina, como o “Elixir de quina vinoso”⁴⁰⁵⁰. O Decreto n.º 17823, de 31 de Dezembro de 1929 reformou a pauta dos direitos de importação dos “Produtos químicos, substâncias medicinais e para perfumaria” (Pauta dos direitos de importação, Secção 5.ª)⁴⁰⁵¹. A nova pauta indicava que os “Sais de Quinina” eram artigos sujeitos a direitos alfandegários, com uma taxa máxima de 4\$50 e uma taxa mínima de 1\$50⁴⁰⁵². Adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 670/70, de 31 de Dezembro formalizava a isenção de direitos aduaneiros na importação de algumas matérias-primas, designadamente “Alcalóides da quina e seus derivados”⁴⁰⁵³.

O Decreto n.º 22037, de 27 de Dezembro de 1932⁴⁰⁵⁴ pretendia “defender a colocação da produção nacional, dando-lhe maiores possibilidades de expansão e consumo”⁴⁰⁵⁵. Apesar das medidas protecionistas que preconizava, este decreto previa a publicação de uma lista de alguns produtos estrangeiros, que poderiam ser “livremente adquiridos” pelas “repartições e serviços do Estado, as administrações autónomas, os corpos e corporações administrativas e as emprêsas ou sociedades particulares que usufruam concessão do Estado ou dos corpos ou corporações

⁴⁰⁴⁰ RESOLUÇÃO, 20 MARÇO 1867. **D. L.** 65 (1867-03-21) 823.

⁴⁰⁴¹ LEI, 03 MAIO 1898. **D. G.** 104 (1898-05-12) 1197.

⁴⁰⁴² DECRETO, 10 AGOSTO 1903. **D. G.** 178 (1903-08-13) 2761-2767.

⁴⁰⁴³ “Lista das especialidades pharmaceuticas nacionaes a que se refere o artigo 3.º das instrucções approvadas por decreto de 10 de agosto de 1903”, *Ibidem*, p. 2763.

⁴⁰⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁴⁵ *Ibidem*, p. 2766.

⁴⁰⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁴⁷ *Ibidem*, p. 2767.

⁴⁰⁴⁸ PORTARIA, 31 DEZEMBRO 1904. **D. G.** 10 (1905-01-13) 121-124.

⁴⁰⁴⁹ *Ibidem*, p. 122.

⁴⁰⁵⁰ *Ibidem*.

⁴⁰⁵¹ DECRETO n.º 17823. **D.G. I Série, 1º Suplemento.** 301 (1929-12-31) 2633 – 2666, p. 2650.

⁴⁰⁵² *Ibidem*, p. 2651.

⁴⁰⁵³ Anexo A, “29.42 Alcalóides vegetais, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados” do DECRETO-LEI n.º 670/70. **D.G. I Série.** 301 (1970-12-31) 2001 – 2009, p. 2006.

⁴⁰⁵⁴ Entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 379/85, de 26 de Setembro (DECRETO-LEI n.º 379/85. **D.R. I Série.** 222 (1985-09-26) 3206).

⁴⁰⁵⁵ DECRETO n.º 22037. **D.G. I Série.** 303 (1932-12-27) 2662 – 2664, p. 2662.

administrativas”, por não fazerem parte da produção nacional⁴⁰⁵⁶. Em 1933 foi publicado um Aditamento ao Decreto n.º 22037⁴⁰⁵⁷, de 27 de Dezembro de 1932, que acrescentava produtos farmacêuticos à lista de artigos estrangeiros que podiam ser importados⁴⁰⁵⁸, nos termos do §2.º do artigo 3.º do Decreto n.º 22037, de 27 de Dezembro de 1932, “em virtude de não serem fabricados em Portugal produtos similares ou que preencham o mesmo fim”⁴⁰⁵⁹. Neste aditamento constam três sais de quinina: “Bromidrato de quinina”, “Cloridrato de quinina” e “Sulfato de quinina”, bem como a “Quinina anidra”⁴⁰⁶⁰.

Em 1971 foi publicada em Despacho uma “tabela dos medicamentos e substâncias medicamentosas tóxicas, estupefacientes ou outros que possam ser empregados como antígenésicos ou abortivos cuja venda ao público fica dependente de receita médica”, que inclui os alcaloides da quina e os seus derivados sintéticos⁴⁰⁶¹.

A Portaria n.º 277/72, de 16 de Maio define os preços dos medicamentos constantes do Formulário Galénico Nacional, “aprovado, para servir de directório aos farmacêuticos e para fiscalização e polícia das farmácias e dos laboratórios de produtos farmacêuticos”. Os medicamentos listados incluem os supositórios de quinina e essências (para adulto e para criança) e os comprimidos de quinidina⁴⁰⁶².

O Decreto n.º 72/77, de 20 de Maio aprova o “Protocolo de aplicação do Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República do Senegal”⁴⁰⁶³. Este decreto contém uma “Lista indicativa das possibilidades de exportação de Portugal para o Senegal” e uma “Lista indicativa das possibilidades de exportação do Senegal para Portugal”⁴⁰⁶⁴. Nesta última consta a casca de quina⁴⁰⁶⁵.

A Portaria n.º 120/80, de 17 de Março, fixava os preços de venda ao público de vários “preparados inscritos no Formulário Galénico Nacional” designadamente de medicamentos com quinina – “Supositórios de quinina e essências, adulto”, e supositórios de quinina e essências infantil⁴⁰⁶⁶.

A Resolução da Assembleia da República n.º 30/94, de 27 de Junho “Aprova, para ratificação, o Acordo Europeu Que Cria Uma Associação entre as Comunidades Europeias e os

⁴⁰⁵⁶ Ibidem, p. 2663.

⁴⁰⁵⁷ ADITAMENTO ao Decreto n.º 22037. **D.G. I Série.** 197 (1933-08-31) 1596. Este aditamento está também transcrito em FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação.** Tomo XIV. Porto: Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1936, p. 643-646.

⁴⁰⁵⁸ A primeira lista destes artigos estrangeiros que podiam ser importados foi publicada no Diário do Governo n.º 94/1933 (LISTA. **D.G. I Série.** 94 (1933-04-29) 691-695).

⁴⁰⁵⁹ Artigo 3.º do DECRETO n.º 22037. **D.G. I Série.** 303 (1932-12-27) 2662 – 2664, p. 2663.

⁴⁰⁶⁰ ADITAMENTO ao Decreto n.º 22037. **D.G. I Série.** 197 (1933-08-31) 1596.

⁴⁰⁶¹ DESPACHO – Tabela dos medicamentos e substâncias medicamentosas tóxicas, estupefacientes ou outros que possam ser empregados como antígenésicos ou abortivos cuja venda ao público fique dependente de receita médica. **D.G. I Série.** 81 (1971-04-06) 490.

⁴⁰⁶² PORTARIA n.º 277/72. **D.G. I Série.** 115 (1972-05-16) 646.

⁴⁰⁶³ DECRETO n.º 72/77. **D.R. I Série.** 117 (1977-05-20) 1148 – 1151, Artigo único.

⁴⁰⁶⁴ Ibidem, p. 1150.

⁴⁰⁶⁵ Ibidem, p. 1151.

⁴⁰⁶⁶ PORTARIA n.º 120/80. **D.R. I Série.** 64 (1980-03-17) 447.

Seus Estados Membros, por um lado, e a Roménia, por outro, e respectivos protocolos, anexos, Acta Final e declarações”⁴⁰⁶⁷. Na alínea C) *Lista de matérias-primas e medicamentos sujeitos a contingentes [sic] de exportação em 1992* do Anexo IX – Lista dos produtos referidos no n.º 3 do artigo 14.^o⁴⁰⁶⁸, consta o “Sulfato de quinina”⁴⁰⁶⁹.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 193/2000, de 18 de Agosto refere-se ao uso de uma solução de sulfato de quinina em ácido sulfúrico como padrão de qualidade para o carvão vegetal (utilizado como corante em géneros alimentícios), tirando partido da sua fluorescência no espectro ultravioleta⁴⁰⁷⁰.

⁴⁰⁶⁷ RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 30/94. **D.R. I-A Série, 1º Suplemento.** 146 (1994-06-27) 2 – 111, p. 2.

⁴⁰⁶⁸ O n.º 3 do artigo 14º da Resolução da Assembleia da República n.º 30/94, de 27 de Junho contém a seguinte informação: “A Roménia abolirá, a partir da entrada em vigor do presente Acordo, as restrições quantitativas aplicáveis às exportações para a Comunidade e quaisquer medidas de efeito equivalente, excepto as referidas no anexo IX que serão progressivamente reduzidas e abolidas o mais tardar até final do 5.º ano após a entrada em vigor do presente Acordo” (Ibidem, p. 6).

⁴⁰⁶⁹ Ibidem, p. 35.

⁴⁰⁷⁰ Secção B – Critérios de pureza específicos, do Anexo VI do Decreto-Lei n.º 193/2000, de 18 de Agosto, referentes ao corante E 153 – Carvão vegetal – DECRETO-LEI n.º 193/2000. **D.R. I-A Série.** 190 (2000-08-18) 4039 – 4065, p. 4057.

4.3. Legislação sobre a quinina em produtos cosméticos e de higiene corporal

A presença da quina ou da quinina em produtos cosméticos já é descrita pelo menos desde o século XIX. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* encontramos, por exemplo, uma “Pomada de STEEGE contra a alopecia” (com quinina e manteiga de cacau)⁴⁰⁷¹, uma “Solução para fazer crescer o cabelo”⁴⁰⁷² contendo quinina, e uma “Loção excitante do coiro cabeludo”⁴⁰⁷³ com quina na sua composição. A legislação portuguesa regula os ensaios para identificação e doseamento da quinina presente em produtos cosméticos (loções capilares e champôs) e as concentrações máximas autorizadas de quinina em champôs e loções capilares.

No Anexo à Portaria n.º 503/94, de 6 de Julho são definidos os “Métodos de análise necessários ao controlo da composição dos produtos cosméticos”⁴⁰⁷⁴. O Anexo à Portaria n.º 503/94, de 6 de Julho indica e descreve os ensaios para identificação e doseamento da quinina no Capítulo XXII Quinina – Identificação e doseamento, da 3ª Parte (Ensaio), incluindo os aparelhos, a técnica e os reagentes necessários para “pôr em evidência a presença de quinina nos champôs e loções capilares”⁴⁰⁷⁵ (parte A – Identificação); e para efetuar “o doseamento da quinina nos champôs e nas loções capilares”⁴⁰⁷⁶ (parte B – Doseamento).

O Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de Setembro define atualmente as concentrações máximas autorizadas de “Quinino e seus sais” em champôs e loções capilares⁴⁰⁷⁷. Estas concentrações máximas estão consagradas na legislação portuguesa desde 2001, tendo sido legisladas anteriormente através do Decreto-Lei n.º 100/2001, de 28 de Março⁴⁰⁷⁸ e através do Decreto-Lei n.º 142/2005, de 24 de Agosto⁴⁰⁷⁹.

⁴⁰⁷¹ FORMULAS extrahidas das Pharmacopeias estrangeiras. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:2 (1850) 48-51, p. 48.

⁴⁰⁷² SOLUÇÃO para fazer crescer o cabelo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 5 (1904) 38. Esta fórmula provinha originalmente da publicação periódica francesa *Journal de Pharmacie et de Chimie*.

⁴⁰⁷³ LOÇÃO excitante do coiro cabeludo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 171.

⁴⁰⁷⁴ PORTARIA n.º 503/94. **D.R. I-B Série**. 154 (1994-07-06) 3567 – 3597, p. 3567.

⁴⁰⁷⁵ Ibidem, p. 3593.

⁴⁰⁷⁶ Ibidem, p. 3594.

⁴⁰⁷⁷ Primeira parte Lista das substâncias que os produtos cosméticos não podem conter fora das restrições e condições previstas, do Anexo III, do DECRETO-LEI n.º 189/2008. **D.R. I Série**. 185 (2008-09-24) 6826 – 6905, p. 6867.

⁴⁰⁷⁸ Primeira parte Lista das substâncias que os produtos cosméticos e de higiene corporal não podem conter fora das restrições e condições previstas, do ANEXO III, do DECRETO-LEI n.º 100/2001. **D.R. I-A Série**. 74 (2001-03-28) 1711 - 1737, p. 1721. Este decreto foi entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 142/2005, de 24 de Agosto.

⁴⁰⁷⁹ Primeira parte Lista das substâncias que os produtos cosméticos não podem conter fora das restrições e condições previstas, do ANEXO III, do DECRETO-LEI n.º 142/2005. **D.R. I-A Série**. 162 (2005-08-24) 4904 – 4969, p. 4941. Este decreto foi entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de Setembro.

4.4. Legislação sobre a quinina como adjuvante em bebidas refrigerantes

A presença da quinina em produtos alimentares obedece a várias especificações legais. Encontram-se diversas referências na legislação portuguesa à utilização da quinina em refrigerantes, designadamente na água tônica. Deste modo, foi legislada a concentração de quinina na água tônica⁴⁰⁸⁰, bem como as informações que deveriam ou poderiam constar na rotulagem dos refrigerantes com quinina⁴⁰⁸¹.

Concluindo o que foi exposto, a legislação portuguesa referente à quina e à quinina é demonstrativa das diversas aplicações destes produtos medicinais.

A legislação médica e farmacêutica portuguesa relativa a medicamentos com quina e quinina inclui: o regimento dos preços dos medicamentos; a regulamentação do comércio da Água de Inglaterra; listas de medicamentos abortivos, narcóticos ou venenosos cujas receitas tinham de ser guardadas pelos farmacêuticos; listagens de medicamentos que os droguistas só podiam vender a farmacêuticos estabelecidos; proibição de importação de falsificações de medicamentos com quina; listas de produtos farmacêuticos que podiam ser importados por ausência de produção nacional; listas de especialidades farmacêuticas sujeitas a imposto de selo; medicamentos obrigatórios nas embarcações nacionais; tabelas de medicamentos para o serviço de saúde naval; modelos de registo de entrada e saída de medicamentos do depósito geral do exército; aprovação do prontuário dos preços dos medicamentos do Formulário Galénico Nacional; uma tabela dos medicamentos e substâncias medicamentosas tóxicas, estupefacientes ou outros que podiam ser utilizados como antígenésicos ou abortivos, e cuja venda ao público estava dependente de receita médica; e atribuição de direitos aduaneiros ou sua isenção.

A quinina é também usada como ingrediente de loções capilares e champôs, pelo que a legislação portuguesa define os ensaios de identificação e doseamento da quinina e as respetivas concentrações máximas permitidas nesses produtos cosméticos. Na legislação portuguesa também foram e são legisladas várias características dos géneros alimentícios com quinina

⁴⁰⁸⁰ DESPACHO. **D.G. I Série.** 189 (1970-08-17) 1070; alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º do DECRETO-LEI n.º 93/89. **D.R. I Série.** 72 (1989-03-28) 1311 – 1313 (entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 288/94, de 14 de Novembro); DECLARAÇÃO de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 93/89, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que define as características e estabelece regras de acondicionamento e rotulagem de refrigerantes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 72, de 28 de Março de 1989. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 99 (1989-04-29) 10 – 11; alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º da PORTARIA n.º 703/96. **D.R. I-B Série.** 282 (1996-12-06) 4387 – 4388.

⁴⁰⁸¹ DESPACHO. **D.G. I Série.** 189 (1970-08-17) 1070 – este despacho refere-se à menção obrigatória da presença e concentração do hidróclorato de quinina na rotulagem da água tônica; Alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 6.º do DECRETO-LEI n.º 93/89. **D.R. I Série.** 72 (1989-03-28) 1311 – 1313; alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 6.º da PORTARIA n.º 703/96. **D.R. I-B Série.** 282 (1996-12-06) 4387 – 4388.

(refrigerantes e vinhos), tais como os teores de quinina permitidos, ou a informação que deve constar na sua rotulagem. O papel da quinina como padrão de qualidade do carvão vegetal (usado como corante em géneros alimentícios) também é referido na legislação portuguesa.

Verifica-se que existem referências à quina na legislação portuguesa desde o século XVIII até ao século XX e à quinina desde o século XIX à atualidade. A presença da quina e, posteriormente, dos seus derivados, é transversal desde o mundo pré-industrial farmacêutico ao mundo industrial, e alarga-se para além dos medicamentos, como no caso dos cosméticos, entre outros. Também é transversal a todos os regimes tutelares da farmácia e do medicamento em Portugal.

A leitura da legislação portuguesa referente à quina e à quinina fornece pistas importantes para a história da farmácia e terapêutica. Através da legislação é possível obter informações sobre, por exemplo: que medicamentos com quina e quinina foram comercializados em determinados períodos; quanto à obrigatoriedade da presença de alguns medicamentos com quina e quinina nas farmácias e nas embarcações nacionais; ou quanto à isenção ou pagamento de impostos relativos a produtos com quina ou quinina.

5. Conclusões

A nossa investigação constituiu o primeiro estudo aprofundado da representação da quina e da quinina nas farmacopeias portuguesas, abrangendo todas as farmacopeias oficiais portuguesas publicadas entre o século XVIII e o século XX, e as farmacopeias não oficiais publicadas em Portugal no mesmo período. Completámos a nossa pesquisa com várias publicações periódicas médicas e farmacêuticas relevantes, e analisámos várias obras significativas que têm a quina como objeto. Esta tese contém ainda o primeiro estudo histórico abrangente da legislação portuguesa sobre a quina e a quinina, desde o século XVIII ao século XX.

O nosso estudo diacrónico tinha como objetivo investigar e analisar a receção da quina e da quinina na literatura médica e farmacêutica em Portugal, entre o século XVIII e o século XX, focando a investigação científica realizada por portugueses. Pretendíamos igualmente estudar quantitativamente a presença da quina e da quinina nas farmacopeias oficiais portuguesas e clarificar as indicações e propriedades terapêuticas atribuídas à quina, à quinina e aos seus medicamentos derivados em Portugal ao longo da cronologia proposta. Propusemo-nos ainda a avaliar o contributo de Bernardino António Gomes para o estudo da quina. Deste modo, estudámos o teor da polémica que resultou do isolamento da cinchonina, e que se desenvolveu no *Jornal de Coimbra* e n' *O Investigador Portuguez* e analisámos o impacto do trabalho de Bernardino António Gomes em fontes coevas internacionais. Esta investigação vem responder a várias lacunas previamente identificadas na literatura, designadamente a ausência de um estudo do uso medicinal da quina e da quinina ao longo do tempo em Portugal.

No que respeita às indicações terapêuticas da quina, destaca-se não apenas a aplicação nas febres intermitentes, mas também a sua utilização na gota, propugnada por Francisco Tavares nas obras *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* (1802) e *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos* (1810). Esta tese evidencia de forma pormenorizada o modo como Francisco Tavares aconselhou a quina no tratamento da gota. Demonstra também que Francisco Tavares recomendou a quina como tratamento complementar no reumatismo agudo e crónico. Depois da publicação de F. Tavares, Manuel Joaquim Henriques de Paiva também indicou que a quina era utilizada no tratamento da gota declarando (à semelhança de Tavares) tê-la utilizado com esse fim na sua prática clínica. Na *Pharmacopea naval, e castrense* (1819) também se aponta a atividade da quina na gota, remetendo o leitor para a obra de Francisco Tavares.

Em Portugal, nos séculos XVIII e XIX a quina foi também aconselhada para outro tipo de febres, designadamente nas chamadas febres contínuas, nas febres remitentes, nas febres malignas ou nas febres podres ou pútridas. Outras indicações incluíram a gangrena, as bexigas, as hemorragias, ou estados de debilidade. No século XVIII em particular, a quina foi também aconselhada como antídoto da peste, nas feridas, nas dores cólicas, na cólera, ou nas doenças

hipocondríacas. No século XIX as indicações terapêuticas da quina incluíram: a gota e outras doenças reumáticas; vários tipos de úlceras; a hemoptise; doenças escrofulosas; garrotinho; lombrigas; doenças espasmódicas, nervosas e convulsivas; hemicranias, epilepsias e odontalgias periódicas; disenteria contagiosa; diarreia; anorexia; tísica (pituitosa, incipiente, mucosa); hidropisia; empiema; pleuris; tosse convulsa; fraqueza muscular; utilização como antídoto do tartarato de potassa e de antimónio ou em dentífricos.

No que respeita à atividade ou propriedades terapêuticas atribuídas à quina, a sua ação febrífuga e adstringente/estíptica é declarada desde o século XVIII ao século XX. Nos séculos XVIII e XIX refere-se a atividade da quina contra as febres intermitentes, e no século XX contra a malária. A virtude antissética ou antipútrida da quina é descrita logo no século XVIII, sendo também apontada no século XIX. No século XIX encontramos ainda referências à atividade antiespasmódica, tónica/roborante, estomática, corroborante, purgante, antiperiódica, excitante, ou hiposténica da quina. A atividade tónica da quina foi igualmente salientada no século XX.

Deste modo, verificámos que a ação terapêutica propugnada para a quina nos séculos XVIII e XIX em Portugal foi bastante abrangente.

Relativamente ao uso medicinal da quinina, no século XIX indica-se que esta possuía atividade tónica, febrífuga (especificamente contra as sezões/febres intermitentes/paludismo) e também na gripe.

No século XX também se aponta a atividade da quinina no paludismo, bem como a nível cardíaco (a par da quinidina), para além da atividade antipirética. No *Boletim da Escola de Farmácia* da Universidade de Coimbra refere-se também que a quinina era um medicamento antigripal. Atualmente a quinina é reconhecida como agente terapêutico no tratamento da malária e da babesiose, e utilizada em produtos para a queda do cabelo.

A nossa pesquisa evidencia uma presença significativa da quina e da quinina na literatura médica e farmacêutica portuguesa analisada.

No que concerne às farmacopeias oficiais, verificámos que a quina é parte integrante de todas as farmacopeias oficiais portuguesas. Todas as farmacopeias oficiais portuguesas, à exceção do *Código Farmacêutico Lusitano*, possuem pelo menos uma monografia da quina, sendo que a *Pharmacopeia Geral* contém duas monografias da quina. Desde a primeira farmacopeia oficial portuguesa até à quarta farmacopeia oficial portuguesa, a quina é um dos ingredientes de várias fórmulas de medicamentos. Na quinta e na sexta farmacopeias oficiais portuguesas a quina tem uma monografia própria, mas não é incluída diretamente na preparação de nenhum medicamento. A quinina surge pela primeira vez nas farmacopeias oficiais na segunda farmacopeia oficial portuguesa, o *Código Farmacêutico Lusitano* (1835), após o seu isolamento em 1820, mantendo-se presente até à última farmacopeia oficial analisada.

Outros alcaloides da quina também integram algumas farmacopeias oficiais portuguesas. A cinchonina consta em várias farmacopeias: como medicamento – nas primeiras 4 edições do *Código Farmacêutico Lusitano* e na *Pharmacopêa Portuguesa* – ou como reagente – na

Farmacopeia Portuguesa V e na *Farmacopeia Portuguesa VI*. A quinidina teve uma entrada mais tardia nas farmacopeias oficiais, surgindo precisamente na *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935), através do sulfato de quinidina. O sulfato de quinidina está presente até à última farmacopeia oficial portuguesa analisada, a *Farmacopeia Portuguesa VI*. A cinchonidina, por sua vez, é um dos reagentes apresentados na quinta e na sexta farmacopeia oficial portuguesa, embora a sua primeira referência seja na monografia da totaquina, presente na segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1946). De acordo com a análise quantitativa que efetuámos das farmacopeias oficiais portuguesas, a *Pharmacopêa Portugueza* (1876) é a que contém uma percentagem mais elevada de medicamentos com quina – 2,61%. A maior percentagem de medicamentos com quinina está presente na *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935) – 2,34%.

Através da análise das farmacopeias oficiais portuguesas, observamos os indícios de uma lenta transição do uso predominante da quina, para a preferência para a quinina na preparação de medicamentos. O ponto de inflexão na nossa análise é a farmacopeia oficial de 1935, em que o número de medicamentos com quinina ultrapassa o número de medicamentos com quina. No entanto, as farmacopeias oficiais portuguesas frequentemente não tiveram atualizações à cadência desejável, designadamente entre a terceira (1876) e a quarta farmacopeia oficial (1935). Deste modo, é possível que essa inflexão tenha sido anterior na prática clínica.

De entre as farmacopeias oficiais portuguesas, apenas o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (primeiras 4 edições) apresenta diretamente indicações terapêuticas para os medicamentos com quina ou quinina. Nas outras farmacopeias oficiais portuguesas, os nomes dos medicamentos são, por vezes, sugestivos da sua atividade medicinal. Os medicamentos com quina têm indicações terapêuticas mais abrangentes do que os medicamentos com quinina. Na única farmacopeia oficial portuguesa do século XVIII, detetou-se a existência de um medicamento com quina designado antifebril e outro como antissético. No século XIX para os medicamentos com quina propõe-se atividade antifebril (referindo-se também especificamente a atividade contra as febres de natureza intermitente), antissética, tónica, uso como alexifármaco, uso em dentífricos e em pílulas para benefício do estômago. A virtude febrífuga da quina é atribuída à quinina e à cinchonina nas primeiras quatro edições do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835, 1836, 1841, 1846). Na *Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1836) Silveira Pinto atribui à quina fortes virtudes tónicas, antiperiódicas, febrífugas, antisséticas e antiespasmódicas. Para os medicamentos com quinina, no século XIX aponta-se atividade contra a febre (designadamente a febre intermitente), antiperiódica, e em hemorragias. No século XX, o sulfato de quinina é também designado antiperiódico (na quarta farmacopeia oficial), e o sulfato e o cloridrato de quinina são recomendados especificamente para a prevenção e tratamento da malária causada por *Plasmodium falciparum*, nos mementos terapêuticos associados à quinta e à sexta farmacopeias oficiais.

Através da análise das farmacopeias não oficiais portuguesas, esta tese permite a obtenção de um quadro evolutivo das recomendações e propriedades terapêuticas da quina e dos seus

medicamentos derivados, desde o início do século XVIII (1704) ao início do terceiro quartel do século XIX (1876). As farmacopeias não oficiais, ao contrário das farmacopeias oficiais, apresentavam frequentemente as indicações terapêuticas das drogas e dos medicamentos que incluíam, pelo que é possível observar o aumento do número de patologias e sintomas nos quais a quina foi indicada. Na maioria dessas obras verifica-se a recomendação da quina ou dos medicamentos com quina e seus derivados no tratamento das febres intermitentes. As exceções são a *Pharmacopea contracta* (1749), a *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta* (1791), as duas edições da *Farmacopéa Lisbonense* (1785 e 1802), a *Pharmacopéa Lusitana* (1841), e a edição de 1876 do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. Estas farmacopeias têm em comum o facto de terem poucas ou nenhuma declarações diretas ou pistas sobre as indicações terapêuticas das drogas ou dos medicamentos descritos. Nas duas edições da *Farmacopéa Lisbonense* refere-se apenas a atividade febrífuga de vinhos de quina, estando também presente um cozimento com quina designado como antifebril. Na *Pharmacopéa Lusitana* refere-se a atividade antiperiódica de um medicamento com quina (isto é, atividade contra doenças periódicas, das quais as febres intermitentes podem ser um exemplo), numa secção sobre dosagens de medicamentos. No *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1876), por seu turno, surge somente um medicamento com quina designado como antifebril. Quanto aos medicamentos com quinina estes são recomendados em febres intermitentes na *Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras...* (1834). No *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1876) é também apresentado um medicamento febrífugo com quinina.

Em farmacopeias não oficiais do século XVIII e XIX os medicamentos com quina foram recomendados como febrífugos gerais, e em tipos particulares de febre para além das intermitentes, como as febres malignas e remitentes. Foram também aconselhados: como antídotos; estimulantes do apetite; na gangrena; nas más digestões; na leucorreia/fluxo branco; nas hemorragias; no cancro; no escorbuto; nas úlceras, chagas e feridas; na caquexia; na diarreia e disenteria; e nas escrófulas/doenças escrofulosas.

Especificamente nas farmacopeias não oficiais publicadas no século XVIII os medicamentos com quina foram recomendados também nas febres contínuas ou pestilentes, entre outras; nas afeções históricas e hipocondríacas; no tratamento do pleuris (inflamação da pleura); nas bexigas; no sarampo; na epilepsia; nas lombrigas; nas dores de estômago; na hemoptise; nas vertigens; nos vómitos; ou nos soluços.

Nas farmacopeias não oficiais publicadas no século XIX, por seu turno, os medicamentos com quina foram ainda recomendados, por exemplo, nas febres nervosas, pútridas/podres ou adinâmicas. Foram também recomendados: como dentífricos; na gota; no reumatismo; na tosse; na gangrena; nas hemorragias; nalguns casos de convalescença; nas doenças venéreas; e na tísica (tuberculose pulmonar). Os medicamentos com quinina foram aconselhados nas febres intermitentes (terças, quartãs, quotidianas), remitentes, e perniciosas. Os medicamentos com

cinchonina são indicados em febres de acesso (intermitentes), febres agudas e periódicas e febres perniciosas, sendo-lhes também apontada a ação febrífuga e tônica da quina. É também indicado o uso do sulfato de quinina especificamente em febres terçãs, quartãs, quotidianas e remitentes.

Nas farmacopeias não oficiais do século XVIII a atividade indicada para os medicamentos com quina inclui a ação anticólica, antiespasmódica, estíptica, emenagoga e carminativa (contra a flatulência). As atividades terapêuticas atribuídas aos medicamentos com quina nas farmacopeias não oficiais publicadas tanto no século XVIII como no século XIX incluem a ação antifebril/febrífuga, estomática, antissética/antipútrida, tônica, laxante/purgante e expetorante.

Nalgumas farmacopeias que não descrevem o uso medicinal da quina e/ou que não apresentam as aplicações terapêuticas dos medicamentos descritos, é ainda assim possível observar que a quina ou a quinina integram medicamentos designados como antifebris, isto é, com atividade contra a febre. Vários medicamentos com quina são também designados como antisséticos, alexifármacos, *anticancrosos*, dentífricos ou estomáticos.

Por outro lado, verifica-se que a quina foi utilizada como ingrediente de fórmulas medicamentosas para uso interno e externo.

No que respeita à Água de Inglaterra em particular, a sua utilidade antifebril é destacada por vários autores das farmacopeias não oficiais. A *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica* (1716) e a *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1735, 1760) apresentam receitas para a preparação da Água de Inglaterra. Na *Pharmacopea Lusitana* (1711, 1725, 1754), na *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (1735, 1751), na *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica* (1772) e na *Farmacopéa Lisbonense* (1785, 1802) encontram-se fórmulas para substituir a Água de Inglaterra.

Através da pesquisa em revistas científicas verificámos a existência de vários trabalhos de autores portugueses relacionados com a quina e/ou a quinina, incluindo diversos estudos não referidos na historiografia.

No *Jornal de Coimbra* foi publicado um artigo de António das Neves Mello com estudos sobre a ação de diversos reagentes químicos sobre amostras de cascas de quina. Nesta mesma publicação, José Feliciano de Castilho publicou um artigo com extratos de trabalhos estrangeiros relacionados com a quina. Tomé Rodrigues Sobral, por seu turno, publicou um estudo teórico sobre o “princípio febrífugo das quinas”.

A análise de revistas médicas e farmacêuticas revelou igualmente a publicação de vários relatos e pareceres sobre análises químicas de amostras de sulfato de quinina de diversas origens (de Frankfurt, de Milão, da marca G. F. Boerhinghen & Sonne, e português, incluindo uma amostra de Mirandela). Os autores envolvidos nestes estudos incluíram: F. M. C. Leal Junior; Vicente José de Seíça; e comissões de farmácia da Sociedade Farmacêutica Lusitana constituídas por Francisco Antonio Rosa, Antonio Manuel Augusto Mendes e José Joaquim Pinto de Almeida. Incluíram também diversas comissões de química da mesma sociedade compostas por: João José de Sousa Telles, José Pereira d’Azevedo e Francisco Fortunato d’Assís; Joaquim José Alves,

Joaquim Urbano da Veiga, e José Ribeiro Guimarães Drack; José Ribeiro Guimarães Drack e Alfredo da Silva Machado; Joaquim José Alves, José Ribeiro Guimarães Drack e Alfredo da Silva Machado; Joaquim José Alves, Alfredo da Silva Machado, e Emilio Fragoso; ou ainda por Antonio Carvalho da Fonseca, Raul Lupi Nogueira, José A. de M. Cisneiros e Faria e Jayme Tavares.

Uma comissão *ad hoc* composta por Emilio Estacio, João de Jesus Pires e Francisco de Carvalho respondeu também a várias questões relacionadas com a análise do sulfato de quinina, embora o seu parecer tenha sido rejeitado pela Sociedade Farmacêutica Lusitana. H. J. de Sousa Telles também abordou, no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, a questão da falsificação do sulfato de quinina ou de outros sais de quinina, seguindo as doutrinas de autores estrangeiros.

Foram também publicados os resultados de análises de cascas de quina vindas das antigas colónias portuguesas por Joaquim dos Santos e Silva, Aloísio Fernandes Costa, e J. Souto Teixeira. José Cardoso do Vale publicou estudos sobre métodos de doseamento dos alcaloides totais e da quinina na casca de quina, e um artigo sobre métodos de análise de tinturas que incluía a identificação da tintura de quina. J. Souto Teixeira também apresenta os resultados de um estudo clínico (efetuado nos Serviços Antissezonáticos da Direção Geral de Saúde), em que se utilizaram comprimidos de totaquina preparados por si em cinco casos de malária.

Nos relatórios da Escola de Farmácia também encontramos informações sobre análises de sais de quinina efetuadas por José Cardoso do Vale, Luís Duarte Rodrigues (verificação de pureza), e Maria Cornélia Teles Grilo do Amaral Espinha, que realizou um trabalho de laboratório envolvendo a identificação e dosagem de sais de quinina nalgumas formas farmacêuticas.

Os autores portugueses realizaram também alguns outros trabalhos, designadamente estudos galénicos ou de formulação de medicamentos com quinina. Augusto Rocha publicou vários artigos sobre um novo processo de administração de injeções hipodérmicas de quinina que utilizou na sua prática clínica. Este processo foi também utilizado por J. A. Corrêa de Carvalho, que depois o modificou. Lopes Vieira, por seu turno, expôs a sua opinião sobre o uso dos sais de quinina no tratamento da febre palustre. Charles Lepierre efetuou estudos químicos sobre vários sais de quinina que tinham sido descritos pelo químico Grimaux numa publicação francesa. Aluisio Marques Leal, por sua vez, fez um estudo laboratorial de farmácia galénica, tirando partido da ação da quinina como estabilizante numa fórmula medicamentosa criada por si. Amândio Martins formulou também uma solução injetável à base de quinina utilizando o álcool benzílico. Aldo Castellani criou um método de deteção da quinina na urina, descrito nos *Anais do Instituto de Medicina Tropical*. A. Lupi Nogueira e Elvige Neto fizeram também um estudo laboratorial em que verificaram que a quinina perturbava uma reação química para determinação do teor de vitamina A, e precisaram a percentagem de quinina em que tal começava a ocorrer. Noutros artigos, da autoria de Maria Serpa dos Santos, José Cardoso do Vale e de António Pinho de Brójo, respetivamente, são relatadas análises de vários medicamentos, incluindo alguns com quina ou seus derivados.

Alfredo da Silva Machado também estudou amostras de quina sujeitas à infusão e decocção. Silva Machado procurou determinar as percentagens de alcaloides que permaneciam após essas operações farmacêuticas, no sentido de tentar aproveitar estes resíduos de infusos e cozimentos de quina para fazer outras preparações farmacêuticas. F. de Carvalho, por sua vez, deu várias notícias sobre o sulfato de quinina de fabrico português. José Maria Soares Teixeira, Antonio Cesario d'Almeida Alves e Augusto Pereira da Silva, da comissão de farmácia da Sociedade Farmacêutica Lusitana, também efetuaram, a pedido de um consócio da sociedade, um teste num medicamento com quinina (solução hipodérmica de *bi-chloreto* de quinina) para verificar se este originava precipitado após algum tempo.

Nas revistas analisadas localizámos igualmente estudos portugueses com casos clínicos em que se utilizara a quinina ou a quinidina. Mário Tavares de Sousa descreve casos clínicos de malária em que se utilizara a quinina seguida da atebrina por ineficácia da quinina. João Pôrto descreve casos de crises de taquicardia paroxística em que utilizara o sulfato de quinidina com eficácia.

Encontrámos também alguns estudos históricos relacionados com a quina e/ou a quinina, por L. Falcão da Fonseca, João Jardim de Vilhena e João Maria Holtreman do Rego.

Por outro lado, alguns artigos de autores portugueses sobre a quina são trabalhos de divulgação relacionados com a cultura das árvores da quina. Nestes artigos forneceram-se notícias sobre o estado da cultura das quinas, informações técnicas sobre o seu cultivo e informações botânicas sobre amostras de quina, ou foram efetuadas recomendações ao governo no sentido de aumentar a atenção e investimento em plantações de quineiras. Neste domínio destacam-se autores como Júlio Henriques, Adolpho Moller, Francisco Frederico Hopffer, Duarte de Oliveira Junior, Silva Machado, e Bernardino Barros Gomes.

Verificámos também que o conhecimento produzido em Portugal sobre a quina e a quinina entre os séculos XIX e XX, resultado da investigação de vários cientistas portugueses, foi divulgado quer sob a forma escrita – em livros e artigos de publicações periódicas – quer oralmente – em cursos de férias ou em “Lições de interesse colonial” na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra, e em comunicações orais em congressos.

A nossa investigação evidencia igualmente que várias instituições da Universidade de Coimbra e instituições sediadas em Lisboa estiveram envolvidas no estudo da quina e da quinina.

No Laboratório Químico da Universidade de Coimbra decorreram as análises da quina peruviana e da chamada quina do Rio de Janeiro por parte de Tomé Rodrigues Sobral. No Laboratório Químico da Casa da Moeda, situado em Lisboa, decorreram as análises da comissão da Academia Real das Ciências (análise comparativa da quina do Rio de Janeiro com outras cascas designadas como quinas) e a análise de cascas vindas do Pará por Alexandre Antonio Vandelli. No Laboratório Químico da Universidade de Coimbra e no Laboratório de Farmacognosia da Escola de Farmácia testou-se o teor de alcaloides de amostras de cascas de

quina vindas das antigas colónias portuguesas. No Laboratório de Farmacognosia da Escola de Farmácia foram também testados extratos de casca de quina.

Por outro lado, verificámos que instituições como a Sociedade Farmacêutica Lusitana e a Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra (através do Laboratório de Química Farmacêutica, do Laboratório de Criptogamia e Fermentações, e do Laboratório de Farmacognosia) tiveram um papel na realização de análises de pureza de sais de quinina. No Dispensatório Farmacêutico dos Hospitais da Universidade de Coimbra também se testou a pureza do sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana. No Laboratório de Química Farmacêutica da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra estudou-se ainda uma planta potencialmente antimalárica, utilizada como substituto dos sais de quinina. Por seu turno, no Laboratório da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, A. Lúpi Nogueira e Elvige Neto realizaram o seu trabalho que evidenciou que a quinina perturbava a reação de Carr-Price, utilizada para determinação da vitamina A.

A análise da presença da quina e da quinina em revistas médicas e farmacêuticas portuguesas revela ainda os usos medicinais propostos em Portugal para os medicamentos com quina e quinina desde a segunda metade do século XIX até ao final do século XX, ajudando a compor o quadro da evolução da aplicação terapêutica da quina e dos seus derivados.

Através da análise do *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* e da *Coimbra Médica* verificámos que os medicamentos com quina e quinina foram recomendados para uma grande variedade de afeções ao longo do século XIX, embora predominassem as fórmulas para uso nas febres intermitentes/febres de acesso, face às fórmulas com outras aplicações medicinais. Nas revistas analisadas são também apresentadas mais fórmulas com quinina destinadas às febres intermitentes do que com quina.

Desta forma, no século XIX foram publicadas fórmulas de preparações medicamentosas com quina e quinina contra as febres intermitentes, a gota, a tuberculose, a diabetes, as úlceras, a cólera, as dores de estômago, as infeções purulentas, vários dentífricos, e fórmulas com ação febrífuga geral ou noutra tipo de febres para além das intermitentes (como a febre amarela). No século XIX são ainda incluídas fórmulas de medicamentos com quinina para o tratamento de nevralgias, da infeção por influenza (gripe), da tosse convulsa, de dores de cabeça (incluindo vários medicamentos destinados especificamente à enxaqueca/hemicrania), colerina, hipocondria, tétano, hemoptise, papeira, vaginite blenorragica, septicémia puerperal, cancro, prurido nervoso da menopausa, doenças oftalmológicas, angina de peito, queda do cabelo, preparações cosméticas (incluindo uma água-de-colónia) e um antídoto. No que concerne à quina, no século XIX são também descritas fórmulas tónicas, antiescrofulosas ou anti-helmínticas, bem como preparações para tratar a sífilis, doenças reumatismais, a anorexia, a bronquite crónica, as frieiras, a angina gangrenosa, a angina escrofulosa, a dispepsia, a broncopneumonia, a tinha, a insónia nervosa, as hemorragias intestinais, o escorbuto, as cataratas, a neurastenia, a coreia, a *chlorosa*, a estomatite mercurial, o eczema e outras doenças cutâneas, e medicamentos

veterinários. A quina é igualmente indicada num tratamento para promover a menstruação e no tratamento da gripe. A cinchonina, por sua vez, surge numa fórmula para o tratamento de feridas.

Em artigos publicados no século XIX nas revistas médicas e farmacêuticas, é referida em particular a atividade do sulfato de quinina nas febres palustres/febres intermitentes, na pneumonia e gripe, e a sua ação tónica no sistema nervoso (sobretudo no sistema nervoso cardíaco). Os sais de quinina são recomendados no tratamento das crises agudas do paludismo e os sais de quinina e os medicamentos com quina também são apresentados como provavelmente úteis na prevenção da malária.

No século XX foram publicadas fórmulas com quina e quinina para a gota e para a queda do cabelo. As fórmulas publicadas com quinina destinavam-se igualmente à malária/febres de acesso, às nevralgias, à gripe, à sífilis, ao artritismo e a fins analgésicos. A quina surge também em fórmulas para o tratamento de feridas, e da pneumonia. Foi ainda publicada uma fórmula com *quininum*, um outro derivado da quina, para a nevralgia.

Através da análise de revistas médicas e farmacêuticas é também possível perceber os traços gerais da evolução da importância da quina e dos seus derivados. A quinina passou de um medicamento essencial no tratamento da malária – sendo descrito o seu amplo uso até à Segunda Guerra Mundial – para uma utilização limitada, com algum ressurgimento após o aparecimento de resistências a antimaláricos sintetizados no século XX. É também evidenciado o uso da quinina na prevenção (designadamente nas antigas colónias portuguesas) e no tratamento da malária no século XX em Portugal. É ainda relatada a sua aplicação gratuita no tratamento da malária em Portugal no segundo quartel do século XX, designadamente na Estação Experimental de Combate ao Sezonismo em Benavente desde 1931, e depois através das várias dependências dos Serviços Antissezonáticos a partir de 1938. A análise de revistas médicas e farmacêuticas portuguesas revela também que no século XX a quinina ainda foi utilizada como antigripal em Portugal.

Para além disso, vários artigos de publicações periódicas analisados, designadamente do *Jornal de Coimbra* e da *Coimbra Médica*, evidenciam a importante incidência das febres intermitentes em Portugal durante o século XIX. A elevada incidência da malária é ainda referida no século XX. Encontram-se também indícios de que o uso da quinina no final do século XIX estava muito vulgarizado, sendo inclusivamente utilizada em automedicação, em Portugal e nas antigas colónias portuguesas em África. No entanto, já em meados do século XIX se encontram em Portugal afirmações a favor da preponderância do sulfato de quinina enquanto febrífugo.

Essa vulgarização já tinha aparentemente ocorrido anteriormente com a quina, levando à consideração deste fármaco como um medicamento específico para o tratamento das febres intermitentes. No primeiro quartel do século XIX, vários médicos portugueses afirmaram no *Jornal de Coimbra* que a quina era um medicamento específico para as febres intermitentes. O farmacêutico António José de Sousa Pinto (autor de uma farmacopeia não oficial e produtor de Água de Inglaterra) também declarou que a quina era um específico no tratamento da febre, no sentido em que curava as febres mas não se conhecia o seu modo de atuação. Bernardino António

Gomes filho (em 1863 e 1873), teorizou que a quina exerceria a sua atividade nas febres intermitentes com origem nos pântanos pela sua ação tónica, fortalecendo o organismo, ao contrário de outros médicos que, segundo ele, atribuíam o poder curativo da quina nas febres intermitentes à atuação específica sobre o princípio causador da doença – o miasma. Já no século XX, Lúcio de Almeida e Mário Trincão (1934) declararam a quinina como o verdadeiro medicamento específico na fase aguda da malária.

Na investigação científica realizada por portugueses, destaca-se particularmente o trabalho de Bernardino António Gomes pai, que isolou a cinchonina em 1810, o primeiro alcaloide da quina a ser isolado. Não obstante, o contributo da investigação de Francisco Tavares sobre a aplicação da quina na gota também é digno de nota. Ambos apresentaram um carácter inovador, reconhecido pelos seus pares, e tiveram repercussão internacional. A investigação de Bernardino António Gomes sobre a quina revela a sua atualização científica e a sua originalidade. Este cientista português estava a par de várias investigações relacionadas com a quina feitas noutros países, e construiu o seu trabalho sobre esse conhecimento, conseguindo isolar a cinchonina. O seu contributo no estudo da quina foi reconhecido internacionalmente em várias publicações contemporâneas. Esta tese clarifica o processo através do qual o trabalho de B. A. Gomes sobre a quina foi conhecido em França, e evidencia a influência essencial que a sua investigação teve no envolvimento de Pelletier e Caventou no estudo da quina, que conduziu ao isolamento da quinina por estes cientistas franceses.

Esta tese aborda igualmente a contestação em Portugal do valor do trabalho de Gomes sobre a quina no *Jornal de Coimbra*. Embora muitos autores tenham referido a polémica entre Gomes e os redatores do *Jornal de Coimbra*, o nosso trabalho constitui a primeira análise abrangente do teor das polémicas do cinchonino, evidenciando as principais temáticas das discussões científicas empreendidas pelos vários intervenientes. João Rui Pita já havia sinalizado a necessidade de um estudo específico relativo a este episódio da ciência portuguesa. Procurámos e coligimos a lista dos artigos publicados no *Jornal de Coimbra* e n' *O Investigador Portuguez* respeitantes a esta polémica, que julgamos ser a mais completa já publicada. Como apontámos anteriormente, diversos autores listam artigos desta controvérsia científica, mas não todos aqueles que identificámos neste trabalho.

A controvérsia que se seguiu ao estudo de Gomes, patente no *Jornal de Coimbra* e n' *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, desenrolou-se entre 1812 e 1819. Vários aspetos do seu trabalho foram disputados no *Jornal de Coimbra*, onde se depreciou o seu contributo científico e se criticou a descrição do processo experimental utilizado, declarando-se que este era pouco claro e que não continha as informações necessárias à sua replicação. Os redatores expressaram veementemente as suas dúvidas sobre a própria existência do cinchonino na quina, argumentando que o cinchonino podia ser resultado do procedimento experimental, mas chegaram a solicitar a Gomes que lhes enviasse a substância obtida para análise, pedido a que este não acedeu. Não obstante, no *Jornal de Coimbra* expuseram-se igualmente pareceres sobre a atividade terapêutica

da quina, a origem da sua atividade contra a febre, e a causa das sezões/febres intermitentes, e publicaram-se excertos ou artigos completos estrangeiros sobre a quina. Em 1819 Tomé Rodrigues Sobral afirmou que o cinchonino tinha sido estremado por Bernardino António Gomes, mas não o reconheceu como a substância que conferia à quina as suas virtudes antifebris. Anos mais tarde, Agostinho Silveira Pinto, no *Código Pharmaceutico Lusitano* (1835), indica que Gomes descobriu a cinchonina, e vários artigos portugueses, publicados já no século XX, reconhecem o isolamento da cinchonina realizado por Bernardino António Gomes.

O trabalho de Francisco Tavares sobre a quina também apresenta elementos inovadores. O médico português aplicou a quina no tratamento da gota, verificando a sua utilidade medicinal nessa patologia, e desenvolveu um esquema terapêutico próprio para a sua administração, que incluía a utilização de grandes doses de quina. O método propugnado por Francisco Tavares foi alvo de atenção noutros países, e o seu carácter inovador foi destacado por Alphonse Leroy e Joseph Adams. Francisco Tavares apoiou-se na sugestão de um outro médico português, Bento Joaquim de Lemos, e no conhecimento do trabalho de outros autores, como Sydenham e Held, que tinham abordado a utilidade da quina no tratamento da gota, revelando igualmente o seu conhecimento do trabalho publicado por autores estrangeiros.

Os trabalhos de Gomes e de Tavares partilham o facto de não terem sido publicados apenas em português. O *Ensaio sobre o cinchonino* foi traduzido e publicado separadamente em inglês e a obra *Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota* era bilingue, com o texto em latim e em português. Essa característica parece ter sido importante na disseminação das investigações destes dois cientistas portugueses.

Quanto ao contributo de outros autores portugueses, Jacob de Castro Sarmiento e Manuel Joaquim Henriques de Paiva preconizaram o uso da Água de Inglaterra (cujas propriedades Castro Sarmiento atribuía maioritariamente à quina) como febrífugo, designadamente nas febres intermitentes, na prevenção do aborto, no tratamento de chagas, da gangrena, de afeções históricas e hipocondríacas, ou no tratamento de algumas hemorragias. Henriques de Paiva aconselhou também a Água de Inglaterra no tratamento da gota e das dores reumáticas, na anorexia, na cólera, na disenteria, na asma, na dispepsia ou no escorbuto. José Feliciano de Castilho, por seu turno, colaborou no estudo clínico de cascas brasileiras que eram destinadas ao uso como sucedâneos da quina.

No que respeita ao campo da botânica, avaliámos a produção científica sobre a quina de Frei Mariano Velloso, Bernardino Barros Gomes, Júlio Henriques e Adolpho Moller. O trabalho de Frei Mariano Velloso, embora resultasse maioritariamente da recolha e tradução de outros autores, e descrevesse espécies que hoje não pertencem ao género *Cinchona*, facultava diversas informações botânicas sobre as plantas da quina em língua portuguesa. Velloso tentou igualmente consciencializar os portugueses para a exploração botânica, visando a busca de quininas verdadeiras no Brasil. Bernardino Barros Gomes e Júlio Henriques contribuíram para a sensibilização da importância e do interesse do cultivo das quineiras, nomeadamente sob o ponto de vista comercial,

mas também aludindo à sua relevância terapêutica. Os seus trabalhos forneciam aconselhamento técnico sobre o cultivo das plantas de *Cinchona*. Adolpho Moller também publicou dados sobre a cultura das plantas da quina, e colaborou no seu cultivo no Jardim Botânico de Coimbra.

Joaquim dos Santos e Silva, por sua vez, contribuiu para a análise química de amostras de cascas de quina.

A análise da legislação permitiu observar que a quina e vários medicamentos derivados da quina (quer medicamentos preparados diretamente com a quina, quer sais de quinina como o sulfato de quinina) foram obrigatórios nas farmácias portuguesas no século XIX e no século XX, o que é revelador da sua importância na farmácia e terapêutica em Portugal. O sulfato de quinina administrado em hóstias também foi declarado como um medicamento de uso comum no Regimento de preços de 1926. Nos regimentos de preços de 1931, 1952, 1962 e 1970 constam igualmente vários medicamentos com sais de quinina como medicamentos de uso comum. Essas informações sugerem que, mesmo após o surgimento de vários antimaláricos sintéticos, a utilização terapêutica de medicamentos com quinina se manteve como habitual pelo menos até ao início dos anos 70 do século XX. Foi igualmente possível observar, através do estudo da legislação, que o cloreto de quinina (um sal de quinina) foi recomendado, no século XX, não só no tratamento das sezões, mas também na gripe, nas cefaleias e na febre. O vinho quinado, por sua vez, foi aconselhado a convalescentes, sendo designado como tónico e estimulante do apetite.

A nossa análise permite também a observação e confirmação de algumas dificuldades ligadas ao uso da quina e das suas preparações derivadas: o seu preço elevado (e as consequentes dificuldades potenciais no acesso a este tratamento); o seu sabor amargo como obstáculo à adesão terapêutica dos doentes (designadamente crianças); e as falsificações e adulterações – um fator que podia provocar ineficácia terapêutica.

Deste modo, nas farmacopeias não oficiais encontramos referências ao preço elevado da quina, ao preço elevado de medicamentos com quina (como a Água de Inglaterra e a água lusitana) e, mais tarde, ao preço elevado da quinina e do sulfato de quinina. De acordo com a análise de revistas médicas e farmacêuticas portuguesas, o preço elevado da quina e posteriormente dos produtos com quinina manteve-se como um entrave à terapêutica no século XIX. Não obstante, é referida a baixa do preço da casca de quina e da quinina por volta de 1890, em consequência da saturação do mercado com cascas vindas do Ceilão, quando os produtores decidiram trocar a cultura da quina pela do chá, e que foi acompanhada do aumento da produção holandesa de casca de quina. O preço alto da quina e dos seus derivados foi também realçado por Júlio Henriques na obra *Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a quina* (1880).

No que respeita à palatabilidade dos medicamentos com quina e seus derivados, nas farmacopeias não oficiais alguns autores propõem a utilização de determinadas preparações farmacêuticas que pretendiam obviar o sabor amargo da quina, designadamente através da sua aplicação em clisteres. Os métodos tendentes a melhorar o sabor da quinina são também abordados no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*.

No *Código Pharmaceutico Lusitano* (1835, 1836, 1841, 1846) aponta-se que o sulfato de quinina era alvo frequente de adulteração com o sulfato de cal. Adicionalmente nas farmacopeias não oficiais portuguesas são descritas adulterações da quina, dos pós de quina, da quinina e do sulfato de quinina. Francisco Tavares (1802) aponta também que a quina frequentemente não tinha a qualidade desejada, declarando esse problema como inveterado. O problema das falsificações da quina e sobretudo da quinina também é evidenciado pela nossa análise de revistas médicas e farmacêuticas. De entre os sais de quinina falsificados destaca-se o sulfato de quinina, para o qual são apresentados métodos de deteção de falsificações e várias substâncias com as quais podia estar adulterado. As falsificações do valerianato de quinina são também referidas. A importância particular do sulfato de quinina, face a outros sais da quinina, é testemunhada pela menção recorrente à sua falsificação no comércio. A leitura do *Código Pharmaceutico Lusitano* sugere também que, já em 1835, o sulfato de quinina seria muito utilizado na terapêutica. O sulfato de quinina está presente como medicamento em todas as farmacopeias oficiais e não oficiais portuguesas publicadas desde o isolamento da quinina.

No que diz respeito ao tipo de quina supostamente mais ativo, Francisco Tavares (1802) e o Frei Mariano Velloso (1799) apresentam a quina vermelha como a mais eficaz no tratamento das febres intermitentes. Silveira Pinto (1835) indica que a quina vermelha era a mais enérgica e Bernardino António Gomes filho (1875) declarou a quina vermelha como a melhor quina. José Feliciano de Castilho (1817), por sua vez, indicou que a quina alaranjada era mais reputada, mas não atribui primazia na terapêutica das febres intermitentes a nenhum tipo específico de quina.

No que concerne à posologia da quina, Francisco Tavares (1802) aponta que eram administradas mais comumente poucas quantidades de quina do que quina em excesso. Nas revistas médicas e farmacêuticas analisadas relata-se igualmente que a quinina era muitas vezes usada em quantidades insuficientes. É possível que a parcimónia no uso da quina e da quinina estivesse relacionada com o facto de estas serem dispendiosas.

A nossa investigação demonstra ainda que em Portugal, à semelhança de outros países, se advogou a justificação humanitária, comercial, e de apoio à colonização para o cultivo de quineiras fora do seu habitat natural. É igualmente evidente que o investimento feito pelo governo português na cultura nacional de quineiras foi muito inferior ao dos seus congéneres britânico e holandês. As análises químicas efetuadas por Joaquim dos Santos e Silva revelaram bons resultados no teor de quinina. Tal indicia que o cultivo de plantas adequadas poderia ter sido atingido com o auxílio de técnicos qualificados, empregados em instituições com um provimento apropriado, e situadas perto dos locais de cultivo. O patrocínio governamental foi essencial no caso dos britânicos e dos holandeses e, em ambos os casos, estabeleceram-se plantações estatais de quineiras, algo que não ocorreu no caso português.

Nesta pesquisa elucida-se também a terminologia usada relativamente à quina e à quinina no período temporal investigado. Evidencia-se assim a multiplicidade de designações utilizadas na literatura científica portuguesa para a casca de quina (nomeadamente nas farmacopeias não

oficiais), contribuindo para a obtenção de uma sinonímia alargada da quina. Entre os sinónimos da quina encontram-se termos como quina-quina, casca peruviana, quina peruviana, *cortex peruvianus*, *corticis Peruviani*, kinkina, específico vegetal ou quarango. No que se refere aos alcaloides da quina, as farmacopeias oficiais e não oficiais portuguesas utilizam os termos quinina e cinchonina. Nalgumas obras que analisámos, como os *Elementos de pharmacologia...* de Bernardino António Gomes filho, e na *Cultura das plantas que dão a quina*, de Bernardino Barros Gomes, o termo *quinino* é preferido. Nas publicações periódicas e na legislação observa-se igualmente nalguns casos a utilização do termo *quinino* em vez da designação química de quinina. Na legislação portuguesa e nas farmacopeias oficiais sob análise também encontrámos outras designações atribuídas ao sulfato de quinina, como sal antiperiódico ou sal antifebril. É igualmente de realçar o relato de Bernardino António Gomes filho (1873) acerca da recusa dos doentes em tomar sulfato de quinina, e o conseqüente uso de sinónimos para ocultar a sua utilização, chamando-lhe precisamente sal antiperiódico.

Nas farmacopeias não oficiais são ainda nomeados outros febrífugos que competiam com a quina na terapêutica, como a genciana, a centáurea menor ou a losna. Por outro lado, a análise de revistas médicas e farmacêuticas portuguesas evidenciou que se fizeram em Portugal vários estudos sobre potenciais produtos ativos contra as chamadas febres intermitentes ou sezões, nomeadamente sobre a erva das sezões (*Artemisia mollis*), o sulfato de beberina, o ácido arsenioso ou os preparados de terebintina. Em Portugal foi igualmente feita investigação sobre várias cascas vindas do Brasil, designadamente sobre a chamada quina do Rio de Janeiro, para verificação da sua potencial atividade contra as febres intermitentes.

Este trabalho revela também as referências a supostas quinas brasileiras na literatura médica e farmacêutica portuguesa analisada. Não obstante, como assinalámos, as espécies indicadas não são consideradas atualmente como parte do género *Cinchona*, não constituindo por isso verdadeiras quinas, isto é, espécies de plantas pertencentes ao género *Cinchona*.

Francisco Tavares (1802), por exemplo, menciona uma quina descoberta em Matogrosso, que declara superior à quina do Peru. Francisco Tavares (1810) refere igualmente a *Portlandia hexandra*, que designa como quina do Brasil, declarando que esta poderia ter melhores virtudes do que a quina peruviana, de acordo com os resultados de algumas experiências que tinha em sua posse. Na *Pharmacopeia Geral* (1794) Tavares indica que a quina vermelha estava presente também no Brasil. Bernardino António Gomes pai (1812), por sua vez, revela ter analisado uma quina brasileira semelhante ou idêntica à quina *calissaya* vinda de Lima, bem como duas supostas quinas verdadeiras provenientes da capitania do Rio de Janeiro.

No *Jornal de Coimbra* são descritos vários casos clínicos de sezões em que se testou a atividade da chamada quina do Rio de Janeiro. É também apontado o uso terapêutico de uma quina branca proveniente da capitania de Goyás (Goiás), e a descoberta de uma alegada quina que crescia nas capitanias brasileiras de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. No *Jornal de Coimbra* indica-se também que o nome comum da *Portlandia hexandra* era quina do Piauí.

Jacinto da Costa na *Pharmacopea Naval, e Castrense* (1819) refere que a quina existia no Brasil (baseando-se nas afirmações de Francisco Tavares). Na *Pharmacopéa Lusitana* (1841) é mencionada uma suposta quina descoberta na vizinhança do Pará, e outras espécies ou variedades de quina existentes no Rio de Janeiro. No *Código Pharmaceutico Lusitano* (1846) Silveira Pinto indica igualmente várias supostas quinas brasileiras: a *Cinchona brasiliensis* (nome comum: quina do Brasil), *Cinchona vellosii*, e *Cinchona remigeana*. Por último, refira-se Bernardino António Gomes (filho) que, em 1872, alude especificamente à suposta existência de plantas do género *Cinchona* no Brasil, que tinham nomes comuns como quina do mato, quina do campo, quina de Pernambuco, quina de Piauí ou quina do Rio de Janeiro, e que não possuíam *quinino* na sua casca, mas sim outros alcaloides com propriedades semelhantes, embora inferiores.

Alguns autores também referem quinas originárias do Brasil que classificam como falsas, como Mariano Velloso (1799), que menciona a quina do Piauí (Piauí), a quina de Pernambuco (identificando-a como a *Portlandia hexandria*), e a quina do Camamu. Bernardino António Gomes pai (1812) refere igualmente quinas falsas originárias da capitania de Goiazes e da vila do Camamu. Silveira Pinto (1836b) refere a *Portlandia hexandria* como uma quina falsa, identificando-a com o nome comum de quina do Rio de Janeiro. Na *Pharmacopéa Lusitana* (1841) mencionam-se igualmente espécies de quinas falsas provenientes do Brasil e do Peru, pertencentes aos géneros *Exostemma* e *Remijia*. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* (1851) encontramos outra referência a uma quina falsa, que teria caracteres idênticos à quina do Brasil ou *Portlandia hexandra* (também designada quina do Rio de Janeiro ou quina de Guiné).

No que diz respeito às limitações do nosso estudo, é necessário referir que a publicação na literatura científica – designadamente em documentos com carácter oficial, como as farmacopeias oficiais portuguesas – embora possa refletir práticas terapêuticas dos autores e indicar os medicamentos aprovados ou recomendados para uso terapêutico, não nos informa diretamente sobre o uso efetivo desses medicamentos com quina ou seus derivados ao nível das prescrições médicas ou por via da automedicação.

No que concerne às recomendações de pesquisa futura, a análise de outro tipo de fontes será útil para uma melhor compreensão da importância terapêutica da quina em Portugal, nomeadamente o estudo da prescrição da quina e da quinina em receituário médico a nível hospitalar. O estudo da utilização militar da quina e da quinina pelos portugueses constitui igualmente outra linha de investigação interessante para análises futuras. Para além disso, o estudo do percurso terapêutico da quina no século XVII (fora do âmbito cronológico proposto pelo nosso estudo) continua ainda por explorar. A investigação sobre o fabrico português de sais de quinina (designadamente do sulfato de quinina) representa também uma linha de investigação relevante para a história da produção medicamentosa em Portugal.

O estudo efetuado da receção da quina e da quinina na literatura médica e farmacêutica portuguesa demonstra a sua relevância terapêutica em Portugal, evidenciando a sua aplicação

medicinal no tratamento das febres intermitentes, para as quais adquiriram um estatuto de medicamento essencial. Não obstante, a quina foi recomendada numa grande variedade de patologias e sintomas (vários tipos de febres, gota, gangrena, debilidade, hemorragias, etc.), embora inicialmente se aconselhasse apenas no tratamento das febres intermitentes. A quinina, por sua vez, foi indicada no tratamento das febres intermitentes e na malária, mas também como antigripal. A nossa pesquisa contribui assim para um maior conhecimento do trajeto da quina e da quinina enquanto matérias-primas farmacêuticas e medicamentos em Portugal, e revela a evolução das suas indicações terapêuticas no período investigado (séculos XVIII-XX). Esta pesquisa evidencia também o problema das adulterações e falsificações da quina e dos seus produtos derivados (designadamente do sulfato de quinina), o seu preço elevado, e a busca de substitutos terapêuticos para a quina e a quinina em Portugal.

6. Fontes e bibliografia

Arquivos e bibliotecas consultados

Bibliotecas físicas

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra

Biblioteca do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra

BIU Santé Pharmacie da Université Paris Cité

Bibliothèque de l'Institut de France

Bibliotecas digitais

Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos (Hemeroteca Digital)

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Internet Archive

Hathitrust Digital Library

Gallica-BnF

Wellcome Library

Google Books

1. Fontes

1.1. Fontes manuscritas

GOMES, Bernardino António [Manuscritos de Bernardino Antonio Gomes] [manuscrito]. – 1798-1808. [Em linha]. UCFCT Botânica. Cofre-MAN-4. [Consult. 11 Out. 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibdigital.bot.uc.pt/obras/UCFCTBt-Cofre-Man-04/globalItems.html>>.

GOMES, Bernardino Antonio - **Carta a José Bonifácio tratando da análise da quina no Rio de Janeiro para provar que ela contem cinchonina**. Lisboa, 18/01/1813. 6 p. Orig. Ms. José Bonifácio ocupa o cargo de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Coleção Rio de Janeiro. [Em linha]. L – II-34, 24, 013 n°002. [Consult. 20 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf>.

1.2. Fontes impressas

1.2.1. Revistas científicas portuguesas

Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical

Anais da Faculdade de Farmácia do Porto

Anais do Instituto de Medicina Tropical

Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Boletim da Escola Superior de Farmácia (Universidade de Lisboa)

Boletim da Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa)

Boletim da Escola de Farmácia (Universidade de Coimbra)

Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição Científica (Universidade de Coimbra)

Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra

Coimbra Médica

Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa

Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana

Jornal de Coimbra

Jornal de Horticultura Pratica

Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos

Jornal dos Farmacêuticos

O Instituto

PHARMAKA

Revista Portuguesa de Farmácia

1.2.2. Livros, artigos e outras publicações

A. – Cítrato de ferro e de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887a) 95–96.

A. - Ensaio do sulfato de quinina pelo chromato neutro de potassio. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887b) 66–67.

A. - O Ensaio do sulfato de quinina pelo chromato Pelo Sr. O. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887c) 69.

A. - Sobre a composição de chromato de quinina Pelo Sr. O. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887d) 67-68.

A. - Ensaio das quinas (Extracto). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889a) 125-127.

A. - Quinoleina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889b) 65-66.

A. - Valerato d'antipyrina e de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 211.

A. - Phenol. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 3 (1892a) 57-58.

A. - O acido salicylico e seus compostos; por M. Adrian. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 3 (1892b) 27-30.

ABREU, Augusto de Oliveira - Sessão de 11 de dezembro de 1879. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880a) 11-17.

ABREU, Augusto d'Oliveira - Sessão de 28 de Janeiro de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880b) 124-139.

ABREU, Augusto d'Oliveira - Sessão de 27 de Abril de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880c) 141-150.

ABREU, Augusto d'Oliveira - Sessão de 25 de Maio de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880d) 161-180.

ABREU, Augusto d'Oliveira - Sessão de 10 de Agosto de 1880. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 25-26.

ACÇÃO da luz solar e dos raios ultra-violetas sôbre as tinturas contendo alcaloides por C. A. Rojahn. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana** (1928) 510-512.

ACETILSALICILSULFATO de quinina por D. R. Dott. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima sexta Serie. 2-3 e 4 (1921, 1922 e 1923) 84-85.

ADAMS, Joseph - Dr. Tavares, on Peruvian Bark in Gout. **The Medical and Physical Journal** XI: LXVI (1804) 141-161.

A DURAÇÃO da lixiviação pode ser consideravelmente diminuida pela Sr.^a D. G. Barel. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2 (1926) 10-11.

A ESTERILISAÇÃO dos líquidos injectáveis. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 2 (1911) 170–177.

AGUA de Colonia antiseptica (Spray). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 149.

AGUA traumatica (Sendneri). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 149–150.

ALBUQUERQUE, A. de – Alguns aspectos curiosos da antiga terapêutica. **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 1 (1939) 31–48.

ALCOOL e Sulphato de Quinina Pelo sr. Herard. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 82.

ALGUMAS INCOMPATIBILIDADES medicamentosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 113–116.

ALGUMAS INCOMPATIBILIDADES medicamentosas (Concluido de pag. 130). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 186–190.

ALIBERT, J.-L. – **Nouveaux Éléments de Thérapeutique et de Matière Médicale**. T. 1. 4^a Ed., Revue, corrigée et augmentée. Paris: Crapelet, 1817.

ALIBERT, J. L. - **Nouveaux Éléments de Thérapeutique et de Matière Médicale**. T. 1. 5^a Ed., Revista, corrigida e aumentada. Paris: Rignoux, 1826.

ALMEIDA, Antonio de - Seis Contas mensaes de Antonio de Almeida, Médico em Penafiel, Sócio da Acad. R. das Scienc. de Lisb., e Correspondente da Instit. Vaccin., as quaes pertencem ao 1.^o semestre do anno corrente 1817. **Jornal de Coimbra**. 11:55 (pt. 1, 1817a) 3-11.

ALMEIDA, Antonio de – Reflexões do mesmo Antonio de Almeida; ácerca do §. 15. do Art. XIII. do Num. LI. do J. de C. Parte I. pag. 186. **Jornal de Coimbra**. 11:55 (pt. 1, 1817b) 12-14.

ALMEIDA; FRANCO, Francisco Soares; KESSELLER; PINTO, Antonio José de Sousa; ALVES, Bento Antonio – **Pharmacopéa Lusitana Composta Pela Comissão creada por Decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II. Em 5 de Outubro de 1838**. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1841.

ALMEIDA, João António de – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos Sociedade Farmacêutica Lusitana. Perfil histórico da sua vida centenária. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 5-6 (Setembro/Outubro, 1940a) 10-19.

ALMEIDA, João António de – O São Miguel e os Santos Cosme e Damião na Vida Associativa dos Farmacêuticos Portugueses. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 7-8 (Novembro/Dezembro, 1940b) 13-19.

ALMEIDA, Lúcio de; TRINCÃO, Mário – Paludismo, suas formas atípicas e tratamento. **Coimbra Médica**. 1 (1934) 611-684.

ALVES, J. J. - Estudos dos alcaloides das quininas; pelo Sr. Pasteur. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:2 (1854) 40–44.

ALVES, J. J. - Solubilidade de alguns alcaloides no chloroformio. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 34.

ALVES, J. J. - Adulteração. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860a) 63.

ALVES, J. J. - Valerianato de quinina adulterado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860b) 191.

ALVES, J. J. - Urato de quinino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860c) 292.

ALVES, J. J. - Solubilidade da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860d) 267.

ALVES, J. J. - Reactivo da chinchonina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860e) 40–41.

ALVES, J. J. - Premio scientifico para 1861. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860f) 63.

ALVES, J. J. - Çumo de limão, como curativo do rheumatismo poliarticular agudo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860g) 190.

ALVES, J. J. - Preparação estavel. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861a) 120.

ALVES, J. J. - Extracto hydalcoolico de folhas de oliveira. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861b) 79.

ALVES, J. J. – Febrifugos na China. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861c) 190–191.

ALVES, J. J. - Hypo-phosphito de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864a) 100.

ALVES, J. J. - Combinação da quinina com essencia de aniz, pelo sr. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864b) 18–19.

ALVES, Joaquim José - Iodureto de quinino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:7 (1857) 223.

ALVES, Joaquim José - Phosphorescencia do sulphato e do valerianato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:11 (1858a) 325–326.

ALVES, Joaquim José - Doenças produzidas pela quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:10 (1858b) 297–298.

ALVES, Joaquim José - Chloroformio nas febres intermittentes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:1 (1858c) 15–16.

ALVES, Joaquim José; ABRANTES, Manuel Vicente de Jesus; DRACK, José Ribeiro Guimarães – Consulta da sociedade, de 25 de julho de 1884, sôbre o Elucidario aos ensaios das substancias medicinaes, recommendados na pharmacopêa portugueza, elaborado pelo socio honorario o sr. Alfredo da Silva Machado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 141–142.

ALVES, Joaquim José; FRAGOSO, Emilio – Parecer da comissão de chimica sobre uma amostra de sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 4 (1893) 90–91.

ALVES, Joaquim José; MACHADO, Alfredo da Silva; FRAGOSO, Emilio – Parecer da comissão de chimica sobre uma analyse de sulfato de quinina, aprovado em sessão de 21 de março de 1893. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 4 (1893) 113–114.

ANDRADE, Vale de – Nova legislação obrigatória para o proprietário de farmácia. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968) 46.

ANDRAL [et al]. – **Dictionnaire de Médecine et de Chirurgie Pratiques**. T.14. Paris: Mequignon-Marvis, J.-B. Baillièrre, 1835.

ANTE-PROJECTO dos estatutos do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (Ordem dos farmacêuticos). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro 1941) 70-82.

ANTONIO, D. Caetano de Santo – **Pharmacopea Lusitana Methodo Pratico de Preparar, & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais Offerecida a Sagrada, e Sempre Observante Congregação dos Conegos Regulares de Sancto Augustinho do Reyno de Portugal &c.** Coimbra: Impressão de Joam Antunes Mercador de livros, 1704.

ANTONIO, D. Caetano de Santo – **PHARMACOPEA LUSITANA REFORMADA METHODO PRATICO De preparar os Medicamentos na fórmula Galenica, & Chimica. OFFERECIDA AO EXCELLENTISSIMO SENHOR THOME DE SOUSA COUTINHO MENEZES E CASTELBRANCO, CONDE DO REDONDO DO CONSELHO DE S. MAGESTADE, & Vedor da sua Casa, Senhor de Govea Riba Tamaga, & das Villas de Figueyró, Pedrogão Grande, Commendador da Ordem de Santiago, & da Mecejana da Ordem de Christo, Alcayde Mór de Villa-Viçoza, & de Mecejana, Padroeyro in solidum das Abbadias de S. Payo, de Rulhe, & de Santa Cezilia de Villaça, &c.** Lisboa : Impresso no Real Mosteyro de São Vicente de Fóra, 1711.

ANTONIO, D. Caetano de Santo – **PHARMACOPEA BATEANA NA QUAL SE CONTEM QUASI oytocentos medicamentos tirados da pratica de Jorge Bateo Protomedico de Carlos Segundo Rey de Inglaterra, escrita pela ordem Alphabetica, Traduzida de Latim em Portuguez, E OFFERECIDA AO REVERENDISSIMO PADRE D. JOSEPH DE S. JOAÕ Prior do Real Mosteyro de Santa Cruz, & Prelado do seu izento, administrador dos Mosteyros de S. Martinho de Crasto, & de S. Maria de Moya, Geral de toda a Congregação dos Conegos Regulares de S. Agostinho no Reyno de Portugal, & Cancellario da Universidade de Coimbra, & c.** Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1713.

ANTONIO, D. Caetano de Santo – **Pharmacopea Lusitana Augmentada Methodo Pratico De preparar os Medicamentos na fórmula Galenica, & Chimica.** Lisboa Occidental: Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

ANTONIO, Caetano de Santo – **Pharmacopea Lusitana augmentada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fórmula Galenica, e Chimica.** 4ª edição. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Magestade Fidelissima, 1754.

[Anúncio do preço de vários medicamentos preparados e vendidos na Farmácia Avellar, em Lisboa]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Sexta Serie. 1 (1870) 180.

APOTHEOSE de Pelletier e Caventou Glorificação da pharmacia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 1 (1900) 160.

A QUIMICA franceza e os problemas da guerra Quimica e Serviços de Saude por M. Charles Moureau. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima sexta Serie. 1 (1920) 44–47.

A QUINA Astier (*Union Médicale.* Paris). **Coimbra Medica.** 10:7 (1890) 115-116.

A REACÇÃO da thaleioquinina por M. J. V. Miko. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana** (1929) 18.

ARROZAES. **Coimbra Medica**. 2:18 (1882) 290-291.

ART. VIII. **Jornal de Coimbra**. 8:40 (pt. 1, 1815) 174-185.

AS QUINAS na India. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 5 (1869) 140.

A TURBO-EXTRACÇÃO da casca de quina. TRIPPI, K. S.: Rev. R. Acad. Farm. Barc. 7, 7 (Nov. 1960). **Revista Portuguesa de Farmácia**. XI:1 (1961) 54.

AVISO aos Nossos Consocios e Collegas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 4 (1863) 101.

AVISO Régio expedido pela Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra ao Dr. José Carlos Barreto, Delegado do Physico Mór do Exercito. **Jornal de Coimbra**. 2:11 (Nov. 1812) 376.

BACALHAU, José - O sezonismo em Cirurgia. **Coimbra Médica**. 3 (1956) 533-541.

BALSAMO contra as frieiras; pelo Sr. Debierre. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:2 (1852) 38-39.

BANDEIRA, José Ramos – Relatório do Director da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1970-71. **Boletim da Faculdade de Farmácia**. 31 (1971) 194-231.

BANHO antirreumatismal Pelo sr. Guéneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 101.

BARBOSA, Luis Soares – Anno Nosologico de Leiria. **Jornal de Coimbra**. 10:53 (pt. 1, 1817) 323-329.

BARBOZA, Luiz Soares – ANNO 1813. Primeiro Trimestre Nosologico de Leiria. **Jornal de Coimbra**. 5:23 (Nov. 1813) 291-300.

BASTOS ARAÚJO, A., CAMACHO DE FREITAS, L. – Lesões oculares e pigmentação cutâneo-mucosa por antipalúdicos de síntese. Apresentação de um caso. **Coimbra Médica**. 16 (1969) 1033-1044.

BENZOATO de sodio e saes de quinina por Roche. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 43-44.

BÉRRAL - Nota sobre varias Preparações de Ferro, pelo Sr. BÉRRAL, Pharmaceutico. Artigo traduzido do *Jornal de Chimie Médical de Paris* – 1840, pelo Membro Effectivo, o Sr. Carlos Maria Monteiro Freire. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3 (1842) 347 – 351.

BIBLIOGRAFIA. **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:23 e 24 (Novembro/Dezembro, 1943) 219-220.

BOTELHO, A. – Considerations on the use of sulfones and sulfamides with a pyrimidine derivative by the malaria control service of Moçambique. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973) 207-212.

BOTELHO, Álvaro – Quimioterapia da malária – Breve resenha histórica. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:1/2 (Janeiro/Junho 1971) 99-114.

BOUCHARDAT - Hydratos dos Sulphatos de Quinina. Pelo Sr. Bouchardat. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 107–109.

BOUDET - Nota sobre a preparação do xarope e do extracto de quina; lida na Sociedade de Pharmacia de Paris, pelo Sr. Boudet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:10 (1850) 310–314.

BRAGA, Maria Margarida Silva Ferreira – Verificação de Misturas Medicamentosas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XII:1 (Janeiro-Março) (1962) 21–46.

BRANCO, Miguel Januario Fernandes - [Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 597–600.

BRÓJO, António Pinho de – Identificação de medicamentos anti-gripais em especialidades farmacêuticas, por cromatografia em papel. **Boletim da Escola de Farmácia**. 18 (1958) 163-198.

BRÓJO, A. Pinho de – Conservação e estabilidade dos medicamentos, problemas de Farmácia de Oficina e Hospitalar. **Boletim da Escola de Farmácia. Edição científica**. 27 (1967) 133-159.

BROMHYDRATO de quinina e valerianato de cafeina no tratamento da malaria. **Coimbra Medica**. 5:23 (1885) 381.

BRUÈRE, Paul - Applicaçào medico-pharmaceutica da esterilisaçào a frio, para a preparaçào rapida das injeçõeS esterilisaDas de chlorhydrato neutro de quinina, tendo por base o soro artificial – por M. Paul Bruère, major pharmaceutico, do hospital militar de Médéa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 2 (1906) 104–112.

CABELLOS, Juan – Estudio sobre el carácter específico de los alcaloides en relación a su adsorción por la arcilla del suelo. **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 16 (1956) 75-96.

CABRAL, B. J. O. T. – **Pharmacopea das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras, excepto a geral destes Reinos, citadas nos regimentos dos pharmaceuticos portuguezes de 1831 e de 1833: ou collecção de todas as formulas e processos dos medicamentos preparados conforme as pharmacopeas Bateana, de Baumé, de Chevallier, de Dublin, d’Edimburgo, Franceza, de Fuller, Hespanhola, Herbipolitana, de Lewis, de Londres, Lusitana, de Palacios, de Parmentier, Suecica, de Swediaur, Tubalense, de Van Mons, de Virey, e Wittenbergica: conforme as Pharmacologias Chirurgicas, de Londres, e de Plenck: conforme os Dispensatorios d’Edimburgo, e de Fulda: conforme os Formularios Magistraes de Cadet, e de Magendie: e conforme Boerhaave, Bodard, Buglivio, Darwin, Goulard, Henry (filho) Rego, Thenard, Tissot, e Van-Swieten: e tambem Das Formulas e Processos dos Medicamentos, cujas Preparações os Regimentos sobreditos não citão em Pharmacopea alguma, nem se achão na Geral destes Reinos: incluidos outros Additamentos importantes, e a designação das Virtudes e Doses dos Medicamentos, autorisada com a citação dos Praticos mais acreditados. Acompanhada d’estampas e taboas muito uteis. Tomo I. Lisboa : Impressão Regia, 1833.**

CABRAL, B. J. O. T. – **Pharmacopea Das Pharmacopeas Nacionaes e Estrangeiras, Excepto a Geral Destes Reinos, Citadas Nos Regimentos Dos Pharmaceuticos Portuguezes de 1831, 1833, e 1834: Ou Collecção de Todas as Formulas e Processos Dos Medicamentos Preparados Conforme as pharmacopeas Bateana, de Baumé, de Chevallier, de Dublin, d’Edimburgo, Franceza, de Fuller, Hespanhola, Herbipolitana, de Lewis, de Londres, Lusitana, de Palacios, de Parmentier, Suecica, de Swediaur, Tubalense, de Van Mons, de Virey, e Wittenbergica: conforme as Pharmacologias Chirurgicas, de Londres, e de Plenck: conforme os Dispensatorios d’Edimburgo, e de Fulda: conforme os Formularios Magistraes de Cadê, e de Magendie: e conforme Boerhaave, Bodard, Baglivio, Darwin, Goulard, Henry (filho), Rego, Thenard, Tissot, e Van-Swieten: e tambem Das Formulas e Processos dos Medicamentos, cujas Preparações os Regimentos sobreditos não citão em Pharmacopéa alguma, nem se achão na Geral destes Reinos: incluidos outros Additamentos importantes, e a designação das Virtudes e Doses dos Medicamentos, autorisada com a citação dos Praticos mais acreditados. Acompanhada d’estampas e taboas muito uteis. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.**

CAMBOURNAC, F. J.; QUEIRÓS, J. Santana; FONSECA, A. E. Soares da – Resultados de experiências realizadas com Cloroquina, Proguanil e Amodiaquina para profilaxia do Sezonismo. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 579-594.

CAMBOURNAC, F. J. C.; PITTA SIMÕES, J. M. – Sôbre a produção de *Anopheles* nos arrozais de Águas de Moura. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 1:2 (Dezembro de 1944) 229-239.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Modernos processos de combate ao sezonismo. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 5 (Dezembro de 1948) 321-339.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Sobre o combate ao sezonismo no território de Goa (Estado da Índia). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 6 (Dezembro de 1949) 7-39.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Sobre a epidemiologia e a luta anti-sezonática em Portugal. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 391-408.

CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F.; PENA, A. J.; TEIXEIRA, W. L. G. – Subsídios para o inquérito malariológico em Angola. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:1/2 (Março-Junho de 1955) 121-153.

CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F. – Subsídio para o conhecimento da endemia malárica em S. Tomé e Príncipe. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:3 (Setembro de 1955) 301-307.

CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F.; PENA, A. J. – Estudo da acção profilática do Daraprim numa comunidade indígena (Missão Católica do Huambo, Angola). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:3 (Setembro de 1955) 341-357.

CAMBOURNAC, F. J. C.; GÂNDARA, A. F.; CASACA, V. M. R. – Ensaio de Profilaxia anti-malárica pela aplicação de inseticidas de acção residual numa área rural do sul de Angola. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:3 (Set. 1956) 361-370.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Actividades actuais dos Portugueses no campo da Saúde Pública, nas regiões tropicais. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1967) 171-177.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Le développement de l'éradication du paludisme – Une leçon de pratique de Santé Publique. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 3:1/4 (Janeiro/Dezembro 1969) 33-46.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Diptères vecteurs de maladies parasitaires de l'homme, au Portugal. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 6:1/4 (Janeiro/Dezembro 1972) 95-100.

CAMBOURNAC, F. J. C. – Serviços de Saúde em evolução no Ultramar. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973) 69-89.

CAMBOURNAC, F. J. C.; VIEIRA, H. Santa Rita; COUTINHO, M. A.; SOARES, F. A.; SOARES, A. Brito; JANZ, G. J. – Note sur l'Eradication du Paludisme dans l'Île de Santiago (Republique du Cap- Vert). **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 10:1/4 (1984) 23-34.

CAMBOURNAC, Francisco; MEIRA, Manuel T. V. de – Contribuição para o estudo do Sezonismo em Cabo Verde. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 409-460.

CAMINHA, João Pedro Alexandrino – Continuação das Observações Médicas de João Pedro Alexandrino Caminha, Médico dos Partidos das Villas de Benevente e Çamora Correia; pertencente ao mez de Março de 1813. **Jornal de Coimbra.** 7:34 (pt. 1, 1814) 198-200.

CAMINHA, João Pedro Alexandrino – Contas das Observações na Clinica Médica; feitas em Benevente; por João Pedro Alexandrino Caminha, Médico em um dos Partidos de Benevente, e no de Çamora Correa. **Jornal de Coimbra.** 10:51 (pt. 1, 1817) 169-174.

CAMINHA, João Pedro Alexandrino – Conta Médica, que comprehende os mezes de Agosto, Setembro, Outubro, e Novembro de 1817, por João Pedro Alexandrino Caminha, Médico em um dos Partidos de Benevente, e no de Çamora Correa, e Correspondente da Instituição Vaccinica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. **Jornal de Coimbra.** 13:68 (pt. 1, 1818) 56-61.

CAMPHORATO de Quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quarta Serie. 2 (1861) 200.

CAMPOS PALERMO, Armando de - Sessão de 9 de Abril de 1907. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima terceira Serie. 3 (1907) 101-103.

CAP; GAROT - Dos glycerolados medicinaes. Segunda Memoria sobre a glycerina e suas applicações em Medicina, pelos Srs. Cap e Garot. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Terceira Serie. 2:4 (1856) 125-134.

CARDOSO, Nélío Nunes Afonso – Subsídios para a história dos primeiros analistas portugueses. **Boletim da Escola Superior de Farmácia.** 3 (1949) 72-87.

CARISSO, Luís – Extracto do Discurso pronunciado pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Luís Carisso. **O Instituto.** 72:3 (1925) 248-262.

CARNEIRO, José de Barros Silva – Contribuição para o estudo critico da therapeutica dosimetrica (Carta ao sr. Francisco Pinto da Cunha, Dosimetrista). **Coimbra Medica.** 3:19 (1883) 285-294.

CARTA I.^a Aos Senhores Redactores do Jornal de Coimbra. **Jornal de Coimbra.** 9:44 (pt. 1, 1816) 77-86.

CARTA II.^a (1) Aos Srs. Redactores do Jornal de Coimbra. **Jornal de Coimbra.** 11:57 (pt. 1, 1817) 173-185.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de - O ensino da Botânica e o Jardim Botânico. **O Instituto.** 65:5 (1918) 261-274.

CARVALHO, A. Simões de – Breve noticia biographica do Dr. Antonio José das Neves e Mello. **Jornal de Horticultura Pratica.** 4 (1873) 82-83.

CARVALHO, F. de – Sulfato de quinina portuguez. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890) 80.

CARVALHO, F. de – Sulfato de quinina nacional. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 57-60.

CARVALHO, Francisco de - Sessão de 11 de Novembro de 1890. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890a) 215-220.

CARVALHO, Francisco de - Sessão de 26 de Março de 1890. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890b) 64-69.

CARVALHO, Francisco de - Sessão de 13 de Janeiro de 1891. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 21-26.

CARVALHO, J. A. Corrêa de – Um Caso de Infecção Palustre Curado pelas Injecções Hypodermicas de Chlorhydrato Neutro de Quinino. **Coimbra Medica**. 9:3 (1889) 42-44.

CARVALHO, J. A. Simões de – Breve noticia acerca do Jardim Botanico da Universidade de Coimbra. **Jornal de Horticultura Practica**. 4 (1873a) 121–124.

CARVALHO, J. A. Simões de – Breve noticia ácerca do Jardim Botanico da Universidade de Coimbra. **Jornal de Horticultura Practica**. 4 (1873b) 148–150.

CARVALHO, J. A. Simões de – Jardim Botanico da Universidade de Coimbra: relatorio do Director em 1870. **Jornal de Horticultura Practica**. 4 (1873c) 162–168.

CARVALHO, Luís da Silva – «Sobre a Necessidade de Uniformização da Nomenclatura em Farmácia Galénica». **Revista Portuguesa de Farmácia**. V:1 (Janeiro-Março) (1955) 23–29.

CARVALHO, Luís da Silva – Principais características da indústria das drogas medicamentosas. **Boletim da Escola de Farmácia. Edição científica**. 25 (1965) 118-197.

CARVALHO, Raul de – Conversas sôbre deontologia farmacêutica. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro, 1941) 17-24.

CARVALHO, Silvina Fontoura de – Ordem dos Farmacêuticos. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. N^{os} 9-10 (Janeiro/Fevereiro, 1941) 1-3.

CASTELLANI, Aldo – A Prova do Ácido Fénico Para a Pesquisa de Quinina na Urina. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 3 (Dezembro de 1946a) 373-376.

CASTELLANI, Aldo – The «Carbolic Acid Test» For the Detection of Quinine in the Urine. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 3 (Dezembro de 1946b) 377-380.

CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho, sôbre um Escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. p. 206. **Jornal de Coimbra**. 6:29 (pt. 1, 1814a) 277-287.

CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre um escrito de Bernardino Antonio Gomes. **Jornal de Coimbra**. 7:35 (pt. 1, 1814b) 201-240.

CASTILHO, José Feliciano de – Continuação das observações clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro, ordenadas por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra dirigido ao Exm. Bispo Conde Reformador Reitor: de que temos falado em o Num. XXIX. P. I. p. 283, XXXV. P. I. p. 201. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814c) 291-295.

CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões sôbre uma Carta de Bernardino Antonio Gomes. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814d) 296-297.

CASTILHO, José Feliciano de – Observações Clinicas sôbre a Quina do Rio de Janeiro. (Continuadas do Num. XXXVI. Part. 1. pag. 291.). **Jornal de Coimbra**. 8:38 (pt. 1, 1815a) 91-94.

CASTILHO, José Feliciano de – Extracto de varios Escritos sôbre quinas, ou que tenham com éstas algumas relações, os quaes se-encontrão nos últimos Tomos dos Annaes de Chimica de Paris. (Continuação do Num. XXXV. Part. I. pag. 240.) **Jornal de Coimbra**. 8:39 (pt. 1, 1815b) 101-119.

CASTILHO, José Feliciano de – Notícia e Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro. (Continuadas do Num. XXXVIII. Part. I. pag. 94.). **Jornal de Coimbra**. 8:39 (pt. 1, 1815c) 119-121.

CASTILHO, José Feliciano de – Reflexões de José Feliciano de Castilho sôbre o plano para as observações da Quina do Rio de Janeiro, e outros objectos de um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra Num. LV. pag. 313. **Jornal de Coimbra**. 8:41 (pt. 1, 1815d) 227-235.

CASTILHO, José Feliciano de [et al] – Continuação das Observações sôbre a Quina do Rio de Janeiro em substancia. **Jornal de Coimbra**. 8:42 (pt. 1, 1815e) 257-300.

CASTILHO, José Feliciano de; AZEVEDO, João Alberto Pereira de – Observação Clinica sôbre a Quina do Rio de Janeiro. (Continuação do Num. XLII. Parte I. pag. 300.) **Jornal de Coimbra**. 9:44 (pt. 1, 1816) 143-145.

CASTILHO, José Feliciano de – Resposta de José Feliciano de Castilho a um escrito de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. LXVII. pag. 260. **Jornal de Coimbra**. 10:52 (pt. 1, 1817) 217-254.

CAUSTICO contra a angina escrofulosa Pelo sr. Isambert. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 48.

C., C. - Dosagem volumetrica dos alcaloides da quina, por M. Dufilho. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 185–188.

C., C. - Quiniodol, quina iodada, por M. M. A. Mouchet e Malbec. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2: Abril a Junho (1915) 293.

CHAVES, José Manoel - Febres intermitentes. **Coimbra Medica**. 18:8 (1898a) 124-127.

CHAVES, José Manoel - Febres intermitentes. **Coimbra Medica**. 18:9 (1898b) 142-143.

CHAVES, José Manoel - Febres intermitentes. **Coimbra Medica**. 18:10 (1898c) 157-159.

CHAVES, José Manoel - Febres intermitentes. **Coimbra Medica**. 18:11 (1898d) 172-174.

CHEVREUL, M. - Cinchonine. In CUVIER, Frédéric (Dir.) - **Dictionnaire des Sciences Naturelles dans lequel on traite méthodiquement des différens êtres de la nature, considérés soit en eux-mêmes, d'après l'état actuel de nos connoissances, soit relativement a l'utilité qu'en peuvent retirer la médecine, l'agriculture, le commerce et les arts. Suivi d'une biographie des plus célèbres naturalistes**. Vol. 24. Estrasburgo [etc]: F. G.Levrault. 1822.

CHEVREUL, M.-E. – **Considérations générales sur l'analyse organique et sur ses applications**. Paris: F.-G. Levrault, 1824.

CHLOROFORMIO Applicado Como Febrifugo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 87.

CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 1 (1870) 146–148.

CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 2 (1871) 15–20.

CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 2 (1871) 93–96.

CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 18 (1887) 44–48.

CHYMICA applicada á Medicina. **Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras**. Parte Segunda. Correspondencia, e Noticias das Sciencias, das Artes, etc. 12 (1821) 95-105.

CID, Annibal Salter de Mendonça e – Estudo sobre o Arsenico. Dissertação para o acto de licenciatura (Continuado de pag. 264). **Coimbra Medica**. 11:18 (1891) 269-277.

COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea tubalense chimico-galenica, Parte Primeira**. Em que se faz nam só huma reflexam physica sobre os principios dos mixtos, expondo depois a diffinição de ambas as Pharmacopeas, e as opperações, em que se dividem, com os objectos della inteiramente explicados. Mas tambem se mostra hum dicionario com muitas vozes, e termos de ambas as Pharmácias, e a explicação dos mais versados Synonomos, com que em diversos idiotismos se pedem os simples medicinaes; e finaliza com a indagação dos tres Reynos Animal, Vegetal, e Mineral, com algumas objecções propostas, e decididas á cerca dos medicamentos deste tam dilatado Imperio. Lisboa : Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735.

COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense chimico-galenica, Parte Segunda**. Que contem hum tratado das mais usuaes, e selectas composições, tanto dos Antigos, como dos Modernos, e ainda algumas, que por occultas senão vulgarizavaõ; com os Calculos dos medicamentos Purgantes, Narcoticos, e Mercuriaes, e tambem com as annotações precisas, e necessarias para a sua mais perfeita manipulação. Lisboa : Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735.

COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Terceira**. Dividida em tres classes, Em a primeira se admira hum dicionario, para a inteligencia dos mais versados Synonomos da praxe Medica. Em a segunda se registra huma Colecção dos mais especiozos Arcanos, que o Doutor Ribeira descreveo em o grande numero de seus volumes, e outros de diversos practicos. Em a terceira se encontraõ innumeraveis Especificos para o Curativo seguro de diversos affectos, e hum discurso Physico sobre o uso da Quinna. Lisboa: Officina de Jozé da Sylva da Natividade. Impressor das Serenissimas Cazas, e Estado de Bragança, e Infantado, e da Sagrada Religiao de Malta, 1751.

COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Primeira**. Em que se faz nam só huma reflexam physica sobre os principios dos mixtos, expondo depois a diffinição de ambas as Pharmacopèas, e as opperações, em que se dividem, com os objectos della inteiramente explicados. Mas tambem se mostra hum dicionario com muitas vozes, e termos de ambas as Pharmácias, e a explicação dos mais versados Synonomos, com que em diversos idiotismos se pedem os simples medicinaes; e finaliza com a indagação dos tres reynos Animal, Vegetal, e Mineral, com algumas objecções propostas, e decididas à cerca dos medicamentos deste tam dilatado Imperio. Roma: Officina de Balio Geredini, 1760.

COELHO, Manoel Rodrigues – **Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, Parte Segunda**. Que contem hum tratado das mais usuaes, e selectas composicoens, tanto dos Antigos, como dos Modernos, e ainda algumas, que por occultas senão vulgarizavaõ; com os Calculos dos medicamentos

Purgantes, Narcoticos, e Mercuriaes, e tambem com as annotaçoens precisas, e necessarias para a sua mais prefeita manipulaçaõ. Roma: Officina de Balio Geredini, 1760.

COLLODIO morphinado Pelo sr. Caminiti. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 235.

COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. ISBN 972-8425-03-1.

COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa: Ministério da Saúde : INFARMED, 1998a. ISBN 972-8425-08-2.

COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - **Memento terapêutico: vias de administração, posologia, interações.** 2ª ed. Lisboa: INFARMED, 1998b.

COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa: Ministério da Saúde : INFARMED, 1999. ISBN 972-8425-16-3.

COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa: Ministério da Saúde : INFARMED, 2000. ISBN 972-8425-08-02.

COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa VI: Suplemento.** Lisboa: Ministério da Saúde : INFARMED, 2001. ISBN 972-8425-08-2.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - **Farmacopeia portuguesa IV: suplemento.** Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1961.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I.** Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo I.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo II.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo III.** [S.l.]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo IV.** [S.l.]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo V.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VI.** Porto : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. ISBN 972-27-0428-1.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VII.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VIII.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo IX - .** Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo X.** Maia : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995a.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 3. Memento Terapêutico. Vias de administração-posologia-interacções.** Maia: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1995b. ISBN 972-27-0801-5.

COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo XI.** Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

COMPÊNDIO Farmacêutico. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana.** Janeiro a Dezembro (1930) 72–77.

CONSERVAÇÃO dos extractos fluidos e das tinturas por M. W. L. Scoville. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima sexta Serie. 1 (1920) 38–39.

CONTRA-VENENOS. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Terceira Serie. 3:8 (1857) 241–243.

CONTRA-VENENOS, e meios de os empregar; pelo Sr. Dr. Comet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Segunda Serie. 4:2 (1853) 41–48.

CORDEIRO, C. J. X. - Modificação ao Processo da Quinimetria. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quarta Serie. 3 (1862) 66–68.

CORDEIRO, Robalo – O tratamento a longo prazo da artrite reumatoide com fosfato de cloroquina (Aralen) – Young (J. P.) – «Annals Int. Med.», 51, 1159, 1959. **Coimbra Médica**. 7 (1960) 85.

CORRÊA, J. D. - Novos preparados pharmaceuticos, pedidos na Botica do Hospital de S. José de Lisboa, e insertos na ultima edição do Formulario dos Medicamentos do dicto Hospital. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:2 (1848-1849) 34–35.

CORRÊA, J. D. – Das falsificações de varios medicamentos e substancias alimentarias, e dos meios de reconhecel-as. Extracto de diversos Auctores; continuado de pag. 322. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:11 (1851a) 341–348.

CORRÊA, J. D. – Das falsificações de varios medicamentos e substancias alimentarias, e dos meios de reconhecel-as. Extracto de diversos Auctores; continuado de pag. 348. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:12 (1851b) 377–385.

CORREIA, J. D. – Quinimetria ou Novo Methodo para Dosar a Quinina nas Quinas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 115–119.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris (Sessão de 2 de maio de 1877.). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877a) 123.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris (Sessão de 6 de junho de 1877). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877b) 202–203.

CORRÊA, J. D. - Valeriana. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877c) 184.

CORRÊA, J. D. - Sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878a) 75–76.

CORRÊA, J. D. - Valerianato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878b) 137.

CORRÊA, J. D. - Quinas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878c) 136.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. (Sessão de 4 de julho de 1877). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878d) 77–79.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. (Sessão de 7 de novembro de 1877). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878e) 137–138.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de Paris. — (Sessão de 9 de janeiro de 1878). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878f) 153–154.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de París. — (Sessão de 6 de fevereiro de 1878). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878g) 155–156.

CORRÊA, J. D. - Sociedade de pharmacia de París. — (Sessão de 3 de julho de 1878). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878h) 240–241.

CORRÊA, J. D. - Pharmacia portatil ou de campo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878i) 79–80.

CORRÊA, J. D. - Temperatura na qual se sublimam alguns alcaloides Pelo sr. Winter Blyth. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 107–110.

CORRÊA, J. D. - Valerianato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 43.

CORRÊA, J. D. - Incompatibilidades medicamentosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 224.

CORRÊA, J. D. - Chloreto de zinco como reagente dos alcaloides. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 54–55.

CORRÊA, José Dionysio; D'AZEVEDO, Francisco Antonio Alves; D'ANDRADE, João Izidoro Ferreira – Parecer da Comissão de Pharmacia ácerca d'uma falsa-quina remetida á Sociedade. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:8 (1851) 237–238.

CORRÊA, Junior - Nova formula d'infuso de quina pulverisada. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:7 (1852a) 204–205.

CORRÊA, Junior - Emprego do acido tartarico para tornar soluvel o sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:5 (1852b) 133–134.

CORRÊA, Junior - Remedios febrifugos alemães. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:2 (1852c) 40–41.

CORREA, Lourenço Antonio - Formulas de medicamentos, colligidas pelo Sr. Lourenço Antonio Correa, Cirurgião do Hospital de S. José de Lisboa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:3 (1848-1849a) 61–64.

CORREA, Lourenço Antonio - Formulas de medicamentos, colligidas pelo Sr. Lourenço Antonio Correa, Cirurgião do Hospital de S. José de Lisboa; continuadas de pag. 84. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:5 (1848-1849b) 111–114.

CORREIA, J. D. - Sobre o Extracto de Quina Cinzenta pelo Sr. Lalieu. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 2 (1871) 3–4.

CORREIA, J. D. - Quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 40.

CORREIA, José Dionysio; VEIGA, Joaquim Urbano da; FERREIRA, Antonio Augusto Felix - Consulta da Sociedade Pharmaceutica Lusitana ácerca do sulphato de quinina preparado pelo Sr. Conrade Zimmer de Francfort. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 4 (1868) 196-199.

CORREIA, José Dionysio; VEIGA, Joaquim Urbano da; FERREIRA, Antonio Augusto Felix – Representação da Sociedade Pharmaceutica Lusitana a sua Magestade El-Rei, ácerca da necessidade de serem ouvidos pharmaceuticos, chimicos e naturalistas na confecção da nova Pharmacopea legal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 1 (1870) 58–59.

CORREIA, Lourenço Antonio – Collecção de Formulas Medicamentosas, Trabalho Original do Sr. Lourenço Antonio Correia, Facultativo Director da Enfermaria de Santa Margarida do Hospital de S. José e que se não Acham Inseridas no Formulario do Mesmo Hospital. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 66–67.

CORREIA, Lourenço Antonio – Collecção de Formulas Medicamentosas, Trabalho Original do Sr. Lourenço Antonio Correia, Facultativo Director da Enfermaria de Santa Margarida do Hospital de S. José e que se não acham Inseridas no Formulario do Mesmo Hospital (Continuado de pag. 24). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 3 (1867) 61–67.

CORTEX BRASILIENSIS. **Jornal de Coimbra**. 8:39 (pt. 1, 1815) 126-128.

CORTEZÃO, A. A. – Oryzicultura. **Coimbra Medica**. 3:6 (1883a) 85-88.

CORTEZÃO, A. A. – Febres intermittentes tratadas pelo cozimento de limão. **Coimbra Medica**. 3:19 (1883b) 294.

CORTEZÃO, A. A. – Tratamento das Febres Palustres pela Essencia de Terebinthina. **Coimbra Medica**. 8:18 (1888) 287-291.

COSTA, Aloísio J. C. Fernandes – Do valor alcalóidico das quininas de S. Tomé. **Boletim da Escola de Farmácia**. 2 (1941-1942) 1-17.

COSTA, Aloísio José de Carvalho Fernandes; VALE, José Baeta Cardoso do – Chaves dicotómicas para a identificação dos simples de origem vegetal e animal da Farmacopeia Portuguesa. **Boletim da Escola de Farmácia**. 3 (1943) 67-137.

COSTA, António M. Amorim - Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas. **Química Nova**. ISSN 0100-4042. 38:7 (2015) 1002–1007. doi: 10.5935/0100-4042.20150114.

COSTA, Emigdio Manoel Victorio da – Conta do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico da Camara das Villas de Soure e Ega. **Jornal de Coimbra**. 3:16 (Abr. 1813) 354-356.

COSTA, Emigdio Manoel Victorio da – Extracto da Conta do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico dos Partidos de Soure e Ega, na Provedoria de Leiria, pertencente ao mez de Maio de 1813. **Jornal de Coimbra**. 6:28 (pt. 1, Abr. 1814) 223-225.

COSTA, Emigdio Manoel Victorio da – Contas do Dr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, Médico dos Partidos das Camaras das Villas do Soure e Ega, pertencentes aos mezes de Junho, Julho, Agosto, e Setembro de 1813; recebidas do A. directamente pelos Redactores d’este Jornal no princípio de Novembro de 1816. **Jornal de Coimbra**. 9:47 (pt. 1, 1816) 313-329.

COSTA, Jacinto da – **Pharmacopea naval, e castrense**. Tomo I. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

COSTA, Jacinto da – **Pharmacopea naval, e castrense**. Tomo II. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

COSTA, João José da – Conta das Observações pertencentes aos mezes d’Abril e Maio de 1813, por Joao José da Costa, Médico em Braga. **Jornal de Coimbra**. 5:21 (Set. 1813) 95-96.

COSTA, João Victorino Pereira da – Tres Contas de João Victorino Pereira da Costa, Cirurgião do Partido da Camara, e do Hospital da Misericordia da Villa de Torres-Vedras, pertencentes – 1.^a ao anno de 1816, e 1817 até 20 de Fevereiro – 2.^a desde 20 de Fevereiro até 29 de Março – 3.^a ao mez de Abril. **Jornal de Coimbra**. 11:59 (pt. 1, 1817) 313-319.

COUTINHO, António Xavier Pereira - O Sr. Dr. Júlio A. Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal. **O Instituto**. 65 (1918) 225-242.

CRAVAGEM n’o tratamento da malaria. **Coimbra Medica**. 20:25 (1900) 399.

CRONOLOGIA Farmaceutica (Continuação do n.º anteriôr) Por V. Mazloum Bey, farmaceutico no Cairo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2 (1915) 298–301.

CRUZ, Adelino da – A Cinchona e o Eucalyptus. **Jornal de Horticultura Practica**. 9 (1878) 237–238.

CULTIVO da quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 157.

CUNHA, Theotonio Pinto da – Extracto da Conta de Theotonio Pinto da Cunha, Médico do Partido da Villa de O’var, Comarca de Aveiro, datada a 31 de Dezembro de 1816. **Jornal de Coimbra**. 12:61 (pt. 1,

1818) 23.

CURRIE, James - **Medical Reports on the Effects of Water, Cold and Warm, as a Remedy in Fever and Other Febrile Diseases**. 2nd Edition corrected and enlarged. Vol. 2. London: T. Cadell and W. Davies, Strand; and W. Creech, Edinburgh, 1805.

D. - Regresso do professor José Julio Rodrigues. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 134.

D. - Ensaio do sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887a) 97.

D. - Sulfato de quinina ligeiro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887b) 160.

D. - Exposição industrial portuense. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887c) 139–140.

DA ACÇÃO de diversos agentes chimicos e therapeuticos sobre o microbio do carbunculo symptomatico. **Coimbra Medica**. 2:21 (1882) 328-330.

D'ALMEIDA, Antonio – Quarta, e última Conta, pertencente ao anno de 1815; por Antonio d'Almeida, Médico do R. Partido da Cidade de Penafiel. **Jornal de Coimbra**. 14:78 (pt. 1, 1819) 243-245.

DAS FALSIFICAÇÕES e misturas de varios medicamentos pelo Sr. Ferrand (Continuado do tomo 4.º da 6.ª serie, pag. 208). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 121–125.

DAS FALSIFICAÇÕES e misturas de varios medicamentos pelo Sr. Ferrand (Continuado da pag. 125). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 184–186.

DA SOLUBILIDADE na agua do sulfato neutro de quinina pelos acidos tartrico ou citrico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 138-140.

DAVID, J. H. Santos – Subsídios para o estudo da endemia palúdica no conselho do Chitato (Lunda-Angola). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 17:1/2 (Jan./Jun. 1960) 257-281.

D'AZEVEDO, Francisco Antonio Alves - Parecer da Commissão de Pharmacia, a que se refere o Officio supra. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:1 (1852) 27–28.

[DECRETO sobre a Água de Inglaterra]. **Jornal de Coimbra**. 1:2 (Fev. 1812) 82.

DECRETO. **Jornal de Coimbra**. 15:79 (pt. 1, 1819) 34.

DELICIOSO, João Francisco; MACHADO, Alfredo da Silva - Parecer da comissão «ad hoc» encarregada de estudar os quesitos propostos pelo socio o sr. Domingos Antonio Pitta Simões. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 51-54.

DENIGES - Meio de distinguir os alcaloides das quinas por as reacções fluoroscópicas. M. Deniges. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 5 (1909) 295–296.

DENIS, José Cipriano Rodrigues – Influência da farmácia no desenvolvimento da química – A farmácia em Portugal. **O Instituto**. 73:5 (1926) 758–782.

D'ESAGUY, Augusto – A page from the Portuguese History of Medicine. **O Instituto**. 108 (1946) 195–219.

DETERMINAÇÃO do D. D. T. nos pós e preparados líquidos, F. A. Gunther: Ind. Eng. Chem. (An. Ed.) 17,149 (1945) apud Bol. Soc. Quim. Peru, 11, 83 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 4:47 e 48 (Novembro/Dezembro, 1945) 214.

DETERMINAÇÃO dos alcaloides do extrato fluido de quina. H. WOJAHN. Deut. Apoth. – Ztg. 54, 783 (1939) apud Am. Ph. Assoc. 6, 271 (1941). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14. (Dezembro, 1941) 63.

DEYEUX; THENARD; VAUQUELIN – Rapport sur un Mémoire de MM. Pelletier et Caventou, Ayant pour objet l'analyse des quinquina. In: Pelletier; Caventou - **Analyse Chimique des Quinquinas ... suivie d'observations médicales sur l'emploi de la quinine et de la cinchonine**. Paris: L. Colas Fils, 1821.

DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa [Em linha]. 1821, 10 Abr., 53. 521. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/njp.32101074628213?urlappend=%3Bseq=531%3Bownerid=27021597768779025-571>>.

DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação portugueza [Em linha]. 1821, 15 Mai., 79. 901-903. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/njp.32101074628205?urlappend=%3Bseq=183%3Bownerid=27021597768760544-187>>.

DIARIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação portugueza [Em linha]. 1821, 24 Mai., 87. 985-987. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/njp.32101074628205?urlappend=%3Bseq=267%3Bownerid=27021597768769253-309>>.

DIARIO da Regencia [Em linha]. 1821, 10 Abr., 86. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/hvd.hxj9vq?urlappend=%3Bseq=397%3Bownerid=27021597767368758-421>>.

DIARIO da Regencia [Em linha]. 1821, 15 Mai., 114. [Consult. 16 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://hdl.handle.net/2027/hvd.hxj9vq?urlappend=%3Bseq=565%3Bownerid=27021597767368758-621>>.

DIAS CHORÃO, J. P. – A Proposito da Actual Epidemia de Grippe (Continuado de pag. 45). **Coimbra Medica**. 10:4 (1890a) 53-58.

DIAS CHORÃO, J. P. - A Proposito da Actual Epidemia de Grippe (Continuado de pag. 58). **Coimbra Medica**. 10:5 (1890b) 69-78.

DIAS CHORÃO, J. P. - A Proposito da Actual Epidemia de Grippe. **Coimbra Medica**. 10:3 (1890c) 37-45.

DIAS CHORÃO, J. P. – Contribuição para o Estudo da Gripe (Continuado de pag. 127). **Coimbra Medica**. 11:9 (1891) 131-135.

DINIS, José Cipriano Rodrigues – Actividade escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra referente ao ano lectivo de 1944-45. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945a) 308-402.

DINIS, José Cipriano Rodrigues – Vida Escolar. Relatório do Director da Escola de Farmácia referente ao ano escolar de 1943-44. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945b) 239-300.

DINIZ, José Cypriano Rodrigues – Relatório enviado pelo Director da Escola de Farmácia ao Ex.^{mo} Reitor da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1941-1942. **Boletim da Escola de Farmácia**. 3 (1943) 213-251.

DINIZ, José Cypriano Rodrigues – Vida Escolar. Relatório da Escola de Farmácia referente ao Ano Escolar de 1942-43. **Boletim da Escola de Farmácia**. 4 (1944) 351-386.

D'OLIVEIRA, E. R. - Ensaio das quinas pelo chloroformio; pelo Sr. Rabourdin, Pharmaceutico em Orleans. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:6 (1851) 189-191.

DOSAGEM da quinina na quina; P. J. Krussse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 4 (1913) 45.

DOSEAMENTO da atebрина. H. C. Hein: J. A. O. A. C. 27, 354 (1944) apud. Gaz. Farm. 154, 9, (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 4:43 e 44 (Julho/Agosto, 1945) 134.

DOSEAMENTO dos alcaloides da quina Pelo sr. Prollius. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 103–104.

DOS GLYCEROLADOS medicinaes; continuação de pag. 134. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:5 (1856) 171–180.

DRACK, G. - Injecções hypodermicas antisepticas, tendo por vehiculo a vaselina liquida, do sr. A. Meunier; considerações sobre a denominada vaselina liquida. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887) 86–95.

DUARTE, Ignacio Rodrigues da Costa – Respostas ao questionario proposto pela commissão, nomeada por Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 16 de Setembro de 1882, aos facultativos dos conselhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure. **Coimbra Medica**. 3:6 (1883) 88-89.

DUNCAN (Jun.), Andrew – **The Edinburgh New Dispensatory** ...7th Edition, corrected and enlarged. Edinburgh: Bell & Bradfute, 1813.

DUPUY, B. – **Alcaloïdes. Histoire, propriétés chimiques et physiques. Extraction, action physiologique, effects thérapeutiques. Toxicologie, Observations. Usage em médecine, Formules, etc.** Tomo 1, Paris [etc.]: [s.n.], 1889.

EBOLI - Investigações de Chymica analytica; methodo facil e seguro, segundo o Sr. Eboli, para reconhecer a presença de certas substancias toxicas nos casos d'envenenamentos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:7 (1855) 250–252.

ELECTUARIO anticatarrhal Pelo sr. Bourdon. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 61.

ELECTUARIO de Quina e Enxofre. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 298.

ELECTUARIO de quina e enxôfre Pelo sr. De Smet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 106.

ELECTUARIO Febrifugo Pelo sr. Fuller. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 181.

ELIXIR aloetico-febrifugo contra as febres intermittentes (traduzido por J. D. Corrêa). **Jornal da**

Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Segunda Serie. 1:4 (1850) 115.

ELIXIR aloetico febrifugo; pelo Sr. Dr. Recamier. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 5:23 (1848-1849) 563–564.

ELIXIR chlorhydropepsico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima primeira Serie. 4 (1898) 104.

ELIXIR dentifricio Pelo sr. Cheltenham. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 81.

ELIXIR de quina e de açafão; liquor dourado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Terceira Serie. 4:5 (1858) 129.

ELIXIR Febrifugo Pelo sr. Huxam. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Sexta Serie. 5 (1874) 181.

EMBROCAÇÃO febrifuga Pelo sr. Gustamacchia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 123.

EMPREGO do leite como excipiente da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 1 (1880) 101.

ENSAIO do sulphato de quinina, Pelo Sr. Bohringer. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Nona Serie. 5 (1889) 101-102.

ERYTHROL. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 1 (1900) 90.

ESTUDO das alterações dos medicamentos por oxydação, pelo sr. Bourquelot (Continuado da pag. 185). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 1 (1900) 234–237.

EUQUININA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima primeira Serie. 4 (1898) 5-6.

EXTRACTO do ENSAIO Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da Quina, e de outras Cascas. Pelo Dr. Bernardino Antonio Gomes. **O Investigador Portuguez em Inglaterra.** 5:2 (Novembro de 1811) 36-43.

EXTRACTO fluido de salsaparrilha composto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 2 (1901) 152.

FABRICAÇÃO do sulphato de quinina sem alcohol. (Traduzido por H. J. S. Telles). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Segunda Serie. 1:2 (1850) 65–66.

FALSIFICAÇÃO do sulphato de quinina pela salicina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:11 (1856) 431.

FARIA, José Alemão de Mendonça Cisneiros e [et al.] - Comissão de Farmacopêa (Continuação). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 86-89.

FARIA, Luis Nicoláo de - Conta de Luis Nicoláo de Faria, Médico do Partido da Villa de Mourão, Comarca d'Elvas, pertencente a Setembro de 1817. **Jornal de Coimbra**. 12:63 (pt. 1, 1818) 112-116.

FEBRIFUGO. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 79.

FERNANDES, Amílcar Manuel A.; MANSO, Manuel Gonçalves A.; OLIVEIRA, Maria Alice C.; MOURA, Maria da Glória A. – Montagem e apetrechamento de uma farmácia. **Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra**. 1:1/4 Janeiro-Dezembro (1976) 83-88.

FERREIRA, A. Gomes – Orgânica dos serviços de saúde e actividade médico-sanitária do grémio dos industriais de Pesca da Província de Benguela. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:4 (Dezembro de 1953) 2729-2752.

FERREIRA, A. Pedroso; GÂNDARA, A. Franco – Contribuição para o estudo da endemia malárica na província de Macau – 6). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961) 93-108.

FERREIRA, A. Pedroso – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 1 – Considerações biogeográficas. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961) 109-162.

FERREIRA, A. Pedroso; BREDÁ, A. V. M. Antunes – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 2 – Inquérito clínico-epidemiológico feito nas estações secas de 1959 a 1960. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961a) 163-199.

FERREIRA, A. Pedroso; BREDÁ, A. V. M. Antunes – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 3 – Inquérito entomológico. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961b) 201-225.

FERREIRA, A. Pedroso; BREDÁ, A. V. M. Antunes – Estudos sobre a endemia malárica em Timor, com vista a estabelecer-se um plano de luta contra a mesma. 4 – Inquéritos feitos em 1962. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 20:1/4 (Jan./Dez. 1963) 73-98.

FERREIRA, Eduardo C. – Distribuição e incidência de algumas endemias de Angola. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953) 1739-1775.

FERREIRA, F. da Cruz; FERREIRA, A. Pedroso – Inquérito clínico-epidemiológico sobre a endemia malárica na Índia Portuguesa. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 19:1/4 (Jan./Dez. 1962) 27-36.

FERREIRA, F. S. Cruz; PINTO, A. R.; ALMEIDA, C. L. de – Alguns dados sobre a biologia do *Anopheles gambiae* da cidade de Bissau e arredores (Guiné Portuguesa), em relação com a transmissão da malária e filariase linfática. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 5 (Dezembro de 1948) 223-250.

FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 4.^a lição – *Plasmodium vivax*. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:1/2 (Janeiro/Junho 1971a) 175-176.

FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 5.^a Lição – *Plasmodium falciparum*. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971b) 297-300.

FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 6.^a Lição – *P. malarie* e *P. ovale*. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971c) 301-304.

FERREIRA, Nuno Cordeiro – Curso de Protozoologia 1969-1970. 7.^a Lição – Diagnóstico e quadro hemático da malária. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971d) 305-308.

F., F. - Pharmacopêa portugueza. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. Lisboa. 4 (1878) 56–57.

FLEURY - Observações sobre o extracto de quina; pelo Sr. Fleury, Pharmaceutico em Pontoise. (Traduzido por F. B. dos Santos). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:10 (1850) 307–309.

FLÜCKIGER, Friedrich A.; HANBURY, Daniel – **Pharmacographia. A history of the principal drugs of vegetal origin, met with in Great Britain and British India**. London: Macmillan and Co. 1874.

FONSECA, A. Carvalho da – Vinho de hemoglobina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 70–73.

FONSECA, Angelo Queiroz da – Os limites dos sais de cálcio, cloretos e sulfatos, admitidos para o carbonato de magnésio da Farmacopeia Portuguesa de 1936, podem ser diminuidos. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940) 36-38.

FONSECA, Antonio Carvalho da [et al.] – Parecer da Comissão de Chimica sobre uma amostra de sulfato de quinina, nacional. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 41–42.

FONSECA, J. M. Pinto - Farmacopêa Portuguesa. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana. Decima setima série.** Lisboa. 2 (1926) 193–195.

FONSECA, José Maria Pinto - A futura Farmacopeia Portuguesa. **Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana.** (1928) 369–388.

FONSECA, José Maria Pinto – A Revisão da Farmacopêa Portuguesa. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana** (1929) 3–13.

FONSECA, José Maria Pinto [et al.] - **Farmacopeia Portuguesa IV: edição oficial.** Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.

FONSECA, José Maria Pinto [et al.] - **Farmacopeia Portuguesa IV: edição oficial.** Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.

FONSECA, L. Falcão da - Três Séculos de Medicação Antipalúdica: Pó de Quina, Água de Inglaterra e Quinino. **Revista Portuguesa de Farmácia.** XXVIII:4 (Outubro-Dezembro) (1978) 348–372.

FONSECA, Luís Falcão da – Posição do Farmacêutico na Indústria Farmacêutica. **Pharmaka. Revista de Farmácia.** 3/4 (1968) 10-13.

FORMULA Contra a Hemicrania pelo dr. Debout. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quarta Serie. 1 (1860) 184.

FORMULA Contra as Gastralgias do Sr. Caroa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quarta Serie. 1 (1860) 287.

FORMULA Para Limpar os Dentes Ennegrecidos Pelos Preparados Ferruginosos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quarta Serie. 1 (1860) 255.

FORMULARIO. **Coimbra Medica.** 2:13 (1882) 210-211.

FORMULARIO. **Coimbra Medica.** 3:16 (1883) 248-249.

FORMULARIO. **Coimbra Medica.** 3:17 (1883) 263-264.

FORMULARIO. **Coimbra Medica.** 4:10 (1884) 158.

FORMULARIO. **Coimbra Medica.** 7:2 (1887) 30.

FORMULARIO. **Coimbra Medica.** 7:13 (1887) 210-211.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 9:7 (1889) 109-110.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 9:24 (1889) 381-382.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 14:12 (1894) 195.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 15:28 (1895) 457-459.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 16:7 (1896) 110-111.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 17:17 (1897) 271.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 17:23 (1897) 366-367.

FORMULARIO. **Coimbra Medica**. 19:9 (1899) 143.

FORMULARIO (Cont. do n.º 22, pag. 350). **Coimbra Medica**. 13:23 (1893) 366.

FORMULARIO (Cont. do n.º 22, pag. 355). **Coimbra Medica**. 14:23 (1894) 370-371.

FORMULARIO (Cont. do n.º 1, pag. 15). **Coimbra Medica**. 15:2 (1895) 30.

FORMULARIO (Cont. do n.º 6, pag. 95). **Coimbra Medica**. 15:18 (1895) 294-295.

FORMULARIO (Continuado de pag. 241). **Coimbra Medica**. 10:16 (1890) 258.

FORMULARIO (Continuado de pag. 138). **Coimbra Medica**. 11:10 (1891) 154.

FORMULARIO (Continuado de pag. 45). **Coimbra Medica**. 12:4 (1892) 62.

FORMULARIO (Continuado de pag. 205). **Coimbra Medica**. 12:16 (1892) 253-254.

FORMULARIO (Continuado de pag. 254). **Coimbra Medica**. 12:17 (1892) 270.

FORMULARIO (Continuado de pag. 286). **Coimbra Medica**. 12:19 (1892) 302-303.

FORMULARIO (Continuado de pag. 366). **Coimbra Medica**. 12:24 (1892) 382-383.

FORMULARIO dos Medicamentos Novos para 1903 por H. Bocquillon-Limousin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 97.

FORMULAS extrahidas das Pharmacopeias estrangeiras. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:2 (1850) 48-51.

FORMULAS extrahidas do Annuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat. – 1856; continuação da pag. 268. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:9 (1856) 361–368.

FORMULAS extrahidas do Annuario de Therapeutica do Sr. Bouchardat – 1857. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:7 (1857) 209–215.

FORMULAS extrahidas do Annuario de Therapeutica do Sr. Bourchardat. – 1855. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:6 (1855) 209–214.

FORMULAS extrahidas do Annuario de Therapeutica do Sr. Bourchardat. – 1855; continuação de pag. 214. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:7 (1855) 244–249.

FORMULAS extrahidas do Annuario therapeutico do Sr. Bouchardat – 1853. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:5 (1853) 137–141.

FORMULAS extrahidas do Dispensatorio do Sr. Dorvault, Pharmaceutico – 1854. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:9 (1854) 258–263.

FRAGA DE AZEVEDO, J.; CAMBOURNAC, F. J. C.; PINTO, Manuel R. – Observações sobre a incidência do sezonismo na Guiné Portuguesa. (Nota preliminar). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 4 (Dezembro de 1947) 7-16.

FRAGA DE AZEVEDO, J.– The Anglo-Portuguese contribution to Tropical Medicine. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 8:4 (Dezembro de 1951) 689-722.

FRAGA DE AZEVEDO, J.; FRANCO GÂNDARA, A; PEDROSO FERREIRA, A. – II- Contribuição para o conhecimento da Endemia Malária na Província de Timor. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 15:1 (Março 1958) 35-52.

FRAGA DE AZEVEDO, J.; MOURÃO, M. Costa; SALAZAR, J. M. Castro; TENDEIRO, J.; FRANCO, L. T. de Almeida – O paludismo na ilha do Príncipe (1958). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 17:4 (Dezembro 1960) 955-966.

FRAGOSO, Emilio - Sessão de 11 de Agosto de 1882. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882a) 224–240.

FRAGOSO, Emilio - Sessão de 23 de Setembro de 1882. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882b) 246–251.

FRAGOSO, Emilio - Sessão de 30 de Janeiro de 1881. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882c) 81–83.

FRAGOSO, Emilio - Sessão Extraordinaria de 3 de Janeiro de 1883. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 5–24.

FRAGOSO, Emilio - Sessão de 28 de Abril – Presidencia do sr. GUIMARÃES DRACK, 1.º vice-presidente. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 101–105.

FRAGOSO, Emilio - Sessão de 10 de Março de 1891. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 85-88.

FRAZÃO, Abílio – Farmácia Prática. **Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana**. Julho a Setembro (1932) 6–9.

FREIRE, C. M. M. - Acta n.º 308 de 28 de Janeiro de 1847. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 626–633.

FREIRE, C. M. M. - Acta n.º 316, de 25 de Junho de 1847. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:4 (1848-1849) 98–100.

GAITTO, José da Costa – Um Caso de Paludismo Chronico, Anemia e Cirrhose Atrophica Provavel Consecutivas – Pleurisia Secca. **Coimbra Medica**. 15:20 (1895a) 321-330.

GAITTO, José da Costa – Um Caso de Paludismo Chronico, Anemia e Cirrhose Atrophica Provavel Consecutivas – Pleurisia Secca (Cont. do n.º 20, pag. 330). **Coimbra Medica**. 15:21 (1895b) 339-344.

GAITTO, José da Costa – Nota sobre um Caso de Diabetes com Nephrite Chronica Mixta e Retinite Albuminurica. **Coimbra Medica**. 16:6 (1896a) 87-93.

GAITTO, José da Costa – Nota sobre um Caso de Diabetes com Nephrite Chronica Mixta e Retinite Albuminurica. **Coimbra Medica**. 16:5 (1896b) 70-77.

GAMA, Jorge Pereira da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Azul de Metileno. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 9-10 (Janeiro/Fevereiro, 1941a) 32-37.

GAMA, Jorge Pereira da - Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Azul de Metileno. (Conclusão). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 11-12 (Março/Abril, 1941b) 62-65.

GARD E BRITO, Bernardette Berthe Juliette Heloïse – O teste da aglutinação do látex para o serodiagnóstico da malária. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973a) 139-143.

GARD E BRITO, Bernardette Berthe Juliette Heloïse – Um teste de micro-hemaglutinação indirecta para o estudo da imunidade na malária. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 1:1/4 (Janeiro/Dezembro 1973b) 145-149.

GARD E BRITO, Bernardette Berthe Juliette Heloïse – Estudo sobre os aspectos imunitários da infecção pelo *Plasmodium berghei* – (A acção da cortisona em doses terapêuticas). **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**. 2:1/4 (Janeiro/Dezembro 1974) 431-438.

GARD E BRITO, Bernardette B. J. H. – A imunofluorescência e a sua contribuição para o estudo da malária. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971a) 223-232.

GARD E BRITO, Bernardette B. J. H. – A imunofluorescência no estudo da malária humana: o *Plasmodium berghei* utilizado como antigénio. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical**. 5:3/4 (Julho/Dezembro 1971b) 233-239.

GARGAREJO antiescorbutico (Dr. Gallois). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 134.

GARGAREJO antiseptico Pelo sr. Renauldin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 50.

GARGAREJO antisiphilitico (H. Green). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 216.

GARGAREJO contra a salivação mercurial Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 43.

GARGAREJO deterativo Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 48.

GAZETA de Lisboa [Em linha]. 1824, 10 de Jul., 161. 764. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://play.google.com/books/reader?id=XREwAAAAYAAJ&pg=GBS.PA764&hl=pt>>.

GLYCEROLADOS de Amydo, de Bichlorureto de Mercurio de Sulphato de Cobre e do Oxydo Rubro de Mercurio. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 81-82.

GLYCEROLEO de Chlorhydrato de Quinina Pelo sr. Flarer. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 101.

GLYCEROPHOSPHATO de quinina granulado. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 34.

GOEZE, Edmond – Breves instrucções sobre o modo de colher e expedir sementes e plantas das provincias ultramarinas. **Jornal de Horticultura Practica**. 1 (1870a) 28–29.

GOEZE, Edmond – Revista do anno 1870. **Jornal de Horticultura Practica**. 1 (1870b) 181–186.

GOEZE, Edmond – A ilha de S. Miguel e o Jardim Botanico de Coimbra. **O Instituto**. 14:4 (1871) 73-87.

GOMES, B. A. – As arvores que dão a quina, nas possessões d’Africa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 86–94.

GOMES, B. A. [et al] – **Pharmacopêa portugueza. Edição official** (1876). Lisboa: Imprensa Nacional.

G[OMES], B. B. - **Cultura das Plantas que dão a Quina**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

G[OMES], B. B. - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 144). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 157–164.

G[OMES], B. B. - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 289). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 293–298.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 63–69.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 69). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 81–88.

GOMES, B. Barros - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 81 do 1.º tomo da 5.ª serie). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 3–7.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 7). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 21–29.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 29). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 41–51.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 51). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 2 (1866) 61–66.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 66). **Jornal da**

Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Quinta Serie. 2 (1866) 81–85.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 85). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quinta Serie. 2 (1866) 101–104.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 104). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quinta Serie. 2 (1866) 140–144.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 164). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quinta Serie. 2 (1866) 201–205.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 205). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quinta Serie. 2 (1866) 248–254.

[GOMES, B. Barros] - Cultura Das Plantas Que Dão A Quina (Continuado de pag. 254). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Quinta Serie. 2 (1866) 273–289.

GOMES, Bernardino A. - As arvores da quina em Cabo Verde e na Madeira. **Jornal de Horticultura Pratica.** 6 (1875) 142–143.

GOMES, Bernardino Antonio – **Observações botânico-medicinas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em latim, e portuguez.** Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1803.

GOMES, Bernardino Antonio - Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre a sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas. In **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa.** Tomo 3. Parte 1. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812a. p. 201–216.

GOMES, Bernardino Antonio - Chymica. **Jornal de Coimbra.** 2:10 (Out. 1812b) 291-296.

GOMES, Bernardino Antonio – Segunda e ultima Réplica aos Senhores Redactores do Jornal de Coimbra. **Jornal de Coimbra.** 2:12 (Dez. 1812c) 447-449.

GOMES, Bernardino Antonio – Resposta do Dr. Bernardino Antonio Gomes ao Dr. Castilho. **O Investigador Portuguez em Inglaterra.** 11:44 (Fevereiro de 1815) 662-671.

GOMES, Bernardino Antonio – Resposta ao Papel de Jozé Feliciano de Castilho, intitulado “Reflexões, &c.” **Jornal de Coimbra,** No. 35, par.1, p. 201. **O Investigador Portuguez em Inglaterra.** 14:55 (Janeiro de 1816) 313-325.

GOMES, Bernardino Antonio – Resposta ás denominadas Reflexoens de Jozé Feliciano de Castilho. – (Jorn de C. Nº XLI. p. 1, p. 227.). **O Investigador Portuguez em Inglaterra.** 17:67 (Janeiro de 1817) 261-275.

GOMES, Bernardino Antonio – **Memoria sobre a virtude tœnifuga da romeira, com observações zoológicas e zoonómicas relativas á tœnia, e com huma estampa.** Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1822.

GOMES, Bernardino Antonio - **Elementos de Pharmacologia geral ou Principios geraes de materia medica e de therapeutica.** Lisboa: Typographia da mesma Academia, 1851.

GOMES, Bernardino Antonio — **Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica.** Segunda edição, correcta e augmentada. Lisboa: Typographia da Academia, 1863.

GOMES, Bernardino Antonio — **Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de materia medica e de therapeutica.** Terceira edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873.

GOMES, Bernardino Antonio [et al.] – **Pharmacopêa portugueza. Edição official.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

GOMES, Bernardino Barros - **Relatorio Florestal Sobre as Matas da Machada e Valle de Zebro Apresentado á Direcção do Commercio no Ministerio das Obras Publicas em 3 de Setembro de 1864.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

GOMES, Bernardinus Anthony - An Essay upon Cinchonin, and its Influence upon the Virtue of Peruvian Bark, and other Barks. **The Edinburgh Medical and Surgical Journal: A Concise View of the Latest and Most Important Discoveries in Medicine, Surgery, and Pharmacy.** 7:28 (1811) 420-431.

GOMES, Bernardinus Anthony - An Essay upon Cinchonin, and its Influence upon the Virtue of Peruvian Bark, and other Barks. **Medical and Physical Journal.** 27:158 (1812) 295-306.

GOMEZ, Bernardino Antonio – AOS LEITORES do Jornal de Coimbra. **O Investigador Portuguez em Inglaterra.** 6:22 (Abril de 1813) 206-210.

GONÇALVES, Fernando Tomaz – Algumas notas sobre o paludismo em Macau. **Anais do Instituto de Medicina Tropical.** 9:2 (Julho de 1952) 485-490.

GUAIKINOL. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 1 (1900) 89.

GUIBOURT, N.-J.-B.-G. – **Histoire abrégée des drogues simples.** T. 1. Paris, 1820.

GUIBOURT, N.-J.-B.-G. – **Histoire abrégée des drogues simples.** Seconde Édition, corrigée et augmentée. T. 1. Paris: Méquignon-Marvis, 1826.

GUIBOURT, N. J.-B. G.; PLANCHON, G. – **Histoire naturelle des drogues simples, ou Cours d'histoire naturelle professé à l'École de pharmacie de Paris**. 6e éd., corrigée et augmentée par G. Planchon. T. 3. Paris: J. B. Baillièere et fils Libraires de l'Académie Impériale de Médecine, 1869.

GUIBOURT, N.-J.-B.-G.; PLANCHON, G. – **Histoire naturelle des drogues simples, ou Cours d'histoire naturelle Professé à l'École supérieure de Pharmacie de Paris**. 7e éd. corrigée et augmentée Par G. Planchon. T. 3. Paris: Librairie J.-B. Baillièere et fils, 1876.

GUSMÃO, F. A. Rodrigues de – Mal de Loanda (Continuado de pag. 249). **Coimbra Medica**. 1:17 (1881) 265-266.

GUSMÃO, F. A. Rodrigues de – Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 380, vol I). **Coimbra Medica**. 2:2 (1882a) 27-30.

GUSMÃO, F. A. Rodrigues de - Jacob de Castro Sarmiento (Continuado de pag. 30). **Coimbra Medica**. 2:4 (1882b) 59-60.

HENRIQUES, J. – As plantas da quina na Africa Portugueza. **Coimbra Medica**. 3:16 (1883) 237-240.

HENRIQUES, J. A. – A cultura das quinas na Africa portugueza. **Jornal de Horticultura Practica**. 9 (1878) 45–47.

HENRIQUES, J. A. – A proposito da cultura das plantas que dão a quina. **Jornal de Horticultura Practica**. 13 (1882) 26–27.

HENRIQUES, Julio A. – A Sementeira da Cinchona. **Jornal de Horticultura Practica**. 11 (1880a) 134–137.

HENRIQUES, Julio A. - **Instrucções praticas para a cultura das plantas que dão a quina**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880b.

HENRIQUES, Julio Augusto – A cultura das plantas que dão a quina nas possessões portuguezas. **O Instituto**. 22:10 (1876) 184–190.

HENRY; DELONDRE, A. – Sur une nouvelle substance alcaloïde découverte dans le quina jaune. **Journal de Pharmacie et des sciences accessoires**. 19:11 (1833) 623–625.

HENRY, Ossian; DELONDRE, A. – NOTE Sur une matière cristalline isolée d'un des produits de la préparation en grand du sulfate de quinine, et désignée d'abord sous le nom de quinidine. **Journal de Pharmacie et des sciences accessoires**. 20:3 (1834) 157–162.

HOPFFER, F. F. – Estado do ensaio da cultura da quina na ilha de Sancto Antão em abril de 1875. **O**

Instituto. 22:10 (1876) 190–197.

HÓSTIAS analgésicas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana** (1928) 391.

INCOMPATIBILIDADES physicas e medicamentosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima primeira Serie. 4 (1898) 27–29.

INDICE Cronologico Da maior parte da nossa Legislação sôbre a Medicina. **Jornal de Coimbra.** 16:88 (pt. 1, 1820) 158-168.

INHALAÇÕES de quinina contra a coqueluche: por C. Masland. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima terceira Serie. 5 (1909) 275–276.

INJECCÃO hypodermica de bromhydrato de quinina (Mac Auliffe). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 5 (1884) 54.

INJECCÃO hypodermica de chlorhydrato de quinina (Kobner). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 5 (1884) 54.

INJECCÃO hypodermica de quinina contra a malaria. **Coimbra Medica.** 19:24 (1899) 379.

INJECCÕES Hypodermicas Febrifugas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 3 (1877) 4.

INSTRUCÇÃO sobre os meios de reconhecer a pureza do sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Terceira Serie. 2:4 (1856) 121–125.

INTRODUCCÃO. **Jornal de Horticultura Practica.** 1 (1870) 1–2.

IODETO duplo de bismutho e de potassio empregado como reactivo dos alcaloides Pelo sr. Mangini. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 4 (1883) 203-204, p. 204.

IODO Contra As Febres Intermittentes Pelo sr. Douaud. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Sexta Serie. 3 (1872) 102.

JAILLARD - Nova Falsificação do Sulfato de Quinina Pelo sr. dr. Jaillard, pharmaceutico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 3 (1877) 132–134.

JESUS, José Bento Coelho de; CARVALHO, Francisco de; ALVES, Antonio Cesario D’Almeida - Representação entregue ao sr. Ministro do Reino sobre a necessidade de se reformar a Pharmacopêa Portuguesa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima segunda Serie. 1 (1900) 232–233.

JESUS, José Bento Coelho de; SILVA, Francisco Ferreira da; FRAGOSO, Emilio - Considerações sobre as bases do regulamento de remedios secretos (Concluido de pag. 16). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. Lisboa. 4 (1903) 35-38.

J., J. M. – **Farmacopea Bateana, augmentada com os segredos Goddardianos de Jonathan Goddardo, Medico Celeberrimo Londinense, com o Appendix à mesma Farma de Thomás Fuller; e accrescentada Com um Additamento de várias Fórmulas, ou Receitas, e composicoens de Joaõ Junchero, e Francisco Paulino Touquet, e de outros: Obra utilissima para o bem commum, escripta por ordem alfabetica; e dada à luz por hum professor da mesma Arte**. Pamplona: Herederos de Martinez, 1763.

JOAQUIM dos Santos e Silva. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Terceira Serie. 2 (1906) 58-60.

JORGE JANZ, G. – O índice esplénico nos Escolares de S. Tomé. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953) 1801-1810.

JÚNIOR, Albano Pereira – Algumas considerações sobre alcalóides. **Boletim da Escola Superior de Farmácia**. 5 (1953-1956) 167-216.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875a) 155-160.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875b) 175-180.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875c) 195-200.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 7 (1876a) 35-40.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 7 (1876b) 153-160.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 9 (1878) 245-248.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 11 (1880) 188-192.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – As quinas da Nova-Moka na ilha de S. Thomé. **Jornal de Horticultura Pratica**. 13 (1882) 109–112.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – Chronica Horticolo-Agricola. **Jornal de Horticultura Pratica**. 16 (1885a) 116–120.

JUNIOR, Duarte de Oliveira – Exploração botânica a S. Thomé e Príncipe. **Jornal de Horticultura Pratica**. 16 (1885b) 51–55.

JÚNIOR, Januário de Oliveira – A propósito da preparação do Extracto de Beladona pela Farmacopeia Portuguesa. Influência da reacção do veículo no rendimento e riqueza alcalóidica. **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:68 (Abril/Junho, 1949) 70-73.

JUNIOR, J. D. de Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875a) 34–40.

JUNIOR, J. D. de Oliveira - CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875b) 54–60.

JÚNIOR, Manuel Godinho de Matos – Os produtos fitofarmacêuticos e os métodos de análises. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968) 62-64.

JÚNIOR, M. G. Matos – O ensaio de pureza dos medicamentos officinais na farmácia. **Revista Portuguesa de Farmácia**. I:4 (Outubro-Dezembro) (1951) 168–169.

JUNIOR, Oliveira – CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 3 (1872a) 55–60.

JUNIOR, Oliveira - CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 3 (1872b) 195–200.

JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873a) 97–100.

JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873b) 151–160.

JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 4 (1873c) 195–200.

JUNIOR, Oliveira – Eucalyptus globulus. **Jornal de Horticultura Pratica**. 5 (1874) 142–146.

JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 6 (1875) 116–120.

JUNIOR, Oliveira – CHRONICA HORTICOLO-AGRICOLA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 7 (1876) 93–100.

JUNIOR, F. M. C. Leal – Parecer e analyse sobre o Sulphato de Quinina, preparado e remetido pelo Membro Correspondente Nacional, o Sr. JOSÉ ANTONIO SILVERIO RODRIGUES CARDOSO, Pharmaceutico em Mirandella; e approvada pela Sociedade, em Sessão Litteraria de 10 de Junho de 1838. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:1 (1838) 78–79.

JUNIOR, Silva Rosa – Varias noticias. **Jornal de Horticultura Pratica**. 12 (1881) 238–239.

L., A. M. – Dosagem dos sais de quinina em presença do azul de metileno. J. G. Sobrinho An. Soc. Ph. Ch. (S. Paulo), 1, 21 (1938). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940a) 44.

L., A. M. – Acção do reagente iodo-cuproso sobre os alcaloides. M. Peronnet e J. Guenin. J. Ph. Ch. 3, 142 (1940). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 3-4 (Julho/Agosto, 1940b) 39.

L., A. M. – Contribuição ao estudo do cloridrato de quinina e ureia. A. H. Sousa: Rev. Soc. Bras. Quim. 11, 100 (1942). **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:15 e 16 (Março/Abril – 1943a) 75-76.

L., A. M. – Sulfamato de quinina. K. H. Stahl e R. A. Kuever: J. Am. Ph. Assoc. 31, 154 (1942). **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:19 e 20 (Julho/Agosto, 1943b) 153.

L., A. M. – Pesquisa e dosagem da atebрина no sangue. C. Lataste, N. V. Lieo e M. E. Farinaud: C. R. Soc. Biol: t. 130, n.º 5 (1939) apud. Gaz. Pharm. 95, 2 (1940). **Jornal dos Farmacêuticos**. 2:23 e 24 (Novembro/Dezembro, 1943c) 217-218.

L., A. M. – Diagnóstico da malária pelo método de Manson. A. N. Lago: Sep. da Gaz. Farm. Julho de 1943. **Jornal dos Farmacêuticos**. 3:33 a 36 (Setembro / Dezembro, 1944) 162.

L., A. M. – A quinina reagente microquímico. L. Rossi e M. N. Aguirre de Celsi: An. Farm. Bioq. 14, 100 (1943) apud J. Am. Ph. A. (Abst.) 34,5 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 4:39 e 40 (Março/Abril, 1945) 63.

L., A. M. – Dosagem colorimétrica da quinina nas cascas da quina. A. Dellepiane: Mon. Farm. Terap. 51, 162 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:52 (Julho/Agosto, 1946a) 207.

L., A. M. – Síntese do D. D. T. W. T. Summerford: J. A. Ph. A. 34, 259 (1945). **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:50 (Março/Abril, 1946b) 143.

L., A. M. – Solutos injectáveis, estáveis, de cloridrato básico de quinina. Anon: pat. alemã 52365 (Abril 1942) apud C. A. 41, 3928 (1947). **Jornal dos Farmacêuticos**. 6:58 (Julho/Agosto, 1947a) 113.

- L., A. M. – Uma fórmula estável do xarope de Easton. Rev. C. E. Fac. C. Med. Farm. ano XIX, n.º 60 pág. 81. **Jornal dos Farmacêuticos**. 6:60 (Novembro/Dezembro, 1947b) 175.
- L., A. M. – Dosagem da quinina em medicamentos. A. H. Souza: Rev. Bras. Farm. 29, 147 (1947). **Jornal dos Farmacêuticos**. 7:61 (Janeiro/Fevereiro, 1948a) 32.
- L., A. M. – Caracterização e doseamento da quinina na droga. E. Sigel Filho: Trib. Farmac. 161, (1948). **Jornal dos Farmacêuticos**. 7:63 (Maio/Junho, 1948b) 77.
- L., A. M. – Mistura de Baccelli. Anon: Mon. Farm. Terap. 54, 52 (1948). **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:70 (Outubro/Dezembro, 1949a) 122.
- L., A. M. – Dosagem do Proguanil, ou Cloroguanida. H. E. Stagg: J. Pharm. Pharmacol. 1, 391 (1949). **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:70 (Outubro/Dezembro, 1949b) 123.
- L., A. M. – Propriedades e ensaio do D. D. T. comercial. Ref. do Supl. do Codex (1937), apud Ann. Pharm. Franc. 7, 86 (1949). **Jornal dos Farmacêuticos**. 8:70 (Outubro/Dezembro, 1949c) 124.
- LAPIS iodoformados molles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 146.
- LAUBERT - Sur l'écorce du Cinchona condaminea, Humb. et Bonpl., Cascarilla de Loxa des Espagnols. **Journal de pharmacie et des sciences accessoires**. 2:7 (1816) 289–296.
- LEAL, Aluisio Marques – Nota sobre a preparação de solutos injectáveis de sulfanilamida e quinina. **Jornal dos Farmacêuticos**. 3 e 4 (Março/Abril, 1942) 78-80.
- LEAL, João Antonio – Contas dos ultimos sete mezes de 1818; por João Antonio Leal, Médico do Partido da Camara de Salvaterra de Magos. **Jornal de Coimbra**. 15:81 (pt. 1, 1819) 102-110.
- LEI do Exercício da Profissão Farmacêutica. Decreto-Lei n.º 48 547. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 3/4 (1968) 89-115.
- LEITÃO, José Vicente [et al.] - Estatutos da Sociedade, Aprovados por Sua Magestade, A RAINHA, em Portaria do Ministerio do Reino de 7 de Maio de 1838. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:1 (1838) 57–74.
- LEITE DE FARIA, A. B. – A tuberculose pulmonar. Sua cura e diagnostico precoce e retrospectivo. **Coimbra Medica**. 19:9 (1899) 84-89.
- LEPIERRE, Charles – Estudos sobre o Chlorhydro-sulfato de Quinina de Grimaux. **Coimbra Medica**. 14:19 (1894) 299-302.

LEROY, Alphonse - **Manuel Des Goutteux et Des Rhumatisans, Ou Recueil de Remèdes Contre Ces Maladies**. Seconde Édition, Augmentée de La Traduction de l'ouvrage Du Docteur Tavares, Sur Un Art Nouveau de Guérir Les Paroxismes de La Goutte; et de La Preuve Qu'elle Siège Primiti. Paris: Méquignon l'aîné, Libraire de l'École et de la Société de Médecine, 1805.

LESURE, A. - Acção dos raios ultravioletas sobre certas soluções empregadas em pharmacia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 1 (1910) 567-570.

LICOR de Colchicina (Formula Alemã). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Janeiro a Dezembro (1931) 64.

LIÇÕES de Interesse Colonial realizadas na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945) 405-407.

LIMA, Américo Pires de – As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVIII). **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 9 (1949) 5-22.

LIMA, Jayme de Magalhães – Introducção ao estudo da colonisação scientifica. **O Instituto**. 33:3 (1885) 224-231.

LINIMENTO contra as frieiras; pelo Sr. MARCEL. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3:2 (1852) 39.

LINIMENTO tonico resolutivo Pelo sr. Désormeaux. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 67.

LIQUOR de quina, substituindo o vinho de quina: pelo Sr. Deschamps de Availon, Pharmaceutico da casa imperial de Charenton. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 3:6 (1857) 177-178.

LISTA das especialidades pharmaceuticas nacionaes a que se refere o artigo 3.º das instrucções approvadas por decreto de 10 de agosto de 1903. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 173-199.

LOÇÃO excitante do coiro cabelludo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 171.

LOPES, Carlos Augusto – Estatistica dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:4 (1885a) 78-80.

LOPES, Carlos Augusto - Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 4). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:5 (1885b) 98–100.

LOPES, Carlos Augusto – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 5). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:6 (1885c) 116–120.

LOPES, Carlos Augusto – Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 6). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:7 (1885d) 137–138.

LOPES, Carlos Augusto - Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 7). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:10 (1885e) 201–203.

LOPES, Carlos Augusto - Estatística dos medicamentos fornecidos pela botica do hospital de S. José ás enfermarias do mesmo hospital e annexos, no anno economico de 1878 a 1879 OFFERECIDO Á SOCIEDADE PELO SR. CARLOS AUGUSTO LOPES (Continuado do n.º 10). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1:11 (1885f) 222–224.

LOUREIRO, F. J. R. - Sobre o quinium (1). Labarraque. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:5 (1858) 133–136.

LOUREIRO, F. J. R. - Sobre Um Novo Methodo de Dosagem da Quinina nas Quinas e nos Extractos, por Meio de Liquidos Graduados. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859a) 176–177.

LOUREIRO, F. J. R. - Uso Dos Alcalis Para Obter Os Principios Extractivos Vegetaes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859b) 258–259.

LOUREIRO, F. J. R. - Extracção da Quinina Pelo Methodo do Sr. William Clark. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860a) 290–291.

LOUREIRO, F. J. R. - Processo para Dosar e Reconhecer a Salicilina, Misturada com o Sulphato de Quinina, Pelo Sr. Bourlier. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1:1 (1860b) 8–9.

LOUREIRO, F. J. R. - Meio de Reconhecer a Alteração do Sulphato de Quinina, Feita Pelo Sulphato de Quinoidina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860c) 229–230.

LOUREIRO, F. J. R. - Diversas formulas contra a febre amarella. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861a) 101–104.

LOUREIRO, F. J. R. - Formulas para a administração do chlorureto de ferro e incompatibilidades chimicas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861b) 121–122.

LOUREIRO, F. J. R. - Tratamento da Gota. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 23–24.

LOUREIRO, F. J. R. - Emprego do Chloroformio Como Meio de Modificar o Sabor dos Medicamentos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 4 (1863) 4.

LOUREIRO, F. J. R. - Platino-cyanureto de Potassium como Reactivo dos Alcaloides (Delffs). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 185.

LOUREIRO, F. J. R. - Acção Febrifuga do Lirio Florentino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 1 (1870) 41.

MACHADO, Silva - A quina nas colonias portuguezas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882) 251–257.

MACHADO, Silva – Quinas de S. Thomé. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 152.

MACHADO, Silva – Solubilidade d'um certo numero de substancias (Tabella Synoptica Coordenada, Segundo A Pharmacoepa Official.). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 4 (1888) 211–212.

MAGOUTY - Nota sôbre a Quinina, pelo Sr. Magouty, Pharmaceutico. – Artigo traduzido do J de la Soc. de Méd. de Bordeaux, pelo Membro Effectivo, o Sr. Carlos Maria Monteiro Freire. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:11 (1838) 776–777.

MAILLET - Modo de obter o sulphato de quinina da quina amarella que ja serviu; pelo Sr. MAILLET. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:19 (1848-1849) 466–467.

MAIS UM SUCCEDANEO da quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 210.

MANEIRA de disfarçar o amargor da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 131–132.

MARIA, João de Jesus – **Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica. Dividida em duas partes: na primeira se tracta das principaes partes e operaçoens da Pharmacologia Galenico-Chimica, com as mais particularizadas Compoziçoens Antigas, eModernas, exaggeradas com as annotaçoens, e expurgaçoens do melhor Methodo: na segunda se daõ as necessarias noticias muito exactas dos usuaes Animaes, Mineraes, e Vegetaes, que ha, e pôde haver neste Reyno; tudo instruido de razões, e experimentos, chegados ao Moderno Século, e repartido em 5 Tractados dispersos em 2. Tomos com extenso numero de exquisitios remedios de reconhecido effeito manifesto. Obra utilissima Aqualquer Professor de Medicina, e particularmente precisa aos Pharmaceuticos. Dedicada ao nosso reverendissimo D. Abbade Geral de S. Bento, E mais Monges desta Congregaçaõ de Portugal, e Provincia do Brasil.** Tomo I. Porto: Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, 1772.

MARIA, João de Jesus – **Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica. Segunda Parte. Das exactas noticias necessarias da Materia Medica Physico-Historico-Mechanica dos 3. Imperios Medicinaes Animal, Mineral, e Vegetal, com huma geral Idêa das Agoas Mineraes Medicadas, e uso da Agoa commua.** Tomo II. Porto: Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, 1772.

MARQUES, Adílio Jorge; FILGUEIRAS, Carlos A. L. – O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. **Química Nova**. 32:9 (2009) 2492-2500.

MARQUES, Epiphanio – Therapeutica da Pneumonia Fibrinosa (Continuado de pag.183). **Coimbra Medica**. 9:13 (1889) 193-205.

MARQUES, Epiphanio – Grippe e Febre Dengue. **Coimbra Medica**. 10:2 (1890) 17-30.

MARTINS, Amândio – Nota sobre o emprego do álcool benzílico na solução oleosa injectável de quinina composta. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XI:1 (Janeiro-Março) (1961) 1–4.

MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940a) 32-36.

MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. Continuação. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 3-4 (Julho/Agosto, 1940b) 36-37.

MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. Continuação. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 5-6 (Setembro/Outubro, 1940c) 30-33.

MATTA, Gerardo R. M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. Essências de Alfazema e de Hortelã Pimenta. Continuação. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 7-8 (Novembro/Dezembro, 1940d) 37-40.

MATTA, Gerardo Rodrigues M. da – Contribuição para a Revisão da Farmacopeia Portuguesa. A Dosagem do Mentol nas Essências de Hortelã-Pimenta. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro, 1941) 58-62.

[M., C.] – Falsificações do sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:2 (1854) 45-47.

MEDICAÇÕES, medicamentos e formulario (*Cont. do n.º 23, pag. 366*). **Coimbra Medica**. 20:25 (1900) 399.

MEDICAÇÕES, medicamentos e formulario (*Cont. do n.º 2, pag. 32*). **Coimbra Medica**. 21:3 (1901) 47.

MEDICAMENTOS antisepticos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 2 (1916) 121-125.

MEDICAMENTOS incompatíveis, perigosos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 140-142.

MEDICAMENTOS Novos e Especialidades Estrangeiras. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Série 16.^a. 5: Janeiro a Dezembro (1924) 38-40.

MEIO de reconhecer a falsificação do Sulphato de Quinina pela Salicilina, extrahida do Jornal de Chymica Medica de Pariz de Dezembro de 1844 pelo Membro Effectivo, o SR. JOSÉ TEDESCHI. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3 (1842) 547-548.

MEIRA, Manuel T. V. de; SERRAS SIMÕES, T.; PINTO NOGUEIRA, J. F. – Observações sobre sezonismo nas ilhas do Sal, Boa Vista e S. Nicolau (Cabo Verde). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 4 (Dezembro de 1947) 213-238.

MEIRA, Manuel T. V. de – Contribuição para o conhecimento sobre malária na Ilha de S. Vicente (Cabo Verde). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 11:2 (Junho de 1954) 287-338.

MELLO, Jeronymo José de – Elogio funebre á memoria do Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda série. 4 (1853) 297-303.

MEMORIA *sobre as Quinas em geral; e ensaio em particular de algumas mais usadas, comparando a Brasiliense. Analysada, em Notas, pelos Redactores. Por...* **Jornal de Coimbra**. 2:8 (Agosto 1812) 90-102.

MENGARDUQUE - Novo alcaloide (pseudo-quinina); pelo Sr. MENGARDUQUE. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:18 (1848-1849) 447-448.

MÉRAT, F.-V. – *De la vertu de l'écorce de la racine de grenadier contre le tœnia, avec des observations sur son emploi*; extrait d'un Mémoire portugais du docteur BERNARDIN-ANTOINE GOMÈS, publié à Lisbonne em 1822; par F.-V. Mérat; Docteur em médecine. **Journal Complémentaire du Dictionnaire des Sciences Médicales**, 16 (1823a) 24-33.

MÉRAT, F.-V. – NOTICE sur des tœnia différens de l'espèce ordinaire, qui ont été observés em Portugal et au Brésil, par le docteur Gomès; par F.-V. MÉRAT, D. M. **Journal Complémentaire du Dictionnaire des Sciences Médicales**. 16 (1823b) 193-198.

MÉRAT, F.V.; LENS, A. J. de - **Dictionnaire universel de matière médicale**. Tomo 1 (A-B.), Paris: J. - B. Baillière, Méquignon-Marvis, Gabon, 1829.

MÉRAT, J.-F.; LENS, A. J. de – **Dictionnaire universel de matière médicale et de thérapeutique générale...** T. 4, Bruxelles: Société Belge de Librairie, etc. 1837.

MESQUITA, Adolfo – O efeito preventivo da efedrina nos acidentados sincopais devidos à quinidina – Liot, Coblenz – «Archives des Maladies du Coeur et des Vaisseaux», nº 12, 134, 1959. **Coimbra Médica**. 7 (1960) 80.

MESQUITA, Bruno de – Alguns aspectos da endemia palustre em Sá da Bandeira. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 507-509.

MEYER, A. T. de - Analyses dos Saes de Quinina Suppostos de Conter Morphina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 11-12.

MISTURA contra a aepsia Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 63.

MISTURA contra a coqueluche. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886) 203.

MISTURA Contra a Insomnia Nervosa Pelo sr. Graves. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 64.

MISTURA contra a insomnia nervosa Pelo sr. Graves. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 236.

MISTURA contra os suores dos tysics (Graves). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 230-231.

MISTURA Dentifricia Pelo sr. Gueneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877) 105.

MISTURAS perigosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 146–150.

MODIFICAÇÕES Introduzidas pelo Sr. Glenard e Guillermond no Processo de Quinimetria. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 87–89.

MOLLER, Adolpho F. – Quinas em S. Thomé. **Jornal de Horticultura Pratica**. 9 (1878) 217–218.

MOLLER, Adolpho F. – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 20 (1889a) 9–13.

MOLLER, Adolpho F. – Passa de banana. **Jornal de Horticultura Pratica**. 20 (1889b) 274–276.

MOLLER, Adolpho F. – A principal causa da grande baixa da casca da quina. **Jornal de Horticultura Pratica**. 21 (1890) 97–98.

MOLLER, Adolpho Frederico – Duas palavras ácerca d’algumas especies de quinas aclimadas na Australia. **Jornal de Horticultura Pratica**. 8 (1877) 22–24.

MOLLER, Adolpho Frederico – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 16 (1885) 195–200.

MOLLER, Adolpho Frederico – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 17 (1886a) 57–62.

MOLLER, Adolpho Frederico – Exploração botanica nas possessões portuguezas. **Jornal de Horticultura Pratica**. 17 (1886b) 89–92.

MOLLER, A. F. – Cultura das quinas em Victoria. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887) 166–169.

MONTEIRO, J. Gouveia – Um Diagnóstico de «Paludismo». **Coimbra Médica**. 1 (1954) 838-840.

MONTEIRO, M. da Costa – O Sezonismo em Cabo Verde. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 461-484.

MOURÃO, Manuel da Costa – Profilaxia do paludismo com Paludrina e Daraprim nas escolas de S. Tomé. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:3 (Set. 1956) 451-464.

M., S. - Synthese da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 3 (1882) 143.

M., S. [Silva Machado] – A quina nas colonias portuguezas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883a) 42–43.

M., S. - Acclimação de plantas exóticas nas províncias do Ultramar. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883b) 194.

M., S. - Presença de cobre nos extractos pharmaceuticos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 10–11.

M., S. - Vinho de quina phosphatado Por P. Vigier. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 229–230.

M., S. - Sobre o sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886a) 195–197.

M., S. - Plantas medicinaes exoticas. (Breve Noticia Sobre Algumas.). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886b) 79–80.

M., S. - Nova planta medicinal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 2 (1886c) 153.

M., S. - Ensaio do sulfato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 4 (1888) 210.

NÁJERA ANGULO, Luís – A luta anti-larvar: agentes biológicos e recursos simili-naturais. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 2 (Dezembro de 1945) 275-327.

NECROLOGIA. **Jornal de Coimbra**. 1:2 (Fev. 1812) 71.

NECROLOGIA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890) 60.

N., G. - Sulfato de quinina: methodo de Kerner (P. Biginelli). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907a) 207–208.

N., G. - Incompatibilidades dos iodetos pelo Prof. Pouchet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira. 3 (1907b) 105–106.

N., G. - Novos productos pharmaceuticos (Synonymia). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907c) 106–108.

NOGUEIRA, A. Lúpi; NETO, Elvige – Nota sobre a Quinina como Perturbador da Reacção de Carr y Price para a Vitamina A. **Revista Portuguesa de Farmácia**. III:2 (Abril-Junho) (1953) 57–61.

NOGUEIRA, A. Lúpi; NETO, Elvige – Nota sobre a quinina como perturbador da reacção de Carr y Price para a Vitamina A. **Boletim da Escola Superior de Farmácia**. 5 (1953-1956) 161-166.

NOGUEIRA, Raul Lupi – As industrias quimicas e a Farmacia em Portugal. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2 (1926) 119–131.

NOMENCLATURA chimica de alguns productos novos empregados em therapeutica. **Coimbra Medica**. 13:4 (1893) 63-64.

NORBERTO, J. F. – Artigo sôbre a Quinoidina, medicamento que suppre com vantagem a quinina: extrahido do Boletim de Medicina, Cirurgia, e Pharmacia, da Sociedade Geral de Socorros Mutuos. N.º 81 3.ª Serie. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:1 (1848-1849) 5–7.

NOTAS ao Canto II. **Jornal de Coimbra**. 11:59 (Parte 2, 1817) 341-364.

NOTICIA da vida e trabalhos scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1857.

NOTÍCIA de alguns trabalhos modernos sôbre quinas. **Jornal de Coimbra**. 9:48 (pt. 1, 1816) 429-432.

NOTICIA importante. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 2 (1871) 237–238.

NOVA reacção corada dos alcaloides da quina por M. G. N. Watson. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima sexta Serie. 2–3 e 4 (1921, 1922 e 1923) 67–68.

NOVA reacção dos alcaloides da quina; S. Watson-Am. Journ of Phar. – 1913—502. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 65.

NOVA reacção muito sensivel dos alcaloides das solanáceas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quinta Serie. 3 (1917) 21–22.

NOVO especifico antifebrifugo, pelo dr. Marone. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 232.

NOVO febrifugo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 78–79.

NOVO metodo de dosagem dos alcaloides pelos Srs. Jonescu e Spirescu. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 1 (1925) 94.

NOVO modo de considerar o vermelho cinchonico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 321.

NOVO processo de Extração da Quinina e Dosage dos Alcaloides de Quina Pelo Sr. Rabourdin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 83–87.

NOVO reagente para reconhecer o sulphato de quinina; pelo Sr. Vogel junior, de Munich. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:2 (1851) 58.

NOVOS Remedios. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:51 (Maio/Junho, 1946) 171-172.

NOVOS Remédios. **Jornal dos Farmacêuticos**. 6:55 (Janeiro/Fevereiro, 1947) 27-28.

NUNES, Manuel Pinheiro – Nota sôbre a microquímica dos alcaloides vegetais (Ensaio preliminar no *Hyoscyamus albus*, L. e na *Nicotiana tabacum*, L.) Estudo experimental de Manuel Pinheiro Nunes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Série 16.^a. 5: Janeiro a Dezembro (1924) 3–12.

NUNES, Manuel Pinheiro – A abrir. **Revista Portuguesa de Farmácia**. I:1 (Janeiro-Março) (1951) 1–3.

OBSERVAÇÕES anónimas (1) sôbre um artigo do Investigador N.º LXVI. Pag. 172, que tem por titulo *Exposição dos novos progressos que fizerão as Sciencias Physicas*. **Jornal de Coimbra**. 10:53 (pt. 1, 1817) 289-314.

OBSERVAÇÕES e experiencias sobre o methodo de deslocação, como meio de preparar as tincturas alcoholicas e os vinhos medicinaes; pelo Sr. Buignet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:2 (1858) 33–39.

OBSERVAÇÕES e experiencias sobre o methodo de deslocação, como meio de preparar as tincturas alcoholicas e os vinhos medicinaes; pelo Sr. Buignet: continuação da pag. 39. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:3 (1858) 65–72.

OBSERVATIONES et Epicrisis de Corticis Peruviani Salutari et Proficuo Usu in Podagra. **The Edinburgh Medical and Surgical Journal**. 1:2 (1805) 211–212.

O GAIACOL e a quinina, reagentes da agua oxygenada. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 5 (1909) 206–207.

O I CONGRESSO Nacional da Indústria Farmacêutica. **Pharmaka. Revista de Farmácia**. 2 (1968) 22-24.

O LEITE como vehiculo do iodeto de potassio e da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 195.

OPIATA Contra a Febre Intermitente. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 88.

O PROBLEMA Corporativo Farmacêutico (Organismo Único). **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 13-14 (Dezembro 1941) 68-69.

OS ESTUDOS da malaria. **Coimbra Medica**. 18:29 (1898) 484.

OS MOSQUITOS do impaludismo e o nosso paiz. **Coimbra Medica**. 20:36 (1900) 561-563.

O SULFATO de quinina no tratamento das feridas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 43.

O TRATAMENTO da pneumonia franca aguda nos Hospitales de Paris. **Coimbra Medica**. (1891) 376-379.

PACHECO, Albino – D'enorme hematoma do bacinete renal com abcessos multiplos do figado e cachexia, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 19:25 (1899) 393-395.

PAIVA, Emmanuele Joachimo Henriquo de Paiva – **Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, Additamentis et Animadversionibus aucta**. Olisipone: ex Typograf. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de – **Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simplices, preparações, e composições mais efficazes, e de maior uso**. Lisboa: Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1785.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de – **Farmacopéa Lisbonense ou collecção dos simplices, preparações, e composições mais efficazes, e de maior uso**. Segunda impressão mais accrescentada, e corregida. Lisboa: Officina Patriarcal de Joã Procopio Correa da Silva, 1802.

P[AIVA], M. J. H. de— **Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmento, Membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P.** Lisboa: Impressão Regia, 1816.

P[AIVA], M. J. H. de— **Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmento, Membro do Real Collegio dos Medicos**

de Londres, e Socio da Sociedade Real. &c. actualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua Real Fabrica, Por Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. ordenada por M. J. H. de P. Lisboa: Impressão Regia, 1828.

PASSOS, José – Notas sobre o paludismo pernicioso na criança. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:1/2 (Mar./Jun. 1956) 109- 112.

PATENTE em consequencia do Decreto de 4 de Agosto de 1808; conferindo ao Descobridor da Quina, no Brasil, o Posto de Sargento Mór, e uma Pensão. **Jornal de Coimbra**. 15:79 (pt. 1, 1819) 33-34.

PELLETIER; CAVENTOU - Des Recherches chimiques sur le Quinquinas. **Annales de Chimie et de Physique**. 15 (1820) 289–318; 337–365.

PELLETIER – Note sur la découverte de la cinchonine. **Journal de Pharmacie et des Sciences Accessoires**. 9 (1823) 479-482.

PERDAS importantes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 200.

PEREIRA, Jaime Silva – Paludismo como causa de aborto – Tratamento deste acidente. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 18:1/2 (Junho 1961) 57-61.

PEREIRA, Jonathan – Noticia ácerca das cascas de quina recebidas no commercio inglez. Artigo escripto e enviado á Sociedade pelo Membro Honorario o Sr. Jonathan Pereira, Doctor em Medicina, e Socio da Sociedade Real de Londres. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:10 (1851) 309–314.

PEREIRA, Mário de Carvalho – Sobre a possível mudança de comportamento dos mosquitos vectores (*A. funestus* e *A. gambiae*) numa zona da região de Lourenço Marques. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 14:1/2 (Mar./Jun. 1957) 179-186.

PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. I:3 (Julho-Setembro) (1951) 119–121.

PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. VI:2 (Abril-Junho) (1956) 46–47.

PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. VII:4 (Outubro-Dezembro) (1957) 196–198.

PERGUNTAS e Respostas. **Revista Portuguesa de Farmácia**. X:4 (Outubro-Dezembro) (1960) 273–275.

PAFF, M. – Sur le Principe et la Résine de Quinquina; Par M. Paff, professeur à Kiel. **Journal de pharmacie et des sciences accessoires**. 1:12 (Décembre 1815) 556-560.

PHARMACIA veterinaria; continuada de pag. 114. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 2:6 (1851a) 179-184.

PHARMACIA veterinaria; continuada de pag. 354. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** 2:12 (1851) 387-395.

PHYTINA-QUININA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima terceira Serie. 4 (1908) 55.

PILULAS antidyspepticas Pelos srs. Sass e Lincoln. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 4 (1878) 143.

PILULAS antigotosas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima quinta Serie. 2 (1915) 296.

PILULAS antigottosas Pelo sr. Mayet. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 222.

PILULAS Antinervalgicas Pelo sr. Bouchardat. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 1 (1875) 22.

PILULAS antinervalgicas Pelo sr. Laborde. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 237.

PILULAS antirheumatismaes (Porcher). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 2 (1881) 175.

PILULAS balsamicas (V. Audhouï). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 5 (1884) 55.

PILULAS contra a angina de peito Pelo sr. Lebert. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 51.

PILULAS contra a cephalalgia chlorotica (Siredey). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Oitava Serie. 2 (1881) 28.

PILULAS contra a chlorosa Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Setima Serie. 5 (1879) 84.

PILULAS Contra a Cholerina Pelo sr. Bourgoigne. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Sexta Serie. 3 (1872) 121.

PILULAS contra a dor de cabeça na gotta – Hirtz. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 58.

PILULAS Contra a Febre Uretral Pelo Dr. Petrequin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 113.

PILULAS Contra a Gota. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 314.

PILULAS contra a hemicrania gottosa pelo sr. Debout. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 223.

PILULAS contra a hypochondria Pelo sr Homolle. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 237.

PILULAS contra o eczêma Pelo sr. Valérius. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 126.

PILULAS de acido phenico contra a septicemia puerperal (Siredey). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 55.

PILULAS de glycerophosphato de ferro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 3 (1897) 204.

PILULAS de glycerophosphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 33–34.

PILULAS emenagogas Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 52.

PILULAS febrifugas (H. Green). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 175.

PILULAS ferruginosas compostas Pelo sr. Bretonneau. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 53.

PILULAS tonicas e ferruginosas Pelo sr. Gallard. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 84.

PIMENTEL, F. B. - Topico Febrifugo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 202–203.

PINHEIRA, João Baptista Duarte – Organização dos serviços de saúde e ocupação sanitária de S. Tomé e Príncipe. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:4 (Dezembro de 1953) 2459-2472.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia**. 2ª ed. Porto : Typographia Commercial Portuense, 1836a.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano dedicado a sua Magestade Fidellissima a muito excelsa e augusta Rainha de Portugal a Senhora D. Maria II**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1836b.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo pharmaceutico lusitano, ou tratado de pharmaconomia**. 3ª ed. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1841.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira – **Codigo pharmaceutico lusitano, ou Tratado de pharmaconomia**. 4ª ed. Porto: Typographia da Revista, 1846.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira; REIS, José Pereira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano**. Edição póstuma. Porto: Typographia da Revista, 1858.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira; REIS, José Pereira – **Codigo Pharmaceutico Lusitano** [Em linha]. 2.ª ed. posthuma. Porto: Casa de A. R. da Cruz Coutinho, Editor, 1876.

PINTO, António José de Sousa – **Pharmacopea Chymica, Medica, e Cirurgica, em que se expõem os remedios simples, e compostos, suas virtudes, preparação, doses, e molestias, a que são applicaveis. Dedicada ao muito alto e soberano Principe Regente D. João Nosso Senhor**. Lisboa: Impressão Regia, 1805.

PIRES, João de Jesus - Sessão de 18 de fevereiro de 1878. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 22–27.

PITA, João Rui – Dispensatório Farmacêutico. Subsídios para a sua História. **Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra**. 11:1 Janeiro-Junho (1987) 69-74.

PÓ alterante Pelo sr. Cline. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 30.

PÓ antidyspeptico Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 126–127.

PÓ contra a enxaqueca (Journal de thérapeutique). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava

Serie. 4 (1883) 232.

PÓ de iodoformio contra o cancro (Gillelle). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 196.

PÓ dentifricio adstringente (J. Redier). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 232–233.

PÓ dentifricio alcalino Pelo sr. Magitot. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 85.

PÓ dentifricio côr de rosa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 51.

PÓ dentifricio escuro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 52.

PÓ Dentifricio Pharm. Franceza. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 125.

POÇÃO anti-escorbútica Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 47.

POÇÃO antiescrofulosa (Guibout). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 196.

POÇÃO antiseptica camphorada Pelo sr. dr. Gallois. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 180.

POÇÃO contra a anorexia Pelo sr. Fonsagrives. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 4 (1878) 54.

POÇÃO contra a chloleína Pelo sr. Bourgogne. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 86.

POÇÃO contra a hemicrania Pelo sr. Piorry. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 239.

POÇÃO contra a infecção purulenta Pelo sr. Seutin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 239.

POÇÃO contra as hemorragias intestinaes Pelo sr. Siredey. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 225.

POÇÃO de quinina sem amargor (Dr. Lutz). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 2 (1891) 103.

POÇÃO estimulante contra a pneumonia. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 76.

POÇÃO estimulante Pelo sr. dr. Roger. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 106.

POÇÃO tonica (Dr. Gallois). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 4 (1883) 234.

POIARES, Virgilio – O Parasita da Malaria em Coimbra. **Coimbra Medica**. 15:11 (1895) 171-178.

POIARES, Virgilio – Etiologia das Sezões. **Coimbra Medica**. 16:32 (1896) 497-502.

POMADA Contra a Tinha. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 5 (1869) 123.

POMADA de Sulphato de Quinina Pelo sr. Sémanas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 7.

PORTARIA mandando publicar a nova lista das especialidades pharmaceuticas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 1 (1905) 21–40.

PORTO, Armando; DONATO, António; HENRIQUES, Pedro - Paludismo Pós-Transfusional. **Coimbra Médica**. 1:1 (1980) 29-31.

PÔRTO, João – Supressão imediata das crises de taquicardia paroxística por injeccões endovenosas de sulfato de quinidina. **Coimbra Médica**. 10:10 (1943) 501-511.

PORTUGAL, António Rodrigues – **Pharmacopea Portuense, Em a qual se achão muitas das compoziçoens que estaõ mais em uzo, e se não achaõ nas nossas Pharmacopeas portuguezas, tiradas das pharmacopeas de Londres, de Edinburgo, de Pariz, de Fuller, da Medulla, e de outros varios Authores, que todas vaõ postas em ordem alfabetica para o seu mais accomodado, e prompto uzo. Que dedica, e consagra ao Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Senhor Joaõ de Almada, e Mello Do Conselho de S.M.F Tenente General dos seus Exercitos, Governador das Armas do Partido, e Cidade do Porto, Governador das Justiças, Prezidente da Marinha, e da Camara da mesma Cidade. &c. &c. &c.** Porto: Officina de Francisco Mendes Lima, 1766.

PORTUGAL, Antonio Rodrigues – **Pharmacopea Meadiana. Accomodada Com preceitos medicos do celebre Autor Ricardo Mead. Traduzida do latim, accrescentada, e emendada.** Porto: Offic. de Francisco Mendes Lima, 1768.

PORTUGAL. Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, **feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.VI.** [Em linha]. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0001>.

PORTUGAL. Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, **feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.VII.** [Em linha]. Lisboa: Imprensa Regia, 1807. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0002>.

PORTUGAL. Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, **feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.VIII.** [Em linha]. Lisboa: Imprensa Regia, 1808. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0003/page/n3/mode/2up>.

PORTUGAL. Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino, **feito, e publicado por ordem de Sua Alteza Real o Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor Para governo dos Boticarios de seus Reinos no anno de M.DCCC.IX.** [Em linha]. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/b30344682_0004>.

PORTUGAL. **Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados, e compostos, assim como se descrevem na Farmacopea Geral do Reino, feito, e publicado por Ordem de sua Magestade El-Rei Nosso Senhor para Governo dos Boticarios no Reino de Portugal e Algarves.** [Em linha]. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1818. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://collections.nlm.nih.gov/bookviewer?PID.nlm:nlmuid-2567033R-bk#page/5/mode/1up>>.

PORTUGAL. **Regimento dos Preços das Drogas Medicinaes, e dos Medicamentos Preparados, Simples, e Compostos, feito, e publicado por ordem de S. M. El-Rei Nosso Senhor, para Governo dos Boticarios dos Reinos de Portugal, Algarves, e seus Dominios.** [Em linha]. Lisboa: Typografia de Bulhões, 1831. [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em WWW: <URL:<https://archive.org/details/b29323393>>.

PREFEÇÃO. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa.** 1 (1836) 3–4.

PREPARAÇÃO das pilulas de quinina imitando os confeitos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.** Decima Serie. 4 (1893) 72.

PREPARAÇÃO do arseniato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 73–74.

PREPARAÇÃO dos granulados pharmaceuticos. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 28–33.

PREPARAÇÃO do Xarope de Quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 123.

PREPARADOS pharmaceuticos. **Coimbra Medica**. 3:21 (1883) 331-332.

PROCESSO para encobrir o sabor amargo da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 4 (1898) 105.

PROENSA, Silvestre da Fonseca – Extracto de 4 Contas de Silvestre da Fonseca Proensa, Cirurgião da Villa de Penella da Beira, Comarca de Lamego, pertencentes, a 1.^a ao tempo que decorreo desde o Outono de 1816 até o princípio de Março de 1817; 2.^a aos mezes de Março e Abril; 3.^a Maio; 4.^a Junho. **Jornal de Coimbra**. 13:69 (pt. 1, 1818) 87-88.

PUBLICAÇÃO importante. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quinta Serie. 1 (1865) 38.

PUBLICAÇÕES Recebidas. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:51 (Maio/Junho, 1946) 176.

[Publicidade]. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima setima série. 2:Maio (1926) 52.

QUADRO Synoptico dos Trabalhos da Sociedade Pharmaceutica Lusitana no 50º Anno da sua Instituição. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) (sem paginação).

QUADROS, F. J. C. de - Da Repartição dos Alcaloides nas Quinas Por P. Carles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 25–31.

QUINAS (Parte onde se formam os alcaloides). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 2 (1901) 75.

QUININA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 60-65.

QUINOIDINA. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 5 (1889) 65.

R., A. – Chronica. **Coimbra Medica**. 16:1 (1896a) 1-4.

R., A. – Chronica. **Coimbra Medica**. 16:4 (1896b) 49-51.

R., A. – Chronica. **Coimbra Medica**. 16:34 (1896c) 529-532.

R., A. – Chronica (A etiologia do paludismo). **Coimbra Medica**. 20:29 (1900) 449-450.

RAMALHÃO, Carlos Faria Moreira – A Escola do Porto na Medicina Ultramarina. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953, fascículo III) 1863-1880.

REACÇÃO córada, permittindo distinguir a quinina da quinidina, por Tralapatano. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 2 (1906) 168.

REACÇÃO da quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 3 (1892) 132.

REACTIVO Para Reconhecer A Presença Da Quinina Nas Urinas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 31.

REBELO, António – O sezonismo em Quelimane. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 3 (Dezembro de 1946) 143-158.

RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações. Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses (Concluido de pag. 253). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 2 (1896) 261–269.

RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações. Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses (Continuado de pag. 37). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 2 (1896) 71–74.

RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 58). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 72–78.

RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 58). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 91–98.

RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 98). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 115–119.

RECAPITULAÇÃO por ordem alphabetica dos novos medicamentos, novos productos e novas medicações (Continuado de pag. 139). Caracteres, synonymos, usos therapeuticos, e doses. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 1 (1895) 150–156.

RECOPILAÇÃO das contas dos Facultativos acima mencionados pag. 73. **Jornal de Coimbra.** 3:13 (Jan. 1813) 94-104.

RECOPILAÇÃO das Contas dos Facultativos mencionados pag. 167. **Jornal de Coimbra.** 3:15 (Mar. 1813) 217-229.

RECOPILAÇÃO das Contas mensaes dos Medicos e Cirurgiões, as quaes chegarão, por via dos Provedores das Comarcas, á Intendencia Geral da Policia, e subirão á Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, desde 4 de Março até 3 de Abril, e desde 3 de Abril até 13 de Maio; e das que por via do Physico Mór do Exercito subirão á Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, da Guerra e Marinha desde 27 de Março até 20 de Abril, e desde 20 de Abril até 17 de Maio, tudo de 1813. **Jornal de Coimbra.** 5:21 (Set. 1813) 12-30.

RECOPILAÇÃO das de mais contas, na qual serão dispostos os objectos por ordem alfabética. **Jornal de Coimbra.** 3:16 (Abr. 1813) 365-373.

REDACTORES – Reflexões dos Redactores sôbre hum Escripto de Bernardino Antonio Gomes, publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra, Num. XXII. pag. 207. **Jornal de Coimbra.** 3:15 (Mar. 1813) 300-306.

REDACTORES – Continuação dos Escritos do Exm. D. Fr. Caetano da Annunciação Brandão. **Jornal de Coimbra.** 6:26 (pt. 2, Fev. 1814) 131-139.

REDACTORES do J. de C. – Resposta á réplica segunda e ultima do Sr. B. A. Gomes. **Jornal de Coimbra.** 2:12 (Dez. 1812) 449-451.

REDACTORES DO JORNAL DE COIMBRA – Resposta dos Redactores ás reflexões do Senhor Bernardino Antonio Gomes sôbre o Cinchonino publicadas no Num. antecedente, pag. 291. **Jornal de Coimbra.** 2:11 (Nov. 1812) 370-373.

REDACTORES DO JORNAL DE COIMBRA – Resposta dos Redactores do Jornal de Coimbra ás *Observações á cêrca do Exame Crítico da Memoria sôbre a Fébre epidemica contagiosa* publicado n'este Jornal Vol. II. pag. 63 e 140, feitas por Henrique Xavier Baeta, e insertas no Investigador Portuguez em Inglaterra N.º XX. pag. 553. **Jornal de Coimbra.** 3:14 (Fev. 1813) 148-166.

REGO, João Maria Holtreman do – Análise e aproveitamento industrial das cinchonas e algumas palavras para a história do sulfato de quinina nacional. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana.** Decima setima série. 2 (1926) 95–101.

REIS, Carlos Santos – Malária e gestação. **Anais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical.** 3:1/4 (Janeiro/Dezembro 1969) 73-78.

RELAÇÃO dos medicamentos mais usados e que são solvidos na glicerina, com a indicação do coefficiente de solubilidade para 100 partes d'este liquido. Pelo Sr. Surun. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 32-33.

REMEDIO inglez contra a grippe. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 171.

RESPOSTA a certos quesitos remettidos pela Junta da Saude Pública em observancia do Aviso Régio de 26 de Março de 1818 dirigido á referida Junta. **Jornal de Coimbra**. 13:72 (pt. 1, 1818) 198-212.

RESPOSTAS e reflexões sôbre as Contas de alguns dos Médicos, e Cirurgiões. **Jornal de Coimbra**. 6:26 (pt. 1, Fev. 1814) 142-146.

REUSS, F.-F. – Nouvelle Analyse Du principe fébrifuge du quinquina; par F.-F. Reuss, professeur de chimie à l'université de Moscou. **Journal de pharmacie et des sciences accessoires**. 1:11 (Novembre 1815) 488-512.

RIBEIRO, H.; CARVALHO, A. C. M. de – A malaria survey at Luanda, Angola (Portuguese West Africa). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 21:1/2 (Jan./Jun. 1964) 181-186.

RIBEIRO, H.; CASACA, V. M. R.; COCHOFEL, J. A. L. P. – A malaria survey in the Lobito-Catumbela region, Angola (Portuguese West Africa). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 21:3/4 (Julho/Dez. 1964) 337-351.

RIBEIRO, José A. de Almeida – Ensaio de quimioterapia antipalúdica na série dos quinolil-pirril-carbinóis. **Boletim da Escola Superior de Farmácia**. 4 (1950-1952) 237-320.

RIBEIRO, Mendes – Bibliografia. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:51 (Maio/Junho, 1946) 175-176.

RIGATELLI - Notícia d'um Novo succedaneo do Sulphato de Quinina, pelo Sr. RIGATELLI. – Artigo traduzido do Bulletin Médical Belge – 1840, pelo Membro Effectivo, o SR. JOSÉ TEDESCHI. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:9 (1838) 691-692.

ROCHA, Augusto – Nota Sobre um Caso de Cachexia Palustre com Purpura e Hypertrophia Enorme do Baço. **Coimbra Medica**. 7:2 (1887) 21-22.

ROCHA, Augusto – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina. **Coimbra Medica**. 8:15 (1888a) 242-244.

ROCHA, Augusto – Notas Sobre Um Processo Novo de Injecções Hypodermicas de Quinina (Continuado de pag. 244). **Coimbra Medica**. 8:16 (1888b) 253-256.

ROCHA, Augusto – Nota sobre as Injecções Hypodermicas de Chlorhydrato Neutro de Quinina. **Coimbra Medica**. 9:4 (1889) 54-56.

ROCHA, Augusto – Estudos sobre a Malaria. **Coimbra Medica**. 15:3 (1895) 35-38.

ROCHA, Augusto – O Pretensio Hematozoario de Laveran. **Coimbra Medica**. 16:15 (1896) 225-229.

SACADURA BOTTE – A Dosimetria. **Coimbra Medica**. 2:22 (1882a) 341-351.

SACADURA BOTTE. A Dosimetria (Continuado de pag. 351) - **Coimbra Medica**. 2:23 (1882b) 357-366.

SACADURA BOTTE - A Dosimetria (Continuado de pag. 13). **Coimbra Medica**. 3:2 (1883a) 17-29.

SACADURA BOTTE – A Dosimetria (Continuado de pag. 29). **Coimbra Medica**. 3:3 (1883b) 33-45.

SALAZAR, Manoel Ignacio de Carvalho – Descrição da Villa de Mirandella, e seus contornos, por Manoel Ignacio de Carvalho Salazar. **Jornal de Coimbra**. 5:21 (Set. 1813) 38-41.

SÁ, Luís José Brás de – Combate ao Sezonismo na velha cidade de Goa. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 643-655.

SANTOS, João do Carmo de Sousa – Doenças exóticas e doentes exóticos. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 10:3 (Setembro de 1953) 2215-2225.

SANTOS, Maria Serpa dos – Pesquisa de vitaminas hidrossolúveis em especialidades farmacêuticas (Método de cromatografia em papel). **Boletim da Escola de Farmácia**. 18 (1958) 103-129.

SARMENTO, Jacob de Castro - **Materia Medica Physico-Historico-Mechanica. Reyno Mineral. Parte I. A que se ajuntam, Os principaes Remedios do presente estado da Materia Medica; como Sangria, Sanguessugas, Ventozas Sarjadas, Emeticos, Purgantes, Vesicatorios, Diureticos, Sudorificos, Ptyalismaticos Opiados, Quina Quina, e, em especial, as minhas Agoas de Inglaterra. Como tambem, Huma Dissertaçam Latina sobre a Inoculaçam das Bexigas**. Londres: [s.n.], 1735.

S[ARMENTO], J. de C.; L., P. de – **Pharmacopoeia contracta; in usum Nosocomii ad Pauperes e gente LUSITANICA curandos nuper instituti**. Londini: [s.n.], 1749.

SARMENTO, Jacob de Castro - **Do Uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra, ou Directorio, e Instruccion, para Se saber seguramente, quando se deve, ou não, usar dellas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas chronicas; e em casos propriamente de Cirurgia: Pello Inventor das mesmas Agoas, J. de Castro Sarmento, Doutor em Medicina, do Collegio Real dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real**. Londres : Caza de Guilherme Strahan, 1756.

SARMENTO, J. de Castro - **Materia Medica Physico-Hystorico-Mechanica. Reyno Mineral Parte I. A que se ajuntam, Os principaes Remedios do prezente Estado da Materia Medica; como Sangria, Sanguesugas, Ventozas Sarjadas, Emeticos, Purgantes, Vesicatorios, Diureticos, Sudorificos, Ptyalismicos Opiados, Quina Quina, e, em especial, as minhas Agoas de Inglaterra. Ediçam nova, corrigida, e repurgada, a que se accrescentam por continuação desta Obra, para fazela Completa, Os Reynos Vegetavel, e Animal. Parte II.** [Em linha]. Londres: Guilherme Strahan, 1758. [Consult. 6 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://play.google.com/books/reader?id=tTxfAAAAcAAJ&pg=GBS.PA4&hl=de_AT>.

SEIÇA, Vicente José de – Analyse do sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana feita no Dispensatorio Pharmaceutico dos Hospitales da Universidade. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima primeira Serie. 3 (1897a) 167–168.

SEIÇA, Vicente José de – Analyse do sulfato de quinina da Sociedade Luso-Africana. **Coimbra Medica**. 17:35 (1897b) 558.

[Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 5 (1859) 29-31.

[Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 1 (1890) 36-37.

SEPARATAS de Notícias Farmacêuticas. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945) 301-306; 403.

SEPARATAS do Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. **Boletim da Escola de Farmácia**. 5 (1945) 306-307, 404.

SEQUEIRA, Eduardo – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 21 (1890a) 66–72.

SEQUEIRA, Eduardo – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 21 (1890b) 137–144.

SEQUEIRA, Eduardo – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 22 (1891a) 44–48.

SEQUEIRA, Eduardo – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 22 (1891b) 67–72.

SEQUEIRA, Eduardo – Chronica. **Jornal de Horticultura Pratica**. 22 (1891c) 284–288.

SEQUEIRA, Eduardo – CHRONICA. **Jornal de Horticultura Pratica**. 23 (1892) 283–284.

SERRANO, José Ferreira do Vale – Algumas observações sôbre uma incompatibilidade farmacêutica. **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**. 1-2 (Maio/Junho, 1940) 29-31.

SESSÃO de 28 de Outubro de 1919. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 15ª Série. 4 (1919) 66–67.

SEVERO, Francisco – A cloroquina no tratamento das «colagenoses» – F. Layani e Ch. Ringenbach – «La Semaine des Hopitaux», nº 17, 1290, 1959. **Coimbra Médica**. 6 (1959) 418.

SHARP, Samuel - **Tratado Das Operaçoens De Cirurgia: Com As Figuras, e Descripçam dos Instrumentos de que nellas se faz uso, e huma Introducçam sobre a Natureza e Methodo de Tratar as Feridas, Abscessos, e Chagas. Traduzido em Portugues Da Quarta Ediçam de Mr. S. Sharp, Cirurgiam do Hospital de Guy de Londres. Por J. de C. S. Doutor em Medicina, do Collegio Real dos Medicos, e Socio da Real Sociedade. Que lhe Ajunta e Accrecenta a Materia Chirurgica ou Todas as Composiçoens, e Remedios da presente Practica dos Cirurgioens de Inglaterra: e as coisas mais principaes e precisas na Cirurgia** (tradução de Jacob de Castro Sarmiento). [Em linha]. Londres: [s.n.], 1746. [Consult. 6 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://catalog.hathitrust.org/Record/009270938>>.

SILVA, A. C. Correia da – Contribution des Portugais a la connaissance des plantes médicinales de pays d’outre mer. Bilan des activités actuelles des pharmaciens portugais dans ce domaine. **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 21 (1961) 105-130.

SILVA, A. C. Correia da – Grandeza e miséria do medicamento. **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 22 (1962a) 5-26.

SILVA, A. C. Correia da – Contribuição dos Portugueses para o Conhecimento das Plantas Medicinais do Ultramar. Balanço das Actividades Actuais dos Farmacêuticos Neste Campo. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XII:1 (Janeiro-Março) (1962b) 4–20.

SILVA, A. C. Correia da – Inventário de uma botica conventual do século XVIII. **Anais da Faculdade de Farmácia do Porto**. 32 (1972) 43-72.

SILVA, A. C. Correia da – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa. **Boletim da Faculdade de Farmácia. Edição científica**. 34 (1974) 79-141.

SILVA, A. J. de Oliveira e – Gardenia Stanleyana Hook. **Jornal de Horticultura Practica**. 4 (1873) 81–82.

SILVA, Francisco C. T. da – Sobre a etiologia e outros aspectos do Sezonismo. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 491-506.

SILVA, Joaquim dos Santos e – Breve noticia sobre a riqueza das Quinas Cultivadas nas Possessões Portuguezas da Africa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877a) 43–48.

SILVA, Joaquim dos Santos e – Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa. **O Instituto**. 24:7 (1877b) 29–33.

SILVA, Joaquim dos Santos e – Breve noticia sobre a riqueza das quinas cultivadas nas possessões portuguezas da Africa. **Jornal de Horticultura Pratica**. 8 (1877c) 90–92.

SILVA, Joaquim dos Santos e – Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé. **O Instituto**. 28:2 (1880a) 71–73.

SILVA, Joaquim dos Santos e – Nova analyse das quinas da ilha de S. Thomé. **Jornal de Horticultura Pratica**. 11 (1880b) 238–239.

SILVA, José Bonifácio Andrada e [et al.] - Experiencias Chymicas, sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In **Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo 3, Parte 2. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1814, p. 96-118.

SILVA, Luiz Gonzaga da – Introducção Histórico-Médica para as Observações Médicas em a Villa de Santarêm, exigidas pela Portaria de 24 d’Outubro de 1812. **Jornal de Coimbra**. 3:14 (Fev. 1813) 138-148.

SILVA MACHADO, A. da - Polarização da luz. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 37-39.

SILVA, Mário Augusto de Mendonça e – Relatório sobre o «XI Curso Internacional de Malaria y otras enfermedades metaxénicas» professado na «Division de Malariologia» em Maracay (Estado Aragua) República da Venezuela, de 26 de Julho a 13 de Dezembro de 1954. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 12:4 (Dezembro de 1955) 791-856.

SILVA, Sebastião Vito de Abreu e - Sessão de 30 de novembro de 1915. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quinta série. 2 (1915) 404-408.

SILVESTRE, António Meliço - Alguns Aspectos do Problema do Impaludismo. **Coimbra Médica**. 5 (1958) 975-987.

SIMÕES, A. A. Costa – Estatistica Pathologica dos Hospitaes da Universidade. **O Instituto**. 3 (1855) 294–296.

SOBRAL, Thomé Rodrigues – Diario Das Operações, que se fizerão em Coimbra, a fim de se atalharem os progressos do Contágio, que n’esta Cidade se declarou em Agosto de 1809. **Jornal de Coimbra**. 5:22 (Out. 1813) 103–138.

SOBRAL, Thomé Rodrigues – Reflexões geraes, Sôbre as difficuldades de uma boa Análise, principalmente vegetal, para servirem de resposta a uma pergunta, que se-fez ao author Dr. Thomé Rodrigues Sobral. **Jornal de Coimbra**. 7:36 (pt. 1, 1814) 251-266.

SOBRAL, Thomé Rodrigues – Memoria sôbre o principio febrifugo das quinas. Pelo Dr. Thomé Rodrigues Sobral, Lente de Vespera da Faculdade de Filosofia em a Universidade de Coimbra, com exercicio da Cadeira de Chimica da mesma Faculdade, etc. **Jornal de Coimbra**.15:82 (pt. 1, 1819) 126-153.

SOBRE O TANNATO de Quinina por Mr. Smedt. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 5 (1864) 43-44.

SOBRE UM NOVO alcaloide das quinas, a quinamina, por M. Hesse. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 238.

SOEIRO, Alberto – A malária em Moçambique, com especial referência à Campanha Antimalárica numa região predominantemente urbana (Lourenço Marques) e uma região predominantemente rural (Vale do Limpopo). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:4 (Dez. 1956) 615-634.

SOEIRO, Alberto; PEREIRA, Mário; PEREIRA, Artur – A luta anti-malárica em Lourenço Marques. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 13:4 (Dez. 1956) 635-669.

SOEIRO, Alberto – A campanha anti-sezonática no Vale do Limpopo (1953-1955). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 14:3/4 (Set./Dez. 1957) 389-406.

SOEIRO, Alberto; MORAIS, Tito de – Subsídios para o estudo da endemia de malária no distrito de Moçambique. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 16:1/4 (Jan./Dez. 1959) 159-167.

SOEIRO, Alberto; MORAIS, Tito de – Subsídios para o estudo da endemia de malária no distrito do Niassa. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 16:1/4 (Jan./Dez. 1959) 169-178.

SOEIRO, Alberto N. – Relatório da Conferência de Malária de Lourenço Marques, organizada sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (25-27 de Agosto de 1958). **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 16:1/4 (Jan./Dez. 1959) 695-700.

SOEIRO, Alberto Navarro – Aspectos clínicos da febre biliosa hemoglobinúrica (F.H.B.) com sugestões para o tratamento. **Anais do Instituto de Medicina Tropical**. 9:2 (Julho de 1952) 525-549.

SOLUBILIDADE de certos saes na glicerina Ossendowski. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 3 (1907) 233.

SOLUÇÃO para fazer crescer o cabelo. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 5 (1904) 38.

SOLUTO de sulfotartarato de quinina Pelo sr. Righini. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 182.

SOLUTO de Sulphato de Quinina Schmidt's Jahrbuch. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 4 (1873) 44.

SOLUTOS de quinina para injeções. – G Giemsa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 186–187.

SOLUTOS para injeções hypodermicas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 1 (1885) 233–234.

SOUSA, Antonio Anastacio de - Conta das enfermidades que tem grassado na Villa de Pombal em Dezembro do anno de 1812, até 15 de Janeiro de 1813; por Antonio Anastacio de Sousa, medico do Partido da dita Villa. **Jornal de Coimbra**. 3:16 (Abr. 1813) 351-354.

SOUSA, Antonio Anastacio de – Conta das enfermidades que reinarão na Villa de Pombal, Provedoria de Leiria, no mez d'Abril do anno de 1813, de duas causas e methodo curativo; por Antonio Anastacio de Sousa, Médico do Partido de Pombal, e Correspondente da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias. **Jornal de Coimbra**. 9:43 (pt. 1, 1816) 50-60.

SOUSA, Antonio Anastacio de - Mappa das enfermidades que grassarão na Villa de Pombal, Comarca de Leiria no 2.º semestre do anno de 1814, de suas causas provaveis, e methodo curativo por Antonio Anastacio de Sousa, Médico de Pombal, e correspondente da Instituição Vaccinica da Academia R. das Sciencias. **Jornal de Coimbra**. 10:52 (pt. 1, 1817) 260-269.

SOUSA, J. Ponte e – Comissão da Farmacopeia Portuguesa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 3–16.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva e – Memoria Sobre o Descobrimto da Capitania de Goyáz Pelo Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, Natural do Sêro do Frio, Capitania de Minas Geraes. **Jornal de Coimbra**. 14:76 (pt. 1, 1819) 121-193.

SOUSA, Mário Tavares de – Quinina e atebrina. **Boletim da Escola de Farmácia**. 6-7 (1946-1947) 346-354.

SOUSA, Ponte e – A nova Farmacopeia Portugueza. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 27–31.

SOUSA TELLES, Junior - Tosse convulsa. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:11 (1852a) 360.

SOUSA TELLES, Junior - Formulario. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:12 (1852b) 371–380.

SOUSA TELLES, Junior – Emprego do acido arsenioso ou arsenico branco no tractamento das intermittentes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:10 (1852c) 313–315.

SOUSA TELLES, Junior - Quinidina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:3 (1853a) 55–57.

SOUSA TELLES, Junior - Quinidina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:5 (1853b) 152.

SOUSA TELLES, Junior - Novo reactivo do sulphato de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:11 (1853c) 368.

SOUSA TELLES, Junior - Febres intermittentes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:7 (1853d) 225.

SOUSA TELLES, Junior - Processo para reconhecer a pureza dos saes de quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:1 (1854) 25–26.

SOUSA TELLES, Junior - Sulphato de quinina e ferro. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:7 (1855) 264.

SOUSA TELLES, Junior - Formulas. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:8 (1856) 305–310.

SULFATO de quinino nacional. **Coimbra Medica**. 17:35 (1897) 560.

SULPHO-TARTARATO de Quinina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 2 (1871) 123.

SUPPOSITORIO febrifugo Pelo sr. Laborde. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 5 (1879) 182.

T., A. - Subsídios Para o Formulario da Sociedade Farmaceutica Lusitana. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 18.^a Série. 3:5 e 6 (1927) 151–154.

TABOA comparativa da solubilidade d'algumas substancias medicamentosas nos diversos excipientes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 2:5 (1856) 181.

TAVARES, Francisco -**Theses ex universa medicina**. Conimbricae: Typographia Academico Regia, 1778.

TAVARES, Francisco - **Medicamentorum sylloge propriae pharmacologiae exempla sistens in usum academicarum praelectionum**. Conimbricac: Typographia Academico Regia, 1787.

TAVARES, Francisco – **Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I. Tomo II. Medicamentos simples, preparados e compostos**. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794.

TAVARES, Francisco – **Observações, e reflexões sobre o uso proveitoso, e saudavel da quina na gota**. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1802.

TAVARES, Francisco - **Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1810.

TEDESCHI, José; TELLES, Henrique José de Sousa; D'AZEVEDO, José Pereira - Peças officiaes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 1:10 (1855) 384–386.

TEDESCHI, Vicente - Formulas diversas extrahidas de varios Jornaes estrangeiros. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 2:9 (1851) 299-300.

TEIXEIRA, Adolfo – Farmacopeia Portuguesa. Algumas Sugestões a Propósito da Futura Edição. **Jornal dos Farmacêuticos**. 3:31-32 (Julho/Agosto, 1944) 77-94.

TEIXEIRA, António Perquilhas – Antimaláricos sintéticos. **Jornal dos Farmacêuticos**. 7:65-66 (Setembro/Dezembro, 1948) 108-124.

TEIXEIRA, José Maria Soares; GUIA, Francisco Simões da; PRETO, Filippe Valladas - Parecer da Comissão de Pharmacia ácerca d'uma consulta do sr. Annibal Dias Saraiva, de Móra. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 1 (1900) 230-232.

TEIXEIRA, José Maria Soares; ALVES, Antonio Cesario d'Almeida; SILVA, Augusto Pereira da - Parecer da Comissão de Pharmacia a respeito do soluto de bi-chloreto de quinina, e da alteração do glycerophosphato de cal em papeis. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 89-90.

TEIXEIRA, J. Souto – Sobre o aproveitamento das quineiras de S. Tomé. **Boletim da Escola de Farmácia**. 6-7 (1946-1947) 62-79.

TELLES, Henrique José de Sousa - Diversas Formulas apresentadas pelo Membro Effectivo, o Sr. Henrique José de Sousa Telles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 3 (1842) 478–481.

TELLES, Henrique José de Sousa; D'ANDRADE, João Isidoro Ferreira; BOTTO, José Maria – Parecer da Comissão d'Historia Natural, ácerca da Memoria sobre a planta das Sesões. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 510–514.

TELLES, Henrique José de Sousa - Reflexões critico-pharmaceuticas, ácerca da possibilidade que pode dar-se de alterar a natureza de um medicamento, querendo, pela associação de certos agentes, e disfarçarlhe o sabor desagradavel; pelo Membro Benemerito o Sr. Henrique José de Sousa Telles. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 1:3 (1850) 79–83.

TELLES, Henrique José de Sousa – Oficio da Sociedade, dirigido ao Conselho de Saúde Publica do Reino, ácerca de drogas falsificadas e apprehendidas em Evora. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:1 (1852) 26–27.

TELLES, H. J. de S. - Acta n.º 292, de 9 de Julho de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 398–404.

TELLES, H. J. de Sousa - Falsificações. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 2:6 (1851) 169–171.

TELLES, Henrique José de Sousa; VICENTE, Manuel; QUADROS, Francisco José Cabral de - [Sem título]. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 1 (1860) 70–71.

TELLES, João José de Sousa – Reflexões ácerca da Pharmacopêa do Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:10 (1854) 298–306.

TELLES, João José de Sousa; MACHADO, Alfredo da Silva; MATTOS, José Gomes de - Consulta da sociedade pharmaceutica lusitana ácerca de uma amostra de sulfato de quinina que lhe foi enviada pelos srs. Creswell & C.^a, representantes em Lisboa da fabrica lombarda de productos chimicos em Milão. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 189.

THELU - Meio de fazer desaparecer pelo chá o amargo do sulphato de quinina; artigo do Sr. THELU. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:5 (1848-1849) 109–110.

THENARD, L. J. – **Traité de Chimie Élémentaire, Théorique et Pratique**, 2e Édition, Revue et Corrigée, Tome Troisième. Paris: Crochard, 1818.

THENARD, L.-J. – **Traité de Chimie Élémentaire, théorique et pratique**. 3e éd., Revue et Corrigée, T. 4. Paris: Crochard, 1821.

THENARD, Louis Jacques– **Traité de chimie élémentaire, théorique et pratique**. 4e éd, Revue, corrigée et augmentée. Vol. 3. Paris: Crochard, 1824.

TINCTURAS privadas do tannino. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 4 (1908) 46–47.

TINTURA effcaz contras as intermittentes rebeldes. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 124-125.

TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro – Acerca da Dosagem de Vestígios de Arsénio pelo Método da Farmacopeia Portuguesa. **Jornal dos Farmacêuticos**. 5:53 (Setembro/Outubro, 1946) 209-226.

TRANSFORMAÇÃO do acido quinico em acido benzoico. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 3 (1862) 234.

TRATAMENTO dos Accessos da Enchaqueca (Clinica do Sr. Piorry). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Quarta Serie. 2 (1861) 317–318.

UMA FALSA casca de quina. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 5 (1904) 160.

UTILIDADE da Quina do Brasil em algumas febres. Por ****. **Jornal de Coimbra**. 2:11 (Nov. 1812) 374-375.

VALE, J. B. Cardoso do – Pesquisa de alcalóides em pomadas oftálmicas (Método de cromatografia em papel). **Boletim da Escola de Farmácia**. 18 (1958) 153-162.

VALE, José B. Cardoso do – Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). I – Alcalóides totais. **Boletim da Escola de Farmácia**. 2 (1941-1942a) 111-121.

VALE, José B. Cardoso do – Dosagem dos alcalóides das quinas (Sôbre os métodos preconizados pela Farmacopeia Portuguesa, 1936). II – Quinina. **Boletim da Escola de Farmácia**. 2 (1941-1942b) 122-126.

VALE, José Cardoso do – Análise de Algumas Tinturas da Farmacopeia Portuguesa. **Revista Portuguesa de Farmácia**. XII:4 (Outubro-Dezembro) (1962) 449–464.

VALE, José Cardoso do – Análise de algumas tinturas da farmacopeia portuguesa. **Boletim da Escola de Farmácia. Edição científica**. 23 (1963) 177-192.

VALERIANATO de Quinina e sua preparação. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 4 (1845-1847) 328–331.

VANDELLI, Alexandre António - Experiencias Sobre duas diferentes Cascas do Pará. In **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo V, Parte II (1818) 132-142.

V CURSO de Férias da Escola de Farmácia de Coimbra. **Jornal dos Farmacêuticos**. 1:5 e 6 (Maio/Junho, 1942) 196-198.

VEIGA, Alberto – Proposta do socio Alberto Veiga, lembrando a conveniencia da Sociedade pedir ao governo uma nova edição da Pharmacopêa Portugueza. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima Serie. 5 (1894) 57–58.

VEIGA, Alberto da Costa; JUNIOR, Antonio Maria da Gama; GUERRA, João Norberto Gonçalves - Representação dirigida ao sr. Ministro do Interior relativamente á Farmacopêa Portuguesa, regimento dos preços dos medicamentos e reforma de exercicio profissional. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 3 (1912) 77–78.

VEIGA, Joaquim Urbano da; FERREIRA, Antonio Augusto Felix; ABREU, Augusto d’Oliveira - Consulta da sociedade pharmaceutica lusitana ácerca dos quesitos propostos pelo socio o sr. Domingos Antonio Pitta Simões. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 1 (1880) 201-202.

VELLOSO, José Mariano - **Quinografia Portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil, copiada de varios authores modernos, Enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de Balsameiras. E colligida de ordem de sua Alteza Real O Principe do Brasil nosso Senhor**. Lisboa: Offic. de Joaõ Procopio Correa da Silva Impressor da Santa Igreja Patriarcal, 1799.

VIAGEM pharmaceutica á Exposição universal de Londres, pelo Sr. Dorvault; continuada de pag. 36. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 4:3 (1853) 62–68.

VIANNA, Cunha – Do emprego do sulphato de bebeerina no tractamento das febres intermittentes. Observações feitas no Hospital de S. José, Infermaria n.º 1. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 3:1 (1852) 9–12.

VIDAL, Antonio Jacintho - Breve Relação das molestias, que costumão grassar em Villa-Franca de Xira, e Póvos, suas causas, e tratamento; e das que particularmente grassarão no mez de Janeiro do presente anno, dada por Antonio Jacintho Vidal, Médico das Camaras das ditas Villas, Provedoria de Torres-Védras. **Jornal de Coimbra**. 4:19 (Jul.1813) 219-223.

VIÉGAS, Luiz dos Santos – Um Caso de Cachexia Paludosa com Pleuro-pneumonia Intercorrente, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 18:31 (1898) 510-515.

VIÉGAS, Luiz dos Santos – Um Caso de Cachexia Paludosa com Pleuro-pneumonia Intercorrente, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 19:1 (1899a) 10-14.

VIÉGAS, Luiz dos Santos – Um Caso de Cachexia Paludosa com Pleuro-pneumonia Intercorrente, seguido de morte. **Coimbra Medica**. 19:2 (1899b) 27-30.

VIEIRA, Lopes – A Antipyrexia Systematica. **Coimbra Medica**. 15:3 (1895) 33-35.

VIEIRA, Lopes – O Tratamento da Febre Palustre pelos Saes de Quinina. **Coimbra Medica**. 17:15 (1897) 229-232.

VIEIRA, Manoel Antonio – Quatro Contas de Manoel Antonio Vieira, Médico em Loulé, Comarca do Algarve, pertencentes aos mezes de Setembro, Outubro, Novembro, e Dezembro de 1817. **Jornal de Coimbra**. 12:65 (pt. 1, 1818) 187-188.

VIGIER, Joam – **Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica, e Chymica, que contem os principios, diffiniçoens, e termos geraes de huma, & outra Pharmacia: & hum Lexicon universal dos termos Pharmaceuticos, com as preparaçoens Chymicas, & composiçoens Galenicas, de que se usa neste Reyno, & virtudes, & dosis dos medicamentos Chymicos. Hum tratado da eleycam, descripçaõ, dosis, & virtudes dos purgantes vegetaes, & das drogas modernas de ambas as Indias, & Brasil. Hum vocabulario universal, latino, e Portuguez, de todas as drogas, animaes, vegetaes, & mineraes, assim modernas, como antigas. Offerecida ao Senhor Doutor Joam Bernardes de Moraes, Physico mór de Sua Magestade.** Lisboa : Officina de PASCOAL DA SYLVA, Impressor de S. Magestade, 1716.

VILHENA, João Jardim de - Água de Inglaterra. **O Instituto**. 83:3 (1932) 318–326.

VINHO febrifugo; pelo Sr. Bonis. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:23 (1848-1849) 563.

VINHO Febrifugo Pelo sr. Séguin. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 1 (1875) 8.

VINHO Tónico Febrifugo Pelo sr. dr. Orosi. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 184.

VIREY, J.-J. - Complément de l'histoire naturelle des ipécacuanha vrais, avec la description et la figure nouvelle de la plante de l'ipécacuanha blanc. **Journal complémentaire du dictionnaire des sciences médicales**. 6 (1820) 335-346.

WINCKLER - Observações sôbre a quinidina, novo alcaloide da quina; pelo Sr. WINCKLER. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. 5:24 (1848-1849) 586–587.

XAROPE antiescrofuloso (Verneuil). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 138.

XAROPE Antiscrofuloso Pelo sr. Bouchardat. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 5 (1874) 184.

XAROPE de Gibert e de Quina: incompatibilidade Por MM. Astruc e Robert (Extracto). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima segunda Serie. 4 (1903) 130–131.

XAROPE de Gibert modificado pelo dr. Vidal. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Nona Serie. 3 (1887) 169.

XAROPE de glycero-phosphatos, composto. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Decima terceira Serie. 1 (1905) 136.

XAROPE de quina; — S. Guerin, Journ. de Ph. et Ch. 1914 — n.º 3. **Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana**. Decima quarta Serie. 5 (1914) 71–72.

XAROPE de Quina Vermelha Iodo-Ferreo Preparado por G. Drack. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Sexta Serie. 3 (1872) 140.

XAROPE de quinina para creanças (AUJÉ). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 5 (1884) 108–109.

XAROPE tonico (Bourgogne). **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Oitava Serie. 2 (1881) 138.

XAROPE Tonico-Vermifugo Pelo sr. Gueneau de Mussy. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Setima Serie. 3 (1877) 108–109.

1.2.3. Legislação portuguesa (organizada cronologicamente)

REGIMENTO, 20 Maio 1653 – Regimento dos preços dos medicamentos. Sem Entidade, Livro 1648-1656. PORTUGAL.

LEI, 17 JUNHO 1782 - Lei creando a Junta do Proto-Medicato, e extinguindo o Lugar de Fizico Mór, e o de Cirurgião Mór, SEM ENTIDADE, Livro 1775-1790

EDITAL da Junta do Proto-Medicato, ácerca da chamada Agua d’Inglaterra. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Segunda Serie. 5:11 (1854) 365–366 (Edital de 15 de Março de 1799).

DECRETO, 24 SETEMBRO 1805 - Decreto permittindo o uso da Agoa de Inglaterra de Castro sem que o Proprietario seja obrigado a descobrir o segredo. D. JOÃO, REGENTE DO REINO (1792-1816), Livro 1802-1810.

ALVARÁ, 07 JANEIRO 1809 - Alvará abolindo a Junta do Proto-Medicato, e devolvendo a sua jurisdição ao Físico Mór e Cirurgião Mór, D. JOÃO, REGENTE DO REINO (1792-1816), Livro 1802-1810.

PROVISÃO, 20 ABRIL 1812 – Provisão da Junta do Commercio sobre Agoa de Inglaterra. JUNTA DO COMÉRCIO, Livro 1812-1814.

PORTARIA. **Jornal de Coimbra**. 2:10 (Out. 1812) 274-275 (Portaria de 24 de Outubro de 1812).

DECRETO de reintegração de honras, &c. em favor de Manoel Henriques de Paiva. **O Investigador Português em Inglaterra**. 22:88 (1818) 458.

CARTA Régia de 29 de Novembro de 1819. [Em linha]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1819, Página 81 Vol. 1 (Publicação Original). [Consult. 9 Ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-39245-29-novembro-1819-569091-publicacaooriginal-92369-pe.html>.

DECRETO, 29 DEZEMBRO 1836. **D. G.** 3 (1837-01-04) 9-11 (Decreto sobre as Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto).

DECRETO, 05 Outubro 1838. **D.G.** 238 (08-10-1838) 1001 (Decreto de nomeação de uma Comissão para redigir uma nova Pharmacologia).

LISTA das substancias que os Droguistas podem vender só a Pharmaceutico estabelecido, publicada pelo Conselho de Saude Publica do Reino em 15 de Janeiro de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:7 (1858) 208-215.

LISTA dos medicamentos abortivos, narcoticos ou venenosos, cujas receitas devem ser guardadas pelos Pharmaceuticos; publicada pelo Conselho de Saude Publica do reino em 1 d'Abril de 1846. **Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana**. Terceira Serie. 4:10 (1858) 302-313.

DECRETO, 20 AGOSTO 1850 - Decreto (pelo Ministerio do Reino — Diario do Governo n.º 247) approvando o novo Regimento dos preços dos medicamentos. **MINISTÉRIO DO REINO**, Livro 1850.

DECRETO, 28 NOVEMBRO 1854 - Decreto (pelo Ministerio do Reino — Diario do Governo n.º 304) approvando o novo Regimento dos preços dos medicamentos. **MINISTÉRIO DO REINO**, Livro 1854.

DECRETO, 24 MAIO 1856. **D. G.** 164 (1856-07-14) 987-989 (Decreto mandando observar o Supplemento que o acompanha do Regimento dos preços das drogas medicinaes, medicamentos e manipulações).

PORTARIA, 31 MARÇO 1857 - Portaria (pelo Ministerio da Marinha — Inedita) dispensando dos direitos de entrada o sulphato de quinino que fosse para o estabelecimento do Bembe da provincia de Angola. **MINISTÉRIO DA MARINHA**, Livro 1857. **PORTUGAL. Collecção official da legislação portugueza**

redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, anno de 1857. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p. 20.

DECRETO, 30 JUNHO 1857. **D. G.** 222 (1857-09-21) 1241-1252 (Decreto approvando o novo Regimento dos preços das drogas medicinaes, medicamentos, remedios e manipulações).

DECRETO, 12 JUNHO 1858. **D. G.** 214 (1858-09-11) 1161-1173 (Decreto approvando o regimento que o acompanha dos preços das drogas medicinaes e suas manipulações).

DECRETO, 21 SETEMBRO 1859 - Decreto e Regimento (pelo Ministerio do Reino — Diario de Lisboa n.º 10 a 13 de 1860) estabelecendo os preços das drogas medicinaes, medicamentos, remedios e manipulações das boticas. Supp. **MINISTÉRIO DO REINO**, Livro 1859.

DECRETO, 21 MARÇO 1863 - Decreto e regulamento (pelo ministerio da guerra – Diario de Lisboa n.º 185 de 21 de agosto) estabelecendo as regras convenientes sobre depositos de medicamentos, roupas e mais objectos de cirurgia precisos para o exercito. Supp. **MINISTÉRIO DA GUERRA**, Livro 1863. In **Collecção official da legislação portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1863.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 28-72.

PORTARIA, 17 OUTUBRO 1865. **D. L.** 237 (1865-10-19) 2354.

DECRETO, 24 JULHO 1866 - Decreto (ministerio do reino — Diario de Lisboa n.º 84 de 1867) approvando o regimento dos preços dos medicamentos, drogas medicinaes, remedios e manipulações, para uso dos boticarios. **MINISTÉRIO DO REINO**, Livro 1867.

RESOLUÇÃO, 20 MARÇO 1867. **D. L.** 65 (1867-03-21) 823 (Resolução n.º 385 declarando que uns frascos de vidro, contendo sulphato de quinino, deviam pagar 160 réis por kilogramma).

DECRETO de 15 de Novembro de 1871. **D.G.** 262 (1871-11-18) 1509.

DECRETO de 14 de setembro de 1876. **D.G.** 144 (1877-06-30) 1201.

DECRETO de 28 de junho de 1877. **D.G.** 144 (1877-06-30) 1201.

DECRETO, 23 JULHO 1879. **D. G.** 253 (1879-11-07) 2581-2585; DECRETO, 23 JULHO 1879. **D. G.** 254 (1879-11-08) 2598-2601 (Decreto approvando o novo regulamento dos preços dos medicamentos).

DECRETO, 15 ABRIL 1882. **D. G.** 128 (1882-06-07) 1397-1409 (Decreto approvando o regimento dos preços das drogas, medicamentos e manipulações, para servir de directório aos pharmaceuticos).

DECRETO, 04 AGOSTO 1887. **D. G.** 208 (1887-09-17) 2075- 2088 (Decreto approvando o novo regimento do preço das drogas, medicamentos e manipulações).

DECRETO, 20 FEVEREIRO 1890. **D. G.** 93 (1890-04-26) 889-909 (Decreto approvando o regimento de preços das drogas, medicamentos e manipulações nas pharmacias).

DECRETO, 14 SETEMBRO 1895. **D. G.** 249 (1895-11-04) 2957- 2978 (Decreto approvando o regimento dos preços das drogas, medicamentos e manipulações para servir de directorio aos pharmaceuticos, e para a fiscalisação e policia das boticas).

LEI, 03 MAIO 1898. **D. G.** 104 (1898-05-12) 1197 (Lei fixando em 8\$000 réis por kilogramma do peso liquido o direito de importação para consumo des saes de quinino).

DECRETO, 26 ABRIL 1900. **D. G.** 171 (1900-08-02) 2113-2134 (Decreto approvando, para servir de directório aos pharmaceuticos e para fiscalisação e policia das boticas, o regimento dos medicamentos, drogas e manipulações).

DECRETO, 27 NOVEMBRO 1902. **D. G.** 280 (1902-12-11) 4041- 4046 (Decreto approvando o regulamento para execução da carta de lei de 19 de julho ultimo, que reorganizou o ensino da pharmacia).

DECRETO, 21 JANEIRO 1903. **D. G.** 20 (1903-01-27) 297 (Decreto nomeando uma commissão para proceder á revisão da Pharmacopeia Portuguesa).

DECRETO, 10 AGOSTO 1903. **D. G.** 178 (1903-08-13) 2761-2767 (Decreto approvando as instrucções para a liquidação, fiscalização e cobrança do imposto sobre especialidades pharmaceuticas, remedios secretos privilegiados e aguas minero-medicinaes).

PORTARIA, 31 DEZEMBRO 1904. **D. G.** 10 (1905-01-13) 121-124 (Portaria mandando publicar uma nova tabella das especialidades pharmaceuticas sujeitas ao imposto do sêllo, exercendo-se desde já a necessaria fiscalização para assegurar a integral cobrança d'aquelle imposto).

DECRETO de 29 de Março de 1911. **D. G. I Série.** 73 (1911-03-30) 1348.

DECRETO n.º 139. **D. G. I Série.** 219 (1913-09-18) 3537.

PORTARIA de 5 de Novembro de 1913. **D. G. I Série.** 285 (1913-12-06) 4625.

DECRETO n.º 2208. **D.G. I Série.** 21 (1916-02-05) 55 – 56

DECRETO n.º 2330. **D.G. I Série.** 73 (1916-04-14) 321 – 322.

DECRETO n.º 7174. **D.G. I Série.** 239 (1920-11-24) 1632 – 1634.

DECRETO n.º 7695. **D.G. I Série.** 176 (1921-08-30) 1078 – 1087.

DECRETO n.º 8588. **D. G. I Série.** 14 (1923-01-22) 90 – 98

DECRETO n.º 10051. **D.G. I Série.** 195 (1924-08-29) 1168 – 1169.

DECRETO n.º 12370. **D.G. I Série.** 213 (1926-09-24) 1392 – 1409.

DECRETO n.º 13470. **D. G. I Série.** 77 (1927-04-18) 570 – 572.

DECRETO n.º 13842. **D.G. I Série.** 133 (1927-06-27) 1161 – 1164.

DECRETO n.º 14959. **D.G. I Série.** 21 (1928-01-25) 210 – 214.

DECRETO n.º 17823. **D.G. I Série, 1º Suplemento.** 301 (1929-12-31) 2633 – 2666

DECRETO n.º 20437. **D.G. I Série.** 247 (1931-10-26) 2351 – 2369.

DECRETO n.º 22037. **D.G. I Série.** 303 (1932-12-27) 2662 – 2664

LISTA. **D.G. I Série.** 94 (1933-04-29) 691-695

DECRETO n.º 22506. **D.G. I Série.** 103 (1933-05-11) 721 – 723.

ADITAMENTO ao Decreto n.º 22037. **D.G. I Série.** 197 (1933-08-31) 1596.

DECRETO-LEI n.º 23828. **D. G. I Série.** 105 (1934-05-07) 585-588.

DECRETO-LEI n.º 24876. **D. G. I Série.** 7 (1935-01-09) 45.

DESPACHO MINISTERIAL, de 6 de março. **D. G. I Série.** 52 (1935-03-06) 343 – 344.

DECRETO n.º 26704. **D.G. I Série.** 142 (1936-06-19) 692.

DECRETO n.º 29557. **D.G. I Série.** 97 (1939-04-27) 313 – 314.

DECRETO-LEI n.º 30661. **D.G. I Série.** 193 (1940-08-20) 895.

DECRETO-LEI n.º 35846. **D.G. I Série.** 198 (1946-09-02) 809-812.

PORTARIA n.º 14064. **D.G. I Série.** 188 (1952-08-26) 854 – 870.

DECRETO n.º 40457. **D.G. I Série.** 282 (1955-12-26) 1300 – 1304.

DECRETO-LEI n.º 40462. **D. G. I Série.** 283 (1955-12-27) 1307 – 1308.

DECRETO n.º 43904. **D.G. I Série.** 211 (1961-09-11) 1185 – 1189.

PORTARIA n.º 18886. **D.G. I Série.** 290 (1961-12-16) 1630 – 1633

PORTARIA n.º 19240. **D.G. I Série.** 138 (1962-06-18) 834 – 852.

DECRETO-LEI n.º 46642. **D. G. I Série.** 258 (1965-11-13) 1458.

DECRETO-LEI n.º 46868. **D. G. I Série.** 34 (1966-02-10) 219-222.

PORTARIA n.º 35/70. **D.G. I Série, 2º Suplemento.** 11 (1970-01-14) 0 – 24

DESPACHO. **D.G. I Série.** 189 (1970-08-17) 1070

DECRETO-LEI n.º 670/70. **D.G. I Série.** 301 (1970-12-31) 2001 – 2009

DESPACHO – Tabela dos medicamentos e substâncias medicamentosas tóxicas, estupefacientes ou outros que possam ser empregados como antígenésicos ou abortivos cuja venda ao público fique dependente de receita médica. **D.G. I Série.** 81 (1971-04-06) 490.

DECRETO n.º 63/72. **D.G. I Série.** 47 (1972-02-25) 211 – 222

PORTARIA n.º 272/72. **D.G. I Série.** 114 (1972-05-15) 621 – 622.

PORTARIA n.º 277/72. **D.G. I Série.** 115 (1972-05-16) 646.

PORTARIA n.º 743/76. **D.R. I Série.** 292 (1976-12-16) 2753 – 2756.

DECRETO n.º 72/77. **D.R. I Série.** 117 (1977-05-20) 1148 – 1151

PORTARIA n.º 405/77. **D.R. I Série.** 155 (1977-07-07) 1689 – 1706.

PORTARIA n.º 564/78. **D.R. I Série.** 215 (1978-09-18) 1955 – 1958.

PORTARIA n.º 57/79. **D.R. I Série.** 27 (1979-02-01) 153 – 159

PORTARIA n.º 287/79. **D.R. I Série.** 140 (1979-06-20) 1349

PORTARIA n.º 986/80. **D.R. I Série.** 264 (1980-11-14) 3884 – 3884.

PORTARIA n.º 120/80. **D.R. I Série.** 64 (1980-03-17) 447.

PORTARIA n.º 659/81. **D.R. I Série.** 177 (1981-08-04) 1999 - 2014.

PORTARIA n.º 136/82. **D.R. I Série.** 25 (1982-01-30) 240 – 241.

DECRETO-LEI n.º 379/85. **D.R. I Série.** 222 (1985-09-26) 3206

PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (1 de Outubro de 1985), *apud* COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – **Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I.** Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

DECRETO-LEI n.º 93/89. **D.R. I Série.** 72 (1989-03-28) 1311 – 1313

DECLARAÇÃO de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 93/89, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que define as características e estabelece regras de acondicionamento e rotulagem de refrigerantes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 72, de 28 de Março de 1989. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 99 (1989-04-29) 10 – 11

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 30/94. **D.R. I-A Série, 1º Suplemento.** 146 (1994-06-27) 2 – 111.

PORTARIA n.º 503/94. **D.R. I-B Série.** 154 (1994-07-06) 3567 – 3597

DECRETO-LEI n.º 288/94. **D.R. I-A Série.** 263 (1994-11-14) 6821

PORTARIA n.º 703/96. **D.R. I-B Série.** 282 (1996-12-06) 4387 – 4388.

PORTARIA n.º 74/97 (2.ª Série). **D. R. II Série.** 47 (1997-02-25) 2432.

DECRETO-LEI n.º 193/2000. **D.R. I-A Série.** 190 (2000-08-18) 4039 – 4065

DECRETO-LEI n.º 20/2003. **D.R. I-A Série.** 28 (2003-02-03) 705 – 706.

PORTARIA n.º 769/2004, de 1 de Julho. **D.R. I-B Série.** 153 (2004-07-01) 4016 - 4017

DECRETO-LEI n.º 176/2006. **D.R. I Série.** 167 (2006-08-30) 6297 – 6383

DECRETO-LEI n.º 189/2008. **D.R. I Série.** 185 (2008-09-24) 6826 – 6905

PORTARIA n.º 195-C/2015. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 125 (2015-06-30) 6 – 11

PORTARIA n.º 154/2016. **D.R. I Série.** 102 (2016-05-27) 1707 – 1708

PORTARIA n.º 262/2016. **D.R. I Série.** 193 (2016-10-07) 3514 – 3515

PORTARIA n.º 290-A/2016. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 219 (2016-11-15) 2

PORTARIA n.º 405-A/2019. **D.R. I Série, 1º Suplemento.** 244 (2019-12-19) 2 – 4

DECRETO-LEI n.º 97/2015. **D.R. I Série.** 105 (2015-06-01) 3453 – 3464

1.2.4. Legislação da União Europeia

REGULAMENTO (CEE) N.º 1601/91 DO CONSELHO de 10 de Junho de 1991 que estabelece as regras gerais relativas à definição, designação e apresentação dos vinhos aromatizados, das bebidas aromatizadas à base de vinho e dos *cocktails* aromatizados de produtos vitivinícolas. **J.O. L 149 (14.6.1991) 1–9.**

Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2011 relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1924/2006 e (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Directivas 87/250/CEE da Comissão, 90/496/CEE do Conselho, 1999/10/CE da Comissão, 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2002/67/CE e 2008/5/CE da Comissão e o Regulamento (CE) n.º 608/2004 da Comissão. **J.O. L 304 (22.11.2011) 18–63.**

REGULAMENTO (UE) N.º 251/2014 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 26 de Fevereiro de 2014, relativo à definição, descrição, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas dos produtos vitivinícolas aromatizados e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 1601/91 do Conselho. **J.O. L 84 (20.3.2014) 14–34.**

2. Bibliografia

AGUIAR, Alberto de - Homenagem aos Drs. Bernardino António Gomes (Pai e Filho). **Portugal Médico.** 10:9 (1926) 379-389.

ALEGRE PÉREZ, M.^a Esther; ANDRÉS TURRIÓN, Maria Luisa De - Control e informes sanitarios de la Real Botica sobre quina en el periodo ilustrado. In **Hispanoamérica y las Academias de Medicina Españolas. Separata.** Cádiz : Real Academia de Medicina de Cádiz, 1992. p. 147–159.

ALEGRE PERÉZ, María Esther; e ANDRÉS TURRIÓN, Maria Luisa - Estudio sobre la clasificación, calidad y pruebas clínicas de productos vegetales ultramarinos para la Corona española, en el siglo XVIII.

In ESTEVA DE SAGRERA, Juan; GONZÁLEZ BUENO, Antonio (Eds.) - **Cordialero de libros y medicamentos. Homenaje al Dr. José María Suñé Arbussà**. Madrid: Sociedad de Docentes Universitarios de Historia de la Farmacia de España, 2009. ISBN: 978-84-608-0877-0. p. 153-182.

ALMEIDA, Danielle Sanches de - **O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808**. [S.l.]: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz; École des Hautes Études en Sciences Sociales. Centre Alexandre Koyré. 2017. 380 p. Tese de doutoramento.

ALVES, A. Correia; GUERRA, Francisco Carvalho – Breve notícia histórica sobre as Farmacopeias Portuguesas até ao século XIX. In **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio – até ao século XX. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 2. 1986. p. 815–834.

AMARAL, Vera Lucia Lângaro – **Estudo de toxicidade reprodutiva e potencial mutagênico de fitoterápico contendo *Cinchona calisaya*, *Jateorhiza palmata*, *Centaurim erythraea*, *Baccharis trimera*, *Artemisia absinthium*, *Matricaria recutita* e *Cinnamomum cassia***. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2011. Dissertação de mestrado.

ANAGNOSTOU, Sabine - Jesuits in Spanish America: Contributions to the Exploration of the American Materia Medica. **Pharmacy in History**. ISSN 00317047. 47:1 (2005) 3-17.

ANDERSSON, Lennart - **A Revision of the genus *Cinchona* (Rubiaceae-Cinchoneae)**. Memoirs of the New York Botanical Garden. Vol. 80. New York: New York Botanical Garden, 1998.

ANDRÉS TURRIÓN, M^a. Luisa de - Quina del Nuevo Mundo para la Corona Española. **Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**. Separata. XLI:1 (1989) 305–324.

ANDRÉS TURRIÓN, Maria Luísa – Las polémicas de la quina. In PUERTO SARMIENTO, Javier (dir) – **Ciencia y técnica en latinoamérica en el período virreinal**. [S. l.]: CESCE. 2005. Vol. 1. p. 127-149.

A REDACÇÃO [CARRISSO, L. Wittnich; QUINTANILHA, A.] - Dr. Júlio Henriques. **Boletim da Sociedade Broteriana**. II Série. VI (1929-1930) III-VII.

ARROW, K. J.; PANOSIAN, C.; GELBAND, H. (EDS.) - **Saving Lives, Buying Time: Economics of Malaria Drugs in an Age of Resistance**. Washington, D. C. : The National Academies Press, 2004.

BAPTISTA, A. Poiars - Os primórdios da dermatologia e venereologia em Portugal. **Revista da Ordem dos Médicos**. 29:142 (2013) 68-73.

BARATAS, Luis Alfredo; GOMIS, Alberto – Programas Europeos de Cultivo de Quina en el Siglo XIX. In ACEVES PASTRANA, P. (Ed.) – **Farmacia Historia Natural y Química Intercontinentales**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1995. ISBN 970-620-690-6. p. 203-210.

BARNETT, Richard - Dr Jacob de Castro Sarmiento and Sephardim in Medical Practice in 18th-Century London. [Em linha]. **Transactions & Miscellanies (Jewish Historical Society of England)**. 27 (1978) 84–114. [Consult. 10 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.jstor.org/stable/29778899>>.

BARRETO, Maria Renilda Nery - **A Medicina Luso-Brasileira: Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851)**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2005. 257 p. Tese de doutoramento.

BARTON, Patricia - «The Great Quinine Fraud»: Legality Issues in the «Non-Narcotic» Drug Trade in British India. **Social History of Alcohol and Drugs**. 22:1 (2007) 6–25.

BIGUELINI, Elen - **Tenho escrevinhado muito: Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)**. [s.l.]: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2017. 507 p. Tese de doutoramento.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento - **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. [Em linha]. Volume 5: Letras Jo-Ly [Rio de Janeiro]: Conselho Federal de Cultura, 1970 (Reimpressão de Off-set, da edição de 1883-1902). [Consult. 12 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008354&bbm/5450#page/68/mode/2up>>.

BLEICHMAR, Daniela - Atlantic Competitions: Botany in the Eighteenth-Century Spanish Empire. In DELBOURGO, James; DEW, Nicholas (Eds.) - **Science and Empire in the Atlantic World**. New York, Abingdon : Routledge, 2008. ISBN 0-203-93384-2. p. 225-252.

BOUMEDIENE, Samir - **La colonisation du savoir. Une histoire des plantes médicinales du “Nouveau Monde” (1492-1750)**. Waregem : Les Éditions des mondes à faire, 2016.

BRANDÃO, Álvaro Soares - Bernardino António Gomes e a química dos alcaloides. **Revista de Química Pura e Aplicada**. 3ª Série. 4:2 (1929) 94-99.

BREVE história do Instituto de Coimbra [Em linha]. Universidade de Coimbra, 2023. [Consult. 24 fev 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/oinstituato/breve>.

BROCKWAY, Lucille H. - Kew and Cinchona. In **Science and Colonial Expansion. The Role of the British Royal Botanic Gardens**. New Haven & London : Yale University Press, 2002. ISBN 978-0-300-09143-4. p. 103–139.

BRUCE-CHWATT, Leonard Jan; ZULUETA, Julian de – **The Rise and Fall of Malaria in Europe: a historico-epidemiological study**. Oxford : Oxford University Press, 1980.

BUSH, Larry M.; VAZQUEZ-PERTEJO Maria T. – **Brucellosis (Undulant Fever; Malta Fever; Mediterranean Fever; Gibraltar Fever)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em abr. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msdmanuals.com/professional/infectious-diseases/gram-negative-bacilli/brucellosis>>.

CABRAL, Célia; PITA, João Rui; SALGUEIRO, Lígia – **Plantas medicinais: entre o passado e o presente : a coleção de fármacos vegetais da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (séculos XIX-XX)**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. ISBN 978-989-26-0874-7.

CABRAL, Célia; PEREIRA, Ana-Leonor; PITA, João Rui - Pharmacy, quina and quinine in Portugal, 18th-20th centuries. **Circumscribere: International Journal for the History of Science**. ISSN 1980-7651.16 (2015) 138–153.

CALAINHO, Daniela Buono – Farmacopéia e Drogas Medicinais no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista. **Anais de História de Além- Mar**. ISSN: 0874-9671. 7 (2006) 213-229.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de - O ensino da botânica e o Jardim Botânico. **Revista da Universidade de Coimbra**. 7 (1918) 19-28.

CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de - **Memoria Historica da Faculdade de Philosophia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

CAVALCANTE, Diego Estevam – **A planta e o tempo: ciência, técnica, natureza e progresso nos impérios da botânica. Ceará-Brasil-Portugal**. (Séculos XVIII e XIX). Tese de Mestrado, Fortaleza, 2018.

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - **História da Ordem dos Farmacêuticos** [Em linha]. Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, 2012-2018. [Consult. 8 jan 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://cdfarmacutica.wixsite.com/cdf-of/historia-of>>.

CONCEIÇÃO, J. [et al.] – As farmacopeias portuguesas e a saúde pública. **Acta Farmacêutica Portuguesa**. 3:1 (2014) 47–65.

CONCEIÇÃO, J. [et al.] – A Farmacopeia Europeia: um livro oficial com cinquenta anos. **Acta Farmacêutica Portuguesa**. 8:1 (2019) 17-38.

COOK, Harold J.; WALKER, Timothy D. - Circulation of medicine in the early modern Atlantic world. **Social History of Medicine**. ISSN 0951631X. 26:3 (2013) 337-351.

COSENZA, Gustavo P. [et al.]- Bitter plants used as substitute of Cinchona spp. (quina) in Brazilian traditional medicine. **Journal of Ethnopharmacology**. ISSN 03788741. 149:3 (2013) 790–796. doi: 10.1016/j.jep.2013.08.004.

COSENZA, Gustavo Pereira - **Quinas amargas brasileiras: histórico, perfil fitoquímico e atividade antihiperlipidêmica e antihiperlipidêmica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Farmácia. 2015. 218 p. Tese de doutoramento.

COSTA, Aloísio Fernandes - A introdução da cultura das quinas nas nossas províncias ultramarinas e a participação dos portugueses no seu estudo químico. **Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa**. Coimbra: [s.n.], 1940.

COSTA, Aloísio Fernandes - **O problema das quinas**. Lisboa: Cosmos. Biblioteca Cosmos, 1944.

COSTA, Aloísio Fernandes – **Farmacognosia**. Vol. II. 1994, 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ISBN 972-31-0141-6.

COSTA, A. M. Amorim da – **Primórdios da Ciência Química em Portugal**. Biblioteca Breve, Vol. 92. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1984.

COSTA, António M. Amorim da – Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas. **Química Nova**. 38:7 (2015) 1002-1007. doi: 10.5935/0100-4042.20150114.

COSTA, Palmira Fontes da; LEITÃO, Henrique - Portuguese Imperial Science, 1450–1800: A Historiographical Review. In BLEICHMAR, Daniela [et al.] (Eds.) - **Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800**. Stanford, California : Stanford University Press, 2009. ISBN 978-0-8047-5358-6. p. 35–53.

COX, Francis EG - History of the discovery of the malaria parasites and their vectors. **Parasites & Vectors**. 3:5 (2010). doi: <https://doi.org/10.1186/1756-3305-3-5>.

CRAWFORD, Matthew James - “Para desterrar las dudas y adulteraciones”: scientific expertise and the attempts to make a better bark for the royal monopoly of *quina* (1751–1790). **Journal of Spanish Cultural Studies**. 8:2 (2007) 193-212, doi: [10.1080/14636200701431016](https://doi.org/10.1080/14636200701431016).

CRAWFORD, Matthew James - **The Andean Wonder Drug: Cinchona Bark and Imperial Science in the Spanish Atlantic, 1630-1800**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016. ISBN 0822944522.

CRESPO, Fernando Ortiz - Monardes y Fragoso: Dos protobotánicos del Siglo XVI que se ocuparon de las plantas del Nuevo Mundo y las implicaciones de sus escritos sobre la introducción europea de la corteza del árbol de «quina» (Cinchona). In RIOS, MONTSERRAT; PEDERSEN, HENRIK BORGTOFT (Eds.)

- **Uso y Manejo de Recursos Vegetales. Memorias del Segundo Simposio Ecuatoriano de Etnobotánica y Botánica Económica.** Quito: Ediciones Abya-Yala, 1997. p. 347–360.

CRUTCHER, J. M.; HOFFMAN, S. L. – Malaria. In: Baron S. (Ed.). **Medical Microbiology.** [Em linha]. 4th edition. Galveston (Texas): University of Texas Medical Branch at Galveston, 1996. Chapter 83. [Consult. 5 mar. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK8584/>>.

CUNHA, A. Proença da; ROQUE, Odete Rodrigues – **Plantas Medicinais da Farmacopeia Portuguesa - Constituintes, Controlo, Farmacologia e Utilização.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN 978-972-31-1257-3.

CUNHA, A. R.; SOARES, A. L.; BRILHANTE, M.; ARSÉNIO, P.; VASCONCELOS, T.; ESPÍRITO-SANTO, D.; DUARTE, M. C.; ROMEIRAS, M. M. – Natural and Historical Heritage of the Lisbon Botanical Gardens: An Integrative Approach with Tree Collections. **Plants.** 10 (2021) 1367. <https://doi.org/10.3390/plants10071367>.

CUVI, Nicolás - The cinchona program (1940-1945): Science and imperialism in the exploitation of a medicinal plant. **Dynamis.** ISSN 0211-9536. 31:1 (2011) 183–206.

CUVI, Nicolás – Tecnociencia y colonialismo en la historia de las *Cinchona*. **Asclepio.** ISSN 1988-3102. 70:1 (2018) 215.

CUVI, Nicolás - **Ciencia e imperialismo en América Latina: la Misión de Cinchona y las estaciones agrícolas cooperativas (1940-1945).** [S.l.]: Centre d'Estudis d'Història de les Ciències, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009. 341 p. Tese de doutoramento.

DEB ROY, Rohan - **Malarial Subjects: Empire, Medicine and Nonhumans in British India, 1820–1909.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017. DOI: 10.1017/9781316771617.

D'ESAGUY, Augusto - **Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fabrica (1812).** Lisboa: Oficina da Imprensa Moderna, 1931a.

D'ESAGUY, Augusto - **Nótulas relativas ás agoas de Inglaterra : inventadas pelo Dr. Jacob de Castro Sarmiento do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real. E hoje preparadas por André Lopes de Castro.** Lisboa : Oficina da Imprensa Moderna, 1931b.

D'ESAGUY, Augusto - **Notícia sôbre a Agua de Inglaterra.** Lisboa : Oficina da Imprensa Moderna, 1936a.

D'ESAGUY, Augusto – Água de Inglaterra. **Bulletin of the Institute of the History of Medicine.** 4:5 (1936b) 404–408.

D'ESAGUY, Augusto - Uma notável descoberta portuguesa: A água de Inglaterra. **Ilustração**. 266 (1937a) 9.

D'ESAGUY, Augusto - **Jacob de Castro Sarmiento: notas relativas à sua vida e à sua obra**. Lisboa: Edições Ática, 1946.

D'ESAGUY, Augusto - Uma Água Curativa fabricada em Inglaterra e em Portugal. **Imprensa Médica**. 11 (1959) 407–413.

DEVY-VARETA, Nicole - Les voyages de savants en Europe et le développement des idées géographiques dans le Portugal du XIXe siècle. **Finisterra**. 33:65 (1998) 175–183.

DEWICK, Paul M. - **Medicinal Natural Products A Biosynthetic Approach**. 3ª Ed. Chippenham: John Wiley and Sons Ltd. 2009. ISBN 978-0-470-74168-9.

DIAS, José Pedro Sousa - **Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista**. [S.l.] : Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, 1991. Tese de doutoramento.

DIAS, José Pedro Sousa; PITA, João Rui Rocha - L'influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIIIe siècle : Nicolas Lémery. **Revue d'histoire de la pharmacie**. 82:300 (1994) 84–90. doi: <https://doi.org/10.3406/pharm.1994.3826>.

DIAS, José Pedro Sousa - De Pombal ao Estado Novo: a farmacopeia portuguesa e a história (1772-1935). **Medicamento, História e Sociedade**. Nova Série. 6 (1995) 1–8.

DIAS, José Pedro Sousa - **A Água de Inglaterra. Paludismo e Terapêutica em Portugal no século XVIII**. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2012. ISBN 978-989-658-182-4.

DIAS, José Pedro Sousa - **Homens e Medicamentos: História da Farmácia e da Terapêutica**. Lisboa : Caleidoscópico, 2022. ISBN 978-989-658-738-3.

DICCIONARIO de Hygiene e Medicina ao alcance de todos. Vol. 4. Lisboa: João Romano Torres & Cª – Editores, 1908.

DOBSON, Mary – An intriguing life and a «secret cure» for malaria. **The Eagle**. 98 (2016) 24–29.

DORIA, José Luís – **Archivos de Hygiene e Pathologia Exóticas/Anais do Instituto de Medicina Tropical/Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical** [Em linha]. Universidade de Aveiro | Fundação Portugal-Africa [1997-2023], março 2016. [Consult. 13 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/AIMT.aspx>>.

EAMON, William - Corn, cochineal, and quina: The “Zilsel Thesis” in a colonial Iberian setting. *Centaurus*. 60 (2018) 141–158. doi: 10.1111/1600-0498.12199.

eHive - **Bromo Quinine Cold Tablets.; Grove Laboratories; 1940s; Fincham Collection 237** [Em linha]. In **Vernon Systems Ltd**, 2021. [Consult. 3 ago 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://ehive.com/collections/4339/objects/358512/bromo-quinine-cold-tablets>>.

EPPENBERGER, Patrick; GALASSI, Francesco; RÜHLI, Frank - A brief pictorial and historical introduction to guaiacum – from a putative cure for syphilis to an actual screening method for colorectal cancer. *British Journal of Clinical Pharmacology*. ISSN 13652125. 83:9 (2017) 2118-2119.

ESTEVAM, Diego - A Quina (Cinchona) e o Império Português: explorações, transferências e aclimações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX. *Revista Cantareira*. 35 (2021) 11–34, p. 18-20.

ESTEVES, Juvenal — Bernardino António Gomes. Fundador da dermatologia portuguesa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia*. 26:4 (1968) 1551-158.

ESTEVES, Juvenal — Bernardino António Gomes e as escolas. *Notícias Médicas*. 20:1978 (1991) 4.

FEREZ, Stanis – Louis XIV et le quinquina. *Vesalius*. ISSN 1373-4857. IX:2 (2003) 25–30.

FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes – **Memoria das medalhas e condecorações portuguezas e das estrangeiras com relação a Portugal**. Lisboa: Typographia da mesma academia, 1861.

FERRÃO, José Eduardo Mendes – Quineiras. In **A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses**. 3ª Edição. Revista, actualizada e com nova iconografia. Lisboa: IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical/Fundação Berardo/Chaves Ferreira – Publicações, S. A., 2005. ISBN 972-672-964-5 [IICT]. p. 157-160.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes - Los Estudios sobre las Quinas en la Literatura Química-Médica Portuguesa de los Inicios del Siglo XIX. In ACEVES PASTRANA, P. (Ed.) – **Farmacia Historia Natural y Química Intercontinentales**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1995. ISBN 970-620-690-6. p. 189-201.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes – **As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química**. São Paulo: EDUC, 1997. ISBN 85-283-0118-4.

FERREIRA, António Matos - **Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2007.

FERREIRA JÚNIOR, Washington Soares [et al.] - Use and importance of quina (Cinchona sp.) and ipeca (Carapichea ipecacuanha (Brot.) L. Andersson): Plants for medicinal use from the 16th century to the present. **Journal of Herbal Medicine**. ISSN 2210-8033. 2:4 (2012) 103–112.

FERREIRA, Lúcia Rodrigues – **Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia** [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2012. [Consult. 12 mai 2022]. Disponível na internet:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/21257>>.

FIGUEIREDO, Patrick - A «Água de Inglaterra» em Portugal. In BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (org.) - **A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. ISBN 978-972-671-288-6. p. 129-149.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. – As Vicissitudes da Ciência Periférica: a Vida e a Obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva. **Química Nova**. 14:2 (1991) 133-141.

FOLCH Y ANDREU, R. – As farmacopeias portuguesas. **Notícias Farmacêuticas**. 10:3-4 (1943) 201-253.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação**. Tomo V. Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1935a.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação**. Tomo X. Porto: Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1935b.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação**. Tomo XIV. Porto: Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1936.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa Através da sua legislação**. Tomo XXVI. Porto: Emp. Ind. Gráfica do Pôrto, L.da., 1937a.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa Através da sua legislação**. Tomo XXVII. Porto: EMP. IND. GRÁFICA do PÔRTO, L.da., 1937b.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da – **História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação**. Tomo XXXII. Porto: Emp. Ind. Gráfica do porto, Lda, 1938.

FORMOSINHO, Sebastião J.; HEROLD, Bernardo J.; CARDOSO, Augusto C. - Joaquim dos Santos e Silva: um pioneiro português da Química moderna. In FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (Eds.) - **História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e o Brasil**. [s.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 207–227.

FREYE, Enno - Toxicity of *Datura Stramonium*. In **Pharmacology and Abuse of Cocaine, Amphetamines, Ecstasy and Related Designer Drugs**. Dordrecht: Springer, 2009. ISBN 978-90-481-2447-3.

FUNAYAMA, Shinji; CORDELL, Geoffrey A. – **Alkaloids: A Treasury of Poisons and Medicines**. [S.l.]: Elsevier, 2015. ISBN 978-0-12-417302-6.

GACHELIN, G. [et al.] – Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 01410768. 110:1 (2017a) 31–40.

GACHELIN, G. [et al.] - Evaluating Cinchona bark and quinine for treating and preventing malaria. **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 01410768. 110:2 (2017b) 73-82.

GAMA, José de Saldanha da - Biographia do Botanico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. XXXI (Parte Segunda, 1868) 137-305. ISSN: 2526-1347.

GANDRA, Manuel J. – **Subsídios para a bibliografia crítica das fontes e estudos respeitando à alquimia e disciplinas conexas em Portugal**. [Em linha]. [Consult. 21 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/16468515/iatroquimica-espagiria-e-remedios-de-segre-do-081>>.

GÄNGER, Stefanie - World Trade in Medicinal Plants from Spanish America, 1717–1815. **Medical History**. ISSN 0025-7273. 59:1 (2015) 44-62.

GÄNGER, Stefanie - **A Singular Remedy: Cinchona Across the Atlantic World, 1751–1820**. New York : Cambridge University Press, 2021. ISBN 978-1-108-84216-7.

GARCIA, João Carlos - Cartas de Bernardino de Barros Gomes a Jaime Batalha Reis. Nota para a História da Geografia em Portugal. **Finisterra**. 23:45 (1988) 116–126.

GARCÍA PEREDA, Ignacio - **Experts florestais: Os primeiros silvicultores em Portugal**. [s.l.]: Universidade de Évora. 2018. 307 p. Tese de doutoramento.

GARRETT, Almeida [António de] - Bernardino António Gomes. **Portugal Médico**. 8 (1923-24) CCLXV-CCLXXI.

GONZÁLEZ BUENO, Antonio - Mitos y leyendas en torno al descubrimiento de la utilidade terapêutica de las quinas. In VILLAR DEL FRESNO, Ángel & DOADRIO, Antonio L. (Ed.) - **Homenaje a Don César González Gómez. Las Quinas**. Real Academia Nacional de Farmacia, 2008. p. 37-49.

GOSS, Andrew - Quinine Science. In **The Floracrats: State-Sponsored Science and the Failure of the Enlightenment in Indonesia**. Madison : The University of Wisconsin Press, 2011. ISBN 978-0-299-24863-5. p. 33-58.

GOSS, Andrew - Building the world's supply of quinine: Dutch colonialism and the origins of a global pharmaceutical industry. **Endeavour**. ISSN 01609327. 38:1 (2014) 8–18. doi: 10.1016/j.endeavour.2013.10.002.

GRAMICCIA, Gabriele - **The Life of Charles Ledger (1818-1905): Alpacas and Quinine**. Houndmills [etc.] : Macmillan Press, 1988. ISBN 978-1-349-09949-8.

GREENWOOD, David – The quinine connection. **Journal of Antimicrobial Chemotherapy**. 30 (1992) 417-427.

GUERRA, F. – The introduction of Cinchona in the treatment of malaria. Part I. **The Journal of tropical medicine and hygiene**. ISSN 0022-5304. 80:6 (1977) 112-118.

GUERRA, Francisco – The introduction of Cinchona in the Treatment of Malaria. Part II. **The Journal of tropical medicine and hygiene**. 80:7 (1977) 135–140.

GUIMARÃES, Bráulio - **Padre Barros-Gomes: vítima da República: morto a tiro a 4 de Outubro de 1910 no Palácio de Arroios**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves - A arte de artificiar os vinhos. **DOURO - Estudos & Documentos**. VII:14 (2002) 197–213.

GUIMARÃES, Jorge – **Júlio Henriques. Nota Biográfica**. [Em linha]. Universidade de Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Departamento de Botânica. [Consult. 18 Out. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=4&language=pt&tabela=geral>>.

GUTIERREZ-GOLOMER, Leonardo - Confusions historiques à propos du quinquina. **Revue d'histoire de la pharmacie**. ISSN 0300-9513. 56:199 (1968) 187–190.

HAGGIS, A. W. - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona: Part I. **Bulletin of the History of Medicine**. ISSN 0007-5140. 10:3 (1941a) 417–459

HAGGIS, A. W. - Fundamental Errors in the Early History of Cinchona. **Bulletin of the History of Medicine**. ISSN 0007-5140. 10:4 (1941b) 568–592.

HEADRICK, Daniel R. - Health, Medicine, and the New Imperialism, 1830–1914. In **Power over Peoples: Technology, Environments, and Western Imperialism, 1400 to the Present**. Princeton : Princeton University Press, 2009. p. 226–256.

HENRIQUES, Julio H. - Adolfo F. Moller. **Broteria**. 21 (1924) 88–90.

HEROLD, Bernardo Jerosch — Bernardino Gomes, Pai e Agostinho Lourenço, precursores portuguesas da química dos alcalóides e dos polímeros sintéticos. In: **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio — até ao século XX**. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 1. 1986. p. 417-434.

HSU, Elisabeth – Reflections on the «discovery» of the antimalarial qinghao. **British journal of clinical pharmacology**. 61:6 (2006) 666–670. doi: 10.1111/j.1365-2125.2006.02673.x.

INFOMED – base de dados de medicamentos do Infarmed [Em linha]. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://extranet.infarmed.pt/INFOMED-fo/index.xhtml>>.

JARAMILLO-ARANGO, Jaime - A Critical Review of the Basic Facts in the History of Cinchona. **Botanical Journal of the Linnean Society**. ISSN 0024-4074. 53:352 (1949) 272–311.

JARCHO, Saul – **Quinine’s Predecessor: Francesco Torti and the Early History of Cinchona**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993. ISBN 0-8018-4466-5.

JOHNSON, Jonas T.; ROSEN, Clark A. – **Bailey’s Head & Neck Surgery**. **Otolaryngology**. 5th. ed. Baltimore and Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2014.

KACPRZAK, Karol Michał – Chemistry and Biology of Cinchona Alkaloids. In RAMAWAT, Kishan Gopal; MÉRILLON, Jean Michel (Eds.) – **Natural Products: Phytochemistry, Botany and Metabolism of Alkaloids, Phenolics and Terpenes**. [S.l.]: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2013. ISBN 9783642221446. p. 605–641.

KAUFMAN, Teodoro S.; RÚVEDA, Edmundo A. – The quest for quinine: Those who won the battles and those who won the war. **Angewandte Chemie - International Edition**. ISSN 1433-7851. 44:6 (2005) 854–885.

KEEBLE, T. W. - A Cure for the Ague: the Contribution of Robert Talbor (1642-81). **Journal of the Royal Society of Medicine**. ISSN 0141-0768. 90 (1997) 285–290.

KIPPLE, Kenneth F. (ed.) - **The Cambridge World History of Human Disease**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. ISBN 0-521-33286-9.

KLEIN, Wouter; PIETERS, Toine - The hidden history of a famous drug: Tracing the medical and public acculturation of Peruvian bark in early modern western Europe (c. 1650-1720). **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 14684373. 71:4 (2016) 400–421.

KONTZIAS, Apostolos – Hereditary Cryopyrin-Associated Periodic Syndromes (Cryopyrinopathies) [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em jan. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msmanuals.com/professional/pediatrics/hereditary-periodic-fever-syndromes/hereditary-cryopyrin-associated-periodic-syndromes-cryopyrinopathies>>.

LAÍN ENTRALGO, Pedro - **Historia de la medicina**. Barcelona: Salvat Editores S. A., 1978. ISBN 8434514184.

LANDEIRO, Fausto - A quina e os seus derivados. **Boletim Geral das Colónias**. XII:127 (1936) 29–87.

LEE, M. R. – Plants against malaria. Part 1: Cinchona or the Peruvian bark. **The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**. ISSN 1478-2715. 32:3 (2002) 189–196.

LEMOS, João Miranda – O Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Ed.) – **II Congresso «O Porto Romântico» - Actas**. Porto: CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes. Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2016a. p. 17-26.

LEMOS, João Miranda – José Pereira Reis: Lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Ed.) – **II Congresso «O Porto Romântico» - Actas**. Porto: CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes. Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2016b. p. 42-52.

LEMOS, Maximiano - **Historia da medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. Vol. 2. Lisboa: Manuel Gomes, 1899.

LOBO, Rita – Malária: estudo, combate e erradicação (1903-1958). In VELOSO, A. J. Barros; MORA, Luiz Damas; LEITÃO, Henrique (Ed.) – **Médicos e Sociedade: Para uma História da Medicina em Portugal no século XX**. Lisboa: By the Book, 2017. ISBN 978-989-8614-56-8. p. 413-423.

LOBO, Ana Rita Merelo – **A História da Malária em Portugal na Transição do Século XIX para o século XX e a Contribuição da Escola de Medicina Tropical de Lisboa (1902-1935)** [Em linha]. [S.l.]: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. 2012. 167 p. Tese de doutoramento. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/9677>>.

LOEB, Lori - Beating the flu: Orthodox and commercial responses to influenza in Britain, 1889-1919. **Social History of Medicine**. ISSN 0951631X. 18:2 (2005) 203–224. doi: 10.1093/sochis/hki030.

LOUREIRO, Ana Catarina Capelo – **Júlio Augusto Henriques: Pioneiro nas ideias evolucionistas em Portugal**. Universidade de Aveiro, 2007. Tese de Mestrado.

MACHADO, Diogo Barbosa - **Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Chronologica, na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compozeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente.** Tomo IV. Lisboa : Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

MACHADO, Virgílio - **O Doutor Bernardino Gomes (1768-1823): a sua vida e sua obra.** Lisboa: Portugalia, 1925.

MAEHLE, Andreas-Holger - **Drugs on Trial: Experimental Pharmacology and Therapeutic Innovation in the Eighteenth Century.** Leiden, The Netherlands: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-33329-1.

MAGNER, Lois M. - **A history of Medicine.** 2ª Ed. Boca Raton [etc]: Taylor & Francis Group, 2005. ISBN 0-8247-4074-2.

MARIE, Chelsea; PETRI JR., William A. – **Fascioliasis (Common Liver Fluke Infection; Sheep Liver Fluke Infection)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em ago. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msdmanuals.com/professional/infectious-diseases/trematodes-flukes/fascioliasis>>.

MELO, J. S. S. – Moléculas com história foto(química). **Química - Boletim da SOCIEDADE PORTUGUESA DE QUÍMICA.** 100 (2006) 57-61.

MESHNICK, Steven R.; DOBSON, Mary J. - The History of Antimalarial Drugs. In ROSENTHAL, P. J. (Ed.) - **Antimalarial Chemotherapy: Mechanisms of Action, Resistance, and New Directions in Drug Discovery.** Totowa, NJ : Humana Press Inc., 2001. ISBN 978-0-89603-670-3. p. 15–25.

MOORE, Thomas A. - Agents Used to Treat Parasitic Infections. In LOSCALZO, Joseph [et al.] (Eds.) - **Harrison's Principles of Internal Medicine,** 21e [Em linha]. New York, NY : McGraw-Hill Education, 2022. [Consult. 13 abr. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1190519379>>.

MOTTA, Eduardo Augusto – Para a historia da sciencia: A reivindicaçaõ da descoberta da quinina para Bernardino António Gomes (pae), pelo Dr.Eduardo Augusto Motta (1901). **Revista de Chimica Pura e applicada.** 7:10 (Outubro de 1911) 302- 307.

NAIR, K. P. Prabhakaran - Cinchona (Cinchona sp.). In **The Agronomy and Economy of Important Tree Crops of the Developing World.** [S.l.]: Elsevier, 2010. ISBN 9780123846778. p. 111–129.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 10219, Emetine** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/10219>>.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 460, Guaiacol** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/460>>.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 101616, Lobeline** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/101616>>.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 5333, Sulfanilamide** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 18 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/Sulfanilamide>>.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 5429, Theobromine** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/5429>>.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 5380394, Veratrine** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/5380394>>.

NIETO OLARTE, Mauricio - **Remedios para el imperio: historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo**. 2ª ed. Bogotá : Universidad de Los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Historia, Centro de Estudios Socioculturales e Internacionales - CESO: Ediciones Uniandes, 2006. ISBN 978-958-695-253-8.

NUNN, Nathan; QUIAN, Nancy – The Columbian Exchange: A History of Disease, Food and Ideas. **Journal of Economic Perspectives**. ISSN 0895-3309. 24:2 (2010) 163-188.

OAKS JR., Stanley C. [et al.](Ed.) - **Malaria: Obstacles and Opportunities**. Washington, D.C. : National Academy Press, 1991. ISBN 0-309-54389-4.

OLIVEIRA, Alfredo Ricardo Marques de; SZCZERBOWSKI, Daiane - Quinina: 470 anos de História, Controvérsias e Desenvolvimento. **Química Nova**. 32:7 (2009) 1971–1974.

ORAL REGIMENS for treatment of *Plasmodium falciparum* malaria in pregnant women [Em linha]. UpToDate, Inc. e/ou seus afiliados, 2023. [Consult. 14 de mar. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.uptodate.com/contents/image/print?imageKey=ID%2F52058>>.

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - **Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos** [Em linha]. Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, 2012-2018. [Consult. 12 jul 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://cdfarmaceutica.wixsite.com/cdf-of/jornal-sindicato-nacional-farmaceut>>.

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - **Revista Portuguesa de Farmácia** [Em linha]. Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, 2012-2018. [Consult. 3 ago 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://cdfarmaceutica.wixsite.com/cdf-of/revista-portuguesa-farmacia>>.

ORIENTAÇÃO da DGS Nº 008/2017.

OXFORD DICTIONARY OF BIOCHEMISTRY AND MOLECULAR BIOLOGY – Carr-Price reaction [Em linha]. Oxford University Press, 2023. [Consult. 19 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803095551852>>.

PEARSON, Richard D. – **African Trypanosomiasis (African Sleeping Sickness)** [Em linha]. Rahway: Merck & Co, Inc., revisto em nov. 2022; modificado em set. 2022 [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.msmanuals.com/professional/infectious-diseases/extraintestinal-protozoa/african-trypanosomiasis>>.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – Liturgia higienista no século XIX. Pistas para um estudo. **Revista de História das Ideias**. 15 (1993) 437–559.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — Bernardino António Gomes, Pai (1768-1823). O isolamento do cinchonino. **In Vivo. Revista Mensal de Saúde**. 2:6 (2001) 44-45.

PHARMAKA: Revista de Farmácia. Ficha Bibliográfica [Em linha]. Ordem Farmacêuticos, 2012-09-03T22:51:06 [Consult. 3 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cdf.pt/web3/ODF/Lote1/CDF-HEM-PHK/CDF-HEM-PHK-001/globalItems.html>>.

PHILIP, Kavita - Imperial Science Rescues a Tree: Global Botanic Networks, Local Knowledge and the Transcontinental Transplantation of Cinchona. **Environment and History**. ISSN 1752-7023. 1 (1995) 173-200.

PIMENTEL, J. Cortez – Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. **Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa**. 138:8 (Outubro, 1974) 659-717.

PINA, Luiz de - A Água de Inglaterra em Angola. **Jornal do Médico**. 1:1 (1940) 5–6.

PINTO, Hédio de Jesus Ferreira de Oliveira - **Jacob de Castro Sarmiento e o Conhecimento Médico e Científico do século XVIII**. [S.l.]: Universidade Nova de Lisboa. 2015. 171 p. Tese de doutoramento.

PITA, João Rui – Artigos de interesse sócio-farmacêutico publicados no «Notícias Farmacêuticas» no «Boletim da Escola de Farmácia» e no «Boletim da Faculdade de Farmácia» da Universidade de Coimbra, 1934-1974. **Medicamento, história e sociedade**. Nova Série. 1:2 (1993) 6–12.

PITA, João Rui - **Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)**. Coimbra: Livraria Minerva, 1996.

PITA, João Rui – A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII. **Mare Liberum**. ISSN 0871-7788. 17 (1999a) 197-228.

PITA, João Rui – Um livro com 200 Anos: a Farmacopeia Portuguesa. **Revista de História das Ideias**. 20 (1999b) 47–100.

PITA, João Rui - **História da Farmácia**. 2ª Ed. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. ISBN 972-8318-39-39-1.

PITA, João Rui - Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Publicação do Preservativo das Bexigas. **Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI**. 16 (2002) 45-51.

PITA, João Rui - O Notícias Farmacêuticas e o retrato da profissão farmacêutica em Portugal. **Estudos do Século XX**. 7 (2007) 271–287.

PITA, João Rui – **A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

PITA, João Rui – O Código Pharmaceutico Lusitano (1835), a segunda farmacopeia oficial portuguesa. In **Código Pharmaceutico Lusitano (Facsimile)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. ISBN 978-989-26-1081-8.

PITA, João Rui - A Pharmacopêa Portugueza de 1876: a terceira farmacopeia oficial portuguesa. In **Pharmacopêa Portugueza (Facsimile da edição oficial)**. Coimbra : Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra: Bluepharma - Indústria Farmacêutica, 2016. ISBN 978-989-26-1264-5.

PITA, João Rui – Farmácia, medicamento e sociedade: história da farmácia e do medicamento em Portugal (séculos XIX-XXI). In: PEREIRA, André Dias; PITA, João Rui (Coords.) — **Direito da farmácia, do medicamento e das novas tecnologias**. Coimbra: Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022. p. 5-42.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Farmácia e saúde em Portugal: de finais do século XVIII a inícios do século XIX. In FORMOSINHO, Sebastião J.; BURROWS, Hugh D. (Eds.) – **Sementes de Ciência. Livro de Homenagem António Marinho Amorim da Costa**. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 205–232.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**. 14:1 (2012) 227-268.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Ciência e Império: Alimentos, Medicamentos e Venenos no Periódico *Notícias Farmacêuticas* (1930-1950). In DIOGO, Maria Paula; AMARAL, Isabel Maria (Eds.) – **A outra face do Império: Ciência, tecnologia e Medicina (Sécs. XIX e XX)**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. ISBN 978-989-689-288-3. p. 49–63.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Farmácia e medicamento em Portugal. Temas históricos relevantes (1850-1950). In: LOUREIRO, João; PEREIRA, André Dias; BARBOSA, Carla (Coords.) – **Direito da Saúde. Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Guilherme de Oliveira. Objeto, Redes e Sujeitos**. Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina AS, 2016. p. 131-154.

PITA, João Rui; BELL, Victoria - Da Pharmacoepa Lusitana à Farmacoepia Portuguesa: Uma viagem pela história do livro farmacêutico (sécs. XVIII-XXI). In ANDRADE, António Manuel Lopes; CARRINGTON, Maria Cristina (Coords.) - **Do manuscrito ao livro impresso I**. Aveiro, Coimbra : UA Editora - Universidade de Aveiro/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 279–311.

PITA, João Rui Couto da Rocha - **A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico**. [S.l.] : Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra. 1995. 2 vols e Anexos. 570 p. Tese de doutoramento.

PITA, J. R. - Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. [Em linha]. **Mneme - Revista de Humanidades**. 10:26 (2010) 91-102. [Consult. 9 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/10>>.

PEREIRA, Rafael Caldas; NONATO, Carla de Fátima Alves; CAMILO, Cicera Janaine; COUTINHO, Henrique Douglas Melo; RODRIGUES, Fabíola Fernandes Galvão; XIAO, Jianbo; COSTA, José Galberto Martins da – Development and validation of a rapid RP-HPLC-DAD analysis method for the quantification

of pilocarpine in *Pilocarpus microphyllus* (Rutaceae). **Food and Chemical Toxicology**. 119 (2018) 106-111. ISSN 0278-6915. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.fct.2018.05.023>.

PORTO EDITORA – *ocitócico* no **Dicionário infopédia de Termos Médicos** [Em linha]. Porto: Porto Editora. [Consult. 8 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/ocitócico>>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional - **Exposição de Obras Antigas e Revistas Portuguesas de Farmácia**. [Em linha]. Lisboa: B. N., 1972. [Consult. 14 set. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/203>>.

POWO – *Cinchona lancifolia* **Mutis** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew. [Consult. 30 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:746806-1#bibliography>>.

POWO – *Cinchona pubescens* **Vahl** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 30 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:746872-1#bibliography>>.

POWO – *Exostema caribaeum* (**Jacq.**) **Schult** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 25 Fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1125915-2>>.

POWO – *Ladenbergia macrocarpa* (**Vahl**) **Klotzsch** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 17 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1215741-2>>.

POWO – *Ladenbergia oblongifolia* (**Humb. ex Mutis**) **L.Andersson** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 25 Fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:1106418-2>>.

POWO – *Solenandra sanctae-luciae* (**Kentish**) **Paudyal & Delprete** [Em linha]. Kew: Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens, Kew, 2023 [Consult. 25 Fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:77187956-1>>.

PUERTO SARMIENTO, Javier - La quina: el Palo Indomable. Aspectos Científicos y Disputas Personales en el Fracaso del Monopolio Español de la Quina durante el Siglo XVIII. In VILLAR DEL FRESNO, Ángel; L. DOADRIO, Antonio (Ed.) - **Homenaje a Don César González Gómez. Las Quinas**. Real Academia Nacional de Farmacia, 2008. p. 50-61.

PULLMAN T. N., ALVING A. S. – Pentaquine (SN-13,276) a new antimalarial effective in reducing the relapse rate of vivax malaria. **Proceedings [of the] annual meeting. Central Society for Clinical Research (U.S.)**. 19 (1946) 83.

REBELO-DE-ANDRADE, Helena; FELISMINO, David - A pandemia de gripe de 1918-1919: um desafio à ciência médica no princípio do século XX. **Ler História**. 73:2018) 67–92. doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4070>.

RESULTADOS das observações que se tem feito sôbre as virtudes da casca da «Portlandia hexandra» chamada Quina do Brasil. (Do volume de «Manuscritos de Bernardino António Gomes, médico da Armada e Capitão de Fragata graduado – 1798-1808». Oferecido pelo P.^o Bernardino Barros Gomes, neto do autor, ao Instituto Botânico da Universidade de Coimbra – 1910). Transcrição do Professor Doutor Feliciano Guimarães. **Arquivos de Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental**. 1 (1931) 77-85.

RIBEIRO, José Silvestre – **Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia**. Tomo XI. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883.

RODRIGUES, João Paulo Barrigão - **O Jornal de Coimbra: subsídios para o estudo do primeiro jornal português de Higiene e Saúde Pública**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. Tese de Mestrado.

RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir.) - **Memoria Professorum Universitatis Coninbrigensis 1772-1937**. Vol. 2. Coimbra : Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992. ISBN 972-594-069-5.

ROYAL COLLEGE OF PHYSICIANS – **George Bate** [Em linha]. London: RCP Museum, 2019. [Consult. 24 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://history.rcplondon.ac.uk/inspiring-physicians/george-bate>>.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos - Das memórias do Arco do Cego: Divulgação Científica na America portuguesa do século XVIII. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**. 12:1 (2008) 207-225. doi: 10.4025/dialogos.v12i1.13

SANTOS, Nadja Paraense dos; PINTO, Angelo C. - «A Mata é a sua Farmácia» - A Pesquisa de Plantas Brasileiras para o Combate de Doenças Tropicais no Século XIX. **Revista Virtual de Química**. ISSN 1984-6835. 4:2 (2012) 162–172.

SEMEDO, Maria Guilherme – **Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2016-9>.

SEMEDO, Maria Guilherme; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a análise química das quininas. **Revista CEPIHS**. 10 (2020) 499–518.

SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui – L'isolement de la cinchonine par Bernardino António Gomes (1768-1823) et l'importance de la science française dans la diffusion de sa découverte. **Revue d'histoire de la pharmacie**. LXVIII:408 (2020) 423–432.

SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui – Quina e quinina: descoberta, difusão e influência na saúde pública. In CORDEIRO, António M. Rochette; DIAS-TRINDADE, Sara; SEBASTIÃO, Dina (Eds.) - **Diálogos Multidisciplinares: investigação em perspetiva**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. ISBN 978-989-26-2020-6. p. 277–290.

SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – Bernardino António Gomes (1768-1823) e a investigação química sobre a quina. In MALAQUIAS, Isabel; OLIVEIRA, João (Eds.) – **A Evolução da Química: Impactos na Sociedade 1º Encontro Nacional de História da Química**. [S.l.]: UA Editora Universidade de Aveiro Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia, 2021. ISBN 978-972-789-705-6. p. 27–33.

SEMEDO, Maria Guilherme [et al.]- Quinine in Otolology and Neurotology: Ototoxicity and Historic Role in Therapy. **Otology & Neurotology**. ISSN 1531-7129. 42:1 (2021) 145–152. doi: 10.1097/MAO.0000000000002809.

SEMEDO, M.; PITA, J. – Cinchona bark and its alkaloids in the 4th Portuguese official pharmacopoeia. In **13th International Symposium on Pharmaceutical Sciences (ISOPS-13)**. Ankara, Turkey: Ankara University Faculty of Pharmacy, 2021.

SEMEDO, M. G.; PEREIRA, A. L.; PITA, J. R. - The influence of German science on *Cinchona* and quinine research in Portugal in the second half of the 19th century. **Die Pharmazie**. 76:8 (2021) 396–402. doi: <https://doi.org/10.1691/ph.2021.1050>.

SEMEDO, M. G.; PITA, J. R.; PEREIRA, A. L. – Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) e a Água de Inglaterra. **Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI**. 35 (2021) 31–36.

SEMEDO, Maria Guilherme; PITA, João Rui - Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e a água de Inglaterra no tratamento da histeria. In PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Eds.) - **História Interdisciplinar da Loucura, Psiquiatria e Saúde mental — XII**. Coimbra: Sociedade de História Interdisciplinar da Saúde, 2022. ISBN 978-989-54537-9-5. p. 490–495.

SEMEDO, M. G.; PEREIRA, A. L.; PITA, J. R. - Cinchona bark and quinine in the Portuguese official pharmacopoeias (1794–2001). **Pharmazie**. 77 (2022) 278–285. doi:<https://doi.org/10.1691/ph.2022.2034>.

PITA, João Rui; SEMEDO, Maria Guilherme; PEREIRA, Ana Leonor – Two Centuries since the Isolation of Cinchonine: Bernardino António Gomes's Networks (1768-1823). In BARROSO, Maria do Sameiro; DUFFIN, Christopher John; SILVA, João Alcindo Martins e (Eds.) – **Insights into Portuguese Medical**

History: From the Birth of the Art of Asclepius. Newcastle upon Tyne : Cambridge Scholars Publishing, 2022. ISBN 1-5275-8831-9. p. 436–448.

SHERMAN, Irwin W. – **Magic Bullets To Conquer Malaria: From Quinine to Qinghaosu.** Washington, DC: ASM Press, 2011.

SILVA, A. C. Correia da – Subsídios para a história da imprensa farmacêutica portuguesa. **Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.** 34 (1974) 79–141.

SILVA, Ana Margarida Dias da; GOUVEIA, António Carmo - A Permuta de Periódicos Científicos e a Difusão do Conhecimento Botânico: O exemplo do 'Boletim da Sociedade Broteriana' na construção da biblioteca de botânica da Universidade de Coimbra (1883-1920). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science.** 7:1 (jan.-abr. 2018) 84-123. DOI <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2018v7i1.p84-123>. ISSN 2238-8869.

SILVA, Antonio de Moraes e – **Diccionario da Lingua Portugueza recopilado de todos os impressos até o presente.** [Em linha]. Tomo Primeiro. A=F. Terceira edição, mais correcta e acrescentada de cinco para seis mil artigos, que levão este sinal * extrahidos dos Authores Classicos Portuguezes, com disvello e curiosidade. Lisboa: Typographia de M.P. de Lacerda, 1823. [Consult. 22 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>>.

SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil.** [Em linha]. Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. [Consult. 20 Nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008952&bbm/5430#page/6/mode/2up>>.

SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil** [Em linha]. Tomo Terceiro. Lisboa : Imprensa Nacional, 1859. [Consult. 10 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008954&bbm/5423#page/6/mode/2up>>.

SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil** [Em linha]. Tomo Quarto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. [Consult. 18 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://archive.org/details/bub_gb_HIHRyg50fbIC/page/n315/mode/2up>.

SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil** [Em linha]. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. [Consult. 12 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008956&bbm/5437#page/58/mode/2up>>.

SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brasil.** [Em linha]. Tomo Sexto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. [Consult. 12 Dez. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008957&bbm/5415#page/6/mode/2up>>.

SILVA, Innocencio Francisco da - **Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brasil.** [Em linha]. Tomo Oitavo (Primeiro do suplemento) A-B. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. [Consult. 15 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008959&bbm/5426#page/6/mode/2up>>.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da - **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779- 1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia.** [s.l.]: Universidade Nova de Lisboa. 2015. 395 p. Tese de doutoramento.

SILVA, J. Ramos e — No Rio de Janeiro comemorou-se o 2º centenário de Bernardino António Gomes. **O Médico.** Nova série. 51:929 (1969) 773.

SILVA, Pedro José da - **História da Pharmacia Portugueza desde os primeiros séculos da monarchia até ao presente.** 3 memórias. Lisboa: Tip. Franco-Portugueza, 1866-1868. Terceira memória. **Principaes factos da Pharmacia Portugueza nos seculos passados,** 1868.

SKINNER, Henry Alan - **The Origin of Medical Terms.** 2ª ed. Baltimore : Williams & Wilkins, 1961.

SMITH, Dale C. – Quinine and fever: The Development of the Effective Dosage. **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences.** ISSN 00225045. 31:3 (1976) 343–367. doi: 10.1093/jhmas/XXXI.3.343.

SNEADER, Walter - **Drug Discovery. A History.** Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2005. ISBN 13 978-0- 471-89979-2.

SOUSA, Micaela Figueira de; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — Farmácia e medicamentos em Portugal em meados do século XX. O papel da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (1940). **CEM. Cultura, Espaço & Memória.** 5 (2014) 11-26.

SUBTIL, Carlos – **Bernardino António Gomes: Ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura.** Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2017. ISBN 426240/17.

TELLES, João José de Sousa – **Reflexões ácerca da pharmacopêa do dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto: pharmacopêa legal.** Lisboa : [Imprensa Silviana], 1856.

VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch; PIETERS, Toine - Science in the service of colonial agro-industrialism: The case of cinchona cultivation in the Dutch and British East Indies, 1852-1900. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences.** ISSN 13698486. 47 (2014) 12–22. doi: 10.1016/j.shpsc.2014.05.019.

VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch; PIETERS, Toine - Science, industry and the colonial state: a shift from a German- to a Dutch-controlled cinchona and quinine cartel (1880–1920). **History and Technology**. ISSN 0734-1512. 31:1 (2015) 2–36.

VAN DER HOOGTE, Arjo Roersch; PIETERS, Toine - Quinine, Malaria, and the Cinchona Bureau: Marketing Practices and Knowledge Circulation in a Dutch Transoceanic Cinchona-Quinine Enterprise (1920s-30s). **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**. ISSN 14684373. 71:2 (2016) 197–225. doi: 10.1093/jhmas/jrv009.

VANEGAS, Ana María Mesa - Historical perspective of antimalarials of natural origin. **Anales de la Real Academia Nacional de Farmacia**. 83:2 (2017) 167–174.

VANNIER, Edouard; GELFAND, Jeffrey A. - Babesiosis. In LOSCALZO, Joseph [et al.](Eds.) - **Harrison's Principles of Internal Medicine**. 21 ed. [Em linha]. New York, NY: McGraw-Hill Education, 2022. [Consult. 13 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1198225965>>.

VARELA, Alex Gonçalves - “**Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português**”: **Filósofo Natural e Homem Público - Uma Análise das Memórias Científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)**. Campinas-São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 2001. Tese de mestrado.

VELLOSO, Verônica Pimenta; MADUREIRA, Francisco José Chagas - **Escola de Cirurgia da Bahia**. [Em linha]. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). [Consult. 10 jul. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm>>.

VIEIRA, Domingos – **Grande Dicionario Portuguez: ou, Thesouro da Lingua Portugueza**. [Em linha]. Volume 1. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. [Consult. 14 jan. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://play.google.com/books/reader?id=OrFCAQAAMAAJ&pg=GBS.PR4&hl=pt>>.

VINHO **Quinado Ramos Pinto** [Em linha]. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.lojadovinho.com/pt/loja/vinhos-generosos/vinho-do-porto-tawny/vinho-quinado-ramos-pinto>>.

VOLF, Elie - Les travaux de Samuel Hahnemann sur l'écorce de quinquina et l'homéopathie. **Revue d'histoire de la Pharmacie**. LXIX:409 (2021) 91–93.

WALKER, Kim; NESBITT, Mark - **Just the Tonic: A Natural History of Tonic Water**. Kew: Kew Publishing Royal Botanic Gardens, Kew, 2019. ISBN 978 1 84246 689 6.

WALKER, Timothy D. - The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). **Social History of Medicine**. ISSN 0951-631X. 26:3 (2013) 403–431. doi: 10.1093/shm/hkt010.

WEATHERALL, M- **In search of a cure: A history of Pharmaceutical Discovery**. Oxford [etc.] : Oxford University Press, 1991. ISBN 0-19- 261747-8.

WEBB JR., James L. A. - **Humanity's Burden. A Global History of Malaria**. Cambridge : Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0-521-67012-8.

WELLS, Julia M. - Quinine, Whisky, and Epsom Salts: Amateur Medical Treatment in the White Settler Communities of British East and South-Central Africa, 1890–1939. **Social History of Medicine**. 33:2 (2020) 586–603. doi: <https://doi.org/10.1093/shm/hky099>.

WFO – **Cinchona L.** [Em linha]. 2023 [Consult. 12 abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.worldfloraonline.org/taxon/wfo-4000008324>>.

WHITE, Nicholas J.; ASHLEY, Elizabeth A. - Malaria. In LOSCALZO, Joseph [et al.](Eds.) - **Harrison's Principles of Internal Medicine**. 21 ed. [Em linha]. New York, NY : McGraw-Hill Education, 2022. [Consult. 13 abr. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<http://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?aid=1198225884>>.

WHO Guidelines for malaria, 14 March 2023. Geneva : World Health Organization, 2023.

WICHELHAUS, H. (Ed.) - **Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft**. [Em linha]. Vol. 6. Berlin: Friedländer [in Komm.], 1873. [Consult. 9 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/2972326>>.

WILLCOX, Merlin - Improved traditional phytomedicines in current use for the clinical treatment of malaria. **Planta Medica**. ISSN 00320943. 77:6 (2011) 662–671. doi: 10.1055/s-0030-1250548.

World malaria report 2022. Geneva : World Health Organization, 2022. ISBN 978-92-4-006489-8.

7. Apêndices e anexos

APÊNDICES

LISTAS DOS MEDICAMENTOS COM DROGAS AMERICANAS OU PRODUTOS DELAS DERIVADOS NAS FARMACOPEIAS OFICIAIS PORTUGUESAS⁴⁰⁸²

Lista 1. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados na *Pharmacopeia Geral* (1794)

1. AGUA DE CAL COMPOSTA
2. AGUA DE CAL COM QUINA
3. COZIMENTO DE GUAIAICO COMPOSTO; (ou Cozimento dos Lenhos.)
4. COZIMENTO DE QUINA COMPOSTO; (ou Cozimento antifebril.)
5. COZIMENTO DE SALSAPARRILHA
6. COZIMENTO DE SALSAPARRILHA COMPOSTO
7. ELECTUARIO OPIADO; (ou Theriaga.)
8. EMPLASTRO DE LADANO; (ou Emplastro stomachico.)
9. Extracto de GUAIAICO
10. EXTRACTO DE JALAPPA
11. Extracto de PAO DE QUASSIA
12. Extracto de QUINA
13. INFUSÃO FRIA DE QUINA
14. INFUSÃO FRIA DE QUASSIA
15. OLEO ESPESSO DE CACAO; (ou Manteiga de Cacáo.)
16. PILULAS ETHIOPICAS
17. POS D'IPECACUANHA COM OPIO; (ou Pós de *Dover*, ou sudoriferos.)
18. RESINA DE JALAPPA
19. TINTURA DE BALSAMO PERUVIANO
20. TINTURA DE BEIJOIM COMPOSTA; (ou Balsamo Catholico, traumatico, ou vulnerario.)
21. TINTURA DE GUAIAICO; (ou Elixir Guaiacino.)
22. TINTURA DE GUAIAICO AMMONIACAL; (ou Elixir Guaiacino volatil.)
23. TINTURA DE JALAPPA
24. TINTURA DE MYRRHA COMPOSTA; (ou Tintura gingival balsamica.)
25. TINTURA DE QUINA COMPOSTA; (ou Essencia antiseptica *d'Huxham*.)
26. TINTURA DE SENNE COMPOSTA; (ou Elixir de saude.)
27. TROCISCOS DE ALÇAÇUZ COM OPIO
28. VINHO DE HERVA SANTA; (ou de Nicociana, ou de Tabaco.)

⁴⁰⁸² A grafia dos nomes dos medicamentos corresponde à grafia original de cada farmacopeia. A formatação é também a original de cada farmacopeia.

29. VINHO DE IPECACUANHA
30. VINHO DE QUINA COMPOSTO; (ou Vinho amargo.)
31. UNGUENTO DE ELEMI; (ou Balsamo de Arceu.)
32. XAROPE DE BALSAMO PERUVIANO; (ou Xarope balsamico.)

Lista 2. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados no *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1835)

1. Alcooleo de Resina de guaiaco
2. Alcooleo de Balsamo de Tolú
3. Alcooleo de Balsamo de copahú
4. Alcooleo de Resina de jalapa
5. Alcooleo de Cascarilha
6. Alcooleo de Contraierva
7. Alcooleo de quinina
8. Alcooleo de quina composto. *Essencia antiseptica d'Huxham; Tintura de quina comp.*
9. Alcoholato ammoniacal aromatico. *C. Espirito volatil aromatico oleoso.*
10. Ammonialcooleo de guaiaco. *Tintura de guaiaco ammoniacal ou volatil.*
11. Arrobe antisyphilitico.
12. Cataplasma de quina camforada. *Cataplasma anticeptica.*
13. Cinchonina
14. Decocto de guaiaco composto. *C. de Lenhos.*
15. Decocto de quina composto. *Cozimento antifebril.*
16. Decocto de rathania
17. Decocto de salsaparrilha.
18. Decocto de salsaparrilha composto.
19. Emplastro de Laudano. *E. estomaguico da Ph. de Pinto.*
20. Looek d'amido
21. Electuario opiado. *Theriaga reformada.*
22. Electuario de quina antimoniado.
23. Eléo-lato de sassafras. *Oleo de sassafras.*
24. Éleo-infuso de nicociana
25. Éleo-infuso de stramonio
26. Emetina
27. Emplastro aromatico
28. Emulsão de resina de jalapa.
29. Extractos das cabeças recentes do stramonio
30. Extracto de *rhus radicans*
31. Extractos d'Angustura
32. Extractos (C.) de Cascarilha
33. Extractos (Lenho) Quassia
34. Extractos (F.) Simarruba
35. Extracto de Salsa-parrilha
36. Extracto de quina (aquoso). *Extracto sêco de quina. Sal essencial de quina, de Lagaraye, etc.*
37. Extracto de quina (por decocção).
38. Extracto de stramonio
39. Extracto alcoolico de guaiaco. *Resina de guaiaco. Guaycina.*

40. Resina ou Extracto alcoolico de jalapa.
41. Extracto alcoolico de quina.
42. Extracto hydalcoolico de ratanhia
43. Extracto hydalcoolico do *Rhus radicans*
44. Extracto hydalcoolico do *Rhus Toxicodendron*
45. Extracto hydalcoolico de salsa-parrilha.
46. *Hydroleo* de salsa-parrilha
47. Alcooleo de salsa-parrilha
48. Extracto hydalcoolico de serpentaria.
49. Extracto emplastrico de beladona
50. Geléa de musgo islandico com quina
51. Hydralcooleo [de] Jalapa
52. Hydralcooleo [de] Ipecacuanha
53. Hydralcooleo [de] Guaiaco
54. Hydralcooleo [de] Quina
55. Hydro-ferro cyanato de quinina
56. Hydro-infuso d'ipecacuanha composto.
57. Hydro-infuso de quassia a frio.
58. Hydro-infuso de quina a frio
59. Mistura d'emetina, ou vomitiva.
60. Mucilagem de tapioca
61. Oleo-concreto de cacáo. *Manteiga de cacáo.*
62. Oino-infuso de quina. *Vinho de quina.*
63. Oino-infuso de quina composto. *Vinho de quina composto.*
64. Oino-soluto de quinina. *Vinho de quinina.* #
65. Pastilhas d'ipecacuanha.
66. Pilulas de balsamo de cupaiva.
67. Pilulas de proto-chlorureto de mercurio compostas.
68. Pommada mercurial preparada com a manteiga de cacáo.
69. Pós d'ipecacuanha com opio. *Pós de Dower.*
70. Pós de sulfureto d'estanho compostos.
71. Quinina.
72. Sulfato de cinchonina.
73. Sulfato de quinina.
74. *xarope de quinina*
75. Xarope balsamico.
76. Xarope de balsamo tolutano
77. Xarope d'ipecacunha. [sic]
78. Xarope de quina.
79. Xarope de salsa-parrilha.
80. Xarope sudorifico de *Cuisinier* reformado.

Há uma fórmula alternativa para a preparação do *Vinho de quinina*

Lista 3. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados no *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1836)

1. Alcooleo de Cascarilha
2. Alcooleo de Contraherva
3. Alcooleo de Balsamo de Tolú
4. Alcooleo de Balsamo copahú
5. Alcooleo de Resina de jalapa
6. Alcooleo de Resina de guaiaco
7. Alcooleo de salsa-parrilha
8. Acetato de veratrina
9. Alcoolato ammoniacal aromatico. *C. Espirito volatil aromatico oleoso.*
10. Alcooleo de quina composto. *Essencia antiseptica d'Huxham; Tintura de quina comp.*
11. Alcooleo de quinina
12. Ammonialcooleo de guaiaco. *Tintura de guaiaco ammoniacal ou volatil.*
13. Arrobe antisyphilitico.
14. Cinchonina.
15. Decocto de quina composto. *Cosimento antifebril*
16. Decocto de rathania
17. Decocto de salsaparrilha.
18. Decocto de salsaparrilha composto.
19. Decocto de guaiaco composto. *C. de Lenhos.*
20. Electuario opiado. *Theriaga reformada Ph. G.*
21. Hydralcooleo [de] Jalapa
22. Hydralcooleo [de] Ipecacuanha
23. Hydralcooleo [de] Guaiaco
24. Hydralcooleo [de] Quina
25. *Hydroleo* de salsa-parrilha
26. Cataplasma de quina camforada. *Cataplasma antiseptica.*
27. Electuario de quina antimoniado.
28. Electuario de balsamo de cupaiva. *E. balsamico Plenk.*
29. Emplasto de Labdano. *E. estomaquico da Ph. de Pinto.*
30. Emulsão de resina de jalapa.
31. Eléolato de sassafráz. *Oleo de sassafráz.*
32. Eleóleo de nicociana
33. Eleóleo de stramonio
34. Emplasto aromatico
35. Emetina.
36. Extractos d'Angustura
37. Extractos das cabeças recentes do stramonio.
38. Extracto de *rhus radicans.*
39. Extractos (C.) de Cascarilha

40. Extractos (Lenho) Quassia
41. Extractos (F.) Simarruba
42. Extracto de Salsa-parrilha
43. Extracto de quina (aquoso). *Extracto sêco de quina. Sal essencial de quina, de Lagaraye, etc.*
44. Extracto de quina (por decocção).
45. Extracto de stramonio. V. M. *Marcet.*
46. Extracto alcoolico de guaiaco. *Resina de guaiaco. Guaycina.*
47. Resina ou Extracto alcoolico de jalapa.
48. Extracto alcoolico de quina.
49. Extracto hydalcoolico de ratanhia
50. Extracto hydalcoolico do *Rhus radicans*
51. Extracto hydalcoolico do *Rhus Toxicodendron*
52. Extracto hydalcoolico de salsa-parrilha. *Beral.*
53. Extracto hydalcoolico de serpentaria.
54. Extracto emplastrico de beladona
55. Geléa de musgo islandico com quina
56. Hydro-ferro-cyanato de quinina.
57. Hydro-infuso d'ipecacuanha composto.
58. Hydro-infuso de quassia a frio.
59. Hydro-infuso de quina a frio
60. Hydróleo d'emetina, ou vomitivo. Mg. *Mistura vomitiva.*
61. Loock d'amido
62. Mucilagem de tapioca
63. Oino-infuso de quina. *Vinho de quina.*
64. Oino-infuso de quina composto. *Vinho de quina composto.*
65. Oino-soluto de quinina. *Vinho de quinina.*
66. Oleo-concreto de cacáo. *Manteiga de cacáo.*
67. Pastilhas de balsamo de Tolu. Balsamo de Tolu sêco.
68. Pastilhas d'ipecacuanha.
69. Pilulas de balsamo de cupaiva.
70. Pilulas ethiopicas.
71. Pilulas de proto-chlorureto de mercurio compostas.
72. Pilulas de proto-iódureto de mercurio.
73. Pilulas de sulfureto de potassa. [*Willan; e Dr. Páris*]
74. Pilulas de Terebenthina mercuriaes. P. *contra a tenia d'Augustin, e Huffeland.*
75. Pomada mercurial preparada com a manteiga de cacáo.
76. Pós de sulfureto d'estanho compostos.
77. Pós d'ipecacuanha com opio. *Pós de Dower.*
78. Quinina.
79. Salsaparina
80. Sulfato de cinchonina.
81. Sulfato de quinina.

82. Sulfato de veratrina
83. Tartrato de veratrina
84. Veratrina
85. Xarope de Balsamo de Tolú.
86. Xarope de balsamo Peruviano
87. Xarope d'ipecacuanha.
88. Xarope de quina.
89. *xarope de quinina*
90. Xarope de salsa-parrilha.
91. Xarope sudorífico de *Cuisinier* reformado.

Lista 4. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados no *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1841)

1. Acetato de veratrina
2. Alcoolato ammoniacal aromatico. *C. Espirito volatil aromatico oleoso.*
3. Alcooleo de Balsamo de Tolú
4. Alcooleo de Balsamo copahú
5. Alcooleo de Cascarilha
6. Alcooleo de Contraherva
7. Alcooleo de quina composto. *Essencia antiseptica d'Huxham; Tintura de quina comp.*
8. Alcooleo de quinina
9. Alcooleo de Resina de jalapa
10. Alcooleo de Resina de guaiaco
11. Alcooleo de salsa-parrilha
12. Ammonialcooleo de guaiaco. *Tintura de guaiaco ammoniacal ou volatil.*
13. Arrobe antisyphilitico.
14. Cataplasma de quina camforada. *Cataplasma antiseptica.*
15. Cinchonina.
16. Collutorio de creosota. Collutorio odontalgico de Fouillet.
17. Cyanhydro-ferrato de quinina. *Hydro-ferro-cyanato de quinina. Duclou. J de Con. Med. n.I. (?)*
Hydro-cyano-ferrato de quinina. N. C.
18. Decocto de Cainca.
19. Decocto de guaiaco composto. *C. de Lenhos.*
20. Decocto de quina composto. *Cosimento antifebril.*
21. Decocto de salsaparrilha.
22. Decocto de Salsaparrilha composto.
23. Decocto de salsa parrilha sulfuro-antimoniado (*Tizana de Feltz*).
24. Decocto de rathania
25. Electuario de balsamo de cupaiva. *E. balsamico.*
26. Electuario opiado. *Theriaga reformada.*
27. Electuario de quina antimoniado.
28. Eléolato de sassafras. *Oleo de sassafras.*
29. Eleóleo de nicociana
30. Eleóleo de stramonio
31. Emetina.
32. Emplasto aromatico
33. Emplastro de Labdano. *E. estomaguico da Ph. de Pinto.*
34. Emulsão de resina de jalapa.
35. Extracto alcoolico de quina.
36. Extracto alcoolico de guaiaco. *Resina de guaiaco. Guaycina.*
37. Extracto de quina (aquoso). *Extracto sêcco de quina. Sal essencial de quina, de Lagaraye, etc.*
38. Extracto de quina (por decocção).

39. Extracto de Salsa-parrilha
40. Extracto de stramonio.
41. Extracto emplastico de belladona
42. Extracto hydalcoolico de cainca
43. Extracto hydalcoolico de ratanhia
44. Extracto hydalcoolico do *Rhus radicans*
45. Extracto hydalcoolico do *Rhus Toxicodendron*
46. Extracto hydalcoolico de salsa-parrilha.
47. Extracto hydalcoolico de serpentaria.
48. Extractos das cabeças recentes do stramonio.
49. Extractos (C.) de Cascarilha
50. Extractos (Lenho) Quassia
51. Extracto de *rhus radicans*.
52. Extractos d'Angustura
53. Extractos (F.) Simarruba
54. Geléa de musgo islandico com quina
55. Hydalcooleo de Jalapa
56. Hydalcooleo de Guaiaco
57. Hydalcooleo de Ipecacuanha
58. Hydalcooleo de Quina
59. Hydro-infuso de quassia a frio.
60. Hydro-infuso d'ipecacuanha composto.
61. Hydro-infuso de quina a frio
62. Hydro-óleo d'emetina ou vomitivo. Mg. Mistura vomitiva.
63. *Hydroleo* de salsa-parrilha
64. Loock d'amido
65. Mucilagem de tapioca
66. Oino-infuso de quina. *Vinho de quina*.
67. Oino-infuso de quina composto. *Vinho de quina composto*.
68. Oino-soluto de quinina. *Vinho de quinina*. #
69. Oleo-concreto de cacáo. *Manteiga de cacáo*.
70. Pastilhas de balsamo de Tolu.
71. Pastilhas de carvão.
72. Pastilhas d'ipecacuanha.
73. Pilulas de balsamo de cupaiva.
74. Pilulas ethiopicas.
75. Pilulas de proto-iódureto de mercurio.
76. Pilulas de proto-chlorureto de mercurio compostas.
77. Pilulas de sulfureto de potassa.
78. Pilulas de terebenthina mercuriais. P. contra a tenia d'Augustin, e Huffeland.
79. Pommada mercurial preparada com a manteiga de cacáo.
80. Pós de sulfureto d'estanho compostos.

81. Pós d'ipecacuanha com opio. *Pós de Dower*.
82. Quinina.
83. Resina ou Extracto alcoolico de jalapa.
84. Salsaparina.
85. Sulfato de cinchonina.
86. Sulfato de quinina.
87. Sulfato de veratrina
88. Tartrato de veratrina
89. Veratrina.
90. Xarope de Balsamo de Tolú.
91. Xarope de balsamo Peruviano
92. Xarope d'ipecacuanha.
93. Xarope de quina.
94. *xarope de quinina*
95. Xarope de salsa-parrilha. [Beral; Cotter]
96. Xarope sudorifico de *Cuisinier* reformado.
97. Xarope de Salsa-parrilha composto. Xarope de cuisinier.

Lista 5. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados no *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1846)

1. Acetato de veratrina
2. Alcoolato ammoniacal aromatico. *C. Espirito volatil aromatico oleoso.*
3. Alcooleo de Balsamo de Tolú
4. Alcooleo de Balsamo copahú
5. Alcooleo de Cascarilha
6. Alcooleo de Contraherva
7. Alcooleo de quinina
8. Alcooleo de quina composto. *Essencia antiseptica d'Huxham; Tintura de quina composta.*
9. Alcooleo de Resina de jalapa
10. Alcooleo de Resina de guaiaco
11. Alcooleo de salsa-parrilha
12. Ammonialcooleo de guaiaco. *Tintura de guaiaco ammoniacal ou volatil.*
13. Arrobe antisyphilitico.
14. Cataplasma americana
15. Cataplasma de quina camforada. *Cataplasma antiseptica.*
16. Chinchonina
17. Collutorio de creosota. *Collutorio odontalgico de Fouillet.*
18. Cyanhydro-ferrato de quinina. *Hydro-ferro-cyanato de quinina. Duclou. (J. de Con. Med. n. 1. Hydro-cyano-ferrato de quinina. N. C.)*
19. Decocto de Cainca.
20. Decocto de guaiaco composto. *C. de Lenhos.*
21. Decocto de ratanhia
22. Decocto de salsaparrilha.
23. Decocto de salsaparrilha composto.
24. Decocto de salsa-parrilha sulfuro-antimoniado (Tizana de Feltz).
25. Decocto de quina composto. *Cosimento antifebril.*
26. Electuario de balsamo de copahiva. *E. balsamico.*
27. Electuario opiado. *Theriaga reformada.*
28. Electuario de quina antimoniado.
29. Eleolato de sassafras. *Oleo de sassafras.*
30. Eleóleo de nicociana
31. Eleóleo de stramonio
32. Emetina
33. Emplasto aromatico
34. Emplastro de labdano. *E. estomachico da Ph. de Pinto.*
35. Emulsão de resina de jalapa.
36. Extractos das cabeças recentes do stramonio
37. Extracto de *rhus radicans.*
38. Extractos d'Angustura

39. Extractos (C.) de Cascarilha
40. Extractos (Lenho) Quassia
41. Extracto de quina (aquoso). *Extracto sêcco de quina. Sal essencial de quina, de Lagaraye, etc.*
42. Extracto de quina (*por decocção.*)
43. Extracto de Salsa-parrilha
44. Extractos (F.) Simarruba
45. Extracto de stramonio
46. Extracto alcoolico de guaiaco. *Resina de guaiaco. Guayacina.*
47. Resina ou Extracto alcoolico de jalapa.
48. Extracto alcoolico de quina.
49. Extracto hydalcoolico de cainca
50. Extracto hydalcoolico de ratanhia
51. Extracto hydalcoolico do *Rhus radicans*
52. Extracto hydalcoolico do *Rhus Toxicodendron*
53. Extracto hydalcoolico de salsa-parrilha.
54. Extracto hydalcoolico de serpentaria.
55. Extracto emplastico de belladona
56. Gelêa de musgo islandico com quina
57. Hydalcooleo de Quina
58. Hydalcooleo de Jalapa
59. Hydalcooleo de Guaiaco
60. Hydalcooleo de Ipecacuanha
61. Hydro-infuso d'ipecacuanha composto.
62. Hydro-infuso de quassia a frio.
63. Hydro-infuso de quina a frio
64. *hydroleo* de salsa-parrilha
65. Hydróleo d'emetina ou vomitivo. Mg. *Mistura vomitiva.*
66. Loock d'amido
67. Mucilagem de tapioca
68. Oinoleo de quina. *Vinho de quina.*
69. Oinoleo de quina composto. *Vinho de quina composto.*
70. Oinoleo de quinina. *Vinho de quinina. #*
71. Oleo-concreto de cacáo. *Manteiga de cacao.*
72. Pastilhas de balsamo de Tolú. Balsamo de Tolu sêcco.
73. Pastilhas de carvão.
74. Pastilhas d'ipecacuanha.
75. Pilulas de balsamo de copahiva.
76. Pilulas ethiopicas.
77. Pilulas de proto-chlorureto de mercurio compostas.
78. Pilulas de proto-iódureto de mercurio.
79. Pilulas de sulfureto de potassium.
80. Pilulas de terebenthina mercuriaes. P. *contra a tenia d'Augustin, e Huffeland.*

81. Pomada mercurial preparada com a manteiga de cacáo.
82. Pós d'ipecacuanha com opio. *Pós de Dower*.
83. Pós de sulfureto d'estanho compostos.
84. Quinina
85. Salsaparina
86. Sulfato de cinchonina.
87. Sulfato de quinina.
88. Sulfato de veratrina
89. Tartarato de veratrina
90. Veratrina
91. Xarope de balsamo de Tolú.
92. Xarope de balsamo peruviano
93. Xarope d'ipecacuanha.
94. Xarope de quina.
95. *xarope de quinina*
96. Xarope de salsa-parrilha.
97. Xarope sudorifico de *Cuisinier* reformado.
98. Xarope de salsaparrilha composto. *Xarópe de Cuisinier*.

Há uma forma alternativa de preparação deste medicamento

Lista 6. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados no *Codigo Pharmaceutico Lusitano (1858)*

1. ALCOOLATO DE TEREBINTHINA COMPOSTO. Espirito de Terebinthina composto. Balsamo de Fioraventi.
2. ALCOOLEO DE Guaiaco (lenho)
3. ALCOOLEO DE GUAIAICO [resina]
4. ALCOOLATURA DE ESTRAMONIO
5. ALCOOLEO DE BALSAMO DO PERU
6. ALCOOLEO DE BALSAMO DE TOLU
7. ALCOOLEO DE BAUNILHA
8. ALCOOLEO DE BENJOIM COMPOSTO. Tintura balsamica. Balsamo de Commendador.
9. ALCOOLEO DE Estramonio
10. ALCOOLEO DE Ipecacuanha
11. ALCOOLEO DE Jalapa
12. ALCOOLEO DE Quina amarella
13. ALCOOLEO DE Quina cinzenta
14. ALCOOLEO DE Quina vermelha
15. ALCOOLEO DE QUINA COMPOSTO. *Tintura de quina composta. Essencia antiseptica ou alexipharmaca* d'Huxham.
16. ALCOOLEO DE QUININA
17. ALCOOLEO DE Rathania
18. ALCOOLEO DE SENE COMPOSTO. Elixir de saude.
19. ALCOOLEO DE Serpentaria
20. AMMONIALCOOLEO DE GUAIAICO. Tintura de Guaiaco, ammoniacal, ou volatil.
21. CATAPLASMA AMERICANA.
22. CATAPLASMA DE QUINA CAMPHORADA. *Cataplasma antiseptica*
23. CITRATO DE QUININA
24. CITRATO DE QUININA E FERRO.
25. DECOCTO D'ASSACU
26. DECOCTO DE FELTZ. Decocto de salsa-parrilha sulfuro-antimoniado. Tisana de Feltz.
27. DECOCTO DE GUAIAICO COMPOSTO OU DE LENHOS. Decocto sudorifico.
28. DECOCTO DE QUINA
29. DECOCTO DE QUINA AMARELLA
30. DECOCTO DE QUINA VERMELHA
31. DECOCTO DE QUINA COMPOSTO. *Cosimento anti-febril*
32. DECOCTO DE Rathania
33. DECOCTO DE SALSAPARRILHA.
34. DECOCTO DE SALSAPARRILHA COMPOSTO. Tisana sudorifica.
35. DECOCTO DE ZITTMAN FORTE.
36. DECOCTO DE ZITTMAN FRACO.
37. ELECTUARIO DE BALSAMO DE COPAHIVA. Electuario balsamico.

38. ELECTUARIO DE QUINA ANTIMONIADO. Electuario de Madeswal.
39. ELECTUARIO OPIADO. Theriaga reformada.
40. ELEOLATO de Pimenta da Jamaica
41. ELEOLATO de Sassafras
42. ELEOLEO de Estramonio
43. ELEOLEO DE NARCOTICOS. *Balsamo tranquilo.*
44. ELEOLEO de Nicociana
45. EMPLASTO d'Estramonio
46. EMPLASTO DE LABDANO. Emplasto estomachico.
47. EMULSÃO DE RESINA DE JALAPA.
48. EMPLASTO DE BELLADONA.
49. EMPLASTO D'OPIO AROMATICO. Emplasto d'opio composto. Emplasto cephalico.
50. ENEMA DE NICOCIANA. Clyster de tabaco.
51. ENEMA DE QUININA. *Clyster febrifugo.*
52. ESPECIES SUDORIFICAS (para decocto).
53. ESPECIES SUDORIFICAS (para hydro-infuso).
54. ETHEROLEOS De Balsamo de Tolu
55. ETHEROLEOS De Estramonio
56. EXTRACTO ALCOOLICO De Angustura [casca]
57. EXTRACTO ALCOOLICO De Cainca
58. EXTRACTO ALCOOLICO De Cascarilha
59. EXTRACTO ALCOOLICO De Estramonio
60. EXTRACTO ALCOOLICO De Ipecacuanha
61. EXTRACTO ALCOOLICO De Polygala senega
62. EXTRACTO ALCOOLICO de Quina
63. EXTRACTO ALCOOLICO De Salsaparrilha
64. EXTRACTO ALCOOLICO De Rhus radicans
65. EXTRACTO de Cascarilha
66. EXTRACTO de Guaiaco
67. EXTRACTO de Monesia (casca)
68. EXTRACTO de Polygala senega
69. EXTRACTO de Quassia
70. EXTRACTO DE QUINA A FRIO.
71. EXTRACTO DE QUINA CINZENTA. *Extracto de casca peruviana.*
72. EXTRACTO de Quina amarella
73. EXTRACTO de Quina vermelha.
74. EXTRACTO de Rathania
75. EXTRACTO de Rhus radicans.
76. EXTRACTO d'Estramonio
77. EXTRACTO DE GUARANÁ. Guaraná purificado
78. EXTRACTOS COM FECULA de Estramonio
79. EXTRACTOS COM FECULA de Rhus radicans

80. EXTRACTOS das sementes d'Estramonio
81. FERRO-CYANATO DE QUININA. *Hydro-ferro-cyanato de quinina. Ferro-cyanhydrato de quinina. Ferro-cyanureto de quinina. Prussiato de quinina.*
82. HYDRO-INFUSO DE ABUTUA. Hydro-infuso de parreira brava.
83. HYDRO-INFUSO DE ANGUSTURA.
84. HYDRO-INFUSO DE CASCARILHA.
85. HYDRO-INFUSO DE MATICO.
86. HYDRO-INFUSO DE POLYGALA.
87. HYDRO-INFUSO DE QUASSIA
88. HYDRO-INFUSO DE QUINA A FRIO.
89. HYDRO-INFUSO DE QUINA A FRIO POR DESLOCAÇÃO
90. HYDRO-INFUSO DE QUINA.
91. HYDRO-INFUSO de Quina cinzenta
92. HYDRO-INFUSO de Quina vermelha
93. HYDRO-INFUSO DE RATHANIA.
94. HYDRO-INFUSO DE SALSAPARRILHA.
95. HYDRO-INFUSO DE SERPENTARIA.
96. HYDRO-INFUSO D'IPECACUANHA COMPOSTO.
97. HYDROLATO EXTEMPORANEO de Pimenta da Jamaica (*Myrtus Pimenta*)
98. LOOCH D'AMIDO.
99. MISTURA BALSAMICA.
100. OINOLEO DE CASCAS DE LARANJAS COMPOSTO. Vinho amargo. Elixir visceral de Hoffmann.
101. OINOLEO DE QUINA COMPOSTO. *Vinho de quina composto.*
102. OINOLEO D'IPECACUANHA. *Vinho d'ipecacuanha.*
103. OINOLEO OU VINHO MEDICINAL de Quina amarella
104. OINOLEO OU VINHO MEDICINAL de Quina cinzenta
105. OINOLEO OU VINHO MEDICINAL de Quina vermelha
106. OINOLEOS OU VINHOS MEDICINAIS de Quassia
107. OLEO DE CACAO. Manteiga de cacao
108. PASTILHAS BALSAMICAS.
109. PASTILHAS D'IPECACUANHA.
110. PILULAS ANTINEVRALGICAS DE TROUSSEAU
111. PILULAS BALSAMICAS. Pilulas de Morton.
112. PASTILHAS DE CARVÃO.
113. PILULAS DE COPAHIBA COM CUBEBAS.
114. PILULAS DE COPAHIBA COM MAGNESIA CALCINADA.
115. PILULAS DE JALAPA. Pilulas purgativas.
116. PILULAS DE MONESIA.
117. PILULAS DE MORISSON.
118. PILULAS DE PROTO-IODURETO DE FERRO. Pilulas d'iodureto ferroso.

119. PILULAS DE PROTO-IODURETO DE MERCURIO. (Substituem as pilulas mercuriaes de Biett.).
120. PILULAS D'IPECACUANHA COMPOSTAS. Pilulas d'ipecacuanha com scilla.
121. PILULAS ESTOMACHICAS
122. PILULAS PURGATIVAS DE DE-HAEN.
123. POMADA AROMATICA. Balsamo nerval.
124. POMADA d'estramonio
125. POMADA DE VERATRINA
126. POMADA LABIAL VERMELHA.
127. POS DE CACAO COMPOSTOS. Pós alimentares. (Racahout.)
128. POS DE SEMENTES D'ALEXANDRIA COMPOSTOS. Pós contra-vermes de Palacios.
129. POS DENTIFRICOS NEGROS.
130. POS D'IPECACUANHA COMPOSTOS. Pós d'ipecacuanha com opio. Pós de Dover. Pós d'opio compostos.
131. QUINIUM. *Extracto alcoolico de quina pela cal.*
132. QUININA
133. RESINA DE JALAPA.
134. SABÃO DE JALAPA.
135. Sal essencial de Lagaraye, OU extracto seco de quina
136. SORO DE LEITE SALSADO.
137. SPARADRAPO DE COLLA DE PEIXE. Taffeté inglez.
138. SUCOS DAS FOLHAS De Estramonio
139. SULFATO DE QUININA. *Sulfato quinico.*
140. SUPPOSITORIO DE MANTEIGA DE CACAO.
141. SUPPOSITORIO DE TANNINO.
142. UNGUENTO D'ELEMI COMPOSTO. Unguento ou Balsamo d'Arceu.
143. UNGUENTO D'ESTORAQUE COMPOSTO. Unguento d'Estoraque.
144. UNGUENTO RUBRO BALSAMICO. Balsamo de Lucatel.
145. VALERIANATO DE QUININA. *Valerato quinico.*
146. VERATRINA. Sabadilhina.
147. XAROPE DE BALSAMO DE TOLU.
148. XAROPE DE BALSAMO DE TOLU EXTEMPORANEO.
149. XAROPE DE CITRATO DE QUININA
150. XAROPE DE CHLORHYDRATO DE QUININA
151. XAROPE de estramonio
152. XAROPE DE GUAIACO.
153. XAROPE D'IPECACUANHA.
154. XAROPE D'IPECACUANHA COMPOSTO. Xarope de Desessart.
155. XAROPE de polygala de Virginia.
156. XAROPE DE QUINA. *Xarope de casca peruviana.*
157. XAROPE DE RATHANIA
158. XAROPE DE SALSAPARRILHA.

159.XAROPE DE SALSAPARRILHA COMPOSTO. Xarope de Cuisinier. Arrobe de Laffecteur (de Vans Mons).

160.XAROPE DE SULFATO DE QUININA

161.XAROPES de balsamo do Perú

Lista 7. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados na *Pharmacopêa Portuguesa* (1876)

1. **AGUA DE CAL, COMPOSTA.** *Aqua Calcis composita.* AGUA DE CAL COM QUINA.
2. **BEBERINA.** *Bebirinum.* BEBEERINA.
3. **BROMHYDRATO DE QUININA.** *Brometum quinanicum.* BROMETO DE QUININA.
4. **CATAPLASMA DE QUINA COM CAMPHORA.** *Cataplasma corticis Cinchonæ camphorata.* CATAPLASMA ANTI-SEPTICA.
5. **CATAPLASMA DE QUINA COM CARVÃO.** *Cataplasma corticis Cinchonæ cum Carbone.* CATAPLASMA ANTI-SEPTICA COM CARVÃO.
6. **CHLORHYDRATO DE QUININA.** *Chloretum quinanicum.* CHLORETO DE QUININA. HYDROCHLORATO DE QUININA.
7. **CHOCOLATE DE ARARUTA.** *Chocolata Amyli Marantæ.*
8. **CHOCOLATE DE BAUNILHA.** *Chocolata Vanillæ.*
9. **CHOCOLATE COMMUM.** *Chocolata simplex.* CHOCOLATE SIMPLES.
10. **CHOCOLATE DE FERRO.** *Chocolata Ferri.* CHOCOLATE FERRUGINOSO.
11. **CHOCOLATE DE LICHEN.** *Chocolata Lichenis islandici.* CHOCOLATE DE MUSGO ISLANDICO
12. **CHOCOLATE DE LICHEN SEM AMARGO.** *Chocolata Lichenis sine amaritudine.* CHOCOLATE DE MUSGO DOCE.
13. **CHOCOLATE DE SALEPO.** *Chocolata Salep.*
14. **CINCHONINA.** *Cinchoninum*
15. **CITRATO DE FERRO E DE QUININA.** *Citras ferricus quinanicus.*
16. **CITRATO DE QUININA.** *Citras quinanicus*
17. **COZIMENTO DE QUINA.** *Decoctum corticis Cinchonæ flavi.* DECOCTO DE QUINA. DECOCTO DE QUINA CALISAYA.
18. **COZIMENTO DE QUINA CINZENTA.** *Decoctum corticis Cinchonæ fusci.* DECOCTO DE QUINA HUANUCO.
19. **COZIMENTO DE QUINA COMPOSTO.** *Decoctum corticis Cinchonæ compositum* DECOCTO DE QUINA COM SERPENTARIA.
20. **COZIMENTO DE SALSAPARRILHA COMPOSTO.** *Decoctum Salsaparrillæ compositum.* DECOCTO DE SALSAPARRILHA COMPOSTO.
21. **ELECTUARIO DE CUBEBAS.** *Electuarium Piperis caudati.* ELECTUARIO DE COPAIBA E CUBEBAS.
22. **ESPIRITO DE TEREBINTHINA COMPOSTO.** *Spiritus Terebinthinæ compositus.* ALCOOLATO POLYAMICO DE TEREBINTHINA. ALCOOLATO DE TEREBINTHINA COMPOSTO.
23. **ESSENCIA DE COPAHIBA.** *Oleum Copaivæ æthereum.* MYROLEO DE TEREBINTHINA COPAHIBA. ELEOLATO DE COPAHIBA.
24. **ESSENCIA DE SASSAFRAZ.** *Oleum Sassafras æthereum.* MYROLEO DE SASSAFRAZ. ELEOLATO DE SASSAFRAZ.
25. **EXTRACTO DE CAINÇA, ALCOOLICO.** *Extractum Cahincæ.* EXTRACTO DE CAINÇA.

26. **EXTRACTO DE GUAIAICO.** *Extractum ligni Guaiaci.*
27. **EXTRACTO DE IPECACUANHA, ALCOOLICO.** *Extractum Ipecacuanhæ.* EXTRACTO DE IPECACUANHA.
28. **EXTRACTO DE MONESIA.** *Extractum Monesiæ.*
29. **EXTRACTO DE QUASSIA.** *Extractum ligni Quassiæ.*
30. **EXTRACTO DE QUINA.** *Extractum corticis Cinchonæ flavi.* EXTRACTO DE QUINA AMARELLA.
31. **EXTRACTO DE QUINA CINZENTA, ALCOOLICO.** *Extractum corticis Cinchonæ fusci spirituosum.* EXTRACTO DE QUINA CINZENTA.
32. **EXTRACTO DE QUINA, MOLLE.** *Extractum corticis Cinchonæ molle.*
33. **EXTRACTO DE RATANIA.** *Extractum Krameriæ.*
34. **EXTRACTO DE SALSAPARRILHA, ALCOOLICO.** *Extractum Sarsaparillæ.* EXTRACTO DE SALSAPARRILHA.
35. **INFUSO DE NICOCIANA.** *Infusum Tabaci.*
36. **INFUSO DE SENEGA.** *Infusum Senekæ.* INFUSO DE POLYGALA DA VIRGINIA.
37. **MACERADO DE QUASSIA.** *Maceratum ligni Quassiæ.* INFUSO DE QUASSIA, A FRIO.
38. **MACERADO DE QUINA.** *Maceratum corticis Cinchonæ flavi.* MACERADO DE QUINA CALISAYA. INFUSO DE QUINA, A FRIO.
39. **MISTURA DE COPAHIBA.** *Mistura balsamica.*
40. **OLEO DE CACAO.** *Oleum seminum Theobromæ.* MANTEIGA DE CACAO.
41. **OLEO DE NICOCIANA.** *Oleum Tabaci infusum.* OLEOLADO DE NICOCIANA. ELEOLEO DE NICOCIANA.
42. **OLEO DE NICOCIANA, COMPOSTO.** *Balsamum tranquillum.* OLEOLADO POLYAMICO DE NICOCIANA. ELEOLEO DE NARCOTICOS. BALSAMO TRANQUILLO.
43. **PASTILHAS BALSAMICAS.** *Pastilli balsamici.* PASTILHAS DE BALSAMO DO PERU.
44. **PASTILHAS DE IPECACUANHA.** *Pastilli Ipecacuanhæ.*
45. **PILULAS DE ALOES E QUINA.** *Pilulæ ante-cibum.*
46. **PILULAS BALSAMICAS.** *Pilulæ balsamicæ.*
47. **PILULAS DE IODETO FERROSO.** *Pilulæ Iodeti ferrosi.*
48. **PILULAS DE IPECACUANHA, COMPOSTAS.** *Pilulæ Ipecacuanhæ compositæ.*
49. **PÓ DE ESCAMONÉA COMPOSTO.** *Pulvis Scammonii compositus.*
50. **PÓ DE IPECACUANHA COMPOSTO.** *Pulvis Ipecacuanhæ compositus.*
51. **POMADA DE PEPINO.** *Unguentum Cucumis.*
52. **POMADA DE VERATRINA.** *Unguentum Veratrini.*
53. **QUININA.** *Quininum.*
54. **QUINIO.** *Quinium.* QUININA BRUTA. EXTRACTO DE QUINA, PELA CAL.
55. **RESINA DE GUAIAICO.** *Resina ligni Guaiaci.*
56. **RESINA DE JALAPA.** *Resina Jalapæ.*
57. **RESINA DE PODOPHYLLO.** *Resina Podophylli.* EXTRACTO RESINOSO DE PODOPHYLLO. PODOPHYLLINO. PODOPHYLLINA.
58. **SORO DE LEITE, SALSADO.** *Serum Lactis cum Sarsaparilla.*
59. **SULFATO DE BEBERINA.** *Sulfas bebirinicus.*

60. **SULFATO DE CINCHONINA.** *Sulfas cinchoninicus.* SULFATO NEUTRO DE CINCHONINA.
61. **SULFATO DE QUININA.** *Sulfas quininicus.* SULFATO NEUTRO DE QUININA. SAL ANTI-PERIODICO. SAL ANTI-FEBRIL. SAL FEBRIFUGO.
62. **TANNATO DE QUININA.** *Tannas quininicus.* TANNATO NEUTRO DE QUININA.
63. **TINCTURA DE BALSAMO DE TOLU.** *Tinctura Balsami tolutani.* ALCOOLITO DE BALSAMO DE TOLU. ALCOOLEO DE BALSAMO DE TOLU.
64. **TINCTURA DE BENJOIM COMPOSTA.** *Tinctura Benzoini composita.* ALCOOLADO POLYAMICO DE BENJOIM. ALCOOLEO DE BENJOIM, COMPOSTO. TINCTURA BALSAMICA. BALSAMO CATHOLICO.
65. **TINCTURA DE GUAIACO.** *Tinctura ligni Guaiaci.* ALCOOLADO DE GUAIACO. ALCOOLEO DE GUAIACO.
66. **TINCTURA DE GUAIACO, AMMONIACAL.** *Tinctura resinæ Guaiaci ammoniata.* ALCOOLITO DE RESINA DE GUAIACO, AMMONIACAL. AMMONI-ALCOOLEO DE GUAIACO. TINCTURA DE GUAIACO, VOLATIL.
67. **TINCTURA DE IPECACUANHA.** *Tinctura Ipecacuanhæ.* ALCOOLADO DE IPECACUANHA. ALCOOLEO DE IPECACUANHA.
68. **TINCTURA DE JALAPA.** *Tinctura Jalapæ.* ALCOOLADO DE JALAPA. ALCOOLEO DE JALAPA.
69. **TINCTURA DE JALAPA, COMPOSTA.** *Tinctura Jalapæ composita.* ALCOOLADO POLYAMICO DE JALAPA. ALCOOLEO DE JALAPA COMPOSTO. AGUA-ARDENTE ALLEMÃ.
70. **TINCTURA DE LOBELIA.** *Tinctura Lobeliæ.* ALCOOLADO DE LOBELIA. ALCOOLEO DE LOBELIA.
71. **TINCTURA DE QUINA.** *Tinctura corticis Cinchonæ flavi.* ALCOOLADO DE QUINA. ALCOOLEO DE QUINA AMARELLA.
72. **TINCTURA DE QUINA, COMPOSTA.** *Tinctura corticis Cinchonæ composita.* ALCOOLADO POLYAMICO DE QUINA. ALCOOLEO DE QUINA COMPOSTO.
73. **TINCTURA DE RATANIA.** *Tinctura Krameriæ.* ALCOOLADO DE RATANIA. ALCOOLEO DE RATANHA.
74. **TINCTURA DE SULFATO DE QUININA.** *Tinctura Sulfatis quininici.* ALCOOLITO DE SULFATO DE QUININA. ALCOOLEO DE SULFATO DE QUININA.
75. **TINCTURA DE THUIA RECENTE.** *Tinctura Thuyæ recentis.* ALCOOLATURA DE THUIA.
76. **TINCTURA DE VERATRINA.** *Tinctura Veratrini.*
77. **UNGUENTO DE ELEMI.** *Unguentum Elemi vel Balsamum Arcæi.* BALSAMO DE ARCEU.
78. **VALERATO DE QUININA.** *Valeras quininicus.* VALERIANATO DE QUININA.
79. **VERATRINA.** *Veratrinum venale.*
80. **VINHO DE IPECACUANHA.** *Vinum Ipecacuanhæ.* OINOLADO DE IPECACUANHA. OINOLEO DE IPECACUANHA.
81. **VINHO DE QUINA.** *Vinum corticis Cinchonæ flavi.* OINOLADO DE QUINA. OINOLEO DE QUINA AMARELLA. VINHO QUINADO.

82. **VINHO DE QUINA CINZENTA.** *Vinum corticis Cinchonæ fusci.* OINOLADO DE QUINA HUANUCO. OINOLEO DE QUINA CINZENTA.
83. **VINHO DE QUINA COMPOSTO.** *Vinum corticis Cinchonæ compositum.* OINOLADO POLYAMICO DE QUINA. OINOLEO DE QUINA COMPOSTO.
84. **VINHO DE QUINA FERRUGINOSO.** *Vinum corticis Cinchonæ cum Ferro.* OINOLADO DE QUINA FERRUGINOSO. OINOLEO DE QUINA FERRUGINOSO.
85. **VINHO DE QUINIO.** *Vinum Quinii.* OINOLADO DE QUINIO. OINOLEO DE QUINIO.
86. **VINHO DE SCILLA COMPOSTO.** *Vinum Squillæ compositum.*
87. **XAROPE DE BALSAMO DE TOLU.** *Syrupus Balsami tolutani.* XAROPE BALSAMICO.
88. **XAROPE DE IPECACUANHA.** *Syrupus Ipecacuanhæ.*
89. **XAROPE DE QUINA.** *Syrupus corticis Cinchonæ flavi.* XAROPE DE QUINA AMARELLA.
90. **XAROPE DE QUINA FERRUGINOSO.** *Syrupus corticis Cinchonæ cum Ferro.* XAROPE DE QUINA E FERRO.
91. **XAROPE DE RATANIA.** *Syrupus Kramerix.*
92. **XAROPE DE SALSAPARRILHA.** *Syrupus Sarsaparillæ.*
93. **XAROPE DE SALSAPARRILHA COMPOSTO.** *Syrupus Sarsaparillæ compositus.*

Lista 8. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados na Farmacopeia Portuguesa IV (1935)

1. **ÁGUA DE BÁLSAMO DE TOLU**
2. **AZOTATO DE PILOCARPINA**
3. **BROMIDRATO BÁSICO DE QUININA**
4. **BROMIDRATO NEUTRO DE QUININA**
5. **CARBONATO DE QUININA**
6. **CIGARROS DE ESTRAMÓNIO, COMPOSTOS**
7. **CLORIDRATO BÁSICO DE QUININA**
8. **CLORIDRATO DE COCAÍNA**
9. **CLORIDRATO DE EMETINA.**
10. **CLORIDRATO DE LOBELINA**
11. **CLORIDRATO NEUTRO DE QUININA**
12. **CLORIDRATO DE PILOCARPINA**
13. **CLORIDRATO DE QUININA E UREIA**
14. **CLORIDROSSULFATO DE QUININA**
15. **COCAÍNA**
16. **COZIMENTO DE QUINA**
17. **CRISAROBINA *Chrysarobinum***
18. **ESSÊNCIA DE QUENOPÓDIO. *Aetheroleum Chenopodii* (N.I.)**
19. **ESSÊNCIA DE SASSAFRAZ**
20. **ETILOCARBONATO DE QUININA**
21. **EXTRACTO DE CÁSCARA SAGRADA**
22. **EXTRACTO DE HAMAMÉLIA**
23. **EXTRACTO DE IPECACUANHA**
24. **EXTRACTO DE QUINA**
25. **EXTRACTO DE RATÂNIA**
26. **EXTRACTO DE SALSAPARRILHA**
27. **EXTRACTO DE SÉNEGA**
28. **EXTRACTO FLUIDO DE BOLDO**
29. **EXTRACTO FLUIDO DE CÁSCARA SAGRADA**
30. **EXTRACTO FLUIDO DE COCA**
31. **EXTRACTO FLUIDO DE CONDURANGO**
32. **EXTRACTO FLUIDO DE HAMAMÉLIA**
33. **EXTRACTO FLUIDO DE HIDRASTE**
34. **EXTRACTO FLUIDO DE QUINA**
35. **EXTRACTO FLUIDO DE VIBURNO**
36. **FORMIATO DE QUININA**
37. **HIDRATO DE QUININA**
38. **INFUSO DE COCA**
39. **INFUSO DE SÉNEGA**

40. **IODOBISMUTATO DE QUININA**
41. **ÓLEO DE CACAU** *Oleum Cacao* (N.I.) **MANTEIGA DE CACAU**
42. **PASTILHAS BALSÂMICAS**
43. **PEPTONA IODADA**
44. **PÍLULAS DE ALOÉS E QUINA**
45. **PÍLULAS BALSÂMICAS**
46. **PÓ DE ESTRAMÓNIO, COMPOSTO**
47. **PÓ DE IPECACUANHA, COMPOSTO**
48. **POÇÃO ALCOÓLICA DE AÇAFRÃO, COMPOSTA**
49. **POMADA DE VERATRINA**
50. **RESINA DE JALAPA**
51. **RESINA DE PODOFILO**
52. **SOLUTO ALCOÓLICO DE SULFATO BÁSICO DE QUININA** *Solutio Chinini sulfatis basici spiritiosa* **TINTURA DE SULFATO DE QUININA**
53. **SOLUTO ALCOÓLICO DE VERATRINA.**
54. **SOLUTO INJECTÁVEL DE CLORIDRATO BÁSICO DE QUININA** *Injectio Chinini chlorhydratis basici* **SOLUTO DE CLORETO DE QUININA COM URETANO**
55. **SOLUTO INJECTÁVEL DE CLORIDRATO DE EMETINA**
56. **SULFATO BÁSICO DE QUININA**
57. **SULFATO NEUTRO DE QUININA**
58. **SULFATO DE QUINIDINA**
59. **SUPOSITÓRIOS DE BELADONA**
60. **SUPOSITÓRIOS DE ÓLEO DE CACAU**
61. **SUSPENSÃO DE IODOBISMUTATO DE QUININA, INJECTÁVEL** *Injectio Chinini iodo-bismuthatis*
62. **TINTURA DE ALCATRÃO MINERAL SAPONINADO**
63. **TINTURA DE BÁLSAMO DE TOLU**
64. **TINTURA DE BAUNILHA**
65. **TINTURA DE BENJOIM, COMPOSTA**
66. **TINTURA DE COCA**
67. **TINTURA DE GRINDÉLIA**
68. **TINTURA DE HAMAMÉLIA**
69. **TINTURA DE HIDRASTE**
70. **TINTURA DE IPECACUANHA**
71. **TINTURA DE JABORANDI**
72. **TINTURA DE JALAPA**
73. **TINTURA DE JALAPA, COMPOSTA**
74. **TINTURA DE LOBÉLIA**
75. **TINTURA DE QUILAIA**
76. **TINTURA DE QUINA**
77. **TINTURA DE RATÂNIA**
78. **VALERATO DE QUININA**

79. VANILINA
80. VERATRINA
81. VINHO DE GENCIANA, COMPOSTO *Vinum Gentianae, compositum*
82. VINHO DE IPECACUANHA
83. VINHO DE QUINA
84. VINHO DE QUINA, COMPOSTO
85. XAROPE DE BÁLSAMO DE TOLU
86. XAROPE DE BENZOATO DE SÓDIO
87. XAROPE DE IPECACUANHA
88. XAROPE DE IPECACUANHA, COMPOSTO
89. XAROPE DE QUINA FERRUGINOSO
90. XAROPE DE QUINA VINOSO
91. XAROPE DE RATÂNIA
92. XAROPE DE SALSAPARRILHA, COMPOSTO
93. XAROPE DE SÉNEGA
94. GUAIACOL⁴⁰⁸³
95. CARBONATO DE GUAIACOL
96. FOSFATO DE GUAIACOL
97. SULFATO DE ATROPINA⁴⁰⁸⁴
98. BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA⁴⁰⁸⁵
99. SOLUTO INJECTÁVEL DE BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA
100. TEOBROMINA

⁴⁰⁸³ Substância existente na resina de guaiaco (NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION - **PubChem Compound Summary for CID 460, Guaiacol** [Em linha]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US), National Center for Biotechnology Information. [Consult. 16 nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/460>>).

⁴⁰⁸⁴ As plantas do género *Datura* (como a *Datura stramonium*) contêm os alcaloides escopolamina, hiosciamina e atropina (FREYE, Enno - Toxicity of *Datura Stramonium*. In *Pharmacology and Abuse of Cocaine, Amphetamines, Ecstasy and Related Designer Drugs*. Dordrecht: Springer, 2009. <https://doi.org/10.1007/978-90-481-2448-0> 34. ISBN 978-90-481-2447-3, p. 217).

⁴⁰⁸⁵ A escopolamina é obtida a partir de várias plantas da família das Solanáceas, incluindo a *Datura stramonium*.

Lista 9. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados na Farmacopeia Portuguesa IV (1946) + Suplemento (1961)

1. **ÁGUA DE BÁLSAMO DE TOLU**
2. **AZOTATO DE PILOCARPINA**
3. **BROMIDRATO BÁSICO DE QUININA** *Chinini bromhydras basicus* BROMIDRATO DE QUININA. BROMETO DE QUININA MONOBROMIDRATO DE QUININA.
4. **BROMIDRATO NEUTRO DE QUININA** *Chinini bromhydras neutrus* BIBROMETO DE QUININA
5. **CARBONATO DE QUININA** *Chinini carbonas* CARBONATO NEUTRO DE QUININA. *ARISTOQUINA
6. **CIGARROS DE ESTRAMÓNIO, COMPOSTOS.**
7. **CLORIDRATO BÁSICO DE QUININA** *Chinini chlorhydras basicus* CLORIDRATO DE QUININA. MONOCLORIDRATO DE QUININA CLORETO DE QUININA
8. **CLORIDRATO DE COCAÍNA**
9. **CLORIDRATO DE EMETINA**
10. **CLORIDRATO DE LOBELINA**
11. **CLORIDRATO NEUTRO DE QUININA** *Chinini chlorhydras neutrus* BICLORIDRATO DE QUININA. BICLORETO DE QUININA
12. **CLORIDRATO DE PILOCARPINA**
13. **CLORIDRATO DE QUININA E UREIA** *Chinini Urei chlorhydras* CLORETO DE QUININA E UREIA
14. **CLORIDROSSULFATO DE QUININA** *Chinini chlorhydro sulfas*
15. **COCAÍNA**
16. **COZIMENTO DE QUINA** *Decoctum Chinchonae corticis flavi* DECOCTO DE QUINA. DECOCTO DE QUINA CALISAIA
17. **CRISAROBINA** *Chrysarobinum*
18. **ESSÊNCIA DE QUENOPÓDIO.** *Aetheroleum Chenopodii* (N.I.)
19. **ESSÊNCIA DE SASSAFRAZ.** *Aetheroleum Sassafras*
20. **ETILOCARBONATO DE QUININA** *Chinini aethylcarbonas* (N. I.) *EUQUININA
21. **EXTRACTO DE CÁSCARA SAGRADA**
22. **EXTRACTO DE HAMAMÉLIA**
23. **EXTRACTO DE IPECACUANHA**
24. **EXTRACTO DE QUINA** *Extractum Cinchonae* EXTRACTO DE QUINA, MOLE
25. **EXTRACTO DE RATÂNIA**
26. **EXTRACTO DE SALSAPARRILHA**
27. **EXTRACTO DE SÉNEGA**
28. **EXTRACTO FLUIDO DE BOLDO**
29. **EXTRACTO FLUIDO DE CÁSCARA SAGRADA**
30. **EXTRACTO FLUIDO DE COCA**
31. **EXTRACTO FLUIDO DE CONDURANGO**
32. **EXTRACTO FLUIDO DE HAMAMÉLIA**

33. **EXTRACTO FLUIDO DE HIDRASTE**
34. **EXTRACTO FLUIDO DE QUINA** *Extractum fluidum Cinchonae* (N.I.)
35. **EXTRACTO FLUIDO DE VIBURNO**
36. **FORMIATO DE QUININA** *Chinini formiatum* FORMIATO BÁSICO DE QUININA
37. **HDRATO DE QUININA** *Chinini hydras* QUININA HIDRATADA
38. **INFUSO DE COCA**
39. **INFUSO DE SÉNEGA**
40. **IODOBISMUTATO DE QUININA** *Chinini iodo-bismuthas*
41. **ÓLEO DE CACAU** *Oleum Cacao* (N.I.) MANTEIGA DE CACAU
42. **PASTILHAS BALSÂMICAS**
43. **PEPTONA IODADA**
44. **PÍLULAS DE ALOÉS E QUINA** *Pilulae ante-cibum*
45. **PÍLULAS BALSÂMICAS**
46. **PÓ DE ESTRAMÓNIO, COMPOSTO**
47. **PÓ DE IPECACUANHA, COMPOSTO**
48. **POÇÃO ALCOÓLICA DE AÇAFRÃO, COMPOSTA**
49. **POMADA DE VERATRINA**
50. **RESINA DE JALAPA**
51. **RESINA DE PODOFILO**
52. **SOLUTO ALCOÓLICO DE SULFATO BÁSICO DE QUININA** *Solutio Chinini sulfatis basici spiritiuosa* TINTURA DE SULFATO DE QUININA
53. **SOLUTO ALCOÓLICO DE VERATRINA**
54. **SOLUTO INJECTÁVEL DE CLORIDRATO BÁSICO DE QUININA** *Injectio Chinini chlorhydratis basici*
55. **SOLUTO INJECTÁVEL DE CLORIDRATO DE EMETINA**
56. **SULFATO BÁSICO DE QUININA** *Chinini sulfas basicus* vel *Chinini sulfas* (N. I.) SULFATO DE QUININA. SAL ANTIPERIÓDICO
57. **SULFATO NEUTRO DE QUININA** *Chinini sulfas neutrus* BISSULFATO DE QUININA
58. **SULFATO DE QUINIDINA** *Chinidini sulfas* (N. I.) SULFATO BÁSICO DE QUINIDINA
59. **SUPOSITÓRIOS DE BELADONA**
60. **SUPOSITÓRIOS DE ÓLEO DE CACAU**
61. **SUSPENSÃO DE IODOBISMUTATO DE QUININA, INJECTÁVEL** *Injectio Chinini iodo-bismuthatis*
62. **TINTURA DE ALCATRÃO MINERAL SAPONINADO**
63. **TINTURA DE BÁLSAMO DE TOLU**
64. **TINTURA DE BAUNILHA**
65. **TINTURA DE BENJOIM, COMPOSTA**
66. **TINTURA DE COCA**
67. **TINTURA DE GRINDÉLIA**
68. **TINTURA DE HAMAMÉLIA**
69. **TINTURA DE HIDRASTE**
70. **TINTURA DE IPECACUANHA**

71. **TINTURA DE JABORANDI**
72. **TINTURA DE JALAPA**
73. **TINTURA DE JALAPA, COMPOSTA**
74. **TINTURA DE LOBÉLIA**
75. **TINTURA DE QUILAIA**
76. **TINTURA DE QUINA** *Tinctura Cinchonae* (N.I.)
77. **TINTURA DE RATÂNIA**
78. **TOTAQUINA** *Totaquina*
79. **VALERATO DE QUININA** *Chinini valeris* VALERATO BÁSICO DE QUININA.
VALERIANATO DE QUININA
80. **VANILINA**
81. **VERATRINA**
82. **VINHO DE GENCIANA, COMPOSTO** *Vinum Gentianae, compositum*
83. **VINHO DE IPECACUANHA**
84. **VINHO DE QUINA** *Vinum Cinchonae* (N.I.) VINHO QUINADO
85. **VINHO DE QUINA, COMPOSTO** *Vinum Cinchonae, compositum*
86. **XAROPE DE BÁLSAMO DE TOLU**
87. **XAROPE DE BENZOATO DE SÓDIO**
88. **XAROPE DE IPECACUANHA**
89. **XAROPE DE IPECACUANHA, COMPOSTO**
90. **XAROPE DE QUINA FERRUGINOSO** *Sirupus Cinchonae cum Ferro* XAROPE DE QUINA
E FERRO
91. **XAROPE DE QUINA VINOSO** *Sirupus Cinchonae vinosus*
92. **XAROPE DE RATÂNIA**
93. **XAROPE DE SALSAPARRILHA, COMPOSTO**
94. **XAROPE DE SÊNEGA**
95. **TEOBROMINA**
96. **COMPRIMIDOS DE SULFATO DE QUININA** (presente no suplemento)
97. **BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA**
98. **SOLUTO INJECTÁVEL DE BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA**
99. **SOLUTO INJECTÁVEL DE BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA E DE
CLORIDRATO DE MORFINA**
100. **SULFATO DE ATROPINA**
101. **GUAIACOL**
102. **CARBONATO DE GUAIACOL**
103. **FOSFATO DE GUAIACOL**

Lista 10. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados na Farmacopeia Portuguesa V (1987-1996)

1. **AMIDO DE BATATA**
2. **AMIDO DE MILHO**
3. **BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA**
4. **CERA DE CARNAÚBA**
5. **CLORIDRATO DE COCAÍNA**
6. **CLORIDRATO DE EMETINA HEPTA-HIDRATADO**
7. **CLORIDRATO DE EMETINA PENTA-HIDRATADO**
8. **CLORIDRATO DE PILOCARPINA**
9. **CLORIDRATO DE QUININA**
10. **COMPRIMIDOS DE QUININA**
11. **ESTRAMÓNIO, PÓ TITULADO**
12. **IPECACUANHA, PÓ TITULADO**
13. **ÓLEO DE AMENDOIM**
14. **SULFATO DE ATROPINA**
15. **SULFATO DE HIOSCIAMINA**
16. **SULFATO DE QUINIDINA**
17. **SULFATO DE QUININA**
18. **TEOBROMINA**
19. **VANILINA**
20. **XAROPE DE IPECACUANHA**
21. **NITRATO DE PILOCARPINA**⁴⁰⁸⁶

⁴⁰⁸⁶ A pilocarpina é extraída da planta *Pilocarpus microphyllus*, de origem americana (PEREIRA, Rafael Caldas; NONATO, Carla de Fátima Alves; CAMILO, Cicera Janaine; COUTINHO, Henrique Douglas Melo; RODRIGUES, Fabíola Fernandes Galvão; XIAO, Jianbo; COSTA, José Galberto Martins da – Development and validation of a rapid RP-HPLC-DAD analysis method for the quantification of pilocarpine in *Pilocarpus microphyllus* (Rutaceae). **Food and Chemical Toxicology**. 119 (2018) 106-111. ISSN 0278-6915. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.fct.2018.05.023>, p. 106).

Lista 11. Medicamentos com drogas americanas ou produtos delas derivados na Farmacopeia Portuguesa VI (1997-2001)

1. **AMIDO DE BATATA**
2. **AMIDO DE MILHO**
3. **BROMIDRATO DE ESCOPOLAMINA**
4. **CERA DE CARNAÚBA**
5. **CLORIDRATO DE COCAÍNA**
6. **CLORIDRATO DE EMETINA HEPTA-HIDRATADO**
7. **CLORIDRATO DE EMETINA PENTA-HIDRATADO**
8. **CLORIDRATO DE QUININA**
9. **CLORIDRATO DE PILOCARPINA**
10. **COMPRIMIDOS DE QUININA**
11. **IPECACUANHA, PÓ TITULADO**
12. **IPECACUANHA, TINTURA TITULADA**
13. **NICOTINA**
14. **NITRATO DE PILOCARPINA**
15. **ÓLEO DE AMENDOIM**
16. **ÓLEO DE AMENDOIM HIDROGENADO**
17. **ÓLEO DE GIRASSOL REFINADO**
18. **ÓLEO DE MILHO REFINADO**
19. **SULFATO DE ATROPINA**
20. **SULFATO DE HIOSCIAMINA**
21. **SULFATO DE QUINIDINA**
22. **SULFATO DE QUININA**
23. **TEOBROMINA**
24. **VANILINA**
25. **XAROPE DE IPECACUANHA**

ANEXOS

ANEXO I. Alvará que autorizou a publicação da *Pharmacopeia Geral* (1794).

PHARMACOPEIA GERAL PARA O REINO, E DOMINIOS DE PORTUGAL, PUBLICADA POR ORDEM DA RAINHA FIDELISSIMA D. MARIA I.

“EU A RAINHA Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo-me presente a desordem, com que nas Boticas de Meus Reinos, e Dominios se fazem as preparações, e composições, por falta de huma Pharmacopeia, que sirva para regular a necessaria uniformidade das ditas preparações, e composições; sendo certo, que sem que haja esta uniformidade, he impossivel que a medicina se pratique sem riscos da vida, e saude de Meus Fieis Vassalos, deixando-se á vontade, e capricho de cada um dos Boticarios adoptar diferentes methodos de compôr, e preparar os remedios de toda, e qualquer Pharmacopeia, ou ella seja de Universidades, Collegios Medicos, ou de Pessoas particulares: Fui servida Mandar fazer, e publicar a Pharmacopeia Geral para o Reino, e Dominios de Portugal, para servir de Regra aos Boticarios, e Determinar a este respeito o seguinte.

- I. Que esta mesma Pharmacopeia seja para instrução de todos os que aprenderem a Arte Pharmaceutica, dos quaes nenhum poderá examinar-se, depois do tempo competente de prática, sem que seja segundo os Elementos de Pharmacia, e segundo o methodo de preparar, e compôr cada hum dos Medicamentos conteúdos na dita Pharmacopeia Geral, mostrando hum perfeito conhecimento de huma, e outra cousa, assim como dos simples, pelo modo, que nella se descrevem.
- II. Todos os Boticarios serão obrigados a terem hum Exemplar da Pharmacopeia Geral, o qual deverão apresentar tanto nas Visitas Geraes, como nas Particulares, debaixo das penas, que em outro lugar Sou servida declarar; e este Exemplar para ter validade, sera assignado pelo Primeiro Medico da Minha Real Camara, com a declaração do nome do Boticario, a quem pertença, Terra, e Comarca da sua habitação; havendo-se por nullos todos os Exemplares, que sem estas declarações forem achados. E Determino, que seja este sempre hum dos impreteriveis Artigos de Visita, que constará sempre por Certidão da immediata antecedente.
- III. Depois da publicação desta Pharmacopeia, prohibo não sómente que os Boticarios preparem, e componhão Medicamentos por outra alguma Pharmacopeia; mas tambem que nenhum Medico, ou Cirurgião possa receitar qualquer preparação, ou composição debaixo de titulos geraes, que nella se não contenhão. E sendo caso, que tanto fiem de alguma formula de Medicamento de outra Pharmacopeia, ou de algum Author particular, que della esperem a felicidade da cura, a receitarãõ por extenso, e não debaixo do titulo, que nesse Author, ou Pharmacopeia tiver; nem os Boticarios

aviaráõ semelhantes receitas, que assim lhes não forem mandadas por extenso, tudo debaixo de penas, que em seu lugar Fui servida Determinar.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; Tribunaes, e Justiças de Meus Reinos, que assim o fação cumprir, guardar, e executar. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e que o seu effeito haja de durar mais de hum, ou muitos annos, sem embargo das Ordenações, que o contrario determinão. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em sete de Janeiro de mil setecentos noventa e quatro.

PRINCIPE

José de Seabra da Silva.

ALvará, por que Vossa Magestade ha por bem Determinar a Pharmacopeia Geral para o Reino, e Dominios de Portugal, na fôrma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Joaquim Guilherme da Costa Posser o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro VIII. das Cartas, Alvarás, e Patentes a fol. 158. vers. Nossa Senhora da Ajuda em 16 de Janeiro de 1794.

*Domingos Xavier de Andrade.*⁴⁰⁸⁷

⁴⁰⁸⁷ TAVARES – Pharmacopeia Geral (1794, t.2), p. ii-vi.

ANEXO II. Decreto que instituiu o *Código Pharmaceutico Lusitano* (1835) como farmacopeia legal.

“DECRETO.

Considerando que a Pharmacopéa Geral auctorizada pelo Alvará de sete de Janeiro de mil sete centos e noventa e quatro para uso destes Reinos, e seus Dominios, não estando ao par dos conhecimentos actuaes, pelos sensiveis progressos que as Sciencias Naturaes tem feito desde então, mormente em objecto de tamanha transcendencia, tornão evidente a necessidade de uma providencia em que muito interessa a saude dos Póvos; e Attendendo a que o Livro intitulado = Tratado de Pharmaconomia ou Código Pharmaceutico Lusitano = fructo de longa e estudiosa applicação do *Doutor Agostinho Albano da Silveira Pinto*, Director da Academia de Marinha e Commercio, e Eschola Cirurgica do Porto, apresenta os conhecimentos pharmaceuticos ao par da Sciencia: Hei por bem Decretar aquelle Livro Pharmacopéa legal, para que seja adoptado como compendio nas Escholas do Reino em que a mesma Sciencia s’ensinar; ficando porem o seu auctor obrigado á parte Pharmacographica que lhe falta, e sem effeito a disposição do citado Alvará. O Ministro, e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades em seis d’Outubro de mil e oitocentos e trinta e cinco = RAINHA = *Rodrigo da Fonseca Magalhães.*”⁴⁰⁸⁸

⁴⁰⁸⁸ PINTO – Código Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia (1836a), p. XII.

ANEXO III. Prólogo da 3ª edição do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1841).

“PROLOGO

DESTA TERCEIRA EDIÇÃO.

COmo o Codigo Pharmaceutico Lusitano fosse pela Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro declarado provisoriamente Codigo Pharmaceutico legal naquelle Imperio, acha-se por esta razão quasi exhausta a segunda Edição, por tanto vi-me na necessidade de o reimprimir, corrigindo os erros que na anterior tinham escapado, e se achavam nas erratas; e como desde a publicação desta, se haja feito alguma mudança na terminologia, julguei preciso attender a esta circumstancia. Não ha pois na presente Edição alteração alguma d’importancia, porque tambem quasi que a não tem havido na sciencia desde então.

Temos por necessario dar neste lugar os mais cordiaes agradecimentos á Illustrada Academia Imperial do Rio de Janeiro, pela honra que fez ao nosso Codigo, e não menos á Illustrada Sociedade de Sciencias Fysicas e Chemicas de París, de quem recebemos a honrosa medalha que ella nos fez a graça de conferir, e que guardamos como distincto documento da consideração que lhe deveram nossos taes e quaes trabalhos pharmacologicos. Dignem-se pois estas Corporações Scientificas acceitar este publico testemunho de nosso reconhecimento e respeito.”⁴⁰⁸⁹

⁴⁰⁸⁹ PINTO – Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia (1841), p. xv. Esta farmacopeia inclui também o Decreto de 6 de Outubro de 1835 que declarou o *Código Pharmaceutico Lusitano* como farmacopeia oficial portuguesa.

ANEXO IV. Portaria que declara a manutenção em vigor do decreto de 6 de Outubro de 1835 (que instituíra o *Código Pharmaceutico Lusitano* como farmacopeia legal).

“PORTARIA

DECLARATORIA DESTE DECRETO.

POdendo suscitar-se duvida sobre se o Decreto de 5 de Outubro de 1838, pelo qual foi nomeada uma Commissão para redigir e propôr uma nova Pharmacologia, prejudicou, ou derogou o de 6 de Outubro de 1835, que mandou adoptar como Pharmacopêa legal o Código Lusitano, coordenado pelo Conselheiro *Agostinho Albano da Silveira Pinto*: Sua Magestade a Rainha, Tomando em consideração o que a este respeito Lhe representou o dito Conselheiro; Manda pela Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino, declarar, para conhecimento de quem competir, que havendo o Governo, em virtude da faculdade concedida pelo Art. 2.º da Carta de Lei de 25 d’Abril de 1835, Decretado Pharmacopêa legal, o referido Código, para ser adoptado como Compendio nas Escolas do Reino, e substituir a que se achava authorisada pelo Alvará de 7 de Janeiro de 1794; e que, competindo sómente ao corpo legislativo reformar ou derogar a lei vigente, subsiste por isso em pleno vigor o citado Decreto de 6 de Outubro de 1835, em quanto não fôr competentemente alterada, ou derogada a sobredita Carta de Lei. Palacio das Necessidades em 24 de Janeiro de 1840.

(Assignado) *Rodrigo da Fonseca Magalhães*.⁴⁰⁹⁰

⁴⁰⁹⁰ Ibidem, p. xvii.

ANEXO V. Prólogo da 4ª edição do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1846).

“PROLOGO

DESTA QUARTA EDIÇÃO.

COmo o Codigo Pharmaceutico Lusitano fosse pela Academia Imperial de Medecina do Rio de Janeiro declarado provisoriamente Codigo Pharmaceutico legal no Imperio do Brazil, extrahiram-se mais depressa as duas precedentes edições: augmentou tambem a extracção por effeito do decreto de 18 de Setembro de 1844, em cuja coordenação e redacção não tive a minima parte, posto que mui posteriormente á sua publicação houvesse sido nomeado com outro collega para coadjuvarmos a commissão encarregada de o revêr, a qual achámos já em exercicio; e cumpre dizer, ainda que mui transitoriamente, que dentro dos limites prescriptos nas instrucções, que a commissão recebeu, se fiseram attendiveis modificações, mesmo na parte doutrinal; posto que em geral aquelle decreto se achasse considerado em perfeita harmonia com a legislação vigente na Europa.

Exhausta pois a precedente edição, tive por necessaria a reimpressão, na qual, sem alterar o systema adoptado desde a primeira, fiz as correcções que me pareceram precisas, não só quanto a erratas typographicas, mas ainda em pontos doutrinaes, conformando-me com muitas das observações que o meu distincto colega e amigo, o S.^r D.^r B. A. Gomes, se dignou communicar-me.

Não julguei ser ainda tempo de me referir nesta edição aos trabalhos chimicos e pharmaceuticos publicados depois de 1841, em que a edição precedente sahio á luz; e mui especialmente áquelles com que o illustre professor da universidade de *Giessen*, M.^r Justus *Liebig*, havia enriquecido a chimica organica, muitos deles já conhecidos pelas proprias obras deste distincto professor. De todos estes trabalhos se acha ampla noticia não só nos Annaes de Chimica e Physica, no *Journal de Pharmacie*, no *Annuaire de Chimie* com applicação á medicina e á pharmacia, por MM. ^{rs} *Millon* e *Reiset*, e nas obras elementares de chimica publicadas desde aquelle anno: entendi que devia seguir o exemplo dado pelos Authores de Tratados de pharmacia reimpressos desde então, ou recentemente publicados, e entre estes o curso de pharmacia de *Lecanu*, o Repertorio geral de pharmacia pratica de *Dorvaults* e outras: e na verdade, a noticia systematica de taes trabalhos, que por certo faria falta a mais sensivel e inadmissivel em uma obra de chimica, não achariam por emquanto referencia cabal em uma pharmacopéa.

Pareceu-me que seria util ajuntar a esta edição um catalogo alphabetico dos vegetaes mais usados designados pelos seus nomes botanicos e triviaes, referidos ao systema de Linneu e Methodo Natural: e outro, especialmente consagrado a plantas proprias do Brazil, servindo-me para a coordenação deste não só d’algumas obras já d’ha muito conhecidas, porém mui especialmente de interessantes Memorias e Artigos publicados por mui distinctos Medicos

praticos no Rio de Janeiro, no valioso Jornal da Academia Imperial de Medicina daquela Capital, mais conhecido com o titulo de *Revista Medica Fluminense*; entre estes illustres Professores figuram especialmente na parte botanica os Senhores Doutores Silva Manso, e Silva Maya, cujos trabalhos merecem o maior louvor.

Ao Supplemento desta edição addicionar-se-ha mais um pequeno numero de formulas que pode ser de conveniente uso clinico.

Novamente tributo os mais sinceros e cordiaes agradecimentos á Illustrada Academia Imperial do Rio de Janeiro pela honra que fez ao Codigo Pharmaceutico Lusitano; e com os mesmos sentimentos me dirijo á Illustrada Sociedade de Sciencias Physicas e Chemicas de Paris, não menos pela honrosa medalha que se dignou conferir-me, e que guardo como precioso documento da consideração que lhe mereceram os meus taes e quaes trabalhos pharmacologicos, que pela distincta honra de me darem um lugar no numero de seus socios: eu espero que estas duas corporações scientificas se dignarão aceitar este publico testemunho do meu reconhecimento e respeito.

*O Author.*⁴⁰⁹¹

⁴⁰⁹¹ PINTO – Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado de Pharmaconomia (1846), p. xv e xvi.

ANEXO VI. Decreto que declara o *Codigo Pharmaceutico Lusitano* de 1858 (edição póstuma de José Pereira Reis) como farmacopeia legal provisória.

“DECRETO

Tendo pedido José Pereira Reis, lente da escola medico-cirurgica do Porto, e os demais herdeiros do conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, que a *nova edição* do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* fosse declarada farmacopêa legal, e adoptada nas escolas de pharmacia do reino, á similhaça do que se ordenára por decreto de 6 de outubro de 1835 com referencia á primeira edição;

Considerando que a *nova edição* se acha expurgada de muitos dos erros e defeitos que appareciam na antiga, alisá [sic] extincta;

Considerando que deve ainda decorrer um largo espaço de tempo antes que venha a ser publicada a farmacopêa legal, que a faculdade de medicina da universidade está preparando nos termos dos seus estatutos; e que não póde prescindir-se durante elle de um livro que sirva para o ensino e pratica da pharmacia;

Conformando-me com a consulta do conselho da faculdade de medicina da mesma universidade, e com o parecer do respectivo reitor: hei por bem decretar que a *nova edição* do *Codigo Pharmaceutico Lusitano* sirva provisoriamente de farmacopêa legal, e de compendio nas escolas, até que seja apresentada e approvada a farmacopêa a cargo da universidade.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de fevereiro de 1861. – REI. – *Marquez de Loulé.*”⁴⁰⁹²

⁴⁰⁹² PINTO; REIS – *Codigo Pharmaceutico Lusitano* (1858).

ANEXO VII. Advertência da 2ª edição póstuma do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1876), informando que esta edição não constituía farmacopeia legal.

“ADVERTENCIA D’ESTA SEGUNDA EDIÇÃO
POSTHUMA

Esta segunda edição posthuma é uma reprodução da primeira, com algumas correções e adições exigidas pelo progresso das sciencias medicas n’estes dezoito annos decorridos desde 1858; e assim como na edição de 1858 tomamos por modelo a *Pharmacopêa Belga*, tomâmos n’esta edição a *Pharmacopêa Franceza* de 1866, e a *Britannica* de 1867.

Não tivemos ultimamente ideia de pedir privilegio para esta edição, porque sabiamos que estavam muito adiantados os trabalhos da commissão encarregada pelo decreto de 15 de novembro de 1871 de preparar uma *Pharmacopêa* legal.

Estava já no fim a impressão d’este livro, quando vimos publicada a portaria de 14 de setembro, que auctoriza e approva o trabalho d’aquella commissão, declarando-o legal desde 14 de março de 1877, com o nome de *Pharmacopêa Portugueza*.

Ficam pois sabendo os clinicos e pharmaceuticos, que até 14 de março de 1877 é ainda legal a primeira edição posthuma do CODIGO PHARMACEUTICO de 1858: e que esta segunda edição fica sendo desde a sua publicação um mero tratado de Pharmacia com um formulario annexo.

N. B. Temos como instrumentos legaes o thermometro centigrado, para marcar as temperaturas; o alcoometro de Gay-Lussac para avaliar a força dos liquidos alcoolicos; o areometro de Baumé e o densimetro de Salleron, para conhecer as concentrações dos outros liquidos mais pesados que a agua distillada.

O Editor”⁴⁰⁹³

⁴⁰⁹³ PINTO; REIS – *Código Pharmaceutico Lusitano* (1876).

ANEXO VIII. Decreto que ordena a elaboração de um projeto de farmacopeia e que nomeia uma comissão para esse efeito.

“DECRETO

MANDANDO ELABORAR UM PROJECTO DE PHARMACOPÊA

Tornando-se consideravelmente sensível a falta de uma pharmacopêa geral ou código pharmaceutico do reino, que esteja a par do progresso das sciencias correlativas e corresponda ao actual systema de pesos e medidas; e annuindo ás instancias que, por parte de associações scientificas e pessoas competentes e zelosas do bem publico, me têm sido dirigidas sobre os inconvenientes e irregularidades que resultam da deficiência do «Codigo pharmaceutico lusitano», auctorizado por decreto de 6 de outubro de 1835; hei por bem crear uma commissão composta das seguintes pessoas:

Dr. Bernardino Antonio Gomes, do meu conselho, lente jubilado de materia medica e therapeutica da escola medico-cirurgica de Lisboa.

Francisco José da Cunha Vianna, lente de pathologia interna da referida escola.

Dr. Carlos Augusto May Figueira, lente de clinica medica da mesma escola.

José Thomás de Sousa Martins, demonstrador das cadeiras de medicina na mesma escola e pharmaceutico de 1.^a classe.

Jose Tedeschi, professor jubilado de pharmacia da mesma escola e presidente da sociedade pharmaceutica lusitana.

Claudino José Vicente Leitão, professor de pharmacia da mesma escola.

Izidoro da Costa Azevedo, pharmaceutico de 1.^a classe e antigo preparador de chimica da escola polytechnica.

Joaquim Urbano da Veiga, pharmaceutico de 1.^a classe e vice-presidente da sociedade pharmaceutica lusitana.

Dr. Agostinho Vicente Lourenço, lente de chimica organica da escola polytechnica.

Antonio Augusto de Aguiar, lente de chimica inorganica da mesma escola.

Pedro José da Silva, demonstrador de chimica do instituto geral de agricultura e pharmaceutico de 1.^a classe.

Esta commissão, de que será presidente o Dr. Bernardino Antonio Gomes, e secretario José Thomás de Sousa Martins, é encarregada de elaborar e propor ao governo um projecto de «Pharmacopêa geral do reino», que preencha, como é de esperar da competencia e luzes das pessoas acima nomeadas, os importantissimos fins a que taes obras se destinam.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de novembro de 1871.

REI.

*Antonio Rodrigues Sampaio.*⁴⁰⁹⁴

⁴⁰⁹⁴ GOMES [et al.] – Pharmacopêa Portuguesa ...p. vii-viii.

ANEXO IX. Decreto que aprova a *Pharmacopêa portugueza* (1876) como farmacopeia legal.

“DECRETO

APPROVANDO O PROJECTO DE PHARMACOPÊA

Tendo a commissão nomeada por decreto de 15 de novembro de 1871 feito subir á minha real presença o projecto de pharmacopêa geral do reino, que foi encarregada de elaborar; e attendendo a que no mesmo projecto estão convenientemente consideradas e aproveitadas as indicações das sciencias applicaveis, no seu progressivo desenvolvimento, o que torna esta obra recommendavel para o ensino e pratica da pharmacia em harmonia com as exigencias da epocha:

Hei por bem conceder a minha real approvação ao mencionado projecto, e determinar que, sob a denominação de *Pharmacopêa portugueza*, fique substituindo para todos os effeitos legaes o «Codigo pharmaceutico lusitano» approvedo por decretos de 6 de Outubro de 1835 e 14 de fevereiro de 1861, o que todavia só terá execução depois de decorridos seis mezes a contar da publicação d’este decreto no *Diario do governo*.

O ministro e secretario d’estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 14 de setembro de 1876.

REI.

*António Rodrigues Sampaio.*⁴⁰⁹⁵

⁴⁰⁹⁵ Ibidem, p. v.

ANEXO X. Decreto-lei n.º 24876, de 9 de Janeiro de 1935, que aprova a publicação da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1935), para substituir oficialmente a *Farmacopeia Portuguesa de 1876*.

“MINISTÉRIO DO INTERIOR
DIRECÇÃO GERAL DE SAÚDE

Decreto-lei n.º 24:876

A *Farmacopeia Portuguesa* que ainda está vigorando data de 1876 e será certamente a mais antiga de todas as farmacopeias em uso.

De há muito se tinha reconhecido a conveniência da sua actualização, com vantagem indiscutível para o exercício da profissão de farmácia e correlativa fiscalização.

À Direcção Geral de Saúde foi apresentado um projecto de farmacopeia portuguesa da autoria de farmacêuticos de competência afirmada e com responsabilidades oficiais em cargos públicos da sua técnica.

O primeiro exame desse projecto denunciou um tal esforço e escrúpulo na sua elaboração que o tornava merecedor de estudo cabal e profundo. E por isso foi submetido ao laudo do Conselho Superior de Higiene, que, em seu parecer, reconheceu abertamente a perfeição e idoneidade desse projecto como satisfazendo plenamente ao fim a que se destina e ombreando com as farmacopeias estrangeiras mais recentes e mais louvadas.

Por isso o Governo lhe dá também aprovação e para os efeitos da sua publicação e adopção é promulgado o presente decreto-lei.

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Será publicado o projecto da *Farmacopeia Portuguesa* aprovado pelo Conselho Superior de Higiene, para ser usada oficialmente em substituição da *Farmacopeia Portuguesa de 1876*.

Art. 2.º Fica o Ministro do Interior autorizado a regular as condições dessa publicação quanto à forma de apresentação, período de vigência, preço e direitos a atender, bem como marcar os períodos de revisão da *Farmacopeia Portuguesa* e os meios de executar essa revisão.

Publique-se e cumpra-se como nê se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Janeiro de 1935. - ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA - *António de Oliveira Salazar* - *Henrique Linhares de Lima* - *Manuel Rodrigues Júnior* - *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* - *Anibal de Mesquita Guimarães* - *José Caeiro da Mata* - *Duarte Pacheco* - *Armindo Rodrigues Monteiro* - *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* - *Sebastião Garcia Ramires* - *Rafael da Silva Neves Duque*.⁴⁰⁹⁶

⁴⁰⁹⁶ FONSECA [et al.] – *Farmacopeia Portuguesa IV*: edição oficial (1935), p. V e VI.

ANEXO XI. Decreto-Lei n.º 40462, de 27 de Dezembro de 1955, que criou a *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa*.

“MINISTÉRIO DO INTERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE

Decreto-Lei n.º 40 462

A *Farmacopeia Portuguesa* em vigor desde 1936, com algumas modificações posteriores, carece de estar permanentemente actualizada, de modo a corresponder à evolução da terapêutica.

A Direcção-Geral de Saúde precisa, por outro lado, de ser dotada de elementos que a habilitem a pronunciar-se sobre a nomenclatura de substâncias medicamentosas.

Nestes termos e tendo em atenção o disposto no n.º 26.º do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada na Direcção-Geral de Saúde a Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa, que fica incumbida da sua elaboração, revisão e interpretação e à qual competirá ainda dar parecer sobre os assuntos conexos que lhe forem propostos pelo director-geral.

Art. 2.º A constituição da Comissão e a designação dos seus vogais serão fixadas em portaria do Ministro do Interior.

§ 1.º Na Comissão haverá um representante da Faculdade ou das Escolas de Farmácia e outro das Faculdades de Medicina.

§ 2.º Os membros da Comissão terão direito a senhas de presença, cujo quantitativo será fixado por despacho do Ministro do Interior, ouvido o das Finanças.

§ 3.º Os vogais residentes fora de Lisboa terão direito às ajudas de custo e ao pagamento de transporte.

Art. 3.º A Comissão precedendo despacho ministerial, poderá solicitar a colaboração de pessoas estranhas cujo concurso, pelos seus conhecimentos especiais, julgue conveniente e ainda promover a remuneração de trabalhos de natureza técnica confiados a pessoas que não façam parte dos quadros da Direcção-Geral de Saúde.

Art. 4.º Ao Ministro do Interior compete regular as condições de publicação da *Farmacopeia Portuguesa*, suas alterações e suplementos.

Art. 5.º No orçamento do Ministério do Interior será inscrita a verba indispensável à execução do presente diploma.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Dezembro de 1955. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar – Marcello Caetano – Fernando dos Santos Costa – Joaquim Trigo de Negreiros – João de Matos Antunes Varela – António Manuel Pinto Barbosa – Américo Deus Rodrigues Thomaz – Paulo Arsénio Viríssimo Cunha – Eduardo de Arantes e Oliveira – Raul Jorge Rodrigues Ventura – Francisco de Paula Leite Pinto – Ulisses Cruz de Aguiar Cortês – Manuel Gomes de Araújo – Henrique Veiga de Macedo.*

(*Diário do Governo* n.º 283, 1.ª série, de 27 de Dezembro de 1955)⁴⁰⁹⁷

⁴⁰⁹⁷ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - Farmacopeia portuguesa IV: suplemento.

ANEXO XII. Decreto-Lei n.º 42824, permitindo que sejam editadas adendas, em folhas soltas, para integrar, substituir ou alterar a Farmacopeia Portuguesa aprovada pelo Decreto-Lei n.º 24876, de 9 de Janeiro de 1935.

“MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA
DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE

—
Decreto-Lei n.º 42 824

Pelo Decreto-Lei n.º 40 462, de 27 de Dezembro de 1955, foi criada uma comissão permanente a fim de proceder à revisão e interpretação da Farmacopeia Portuguesa e à elaboração de um texto, devidamente actualizado, do referido código farmacêutico.

O estado de adiantamento dos trabalhos da comissão já permite publicar um número elevado de folhas soltas, que constituirão adendas à farmacopeia vigente e servirão de base à publicação da nova farmacopeia. Tal modo de proceder é, aliás, o que mais convém à preparação de um formulário nacional, em virtude da evolução constante da terapêutica.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2 do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto se não efectuar a publicação de uma nova farmacopeia, serão editadas, em folhas soltas, adendas à Farmacopeia Portuguesa, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 24 876, de 9 de Janeiro de 1935, que, para todos os efeitos, serão consideradas – na parte respectiva – como integrando-se, substituindo ou alterando a referida farmacopeia.

Art. 2.º O Ministro da Saúde e Assistência fica autorizado a regular as condições de publicação dessas folhas, quer quanto à sua forma de apresentação, quer quanto aos respectivos períodos de validade e ao seu preço, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24 876.

Art. 3.º As referidas adendas serão editadas pela Imprensa Nacional.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Janeiro de 1960. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ - *António de Oliveira Salazar – Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz – Arnaldo Schulz – João de Matos Antunes Varela – António Manuel Pinto Barbosa – Afonso Magalhães de Almeida Fernandes – Fernando Quintanilha Mendonça Dias – Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias – Eduardo de Arantes e Oliveira – Vasco Lopes Alves – Francisco de Paula Leite Pinto – José do Nascimento Ferreira Dias Júnior – Carlos Gomes da*

Silva Ribeiro – Henrique Veiga de Macedo – Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

*(Diário do Governo n.º 22, 1.ª série, de 28 de Janeiro de 1960)''*⁴⁰⁹⁸

⁴⁰⁹⁸ Ibidem.

ANEXO XIII. Portaria que aprova a *Farmacopeia Portuguesa V*.

“

I. *PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE* *de 1 de Outubro de 1985*

Portaria. – Esgotada a 2.^a edição da IV Farmacopeia Portuguesa, bem como o seu suplemento, publicados, respectivamente, em 1946 e 1961, e não sendo, por razões técnicas, conveniente a sua reedição, torna-se imperioso proceder à elaboração e aprovação da V Farmacopeia, cuja estrutura obedece já aos princípios que nortearam a Farmacopeia Europeia, sendo constituída pelo vol. I, abrangendo generalidades, sumário e índice, e vol II, constituído por monografias, inseridas por ordem alfabética dos títulos respectivos, não se utilizando qualquer numeração, uma vez que periodicamente surgirão aditamentos.

Assim, tendo em vista o disposto no art.4.º do Dec.-Lei 40 462, de 27-12-55:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Saúde, o seguinte:

1.º *É aprovada a V Farmacopeia Portuguesa, proposta pela Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa, a editar pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em substituição da IV Farmacopeia e seu suplemento, editados, respectivamente, em 1946 e 1961.*

2.º As condições de publicação de aditamento à presente Farmacopeia serão fixadas por despacho do Ministro da Saúde.

1-10-85. – O Ministro da Saúde, *António Manuel Maldonado Gonelha.*⁴⁰⁹⁹

⁴⁰⁹⁹ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte I (1986).

ANEXO XIV. Portaria que reestrutura a Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa.

“MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto

Portaria. — Com vista a assegurar a continuação dos trabalhos da Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa e por falecimento do anterior presidente e afastamento de alguns membros da referida Comissão, considera-se necessária a reestruturação da mesma.

Assim, nos termos do art.º 2.º do Dec. 40 462, de 27/12/55, e tendo em conta o disposto no art.º 6.º, n.º 3, al. a), do Dec.-Lei 103-A/84, de 30/3:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Saúde, o seguinte:

A Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa terá a seguinte constituição:

Prof. Doutor Luís Vasco Nogueira Prista (presidente).

Dr. José Lourenço Ferreira Cristina Afonso.

Prof. Doutor António Correia Alves.

Dr. Augusto Eduardo Vasconcelos Nazaré Barbosa.

Dr.^a Maria Margarida Ferreira Braga.

Prof. Doutor António Pinho de Brojo.

Prof. Doutor António Proença da Cunha.

Dr.^a Ana Boavida Ramos Godinho.

Prof. Doutor João Borrallho da Graça.

Dr.^a Maria Isilda Jacinto.

Prof. Doutor Aluísio Marques Leal.

Prof.^a Doutora Tice dos Reis Anastácio de Macedo.

Prof. Doutor Artur Torres Pereira.

Prof. Doutor Albano Pereira Júnior.

Prof.^a Doutora Madalena Maria de Magalhães Pinto.

Prof. Doutor José Avelar de Almeida Ribeiro.

Prof. Doutor José Manuel Gião Toscano Rico.

Dr. Luís Duarte Rodrigues.

Prof. Doutor José Ferreira do Vale Serrano.

Dr. Manuel Joaquim de Jesus Vieira da Silva.

Prof. Doutor Rui Manuel Ramos Morgado.

Prof. Doutor André Campos Neves.

Prof. Doutor Eduardo Rodrigues Pereira.

16/2/87. — O Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Saúde, *António Baptista Pereira*.⁴¹⁰⁰

⁴¹⁰⁰ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA – Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo II (1987).

ANEXO XVI. Elementos da *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa (1989).*

“COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA

PRESIDENTE

PRISTA, L. V. Nogueira

VICE-PRESIDENTES

MORGADO, R. M. Ramos

GODINHO, Ana B. R.

VOGAIS

AFONSO, J. L. F. Cristina

ALVES, A. Correia

BALTASAR, J. Almeida

BRAGA, Maria M. Ferreira

BRÓJO, A. Pinho

CUNHA, A. Proença da

GRAÇA, J. Borrvalho da

JACINTO, Maria Isilda

LEAL, A. C. Marques

MACEDO, Tice R. Anastácio de

NEVES, A. Campos

PEREIRA, A. Torres

PEREIRA, Albano

PINTO, Madalena M. M.

RIBEIRO, J. A. Almeida

RICO, J. M. Toscano

RODRIGUES, L. Duarte

SERRANO, J. F. Vale

SILVA, Manuel Vieira da

VALADARES, A. P. Martins⁴¹⁰¹

⁴¹⁰¹ COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo V (1989).

ANEXO XVII. Elementos da *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa (1990).*

“COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA

PRESIDENTE

MORGADO, Rui M. Ramos

VICE-PRESIDENTES

GODINHO, Ana B. Ramos

LOBO, José M. N. C. S.

VOGAIS

AFONSO, J. L. F. Cristina

ALVES, A. Correia

BRAGA, Maria M. Ferreira

BRÓJO, A. Pinho

CUNHA, A. Proença da

GRAÇA, J. Borralho da

JACINTO, Maria Isilda

LEAL, A. C. Marques

MACEDO, Tice R. Anastácio de

MORAIS, José A. Guimarães

MOURA, Daniel F. L.

NEVES, A. Campos

PEREIRA, Albano

PINTO, Madalena M. M.

PRISTA, L. V. Nogueira

RIBEIRO, J. A. Almeida

RODRIGUES, L. Duarte

RODRIGUES, M. Anabela

SERRANO, J. F. Vale

SILVA, Manuel Vieira da

SILVA, Rui V. C.

VALADARES, A. P. Martins”⁴¹⁰²

⁴¹⁰² COMISSÃO PERMANENTE DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - Farmacopeia Portuguesa V: edição oficial. Parte 2. Tomo VI (1990).

ANEXO XVIII. Preâmbulo da *Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial (1997)*.

“Preâmbulo

A Farmacopeia Portuguesa VI é uma tradução-adaptação da Farmacopeia Europeia elaborada aplicando a Convenção relativa à Elaboração de uma Farmacopeia Europeia (Série de Tratados Europeus n.º 50) do Conselho da Europa.

Nos termos da Convenção, as Partes Contratantes comprometem-se a tomar as medidas necessárias para que as monografias da Farmacopeia Europeia se tornem normas oficiais aplicáveis nos seus respectivos territórios. A este propósito, entende-se que os ensaios e doseamentos descritos são os métodos oficiais a partir dos quais são estabelecidas as normas da Farmacopeia Europeia. Podem ser utilizados outros métodos de análise para fins de controlo com o acordo das Autoridades Nacionais, com a condição de que esses métodos permitam afirmar inequivocamente que as normas das monografias seriam satisfeitas se fossem aplicados os métodos oficiais. Os padrões destinados a análises ditas “de rotina” podem ser preparados por laboratórios nacionais com a condição de serem verificados em relação aos padrões estabelecidos pela Comissão Europeia da Farmacopeia. Em casos de dúvida ou litígio, só fazem fé os métodos de análise, as substâncias de referência, as preparações de referência e os espectros de referência da Farmacopeia Europeia.”⁴¹⁰³

⁴¹⁰³ COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA - Farmacopeia Portuguesa VI: edição oficial, p. XIII.

ANEXO XIX. *Comissão da Farmacopeia Portuguesa (1997).*

“COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA

PRESIDENTE

MORGADO, Rui Manuel Ramos

VICE-PRESIDENTES

SOUSA LOBO, José M. C. Neves de

DAMAS MÓRA, José A. Barreto

SECRETÁRIO

FERREIRA, Domingos de Carvalho

VOGAIS

AFONSO, Carlos M. Magalhães

BAHIA, Maria Fernanda C. Guedes

BRAGA, Maria Margarida S. Ferreira

CARAMONA, Maria Margarida Duarte

CUNHA, A. Proença M. A. da

DOMINGOS, Maria Orlanda F. de Freitas

FARINHA, Ascensão M. Ribeiro

FONTES, Eduardo C. S. Marques

GRAÇA, João A. Borralho da

GRAÇA, Maria Irene dos Santos

LOURO, Maria Isilda S. J. Marques

MACEDO, Tice R. Anastácio de

MORAIS, José A. Guimarães

MOURA, Daniel F. Lima de

NEVES, André da S. Campos

PEREIRA, Albano

PRISTA, Luís V. Nogueira

REIS, Carlos A. C. Tomé dos

RODRIGUES, Maria Anabela

SEABRA, Rosa M. Moreira

SILVA, Manuel J. Vieira da
SILVA, Rui Vidal Correia da
VALADARES, António P. Martins⁴¹⁰⁴

⁴¹⁰⁴ Ibidem, p. XI.

ANEXO XX. Portaria n.º 74/97 (2.ª Série), de 25 de Fevereiro, que aprova a *Farmacopeia Portuguesa VI* para substituição da *Farmacopeia Portuguesa V*.

“MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 74/97 (2.ª Série), - A Comissão da Farmacopeia Portuguesa, então denominada por Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa, foi criada pelo Dec.-Lei 40 462, de 27-12-55, com a missão de elaborar, rever, interpretar e manter permanentemente actualizada a farmacopeia portuguesa.

Desde a data da aprovação da V Farmacopeia Portuguesa, em 1-10-85, alterou-se significativamente o quadro Institucional em cujo âmbito se insere a actividade da Comissão da Farmacopeia Portuguesa.

Assim, na 428.ª reunião dos delegados dos Ministros do Conselho da Europa foi adoptado um texto constituindo um protocolo à convenção relativa à elaboração de uma farmacopeia europeia e permitindo a adesão a esta da então denominada Comunidade Económica Europeia.

Em 16-6-94, o Conselho da União Europeia adoptou a Decisão n.º 94/358/CE respeitante à aceitação, em nome da Comunidade Europeia, da convenção relativa à elaboração de uma farmacopeia europeia, adoptando as medidas necessárias para que as monografias elaboradas no âmbito da Comissão da Farmacopeia Europeia passem a ser normas oficiais aplicáveis nos territórios dos países que, à semelhança de Portugal, a ratificaram.

Com a criação do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) foram desenvolvidas as competências atribuídas à Comissão da Farmacopeia Portuguesa, agora concebida como seu órgão consultivo, cujo Regulamento foi recentemente aprovado pela Portaria 408/96, de 22-8.

Por fim, de recordar o carácter vinculativo da Farmacopeia Portuguesa, seja no que respeita ao regime jurídico do exercício da actividade farmacêutica, seja na regulamentação em vigor ao nível do estatuto do medicamento.

Assim, nos termos do disposto no art.º 2.º do Regulamento aprovado pela Portaria 408/96, de 22-8:

Manda o Governo, pela Ministra da Saúde, que seja aprovada a VI Farmacopeia Portuguesa, elaborada e proposta pela Comissão da Farmacopeia Portuguesa, a editar pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em substituição da V Farmacopeia Portuguesa.

31-1-97. – Pela Ministra da Saúde, o Secretário de Estado da Saúde, *José Eduardo Gomes dos Reis*”.⁴¹⁰⁵

⁴¹⁰⁵ Ibidem, p. XII.

ANEXO XXI. Portaria n.º 408/96, de 22 de Agosto que aprova o Regulamento da *Comissão da Farmacopeia Portuguesa*.

“COMISSÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA

Regulamento

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 408/96

de 22 de Agosto

A *Farmacopeia Portuguesa*, como elemento de garantia da qualidade dos medicamentos através da decisão das formas medicamentosas típicas a que devem obedecer os fármacos e métodos de análise a observar, necessita estar permanentemente actualizada.

Em 27 de Dezembro de 1955, pelo Decreto-Lei n.º 40 462, foi criada na Direcção-Geral de Saúde a então denominada Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa, incumbida da revisão e interpretação da *Farmacopeia Portuguesa*, tendo passado, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 103-A/84, de 30 de Março, a constituir uma comissão técnica especializada da Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos. Actualmente, nos termos da Lei Orgânica do Instituto Nacional de Farmácia e do Medicamento (INFARMED) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 353/93, de 7 de Outubro, é um órgão consultivo do referido Instituto, com a designação de Comissão da Farmacopeia Portuguesa, sendo a sua composição, competência e funcionamento definidos por portaria do Ministro da Saúde.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 353/93, de 7 de Outubro:

Manda o Governo, pela Ministra da Saúde, aprovar o Regulamento da Comissão da Farmacopeia Portuguesa, anexo a esta portaria, de que faz parte integrante.

Ministério da Saúde.

Assinada em 23 de Julho de 1996.

Pela Ministra da Saúde, *José Eduardo Arcos Gomes dos Reis*, Secretário de Estado da Saúde.

ANEXO XXII. Regulamento da *Comissão da Farmacopeia Portuguesa*.

“Regulamento da Comissão da Farmacopeia Portuguesa

Artigo 1.º

(Natureza e composição)

1. A Comissão da Farmacopeia Portuguesa, a seguir designada por Comissão, é um órgão consultivo do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED).
2. Os membros da Comissão são escolhidos de entre farmacêuticos, médicos e veterinários, com currículos adequados, de modo a cobrir as principais áreas do fabrico e da análise do medicamento e das substâncias medicamentosas, nomeadamente a tecnologia farmacêutica, a química farmacêutica, os métodos físico-químicos e biológicos, os fármacos naturais, a farmacoterapia, a farmacocinética, os soros e vacinas, a biotecnologia e as preparações radiofarmacêuticas.
3. Integram a Comissão, por inerência, os directores de serviço do Departamento Laboratorial e da Direcção de Serviços de Farmácia e Inspeção Farmacêutica do INFARMED.
4. A Comissão poderá recorrer a peritos sempre que tal se revele necessário para a emissão de pareceres especializados em determinadas áreas específicas.

Artigo 2.º

(Competência)

À Comissão compete elaborar, rever, actualizar e interpretar a *Farmacopeia Portuguesa*, bem como emitir parecer sobre assuntos com esta conexos, por sua iniciativa ou a solicitação do conselho de administração do INFARMED.

Artigo 3.º

(Nomeação e mandato)

1. Os membros da Comissão e os peritos são nomeados por despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do conselho de administração do INFARMED.
2. Os membros da Comissão e os peritos não pertencentes ao Ministério da Saúde são nomeados por despacho conjunto do Ministro da Saúde e do respectivo ministro da tutela.

3. O mandato dos membros da Comissão, bem como dos peritos, tem a duração de três anos, renovável, podendo cessar a todo o tempo.

Artigo 4.º

(Direcção)

1. A Comissão funciona sob a direcção de um presidente, coadjuvado por dois vice-presidentes e um secretário, a designar pelo conselho de administração do INFARMED, de entre os seus membros, após auscultação dos mesmos.
2. O presidente representa a direcção da Comissão e é substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vice-presidentes.
3. Sem prejuízo das competências que lhe possam ser delegadas pela direcção, ao presidente compete convocar e presidir às reuniões plenárias da Comissão.
4. O secretário participa, em representação nacional, nas reuniões internacionais dos secretários das comissões de farmacopeias.

Artigo 5.º

(Competências da direcção)

Compete à direcção da Comissão:

- a) Responder perante o conselho de administração do INFARMED sobre o andamento dos trabalhos e sobre o desenvolvimento das suas actividades;
- b) Dirigir os trabalhos da Comissão;
- c) Representar oficialmente a Comissão;
- d) Chefiar a Delegação Portuguesa à Comissão da Farmacopeia Europeia.

Artigo 6.º

(Modo de funcionamento)

1. A Comissão funciona em reuniões plenárias, podendo criar subcomissões quando tal for julgado necessário.
2. A Comissão delibera por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião.
3. Os peritos podem participar, sem direito a voto, nas reuniões em que forem tratadas as matérias sobre as quais emitiram parecer.
4. A criação de subcomissões nos termos do n.º 1 só poderá concretizar-se obtida a anuência do conselho de administração do INFARMED.
5. A Comissão articula-se funcionalmente com a Direcção de Serviços de Informação Científica e Económica do INFARMED, à qual compete prestar todo o apoio logístico de que a Comissão necessite.
6. A gestão administrativa da Comissão é assegurada pelo secretário, a quem compete, designadamente, apoiar a direcção da Comissão, articulando-a com a Direcção de Serviços de Informação Científica e Económica.

Artigo 7.º

(Comissão da Farmacopeia Europeia)

A Comissão proporá ao conselho de administração do INFARMED a indigitação dos membros que integram os grupos de peritos que apoiam a Comissão da Farmacopeia Europeia, podendo a escolha recair em membros da Comissão ou nos peritos.

Artigo 8.º

(Remuneração)

Os membros da Comissão, bem como os peritos, são remunerados nos termos fixados no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 353/93, de 7 de Outubro.

Artigo 9.º

(Aplicação do Código do Procedimento Administrativo)

Em tudo o que não estiver previsto no presente Regulamento são aplicáveis as disposições do Código do Procedimento Administrativo relativas aos órgãos colegiais.

Artigo 10.º

(Disposições finais)

Os actuais membros da Comissão mantêm-se em funções até à nomeação dos novos membros, nos termos previstos no artigo 3.º do presente Regulamento”.⁴¹⁰⁶

⁴¹⁰⁶ Ibidem, p. IX e X.